

ANAIIS DO VIII

ENAPIC

Encontro Anual de Pesquisa de Iniciação Científica



Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E56a Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica (2017: Balsas-MA)

Anais do Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica da Faculdade de Balsas- UNIBALSAS [Recurso eletrônico], 29 e 30 de novembro e 01 de dezembro. vol.8 / Comitê organizador: Fábio Roberto Pillat, Emília Ferreira, Márcia Lopes Cardoso... [et. al] – Balsas, Maranhão.

Anuais

ISSN: 2317-1464

Disponível em: <http://www.unibalsas.edu.br/enapic2017/>

1. Iniciação Científica. 2. Pesquisas Científicas- Maranhão. I. Faculdade de Balsas- UNIBALSAS. II. Pillat, Fábio Roberto. III. Ferreira, Emília. IV. Cardoso, Márcia Lopes. V. Título.

CDU 37(042)(0.034)

Bibliotecária Responsável: Josane dos Santos de Sousa CRB 13/708

Apresentação

O Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica da Faculdade de Balsas tem como finalidade possibilitar a integração e a socialização das atividades de iniciação científica realizadas por professores e acadêmicos da Faculdade de Balsas, bem como por pesquisadores da região, a partir da divulgação dos resultados dos seus trabalhos de pesquisa, estimulando a produção científica e construção de novos conhecimentos.

O VIII ENAPIC ocorreu nos dias 29 e 30 novembro e 01 de dezembro de 2017, na Faculdade de Balsas – Unibalsas, e foi constituído por 04 eixos: **Eixo 1 – Seminário de Iniciação Científica; Eixo 2 – Mostra de Trabalhos de Acadêmicos; Eixo 3 – Jornada de Pesquisa Científica; e Eixo 4 – Jornada de Oficinas de Pesquisas.** O evento promoveu discussões no âmbito acadêmico, impulsionando o crescimento crítico e profissional dos participantes.

Neste periódico de Anais estão disponíveis os artigos e resumos dos Eixos 1, 2 e 3, submetidos por acadêmicos de graduação, professores e pesquisadores da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS e de outras Instituições de Educação Superior e apresentados durante o VIII ENAPIC.

Boa leitura e pesquisa!

Comitê Científico

- Prof. Fábio Roberto Pillatt (Unibalsas)
- Prof. Júnior Marcos Bandeira (Unibalsas)
- Prof. Jakson Ferreira de Sousa (Unibalsas)
- Profa. Patrícia Possani (Unibalsas)
- Profa. Danieli Knopik (Unibalsas)
- Profa. Líbera Raquel Bazzan Pillatt (Unibalsas)
- Prof. André Filippe Loureiro e Silva (Unibalsas)
- Profa. Halleyde Souza Ramalho (Unibalsas)
- Prof. César Augusto Danelli Jr (Unibalsas)
- Prof. Eleeldo de Oliveira Braga (Unibalsas)
- Prof. Gabrielle Paloma Santos Bezzera Couto (Unibalsas)
- Profa. Camila Sousa (Unibalsas)
- Prof. Diego Nestor Soardi Andrada (Unibalsas)
- Profa. Maria Cecília de Melo Silva (Unibalsas)
- Prof. Jociel Ferreira Costa (UEMA – Unibalsas)
- Profa. Iolanda Gouveia Rovani (Unibalsas)
- Profa. Soliani Thomazi Meurer (Unibalsas)
- Profa. Dalila Haickel (UFMA)

Comissão Organizadora

- Fábio Roberto Pillatt (Professor e Coordenador do NPPGE)
- Márcia Lopes Cardoso (Professora)
- Jefferson Carvalho Barros (Professor)
- Emília Ferreira (Colaboradora do NPPGE)
- Kácia Ribeiro (Acadêmica bolsista do PIC)
- Vamary Rodrigues Ribeiro (Acadêmica bolsista do PIC)
- Adriana Zanchi Gabriel (Acadêmica bolsista do PIC)

Sumário

EIXO 1 - SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	8
CUSTO DE PRODUÇÃO DA SOJA EM BALSAS	9
UM OLHAR QUALITATIVO SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO CONTEXTO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE DE BALSAS.....	18
CONTRIBUIÇÕES DOS RECURSOS HUMANOS PARA UMA GESTÃO DE QUALIDADE: ESTUDO DE CASO NAS EMPRESAS DE AGRONEGÓCIO EM BALSAS-MA	37
CONHECENDO O CONSUMIDOR: A INTERRELAÇÃO IDENTITÁRIA ENTRE A PUBLICIDADE E HÁBITOS DE CONSUMO DA COMUNIDADE BALSENSE.....	48
PRINCÍPIO DA COCULPABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DO APENADO	64
APLICAÇÃO DE SOFTWARE LIVRE DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS NA ÁREA NOTARIAL E REGISTRAL	82
VIABILIZAÇÃO DE AUTOMAÇÃO COMERCIAL PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ATRAVÉS DO USO DE RASPBERRY PI.....	99
DIAGNÓSTICO DO VOLUME DE PRODUÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS DO MUNICÍPIO DE BALSAS – MA	109
A INADIMPLÊNCIA EM ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA: A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE CONTROLE PARA GESTÃO DE COBRANÇA.....	117
A ERA DAS INCERTEZAS: A CIBERESPIONAGEM GOVERNAMENTAL E O DESPONTAR EM CONFLITOS INTERNACIONAIS	128
O FEMINICÍDIO NO CENÁRIO SOCIOJURÍDICO BRASILEIRO: UMA NOVA ANÁLISE AOS CRIMES DE GÊNERO .	146
VIOLÊNCIA PATRIMONIAL CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA: UMA ANÁLISE EM FACE DO ATENDIMENTO PRESTADO A VÍTIMA POR MEIO DA POLÍCIA MILITAR NO ANO DE 2016.....	166
ANÁLISE DE CUSTOS DE PRODUÇÃO DE SOJA PARA SAFRA 2017/2018	184
ANÁLISE DE PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E CLIMA ORGANIZACIONAL NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE BALSAS.....	196
APLICAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE BENCHMARKING NO POOL DE COMPRAS	206
FAUNA MARANHENSE: UMA EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BALSAS – MARANHÃO	218
ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE PREÇOS DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM BALSAS-MA	231
EIXO 2 – MOSTRA DE TRABALHOS ACADÊMICOS.	241
PROCESSAMENTO DIGITAL DE IMAGENS PARA O RECONHECIMENTO DE PLACAS DE VEÍCULOS	242
USO DE API RESTFUL PARA GESTÃO DE EVENTOS	266
INTERDISCIPLINARIDADE: O OLHAR DOS DOCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA IES PRIVADA DA CIDADE DE BALSAS.	287
O PRINCÍPIO DA COCULPABILIDADE E A (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO INDIVÍDUO ENQUANTO SUJEITO DE DIREITOS	305
A PSICOPATIA SOB A ÓTICA DO DIREITO PENAL EM FACE DA PSIQUIATRIA FORENSE	323
A INFLUÊNCIA DAS FALSAS MEMÓRIAS NA PROVA TESTEMUNHAL DO DIREITO PENAL BRASILEIRO	339
A COMPENSAÇÃO DA RESERVA LEGAL COMO UMA DAS FORMAS PARA O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL.....	361
PROCESSO DE LOGÍSTICA REVERSA DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA.....	376
VIRTUALIZAÇÃO DE SISTEMAS OPERACIONAIS: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS AMBIENTES FÍSICO E VIRTUAL	394
COMPARATIVO ENTRE AS TÉCNICAS DE TRANSIÇÃO DO IPV4 PARA IPV6: TRADUÇÃO, TUNELAMENTO E PILHA DUPLA	418
VIOLÊNCIA PATRIMONIAL EM FACE AO NÃO PAGAMENTO DE ALIMENTOS A MULHER: A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA	443
A ESTABILIDADE DA TUTELA ANTECIPADA FACE O DISPOSTO NO ARTIGO 304 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	461

A (IM) POSSIBILIDADE DA LEGALIZAÇÃO DA PRÁTICA DO ABORTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO VOTO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO FRENTE AO HC 124.306/RJ	477
PORTE DE ARMAS DE FOGO: LEGALIZAÇÃO VERSUS DESARMAMENTO	497
FEMINISMO E MUNDO COMUM: EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES	515
A LIMITAÇÃO DA JURIDICIDADE DAS NORMAS DEFINIDORAS DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS EM DECORRÊNCIA DA ESCASSEZ DE RECURSOS FINANCEIROS	537
ENTRE A SANIDADE E A LOUCURA: A INEFICIÊNCIA DAS SANÇÕES PENAS BRASILEIRAS EM FACE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO CASO DA PERSONALIDADE PSICOPÁTICA	554
APLICABILIDADE DO DIREITO AMBIENTAL: POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL SOB A ÉGIDE DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO E DOS TRATADOS INTERNACIONAIS.....	573
ANÁLISE COMPARATIVA DOS CUSTOS PARA TRANSIÇÃO DA CONTABILIDADE TERCEIRIZADA PARA A CONTABILIDADE INTERNA EM UM GRUPO DE EMPRESAS DO RAMO DO COMÉRCIO	591
PROFISSÃO CONTÁBIL: AS PERSPECTIVAS E HABILIDADES DOS FORMANDOS DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA COMPARADA À REALIDADE DO MERCADO DE TRABALHO PARA OS PROFISSIONAIS NOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA.....	607
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E O DIREITO DO SEGURADO ESPECIAL AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	625
A TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE FINALÍSTICAS NAS EMPRESAS PRIVADAS: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS CONSTITUCIONALMENTE PROTEGIDOS	665
O AUXÍLIO-RECLUSÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E OS ASPECTOS NEGATIVOS DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 304/2013.....	681
EIXO 3 - SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.	701
NARRATIVAS, DISCURSOS E IDENTIDADES: (DES)ENCONTROS NO SUL DO MARANHÃO	702
UM ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA SOBRE LINHA DE ALIMENTOS FITNESS CONGELADOS, NA CIDADE DE BALSAS/MA.....	704
IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA MOTIVACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA NA CIDADE DE BALSAS-MA	706
UM ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE ECONÔMICA DA INSTALAÇÃO DE UMA OFICINA MECÂNICA PARA ATENDIMENTO AO PÚBLICO FEMININO	708
REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS	710
DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA WEB PARA UM CLUBE DE DESCONTOS PARA CLIENTES.....	712
MONITORAMENTO DE REDE UTILIZANDO A FERRAMENTA ZABBIX.....	713
ARTE NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO: DESPERTANDO O SENSO CRÍTICO	714
DESPERTANDO O EMPREENDEDORISMO PESSOAL E PROFISSIONAL NA ESCOLA PÚBLICA	716
CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DA COGNIÇÃO NO ENSINO PÚBLICO DE BALSAS.....	718
A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE BALSAS	720
PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS NA REGIÃO SUL DO MARANHÃO	722
USO DO PFSense NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS PARA INTERLIGAR SECRETARIAS POR VPN.....	724
PERFIL DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE GRÃOS E SEMENTES	726
PERFIL DO CONSUMIDOR DE CARNE BOVINA E PERCEPÇÃO FRENTE À QUALIDADE E RISCOS SANITÁRIOS EM BALSAS/MA.....	728
A PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA DA PEDAGOGIA DA AUTONOMIA PARA A PRÁTICA EDUCATIVA	729
UNICULTURAL: UMA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E CULTURA.	731
PROFISSÃO PROFESSOR E SEUS SABERES DOCENTES.....	733
AULA INTERATIVA: O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS A FAVOR DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.	735
DEPARTAMENTO DE PESSOAL: CONHECIMENTOS E ROTINAS TRABALHISTAS	736
SISTEMA PARA GERAÇÃO E CONTROLE DE RECIBOS COMERCIAIS PARA EMPRESA CONTABILIZE CONTABILIDADE.....	738
A OBJETIFICAÇÃO DOS SERES HUMANOS E A LIQUIDEZ DE SUAS RELAÇÕES ENQUANTO “EFEITOS COLATERAIS” DE UMA SOCIEDADE DE CONSUMIDORES: UMA LEITURA DE BAUMAN	740
A EDUCAÇÃO INFANTIL EM <i>EMÍLIO OU DA EDUCAÇÃO</i> : UMA LEITURA DE ROUSSEAU.....	742

CONTAS BANCÁRIAS GRATUITAS: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA DA RESOLUÇÃO 3.919/2010 DO BANCO CENTRAL	743
O SER E TER NA SOCIEDADE CONSUMISTA: A LIQUIDEZ DA ESSÊNCIA	745
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS.	746
O PAPEL DO SOFTWARE LIVRE NA INCLUSÃO DIGITAL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO	747
O DESAFIO DAS MARCAS SE TORNAREM SÓLIDAS NO MERCADO EM TEMPOS LÍQUIDOS.	749
PLANEJAMENTO E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR.	751
A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO RECURSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM NA PRÁTICA DA LEITURA DO 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I DA ESCOLA MUNICIPAL ELIAS ALFREDO CURY	753
DANO MORAL PREVIDENCIÁRIO	755
CONSUMISMO COMO ELEMENTO PRIMORDIAL PARA DETERMINAÇÃO DO “VALOR SOCIAL”	756
DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO REGIONAL ATRAVÉS DE SISTEMA <i>ONLINE</i> INTERATIVO	757
PRÉ-EMBEBIÇÃO DE SEMENTES DE ABÓBORA E SEUS EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO FISIOLÓGICO	759
A LEITURA COMO INSTRUMENTO PARA MELHOR DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA	760
DIAGNÓSTICO DO COMPORTAMENTO DIANTE DO USO DE CONTROLE BIOLÓGICO POR HORTICULTORES NO MUNICÍPIO DE BALSAS-MA	762
PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	764
ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE O PROFESSOR E O ALUNO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE	766
REFLEXÕES SOBRE UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MAIS ENVOLVIDA COM AS QUESTÕES HUMANAS.....	768
CARACTERIZAÇÃO ELETRÔNICA E FOTOLUMINESCENTE DE COMPOSTOS DE COORDENAÇÃO E APLICAÇÃO EM DISPOSITIVOS SOLARES.....	769
PRÉ-TRATAMENTO, CARACTERIZAÇÃO E HIDRÓLISE DO BAGAÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR VISANDO A PRODUÇÃO DE ETANOL DE SEGUNDA GERAÇÃO	770
PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA GESTÃO ESCOLAR: ESTUDO DE CASO EM BALSAS – MARANHÃO	772
EDUCAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DO MUNDO HUMANO COMUM	774
AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO CURSO DE LETRAS: AS PERSPECTIVAS DOS DOCENTES DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	775
UTILIZAÇÃO DO FIREBASE COMO REALTIME DATABASE NA CONSTRUÇÃO DE CHATS INTERATIVOS	777
O DESAFIO DA LEITURA CIENTÍFICA EM UMA TURMA DE 2º PERÍODO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIBALSAS	779
OS ELEMENTOS ESSENCIAIS DO MARKETING DE RELACIONAMENTO APLICADO NO MIX MATEUS- BALSAS MA.	781
FOTOS DO EVENTO	782

EIXO 1 - Seminário de Iniciação Científica.

Trabalhos produzidos a partir de pesquisas de alunos de graduação, bolsistas do Programa de Iniciação Científica da Faculdade de Balsas, que submeteram artigo completo e realizaram apresentação oral dos resultados alcançados com a pesquisa. Este Eixo é composto por 17 artigos.

CUSTO DE PRODUÇÃO DA SOJA EM BALSAS

Joel Ferracioli.
Mestre em Economia pela UEL (Universidade Estadual de Londrina).
Professor dedicação integral Unibalsas – Faculdade de Balsas – MA.
E-mail: joelferracioli@uol.com.br.

Juliana de Sousa Silva.
Acadêmica do 8º período de Administração – Unibalsas – Faculdade de Balsas
E-mail: juliana.sousa0@hotmail.com.

Resumo: Este artigo pesquisou o custo de produção de soja em Balsas – MA. Região sul do estado e parte do MATOPIBA (região formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), A metodologia aplicada foi uma consulta à empresa Projetisa¹. O custo foi feito com cinco variedades (M-Soy 9144RR 1 2, MSoy8644 RR2, M-Soy 8360RR 1 2, STS820 e M-SOY 9350). A pesquisa tem o objetivo de elaborar uma tabela comparativa anual da variação do preço de produção da leguminosa. Os resultados mostraram um custo a partir de 32,60 sacas de soja por hectare até 39,04 sacas de soja por hectare. Também foi feita uma conversão em moeda brasileira e três moedas estrangeiras (Dólar, Euro e Libra Esterlina). O preço de venda da soja no dia do levantamento dos dados estava em R\$ 55,50 e com uma taxa de câmbio em R\$ 3,15 para U\$ 1,00.

Abstract: This article investigated the cost of soy production in Balsas - MA. South region of the state and part of MATOPIBA (region formed by the states of Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia). The methodology applied was a consultation to the company Projetisa. The cost was made with five varieties (M-Soy 9144RR 1 2, MSoy8644 RR2, M-Soy 8360RR 1 2, STS820 and M-SOY 9350). The research has the objective of elaborating an annual comparative table of the variation of the price of production of the legume. The results showed a cost from 32.60 sacks of soybeans per hectare to 39.04 sacks of soybeans per hectare. It was also converted into Brazilian currency and three foreign currencies (Dollar, Euro and Pound Sterling). The sale price of soybeans on the day of data collection was R \$ 55.50 and with an exchange rate of R \$ 3.15 to U \$ 1.00.

1. INTRODUÇÃO

A produção de alimentos é um desafio para a humanidade, tanto de acesso à alimentação até à preservação do meio ambiente. Produzir mais na mesma área plantada ou aumentar a áreas com menos produtos químicos? Eis uma grande pergunta para a humanidade, desde o produtor até às classes políticas sérias.

Para Feijó (2011, p.1), “a política agropecuária distingue-se ainda da assim chamada política agrária. A primeira mobiliza instrumentos de estímulo à produção agropecuária, contempla a garantia de preços, crédito, seguro agrícola. Já a segunda política diz respeito aos instrumentos por meio dos quais o estado interfere na propriedade da terra”. Outras preocupações dos produtores da leguminosa são as constantes intempéries da natureza. Porém, todos trabalham com uma perspectiva de redução de custos. O custo de produção da soja em sacas por hectare foi de uma conversão de 39,04 sacas de soja por hectare da variedade M-SOY 9350, sendo a mais cara para produzir e de 32,60 sacas de soja por hectare

¹Projetisa – Projetos Técnicos Industriais Agropecuários e Assistência Técnica Ltda. CNPJ: 05.694.488/0001-04. Endereço: Praça Padre Balduino, 33. Centro – Balsas MA. CEP 65800-000.

da variedade M-Soy 8360RR 1 2, sendo a mais barata para produzir. O artigo está dividido nessa introdução, metodologia, referencial teórico, análise dos dados e considerações finais.

2. METODOLOGIA

A metodologia aplicada a esse trabalho envolveu uma pesquisa de campo, consulta bibliográfica, análise de artigos, publicações e da empresa Projetisa. Para o cálculo do custo da soja em moeda estrangeira foi usada a cotação diário do jornal Valor Econômico, que apresentou um valor de R\$ 3,15 reais para 1 (um) dólar em 20/04/2017. A conversão foi feita de reais para três moedas estrangeiras (Dólar, Euro e Libra Esterlina). Também foi feito a conversão de reais para sacas de soja, com a cotação extraída no dia 20/04/2017, no valor de R\$ 55,50, de acordo com o sitio; <https://www.agrolink.com.br/>.

De acordo com Câmara (2004), o estudo é *ex-post facto*, pois o pesquisador não controlou as variáveis. A pesquisa é de natureza analítica.

3. DESENVOLVIMENTO

De acordo com Câmara (2015, p.1), “a soja tem como centro de origem o continente asiático, mais precisamente, a região correspondente à China Antiga. Há referências bibliográficas, segundo as quais, essa leguminosa constituía-se em base alimentar do povo chinês há mais de 5.000 anos”.

Para Manica e Jose Antonio (1996), a soja é considerada por muitos como uma cultura miraculosa. A soja pertence à família leguminosa que inclui, aproximadamente, 650 gêneros e 18.000 espécies. São constituídas de três subfamílias, MIMOSOIDEAE, CAESALPINOIDEAE e FABOIDEAE.

A soja, cujo nome científico é *Glycine max* (L.) Merrill, é nativa da Ásia sendo considerada uma das culturas mais antigas daquela área. Com base na distribuição de *Glycine ussriensis*, provável progenitor da soja atualmente cultivada, a origem seria na China, nas regiões Norte e Central.

Segundo Goulart (2005) o Brasil esta entre os principais produtores mundiais de soja e ela representa um aspecto muito importante das exportações dos produtos agrícolas do País.

- A soja é a principal demanda de insumos agrícolas no Brasil, especialmente fertilizantes e herbicidas;
- A produção de soja no Brasil é atualmente tecnificada, estando o nível tecnológico bastante difundido entre os produtores;
- A produção de soja é, na sua totalidade, mecanizada, conferindo aos grandes produtores importantes ganhos de escala no que se refere aos custos de mecanização;

- As exportações brasileiras dos produtos da complexa soja (grão, farelo e óleo) são dominadas por grandes tradings internacionais (Bunge, Cargill, Coinbra, entre outras);

Para Sedyama (2013) o consumo médio de sementes de soja por área depende do tamanho da pureza, da germinação, do vigor e da população de plantas que se deseja obter. Para fins de produção de soja para óleo e farelo, pode-se considerar que a maioria das sementes das cultivares apresenta o peso médio entre 12 a 20g/100 sementes, com uma média em torno de 15g/100 sementes e germinação e vigor em torno de 80%. Dessa forma, ao considerar uma população estimada de 300.000 plantas/ha, o consumo médio de sementes seria de aproximadamente 55kg/ha.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A produção de soja no maranhão aumentou 200% no últimos 20 anos.

A tabela 1 um mostra o custo de produção da variedade M-Soy 9144RR 1 2.

Tabela 1

Cultura:		Orçamento de Soja				Cultivar:	Tipo de Cultura:
Atividade/Finalidade:	LAVOURA					M-Soy 9144RR 1 2	Anual
Enquadramento BACEN:	SOJA						
Espaçamento:	0,45 a 0,50 m					Cultura Consorciada:	Não
Produto		Unidade	Produtividade/H	Atividade (enquadramento)			
Soja		T/HA	3,20	Soja Sequeiro/graos (Agricultura/Graos) 100604			
Sub-grupo	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desembolso	
Insumos	Sementes	KG	40,00	7,00	280,00	1ª Parcela	
Insumos	Fertilizantes (00-33-10)	T	0,30	1.380,00	414,00	1ª Parcela	
Insumos	Fertilizante Cobertura (KCl)	T	0,10	1.360,00	136,00	1ª Parcela	
Insumos	Herbicida (Crucial) 2x	L	8,00	20,00	160,00	1ª Parcela	
Insumos	Herbicida (Twister)	KG	0,04	85,00	3,40	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida TS (Belure 250)	L	0,10	450,00	45,00	1ª Parcela	
Insumos	Fungicida TS (Vitavax Thiran)	L	0,10	58,00	5,80	1ª Parcela	
Insumos	Micronutrientes (Broadach Mn)	L	0,30	35,00	10,50	1ª Parcela	
Insumos	Inoculante	DOSE	2,00	2,00	4,00	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida (Premio)	L	0,10	650,00	65,00	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida (Orthene)	KG	1,00	53,00	53,00	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida (Talstar)	L	0,30	95,00	28,50	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida (Atabron)	L	0,60	83,00	49,80	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida (Avatar)	L	0,40	280,00	112,00	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida (Lannate)	L	2,00	22,00	44,00	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida (Aplaud)	KB	0,60	245,00	147,00	1ª Parcela	
Insumos	Fungicida (Aproch)	L	0,60	168,00	100,80	1ª Parcela	
Insumos	Fungicida (Fox)	L	0,40	190,00	76,00	1ª Parcela	
Insumos	Óleo Mineral (Nimbus)	DOSE	1,20	14,00	16,80	1ª Parcela	
Insumos	Micronutrientes (Ca B)	L	1,20	9,00	10,80	1ª Parcela	
Insumos	Micronutrientes (Cm Z)	L	0,20	130,00	26,00	1ª Parcela	
Preparo do Solo	Aplicação de Dessecantes 2x	HM	0,24	70,00	16,80	1ª Parcela	
Plantio	Plantio	HT	0,50	120,00	60,00	1ª Parcela	
Plantio	Mão-de-obra de Plantio	HD	0,30	50,00	15,00	1ª Parcela	
Tratos Culturais	Aplicação de Inseticidas 8x	HM	0,96	70,00	67,20	2ª Parcela	
Tratos Culturais	Aplicação de Fungicidas 3x	HM	0,36	70,00	25,20	2ª Parcela	
Tratos Culturais	Aplicação de Micronutrientes	HM	0,12	70,00	8,40	2ª Parcela	
Tratos Culturais	Aplicação de Cobertura	HM	0,24	70,00	16,80	2ª Parcela	
Tratos Culturais	Aplicação de Dessecante Pré-colheita	HM	0,12	70,00	8,40	2ª Parcela	
Tratos Culturais	Aplicação de Herbicida	HM	0,12	70,00	8,40	2ª Parcela	
Colheita / Beneficiamento	Colheita com máquina própria	HM	0,60	200,00	120,00	3ª Parcela	
TOTAL					2.134,60		

Fonte: Projetisa, 2017

Na tabela 2 apresenta valores orçamentais definidas por quantidade, valor unitário, valor total e desembolso.

Tabela 2

20/04/2017	
MOEDA/PRODUTO	Valor
DOLAR	677,65
EURO	631,53
LIBRA	529,67
SOJA	38,46

Fonte: o próprio autor, 2017.

A variedade apresentou um custo de aproximadamente 39 sacas de soja, esse dado mostra a preocupação com situações climáticas, caso haja uma distorção no clima a produtividade por hectare não pode cair abaixo dessa quantidade, caso contrário impactaria em prejuízo para toda a economia.

A tabela 3 mostra o custo de produção da variedade MSoy8644 RR2. E apresenta valores orçamentais definidas por quantidade, valor unitário, valor total e desembolso.

Tabela 3

Cultura:	Soja Plantio Convencional Semente Transgênica				
Estado:					
Mesorregião:					
Atividade/Finalidade:	LAVOURA	Cultivar: Tipo de Cultura			
Enquadramento BACEN:	SOJA	MSoy8644 RR2 Anual			
Espaçamento:	0,40 a 0,50 m	Cultura Consorciada: Não			
Aliquota PROAGRO (%)	3,00				
Produto		Unidade	Produtividade/H	Atividade (enquadramento)	
Soja		T	3,30	Soja Sequeiro/graos (Agricultura/Graos) 10060	
Sub-grupo	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Insumos	Sementes	KG	45,00	11,35	510,75
Insumos	MAP	T	0,30	1.550,00	465,00
Insumos	Fertilizante KCL	T	0,10	1.100,00	110,00
Insumos	Inoculante Biomax	DOSE	2,00	3,00	6,00
Insumos	Nodus Gold Como	DOSE	0,06	139,00	8,34
Insumos	Fungicida Vitavax TS	L	0,10	51,90	5,19
Insumos	Inseticida TS Bekure	L	0,05	560,00	28,00
Insumos	Grafite TS	KG	0,08	4,50	0,36
Insumos	Herbicida Roundup Transorb	L	5,00	20,50	102,50
Insumos	Herbicida Spider	KG	0,03	544,00	16,32
Insumos	Micronutriente NHT Boro	L	0,60	19,45	11,67
Insumos	Inseticida Talstar	L	0,15	85,00	12,75
Insumos	Inseticida Lanmate	L	1,50	19,80	29,70
Insumos	Inseticida Talisman	L	0,40	72,50	29,00
Insumos	Fungicida Cercobin 2x	L	1,20	27,25	32,70
Insumos	Fungicida Aproach	L	0,30	167,20	50,16
Insumos	Fungicida Helinstar Plus	L	0,60	84,40	50,64
Insumos	Óleo Mineral Oro Bor	L	0,20	65,00	13,00
Insumos	Dessecante Gramoxone	L	1,10	27,20	29,92
Preparo do Solo	Gradagem Pesada	HT	1,00	120,00	120,00
Preparo do Solo	Gradagem Nivelamento	HT	0,50	120,00	60,00
Preparo do Solo	Distribuição de Fertilizantes	HT	0,30	120,00	36,00
Preparo do Solo	Aplicação de Herbicidas	HT	0,12	60,00	7,20
Plantio	Plantio	HT	0,50	120,00	60,00
Plantio	Mão-de-obra Tratamento Sementes	HD	0,30	50,00	15,00
Tratos Culturais	Aplicação Micronutrientes	HT	0,12	60,00	7,20
Tratos Culturais	Aplicação Inseticidas 3x	HT	0,36	60,00	21,60
Tratos Culturais	Aplicação Fungicidas 2x	HT	0,24	60,00	14,40
Tratos Culturais	Aplicação Dessecante	HT	0,12	60,00	7,20
Colheita / Beneficiamento	Colheita com Máquina Própria	HM	1,00	160,00	160,00
Colheita / Beneficiamento	Transporte Interno	HT	0,20	60,00	12,00
TOTAL					2.032,60

Fonte: Projetisa, 2017.

A tabela 4 apresenta a conversão do custo em moeda estrangeira e sacas de soja.

Tabela 4

20/04/2017	
MOEDA/PRODUTO	Valor
DOLAR	645,27
EURO	601,36
LIBRA	504,37
SOJA	36,62

Fonte: o próprio autor, 2017

A tabela 5 mostra o custo de produção da variedade MSoy8644 RR2.

Tabela5

Cultura:		Orçamento de Soja Intacta					
Estado:							
Mesorregião:							
Atividade/Finalidade:		LAVOURA				Cultivar:	Tipo de cultura
Enquadramento BACEN:		SOJA				M-Soy 8360RR 1 2	Annual
Espaçamento:		0,40 m a 0,50 m				Cultura Consorciada: Não	
Alíquota PROAGRO %			3,00				
Produto		Unidade	Produtividade/Ha	Atividade (enquadramento)			
Soja		T/HA	3,30	Soja Sequeiro/graos (Agricultura/Graos) 10060400201			
Sub-grupo	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desembolso	
Insumos	Sementes	KG	40,00	7,50	300,00	1ª Parcela	
Insumos	Fertilizantes (00-43-00 + FTE NB)	T	0,27	1.540,00	415,80	1ª Parcela	
Insumos	Fertilizante Cobertura (KCI)	T	0,17	1.470,00	249,90	1ª Parcela	
Insumos	Herbicida (Glifosato 360) 2x	L	6,00	11,00	66,00	1ª Parcela	
Insumos	Herbicida (Crucial)	L	3,00	18,00	54,00	1ª Parcela	
Insumos	Herbicida (Aurora)	L	0,04	430,00	17,20	1ª Parcela	
Insumos	Dessecação Pré Plantio (Dual Gold)	L	1,00	32,00	32,00	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida TS (Behure 250)	L	0,10	324,00	32,40	1ª Parcela	
Insumos	Fungicida TS (Proteat)	L	0,10	39,00	3,90	1ª Parcela	
Insumos	Micronutrientes (Broadacre Mn)	L	0,30	32,00	9,60	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida (Imidacloprid 480) 2x	L	0,50	77,00	38,50	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida (Fastac Duo)	L	0,30	100,00	30,00	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida (Connect)	L	1,00	24,00	24,00	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida (Epingle)	L	0,13	25,00	3,25	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida (Cypitrin) 2x	L	0,20	27,00	5,40	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida (Abamectina Kraft)	L	0,13	55,00	7,15	1ª Parcela	
Insumos	Fungicida (Fox)	L	0,40	132,00	52,80	1ª Parcela	
Insumos	Fungicida (Mancozeb)	L	1,50	22,00	33,00	1ª Parcela	
Insumos	Fungicida (Orkestra)	L	0,30	250,00	75,00	1ª Parcela	
Insumos	Óleo Vegetal (Aureo) 3x	L	1,50	11,00	16,50	1ª Parcela	
Insumos	Dessecante Pré-Colheita (Toccha Paraquat)	L	1,00	19,00	19,00	1ª Parcela	
Insumos	Regulador (Drible Lactofen)	L	0,25	48,00	12,00	1ª Parcela	
Preparo do Solo	Aplicação de Dessecantes 2x	HM	0,24	70,00	16,80	1ª Parcela	
Plantio	Plantio	HT	0,50	110,00	55,00	1ª Parcela	
Plantio	Mão-de-obra de Plantio	HD	0,30	50,00	15,00	1ª Parcela	
Tratos Culturais	Aplicação de Inseticidas/Fungicidas 7x	HM	0,96	70,00	67,20	2ª Parcela	
Tratos Culturais	Aplicação de Micronutrientes	HM	0,12	70,00	8,40	2ª Parcela	
Tratos Culturais	Aplicação de Cobertura	HM	0,24	70,00	16,80	2ª Parcela	
Tratos Culturais	Aplicação de Dessecante Pré-colheita	HM	0,06	70,00	4,20	2ª Parcela	
Tratos Culturais	Aplicação de Herbicida	HM	0,12	70,00	8,40	2ª Parcela	
Colheita / Beneficiamento	Colheita com máquina própria	HM	0,60	200,00	120,00	3ª Parcela	
TOTAL					1.809,20		

Fonte: Projetisa, 2017

A planilha anterior apresenta valores orçamentais definidas por quantidade, valor unitário, valor total e desembolso.

Tabela 6 apresenta a conversão do custo em moeda estrangeira e sacas de soja.

Tabela 6

20/04/2017	
MOEDA/PRODUTO	Valor
DOLAR	574,35
EURO	535,27
LIBRA	448,93
SOJA	32,60

Fonte: o próprio autor, 2017.

A tabela 7 mostra o custo de produção da variedade STS820. A planilha apresenta valores orçamentais definidas por quantidade, valor unitário, valor total e desembolso.

Tabela 7

Cultura:		Orçamento de Soja Convencional RR				
Estado:						
Mesorregião:						
Atividade/Finalidade:		LAVOURA			Cultivar: Tipo de Cultura	
Enquadramento BACEN:		SOJA			STS820 Anual	
Espaçamento:		0,40 m a 0,50 m			Cultura Consorciada: Não	
Alíquota PROAGRO (%):						
Produto		Unidade	Produtividade/H	Atividade (enquadramento)		
Soja		T/HA	3,20	Soja Sequeiro/graos (Agricultura/Graos) 10060		
Sub-grupo	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desembolso
Insumos	Sementes	KG	45,00	4,00	180,00	1ª Parcela
Insumos	Fertilizantes (03-33-00)	T	0,30	1.400,00	420,00	1ª Parcela
Insumos	Fertilizante Cobertura (KCl)	T	0,15	1.200,00	180,00	1ª Parcela
Insumos	Herbicida (Glifosato 360) 2x	L	6,00	12,00	72,00	1ª Parcela
Insumos	Herbicida (Crucial)	L	3,00	18,00	54,00	1ª Parcela
Insumos					-	1ª Parcela
Insumos	Dessecação Pré Plantio (Dual Gold)	L	1,50	32,00	48,00	1ª Parcela
Insumos	Inseticida TS (Dermacor)	L	0,03	1.970,00	59,10	1ª Parcela
Insumos	Inseticida TS (Belure 250)	L	0,10	324,00	32,40	1ª Parcela
Insumos	Fungicida TS (Proteat)	L	0,10	39,00	3,90	1ª Parcela
Insumos	Micronutrientes (Broadacre Mn)	L	0,30	32,00	9,60	1ª Parcela
Insumos	Inseticida (Belt) 2 x	L	0,14	510,00	71,40	1ª Parcela
Insumos	Inseticida (Klorpan)	L	1,00	22,00	22,00	1ª Parcela
Insumos	Inseticida (Avatar)	L	0,40	231,00	92,40	1ª Parcela
Insumos	Inseticida (Pirate)	L	1,00	105,00	105,00	1ª Parcela
Insumos	Inseticida (Imidacloprid 480) 2 x	L	0,50	77,00	38,50	1ª Parcela
Insumos	Inseticida (Fastac Duo)	L	0,30	100,00	30,00	1ª Parcela
Insumos	Inseticida (Connect)	L	1,00	24,00	24,00	1ª Parcela
Insumos	Inseticida (Epingle)	L	0,25	25,00	6,25	1ª Parcela
Insumos	Inseticida (Cyptrin) 2x	L	0,20	27,00	5,40	1ª Parcela
Insumos	Inseticida (Abamectina Kraft)	L	0,13	55,00	7,15	1ª Parcela
Insumos	Fungicida (Fox) 2 x	L	0,80	132,00	105,60	1ª Parcela
Insumos	Fungicida (Orkestra)	L	0,30	250,00	75,00	1ª Parcela
Insumos	Fungicida (Unizeb)	L	2,00	25,00	50,00	1ª Parcela
Insumos	Óleo Vegetal (Aureo) 3x	L	1,50	11,00	16,50	1ª Parcela
Insumos	Dessecante Pré-Colheita	L	1,00	19,00	19,00	1ª Parcela
Preparo do Solo	Aplicação de Dessecantes	HM	0,12	80,00	9,60	2ª Parcela
Plantio	Plantio	HT	0,50	130,00	65,00	2ª Parcela
Plantio	Mão-de-obra de Plantio	HD	0,30	50,00	15,00	2ª Parcela
	Aplicação de Inseticidas/Fungicidas				-	
Tratos Culturais	12x	HM	1,44	80,00	115,20	2ª Parcela
Tratos Culturais	Aplicação de Micronutrientes	HM	0,12	80,00	9,60	2ª Parcela
Tratos Culturais	Aplicação de Cobertura	HM	0,24	80,00	19,20	2ª Parcela
Tratos Culturais	Aplicação de Dessecante Pré-colheita	HM	0,06	80,00	4,80	2ª Parcela
Tratos Culturais	Aplicação de Herbicida	HM	0,12	80,00	9,60	2ª Parcela
Colheita/Beneficiamento	Colheita com máquina própria	HM	0,60	220,00	132,00	3ª Parcela
TOTAL					2.107,20	

Fonte: Projetisa, 2017.

A tabela 8 mostra a conversão do custo em moeda estrangeira e sacas de soja.

Tabela 8
20/04/2017

MOEDA/PRODUTO	Valor
DOLAR	668,95
EURO	623,43
LIBRA	522,97
SOJA	37,97

Fonte: o próprio autor, 2017.

A tabela 9 mostra o custo de produção da variedade M-SOY 9350. A planilha apresenta valores orçamentais definidas por quantidade, valor unitário, valor total e desembolso.

Tabela 9

Cultura:		Orçamento de Soja RR IPro					
Estado:							
Mesorregião:							
Atividade/Finalidade:		LAVOURA		Cultivar:		Tipo de Cultura:	
Enquadramento BACEN:		SOJA		M-SOY 9350		Anual	
Espaçamento:		0,40 a 0,50 m		Cultura Consorciada:		Não	
Alíquota PROAGRO (%):							
Produto	Unidade	produtividade/H	Atividade (enquadramento)				
Soja	T/HA	3,20	Soja Sequeiro/graos (Agricultura/Graos) 10060				
Sub-grupo	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desembolso	
Insumos	Sementes com TSI	kg	50,00	8,00	400,00	1ª Parcela	
Insumos	Fertilizantes - 00-30-10	T	0,30	1.500,00	450,00	1ª Parcela	
Insumos	Fertilizantes - KCl	T	0,10	1.400,00	140,00	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida TS - Standak Top	L	0,10	500,00	50,00	1ª Parcela	
Insumos	Micronutrientes Foliar - Manganês	kg	2,00	6,00	12,00	1ª Parcela	
Insumos	Micronutriente Cobalto e Molibdênio	L	0,10	60,00	6,00	1ª Parcela	
Insumos	Inoculante - Rizobacter	dose	3,00	3,00	9,00	1ª Parcela	
Insumos	Dessecante - Glifosato	L	3,00	16,00	48,00	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida - Connect (4x)	L	4,00	41,00	164,00	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida - Nexide (2x)	L	0,05	150,00	7,50	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida - Oberon (2x)	L	1,00	200,00	200,00	1ª Parcela	
Insumos	Inseticida Intrepid (1 x)	L	0,09	110,00	9,90	1ª Parcela	
Insumos	Fungicida - Authority (1x)	L	0,50	75,00	37,50	1ª Parcela	
Insumos	Fungicida - Fox (2x)	L	0,80	200,00	160,00	1ª Parcela	
Insumos	Óleo mineral - Áureo	L	2,00	15,00	30,00	1ª Parcela	
Insumos	Dessecante Antecipação Colheita - Gramoxone	L	1,60	15,00	24,00	1ª Parcela	
Preparo do Solo	Aplicação de Dessecantes (duas aplicações)	HT	0,36	80,00	28,80	2ª Parcela	
Plantio	Mão-de-obra Plantio	HT	0,50	50,00	25,00	2ª Parcela	
Plantio	Plantio	HD	1,00	120,00	120,00	2ª Parcela	
Tratos Culturais	Aplicação de Herbicidas (2 aplicações)	HT	0,24	80,00	19,20	3ª Parcela	
Tratos Culturais	Aplicação de Fungicidas (3 aplicações)	HT	0,36	80,00	28,80	3ª Parcela	
Tratos Culturais	Aplicação de Inseticidas (6 aplicações)	HT	0,72	80,00	57,60	3ª Parcela	
Tratos Culturais	Aplic. Cobertura	HT	0,24	80,00	19,20	3ª Parcela	
Colheita/Beneficiamento	Colheita c/ Maq. Própria	HM	0,60	200,00	120,00	4ª Parcela	
TOTAL					2.166,50		

Fonte: Projetisa, 2017.

A tabela 10 mostra a conversão do custo em moeda estrangeira e sacas de soja.

Tabela 10

20/04/2017	
MOEDA/PRODUTO	Valor
DOLAR	687,78
EURO	640,98
LIBRA	537,59
SOJA	39,04

Fonte: o próprio autor, 2017.

As planilhas apresentam em tempo real foram a especificadas em produtos e aplicações dos recursos agrícolas realizadas no decorrer do plantio, atribuindo valores orçamentais sendo assim feito a comparação nas moedas DOLAR, EURO e LIBRA resultando o valor da soja tratando se da exportação da mesma.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho proporcionou a chance de ter uma primeira experiência de busca pelo conhecimento no mercado econômico na área agrícola especificamente da soja, desenvolvendo e aplicando na prática por meio de pesquisa de campo e da metodologia absorvida pela formação da administração, contribuindo em geral para nossa atuação profissional.

O trabalho apresenta informações eficazes para os produtores agrícolas e para o desempenho na produção de sacas de soja e na parte econômica em questão de valores mais altos e baixos para melhores maneiras de investimentos.

6. REFERÊNCIAS

CÂMARA, G.M.S. Introdução ao agronegócio soja. **Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz**. São Paulo 2015.

FEIJÓ, C.A; Carvalho, P.G; Almeida, J.S.G. (2011). "**Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?**". São Paulo: IEDI, Novembro, mimeo.

GOULART, Augusto Cesar Pereira. **Fungos em sementes de soja: detecção, importância e controle/ Augusto Cesar Pereira Goulart**. Editor - Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2005.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Mensal**. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua_mensal/default.shtm>. Acesso em 18/07/2016>. Acesso em 18/07/2016.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Vamos conhecer o Brasil**. Nosso Povo. Famílias e domicílios. <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/familias-e-domicilios.html>>. Acesso em 16/07/2016.

MANICA, Ivo e Jose Antonio Costa. **Cultura da soja**. Editores- Porto Alegre, 1996.

SEDIYAMA, Tuneo. **Tecnologias de produção de sementes da soja**. Editor. - Londrina: Mecenaz 2013.

UM OLHAR QUALITATIVO SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO CONTEXTO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE DE BALSAS

Adriana Zanchi Gabriel – Faculdade de Balsas

Líbera Raquel Bazzan Pillatt – Faculdade de Balsas

Fábio Roberto Pillatt – Faculdade de Balsas

Resumo: O mundo está em constante mudança e a educação acompanha essas alterações. Adequando-se às necessidades contemporâneas, a Educação a Distância - EAD é uma modalidade educacional que acompanhou a tecnologia, oferecendo novas possibilidades educacionais para uma era globalizada. Este artigo objetiva, em um primeiro momento, analisar a abordagem adotada pela Faculdade de Balsas para a modalidade de EAD, tendo como público investigado os acadêmicos do curso de Pedagogia desta IES. Para isto, foi utilizada uma abordagem de pesquisa quantitativo-qualitativa, de caráter exploratório, por meio da aplicação de uma pesquisa do tipo *survey*. A principal ferramenta utilizada para análise dos dados coletados foi o Atlas.TI. Como principais resultados desta pesquisa percebe-se a aspiração discente em relação à EAD como modalidade educativa híbrida entre as modalidades presencial e à distância; percebe-se ainda que as expectativas tidas sobre a EAD diferem, muitas vezes, do contexto real; e que a flexibilidade de tempo e o local é vista como a principal potencialidade da EAD por parte do público investigado.

Palavras-chave: EAD, perfil acadêmico, Análise qualitativa.

Abstract: The world is constantly changing and the education has accompanied these changes. Distance Education is an educational modality that has accompanied technology, offering new educational possibilities for a globalized era. This article aims, initially, to analyze the approach taken by the Faculty of Balsas for the modality of Distance Education, having as a public investigated the academics of the course of Pedagogy of this IES. For this, a quantitative-qualitative research was used, with an exploratory approach, through the application of a survey-type research. The main tool used to analyze the data collected was the Atlas.TI. The main results of this research are the students' aspiration regarding Distance Education as a hybrid educational modality between the presential and distance modalities; it can be seen that expectations about Distance Education often differ from the real context; and that the flexibility of time and place is seen as the main potentiality of the Distance Education by the public investigated.

Keywords: Distance Education. Academic Profile. Qualitative Analysis.

1. INTRODUÇÃO

O contexto social contemporâneo, caracterizado pela dinamicidade e interconectividade, apresenta-se, de acordo com Bauman (2001), como um cenário de intensa fluidez. Com o impacto da globalização sobre a sociedade contemporânea, a educação também precisou ressignificar-se sofrendo influências dos avanços tecnológicos, da grande disponibilidade de informações, mas também do comportamento consumista e competitivo que caracteriza o cenário social atual. A informação está em todos os lugares, nas redes sociais, televisão, blogs, jornais, livros, na igreja, na cultura, no cotidiano. A onipresença informativa, bem como, a flexibilidade temporal e espacial, representam fortes características

da modalidade educativa rotulada como “Educação a Distância - EAD”. Esta nova modalidade educativa acompanha as tendências comportamentais da atual sociedade e sustenta-se sobre os avanços tecnológicos para garantir uma maior flexibilidade para o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando novas oportunidades para a educação e, quando bem utilizada, promovendo uma maior autonomia ao discente.

Para Litto e Formiga (2009), EAD pode ser entendida como um método de ensino-aprendizagem que inclui estratégias de ensino aplicáveis quando tanto os estudantes quanto o professor estão fisicamente localizados em lugares e/ou tempo diferentes. As estratégias assumidas podem incluir o uso de várias mídias de comunicação, como o rádio, a correspondência, a televisão e, mais recentemente, a Internet. Moore e Kearsley (2013) compreendem a educação a distância como o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do ensino, o que requer comunicação por meio de tecnologias e uma organização institucional especial.

Nos dizeres de Corrêa (2007), a EAD surgiu para superar as distâncias geográficas melhorando o ensino com sua flexibilidade de tempo e espaço, uma comunicação síncrona e assíncrona. Os alunos desenvolvendo-se em um processo conversacional, reflexivo, ativo, colaborativo, sendo sujeito do seu processo de aprendizagem.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, publicada em 20 de dezembro de 1996, já destaca, em seu Art. 80, que o poder público deve incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada. Recentemente, o decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, no Art.1º, afirma que: “considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos”.

Assim, conforme ressalta Corrêa (2007), nota-se que EAD tem sido uma alternativa importante de ensino/aprendizagem, principalmente em um cenário marcado pelas dificuldades de acesso ao ensino formal por grande parte da população e pelas altas taxas de defasagem de escolarização e de analfabetismo em função de uma carga horária de trabalho que impossibilita o investimento em educação continuada.

A EAD evoluiu ao longo de diversas gerações, a primeira dela ocorreu de forma mais significativa a partir do final do século XIX, por meio de textos e materiais enviados via correspondência. Em seguida veio a transmissão de aulas via rádio e após, já na segunda metade do século XX, as transmissões de programas educativos em redes de televisão. No final do século XX e início do século XXI consolidou-se a atual geração da EAD, alicerçada na rede mundial de computadores, utilizando métodos construtivistas de aprendizado em

colaboração e na convergência entre texto, áudio e vídeo em uma única plataforma de comunicação.

O avanço tecnológico, em especial o relacionado às inúmeras possibilidades de interconectividade, permitiram grandes mudanças nas técnicas e métodos de educação a distância. No entanto, os modelos pedagógicos aplicados a esta modalidade educativa não evoluíram com a mesma velocidade e intensidade que os aparatos tecnológicos. Ainda pairam muitas dúvidas sobre os melhores modelos, técnicas, metodologias e formas de uso da educação a distância para que a mesma possa alcançar, em sua plenitude, os objetivos educacionais almejados, proporcionando a inclusão social e a manutenção ou incremento da qualidade no processo educativo.

A complexidade e a subjetividade para se analisar o sucesso pedagógico e andragógico da educação a distância requerem que tal análise seja percorrida por caminhos mais qualitativos e menos quantitativo. Ou seja, uma vez estabelecido o objetivo de analisar a percepção da qualidade de um modelo educacional baseado na educação a distância, o tipo de pesquisa a ser realizada deve ser a qualitativa, em virtude, especialmente, da subjetividade dos dados que deverão ser analisados.

Neste sentido, o corrente artigo visa apresentar uma análise qualitativa da percepção discente da qualidade da Educação a Distância no contexto do Curso de Pedagogia da Faculdade de Balsas. O processo investigativo caracterizou-se como de caráter quantitativo-qualitativo exploratório, buscando detectar percepções subjetivas dos alunos do curso de Pedagogia em relação a suas experiências com a Educação a Distâncias e a compreensão da qualidade do processo. Foi aplicado um questionário do tipo *survey*, com questões abertas e fechadas e utilizada a ferramenta Atlas.ti para proporcionar uma maior rapidez e qualidade no processo de análise dos dados coletados.

Este artigo científico está organizado da seguinte forma: a) procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa; b) perfil da amostra discente participante da pesquisa; c) análise qualitativa dos dados empíricos coletados utilizando o Atlas.ti; e; d) considerações finais concernentes à problemática de pesquisa.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos utilizados neste processo investigativo foram delineados com o intuito de identificar a abordagem adotada pela instituição de ensino na modalidade EAD bem como a compreensão discente da mesma.

Sendo este um processo avaliativo exploratório, de natureza quantitativa e qualitativa, optou-se por uma análise empírica do cenário em estudo, tendo como fonte direta uma amostra de alunos que atuam nos períodos 2º, 4º e 6º do curso de Pedagogia da Faculdade de Balsas – Unibalsas. Para tanto foi organizado um questionário, no intuito de abstrair o perfil acadêmico, as características e o entendimento dos alunos participantes em relação a EAD

utilizada na Faculdade de Balsas. O questionário foi elaborado de forma a mesclar questões objetivas fechadas e subjetivas abertas, proporcionando a realização de uma análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos, bem como, a exploração de diversos problemas de pesquisa em relação à temática tratada.

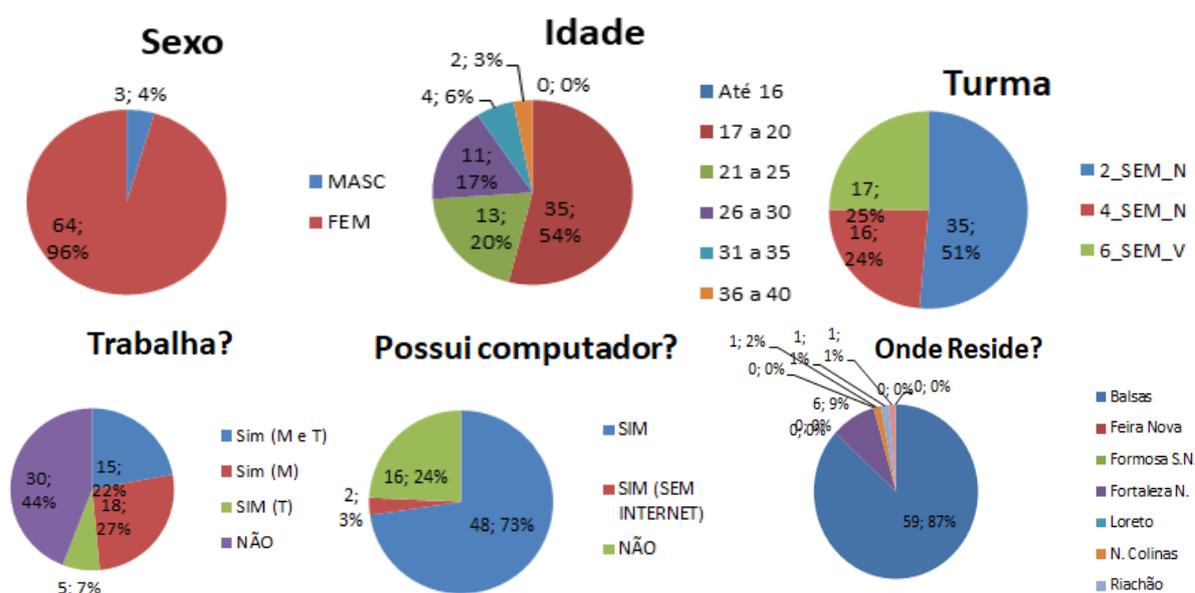
A amostra obtida constituiu-se de 68 alunos que frequentam o curso de Pedagogia da Faculdade de Balsas. As informações objetivas foram analisadas de forma quantitativas, com a ferramenta Microsoft Excel, no intuito de traçar o perfil acadêmico e as características dos participantes. Já as respostas às questões subjetivas foram analisadas qualitativamente, por meio da análise textual discursiva com o ATLAS.ti, disponível em Atlas.TI (2017), no intuito de identificar a compreensão dos alunos em relação ao problema de pesquisa levantado.

O perfil dos alunos e a sua interpretação diante da EAD possibilitou a descoberta exploratória de particularidades da forma como a modalidade é aplicada e percebida no contexto da Faculdade de Balsas, as quais estão sendo descritas no decorrer do presente artigo.

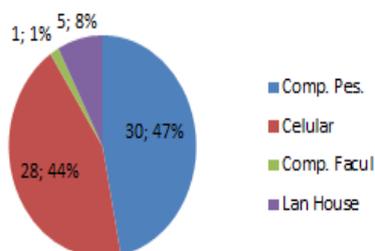
3. PERFIL DA AMOSTRA DISCENTE

Analisar o perfil acadêmico dos alunos e a interpretação dos mesmos em relação às atividades oferecidas na modalidade EAD pela Faculdade de Balsas constitui-se como peça chave para a acurada interpretação das análises quantitativa e qualitativa da base de dados obtida. Considerando a análise quantitativa dos dados coletados, a Figura 1 representa as informações sociodemográficas dos participantes da pesquisa e a Figura 2, as informações opinativas fechadas.

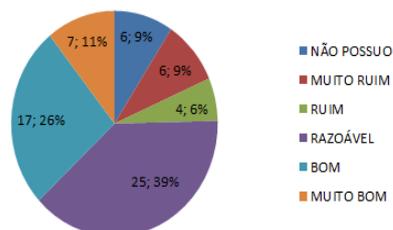
Figura 1. Informações sócio-demográficas dos participantes da pesquisa.



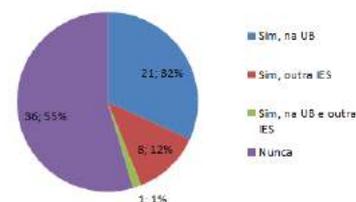
Como Acessa à Internet?



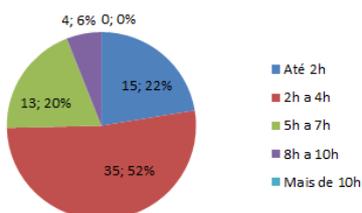
Como classifica seu link?



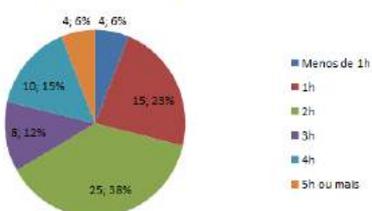
Já Coursou EAD?



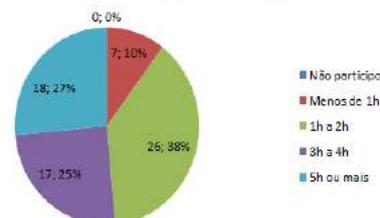
Horas semanais de estudo extraclasse



Horas Semanais para EAD



Horas Diárias nas Redes Sociais

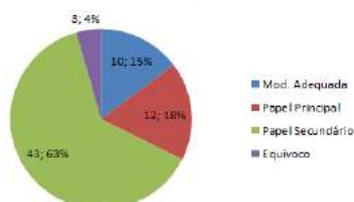


Fonte: Os autores.

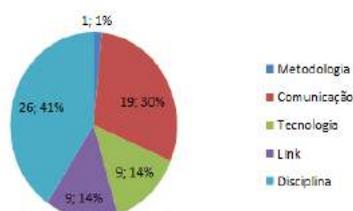
De forma quantitativa constata-se que, dentre os 68 alunos participantes, preponderam os discentes que cursam o 2º período do curso de Pedagogia (51%), as alunas do sexo feminino (96%), na faixa etária de 17 a 20 anos (54%), que não possuem emprego (44%), residindo na cidade de Balsas (87%), que possuem computador com acesso a internet em sua residência (73%), e acessam a internet com computador pessoal em casa (47%), classificando o link de internet como razoável (39%), não realizaram nenhum curso ou disciplina na modalidade EAD (55%), utilizam ou utilizariam, em média, de 2 a 4 horas semanais com estudos extraclasse (52%), 2 horas semanais realizando leituras e atividades em disciplinas EAD (38%), e utilizam de 1 a 2 horas diárias de acesso a redes sociais (38%).

Figura 2. Informações opinativas fechadas dos participantes da pesquisa.

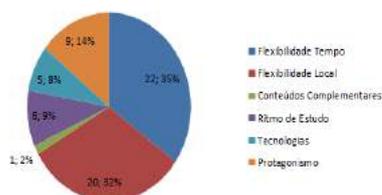
A EAD é ...

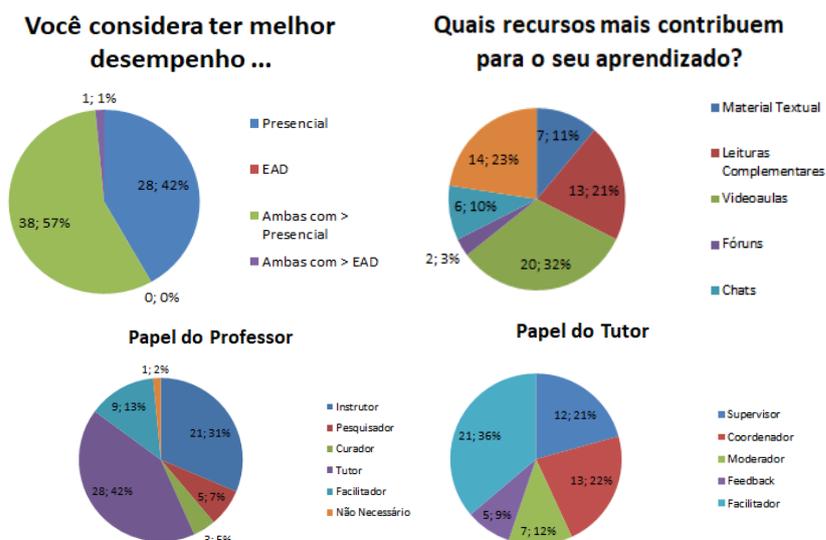


O que pode dificultar seu desempenho na EAD?



O que pode potencializar seus desempenho com a EAD?





Fonte: Os autores.

Segundo os participantes da pesquisa, a educação a distância ocupa um papel secundário (63%), sendo a manutenção de uma disciplina de estudos considerada um fator de dificuldade enfrentado (41%), o fator potencializador de desempenho é a flexibilidade de tempo (35%), os alunos acreditam que o aprendizado seria melhor se a aprendizagem fosse híbrida, sendo a maioria presencial (57%), o recurso que mais contribui para o aprendizado na EAD são as videoaulas (32%). Na visão dos acadêmicos participantes da pesquisa o professor apresenta a função de tutor no processo de ensino-aprendizagem (42%), e a função do tutor, por sua vez, ocupa a função de facilitador (36%).

4. ANÁLISE QUALITATIVA UTILIZANDO O ATLAS.TI

Esta seção descreve a análise qualitativa realizada a partir das respostas dos 68 discentes em relação às questões 19, 20 e 21 do questionário (Apêndice I). Por se tratarem de questões subjetivas abertas, utilizou-se a metodologia de Análise Textual Discursiva – ATD para a abstração de significados comuns. Segundo Ariza (2015), ela é descrita como um processo que orienta a separação do texto em unidades de significados de modo a, posteriormente, agrupar essas unidades de outra forma, construindo categorias iniciais, intermediárias e finais, em processos recursivos, quantas vezes o pesquisador considerar necessário para aproximar os significados, em um exercício de redução fenomenológica.

A ferramenta utilizada para a realização da análise textual discursiva foi o ATLAS.ti que, é um software para análise qualitativa de dados e interpretação dos mesmos. Ele facilita a compreensão de um fenômeno social específico a partir da construção de um quadro de categorias com altos níveis de abstração, que permitem a construção de uma teoria. Permitindo a visualização, integração, descoberta e exploração de significados contidos em grandes quantidades de textos.

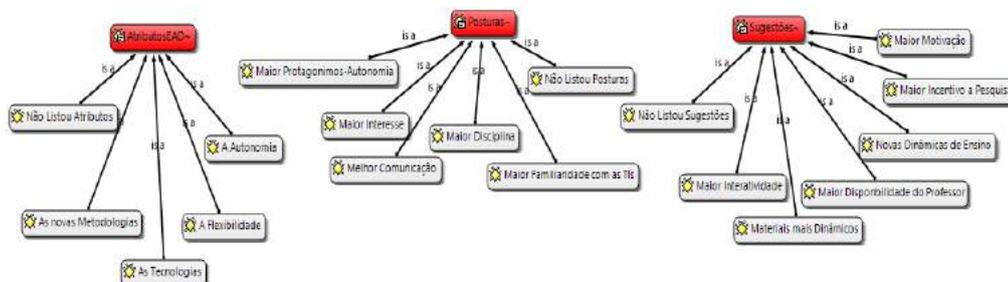
De posse dos dados empíricos, foi necessária sua importação para a ferramenta ATLAS.ti, de maneira a possibilitar a análise qualitativa dos mesmos. Para isto, foi necessário convertê-los em uma planilha Excel e inserir prefixos específicos da ferramenta no cabeçalho das colunas, de forma que a mesma pudesse realizar adequadamente o processo de importação. O Apêndice II deste artigo ilustra a estrutura da planilha Excel utilizada na importação dos dados empíricos em questão, bem como, descreve os principais prefixos disponíveis no ATLAS.ti e suas devidas interpretações por parte da ferramenta.

O passo seguinte à importação dos dados empíricos para a ferramenta é a criação/organização dos códigos, famílias e citações. Alguns destes são automaticamente criados pelo ATLAS.ti no momento que ocorre a importação da planilha Excel. Outros são estabelecidos pelo pesquisador no intuito de proporcionar uma análise qualitativa mais acurada dos documentos.

Cada participação do público investigado pode ser classificada em famílias, geradas no momento da importação da planilha *Excel* para o Atlas.TI, as quais possibilitam uma maior organização dos documentos primários. As famílias são representadas pelas questões objetivas presentes no questionário apresentado no Apêndice I e são organizadas conforme as respostas escolhidas nas questões. Como exemplo, pode ser citada a questão “Turma”, que organiza os participantes nas famílias “2º Semestre”, “4º Semestre” e “6º Semestre”.

A figura 3 ilustra os códigos utilizados na análise qualitativa do processo investigativo em questão. Os códigos destacados com a cor vermelha referem-se às três perguntas abertas do questionário (perguntas 19, 20, 21) e foram criadas automaticamente pelo ATLAS.ti no momento da importação da planilha Excel. Os códigos destacados com a cor cinza claro foram criados pelos autores após a análise das respostas subjetivas e abertas elaboradas pelos alunos pesquisados e representam os perfis de respostas mais presentes na pesquisa. Os códigos representam, portanto, a abstração de um conceito ou comportamento padrão que está sendo assumido pelos entrevistados e podem ser associados, por meio de citações, às respostas abertas dadas pelos alunos participantes, classificando-as conforme os códigos estabelecidos pelo pesquisador.

Figura 3. Relação de códigos utilizados para a análise qualitativa.



Fonte: Elaborado pelos autores por meio da Ferramenta Atlas.TI.

De posse dos códigos é possível detectar quais foram os padrões de respostas mais citados pelos alunos participantes da pesquisa em relação às três questões abertas presentes no

questionário. A figura 4 apresenta o número de vezes e a representação percentual de cada um dos códigos elencados pelos pesquisadores em relação às três perguntas abertas.

Figura 4 – Respostas das questões abertas 19, 20 e 21.

AtributosEAD		Posturas	
A Autonomia	10 - 0,15	Maior Disciplina	10 - 0,15
A Flexibilidade	10 - 0,15	Maior Familiaridade com as TIs	1 - 0,01
As novas Metodologias	7 - 0,10	Maior Interesse	13 - 0,19
As Tecnologias	7 - 0,10	Maior Protagonimos-Autonomia	5 - 0,07
Não Listou Atributos	34 - 0,50	Melhor Comunicação	7 - 0,10
		Não Listou Posturas	32 - 0,47

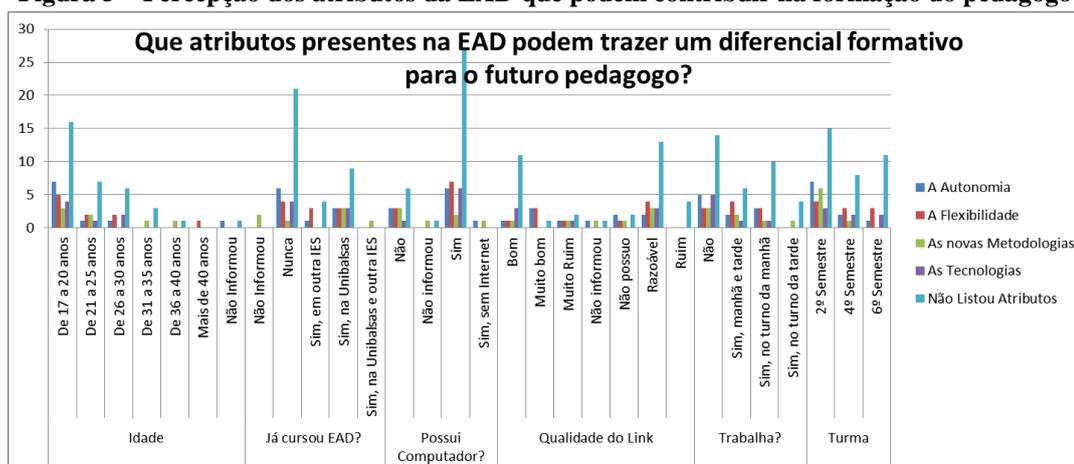
Sugestões	
Maior Disponibilidade do Professor	6 - 0,09
Maior Incentivo a Pesquisa	4 - 0,06
Maior Interatividade	9 - 0,13
Maior Motivação	3 - 0,04
Materiais mais Dinâmicos	6 - 0,09
Não Listou Sugestões	29 - 0,43
Novas Dinâmicas de Ensino	11 - 0,16

Fonte: Elaborado pelos autores por meio da Ferramenta Atlas.TI.

Em seguida, é possível analisar as respostas dos alunos participantes da pesquisa conforme as famílias que eles se enquadram. Desta forma constata-se diferentes interpretações de acordo com as diferentes famílias. A figura 5 apresenta uma análise qualitativa das respostas recebidas em relação às características presentes na EAD que podem trazer um diferencial formativo para o futuro pedagogo (questão 19 do questionário). Estas respostas são analisadas observando-se as famílias referentes à (1) Idade; (2) Já Cursou EAD?; (3) Possui Computador?; (4) Qualidade do Link; (5) Trabalha?; e (6) Turma.

Dentre as várias interpretações possíveis, percebe-se que os estudantes mais jovens (até 20 anos) acreditam que a autonomia seja o principal atributo da educação a distância. Nas outras faixas etárias, os atributos mais lembrados são a flexibilidade, as tecnologias e as novas metodologias. Este comportamento pode ser justificado pela maneira como as novas gerações percebem o processo de ensino-aprendizagem, com maior protagonismo e autonomia se comparado às práticas educativas tradicionalmente utilizadas.

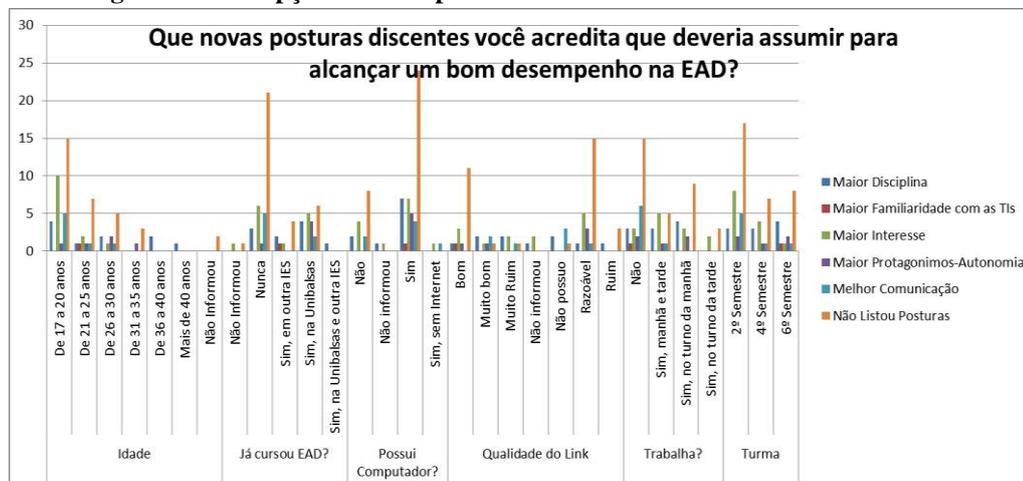
Figura 5 – Percepção dos atributos da EAD que podem contribuir na formação do pedagogo.



Fonte: Elaborado pelos autores por meio da Ferramenta Atlas.TI.

A Figura 6 apresenta uma análise qualitativa sobre as respostas à pergunta referente às novas posturas discentes em relação à educação a distância (questão 20 do questionário). Novamente são observadas, para esta análise, as famílias (1) Idade; (2) Já Cursou EAD?; (3) Possui Computador?; (4) Qualidade do Link; (5) Trabalha?; e (6) Turma.

Figura 6 – Percepção sobre as posturas discentes a serem assumidas na EAD



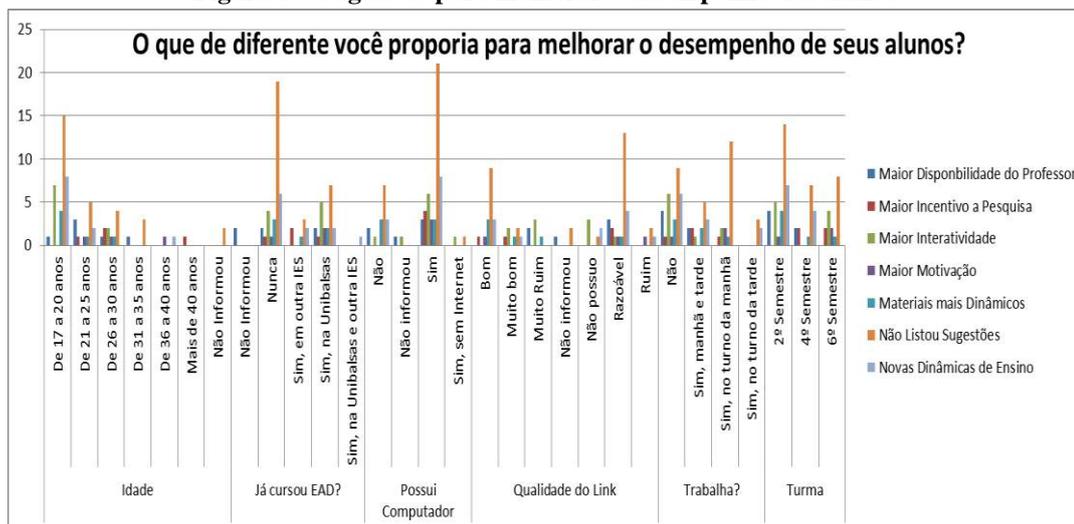
Fonte: Elaborado pelos autores por meio da Ferramenta Atlas.TI.

Dentre as várias interpretações possíveis, é possível constatar nesta análise que a postura mais citada entre os alunos até 25 anos de idade é o maior interesse, enquanto para os alunos acima de 25 anos as novas posturas mais lembradas são maior disciplina e maior autonomia.

A Figura 7 apresenta uma análise qualitativa sobre as sugestões dadas pelos alunos participantes para que a EAD proporcione um melhor desempenho no processo de ensino e aprendizagem (questão 21 do questionário). Novamente as respostas foram classificadas conforme as diferentes famílias acima citadas. Dentre as várias interpretações possíveis, é

possível constatar que os alunos do 2º semestre destacaram novas dinâmicas de ensino e maior interatividade como sugestões para melhorar o desempenho discente. Os alunos do 4º semestre elencaram, especialmente, novas dinâmicas de ensino, maior incentivo a pesquisa e maior disponibilidade do professor. Os alunos do 6º semestre sugeriram uma maior interatividade, maior incentivo a pesquisa e maior motivação.

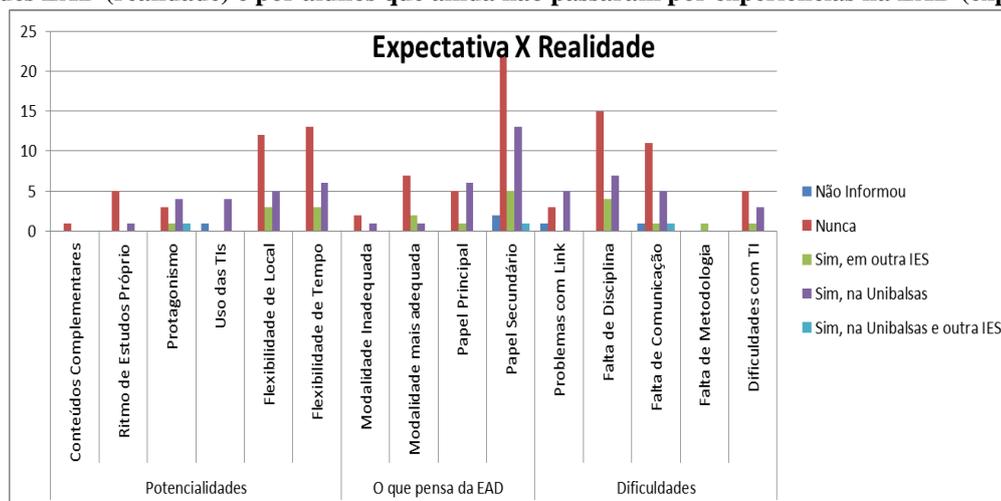
Figura 7 – Sugestões para melhorar o desempenho dos alunos.



Fonte: Elaborado pelos autores por meio da Ferramenta Atlas.TI.

Por fim, a Figura 8 representa as interpretações sobre a EAD, suas potencialidades e fragilidades, considerando alunos que já participaram de atividades relacionadas à educação a distância e alunos que nunca participaram de tais atividades. A análise, portanto, reflete as expectativas dos alunos que ainda não cursaram EAD e a realidade sentida por alunos que já tiveram esta experiência.

Figura 8 – Análise da EAD, suas potencialidade e dificuldades por alunos que já participaram de atividades EAD (realidade) e por alunos que ainda não passaram por experiências na EAD (expectativa)



Fonte: Elaborado pelos autores por meio da Ferramenta Atlas.TI.

Dentre as várias interpretações possíveis, é possível constatar que os alunos que ainda não tiveram experiências com a EAD percebem como principais dificuldades desta

modalidade educativa a falta de disciplina, a falta de comunicação e a dificuldade com as TIs. Os alunos que já possuem experiência com a EAD listaram como principais entraves desta modalidade de educação a falta de disciplina, a falta de comunicação e os problemas com link de Internet. Percebe-se ainda que tanto alunos que já possuem experiências com a EAD quanto aqueles que ainda não passaram por esta experiência acreditam que a EAD seja uma alternativa para ser utilizada conjuntamente com a educação presencial, ocupando papel secundário.

A ferramenta ATLAS.ti possibilitou realizar outras análises de caráter qualitativo por meio do cruzamento de dados definidos. A inclusão no presente artigo destas análises em sua totalidade o tornaria muito extenso. Em virtude disto, optou-se por apresentar graficamente apenas algumas delas e utilizar as demais para as devidas interpretações e conclusões por parte dos autores e leitores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um primeiro momento, cabe destacar que o fato de uma grande parte dos participantes da pesquisa não terem respondido às perguntas subjetivas abertas presentes no questionário prejudicou a fidedignidade amostral da análise qualitativa dos dados coletados. Isto nos leva a considerar que a estratégia de aplicação do questionário deva ser reavaliada em uma eventual nova aplicação do questionário.

Mesmo assim, o objetivo da pesquisa foi alcançado uma vez que foi possível detectar interpretações e comportamentos discentes em relação à prática da educação a distância no contexto do curso de Pedagogia da Faculdade de Balsas.

Destaca-se a importância da utilização da ferramenta ATLAS.ti para a realização da análise textual discursiva de caráter qualitativo. Seu uso possibilitou uma grande otimização do processo de descoberta de comportamentos fenomenológicos por meio do cruzamento entre as unidades comportamentais (códigos) pré-estabelecidas e os diferentes perfis (famílias) dos alunos participantes. O ATLAS.ti é uma ferramenta extremamente robusta para o fim proposto, já que facilita a análise qualitativa de uma pesquisa empírica, permitindo reconhecer maior número de interações que quando realizadas manualmente exigiriam maior tempo de trabalho.

Constata-se a necessidade de uma correta leitura e interpretação por parte de educadores e educandos em relação às principais características e atribuições da educação a distância no processo de ensino e aprendizagem, bem como, de como as Tecnologias de

Informação e Comunicação poderão ser utilizadas em toda a sua potencialidade para trazer reais benefícios para a área educacional.

Desta forma, percebe-se a constante necessidade de se repensar e reconstruir rotinas institucionais em um processo contínuo de aprendizagem organizacional em busca de melhorias e aperfeiçoamentos da modalidade de educação a distância, analisando, para isto, o contexto em que está inserida e o perfil discente e docente envolvido.

6. REFERÊNCIAS

ARIZA, L. G. A.; DIAS, V. M. T.; SOUSA, R. S.; NUNES, B. R.; GALIAZZI, M. C.; SCHMIDT, E. B. Articulações metodológicas da análise textual discursiva com o ATLAS.ti: compreensões de uma comunidade aprendente. In: IV Congresso Ibero-Americano de Investigação Qualitativa. Aracajú, SE, Brasil. 2015.

ATLAS.TI. Disponível em: <www.atlasti.com>. Acesso em: 23 de agosto 2017.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001. 258p.

CORRÊA, Juliane. Educação a distância: orientações metodológicas. Porto Alegre: Artmed. 2007. 104p.

FRIESE, S. ATLAS.ti 7 user guide and reference. ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH, Berlin, 2015.

LITTO, F.Michael; FORMIGA, M.M.Manuel; Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil,2009.

MOORE, G. Michael; KEARSLEY Greg. Educação a distância: sistema de aprendizagem on-line. Tradução Ez2Translate; revisão técnica Renata Aquino Ribeiro. São Paulo: Cengage learning. 3.ed. 2013.

APÊNDICE I- QUESTIONÁRIO

O presente questionário tem por finalidade buscar subsídios para a realização de uma pesquisa científica apoiada pelo Programa de Iniciação Científica – PIC da Faculdade de Balsas. O projeto “Um Olhar Qualitativo sobre a Educação a Distância no Contexto do Curso de Pedagogia da Faculdade de Balsas” objetiva analisar a interpretação dos discentes do curso de Pedagogia da Faculdade de Balsas em relação às práticas educativas suportadas por ambientes tecnológicos de aprendizagem e realizadas na modalidade de educação a distância. O questionário foi desenvolvido pelos Professores Fábio Roberto Pillatt e Líbera Raquel Bazzan Pillatt e pela acadêmica bolsista Adriana Zanchi Gabriel.

O anonimato será mantido, sua participação é voluntária e espontânea, sendo os dados utilizados para fins exclusivamente acadêmicos.

INFORMAÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS

1. Sexo:

- (a) Masculino (b) Feminino

2. Idade:

- (a) Até 16 anos (b) 17 a 20 anos (c) 21 a 25 anos (d) 26 a 30 anos
(e) 31 a 35 anos (f) 36 a 40 anos (g) + de 40 anos.

3. Trabalha?

- (a) Sim. Nos turnos da manhã e da tarde.
(b) Sim. No turno da manhã.
(c) Sim. No turno da tarde.
(d) Não.

4. Atualmente reside em qual cidade?

- (a) Balsas
(b) Feira Nova
(c) Formosa da Serra Negra
(d) Fortaleza dos Nogueiras
(e) Loreto

- (f) Nova Colinas
- (g) Riachão
- (h) São Raimundo das Mangabeiras
- (i) Tasso Fragoso
- (j) Outra. Qual? _____

5. Você possui computador com acesso à Internet em sua residência?

- (a) Sim
- (b) Posso computador, mas sem acesso à Internet.
- (c) Não possuo computador.

6. De que maneira você normalmente acessa a Internet (redes sociais, pesquisas, ATA etc.)?

- (a) Utilizando meu computador pessoal em minha residência.
- (b) Utilizando meu celular ou tablet.
- (c) Utilizando os computadores da Faculdade de Balsas.
- (d) Utilizando computadores de amigos ou LAN HOUSES.

7. Como você classifica o link de Internet de sua residência?

- (a) Não possuo link de Internet em minha residência.
- (b) Muito ruim (não consigo assistir vídeos e o acesso a materiais textuais é bastante lento).
- (c) Ruim (consigo assistir vídeos, mas eles sempre travam)
- (d) Razoável (consigo assistir vídeos sem travar em determinados horários)
- (e) Bom (consigo assistir vídeos)
- (f) Muito Bom (assisto a filmes e baixo arquivos com muita rapidez)

8. Você já cursou alguma disciplina ou curso de curta duração oferecidos na modalidade de educação a distância (seja na Faculdade de Balsas ou em outra instituição educacional)?

- (a) Sim, na Faculdade de Balsas.

- (b) Sim, em outra Instituição Educacional.
- (c) Sim, na Faculdade de Balsas e em outras Instituições Educacionais.
- (d) Nunca realizei qualquer disciplina ou curso oferecido na modalidade de educação a distância.

9. Em média, quantas horas SEMANAIS você ocupa com estudos extraclases (desconsiderando as horas presenciais em sala aula)?

- (a) Menos de 2 horas semanais
- (b) de 2 a 4 horas semanais
- (c) de 5 a 7 horas semanais
- (d) de 8 a 10 horas semanais
- (e) Mais de 10 horas semanais

10. Em média, quantas horas SEMANAIS você utiliza (ou imagina que utilizaria) para realizar as leituras e atividades propostas por uma disciplina cursada integralmente na modalidade de educação a distância.

- (a) Menos de 1 hora semanal
- (b) 1 hora semanal
- (c) 2 horas semanais
- (d) 3 horas semanais
- (e) 4 horas semanais
- (f) 5 ou mais horas semanais

11. Em média, quantas horas DIÁRIAS você utiliza para o acesso a redes sociais ou grupos de comunicação (facebook, whatsapp, etc)?

- (a) Não participo de redes sociais ou grupos de comunicação.
- (b) Menos de 1 hora diária.
- (c) de 1 a 2 horas diárias
- (d) de 3 a 4 horas diárias
- (e) 5 ou mais horas diárias.

INFORMAÇÕES OPINATIVAS FECHADAS

12. Em sua opinião, a Educação a Distância é:

- (a) A modalidade de educação mais adequada para a sociedade contemporânea.
- (b) Uma alternativa para ser utilizada conjuntamente com a educação presencial, ocupando papel principal.
- (c) Uma alternativa para ser utilizada conjuntamente com a educação presencial, ocupando papel secundário.
- (d) Uma modalidade de educação equivocada que não deve ser seguida no contexto da sociedade atual.

13. Em sua opinião, qual é o principal fator que pode dificultar o seu desempenho acadêmico na educação a distância?

- (a) Falta de metodologias de ensino aplicadas à educação a distância por parte dos professores e tutores.
- (b) Falta de comunicação e interação entre acadêmicos, professores e tutores.
- (c) Dificuldades no manuseio das tecnologias de comunicação e dos ambientes tecnológicos de aprendizagem (ATA).
- (d) Falta de um link de Internet de qualidade.
- (e) Dificuldade para disciplinar-se com a rotina de estudos (manter um ritmo de estudos) sem a exigência de um horário fixo presencial.

14. Em sua opinião, qual é o principal fator que pode potencializar o seu desempenho acadêmico na educação à distância?

- (a) A flexibilidade para poder estudar no momento que tenho disponibilidade de tempo.
- (b) A flexibilidade para poder estudar independentemente do local que eu esteja (em viagem, na fazenda, em outra cidade, etc).
- (c) O acesso a conteúdos complementares que dificilmente seriam vistos na modalidade presencial.
- (d) A possibilidade de estabelecer um ritmo de estudos de acordo com meu potencial (mais rápido ou mais lento).
- (e) O uso da tecnologia e de ferramentas de comunicação que permitem uma continuidade dos debates e uma maior interação entre acadêmicos, professores e tutores.
- (g) A possibilidade de se assumir uma postura de maior protagonismo no processo de aprendizagem.

15. No contexto da educação superior, você considera que teria um melhor desempenho em seu aprendizado se:

- (a) As atividades letivas fossem exclusivamente presenciais.
- (b) As atividades letivas fossem exclusivamente à distância.
- (c) Parte das atividades fossem presenciais e parte à distância (híbrida), sendo a maioria presencial.
- (d) Parte das atividades fossem presenciais e parte à distância (híbrida), sendo a maioria à distância.

16. No âmbito das disciplinas ou cursos oferecidos na modalidade de Educação a Distância, quais recursos mais têm contribuído (ou você imagina que contribuiria) para o seu aprendizado?

- (a) Os Materiais Textuais elaborados pelo professor.
- (b) As Leituras complementares (indicação de artigos, livros, etc).
- (c) As Videoaulas.
- (d) Os Fóruns de discussão assíncrona.
- (e) Os Chats de discussão síncrona.
- (f) As demais Atividades propostas (exercícios, questionários, elaboração de trabalhos, enquetes, etc).

17. No contexto da educação a distância, qual seria a principal função do PROFESSOR neste processo de ensino-aprendizagem (marcar a opção que você considere a mais relevante para o contexto)?

- (a) Orientar os estudantes para o estudo e a aprendizagem, sendo correspondente a função pedagógica do professor na educação presencial (INSTRUTOR).
- (b) Produzir e organizar o material didático, exercícios e atividades relacionadas à disciplina (PESQUISADOR).
- (c) Traçar o “caminho para o aprendizado”, não necessariamente produzindo material, mas indicando e organizando materiais já existentes que serão utilizados para se alcançar o objetivo da disciplina (CURADOR).
- (d) Orientar os estudantes em suas práticas de estudos, motivá-los para o processo de aprendizagem e acompanhar as atividades e avaliações (TUTOR).

- (e) Simplificar o processo de aprendizagem dos estudantes, indicando caminhos mais diretos e práticos para se alcançar os objetivos traçados para a disciplina cursada (FACILITADOR).
- (f) Acredito que o papel do professor não seja mais relevante no atual contexto.

18. No contexto da educação a distância, qual seria a principal função do TUTOR neste processo de ensino-aprendizagem (marcar a opção que você considera a mais relevante para o contexto)?

- a) Supervisionar e acompanhar o ambiente tecnológico de aprendizagem – ATA.
- b) Coordenar atividades individuais e em grupos, bem como, supervisionar as avaliações.
- c) Propor e atuar como moderador de debates e discussões nos fóruns, chats e demais ferramentas.
- d) Dar *feedback* ao estudante em relação ao seu progresso na disciplina e nas atividades realizadas.
- e) Atuar como facilitador do processo de aprendizagem do estudante, instruindo-o em relação ao conteúdo produzido ou indicado pelo professor da disciplina.
- f) Motivar os estudantes para que mantenham um ritmo de estudo satisfatório.

INFORMAÇÕES OPINATIVAS ABERTAS

19. Considerando sua interpretação sobre a Educação a Distância, que atributos ou características presentes na EAD podem trazer um diferencial formativo para o futuro pedagogo?

20. Considerando a realização de uma disciplina ou curso oferecido integralmente a distância, que novas posturas discentes você acredita que deveria assumir para alcançar um bom desempenho nesta modalidade educativa?

21. Caso você tivesse a oportunidade de organizar uma disciplina na modalidade de Educação à Distância, o que de diferente você proporia para melhorar o desempenho de seus alunos?

APÊNDICE II – ESTRUTURA DA PLANILHA EXCEL IMPORTADA PARA O ATLAS.TI

!Estudante	:Turma	:Sexo	:Idade	:Trabalha ?	:Cidade	:Possui Computador?	:Como acessa a Internet?	:Qualidade do link
Nome	Família	Família	Família	Família	Família	Família	Família	Família

...

:Já cursou EAD?	:Horas Semanais de Estudo	:Horas EAD	:Horas Redes Sociais	:Melhor Modalidade	:Melhores Recursos	:A EAD ...
Família	Família	Família	Família	Família	Família	Família

...

:Dificuldades	:Potencialidades	:Papel Professor	:Papel Tutor
Família	Família	Família	Família

...

AtributosEAD::Como a EAD pode se tornar um diferencial na formação?	Posturas::Quais novas posturas discentes devem ser assumidas no contexto da EAD?
Código e Campo do Documento Primário	Código e Campo do Documento Primário

...

Sugestões::Que sugestões você daria para melhorar a EAD?
Código::Campo do Documento Primário

Fonte: Elaborado pelos autores.

Prefixos e suas Interpretações	
!	Define a coluna para listar os nomes dos documentos primários.
^	Define a coluna para listar o autor do documento primário.
&	Define a data do documento primário.
<	Ignora a coluna.
.	Cria um grupo de documento a partir do nome do campo.
:	Cria um grupo de documento a partir do nome do campo, mais o valor da célula.
#	Cria um grupo de documento a partir do nome do campo, mais o valor da célula atual.
::	O texto escrito antes de :: será atribuído ao nome do código. Todo o texto digitado após os dois pontos é adicionado ao campo de comentário do objeto. Isto pode ser aplicado a células resultantes em grupos ou códigos de documentos.

Fonte: Adaptado de (Friese, 2015).

CONTRIBUIÇÕES DOS RECURSOS HUMANOS PARA UMA GESTÃO DE QUALIDADE: ESTUDO DE CASO NAS EMPRESAS DE AGRONEGÓCIO EM BALSAS-MA

Karolayne Noleto da Silva
Acadêmica do 4º período de Administração-UNIBALSAS
E-mail: karoll_wanda@hotmail.com

Márcia Lopes Cardoso
Mestre em Administração de Empresas - UNIFOR
Master in Strategic and International Management –
TechnischeHochschuleDeggendorf - Alemanha
Coordenadora e Professora Adjunta da Faculdade de Balsas– UNIBALSAS
E-mail: marciacardoso87@hotmail.com

Resumo: Segundo Vieira (1996), os elementos de uma política de recursos humanos podem influenciar a qualidade total nas organizações. Logo Grillo (1996) assegura que uma política de recursos humanos deve incentivar a participação das pessoas para vislumbrar melhores soluções para os problemas que surgem nas organizações. Política de recursos humanos que envolve as pessoas no sentido de completarem um papel de mais responsabilidade, procurando sempre mais conhecimento, capacitação, disponibilidade e iniciativa é, segundo Bohlander e Sneel (2010) afirma que capacitação, conhecimento e habilidades são os distintivos e renováveis nos quais a empresa pode se basear. Diante desse contexto, a presente pesquisa tem por objetivo analisar quais as contribuições dos recursos humanos para uma gestão de qualidade nas empresas de Agronegócio em Balsas-MA. Para a construção do arcabouço teórico foram utilizados autores como Gill, Rodrigues, Chiavenato, entre outros; e periódicos internacionais atuais.

Palavras-Chave: Recursos Humanos; Qualidade; Agronegócio.

Abstract: According to Vieira (1996), the elements of a human resources policy can influence the total quality in the organizations. Soon Grillo (1996) assures that a human resources policy should encourage people participation to glimpses better solutions to the problems that arise in organizations. Human resource policy that involves people completing a role more accountable, always seeking more knowledge, skills, availability and initiative is, in accordance with Bohlander and Sneel (2010) say that capacity, knowledge and skills are the distinctive and renewable on which the company can be based. Given this context, the present research aims to analyze the contributions of human resources to quality management in Agribusiness companies in Balsas-MA. For the construction of the theoretical framework be used authors like Gill, Rodrigues, Chiavenato, among others; and current international journals.

Key-words: Human Resourch; Quality; Agribusiness.

1. INTRODUÇÃO

Recursos Humanos significa conquistar e reter pessoas na empresa, trabalhando e dando o máximo de si, utilizando planejamento, coordenação, desenvolvimento e controle de técnicas capazes de alavancar desempenho eficiente das pessoas. (CHIAVENATO, 2009).

Chiavenato (2005), afirma que as práticas gerenciais estão mudando, pois as empresas estão investindo mais em pessoas, preparando-as para poder prestar serviço de melhor qualidade e como consequência a satisfação do cliente e a diferença no mercado concorrente.

Neste presente estudo trata-se da contribuição e importância dos Recursos Humanos nas organizações em relação à qualidade na gestão. Apresentando o seu valor, onde as pessoas que constituem a empresa são principais elementos para o sucesso e qualidade, destacando que as atividades exercidas pelos recursos humanos são de suma importância para que o desempenho dos funcionários alcance os objetivos da organização.

O presente estudo de caso tem como finalidade analisar a contribuição dos recursos humanos para qualidade na gestão na empresa de Agronegócio em Balsas-MA. E têm 04 objetivos específicos, baseados nos estudos das bibliografias de Chiavenato, Bohlander e Snell, Gil, Moller, entre outros, que são programas oferecidos pela empresa, tais como: 1) identificar os programas, 2) retorno da aplicação de programas, 3) programas de benefícios mais específicos e 4) programas benefícios suplementares.

O estudo justifica-se por ser um documento acadêmico edificante para ser utilizado como subsídio no planejamento e desenvolvimento do setor de recursos humanos em todas as empresas, incluindo o agronegócio no Maranhão e em regiões.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Conceito de Recursos Humanos

Quando trata-se dos recursos humanos de uma empresa, refere-se às pessoas que nela constitui, os talentos, competências, conhecimento que elas possuem. Os profissionais desta área, além de gerar folha de pagamento, seleção, admissão, também trabalham para posicionar as pessoas nos lugares certos.

Chiavenato (2009, p. 2) considera que “as organizações são constituídas por pessoas e dependem delas para atingir seus objetivos e cumprir suas missões”. E mutuamente, “as organizações constituem um meio pelo qual elas podem alcançar vários objetivos pessoais”.

A elevação do sucesso na organização possui grande influência do gerente de RH, em virtude que este profissional exerce função, além de seus serviços em si, também de orientador e conselheiro, participa da formulação e implementação da política, defesa do funcionário. (BOHLANDER E SNELL 2010).

Entrando em detalhes nas responsabilidades do gerente de RH segundo Bohlander e Snell (2010) mencionam que os serviços exercidos pelo RH seria o recrutamento, seleção, admissão, folha de pagamento, treinamento, planejador. Quando se posiciona como orientador e conselheiro trata-se de muitas vezes servir como consultor para os supervisores, gerente de linhas e executivo, a respeito de questões internas como: acordos trabalhistas, éticas e políticas corporativa, necessidades do funcionário. No momento que se trata de formulação e implementação da política empresarial os gerentes esboçam novas políticas para reduzir e até mesmo evitar problemas recorrentes, além do mais são responsáveis pelo monitoramento do desempenho para certificar a conformidade com as políticas. E por fim, ampara o funcionário ouvindo suas preocupações e comunica-las ao gerente.

As pessoas que atuam nas organizações são peças de suma importância para garantir a empresa mantida ativa no mercado. Não obstante, as pessoas precisam da empresa para se sentir importante, decorrente desta relação de necessidade entre as duas, ocorre o mutualismo. Neste momento que o profissional de recursos humano torna-se elemento chave na hora da admissão, no treinamento, nas políticas da organização e políticas de incentivos, além do mais sendo ouvidor e conselheiros para normas internas e externas.

2.2 Programas de incentivos

Dentro de uma organização as pessoas exercem suas atividades de forma que recebam grandes recompensas pelo seu esforço e estas recompensas atuam como reforços de melhoria do desempenho do funcionário. (CHIAVENATO, 2009)

As pessoas se qualificam para obter melhor desempenho nas organizações contam ser bem recompensado pelos serviços prestados. Quando a empresa possui bons funcionários faz necessário a aplicação de programas de incentivos, assegurar que o indivíduo permaneça e sentir-se motivado à busca de qualificações.

Já Chiavenato (2009, p. 07; 14) defende que para manter e reter talentos nas organizações requer a criação de um ambiente de trabalho agradável, receptivo, saudável e seguro, remuneração interessante e benefícios sociais adequados e boas relações sindicais.

Remuneração: é a recompensa financeira que cada pessoa recebe mensal como retribuição pela execução das atividades na organização, ou seja, o salário e também podendo ser chamado de remuneração direta;

- Planos de benefícios sociais: é uma forma de remuneração indireta ao empregado, por meios de planos de serviços e benefícios sociais que satisfazem as necessidades pessoais do empregado. Como por exemplo: vale-transporte ou transporte de pessoal, alimentação (vale alimentação ou refeição, refeitório), assistência médico-hospitalar, entre outros;
- Higiene do trabalho: trata-se de um conjunto de normas e procedimentos que visam à proteção da integridade física e mental do empregado, como: prevenção de risco à saúde, fadiga mental (estresse) no ambiente de trabalho.
- Segurança do trabalho: é indispensável para segurança do trabalhador, pois envolve uma gama de medidas técnicas, psicológica, didática e médica para prevenir acidentes.
- Relações trabalhista: trata-se de questões ligada entre o empregado e a organização que são negociados e acordados com os sindicatos.

A melhoria constante do ambiente de trabalho é fundamental para qualidade de vida do indivíduo e motiva-o a executar suas atividades adequadamente. Além do mais, os sistemas de recompensas tornam-se ferramenta de estratégia de incentivo para que o indivíduo atinja os objetivos proposto pela empresa.

2.3 Treinamentos

Treinamento nos últimos anos tem se tornado ferramenta estratégica fundamental para o êxito das organizações, Bohlander e Snell (2010), destaca que muitos funcionários novos possuem conhecimento, habilidade e aptidões (CHA) com determinadas atividades, em contrapartida há quem precise de capacitação profissional para desempenha o seu papel na organização.

A gestão de recursos humanos da empresa deve prever planos de treinamento e atualização dos funcionários, bem como medições sistemáticas de qualidade, desempenho e satisfação de todas as pessoas da empresa (REALI, 2004).

Para aumentar o desempenho do funcionário faz necessário a capacitação do mesmo, utilizando ferramentas como o treinamento para agregar conhecimento ao elemento fundamento do desenvolvimento da empresa, logo, funcionário bem qualificado terá mais qualidade nos seus serviços.

2.3.1 Turnover

Turnover ou rotatividade de pessoal significa relaciona-se entre as admissões e os desligamentos de funcionário nas organizações em um determinado período, sendo eles ocorridos de forma voluntária ou involuntária. (CHIAVENATO, 2010).

De outra forma, o *turnover* está relacionada um dos principais motivos de geração de custos. Obter conhecimento dos custos econômicos e financeiros associados na organização é relevante analisar o quanto a empresa perde ou deixa de ganhar com a rotatividade de funcionário. (ECKERT et al., 2011).

A alta rotatividade de funcionários não é bom sinal do desenvolvimento da empresa, portanto, faz necessário que os profissionais de RH estejam acompanhando estas ocorrências para passar *feedback* aos gestores dos demais departamentos, pois, juntos, indica-se procurar solução para diminuição da entrada e saída de funcionário.

2.4 Absenteísmo

O absenteísmo é um método utilizado para detectar a ausência do empregado, baseado aos períodos em que o mesmo se encontra fora do ambiente de trabalho, salvo os empregados que estão ausentes por desemprego, doença prolongada ou licença legal. (CHIAVENATO, 1994).

O absenteísmo tem sido utilizado nas organizações e por seus administradores, em virtude de sua origem está relacionado a vários fatores, que vão desde as questões sociais, saúde, gestão de pessoas, entre outros problemas, conseqüente torna-se complexo e difícil de ser gerenciado e o que causa grande impacto financeiro nas empresas. (SILVA, 2014).

Portanto, o absenteísmo está ligado direta e indiretamente na produtividade da empresa, pois diminui a eficiência dos serviços, gera desorganização, elevação de custos e

redução da qualidade do produto/serviço. Assim sendo, estudar o absenteísmo na empresa é de suma importância para qualidade na gestão.

2.5 Gestão pela Qualidade Total e RH

Para alcançar a qualidade total faz necessário que todos elementos da empresa estejam em conformidade com os processos que tratam da qualidade. Conceito de qualidade é bastante amplo e subjetivo, na empresa qualidade é aplicado não só nos produtos/serviços, mas, também, no indivíduo.

Na visão de Moller (1999, p.21) quem de fato constrói a qualidade são as pessoas, a começar pelo trabalhador, “a qualidade não começa com algo, mas, sim com alguém”.

Em virtude do mercado está em crescente competitividade, às empresas devem se preocupar mais no que diz respeito qualidade para atrair clientes, o que não se restringem apenas no processo do produto, afinal, melhoria de desempenho de uma empresa parte do gerenciamento das pessoas que executam os serviços para o produto final. Conseqüentemente, pessoas bem capacitadas e motivadas desenvolvem seus serviços com mais dedicação e menos propenso a erros.

Já Gil (2014) afirma que é de interesse da organização desenvolver atividades e implantação de programas de educação para desenvolver uma cultura de qualidade, com intuito de explorar a criatividade e iniciativa de seus funcionários.

Uma vez que os recursos humanos desempenham papel para que a empresa tenha uma gestão de qualidade no quesito humano, trabalhando em melhorias e capacitação de seus funcionários. Vale ressaltar para o alcance de qualidade na gestão é traçado desde a seleção do novo funcionário ao aperfeiçoamento do mesmo no período de exercício.

2.6 PDCA

O ciclo PDCA significa Plan, Do, Check, Action (Planejar, Fazer, Verificar e Agir). Segundo LIMA (2006) o Ciclo PDCA é um dispositivo utilizado com propósito de obter controle dos processos, elaboração de planos de qualidade, manutenção de padrões e realizar alteração necessária, ou seja, realizar melhorias.

Esta ferramenta da qualidade foi criada por Walter A. Shewart, porém obteve reconhecimento pelo mundo a fora a partir de William Edward Deming, filósofo da qualidade. Muito utilizado nas empresas para se organizarem e melhorar sua gestão através do acompanhamento eficiente de processo e atividades, assim diminuem a margem de erros, custos, problemas.

3. METODOLOGIA

Tendo em vista o tema desta pesquisa que trata das contribuições dos recursos humanos para uma gestão de qualidade o método qualitativo se torna o mais adequado. Com a utilização da abordagem qualitativa, foi possível chegar ao aprofundamento do objeto estudo por meio do seu detalhamento, possibilitando reter características significativas dos fenômenos no seu contexto real (GIL, 1999).

Os critérios estabelecidos para a seleção das empresas serão: intencionalidade e acessibilidade. A coleta de dados foi dividida em duas fases: na primeira, a coleta de dados secundários e, na segunda, dados primários. Para os dados secundários, foram consultadas as seguintes fontes: estudos bibliográficos de conteúdos inerentes ao tema deste estudo, livros clássicos, periódicos nacionais, pesquisas em sites e materiais institucionais de especialistas para o levantamento das empresas.

Já a obtenção dos dados primários foi por meio da realização de entrevistas *in loco*, no qual utilizou um roteiro estruturado junto aos gestores das grandes empresas de agronegócio da cidade de Balsas/MA. Em virtude do tema desta pesquisa é a contribuição dos recursos humanos para gestão de qualidade nas empresas de agronegócio de Balsas-MA, o método qualitativo se torna mais adequado.

A pesquisa foi aplicada em duas (02) empresas, baseado nos critérios de intencionalidade e acessibilidade. A primeira pelas empresas serem forte economicamente na região e grandes e possuem o RH bem estrutura para administração de pessoas. A segunda, em virtude da disponibilidade que os entrevistados permitiram para a aplicação do questionário, fornecendo informações fundamentais para pesquisa.

Para a extração de dados, foram aplicados questionários de caráter qualitativo com os gestores de Recursos Humanos das empresas através de entrevistas pessoais e via e-mail, de forma objetiva. As questões foram subjetivas focando na responsabilidade dos Recursos Humanos para uma gestão de qualidade baseado nos programas para satisfazer e melhorar o desempenho do colaborador na empresa.

3.1 Caracterizações das Empresas

A pesquisa foi aplicada em duas (02) empresas cuja serão chamadas de Empresa X e outra de Empresa Y, ambas trabalham no ramo agrícola na região de Balsas-MA.

Primeiramente, de forma resumida e clara, a Empresa X trabalha no cultivo e na produção de álcool e soja. São 29.000 hectares cultivados, distribuídos entre cana-de-açúcar e outras culturas, em regime de rotação, numa média de 20.000 hectares com cana e 9.000 hectares com soja. São 896 colaboradores.

A Empresa Y iniciou nos anos 80 em um galpão, onde atualmente funciona a algodoeira. Em 1994, plantou algodão como experimento, que foi colhido à mão. Em 2000, começou com uma lavoura de 50 ha. Hoje, a Fazenda possui três sedes, uma Unidade de

Beneficiamento de Algodão e uma Unidade de Beneficiamento de Grãos. A Unidade está sediada no município de Tasso Fragoso (MA), porém o maior apoio logístico vem da cidade de Balsas, que fica a 140 km. São 536 colaboradores.

3.1.1 Identificação dos programas

Bohlander e Snell (2010) em sua obra afirma que investimento em treinamento está correlacionado com o rendimento e a lucratividade geral da organização. As três primeiras perguntas foram baseadas nos programas estabelecidos nas empresas para que haja qualidade na gestão dos colaboradores. A Empresa X e Y afirmam que treinamento são fatores que contribuem ao funcionário produza mais à empresa que as mesmas investem nesta ferramenta.

Portanto, as Empresas X e Y oferecem programas de qualificação de treinamento, e sendo que a segunda empresa oferece também auxílio de até 80% do valor na mensalidade da faculdade, Pós-Graduação ou MBA. A Empresa Y complementa que Qualidade de Vida, Segurança e Metas Objetivas também são fatores influenciadores de melhores desempenhos.

3.1.2 Retorno da aplicação dos programas

Quanto ao retorno dos investimentos agregados nos funcionários o entrevistado da Empresa X informou percebe melhores desenvolvimento e habilidade nas atividades realizada pelos colaboradores após o treinamento. O mesmo informa que surge treinamento fora da região qual é localizada, nestes casos o colaborador que viaja em busca de capacitação pela empresa ao chegar na unidade tem por obrigação compartilhar os conhecimentos absorvidos para os demais trabalhadores que trabalham no respectivo setor.

E a Empresa Y informa uma série de benefícios que a empresa recebe, como a rentabilidade, cuidado com os bens da empresa, menor custo com absenteísmo, logo, agrega menor custo com retrabalho, acidentes ou perdas por falta de conhecimento legislativo. Além do mais, a Empresa Y utiliza o absenteísmo, eficácia operacional, *Turn Over*, acidentes, PDCA, Custos, para medir a eficácia do funcionário. Vale ressaltar que este mecanismo utilizado pela Empresa Y é uma técnica sublime que analisa pontos importante para identificar problemas presente nas organizações. Solucionando estas falhas ou problemas a empresa obtém maior qualidade na gestão.

3.1.3 Programas de benefícios mais específicos

Os programas de qualidade total utilizam o quesito de reconhecimento do colaborador, onde, às vezes, cada área recebe “premiação” de acordo com o que conquistou e paralelo ao seu patamar hierárquico. Quando foi questionado se a Empresa X trabalhava com essa ferramenta, o entrevistado informou que infelizmente não adere este método. Em contrapartida, a Empresa Y detalhou que enviam cartas, oferece férias extras, cachê, entre outros benefícios para o colaborador. Além do mais, Empresa Y premia por tempo de casa os seus colaboradores com honrarias, presentes como Pins de ouro, Caneta e relógios.

Políticas de segurança, saúde e higiene tem sido fundamental nas empresas que

possuem grande escala de funcionário e vários departamentos, desde o setor operacional ao administrativo. Na Empresa X informou que na fazenda disponibiliza ambulatório com enfermeiro prestando serviço 24h e visita médica uma vez por semana, trabalham nos eventos da CIPA com palestras educativas, com treinamento sobre as NR's de seguranças, e para serviços operacionais EPI's, havendo punição ao colaborador que é encontrado executando serviços sem os EPI's.

Portanto, Empresa Y trabalha com programa SQP, que visa implantar uma cultura, que, faz o colaborador antes de realizar qualquer atividade os seguintes questionamentos: *o trabalho é seguro? Tem como fazer com maior qualidade? e somente por último, tem como aumentar a produção?*

Logo, investir em segurança possui investimento alto, após a aplicação de medidas preventivas de acidentes pôde-se notar redução de acidentes em ambas empresas, nelas é acompanhado rigorosamente os procedimentos.

3.1.4 Programa de benefícios suplementares

Excesso de atividades, problemas em casa, sono desregular são alguns dos fatores que elevam o estresse no funcionário e que acaba interferindo o seu desempenho. Na Empresa X, além de cumprir as leis da legislação não trabalha com nenhum programa. Mas a Empresa Y por ser zona rural e localizar muito longe da cidade, na fazenda foi construído uma lanchonete para lazer no horário noturno e, a empresa além de cumprir todas as leis referentes a descansos, como seus funcionários residem na unidade produtiva, é proibido bebida alcoólica, após as 22h deve se fazer silêncio, o colaborador não pode realizar mais de 10 horas de jornada de trabalho.

Todas essas ferramentas e programas de valorização ao funcionário, comunicação entre gestor de linha com o profissional de RH é fundamental para gestão de qualidade. O entrevistado da Empresa X informou que na hora do desligamento dos colaboradores é feito relatório e é percebido a insatisfação dos colaboradores. A empresa possui bons colaboradores técnico e comportamental, porém não é focado em reter os bons talento.

Já o entrevistado da Empresa Y informou que o ser humano tem suas necessidades de atenção, hoje além de feedbacks anuais, os coordenadores estão trabalhando juntos as equipes na operação, os vários benefícios se tem como um benefício para o colaborador, mas também para a gestão de risco da empresa. Este ano através do programa promovido pela empresa AMANHA, que promove o programa Great Place To Work RS, onde são avaliados os programas que promovem a satisfação dos colaboradores com suas empresas, através de questionários aplicados a eles. O entrevistado explanou: "Tínhamos a décima colocação em 2016, tivemos um avanço e alcançou a sétima colocação em 2017".

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso teve como finalidade de associar a contribuição do RH para

qualidade na gestão baseado nos conceitos contido nos livros com a realidade de que os RH das empresas de Agronegócio de Balsas-MA lidam. Aplicado em duas empresas grandes agroindústrias da região, sendo concorrente indiretamente, pois trabalham com insumos diferentes.

Tendo em vista que treinamento e desenvolvimento são correlacionadas, a primeira estimulando aprendizagem e a segunda aumentar as habilidades do trabalhador, para indicar melhores desempenhos na empresa. Uma vez que os recursos humanos desempenham papel para que a empresa tenha uma gestão de qualidade no quesito humano, trabalhando em melhorias, capacitação e valorização de seus funcionários.

Aliás, a qualidade deve estar presente em todos os procedimentos da empresa, treinamento se torna estratégia de redução de custo, evitando desperdício de tempo com retrabalho. Portanto, a atitude de investir em qualidade tem mostrado ser altamente compensadora, não só em termos de novos mercados, como também da melhoria da competitividade através da redução ou otimização de custos via melhoria da produtividade.

De acordo com os dados passado pelos entrevistados, pôde-se notar o contraste da quantidade de investimento aplicados nos seus colaboradores entre as empresas, enquanto uma investe apenas o básico e a outra aplica além do necessário. Houve um momento da entrevista que um dos entrevistados informou que no momento do desligamento do trabalhador é feito uma pesquisa do motivo da saída e ao analisar as respostas, a maioria delas, é devido a insatisfação com a empresa. Além do mais, a mesma empresa comentou que estava passando por processo de mudança, pois estão diminuindo custos, inclusive diminuindo o quadro de funcionários e algumas regalias que os funcionários gozavam. Vale ressaltar, ambas empresas seguem a legislação.

Infelizmente, em muitas organizações possuem obstáculos para garantir programas que beneficiem o trabalhador além o que está previsto na legislação, em virtude dos custos que adequação dos programas gera à empresa. Portanto, os gestores deixam de lado estes detalhes que podem alavancar o desempenho da organização, para amenizar custos.

Portanto, a gestão da qualidade e recursos humanos trabalham juntamente para maior produtividade da organização. Podendo assimilar um efeito borboleta, partindo do papel do RH selecionar, comunicar, posicionar, treinar os colaboradores terão resultados positivo, consequentemente, a qualidade total. Logo, qualidade deve estar presente em todos os procedimentos da empresa, não apenas no produto ou serviço prestados, como também no gerenciamento de toda a empresa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIAVENATO, I. **Administração de Recursos Humanos: fundamentos básicos**. 7ª ed. São Paulo: Manoele, 2009.

BOHLANDER, G.; SNELL, S.. **Administração de Recursos Humanos**. 14^a ed. Norte-americana/São Paulo: Cenage Learning, 2010.

GIL, A. C. **Gestão de Pessoas: Enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2014.

GIL, A. C.. **Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

GRILLO, A. N. **Desenvolvimento de recursos humanos em organizações Universitárias**. In: **Liderança e administração na Universidade**, Florianópolis: OEA - UFSC, 1986. p. 93-105.

LOBO, R. N.; SILVA, D. L. **Gestão de Qualidade: diretrizes, ferramentas, métodos e normatização**. 1^a ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VIEIRA, A. **A qualidade de vida no trabalho e o controle da qualidade total**. Florianópolis: Insular, 1996.

MOLLER, C. **O lado humano da qualidade**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

REALI, J. L. S. Os Recursos Humanos e a Gestão pela Qualidade Total. Escola Brasileira De Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Curso de Mestrado Executivo. Rio de Janeiro 2004.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5^a ed. São Paulo: Atlas, 1999.

CRUZ, T. A.; SANTANA, L. C. **Recursos Humanos: Presente Nas Organizações Mas Desconhecido**. Revista de Iniciação Científica – RIC Cairu. jan 2015, Vol 02, n° 01, p. 33-56 , ISSN 2258-1166.

LIMA, R. A. - **Como a relação entre clientes e fornecedores internos à organização pode contribuir para a garantia da qualidade: o caso de uma empresa automobilística**. Ouro Preto: UFOP, 2006.

Kerdna Produção Editorial LTDA. **Gestão de Qualidade: PDCA**. Disponível em <<http://gestao-de-qualidade.info/ferramentas-da-qualidade/pdca.html>>; Acessado no dia 18 de novembro de 2017.

CHIAVENATO, I. **Administração de Recursos Humanos: fundamentos básicos**. 7^a ed. São Paulo, Manoela 2009.

CHIAVENATO, I. **Renumeração, benefícios e relações trabalhista: como reter talentos na organização**. 6^a ed. São Paulo, Manoela 2009.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**. 3Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ECKERT, A.; MECCA, M. S. ; DENICOL, M. S. G. M. ; GIACOMET, M. O. **As motivações e os reflexos do turnover em termos contábeis e econômicos numa entidade sem fins lucrativos no município gaúcho de Caxias do Sul**. In: XIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2011.

FILHO, S. J. S. **Turn over ou rotatividade; Até que ponto o problema é sério?** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/turn-over-ou-rotatividade-ate-que-ponto-o-problema-e-serio/44645/>>. Acessado em: 21 de novembro de 2017.

SILVA, M. M. **Absenteísmo: Consequências e impactos na Gestão de Pessoas**. ISSN 2179-5568 – Revista Especialize On-line IPOG - Goiânia - 7ª Edição, nº 007 Vol. 01/2014 Julho/2014.

CONHECENDO O CONSUMIDOR: A INTERRELAÇÃO IDENTITÁRIA ENTRE A PUBLICIDADE E HÁBITOS DE CONSUMO DA COMUNIDADE BALSENSE

Ana Clarissa Gama Fonseca Santos*

Prof. Me. Jorge Rocha**

Prof^a. Stefânia Antonaci***

Resumo: A busca por fatores identitários que reforcem a relação de consumidores com as marcas e suas estratégias de persuasão, convencimento e engajamento tem sido a tônica de importantes pesquisas para o avanço da Publicidade. O presente projeto visa traçar um perfil necessário – e até então inédito – de comunidades de consumidores em Balsas (MA), a fim de aferir esses elementos identitários passíveis de serem utilizados e estimulados em processos comunicacionais trabalhados em diversas mídias, facilitando não só alcance e compreensão de informação publicitária persuasiva, como também engajamento e envolvimento.

Palavras-chave: Publicidade. Consumo. Perfil. Balsas. Consumidor.

Abstract: The search for facts that identify the relations between customers and brands and the persuasion strategy, convincing and engaging have been the source for important searches in the advancement of publicity. The following project strives to set the necessary profile - and so far exclusive-in the community of customers in the town of Balsas (MA), the purpose is to identify these key elements and its usefulness of such encouragement in the communication process working in many media, making it easier not only reaching and being comprehended of publicity information in persuasion, but as well as the engaging and participation thereof.

Keywords: Publicity. Consumption. Profile. Balsas. Consumer.

1. INTRODUÇÃO

Variados estudos e correntes de Marketing (CANCLINI, 1995; GRANOVETTER, 2004; SOLIS, 2010; WHITAKER, TERVEEN, HILL e CHERNY, 2008) definem que o conhecimento acerca de hábitos e preferências de comunidades de consumidores é fator preponderante para uma estratégia eficaz em toda e qualquer iniciativa publicitária persuasiva.

Estabelecer elementos que construam, pontifiquem, estimulem ou definam a identidade de comunidades de consumo, em níveis locais, regionais ou setorializados é

* Ana Clarissa Fonseca é acadêmica do curso de Produção Publicitária da Faculdade de Balsas – Unibalsas / anaclarissafonseca@gmail.com

** Jorge Rocha é mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) / jorgerochaneto@gmail.com

*** Stefânia Antonaci é especialista em Mídias Sociais e Gestão da Comunicação Digital no Centro Universitário UNA (Belo Horizonte/MG) / stef.antonaci@gmail.com

Artigo elaborado pela aluna Ana Clarissa Fonseca no projeto de pesquisa Conhecendo O Consumidor: A Interrelação Identitária entre a Publicidade e Hábitos de Consumo da Comunidade Balseense, no Programa de Iniciação Científica (PIC) da Faculdade de Balsas - Unibalsas, orientado pelos professores Me. Jorge Rocha e Stefânia Antonaci. Balsas/MA, 2017.

ferramenta de alta importância no campo do Marketing, especialmente em tempos de segmentação de mercado e Economia da Atenção. A perspectiva desse projeto é que tais perfis orientem, apontem e sugiram estratégias de comunicação que possam dialogar cada vez mais diretamente com o público consumidor regional.

Com o objetivo de alcançar tais estratégias, o primeiro passo dessa pesquisa é a análise do contexto e cenário que as mídias de Balsas estão inseridas, entendendo o perfil das mídias e do consumidor, para obter maior grau de confiabilidade, e maiores chances de se obter resultados. Para analisar o cenário atual das mídias na cidade, elencou-se as principais mídias, sendo elas as TV's Mirante, Açucena, Boa Notícia, Capital e Difusora; As rádios Jovem FM, Boa Notícia AM; Os jornais impressos Folha do Cerrado e O Correio, e o portal de notícias Diário de Balsas.

A metodologia utilizada para levantamento de informações foi por meio de entrevistas com responsáveis por cada mídia, enviada por e-mail ou feita presencialmente. Até o período de conclusão dessa pesquisa, as emissoras de TV Difusora, Capital e Açucena não responderam a tempo e por isso não serão incluídas na análise.

Entende-se, portanto, a primordialidade em conhecer o perfil do consumidor de Balsas, estabelecendo um campo de identificação que possa auxiliar a elevar e ajustar processos comunicacionais e a veiculação de informações capazes de reforçar esses vínculos de engajamento e envolvimento em níveis socioculturais, conceitos preponderantes na execução de campanhas publicitárias. Para acentuar a real importância em conhecer o perfil do consumidor, será necessário definir o que se compreende como marketing e planejamento estratégico, bem como o comportamento do consumidor, e outros conceitos que nortearão o desenvolvimento dessa pesquisa.

2. DESENVOLVIMENTO

A comunicação como ferramenta para impulsionar marketing e publicidade vem sendo cada vez mais discutida e ampliada. A discussão se dá no momento em que os efeitos da publicidade no consumidor acontecem, ou seja, o consumidor é diretamente atingido pela publicidade quando as estratégias para tal são executadas corretamente. Dentre as inúmeras estratégias para obter o engajamento esperado está a análise do cenário. De acordo com Silva (2004), esta análise é útil para “compreender os aspectos favoráveis e não-favoráveis à introdução ou manutenção de um produto ou serviço num determinado macroambiente”, e por isso se faz tão necessária e primordial.

A análise do cenário nada mais é do que pensar no futuro com o que se tem no presente, observando cada possibilidade positiva e negativa para a empresa, produto ou campanha, para então implementar a melhor opção. Entretanto, essa estratégia não caminha sozinha. Após uma boa análise de cenários, é necessário criar um planejamento estratégico das ações. Segundo SILVA (2006, p. 34), “fazer um bom planejamento estratégico, começando por uma excelente análise de cenários, coerente com todo planejamento, é a

característica que mais diferencia um bom profissional de outro com visão ampliada e percepção do produto no seu macroambiente”.

O planejamento estratégico não é somente uma burocrática de metodologia que se aplica às empresas em busca de melhores resultados mercadológicos, mas um método eficaz na adequação de objetivos, direcionamento de ações, para então alcançar o desenvolvimento da empresa, que resulta em lucro, sucesso e engajamento. O marketing está diretamente ligado ao conceito de planejamento estratégico, tendo em vista que para o consumidor, quem faz a imagem da marca não é somente o produto que se encontra nas prateleiras, mas o marketing e a publicidade que os envolve. De acordo com KOTLER (2007, p. 03), “marketing é administrar relacionamentos lucrativos com o cliente. Os dois principais objetivos do marketing são: atrair novos clientes, prometendo-lhe valor superior, e manter e cultivar os clientes atuais”.

Outra definição de marketing, de acordo com Solomon (2011), aponta que as empresas existem para atender as necessidades dos consumidores. Mas para isso, os profissionais de marketing precisam compreender as pessoas ou organizações que irão utilizar dos produtos ou serviços que estão tentando vender. Compreender esse consumidor é o ponto alto desta pesquisa, visto que, toda a movimentação e logística do marketing de uma empresa é voltada para o cliente, buscando conquistá-lo, fidelizá-lo e envolvê-lo em uma compra. “O comportamento do consumidor [...] é o estudo dos processos envolvidos quando indivíduos ou grupos selecionam, compram, usam ou descartam produtos, serviços, ideias ou experiências para satisfazer necessidades e desejos” (SOLOMON, 2011, p.33).

O consumidor é o indivíduo que sempre terá uma necessidade ou um desejo. Cabe ao marketing e a publicidade de cada produto/serviço, despertar no cliente o que ele necessita ou deseja, mostrando possibilidades, criando as necessidades e as satisfazendo-as. Para isso, é fundamental entender, conhecer, e se aprofundar no perfil, na identidade do consumidor, interpretar cada comportamento e analisá-lo.

Por mais que se tenha um aprofundado estudo sobre o comportamento do consumidor, é impossível generalizá-lo, tendo em vista que muitos aspectos na personalidade do cliente podem se diferenciar, de acordo com a sua necessidade, classe social, ambiente em que vive, educação que possui, meio em que trabalha e hábitos de consumo. Mesmo assim, não se pode ignorar essa perspectiva no âmbito da pesquisa, pois ela continua sendo a opção mais viável para se conhecer o consumidor.

Sendo assim, é fundamental sustentar o estudo do comportamento das pessoas que consomem informação, produtos e/ou serviços, principalmente para empresas, marcas, prestadores de serviço, mas também, para os profissionais que trabalham com o marketing do produto/serviço que está sendo oferecido. Segundo BLACKWELL (2008, p. 10):

Sabendo por que e como as pessoas consomem os produtos, os profissionais de marketing conseguem compreender como podem melhorar os produtos existentes, quais tipos de produto são necessários no mercado e como atrair os consumidores a comprar seus produtos.

Partindo desse pressuposto, o profissional do marketing tem papel preponderante na indução do consumidor a fazer sua tomada de decisão, assim como auxilia a quem oferece o produto ou serviço a definir qual melhor estratégia e até que tipo de mercadoria colocar a disposição dos seus clientes. O profissional de marketing deve conhecer, obviamente, o perfil de seu público-alvo, levando em consideração fatores como renda, classe social, nível de instrução e até a região onde mora. Sendo assim, a presente pesquisa se propõe a adotar uma metodologia que avalie o perfil do consumidor balsense e sua relação com os veículos de comunicação da cidade nos mais variados tipos de mídia.

3. PROCESSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, com seu eminente caráter científico, deve responder aos questionamentos a que se propõe fazer, diante de um cenário pré-estabelecido a partir de seus objetivos traçados. Responder as perguntas que surgem durante o levantamento de dados é condição fundamental para que o assunto pesquisado ganhe a devida relevância.

Por isso, a metodologia aplicada deve ser a mais adequada para o universo apresentado como abrangência do tema em estudo. Conforme afirma Blackwell, especificamente em relação à pesquisa de relações de consumo, “os levantamentos são um modo eficiente de conseguir informações sobre um grande número de consumidores pela formulação de perguntas e o registro das respostas” (BLACKWELL, 2008, p. 23).

Para conhecer o consumidor balsense a partir de sua inter-relação com a publicidade e os hábitos de consumo, buscou-se analisar em primeira mão o cenário atual de mídia na cidade, fator fundamental para essa pesquisa - de modo a entender seu funcionamento e estruturação de acordo com público-alvo. Selecionaram-se os principais veículos de comunicação abrangendo as principais mídias usadas pelo mercado publicitário da cidade de Balsas e fez-se uma entrevista com representantes de cada uma delas.

Dentre as perguntas feitas às mídias, destacam-se as que tratam os seguintes pontos: o ano em que foram iniciadas as atividades, o perfil editorial, a grade de programações, os espaços para anúncios e como eram veiculados, e o tipo de linguagem usada. As mídias contatadas foram: os jornais impressos O Correio do Sul do Maranhão e Folha do Cerrado, as rádios Boa Notícia AM e Jovem FM, as emissoras de TV Mirante, Capital, Difusora, Açucena e Boa Notícia, e o portal online Diário de Balsas. Não obteve-se respostas em tempo hábil da redação desse artigo das seguintes mídias: TV Capital, TV Difusora, e TV Açucena.

Na segunda e mais importante etapa desta pesquisa, um questionário foi disponibilizado online, a respeito de questões sociais, econômicas, culturais, preferências de consumo, mídia e correlação entre engajamento e atração publicitária. O questionário ficou disponível na internet durante 10 dias, no período de 02 de novembro de 2017 a 11 de novembro de 2017.

Para entender os hábitos de consumo, questionou-se: Qual o meio de comunicação mais utiliza no dia-a-dia? Quais redes sociais costuma acessar diariamente? Como costuma se

informar a respeito de promoções, marcas ou serviços? Onde costuma procurar quando se quer um produto/serviço novo? Quando foi a última vez em que comprou um produto influenciado por um comercial ou campanha publicitária? Quais desses pontos acha que devem ser destacados em um anúncio publicitário sobre um produto? Quais desses pontos conquista seu interesse, decidindo a compra de um produto? Em relação à críticas/elogios a algum produto, qual opinião influencia mais a decisão de compra? Qual foi a última vez que fez uma compra pela internet? Qual das frases abaixo pode ser mais associada a seus hábitos de compra? Já fez compras pelo smartphone? Quais formas de pagamento utiliza em suas compras?

Após o recebimento dos questionários respondidos, a análise se dá a partir de gráficos e porcentagens que nortearão a construção do perfil da comunidade de consumidores na cidade de Balsas. Uma observação importante: para essa amostragem ser válida, foi necessário ampliar essa pesquisa para todos os bairros da cidade, obtendo, assim, todos os tipos de classes, hábitos, entre outros, diminuindo o risco de obter-se uma pesquisa tendenciosa. A partir das respostas dos bairros, utilizou-se um mapa de zoneamento da cidade de Balsas, fornecido pela secretaria de Infraestrutura, onde divide a cidade em 5 zonas: Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro. Ao todo, 32 bairros participaram dessa pesquisa.²

4. CENÁRIO PARCIAL DAS MÍDIAS EM BALSAS

A partir das entrevistas feitas com os representantes de cada veículo de comunicação, possibilitou-se a redação de um resumo analítico e histórico, apresentando as principais características de cada mídia. Ressalta-se que como nem todos os veículos responderam a pesquisa, o cenário se apresenta de forma parcial; no entanto, sendo possível, a partir das respostas obtidas pela maioria das mídias, obter uma ideia das principais características das mídias na cidade de Balsas.

- JORNAL O CORREIO DO SUL DO MARANHÃO.

O jornal surgiu em maio de 2002, com a direção do jornalista Adilson Gonçalves Netto que na época era recém-chegado a Balsas. Após sua formação em jornalismo, Adilson

² **Norte** (CDI, São Luís, São Félix, São Francisco, Vivendas do Potosi, Santo Antônio, Parque Cidade Maravilha, e Potosí)

Leste (Santo Amaro, Planalto, Cajueiro).

Oeste (Manel Novo, Bairro de Fátima, São Caetano, Setor Industrial, Vila Militar, Bela Vista, Veneza, Cidade Nova, Nova Açucena, Jocy Barbosa, Emerson Santos, Cohab Velha, Açucena, Catumbi, Babaca).

Sul (Tresidela, Nazaré, Cohab Nova, Flora Rica, São José).

Centro.

G. Netto tinha como sonho montar um jornal impresso, e no mesmo ano teve seu sonho realizado.

A tiragem do jornal gira em torno de mil exemplares semanais que circulam nas cidades de Balsas, Alto Parnaíba, Loreto, Sambaíba, Fortaleza dos Nogueiras, Nova Colinas, Formosa da Serra Negra, Riachão, Feira Nova do Maranhão, São Félix de Balsas, São Pedro dos Crentes, Tasso Fragoso e São Raimundo das Mangabeiras. O impresso é composto por 4 páginas com conteúdos de interesse público.

Tem como visão enriquecer e engrandecer a região sul do Maranhão a partir da divulgação de notícias de interesse comunitário, político e econômico. A missão do jornal é passar as melhores informações, com um conteúdo bem estruturado e uma linha editorial baseada nos bons princípios do jornalismo como isenção, imparcialidade e impessoalidade. O público-alvo, segundo Adilson, é a população urbana e rural das classes A, B e C. Além do conteúdo jornalístico, o jornal tem espaços para informações da vida social e do entretenimento na sua respectiva área de cobertura.

Os anúncios veiculados são especificamente promoções comerciais, por meio de anúncios de empresas dos mais variados ramos, bem propostas de interesse público, visto que o jornal tem parceria com o cartório do 2º ofício que utiliza os espaços para a divulgação de comunicados regidos por lei, a exemplo de resumos de minutas de casamento, etc.;

- JORNAL IMPRESSO: FOLHA DO CERRADO

O jornal Folha do Cerrado tem como diretor/editor o jornalista Carlos Airton Rocha e está há 10 anos no mercado sul maranhense, com veiculação em Balsas e cidades circunvizinhas, a um raio aproximado de 300 km. São impressos e distribuídos em torno de mil exemplares mensais, levando informações gerais e notícias locais para um público variado de todas as classes sociais.

Para melhorar a comunicação regional, com mais acessibilidade, a direção resolveu fazer convergência de mídias com a criação de um site na internet³ acompanhando a tecnologia da informação e a globalização e dessa forma alcançando um número maior de leitores e usuários ávidos por notícias da região do sul do Maranhão, com isso incorporando também notícias e informações em vídeos e artigos, tendo como páginas principais de maior valor as centrais.

A linha editorial é comunitária, veiculando anúncios, conteúdos de entretenimento e notas de utilidade pública. Sua missão é melhorar a comunicação regional, com mais acessibilidade. O jornal tem como público-alvo, todas as classes, gêneros sexuais e idades.

- RÁDIO BOA NOTÍCIA AM

Obteve legalização perante as normas da ANATEL e teve sua primeira exibição no dia 11 de setembro de 2004. É uma emissora comunitária ligada à Igreja Católica, pertencente à Fundação Prelazia de Balsas.

³ <http://www.folhadocerrado.com/>

A Rádio Educativa Boa Notícia AM tem um público ouvinte de aproximadamente 500 mil habitantes, o sinal da emissora pode ser ouvido no Maranhão, sul do Piauí, nordeste do Tocantins, oeste da Bahia, e leste do Pará. A rádio possui um site onde também faz transmissão online.⁴

Tem como visão um mundo justo e fraterno, respeitando o meio ambiente e a plena realização do ser humano. A missão da emissora é anunciar a Boa Nova através do compromisso social, informando e denunciando as injustiças, numa comunicação libertadora.

O público-alvo é a população urbana e principalmente a população rural, fazendo com que a notícia se espalhe em primeira mão.

Os programas exibidos são:

- Prog. Bom Dia Sertão, de segunda a sexta – feira das 05:00 as 06:30hs
- Prog. Ofício Divino das Comunidades – de segunda quinta – feira das 06:30 às 07:00hs
- Prog. Radar 770 – de segunda a sexta – feira das 07:00 às 90:00 hs
- Prog. Conectados – de segunda a sexta – feira das 09:00 às 10:00 e de 11:00 às 11:45hs
- Boletim de Notícia de segunda a sexta – feira das 11:45 às 12:00hs
- Prog. Placar Esportivo de segunda a sexta – feira das 12:00 às 13:00hs
- Prog. Cultura e Cidadania de segunda a sexta – feira das 13:00 às 14:30hs
- Prog. Sintonia Regional, de segunda a quinta – feira das 14:30 às 16:00hs
- Saúde e Vida, todas as quartas feiras das 16:00 às 16:50 hs
- Prog. Universo Feminino, todas as sexta – feiras das 14:30 às 16:30hs
- Prog. Informativa Rural, todos os sábados das 05:00 às 06:00hs
- Transmissão ao vivo da Missa Na Catedral do Sagrado Coração de Jesus, todos os sábados das 06:00 às 07:00hs
- A Voz dos Trabalhadores Rurais todos os sábados das 07:00 às 08:00
- Prog. Na Beira da Mata, todos os sábados e domingo; SÁBADO: das 08:30 às 10:30 e aos DOMINGOS das 09:30 às 12:00hs
- Prog. Sind. dos Servidores Municipais – todos os sábados das 15:00 às 16:00 hs
- Encontro Popular, todos os sábados das 12:00 às 13:30 hs
- Prog. Catequese Contínua, todos os sábados das 16:00 às 16:30 hs
- Fazenda Esperança Todos os sábados das 17:00 às 18:00 horas

⁴ <http://radioboanoticia.com.br/category/noticias/>

Nos intervalos comerciais são veiculados anúncios das comunidades, empresas privadas e negócios de responsabilidade paroquial em geral.

- RÁDIO JOVEM FM

A Rádio Jovem surgiu no ano de 2003. Naquela época ainda não tinha autorização para o funcionamento e por esse motivo, teve os serviços interrompidos no ano de 2008. Em 2010 retornou com o serviço de radiodifusão totalmente legalizado pela ANATEL, seguindo os mesmos padrões de programação e espelhando-se na Rádio Jovem Pan São Paulo. Hoje com 7 anos licenciada, conta com uma equipe de profissionais que compõe toda estrutura da Rádio.

O público-alvo é adolescentes, jovens, adultos e idosos. A audiência da rádio Jovem FM é medida através de ligações telefônicas e aplicativos: WhatsApp e Instagram.

A Rádio Jovem tem um perfil editorial comunitário, contando com parceria da Associação Esportiva Casa do Fazendeiro. Na grade de programação, é possível identificar conteúdo musical, comercial e jornalístico.

A missão da rádio é gerar resultados, dentro da ética e legalidade, para atender as expectativas dos ouvintes e anunciantes. A visão da rádio é agregar conhecimentos, visando melhorias na qualidade dos serviços de radiodifusão e no relacionamento com o mercado.

- TV MIRANTE

A TV Mirante Balsas, canal 6, é uma das sete emissoras do Grupo Mirante no Maranhão. Começou a operar no dia primeiro de setembro de 2013, depois que o Grupo Mirante adquiriu a TV Rio Balsas, que já tinha uma história de mais de 20 anos como emissora geradora, afiliada a Rede Globo de Televisão.

A TV desenvolve um jornalismo comunitário, com ênfase na participação da comunidade, fazendo o contraponto com as autoridades governamentais. Também se destaca por reportagens de cunho social como economia, prestação de serviços, esporte, cultura e lazer.

Um dos principais focos na emissora é a cobertura das notícias relacionadas ao agronegócio, base da economia regional. A TV Mirante conta com um quadro de 18 funcionários, sendo seis destacados atualmente para o departamento de jornalismo, dois para o departamento comercial e os demais para os setores administrativo e operacional.

Além de retransmitir a programação da Rede Globo, a emissora produz um vasto conteúdo jornalístico diário: Bom Dia Mirante, Globo Esporte estadual, JMTV 1ª edição ao meio dia e JMTV 2ª edição às 19h15, além de cinco inserções diárias do Mirante Notícia com flashes gravados das principais notícias da cidade. Todos esses programas, com exceção do Mirante Notícia são apresentados a partir da capital São Luís, com a participação das demais emissoras do estado. Coincidentemente, a partir da data de redação desse artigo, a emissora deixou de exibir localmente o JMTV segunda edição. A TV Mirante Balsas também participa dos programas semanais como Repórter Mirante que exibe reportagens especiais de todo

estado aos sábados pela manhã e tem destacada participação no Mirante Rural aos domingos, uma revista dos principais assuntos ligados ao agronegócio em todos os seus aspectos.

Em relação à linha editorial, a TV Mirante Balsas, a exemplo das demais afiliadas segue rigorosamente os princípios editoriais do Grupo Globo amplamente divulgados nas plataformas digitais do maior grupo de comunicação do país, destacando a isenção, a correção, a imparcialidade na divulgação de notícias sendo apartidária e defendendo a liberdade de expressão preconizada pela Constituição.

Em relação ao comercial, a TV Mirante Balsas dispõe de espaços publicitários em sua grade de programação previamente concedidos pela Rede Globo. Tais espaços são intercalados entre os programas nacionais e locais. Dessa forma o anunciante pode escolher os horários de maior audiência e os espaços que mais se adequem a classe econômica e social de seus possíveis clientes. A emissora dispõe de uma tabela de preços das inserções enviada periodicamente pela rede Globo que leva em conta o horário, a população a ser alcançada e os nichos de consumidores que assistem determinados programas.

Atualmente a TV Mirante Balsas opera com o sinal digital e reportagens e peças publicitárias com qualidade HD, o que a torna mais competitiva do mercado trabalho, dada a qualidade da transmissão. É prática de a emissora fazer a convergência de mídias direcionando os telespectadores para o ambiente da Internet por meio do G1 Maranhão, portal de notícias hospedado dentro do G1 Nacional. Brevemente a programação da TV Mirante também será disponibilizada no aplicativo Globo Play, possibilitando mais uma opção para que as empresas anunciem seus produtos.

- TV BOA NOTÍCIA

A TV Boa Notícia, canal 13, afiliada a Rede Vida, começou a transmitir o sinal em 2003. Atualmente a administração é da Paróquia de Santo Antônio. A Rede Vida é o canal da família e a TV da Boa Notícia. Tem compromisso com a formação e a informação, um espaço para as pastorais da igreja e os diversos movimentos religiosos e do diálogo ecumênico e inter-religioso.

A TV produz e exhibe os programas:

- Tribuna Independente Balsas

Gênero: Entrevista

Exibição: Segunda À Sexta

Horário: 7h às 7h45

Apresentação: Urubatan Pinheiro

Produção: TV Boa Notícia

Linha Editorial: O Tribuna Independente Balsas traz entrevistas temáticas com estudiosos e especialistas de diversas áreas (Educação, Política, Família, Saúde, Assuntos Eclesiásticos e Temas da Atualidade)

Público-Alvo: Jovens e adultos das classes A-E.

- O Pão Da Palavra

Gênero: Religioso

Exibição: Segunda a Sábado

Horário: 11h50 às 12h

Apresentação: Padre José Alberto / Marlene Garcez (Sábado)

Produção: TV Boa Notícia

Linha Editorial: O Pão Da Palavra anuncia o evangelho às comunidades, mostrando o verdadeiro caminho para ser um cristão autêntico e participativo na sociedade.

Público-Alvo: Jovens e adultos cristãos

- Cantidiano Na Tv

Gênero: Jornalismo

Exibição: Segunda À Sexta

Horário: 12h às 13h30

Apresentação: Cantidiano Freitas

Produção: JJ Produções em Parceria com a TV Boa Notícia

Linha Editorial: O Programa Cantidiano Na TV traz as notícias locais, mostrando o que acontece em Balsas e região, com prestação de serviços, utilidade pública, denúncias, campanhas solidárias.

Público-Alvo: Jovens e adultos das classes A-E

- Santa Missa

Gênero: Religioso

Exibição: Domingo

Horário: 06h30 às 07h30

Apresentação: padres, ministros e leigos

Produção/Realização: Paróquia de Santo Antônio

Linha Editorial: a Santa Missa de domingo traz sempre palavras de fé, encorajamento e reflexão para a vida. É transmitida direto da Igreja Matriz de Santo Antônio com o objetivo principal de atender os fiéis católicos que por algum motivo não podem se dirigir até a igreja.

Público-Alvo: Crianças, jovens e adultos cristãos católicos.

- Balsas Rural

Gênero: Rural

Exibição: Sábado

Horário: 12h às 13h

Apresentação: César Carmo

Produção: Aquarius Publicidades E Produções

Linha Editorial: O programa Balsas Rural traz informações para o homem do campo com notícias sobre o agronegócio, agricultura familiar, preservação ambiental, empreendimentos rurais, pesquisas, principais índices do setor agrícola, previsão do tempo.

Público-Alvo: Homem Do Campo

- Facim Facim

Gênero: Sorteio

Exibição: Domingo

Horário: 10h às 11h

Apresentação: Carlos Eduardo e Carla Alencar

Produção: A2 Produções

Linha Editorial: O Bilhete de Contribuição Voluntária Facim Facim sorteia em forma de bingo vários objetos de diferentes valores, premiando ganhadores de diversos segmentos sociais. O Facim Facim destina parte da renda arrecadada para o projeto social Criança Maravilha

Público-Alvo: apostadores do prêmio.

A TV Boa notícia não possui nenhuma medição de audiência, mas entende que todos os programas têm uma boa aceitação pelo público-alvo de cada programa.

- PORTAL DIÁRIO DE BALSAS

O portal online Diário de Balsas foi ao ar em 2014, sob a direção de Emanuel Lemos. Não há um público-alvo definido, conforme aponta o diretor. É um portal focado no jornalismo regional, cobrindo os principais acontecimentos: factuais, política, comunidade, esportes, policial, agronegócios, etc., e tem atualização diariamente.

Possui quatro funcionários, desempenhando a produção jornalística, a reprodução de conteúdos de outras fontes, o marketing e publicidade, e um técnico de informática responsável pelo site. Em relação aos anúncios, o Diário de Balsas tem espaços de banners posicionados no layout, páginas internas, direcionamento para sites dos anunciantes, fan page e grupos de WhatsApp. Utilizam também Facebook e telefone para interagir com os internautas.

Ao analisar o levantamento parcial sobre o cenário da mídia balsense pode-se notar fatos comuns a todas elas, assim como diferenças substanciais, principalmente em relação ao

modelo de jornalismo praticado em suas redações. Em relação à linha editorial adotada, todos os veículos pesquisados se definiram como defensores do jornalismo comunitário, com espaço para o posicionamento de todos os lados da notícia e sobretudo a resposta às demandas da sociedade.

As duas emissoras de TV pesquisadas, Mirante e Boa notícia, têm perfis editoriais parecidos em relação ao jornalismo local. No entanto, a chamada programação nacional diverge uma da outra. Na primeira, além do jornalismo, os intervalos comerciais são intercalados com novelas, filmes e programas de entretenimento; enquanto que na segunda, o jornalismo local é quase que 100% direcionado para um único programa, e o restante dos espaços comerciais são diluídos numa programação predominantemente religiosa. Há de se ressaltar que no caso da TV Mirante existe um direcionamento dos espaços com relação a faixa etária, possibilitando ao anunciante programar os anúncios, de acordo com seu público-alvo.

Em relação às emissoras de rádio, Jovem FM e Boa Notícia AM, as informações obtidas apontam para uma diferença básica entre ambas: a primeira tem na programação musical diversificada sua principal característica; a segunda adota um misto de musical e programas comunitários e religiosos. A única característica que as emissoras de rádio se igualam é a disponibilização de espaços publicitários para a divulgação de produtos das empresas locais.

Já no que diz respeito aos jornais Folha do Cerrado e Correio do Maranhão do Sul, as características editoriais e comerciais são praticamente idênticas, visto que ambos se destinam aos noticiários políticos com alcance regional com a mesma distribuição de espaços em suas páginas para a inserção de anúncios.

O único portal de notícias da cidade, o Diário de Balsas, também se utiliza as redes sociais para divulgação de noticiário local, regional e nacional fazendo o que se chama de convergência de mídias e tem no seu número de acessos para atrair anunciantes.

Finalmente, em relação ao perfil das mídias de Balsas percebe que entre os veículos pesquisados conclui-se que destacando um ou outro que possui uma estrutura jornalística e comercial bem estruturada, a maioria não dispõe de um planejamento de marketing adequado para atender a demanda local.

5. ANÁLISE DO PERFIL DO CONSUMIDOR BALSENSE

Passamos então à avaliação dos resultados do formulário respondido pelos consumidores balsenses. 207 pessoas responderam o questionário, sendo 65,7% mulheres e 34,3% homens, tendo mais, portanto, a resposta feminina. 39,6% residem na zona oeste, 17,9 na zona central, 17,7 na zona norte, 14% na zona sul e 11,1% na zona leste. (Apesar de a zona oeste ter uma participação mais significativa em relação às demais, é importante salientar que 17 bairros da zona oeste responderam esse questionário, sendo portanto, a maior zona.)

Em relação ao grau de escolaridade, 8,7% possui pós-graduação completa, 4,3% tem a pós-graduação incompleta, 38,2% têm ensino superior incompleto, 21,7% tem ensino superior completo, 17,9% tem o ensino médio completo, 6,3% tem o ensino médio incompleto, 1,9% tem o ensino fundamental completo, 1% tem o ensino fundamental incompleto.

Em relação às idades, 37,2% tem de 15 a 20 anos, 36,2% tem de 21 a 30 anos, 15,5% tem de 31 a 40 anos, 5,8% tem de 41 a 50 anos, 3,9% tem de 51 a 60 anos, e 1,4% tem de 61 a 70 anos de idade.

Em relação à atividade profissional, 25,6% diz ter nenhuma atividade profissional, 42,4% trabalha em empresas privadas, 15,8% trabalham em empresas públicas, 3,9% são profissionais liberais, e 12,3% se dizem autônomos. Quanto à renda familiar mensal 6,8% é de um salário mínimo, 47,3% é de um a três salários mínimos, 22,2% é de quatro a cinco salários mínimos, 20,3% é de seis a dez salários mínimos, e 3,4% não tem renda familiar mensal. 1% se considera da classe D, 36,2% da classe C, 35,3% da classe B, e 3,9% da classe A. 23,7% não souberam responder sobre a classe social a que pertencem.

A primeira pergunta específica sobre os meios de comunicação, pedia que citasse a principal mídia utilizada no dia a dia para se informar. 51,2% das respostas apontaram as redes sociais como principal meio obter informações, em seguida, os sites com 17,9%, os grupos de WhatsApp com 15,9%, a TV com 10,6%, a rádio com 2% e os jornais com 2,4%. A opção revista não obteve nenhuma porcentagem. Já é possível analisar que hoje em dia, o principal meio de comunicação para a comunidade balsense é a internet.

Quando a pergunta foi sobre qual rede social acessa frequentemente, 78,7% apontaram o Facebook, 71,5% o Instagram, e 16,9% o Twitter. As outras redes sociais obtiveram pequena ou nenhuma amostragem.

A próxima pergunta era “Como costuma se informar a respeito de promoções de empresas, serviços ou marcas?”. As redes sociais, o WhatsApp e os anúncios em programas de televisão ficaram a frente com respectivamente 67,1%, 44% e 32,9%.

“E produtos novos? onde costumam procurar informações em primeiro lugar?” 35,3% procuram em sites de busca, 30,9% disseram pesquisar nas lojas online, 15,9% em sites especializados e 8,7% nas redes sociais. A opção Lojas Físicas ficou com apenas 6,3% enquanto as opções que envolvem internet dominam a pesquisa.

A seguinte pergunta do questionário dizia respeito a última vez em que o consumidor comprou um produto influenciado por um comercial ou campanha publicitária. 24,2% responderam No último mês, 22,7% comprou por influência nos últimos 6 meses, 15,9% na última semana e 16,4% nunca compraram por influência de anúncios. Em relação à influência a partir de críticas e elogios, a opinião que mais influencia na decisão de compra são os comentários de amigos e conhecidos (47,3%), em seguida, as informações encontradas em sites especializados (21,3%) e informações repassadas por vendedores ou no site da loja/produto (13%).

Sobre os pontos que o cliente acha que devem estar em destaques em um anúncio publicitário, o preço, a qualidade do produto, as suas principais utilidades, a promoção e as

informações básicas estiveram à frente respectivamente com 79,7%, 67,6%, 51,7%, 49,9% e 46,9%.

O atendimento (88,9%), o preço (77,3%) e os descontos (57%) são fatores que conquistam o interesse do cliente, na hora de decidir sobre a compra de um produto.

27,5% das pessoas que responderam a pesquisa fizeram compras pela internet no último mês, 25,6% nos últimos seis meses, e 9,2% na última semana. 16,9% nunca fizeram compras pela internet. 56,5% disse que compra tanto pela internet, quanto em lojas físicas, 12,6% só faz compras pela internet de produtos que não precisa experimentar, e 12,1% só faz compras em lojas físicas.

Quando perguntado sobre comprar pelo smartphone, 38,9% já compraram até 10 vezes, 26,8% compraram apenas uma vez, e 7,6% já compraram mais de 20 vezes. As formas de pagamento mais utilizadas pelo consumidor balsense é em Dinheiro (66,2%), Cartão de débito (55,1%) e boleto bancário (49,8%).

Percebe-se a partir da análise dos questionários, que a internet têm sido não somente o principal meio de comunicação, como também o meio essencial para se obter informações ao adquirir algum produto ou serviço. Em todas as perguntas que envolviam a internet (seja ela através de sites ou redes sociais), os números são bastante elevados em relação a outros veículos como televisão ou rádio. Entretanto, os demais veículos de comunicação analisados nessa pesquisa têm a sua importante parcela de participação ao informar os consumidores, que é o que se percebe ao analisar o dado de que os anúncios em TV estão no ranking de anúncios que mais informam sobre promoções, descontos, etc.

Examinando a maioria das respostas em comum, e fazendo um comparativo entre as questões acima, o perfil parcial do consumidor balsense pode ser definido como um indivíduo que utiliza da internet, em especial, as redes sociais, para se informar ou para consumir anúncios publicitários. Esse consumidor também é influenciado pela opinião de terceiros, ou por vendedores, e levam em consideração o atendimento, o preço e os descontos em sua compra.

Nota-se que apesar dos veículos de comunicação mais avaliados na presente pesquisa serem rádio, televisão e jornais, a internet é a que mais influencia o consumidor, não através de mídias que produzem conteúdos informativos, de cunho jornalístico, mas através das redes sociais, em que são surpreendidos a todo instante por uma infinidade de anúncios.

Os meios de comunicação estudados, por sua vez, utilizam das redes sociais para uma tentativa de interação com o seu público, muitas vezes para divulgação dos seus programas e recebimento de sugestões do telespectador/ouvinte/ leitor, mas não para divulgação de conteúdo publicitário, restringindo apenas para os comerciais, que não conseguem obter os melhores resultados, por não entender o público-alvo e não trabalhar em cima de estratégias para engajar e impulsionar esse marketing.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho foi possível refletir sobre a necessidade em estudar um perfil do consumidor através do levantamento de informações que possam nortear as estratégias do profissional de marketing e das empresas que desejam anunciar os seus produtos e serviços.

Portanto, foi iniciado através deste, o perfil do consumidor balsense, e o levantamento de informações sobre as principais mídias da cidade de Balsas, entendendo características pontuais para fomentar estratégias que farão mudanças positivas quanto ao uso da publicidade para o consumo.

Conclui-se a partir da análise dos questionários, que o consumidor balsense está cada vez mais conectado, e se adequando às tecnologias, e ao uso da internet para atividades corriqueiras. As empresas por sua vez, precisam perceber esse perfil do consumidor para então trabalhar estratégias que levem o cliente a consumir mais e melhor, se adequando ao uso das mídias digitais, que sem dúvidas, é o presente e o futuro da comunicação.

O trabalho desenvolvido nesse artigo trata de um resultado parcial a respeito do consumidor balsense, uma vez que não obteve-se respostas de todas as mídias existentes na região. Do mesmo modo, uma amostragem maior de respondentes de um novo questionário mais especificado é necessidade desta pesquisa, o que aponta a sua continuidade para resultados mais refinados.

7. REFERÊNCIAS

- BLACKWELL, R. et al. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- GRANOVETTER, M. et al. **Business groups and social organization**. New York: Russel Sage Foundation, 2005.
- KOTLER, P. ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- MUCCHIELLI, Roger. **A Psicologia da Publicidade e da Propaganda**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- SANT' ANNA, Armando. **Teoria, Técnica e Prática da Propaganda**. São Paulo: Pioneira, 1973
- SILVA, H. et al. **Planejamento estratégico de marketing**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOLIS, Brian. **Engage!**. USA: John Wiley & Sons, Inc, 2010.

SOLOMON, Michael R. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SOUSA, Danielle Andrade. **O Marketing como prática estratégica na comunicação publicitária**. Disponível em < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-danielle-marketing-comunicacao.pdf>>. Acesso em: 16.08.2017.

WHITTAKER, L. et al. **The dynamics of mass interaction**. London. 2008.

PRINCÍPIO DA COCULPABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DO APENADO

Suzy Rodrigues⁵

Vamary Rodrigues Ribeiro⁶

Tatiana Moraes Cosate⁷

Resumo: Este artigo centraliza-se na análise do princípio da coculpabilidade, que se trata de um instituto implícito na Constituição e que tem como escopo a corresponsabilização do Estado quanto à prática da conduta delitiva do agente. Com a ênfase em tal princípio, critica-se a inércia do Estado quanto à efetivação dos direitos sociais do apenado, ao qual inicia a vida criminosa em virtude da ausência da assistência estatal, responsável pela sua formação como indivíduo da sociedade. Tal inércia resultaria na possibilidade de atenuar a pena do sujeito como uma forma de efetivar os seus direitos sociais, além de o Estado oferecer-lhe meios de socialização adequados para que retornasse à vida em sociedade, uma vez que não há a possibilidade de responsabilizar o Estado penalmente. Deste modo, o trabalho aborda, para além da coculpabilidade, o posicionamento dos tribunais quanto à sua aplicação e a importância da efetivação dos direitos sociais do apenado como forma de retomar o caráter de *ultima ratio* do direito penal, fazendo o Estado cumprir com o seu dever social.

Palavras-chave: Princípio da Coculpabilidade. Direitos sociais. Efetivação de direitos. Atenuar a pena. Responsabilidade do Estado.

Resumén: Este artículo se centraliza en el análisis de principio de la co-culpabilidad, que se trata de un instituto implícito en la Constitución y que tiene como objetivo la corresponsabilidad del Estado cuándo el delincuente práctica una conducta delictiva. Con el énfasis en tal principio, al criticar la inercia del Estado para la efectividad de los derechos sociales del condenado, el cuál inicia una vida criminal en virtud de la ausencia de asistencia estatal, siendo responsable de su formación como individuo de la Sociedad. En tal caso habría posibilidad de suavizar la pena del del delincuente como una forma de efectivar sus derechos sociales, aparte de que el Estado le ofrezca medios de socialización adecuados de rehabilitación para una vida en sociedad, una vez que no hay posibilidad de responsabilizar al Estado penalmente. De este modo el trabajo aborda, aparte de la culpabilidad, el posicionamiento de los tribunales cuándo su aplicación es la importancia de la efectividad de los derechos sociales del condenado como forma de retomar el carácter de última ratio del derecho penal, haciendo cumplir con su deber social.

Palabras-clave: Princípio de la coculpabilidad. Derechos sociales. Efectivar derechos. Suavizar la pena. Responsabilidad del Estado.

⁵ Graduanda do 4º período do curso de Direito na Faculdade de Balsas (UNIBALSAS). E-mail: suzyrdgs@gmail.com

⁶ Graduanda do 4º período do curso de Direito na Faculdade de Balsas (UNIBALSAS) e bacharel em Bioquímica pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: vamary.rodrigues@uol.com.br

⁷ Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP); Especialista em Direito e Processo Penal pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Graduada em Direito pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina. Atualmente, é Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Balsas/MA e professora de Direito Processual Penal, Direito Penal, Criminologia e Introdução ao Estudo do Direito naquela Instituição.

1. INTRODUÇÃO

O princípio da coculpabilidade consiste num princípio implícito na Constituição que implica na corresponsabilidade do Estado quando o agente, em virtude da sua situação socioeconômica e por estar em uma posição de vulnerabilidade.

O indivíduo volta-se à prática delitiva para sanar as dificuldades advindas da inércia estatal, pois o Estado não foi capaz de cumprir com a prestação social para que o sujeito obtivesse o mínimo de condição para uma vida digna e, assim, agir de modo diverso, isto é, de conforme com a lei.

Deste modo, por ser um princípio implícito constitucionalmente, há a possibilidade de sua aplicação no que concerne à dosimetria da pena, como forma de garantir a eficácia de seus direitos sociais.

Sendo assim, o presente trabalho tem seu cerne na análise do instituto da coculpabilidade e nos direitos sociais, objetivando na construção de um saber que possibilite a expansão dos horizontes críticos do direito penal e do garantismo. Por meios das pesquisas bibliográficas, jurisprudenciais, estatísticas e legislativas procurou-se estabelecer um conteúdo que permitisse a elaboração de uma pesquisa de caráter puro, tendo por objeto a análise da coculpabilidade e os direitos sociais, para, logo mais, elaborar um paralelo entre os dois.

O trabalho foi arquitetado em 4 (quatro) tópicos. O primeiro tópico apresenta os dois institutos, culpabilidade e coculpabilidade. A culpabilidade é elemento fundamental para caracterizar uma conduta típica e ilícita como culpável, isto é, passível de lhe ser aplicada uma pena. Por outro lado, a coculpabilidade assevera a existência de uma corresponsabilidade do Estado no que concerne à condução do sujeito à prática delitiva.

O segundo tópico aborda a respeito da aplicação do princípio nos julgados brasileiros, isto é, o posicionamento adotado pelos tribunais. Deste modo, verificar-se-á a negativa das jurisprudências, sob a argumentação de que não se pode aceitar tal instituto por entender que as condições socioeconômicas do indivíduo não justificam a prática delituosa. Entretanto, será mostrada uma jurisprudência em sentido contrário, ao qual abraça a coculpabilidade.

No terceiro tópico será apresentada de forma sucinta a origem e a presença dos direitos sociais no ordenamento jurídico pátrio. Neste espaço, abordar-se-á a importância de tais princípios para prover as mínimas condições de subsistência aos membros da sociedade, como forma de efetivar a igualdade material.

Já no último tópico, fala-se sobre a utilização da coculpabilidade como meio de se efetivar os direitos sociais, fazendo uma breve crítica ao sistema prisional brasileiro e ao direito penal.

Portanto, este trabalho destaca sobre as consequências do abandono do indivíduo por parte do Estado, condicionando a sua conduta à prática delituosa para conseguir prover aquilo que o ente estatal deixou de lhe prestar, procurando, por meio da aplicabilidade da coculpabilidade, responsabilizar, não penalmente, o Estado pela sua inércia, para que, quanto à dosagem da pena, possa-lhe ser atenuada a pena e, também, oportunizada formas de lhe reintegrar na sociedade, bem como socializá-lo e reconstruir a sua integridade e dignidade.

2. O PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE E COCULPABILIDADE

Os princípios são os pilares do direito, é através deles que há o parâmetro a ser seguido quanto à exegese da norma positivada pelos operadores dessa ciência, para que haja uma interpretação que se ajuste à justiça, igualdade e humanidade.

Para os gregos, os princípios indicavam a origem de todas as coisas, sendo utilizado como paradigma, isto é, ponto de partida para todo conhecimento sobre a terra e o universo (REALE, 2012) e conforme a evolução epistemológica adquiriu uma pluralidade de significados, mas dentre todos impera o de “fundamento” para sustentar algum conhecimento, ou, um “ponto de partida” para algo. No Direito, os princípios indicam o modo que deve ser interpretada as suas normas, modo este que deve respeitar os fundamentos e os direitos humanos.

Então, depreende-se que nos princípios o intérprete da lei poderá aplicar a hermenêutica jurídica para dar mais clareza ao que o ordenamento jurídico pretende transmitir com a sua lei positivada. Isto é, os princípios são implícitos, pois são anteriores à norma jurídica positivada (MONTORO, 1997).

Neste sentido, o princípio da coculpabilidade emerge, como uma forma de guiar o intérprete da lei a aplicar o que a Constituição de 1988 enseja no seu texto. Tal instituto admite que há uma parcela de responsabilidade do Estado quando não cumpre com o seu dever de prestar ao indivíduo condições mínimas para que este consiga encaminhar-se na sociedade, provendo a formação educacional, saúde, assistência social, inclusão social, dentre outras políticas que efetivem a igualdade material tão defendida pelo filósofo Aristóteles de Estagira.

Entretanto, faz-se substancial compreender outro instituto, o da culpabilidade, qual seja requisito fundamental para constituir crime como fato típico, ilícito e culpável. A culpabilidade consiste na *volutas* do agente na prática da delinquência, sendo-lhe possível uma ação ou omissão diversa da praticada. Ou seja, o agente pratica uma ação ou omissão quando poderia de outro modo ter agido para cumprir com o disposto na lei, isto é, não cometer o crime.

Com isso, a coculpabilidade pode ser aplicada quando o agente não poderia de outro modo evitar a incidência da prática delituosa, em razão da sua insuficiência econômico-social, motivo este que lhe exigia a prática do delito para sua sobrevivência às exigências sociais.

Todavia, como não existe a possibilidade de culpar penalmente o Estado por sua falha quanto aos direitos sociais do indivíduo, poderia haver uma retratação ao tratar-se da dosimetria da pena, diminuindo ou atenuando a pena do agente como forma de compensar sua inércia.

2.1. Culpabilidade

A culpabilidade é um dos elementos que constitui uma conduta típica e antijurídica como sendo criminosa. Trata-se de um pressuposto para que haja a punibilidade do agente que incide sobre o fato, tendo em vista o caráter reprovável da conduta socialmente, a consciência da sua prática, e a exigibilidade de conduta diversa, ou seja, poderia de outro modo ter agido para não praticar o ilícito penal, além de o agente ser imputável.

Para Fernando Capez (2011, p. 323):

A culpabilidade é exatamente isso, ou seja, a possibilidade de se considerar alguém culpado pela prática de uma infração penal. Por essa razão, costuma ser definida como juízo de censurabilidade e reprovação exercido sobre alguém que praticou um fato típico e ilícito. Não se trata de elemento do crime, mas pressuposto para imposição de pena, porque, sendo um juízo de valor sobre o autor de uma infração penal, não se concebe possa, ao mesmo tempo, estar dentro do crime, como seu elemento, e fora, como juízo externo de valor do agente.

Nesse mesmo diapasão, de acordo com Welzel (1987, p.167), “culpabilidade é a reprovabilidade da configuração da vontade. Toda culpabilidade é, segundo isso, culpabilidade de vontade” (apud GRECO, 2014, p.379). Ou seja, o agente quando pratica uma ação ou omissão com a consciência de que a realização de tal conduta enseja um fato típico e antijurídico, que de tal modo expressará uma reprovabilidade da conduta e, conseqüentemente, uma sanção pelo direito penal, este é considerado culpado.

Existem duas espécies de culpabilidade no direito penal, quais sejam a culpabilidade do fato e a culpabilidade do autor. A culpabilidade do fato consiste na punição da conduta do agente e não no que ele é. Noutras palavras, reside na reprovação do fato praticado pelo sujeito, não importando aquilo que faz parte de sua subjetividade, à sua natureza. Ela envolve todas as circunstâncias do fato, mas não as questões biopsicológicas do agente. Em se tratando da culpabilidade do agente, a análise da reprovação recai sobre a natureza do ser do indivíduo, isto é, na sua personalidade e tudo aquilo que diz respeito à sua pessoa.

Para Zaffaroni (2005), a culpabilidade do autor viola a legalidade, uma vez que uma pessoa julga e rejeita a conduta de um indivíduo e a sua própria existência, fazendo a cumulação desses dois elementos (conduta-indivíduo) para estabelecer um parâmetro entre delito e pena. Isto é, como se houvesse uma separabilidade entre a conduta do sujeito e o próprio sujeito, uma vez que ambos dependem um do outro para existir.

No Direito Penal brasileiro, há uma mescla desses dois institutos, ora considerando-se a culpabilidade do fato, ora a do autor. O art. 59 do Código Penal traz em seu texto os seguintes dizeres, no que concerne às circunstâncias judiciais da dosagem da pena:

Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.

Para Nilo Batista (2007), a culpabilidade do fato trata do nexo entre a conduta do agente à consequência de sua ação ao bem jurídico tutelado pelo Direito Penal. Já a culpabilidade do autor é manifestação do princípio da individualização da pena e da intranscendência, vez que a pena não poderá passar da pessoa e deverá ser proporcional à conduta ilícita do agente.

Tendo isso em vista, cabe ressaltar que, de acordo com o art. 59 do Código Penal, o legislador optou tanto pela observação do que circunda o fato, quanto ao que diz respeito a sua personalidade, dando margem à aplicação do princípio da coculpabilidade, vez que a sociedade produz seus efeitos sob o comportamento do agente, influenciando na sua personalidade, principalmente quando esta sociedade não inclui o indivíduo, olvida de suas necessidades mais básicas e o discrimina, transformando o seu estado psicológico e posteriormente a sua ação à transgressão da legislação da sociedade, fazendo com que este rompa o contrato social e instigue o Estado a exercer o seu *jus puniendi*.

2.2. Coculpabilidade

O princípio da coculpabilidade trata da culpabilidade do Estado por não cumprir com o seu dever social para com o indivíduo que, em virtude da sua hipossuficiência e das desigualdades provocadas por essa inoperância estatal, conduzem o sujeito à prática da conduta delituosa, como alternativa para contornar os problemas da pobreza, miséria, discriminação e desemprego.

O princípio da co-culpabilidade é um princípio constitucional implícito que reconhece a corresponsabilidade do Estado no cometimento de determinados delitos, praticados por cidadãos que possuem menor âmbito de autodeterminação diante das circunstâncias do caso concreto, principalmente no que se refere às condições sociais e econômicas do agente, o que enseja menor reprovação social, gerando consequências práticas não só na aplicação e execução da pena, mas também no processo penal (MOURA, 2006, p.41).

Aqui, o Estado rompe com o seu dever contratual – de prestar as mínimas condições para a dignidade humana – enquanto que o indivíduo, também, rompe com a sua obrigação de não transgredir a norma jurídica positivada – quando comete a infração penal. Essa coculpabilidade é isto, uma quebra contratual que resulta numa responsabilização de ambas as partes, colocando o indivíduo e o Estado no mesmo polo.

Entretanto, como não há possibilidade jurídica de penalizar o Estado cerceando sua liberdade por sê-lo um ente fictício, tal princípio defende a diminuição ou atenuação da pena como forma de subtrair os danos causados pela ausência do Estado na vida social do indivíduo, tornando a pena razoável à conduta praticada.

É exatamente isso que Rogério Greco assevera:

A teoria da co-culpabilidade ingressa no mundo do Direito Penal para apontar e evidenciar a parcela de responsabilidade que deve ser atribuída à sociedade quando da prática de determinadas infrações penais pelos seus supostos cidadãos. Contamos com uma legião de miseráveis que não possuem teto para abrigar-se, morando embaixo de viadutos ou dormindo em praças ou calçadas, que não conseguem emprego, pois o Estado não os preparou e os qualificou para que pudessem trabalhar que vivem a mendigar por um prato de comida, que fazem uso da bebida alcoólica para fugir à realidade que lhes é impingida, quando tais pessoas praticam crimes, devemos apurar e dividir essa responsabilidade com a sociedade (2014, p.421).

Contudo, há que se falar da possibilidade de penalização pecuniária do Estado, uma vez que ele é obra fictícia, ao qual se personaliza em entidades e órgãos presididos por pessoas que não podem responder pelos danos provocados pelo ente. Entretanto, essa penalização pecuniária não é suficiente para restituir os danos causados a esse sujeito, uma vez que o que fora dismantelado trata-se do seu estado psicológico, da sua formação ético-moral, social, já que o indivíduo que não teve acesso aos sistemas educacionais, culturais e muito menos foi incluído no espaço social, não podendo ser considerado como sujeito socializado, vez que não recebeu a formação cívica adequada para lhe integrar ao meio social.

Em se tratando da realidade brasileira, é evidente o nível de desigualdade social que assola todas as regiões do país, deixando mais visível ainda o perfil dos encarcerados, a qual a maioria pertence às classes menos autodeterminadas (MOURA, 2006).

Isso se dá pela transformação do Direito Penal Mínimo - ao qual deveria ser instrumento para punir àqueles casos mais interessantes à tutela do Estado, após todas as medidas para a solução dos problemas sociais falharem, no que diz respeito à socialização do indivíduo - como a regra para corrigir os problemas gerados pela ausência estatal na vida dos

sujeitos. Isto é, o exercício do *jus puniendi* na concretude se dá como a “solução” para as mazelas oriundas das desigualdades e demais problemas sociais.

3. A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COCULPABILIDADE NOS JULGADOS BRASILEIROS

Apontada a relevância do princípio da coculpabilidade, é importante frisar que a possibilidade de sua aplicação se dá em conformidade com as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal pátrio, uma vez que o magistrado analisará o perfil do agente, as circunstâncias do delito, bem como tudo aquilo que diz respeito à motivação, ensejando, de forma implícita, a aplicação do instituto da coculpabilidade. Ademais, também cabe a sua aplicabilidade como circunstância atenuante genérica, é o que traz o artigo 66 do CP: A pena poderá ser ainda atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei.

Por isso, é substancial verificar o que os tribunais compreendem acerca da aplicação do instituto nos casos concretos. O julgado abaixo diz respeito à Apelação Criminal apresentada ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ao qual dispôs sobre a inaplicabilidade do princípio da coculpabilidade, leia-se o que o órgão disse acerca do tema, quanto ao porte ilegal de arma de fogo:

PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO RASPADA. PRINCÍPIO DA CO-CULPABILIDADE. INAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DO VALOR DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, TENDO EM VISTA AS CONDIÇÕES FINANCEIRAS DO APELANTE. RECURSO PROVIDO EM PARTE.

- O Estado e a Sociedade não podem ser responsabilizados pela criminalidade sob o fundamento da ausência de oportunidades aos indivíduos menos favorecidos, uma vez que o problema da delinquência atinge todas as camadas sociais, e o acolhimento de tal tese implicaria em caos social, impunidade e descrédito da Justiça (Apelação Criminal nº 10024100966472001, Quarta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça de MG, Rel: Doorgal Andrada, julgado em 21/08/2013).

O entendimento versa sobre a impossibilidade de sua agregação sob o argumento de que não se justifica a delinquência pela ausência de oportunidades aos menos favorecidos e ainda diz que a delinquência atinge todas as camadas sociais, o que geraria num caos social caso fosse apreciada a corresponsabilidade do Estado e da sociedade para justificar a conduta delituosa.

Tal decisão mostra-se vazia e carece de maior ênfase, uma vez que dados estatísticos do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) de 2014 apontam que a classe mais

atingida pela criminalidade é a mais vulnerável, cerca de 75% da população que compõe o sistema prisional brasileiro tem até o Ensino Fundamental completo, sendo que 25% compõe os que têm o Ensino Médio ou Superior completos.

Ademais, aproximadamente 62% dos que compõe a população carcerária no Brasil são negros ou pardos, enquanto que apenas 37% são brancos. Portanto, ainda que haja a negatória do Estado em relação à coculpabilidade, fica notória a sua inércia quando se trata do seu cumprimento com o dever de prestar a esses indivíduos a devida assistência e o acompanhamento.

Neste mesmo sentido, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul entende que as condições socioeconômicas não justificam a prática delituosa do agente. O julgado abaixo se trata da apelação de um furto qualificado em que a parte alega o princípio da coculpabilidade para que sua pena seja atenuada.

APELAÇÃO-CRIME. FURTO QUALIFICADO. PRINCIPIO DA CO-CULPABILIDADE. INAPLICABILIDADE.

Inviável a aplicação da atenuante genérica. As desigualdades econômico-sociais não têm o condão de justificar a prática de condutas ilícitas. DELITO CONSUMADO. Ainda que o réu não tenha tido a posse mansa e pacífica dos objetos subtraídos, estes saíram da esfera de vigilância da vítima. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. Condenação mantida. Apelo improvido. Unânime. (Apelação Crime Nº 70044061299, Quarta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Aristides Pedroso de Albuquerque, julgado em 25/08/2011).

Uma decisão proferida no ano de 2006 chamou a atenção, pois de acordo com o entendimento do magistrado, proveu-se parcialmente o recurso ao qual solicitava o reconhecimento da coculpabilidade no caso que tratava de um furto qualificado, em que o autor do delito é Alexandro Tavares Miguel. O apelante interpôs recurso contra a decisão do magistrado, resultando numa apreciação significativa, mostrando-se, ainda que em passos curtos, uma evolução para o direito penal brasileiro. Tal julgado informa no seu conteúdo:

FURTO EM RESIDÊNCIA. CONCURSO DE AGENTES. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. FATO TÍPICO. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. Além da inexistência de resultado patrimonial, a ocorrência de crime bagatela exige análise acerca do desvalor da conduta do agente. A invasão da residência da vítima imprime desvalor à ação, tornando incabível a aplicação do princípio da insignificância. JUÍZO CONDENATÓRIO MANTIDO. INCIDÊNCIA DA ATENUANTE GENÉRICA PREVISTA NO ART. 66 DO CP. RÉU SEMI-ALFABETIZADO. INSTITUTO DA CO-CULPABILIDADE. REDUÇÃO DA PENA. MULTA. ISENÇÃO DE PAGAMENTO. POSSIBILIDADE. PENA QUE TRANSCENDE DA PESSOA DO

CONDENADO POBRE, ATINGINDO SEUS FAMILIARES. Apelação parcialmente provida. (Apelação Crime Nº 70013886742, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Antônio Bandeira Scapini, Julgado em 20/04/2006).

A decisão embasou-se no art. 66 do Código Penal, qual seja a aplicabilidade de uma atenuante genérica inominada em virtude de circunstância relevante, uma vez que o réu encontrava-se em condições socioeconômicas muito inferiores e apresentava o grau de escolaridade básico incompleto, ademais, tendo a sua condição vulnerável atingido os familiares. O magistrado compreendeu a atenuação da pena, admitindo a incidência da coculpabilidade ou culpabilidade pela vulnerabilidade ao réu do caso.

Apesar de a decisão ter sido um importante marco de referência para os outros tribunais, cabe ressaltar que não está a se falar em impunidade do agente, mas sim a possibilidade do reconhecimento da culpabilidade do Estado pelo descumprimento do seu dever de prestar os direitos sociais para que o indivíduo não procurasse na criminalidade o meio de garantir sua subsistência e as mínimas condições para que suas necessidades básicas fossem atendidas e alcançar uma posição social que lhe retirasse da zona de discriminação, miséria e desemprego.

Sobre isso, Zaffaroni argumenta sobre a inflação das prisões, em que se predominam as classes mais vulneráveis da sociedade, isto é, aquelas que apresentam maior incidência para o crime.

Es claramente verificable la sobrerrepresentación de algunas minorías en la prisionización, la presencia de mayor número de inmigrantes, en ocasiones la persecución a minorías sexuales, en todo caso la mayor incidencia en hombres jóvenes, desempleados, habitantes de barrios marginales, etc. La peligrosidad del sistema penal se reparte según la vulnerabilidad de las personas, como si se tratase de una epidemia (2005, p.243-244).

Neste sentido, não é ilícito afirmar que a culpabilidade atinge uma população determinada, sendo ela constituída em sua maior parte por indivíduos semianalfabetos, pretos, pardos e que se encontram em uma posição inferior dentro da sociedade. Assim, Wacquant (2003) critica essa posição penal do Estado ao qual sanciona apenas as classes vulneráveis e cuja vulnerabilidade é resultado da sua inércia, quando este deixa de cumprir com a sua obrigação.

É o que o próprio autor denomina “punir os pobres”, uma vez que esses pobres ameaçam a ordem pública, o patrimônio alheio, a segurança e a integridade das pessoas de

bem, olvidando que esses mesmos indivíduos, caso tivessem a mesma oportunidade que os outros e acesso aos serviços mais básicos, também pertenceriam à casta dos “cidadãos de bem”.

4. OS DIREITOS SOCIAIS

Para tratar dos direitos sociais, há que se falar em direitos fundamentais aos quais nasceram de lutas intermitentes entre o povo e o seu soberano, ao qual impunham condições ao Estado para que este pudesse subsistir na esfera político-jurídica. Como ensina Bobbio (2004), trata-se da superação da relação dicotômica entre soberano/súdito para Estado/Cidadão. O que nas palavras de Hannah Arendt (1989) significa a afirmação do “direito a ter direitos”.

Mais precisamente, nas Revoluções Liberais é que as reivindicações de uma classe (a burguesia) principia a conformação do Estado, antes absoluto, para abstencionista. Os direitos fundamentais, hoje positivados, são resultados da passagem das três dimensões dos direitos fundamentais.

O lema da Revolução Francesa: *liberté, égalité, fraternité*; tratam das três importantes fases ou gerações da consolidação dos direitos fundamentais. Entretanto, essa afirmação não fora rápida, mas lenta e gradual. Ainda com Bobbio (2004), os direitos fundamentais não surgem de uma hora para a outra, trata-se de um processo histórico, em que a cada período surge a necessidade de um direito.

Nas suas palavras:

[...] os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. Os direitos nascem quando devem ou podem nascer (BOBBIO, 2004, p.26).

Para se conceituar e caracterizar os direitos sociais deve-se aclarar ao menos as duas dimensões ou gerações dos direitos fundamentais. A primeira dimensão/geração trata da exigência da classe burguesa em ascendência pelo direito às liberdades e direitos políticos. Dessa geração, pode-se depreender a forte presença do individualismo. O Estado absolutista perdeu sua força após os burgueses e demais comerciantes irem de encontro às regalias dos soberanos e do clero, ao qual só impunham deveres e mais obrigações aos seus subordinados, sem nenhum auxílio ou direito que valorizasse a importância desses sujeitos na construção e sustento do Estado; impedindo a atuação destes na gestão da própria vida e na política.

No que concerne à segunda dimensão/geração dos direitos fundamentais, localizamos o nosso enfoque principal: os direitos sociais. Com o abstencionismo estatal e crescente desenvolvimento industrial, as desigualdades sociais tiveram um aumento grandioso, desencadeando numa série de problemas, tais como a pobreza e condições desumanas de trabalho.

A exploração por parte dos burgueses resultou novos atritos, dessa vez entre os burgueses e a população que não participava diretamente do desenvolvimento comercial e econômico, caracterizando a reivindicação do intervencionismo estatal na vida social para equilibrar as relações entre os indivíduos. Ou seja, nota-se a defesa pela igualdade social, isto é, todos como referência de direitos e, ainda, assegurados os direitos culturais e econômicos.

O Estado deixa de ser abstencionista para fundar o Estado do Bem-Estar Social, ou, Welfare State, baseado na prestação mínima de assistência para os cidadãos conseguirem alcançar uma vida digna. É o que Amartya Sen (2012) considera como a mudança do núcleo da igualdade intermediária para abranger as periferias sociais olvidadas e distantes.

Ou seja, havia uma igualdade relativa, que não abarcava a todos, entretanto, a necessidade de expandir o núcleo de abrangência para a redução das desigualdades geradas pelo liberalismo burguês só seria equilibrada com a atuação do Estado.

Consoante Ingo Wolfgang Sarlet:

A nota distintiva destes direitos é a sua dimensão positiva, uma vez que se cuida não mais de evitar a intervenção do Estado na esfera da liberdade individual, mas, sim, na lapidar formulação de C. Lafer, de propiciar um “direito de participar do bem-estar social” (2012, p.47).

Portanto, têm-se as peculiaridades substanciais na segunda dimensão, que trata dos direitos sociais, a saber, que o papel do Estado é intervencionista, defesa dos direitos sociais, econômicos e culturais, assistência do Estado para assegurar o bem-estar social. Na Carta Magna brasileira os direitos sociais estão dispersos, mas encontra-se a sua pertinência no Título I, que trata dos princípios fundamentais da República.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Esses são aspectos substanciais para que o bem-estar social torne-se efetivo, equiparando os sujeitos na medida das suas desigualdades. Portanto, os direitos sociais não se limitam somente aos referidos artigos, encontram-se dispersos e implícitos em todo o ordenamento jurídico.

5. PRINCÍPIO DA COCULPABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DO APENADO

Visto o conceito da coculpabilidade e a sua significância para o mundo jurídico e evolução do direito penal pátrio, seria conveniente dizer que a sua aplicação de tal modo implicaria na efetivação dos direitos constitucionalmente assegurados a qualquer cidadão, por ser também uma obrigação do Estado o cumprimento do que se expressa como fundamento basilar da República.

Ainda que tal aplicação demonstrasse uma efetividade tardia, já que o agente cometeu uma infração penal e alega que parcela de sua conduta tenha sido motivada pela conduta do Estado por não lhe garantir os seus direitos básicos, além de ofender a própria dignidade humana, tal instituto reduziria a pena a ser aplicada ao agente e a sua reprovação social.

A coculpabilidade é um princípio implícito que se dispõe nos artigos 1º e 3º da Carta Magna, bem como no art. 6º da mesma, que dispõe o rol de direitos sociais, quais sejam a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Sendo assim, torna-se notória a substancialidade do princípio, uma vez que o responsável pelo cumprimento dos direitos sociais é o Estado e sendo ele o agente regulador das relações humanas, que legisla penal e civilmente, deverá também ser responsabilizado pelo descumprimento do que fora estabelecido contratualmente com o indivíduo.

O agente, ao praticar o delito em razão da sua condição socioeconômica teria a sua pena reduzida em virtude da incidência do instituto, uma vez que tal aplicabilidade se daria pela sua agregação ao art. 59 do Código Penal, quais sejam as circunstâncias judiciais, cabendo o magistrado na sua discricionariedade impor a pena-base observando a condição social do agente, os motivos do crime; como também no artigo 66 do referido código, quanto às atenuantes genéricas inominadas, em se tratando da circunstância ao qual se encontra o sujeito, motivando-o à prática do delito.

Acerca disso, assevera Grégore Moura:

Com efeito, a positivação do princípio da co-culpabilidade no Código Penal brasileiro propiciará ao julgador considerar na aplicação e execução da pena, outras circunstâncias relevantes que circundam o delito, isto é, as condições

socioeconômicas do agente, desde que estas tenham influência na prática do fato crime (2006, p. 64).

Neste diapasão, o Relator Marcos Bandeira Scapini justifica a aplicação do instituto da coculpabilidade, no julgado citado no item 2, pelos seguintes motivos:

Quanto ao alegado instituto da co-culpabilidade, consta nos autos que o réu é “semianalfabeto”. Por certo, ALEXANDRO esteve, em algum momento de sua vida, matriculado em uma escola pública. O acusado, todavia, não aprendeu a ler e a escrever. Estamos, então, diante de um caso típico de alguém cuja experiência escolar foi encerrada precocemente pelo fracasso. Terá sido sua a responsabilidade por este fracasso? Podemos, enfim, atribuir a uma criança que não se alfabetiza alguma responsabilidade por este resultado quando, contemporaneamente, se sabe que todas as pessoas são capazes de aprender e que mesmo adultos podem ser alfabetizados em 3 (três) meses? Alguém pode, ainda, atribuir a uma criança que não se alfabetiza a responsabilidade por este resultado quando, desde que com o emprego do método adequado e com o necessário investimento afetivo, crianças autistas e mesmo seqüeladas cerebrais são alfabetizadas? Ora, é evidente que o fracasso escolar experimentado pelo acusado é de inteira responsabilidade do Estado. (Apelação Crime Nº 70013886742, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Antônio Bandeira Scapini, Julgado em 20/04/2006).

Deste modo, urge a atenção dos exegetas do direito para essa realidade ao qual assola grande parte da população brasileira, para que a dosimetria da pena atente aos fundamentos da Constituição Federal e responsabilize o Estado pela sua inoperância, além de reverter o estado penal ao qual se encontra a legislação, fazendo do direito penal a *ultima ratio* e não o direito penal do injusto, do inimigo. Ademais, não só diminua a pena, mas oferte a esse indivíduo a oportunidade de socialização dentro dos presídios, com políticas socioeducativas, culturais, laborais, etc.

Entretanto, não é suficiente apenas a redução do *quantum* da pena a ser aplicada, tampouco a incidência da reprovabilidade social, o Estado deveria implantar nos presídios, que são os estabelecimentos responsáveis pela ressocialização do indivíduo, políticas realmente socializadoras, vez que o indivíduo que comete a infração penal, em muitos dos casos, carece de uma escolaridade, de uma estrutura familiar, encontra-se desempregado, enfim, totalmente desamparado e impossibilitado de prosseguir a uma vida honesta, pois muitas vezes, no desespero de sua situação, encontram na criminalidade os contornos de seus problemas sociais.

Amartya Sen (2012) aduz que a igualdade é a afirmação e a égide da liberdade, sendo esta fundamental para que os direitos atinjam toda a esfera social.

Em virtude disso, salienta-se que conceituar os direitos sociais não é um exercício hermenêutico-histórico simples, entretanto, eles consistem na ampliação dos espaços políticos, jurídicos e econômicos que englobam a todos os partícipes da sociedade, garantindo a eles a segurança jurídica e proteção adequadas contra qualquer abuso perante a classe que movimenta a produção de matérias com o trabalho humano, redistribuindo, adequadamente, a economia estatal dentre os membros da sociedade, além de oferecer o acesso à saúde, educação, lazer e cultura, bem como assegurar a dignidade humana.

Com isso, depreende-se que a Constituição não se limita a aplicação dos princípios positivados, mas permite uma exegese de suas normas para que o ordenamento seja harmonizado, dando espaço aos institutos que pretendem reforçar o caráter justo da Carta Maior, assim como enseja com o princípio implícito da coculpabilidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio da coculpabilidade ou da corresponsabilidade do Estado tem seu alicerce sustentado na exegese dos fundamentos constitucionais da República, quais seja a dignidade humana, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Tal instituto admite a corresponsabilidade do Estado quando o agente infrator comete o delito em razão das suas circunstâncias socioeconômicas que impedem a sua autodeterminação social, isto é, de angariar na sociedade para que viva dignamente.

No Brasil, vê-se há muito a instauração das políticas neoliberais para tentar contornar as crises econômicas, o que evidencia uma transcontinentalidade de ideias ocidentais ou norte-americanas que falham constantemente, uma vez que a realidade brasileira não se configura aos modelos dessas sociedades, já que os seus problemas - que foram enraizados desde o Brasil-Colônia - ainda permanecem vivos, demonstrando a insuficiência de tais modelos para contornar os problemas das desigualdades sociais sem que haja primeiro uma mudança de paradigma.

Isto é, compreender os problemas sociais como oriundos de preconceitos e de políticas que só tendem a incluir aqueles que pertencem a uma posição diferenciada, além de compreender a criminalidade como produto desses fatores. Sendo assim, aplicada a ideia humanizada de um direito penal e não de um direito penal do inimigo.

É o que o Wacquant reitera sobre essas políticas que pregam a “supressão do Estado econômico, enfraquecimento do Estado social, fortalecimento e glorificação do Estado penal [...] (2001, p.18)”. Todavia, esse controle resta submetido às influências midiáticas, intelectuais e artísticas, às quais alimentam a indústria neoliberal.

Propagam um modelo que flexibiliza as relações entre empregador e empregado, vigendo um regime de exploração e submissão que condiciona o indivíduo vulnerável a moldar-se de acordo com as vontades dos empregadores, uma vez que não possuem condições de manter-se por estarem numa posição crítica na linha de pobreza. Para ficar mais clara a ideia, segundo dados do DEPEN de 2014, cerca de 46% das pessoas sentenciadas e condenadas no país corresponde aos crimes praticados contra o patrimônio.

Assim, exclui-se da sociedade capitalista àqueles que não têm a “força de vontade” laboral e que não se submetem às suas condições subumanas, ocasionando num aumento na desigualdade e alimentando ainda mais a miséria daqueles que se encontram excluídos da seletividade solidificada por esses capitalistas.

A consequência da ausência de oportunidade laboral provoca a aglomeração desses indivíduos em guetos ou favelas, concomitantemente gerando aumento na criminalidade. Grande parte desses locais é formada por negros ou mulatos, constituindo a zona-foco da atuação dos controles policiais.

É neste ponto que a ação punitiva do Estado se faz substancial, uma vez que a criminalidade ameaça o capital, a ordem pública existente somente para os que possuem “classe média” e, também, a imagem divulgada nas mídias do Estado para que sirva de modelo, enaltecendo ainda mais a política da “tolerância zero”, restando aos pobres as prisões da miséria.

Gastos milionários com construções de estabelecimentos prisionais, com a contratação de agentes da segurança pública, dentre outros atos que formam uma concatenação para a circulação de capital, deixando-se para trás outros setores fundamentais para o provimento mínimo de subsistência à população que clama providência estatal, como a saúde, educação, emprego, assistência previdenciária e dentre outras responsabilidades do Estado.

Wacquant (2001) chama a atenção para o que ele mesmo nomeia de “tráfico transcontinental” de ideias político-econômicas a serem implantadas aos redores do globo, como, por exemplo, na Europa.

É a “precariedade e a pobreza de massa, a generalização da insegurança social no cerne da prosperidade encontrada e o crescimento vertiginoso das desigualdades, o que alimenta segregações, criminalidade e o desamparo das instituições públicas” (WACQUANT, 200, p.80). Com o aumento da criminalidade, o preconceito instaura-se no meio social e o medo torna-se a arma fidedigna do poder de punir do Estado para amedrontar aqueles que ameacem o *status quo*. Isto é, passa-se a atribuir peculiaridades aos indivíduos que mais praticam os delitos, dentre eles os negros e pobres retirados diariamente dos olhos dos que pertencem à casta superior.

Destarte, percebe-se a predominância do etiquetamento penal, em que o direito penal mínimo opera como direito penal das castas, sendo as classes mais atingidas pelas sanções

penais àquelas que menos se autodeterminam, justamente pela inércia do Estado no provimento de condições mínimas para que estes se afirmem socialmente e sejam inseridas no espaço social de modo isonômico (COSATE, 2015).

Aqui, não se está a falar de impunidade, tampouco de transformar o indivíduo delinquente em vítima da sociedade, o que se afirma é que existe a predominância da criminalidade em razão da ausência do cumprimento do dever do Estado para com essas pessoas.

Muito se fala em “cidadão de bem”, mas pouco se atenta às nuances econômico-sociais as quais estes “cidadãos de bem” estão inseridos, como uma estrutura familiar que lhes possibilitem autodeterminar-se na sociedade, a alcançar um nível intelectual que lhes possibilitem fazer juízo de valor entre o moralmente correto e errado, além da oportunidade de ingressar no trabalho sem sofrer o preconceito provocado pela origem dessas pessoas, como se não importasse e não houvesse uma discriminação enraizada no Brasil.

O fato é que se estar a buscar com a aplicação do princípio da coculpabilidade o reconhecimento do Estado por deixar o indivíduo à mercê dos problemas sociais, tendo seu comportamento adequado à criminalidade por não ter oportunidades de ingresso em um trabalho sem que se submeta a condições subumanas e remuneração indigna, e sem sofrer discriminações pela cor, origem, credo e vestimenta.

Neste sentido, os direitos sociais seriam efetivados, quanto à aplicação da coculpabilidade nos julgamentos dessas pessoas, reduzindo os impactos causados nas suas vidas pela ausência da formação educacional e dos prejuízos oriundos dessa ausência, como o desemprego provocado pela carência de qualificação e, também, os preconceitos que advêm da mancha causada pela condenação.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDRT, Hannah. **Origens do totalitarismo - Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. Companhia das Letras, 1990.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 11.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 12.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. Código (1941). **Código Penal**. 12.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. DEPEN. **Departamento Penitenciário Nacional**. Disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf Acesso em: 15 de nov. de 2017.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

COSATE, Tatiana Moraes. **Direito Penal Mínimo: a idoneidade da proteção penal dos bens jurídicos transindividuais**. Curitiba: Juruá, 2015.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral**. 16.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Apelação Crime nº 10024100966472001. Rel. Doorgal Andrada, Quarta Câmara Criminal, Julgado em: 21.08.2013, **Diário da Justiça**, Belo Horizonte, 30 de ago. 2013. Disponível em: <https://tj-mg.jusbrasil.com.br> Acesso em: 15 de nov. de 2017.

MONTORO, André Franco. **Introdução à ciência do direito**. 24.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

MOURA, Grégore Moreira de. **Do princípio da coculpabilidade**. Niterói: Impetus, 2006.

REALE, Giovanni. **Pré-socráticos e orfismo**. Trad. Marcelo Perine. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Apelação Crime nº 70013886742. Rel. Des. Marco Antônio Bandeira Scapini, Sexta Câmara Criminal, Julgado em: 20.04.2006, **Diário da Justiça**, Porto Alegre, RS, 13 jun. 2006. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/> . Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Apelação Crime nº 70044061299. Rel. Aristides Pedroso de Albuquerque, Quarta Câmara Criminal, Julgado em: 25.08.2011, **Diário da Justiça**, Porto Alegre, RS. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/> Acesso em: 15 de nov. de 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Trad. Ricardo Doninelli Mendes. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

WACQUANT, Lloïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Trad. Eliana Aguiar. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WELZEL, Hans. **Derecho penal alemán.** Trad. Juan Bustos Ramirez e Sergio Yañes Pérez. Chile: Jurídica de Chile, 1987.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em torno de la cuestión penal.** Buenos Aires: Editorial IB de F, 2005.

APLICAÇÃO DE SOFTWARE LIVRE DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS NA ÁREA NOTARIAL E REGISTRAL

Leonardo dos Santos Miranda
Acadêmico do 4º período de Sistemas de Informação - Unibalsas
Email: ls.mirand4@gmail.com

Júnior Marcos Bandeira
Mestre em Tecnologia da Informação pela UFSM-RS
Coordenador e Professor da Faculdade de Balsas – Unibalsas
Email: coord.sistemas@unibalsas.edu.br

Resumo: A partir da evolução da sociedade, surgiram novos métodos de guardar documentos, um deles é a gestão eletrônica de documentos, pautada na necessidade de preservação eficiente de documentos importantes. Diante disso, este trabalho apresenta a definição dos sistemas de informação, assim como também apresenta os conceitos de software livre, softwares de gerenciamento eletrônico de documentos juntamente com a finalidade do uso deles na área notarial e registral. Apresenta-se como objetivo, a busca de um software livre de gestão de eletrônica de documentos, que seja capaz de fazer a gestão do acervo de arquivos digitalizados em cartório. O software é capaz de reunir, classificar e selecionar tanto os registros digitalizados, como também os documentos eletrônicos já existentes, de modo que é possível a inclusão deles na aplicação. A hipótese da pesquisa é que através do uso de um software livre de manutenção de documentos eletrônicos, esses terão mais disponibilidade.

Palavras-chave: software livre, gestão de documentos eletrônicos, preservação, notarial e registral, papel.

Abstract: Since the evolution of society, new methods of document storage have emerged, one of which is electronic document management, based on the need for efficient preservation of important documents. Therefore, this paper presents the definition of information systems, as well as presents the concepts of free software, electronic document management software along with the purpose of using them in the notarial and registry area. The goal is to search for free software for document electronics management, which is capable of managing the collection of files scanned in a notary's office. It is hoped to collect, sort and select both the scanned records as well as the existing electronic documents so that they can be included in the application. The hypothesis of the research is that through the use of free software to maintain electronic documents, these will have more security and availability.

Keywords: free software, electronic document management, preservation, notarial and registry, paper.

1. INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça - CNJ por meio da Recomendação nº09/2013, fala da formação arquivo de segurança pelos responsáveis pelas serventias do serviço extrajudicial de notas e registros. No primeiro artigo desta recomendação, é sugerido aos titulares dessas delegações do serviço extrajudicial de notas e de registro que mantenham cópias de segurança em mídia digital formado por imagens extraídas por meio de “*scanner*” e assinado eletronicamente com certificado digital.

Em contrapartida Baldam (2002, p.37) elenca vários os motivos que levam a implantação da ferramenta de gerenciamento eletrônico de documentos (GED), dentre os

principais, é a redução do tempo de processamento e manuseio do papel, aumentando assim a satisfação do usuário e maximizando o tempo de duração dos papéis.

Considerando o fato de que existe uma necessidade do setor notarial e registral de se digitalizar acervos históricos e também considerando que existem ferramentas de GED concomitantes com essas necessidades, delineou-se o problema da pesquisa: **Qual solução de software livre poderá atender os requisitos da gestão eletrônica de documentos de um cartório?** O objetivo do estudo trata de buscar, comparar, escolher e implementar de um sistema de informação baseados em *software* livre de Gestão Eletrônica de Documentos - GED no ramo notarial e registral, maximizando a segurança, preservação e a disponibilização de documentos oficiais da comunidade em um cartório.

2. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Quando se trata de Sistemas de Informação, pode-se inferir que é um ciclo de processos onde a informação é o objeto de transição. Segundo Albertão (2005, p. 67), um sistema de informação “é uma série de elementos ou componentes inter-relacionados, numa ordem específica, que co-letam, manipulam, disseminam os dados e informações e fornecem um mecanismo de *feedback*.”

Para Stair e Reynolds (2015, p.4), sistema de informação é um conjunto de elementos inter relacionados que coletam, manipulam, armazenam e disseminam dados e informações, e fornece reação corretiva como mecanismo de realimentação para alcançar um objetivo. Esse mecanismo é o componente que auxilia as organizações a alcançar seus objetivos, como aumentar os lucros ou melhorar seus serviços.

Diante disso pode-se afirmar que o sistema de informação auxilia seus usuários a cada vez aumentarem os lucros, otimizar os serviços prestados aos clientes e ainda tomarem decisões mais acertadas perante alguma situação. Além disso, as informações obtidas através dos sistemas têm papel bastante crucial nas organizações, onde são elas que fazem os negócios prosperarem, e manter a integridade delas é essencial.

2.1. Sistemas de informação baseados em computador.

Na atualidade, esse tipo de sistema de informação é um dos mais utilizados devido sua agilidade e se baseia no trabalho em conjunto dos recursos computacionais. Stair e Reynolds (2015, p.4) consideram que um sistema de informação baseado em computadores “é um conjunto único de hardwares, softwares, bancos de dados, telecomunicações, pessoas e procedimentos que são configurados para coletar, manipular, armazenar e processar dados em informações.”

Nesse sentido é possível entender que existe também um sistema de recursos computacionais que fazem atividades específicas, porém, a união deles fazem com que o um sistema de informação baseados nesses recursos, possa funcionar de maneira integrada.

2.2. Software livre

Segundo o site oficial da *Free Software Foundation*, um sistema de informação baseado em computador entra para a categoria de *Software Livre* quando entra de acordo com os quatro tipos de liberdade para os usuários do *software*:

-A liberdade para executar o programa, para qualquer propósito;

-A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades;

-A liberdade de redistribuir, inclusive vender, cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo;

-A liberdade de modificar o programa, e liberar estas modificações, de modo que toda a comunidade se beneficie;

Nessa perspectiva é possível fazer inferência que softwares livres optam pela liberdade de uso complementando a ideia das flexibilidade a mudanças e praticando a coletividade no desenvolvimento.

De acordo com Silveira e Cassino (2003 p.45), o *software* livre

além de libertar a sociedade das tecnologias proprietárias, mostra a força do conhecimento coletivo através do compartilhamento de ideias e da divisão de tarefas em prol de um objetivo comum, que traz benefícios a todos os que participam do processo. (SILVEIRA E CASSINO, 2003, p.45).

É com esses conceitos que pode-se entender que o objetivo dos softwares livres atualmente é mostrar a potencialidade do conhecimento coletivo através do desenvolvimento de sistemas flexíveis e promovendo o objetivo comum. Nesse aspecto, também existem softwares livres para gerenciamento eletrônico de documentos.

2.3. Gerenciamento eletrônico de documentos

Segundo Menezes (2014, p.27), a vasta produção de documentos em formato digital e o crescente aumento do uso das tecnologias eletrônicas conduziu a criação de sistemas de gerenciamento de documentos informatizados. Ainda continua, relatando que devido ao crescimento exponencial e acúmulo de documentos nas organizações, tendo como principais problemas a diminuição de espaço físico, a perda de documentos, acúmulo de massa documental sem gerenciamento, a dificuldade de acesso aos documentos, perda de tempo para localizar processos, destaca-se o objetivo de se implantar o GED e otimizar referidas dificuldades apresentadas de forma eficaz para o gerenciamento e a perfeita recuperação dos documentos.

Diante disso, é possível definir o que são softwares de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GEDs, além de demonstrar o que motiva tantas organizações a usarem softwares desse tipo. Segundo Baldam (2002, p.32), “GED é a tecnologia que provê um meio de facilmente armazenar, localizar e recuperar informações existentes em documentos e dados eletrônicos, durante todo o seu ‘Ciclo de Vida’”.

De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ (2002)]

GEDs são um conjunto de tecnologias utilizadas para organização da informação não estruturada de um órgão ou entidade, que pode ser dividido nas seguintes funcionalidades: captura, gerenciamento, armazenamento e distribuição. Entende-se por informação não estruturada aquela que não está armazenada em banco de dados, como mensagem de correio eletrônico, arquivo de texto, imagem ou som, planilha etc. (CONARQ, 2002).

O fator determinante para o sucesso na implantação de sistemas desse porte, é o fator humano. Para Baldam (2002, p. 36), “quem informatiza uma bagunça terá como resultado uma bagunça informatizada”. Nesse sentido é necessário que se organize todo processo de gerenciamento, controle, classificação e fluxo de documentos e de informações, preparando a estrutura organizacional e documental, pois somente o GED não será capaz de organizar os arquivos da maneira adequada.

2.3.1. Principais características do GED

Os sistemas de GED deverão manter os atributos originais do documento e que devem manter o controle desde sua criação até sua fase de destaque, além disso, também é necessário possuir módulos de visualização dos documentos existentes.

Na visão de Baldam (2002, p 32), os sistemas GED deverão possuir um modo de gerenciamento e visualização de documento em formato digital, que pode ser digitalizado (escaneado), em processador de texto, planilha, etc. Tal característica pode ser confundida com um banco de dados, que só gerencia as informações contidas em documentos em papel e que não pode ser considerado um GED. Além disso, deverão utilizar necessariamente computadores e que não são sistemas restritos somente a documentos acabados no estágio final de aprovação ou com destino ao arquivo. Poderão também ser sistemas que, dependendo de sua necessidade, podem controlar o documento desde a sua criação.

Ainda sobre as características, Fantini (2001, p. 35) defende que, os sistemas GED conservam características visuais e espaciais, e as aparências do documentos originais em papel. É possível gerenciar também o ciclo de vida das informações desde sua criação até o arquivamento, e podem estar registradas em mídias analógicas ou digitais em todas as fases de sua vida. Além disso, o documento poderá exibido ou impresso em papel onde e quando necessário em apenas alguns segundos.

2.3.2. Motivos para a utilização do GED

Na perspectiva de uso de sistemas GED, Bahia e Fachin (2010, p.16) ressaltam que “o sistema de gerenciamento eletrônico de informação é indicado para entidades que contêm um fluxo de informação constante e grande procura pelos usuários”. Nesse sentido, a necessidade do uso de sistemas desse modelo é fruto de uma reflexão e consideração do enfoque organizacional, pois ele deverá assegurar a produção, tramitação, o acesso e a destinação final do documento, com o acesso prático que garanta a satisfação do usuário.

Na visão de Baldam (2002, p.37) são vários os motivos que levam a implantação da ferramenta GED, dentre os principais, é a redução do tempo de processamento e manuseio do papel, aumentando assim a satisfação do usuário e maximizando o tempo de duração dos papéis. Além disso, segundo ele, aumenta a produtividade, a existência de satisfação com o trabalho, oferecendo acesso imediato a qualquer informação, e também na melhoria no atendimento por conta da velocidade e precisão na localização de documentos, alcançando assim respostas mais rápidas e práticas.

2.4. A atividade notarial e de registro

De acordo com definição presente no primeiro artigo da Lei n.º 8.935/94, os serviços notariais e de registros são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos. Nesse sentido, tratam-se, os serviços notariais e de registro de instituições de natureza instrumental, já que possuem funções específicas de dar segurança jurídica, eficácia e efetividade, especialmente no que concerne às relações jurídicas privadas, imprimindo a certeza e garantia do acordo entre as partes e ainda face à terceiros.

Ainda, diante do artigo 236 da Constituição Federal/88, “os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público”, após aprovação do candidato em concurso público de provas e títulos, segundo as normas e permanente fiscalização do Estado e sem que acumule funções de advogado ou a qualquer outro profissional puramente liberal, dada a especificidade da sua função, é revestida de um complemento, um plus, denominado “fé pública”.

2.4.1. Métodos de preservação de registros

De acordo com a regulamentação prevista no primeiro artigo da Lei n.º 6.015/73,

os serviços concernentes aos Registros Públicos, estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido nesta Lei.

§ 1º Os Registros referidos neste artigo são os seguintes:

I - o registro civil de pessoas naturais;

II - o registro civil de pessoas jurídicas;

III - o registro de títulos e documentos;

IV - o registro de imóveis. (BRASIL, 1973)

Adiante, o Capítulo II da mesma lei, tange a escrituração desses registros, ou seja, de que maneira eles deverão ser preservados:

Art. 3º A escrituração será feita em livros encadernados, que obedecerão aos modelos anexos a esta Lei, sujeitos à correição da autoridade judiciária competente.

§ 1º Os livros podem ter 0,22m até 0,40m de largura e de 0,33m até 0,55m de altura, cabendo ao oficial a escolha, dentro dessas dimensões, de acordo com a conveniência do serviço.

§ 2º Para facilidade do serviço podem os livros ser escriturados mecanicamente, em folhas soltas, obedecidos os modelos aprovados pela autoridade judiciária competente.

Art. 4º Os livros de escrituração serão abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo oficial do registro, podendo ser utilizado, para tal fim, processo mecânico de autenticação previamente aprovado pela autoridade judiciária competente.

Parágrafo único. Os livros notariais, nos modelos existentes, em folhas fixas ou soltas, serão também abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo tabelião, que determinará a respectiva quantidade a ser utilizada, de acordo com a necessidade do serviço.

Art. 5º Considerando a quantidade dos registros o Juiz poderá autorizar a diminuição do número de páginas dos livros respectivos, até a terça parte do consignado nesta Lei.

Art. 6º Findando-se um livro, o imediato tomará o número seguinte, acrescido à respectiva letra, salvo no registro de imóveis, em que o número será conservado, com a adição sucessiva de letras, na ordem alfabética simples, e, depois, repetidas em combinação com a primeira, com a segunda, e assim indefinidamente. Exemplos: 2-A a 2-Z; 2-AA a 2-AZ; 2-BA a 2-BZ, etc.

Art. 7º Os números de ordem dos registros não serão interrompidos no fim de cada livro, mas continuarão, indefinidamente, nos seguintes da mesma espécie. (BRASIL, 1973)

Porém, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ por meio da Recomendação nº09/2013, fala a respeito da formação e manutenção de arquivo de segurança pelos responsáveis pelas serventias do serviço extrajudicial de notas e registros. No artigo 1º desta recomendação, é sugerido aos titulares e aos responsáveis pelas delegações do serviço extrajudicial de notas e de registro que mantenham cópias de segurança em microfilme, ou arquivo em mídia digital formado por imagens extraídas por meio de “*scanner*”, ou fotografia, ou arquivo de dados

assinado eletronicamente com certificado digital emitido em consonância com as normas do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ICP - Brasil), ou qualquer outro método hábil, que, em sua fase inicial, deverá abranger os livros obrigatórios previstos em lei para as suas respectivas especialidades.

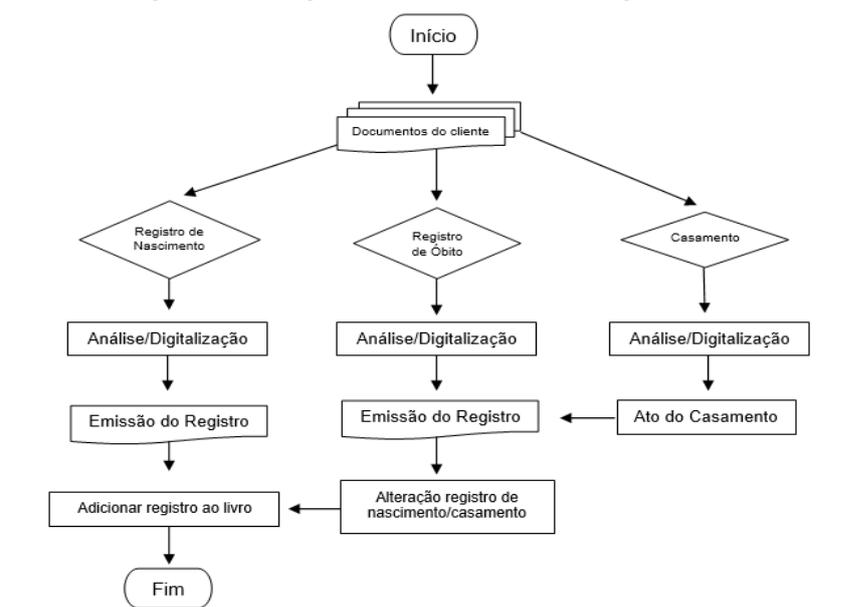
2.5. Análise de Requisitos

De acordo com Sommerville (2011, p.99), “os requisitos para um sistema de software estabelecem o que o sistema deve fazer e definem restrições sobre sua operação e implementação”. Deste modo, a análise de requisitos é a etapa do desenvolvimento ou de um processo de implantação de um software, na qual a equipe responsável analisa de maneira aprofundada o perfil do usuário, o contexto em que o software estará inserido, além das funcionalidades que serão informatizadas, e também seus requisitos funcionais e não-funcionais que gera como produto final a modelagem do mesmo.

A primeira etapa da pesquisa científica foi o levantamento de requisitos no que tange o fluxo de manipulação e registro de documentos de um cartório. Para coletar essas informações foram feitas entrevistas verbais com os colaboradores, buscando analisar o funcionamento da movimentação desses documentos para requisitar o software de GED.

Nas abstrações de dados foi possível notar que os documentos são organizados por departamentos, são eles: administrativo, tabelionato de notas, registro civil e registro de títulos e documentos. Os documentos característicos do departamento administrativo abrangem tantos relatórios administrativos, como os financeiros e os de recursos humanos deste cartório. Já os departamentos seguintes abrangem os registros previstos na demonstração da Lei nº 6.015/73 no tópico 2.4.1. Segundo os colaboradores, o registro civil é o departamento com a maior demanda, pois possui um fluxo de documentação maior e está pouco organizado, no que se refere ao modo de como os documentos desse setor são acessados e também como eles se comportam diante dos fluxos. Na figura 1 é possível visualizar o fluxograma deste departamento.

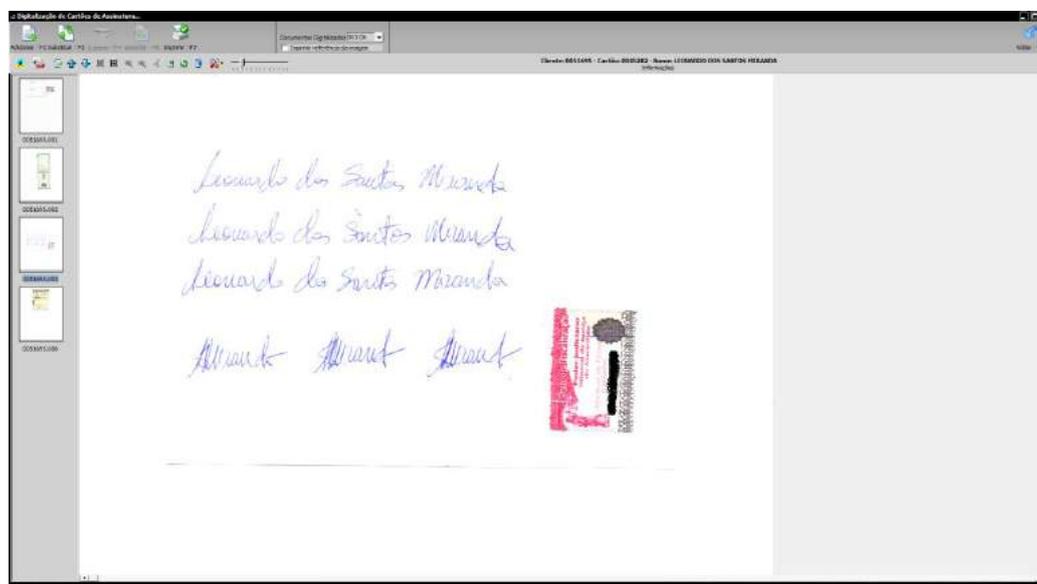
Figura 1: Fluxograma de documentos do registro civil



Fonte: Elaboração própria (2017)

Foi notado também que existe um sistema operante no cartório, que faz toda a manutenção de usuários, registros e que ele também já possui um módulo que coleciona documentos digitalizados do tabelionato de notas e no registro de títulos e documentos (figura 2).

Figura 2: Módulo de digitalização atuando no tabelionato de notas

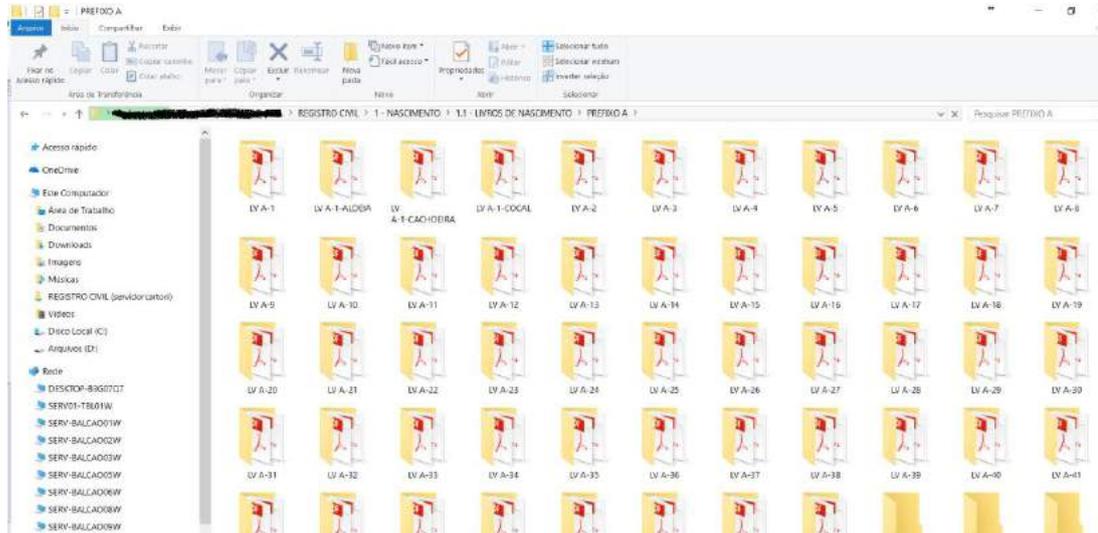


Fonte: Elaboração própria (2017)

Além disso, o cartório analisado já possui uma gama de livros digitalizados e salvos em pastas do *Windows Explorer* (figura 3). Essas digitalizações estão presentes em uma pasta compartilhada no servidor principal, as folhas dos livros encontram-se em formato *.pdf*,

porém não foi notada a presença das assinatura digital nesses registros, o que satisfaz parcialmente recomendação nº09/2013 do CNJ, citada no item 2.4.1.

Figura 3: Livros de registro de nascimento digitalizados e dispostos em pastas do Windows Explorer



Fonte: Elaboração própria (2017)

Portanto, durante as entrevistas e a fazendo a análise das soluções existentes foi possível entender que apenas isso não satisfaz algumas necessidades específicas que serão citadas logo abaixo. O sistema proprietário que opera atualmente, abrange apenas a inclusão de novos registros, a emissão de vias de registro aos clientes, na digitalização de alguns documentos e na geração das folhas dos livros, porém, não abrange o gerenciamento eficiente dos livros que já foram digitalizados fora dele, daí a causa da organização dessas digitalizações através das pastas compartilhadas do *Windows Explorer*.

2.5.1. Requisitos do sistema

Através das entrevistas e observação das soluções que já estão sendo utilizados neste cartório, foi possível mapear os requisitos (funcionais e não funcionais) que o sistema deverá ter. Fazendo uma análise dos requisitos funcionais temos:

- a) Manutenção de usuários: espera-se que o sistema permite cadastrar facilmente seus usuários, fazer alterações e também a exclusão;
- b) Manutenção de documentos: espera-se que o sistema permita a inclusão de documentos dos variados formatos, além de fazer alterações e também a exclusão;
- c) Reconhecimento Óptico de Caracteres (*OCR*): espera-se que o sistema identifique os caracteres dos documentos após a digitalização;
- d) Assinatura Digital nos Documentos: espera-se que o sistema permita fazer assinaturas digitais, em um só arquivo ou também em lote, visando a recomendação nº09/2013 do CNJ;
- e) Auditoria: espera-se que o sistema permita fazer a auditoria dos acessos dos arquivos, das modificações, exclusões e quaisquer ações no sistema;

- f) Inserção de documentos a partir da digitalização: espera-se que o sistema possua um módulo que se comunique diretamente ao *scanner*, facilitando a importação dos documentos a serem digitalizados;
- g) Colaboração dos usuários: espera-se que o sistema possua capacidade colaborativa na inserção de novos arquivos, pois agiliza o processo de importação de novos documentos;
- h) Integração com email: espera-se que o sistema permita fazer uso do email corporativo existente neste cartório para envios de possíveis alertas do sistema;
- i) Controle de versão dos documentos: espera-se que o sistema permita o versionamento de arquivos para evitar que alterações indesejadas sejam reversíveis;

Com relação aos requisitos não-funcionais temos:

- a) Compatibilidade com MySQL: espera-se que o sistema possua compatibilidade com esse modelo de Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) pois já se faz uso desse tipo de SGBD e para evitar a heterogeneidade, facilitando as rotinas administrativas;
- b) Acesso via navegador *web*: com esse requisito é esperado que não seja necessária a instalação de alguma aplicação específica da ferramenta para que seja feito o acesso;
- c) Acesso a partir de dispositivos móveis: espera-se que o sistema permite acesso a partir de dispositivos móveis, que pode ser um *app* ou mesmo de maneira responsiva através dos navegadores *web*;
- d) Integração com aplicações Microsoft: espera-se que o sistema permita fazer integrações com suite de aplicações de produtividade, específicas dessa fornecedora de software;
- e) Atualizações automáticas: espera-se que o sistema possua mecanismos de atualizações automáticas para aumentar a segurança e evitar ter que atualizar manualmente;
- f) Idioma Português: espera-se que o sistema possua suporte para o idioma Português, para facilitar entendimento das funcionalidades do mesmo;

2.5.2. Busca de softwares

Nesta segunda etapa da pesquisa científica foi feita a busca e análise dos softwares livres que atuam na gestão eletrônica de documentos. Essa busca foi feita através de *sites* de pesquisa na *web* e consultando também outros profissionais da área notarial e registral que já tiveram experiências semelhantes.

Através dos buscadores da *web* foi possível encontrar vários softwares livres que atuam nessa área específica, foram encontrados: *Alfresco Community*, *Knowledge Tree*, *Kimios*, *Nuxeo*, *OpenKM*. Já através de entrevistas com outros profissionais da área foi indicado o *Alfresco Community*, citado anteriormente. As respectivas características e suas funcionalidades para serem comparadas com os requisitos, foram adquiridas através de sites oficiais dos projetos.

O *site* oficial do *Alfresco Community* informa que ele é construído em um núcleo de código aberto e com variedade de opções de implantação, incluindo nuvem, instalações e configurações de nuvem híbrida. Além disso, os usuários podem descobrir, compartilhar e colaborar em tudo, desde documentos simples e arquivos de casos, até grandes desenhos de engenharia. O acesso está disponível a partir de navegadores da *web*, aplicativos móveis e usuários também podem tirar arquivos offline com a sincronização do *Windows PC*. O software garante pesquisas poderosas, fluxos de trabalho e metadados ricos garantem que a informação certa esteja sempre à mão.

Já o *site* oficial do *Knowledge tree*, informa que ele possui um conjunto de funcionalidades e múltiplos módulos que proporcionam integração com um ambiente de escritório. Fala também que fornece GED simples e eficiente, onde se tem interface padrão simplificada e operacional, a funcionalidade de pesquisa avançada atende as necessidades mais exigentes para pesquisas complexas, funções de administração, modos de navegação virtuais padrão e ergonomia do módulo quando integrados ao *MS Office*, para nomear, mas alguns aspectos. Informa também que a edição de *software* livre do *Knowledge Tree* incorpora a maioria das suas funções, embora vários módulos, nomeadamente os relativos à integração da estação de trabalho, sejam distribuídos sob licença comercial.

Já as características do *Kimios* obtidas do *site* oficial, dizem que o *software* tem como objetivo, otimizar a cadeia de produção de documentos em grandes dimensões, além disso o uso dele permite aos usuários acessar recursos colaborativos diretamente da área de trabalho e que também possui controle de versão dos documentos onde cada usuário pode contribuir para um mesmo documento, preservando sua integridade e sua reversibilidade.

Analisando as características gerais do *Nuxeo* em seu *site* oficial, foi possível obter que ele fornece uma plataforma de gerenciamento de conteúdo de código aberto, permitindo que arquitetos e desenvolvedores criem, implantem e executem aplicativos de negócios centrados em conteúdo. Na nuvem ou na premissa, a tecnologia de GED da *Nuxeo* oferece uma solução para gerenciamento de documentos, gerenciamento de casos e gerenciamento de ativos digitais. Além disso, foi construído em uma arquitetura baseada em *Java*, foi projetada para modularidade e extensibilidade.

Analisando também o *OpenKM*, foi possível captar que é uma solução de código aberto acessível através da *web*, é executado em uma plataforma *Java*. Além disso também oferece a colaboração entre funcionários e clientes. O *software* também inclui três versões diferentes: *Community*, *Cloud* e *Professional*. A versão da *Community* vem sem custo e é ideal para pequenas empresas com poucos usuários, inclui recursos de GED básicos, como fluxo de trabalho, OCR e controle de versão e também pode ser acessado por dispositivos móveis.

2.5.3. Análise comparativa

Diante da busca feita por aplicações livres com função de GED, na tabela abaixo (tabela 1) é possível fazer a análise comparativa das soluções em relação aos requisitos do sistema, presentes no item 2.5.1.

Tabela 1: Demonstração dos requisitos em relação às funcionalidades dos softwares

Softwares/Requisitos Funcionais	<i>Alfresco Community</i>	<i>KnowledgeTree</i>	<i>Kimios</i>	<i>Nuxeo</i>	<i>OpenKM</i>
Manutenção de usuários	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Manutenção de documentos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Assinatura Digital nos Documentos	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Auditoria do sistema	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Inserção de documentos a partir da digitalização	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Colaboração dos usuários	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Integração com email	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Controle de versão dos documentos	Sim	Parcialmente	Sim	Parcialmente	Sim
Requisitos Não-Funcionais	----	----	----	----	----
Compatibilidade com MySQL	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

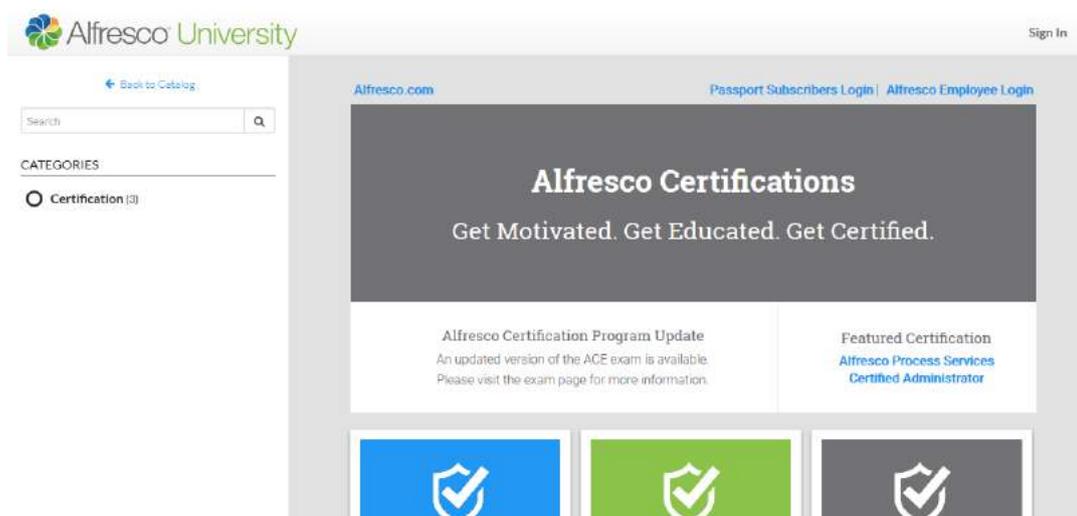
<i>Interface Web</i>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Acesso a partir de dispositivos móveis	Sim	Parcialmente	Parcialmente	Sim	Sim
Integração com aplicações Microsoft	Sim	Parcialmente	Sim	Sim	Sim
Atualizações automáticas	Não	Sim	Não	Sim	Não
Idioma Português	Sim	Parcialmente	Não	Não	Sim

Fonte: Elaboração própria (2017)

Com base na tabela, percebe-se que o software *Alfresco Community* agrega praticamente todos os requisitos funcionais e parcialmente os não-funcionais. Outros softwares que ficaram quase empatados com suas funcionalidades foi o *KnowledgeTree* e o *Nuxeo*, porém o critério que levou vantagem ao *Alfresco Community*, foi o idioma. Outros fatores determinantes para escolha do *Alfresco Community* foi a rica comunidade de desenvolvedores e usuários em todo o mundo, que favorece o desenvolvimento contínuo da plataforma.

Além disso a instituição que organiza o sistema, dispõe da *Alfresco University* (figura 5), que é um programa de aperfeiçoamento do uso da aplicação que disponibiliza cursos seguidos de certificação aos profissionais interessados em se especializar nessa ferramenta, onde é possível habilitar o nível de proficiência sobre o software.

Figura 5: Site oficial do Alfresco University

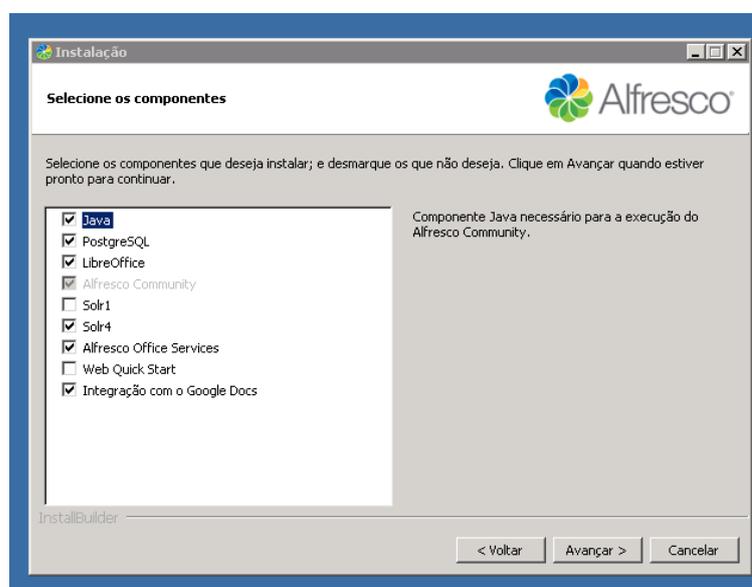


Fonte: Elaboração própria (2017)

2.5.4. Implementação

Nesta terceira etapa, foi feita a implementação do software livre escolhido, o Alfresco Community, compatível com sistemas operacionais Windows, Linux e Mac OS, todos disponíveis para download no site oficial da aplicação, na ocasião, foi feita a opção na versão Windows. Após o download, prosseguiu-se para a instalação (Figura 6), por padrão é instalado o Alfresco Community, componentes Java, PostgreSQL como banco de dados, Tomcat como servidor web Java, Solr4 como plataforma de pesquisa, LibreOffice como software de produtividade (opcional), Integração com Google Docs (opcional).

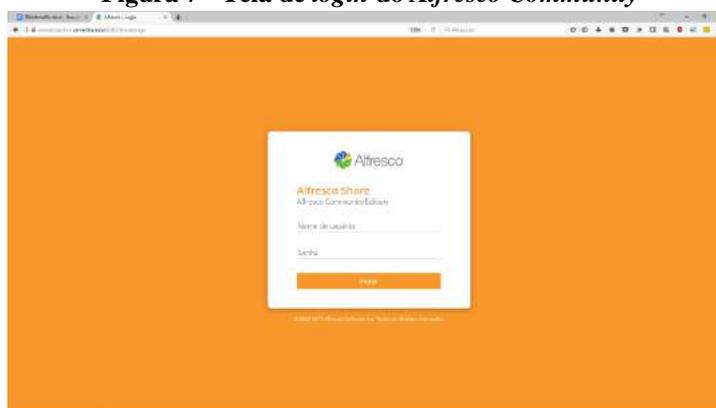
Figura 6 - Processo de instalação do Alfresco Community



Fonte: Elaboração própria (2017)

Depois de feitas as escolhas, é possível escolher o local da instalação, as portas do banco de dados e do servidor *web java* e a senha para o administrador do sistema. Concluindo esses passos, é possível visualizar a primeira tela do sistema em funcionamento através do navegador *web* (figura 6).

Figura 7 - Tela de login do Alfresco Community



Fonte: Elaboração própria (2017)

Além disso, foi feita a integração com o *Active Directory* (AD) e com o email. Essas integrações segundo a documentação oficial do software não são feitas a partir da interface gráfica, e sim a partir de um arquivo de configuração presente no diretório do sistema, o “alfresco-global.properties”.

Em “*Outbound Email Configuration*” é a configurações de saída de e-mail e em “*LDAP Active Directory*” a integração com o AD, conforme é possível notar respectivamente nas linhas 80 e 89 da figura 8. Assim, não precisa cadastrar usuário por usuário e também em todo final de dia, é enviado automaticamente aos e-mails do colaboradores, o histórico de atividades do sistema (inserção e remoção) feitas durante o período no acervo.

Figura 8 - Arquivo de configuração “alfresco-global.properties”

```

79
80 # Outbound Email Configuration
81 mail.host=[REDACTED]
82 mail.port=587
83 mail.protocol=smtp
84 mail.username=[REDACTED]
85 mail.password=[REDACTED]
86 mail.smtp.timeout=30000
87
88
89 ### LDAP Active Directory ###
90 authentication.chain=alfinst:alfrescoNtlm,ldap1:ldap-ad
91 ntlm.authentication.sso.enabled=false
92 ldap.authentication.allowGuestLogin=false
93 ldap.authentication.userNameFormat=%s@serventia.local
94 ldap.authentication.java.naming.provider.url=[REDACTED]
95 ldap.authentication.defaultAdministratorUserNames=Administrator,leonardo.miranda
96 ldap.synchronization.java.naming.security.principal=adminstrador@serventia.local
97 ldap.synchronization.java.naming.security.credentials=[REDACTED]
98 ldap.synchronization.groupSearchBase=ou=users,ou=serventia,dc=serventia,dc=local
99 ldap.synchronization.userSearchBase=ou=users,dc=serventia,dc=local

```

Fonte: Elaboração própria (2017)

Foram criadas as divisões dos setores de documentos no cartório, presentes no item 2.6, além disso foi iniciado o processo de importação de livros digitalizados já existentes. Essa importação foi sendo feita de maneira manual, fazendo cópia dos diretórios do *Windows Explorer* para os diretórios do *Alfresco Community*.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve o objetivo de buscar, comparar, escolher e implantar uma solução de software livre de gestão eletrônica de documentos voltada para a área notarial e registral. Esses objetivos foram cumpridos, conforme pode ser notado na página 15 foi feito uma tabela comparativa entre software conforme requisitos levantados. Para levantamento de requisitos, adotou-se entrevistas informais com colaboradores de um cartório. Essas informações juntamente com os conceitos de GED foram determinantes para a escolha do *Alfresco Community*.

Durante o desenvolvimento da implantação do sistema, houveram contratemplos com relação à infraestrutura do servidor onde foi feita a implantação, pois a memória *RAM* instalada já vinha sendo ocupada em média de 60% e com a instalação do *Alfresco Community* e seus complementos, o índice se elevou a 90% de uso, pondo em risco a continuidade do projeto. Só que algumas medidas de cautela foram tomadas, nos quais seria a importação gradual dos arquivos digitais já existentes. Devido a esse problema na

infraestrutura, não foram utilizadas as ferramentas de importação em lote presentes no software, em consequência disso, não foi importado a tempo todo acervo digitalizado e consequentemente a parte do treinamento da equipe não foi realizada no período da realização da pesquisa científica.

De acordo com os resultados obtidos durante a pesquisa, o uso de ferramentas GED nessa área específica, recomenda-se a continuidade da implantação do sistema até sua última etapa, para em seguida ser feita uma análise de performance dos serviços do cartório em relação ao sistema adotado.

4. REFERÊNCIAS

ANGELONI, M. T. **Organização do conhecimento, Infra-Estrutura, Pessoas e Tecnologias**. Ed. Saraiva, São Paulo, SP, 2002.

ARAÚJO, S. F. **Desafios e Contexto do Gerenciamento de Documentos nas Organizações**, Rio de Janeiro, 2005.

BALDAM, R. de L.; VALLE, R.; CAVALCANTI, M. **GED: gerenciamento eletrônico de documentos**. São Paulo: Érica, 2002.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=100&sid=52>.

Acesso em: 14 nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973**. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=100&sid=52>.

Disponível em: Acesso em: 14 nov. 2017.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=100&sid=52>.

Acesso em: 14 nov. 2017.

BRASIL. **Recomendação nº09/2011 CNJ**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/recomendacoes-corregedoria/23963-recomendacao-n-09-de-07-de-marco-de-2013>. Acesso em: 14 nov. 2017.

BAHIA, E. M. dos S. FACHIN, J. **Gerenciamento Eletrônico de Documentos na Universidade Federal de Santa Catarina**. In: **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, jul./dez. 2010.

CÔRTEZ, Pedro Luiz. **Administração de sistemas de informação**. São Paulo: Saraiva, 2008.

MENEZES, L. R. **GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos: A preservação da informação e diretrizes para implantação**. João Pessoa, PB, 2014.

MIRANDA, A. M. **A importância da atividade notarial e de registro no processo de desjudicialização das relações sociais** - 2013 THOMAZ, K. P. **Documentos eletrônicos de caráter arquivístico: fatores condicionantes da preservação**. In: *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, 2005.

SOMMERVILLE, IAN. **Engenharia de Software**. 9ª edição, Pearson, 2011.

STAIR, R. M. REYNOLDS G. W. **Princípios de Sistemas de Informação** 11º edição, Cengage Learning, 2015.

Document Management System. Disponível em <https://www.openkm.com/>. Acesso em 14 nov. 2017.

Nuxeo Documentation. Disponível em <https://doc.nuxeo.com/>. Acesso em 14 nov. 2017.

Alfresco Documentation. Disponível em <http://docs.alfresco.com/>. Acesso em 14 nov. 2017.

The Open Source Document Management System (DMS). Disponível em <http://www.kimios.com/>. Acesso em 14 nov. 2017.

OpenKM Knowledge Center. Disponível em <https://docs.openkm.com/kcenter/>. Acesso em 14 nov. 2017.

Software Insider Compare. Disponível em <http://document-management.softwareinsider.com/compare/1-49-262-269/Knowledge-Tree-vs-Alfresco-vs-Nuxeo-Document-Management-vs-OpenKM>. Acesso em 14 nov. 2017.

Alfresco Add-ons. Disponível em <https://addons.alfresco.com/>. Acesso em 14 nov. 2017.

Certification Alfresco Community. Disponível em <https://community.alfresco.com/docs/DOC-4769-certification>. Acesso em 14 nov. 2017.

Download Alfresco Community - Disponível em <https://www.alfresco.com/products/community/download> . Acesso em 14 nov. 2017.

O que é software livre? - Projeto GNU - Free Software Foundation - Disponível em <https://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt-br.html>. Acesso em 14 nov. 2017.

VIABILIZAÇÃO DE AUTOMAÇÃO COMERCIAL PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ATRAVÉS DO USO DE RASPBERRY PI

Jonatas Peters
Aluno de Sistemas de Informação, Faculdade de Balsas – Unibalsas,
peters.jonatas@gmail.com

Jakson Ferreira de Sousa
Orientador – Especialista, Bacharel em Sistemas de Informação, Faculdade de Balsas – Unibalsas,
jaksonferreira@unibalsas.edu.br

Resumo: Com o crescente aumento das tecnologias Iot (Internet of Things), aumentam-se as possibilidades de expansão e exploração de diversos ramos do mercado que ainda não eram acessíveis a todos a algum anos atrás. O uso de RaspberrysPi facilita a vida de pequenos empreendedores, e se torna uma ferramenta indispensável para um melhor controle e evolução, onde ainda, até o momento, as tecnologias eram relativamente caras para alguns pequenos empreendimentos. O uso de hardware balanceado, aplicações eficientes e baixo custo de operação torna o RaspberryPi uma saída viável e atrativa para o comércio e é uma ferramenta poderosa na automação de processos. A pesquisa bibliográfica ocorreu através de consultas em livros, artigos e revistas especializadas, e documentos oficiais, foi desenvolvida uma aplicação para controle de vendas, estoque e relatórios que facilitassem a gerência de pequenas empresas que ainda não possuem nenhum sistema automatizado para tal fim. A utilização de Raspberrys se mostrou viável tanto operacionalmente quanto financeiramente para a implantação em pequenos estabelecimentos.

Palavras-chave: RaspberryPi. Viabilidade. Automação.

Abstract: With the increasing growth of Iot (Internet of Things) technologies, the possibilities of expansion and exploration of several branches of the market that were not yet accessible to all to some years ago are increased. The use of RaspberrysPi facilitates the life of small entrepreneurs, and becomes an indispensable tool for better control and evolution, where, until now, technologies were relatively expensive for some small investors. The use of balanced hardware, efficient applications and low cost of operation makes RaspberryPi a viable and attractive outlet for commerce and is a powerful tool in process automation. During the research, an application for control of sales, inventory and reports was used that facilitated the management of small companies that do not yet have obsolete or no automated system for that purpose. The use of Raspberrys proved to be feasible both operationally and financially for implantation in small establishments.

Keywords: RaspberryPi. Viability. Automation.

1. INTRODUÇÃO

O engenheiro britânico EbenUpton e uma equipe de hackers de hardware começaram o projeto RaspberryPi como um meio de fornecer tecnologia de computador acessível a jovens interessados no assunto. (HEIN, 2013)

A tecnologia da informação cerca cada vez mais as empresas, e se torna uma ferramenta indispensável para um funcionamento mais preciso e eficiente em gerenciamento e organização empresarial. Infelizmente, ainda são muitos os casos de empresas que se privam de tais atualizações tecnológicas por vários fatores, entre eles, custos e difícil acesso a informação ou instrução. Com foco neste público crescente de micro e pequenos

empreendedores, surgiu a ideia de utilização de RaspberrysPi para automação de processos e gestão.

Com um baixo custo de investimento, a empresa consegue ser informatizada com qualidade e precisão ao utilizar destes microcomputadores para uso em terminais de serviço, computadores do escritório administrativo, ponto de venda (PDV), controle de estoque, servidor de serviços entre outros, tudo com segurança e facilidade de controle e manutenção.

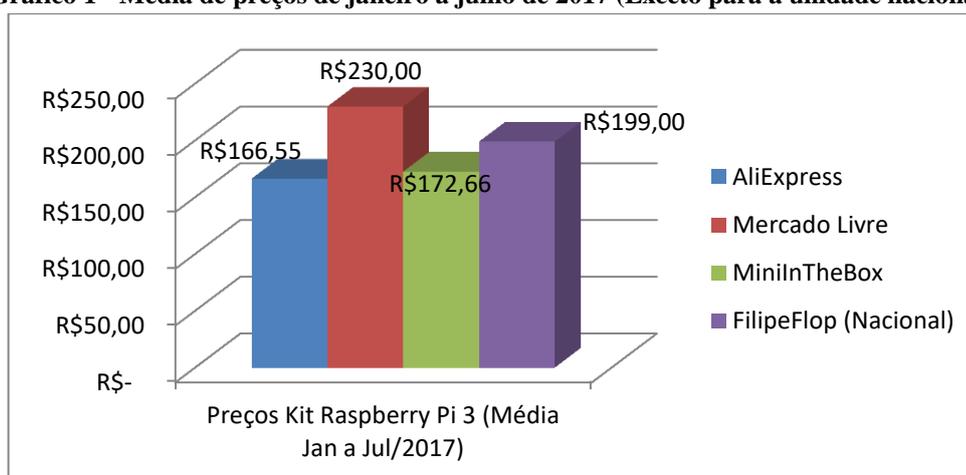
A pesquisa foi dividida em alguns pilares principais, alguns deles foram o levantamento de requisitos de necessidade das pequenas empresas, custos de implantação, desenvolvimento de aplicação com base no hardware do Raspberry e execução de atividades de teste em produção.

2. RASPBERRY PI

O Raspberry pode ser utilizado como um computador pessoal e não apenas como uma plataforma de micro controlador, pois ele trabalha com processamento sobre um sistema operacional que executa ações de entrada, saída e armazenamento (LISBOA e CRUZ, 2014).

No dia 15/11/2017 (quinze de novembro de dois mil e dezessete), o Raspberry chegou de forma oficial no Brasil com uma versão homologada pela Anatel. Antes da data citada, somente Raspberrys importados operavam em nosso país. Devido a este recente fato, o tempo de espera para a montagem de um ambiente foi reduzido, visto que unidades nacionais são entregues em média com 15 dias a menos que unidades importadas, tal fato é refletido no preço, vide gráfico 1, unidades importadas, durante a pesquisa se mantiveram sempre com preços abaixo das unidades nacionais (tanto as homologadas pela Anatel quanto as importadas e revendidas através do site Mercado Livre.).

Gráfico 1 - Média de preços de janeiro a julho de 2017 (Exceto para a unidade nacional).



Fonte: Próprio autor, 2017.

O RaspberryPi é um computador pequeno, vide figura 1, mas de hardware poderoso. Existem diversas variações, como em alguns exemplo na tabela 1, com muitas opções de

hardware e conexões, indo de modelos mais simples como o RaspberryPi Model A até o mais recente RaspberryPi 3 B+, que é o modelo de hardware mais poderoso e possui rede wifi e bluetooth incorporados de fábrica.

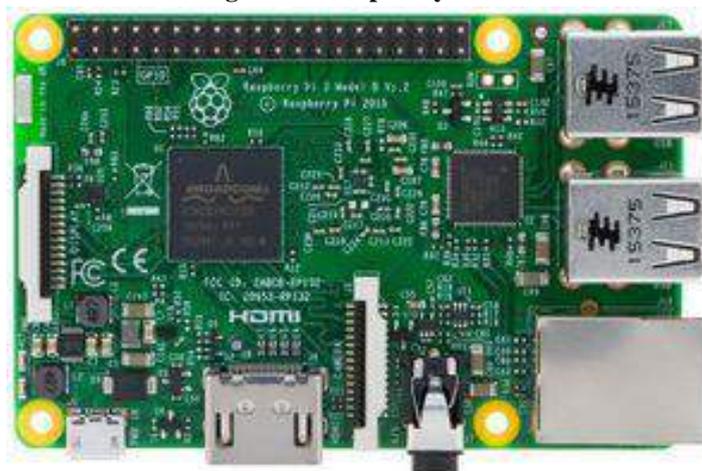
Tabela 1 - Modelos e hardware deRaspberryPi

	RPI Model A	RPI Model A+	RPI Model B	RPI Model B+	RPI 2 Model B
SoC	Broadcom BCM2835	Broadcom BCM2835	Broadcom BCM2835	Broadcom BCM2835	Broadcom BCM2836
CPU	ARM11 ARMv6 700 MHz.	ARM11 ARMv6 700 MHz.	ARM11 ARMv6 700 MHz.	ARM11 ARMv6 700 MHz.	ARM11 ARMv7 ARM Cortex-A7 4 núcleos @ 900 MHz.
GPU	Broadcom VideoCore IV 250 MHz. OpenGL ES 2.0	Broadcom VideoCore IV 250 MHz. OpenGL ES 2.0			
RAM	256 MB LPDDR SDRAM 400 MHz.	256 MB LPDDR SDRAM 400 MHz.	512 MB LPDDR SDRAM 400 MHz.	512 MB LPDDR SDRAM 400 MHz.	1 GB LPDDR2 SDRAM 450 MHz.
USB 2.0	1	1	2	4	4
Salidas de vídeo	HDMI 1.4 @ 1920x1200 píxeles				
Almacenamiento	SD/MMC	microSD	SD/MMC	microSD	microSD
Ethernet	No	No	Sí, 10/100 Mbps	Sí, 10/100 Mbps	Sí, 10/100 Mbps
Tamaño	85,60x56,5 mm	65x56,5 mm.	85,60x56,5 mm	85,60x56,5 mm	85,60x56,5 mm
Peso	45 g.	23 g.	45 g.	45 g.	45 g.
Precio	25 dólares	20 dólares	35 dólares	35 dólares	35 dólares

Fonte: <https://unpocodejava.wordpress.com/2015/02/04/nueva-raspberry-pi-2-model-b/>, 2015

Trata-se de um computador completo com suporte a Linux e que se conecta a um monitor via conexão HDMI, possui quatro interfaces USB, uma RJ45 10/100, suporte a Wi-Fi e Bluetooth, 1Gb de RAM e processador quad-core de 1,3Ghz na versão 3 B+, que é a versão utilizada no projeto, sua escolha se deu devido a seu poder de processamento que é o maior da categoria e suporta mais carga para ser utilizado como servidor ou terminal de venda durante o projeto e produção.

Figura 1 – RaspberryPi 3 Model B+



Fonte: <https://www.element14.com>, 2017

Foi lançado em 2012 na sua primeira versão, é produzido pela RaspberryPi Foundation, ainda segue sendo fabricado em larga escala e com uma comunidade de desenvolvimento grandiosa e ativa, segue como uma das maiores promessa da IoT e se fará

cada vez mais presente em nosso cotidiano, seja através de automatizações residenciais, controlando processos industriais ou como alternativa ao T.I. Verde em escritórios diversos.

3. DESENVOLVIMENTO

Com foco nos pequenos empresários, a pesquisa abrange em maioria quem ainda não possui infraestrutura de T.I., quem deseja implantar algum sistema de controle a um custo acessível às finanças da empresa e que possuem a necessidade de expansão futura sem a necessidade de grandes mudanças em sua infraestrutura atual, buscando atender de forma barata às necessidades do cliente com relatórios precisos, baixo custo de manutenção, facilidade de reposição, excelente eficiência energética e acima de tudo, fácil manuseio.

3.1. Aplicação

A base do sistema engloba uma interface de PDV (ponto de venda) com suporte a controle de estoque conforme ilustrado na figura 2, venda de produtos, relatórios, níveis de acesso e pode ser utilizada desde mercados, passando por lanchonetes, bares, restaurantes e pequenos comércios. Totalmente desenvolvido em PHP, JAVASCRIPT e HTML, utiliza de um layout totalmente responsivo que facilita visualização da aplicação de forma agradável nos mais diversos dispositivos, possibilitando que o vendedor possa realizar a venda até mesmo pelo seu celular, tablets ou qualquer dispositivo com um navegador de internet. A aplicação utiliza muito bem o hardware do Raspberry e se adapta muito bem para a operação no dia a dia, sem apresentar lentidão ou travamentos durante a jornada de uso.



Fonte: Próprio autor, 2017.

O sistema gera vários relatórios para o controle de vendas e operações da empresa, facilitando assim, uma futura tomada de decisões na parte financeira ou de logística de materiais, com relatórios de estoque, impostos pagos, vendas por vendedor, controle de comissões, formas de pagamento e afins.

Para armazenamento, um banco de dados MySQL é o suficiente para uma experiência de qualidade ao acessar a aplicação dos mais diversos dispositivos via WEB. Para implementação de tal aplicação, são necessários poucos investimentos, para um ambiente básico, o mínimo necessário é somente um kit RaspberryPi que inclui cartão de memória e case, um monitor, mouse e teclado. Para a utilização em mais de um terminal, se faz necessária a aquisição de um roteador para que todos os terminais se comuniquem com o servidor pela rede.

3.1.1. Servidor

Servidor web é um servidor que responde requisições feitas pelo navegador retornando sites ou aplicações web. Os servidores web são responsáveis por armazenar e trocar informações com outras máquinas. Por causa disso, pelo menos dois participantes são envolvidos em cada troca de informações: um cliente, que solicita informações, e um servidor, que atende a esses pedidos (SILVA, 2012).

O kit Raspberry, abaixo na figura 3, onde ficará a aplicação não necessita de muitos recursos para que entregue um serviço de qualidade e com estabilidade. Cada kit contém um cartão SD de 16Gb e uma case protetora para a placa, sendo este armazenamento de 16Gb o mais indicado para que não fique com espaço ocioso levando à um gasto desnecessário com mais memória, visto que todo o sistema operacional e aplicação consomem pouco mais de 4gb apenas de armazenamento.

Figura 3 - Kit Raspberry com case pronto para operação

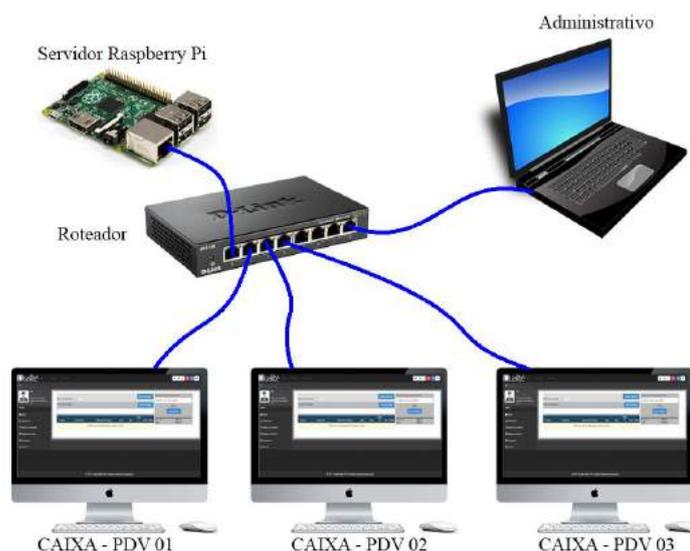


Fonte: <https://www.raspberrypi.org/blog/raspberry-pi-official-case/>, 2017

Com o auxílio de um cabo micro USB, se faz a alimentação energética da placa e em seguida, basta fazer toda a configuração da aplicação, o que leva menos de 10 minutos para que todo o serviço esteja de pé e em funcionamento. Caso queira utilizar em um ambiente com mais de um terminal, se faz necessária a montagem de um ambiente de rede um mínimo simples com roteador e de preferência, conexão cabeada entre os terminais, vide figura 4.

Após toda a montagem da rede, todos os terminais estão prontos para operação, de forma simultânea ou não, realizando vendas, fazendo controle de estoque, gerando relatórios, emitindo notas/recibos e tornando o processo de venda mais automatizado e rápido onde antes, poderia ser custoso e lento.

Figura 4 - Exemplo de ambiente para produção

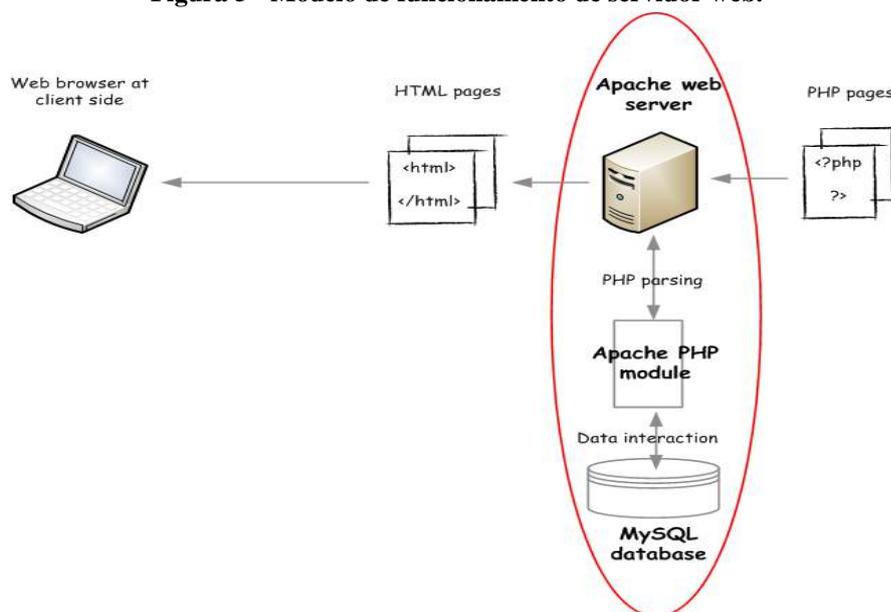


Fonte: Próprio autor, 2017

Para um ambiente onde se possuem mais de um terminal de venda, se utiliza de um roteador para que todas as máquinas se comuniquem e um terminal administrativo que é opcional. Para manter a eficiência máxima, deve-se utilizar uma conexão de rede via cabo Ethernet entre o roteador e o Raspberry, permitindo assim, que o mesmo utilize de todo seu processamento para atender quantos caixas forem necessários. Nos caixas de venda se faz necessário apenas um navegador web recente e atualizado, a versão testada mais estável foi a 62.0.3202.94 do Google Chrome para terminais Windows e em sistemas Linux, qualquer versão do Chromium.

Alguns serviços se fazem necessários para a instalação e funcionamento da aplicação no servidor, tais como APACHE, PHP5, MySql e PhpMyAdmin. Vale ressaltar que o navegador web não consegue interpretar PHP, portanto funciona na ordem cliente-servidor, bem como ilustrado na figura 05, assim que obtém a solicitação do cliente, o servidor responde através de uma página em HTML. Após a instalação de todos os serviços, basta transferir os arquivos para a raiz do APACHE e criar o banco de dados que toda a aplicação está pronta para o uso e produção.

Figura 5 - Modelo de funcionamento de servidor web.



Fonte: Learning PHP with Min, 2017

Um exemplo de funcionamento do servidor web no projeto, se daria quando o cliente (caixa), faz uma solicitação via navegador para o servidor (Raspberry Pi) que lhe retorna uma página web contendo a aplicação, com acesso ao PDV, estoque, produtos etc. Essa aplicação, fica armazenada dentro do servidor e é utilizada atrelada a um banco MySQL, onde todos os dados da empresa ficam armazenados.

3.1.2. Instalação e configuração

A instalação se inicia com os serviços básicos para o funcionamento da aplicação, todos foram instalados via terminal vide as seguintes linhas de comando:

APACHE2

```
sudo apt-get install apache2 -y
```

PHP5

```
sudo apt-get install php5 libapache2-mod-php5 -y
```

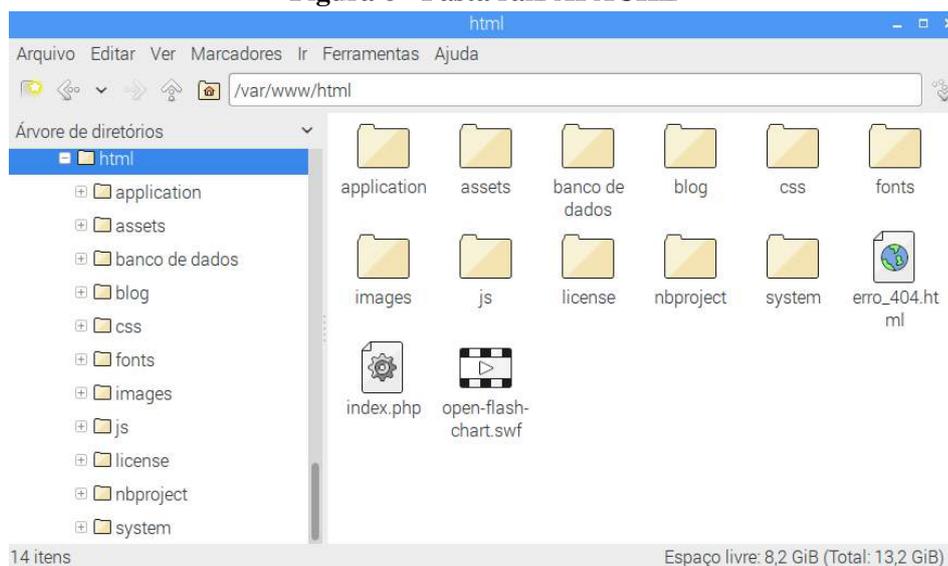
MYSQL

```
sudo apt-get install mysql-server
```

PHPMYADMIN

```
sudo apt-get install phpmyadmin
```

Depois de feita toda a instalação, foram movidos os arquivos fonte da aplicação para a pasta "/var/www/html" do Raspberry, mostrada na figura 6, pasta esta que é a raiz do diretório em rede LAN.

Figura 6 - Pasta raiz APACHE

Fonte: Próprio autor, 2017

O próximo passo foi a importação do banco de dados para o MySQL, para isso, um novo banco foi criado, as tabelas importadas e depois foi feita a configuração de conexão dentro do arquivo fonte da aplicação.

3.2. Projeto

A aplicação utilizada segue os padrões MVC (model, view, controler) é feita em PHP e utiliza banco MySQL, é leve e se adapta a qualquer dispositivo com rede e navegador atualizados. O código fonte é livre e é baseado no framework CodeIgniter, que facilita o desenvolvimento de novas ferramentas e possui uma organização de fácil entendimento para que se necessário, seja reformulado novas interfaces ou funções. O framework é leve e veloz, garantindo uma aplicação poderosa e segura. Após feita e implementada as necessidades básicas de controle um uma empresa, testes de estabilidade foram realizadas no Raspberry para verificar sua carga de processamento durante o uso em vendas e gerenciamento da empresa durante produção. Todos os pontos necessários para um bom andamento e resultado da pesquisa foram atingidos, entre eles uma boa eficiência energética, velocidade na execução da aplicação, quase nulos travamentos ou erros de programação e tudo em paralelo a um baixo investimento financeiro.

3.3. Custos de implantação

Os custos para implantação são baixos e todo o material é fácil de ser localizado, a manutenção é baixa e a eficiência energética é alta, considerando que uma simples fonte de celular, consegue manter o servidor em funcionamento e operante, o custo médio de uma placa RaspberryPi, durante a pesquisa (Janeiro a Julho de 2017), girou entre R\$ 200,00 (Duzentos reais) e R\$ 270,00 (Duzentos e setenta reais), preço largamente mais baixo que servidores comumente encontrados no mercado e com grande capacidade de processamento para seu fim em uma pequena empresa, cumprindo com agilidade suas funções determinadas

e entregando um resultado satisfatório ao cliente mesmo custando tão pouco em relação aos convencionais servidores ou computadores de mesa que variam de R\$ 1.000,00 (Mil reais) a R\$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais) e que proporcionam experiências parecidas com as experimentadas em um Raspberry Pi.

3.3.1. Rede

Não são necessários muitos recursos de rede para manter o servidor em funcionamento, um simples roteador, assim como demonstrado na figura 7, consegue dar conta da carga dependendo do tipo de estabelecimento, o que não necessita de grandes investimentos em infraestrutura, para a aquisição de switches, roteadores mais potentes e racks, reduzindo ainda mais o preço final de implantação e facilitando a automação de pequenos estabelecimentos e agilizando assim, a gerência de micro e pequenos empreendimentos.

Figura 7 - Kit em ambiente de produção



Fonte: Próprio autor, 2017

No exemplo ilustrado na figura 07, temos um kit Raspberry ligado à um roteador wifi, em simulação à um ambiente onde o caixa de venda pode operar pela rede wifi (através de um notebook ou celular) ou então pela rede cabeada através das duas portas restantes no roteador.

O kit final é compacto e seu consumo energético é pequeno, não são necessários grandes investimentos com racks ou mobiliário específico. Além do baixo consumo energético, não existe a produção de ruído e é baixa a emissão de calor no ambiente, se mostrando uma opção viável também ao TI Verde, viabilizando o consumo de energia elétrica e a poluição sonora no ambiente de trabalho, já que não são necessárias ventoinhas ou peças móveis mecânicas nos kit's.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após toda a configuração e instalação do sistema no Raspberry e sua ligação em rede, todo o sistema está pronto com um custo base de R\$ 300,00 (Trezentos reais) e em pleno

funcionamento para pequenos comércios, como lanchonetes, lojas de peças, oficinas, mercados e afins. O custo de manutenção também é baixo, já que são poucos os fatores que podem apresentar problemas em ambiente de produção.

Todo o controle gerencial da empresa é apresentado nos relatórios de forma a saber as vendas, lucros, estoque, clientes, produtos entre outros, trazendo mais precisão na tomada de decisões e auxiliando no crescimento do negócio, mesmo que tendo um baixo investimento inicial para a automação da empresa.

O projeto se torna viável, considerando aspectos financeiros e tecnológicos envolvidos, o custo benefício é bom e se torna acessível a qualquer empresário que necessite de um controle melhor e mais agilidade na operação de sua empresa. Com o passar do tempo, novas funções podem ser incluídas no sistema tornando assim uma opção definitiva para o empreendimento, que pode incorporar cada vez mais funcionalidades ao sistema conforme se precisem delas para até mesmo, suportar um fluxo maior de caixas e vendas dentro da loja, visando sempre o crescimento aliado à tecnologia.

Por fim, concluiu-se que o uso de dispositivos IoT se faz cada vez mais necessário e presente, com possibilidades de uso para todos os públicos e diferentes tipos de negócio, trazendo cada vez mais opções para o desenvolvimento e automação de processos nas empresas.

5. REFERÊNCIAS

HEIN, Werner. **RaspberryPi aplicado a projetos do mundo real**. Resvita Online: Linux Magazine, ed. 100, p. 60. Mar. 2013.

LISBOA, E. F.; CRUZ, A. A. **WebHome – Automação residencial utilizando Raspberry PI**. ©Revista Ciência e Tecnologia, vol.17, n.31, p. 35-43, jul./dez. 2014 - ISSN: 2236-6733

SILVA, José Almir Ferreira. **Informática: como funciona um servidor web**. Portal Educação. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/informatica/como-funciona-um-servidor-web/17165>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

SOFTWARE LIVRE. **Servidor Web Apache**. Disponível em: <<http://softwarelivre.org/php/servidor-web-apache>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

RASPBERRYPI.ORG.**Raspberry Pi Official Case**. Disponível em: <<https://www.raspberrypi.org/blog/raspberrypi-official-case/>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

ELEMENT14. **RASPBERRYPI3-MODB-1GB. - Evaluation Board, Raspberry Pi 3 Model B, Quad Core 1.2GHz CPU, 1GB RAM, WiFi/BLE, 40 GPIO Pins**. Disponível em: <<https://www.newark.com/raspberrypi/raspberrypi3-modb-1gb/sbc-raspberrypi-pi-3-mod-b-1gb-ram/dp/77Y6520>> Acesso em: 30 Jun. 2017.

DIAGNÓSTICO DO VOLUME DE PRODUÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS DO MUNICÍPIO DE BALSAS – MA

Natana Nascimento Lima Oliveira,
Acadêmica curso de administração, Faculdade de Balsas – UNIBALSAS,
E-mail: natanaoliveira@hotmail.com

Diego Nestor Soardi Andrada
Mestre em Gestão Estratégica de Organizações – URI Santo Ângelo
Coordenador Núcleo Práticas Administrativas da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS
E-mail: diegonsandrada@hotmail.com

Resumo: Levantou-se dados relacionados aos níveis de produção e comercialização de produtos alimentícios gerado pelas agroindústrias familiares na cidade de Balsas -MA. Tendo em vista o grande potencial produtivo da região, onde se destaca pelo grande potencial de produção primária, buscou-se verificar através de estudos quantitativos o volume de produtos primários produzidos e comercializados, a fim de construir conhecimentos sobre novas oportunidades. Para o desenvolvimento deste projeto realizou-se primeiramente uma pesquisa bibliográfica sobre a produção local dos últimos anos, posteriormente, foi realizada uma pesquisa de campo com aplicação de questionários a produtores locais. De posse desses resultados, verificou-se novas oportunidades de negócios, contribuindo para o desenvolvimento regional.

Palavras Chaves: Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local, Hortifrutigranjeiros.

ABSTRACT: Data related to the levels of production and commercialization of food products generated by family agroindustries in the city of Balsas -MA were created. Considering the great productive potential of the region, where it is highlighted by the great potential of primary production, we sought to verify through quantitative studies the volume of primary products produced and marketed, in order to develop knowledge about new opportunities. For the development of this project, a bibliographical research on the local production of the last years was carried out, after which a field research was carried out with the application of questionnaires to the local producers. With these results, there were new business opportunities, contributing to regional development.

Keywords: Family Agriculture, Local Development. Hortifrutigranjeiros

1. INTRODUÇÃO

A agricultura é Principal responsável pela comida que chega às mesas das famílias brasileiras, a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o País.

O pequeno agricultor ocupa hoje papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) são alguns grupos de alimentos com forte presença da agricultura familiar na produção. No intuito de incentivar a agricultura familiar, o Governo federal lançou programas como o PNAE.

O PNAE é o maior programa universal de alimentação escolar do mundo, e o terceiro em número de alunos beneficiados, um programa descentralizado. Cada estado e município deve ter um nutricionista responsável pelo desenvolvimento dos cardápios escolares. Os cardápios escolares devem aderir aos padrões nacionais de nutrição e ao mesmo tempo incorporar a produção local de alimentos, levando em conta sua sazonalidade e disponibilidade. Os cardápios escolares devem ser nutricionalmente balanceados, oferecer alimentos cozidos e frescos e evitar alimentos processados com altos níveis de sódio, gordura e açúcar.

Recentemente, diretrizes de execução do PNAE foram estabelecidas através da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução nº 38/FNDE/2009. O principal avanço refere-se ao percentual para a compra de alimentos: no mínimo, trinta por cento (30%) do total de recursos repassados pelo FNDE devem ser destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar local, regional ou nacional, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

Com o objetivo de valorizar a produção local e dar melhores condições aos pequenos agricultores do Maranhão, o Governo do Estado oficializou em 2015 o Programa de Compra da Agricultura Familiar (Procaf).

O Programa Estadual prevê que sejam feitas compras governamentais direto com os agricultores, em vez de comprar todos os produtos de outros estados. O Governo do Estado comprará 30% dos produtos da Agricultura Familiar para o abastecimento de presídios, hospitais, escolas e outras instituições ligadas ao Executivo Estadual.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho parte de um referencial teórico que considera a importância da Agricultura Familiar, não só por sua contribuição a uma sociedade mais sustentável, pela produção de grande percentual de alimentos que oferece a sociedade em geral, mas também pela importância da reprodução social deste segmento.

2.1 Agricultura Familiar

O conceito de agricultura familiar e a discussão sobre as políticas públicas para esse segmento só entrou em debate recentemente, a partir dos anos 90 (SCHMITZ e MOTA, 2007; DENARDI, 2001).

Denardi (2001), um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo, e uma unidade de produção e reprodução social.

Para Altafin (2005), a produção familiar é orientada para a satisfação do bem-estar da família, antes mesmo do interesse de obtenção de maior lucratividade. Isso ocorre por não haver separação entre gestão e trabalho, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e

sua família. Mesmo quando ocorre a necessidade de contratar mão-de-obra, ela ocorre de forma a complementar a força de trabalho da família. Para Schneider (2003),

O conceito de agricultor familiar surgiu na década de 90 em substituição aos conceitos de colonos, trabalhadores rurais ou pequenos agricultores, no sentido de superar algumas imprecisões que estes conceitos carregavam. “Em face dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nessa época, tais como os impactos da abertura comercial, a falta de crédito agrícola e a queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação, a incorporação e afirmação da noção de agricultura familiar mostraram-se capazes de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como os assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias, entre outros que não podiam mais ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou simplesmente trabalhadores rurais”.

Para Veiga (1996), além da diversificação da produção, a vantagem da agricultura familiar é ter um perfil essencialmente distributivo e sustentável, além do fortalecimento dos agricultores.

Para Neves (2007, p. 230),

O termo agricultura familiar corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mediante apoio de instituições internacionais, mais especialmente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e alimentação (FAO) e o Banco internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

2.2 Programas de Incentivos de Compras Governamentais

Programa de crédito que permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar. Beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. Facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo.

As políticas recentes de compras governamentais que emergiram a partir dos anos 2000, tais como Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), trouxeram oportunidades significativas de acesso a mercados para cooperativas de agricultura familiar no Brasil.

Com o objetivo de valorizar a produção local e dar melhores condições aos pequenos agricultores do Maranhão, o Governo do Estado oficializou em 2015 o Programa de Compra da Agricultura Familiar (Procaf).

O Programa Estadual prevê que sejam feitas compras governamentais direto com os agricultores, em vez de comprar todos os produtos de outros estados. O Governo do Estado comprará 30% dos produtos da Agricultura Familiar para o abastecimento de presídios, hospitais, escolas e outras instituições ligadas ao Executivo Estadual.

2.3 Desenvolvimento Regional

Oliveira (2001), relata o desenvolvimento local a partir de uma perspectiva histórica, condicionando o desenvolvimento local ao exercício da cidadania. Por outro lado Milani (2005), entende que o desenvolvimento é conjunto que envolve atividades culturais, econômicas, políticas e sociais vistas sob uma ótica chamada de intersectorial e trans-escalar, que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local.

Os agricultores familiares têm como alternativa de inserção no mercado nacional o direcionamento de esforços para atividades de alta densidade econômica que possibilitem agregação de valor e de renda (Altmann *et al*, 2002). Dois caminhos podem ser tomados: o da verticalização da produção através da agroindustrialização ou o da diferenciação de produtos, sendo possível a combinação de ambos.

“Promover o **Desenvolvimento Local** significa implementar ações em territórios ou microregiões que permitam a ativa participação do cidadão, o efetivo controle social sobre a gestão pública através do fortalecimento da sociedade civil e o empoderamento de grupos sociais antes marginalizados nas esferas de tomada de decisão”.

O conceito de Desenvolvimento Local leva a campo cinco dimensões:

- Inclusão social;
- Fortalecimento e a diversificação da economia local;
- Inovação na gestão pública;
- Proteção ambiental e o uso racional de recursos naturais;
- Mobilização social.

Para Buarque (1999), Outro aspecto relacionado ao desenvolvimento local é que ele implica em articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local.

3. METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa estabeleceram-se procedimentos metodológicos que nortearam o seu processo construtivo, desde sua elaboração até sua execução. A pesquisa-ação possui grandes possibilidades de aplicação e, de acordo com os objetivos propostos, adotou-se este tipo de pesquisa por avaliar que ela se encaixa perfeitamente nas perspectivas deste estudo.

Thiollent (2003) afirma que a pesquisa-ação é um método ou uma estratégia de pesquisa que agrega várias técnicas da pesquisa social, com as quais é estabelecida uma estrutura coletiva, participativa e ativa ao nível da captação da informação. Para o autor, uma pesquisa pode ser qualificada como pesquisa-ação quando houver realmente uma ação de caráter “não-trivial” por parte das pessoas envolvidas no problema observado. A pesquisa-ação vem atender as necessidades da pesquisa, pois realizou-se uma análise do objeto em estudo e propôs-se alternativas à empresa para que a mesma realize programa de planejamento estratégico, em que o pesquisador ofereceu todas as diretrizes de pesquisa ao longo do desenvolvimento do estudo.

O universo da pesquisa teve como norteamento os 25 produtores de agroindústrias familiares que possuem um desempenho maior atendido pelo SENAR (Serviço de aprendizagem rural), da cidade de Balsas/MA.

A pesquisa bibliográfica trata-se de uma revisão de conteúdos através de material já elaborado como livros, artigos e outros instrumentos que auxiliam o autor na fundamentação de suas ideias. Foi realizada durante toda a elaboração do projeto e também execução da pesquisa. Para referenciar os assuntos tratados, buscou-se autores consagrados e especializados nos assuntos, bem como publicações acadêmicas e legislações pertinentes ao estudo aplicado (GIL, 1999).

A pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc. (GIL, 1999)

O questionário pode ser definido como uma técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado. É um instrumento de coleta de informações, utilizado numa sondagem ou inquérito. Durante a pesquisa realizou-se um questionário para captar informações sobre a situação da empresa (GIL, 1999).

4. RESULTADOS

Para a obtenção dos resultados foram aplicados questionários em parceria com o SENAR, em 25 propriedades agroindústrias, que tem como predominância plantação de produtos oriundos do hortifrutigranjeiro.

Para tanto aplicou-se um questionário afim de identificar quais os produtos que estão sendo plantados e o volume mensal de produção do mesmo. Através destas informações foi possível realizar uma análise dos principais produtos produzido afim de identificar novas oportunidade de plantio para que possam atender a demanda local.

Diante disso as informações de forma quantitativa e que expressão os seguintes resultados apresentados nos gráficos a seguir. Para um melhor entendimento os gráficos foram separados por produtos que tem sua venda por quilo e por unidade.

Referente a produção por produtos comercializados por unidade, destacamos no gráfico 01 a seguir.

Gráfico 01 – Produção por unidade

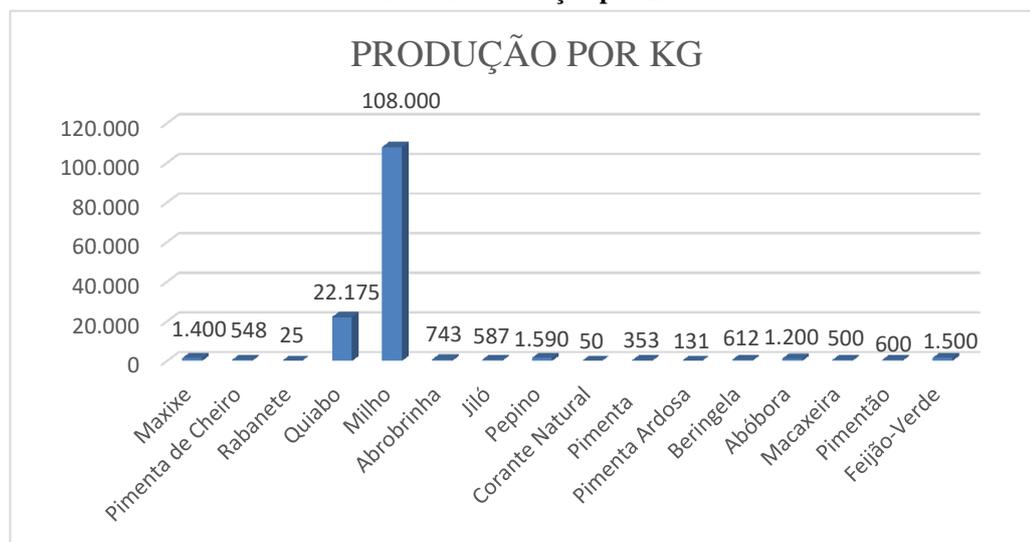


Fonte: o autor (junho de 2017)

Como podemos observar na figura 01 destacam-se produtos que são comercializados de forma por unidade, notamos que não há uma diversidade muito ampla, apesar de estar sendo analisada em 25 produtores isso demonstra que a pouco interesse em busca por outros produtos e mostra-se com baixa produção.

Quanto a produção comercializada com quilo destaca-se os seguintes produtos apresentados no gráfico 02.

Gráfico 02 – Produção por KG



Fonte: o autor (junho de 2017)

Referente a produção de produtos comercializados por quilo, observa-se que a variedades de produtos é maior, porém ainda em baixa escala, para atender a demanda da população local.

Percebe-se que a possibilidade de ampliação do mix de produção, visando o alto consumo demandado pela população e o fornecimento que de produtos de outras regiões do país.

5. CONCLUSÃO

Para que uma região possa estar em franca expansão através do desenvolvimento, haverá de ter políticas que incentivem os pequenos produtores a plantarem, produtos primários para que sua família consiga primeiramente se auto abastecer, por sua vez consiga vender para população local, que posteriormente consiga vender para região, com isso ocorrerá geração de emprego, desaceleração do êxito rural e fortalecimento da economia local.

Por fim a pesquisa tem o cunho totalmente social afim de elucidar para a sociedade números que possam estar estimulando família a plantarem produtos hortifrutigranjeiros, a pesquisa possibilita o desenvolvimento dos pesquisadores pois através de estudos como este são fontes para o desenvolvimento intelectual.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005, 18 p. Disponível em: <<http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2017.

ALTMANN, R. et al. **Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002. 112p.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CARE BRASIL – Disponível: <https://carebrasilemcampo.wordpress.com/sobre-desenvolvimento-local>. Acesso em 21 de junho de 2017.

DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul/set. 2001.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999

MILANI, C. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia)**. Salvador: UFBA; NPGA/NEPOL/PDGS, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar: quantos ancoradouros! In: FERNADES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BRASIL.SECRETARIA DE TRANSPARENCIA E CONTROLE-Disponível em: <http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=3950>. Acesso em: 22 de junho de 2017.

SCHNEIDER, S. **A Pluratividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. **Agricultura Familiar: elementos teóricos e empíricos**. Revista Agrotrópica. Itabuna, v. 19, p. 21-30, 2007.

VEIGA, J. E. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília, DF, v. 13, n. 3, p. 383-404, set./dez. 1996.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, F. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: OLIVEIRA, F. et al. **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção**. São Paulo: Pólis, 2001. p. 11-31.

A INADIMPLÊNCIA EM ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA: A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE CONTROLE PARA GESTÃO DE COBRANÇA

Kácia Alinne Silva Ribeiro⁸

Rômulo da Costa Barros Macedo⁹

Resumo: Este projeto procura demonstrar a crescente inadimplência em escritórios de contabilidade no município de Balsas/MA, bem como analisar quais são os procedimentos que eles adotam para fazer o controle de suas contas a receber, e quais as ferramentas são utilizadas por eles para gerir o seu sistema de cobrança. A crise financeira e as mudanças no governo contribuíram para que a economia do país ficasse desestabilizada, possibilitando assim um aumento no índice de inadimplência que muitas empresas, dos mais diversos ramos de atividade, possuem. A proposta desse trabalho vem atender as necessidades de se ter uma análise do perfil do cliente, formas de controle dos recebíveis na prestação de serviço, bem como os prazos concedidos. E assim, apresentar uma proposta para uma gestão de cobranças através da metodologia PDCA, focando na estratégia para a diminuição da inadimplência nos escritórios de contabilidade.

Palavras-chave: Inadimplência; Contas a receber; controle e ciclo PDCA.

Abstract: This project seeks to demonstrate the growing delinquency in accounting offices in the municipality of Balsas / MA, as well as to analyze the procedures they adopt to control their accounts receivable, and which tools do they to manage their collection system use. The financial crisis and the changes in the government contributed to the country's economy being destabilized, thus allowing an increase in the default rate that many companies, from the most diverse branches of activity, have. The proposal of this work responds to the needs of having an analysis of the profile of the client, ways of controlling the receivables in the service rendering, as well as the terms granted. And thus, to present a proposal for a collection management through the PDCA methodology, focusing on the strategy for the reduction of delinquency in the accounting offices.

Keywords: Defaults. Bills to receive; control and PDCA cycle.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa demonstrar a situação da inadimplência em escritórios de contabilidade, na cidade de Balsas, Maranhão. Aonde existe uma grande demanda de procura por serviços contábeis, mais especificadamente, pelas micro e pequenas empresas, que buscam soluções para gerir seus negócios controlando os altos tributos que deverão ser arrecadados.

De acordo com o CFC (2014) o Brasil conta com 491 mil profissionais de contabilidade registrados e um somatório de pouco mais de 82 mil escritórios ativos prestando serviços nas áreas: fiscais, recursos humanos, contábil, entre outras. O serviço contábil é de suma importância para a economia, uma vez que, através das declarações emitidas se tem

⁸ Graduanda de Ciências Contábeis pela Faculdade de Balsas – UNIBALSAS, kacia.ribeiro@gmail.com

⁹ Especialização em Gestão Financeira pela FACIBRA, Pós – Graduado em Controladoria e Finanças pela UNINTER e Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Balsas – UNIBALSAS, romulocbm@hotmail.com

ciência da arrecadação de impostos que são repassados ao município, estado e governo federal, das mais diversas atividades econômicas existentes.

Com as mudanças que se teve sobre as formas de apuração de impostos, inclusão de novas metodologias de declarações, e a legislação trabalhista, previdenciária e tributária sendo atualizadas, o profissional contábil precisa estar preparado para tais ocorrências, precisa capacitar seu pessoal, a fim de prestar um serviço de qualidade para melhor atender o seu cliente. Isso requer investimentos sejam eles de equipamentos, ambiente físico, capacidade intelectual, entretanto, muitos escritórios ficam limitados a crescer, por fazer parte das empresas que contam com um grande índice de inadimplência.

Esta realidade preocupa há todos. Por meio de aplicação de um questionário, para o desenvolvimento deste artigo, pode-se observar que os profissionais de contabilidade procuram meios de diminuir a inadimplência sem perder o seu cliente, porém, alguns métodos utilizados por eles não estão causando o efeito esperado, e o somatório de honorários não pagos vem aumentando com os meses, causando prejuízos aos escritórios e conseqüentemente impossibilitando melhorias no setor contábil.

O objetivo deste artigo é apresentar como a utilização de ferramentas gerenciais podem agregar na gestão de cobrança dentro dos escritórios de contabilidade, buscando meios para a redução da inadimplência, e dos custos que esse fator pode gerar. Além de conscientizar a importância de um sistema eficaz para controlar suas cobranças, colaborando para o crescimento dos escritórios e proporcionar maior competitividade entre si.

2. REALIDADE BRASILEIRA SOBRE A INADIMPLÊNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O presidente do Sebrae, Luiz Barretto (2014) revelou que as micro e pequenas empresas representam 27% do PIB do país, onde o empreendedorismo vem crescendo a cada dia e a sua participação na economia é fundamental. Com o crescimento desse tipo de empresa, os escritórios de contabilidade tiveram uma maior demanda de serviços, para que conseguissem atender todos os requisitos solicitados tanto pelo cliente, quanto por outros órgãos.

Com o crescimento do mercado econômico, provindo do aumento dessas categorias empresariais, houve uma grande procura por crédito tanto nas instituições financeiras quanto para com seus fornecedores. O crédito, no contexto social possui papel econômico descrito por Silva (2008, pg. 50) como:

- a) Possibilita às empresas aumentarem seu nível de atividade;
- b) Estimula o consumo influenciado na demanda;
- c) Ajuda as pessoas a obterem moradia, bens e até alimentação;
- d) Facilita a execução de projetos para os quais as empresas não disponham de recursos próprios suficientes.

Ainda para o autor Silva (2008, pg. 45) o “crédito consiste na entrega de um valor presente mediante uma promessa de pagamento”, e para Martin (1997) citado por Oliveira e Vassi (2016), a inadimplência é o termo utilizado para designar a falta de pagamento, sem considerar as causas e motivos.

Segundo o economista Luiz Rabi (2017), a maior parte das dívidas não são bancárias, mas sim, pendências com fornecedores e factorings, com quem os empresários costumam descontar duplicatas, ou com recibos de prestação de serviço, como é o caso dos escritórios de contabilidade.

De acordo com o Serasa (2017), observou-se que 82% dos inadimplentes são micro e pequenas empresas, do total de 4,8 milhões de MPEs inadimplentes em agosto, 45,4% eram companhias comerciais, 45,3% prestadores de serviços e 8,8% indústrias. Essas empresas não conseguem honrar com seus compromissos sejam com fornecedores, prestadores de serviço, fisco, mesmo com a queda da inflação e a retomada tímida da economia, por isso, muitas vezes se utilizam do crédito para fazer suas transações.

A utilização do crédito deve ser feita com cautela, conforme falado por Chiavenato (2012, pg. 250) “a maioria dos pequenos e médios empresários costuma administrar custos e finanças de maneira intuitiva, por não terem formação nessas áreas”, tal motivo leva a situação em que as micro e pequenas empresas se encontram, endividadas e com risco de falência.

Este cenário faz com que os contadores busquem maneiras viáveis para garantir o recebimento de seus honorários, assim como, seus clientes também procurem implantar um sistema de gestão financeira, como dito por Chiavenato (2012, pg. 250) “é necessário buscar novos conhecimentos e contratar profissionais especializados para fazer a administração financeira”, visando organizar as finanças para que não se tenha prejuízos.

Os altos índices de inadimplência proporcionam o que Oliveira e Vassi (2016) citam,

A busca por aumentar a qualidade e a quantidade das ferramentas e métodos utilizados para acompanhamento e prevenção, além da procura por analistas capacitados e inovadores, mostra-se de grande importância para diminuir os riscos destas desestabilizações, auxiliando na tarefa de escolher o cliente merecedor do crédito. (BUENO, 2003 apud SELAU; RIBEIRO, 2009; KASZNAR, 2009)

Com isso, investimentos para um bom sistema de gestão de cobrança e prevenção de inadimplência são indispensáveis, hoje, em qualquer porte de empresa.

3. GRAU DE INADIMPLÊNCIA NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE EM BALSAS – MA

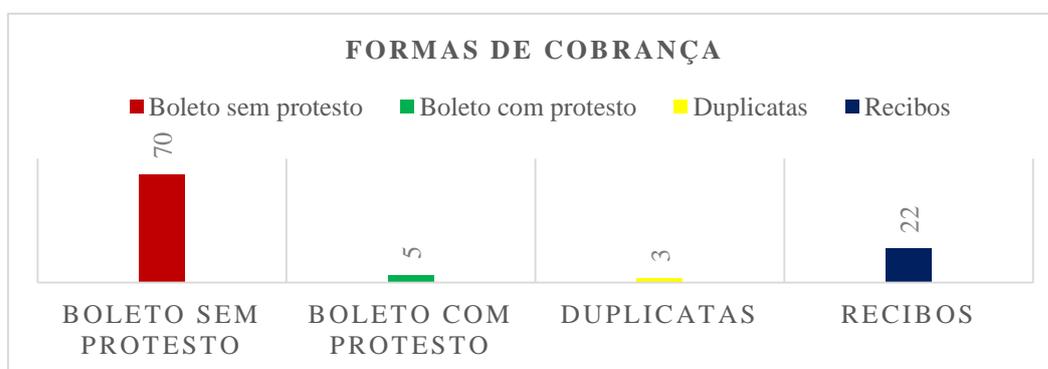
Segundo Marconi e Lakatos (2010, pg. 65) o “método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo,

detectando erros e auxiliando as decisões”. Desta forma, foi aplicado um questionário dentro dos escritórios de contabilidade, a fim de saber como está o grau de inadimplência e os meios de cobrança, para que fosse criada uma metodologia a ser aplicada que possa reduzir o índice de inadimplência.

A aplicação do questionário aconteceu no período compreendido entre final de agosto de 2017 a início de setembro do mesmo ano, com a participação de vinte escritórios de contabilidade, localizados no município de Balsas – MA.

Primeiramente, foi questionado as maneiras que são efetuadas as cobranças, se utilizam-se de meios como boleto bancário com ou sem protesto em cartório, duplicatas, recibos. O gráfico (1) abaixo demonstra visualmente como está distribuída as formas de cobranças nesses escritórios.

Gráfico 1- Formas de cobranças nos escritórios de contabilidade



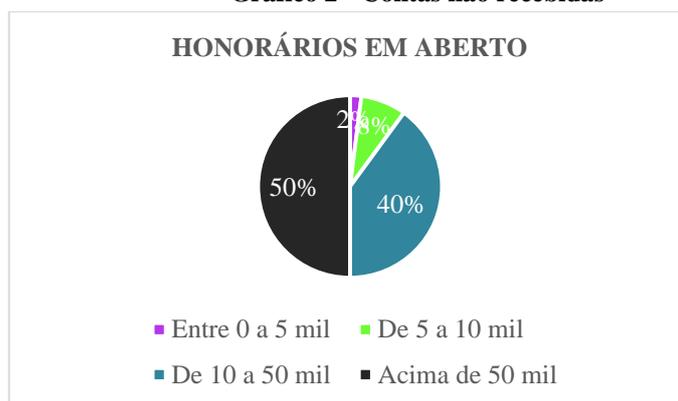
Fonte: próprios autores (2017)

A grande maioria dos escritórios utilizam o boleto bancário como forma de cobrança, sem o protesto do título, deixando assim que seus clientes não fiquem com o nome negativado, e ao mesmo tempo correndo juros e multas por atraso. E aos que utilizam a modalidade com protesto, tem despesas acessórias com a baixa do boleto, quando o cliente faz uma negociação para quitar seu débito.

E em valores monetários, quanto os escritórios estão deixando de receber por inadimplência de seus clientes? Os números são bem significativos, conforme demonstrado no gráfico (2), como não há a negativação do nome do cliente, e também, muitos não cumprem totalmente o acordo feito na negociação, o somatório de honorários em aberto vem crescendo gradualmente a cada ano, deixando os escritórios de contabilidade cada vez mais limitados aos investimentos físicos e/ou de capital intelectual.

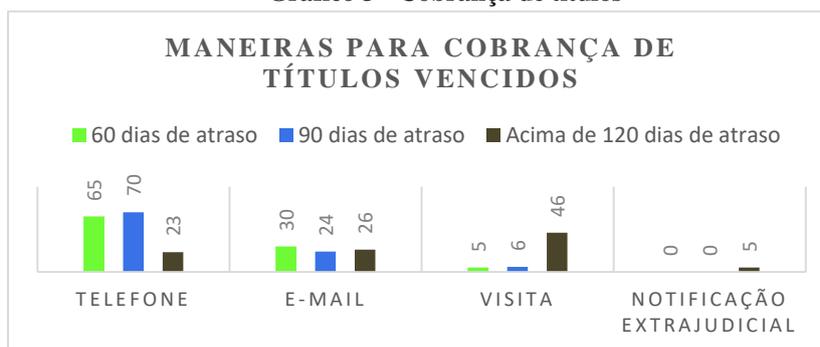
Além da não inclusão do cliente no sistema de proteção de créditos, os escritórios de contabilidade de Balsas-MA, optam por não fazer a suspensão dos serviços, mesmo que seu cliente não honre com suas obrigações, possibilitando assim, que os clientes fiquem despreocupados com o pagamento de multas por atraso na entrega das declarações obrigatórias ao fisco.

Gráfico 2 - Contas não recebidas



Quais as ferramentas de cobrança os contadores estão utilizando para reaver os valores em aberto? Muitos não possuem um sistema eficaz de gestão de cobrança, um setor específico para tal ação, e fazem pouco uso dos métodos judiciais, demonstrado pelo gráfico (3).

Gráfico 3 - Cobrança de títulos



É visível que muitos escritórios de contabilidade estão passando por uma crise de inadimplência, e não fazem uso de ferramentas voltadas para auxiliar na gestão como um todo. Portanto, com base nas informações obtidas, foi pesquisado qual seria o melhor método que fizesse com que o índice de inadimplência diminuísse, e melhorasse as finanças.

4. MASP - MÉTODO DE ANÁLISE E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Quando uma metodologia de trabalho não é bem gerenciada, é comum a aplicação do MASP, definida por Lobo e Silva (2015, pg. 77) “procedimento utilizado para resolução de problemas”. Carpinetti (2016) comenta que umas das formas mais produtivas é a utilização do método básico de gestão da qualidade, denominado de ciclo PDCA.

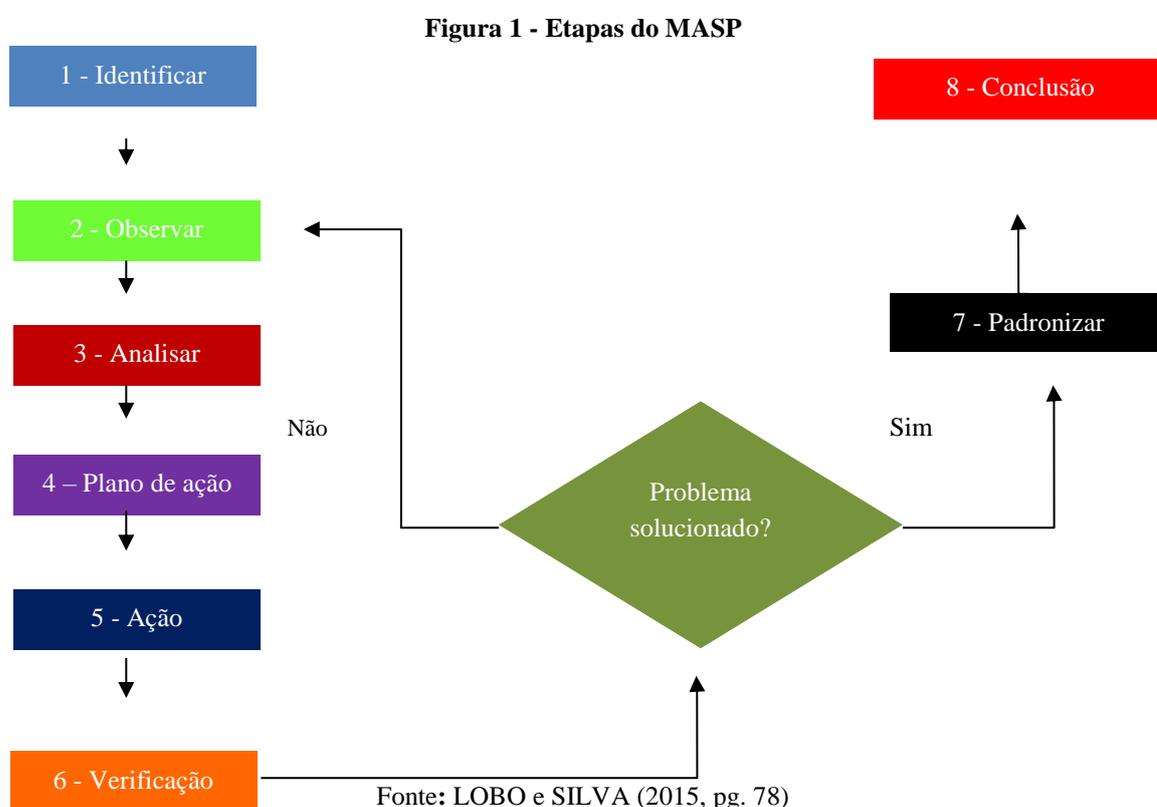
O método de análise e solução de problemas é estruturado da seguinte forma:

1. Analisar e priorizar os problemas;
2. Identificar algumas situações que exigem atenção e que às vezes não estão claras;
3. Estabelecer o controle rapidamente em determinadas situações; e
4. Planejar um trabalho que será feito. (LOBO E SILVA, 2015, pg. 78).

A aplicação do MASP nas empresas, conseguem atender aos requisitos abordados na norma ISO 9001, uma vez que disponibiliza uma sequência lógica para sua execução. Ainda sob a visão de Lobo e Silva (2015), as etapas do MASP descrevem os objetivos, as atividades a serem desenvolvidas, dando início na identificação, análise e finalizando com a tomada de decisão.

Para Carpinetti (2016, pg. 41) complementa dizendo que a iteratividade dos processos caracteriza um aperfeiçoamento de produtos e serviços, onde esses processos levaram a direção de grandes melhorias de desempenho.

Segundo Werkema (1995) denominado como ciclo PDCA (planejar, executar, verificar e ação corretiva), essa metodologia do MASP visa levantar causa fundamental do problema, e como combatê-lo. As etapas dessa metodologia estão descritas no fluxograma abaixo.



5. APLICAÇÃO DO CICLO PDCA NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE

De acordo com Lobo e Silva (2015, pg. 52), o ciclo PDCA consiste em uma sequência de passos utilizada para controlar qualquer processo definido, onde:

Plan ou planejar: planejamento do projeto de melhoria, quais os objetivos, respondendo as questões de quem, o que, quando, onde e como, deverão ser feitos. Do ou executar: conduzir o plano, ou seja, implementar de acordo com o que foi planejado.

Check ou verificar: coletar dados, realizar a análise dos dados, e quais as conclusões chegaram após análise.

Act ou agir corretivamente: definir quais as mudanças poderão ser feitas e quais outros ciclos podem ser disparados para a melhoria do processo em questão.

A implantação dessa metodologia deverá acontecer no setor de contas a receber, uma vez que, segundo Iudícibus et al. (2009, pg. 79) “as contas a receber são valores decorrentes de vendas a prazo de mercadorias e serviços a clientes. Um ativo de liquidez corrente”. Para que se tenha uma boa gestão de cobrança, os seguintes passos são de suma importância.

5.1. Identificar

Para Carpinetti (2016) nesta etapa procura-se identificar os problemas mais críticos, portanto, mais prioritários, que nos escritórios de contabilidade seria a problemática da inadimplência de seus clientes.

Lobo e Silva (2015) diz que a seguinte ferramenta deve ser utilizada para definir claramente este problema: análise de histórico.

O histórico do relacionamento com o cliente é a primeira etapa a ser feita. De acordo com Silva (2008, pg. 65, 67) a pontualidade do cliente, no cumprimento de suas obrigações, é considerada um fator relevante no conceito de concessão de crédito. É comum, empresas organizarem convênios para troca de informações comerciais, possibilitando detectar com facilidade os atrasos em pagamentos.

Montando o histórico do cliente, ficará mais fácil de passar para o próximo passo.

5.2. Observar

Nesta etapa, é o momento de realizar uma observação profunda sobre o problema em questão, e as ferramentas que podem auxiliar são: *benchmarking* e diagrama de causa e efeito. (LOBO, SILVA; 2015, pg. 79)

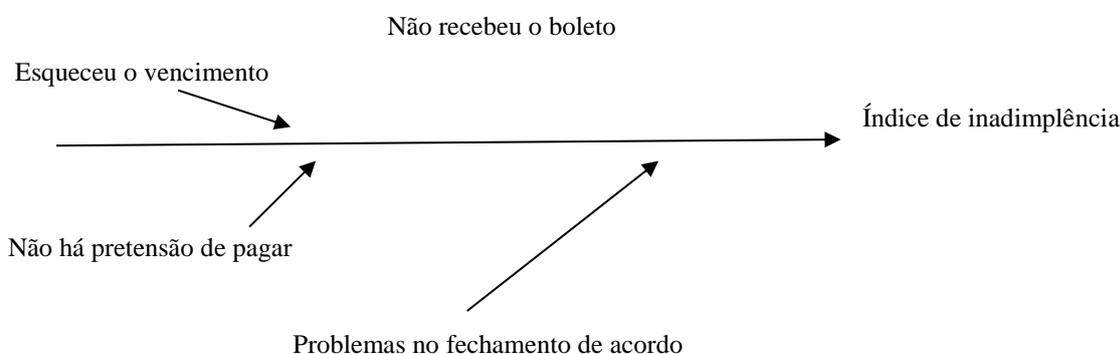
Citado por Carpinetti (2016, pg. 231) de acordo com a Fundação Nacional da Qualidade, o *benchmarking* é definido como:

“Método para comparar desempenho de algum processo, prática de gestão ou produto da organização com o de um processo, prática ou produto similar, que esteja sendo executado de maneira mais eficaz e eficiente, na própria ou em outra organização, entender as razões do desempenho superior, adaptar à realidade da organização e implementar melhorias significativas”.

Dentro das amplas formas que o *benchmarking* pode ser utilizado, o que melhor se adequa aos escritórios de contabilidade, é o de processos com o *benchmarking* interno, onde, o primeiro é um estudo de “como fazer” um processo de gestão que seja produtivo, e o segundo sendo uma forma de melhorar as práticas do processo, estimulando a disponibilização de informações que possam contribuir para o resultado. (CARPINETTI, 2016, pg. 232-233)

Enquanto o diagrama de causa e efeito, para Carpinetti (2016, pg. 87) foi desenvolvido para representar as relações existentes entre um problema ou o efeito indesejável do resultado de um processo e todas as possíveis causas desse problema. A sua estrutura é conhecida como espinha de peixe, onde para os escritórios de contabilidade pode ser aplicado o seguinte modelo.

Figura 2- Diagrama de causa e efeito



Fonte: próprios autores (2017)

Possuindo essas informações, pode-se passar para a próxima etapa.

5.3. Analisar

A análise do problema, o objetivo é descobrir as suas possíveis causas fundamentais e para solucionar o problema de forma eficaz, utiliza-se da ferramenta 5W2H. (LOBO, SILVA; 2015, pg. 79)

Esta ferramenta busca analisar as mudanças no processo a fim de levar a uma minimização de falhas e desperdícios, onde contém a seguinte estrutura:

- O quê: breve descrição da ação a ser implementada (cobrança a ser realizada);
- Por quê: justificativa para a implementação dessa ação;
- Onde: em que unidade, ou processo essa ação será inserida;
- Quem: o responsável pela implementação da ação;

- Quando: quais serão as datas de início e fim;
- Como: de que forma a ação será feita;
- Custo: indicação dos custos envolvidos. (CARPINETTI, 2016, pg. 139).

O mesmo autor complementa informando que esses custos envolvidos podem ser:

- Custo devido a falhas internas: detectados antes do despacho da implementação da ação, exemplo: retrabalho das análises feitas em processos anteriores.
- Custo devido a falhas externas: vistos após a implementação da ação, exemplo: rompimento de contratos, ações judiciais.
- Custo de qualidade: associados as atividades de manutenção da ação.
- Custo de prevenção: são os decorrentes das atividades necessárias para reduzir ao mínimo os custos devido a falhas e os custos de qualidade, exemplos: planejamento, revisão de processo, controle de processos, qualificação de pessoal, e treinamentos. (CARPINETTI, 2016, pg. 26 - 28)

5.4. Plano de ação e agir

Lobo e Silva (2015, pg. 79) comenta que nesta etapa é elaborado um plano de ação, que defina a responsabilidade, prazos, custos, métodos de execução, utilizando um cronograma de ação, a fim de facilitar na criação dos indicadores de desempenho. Com esta ferramenta montada, dar-se-á início a ação.

5.5. Verificar

Nesta etapa é feito o controle das ações, se os planos de ação e cronograma foram executados e seus resultados foram satisfatórios ao atender às demandas iniciais, ferramentas utilizadas: indicadores e inspeção. (LOBO, SILVA; 2015, pg. 79)

Um exemplo de indicador de inadimplência é a aplicação da seguinte fórmula:

Figura 3 - Fórmula para indicador de inadimplência

$$\text{Inadimplência} = \frac{\text{nº de débitos pendentes acima de 60 dias}}{\text{Nº total de débitos no período}} \times 100$$

Fonte: próprios autores (2017)

5.6. Padronizar

É importante padronizar, uma vez que, o objetivo é evitar que o problema volte a ocorrer, portanto, nessa etapa é necessário que você mapeie, documente e implante esse processo, investindo em ferramentas como treinamento, fluxogramas de processos, criação de procedimento operacional. (LOBO, SILVA; 2015, pg. 79)

5.7. Concluir

Ao final do fica para reflexão para planejamento futuro, criação de novas formas para dar melhoria contínua no processo de gestão de cobrança criado. (CARPINETTI, 2016, pg. 66)

Lobo e Silva (2015) diz que conceito dessa aplicação propõe que os escritórios de contabilidade também façam uso dos KPI (*key performance indicador*) que permite antecipar os problemas, colocando os colaboradores na linha com os objetivos e as estratégias da gestão de cobrança.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das observações feitas no decorrer desta pesquisa, pode-se verificar que boa parte dos escritórios de contabilidade não se planejam financeiramente para tratar da inadimplência, não fazem uma gestão de cobranças que os permitam lidar diretamente com os altos índices de inadimplência.

Este artigo veio propor ações que podem ser incluídas nesse ramo de empresas e que, utilizando da metodologia do ciclo PDCA, o problema com a inadimplência pode ser minimizado, com a aplicação das ferramentas certas para planejar, analisar, aplicar e fazer as devidas correções ao longo de todo o processo de gestão.

É válido lembrar que essa metodologia não dá garantia de redução de custos ou da diminuição de contas a receber em atraso se não houver a conscientização de todos os envolvidos, e o comprometimento da equipe na busca das ações corretivas e do efetivo monitoramento dos processos.

É imprescindível que os profissionais façam suas análises tendo o sólido conhecimento da adequação da metodologia, e a finalidade de cada ferramenta apresentada, e que elas deverão ser trabalhadas em conjunto para um melhor alcance da redução do índice de inadimplência.

7. REFERÊNCIAS

CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro. Gestão da Qualidade ISO 9001:2015 – Requisitos e integração com a ISO 14001:2015. 1ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2016.

CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro. Gestão da Qualidade – Conceitos e técnicas. 3ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2016.

CHIAVENTAO, Idalberto. Empreendedorismo – Dando asas ao espírito empreendedor. 4ª ed. São Paulo. Editora Manole, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Contabilidade no Brasil possui 490 mil profissionais.** Disponível em: < <http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=13912>>. Acesso em 28 de outubro de 2017.

DRUCKER, Peter. Desafios gerenciais para o século XXI. 1ª ed. São Paulo. Editora Cengage Learning, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LOBO, Renato Nogueira; SILVA, Damião Limeira da. Gestão da Qualidade – Diretrizes, ferramentas, métodos e normatização. 1ª ed. São Paulo. Editora Érica, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Luís Martins de. Et al. Controladoria Estratégica. 6ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Larissa Tavares. VASSI, Vanderlei Ferreira. **Inadimplência: prevenção, controle e cobrança pelo estudo do perfil dos clientes.** Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, v. 21, n.2, p. 331-345, jul./dez. 2016 – ISSN 1516-2664.

REVISTA ISTO É. **Micro e pequenas empresas têm inadimplência recorde.** Disponível em: <https://istoe.com.br/micros-e-pequenas-empresas-tem-inadimplencia-recorde/>. Acesso em 28 de outubro de 2017.

SEBRAE. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil.** Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em 23 de outubro de 2017.

SERASA EXPERIAN. **Inadimplência das empresas – número de empresas inadimplentes chega a 5,1 milhões e bate recorde, revela Serasa Experian.** Disponível em: <http://noticias.serasaexperian.com.br/blog/2017/07/17/numero-de-empresas-inadimplentes-chega-51-milhoes-e-bate-recorde-revela-serasa-experian/>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito.** 6ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2008.

WERKEMA. Maria C. Ferramentas estatísticas básicas para o gerenciamento de processos. Belo Horizonte: Fundação Cristiano Ottoni, 1995.

A ERA DAS INCERTEZAS: A CIBERESPIONAGEM GOVERNAMENTAL E O DESPONTAR EM CONFLITOS INTERNACIONAIS

ALENCAR, Hallana Ramos¹⁰

ALVES, Angra Karolline Nunes¹¹

ESTRADA, Manuel Martín Pino¹²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo evidenciar como a espionagem cibernética tentada pelos governos pode desequilibrar as relações internacionais. Para tanto, através do método indutivo, o artigo partirá de uma breve construção histórica sobre a espionagem, conceituando-a, para assim trazer sua modalidade atual, qual seja a espionagem cibernética (ciberespionagem), além do seu conceito, mecanismos e a sua correlação com as principais agências governamentais de inteligência. Será ainda problematizado o uso da ciberespionagem como meio apto à violação da soberania estatal, bem como os conflitos que podem emergir nesse cenário. Por fim a título informativo, será abordado o Tratado Internacional dos Cinco Olhos e o Caso Snowden, apontando como estes colaboraram para o surgimento da discussão sobre o uso indevido da tecnologia da informação, uma vez que podem contribuir para a eclosão de conflitos internacionais.

Palavras chaves: Ciberespionagem; Conflitos Internacionais; Snowden; Tratado dos Cinco Olhos; Agências de Inteligência.

Resumen: El presente artículo tiene el objetivo de mostrar como sucede el espionaje cibernético hecho por los gobierno y como puede desequilibrar las relaciones internacionales. Para esto, a través del método inductivo, el artículo comenzará de una breve construcción histórica sobre el espionaje, conceptuándola, para que de esta forma muestre su modalidad actual, cual sea el espionaje cibernético (cyberespionaje), mas allá de su concepto, mecanismos y su relación con las principales agencia gubernamentales de inteligencia. Será aún problematizado el uso del espionaje como meio apto a la violación de la soberania estatal, bien como los conflictos que puede emerger em este escenario. Por fin, a título informativo, será abordado el Tratado Internacional de los Cinco Ojos y el caso Snowden, señalando como éstos colaboraron para el surgimento de la discusión sobre el uso indebido de la tecnología de la información, una vez que pueden contribuir para la eclosión de conflictos internacionales.

Palabras clave: Cyberespionaje; Conflitos Internacionales; Snowden, Tratado Internacional de los Cinco Ojos; Agencia de inteligencia.

INTRODUÇÃO

Preocupava-o muito a possibilidade de que um dia as formas de vida inteligentes não soubessem mais fazer isso. Contar era a única maneira que restava aos seres humanos para provar sua independência em relação aos computadores.¹³

¹⁰ Acadêmica do Curso de Direito da Unibalsas-Faculdade de Balsas. E-mail: hallana-07@hotmail.com.

¹¹ Acadêmica do Curso de Direito da Unibalsas-Faculdade de Balsas. E-mail: angravitoria_15@hotmail.com.

¹² Professor-Orientador da Unibalsas-Faculdade de Balsas.

¹³ ADAMS, Douglas. O Guia do Mochileiro das Galáxias. ed. popular; São Paulo: Arqueiro, 2010.

A evolução da indústria tecnológica e principalmente a da área da informação, traz diversas benesses a humanidade. Em contrapartida o aumento da “dependência tecnológica” que surgiu a partir disso, abriu espaço para várias vulnerabilidades, aqui inclusas aquelas que podem por em risco um país.

A obtenção de informações secretas e/ou sigilosas de um país, sem a necessidade de locomoção para o mesmo é uma realidade, isto é o que fazem os chamados “ciberespíões”, indivíduos que se utilizam da rede para invadir sistemas e obter informações de seus alvos ou até mesmo controlá-los. Mas o grande perigo dessa nova forma de espionagem toma proporções ainda maiores, quando saem de cena particulares e assumem seus lugares os governos de países, representados por suas agências de inteligência, e porque não dizer agências de espionagem, que no intuito não apenas de promover sua segurança, mas de obter vantagens econômicas, bélicas ou políticas, não possuem receios de usar, ludibriar e destruir seus aliados e até mesmo seus próprios cidadãos.

Dessa feita, nesse artigo, busca-se discutir como o uso da ciberespionagem pode contribuir ou até mesmo ser um gerador de instabilidade internacional, posto que quando usada para fins indevidos se mostra um atentado a soberania e as boas relações no plano internacional.

1. BREVE HISTÓRIA DA ESPIONAGEM E A ESPIONAGEM CIBERNÉTICA

Segundo a definição do Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa, espionagem é: “*1. ato ou efeito de espionar. 2. atividade do espião. 3. serviço organizado de uma país, uma organização etc., para espionar (algo, alguém). 4. classe ou conjunto de espiões [...]*”. Temos assim que, espionagem é o ato de obter de forma não autorizada e ilícita, informações sigilosas ou secretas de outrem.

Nesse contexto, o surgimento da prática da espionagem remonta aos primórdios da civilização, vez que acompanhou o desenvolvimento desta. Quando a espécie humana fez a transição do nomadismo para o sedentarismo, surgiu a necessidade de proteção, vez que a espécie humana passou a estabelecer um local para produzir alimentos e fixar sua moradia, tornando-se necessária a preservação de ataques e intenções maliciosas intentadas por outras tribos e clãs vizinhos. Para tal, o uso da espionagem foi de suma importância, pois através da mesma poderiam antecipar os ataques e determinar a localização de seus adversários.¹⁴

Contudo, é importante ressaltar que não há como precisar o surgimento da espionagem. Porém, o mais antigo registro de sua ocorrência data de 3.200 a.C. com o povo sumério, que através de “espiões” obtinham informações do povo babilônico e posteriormente as gravavam em tabuletas. Além disso, o livro A Arte da Guerra, de Sun Tzu, considerado o

¹⁴ ROUSSELET, Felipe. Espionagem: um antigo hábito da humanidade. Revista Forum. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2013/11/17/ok-espionagem-um-antigo-habito-da-humanidade/>>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

mais antigo tratado sobre estratégia, já abordava táticas de espionagem ressaltando a importância desta para lograr êxito nas guerras.¹⁵

Cumprido destacar, que o um dos pontos auge do uso da técnica da espionagem se deu durante o período da Guerra Fria. Período este marcado pela disputa ideológica entre dois grandes blocos, um liderado pela antiga União Soviética (URSS) e o outro pelos Estados Unidos da América (EUA). Nesse cenário, surgem às primeiras agências governamentais de inteligência, que eram as responsáveis por manter a ordem interna de seus países de origem, além de praticar atos de contraespionagem¹⁶. As principais agências de inteligência surgidas nessa época foram o KGB, instituído pela antiga União Soviética e extinta oficialmente em 1991, e a CIA, instituída pelos EUA e ainda na ativa¹⁷

O KGB até chegar a essa denominação passou por uma série de modificações, inicialmente era denominado “CheKa”, sigla russa para Comitê Contra Atos de Sabotagem e Contra Revolução, responsável pelo o controle de atos internos opostos à Revolução Comunista. Em seguida, foi alterado para GPU (Diretório Político do Estado), vindo a se tornar a polícia política estatal, que também se opunha àqueles contrários ao regime instaurado. Posteriormente, tal serviço passou a ser comandado por Stálin¹⁸ que rebatizou a GPU para NKVD – Comissariado do Povo para Assuntos Internos.¹⁹

Após a morte de Stálin, Lavrenti Beria²⁰ tentou tomar o poder, no entanto foi executado pela Cúpula do Partido Comunista, que mais uma vez reformulou o serviço secreto, passando então a se chamar KGB, sigla em russo para Comitê de Segurança do Estado, que se tornou responsável por manter o controle interno ao passo que realizava ações de combate externo. O declínio do KGB ocorreu em conjunto com a extinção da União Soviética em 1941.²¹

Conforme citado anteriormente, a CIA – Agencia Central de Inteligência, surgiu durante o período da Guerra Fria com o objetivo de obter informações acerca dos países constituintes do bloco socialista e assim barrar o alcance ideológico destes. Atualmente, a

¹⁵ ROUSSELET, Felipe. Espionagem: um antigo hábito da humanidade. Revista Forum. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2013/11/17/ok-espionagem-um-antigo-habito-da-humanidade/>>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

¹⁶ No decorrer do artigo será discutido o conceito de contraespionagem.

¹⁷ GONÇALVES, Joanisval Brito. Sed quis custodiet ipso custodes?: o controle da atividade de inteligência em regimes democráticos: os casos de Brasil e Canadá. 2008. 837 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)- Universidade de Brasília, Brasília, 2008, p. 71. Disponível:< <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1262>>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

¹⁸ Foi secretário geral do Partido Comunista da União Soviética e líder da União Soviética entre os anos de 1924 a 1953.

¹⁹ GONÇALVES, Joanisval Brito, op.cit. p. 71.

²⁰ Político soviético, comandante do NKVD e integrante do círculo íntimo de Stálin, também acusado de supostamente o ter envenenado.

²¹ GONÇALVES, Joanisval Brito. Sed quis custodiet ipso custodes?: o controle da atividade de inteligência em regimes democráticos: os casos de Brasil e Canadá. 2008. 837 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)- Universidade de Brasília, Brasília, 2008, p. 71. Disponível:< <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1262>>. Acesso em: 10 de abril de 2017, p. 72.

CIA tem como principal missão a luta contra o terrorismo, porém, a mesma será abordada de forma mais específica em momento posterior²²

Estes foram os principais fatos que deram origem a espionagem e por consequência a sua prática mais moderna, qual seja a ciberespionagem, assunto que será tratado no decorrer do presente artigo.

1.1. Espionagem cibernética (ciberespionagem)

A priori, faz-se necessário à compreensão do conceito de ciberespaço, uma vez que é por meio deste que a ciberespionagem se propaga. O termo ciberespaço teve sua gênese atribuída ao escritor Willian Gibson, que se utilizou de tal termo em sua obra de ficção científica *Neuromancer*, para descrever uma rede de computadores futurista.²³

Dentro dessa perspectiva, o termo passou a ser utilizado para definir o espaço virtual, ou seja, não físico, onde as relações humanas se propagam de forma indireta com o auxílio da cibernética. Esta, por sua vez, é uma ciência que surgiu por volta das décadas de 40 e 50, tendo como principais expoentes Nobert Wiener e Stanford Beer.²⁴ Nas palavras de José Caldas Gois Jr. a cibernética é uma ciência que:

[...] se constitui basicamente num estudo da comunicação e controle cujo esforço, portanto, tem sido desde então proporcionar meios cada vez mais eficientes de ligação, através da busca de formas de superação dos entraves físicos que impedem a perfeita comunicação e controle, aí incluídos os relacionados às distâncias espaciais e temporais.²⁵

Conforme dito anteriormente, é no ciberespaço que a espionagem virtual ganha forma. Em síntese, a ciberespionagem consiste na prática de obtenção ilícita de informações sensíveis ou sigilosas de outrem, por meio da rede²⁶. Apesar de ser uma prática que pode ser utilizada por particulares, a fim de atender objetivos pessoais, a ciberespionagem toma proporções ainda maiores quando realizadas por um Estado para atender seus objetivos, sejam eles, econômicos, militares ou políticos.²⁷

²² *Ibidem*, p. 72.

²³ KAMINSKI, Omar (Organizador). *Internet legal: o direito na tecnologia da informação*. 1ª ed., Curitiba: Juruá, 2003, p. 40.

²⁴ GOIS JÚNIOR, José Caldas. *O direito na era das redes: a liberdade e o delito no espaço*. Bauru-SP: EDIPRO, 2001, p. 46.

²⁵ *Ibidem* p. 46

²⁶ Conjunto de computadores e outros equipamentos interligados, que partilham informação, recursos e serviços.

²⁷ MATOS, Thiago Francisco. *A segurança coletiva na era da informação: a organização do Tratado do Atlântico Norte e sua atuação na prevenção no combate às ameaças cibernéticas*, p. 52. Disponível em: <http://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/1764/110930_Thiago.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 de abril de 2017.

É o que se observa a partir das recentes denúncias realizadas pelo ex-analista da Agência Nacional de Segurança Norte América (NSA), Edward Snowden, no ano de 2013, por meio de documentos subtraídos da mesma, que continham indícios de que os Estados Unidos vinham monitorando outros países, incluído seus aliados, por motivos ainda incertos.²⁸

1.1.1. Mecanismos

Infiltração²⁹, recrutamento operacional³⁰ e vigilância discreta. Os mecanismos clássicos da espionagem ganharam nova formulação na era da informação, agregando em si os elementos trazidos por essa, em razão da constante evolução tecnológica. Nesse novo cenário, não se faz mais necessário o uso exclusivo de espões infiltrados fisicamente nos alvos. Graças à “rede” as distâncias se encurtaram, espões agem de forma eficaz a milhas de distância de seus principais alvos, quebrando assim, as barreiras físicas que ainda subsistem.³¹

Nesse sentido, os mecanismos utilizados na atualidade se concentram na cooperação entre os meios físico-presenciais e a web³². Para que se possa melhor ilustrar a junção desses mecanismos, traz-se a baila o exemplo dos espões que utilizam a “rede” como meio e instrumento para a prática da espionagem. Nesse caso, aqueles infectam os computadores do alvo instalando malwares³³, por vezes, de forma direta ou através da interceptação de produtos (pendrives, CD – ROM) e a sua substituição por outros com o malware já instalado, conferindo assim, aos ciberespões o livre acesso ao sistema de dados do alvo em questão.³⁴

Ocorre também o inverso, onde os ciberespões se utilizam de ataques cibernéticos, para mascarar a infiltração de agente físicos, desse modo, o evento gerador do roubo de informações fica oculto. O que direciona as investigações realizadas pelo alvo para um caminho diverso do real, escondendo as verdadeiras atividades realizadas pelos espões.³⁵

1.2. Agências governamentais de inteligência e a ciberespionagem

A prática da espionagem tomou maiores proporções no período de guerras, o que tornou necessária a criação de Agências de Inteligência, a fim de melhor organizar os serviços

²⁸ MATÉRIA DE CAPA - EUA Espionagem Digital. Matéria de Capa. TV Cultura. YouTube. Publicado em 18 de junho de 2013. Duração: 28min24s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XhPXh_Y-0bo>. Acesso em: 12 de abril de 2017.

²⁹ Modalidade de obtenção de informações, na qual o agente se introduz dissimuladamente no alvo.

³⁰ Técnica operacional que visa atrair candidatos para exercer funções na organização, principalmente as que exigem conhecimentos técnicos e específicos.

³¹ MATÉRIA DE CAPA - Guerra Cibernética. Matéria de Capa. Tv Cultura. YouTube. Publicado em 11 de julho de 2012. Duração: 26min49s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UIHuJB9FPck&t=1s>>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

³² Diz-se da rede de conexão dos computadores que estabelece um sistema de informação com conteúdos de mídia diversos acessíveis por meio da internet.

³³ Software malicioso ou nocivo, destinado a causar danos, podendo alterar e roubar dados/ informações no sistema do computador no qual se infiltra.

³⁴ Matéria de Capa - Guerra Cibernética. Matéria de Capa. Tv Cultura. YouTube. Publicado em 11 de julho de 2012. Duração: 26min49s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UIHuJB9FPck&t=1s>>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

³⁵ Ibidem.

de coleta de informações, vez que esta era a principal “arma” utilizada pelos Estados para estarem à frente dos adversários, empregando-as para defesa e contra-ataque.

Esses elementos foram incorporados pela a cultura pop³⁶, que retrata principalmente através de filmes, o cotidiano das centrais de inteligência, bem como dos seus agentes, com o “glamour” tipicamente hollywoodiano. Contudo, os serviços realizados pelas agências possuem caráter mais delicado que aquele ilustrado pelos cinemas, pois não se trata de uma mera batalha travada entre “mocinho” e “vilão” e sim de conflitos de cunho internacional.

Isso porque, ao invadir sistemas e coletar informações de outros países, utilizando-se dos mecanismos próprios da ciberespionagem (além daqueles clássicos da espionagem), sob o pretexto de proteger seu país de origem de possíveis ataques, acabam por intervir na soberania de outros Estados. Atualmente existem diversas Agências Governamentais de Inteligência em atividade, das quais, três serão descritas a seguir.

1.2.1. Agência norte-americana

Os Estados Unidos possuem como principais agências responsáveis pela execução dos serviços de inteligência a NSA, subordinada ao departamento de Defesa e a CIA, por sua vez independente. A CIA tem por principal objetivo, além da coleta de informações a verificação e distribuição das mesmas, quando estas possuem potencial para servi de instrumento auxiliar de tomada de decisões. Contudo, a mesma é proibida de exercer atividades que envolvam a execução e a participação em homicídios, bem como a espionagem dos seus cidadãos realizada no âmbito doméstico, porém, é autorizada a realizar serviços secretos.³⁷

O chamado “Ciclo da Inteligência” da CIA é composto por cinco diferentes equipes: a Diretoria de Operações (responsável pelo serviço clandestino), a Diretoria de Análise (responsável pela análise de informações), a Diretoria de Ciência e Tecnologia encarregada de coletar informações advindas das fontes abertas de comunicação, sejam pelas revistas, jornais, rádios, televisores ou satélites, bem como aqueles de conhecimento geral, a Diretoria de Apoio, que como o nome alude é responsável por prestar apoio ao resto da organização e a Diretoria de Inovação Digital incumbida de patrocinar a inovação tecnológica em todas as atividades da agência.³⁸

Conforme já evidenciado, a necessidade da estruturação de um serviço de inteligência surgiu no período de guerras, pois era de suma importância se manter a frente dos países adversários. Assim, em 1947 foi assinado o Ato de Segurança Nacional que previa a criação da CIA, vindo a se tornar um dos principais provedores de informações usadas na elaboração dos serviços de inteligência estadunidense.³⁹

³⁶ Diz-se das manifestações artísticas de grande repercussão social, consideradas como sendo aquelas que agradam as massas.

³⁷ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY- CIA. About CIA. Disponível em: < <https://www.cia.gov/about-cia>>. Acesso em 23 de abril de 2017.

³⁸ Ibidem.

³⁹ Ibidem.

Ao início de sua criação, a CIA, tinha como principal atribuição proteger o Estado das ameaças resultantes da Guerra Fria, em especial das ações intentadas pela extinta União Soviética. Hoje, possuem como preocupação primária a defesa do país contra o terrorismo, até porque o Estado se tornou um grande alvo dessas ações, mais evidenciadas a partir do atentado de 11 (onze) de setembro de 2001, contra o prédio World Trade Center, as famosas Torres Gêmeas.⁴⁰

Já a NSA, dedica-se primordialmente a coleta de informações e monitoramento a nível mundial, analisando, interpretando e quebrando códigos dos dados recolhidos, não somente de pessoas que estejam no país, como também dados de outros serviços de inteligência. A NSA se distingue ainda mais da CIA na medida em que possui autorização para realizar as ações por meios escusos, tal como a infiltração e sabotagem de software – o que ocorreu no recente escândalo envolvendo a divulgação das atividades de espionagem patrocinadas pelo governo norte americano, o que será apresentado posteriormente no subtópico “Caso Snowden” – além da interceptação de registros telefônicos e e-mails de cidadãos americanos, para assim armazenar os dados recolhidos que sejam interessantes para a agência e o governo.⁴¹

As atividades realizadas pela NSA são uma herança daquelas desenvolvidas na sua constituição, ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse período a agência era responsável pelo rompimento de códigos, rastreamento de informações e pela execução de medidas de contraespionagem, as quais consistiam na previsão de investidas surpresas de países adversários. Algo de extremo interesse, principalmente quando se relembra o ataque a Pearl Harbor, uma operação surpresa intentada pelo exército japonês na Segunda Grande Guerra, que afetou o exército americano, os deixando inoperantes por algum tempo. A agência enfraqueceu durante o período da Guerra Fria, tendo voltado à ativa após o já mencionado ataque terrorista de 11 (onze) de setembro.⁴²

1.2.2. Agência Israelense

Mossad – Instituto para Inteligência e Operações Especiais, denominação conferida ao serviço secreto de inteligência israelense.

Em um primeiro momento, necessário se faz a compreensão de seu surgimento, e para tanto, retoma-se a ideia da unificação de Israel como um Estado independente, assim declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1947. Fato que acarretou na determinação da divisão da Palestina em dois territórios, uma parte ficando o cargo do povo judeu, e a outra sob os domínios do povo árabe. Ocorre que, tal divisão foi firmemente

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ NATIONAL SECURITY AGENCY- NSA. Frequently Asked Questions. Disponível em: <<https://www.nsa.gov/about/faqs/>>. Acesso em: 23 de abril de 2017.

⁴² NATIONAL SECURITY AGENCY- NSA. Frequently Asked Questions. Disponível em: <<https://www.nsa.gov/about/faqs/>>. Acesso em: 23 de abril de 2017.

rejeitada pelos árabes, que quase simultaneamente acabaram por travar uma batalha com o povo israelense. A guerra durou cerca de seis meses e fez inúmeras vítimas.⁴³

Com o fim da guerra, Israel reestruturou a política de segurança do Estado, desaguando no surgimento de divisões operacionais, incumbidas de protegê-lo contra novos possíveis ataques de nações rivais. O Political Department foi fruto dessa divisão, e era responsável pela coleta e análise de informações estrangeiras. Da mesma forma surgiu o AMAN, que era responsável por realizar atividades de inteligência no exterior e ainda a Shen Bet, responsável pela coordenação dos demais organismos.⁴⁴

O MOSSAD é resultado de mais um desmembramento das forças de defesa de Israel, o qual surgiu em 1951⁴⁵, sendo o seu principal objetivo é garantir a proteção dos cidadãos israelenses,⁴⁶ possivelmente seu diferencial, isto porque diferente do que ocorre em outras agências de espionagem onde se vislumbra a proteção do Estado, o MOSSAD parece buscar não somente a proteção deste, mas também do indivíduo que o compõe, estando ele em qualquer lugar do mundo.⁴⁷

Assim, o MOSSAD é considerado um dos melhores serviços de inteligência do planeta⁴⁸ e também um dos mais temidos, por ser intransigente a quem lhes ameace. Vale ressaltar, que pouco se sabe sobre a sistemática de tal agência, em função de estar sempre cercada de segredos.⁴⁹

1.2.3. Agência Brasileira

No Brasil, os serviços de inteligência tiveram como marco inicial a criação do Conselho de Defesa Nacional, que possuía como principal atribuição à prestação de auxílio a presidência em diversos assuntos estratégicos, dentre eles a contraespionagem. Contudo, a necessidade de uma agência brasileira de inteligência forte e eficaz ocorre a partir da instauração do regime militar. Nesse contexto, houve o nascimento do Serviço Nacional de

⁴³ GOMES, Aura Rejane. A Questão da Palestina e a Fundação de Israel. São Paulo: USP, 2001, pág. 7. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/historia/artigos/i_contemporanea/pdf/teseauragomes.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2017.

⁴⁴ HISTORY CHANNEL. El Mossad, La Inteligencia Israelí. Documental Completo, Español. YouTube. Publicado em: 8 de janeiro de 2015. Duração: 45min07s Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OFPOZJKA4>>. Acesso em: 02 de maio de 2017.

⁴⁵ FRATTINI, Eric. 1963-Mossad os carrascos do Kidon: a história do temível grupo de operações especiais de Israel; adaptação: Alessandra Miranda de Sá. 1º. ed.-São Paulo: Seoman, 2014.

⁴⁶ HISTORY CHANNEL, op cit..

⁴⁷ É o que se percebe da leitura da obra de Eric Frattini: MOSSAD_ OS CARRASCOS DO KINDON, que descreve detalhadamente as missões de “vingança” que a agência secreta de Israel acabou por realizar. (FRATTINI, Eric. 1963-Mossad os carrascos do Kidon: a história do temível grupo de operações especiais de Israel; adaptação: Alessandra Miranda de Sá. 1º. ed.-São Paulo: Seoman, 2014.)

⁴⁸ SANTOS, Andrey Augusto Ribeiro. ““Pelo bem de Israel”: uma ode ao Mossad.” Cadernos do Tempo Presente nº 24 (2016). Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/5658>>. Acesso em: 15 de maio de 2017.

⁴⁹VITOR, Frederico. As maiores agências de inteligência do mundo. Jornal Opção. Edição 2013 de 2 a 8 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/colunas/geopolitica/as-maiores-agencias-de-inteligencia-do-mundo>. Acesso em: 15 de maio de 2017.

Informações (SNI), importante influenciador na governança nacional, sendo extinto em 1990.⁵⁰

Somente em 1999 as atividades de inteligência voltaram a se delinear, com a então criação da ABIN – Agência Brasileira de Inteligência (agência de inteligência atualmente em atividade). A ABIN tem por missão a gerência da comunidade de informação, seja supervisionando, planejando, controlando ou executando os serviços. Segundo consta no site da agência, a ABIN é “o único órgão nacional cujo fim é planejar e executar atividades de inteligência⁵¹ do Estado para subsidiar o processo decisório nacional”.⁵²

A estrutura de inteligência brasileira conta ainda com o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), encarregado pelo procedimento de obtenção e análise de informações e produção dos relatórios estratégicos necessários ao Poder Executivo, o mesmo possui como órgão central a já mencionada ABIN.⁵³

Vale ressaltar, que a especificação das agências aqui citadas não exclui a existência de outras agências de inteligência. Para, além disso, as informações aqui descritas são aquelas amplamente divulgadas, logo, por se tratarem de dados referentes às agências de inteligência, algumas destas podem ser objetos de mera contraespionagem, pois, para as mesmas se faz interessante à manutenção do sigilo das ações por elas impetradas.

2. CIBERESPIONAGEM E A CONSEQUENTE VIOLAÇÃO A SOBERANIA ESTATAL

A ideia de soberania surge no período absolutista, no qual o poder se concentrava nas mãos de uma única pessoa, qual seja o monarca, que tomava as decisões político-administrativas do território que governava. Tal concepção foi sendo aperfeiçoada a partir da Revolução Francesa, com seu clássico lema “liberdade, igualdade e fraternidade”, que trouxe consigo o anseio pela limitação do poder absolutista, além do surgimento da participação do povo na vida do Estado através da concepção de contrato social que trazia em seu âmago à satisfação da vontade geral, dando assim uma nova roupagem à ideia de soberania.⁵⁴

⁵⁰ SENADO FEDERAL – Secretaria Agência e Jornal do Senado. Revista em discurso. Ano 5. Nº 21. Julho de 2014. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br>>. Acesso em: 21 de maio de 2017.

⁵¹ Diz-se das ações especializadas para obtenção e análise de dados indispensáveis para a produção, bem como para a proteção de informações de um Estado.

⁵² AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Institucional. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/institucional/a-abin/>>. Acesso em: 27 de abril de 2017.

⁵³ AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Institucional. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/institucional/a-abin/>>. Acesso em: 27 de abril de 2017.

⁵⁴ ALVES, Felipe Dalenogare. O conceito de soberania: Do estado moderno até a atualidade. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 83, dez 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8786>. Acesso: 18 de maio de 2017.

Temos assim, a soberania como sendo o domínio estatal exercido internamente sobre seus componentes, possuindo ainda reflexos externos. O qual consiste na autopreservação de seu território, povo e governo, nas palavras de Alexandre Muniz Barreto:

É um atributo básico do Estado que consiste no poder (*summa potestas*) sobre as demais estruturas internas do seu território. Resultam também na isonomia e independência de um Estado em relação a outros países, No plano internacional, quaisquer que sejam seus valores ou o grau de sua importância na comunidade supranacional. Na Monarquia, a soberania é atribuída diretamente ao próprio monarca (também designado de soberano), o que não ocorre na República, onde o exercício de tal poder é conferido ao Estado, que passa a desempenhá-la em nome da vontade de todos (soberania popular).⁵⁵

Desse modo, é possível analisar a soberania através de seu caráter interno e externo. A soberania interna diz respeito a aquela exercida dentro dos limites do Estado, já a soberania externa, objeto da presente discussão, está relacionada aos limites estabelecidos entre os países quanto ao exercício de suas competências, de tal modo que não venha a existir subordinação entre os mesmos, mas igualdade.⁵⁶

Nesse contexto, a ciberespionagem realizada pelos países por meio de seus serviços de inteligência, atua como um desestabilizador da harmonia internacional. Harmonia essa proporcionada pelo respeito à soberania dos países. É o que se observa a partir do recente escândalo envolvendo o ex-analista da NSA, Edward Snowden, que subtraiu documentos da mesma, trazendo a tona às atividades de ciberespionagem concretizadas pelos EUA.⁵⁷

Esses documentos continham informações sobre diversos países, sabe-se inclusive que empresas e autoridades foram alvos de espionagem, tal ação causou instabilidade no cenário internacional, visto não se saber ao certo o teor e nem os motivos pelos quais foram realizadas essas coletas de dados.⁵⁸

No entanto, não é de hoje que esse tipo de ação vem sendo realizada, entretanto a mesma é agravada pelo desenvolvimento tecnológico. Isto porque, há a continua criação de meios hábeis para o exercício da espionagem, sem que se faça necessária a locomoção ostensiva de agentes até o alvo, que em muitos casos vinham a óbito ou eram capturados, servindo assim como moeda de troca ou instrumento para obtenção de informações. Com o advento da ciberespionagem a utilização de agentes físicos se tornou secundária, pois os

⁵⁵ BARRETO, Alex Muniz. *Direito Constitucional Positivo*. 1ª edição, CL EDIJUR-Leme/SP, 2013, p. 195.

⁵⁶ HUSEK, Carlos Roberto. *Curso de direito internacional público*. ed. 12. São Paulo: LTr, 2014, p. 190.

⁵⁷ SENADO FEDERAL – Secretaria Agência e Jornal do Senado. *Revista em discussão*. Ano 5. Nº 21. Julho de 2014. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br>>. Acesso em: 21 de maio de 2017.

⁵⁸ *Ibidem*.

ciberespões podem invadir sistemas a longas distâncias, inclusive de um continente para outro, quebrando barreiras antes inimagináveis.⁵⁹

Ante o exposto, deve-se observar que no plano real existe uma interdependência entre as nações, principalmente por motivos político-econômicos. Nesse sentido, ao se falar em interdependência, o que requer cooperação, o ato da ciberespionagem como meio para a obtenção de informações de outros países, configura uma invasão aos domínios destes, uma vez que podem alcançar suas técnicas de produção, dentre outros necessários ao seu pleno desenvolvimento.

É o que se ilustra através do seguinte exemplo: suponha-se que um país desenvolva uma técnica para a extração de determinado minério, técnica essa inovadora e altamente lucrativa. Sabendo disso, outro país decide invadir os sistemas daquele, por meio do mecanismo da ciberespionagem, a fim de adquirir tal técnica e com isso conseguir vantagem econômica, vez que pode desenvolver a técnica antes do país agredido. Além disso, o país violador pode ainda, nesse percurso, extrair informações que vão além das inicialmente almejadas.

Ocorre que, em muitos casos os países violados em sua soberania se mantêm inertes, em razão de sua subordinação, principalmente tecnológica, em relação aos países violadores. Porém, essa é uma situação que pode ser forçada a tal ponto que acabe por eclodir em um conflito internacional.

Ademais, é de se ressaltar que a disputa entre os países considerados desenvolvidos, na corrida pela posição como superpotência, eleva os perigos da ciberespionagem, principalmente quando essa desagua na indústria bélica (fator decisivo quando nenhum outro método diplomático consegue solucionar os conflitos), o que gera uma “era de incertezas”, uma vez que são atividades que estão acontecendo, porém, por estarem relacionadas às atividades de inteligências de cada país, acabam por não serem divulgadas, o que apenas se torna público após algum vazamento de informações.⁶⁰

Assim, acabam por surgir questionamentos acerca da efetividade dessa soberania, devido ao fato de que alguns países invadem os domínios de outros, utilizando seu poderio na área da tecnologia da informação, com o fim de adquirir dados diversos sobre o governo dos países violados, dentre outros a estes correlatos. A defesa dos países violados resta ainda mais prejudicada, em virtude de sua dependência tecnológica em relação a outros países, em geral dos países violadores, isso porque, em muitos casos estes são os grandes desenvolvedores e fornecedores de hardwares, softwares e redes de telecomunicações.⁶¹

⁵⁹ MATÉRIA DE CAPA - EUA Licença Para Espionar. Matéria de Capa. TV Cultura. YouTube. Publicado em 18 de junho de 2013. Duração: 28min24s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=H6HdXyK51Qc>>. Acesso em: 2 de junho de 2017.

⁶⁰ MATÉRIA DE CAPA - Guerra Cibernética. Matéria de Capa. Tv Cultura. YouTube. Publicado em 11 de julho de 2012. Duração: 26min49s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UIHuJB9FPck&t=1s>>. Acesso em: 02 de junho de 2017.

⁶¹ Ibidem.

Fica evidente a complexidade em manter a harmonia entre os países em razão dos interesses escusos de cada um. Assim, ao fornecer determinada tecnologia a um país, o país fornecedor pode pôr em seu bojo vulnerabilidades que facilitem o acesso ao sistema de dados daquele. Fato é, que se porventura vier a ocorrer um estado de guerra ou situação de conflito entre esses dois países, aquele que forneceu a tecnologia viciada se encontrará em uma situação privilegiada em relação a aquele que a recebeu, pois todas as informações referentes a este país estarão ao seu alcance.⁶²

O que remete ao questionamento sobre a inércia destes Estados, frente aos atos violadores a sua soberania, que decorrem da subordinação que se revela altamente opressora, trazendo a baila a problematização de se existe de fato uma soberania ou se trata apenas de uma ficção manipulada por um jogo político.

3. CIBERESPIONAGEM E O DESPONTAR EM CONFLITOS INTERNACIONAIS

Os momentos que antecedem o surgimento de conflitos de cunho internacional guardam em si similitudes. É o que se percebe mediante a análise das duas Grandes Guerras e da Guerra Fria, eventos que envolveram a sociedade internacional e tinham como principais causas fatores econômicos, políticos e sociais.

A Primeira Guerra Mundial teve como estopim o assassinato do arquiduque sucessor ao trono austríaco Francisco Ferdinando, fato este que mobilizou os países que posteriormente iriam compor a Tríplice Aliança⁶³ e a Tríplice Intente⁶⁴. Entretanto, esse conflito já vinha sendo nutrido por pretensões capitalistas e imperialistas^{65, 66}.

O mesmo ocorreu na Segunda Guerra Mundial, que teve como fator determinante o revanchismo motivado pelo Tratado de Versailles⁶⁷ formulado ao fim da Primeira Guerra. Desse modo, antes mesmo da eclosão da Segunda Guerra já existia um estado de tensão proveniente da primeira, devido à insatisfação da Alemanha por ter sido severamente punida por tal tratado, pois, teve seu desenvolvimento bélico, econômico e territorial afetados, pontos que foram reestruturados no período nazista.⁶⁸

⁶² MATÉRIA DE CAPA - Guerra Cibernética. Matéria de Capa. Tv Cultura. YouTube. Publicado em 11 de julho de 2012. Duração: 26min49s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UIHuJB9FPck&t=1s>>. Acesso em: 02 de junho de 2017.

⁶³ Política de Alianças constituída entre o império alemão, o império austro-húngaro e a Itália.

⁶⁴ Política de Alianças constituída entre os Estados Unidos, a Inglaterra e a França.

⁶⁵ Política expansionista voltada à conquista de novos mercados consumidores, bem como de matéria prima e mão de obra barata.

⁶⁶ MENEZES, César A. T. B., BAHIENSE, J.L., ROCHA, Willians A. C. Coleção Vestibular. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Gráfica GPI, 2009, p. 75.

⁶⁷ Acordo celebrado entre os países envolvidos na Primeira Guerra Mundial com o intuito de findar a mesma. Dentre as exigências nela impostas, tinha-se que a Alemanha deveria pagar indenizações pelos danos ocasionados pela guerra, que a mesma devolvesse os territórios alcançados, não mais produzisse armamentos pesados dentre outros.

⁶⁸ MENEZES, César, op cit., p.94.

Por sua vez, a Guerra Fria, diferenciou-se de suas antecessoras, por não ter havido ofensivas e combates físicos, visto que foi apenas de cunho ideológico, onde a informação era a principal arma. O que ocasionou a estruturação, pelos governos, das tão conhecidas “agências de espionagem”.

Esses conflitos internacionais, apesar de distantes temporalmente, possuem pontos em comum que trazem a memória o cenário atual, onde vigora uma suposta paz, isso porque os atuais conflitos não são inteiramente declarados. É uma espécie de “Guerra Fria Virtual”, o que será demonstrado nos posteriores subtópicos.

3.1. Tratado dos cinco olhos

Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Canadá e Nova Zelândia, esses são os países que associados compõe o chamado The Five Eyes – Os Cinco Olhos. Segundo as denúncias formuladas pelo ex-analista da NSA, Edward Snowden, os Cinco Olhos formaram uma rede de espionagem global, que visa não apenas obter informações de todos os países, mas também armazená-las.⁶⁹

Apesar de não existirem provas concretas sobre a existência de fato desse Tratado Internacional dos países Anglófonos⁷⁰ para a espionagem, acredita-se que a mesma teve início nos idos de 1946 com o acordo celebrado entre Estados Unidos e Reino Unido, sendo inclusive, posteriormente, os demais países de língua inglesa. Tal acordo veio a formalizar a Carta do Atlântico de 1941, que possuía a partilha mútua de dados entre os EUA e o Reino Unido como fim, o que ocorreu antes mesmo da entrada norte-americana na Segunda Guerra Mundial.

Acredita-se que os Cinco Olhos articula esse sistema de vigilância global através de um projeto denominado Echelon. O mesmo pode ser definido como um sistema de interceptação das telecomunicações mundiais, ou seja, um método que se resume em vigiar e adquirir informações compartilhadas por meio dos diversos meios eletrônicos existentes, sejam estes as ligações telefônicas ou a troca de e-mails, dentre outros.⁷¹

Especula-se, ainda, conforme apontando pela revista alemã Der Spiegel, que o sistema “Cinco Olhos”, é assim formulado para burlar as regras internas das agências governamentais de inteligência, que vedam as ações de espionagem intentadas contra a própria população, portanto se as informações provêm de outros países não seria infração dos regulamentos internos, de fato, uma ótima saída.⁷²

3.2. Caso Snowden

⁶⁹ GREENWALD, Glenn. Sem lugar para se esconder [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Sextante, 2014, p.23.

⁷⁰ Diz-se dos países que possuem como idioma oficial a língua inglesa.

⁷¹ TOMIZAWA, Guilherme. O direito à privacidade e a intromissão estatal através dos Sistemas de inteligência e ferramentas de espionagem dentro da internet”. Disponível em: <<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5-Professores/GUILHERME-TOMIZAWA-ANIMA5.pdf>>. Acesso em: 07 de maio de 2017.

⁷² SENADO FEDERAL – Secretaria Agência e Jornal do Senado. Revista em discurso. Ano 5, Nº 21. Julho de 2014. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br>>. Acesso em: 21 de maio de 2017.

De fato, as agências de inteligência são de extrema importância para a segurança interna de cada país. Ocorre que, muitas vezes essas agências terminam por desviar a atenção de sua real competência, e acabam obstruindo a soberania de outro Estado, a fim de garantir os seus interesses. Apesar de ser algo reprovável, não é um fato novo, posto que desde os tempos mais antigos já se ouvia falar em espionagem praticada por um dado país contra o outro.⁷³

Contudo em junho de 2013, uma entrevista conferida ao jornalista Glenn Greenwald, surpreendeu o mundo, a reportagem trouxe a tona supostas espionagens empreendidas pelos EUA a nível internacional. O responsável pela exposição de tais informações foi Edward Joseph Snowden, que até então trabalhava como analista para a agência de inteligência norte-americana, a NSA.⁷⁴

Snowden que desde muito novo demonstrava fascínio pela tecnologia, começou cedo sua carreira nos serviços de inteligência Americana⁷⁵, trabalhando tanto para a CIA como para a NSA. Seu último emprego para as agências de inteligências foi como terceirizado da Dell Corporation, a qual prestava serviços para a NSA, e foi por meio de tal empresa que o mesmo teve acesso aos documentos ultrassecretos do serviço de inteligência. Dessa feita, o emprego lhe proporcionou a possibilidade de não levantar suspeitas quanto à subtração dos documentos.⁷⁶

Após a obtenção dos arquivos ultrassecretos da NSA, Snowden entrou em contato com os jornalistas Glenn Greenwald e Laura Poitras, os entregou a estes, e ainda relatou aquilo que por ele, havia sido presenciado. Em junho de 2013, o jornal The Guardian, publicou a reportagem denunciando a suposta espionagem mundial promovida pela agência. Com o fato, Snowden que estava em Hong Kon, no intuito de embarcar para a América do Sul, foi impossibilitado de fazê-lo, visto que os EUA cancelou seu passaporte, ficando este restrito no país por cerca de 3(três) meses, até conseguir asilo temporário na Rússia.⁷⁷

Quanto aos documentos que foram divulgados por Snowden, estes relatavam o monitoramento de bilhões de pessoas realizado pelo governo Norte Americano. Registrando para tanto, todo o conteúdo utilizado por diversos meios de comunicação, tais como, e-mails, telefones e rede sociais. O ex-analista, expôs ainda à espionagem realizada inclusive contra empresas estrangeiras.⁷⁸

⁷³ TZU, Sun. A arte da guerra. São Paulo: Hunter Books, 2011.

⁷⁴ GLOBO – G1. 'Se o Brasil me oferecer asilo, aceito', diz Edward Snowden. Fantástico. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/06/se-o-brasil-me-oferecer-asilo-aceito-diz-edward-snowden.html>> Acesso em: 25 de maio de 2017.

⁷⁵ Mais especificamente no ano de 2005 no cargo de especialista em tecnologia da CIA. (GREENWALD, Glenn. Sem lugar para se esconder [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Sextante, 2014).

⁷⁶ GREENWALD, Glenn. Sem lugar para se esconder [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

⁷⁷ GLOBO – G1. 'Se o Brasil me oferecer asilo, aceito', diz Edward Snowden. Fantástico. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/06/se-o-brasil-me-oferecer-asilo-aceito-diz-edward-snowden.html>>. Acesso em: 25 de maio de 2017.

⁷⁸ GREENWALD, Glenn. Sem lugar para se esconder [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

As denúncias ganharam proporções ainda maiores, devido ao fato de serem realizadas afirmações de espionagem até mesmo contra chefes de Estado, incluindo aliados, o que desencadeou um emaranhado de críticas aos Estados Unidos.⁷⁹

Para além disso, levou o mundo a refletir no quão vulnerável pode ser o espaço cibernético. Além da indagação de como salvaguardar as informações lançadas na “rede”, sobretudo, aquelas que possuem extrema relação com soberania de cada país. Tendo em vista, que no espaço virtual inexistem delimitações acerca de onde começa ou termina a soberania de cada Estado, sendo, contudo, necessária à utilização do ciberespaço, em função dos correntes avanços tecnológicos.

3.3. Guerras Cibernéticas

Segundo HUSEK, guerra “significa a falência do sistema internacional”⁸⁰, temos assim que a guerra surge a partir da “quebra” da diplomacia, onde um Estado acaba por violar outro. A ideia de falência advém desse contexto, vez que dentre todos os mecanismos hábeis à solução de uma lide o confronto físico deve ser a última ratio.

Assim sendo, tem-se que as guerras podem se propagar por diversos meios, sejam eles aéreos, terrestres ou marítimos. Recentemente vem se desenvolvendo uma nova plataforma, qual seja o ciberespaço, que possui um alcance ainda mais devastador que as demais. É o que se observa através do ataque cibernético perpetrado pelos EUA e Israel contra o Irã, que tinha em primeiro plano o objetivo de retardar o desenvolvimento nuclear deste, devido o não conhecimento por parte do governo americano de como seria aplicado tais recursos.⁸¹

Para tanto, os EUA estabeleceram aliança com Israel, que desenvolveu um malware denominado Stuxnet, capaz de cessar as atividades de enriquecimento de urânio de forma a parecer acidental. O que na realidade acabou resultando na explosão das infraestruturas do alvo, dificultando a descoberta da causa do incidente pelos iranianos. Demonstrando, o quão nefasto pode ser um ataque cibernético, que nesse caso, por meio de um único software malicioso obteve o mesmo fim que a guerra em campo pode alcançar.⁸²

Ao se fazer uma analogia com os momentos que antecederiam uma guerra ostensiva, verifica-se pontos em comum consistentes no que se assemelha a um estado de paz, porém submerso em instabilidade. Esse é o cenário que vem sendo construído com intensidade desde 2013, por ocasião das denúncias oferecidas por Snowden. As quais revelavam a espionagem intentada pelos EUA contra outros Estados, gerando incertezas e desconfianças quanto aos

⁷⁹ SENADO FEDERAL – Secretaria Agência e Jornal do Senado. Revista em discursão. Ano 5. Nº 21. Julho de 2014. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br>> . Acesso em: 21 de maio de 2017.

⁸⁰ HUSEK, Carlos Roberto. Curso de direito internacional público. p. 301.

⁸¹ Matéria de Capa - Guerra Cibernética. Matéria de Capa. Tv Cultura. YouTube. Publicado em 11 de julho de 2012. Duração: 26 min49s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UIHuJB9FPck&t=1s>>. Acesso em: 02 de junho de 2017.

⁸² Matéria de Capa - Guerra Cibernética. Matéria de Capa. Tv Cultura. YouTube. Publicado em 11 de julho de 2012. Duração: 26 min49s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UIHuJB9FPck&t=1s>>. Acesso em: 02 de junho de 2017.

objetivos das forças de inteligência. Fato que levou até mesmo ao pronunciamento de líderes governamentais repudiando tais ações, principalmente quando realizadas em prejuízo de países aliados.⁸³

Ademais, nesse cenário de instabilidade surgem outros focos de discussão, dentre eles um que causa grande preocupação entre os países, qual seja, a capacidade tecnológica e o nível das técnicas de ciberespionagem empregadas por países “fechados”, ou seja, por países que se mantêm isolados quanto a sua cultura, política e economia e que não permitem interferências de outros, ainda que não prejudiciais. Assim, não há como saber os riscos que tais Estados podem proporcionar aos países e a sua população.

Outra característica que remete ao momento pré-guerra já citado, é o anseio pela confirmação de qual Estado será de fato a potência mundial. Ao se iniciar a guerra, aqueles nela envolvidos sabem que a vitória significa a declaração de qual Estado terá maior influência no plano internacional, seja por seu poderio econômico, bélico ou militar, e ao que parece o fator atualmente determinante é a informação. Aquele que a possuir detém o poder, o que explica as intensas atividades de ciberespionagem realizadas pelos países.

Porém, as motivações que alertam sobre a formação de um estado de guerra na “Era Informatizada”, ocorrem de forma silenciosa, em função das dificuldades em se detectar as investidas cibernéticas provocadas por cada país. Isso porque, as armas cibernéticas tencionadas propõe impedir a noção de sua existência e origem, agindo sorrateiramente, podendo assim causar uma devastação sem precedentes.

O que pode ser ilustrado na hipótese da invasão de um sistema responsável pelo gerenciamento de uma usina de energia, por um dado governo, com o objetivo não apenas de desligá-lo, como também de comprometer sua estrutura. O que pode causar sua total destruição, vindo a abarcar inclusive civis, gerando assim, receios quanto às dimensões da Guerra Cibernética, pois não existem garantias do controle das armas cibernéticas quando em execução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o estudo perpetrado no decorrer deste artigo, verifica-se que atualmente a ciberespionagem pode ser um dos fatores determinantes no despontar de conflitos internacionais, vez que o uso desse mecanismo pelos governos ocasiona a quebra de confiança e harmonia entre os países.

Dessa feita, deve-se buscar é o controle do uso desse mecanismo, a fim de amenizar suas consequências, visto que o tolhimento desse recurso, por vezes, demonstra-se ineficiente, isto porque, ao se tentar eliminar o seu uso pode haver a geração de outros ainda piores.

⁸³ SENADO FEDERAL – Secretaria Agência e Jornal do Senado. Revista em discussão. Ano 5, Nº 21. Julho de 2014. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br>>. Acesso em: 21 de maio de 2017.

Logo, trazer uma solução aplicável à realidade, passa pela inserção de meios diplomáticos e principalmente no investimento em tecnologias próprias, ou seja, infraestruturas, redes de acesso à internet, cabos e satélites, capacitação de pessoal, cabos submarinos de comunicação, segurança da nuvem⁸⁴, softwares e hardwares, produtos de segurança e monitoramento de redes próprias. Desse modo, a partir do momento em que todos os Estados possuem uma tecnologia própria, esses conflitos naturalmente serão amenizados.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Institucional. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/institucional/a-abin/>>. Acesso em: 27 de abril de 2017.

ALVES, Felipe Dalenogare. O conceito de soberania: Do estado moderno até a atualidade. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 83, dez 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8786>. Acesso: 18 de maio de 2017.

BARRETO, Alex Muniz. **Direito Constitucional Positivo**. 1ª edição, CL EDIJUR-Leme/SP, 2013.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY- CIA. About CIA. Disponível em: <<https://www.cia.gov/about-cia>>. Acesso em 23 de abril de 2017.

GLOBO – G1. **'Se o Brasil me oferecer asilo, aceito', diz Edward Snowden. Fantástico.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/06/se-o-brasil-me-oferecer-asilo-aceito-diz-edward-snowden.html>> Acesso em: 25 de maio de 2017.

GOIS JÚNIOR, José Caldas. **O direito na era das redes: a liberdade e o delito no espaço.** Bauru-SP: EDIPRO, 2001.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Sed quis custodiet ipso custodes?: o controle da atividade de inteligência em regimes democráticos: os casos de Brasil e Canadá.** 2008. 837 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível:< <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1262>>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

GREENWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder [recurso eletrônico].** Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de direito internacional público.** ed. 12. São Paulo: LTr, 2014.

KAMINSKI, Omar (Organizador). **Internet legal: o direito na tecnologia da informação.** 1ª ed., Curitiba: Juruá, 2003.

⁸⁴ Em computação, diz se da plataforma de armazenamento de dados realizados por meio da internet.

MATÉRIA DE CAPA - EUA **Espionagem Digital**. Matéria de Capa. TV Cultura. YouTube. Publicado em 18 de junho de 2013. Duração: 28min24s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XhPXh_Y-0bo>. Acesso em: 12 de abril de 2017.

MATÉRIA DE CAPA - EUA **Licença Para Espionar**. Matéria de Capa. TV Cultura. YouTube. Publicado em 18 de junho de 2013. Duração: 28min24s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=H6HdXyK51Qc>>. Acesso em: 2 de junho de 2017.

MATÉRIA DE CAPA - **Guerra Cibernética**. Matéria de Capa. Tv Cultura. YouTube. Publicado em 11 de julho de 2012. Duração: 26min49s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UIHuJB9FPck&t=1s>>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

MATOS, Thiago Francisco. **A segurança coletiva na era da informação: a organização do Tratado do Atlântico Norte e sua atuação na prevenção no combate as ameaças cibernéticas**, Disponível em: <http://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/1764/110930_Thiago.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 de abril de 2017.

MENEZES, César A. T. B., BAHIENSE, J.L., ROCHA, Willians A. C. **Coleção Vestibular**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Gráfica GPI, 2009,

SENADO FEDERAL – Secretaria Agência e Jornal do Senado. **Revista em discurso**. Ano 5. Nº 21. Julho de 2014. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br>>. Acesso em: 21 de maio de 2017.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. São Paulo: Hunter Books, 2011.

O FEMINICÍDIO NO CENÁRIO SOCIOJURÍDICO BRASILEIRO: UMA NOVA ANÁLISE AOS CRIMES DE GÊNERO

BONFIM, Lyssa Martins⁸⁵

LESCANO, Lisiane Sibebe de Andrade⁸⁶

Resumo: O presente artigo tem por intuito apresentar uma análise sociojurídica quanto a incidência da Lei nº 13.104/2015 em razão aos crimes de gênero, demonstrando um apanhado histórico do Femicídio e das relações sociais que antecederam sua promulgação. Ademais, buscou-se estudar os paradigmas da evolução social e legislativa dos direitos das mulheres no Brasil, quanto a necessidade de mais uma inovação legal para reprimir a prática da violência contra mulheres. Foi verificado a necessidade de apurar uma concepção quanto as formas, consequências e aplicabilidade da Lei do Femicídio no âmbito jurídico, avaliando-se para tanto a inclusão do presente crime como qualificadora e quesito de aumento de pena. Procurou-se, ainda, explorar as principais indagações doutrinárias do feminicídio à luz da Lei Maria da Penha, sendo a principal a respeito da ineficácia judiciária em abarcar todo englobamento do tipo penal quanto ao gênero mulher a uma única disposição. Por se tratar de um fenômeno social que se encontra presente em diferentes aspectos culturais de sociedade no mundo, pesquisou-se, por sua vez, caracterizar a mudança na consciência coletiva e o destaque quanto a uma instrumentalização protetiva às mulheres, considerando a reestruturação cultural a respeito da valorização de direitos e da justiça de gênero.

Palavras-chave: Femicídio. Direitos das Mulheres. Violência de Gênero. Fenômeno sociojurídico.

Abstract: The present article has for intention to present an analysis sociojuridic as the incidence of the Law n. 13.104/2015 in reason to the gender crimes, demonstrating a picked report of Femicide and of the social relationships that preceded her promulgation. Besides, it was looked for to study the paradigms of the social and legislative evolution of the women's rights in Brazil, as the need of one more legal innovation to repress the practice of the violence against women. The need was verified of cleaning a conception as the forms, consequences and applicability of the Law of Femicide in the juridical extent, being evaluated for as much the inclusion of the present crime as examining and requirement of feather increase. It was sought, still, to explore the main inquiries would indoctrinate from the femicide to the light of the Law Mary of the Penha, being the main regarding the judiciary inefficacy in embracing every globbing of the criminal type as for the gender woman to a single disposition. For treating of a social phenomenon that he/she is present in different cultural aspects of society in the world, it was researched, for his/her time, to characterize the change in the collective conscience and the prominence as for a protective instrumentation to the women, considering the cultural restructuring regarding the valorization of rights and of the gender justice.

Keywords: Femicide. Rights of the Women. Violence of Gender. Phenomenon sociojuridic.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade traçar um panorama sobre a concepção histórica e cultural da evolução dos direitos femininos conquistados, em especial no quadro diretivo que antecederam as razões para promulgação da Lei nº 13.104/2015, a qual inclui o feminicídio como qualificadora do crime de homicídio constado no Código Penal Brasileiro e

⁸⁵ Acadêmica do 8º Período do Curso de Direito pela Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. E-mail: lyssamartins11@hotmail.com

⁸⁶ Professora orientadora do curso de Direito na UNIBALSAS - Faculdade de Balsas, Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: lisiane.sibeli@unibalsas.edu.br.

em legislação especial. O intuito principal frente a temática em discussão, é voltada a análise influenciadora da lei do feminicídio como meio protetivo contra a violência de gênero.

Em face de uma melhor abordagem e compreensão do tema, utilizar-se-á da metodologia qualitativa indutiva, vez que torna presente a necessidade de elevar posicionamentos sobre os efeitos ocasionados pelo crime de feminicídio sob a ótica legislativa e doutrinária, abarcando nessa concepção a forma em que resguarda proteção a mulher.

Observa-se que a violência contra as mulheres não está restritiva apenas a sua modalidade física, nem tão pouco a violência doméstica ou familiar. Mas, ao aspecto social em razão do gênero exclusivamente, quanto a capacidade e a busca de direitos já resguardados, mas que merecem destaque frente a desconsideração social encontrada pelos indivíduos que a compõem. Nesse ponto, é importante ressaltar que a violência contra mulher não é algo apenas consolidado pelas pessoas, mas por todo cenário social que o abrange, como as próprias instituições que lutam pelos seus direitos, como pelo próprio Estado. No entanto, a vertente quanto ao tema necessita ser cada vez mais reconhecido pelo teor transformador do Direito, procurando-se consolidar ainda mais as percepções já conquistadas, ao ponto que não será mais necessária a evolução legal sobre o presente tema, obtendo-se a eficácia exigida minimamente.

Dessa maneira, a importância que deve ser levada em destaque, é a prática social perniciosa como o feminicídio. Assim, se faz necessária a reflexão sobre os termos específicos que abarca tal tema, bem como, suas concepções iniciais e as diferentes conotações estabelecidas para definir o estudo sociojurídico voltado para as diretrizes de combate e à prevenção de mortes violentas em razão do gênero, em especial em aspecto nacional sobre o assunto.

Considerada a necessidade de regulamentação do feminicídio por parte da Lei 13.104/2015, como caracterização mais agravosa para o tipo penal do art. 121 do CP (Código Penal), implicando na majoração da pena. O que era antes direcionado a violência provida contra mulher pela Lei nº 11.340/2006, agora não é obstante apenas as especificações aduzidas pela Lei Maria da Penha, quanto a concepção em que o denunciado tenha ou mantenha vínculo de relacionamento afetivo com a vítima, apenas bastando que o cometimento do delito seja em razão do gênero “mulher” exclusivamente, vez o caráter discriminatório envolvido.

Quanto ao marco normativo em relação aos direitos das mulheres, consta-se a existência de diferentes regimentos ratificados pelo Estado brasileiro em compromisso com os temas perante a ONU (Organização das Nações Unidas) e a OEA (Organização de Estados Americanos), assim como, a referente Lei Maria da Penha, qual merecerá apontamentos quanto a ineficácia e diferença perante a prática do feminicídio.

Tendo em vista essas perspectivas, procurou-se destacar um apanhado da desigualdade de gênero até as consequências providas, perpetuando a violência contra as mulheres até a procedência em extremo, qual seja, via feminicídio. Nessa razão, o objetivo da presente

discussão foi analisar o aspecto sociojurídico da referente conduta delituosa, inovando a ótica de análise dos crimes contra o gênero, em especial a mulher.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A desigualdade de gênero advém da demonstração de superioridade física e mental, qual seja a dominação do masculino sobre o feminino ao longo do tempo. Sua origem não é precisa, no entanto, ao decorrer de gerações projetou-se diferentes individualidades que caracterizaram o desequilíbrio jurídico e social das relações femininas, baseando-se desde da divisão de papéis, em razão do sexo, até estabelecimento na forma de pensar sobre algumas temáticas (BUTLER, 2008). O gênero por sua vez, não deveria ser uma condição que impõe a superioridade sobre o outro, com argumento de um determinismo biológico, mas sim um pressuposto para a liberdade de construção intelectual (PESSIS; MARTIN, 2005).

Nesta reflexão, a condição de ser mulher caracterizou-se ao perpetuar do tempo como um parâmetro preconceituoso atávico, ou seja, característico a uma linha submersa no consciente das comunidades humanas (PESSIS; MARTIN, 2005), fazendo transparecer a desigualdade como uma regra remota na história do homem, gerenciando a especificação da mulher apenas no processo reprodutivo e de acasalamento, condicionando essa percepção como ideologia que moldava a forma de organização social entre os gêneros.

Nesse molde, a política de tratamento violento contra a mulher se propagou ao delongar das décadas como algo não discutível, sendo apenas como uma consequência atribuída em razão de pertencer ao gênero feminino, não se limitando a ocorrer apenas na modalidade de violência física, mas em caráter psicológico e social dela.

Com a pretensão de enfraquecer a incidência de práticas discriminatórias e violentas contra as mulheres, buscou-se a conquista de direitos nos últimos séculos, sendo perceptível a constante valorização de direitos especiais. A jurista Flávia Piovesan caracteriza que ao longo do desenvolvimento dos direitos das mulheres, as vertentes que levaram a maior proteção dos direitos humanos foram promovidas pelas feições feministas, qual fomentavam os ideais de igualdade formal e econômica, liberdade sexual e reprodutiva, a redefinição de papéis sociais e o direito a diversidade.

Por feminismo compreende-se,

[...] um movimento cultural, político e social organizado que questiona e procura transformar especialmente a cultura e o poder da sociedade organizada de forma patriarcal. Trata-se de um longo processo de transformação social historicamente desenvolvido (HAHN; BOHNENBERG; OLIVEIRA 2014, p. 210).

Nesse sentido, se faz necessária a distinção de dois termos que levam a um pré-julgamento disformado quanto as terminologias de Feminismo e Femismo, aquele destaca-se a teoria social, voltado ao aspecto filosófico da desigualdade de sexos existentes, enquanto

este é a prática reversa do machismo, levado a suposição extrema dos conceitos, desvirtuando a finalidade notória pela qual discutem e superiorizando a sua condição de gênero.

Em resgate pela luta e relações de gênero, o movimento feminista submergiu com as resistências, derrotas recepcionadas ao longo da história, qual busca remodelar a identidade de gênero sob uma ótica em que o ser humano, seja homem ou mulher, não tenha que se adaptar a ordem hierarquizada pela condição do sexo (ALVES; PITANGUY, 1991. p.9). No entanto, somente a partir da década de 80, se tornou mais frequente o papel atuante dos movimentos feministas, seja em âmbito nacional ou internacional, qual contribuiu para que o tema da violência contra as mulheres fosse incluído como tópico de discussão na pauta de direitos humanos, desenvolvendo a partir disso uma maior nitidez sobre o problema social existente. Apesar dos avanços registrados anos seguintes, seja nos campos social, legal e político, as transformações para que as mulheres possam viver em um ambiente sem violência ainda ocorre de forma lenta e tardia (ONU MULHERES, 2012).

2.1. A construção da identidade do gênero feminino nas relações de poder

A concepção de gênero vem sendo remodelada a medida que os estudos acerca do tema se progridem em prol dos direitos femininos e da dignidade humana. Os aspectos sociais conflitavam sobre a ótica biológica do ser humano, qual categorizava o sexo como condição pessoal para conviver em sociedade, sendo este o considerado entendimento hegemônico utilizado, qual justificava como base de diferenciação o órgão genital que possuía, gerando assim a ideia influenciadora sobre o detentor real das relações de poder de uma sociedade.

Diante disso, as formações das relações de gêneros se firmaram sobre os aspectos culturais do gênero predominantes, qual havia a interposição de comportamentos e atitudes sobre determinado tema, não necessariamente se desenvolvendo por via de coerção física, mas sendo infundido ao pensamento humano, como algo livre e aparentemente “natural” (EAGLETON, 2005, p. 76). Para Michelle Perrot, ao caracterizar as relações de gênero, destaca que os:

homens e mulheres são identificados por seu sexo; em particular, as mulheres são condenadas a ele, ancoradas em seus corpos de mulheres chegando até a ser prisioneiras deles. [...] Esta naturalização das mulheres, presas a seus corpos, a sua função reprodutora materna e doméstica, e excluída da cidadania política em nome desta mesma identidade, traz uma base biológica ao discurso paralelo e simultâneo da utilidade social (PERROT, 2005, p. 470).

Nessa perspectiva, a desvalorização do papel da mulher na sociedade é irrefutável, sendo que houve reflexão sobre o tema em diferentes períodos de sua evolução social, qual os valores e morais se modificavam, ao mesmo tempo que se reconhecia socialmente o papel das mulheres, exemplo disso, é as evidências de mulheres aptas para a liderança qual tentava

quebrar o paradigma patriarcal da desigualdade e opressão, como ocorrera com as faraós mulheres no Egito, juízas na Grécia e as rainhas na Inglaterra (EISLER, 2007, pp. 84-122-178).

No entanto, não houve a extensão necessária para valorização devida do papel da mulher devidamente, ainda podendo ser visualizado durante a Idade Média casos em que era presente a tentativa de oprimir o conhecimento das mulheres, por exemplo, fato este resultante da perseguição sexual, política e religiosa sobre a participação feminina, vez que havia as

leis do Estado e da Igreja [...] à vigilância de pais, irmãos, tios, tutores, e à coerção [...] de velhos costumes misóginos, tudo confluía para [...]: abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas (ARAÚJO, 1997, p. 45).

Essa discussão operou-se por muito tempo no campo historiográfico das mulheres, embora que todas essas fases houvesse manifestação de inconformidade da opressão social da época.

2.2. Marco Normativo Internacional e no Brasil

A necessidade de respostas mais eficazes da gestão pública tem se perpetuado cada vez mais pelos representantes dos movimentos de mulheres e feministas, exigindo-se uma forma de erradicar com as diferentes formas em que a violência contra as mulheres se propaga. Entre essas agressões, os assassinatos de mulheres por razão de gênero acabam sendo identificados como a expressão mais grave da violência, o estágio finalístico do crime, qual vem mais carecer do exercício de políticas públicas eficazes para o notório panorama social destacado.

Destarte, um dos meios em que enfrenta essas práticas violentas é via instrumentalização legal sobre o tema, por conta disso identifica-se que essa composição abrange uma série de conquistas sociais dos direitos das mulheres. Começando a partir da Declaração Universal (1948), quando se inicia a proteção dos direitos humanos e a luta crucial pelo reconhecimento da dignidade da pessoa humana, para além deste, leva-se em comento os pactos internacionais de Direitos Civis e Políticos, de Direitos Econômico Sociais e Culturais (1966), bem como a Convenção da Mulher (1979) - Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher” (MELLO, 2017, p.35).

Aos meados de 1980, os homicídios de mulheres se tornaram resultados providos da violência em razão da condição feminina, o que norteou a busca pela igualdade de sexos e a luta de movimentos existentes na época, desencadeando o surgimento das primeiras denúncias no Brasil, qual eram direcionadas aos órgãos da justiça que minimizavam a prática violenta como “crimes passionais” vez que a defesa da honra era usada como pressuposto justificável (DIRETRIZES NACIONAIS FEMINICÍDIO, 2016, p.24).

Por conta dos movimentos internacionais e constante debates sobre o tema no país, considera-se como uma das principais disposições internacionais em que o Brasil é signatário e tem plena aplicação ao Poder Judiciário é a Convenção do Belém do Pará, também

denominada como a convenção “Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher” realizada em 1994. No seu preâmbulo dispõe a afirmação e preocupação com a igualdade de sexos, qual alega em suas palavras que “a violência contra a mulher constitui violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente a observância, gozo e exercício de tais direitos e liberdades”. Este aspecto é reforçado pela atribuição do artigo 6º⁸⁷ de dada Convenção, qual estabelece que toda mulher possui o direito de uma vida livre de violência, de qualquer tipo de discriminação (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994).

A partir da aprovação de convenções e ratificações como essas, os movimentos feministas nacionais incorporaram a reivindicação de mudança no parâmetro social, como forma estratégica para erradicar o cenário da violência doméstica, vertente esta que era mais frequente nas situações em que a mulher é vítima. Prosseguindo-se ao ano 2000, o número de ascendentes de mulheres assassinadas elevou-se, fazendo com que novas mobilizações de reconhecimento da prática do crime em razão do gênero se destacassem, motivando a inevitabilidade de aprovação das leis que combatam de forma específica os casos que proveram as mortes violentas de mulheres, não importando ao um contexto específico (VÍLCHEZ, 2012).

Com o intuito de melhor compreender essa afirmação, um dos mais importantes progressos daquela década foi a Lei nº 11.340/2006, qual tem por intuito coibir e precaver a violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar. O mesmo instituto legal foi reconhecido pela ONU como uma dos instrumentos legais mais reivindicadores da luta feminina, considerando-se também como um dos dispositivos mais avançados em relação ao tema.

Nesse sentido, com intuito de combater a impunidade penal nos casos de mortes em razão da condição de “mulher” não se classifica o contexto que a envolve somente ao âmbito doméstico ou familiar, mas a qualquer outro, buscou-se denominar essa prática como femicídio ou feminicídio, para que o estímulo de políticas de prevenção se estendesse também na base do gênero.

3. CLASSES DE FEMICÍDIO/FEMINICÍDIO

Para a jurista Adriana Ramos de Mello, deve se fazer observar os conceitos de *femicídio* e *feminicídio* (2017, p.17). A distinção entre essas duas expressões são objetos de constante discussão dos estudos sobre o tema “femicide”⁸⁸ qual é compreendido como a extrema variedade de terror antifeminino, se manifestando com variabilidade de abusos e agressões verbais e físicos, tais como

⁸⁷ Artigo 6º, do Decreto nº 1.973/1996 “Convenção do Belém do Pará” - O direito de toda mulher a ser livre de violência abrange, entre outros: a) o direito da mulher a ser livre de todas as formas de discriminação; e b) o direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.

⁸⁸ O termo *femicide* se trata da expressão castelhana que por entendido em sua tradução duas tendências, qual será o femicídio e feminicídio (MELO, 2017, p. 17).

estupro, tortura, escravidão sexual (principalmente na prostituição), relações incestuosas e extrafamiliares de abuso sexual de crianças; agressões físicas e emocional, o assédio sexual (no telefone, na rua, no escritório e na sala de aula) a mutilação genital (clitoridectomia, a excisão, infibulação) operações ginecológicas desnecessárias, heterossexualidade forçada, a esterilização forçada, a maternidade forçada, (ao criminalizar a contracepção e o aborto), psicocirurgia, a negação de alimentos para as mulheres em algumas culturas, a cirurgia estética, e outras mutilações, em nome do embelezamento (RUSSELL; CAPUTI, 1992).

Em suma, é deveras dificultoso documentar as formas de violência contra mulher, haja vista a extensão em que a concepção de violência poderá alcançar, mas entendido o teor *continuum* de terror que ele representa é necessário destacar que embora o fenômeno seja contemporâneo ele é tão patriarcal como a concepção social e cultural do homem. Por sua vez, a terminologia *femicídio* ou *feminicídio* não são identificados como uma categoria jurídica de fato em alguns países, o que resulta num trabalho árduo para obtenção de dados oficiais, em relação ao índice de mortes violentas de mulheres (MELLO, 2017, p. 18).

A partir disso, MELLO (2017, p. 28) compreende que a diferença entre os dois termos é algo que ainda não houve consenso pelos pesquisadores, sendo o seu uso generalizado pelas disposições *femicídio* e *feminicídio*, principalmente na América Latina onde houve acontecimentos que foram efluídos por atos de mortes violentas e desaparecimentos de mulheres em 1993 na cidade de Juarez⁸⁹.

Quanto as tipologias existentes, os autores que costumam usar a expressão *femicídio* quando trabalham com a justificação que traduz diretamente o que é abordado por RUSSELL, qual seja “*para evitar a feminização da palavra homicídio*” (1992, p.20), em outras palavras, busca-se diferenciar a definição do *femicídio* dos homicídios de mulheres propriamente dito, isso acontece porque a definição de *femicídio* se enquadra em diferentes formas que categorizam a realidade social do crime. São eles, o *femicídio íntimo*, não íntimo e por conexão.

A primeira espécie de *femicídio* é definida pelo agente que o compõe, o assassinato é promovido pelos familiares, companheiros ou ex-companheiros em que a vítima convivia, havendo de certa forma uma interligação entre uma relação afetiva já constituída, o caráter *íntimo* do agente. A segunda se destaca como *femicídio não íntimo* por conta de não ser obstante a necessidade de uma relação entre os sujeitos do crime. Já a terceira espécie, o *femicídio por conexão* é caracterizado pela independência do vínculo afetivo, e conforme trabalhado por pela Adriana Ramos de Mello (2000 apud CARCEDO, p.27) é quando há a ocorrência do *femicídio* ou a tentativa deste em forma errônea, ou seja, o responsável pela prática do crime, mesmo

⁸⁹ Casos de desaparecimentos e mortes de mulheres jovens na Cidade de Juarez, cidade mexicana situada na região de fronteira com os Estados Unidos, chamaram a atenção de militantes feministas e de direitos humanos na comunidade nacional e internacional. O número crescente de mortes registrado ao longo da década, as similitudes no perfil das vítimas, a recorrência do *modus operandi* aplicado aos crimes, levaram a que o conceito de *femicídio* fosse retomado e discutido à luz das especificidades identificadas naquele contexto (DIRETRIZES NACIONAL FEMINICÍDIO, 2016).

correspondendo a um feticida acaba tendo por erro a execução do crime, na forma de *aberratio ictus*⁹⁰.

Agora, ao se falar de *feminicídio*, subentende-se que a invocação tanto das razões formais, linguísticas de cunho político ou social se trata do ato final da prática violenta contra a mulher, ou seja, a morte, onde o cenário acabaria sendo previamente evitável ou visível para âmbito social.

Observa-se que a violência contra as mulheres em razão do gênero “está ligada a misógina exacerbada por parte dos habitantes homens, mas se faz duvidoso apontar uma única causa para o fenômeno, senão uma série de fatores que, associados, produzem o contexto propício à violência extrema” (MELLO, 2017, p. 18). Dessa forma, é importante ressaltar que a escolha do termo *feticídio* e *feminicídio* coincide com teor desenvolvido pelos marcos normativos citados anteriormente, mas o fulcro que promove tal prática não está vinculado necessariamente a uma esfera específica, bastando a identificação do vínculo discriminatório pela condição do sexo feminino.

Ainda assim, é necessário que se demonstre as categorias em que o feminicídio poderá ser enquadrado. Por representar uma das principais causas das mortes em razão do gênero, o feminicídio poderá ser visualizado em cenários diferentes, como na esfera sexual, por exemplo.

Este se caracteriza pelo assassinato de mulheres que são “sequestradas, torturadas e violadas”, a degradação em que o assassinato sexual se molda é motivado por impulsos sexuais, que ao termino tem por seus corpos descartados em “zonas desérticas, terrenos baldios, lixões ou vias férreas”, sendo demonstrado posteriormente em exames periciais o *modus operandi*⁹¹ dos agentes (MELLO, 2017, p.24).

Para além destes, se torna necessário analisar o quadro de compreensão de realidade social de feticídio/feminicídio elaborado pelo Modelo de Protocolo Latino-Americano de 2014 (ANEXO B – Figura 01).

4. O FEMINICÍDIO NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 sugere logo no caput do seu art. 5º⁹² um comando mais enfático da igualdade de gênero, qual dispõe que os homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos em que constituição estabelece, e com intuito de elucidar o princípio da igualdade de forma mais veemente, consta-se ainda o art. 226, §5º⁹³ da mesma Carta Magna os

⁹⁰ Para Rogério Greco (2017) é quando “ocorre quando, por ACIDENTE ou ERRO NO USO DOS MEIOS, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, ATINGE PESSOA DIVERSA”.

⁹¹ Corresponde à forma de execução, ou seja, corresponde ao modo de agir do agente, onde se estuda elementos comuns entre vários crimes, mesmo que o agente não tenha adotado um padrão de conduta entre os delitos, não se impedirá o reconhecimento da continuidade delituosa, vez que é analisado a forma de agir. (GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal – Parte Geral. Vol. 1. 19ª Edição – Editora Impetus. 2017).

⁹² Art. 5º, *caput*, CF/88 - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

⁹³ Art. 226, CF/88 - A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. §5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

plenos “direitos e deveres referente à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”. Por mais que neste último faça a menção referente ao Direito de Família, é perceptível que a legislação maior versa sobre a defesa dos direitos das mulheres, principalmente ao entonar nos arts. 226 e 227⁹⁴ em que repudia a prática da violência intrafamiliar.

Desse modo, buscando um maior aprofundamento sobre o tema da violência contra a mulher, surge uma série de mecanismos necessários que se direcionam a prevenção e combate desta prática. Para além das convenções e tratados internacionais, houve a homologação da Lei nº 11.340/2006 e posteriormente a Lei nº 13.104, está sancionada em 09 de março de 2015, trazendo para o ordenamento jurídico brasileiro a previsibilidade do feminicídio como qualificadora do crime de homicídio do Código Penal.

Considera-se feminicídio a prática de assassinato contra a mulher em razão da condição de sexo em que ela pertence, seja no âmbito doméstico, familiar ou de pleno menosprezo e discriminação contra a condição em ser mulher. (MELLO, 2017, p. 142). Sendo este a mais grave das violências providas, é relevante compreender aos dados demonstrados pela pesquisa de WAISELFISZ (2015) ao constituir o Mapa da Violência referente aos homicídios de mulheres no Brasil (ANEXO B – Figura 02).

Consta-se que 50,3% dos homicídios femininos registrados em 2013 pelo SIM (Sistema de Informação sobre a Mortalidade) é motivado por algum familiar da vítima, o que acaba representando a taxa de 2.394 assassinatos, sendo a estimativa de 7 feminicídios diários durante todo ano. Quando promovido pelo caráter íntimo, ou seja, a execução realizada pelo (ex-) companheiro a taxa varia para 33,2% de homicídios, representando o número de 1.583 mortes em razão do sexo, que ao contabilizar representa a escala e 4 assassinatos por dia (WAISELFISZ, 2015).

4.1. A violência contra as mulheres no Direito Penal

Nas palavras de Lourdes Bandeira (2014), o feminicídio é o claro ato de predominância das relações de gênero, principalmente por se tratar de crime de ódio, a prática do feminicídio é constantemente utilizado como bandeira de luta dos movimentos feministas e de mulheres que estão em busca da equidade de direitos.

Diante disso, ao se comentar sobre as primeiras manifestações públicas em forma de denúncias a respeito da violência contra a mulher no Brasil, deve se fazer constar que as mesmas eram voltadas ao caráter de impunidade dos órgãos públicos em meados 1980, principalmente pelos assassinatos motivados pela ânsia de controle das suas (ex-)parceiras, padecendo assim sobre a justificativa da “defesa da honra”, isto é claramente um resultado gerado da conveniência social que o crime era recepcionado. O manejo que contribuiu para mobilização em prol dos agentes era voltado sobre o provável sentimento de conservação do

⁹⁴ Art. 227, CF/88 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

lar e proteção da família, sendo sua natureza comportamental motivada de forma passional, tornando dessa maneira, mais branda a sanção atribuída por tal prática (CORRÊA, 1981, 1983; BARSTED, 1994).

Em virtude dessas denúncias, os debates em torno da concepção passional do crime submergiram com objetivo de fazer questionar novos argumentos em que não houvesse a dominação de gênero, dando a real importância para o caráter violento e teor discriminatório existente.

4.1.1. Femicídio à luz da Lei Maria da Penha - nº 11.340/2006

A Lei de nº 11.340 foi sancionada em 2006 com objetivo de coibir a violência doméstica e familiar desprovida contra a mulher, em defesa dos termos do art. 226, §8º da CF/88⁹⁵, da Convenção da Mulher (1979) e da Convenção do Belém do Pará (1996). No entanto, alguns pontos deixaram de ser esclarecidos ao ser confeccionar as disposições que abarca a violência do gênero feminino. É existente a previsibilidade legal que confere a lesão corporal à violência doméstica⁹⁶, todavia, apesar de assegurar à vítima na tentativa de homicídio, a lei acaba tendo por ausente o caráter mais grave da prática violenta, não abrangendo desdobramento legal quanto a procedência da morte por condição do sexo (MELLO, 2017; GOMES, 2015).

A partir dessa interpretação, recorre-se ao Art. 5º da Lei Maria da Penha para melhor compreender os moldes que definiram a violência contra a mulher, qual sejam:

Art. 5º - Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. **(Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).**

Identifica-se que a violência não ocorre somente em esfera doméstica ou familiar, por via de suprir essa lacuna no escopo da Lei Maria da Penha e alterar o Código Penal foi

⁹⁵ Art. 226, CF/88 - A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. §8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

⁹⁶ Art. 129, CP. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: § 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

publicada a Lei nº 13.104 em 09 de março de 2015, qual inclui o feminicídio como crime qualificado e inserido no rol de crimes hediondos.

Diferentemente do disposto pela Lei Maria da Penha, o feminicídio não é um ato impulsivo, mas contínuo e degradante do ato da violência que desencadeia a morte, qual ira se diferenciar do homicídio comum, haja vista razões que o motivam e o caráter de menosprezo e discriminatório contra a condição de mulher. Como pode ser visto, ao lê-se a inclusão do parágrafo 2º e 2º-A ao art. 121 do Código Penal:

Art. 121. [...] **Homicídio qualificado** § 2º Se o homicídio é cometido: VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. § 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher (Decreto-Lei nº **2.848, de 7 de dezembro de 1940**).

Quanto a espécie de qualificadora em que o Feminicídio se enquadra, é essencial destacar que ainda não há uma corrente pacificada sobre o tema. O jurista e professor Luiz Flávio Gomes (2015) compreende que a *condição ao sexo feminino* está configurada desde logo ao caráter íntimo do agente, ligada ao sentimento de discriminação do gênero, assim como, o desejo de posse sobre a mulher, isso acontece em virtude da qualificadora enquadra o termo “razões” ao deduzir o que origina o crime é motivo do agente e não a forma em que o crime é executado. Já para o Juiz Amom Albernaz Pires (2015) o caráter que configura a qualificadora é objetiva, uma vez que, a violência é provida contra a mulher, simplesmente por conta da condição de sexo que ela pertence e da presença de umas hipóteses tipificadas no texto legal.

Prosseguindo com o raciocínio, para além da tipificação do crime de feminicídio houve previsão quanto aumento de pena, caso identificado tais práticas:

Art. 121. [...] **Aumento de pena** [...] § 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência; III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima (Decreto-Lei nº **2.848, de 7 de dezembro de 1940**).

Ao se aplicar as causas de aumento do crime de Feminicídio é necessário se fazer constar que as circunstâncias acima estejam dentro da esfera de conhecimento do sujeito ativo, ou seja, para premissa em que tem o aumento de pena, o agente terá que deter conhecimento que promoveu o assassinato na presença de descendente ou de ascendente da vítima, por exemplo, ou quando obtiver conhecimento da gravidez, ou no caso, do período pós-parto da vítima.

Quanto está última, o professor GRECO elabora algumas hipóteses em que o agente poderá ser responsabilizado ao ter praticado o crime de feminicídio:

- a) *A mulher e o feto sobrevivem* – nesse caso, o agente deverá responder pela tentativa de feminicídio e pela tentativa de aborto;
- b) *A mulher e o feto morrem* – aqui, deverá responder pelo feminicídio consumado e pelo aborto consumado;
- c) *A mulher morre e o feto sobrevive* – nessa hipótese, teremos um feminicídio consumado, em concurso com uma tentativa de aborto;
- d) *A mulher sobrevive e o feto morre – in casu*, será responsabilizado pelo feminicídio tentado, em concurso com o aborto consumado (GRECO, 2015, *grifos do autor*).

Analisada as circunstâncias de aplicabilidade do feminicídio, juntamente com a promulgação da Lei nº 13.104/2015 houve o reconhecimento de caráter hediondo do crime de feminicídio, qual o art. 1º, I da Lei nº 8.072/1990 considera como crime hediondo aqueles tipificados pelo art. 121, CP inclusive aquele do §2º do mesmo artigo, qual corresponde aos homicídios qualificados.

4.2. Cabe efeito análogo? Definição de “mulher” para o legislador

Deve se ter por observado que a discussão sobre liberdade no ordenamento jurídico tem evoluído nos últimos tempos, principalmente pela constante luta pela igualdade de gênero. Notado a tipificação que rege o dispositivo legal é realizado frequentemente o presente questionamento, será passível aplicação análoga do crime de feminicídio aos casais transexuais?

A primeiro momento, destaca-se que o Código Penal Brasileiro não admite uso de analogia em desfavor do réu, contudo, vista a forma de aplicabilidade em que a Lei Maria da Penha tem se desenvolvido já é perceptível julgados em que a Lei nº 11.340/2006 foi aplicada a transexual feminina⁹⁷. Visto isso, é preciso que seja levado a discussão as três posições doutrinárias a respeito do tema.

Inicialmente, a primeira posição corresponde ao critério psicológico, este existe a identificação da mulher por intermédio de seus aspectos psíquicos ou comportamentais. A segunda é voltada para o caráter jurídico cível, qual prevalece a posição que aplicabilidade do feminicídio será concedida a todo aquele que possuir no registro real o sexo feminino, não importando se o mesmo é por via biológica ou alterado por decisão judicial. E por fim, a terceira posição está voltada ao critério biológico, qual enquadra a aplicação a somente aquelas que detém a concepção genética do sexo feminino.

Há quem entenda que o critério biológico é o mais viável, analisado que o judiciário não seria passível para definir a convicção íntima de uma pessoa e nem utilizar de mudança jurídica no cível como pressuposto de adequação. Ao levantar tese de defesa ao critério biológico, (BARROS, 2015) declara que “mesmo sabendo que existem outros gêneros sexuais, o

⁹⁷ Decisão da 1ª Vara Criminal da Comarca de Anápolis em Goiás, de lavra da Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães – Processo n. 201103873908, TJ-GO.

legislador não teria incluído os transexuais, homossexuais, gays ou travestis”, sendo taxativo ao declarar “menosprezo ou discriminação à condição de *mulher*”.

Todavia, para Alice Bianchini e Luiz Flávio Gomes (2015), a mulher é definida pelo objetivo da sua natureza, ao tempo em que a Lei Maria da Penha traz em seu §único do art. 5º a expressão “as relações pessoais [...] independem de orientação sexual” será plenamente possível aplicar o crime de feminicídio a relações tanto de mulheres heterossexuais ou transexuais (com identificação de gênero feminino). A jurista Adriana Ramos de Mello reforça o pensamento ao declarar que “a qualificadora do feminicídio incide quando o sujeito passivo for mulher, [...] de acordo com o critério psicológico, ou seja, quando a pessoa se identifica com a condição de mulher, mesmo quando não tenha nascido com o sexo biológico feminino” (2017, p. 144). Dessa forma, compreende que parte da doutrina considera passível analogia, mas precisando se analisar o nível de identificação que a pessoa possui com o gênero feminino.

5. CONCLUSÃO

O propósito sob qual se debruçou estudo sobre o feminicídio está voltado à constante busca pelos direitos femininos. Após um apanhado histórico e cultural, notou-se que determinados tratados internacionais moldaram-se em prol da igualdade de gênero, mesmo sendo o lapso temporal considerável entre marcos normativos é perceptível que os próprios serviram como base norteadora para criação das consagradas Lei nº 11.340/200 e 13.104/2015.

A forma em que a cultura se reconstruiu aos passar dos anos foi resultado de um progresso intelectual da sociedade sobre temas que anteriormente eram oprimidos por traços patriarcalizados. Tendo por analisado as distinções e especificações do tema, buscou-se constituir uma concepção esclarecedora sobre a forma de aplicabilidade do crime de feminicídio no ordenamento jurídico brasileiro, assim como, demonstrou a necessidade do legislador enquadrar as mortes em razão do gênero como alteração ao Código Penal e a complementação da Lei de Crimes Hediondos.

Por se tratar de estado democrático de Direito, requer-se que o bem-estar social e a igualdade prevaleçam na formação do respectivo Estado, devendo a vertente pela luta dos direitos das mulheres ainda perpassar, ao se buscar a devida valorização e justiça de gênero, onde não se tenha a necessidade de menosprezar ou discriminar a condição de raça, cor, etnia e sexo de alguém, bastando apenas o devido respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Apesar dos avanços normativos é de notório conhecimento social que a violência contra a mulher continua a perdurar, variando quanto a causa e motivo que se desencadeia. Dessa forma, não será a tipificação legal do crime de feminicídio que irá memorizar o número de mortes violentas das mulheres no Brasil repentinamente.

Entretanto, o homicídio não poderá ser vislumbrado como ato de um costume social, que detém sua preocupação pormenorizada, como ocorria anteriormente, o fator qual deve predominar é a preservação da vida, assim como a segurança.

6. REFERÊNCIAS:

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jackeline. **O que é feminismo**. 8. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ARAÚJO, M. F.; MATIOLLI, O. . (org.). **Gênero e Violência**. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

BANDEIRA, M. de Lourdes. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. Revista Sociedade e Estudo. v.29. n.2. mai./ago. 2014.

BARROS, Francisco Dirceu. **Feminicídio e neocolpovulvoplastia: as implicações legais do conceito de mulher para fins penais**. 2015. Disponível em: < <https://francisco-dirceubarros.jusbrasil.com.br/artigos/173139537/feminicidio-e-neocolpovulvoplastiaas-implicacoes-legais-do-conceito-de-mulher-para-os-fins-penais>>. Acesso em: 20.out. 2017.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. **A resposta legislativa à violência contra as mulheres no Brasil**. In: Violência de Gênero e políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 119-137, 2007.

BIANCHINI, Alice; GOMES, Luís Flávio. **Feminicídio: entenda as questões controvertidas da Lei 13.104/2015**, 2015. Disponível em: <<https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/173139525/feminicidio-entenda-as-questoes-controvertidas-da-lei-13104-2015>>. Acesso em 20.out.2017.

BOHNENBERG, Gustavo W.; HAHN, Noli B.; OLIVEIRA, Fernanda R. de. **Feminismo e Direitos Especiais**. Revista Científica da URI, 2014.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Vade mecum**. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto 1996. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída na Convenção do Belém do Pará**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm>. Acesso em 23.out.2017.

_____. **Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília/DF, 2016.

_____. **LEI 8.072/1990, de 25 de agosto de 1990. Lei de Crimes Hediondos**. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm>. Acesso em: 20.out.2017.

_____. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Brasília, DF, ago 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em 22.out.2017.

_____. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. **Lei do Feminicídio**. Brasília, DF, mar 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm>. Acesso em 22.out.2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em 23.out.2017.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAPUTI, Jane; RUSSELL, Diana. **Femicide: sexist terrorism against women**. In: *Femicide: The politics of woman killing*, p.15, Ed. Jill Radford and Diana E. H. Russell, Nueva York, Twayne, 1992.

CORRÊA, M. **Os crimes da paixão**. (Coleção Tudo é História). São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____. **Morte em família: representação jurídica de papéis sociais**. São Paulo: Ed. Graal, 1983.

COSTA, M.J.; OLIVEIRA, A. C.; SOUSA, E. **Feminicídio e Violência de Gênero: Aspectos Sóciojurídicos**. Revista Tema. ISSN 2175-9553. v. 16, n. 24/25, janeiro a dezembro de 2015.

EAGLETON, T. **A idéia de cultura**. São Paulo: Unesp, 2005.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal – Parte Geral**. Vol. 1. 19ª Edição – Editora Impetus, 2017.

_____. **Feminicídio**. Portal Rogério Greco, 2015. Disponível em: <<http://www.rogerio-greco.com.br/?p=2906>>. Acesso em 25.out.2017.

HELEIETH, I.B.; SAFFIOTI, Suely S. Almeida. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.

MARTÍN, Gabriela; PESSIS, Anne-Marie. **Das Origens Da Desigualdade De Gênero**. Marcadas a Ferro – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

MELLO, Adriana Ramos de. **Feminicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil** / Adriana Ramos de Mello. – 2. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2017.

MENEGHEL, S. N.; HIRAKATA, V. N. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 564-74, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n3/1931.pdf>>. Acesso: 22.out. 2017.

MODELO DE PROTOCOLO LATINO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS DE MULHERES POR RAZÕES DE GÊNERO (FEMICÍDIO/FEMINICÍDIO). Escritório Regional para a América Central do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos; Escritório Regional para as Américas e o Caribe da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres). Brasília: ONU Mulheres, 2014.

ONU MUJERES. **El progreso de las mujeres en el mundo: en busca de la justicia.** 2011-2012. New York: ONU, 2012.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher – 1948.** Bogotá, 30 de março a 2 de maio de 1948.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru, SP: Edusc, 2005.

PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Silva. **A Lei Maria da Penha na perspectiva da responsabilidade internacional do Brasil.** In: Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminina/ Carmen Hein de Campos (Org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

PIRES, Amon Albernaz. **A natureza objetiva da qualificadora do feminicídio e sua quesitação no Tribunal do Júri.** Portal JusBrasil, 2015. Disponível em: <<https://amomalbernaz.jusbrasil.com.br/artigos/172762972/a-natureza-objetiva-daqualificadora-do-feminicidio-e-sua-quesitacao-no-tribunal-do-juri>>. Acesso em 19.out.2017.

PIRES, Julie Ferreira. **O direito das mulheres no cenário sociojurídico brasileiro e o feminicídio: quando a violência doméstica se torna fatal.** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2016.

PORTELLA, A. P. et al. **Análise configuracional de homicídios: Velhas e novas situações de violência letal contra as mulheres em Recife. Dilemas,** Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 4, n. 3, p. 403-439, jul./ago/set, 2011. Disponível em: <revistadil.dominiotemporario.com>. Acesso: 22.out.2017.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes-2012>> Acesso em 16 de maio de 2015.

VÍLCHEZ, A.I. G. **La regulación del delito de femicidio/feminicidio en America Latina y el Caribe.** Panamá: Secretariado de la Campaña del Secretario General de las Naciones Unidas ÚNETE para poner fin a la violencia contra las mujeres, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.** Editora Flasco Brasil – 1ª ed, 2015. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em 08.nov.2017.

ANEXO A – LISTA DE ABREVIATURAS

LISTA DE ABREVIATURAS

§ - Parágrafo

ART. – Artigo

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CP – Código Penal

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

SIM – Sistema de Informação sobre a Mortalidade

ANEXO B – DADOS REFERENTES AO FEMICÍDIO

Figura 01 – Categorias de análise da realidade social do crime de Femicídio/Feminicídio

Íntimo	Morte de uma mulher cometida por um homem com quem a vítima tinha, ou tenha tido, uma relação ou vínculo íntimo: marido, ex-marido, companheiro, namorado, ex-namorado ou amante, pessoa com quem tem filho(a)s. Inclui-se a hipótese do amigo que assassina uma mulher – amiga ou conhecida – que se negou a ter uma relação íntima com ele (sentimental ou sexual).
Não íntimo	Morte de uma mulher cometida por um homem desconhecido, com quem a vítima não tinha nenhum tipo de relação. Por exemplo, uma agressão sexual que culmina no assassinato de uma mulher por um estranho. Considera-se, também, o caso do vizinho que mata sua vizinha sem que existisse, entre ambos, algum tipo de relação ou vínculo.
Infantil	Morte de uma menina com menos de 14 anos de idade, cometida por um homem no âmbito de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder conferido pela sua condição de adulto sobre a menoridade da menina.
Familiar	Morte de uma mulher no âmbito de uma relação de parentesco entre vítima e agressor. O parentesco pode ser por consanguinidade, afinidade ou adoção.
Por conexão	Morte de uma mulher que está “na linha de fogo”, no mesmo local onde um homem mata ou tenta matar outra mulher. Pode se tratar de uma amiga, uma parente da vítima – mãe, filha – ou de uma mulher estranha que se encontrava no mesmo local onde o agressor atacou a vítima.
Sexual sistêmico	Morte de mulheres que são previamente sequestradas, torturadas e/ou estupradas. Pode ter duas modalidades: <ul style="list-style-type: none"> Sexual sistêmico desorganizado –Quando a morte das mulheres está acompanhada de sequestro, tortura e/ou estupro. Presume-se que os sujeitos ativos matam a vítima num período de tempo determinado; Sexual sistêmico organizado—Presume-se que, nestes casos, os sujeitos ativos atuam como uma rede organizada de feminicidas sexuais, com um método consciente e planejado por um longo e indeterminado período de tempo.
Por prostituição ou ocupações estigmatizadas	Morte de uma mulher que exerce prostituição e/ou outra ocupação (como strippers, garçonetes, massagistas ou dançarinas de casas noturnas), cometida por um ou vários homens. Inclui os casos nos quais o(s) agressor(es) assassina(m) a mulher motivado(s) pelo ódio e misoginia que a condição de prostituta da vítima desperta nele(s). Esta modalidade evidencia o peso de estigmatização social e justificação da ação criminosa por parte dos sujeitos: “ela merecia”; “ela fez por onde”; “era uma mulher má”; “a vida dela não valia nada”.
Por tráfico de pessoas	Morte de mulheres produzida em situação de tráfico de pessoas. Por “tráfico”, entende-se o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, valendo-se de ameaças ou ao uso da força ou outras formas de coação, quer seja rapto, fraude, engano, abuso de poder, ou concessão ou recepção de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento da(s) pessoa(s), com fins de exploração. Esta exploração inclui, nominativo, a prostituição alheia ou outras formas de exploração sexual, os trabalhos ou serviços forçados, a escravidão ou práticas análogas à escravidão, a servidão ou a extração de órgãos.
Por contrabando de pessoas	Morte de mulheres produzida em situação de contrabando de migrantes. Por “contrabando”, entende-se a facilitação da entrada ilegal de uma pessoa em um Estado do qual a mesma não seja cidadã ou residente permanente, no intuito de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício de ordem material.
Transfóbico	Morte de uma mulher transgênero ou transexual, na qual o(s)agressor(es) amata(m) por sua condição ou identidade de gênero transexual, por ódio ou rejeição.
Lesbofóbico	Morte de uma mulher lésbica, na qual o(s)agressor(es)a mata(m) por sua orientação sexual, por ódio ou rejeição.
Racista	Morte de uma mulher por ódio ou rejeição a sua origem étnica, racial ou de seus traços fenotípicos.
Por mutilação genital feminina	Morte de uma menina ou mulher resultante da prática de mutilação genital.

Fonte: Diretrizes Nacionais do Feminicídio apud Modelo de Protocolo Latino Americano

Figura 02 - Estimativa de número de feminicídio por idade simples

Idade (anos)	Estimadores Sinan (%)		Femicídios 2013	Estimativas 2013	
	Familiar	Parceiros		Familiar	Parceiros
<1	67,9		72	49	0
1	58,0		18	11	0
2	56,7		14	8	0
3	51,8		8	4	0
4	50,1		6	3	0
5	51,4		11	6	0
6	50,2		7	4	0
7	51,0		3	2	0
8	51,2		10	5	0
9	47,0		6	3	0
10	47,1		7	3	0
11	43,7	5,5	7	3	0
12	42,6	13,4	19	8	3
13	41,9	19,0	40	17	8
14	39,8	16,3	55	22	9
15	35,8	14,4	94	34	14
16	36,7	18,6	116	43	22
17	40,5	25,1	153	62	38
18	41,7	32,2	168	70	54
19	43,8	36,0	127	56	46
20	46,5	39,1	151	70	59
21	49,4	43,3	160	79	69
22	48,9	43,4	128	63	56
23	51,5	46,7	117	60	55
24	53,0	47,5	157	83	75
25	52,3	46,8	129	68	61
26	54,1	49,5	141	76	70
27	55,7	50,8	125	70	64
28	54,7	50,5	121	66	61
29	56,2	51,6	145	81	75
30	55,8	51,6	160	89	83
31	56,3	52,3	136	76	71
32	57,1	52,9	120	69	64
33	57,3	52,4	111	64	58
34	55,9	51,4	117	65	60
35	55,6	50,4	99	55	50
36	54,9	49,3	123	68	61
37	55,1	49,4	83	46	41
38	53,5	48,3	84	45	40
39	55,3	49,5	77	43	38

Idade (anos)	Estimadores Sinan (%)		Femicídeos 2013	Estimativas 2013	
	Familiar	Parceiros		Familiar	Parceiros
40	54,9	48,8	91	50	44
41	55,2	48,0	65	36	31
42	52,5	46,3	66	35	31
43	53,3	46,6	67	36	31
44	54,9	46,8	80	44	37
45	53,6	47,0	53	28	25
46	48,3	39,8	60	29	24
47	52,5	43,1	60	32	26
48	50,1	40,4	49	25	20
49	51,0	41,7	51	26	21
50	50,5	39,8	51	26	20
51	50,0	38,3	33	16	12
52	49,8	37,6	35	17	13
53	50,5	35,9	39	20	14
54	51,1	34,4	42	21	14
55	49,3	34,0	36	18	12
56	52,1	35,4	28	14	10
57	53,6	35,6	33	17	12
58	48,3	31,6	24	12	8
59	46,4	28,1	25	12	7
60	51,1	25,1	29	15	7
61	47,2	23,9	18	9	4
62	51,5	24,7	27	14	7
63	48,1	20,3	17	8	4
64	47,0	16,4	10	5	2
65	50,9	20,3	16	8	3
66	51,4	17,0	20	10	3
67	48,6	18,0	13	6	2
68	53,7	18,2	14	8	3
69	55,9	13,5	14	8	2
70	50,0	10,6	13	7	1
71	48,7	16,6	11	5	2
72	45,7	9,5	6	3	1
73	52,1	9,8	7	4	1
74	54,2	10,5	13	7	1
75	51,6	8,5	12	6	1
76	54,8	11,6	11	6	1
77	52,0	14,3	10	5	1
78	50,7	6,9	10	5	1
79	47,5	6,8	8	4	1
80 e +	44,5	4,0	64	29	0
Total	50,3	33,2	4.762	2.394	1.583

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA: UMA ANÁLISE EM FACE DO ATENDIMENTO PRESTADO A VÍTIMA POR MEIO DA POLÍCIA MILITAR NO ANO DE 2016

CARNEIRO, Jéssica Dias⁹⁸

CONCEIÇÃO, Antônio Luís Sales da⁹⁹

LEAL, Hélia Amorim¹⁰⁰

LESCANO, Lisiane Sibeli de Andrade¹⁰¹

Resumo: O presente trabalho aborda a violência doméstica contra a mulher na cidade de Balsas/MA, possuindo como base uma pesquisa de campo com um enfoque estatístico em face de Boletins de Ocorrência do ano de 2016 presentes no quartel da polícia militar da referida cidade. Onde por meio de uma pesquisa de cunho quantitativo descritivo e exploratório fundada nas perspectivas do método indutivo, objetivou-se mapear a violência doméstica contra a mulher no município de Balsas/MA. Baseando-se então, nos dados coletados, para então poder se formar uma esquematização quanto aos dados obtidos, com a perspectiva de abranger características relevantes para a produção de conhecimentos específicos em face do município mencionado. Buscando-se dar enfoque a um tipo específico de violência doméstica contra a mulher, no caso a patrimonial.

Palavras chave: Violência patrimonial. Mulher. Polícia militar.

Abstract: The present case approaches domestic violence against women in the city of Balsas/MA, based on a field survey with a statistical focus in view of the Bulletin of Occurrence of the year 2016 present in the military police headquarters of the city. Where, through a descriptive and exploratory quantitative research based on the perspectives of the inductive method, the aim was to map domestic violence against women in the municipality of Balsas/MA. Based on the collected data, to be able to form a schematic of the data obtained, with the perspective of covering relevant characteristics to the production of specific knowledge in face of the mentioned municipality. It seeks to focus on a specific type of domestic violence against women, in this case, the patrimonial.

Keywords: Patrimonial violence. Woman. Military police.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher deve ser considerada como um problema de segurança pública e de justiça, para além de uma afronta aos direitos humanos. Devendo qualquer tipo de tal violência ser analisado e tratado com o enfoque devido, haja vista, que um atendimento

⁹⁸ Acadêmica do 10º período do curso de Direito na Unibalsas (Faculdade de Balsas). jessicadias101@hotmail.com.

⁹⁹ Acadêmico do 6º período do curso de Direito na Unibalsas (Faculdade de Balsas). luis.brunosales@hotmail.com.

¹⁰⁰ Acadêmica do 6º período do curso de Direito na Unibalsas (Faculdade de Balsas). hhelliaamorim@gmail.com.

¹⁰¹ Professora orientadora do curso de Direito na Unibalsas (Faculdade de Balsas), Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. lisiane.sibeli@unibalsas.edu.br.

adequado em tais casos, pode levar a vários fatores benéficos, tanto para as vítimas quanto para a sociedade em geral.

Pois permanecer com a perspectiva desatualizada ou até mesmo errônea quanto a violência anteriormente mencionada, poderá acarretar a população, as vítimas e aos próprios órgãos estatais “danos” das mais variadas formas. Compreendendo assim que a mulher agredida pode sofrer desde o modo psicológico, físico ou até mesmo a perda material. Já a população como um todo sofrerá com uma insegurança em face da violência e a administração pública terá os reflexos do que a sua população sofre.

Deste modo, menciona-se que estudos sobre tal temática não devem servir apenas para mero conhecimento ou armazenamento de dados. Ao contrário, os dados adquiridos devem ir além, devem ser motivo de ação para que se alcance políticas públicas, organização ou até mesmo uma movimentação social, em face da violência. Pois, um conhecimento específico pode proporcionar um planejamento para ações necessárias ao enfrentamento da violência doméstica contra a mulher em Balsas/MA.

E justamente por meio de uma pesquisa com intuito quantitativo, em face dos Boletins de Ocorrência produzidos pela polícia militar em meio aos atendimentos nos locais de chamado, no município de Balsas/MA, é que se molda a presente pesquisa. Pois, não se descreve em qualquer artigo de lei um rol de limitação específico quanto a quem vai ser dirigida a violência, ao contrário, a legislação por si é abstrata. Assim, poderá a violência atingir as mulheres, independentemente de idade, cor, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual ou condição social.

Destarte, ressalta-se que no ano de 2006, houve um fato histórico para todas as mulheres do Brasil, na luta contra a violência doméstica. Mesmo que tal conquista tenha partido de um fato que marcou profundamente a vida de uma mulher. Tendo em vista à aprovação da Lei de nº 11.340/2006, que foi denominada como Lei Maria da Penha, proporcionando assim o aumento do rigor em face das agressões contra as mulheres no âmbito doméstico.

E assim, fundamenta-se a relevância da temática, em face de uma intolerância que deve ser manifestada por todos da população, abrangendo ações que tratem com o rigor cabível a violência que a mulher sofre. Pois verifica-se que tal temática não é apenas local, tendo em vista que não se necessita maior demonstração do que a própria Lei Maria da Penha, esta que abrange a República Federativa do Brasil por um todo, e não localidades específicas da federação.

Deste modo, ressalta-se um pensamento, na presença de tal abrangência de lei. A mesma abarca a federação, mas as ações de cunho efetivo, como um meio repressivo para a violência, que deve se manifestar para além da legislação de forma preventiva, deve ocorrer de maneira mais específica sendo prestado por cada município.

Logo, objetiva-se uma conceituação no que se refere a violência contra a mulher e as suas espécies mediante a Lei Maria da Penha, proporcionado então uma investigação quanto aos índices de violência doméstica contra a mulher em Balsas/MA no ano de 2016, por meio

de uma análise feita aos Boletins de Ocorrência registrados em atendimentos feitos pela polícia militar, verificando e ressaltando a violência patrimonial.

1. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO BRASIL E AS ESPÉCIES PREVISTAS NA LEI MARIA DA PENHA

Embora o advento da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, tenha melhorado o cenário no que diz respeito a violência doméstica no Brasil, segundo dados do Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil, elaborado pela Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) com o apoio da ONU Mulheres, da OPAS/OMS(Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde) e da SPM(Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres) do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, no Brasil, em 2016, ocorreram 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres, estimativa que coloca o país em 5º lugar no ranking de nações para esse tipo de crime.

Segundo a mesma pesquisa, dos 4.762 assassinatos de mulheres ocorridos no referido ano, 50,3% foram cometidos por pessoas da família, e desses, 33,32% foi cometido pelo parceiro ou ex. Esses são dados preocupantes e que revelam que a problemática da violência doméstica contra a mulher no Brasil está longe de ser resolvida. “O lar, identificado como local acolhedor e de conforto, passa a ser, nestes casos, um ambiente de perigo contínuo” (CAVALCANTI, 2008, p. 01).

Destarte, deve-se compreender e considerar a violência não como um simples fato, mas, como um problema que se manifesta em face de crianças e até mesmo idosos, não apenas no Brasil, mais em todo o mundo. Assim, analisa-se e verifica-se que tais atos de violência se encontram interligados por um pensamento de relação desigual, quanto o poder de um homem e de uma mulher, do mesmo modo de uma discriminação entre os gêneros dentro do seio familiar (CAVALCANTI, 2008, p. 01).

Diante dessas constatações e em cumprimento aos Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil sobre os direitos humanos das mulheres, a violência doméstica recebeu roupagem típica própria no Código Penal Brasileiro com a Lei nº. 10.886/04. Foram retirados do Código Penal os crimes de adultério e sedução, com a publicação, em 2005, da Lei nº. 11. 106/05. Mais recentemente, a Lei nº. 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, veio satisfazer as expectativas das entidades de defesa dos direitos das mulheres, criando mecanismos para coibir a violência contra a mulher (CAVALCANTI, 2008, p. 01).

Tornando-se mais uma forma de coibir o medo e a vergonha que pode se sobressaltar sobre a vítima perante a sociedade, pois, alguns fatores podem então limitar o acesso das mulheres a informações e, por conseguinte, aos seus possíveis meios de proteção, tornando-se um empecilho à obtenção de sua igualdade de gênero (MARCADAS A FERRO, 2005, p. 53).

A lei supracitada menciona em seu próprio corpo de texto em seu art. 14¹⁰², mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispondo sobre a criação específica de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas unidades federativas, estabelecendo assim, mais uma medida de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Todavia, deve-se ressaltar que o enfrentamento a tal prática teve suas origens em tempo anterior. “Teve início em 1988, quando a Constituição Federal proclamou a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações, art. 5º, inciso I”¹⁰³ (CAVALCANTI, 2008, p. 01). Não obstante, o dia 25 de novembro na América Latina é definido como o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher, em homenagem as irmãs Mirabal, que foram assassinadas na República Dominicana durante o regime ditatorial de Trujillo em 1960 (MARCADAS A FERRO, 2005, p. 08).

Já em 2004, houve a promulgação do Ano da Mulher no Brasil, onde determinou-se que o poder público iria desenvolver ações das mais variadas, conjuntamente a sociedade civil, em face das conquistas femininas (MARCADAS A FERRO, 2005, p. 53). A Lei Maria da Penha reitera que a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos, merecendo assim um tratamento adequado.

Nesse sentido, a referida lei define violência doméstica:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

Não obstante, a mesma Lei de nº 11.340/2006, também define cinco formas de violência contra a mulher, a saber: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

¹⁰² Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. Parágrafo único. Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária (**Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**).

¹⁰³ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**).

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Percebe-se que são múltiplas as formas de violência contra a mulher, abrangendo desde a violência física à patrimonial. Mas, quando se menciona a violência patrimonial, a mesma ainda pode ser considerada um tipo de violência desconhecida por muitas mulheres que sofrem com a sua incidência, tanto quanto por seus agressores em face de sua tipificação, mesmo estando presente em suas vidas e na legislação. Verifica-se assim que, a violência patrimonial está presente na legislação, prevendo até mesmo mecanismo para proteção, que se manifesta no art. 24 da Lei Maria da Penha¹⁰⁴.

Constituindo assim a violência, uma violação aos direitos humanos, pois permanece transformando o lar em um recinto de medo, dor, tristeza e tantos outros sentimentos que afetam a vítima, causando desta forma danos das mais variadas espécies (PEREIRA, 2013, p. 26).

E neste contexto de direitos humanos, faz-se necessário a recordação quanto ao motivo de criação da referida Lei Maria da Penha. “Sim, porque a Lei Maria da Penha é mais do que um diploma legislativo” (ALVES, 2006, p. 03). Tal lei se expande para além de um conjunto de regras que se apresentam dispostas no ordenamento jurídico brasileiro, ela carrega consigo

¹⁰⁴ Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras: I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida; II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial; III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor; IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida. Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo (Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006).

disposições principiológicas, diretrizes, objetivos, entre outros, com enfoque de redução a morosidade jurisdicional e a impunidade (ALVES, 2006, p. 03).

Indo assim para além de um simples nome, pois representa uma conquista feminina em face do sofrimento de uma mulher.

Maria da Penha é uma professora universitária de classe média, casada com um também professor universitário, que protagonizou um simbólico caso de violência doméstica contra a mulher. Em 1983, foi vítima, por duas vezes, do seu marido, que tentou assassiná-la. A primeira vez com um tiro, que a deixou paraplégica, e, a segunda, por eletrocussão e afogamento. A punição pela Justiça só veio vinte anos depois, por interferência de organismos internacionais. Maria da Penha transformou dor em luta, tragédia em solidariedade, merecendo a homenagem de todos dando nome à lei que é, sem dúvida, um microssistema de proteção à família e à mulher (ALVES, 2006, p. 03).

A Lei nº 11.340/2006 não é perfeita, apresentando, contudo, forma estrutural adequada e singular para atender a complexidade criada em face do fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher, quando a mesma prever mecanismos tanto para a prevenção, assistência às vítimas, políticas públicas e punição mais rigorosa para os agressores (CAVALCANTI, 2008, p. 04).

Não obstante, a taxa de homicídios entre mulheres apresentou crescimento de 11,6% entre 2004 e 2014, o que demonstra a dificuldade da política pública para mitigar o problema. Por outro lado, o crescimento desse indicador levou alguns analistas a apontarem que a LMP e as políticas de prevenção à violência doméstica institucionalizadas desde 2006 não surtiram efeito. Trata-se de uma crítica ingênua, em primeiro lugar, porque os homicídios de mulheres decorrem não apenas de crimes relacionados à questão de gênero (para os quais a LMP era orientada), mas também de crimes associados à violência geral na sociedade que acomete homens e mulheres (e que não se confundem com feminicídios). Em segundo lugar, ainda que se tivesse notícia que os homicídios e outros crimes violentos relacionados à questão do gênero tivessem aumentado, tal fato não credenciaria ninguém a apontar a ineficácia das políticas e, em particular, da LMP (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2016, p. 26).

Assim, deve-se compreender que a Lei Maria da Penha tornou-se um grandioso mecanismo de defesa para as mulheres vítimas da violência doméstica. Todavia, apenas a sua inserção no ordenamento jurídico, não representa uma forma extintiva do tipo de violência mencionado, devendo-se deste modo ser complementada ainda por atitudes das mais variadas formas, para que se alcance o fim dessa forma de afronta aos direitos humanos.

2. A TRAJETÓRIA DE PESQUISA QUANTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM BALSAS/MA

2.1. Dados sobre o local de avaliação

O município de Balsas/MA foi a localidade ao qual se desenvolveu a pesquisa em face da violência doméstica contra a mulher. Assim algumas considerações tornam-se validas para a compreensão da presente pesquisa. Destarte, o município mencionado possui uma extensão territorial de 13.141.733 Km² (IBGE, 2017), e uma população de 83.537 mil habitantes (IBGE, 2010).

2.2. Forma de coleta de dados

No dia 06 de junho de 2017, na cidade de Balsas/MA os alunos pesquisadores do presente Projeto de Iniciação Científica, iniciado por intermédio da Unibalsas (Faculdade de Balsas), se dirigiram até o quartel da polícia militar de Balsas/MA para a coleta de dados sobre a violência doméstica contra a mulher.

Onde por meio de uma autorização concedida pela polícia militar, foram então coletados tantos dados de caráter mensal quanto de caráter anual em face dos registros do ano de 2016. Sendo utilizado como instrumento para a coleta de dados os Boletins de Ocorrência, estes que são instrumentos do Inquérito Policial, de modo que as autoridades competentes tomem conhecimento de determinado fato ocorrido.

Ressalta-se que os registro contidos nos Boletins de Ocorrência analisados, contém a descrição do fato como forma de anotação feita pelo agente responsável pelo atendimento da ocorrência, de forma manual e por escrita. Mediante a narrativa da vítima, assim registra-se também as percepções do agente quanto a fatos do local.

Para além encontrou-se alguns dados especificados e catalogados em registro computacional, disponíveis aos agentes administrativos do setor ao qual foi realizada a coleta. Onde este veio a fornecer de forma organizada os dados passíveis de análise.

2.3. Metodologia de análise dos dados

A metodologia utilizada consistiu em um estudo que abordou uma metodológica quantitativa descritiva e exploratória. Por se tratar de documentos restritos, os dados foram coletados no quartel da polícia militar, sem qualquer retirada dos mesmos. Sendo então analisadas as características de acordo com as informações oferecidas pelos Boletins de Ocorrência, mantendo-se o sigilo dos envolvidos.

Os dados, por conseguinte, foram organizados, analisados, agrupados, registrados e comparados, para então serem formadas tabelas e gráficos, recebendo tratamento estatístico necessário. Visando-se assim, uma melhor compreensão dos dados obtidos pela pesquisa de campo e para então proporcionar a discussão cabível a temática.

2.4. Dificuldades de pesquisa

A ideia primordial, quando se delimitou a temática sobre “a realidade da violência contra a mulher na cidade de Balsas/MA” foi quanto a abordagem em face de um mapeamento em tal município. Todavia, ao se iniciar a pesquisa verificou-se que uma amplitude abarcava a temática. Bem como uma não centralização de dados.

Pois, quando se busca compreender o momento do fato, tende-se buscar o que foi feito na presente pesquisa. Acessando os dados fornecidos pela administração da polícia militar, haja vista que é tal ente o responsável pelo atendimento das ocorrências, mediante a informação do 190.

Há de se ressaltar que a cada atendimento prestado cada agente de forma escrita dispõe sobre o fato ocorrido e com todas as informações possíveis a serem colhidas no momento, todavia, ressalta-se o não exaurimento de dados pertinentes quando se fala em mapeamento. Tendo-se em vista que, no referido momento não se colhe dados em face de uma especificação legal, quanto ao tipo de violência doméstica sofrida pela vítima. Ou quando tenta se verificar a questão patrimonial, poucos são os relatos da vítima sobre tal temática.

Para além, na busca física dos Boletins de Ocorrência, ressalta-se que não se tornou possível uma estratificação exata quanto as ocorrências estabelecidas no sistema como violência doméstica, devido a fatores de que o registro lançado no sistema computacional elenca apenas o termo violência doméstica e não suas subdivisões. Como reflexo não se chegou a uma verificação exata quanto a violência patrimonial.

3. RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO: UMA ANÁLISE DOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR NO ANO DE 2016 SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Há de se mencionar que após toda a coleta de dados, agrupamento e tratamento adequado obteve-se as seguintes representações:

Tabela 1- População urbana e rural de Balsas/MA em 2010

Comparativo 1	Valor
População urbana	72786
População rural	10751
Total população	83537

Fonte: IBGE, Resultados do Censo 2010

A tabela acima, ressalta a população urbana e rural da cidade de Balsas/MA, onde pode se constatar a forma organizacional da população em face da localidade de habitação.

Tabela 2- População de homens e mulheres de Balsas/MA em 2010

Comparativo 2	Valor
Total homens	41.568
Total mulheres	41969
Total população	83537

Fonte: IBGE, Resultados do Censo 2010

Já a segunda tabela representa a divisão populacional do município de Balsas/MA, verificando-se um índice de mulheres superior ao de homens.

Gráfico 1- Comparativo populacional



Fonte: Dados da pesquisa no Quartel da Polícia Militar de Balsas/MA, no ano de 2016, elaborado pelos pesquisadores (2017).

O gráfico a cima representa uma junção entre a tabela 1 e 2, pois mescla as duas informações, para uma melhor compreensão dos dados, tendo-se em vista, uma visualização comparada. Tal gráfico representa assim a população dividida em face da quantidade populacional conforme sua localização de moradia e divisão entre homens e mulheres.

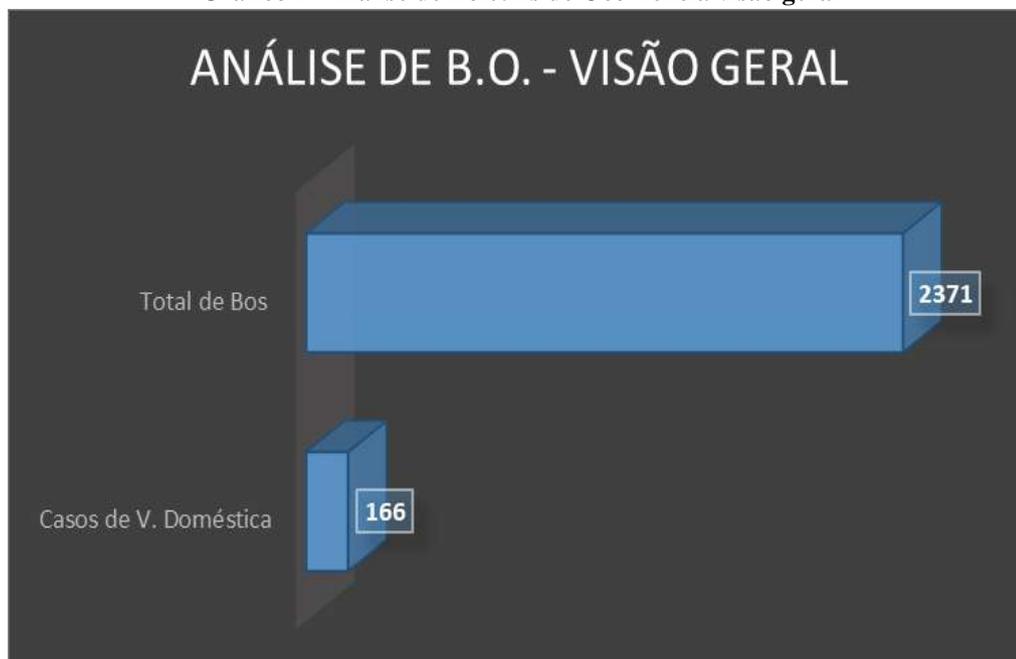
Tabela 3- Boletins de Ocorrência visão geral

Casos de V. Doméstica	Total de Bos
166	2371

Fonte: Dados da pesquisa no Quartel da Polícia Militar de Balsas/MA, no ano de 2016, elaborado pelos pesquisadores (2017).

A tabela de número 3 é um demonstrativo quanto a quantidade de Boletins de Ocorrência registrados no município de Balsas/MA e a quantidade dentre elas ao qual se refere apenas a violência doméstica.

Gráfico 2- Análise de Boletins de Ocorrência visão geral



Fonte: Dados da pesquisa no Quartel da Polícia Militar de Balsas/MA, no ano de 2016, elaborado pelos pesquisadores (2017).

Assim, com base na tabela antecedente, tornou-se possível a configuração do gráfico com dois números demonstrativos. Abordando a quantidade geral de Boletins de ocorrência e quantos deles foram registrados como violência doméstica. Possibilitando uma visualização clara de tais registros.

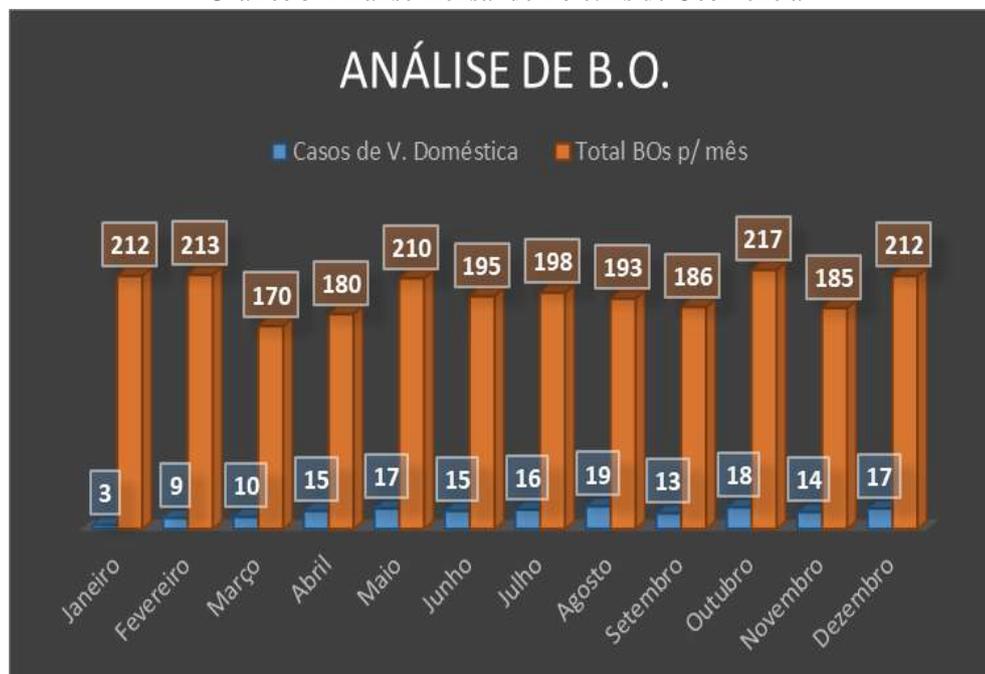
Tabela 4- Análise mensal de Boletins de Ocorrência

Meses	Casos de V. Doméstica	Total BOs p/ mês
Janeiro	3	212
Fevereiro	9	213
Março	10	170
Abril	15	180
Maio	17	210
Junho	15	195
Julho	16	198
Agosto	19	193
Setembro	13	186
Outubro	18	217
Novembro	14	185
Dezembro	17	212

Fonte: Dados da pesquisa no Quartel da Polícia Militar de Balsas/MA, no ano de 2016, elaborado pelos pesquisadores (2017).

Quanto a tabela de número 4, frisa-se a representatividade numérica perante uma subdivisão mensal tanto dos registros de Boletins de Ocorrência do município de Balsas/MA, quanto do demonstrativo numérico em face do quantitativo mensal de violência doméstica.

Gráfico 3- Análise mensal de Boletins de Ocorrência



Fonte: Dados da pesquisa no Quartel da Polícia Militar de Balsas/MA, no ano de 2016, elaborado pelos pesquisadores (2017).

Já o gráfico de número 3, vem representar o quantitativo numérico da tabela anterior. No intuito de melhor demonstração comparativa entre os dados de caráter mensal abordados.

Diante do exposto, quando se analisa tal pesquisa produzida, verifica-se que a população do município referido não pode ser considerada pequena. Para além, quando se verifica o contingente dividido entre sexos percebe-se que não há um grandioso distanciamento quantitativo.

Todavia, a quantia numérica que é representada no gráfico 2 do presente artigo, em face da totalidade de Boletins de Ocorrência registrados pela polícia militar do município de Balsas/MA no ano de 2016 quanto a violência doméstica, não chega a representar a realidade por um todo, pois deve-se considerar que tais atendimentos foram feitos apenas onde houve chamado.

O mais grave é que a violência doméstica ainda é uma criminalidade oculta, isto é, as estatísticas extraídas de inquéritos policiais e ações penais são incapazes de definir a real dimensão do problema. Na maioria dos casos, as vítimas se calam, movidas pelo medo, insegurança, dependência econômica, pela preservação da família ou mesmo pela desaprovação social. A situação é tão grave que instituições multilaterais como a ONU e a OEA têm elaborado diversos documentos (convenções e pactos-tratados) exigindo soluções para a prevenção e repressão deste delito (CAVALCANTI, 2008, p. 04).

Assim, a análise em face da violência doméstica no referido município resta-se um tanto prejudicada, dado que não se abrange em tais registros uma totalidade de dados, nem mesmo uma padronização. Pois não se tem apenas um órgão público que lida com a violência contra a mulher em Balsas/MA, e por mais que haja uma delegacia especializada para mulheres, as vítimas nem sempre se dirigem a tal local.

Pensa-se também, nos motivos para o qual tal situação ocorra na referida região pesquisada. “No Brasil, em algumas regiões, o problema da violência contra a mulher ainda é tratado como uma questão privada” (MARCADAS A FERRO, 2005, p. 119).

Esses dados refletem uma outra realidade: muitas mulheres vítimas dessa violência têm ou tiveram um envolvimento emocional com os agressores o que dificulta a denúncia, e leva as mulheres a permanecerem em silêncio. Não é fácil para as mulheres recorrerem à polícia para denunciar a violência perpetrada por um parceiro íntimo, ao qual ela está de alguma forma vinculada; alguém com quem ela compartilha a casa, a cama e, muitas vezes, os filhos. O medo, a vergonha e mesmo um sentimento de culpa fazem com que a mulher se cale diante da violência sofrida (MARCADAS A FERRO, 2005, p. 119).

Contudo, conhecer a vítima de uma violência pode transformar a forma como a mesma é ou deve ser tratada. Destarte, menciona-se que tais informações podem refletir não apenas nas vítimas como também na população por um todo. Pense que, conhecer lhe permite tratar, gerando assim uma segurança em face de atitudes que podem ser tomadas para melhoramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se com todo o exposto que o desconhecimento pode ser considerado como um fator de extrema relevância quando o assunto se refere a violência. Pois, conscientizar pode proporcionar o saber sobre direitos essenciais ao próprio ser. E no que tange a mulher e ao seu bem-estar, ressalta-se o ônus do desconhecimento da violência patrimonial no município de Balsas/MA.

Como um fator relevante em face do próprio quantitativo registrado, onde indagações surgem defronte a temática, assim, tais questionamentos surgem frente a uma sociedade, merecendo respostas pertinentes. Crer-se que, para a obtenção de resposta, necessário em primórdio é compreender os acontecimentos e a realidade exposta.

Logo, os casos de violência doméstica contra a mulher ainda são recorrentes, malgrado o advento da Lei Maria da Penha, que trouxe maior rigor na condução dos processos envolvendo violência doméstica. Ainda assim, percebe-se que os números poderiam ser ainda maiores, pois muitas mulheres deixam de denunciar os seus agressores, levadas por sentimentos, e estados variados.

E no município de Balsas/MA, constatou-se que os Boletins de Ocorrência feitos pela polícia militar não contemplam alguns aspectos importantes, e que são fundamentais para a elaboração de políticas públicas mais efetivas no âmbito da violência doméstica contra a mulher, especialmente, aquele que diz respeito à espécie de violência sofrida: se física, psicológica, moral, sexual e/ou patrimonial.

Além disso, constatou-se perante a análise dos Boletins de Ocorrência, que são raros os casos relatados de violência patrimonial, e esta, se quer vem como fator principal, sendo descrita como resultado da agressão normalmente física. Ressalta-se mais uma vez que, isso pode recair sobre a face do desconhecimento das vítimas ou da própria falta de focalização por meio da administração pública em relação a essa espécie de violência. Percebe-se que, não se trata da não ocorrência dessa categoria, mas sim, da falta de relatos que deem destaque a esse tipo de violação.

Pois ela, como bem dispõe a Lei Maria da Penha, se configura quando ocorre qualquer conduta que represente retenção, subtração, destruição parcial ou total dos objetos da vítima, seus instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

Destarte, faz-se necessário a oferta de capacitação constante da administração pública quanto aos seus agentes no que diz respeito a essa modalidade de violência, para que os mesmos levem não só a vítima, mas, a sociedade como um todo o conhecimento e disseminação quanto a este tipo de violência constante no ordenamento jurídico brasileiro, para que haja a compreensão de um direito já adquirido.

Para que seja declarado por aquelas que sofrem, ou por quem tenha conhecimento de tal sofrimento, quais foram todas as formas de violência sofrida, pois deste modo poderá ser traçado um perfil das vítimas que se aproxime, com uma maior exatidão da realidade a que estão submetidas.

E, por conseguinte a tal compreensão, poderá ser formado pela administração pública municipal meios, metas e formas de enfrentamento a violência doméstica contra a mulher que permanece presente na sociedade, tanto aquela que já é visível como para aquela que necessita ser exposta e conhecida pela mesma sociedade.

REFERÊNCIAS

ALGUNS números sobre a violência contra as mulheres no Brasil. **Compromisso e atitude**. Brasília, 14 out. 2016. Disponível em <<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/>> Acesso em: 22 de Jun. 2017.

ALVES, Eliana Calmon. A Lei Maria da Penha. **Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva**, v. 18, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em <<http://www.stj.jus.br/publicacaoinstitutional/index.php/informativo/article/download/446/404>> Acesso em: 23 de Jun. 2017.

BRASIL. **Censo 2010 total da população do Maranhão.** Disponível em <https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_maranhao.pdf> Acesso em: 11 de Mai. 2017.

_____. **Diretrizes nacionais feminicídio.** Brasília-DF, abril 2016. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio_FINAL.pdf> Acesso em: 11 de Mai. 2017.

_____. **Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Lei Maria da Penha. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm> Acesso em: 11 de Mai. 2017.

_____. **Lei Nº 10.886, de 17 de junho de 2004.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.886.htm> Acesso em: 11 de Mai. 2017.

_____. **Lei Nº11.106, de 28 de março de 2005.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm> Acesso em: 11 de Mai. 2017.

_____. **Brasil em síntese: panorama de Balsas/MA.** Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ma/balsas/panorama>> Acesso em: 11 de Jun. 2017.

_____. **Atlas da Violência 2016.**ipea, nº 17, 2016. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf> Acesso em: 15 de Mai. 2017.

_____. **Marcadas a ferro violência contra a mulher uma visão multidisciplinar.** Brasília, 2005. Disponível em <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Repositorio/41/Documentos/Livro_marcadas%20a%20ferro.pdf> Acesso em: 18 de Mai. 2017.

BORIN, Thaisa Belloube. **Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre violência em mulheres agredidas.** Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-30092008-125835/publico/Thaisa.pdf>> Acesso em: 17 de Mai. 2017.

CAVALCANTI, Stela Valéria. **A violência doméstica contra a mulher e a atuação do Ministério Público após o advento da Lei Maria da Penha.** 2008. Disponível em <<https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/handle/123456789/724>> Acesso em: 17 de Mai. 2017.

PEREIRA, Rita de Cássia Bhering Ramos. O fenômeno da violência patrimonial contra a mulher: percepções das vítimas. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 24, n.1, p.207-236, 2013. Disponível em <<http://www.seer.ufv.br/seer/oikos/index.php/httpwwwseerufvbrseeroikos/article/viewFile/89/156>> Acesso em: 17 de Mai. 2017.

9 FATOS que você precisa saber sobre a Lei Maria da Penha. **Portal Brasil**, Brasília, 27 out. 2015. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/9-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-maria-da-penha>> Acesso em: 23 de Jun. 2017.

ANEXO A – LISTA DE TABELAS**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – População urbana e rural de Balsas/MA em 2010	09
Tabela 2 – População de homens e mulheres de Balsas/MA em 2010	09
Tabela 3 – Boletins de Ocorrência visão geral	10
Tabela 4 – Análise mensal de Boletins de Ocorrência	11- 12

ANEXO B – LISTA DE GRÁFICOS**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Comparativo populacional	10
Gráfico 2 – Análise de Boletins de Ocorrência visão geral	11
Gráfico 3 – Análise mensal de Boletins de Ocorrência	12

ANEXO C – LISTA DE ABREVIATURAS**LISTA DE ABREVIATURAS**

Art. Artigo

B.O.s Boletim de Ocorrência

Flacso Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Km² Quilômetros quadrados

LMP Lei Maria da Penha

MA Maranhão

Nº Número

OEА Organização dos Estados Americanos

OMS Organização Mundial da Saúde

ONU Mulheres Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

OPAS Organização Pan-Americana da Saúde

P. Página

SPM Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Unibalsas Faculdade de Balsas

V. Violência

ANÁLISE DE CUSTOS DE PRODUÇÃO DE SOJA PARA SAFRA 2017/2018

Kamila Miranda Santos
Discente de Agronegócio
Unibalsas Faculdade de Balsas
Kamilasantos927@gmail.com

Jefferson Carvalho Barros
Mestre em Administração Pública
Unibalsas Faculdade de Balsas
jeffersonladm@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo demonstrar os custos para desenvolver a cultura da soja safra 2017/2018, analisando três produtores de localidades e realidades diferentes que negociam seus produtos com a Risa Defensivos em Balsas. Atualmente é uma área carente de informações, na qual poucos agricultores têm o hábito de fazê-lo, sendo um fator determinante para o sucesso na atividade. A partir dessas observações, foi desenvolvida uma pesquisa quantitativa, onde se buscou identificar o grau de comprometimento antecipado da safra 2017/2018. Por meio da pesquisa foi possível identificar que apesar das diferenças entre os produtores, ambos tem alto grau de endividamento devido a frustrações de safras ocorridas em anos anteriores, cada produtor em questão tem um ponto forte que reduz seu custo total da produção, mais nem sempre é suficiente para manter-se na atividade, como por exemplo, o produtor 01, com grau de comprometimento da safra em torno de 60,5 sacas de soja por hectare, sendo um valor alto para conseguir se manter na atividade. O conhecimento sobre os custos é essencial para fornecer as informações necessárias para tomadas de decisões e ajuda no planejamento da lavoura.

Palavras-chave: Custos. Safra. Sacas.

Abstract: The objective of this article is to demonstrate the costs of developing a 2017/2018 crop of soybeans by analyzing three producers from different locations and realities who negotiate their products with a Defensive Laughter in Ferries. It is currently an information-deprived area, in which few farmers are in the habit of being late, being a determinant for success in the activity. From an observation, a quantitative research was developed, aiming to identify the degree of early commitment of the 2017/2018 harvest. Through the research it was possible to identify that despite the differences between producers, both have a high degree of indebtedness due to crop frustrations occurred in previous years, each producer in question with a strong point that reduces their total cost of production, but not always is sufficient to maintain the activity, for example, producer 01, with a degree of commitment of the crop around 60.5 bags of soy per hectare, being a high value to be able to remain in the activity. Knowledge about costs is essential to provide as necessary information for decision making and aid in crop planning.

INTRODUÇÃO

A formação dos custos de uma produção agrícola requer escolhas racionais e eficientes adotado pelo produtor rural. Essa tomada de decisão impacta diretamente no seu custo total que por sua vez reflete nos resultados. O setor agropecuário não pode se basear só pelas despesas dos insumos, valor gasto com máquinas e funcionários. A conta é bem mais complexa e envolve desde custo próprio para manutenção familiar até os investimentos

aplicados. Por isso é importante sempre analisar e pesquisar antes de fazer qualquer aquisição ou investimento.

De acordo com a CONAB (2010), a consciência da importância dos custos de produção para o segmento agrícola é uma variável que exige acompanhamento e atualizações constantes da metodologia aplicada, assim percebe-se que a agricultura faz parte de um sistema complexo, dinâmico e em constante mudança, principalmente no que se refere a seus fatores de produção. O desenvolvimento tecnológico das máquinas e implementos agrícolas são fatores que impactam nos custos de produção agrícola.

Assim, tendo conhecimento das quantidades de insumos e seus respectivos valores, mão de obra, investimentos e correção do solo, maquinário, entre outros custos, definirão sua rentabilidade. É possível ainda fazer um planejamento de forma a combina-los e buscar minimizar os custos e aumentar sua margem de lucro, tornando o setor altamente competitivo e autossustentável.

Optar pela decisão certa no momento certo, exige certo grau de embasamento, principalmente quando engloba um valor agregado muito alto, como na agricultura. O risco de se realizar investimentos de forma precipitada ou indevida, ou deixar de fazê-los quando eram necessários, é um fator determinante para o agricultor.

O presente trabalho tem como objetivo analisar os custos gerados da produção de soja que demonstre o resultado mais detalhado e forneça as informações necessárias para as tomadas de decisões mais precisas. Ter o conhecimento destes gastos se faz indispensável para a apuração de sua lucratividade e também para o controle financeiro mais eficaz.

No contexto mundial e nacional, a soja está inserida economicamente como uma das principais culturas produzidas. No Brasil, a oleaginosa é a principal cultura agrícola atualmente. Amplamente difundida devido às suas variadas formas de utilização em diferentes segmentos, a oleaginosa apresenta papel importante para a economia agropecuária brasileira. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Para o produtor rural conseguir conduzir com a máxima eficiência uma atividade agrícola como a lavoura de soja, é indispensável o domínio do conhecimento sobre as variáveis tecnológicas, os gastos em cada fase da lavoura com insumos e serviços. Portanto, é indispensável o conhecimento dos custos oriundos da produção, suas funções e componentes específicos.

O sucesso na produção agrícola é determinado pelos fatores envolvidos no processo, como a tecnologia empregada, maquinário utilizado, mão de obra, investimentos e correção do solo, entre outros custos, definirá sua rentabilidade. Tendo conhecimentos desses fatores é possível fazer um planejamento de forma a combina-los e buscar minimizar os custos e possibilitando aumentar sua margem de lucro. Tornando o setor competitivo e autossustentável.

Atualmente essa área é carente de informações, ter um controle detalhado da composição dos custos e dos resultados do seu negócio é a peça chave, e ao mesmo tempo, ressalta a importância de uma equipe eficiente, o leva conseqüentemente ao bom funcionamento do negócio.

O planejamento é um fator determinante em qualquer atividade, onde possibilita diminuir os riscos e erros e aumentar as chances de lucro e sucesso. Hoje é notório que poucos agricultores têm essa preocupação e planejamento vigente o que muitas vezes impacta diretamente nos seus resultados, muitas vezes o levando a endividamentos e saída do mercado.

METODOLOGIA

1. Tipo de pesquisa

De acordo com a classificação de pesquisa proposta por Vergara (2009), quanto aos fins e quanto aos meios, temos:

- a) Quanto aos fins, a pesquisa é exploratória com a coleta de dados nas empresas selecionadas;
- b) Quanto aos meios; a pesquisa é bibliográfica e de campo. Bibliográfica em função do estudo sistematizado com base em livros, revistas, artigos e pela internet. E de campo, pela realização do questionário nas empresas selecionadas.

2. Universo e amostra

O universo analisado foi de 125 produtores da região Sul do Maranhão com mais de 10 anos de mercado inscritas no JUCEMA (Junta Comercial do Estado do Maranhão). Deste universo 3 produtores responderam o questionário, tratando-se, portanto, de uma amostra de tipicidade.

3. Coleta e análise de dados

Os dados da pesquisa proposta foram coletados por meio de questionários semiestruturados e entrevistas feitas aos produtores de grãos da região Sul do Maranhão.

Os dados foram tabulados e dispostos em tabelas e explicados de forma a fornecer informações para tomada de decisão.

REFERENCIAL TEÓRICO

A cultura da soja

Segundo Gomes (1997), p. 12, a soja é uma planta herbácea pertencente à família das Leguminosas, subfamília das Papilionáceas e à tribo das Faseoláceas, geralmente anual, raramente perene. O caule é ramoso, com 80 a 150 cm de comprimento. As folhas são longo

pecioladas, com 3 folíolos cordiformes, muito desenvolvidos e peludos na parte inferior. As flores, reunidas em cachos curtos, são axilares, sésseis, brancas, violáceas ou amarelas, conforme a variedade. As vagens, levemente arqueadas, sub comprimidas, peludas, têm de 1 a 5 sementes. As sementes lisas, ovóides, globosas ou elípticas, possuem hilo quase sempre castanho, mas cuja coloração difere de acordo com a variedade.

A cultura da soja é uma das principais atividades produzidas no mundo, devido a suas várias formas de utilização tanto para consumo humano quanto para animal, diversos segmentos e benefícios, acima de tudo seu valor econômico para o País e desenvolvimento do setor agropecuário.

O Brasil é o segundo maior produtor mundial, e, dentre os grandes produtores (EUA, Brasil e Argentina), é o que possui o maior potencial de expansão em área cultivada, podendo, se depender das necessidades de consumo do mercado, mais do que duplicar a produção. Assim sendo, em um curto prazo o Brasil pode constituir-se no maior produtor e exportador mundial de soja e seus derivados. (MANDARINO, 2017).

A cadeia da cultura da soja engloba desde a produção interna voltada ao produto bruto, até a transformação, agregação de valores, que transforma o grão em farelo ou óleo, que podendo ser utilizado para exportação ou consumo interno humano e animal.

A soja representa, no nível mundial, o papel de principal oleaginosa produzida e consumida. Tal fato se justifica pela importância do produto tanto para o consumo animal, através do farelo da soja, quanto para o consumo humano, através do óleo. No Brasil, a partir dos anos 1970 a produção da soja passou a ter grande relevância para o agronegócio, verificada pelo aumento das áreas cultivadas e, principalmente, pelo incremento da produtividade pela utilização de novas tecnologias. (SILVA, *et al.*; 2008, p. 03).

Atualmente no mercado existem sementes geneticamente modificadas, ou seja, que possibilita sua criação em determinados ambientes que antes não era possível devido ao clima, ambiente entre outros fatores que são determinantes para a produção da cultura da soja.

A cultura da soja devido à sua rusticidade permitiu a ocupação de novas fronteiras agrícola. Atualmente não existem limitações do cultivo dessa leguminosa devido à latitude, pois existem genótipos melhorados que foram adaptados às diversas condições. Apesar da expansão da cultura ter sido realizada em solos pobres em fertilidade, os rendimentos destas áreas têm sido até superiores aos

daquelas tradicionais, estimulando os agricultores e a participação do governo através de incentivos (TANAKA *et al.*, 1993).

Dall'agnol (2000) afirma que a soja foi a grande responsável pelo surgimento da agricultura comercial brasileira, acelerando a mecanização das lavouras, modernizou o transporte, expandiu a fronteira agrícola, colaborando para a tecnicidade e produção de outras culturas, além de patrocinar o desenvolvimento da avicultura e da suinocultura brasileira. A geração de tecnologias contribuiu para que o Brasil aumentasse sua produção de soja, passando a ocupar o segundo lugar entre os maiores produtores de soja do mundo.

O desenvolvimento da agricultura no Sul Maranhense

Balsas é um município brasileiro do estado do Maranhão. Localizada a 782 km da sua capital São Luis, é a terceira maior cidade do estado do Maranhão. Sua população é de 94.779 habitantes, segundo a estimativa do IBGE em 2017.

Basicamente a economia de Balsas – MA, gira em torno do setor agronegócio, agricultura, pecuária e um grande exportador de grãos. Também conta com comércio forte em ramos de supermercados e outros. Hoje se concentra como um polo universitário para toda a região.

Com o desenvolvimento da cidade grande revendas e empresas do setor se instalaram na região, como revendas de máquinas e implementos, revenda de fertilizantes, defensivos o que possibilitou mais renda aos povos locais, com mais empregos.

A introdução de empresas de produção e comercialização de produtos e serviços agrícolas no sul do Maranhão, em particular no município de Balsas, tem ocorrido pela implantação de várias empresas de porte multinacional, como a CARGIL e a BUNGE (compra e comercialização dos grãos) e mais recentemente o grupo ALGAR na cidade de Porto Franco, que foca suas atividades no processo de esmagamento dos grãos de soja. (DUTRA, *et al.*; 2015, p. 24).

O Sul maranhense trata-se da mesorregião de mais baixa concentração populacional, correspondendo por menos de 5% do total do estado, e tem na cidade de Balsas o seu mais importante centro. A evolução histórico-econômica dessa região está diretamente associada à agricultura. Na década de 70 deu-se início a uma estratégia política de valorização dessas terras (chapidões do sul do Estado) que passou a ser ocupada por agricultores gaúchos e introduziram o processo de transformação e revitalização da economia regional ao priorizar a agricultura mecanizada em áreas de cerrado e a melhoria do sistema pecuário de acordo com Pires, 2007.

Atribui-se o incremento na produção agrícola no sul maranhense pelo menos três motivos básicos. O primeiro deles é que o cerrado brasileiro constitui-se numa das últimas fronteiras agrícolas do planeta, seu potencial inexplorado atrai agroindústria em busca de grandes áreas ociosas de terra, do ponto de vista agrícola. O segundo motivo é que o desenvolvimento de técnicas agrícolas adequadas do manejo do solo do cerrado possibilitou o seu uso em grande escala com fins comerciais, o exemplo maior disso é a produção de grãos, soja em especial, hoje em franco desenvolvimento nos cerrados brasileiros. O terceiro motivo, no caso específico do Maranhão, foi o baixo preço das terras da região, favorecendo a aquisição de terras em massa, por fazendeiros e empresários da agroindústria, ou mesmo médios produtores proveniente do sul do país. A região sul se transformou na maior área agrícola mecanizada do Estado, e vem a cada ano crescendo, no entanto apenas o setor privado tem evoluído segundo Pires, 2007.

A produção em larga escala da soja, a exemplo do que ocorreu no Sul do país e em áreas de expansão da fronteira no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, legitimou a concentração fundiária no Sul do Maranhão. A inserção da agricultura moderna no sul do Maranhão, comandada pelos “sulistas” a partir da década de 1980, se reflete numa nova reorganização do espaço da produção agrícola e, conseqüentemente, no aumento da população urbana, em detrimento do esvaziamento rural de algumas cidades da região, aqui especificamente se tratando, o município de Balsas. (DUTRA, *et al.*; 2015, p. 25).

De uma maneira geral, de acordo com a classificação de KÖPPEN, o clima dos cerrados as características climáticas da região podem ser descritas como: uma estação chuvosa, que geralmente ocorre entre os meses de outubro e abril e neste período é observado 90% das chuvas; uma estação seca com ausência quase total de chuva, observada entre maio e setembro.

O impacto do custo de produção na cultura da soja

A cotação das despesas com a produção agrícola possibilita analisar a rentabilidade, sua eficiência no método utilizado pelo produtor e conseqüentemente seu lucro. O conhecimento desses pontos permite avaliar se a atividade esta sendo viável independente do ramo de atuação, do porte do produtor, entre outros.

Assim, de acordo com a viabilidade econômica na cultura da soja Richetti (2015) ressalta que:

A tomada de decisões no meio rural assume importância cada vez maior, tanto pelo fato de o produtor ter conhecimento técnico, quanto pela gestão do seu negócio e da comercialização de sua produção. Um dos pontos cruciais para o produtor é o custo de produção. A cada nova safra ocorrem as indecisões sobre a compra de insumos,

aquisição de novas máquinas e comercialização do produto. A comercialização é outro dilema para o produtor: vender antecipado ou esperar a colheita para efetuar a venda? Muitos acertos e erros acontecem no momento de tomada de decisão. Para tomar a melhor decisão o produtor precisa conhecer seu custo de produção. Ressalta-se que, na hora de decidir, é preciso estar consciente e seguro de que a decisão a ser tomada é a que exige menos recursos, menor esforço e promete o melhor resultado (RICHETTI, 2015 p. 01).

A produção da cultura da soja para o município e a nível Nacional, sendo o alicerce do setor agropecuário brasileiro, gerando empregos para público local. Entretanto os produtores encontram dificuldades financeiras em continuar na atividade, devido aos preços dos insumos, máquinas e principalmente mão de obra.

O município de Balsas passa então a configurar-se dentro da lógica da economia globalizada no momento em que o cultivo da soja, em especial, valoriza-se enquanto mercado internacional, indo de uma simples agricultura baseada na produção primária a uma agricultura comercial vinculada ao grande capital. (DUTRA, et al.; 2015, p. 25).

Para obter o resultado desejado requer controles sobre os custos e com mercado que influenciara diretamente nos preços e resultados, conseguindo assim poder de economia e redução dos custos por meio das pesquisas.

RESULTADOS

A cultura da soja, tema deste trabalho é de grande importância para região, que é predominante a agricultura e que também proporciona o desenvolvimento econômico do País. Na qual dependemos desse setor para sobreviver. Nas últimas safras/anos, o produtor não obteve o resultado esperado com as lavouras em geral. O que gerou um quadro grave de endividamentos acumulando débitos para safras futuras, o que eleva ainda mais seu custo na atividade.

A presente pesquisa tem por objetivo demonstrar dados de três agricultores de três localidades diferentes situadas no Maranhão, no qual exhibe a realidade do agricultor com custo de se exercer a atividade da soja, tais como possibilidade de escoamento do grão, poder aquisitivo, créditos diferenciados, entre outros.

O levantamento dessas informações serve como medidas de comparação aos preços trabalhados dos produtores em questão, com objetivo de avaliar os custos para abertura da safra 2017/2018, na presente pesquisa. O produtor 01 cultiva uma área de 160 hectares arrendada de soja no município de Simbaíba-MA, conta com estrutura de maquinário próprio, um funcionário fixo e mais 2 (dois) safristas. (Tabela1).

Tabela 1: Custo de produção de soja safra 2017/2018 – produtor 01

FORMAÇÃO DE 160 HECTARES DE SOJA		VALOR POR HECTARE	
SEMENTES	R\$	554,40	
FERTILIZANTES	R\$	594,00	
DEFENSIVOS	R\$	462,00	
COMBUSTÍVEL	R\$	123,80	
MÃO DE OBRA FIXA	R\$	150,00	
MÃO DE OBRA SAFRISTAS (TEMPORÁRIO)	R\$	15,00	
PRESTAÇÕES COM MÁQUINAS	R\$	701,40	
PRÓ-LABORE	R\$	150,00	
TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS EM R\$ (A)		R\$	2.750,60
DEPRECIÇÕES MÁQUINAS E IMPLEMENTOS		VALOR POR HECTARE	
TRATOR BH 180, ANO 2011	R\$	143,80	
TRATOR VALTRA 125, ANO 2013	R\$	93,75	
PLANTADEIRA VALTRA, 8 LINHAS, ANO 2013	R\$	54,40	
PULVERIZADOR COLUMBIA, ANO 2005	R\$	-	
COLHEITADEIRA CS 660, ANO 2008	R\$	250,00	
GRADE 28x28", ANO 2012	R\$	15,00	
GRADE NIVELADORA, 80 DISCOS 22", ANO 2014	R\$	23,75	
GUINCHO HIDRÁULICO, ANO 2015	R\$	11,30	
AUTOMÓVEL FIAT STRADA, ANO 2013	R\$	2,10	
MOTOCICLETA BROS, ANO 2005	R\$	-	
TOTAL DOS CUSTOS (B)		R\$	594,10
OUTROS CUSTOS		VALOR POR HECTARE	
CUSTO ARRENDAMENTOS	R\$	264,00	
DESPESAS VARIÁVEIS	R\$	100,00	
DÉBITOS ANTERIORES	R\$	617,10	
TOTAL DOS CUSTOS FIXOS (C)		R\$	981,10
CUSTO TOTAL			
CUSTOS TOTAIS EM R\$ POR HECTARE (A+B+C)		R\$	4.325,80
CUSTOS TOTAIS EM SACAS POR HECTARE - FIXADOS EM R\$ 66,00 A SACCA (A+B+C)			65,54

Fonte: Autoria própria (2017).

O produtor 01 encontra-se com seu custo para safra 2017/2018 fixados em 66 sacas de soja por hectare, os anos anteriores onde as chuvas foram regulares obteve uma média 47 sacas por hectare.

Devido à frustração na safra 2015/2016 onde ocorreu à estiagem, obteve uma média de 10 sacas de soja por hectare, onde proporcionou a maior parte dos seus custos hoje com o endividamento. Atualmente é considerado cliente de risco, encontra dificuldade ao crédito para custear sua lavoura.

O produtor em questão com o intuito de reduzir seus custos trabalha com a terceirização do seu maquinário, como colheitadeira, tratores, onde lhe atribui uma renda de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Onde obtém um resultado de R\$ 312,50 (trezentos e doze reais e cinquenta centavos) por hectare, reduzindo seu custo na prestação do maquinário de R\$ 701,40 (setecentos e um reais e quarenta centavos), para R\$ 388,90 (trezentos e oitenta e oito reais e noventa centavos), reduzindo 5 (cinco) sacas por hectare do seu custo total.

Em relação ao produtor 02, atualmente trabalha com uma área de 510 (quinhentos de dez) hectares de soja própria localizada nos Gerais de Balsas (MA). Seu custo para formação das 510 hectares fica em torno de 46 sacas de soja por hectare, conforme tabela 02.

Tabela 2: Custo de produção de soja safra 2017/2018 – produtor 02

FORMAÇÃO DE 510 HECTARES DE SOJA	VALOR POR HECTARE
SEMENTES	R\$ 460,00
FERTILIZANTES	R\$ 502,00
DEFENSIVOS	R\$ 470,00
COMBUSTÍVEL	R\$ 77,65
MÃO DE OBRA FIXA	R\$ 82,36
MÃO DE OBRA SAFRISTAS (TEMPORÁRIO)	R\$ -
PRESTAÇÕES COM MÁQUINAS	R\$ 105,88
PRÓ-LABORE	R\$ 352,94
TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS EM R\$ (A)	R\$ 2.050,83
DEPRECIÇÕES MÁQUINAS E IMPLEMENTOS	VALOR POR HECTARE
Plantadeira John Deere, 11 Linhas, ano 2001	R\$ -
Colheitadeira TC 59, ano 2004	R\$ -
Motocicleta Pop 100, ano 2013	R\$ 1,76
Trator New Holland, ano 2013	R\$ 78,43
Grade niveladora, ano 2003	R\$ -
Subsolador, ano 2005	R\$ -
Grade intermediária, 28x28", ano 2006	R\$ -
Automovel Frontier, ano 2014	R\$ 19,60
TOTAL DOS CUSTOS (B)	R\$ 99,79
OUTROS CUSTOS	VALOR POR HECTARE
CUSTO ARRENDAMENTOS	R\$ -
DESPESAS VARIÁVEIS	R\$ 195,00
DÉBITOS ANTERIORES	R\$ 666,67
TOTAL DOS CUSTOS FIXOS (C)	R\$ 861,67
CUSTO TOTAL	
CUSTOS TOTAIS EM R\$ POR HECTARE (A+B+C)	R\$ 3.012,29
CUSTOS TOTAIS EM SACAS POR HECTARE - FIXADOS EM R\$ 65,00 A SACCA (A+B+C)	46,34

Fonte: Autoria própria (2017).

O produtor 02 atua com apenas com dois funcionários fixos, área e maquinário próprio quitado o que reduz seu custo em comparação ao produtor 01. O produtor em questão obteve uma melhor negociação em relação a sementes e fertilizantes, porem seu endividamento é maior.

Entretanto o produtor 2 fixou a saca de soja em R\$ 65,00 (sessenta e cinco) reais, no qual gerou um pequeno acréscimo no seu custo. A média das ultimas safra fechou em 41,5 sacas de soja por hectare, exceto na safra 2015/2016 onde produziu 20 sacas por hectare devido à seca.

Outro fator determinante é a região onde o produtor 2 localiza-se, que é beneficiado com chuvas regulares e bem distribuídas, onde chove normalmente até o mês de maio onde permite ao produtor produzir a segunda safra com a cultura do milho, com lucro obtido na segunda safra o produtor consegue abater partes dos débitos.

Já o produtor 03 trabalha com uma área de 450 hectares de soja, onde 50 hectares são próprios e 400 hectares arrendadas, o que encarece um pouco seu custo em relação aos outros 2 produtores. A propriedade localiza-se no município de Jatobá – MA e seu custo ficou em torno de 38 sacas de soja por hectare. (Tabela 3).

Tabela 03: Custo de produção de soja safra 2017/2018 – produtor 03.

FORMAÇÃO DE 450 HECTARES DE SOJA		VALOR POR HECTARE
SEMENTES	R\$	490,00
FERTILIZANTES	R\$	560,00
DEFENSIVOS	R\$	490,00
COMBUSTÍVEL	R\$	180,00
MÃO DE OBRA FIXA	R\$	110,00
MÃO DE OBRA SAFRISTAS	R\$	36,66
PRESTAÇÕES COM MÁQUINAS TERCEIRIZADAS	R\$	155,55
PRÓ-LABORE	R\$	133,33
TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS EM R\$ (A)	R\$	2.155,54
DEPRECIÇÕES MÁQUINAS E IMPLEMENTOS		VALOR POR HECTARE
Trator TM 165, ano 2004	R\$	-
Trator FORD 7.610, ano 1991	R\$	-
Plantadeira, 17 Linhas, ano 2008	R\$	30,00
Pulverizador Uniport, ano 2004	R\$	-
Grade 16x32", ano 2007	R\$	6,11
Grade niveladora 52x22", ano 2003	R\$	-
Guincho, ano 2007	R\$	2,78
Automóvel Fiat Uno, ano 2014	R\$	6,67
Carreta, 6 Toneladas, ano 2007	R\$	1,06
TOTAL DOS CUSTOS (B)	R\$	46,62
OUTROS CUSTOS		VALOR POR HECTARE
CUSTO ARRENDAMENTOS	R\$	435,55
DESPEAS VARIÁVEIS	R\$	55,56
DÉBITOS ANTERIORES	R\$	124,44
INVESTIMENTOS CORREÇÃO DE SOLO	R\$	97,78
TOTAL DOS CUSTOS FIXOS (C)	R\$	713,33
CUSTO TOTAL		
CUSTOS TOTAIS EM R\$ POR HECTARE (A+B+C)	R\$	2.915,49
CUSTOS TOTAIS EM SACAS POR HECTARE - FIXADOS EM R\$ 70,00 A SACCA (A+B+C)		41,65

Fonte: Autoria própria (2017).

O produtor 3 conseguiu fechar seus insumos com um melhor preço em relação aos outros produtores, conta com maquinário próprio e a colheita faz a terceirização, possui investimento com correção de solo e contabiliza debito somente da safra 2015/2016. A mão de obra é composta por 2 funcionários fixos e 2 safristas.

Com todo o seu gasto extra com terceirização das colheitas, arrendamentos, investimentos, seu custo para a safra 2017/2018 ficou bem abaixo comparado aos 33 outros 2 produtores. Isso prova que com uma boa gestão, conhecimento dos custos, o produtor obtém lucro na atividade exercida.

Observando a realidade dos três produtores em questão é possível identificar que ambos contam com endividamentos devido a frustrações de safras anteriores, contudo o

produtor 01 tem seu custo total elevado no qual se não for bem conduzido o tirará da atividade. Em relação ao produtor 02, soube aplicar bem o poder de barganha na aquisição dos seus insumos e desenvolve sua atividade em áreas próprias. Já o produtor 03, conta atua com a terceirização na colheita que reduz seu custo com depreciação de maquinas e parcela de investimentos, obteve um bom resultado na compra dos insumos, porem a maioria da área cultivada para soja é arrendada, ficando em torno de sete sacas de soja por hectare.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento sobre a formação dos custos é essencial para fornecer as informações necessárias da rentabilidade do produtor e da atuação das atividades desenvolvidas por ele. Essa análise proporcionará ajuda no planejamento da lavoura, tomadas de decisões e controle.

O setor rural deve se adequar ao cenário atual, buscando informações, obtendo por meio deste controle uma possibilidade de reduzir seus custos e riscos perante o mercado. Os agricultores precisam ter conhecimento para poder administrar e interpretar seus custos e despesas, o valor aplicado a uma lavoura é muito alto e arriscado, uma má gestão pode acarretar uma dívida que levará anos para poder se recuperar podendo até mesmo o tirar da atividade.

Para o produtor rural conseguir conduzir com a máxima eficiência uma atividade agrícola como a lavoura de soja, é indispensável o domínio do conhecimento sobre as variáveis tecnológicas, os gastos em cada fase da lavoura com insumos e serviços. É possível ainda fazer um planejamento de forma a combina-los e buscar minimizar os custos e aumentar sua margem de lucro, tornando o setor altamente competitivo e autossustentável.

A atividade agrícola exige escolhas certas e no momento certo com eficiência dos fatores, que por sua vez, impactará diretamente no resultado e no seu lucro. Foi claro os resultados apresentados de três realidades diferentes de produtores locais, cada um com uma forma de administrar, planejar e executar de cada um.

O produtor deve ser cada vez mais cauteloso com a maneira que está gerenciando sua lavoura, os custos e receitas com a produção. Em certos casos em que o produtor já atua na área há muito tempo mensurar o custo, devido a seu tempo de atuação já sabe mais ou menos quanto gasta e quando entra de receita, é mais importante ainda avaliar as operações, maquinas e insumos, para que tenha o controle dos resultados e produção.

REFERÊNCIAS

ADEGBUYI, E.; COOPER, S.R.; DON, R. **Osmotic priming of some herbage grass seed using polyethylene glycol (peg)**. Seed science & Tecnology, Zurich, v.9, n.3, p.867-878, 1981.

BRADFORD, K.J. **Manipulation of seed water relations via osmotic priming to improve germination under stress conditions.** Hortscience, Alexandria. v.21, n.5, p.1105-1112. 1986.

Brasil. **IBGE.** Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 set 2017.

CONAB (2010). **Custos de produção agrícola: a metodologia da CONAB.**

CORDEIRO, L.A.M.; SOUZA, C.M. Características agronômicas da cultura da soja semeada sobre palhada de diferentes espécies de cobertura morta em sistema plantio direto. In: **Congresso Brasileiro de Ciência Do Solo**, 27, 1999, Brasília. Anais... Brasília, DF: EMBRAPA- Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados, 1999. 1 CD-ROM.

DALL'GNOL, A.; The impact of soybeans on the brazilian economy. In: **Technical information for agriculture.** São Paulo: Máquinas Agrícolas Jacto, 2000.

DUTRA, A. A. J.; AREND, C. S. **Tecnologia da informação e desenvolvimento agrícola regional: estudo de caso de Balsas – MA.** 2015, p 18.

GOMES, A. (1997). **Contabilidade Rural e agricultura familiar.** Rondonópolis: Gráfica União.

KOPPEN, G.; **Classificação climática de Köppen-Geiger.** Disponível em: <https://portais.ufg.br/up/68/o/Classifica___o_Clim__tica_Koppen.pdf>. Acesso em: 15 set 2017.

KHAN, A.A.; BRAUN, J.W.; TAO, K.L.; MILLIER, W.F. & BENSIN, R.F. **New methods for maintaining seed vigor and improving performance.** Journal of Seed Technology, Lansing. v.1, n.2, p.33-57. 1976.

MANDARINO, G. J. Portal Embrapa. **Origem e história da soja no Brasil.** Disponível em: <<http://blogs.canalrural.com.br/embrapasoja/2017/04/05/origem-e-historia-da-soja-nobrasil/>>. Acesso em 15 set 2017.

PIRES, C. **A produção de grãos no Maranhão.** Disponível em: <http://agricultur anomaranhao.blogspot.com.br/>. Acesso em: 15 de outubro de 2017.

RICHETTE, A. **Viabilidade econômica da cultura da soja na safra 2015/2016, em Mato Grosso do Sul.** Comunicado Técnico 202, ISSN 1679-0472. Dourados, MS. Julho, 2015.

SILVA, A. C.; LIMA, E. P. C.; BATISTA, H. R. **A importância da soja para o agronegócio brasileiro: uma análise sob enfoque da produção, emprego e exportação.** 2008. 21 p.

TANAKA, R. T.; MASCARENHAS, H. A.; BORKERT, C. M. Nutrição mineral da soja. In: **SIMPÓSIO SOBRE A CULTURA DA SOJA NOS CERRADOS**, 1, 1992, Uberaba. Anais... Piracicaba: Potafós, 1993. p.105-127.

ANÁLISE DE PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E CLIMA ORGANIZACIONAL NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE BALSAS

Antônio Eduardo Barreira Lima
Discente de Administração
Unibalsas Faculdade de Balsas
Kamilasantos927@gmail.com

Jefferson Carvalho Barros
Mestre em Administração Pública
Unibalsas Faculdade de Balsas
jefferson1adm@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar o desenvolvimento na área de Gestão de Pessoas. O tema refere-se a união entre as pessoas e a organização. Os seres humanos são os principais ativos dentro de qualquer instituição empresarial. Baseando-se nisso, as micro e pequenas empresas podem extrair o que cada pessoa um tem de melhor, proporcionando-lhe uma gestão diferencial competitivo. Para tanto, procurou-se por meio de pesquisa quantitativa verificar as práticas de gestão de pessoas nas micro e pequenas empresas de Balsas-MA. Além disso foi realizada uma pesquisa organizacional que teve como objetivo colher informações sobre a satisfação dos seus funcionários em relação as empresas e as estratégias da mesma para o melhor resultado. É sabido que para se ter uma boa gestão é necessário a colaboração eficaz entre as partes envolvidas e todos os colaboradores da empresa. Para se ter uma boa gestão é fundamental que todos estejam comprometidos, e que se sintam parte integrante do negócio. Contatou-se que atualmente as organizações buscam desenvolver uma harmonia de alta qualidade para que os funcionários tenham um bom relacionamento entre si. Assim, as organizações necessitam de forte visão estratégica, ou seja, com capacidade de fazer com que suas pessoas alcancem seus resultados.

Palavras-chave: Pessoas. Gestão. Clima. Satisfação.

Abstract: The present work aims to present the development in the area of People Management. The theme refers to the union between how people and an organization. Human beings are the main actors within any business institution. Based on this, how companies can extract what each person has of the best, providing a differential and competitive management. Because of this fact, as companies become aware with their employees. For this reason, an organizational survey was carried out to gather information about employee satisfaction in relation to companies and their strategy. It is well known that good management requires effective collaboration between the parties involved and all employees of the company. For good management it is essential that everyone is committed, and that they feel an integral part of the business. Today, as organizations seek to develop a harmony of high quality so that we have a relationship with each other. Thus, as organizations need professionals with a strong strategic vision, that is, with capacity to think and assume responsibilities

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho foi demonstrar a prática da gestão de pessoas assim como esclarecer a sua importância dentro das micro e pequenas empresas de Balsas-MA. Em relação aos sistemas de recursos humanos analisando de maneira ampla os principais elementos que compõe essa essencial e poderosa ferramenta no ambiente organizacional, no qual se busca as relações interpessoais tanto no ambiente interno, quanto no ambiente externo. De um lado o trabalho toma considerável tempo das vidas e dos esforços das pessoas, que dele dependem para a subsistência e sucesso pessoal. Assim, as pessoas dependem das

organizações nas quais trabalham para atingir seus objetivos pessoais e individuais. Crescer na vida e ser bem-sucedido depende do esforço e capacidade de cada um. A Gestão de Pessoas procura identificar os principais processos desse sistema empresarial, compreendendo os fatores dos quais supram as necessidades de uma organização.

Conforme Chiavenato (2014), as organizações também dependem direta e irremediavelmente das pessoas para operar, produzir seus bens e serviços, atender seus clientes, competir nos mercados e atingir seus objetivos globais e estratégicos. Por isso as instituições empresariais jamais existiriam sem as pessoas que lhes dão vida, dinamismo, energia, inteligência, criatividade e racionalidade.

As atualizações na área de Gestão de Pessoas são sempre colocadas em pauta já que a sociedade vive mudando seus hábitos, pelo fato de sempre estarmos buscando algo novo. É de suma importância que as empresas se adequem às necessidades dos seres humanos, fazendo com que eles se sintam atraídos. Os indivíduos vivem buscando novas mudanças nas quais se baseiam e atuam para melhor desempenhar suas funções na área em que atuam.

A Gestão de Pessoas é falar de gente dentro do mundo empresarial. Essa área vem sofrendo mudanças e transformações. Essas ocorrências estão acontecendo nos aspectos conceituais e intangíveis. Devido a globalização e a competitividade pelas quais as empresas estão inseridas é necessário que estejam sempre atualizadas dentro da modernidade. Contudo isso, torna-se irremediável que os colaboradores devam ser bem treinados e bem motivados para o sucesso de qualquer organização. São as pessoas que produzem, servem ao cliente, tomando decisões, liderança, se comunicam, supervisionam, e dirigem os negócios das empresas. Pode-se relatar que a Gestão de Pessoas é obrigada a assumir a responsabilidade e ações de políticas estratégicas da empresa, tendo como objetivo relacionar as pessoas dentro da organização.

Perante o contexto apresentado, existem diferentes tipos de organizações e elas possuem características bastante diferentes e algumas com suas peculiaridades comuns. Pode-se perceber que as empresas passam por uma onda de mudanças, e a gestão de pessoas não pode ser diferente. A globalização, a competição desfreada, o ponto de vista do cliente, a necessidade de redução dos custos, entre outros fatores constituem poderosos impactos que ignorar. Por isso, neste início de milênio, a gestão deve trazer novas contribuições para o negócio da empresa e favorecer seu ajustamento. A atividade estratégica de gestão não deve se manter como uma simples administração dos recursos humanos, mas deve assumir uma forma descentralizada, livre e participativa. Em muitas empresas a Gestão de Pessoas funciona como um elemento que esclarece os valores e princípios da mesma criando assim uma nova cultura de comprometimento e motivação. As organizações só mudam a partir das atitudes, conhecimentos e comportamento das pessoas. Essa participação torna-se um elemento imprescindível para que haja envolvimento efetivo das pessoas no destino organizacional da empresa. Por conseguinte, espera-se que o engajamento pessoal, tanto na área empresarial quanto na administração pública, seja um elemento de melhoria. Por essa

razão as tendências podem ser observadas nos processos de gestão de pessoas que têm grande importância no âmbito global no crescimento do cenário competitivo.

DESENVOLVIMENTO

Tipo de pesquisa

De acordo com a classificação de pesquisa proposta por Vergara (2009), quanto aos fins e quanto aos meios, temos:

- a) Quanto aos fins, a pesquisa é exploratória com a coleta de dados nas empresas selecionadas;
- b) Quanto aos meios; a pesquisa é bibliográfica e de campo. Bibliográfica em função do estudo sistematizado com base em livros, revistas, artigos e pela internet. E de campo, pela realização do questionário nas empresas selecionadas.

Universo e amostra

O universo analisado foi de 346 micro e pequenas empresas da região Sul do Maranhão com mais de 10 anos de mercado inscritas no JUCEMA (Junta Comercial do Estado do Maranhão). Deste universo 30 micro e pequenas empresas responderam o questionário, tratando-se, portanto, de uma amostra de tipicidade.

Coleta e análise de dados

Os dados da pesquisa proposta foram coletados por meio de questionários semiestruturados e respondidos por gerentes, proprietários e seus colaboradores.

Os dados foram tabulados e dispostos em tabelas e explicados de forma a fornecer informações para tomada de decisão.

Segundo Carlos Gil (2014), desde meados da década de 80, as empresas vêm sofrendo sérios desafios, tanto de natureza ambiental quanto organizacional: Globalização da economia, evolução das comunicações, desenvolvimento tecnológico, competitividade etc. Vale ressaltar que nem todas conseguiram ajustar-se nesses desafios. Muitas das que sobrevivem passaram por experiências, como reengenharia, a terceirização que produziram consequências de certa forma dramáticas. As críticas a esses procedimentos determinaram novas concepções acerca do papel dos indivíduos nas organizações, determinando sobretudo sérios questionamentos, à forma como vinha sendo desenvolvida a Administração de Recursos Humanos nas organizações.

Propõem, então, os críticos que as pessoas sejam tratadas como parceiros da organização. Como tais, passariam a serem reconhecidas como fornecedores de conhecimentos, habilidades, capacidades e, sobretudo, o mais importante aporte para as organizações: a inteligência. “Entendidas desse modo, as pessoas constituiriam o capital

intelectual da organização, devendo, portanto, tratar seus empregados como parceiros do negócio e não mais como simples empregados contratados" (CHIAVENATO, 1999, p.7).

Conforme Carlos Gil (2014), verifica-se em algumas organizações a tendência para o empregado como parceiro, já que todo o processo produtivo realiza-se com a participação conjunta de diversos parceiros, como fornecedores, acionistas e clientes. Cada parceiro dispõe-se a investir seus recursos numa organização, à medida que obtém retorno satisfatório, torna-se necessário valorizar o empregado, já que ele é o parceiro mais íntimo da organização.

Segundo Wright McMahan (1992), gestão de pessoas, como é mais comumente denominado o campo de estudo tem seguido quatro abordagens predominantes e complementares: estratégica, comportamental, de recursos da firma e sistêmica.

Conforme Sisson; Storey (2000), a abordagem estratégica envolve o entendimento das pessoas como recurso para a obtenção de vantagem competitiva; uso de planejamento; coerência entre políticas e práticas de emprego (alinhamento interno); integração de políticas e práticas de emprego com a estratégia de negócios (alinhamento externo); administração proativa em vez de reativa; e tomada de decisões sobre os aspectos da relação de emprego no mais alto nível hierárquico.

Segundo Schuler; Jackson, 1987; Miles; Snow, (1978), complementarmente, a abordagem comportamental foca os papéis necessários à implementação da estratégia Wright; McMahan, (1992), sob as premissas de que o comportamento é o principal mediador entre estratégia e implementação efetiva, e de que as políticas e práticas de RH devem ser direcionadas para a promoção e o controle dos comportamentos necessários à implementação. Acredita-se também que diferentes estratégias demandam diferentes tipos de comportamento das pessoas.

Conforme Dutra (2001), a teoria dos recursos da firma direciona a atenção para recursos internos; quando raros, insubstituíveis e não facilmente copiáveis, podem configurar uma base para a obtenção de vantagem competitiva sustentável. Empresas organizadas por competências, um tipo especial de recurso interno, devem desenvolver um plano detalhado de como cada política de RH contribui para os objetivos estratégicos.

Para Paauwe (2004), as forças do mercado e os ambientes sociais, cultural e legal devem ser elementos importantes na elaboração e implementação das políticas e práticas de Gestão de Pessoas. Paauwe, (2004), continua afirmando que a teoria institucional pode ser relevante para explicar o desenho e a implementação de políticas e práticas de Gestão de Pessoas. "O ceticismo dos autores institucionalistas em relação a processos racionais de escolha e perspectivas baseadas na eficiência desafia as abordagens no processo de planejamento estratégico" (BJORKMAN, 2006) e privilegia a premissa de que as organizações sofrem pressões para se adaptar a seu contexto, incorporando estruturas e práticas consideradas adequadas a seus ambientes (MEYER; ROWAN, 1977).

Segundo Fischer, 1998; Fischer, 2002; Fischer e Albuquerque, 2001, Lacombe e Tonelli, (2000), pesquisas sobre o contexto da gestão de pessoas no Brasil e exterior indicam uma importante fase de transição pela qual a área de RH passa atualmente, de uma atuação predominantemente operacional para modelos mais orgânicos de gestão de pessoas.

Lacombe e Tonelli (2000), ao sugerirem um descompasso significativo entre a identificação de tendências pelos diversos formadores de opinião na área de RH e a prática efetiva de gestão de pessoas nas empresas brasileiras, indicam claramente esta fase de transição.

Albuquerque (2001), O trabalho de Fischer e, por meio de uma extensa pesquisa realizada na área de gestão de pessoas no Brasil, confirma que os formadores de opinião em gestão de pessoas no Brasil adotam novos discursos que defendem a politização dos indivíduos nas organizações.

Segundo Fischer (2002), Os padrões de relacionamento entre empresas e empregados, mediados e administrados pela área de RH, sofreram significativa evolução no decorrer do último século. A literatura geralmente trata deste desenvolvimento a partir do conceito de modelo de gestão de pessoas. O modelo de gestão de pessoas é a maneira como uma organização se organiza para gerenciar e orientar o comportamento humano no ambiente de trabalho.

Leana e Rousseau, (2000), a prática da gestão exige a capacidade de estabelecer relações que se desenvolvam no âmbito organizacional, direcionando-as para que o trabalho seja realizado e para que os objetivos organizacionais sejam atingidos com certo grau de criatividade e motivação. Pode até se tornar lugar comum afirmar que o trabalho e a dedicação dizem respeito a um emaranhado de relações e suas transformações, como, por exemplo, as relações entre a empresa e seus empregados, entre os próprios empregados, entre a empresa e seus investidores, fornecedores, parceiros, reguladores e consumidores.

Fase de Gestão de Pessoas

Conforme Vilas Boas, A, A. et al. (2009) essa fase teve início na década de 1990, com o processo de globalização. Nesse período, as mudanças foram muito rápidas e imprevistas. Com o desenvolvimento da tecnologia houve uma proporcionalidade que favoreceu uma comunicação rápida eficaz. As pessoas possuem informações sobre quaisquer assuntos disponíveis. A popularização do computador facilitou acesso à informação através da internet e também o armazenamento de dados. Nesse contexto, o que difere um profissional do outro, além do conhecimento técnico que ele tem, é a quantidade de informação que possui e mais recentemente, como ele utiliza essas informações e os meios de comunicação para gerar e gerir conhecimento.

Segundo Fischer, (1992), as organizações vêm passando por grandes transformações em função de pressões que recebem tanto no contexto externo quanto do contexto interno. As mudanças por que passam as organizações não estão limitadas a suas estruturas

organizacionais, seus produtos ou seus mercados, mas afetam principalmente seus padrões comportamentais ou culturais e seus padrões políticos ou relações internas e externas de poder. Essas mudanças não são de natureza episódica, mas processos contínuos na vida da empresa.

Segundo Joel Souza Dutra (2012) um modelo de gestão que ofereça suporte não somente para a compreensão da realidade, mas também para a construção de diretrizes e instrumentos que assegurem uma gestão coerente e consistente no tempo, é fundamental para reverter esse quadro. Nesse caso, são valores subjacentes em um conceito ou prática na gestão de pessoas. Dutra (2012) sintetiza-as em:

- a) A gestão de pessoas deve estimular e criar as condições necessárias para que empresas e pessoas possam desenvolver-se mutuamente nas relações que estabelecem.
- b) A gestão de pessoas deve alinhar a um só tempo os objetivos estratégicos e negociais da organização e projeto profissional e de vida das pessoas. Transparência: a clareza dos critérios que norteiam a gestão de pessoas e a contínua irrigação de informações acerca da forma de aplicação desses critérios é fundamental tanto para sua aceitação quanto para sua contínua renovação e ajuste à realidade.
- c) Os critérios que norteiam a gestão de pessoas são validados a cada momento ao longo do tempo e permanecem se tiverem a flexibilidade necessária para ajustar-se aos diferentes contextos existentes e às pressões impostas pelas transformações desses contextos no tempo.

As práticas de gestão de pessoas feitas pelas micro e pequenas empresas e Balsas-MA são muito simples e comuns a pesquisa iniciou tratando do modo como as organizações buscam seus talentos e selecionam suas pessoas.

O recrutamento e seleção trata-se de uma escolha recíproca que depende de inúmeros fatores e circunstâncias. No entanto, para que essa seleção seja possível, é necessária que as organizações comuniquem e divulguem as suas oportunidades de trabalho a fim de que os interessados saibam como procurá-las e iniciar seu relacionamento. Esse recrutamento consiste em buscar candidatos e integrá-los dentro da organização. A seleção de pessoas consiste em escolher e identificar suas habilidades, fazendo uma observação ampla do perfil do mesmo e procurando ferramentas que venham suprir às necessidades da empresa. A integração do candidato é realizada na maioria das vezes por parte de indicação, partindo de terceiros ou por parte dos funcionários a qual já estão alocados na empresa, o que ajuda o gestor a ter um perfil mais traçado do candidato, sendo assim a empresa opta por essa forma de seleção.

Na seleção avalia-se a competência técnica inteiramente consolidada, que permite uma relação direta e objetiva entre o perfil do candidato e as exigências da posição para qual se está selecionando. Competências são habilidades, traços, qualidades e características que

fazem com que as pessoas desempenhem de maneira adequada suas funções e responsabilidades atribuídas ao cargo que ela ocupa.

Essa identificação nos exige uma análise dos processos organizacionais e podem ser expressa nos seguintes termos: conhecimentos, habilidades, atitudes ou comportamentos. O conhecimento diz respeito ao que é exigido saber para desempenhar uma determinada função trabalhista. A habilidade está relacionada ao bom emprego prático do conhecimento para produzir algo adequado, é a capacidade de gerenciar projetos, solucionar problemas, tomar decisões e a capacidade de administrar o tempo. A identificação, a habilidade e a atitude ou comportamentos ambos são mecanismos que possibilita tanto a empresa quanto os candidatos se conhecerem, pois, um depende do outro para crescerem organizacionalmente.

Ninguém trabalha de graça. Como parceiro da organização, cada funcionário está interessado em investir com trabalho, dedicação e esforço pessoal, com seus conhecimentos e habilidades desde que receba uma retribuição adequada. As organizações estão interessadas em investir em recompensas para as pessoas desde que elas possam receber contribuições ao alcance de seus objetivos. Daí ocorre o conceito de remuneração total. A remuneração total de um funcionário é constituída de três componentes principais como mostra a figura 1. A proporção relativa de cada um dos três componentes varia de uma organização para outra.

Na maioria das organizações estudadas, o principal componente da remuneração total é a remuneração básica, que é o pagamento fixo que o funcionário recebe de maneira regular na forma de salário mensal. No jargão econômico, salário é a remuneração em dinheiro recebida pelo trabalhador pela venda de sua força de trabalho. O segundo componente de remuneração total são os incentivos salariais, que são programados desenhados para recompensar funcionários com bom desempenho. Os incentivos são concedidos sob diversas formas, através de bônus e participação nos resultados alcançados. O terceiro componente de remuneração total são os benefícios, quase sempre denominados remuneração indireta. O salário indireto inclui adicionais de periculosidade, adicional noturno, participação nos resultados, seguro de vida etc.

Juntamente com todos os funcionários das empresas entrevistadas foi realizado um questionário a fim de obter informações do grau de satisfação do colaborador dentro da empresa, nessa pesquisa foi abordado perguntas em relação a comodidade e salários ou benefícios concedidos na organização.

Em relação ao questionário os 127 colaboradores estão satisfeitos com o ambiente de trabalho, o que mostra que ainda precisa mudar em alguns requisitos dentro da organização, esses outros 14 funcionários que se mostraram insatisfeitos devem ser motivados, talvez por melhorias de salários ou alguma outra motivação que envolva seu interesse dentro da organização.

Os funcionários dentro do ambiente de trabalho geralmente requerem atenção e acompanhamento, pois enfrentam várias contingências internas e externas e estão sujeitos a problemas pessoais, a pesquisa mostra que 125 estão satisfeitos como é resolvidos esses

conflitos entre os funcionários, e o outros 12 responderam que não, a organização deve tratar seus colaboradores com respeito e deve oferecer meios de atender às suas necessidades pessoais e familiares quando for necessário. Para tanto, deve saber escolher as estratégias de resolução de cada caso.

A seguinte pergunta abordada dentro do questionário foi relacionada se os colaboradores estariam satisfeitos com as condições de higiene e segurança das instalações e equipamentos, 80% funcionários responderam que sim, e apenas 20% responderam que não, sabemos que a higiene estar relacionada com as condições ambientais de trabalho que assegura a saúde física e mental e com as condições de saúde e bem está das pessoas.

Em relação a pergunta no processo de tomada de decisão as opiniões dos funcionários, se suas opiniões seria ouvidas ou não, o resultado foi que, 90% funcionários responderam que sim, e 10% que não.

Hoje as organizações orgânicas estão impondo um novo padrão de comportamento às pessoas: criatividade e inovação. Não basta a eficiência. Nem a repetição continuada na execução de tarefas. Se o mundo mudou, as empresas também estão mudando na mesma direção e, cada vez mais rapidamente, requer mudanças em produtos e serviços, métodos e processos, equipamentos e tecnologia, sobretudo, no comportamento das pessoas. A criatividade está na base de tudo.

A jornada de trabalho é dividida entre os colaboradores entre o períodos diferentes, isso devido ao fato de alguns trabalhar somente na parte noturna, 75% responderam que estão satisfeitos com o horário de trabalho imposto pela organização, e apenas 25% responderam que não. A regra geral é de que o trabalho não pode ter uma jornada superior às 8 horas diárias, sendo permitidas, porém, a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Os benefícios concedidos pela organização aos funcionários 85% responderam que estão satisfeitos com salários e participações concedidas dentro da organização, e 15% responderam que não, cada colaborador vai ter o salário de acordo com sua função, por exemplo, a faixa que contrata-se um funcionário para a função de operador de máquinas e o mesmo possui CNH categoria D ou E a faixa salarial é mais alta em relação aos outros que são contratados com a função de trabalhador rural, todos eles possuem participação nos lucros obtidos, como comissões pago individualmente para cada colaborador.

Sabe-se que é de suma importância o reconhecimento quanto colaborador dentro de qualquer organização, quando questionado sobre o grau de satisfação de reconhecimento pelo seu trabalho dentro da empresa 95% funcionários responderam que se encontram reconhecidos nesse aspecto. O que mostra que dentro da empresa está havendo uma gestão de reconhecimento do trabalho e esforço de cada funcionário.

Nos mais variados âmbitos das organizações necessita-se da ajuda de outras pessoas para que possa ser realizado tarefas a fim de atingir os objetivos almejados. Sobre o grau de satisfação do trabalho em equipe 24 funcionários responderam que se sentem satisfeitos, e 7 responderam que não. Esse tipo de relacionamento submete: transparência, ética, humildade, paciência, saber ouvir, respeito, apoio, estímulo, disposição, entre tantas outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho pode-se perceber e tirar conclusões precisas de como a Gestão de Pessoas funciona e o quanto ela é importante para o desenvolvimento de qualquer organização, e como ela se impõe diante das dificuldades que estão presentes dentro das organizações.

A Gestão de Pessoas tem procurado se posicionar de maneira competitiva, buscando resultados expressivos e novos talentos para oxigenar a empresa. Ela tem como principal objetivo desenvolver e aprimorar o potencial humano existente, procurando ajustar o perfil dos funcionários para que eles possam atender as exigências requeridas dentro da empresa. As mudanças econômicas e políticas estão fazendo com que muitas empresas busquem rever o seu modelo de gestão pessoas passaram adotar um modelo de gestão flexibilizada.

Os resultados obtidos através do questionário do clima organizacional dentro da empresa mostram que o nível de problemas dentro das organizações é baixo, pode-se concluir, portanto que as empresas se preocupam com o bem-estar e desenvolvimento dos seus colaboradores. Pesquisas de grau de satisfação dentro das organizações são de suma importância pois, pode ajudar a melhorar diversos aspectos inclusive os resultados organizacionais. Ao verificar a gestão de pessoas como fator estratégico o gestor começa a enxergar sua equipe com outros olhos. É fundamental que todos estejam engajados nesse processo, como foi mostrado no decorrer do trabalho a todo tempo relata a importância que as pessoas possuem dentro da organização, precisa-se ressaltar que para que ocorra essa gestão de qualidade é exigido a preparação do gestor e abertura para mudanças e quebra de paradigmas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BJORKMAN, I. International human resource management and institutional theory In: STAHL, G.; BJORKMAN, I. **Handbook of Research in International Human Resource Management**. Cheltenham: Edward Elgar, 2006.

BOAS, A. A. V; ANDRADE, R. O. B **Gestão estratégica de Pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, P. 05-06.

CHIAVENTATO, I. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. Ed. Barueri, SP: Manole, 2014, P. 06.

DUTRA, J. D. **Gestão de Pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2012, P. 23,42-43.

DUTRA, J. **Gestão por competências**. São Paulo: Gente, 2001.

FISCHER, A., **A Constituição do Modelo Competitivo de Gestão de Pessoas no Brasil – um estudo sobre as Empresas Consideradas Exemplares**. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo: 1998.

FISCHER, A., Um Resgate Conceitual e Histórico dos Modelos de Gestão de Pessoas, In:Fleury,M., (org.), **As Pessoas na Organização**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

FISCHER, A. e ALBUQUERQUE, L. **Tendências que Orientam as Decisões dos Formadores de Opinião em Gestão de Pessoas no Brasil**. Campinas: Anais do Enanpad, 2001.

GIL, A.C. **Gestão de Pessoas: Enfoque nos papéis profissionais**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2014, P. 23.

LACOMBE, B e TONELLI, M., **O discurso e a Prática: O que nos Dizem os Especialistas e o que nos mostram as Práticas das Empresas sobre os Modelos de Gestão de Recursos Humanos**. Florianópolis: Anais do Enanpad, 2000.

LEANA, C. R.; ROUSSEAU, D. M. **Relational Wealth: The Advantages of Stability in a Changing Economy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MEYER, J.; ROWAN, B. **Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony**. Academy Journal of Sociology, v. 83, p. 340-63, 1977.

PAAUWE, J. **HRM and Performance: Achieving Long Term Viability**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

SCHULER, R.; JACKSON, S. **Linking competitive advantage with human resource management practices**. Academy of Management Executive, v. 1, p. 207-219, 1987

SISSON, K.; STOREY, J. **The Realities of Human Resource Management Managing the Employment Relationship**. Buckingham: Open University, 2000.

WRIGHT, P.; MCMAHAN, G. **Theoretical perspectives for strategic human resource management**. Journal of Management, v. 18, n. 2, p. 295-311, 1992

APLICAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE BENCHMARKING NO POOL DE COMPRAS

Marcos Daniel Carvalho de Sousa
Discente de Sistemas de Informação
Unibalsas Faculdade de Balsas
Kamilasantos927@gmail.com

Jefferson Carvalho Barros
Mestre em Administração Pública
Unibalsas Faculdade de Balsas
jefferson1adm@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é corroborar a importância do benchmarking para os produtores do grupo Poolcen e mostrar o quanto esta ferramenta de gestão pode ajudar para o bom desempenho de suas fazendas. Onde foi possível através de uma pesquisa de mercado analisar a qualidade das fazendas e identificar o interesse dos mesmos pelo benchmarking. A pesquisa dentro grupo visa identificar os principais problemas que os gestores encontram tanto na gestão quanto na operação de seus serviços, através de um questionário que servirá como fonte de coleta de dados para a conclusão da pesquisa. O objetivo deste projeto também é mostrar que o benchmarking além de ser uma importante ferramenta de inovação, que leva os gestores à aprimorar seus processos, é também uma opção que quebra aquele velho modelo de mercado individualista e promove uma interação entre as empresas com o intuito de melhorar suas práticas. Este trabalho apresentará resultados expressos em tabelas e gráficos que mostrarão como as empresas entrevistadas estão referentes à qualidade tanto na gestão como na operação de produção, que também mostra o interesse dos gestores pelo projeto de benchmarking dentro do grupo.

Palavras-chave: Benchmarking. Fazendas. Gestão.

Abstract: The objective of this work is to corroborate the importance of benchmarking for the group's producers. Select and find what is available for the implementation of your farms. Where it was possible through market research to analyze a quality of the units and identify their interest in benchmarking. The research within the group aims to identify the main problems in all services, through a questionnaire that serves as a source of data collection for a conclusion of the research. The goal of this project is also to show that benchmarking, besides being an important tool of innovation, that leads managers to improve their processes, is also an option of original model individualist market jigsaw and promoted an interaction among companies with intent of their higher forms. This work is presented as companies interviewed are referring to quality in both management and production operation, which also shows the managers' interest in the benchmarking project within the group.

INTRODUÇÃO

As ferramentas de gestão empresarial dão apoio aos agros gestores nos processos que possibilitam uma direção correta na tomada de decisão. Dentre as ferramentas de gestão, destaca-se o benchmarking que é caracterizado como um processo de comparação de produtos, serviços e práticas empresariais. A sua realização decorre através de pesquisas de comparações entre empresas que tem como objetivo sanar dificuldades e aprimorar processos. Compete aos gestores ter uma visão dinâmica e sistemática da empresa e buscar aprender com diferentes práticas que foram aplicadas em outras empresas a fim de buscar melhorar seu processo gerencial. O benchmarking além de ser uma importante ferramenta de inovação, é

também uma opção que quebra aquele velho modelo de mercado individualista e promove uma interação entre as empresas com o intuito de melhorar suas práticas.

De acordo com Araújo (2009, p. 196) “benchmarking é uma ferramenta de maior utilidade para a gestão organizacional, centrada na premissa de que é imperativo explorar, compreender, analisar e utilizar as soluções de uma organização, concorrente ou não, frente a determinado problema”.

Uma das formas mais eficientes de alavancar negócios pode ser feita através de parcerias entre diversas empresas que visem um objetivo comum. De acordo com o site Negócio com Flores (2017) o modelo de mercado pool tem como objetivo estabelecer convênios entre empresas autônomas, a fim de obter nivelção de benefícios, os quais são concentrados num fundo comum e depois distribuídos entre os participantes. Alguns produtores, preocupados com a rentabilidade de seus negócios, resolveram estabelecer um novo modelo de mercado, criando um pool de compras denominado POOLCEN, que foi estabelecido em Balsas – MA. A POOLCEN tem como objetivo conseguir preços de insumos mais competitivos, através da interface direta com os fornecedores e com grandes volumes de produtos. O trabalho da equipe da POOLCEN é compilar a demanda de todos os seus sócios, realiza as cotações nos fornecedores, sempre levando em consideração as especificações técnicas dos produtos, negociar valores e realizar a compra de insumos.

Diante de um mercado tão crescente e competitivo é de grande importância que os agros gestores tenham uma visão estratégica, procurar novos métodos de gestão para manter-se equilibrado no mercado tendo em vista novos conceitos e práticas que possam melhorar o desempenho da sua organização. Dessa forma, o benchmarking é uma ferramenta que pode auxiliar de maneira mais precisa para uma tomada de decisão.

Tipo de pesquisa

De acordo com a classificação de pesquisa proposta por Vergara (2009), quanto aos fins e quanto aos meios, temos:

- c) Quanto aos fins, a pesquisa é exploratória com a coleta de dados nas empresas selecionadas;
- d) Quanto aos meios; a pesquisa é bibliográfica e de campo. Bibliográfica em função do estudo sistematizado com base em livros, revistas, artigos e pela internet. E de campo, pela realização do questionário nas empresas selecionadas.

1. Universo e amostra

O universo analisado foi de oito organizações membras do grupo POOLCEN. Deste universo 100% das organizações responderam o questionário, tratando-se, portanto, de uma amostra de tipicidade.

2. Coleta e análise de dados

Os dados da pesquisa proposta foram coletados por meio de questionários semiestruturados e entrevistas feitas aos gestores das fazendas.

Os dados foram tabulados e dispostos texto explicados de forma a fornecer informações para tomada de decisão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Zaniel Grings (1996) a competitividade mundial aumentou, acentuadamente nas últimas décadas, obrigando as empresas à um contínuo aprimoramento de seus processos, produtos e serviços, visando oferecer alta qualidade com baixo custo e assumir uma posição de liderança no mercado onde atua. Na maioria das vezes o aprimoramento exigido, sobretudo pelos clientes dos processos, produtos e serviços, ultrapassa a capacidade das pessoas envolvidas, por estarem elas presas aos seus próprios paradigmas.

Inicialmente empregada pela Xerox Corporation a fim de enfrentar o desafio competitivo japonês dos anos 70, o benchmarking incorpora a busca da excelência, o desejo de ser “o melhor dos melhores”. Segundo Camp (1998) os japoneses combinavam novos métodos, processos e práticas que pareciam sem conexão, mas adaptados com pequenos ajustes, eram utilizados como vantagem competitiva em suas indústrias. O processo era repetido várias vezes, e envolvia análises, sínteses e adaptações às necessidades específicas. Segundo Spendolini (1993), Rozenfeld (2008), Camp (1998) e Araújo Júnior (2001), um dos exemplos pioneiros e clássicos da utilização do benchmarking é o da Xerox Corporation. O objetivo principal da Xerox ao utilizar o benchmarking era examinar os custos de fabricação de seus produtos. A medição foi feita tomando por base a produção realizada pela empresa japonesa Xerox.

Baseando-se no exemplo da Xerox, pioneira na aplicação do benchmarking, fica evidente a necessidade de realizar esta atividade de forma bem mais ampla do que comparar operações internas de empresa, ou apenas preocupar-se em desmontar máquinas ou produtos físicos de concorrentes, em um benchmarking de atividades de fabricação. É necessário preocupar-se também de negócios tais como a manutenção, a distribuição, o desenvolvimento de produtos [...] (ROZENFELD, 2008).

Segundo Watson (1994 apud ARAÚJO, 2001) o benchmarking apresenta quatro princípios básicos para ser desenvolvido, dentre eles: reciprocidade, analogia, medição e validade.

Segundo a fundação nacional da qualidade FNQ (2016) o princípio da reciprocidade é a disposição para compartilhar informações sobre o objeto do estudo com as organizações de

referência. Muitas vezes, elas são chamadas de parceiras exatamente por se tratar de uma relação de parceria, da forma “ganha- ganha”.

Segundo a FNQ (2016) o princípio da analogia retrata a existência de similaridades entre os objetos comparados, independente do setor de atuação, do porte e de ser organização congênere ou não. Os objetos da comparação são considerados similares se os conhecimentos intrínsecos existentes podem, direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente, serem transferidos entre organizações com a devida adaptação, considerando os contextos culturais, estruturais e organizacionais existentes.

A FNQ (2016) afirma que o princípio da medição tem a capacidade de avaliar a qualidade e o desempenho das práticas das organizações de referência e assegurar se são, de fato, efetivas.

Para a FNQ (2016) o princípio da validade requer pertinência, confiabilidade e comparabilidade das informações obtidas. Para que se possa implementar melhorias significativas nos processos, as informações obtidas nos estudos precisam ser válidas, sob pena de comprometer o estudo e não gerar as melhorias esperadas. Os princípios definidos pelo autor correspondem às diretrizes básicas para utilização do benchmarking, sem o respeito a esses fundamentos não é possível aproveitar a ferramenta a contento e ainda pode ocasionar transtornos à própria empresa e à organização parceira.

Segundo Silvestre Gomes Martins (2010), há na literatura algumas divergências entre autores quanto a questão dos tipos de benchmarking existentes. Autores como Spendolini (1993), Araújo Júnior (2001) e Araújo (2000) afirmam haver apenas três tipos de benchmarking: o interno, o competitivo e o funcional ou genérico, porém, autores como Camp (1998), Dias (2008) e Amaral Júnior (1993) concordam que existe quatro tipos: o interno, o competitivo, o funcional e o genérico. Na verdade, o ponto de divergência entre estes autores está entre o benchmarking funcional e o genérico, ou seja, uns colocam tais tipos de benchmarking de forma separada, enquanto outros os colocam como único. Para efeito deste trabalho, será considerado os quatro tipos citados por Camp (1998), Dias (2008) e Amaral Júnior (1993).

Conforme Spendolini (1993 apud GONÇALVES p.98), “muitas organizações são capazes de conseguir ganhos imediatos, identificando suas próprias e melhores práticas internas”. O benchmarking interno trás uma visão funcionalista dos setores de uma organização e, através desse olhar, pode-se mensurar o quanto um setor ou departamento é melhor que o outro, ou seja, o objetivo desse benchmarking é identificar ou criar os padrões internos de desempenho de uma organização.

Segundo Silva Bernardes (2017) o benchmarking competitivo é realizado entre competidores diretos, e considerado difícil de ser realizado pela falta de informações disponíveis dos concorrentes. Cabe salientar que nesse tipo de benchmarking a comparação pode se tornar ainda mais complexa quando se considera o tamanho das empresas envolvidas. Um exemplo é a medição no setor de logística, que é diferente entre empresas de pequeno e grande porte.

Silva Bernardes (2017) afirma que este tipo está concentrado, não necessariamente, em competidores diretos. Uma das razões pela qual o benchmarking funcional é utilizado se deve à facilidade de investigar e compartilhar dados, uma vez que as empresas não disputam o mesmo mercado. Elas podem adotar técnicas inovadoras para desenvolvimento de seus negócios em atividades específicas, e coloca-las em prática em outra empresa.

Silva Bernardes (2017) salienta que algumas funções ou processos são os mesmos, independentes das empresas serem similares ou não. O benchmarking genérico consiste em ter parceiros em indústrias independentes no mesmo ou em diferentes países (Panwar et al., 2013). A principal vantagem da avaliação comparativa genérica é que ela proporciona o acesso às melhores práticas utilizadas em qualquer indústria, independentemente de produtos ou serviços. Esse tipo de benchmarking possui elevado potencial de revelar a melhor das melhores práticas. No entanto, requer do investigador objetividade e receptividade por parte das companhias que se prestarão como objetos de estudo. As boas práticas investigadas podem ser implantadas, uma vez que seu uso já foi comprovado em outras empresas. É o conceito de benchmarking mais difícil de ganhar aceitação e uso, mas provavelmente tem maior recompensa a longo prazo.

Segundo Watson (1994), uma organização que não esteja a praticar o benchmarking deve, ao gestor, colocar um desafio a si mesmo: Estou interessado em levar a minha organização à posição de liderança dentro do nosso setor de atividade? Acredito que o benchmarking possa dar à minha organização a oportunidade para aprender como e onde melhorar o desempenho desta? A receita fundamental para um benchmarking bem-sucedido requer três ingredientes básicos:

Uma equipe de apoio que tenha um problema para resolver; Acesso a possíveis parceiros de benchmarking que previamente tenham resolvido esse problema; Uma equipe com experiência em benchmarking com capacidade de usar ferramentas básicas de qualidade e práticas de pesquisa para investigar problemas de processo até à sua causa-raiz. (WATSON, 1994)

Para Gomes (2003), o benchmarking torna possível as empresas aprenderem umas com as outras, como entidades vivas que passam por um processo de interação em uma sociedade globalizada. Na análise do autor, foi o que ocorreu na PRODEMGE (Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais), conforme exposto a seguir.

A PRODEMGE existe desde 1972 e seu objetivo é o processamento de dados para os órgãos e entidades da administração pública estadual, direta ou indiretamente. A companhia, através do benchmarking conseguiu padronizar a atuação de seus analistas de atendimento e desta forma ela se colocou entre as principais empresas públicas de informática, tanto na utilização de metodologias quanto no domínio das técnicas de trabalho. Em consequência, a relação entre a empresa e os clientes também foram modificadas, pois a implantação do PSI (Plano Setorial de Informatização) fez com que os clientes se adequassem à nova realidade. Enfim, ocorreu a modernização do parque computacional e dos softwares então utilizados;

assim como o PSI padronizou o trabalho na PRODEMGE, ocorreu o mesmo nas instalações dos clientes. Pode-se concluir com base no estudo de caso feito por Gomes (2003), que o benchmarking promoveu uma complexa mudança na organização: alterou o comportamento dos colaboradores, valorizou a inovação e permitiu estabelecer uma estratégia vitoriosa que possibilitou a PRODEMGE se enquadrar entre as principais empresas no mercado mencionado.

Segundo Karen Estefan Dutra (2008) a inovação tecnológica num primeiro momento pode trazer alguns transtornos, tanto para os funcionários quanto para os clientes; mas após o período de adaptação a tendência natural é favorecer o ambiente de trabalho de ambas as partes.

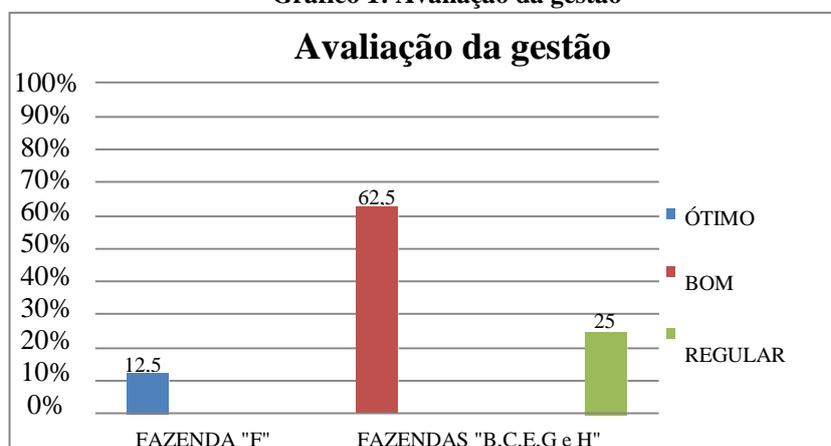
Segundo Karen Estefan Dutra (2008), diante de tantos benefícios, é impossível “fechar os olhos” para a importância do benchmarking, principalmente porque ele se relaciona intimamente com duas das mais importantes qualidades exaltadas no universo empresarial: a eficiência e a eficácia. Portanto, a partir do que já foi exposto, pode-se afirmar que o benchmarking caminha efetivamente em direção à eficiência e eficácia. O contínuo aprimoramento de técnicas, processos e ideias, possibilita tomada de decisões mais convenientes e produtivas.

Primeiramente foi realizado um estudo teórico de todo o assunto que diz respeito ao benchmarking, toda a importância dessa importante ferramenta para as empresas. Após todo o estudo do benchmarking foi realizado um questionário para a pesquisa de mercado que seria feito dentro do grupo foi possível discutir várias perguntas para a montagem do questionário que traria resultados importantes para o desenvolvimento do projeto.

O questionário foi aplicado em 8 fazendas, as quais foram nomeadas com letras de A a H para fácil identificação das mesmas e também pra que fosse um projeto anônimo, pois teriam trocas de informações valiosas cosa o benchmarking viesse ser aceito pelos sócios.

A primeira pergunta do questionário foi referente à avaliação da gestão de suas fazendas, como que eles classificavam a gestão das mesmas, o gráfico 1 logo abaixo representa de forma mais claro como eles avaliam sua gestão.

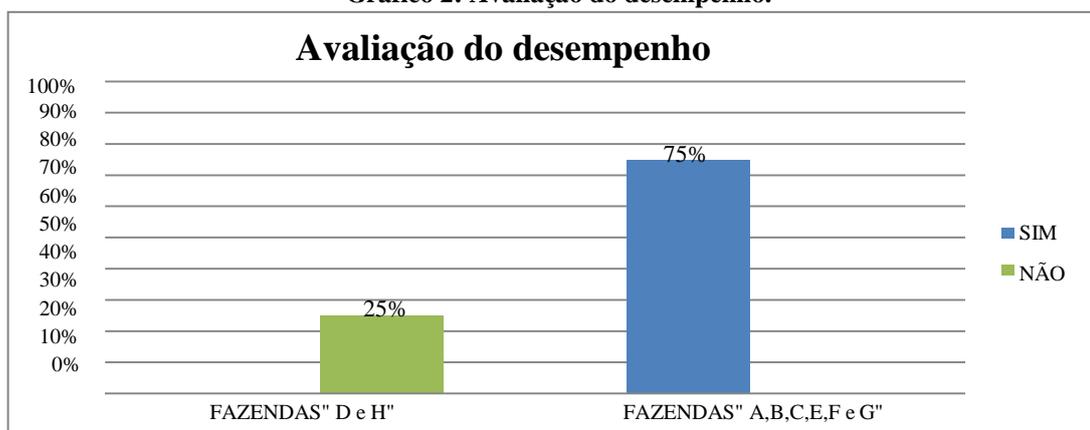
Gráfico 1: Avaliação da gestão



Fonte: autoria própria (2017)

Foi possível observar que de 8 sócios 2 tem uma gestão regular com problemas que precisam ser identificados e melhorados, 5 tem uma boa gestão, mas apontaram que precisam melhorar um pouco mais, e 1 considera tem uma ótima gestão. Na segunda pergunta foi abordada se os gestores tinham o costume de avaliar o desempenho da fazenda, para identificar onde estava errando ou onde precisa de melhorias, o gráfico 2 a seguir mostra que 75% dos gestores tem o costume de estarem sempre avaliando suas atividades e procurando melhorá-las e 25% não tem o costume avaliar suas atividades nem de procurar entender onde está errando e pode perceber também que uma das fazendas que tem um gestão regular, é justamente uma das que não tem o costume de avaliar suas atividades.

Gráfico 2: Avaliação do desempenho.



Fonte: autoria própria.

A terceira pergunta foi lançada a respeito de como os gestores classificavam o desempenho da fazenda, e podemos observar que de 100% dos entrevistados apenas 12,5% tem um desempenho regular e 87,5% tem um bom desempenho assim exemplificado no gráfico 3 logo abaixo. Como observação importante foi possível constatar que 12,5% que considera seu desempenho regular é também uma das fazendas que tem um gestão regular, pode-se perceber que um problema pode está ligado ao outro.

Na quarta pergunta foi questionado quais os parâmetros que os gestores utilizam para se certificar do desempenho das suas fazendas tabela 01 mostra os principais parâmetros que os que os gestores tomam como base para identificar o nível de desempenho da fazenda, segundo eles se esses parâmetros vão bem, o desempenho de suas propriedade estão lhes apresentando bons resultados, ou vice-versa.

Tabela 01: Parâmetros que os gestores utilizam para identificar a qualidade do desempenho de suas fazendas.

FAZENDAS	DESEMPENHO	PARÂMETROS
A	REGULAR	Produtividade e avalia as atividades.
B	BOM	Produtividade e avalia as atividades.
C	BOM	Resultado financeiro, gerencial e compara com outras fazendas.
D	BOM	Produtividade.
E	BOM	Produtividade e custos em geral.
F	BOM	Eficiência operacional e produtividade.
G	BOM	Custos e produtividade.
H	BOM	Satisfação da equipe e produtividade.

Fonte: autoria própria (2017).

A tabela 02 representada logo abaixo mostra os principais problemas que os gestores no exercício da atividade de gestão conseguem encontrar dentro da fazenda, é possível observar que um dos problemas mais citado entre eles foi a mão-de-obra e o segundo mais citado foi gestão de pessoas como sendo os problemas mais encontrados nas fazendas entrevistadas.

Tabela 02: Principais problemas que os gestores encontram dentro das fazendas.

FAZENDAS	PROBLEMAS
A	Gestão de pessoas e mão-de-obra
B	Logística de produção
C	Custo de manutenção, MIP e mão-de-obra
D	Gestão de pessoas e custo de produção
E	Gestão de pessoas, custo de manutenção e mão-de-obra
F	Logística de produção e comercialização
G	Custo de produção
H	MIP, mão-de-obra e desperdício de insumos

Fonte: autoria própria (2017).

A sexta pergunta representada na tabela 03 abaixo apresenta os problemas que os gestores querem sanar com urgência, e pode-se perceber na tabela 02 onde mão-de-obra e gestão de pessoas foram os problemas encontrados nas fazendas não quer dizer que eles também sejam os que mais precisam de uma solução com urgência, percebe-se que cada fazenda tem um ou dois problemas que necessitam de uma atenção o quanto antes, observa-se também que algumas fazendas sofrem com problemas iguais.

Tabela 03: Problemas que os gestores têm a necessidade de melhorar com urgência.

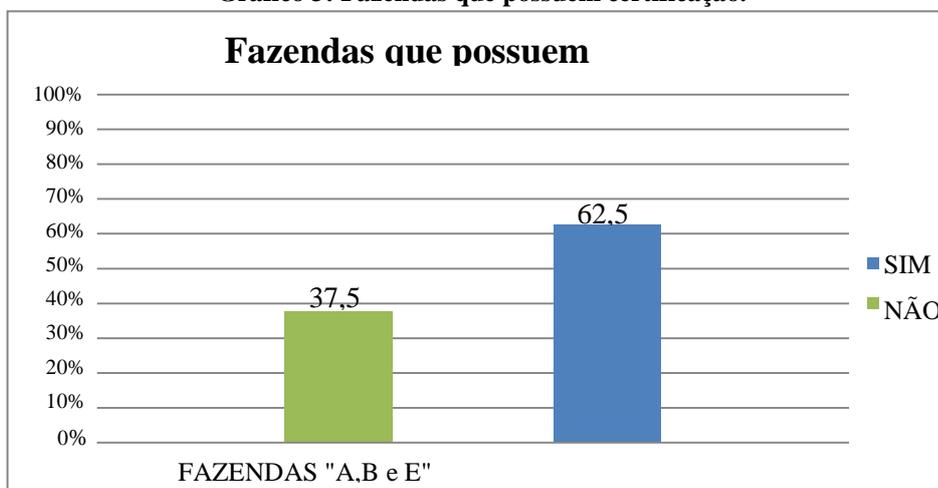
FAZENDAS	PROBLEMAS
A	Gestão de pessoas e mão-de-obra
B	Logística de produção
C	Custo de manutenção
D	Custo de produção
E	Gestão de pessoas
F	Logística de produção
G	Custo de produção
H	MIP e mão-de-obra

Fonte: autoria própria (2017).

A avaliação dos gestores no que diz respeito à mão-de-obra da fazenda, de 100% dos entrevistados apenas 62,5% consideram sua mão-de-obra boa, e os 37,5% classificam como sendo regular, das três fazendas que compõe os 37,5%, apenas uma citou a mão-de-obra como sendo um problema com necessidade de urgência para ser melhorado como pode ser observado na tabela 03 acima.

No gráfico 3 abaixo, foi perguntado aos gestores se já haviam implantado algum programa de certificação dentro da fazenda, e cerca de 62,5% das fazendas já possuem a certificação RTRS, os outros 37,5% não possuem certificação ou ainda estão em processo de implantação da mesma.

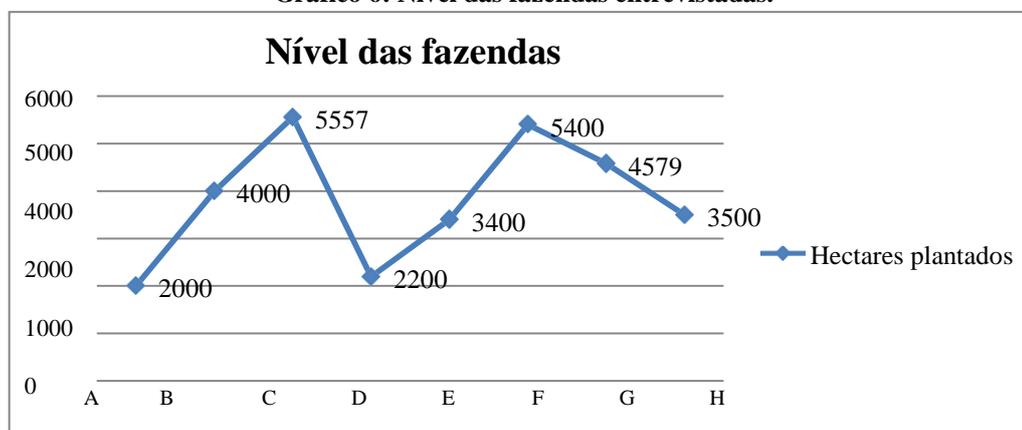
Gráfico 3: Fazendas que possuem certificação.



Fonte: autoria própria (2017).

O gráfico abaixo representa o nível das fazendas que foram entrevistadas, esse comparativo foi feito encima do número de hectares plantados pelas fazendas, percebe-se que as mesmas estão em um nível de médios produtores, apesar da diferença entre os menores e os maiores que foram entrevistados, ambos enfrentam problemas parecido.

Gráfico 6: Nível das fazendas entrevistadas.



Fonte: autoria própria (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O vasto conhecimento descrito no embasamento teórico proporciona um amplo entendimento sobre o benchmarking trazendo uma visão mais importante para essa ferramenta, que proporciona vários benefícios para com as empresas, mas que muitos dos gestores não sabem a real função desta importantíssima ferramenta de gestão que pode auxiliar os gestores tanto no processo de tomada de decisão como também pode levar à mudanças significativas e proporcionar a empresa um desempenho de qualidade e o aperfeiçoamento de suas práticas operacionais e administrativas.

Conforme demonstrado na pesquisa realizada no decorrer deste trabalho, foi possível obter resultados onde ficam bastante evidente e conclusivo que o benchmarking é uma necessidade para todas as fazendas, onde pôde ser possível ter uma proximidade com todos os produtores e um entendimento de como eles trabalham, quais as dificuldades que os mesmos encontram e perceber o interesse pelo benchmarking que está ligada diretamente com a inovação, o que foi possível despertar nos gestores o interesse para a inovação através do benchmarking.

O presente trabalho pôde proporcionar um aprendizado de grande valia, pois foi possível fazer uma relação de pesquisa e prática associando o conhecimento bibliográfico sobre o tema e podendo ser realizada uma interação com as práticas de estratégias de melhoria da eficiência e eficácia das organizações percebeu-se o quanto é importante estar sempre buscando novos métodos e conceitos para se aplicar dentro de uma empresa, para quebrar um clima rotineiro dentro de uma organização e leva-las rumo à inovação e aperfeiçoamento de suas atividades trazendo resultados.

REFERÊNCIAS

AKI, Augusto. **Negócio com Flores**. Disponível em: <<http://www.negocioscomflores.com.br/artigos-gratis/formato-pool-como-alavanca-empresarial-para-lojas/>>. Acesso em: 08 de Set de 2017.

BARDINE, Renan. **Cola da Web**. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/administracao/benchmarking>>. Acesso em: 12 de Set de 2017.

BERNARDES, S.; MOREIRA, M. **O que é o benchmarking?** Vol. I. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157483/001020183.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 set de 2017.

BERNARDES, V. M. M; **Benchmarking como ferramenta de gestão para a indústria de calçado**. Universidade Portucalense, 2014.

CANDELORO, Raúl. **Portal dos Empreendedores**. Disponível em: <<https://portaldosempreendedores.com.br/para-que-serve-o-benchmarking/>>. Acesso em: 08 de Set de 2017.

CARDIA, W. ; GRINGS, Z. **BENCHMARKIING**, Faculdade Metodista Granbery, 1996.
DUTRA, K. E.; CARVALHO, W. **Benchmarking: Um instrumento para o mundo moderno**. Faculdade Metodista Granbery, 2008.

DOLIVEIRAS, S. L. **Utilização do benchmarking na gestão estratégica das cooperativas agroindustriais paranaenses**. Universidade Estadual do Centro- Oeste UNICENTRO, 2010.

FARACO, E. **Benchmarking e pesquisa de mercado como ferramentas de identificação de viabilidade para a pequena hotelaria da região das hortênsias**. Universidade Caxias do Sul, 2006.

GALVÃO, A. A. S. **Benchmarking: Contribuição da ferramenta ao estratégico organizacional**. Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão RN - Facex, 2008.

HENRIQUE, C. **SA - Sobre Administração**. Disponível em: <<http://www.sobreadministracao.com/o-que-e-o-benchmarking/>>. Acesso em: 18 de Set de 2017.

LIN, T. Y. **A importância do benchmarking para as empresas numa economia competitiva**. Escola de Administração de Empresas de São Paulo Fundação Getúlio Vargas, 1999.

REDATOR, R. C. **Marketing de conteúdo**. Disponível em: <<https://marketingdeconteudo.com/benchmarking/>>. Acesso em: 08 de Set de 2017.

MOTTA, Ricardo. **FNQ - Fundação Nacional da Qualidade**. Disponível em: <<http://www.bunkerlocoes.com.br>>. Acesso em: 13 de Set de 2017.

RODRIGUEZ, C. M. T.; FOLLMANN, N.; **Benchmarking: uma perspectiva de avaliação de desempenho logístico.** Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2006.

RUAS, W. J.; **BENCHMARKING E INOVAÇÃO: a utilização do benchmarking como instrumento de estímulo à inovação na Diretoria de Operação Metropolitana da COPASA.** Universidade Federal de Minas Gerais Escola de Ciência da Informação, 2012.

SANTOS, L. M.; **Uma ferramenta tecnológica para a gestão.** Universidade Castelo Branco, 2012.

SANTOS, A. S. **Benchmarking e sua aplicabilidade em unidades de informação: Uma abordagem reflexiva.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

SIQUEIRA, D. L. S.; **Benchmarking interno: uma gestão para a melhoria contínua do processo educacional.** Faculdade de Pantanal – FAPAN, 2010.

SORIO, Washington. **Administradores.** Disponível em:
<<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/o-que-e-benchmarking/10083/>>.
Acessado em: 14 de Set de 2017.

WAQUED, C. A.; **Benchmarking como base para a melhoria contínua de processos e sua aplicabilidade em representantes regionais.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

FAUNA MARANHENSE: UMA EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BALSAS – MARANHÃO

Sarah Schulien Spindler¹, Bolsista PIC, Acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Faculdade de Balsas – UNIBALSAS, sarahschulien36@gmail.com

Diego Carvalho Viana², Docente do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, diego_carvalho_@hotmail.com

Georgianna Silva dos Santos³, Mestre em Ensino em Biociências e Saúde, Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, georgiannas@gmail.com

Jociel Ferreira Costa⁴, Docente do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Faculdade de Balsas – UNIBALSAS, jocielfcosta@gmail.com

Resumo: Uma das maiores preocupações atuais no Ensino de Ciências é torná-lo significativo aos alunos objetivando melhorar as condições da formação do espírito científico dos mesmos em vista das circunstâncias histórico-culturais da sociedade, conduzindo a uma prática educativa que permita-o desde cedo, uma consciência da importância dos elementos que compõe o Meio Ambiente, entendendo o papel dos animais dentro de seus ecossistemas. Todavia para aja uma tomada de comportamento de conservação o componente faunístico deve ser conhecido para que medidas adequadas sejam tomadas. Dessa forma, foi proposta uma abordagem interdisciplinar com Língua Portuguesa, Educação Ambiental e Zoologia, com enfoque na fauna maranhense, com alunos do Ensino Fundamental I de uma escola pública do município de Balsas. Através de uma sequência didática, trabalhamos a temática com encontros ao longo de quatro meses. Os resultados revelaram 132 desenhos realizados pelos alunos abordando uma variedade significativa da fauna maranhense. Assim, podemos constatar que desenvolver a alfabetização científica em um contexto interdisciplinar despertou o interesse dos alunos pelo conteúdo proposto reforçando a ideia de se sentirem parte integrante do meio em que vive.

Palavras chaves: Ensino de Ciências, Desenhos, Fanzines

Abstract: One of the biggest preoccupations in the science teaching is about become it significant to the students, improving training formation conditions in the scientific spirit in view the historical-cultural circumstances of society, leading to an educational practice that allow them in an early age a conscience about the importance of the elements that make all the Environment, understanding the animal functions on ecosystems. However, in order for conservation behavior, the faunal component must be known for the appropriate measures. Thus, an interdisciplinary approach was proposed with Portuguese Language, Environmental Education and Zoology, focusing on the Maranhão' fauna, with Elementary School students from a public school in Balsas city. Through a didactic sequence, we worked on the theme with meetings during four months. The results shows 132 drawings made by students showing a significant variety of Maranhão' fauna. So, we can see that developing scientific literacy on an interdisciplinary context stimulate the students' interest in the proposed content, reinforcing the idea of being an integral part of the environment where they live.

Key words: Teaching Science, Drawings, Fanzines.

1. INTRODUÇÃO

Toda criança gosta de conviver com um animal, seja em casa, nos momentos de lazer, na observação, no tocá-los, no cuidar ou até mesmo nas brincadeiras entre os colegas, despertando a curiosidade ligada ao seu cotidiano (HARLAN et al, 2002). Trabalhar essa temática pode ser algo extremamente valioso. As autoras Cunha e Kapisch (2015) defendem

os ensinamentos propostos por Paulo Freire que tomou como ponto de partida a realidade local, vocábulos regionais e a cultura local, para assim fazer uma conexão com o nível de consciência da população a ser alfabetizada. Assim as autoras defendem a importância de se trabalhar o regionalismo estudando e ensinando de onde vieram à própria cultura, problemas cotidianos para que os alunos despertem uma autocrítica para ajudar a resolvê-los de forma espontânea.

A fauna silvestre é vítima do preconceito gerado pelo desconhecimento e credices populares que devem ser revistas e/ou abolidas. O ser humano só aprende a cuidar daquilo que conhece, e partindo desse princípio que o presente trabalho propõe uma experiência com a fauna maranhense visando a alfabetização científica em uma classe do ensino fundamental. Proporcionando as crianças a oportunidade de conhecerem melhor a fauna presente em seu estado buscando despertar a consciência ambiental, fazendo com que o aluno sintam-se parte integrante do meio em que vive.

A educação ambiental aliada ao ensino de ciências busca despertar a consciência das relações entre todos os seres vivos, colocando o homem como elemento entre os demais. Quanto antes se inicia o diálogo com as crianças maiores as probabilidades de obtenção de resultados positivos no processo de reconquista de relações harmoniosas entre humanos e meio ambiente. Entender que as alterações provocadas pelo ser humano no meio ambiente trazem efeitos negativos a médio e longo prazo para todos. Estimulando a proteção e conservação da natureza entendendo sua importância na preservação, ou seja, enxergando-se como parte do processo de preservação.

Neste contexto, tivemos o objetivo de analisar as concepções que os alunos possuem sobre a fauna maranhense e a partir dessas análises, desenvolver atividades de ensino - livros, fanzines - sobre o tema a partir das concepções dos alunos.

Outro aspecto que justifica o estudo dos animais no ambiente escolar é o fato de que, frequentemente, as crianças misturam ideias ficcionais de faz-de-conta, desenhos animados, histórias infantis e crenças populares, que tratam os animais de forma humanizada e distante da realidade, com informações adquiridas por meio da mídia ou de outras fontes de divulgação científica (DOMINGUEZ, 2001).

2. ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA

O termo Alfabetização Científica (AC) pode ser defendido como um componente básico para a educação cidadã responsável pelo desenvolvimento do indivíduo com questões decisivas para o desenvolvimento da sociedade (FOUREZ, 2003).

Hoje a AC tornou-se um elemento essencial na formação de cidadãos comprometidos, críticos e participativos do processo sociopolítico de seus países. Todavia para que essa ocorra, devem-se repensar, as formas de ensinar Ciência, que muitas vezes, ainda se limitam à mera transmissão de conhecimentos, impossibilitando a formação de cidadãos críticos e

conscientes dos problemas ambientais sem ao menos prepará-los para enfrentar e assumir decisões na escolha entre as mais diversas alternativas propostas para minimizá-los (ALMEIDA e TERÁN, 2013).

Apesar de alguns avanços na formação de professores no país o trabalho interdisciplinar no que se refere ao Ensino de Ciências com o processo de alfabetização, ou seja, do aprendizado da leitura e escrita da Língua Portuguesa, ainda representa para muitos docentes um problema, sobretudo em termos do conteúdo a ser ensinado e o modo como este deve ser ensinado (BRANDI e GURGEL, 2002).

Repensar o currículo e as estratégias de ensino são fundamentais, algo que há duas décadas foi aconselhado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Ciências Naturais.

Desde o início do processo de escolarização e alfabetização, os temas de natureza científica e técnica, por sua presença variada, podem ser de grande ajuda, por permitirem diferentes formas de expressão. Não se trata somente de ensinar a ler e escrever para que os alunos possam aprender Ciências, mas também de fazer usos das Ciências para que os alunos possam aprender a ler e a escrever (BRASIL, 1997, p.62).

A Alfabetização Científica quando trabalhada desde as séries iniciais do Ensino Fundamental pode possibilitar um desenvolvimento maior da criança com o mundo da Ciência. Para tanto a mesma deve propor elementos vinculados à realidade e à capacidade das crianças de modo a fazer leituras várias do mundo científico que a cerca a todo momento, tendo como objetivo a capacitação dos indivíduos a compreender assuntos que envolvam a Ciência. (ALMEIDA e TERÁN, 2013).

3. A IMPORTÂNCIA E ABORDAGEM DO CONTEÚDO FAUNA

O conteúdo que trata as informações sobre a fauna também designado como Zoologia, em geral muito rico em exemplos de transposições dos conteúdos científicos e biológicos para outras formas mais simples de assimilação na construção do conhecimento, usando para tais transformações: fotos, esquemas, modelos, desenhos, analogias e metáforas, que são de vital importância para promover a compreensão dos conteúdos no livro didático (SANTOS, TERÁN e SILVA-FORSBERG 2011).

Ainda persiste no ambiente escolar uma abordagem equivocada acerca da fauna pautada na classificação dos animais como úteis ou nocivos de acordo com os interesses humanos, sem considerar a sua devida importância para a natureza (OLIVEIRA, 2014). Essa forma de abordagem limita a compreensão da biodiversidade e da importância de conservação o Meio Ambiente, distanciando o aluno dos problemas ambientais que ocorrem no local onde vivem.

O mesmo autor defende que os conteúdos de Zoologia devem ser abordados de forma dinâmica e contextualizados por meio de práticas pedagógicas que permitam aos estudantes a

percepção dos problemas locais e universais, agindo sobre eles de maneira eficaz, realizando análises e inferências com bagagem conceitual que os permita agir de modo correto ao estabelecer nexos entre o conhecimento escolar e as situações cotidianas.

A fauna maranhense apresenta uma grande biodiversidade, como se verifica na literatura que cita os animais tratados nos trabalhos (BARROS, FRAGA e BIRINDELLI, 2011; BARRETO, RIBEIRO e NASCIMENTO, 2011; COSTA et al., 2012; OLÍMPIO, et al., 2016).

4. CAMINHO METODOLÓGICO

4.1. Local e sujeitos da pesquisa

A pesquisa trata-se de um projeto de iniciação científico intitulado “Atividades Lúdicas no Ensino de Ciências: Conhecendo a fauna maranhense” desenvolvido no segundo semestre de 2017 na Escola Municipal Joaquim Coelho e Silva localizada na periferia urbana do município de Balsas - Maranhão. Participaram do projeto alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com faixa etária de oito a dez anos de idade.

4.2. Caminhos da pesquisa

Com os alunos dessa classe, optou-se por uma sequência didática a partir do tema “Fauna Maranhense”, por entender que se trata de uma temática de interesse dos alunos, que possibilita contemplar as inter-relações entre ciência e sociedade, por abrir ampla possibilidade para a abordagem interdisciplinar e contextualizada, além de favorecer o desenvolvimento de capacidades e atitudes necessárias ao exercício da cidadania e preservação ambiental.

O trabalho pedagógico foi organizado em dezesseis encontros, com duração de 50 minutos/aula cada um de forma semanal, realizado ao longo de quatro meses. Os dados coletados durante todo o desenvolvimento da sequência didática foram adaptados do trabalho de Viecheneski e Carletto (2013).

4.2.1. Animais escolhidos

No presente projeto 12 animais foram trabalhados, *Kinosternon scorpioides* “jurará”; *Bradypus variegatus* “preguiça”; *Dasyus novemcinctus* “tatu asa-branca”; *Euphractus sexcinctus* “tatu peba”; *Dasyprocta prymnolopha* “cutia”; *Didelphis marsupialis* “mucura”; *Cuniculus paca* “paca”; *Mazama nemorivaga* “veado foboca”; *Leopardus wiedii* “gato maracajá”; *Cebus kaapori* “macaco caiarara”; *Tamandua tetradactyla* “mandira” e *Puma concolor* “suçuarana”. Os critérios de escolha foram a popularidade, os que sofrem com ação de caça e que está criticamente em perigo (CR) segundo classificação do Instituto Chico Mendes (ICMBio) como o macaco cairara, *C. kaapori* (FIALHO, 2015).

4.2.2. Aulas de apresentações dos animais escolhidos

No primeiro momento houve uma conversa informal sobre o que era Meio Ambiente, quais eram os animais e seus componentes. Em seguida a apresentação do projeto e logo após foi realizada a 1º oficina de desenhos, para um diagnóstico do conhecimento subjetivo de cada aluno, sobre os animais e a percepção ambiental.

Foram utilizados artigos científicos sobre de cada animal escolhido. Os mesmos abordavam dados taxonômicos, distribuição geográfica, habitat, ecologia, ameaças, usos e áreas de proteção onde eles ocorrem. Os animais foram divididos em grupos de quatro espécies e apresentados mensalmente, um por semana. No primeiro mês foram escolhidos o quelônio: jurará (*K. scorpioides*); e os mamíferos: preguiça comum (*B. variegatus*); tatu galinha (*D. novemcintus*) e tatu peba (*E. sexcinctus*).

Já no segundo mês foram as seguintes espécies: a cutia (*Dasyprocta prymnolopha*), a mucura (*D. marsupialis*), a paca (*C. paca*) e o veado fuboca (*M. nemorivaga*). Seguindo com o grupo final, o gato maracajá (*L. wiedii*), o cairara (*C. kaapori*), mambira (*T. tetradactyla*) e a suçuarana (*Puma concolor*). Aulas foram conduzidas com auxílio de fichas elaboradas com as imagens dos animais retiradas da internet e apresentadas aos alunos. Durante as explicações foram abordadas as características morfológicas, comportamentais, alimentares, distribuição geográfica, conforme os artigos analisados, e algumas curiosidades decorrentes de conhecimentos populares.

Durante as mesmas sempre se enfatizou que os alunos observassem atentamente as características dos animais apresentados, que poderiam fazer qualquer pergunta referente aos animais durante as explicações e posteriormente a realização atividades de letramento.

4.2.3. Oficinas de desenhos

Após os momentos de explicações os alunos eram conduzidos a produzir desenhos a fim de verificar o que havia sido compreendido, durante as oficinas utilizou-se papel A4 cor branca, lápis de cor e caneta hidrocor de várias cores. Esses recursos foram utilizados para estimular a criatividade dos alunos. Em posse dos desenhos a análise foi realizada de forma quantitativa e qualitativa (concretos e abstratos), fazendo uma articulação entre significados semelhantes por meio de categorização. As categorias de análises utilizadas foram adaptadas de Pedrine et. al (2014).

4.2.4. Oficina de fanzines

Com o intuito de atrelar a produção textual à temática abordada, fanzines foram confeccionados em uma folha de papel A4 cor branca dobrada ao meio e o meio dobrado mais uma vez. Nos fanzines os alunos tiveram a oportunidade de serem “escritores” onde puderam escrever, desenhar e pintar o animal ou os animais que mais gostou, apresentando suas características mostrando o aprendeu através das atividades anteriormente desenvolvidas.

5. RESULTADOS

Ao longo da execução do projeto 132 desenhos foram feitos pelos alunos durante as Oficinas. Os desenhos foram analisados e classificados em duas categorias concretos e abstratos. Destes 99% dos desenhos foram classificados com concretos.

Além das categorias adotadas utilizaram-se outras subcategorias como animais invertebrados e vertebrados. Sendo que 14% representaram animais invertebrados e universo 79% foram borboletas, outros animais também foram reportados como a aranha, o escorpião e abelhas.

Os animais vertebrados corresponderam a 86% desenhos e foram listados na tabela 1 abaixo. É válido ressaltar que parte dos desenhos estava dentro de uma composição com outros elementos da natureza como sol, nuvens, rios e árvores. . .

Tabela 1. Animais vertebrados presentes nos desenhos realizados na primeira oficina.

Animal	Número de presença por decrescente
Peixes	17
Tartarugas	15
Cobras	10
Coelhos	4
Cavalos	4
Leão	3
Gato	2
Girafa	2
Tigre	2
Vaca	2
Cabra	1
Elefante	1

Em relação à confecção dos fanzines todos os alunos alcançaram êxito, cada um com sua particularidade haja vista que alguns ainda apresentam dificuldade na escrita, aqueles que não conseguiram escrever se utilizaram somente de desenhos sendo possível identificar os desenhos referentes aos animais estudados. Apenas cinco fanzines apresentaram uma narrativa, condizente com a atividade sugerida, no qual se pedia que escolhessem, dentre os animais apresentados, os que mais gostassem e escrevessem uma história.

Dos trinta e três fanzines restantes observam-se claramente duas particularidades; quatorze fanzines apresenta somente o nome do aluno com desenhos, sem qualquer descrição

acerca dos animais ou qualquer outro elemento. Os outros dezenove continham além do nome do aluno, os nomes dos animais desenhados. Observou-se o interesse das crianças em desenhar os animais com suas características típicas.

6. DISCUSSÃO

A utilização de desenhos em pesquisas com alunos em séries iniciais é muito importante pois expressam seus pensamentos, sua imaginação e seus conhecimentos, (FERREIRA, 2001; GARRIDO e MEIRELLES, 2014), além de indicar crianças com dificuldades de aprendizagem (COX, 2007).

Após a primeira oficina de desenhos constatou-se o distanciamento dos alunos acerca da fauna local onde se verificou exemplos de animais africanos e asiático como elefante, leão (Figura 01), zebra, girafa e tigre (Figura 02), por exemplo, algo que não expressa a realidade local dos alunos. Essa situação também foi verificada em uma pesquisa de percepção ambiental com alunos do 6º e 7º ano do ensino fundamental no município de Chapadinha, Maranhão (CANTANHEDE, et al., 2016).



Figura 01. Desenhos do elefante e do leão.



Figura 02. Desenho do tigre.

Segundo Pedrine et. al (2014), esse comportamento se dá em razão da influência da mídia e dos recursos didáticos utilizados principalmente os livros didáticos. Essa situação evidencia a necessidade de conteúdos de cunho regional e local nos currículos escolares, algo que foi corroborado no trabalho.

Entre os animais invertebrados as borboletas (Figura 03) foram o grupo mais reportado, esse fascínio é comum entre alunos dessa etapa escolar e é justificado por esses animais voarem, pelo encanto das cores e a beleza gerada (PEDRINE, 2010). Também foi verificada a presença de animais tidos como peçonhentos, exemplos, a aranha e o escorpião onde algumas características foram bem enfatizadas como os quatro pares de patas na aranha e o ferrão do escorpião (COLOMBO e ALENCAR, 2017). Sendo que essa forma de pensar seja fortemente influenciada pela escola, educação familiar e social.

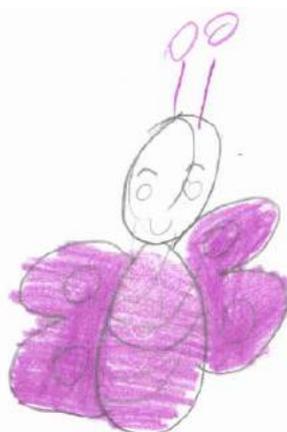


Figura 03. Desenho de borboleta.

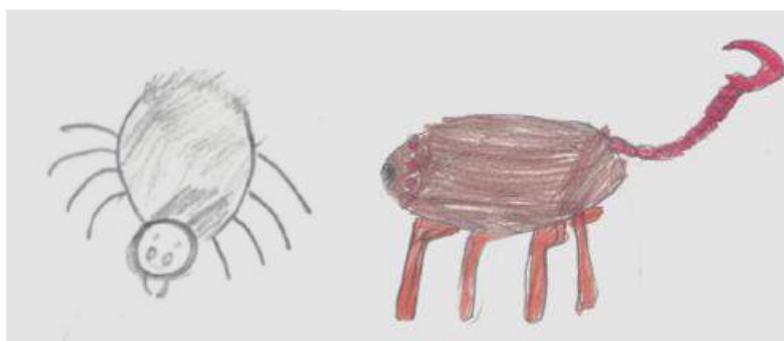


Figura 04. Desenhos de aracnídeos.

Entre os alunos um apresentava necessidades especiais e conseqüentemente dificuldades de aprendizagem. O que foi evidenciado por seus desenhos que apresentam traços diferentes (Figura 05) dos demais alunos com sua mesma faixa etária tal particularidade não diminui seu interesse a temática trabalhada, participando sempre das atividades com muito entusiasmo.

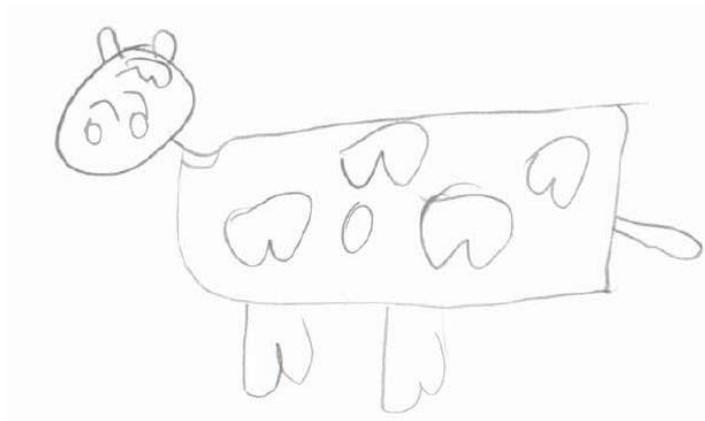


Figura 05. Desenho de aluno com dez anos de idade que apresenta dificuldade de aprendizagem.

Nos desenhos realizados pelos alunos foi possível verificar a criatividade dos mesmos, uns demonstram as características diagnósticas das espécies como abaixo no gato maracajá (*L. wiedii*) enfatizando sua coloração amarelo-acinzentado com pintas negras (Figura 06) algo que ratifica a clareza das informações dadas e recurso didático utilizado.



Figura 06. Desenho de um gato maracajá.

Durante as explicações houve também momentos de compartilhamento de conhecimentos entre a equipe executora com os alunos, ao mostrar o “mambira” (*T. tetradactyla*) os mesmos nos corrigiram e nos disseram ser o “lapau” ou “lapixo”. Nesse momento nos reportamos a Freire (2011), ao dizer que ao escutá-lo, aprendo a falar com ele. É válido ressaltar que em várias consultas a dicionários da Língua Portuguesa essas expressões não foram encontradas, tratando-se de um regionalismo muito próprio do sul do Maranhão.

Nas séries iniciais uma das maiores preocupações dos professores é o ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa (NIGRO, 2012). Todavia o mesmo autor defende que dentro do Ensino de Ciências Naturais pode-se trabalhar a escrita e a leitura. Nessa perspectiva foi possível discutir a temática e atrelar atividades de letramento e escrita.

Percebeu-se a dificuldade de parte dos alunos, em reconhecer letras e consequentemente palavras, durante as atividades era sugerido as crianças que escrevessem os nomes dos animais, com a intenção de tornar a escrita um ato prazeroso aliada ao fato de estar colorindo e consequentemente fazendo associações entre letras, desenhos, cores e os animais estudados. Como sugeri Lerner (2007) ao dizer que a escola deve fomentar a produção de textos com as ideias dos alunos. Os alunos ao longo das atividades foram aumentando o

número de palavras onde conseguiram escrever pequenos textos sobre o animal preferido (Figura 07).



Figura 07. Desenho e produção textual de uma aluna de nove anos de idade.

A criação de histórias deve ser considerada como uma importante ferramenta de aprendizagem na compreensão de temas científicos quando o público em questão são crianças de sete a onze anos de idade, devido a possibilidade de inserir conceitos científicos as suas experiências pessoais (HEWLLET, 2000). Nessa faixa etária é possível observar os relatos, os desenhos e as histórias criadas a partir dos elementos naturais a sua volta, elas começam a formular uma compreensão da natureza (TRIVELATO e SILVA, 2001). No nosso contexto os fanzines puderam ser utilizados como um recurso didático que alcançasse esse objetivo.

Algumas experiências educativas já se utilizaram dos fanzines em diferentes perspectivas educacionais (CAMPOS, 2009; REVOREDO e ROQUE, 2009; FRANCO, 2014; RAMOS, 2015). É válido ressaltar o potencial desse recurso didático na Educação Infantil e do envolvimento dos alunos durante toda a construção na oficina.

A fauna de um local está intimamente ligada a sua cultura através de contos, lendas e canções, nesse sentido o Estado do Maranhão apresenta uma fauna riquíssima, que infelizmente não é abordada no contexto escolar na etapa escolar. Essa situação também foi verificada em escolas do ensino fundamental no Estado do Amazonas (SEIFFERT-SANTOS e FACHÍN-TERÁN, 2009). Segundo Seiffert-Santos e Fachín-Terán (2011) uma série de fatores contribui para essa prática desarticulada com a realidade local entre alguns fatores estão o livro didático como único recurso e deficiência na formação inicial dos professores.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização científica não é uma missão de fácil realização pois a mesma se esbarra em várias situações problemáticas ocorrentes na Educação Básica. Todavia foi possível realizar uma construção de saberes durante esse período, onde os alunos partiram de desenhos baseados na fauna africana e chegamos a construção de histórias e narrativas com animais da fauna maranhense.

A escolha de uma temática próxima ao universo dos alunos gerou um interesse pelo conteúdo proposto reforçando a ideia de sentir-se parte integrante do meio em que vive. Nessa perspectiva é o que se busca com a Alfabetização Científica conhecimento científico possa contribuir para tornar o aluno um sujeito questionador e crítico, de modo que tenha a consciência de usar suas informações científicas de forma racional e equilibrada. E dessa forma compreender e descobrir o mundo que o cerca e quer se relacionar como esse processo de transformação de modo ativo e participativo.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, E. S. A.; FACHÍN-TERÁN, A. A alfabetização científica na Educação Infantil: possibilidades de integração. **Lat. Am. J. Sci. Educ**, v. 2, p. 12032, 2015.

BRANDI, Arlete Terezinha Esteves; GURGEL, Célia Margutti do Amaral. A alfabetização científica e o processo de ler e escrever em séries iniciais: emergências de um estudo de investigação-ação. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 8, n. 1, p. 113-125, 2002.

SILVA, Regilane Lima da. ANÁLISE DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL, POR MEIO DE DESENHOS, DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NUMA ESCOLA DA ZONA RURAL, CHAPADINHA-MA. 2017.

COSTA, J.F. Meu pé de ipê. Relatório de Projeto de Extensão. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão: Campus Coelho Neto, 2015.

COSTA, J. F. et al. Pequenos mamíferos não voadores de ocorrência na Área de Proteção Ambiental do Inhamum. **Biodiversidade na Área de Proteção Ambiental do Inhamum (BARROS, MC ed.)**. Caxias/MA, Brasil: UEMA Editora, p. 85-106, 2012.

COX, Maureen. Desenho da criança. Tradução: Evandro Ferreira. 3º edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CUNHA, A. A. e KAPISCH, E. C. Métodos de ensino na alfabetização infantil. *Revista Saberes*. V. 3, n. 2, p. 28-38, 2015.

CRUZ, C.; RIBEIRO, U. Metodologia Científica: Teoria e Prática. 2 ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

DOMINGUEZ, Celi Rodrigues Chaves. **Rodas de ciências na Educação Infantil: um aprendizado lúdico e prazeroso**. 2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

FIALHO, M.S.; Moura, E.F.; Ravetta, A.L.; Laroque, P.O.; Queiroz, H.L. 2015. **Avaliação do Risco de Extinção de Cebus kaapori (Queiroz, 1992) no Brasil. Processo de avaliação do risco de extinção da fauna brasileira**. ICMBio. <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/lista-de-especies/7259-mamiferos-cebus-kaapori-cairara.html>

FOUREZ, G. **Crise no ensino de ciências? Investigações em Ensino de Ciências – V8(2)**, pp. 109-123, 2003.

GRANERO, VIC VIEIRA. **Como usar o teatro na sala de aula**. Editora Contexto, p-121. 2011.

HARLAN, J. D. **Ciências na educação infantil: Uma Abordagem Integrada**. ArtMed, p-352. 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

NACIONAIS, Parâmetros Curriculares. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF**, 1998.

SEVERINO, A. J. S. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>>. Acesso em: 17 de outubro de 2017.

LORENZETI, L.; Delizoicov, D. (2001). **Alfabetização científica no contexto das séries iniciais**. Ensaio - Pesquisa em Educação em Ciências, v. 3, n. 1, jun. Disponível em: Acesso em 10 ago. 2012.

OLIVEIRA, I. S. **Ensinando e Aprendendo Zoologia: análise de uma prática pedagógica baseada na solução de problemas**. 2014. 170 f. 2014. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores)–Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié.

SANTOS, Saulo César Seiffert; TERÁN, Augusto Fachín; SILVA-FORSBERG, Maria Clara. Analogias em livros didáticos de biologia no ensino de zoologia. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 15, n. 3, p. 591-603, 2016.

VIECHENESKI, Juliana Pinto; LORENZETTI, Leonir; CARLETTO, Marcia Regina. Desafios e práticas para o ensino de ciências e alfabetização científica nos anos iniciais do ensino fundamental. **Atos de pesquisa em Educação**, v. 7, n. 3, p. 853-876, 2012.

SANTOS, Saulo; TERÁN, Augusto. Condições de ensino em Zoologia no nível fundamental: o caso das escolas municipais de Manaus-AM. **Revista Areté| Revista Amazônica de Ensino de Ciências**, v. 6, n. 10, p. 01-18, 2017.

DOS SANTOS GARRIDO, Luciana; MOREIRA SILVA DE MEIRELLES, Rosane. Percepção sobre meio ambiente por alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental: considerações à luz de Marx e de Paulo Freire. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 20, n. 3, 2014.

BARRETO, L. et al. Caracterização da herpetofauna em áreas da Amazônia do Maranhão. **Amazônia Maranhense, diversidade e conservação. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém**, p. 204-217, 2011.

BARROS, M. C.; FRAGA, E. C.; BIRINDELLI, J. L. O. Fishes from the Itapecuru River basin, state of Maranhão, northeast Brazil. **Brazilian Journal of Biology**, v. 71, n. 2, p. 375-380, 2011.

ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE PREÇOS DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM BALSAS-MA

Marcos Daniel Carvalho de Sousa
Discente de Sistemas de Informação
Unibalsas Faculdade de Balsas
marcosdcs321@gmail.com

Jefferson Carvalho Barros
Mestre em Administração Pública
Unibalsas Faculdade de Balsas
jeffersonladm@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar aspectos da formação de preços de combustíveis praticados pelos postos em Balsas-MA, para tanto buscou-se através de pesquisa de campo e de cunho qualitativo informações que explicassem o motivo pelo qual a gasolina de Balsas-MA é a segunda mais cara do Nordeste. Os combustíveis são umas das variáveis mais importantes no controle da inflação e políticas públicas lançadas de 2011 e estendidas até 2014 onde congelaram os preços acabaram por desequilibrar este mercado fazendo com que fosse necessário aumentar bruscamente esses preços. Todos esses cenários são importantes fatores, porém nenhum deles explica a disparidade da prática dos preços de combustíveis em Balsas-MA, certamente o custos com logística e distribuição ou impostos não são determinantes para essa prática. Constatou-se que até outubro os postos de combustíveis de Balsas-MA estavam praticando preços abusivos até outubro 2017, quando aconteceu o aumento em novembro os postos não puderam repassar aos consumidores de forma sistemática. Para Balsas espera-se aumento lento dos preços dos combustíveis o que acarretará maior inflação e prejuízo aos consumidores.

Palavras-chave: Combustíveis. Gasolina. Preços.

Abstract: The purpose of this article is to present the fuel price formation practiced by the Balsas-MA stations. It was sought through field research and qualitative knowledge to explain why a Balsas-MA gasoline is a second most expensive in the Northeast. Fuels are one of the most important variables without inflation control and public policies launched from 2011 and extended until 2014 where they froze prices ended up unbalancing this market making it necessary to increase these prices sharply. All these scenarios are important, but they are not explained to fuel prices in Balsas-MA, certainly the costs of logistics and distribution or taxes are not decisive for this practice. It was found that up to October the Balsas-MA fuel stations that operate at abusive prices until October 2017, when the increase occurred in November, the stations were not able to pass on to consumers in a systematic way. For Balsas, it is expected to increase fuel prices slowly, which will lead to higher inflation and injury to consumers.

INTRODUÇÃO

Os combustíveis são produtos essenciais para a vida moderna. A manutenção dos preços da gasolina, etanol e diesel são importantes não apenas para seus consumidores diretos, aqueles que possuem veículos automotores, mas também para os indiretos pois praticamente tudo o que se consome no dia a dia foi transportado pelos veículos de modais rodoviários e demandam combustíveis fósseis para seu funcionamento.

No ano de 2011 o governo da então presidente Dilma Rouseff lançou uma política de controle da inflação a qual represava os preços da gasolina impedindo que eles se elevassem gerando aumento generalizado dos preços de outros produtos. Essa política se estendeu até

2014 gerando aos produtores de combustíveis um prejuízo de cerca de R\$ 40 bilhões. Neste sentido, a defasagem do preço da gasolina nas refinarias foi de até 17%, gerando valores atualizados de R\$ 0,23 a R\$ 0,31 por litro de etanol. O preço do etanol anidro está intimamente ligado ao da gasolina, uma vez que, no Brasil a gasolina comum utiliza uma mistura de 27% de etanol em sua composição.

Em janeiro de 2002 o setor de combustíveis passou a operar sob livre mercado, sendo que os preços da refinaria deixaram de ser regulados e permitiu-se a importação de derivados de petróleo por empresas privadas. Nesse sentido, tornam-se relevantes discussões que procurem detectar quais os possíveis impactos dessas mudanças sobre os preços e o abastecimento de combustíveis visto a influência que estes preços exercem sobre o mercado e sociedade.

Os combustíveis são produtos que afetam significativamente a formação de preço de outros produtos, influenciando no aumento da inflação e no custo de vida do consumidor final. Em Balsas-MA os combustíveis comercializados nos postos são até 25% mais caros do que os que são comercializados em outras localidades no estado do Maranhão. O objetivo deste estudo é identificar os fatores que elevam os preços dos combustíveis em Balsas-MA e propor melhorias para os postos de combustíveis afim de reduzir a inflação local e o custo de vida dos consumidores.

Diante deste cenário regional de disparidade dos preços de combustíveis comercializados em Balsas, surge a necessidade de realizar uma pesquisa de caráter investigativo a fim de esclarecer o motivo pelo qual existe essa grande diferença de preços, assim levantou-se algumas hipóteses as quais foram levadas em consideração durante o presente a execução do presente projeto de pesquisa. Questionou-se se seriam os impostos os principais responsáveis por essas disparidades ou se seriam custos com transporte e logística ou ainda se seriam elevados custos administrativos dos postos de venda de combustíveis.

METODOLOGIA

De acordo com a classificação de pesquisa proposta por Vergara (2009), quanto aos fins e quanto aos meios, temos:

- a) Quanto aos fins, a pesquisa é exploratória com a coleta de dados nas empresas selecionadas;
- b) Quanto aos meios; a pesquisa é bibliográfica e de campo. Bibliográfica em função do estudo sistematizado com base em livros, revistas, artigos e pela internet. E de campo, pela realização do questionário nas empresas selecionadas.

1. Universo e amostra

O universo analisado foi de 28 postos de combustíveis com sede em Balsas-MA. Deste universo 100% das organizações foram questionadas. Além destes foram analisados 67 postos

de combustíveis nas cidades de Açailândia, Caxias, Imperatriz, Presidente Dutra e São Luís todas cidades do estado do Maranhão.

Coleta e análise de dados

Os dados da pesquisa proposta foram coletados por meio de questionários semiestruturados e entrevistas feitas aos gerentes e proprietários.

Os dados foram tabulados e dispostos texto explicados de forma a fornecer informações para tomada de decisão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Aspectos históricos do comércio de combustíveis no Brasil

Conforme comenta Maistro (2003) durante os anos de 1938 a 1990, as diretrizes da política de preços dos derivados de petróleo comercializados no mercado interno foram: tabelamento dos preços em função dos interesses da economia nacional; garantia de êxito para a indústria nacional do refino de petróleo e a prática, quando possível, de preços uniformes em todo o país.

Emilson (2008) comenta que a estrutura do mercado de combustíveis no Brasil foi marcada por excessiva intervenção governamental até a década de 1990. Assim iniciou-se o processo de desregulamentação, até a total abertura do mercado que ocorreu em 1º de janeiro de 2002. O estabelecimento de um ambiente concorrencial no setor de derivados de petróleo tem por objetivo a proteção aos interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos e a promoção da livre concorrência, de acordo com a Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigo 1º, incisos III e IX.

De acordo com Nunes (2014) mercado de combustíveis no Brasil passou por radicais transformações nos últimos anos, culminando com a flexibilização do monopólio do petróleo pela Emenda Constitucional no 9, de 1995. Esta flexibilização começou a ser regulamentada pela Lei no 9.478, de 06/08/1997, que liberou a entrada de empresas em qualquer segmento do setor - exploração, produção, refino, comercialização, transporte, importação/exportação - e antecipou a criação do órgão regulador, a Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Barros (2002) afirma que a estrutura de preços dos derivados de petróleo vinha se mostrando bastante complexa devido à maneira como o governo conduzia a formação do preço dos combustíveis nacionais, ou seja, mantendo em alguns níveis de mercado os preços sob regulamentação e em outros, liberados. Os preços praticados nas refinarias (isto é, pagos pelas distribuidoras) eram regulados ajustados sob decretos. Já os preços de venda das distribuidoras e de revenda dos postos eram liberados, inclusive do óleo diesel (último preço a ser liberado). O álcool hidratado e o álcool anidro, também utilizados como combustível, tiveram seus preços liberados durante a década de 90.

Estrutura do mercado de combustíveis no Maranhão

Segundo Riddle (2003) o mercado brasileiro tinha sua indústria de combustíveis caracterizada por contratos exclusivos entre distribuidoras e revendedoras, ou seja, cada revendedora obrigatoriamente estabelecia um contrato de exclusividade com uma distribuidora e apenas adquiria combustível dessa distribuidora. A mudança dessa estrutura foi, sem dúvida, um fator importante para o estabelecimento de uma nova dinâmica de formação de preços, governada por forças de mercado.

A seguir Emilson (2008) em sua apresentação acerca da formulação da atual estrutura de formação de preços de combustíveis, bem como a margem de comercialização na cadeia de suprimentos. Afirma que o preço da gasolina ao consumidor (preço-bomba) representado por “U” é a soma do preço pago ao distribuidor, da margem de revenda e do imposto. O preço que o revendedor paga ao distribuidor é a soma do preço que o distribuidor paga pelo produto e por outros custos incluindo frete, margem de distribuição e imposto.

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2017) A gasolina é o segundo combustível mais consumido no Brasil, vindo logo atrás do óleo diesel.

Combustíveis no Maranhão

A Lei Nº 223/16 que ajustou as alíquotas do Imposto sobre as Operações de Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes e Comunicação (ICMS) no estado do Maranhão. O ICMS é o imposto de maior influência sobre os preços de combustíveis. O projeto proposto pelo Governo do Estado visa um esforço para manter o seu orçamento ajustado ao cumprimento das obrigações constitucionais e a sua capacidade de investimento público em patamar adequado. Conforme o projeto de Lei, o ajuste na alíquota de combustíveis foi de apenas 1%, alcançando apenas a gasolina e álcool. O Óleo diesel e o óleo combustível não foram alcançados, a fim de não prejudicar a atividade econômica, pois são insumos utilizados no processo produtivo e no transporte de mercadorias. Com a alteração, as tributações do álcool e da gasolina no estado do MA se igualarão aos estados vizinhos como Ceará e Pará, passando de 25% para 26%, inferior à praticada em estados como MG e PB que tributam com 31% e o RJ que cobra 32%.

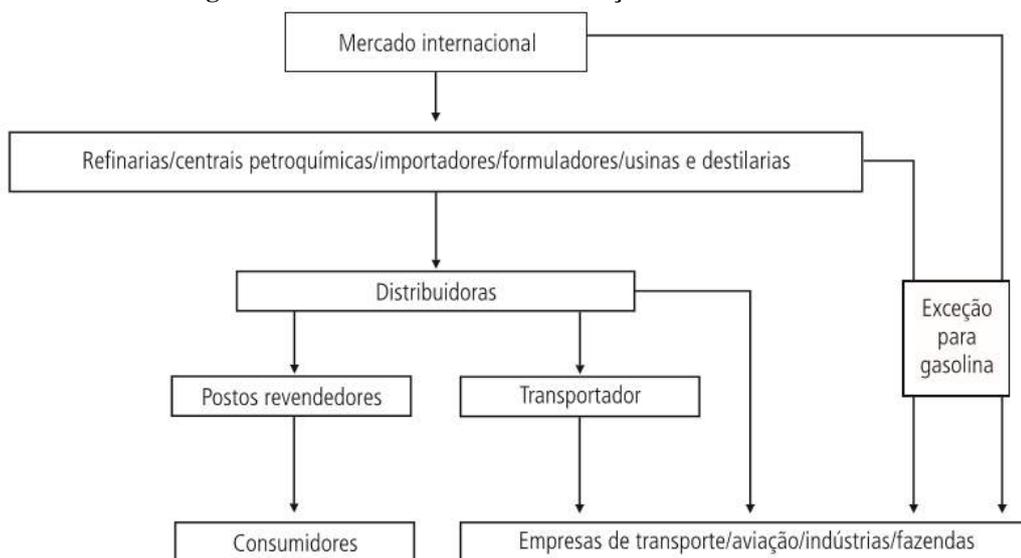
Formação de Preços

Silveira (2004) aborda que o preço é o único instrumento pelo qual o mercado pode ter melhor ajustamento entre oferta e demanda. Já Brown (2010) afirma que o preço é fator decisivo na escolha de um produto e para decisão de compra.

Emilson (2008) afirma que as distribuidoras podem adquirir combustível das refinarias, das centrais petroquímicas, dos importadores, dos formuladores e das usinas e destilarias, não podendo obtê-lo diretamente do mercado internacional. As distribuidoras, além de vender para os postos revendedores, podem vender para os transportadores ou diretamente para empresas de transporte, aviação, indústrias e fazendas. Os consumidores comuns só podem comprar combustível dos postos revendedores. Já as empresas de transporte, aviação, indústrias e fazendas podem adquirir combustível de transportadores e

distribuidoras, além de poder adquirir combustível, exceto gasolina, de refinarias, centrais petroquímicas, importadores, formuladores, usinas, destilarias e do mercado internacional. Ele descreve isso na figura 1.

Figura 1 – Estrutura de Comercialização de Combustíveis



Fonte: Emilson, 2008.

RESULTADOS

Este estudo se iniciou com uma pesquisa de preços dos combustíveis em Balsas-MA, foram pesquisados os preços da Gasolina tipo C ou Gasolina comum em 27 postos de combustíveis da cidade de Balsas-MA devidamente cadastrados na Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão Sefaz-MA.

Tabela 1 – Preços da Gasolina Comum Praticados nos Postos em Balsas-MA

POSTO	PREÇO EM AGOSTO 2017	PREÇO EM NOVEMBRO 2017
1	3,89	4,08
2	3,99	4,18
3	3,79	3,97
4	3,83	4,02
5	3,98	4,17
6	3,98	4,17
7	3,82	4,01
8	4,15	4,35
9	3,83	4,02
10	4,05	4,25
11	3,89	4,08
12	3,96	4,15
13	3,82	4,01
14	3,82	4,01
15	3,95	4,14
16	3,95	4,14
17	3,85	4,04
18	3,89	4,08
19	4,25	4,46
20	3,85	4,04
21	3,99	4,18
22	4,09	4,29
23	4,09	4,29
24	3,98	4,17
25	3,84	4,03
26	4,1	4,30
27	3,89	4,08

Fonte: Autores, 2017.

A tabela 1 utiliza de numeração para identificar os Postos de Combustíveis estudados a fim de preservar a identidade das empresas entrevistadas e pesquisadas. Ela mostra o comportamento dos preços da gasolina entre os meses de agosto de 2017 e novembro de 2017. O Governo Federal autorizou o aumento de PIS e Cofins em julho de 2017. Percebe-se que esses aumentos são efetuados lentamente, porém causam um impacto significativo na economia local. Esse aumento já se percebe nos preços de Agosto de 2017. Percebe-se que o preço da gasolina neste intervalo subiu cerca de 4% com justificativa evidente. O preço da distribuidora aumentou 10% entre outubro e novembro de 2017 conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Preço Praticado Pelas Distribuidoras Para os Postos de Combustíveis em Balsas.

Preço Distribuidora				
MÊS	PREÇO MÉDIO	DESVIO PADRÃO	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÁXIMO
SETEMBRO	3,085	0,049	3,05	3,12
OUTUBRO	3,12	0	3,12	3,12
NOVEMBRO	3,46	0,052	3,43	3,52

Fonte: ANP, 2017.

Para que os combustíveis como a gasolina comum cheguem aos Postos para o consumidor final eles passam por alguns intermediários, iniciando na refinaria, depois para distribuidora e finalmente aos postos de combustíveis onde repassam para o consumidor final. Respeitando o processo de venda que impacta diretamente nos resultados deste trabalho que tem como finalidade verificar a formação de preço dos combustíveis na região de Balsas.

Os postos de combustíveis são credenciados pelas distribuidoras e recebem os produtos com um preço de revenda ditado conforme a Tabela 2. Em Setembro de 2017 os preços da distribuidora para os postos era de R\$ 3,085 por litro de gasolina comum e os preços praticados pelo mercado de Balsas-MA era uma média de R\$ 4,01, ou seja, os postos trabalhavam com uma margem de 29,98% acima do preço da distribuidora.

Isso mudou após aumento de preços ser repassado e o aumento real surgiu em novembro de 2017 conforme mostra a tabela 3 o preço de distribuição subiu 10,89% de outubro a novembro de 2017.

Tabela 3 – Pesquisa de Comparativo de Preços de Combustíveis no Maranhão.

DADOS MUNICIPIO				
MUNICIPIO	Nº DE POSTOS	Preço ao consumidor		Preço de Distribuidora
	PESQUISADOS	PREÇO MÉDIO	PREÇO MÁXIMO	PREÇO MÉDIO
ACAILANDIA	8	3,84	3,99	3,502
BALSAS	6	4,058	4,25	3,475
CAXIAS	7	3,781	3,97	3,419
IMPERATRIZ	13	3,839	4,06	3,529
PRESIDENTE DUTRA	4	3,92	3,949	3,308
SAO LUIS	35	3,593	3,699	3,193

Fonte: ANP, 2017.

A tabela 3 mostra a disparidade de preços entre a cidade de Balsas e as demais cidades do estado do Maranhão com mais de cem mil habitantes. A diferença entre o preço médio praticado na capital São Luís e o praticado em Balsas é de R\$ 0,465 representando 12,94% de diferença do preço médio de venda nos postos. Já a diferença entre o preço de distribuidor de São Luís ao de Balsas é de R\$ 0,285 que representa 8,93% de aumento. Pode-se concluir que os postos de combustíveis de Balsas estão repassando os preços 4,01% mais altos do que os

aumentos repassados pelo distribuidor. Isso já foi bem pior, sem setembro de 2017 mesmo com os preços de distribuidor abaixo de São Luís os postos de combustíveis de Balsas já praticavam preços 11,46% mais caros que São Luís, conforme mostra a tabela 4, levando em consideração que custos de logística e impostos são equiparados.

Tabela 4 – Comparativo de Preços da Gasolina Comum entre Balsas e São Luís em Setembro de 2017.

DADOS MUNICIPIOS					
PERÍODO	PRODUTO	MUNICIPIO	Nº DE POSTOS	Preço ao Consumidor	Preço Distribuidora
			PESQUISADOS	PREÇO MÉDIO	PREÇO MÉDIO
2017 - Setembro	Gasolina	BALSAS	12	4,006	3,085
2017 - Setembro	Gasolina	SAO LUIS	140	3,594	3,191

Fonte: ANC, 2017.

Quando se fala em combustíveis é possível mensurar que as diferenças são escalonadas em centavos e por muitas vezes o consumidor acha isso insignificante, porém para o mercado isso tem um efeito bastante impactante. Ao analisar os postos fez-se uma média de quantos litros de gasolina comum eles comercializavam por dia. Dos vinte sete postos analisados alguns vendiam bem mais que os outros a média de venda de gasolina comum para todos foi 3142 litros de combustíveis por dia, alguns vendem o dobro ou o triplo de outros. Esta análise foi feita para verificar se a prática desses aumentos deliberativos é em decorrência do pouco faturamento, pois em novembro de 2017 a margem de comercialização do posto de combustíveis em Balsas-MA é de 15,19%. Nesta média o faturamento médio de um posto de combustíveis em Balsas é de R\$ 384.580,80.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem muitos eventos acerca do comportamento do preço de combustíveis no Brasil, porém neste trabalho foi possível perceber aspectos invisíveis sobre o comportamento dos preços de combustíveis no estado do Maranhão, mais precisamente na cidade de Balsas. A região por ser potencialmente agrícola, ter uma economia bastante consolidada e um volume significativo de renda. Isso faz com que naturalmente a inflação local aconteça de forma sistemática. Ficou evidente que no Maranhão existe uma variação de preços de seus combustíveis significativa entre as principais cidades do estado, porém, em Balsas esta variação é gritante e sem justificativa plausível, a não ser a hipótese de formação de cartel por parte dos empresários de postos de combustíveis. O aumento médio de quase 5% em dois meses é algo bastante preocupante para a região, uma vez que a tendência dos preços é somente subir, registrando raras deflações.

As distribuidoras repassaram um aumento significativo aos postos em novembro, porém como eles já estavam praticando preços acima do mercado eles estão repassando isso lentamente aos seus consumidores reduzindo em suas margens de lucro cerca de 10%. Esses

aumentos generalizados impactam não apenas aos donos de veículos, transportadoras ou empresários, mas sim o consumidor final que paga por esses aumentos em larga escala.

É necessário se estabelecer fiscalizações sérias nos preços de combustíveis praticados em Balsas-MA, apesar dessa atividade ser papel da ANP percebe-se que não existe grande mobilização para proteger o consumidor contra essas fraudes. Ao se comparar os preços com cidades como São Luís, Caxias, Imperatriz e outras se percebe os postos de combustíveis de Balsas estão praticando preços abusivos, gerando inflação e prejudicando a economia da região ao reduzir o poder de compra das pessoas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Sistema de Levantamento de Preços**. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/preco>> set. 2017.

BARROS, R.P. de, FERREIRA. S.S. **Um modelo econométrico para a demanda de gasolina pelos automóveis de passeio**. Rio de Janeiro: IPEA,1982. 193p. (Documento preliminar).

BROWN, R.I. **Um esquema para avaliar os impactos de estratégias diversas para etanol: outras substituições e racionalização da demanda de derivados de petróleo**. Ciência e Cultura, v.32, no.8, p.1032-40, ago. 1980.

Considera, C.M. & Duarte, G. (2004). **“A importância de evidências econômicas para a investigação de cartéis: a experiência brasileira.”** Revista Brasileira de Defesa da Concorrência, n. 1, Jan- Mar.

EMILSON, C. D. **O brilho da bandeira branca: concorrência no mercado de combustíveis no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

SILVEIRA, A.M. **A relação entre os preços de açúcar nos mercados doméstico e internacional**. Piracicaba, 2004. Dissertação (M.S.) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.

SCHECHTMAN, R. et al. **Combustíveis no Brasil: políticas de preço e estrutura tributária**. Superintendência de Estudos Estratégicos, ANP, set. 2017 (Nota Técnica, n. 11). Disponível em: <http://www.anp.gov.br/conheca/notas_tecnicas.asp>.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO MARANHÃO. (SEFAZ-MA). **Lei nº 223/16**. Disponível em: <<http://sistemas.sefaz.ma.gov.br/sco/portal/>>. Set. 2017.

SILVEIRA, J. P. **A abertura do mercado de abastecimento de combustíveis: a nova estrutura tributária e a evolução da desregulamentação de preços**. Superintendência de Estudos Estratégicos, ANP, set. 2017 (Nota Técnica, n. 14). Disponível em: <http://www.anp.gov.br/conheca/notas_tecnicas.asp>.

SINDICATO DAS DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES (SINDICOM). **As sombrias previsões para o comércio do álcool.** <<http://www.sindicom.com.br> > set. 2017.

EIXO 2 – Mostra de Trabalhos Acadêmicos.

Artigos completos produzidos pelos acadêmicos da Faculdade de Balsas que estão participando dos grupos de pesquisa vinculados aos Trabalhos de Conclusão de Curso ou Estágio.

PROCESSAMENTO DIGITAL DE IMAGENS PARA O RECONHECIMENTO DE PLACAS DE VEICULOS

Alexandre Henrique. C. Barbosa¹⁰⁵

Bruno Ramon de Almeida e Silva¹⁰⁶

Junior Marcos Bandeira¹⁰⁷

Resumo: A utilização de sistemas que se baseiam na Visão Computacional tem se tornado alternativas eficientes na questão de análise dos dados. Uma possível aplicabilidade, são sistemas de controle e monitoramento de tráfegos de veículos em cidades ou rodovias. Esse crescimento veio motivar a elaboração da pesquisa que se utiliza dessas tecnologias. O presente trabalho, tem como propósito mostrar a utilização de algoritmos e abordagens de Processamento Digital de Imagens em um sistema que possa fazer reconhecimento de veículos através de suas placas. Visto isso, é mostrado como pode ser utilizado diversas dessas técnicas, como parte de um sistema de monitoramento ou controle de veículos para hotéis, estacionamentos e empresas que se utilizam de frotas de veículos entre outros. O sistema recebe imagens digitais gravadas por um dispositivo de captura, posteriormente processando-as afim da identificação e do reconhecimento do veículo através de sua placa.

Palavras chave: Processamento Digital de Imagens; Visão Computacional; Placas de veículos.

Abstract: The use of systems that are based on Computational Vision have become efficient alternatives in the matter of data analysis. One possible applicability are traffic control and monitoring systems for vehicles in cities or highways. This growth motivated the elaboration of research using these technologies. The present work aims to show the use of algorithms and approaches of Digital Image Processing in a system that can make recognition of vehicles through its plates. In view of this, it is shown how a number of such techniques can be used, as part of a vehicle monitoring or control system for hotels, parking lots and companies using fleets of vehicles, among others. The system receives digital images recorded by a capture device, then processing them for the identification and recognition of the vehicle through its plate.

Keywords: Digital Image Processing; Computer Vision; Vehicle license plates.

1. Introdução

O Processamento Digital de Imagens (PDI) é uma importante área da computação, suas aplicações são diariamente utilizadas em diversos setores da indústria e comércio, como em sistemas médicos, reconhecimento de objetos e até na identificação de pessoas. Sabendo disso foi proposto um sistema que possa fazer o reconhecimento automático de placas de veículos. Sua utilização pode auxiliar na questão que envolve gerenciamento de entradas e saídas das empresas, visando diminuir os riscos de falhas de gerenciamento e podendo aumentar o nível de segurança dos ambientes.

¹⁰⁵ Autor – Bacharel em Sistemas de Informação / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: alexhcb.7392@gmail.com

¹⁰⁶ Autor – Mestre / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: brunoramonalmeida@gmail.com

¹⁰⁷ Autor – Mestre / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: junior.bandeira@gmail.com

Utilizando-se de recursos de Visão Computacional como o Processamento Digital de Imagens é possível a interpretação de caracteres em imagens de placas veiculares, e assim o reconhecimento de seus veículos através das mesmas. A ideia inicial é a utilização de imagens pré-carregadas no computador com a intenção de segmenta-las, e em seu contexto geral, afim de encontrar o alvo desejado, que neste caso é a placa, e posteriormente sua interpretação.

Foi utilizado dispositivos de capturas como parte do carregamento das imagens em tempo de execução dos algoritmos¹⁰⁸. Para esse projeto foram utilizados webcams com qualidade máxima de 720 pixels, evitando assim o sobre carregamento dos algoritmos, visando um melhor desempenho no processamento das imagens obtidas.

Na questão logística do sistema, a aplicação de Processamento Digital de Imagens nesses tipos de processos, tem como objetivo uma otimização dos resultados no que se diz respeito ao gerenciamento. Como conceituado por Ballou (1993), “Logística é o processo de planejamento do fluxo de materiais com o objetivo de entregar o necessário com qualidade e com melhor tempo, potencializando seus recursos e ganhando em qualidade de serviços”.

A atualmente as empresas que possuem frota de veículos, tem uma grande rotatividade na entrada e saída dos mesmos. Uma grande parte dessas empresas, utilizam-se de sistemas manuais, como anotações a manuscrito para este tipo controle. Em diversos casos não existe nenhum tipo de controle, resultando em falhas na segurança e ocasionando diversos tipos problemas.

Contudo para o alcançar essas metas e o objeto geral que é a utilização de Processamento Digital de Imagens de placas de veículos, é necessário passar por as seguintes etapas no processo:

- Obtenção das imagens e ou integração do módulo a um dispositivo de captura.
- Pré-processamento das imagens, utilização de filtros afim do melhoramento das imagens, como por exemplo, Escala de Cinza (Gray Scale).
- Processamento das Imagem, cálculo de histograma, segmentação, conversão de canais RGB¹⁰⁹ e Limiarização.
- Localização da placa do veículo no contexto geral da imagem, utilizando um algoritmo de segmentação de imagens, através de retângulos.
- Reconhecimento dos caracteres na imagem obtida, utilizando a técnica de OCR (Optical Caractere Recognition).
- Levantamento do percentual de acerto sobre os caracteres, como parte de um protótipo, enumerando os testes e buscando um grau de acerto satisfatório.

Por fim foi concluído que essas seriam abordagens básicas de utilização de PDI¹¹⁰, tendo em vista que foram o suficiente alcançar o resultado do reconhecimento de placas em

¹⁰⁸ Algoritmo - Sequência finita de regras, raciocínios ou operações aplicadas para resolução de problemas.

¹⁰⁹ RGB - Sistema de cores aditivas formado por vermelho (Red), verde (Green) e azul (Blue).

¹¹⁰ PDI – Sigla para Processamento Digital de Imagens (Digital Image Processing)

imagens digitais, e ainda ganhando uma ênfase na questão de visão e inovação na logística de negócios.

2. Visão computacional

A partir do momento que a computação pode processar grandes quantidades de dados como imagens, nasceu a área dos SVC ¹¹¹(Sistemas de Visão Computacional). Segundo Ballard & Brown (1982) “Visão computacional é o estudo da extração de informação de uma imagem; mais especificamente, é a construção de descrições explícitas e claras dos objetos em uma imagem”.

Visão computacional em um exemplo simples, seria como em uma cena na qual é lançado uma bola na direção de uma pessoa, e automaticamente sem esforço ela consegue pegar, esse processo pode ser interpretado como o qual a visão computacional tenta simular. Aparentemente pode parecer algo simples, porém o poder de processamento utilizado pelo cérebro para determinar a velocidade, distância, formato e direção do objeto, isso em milésimos de segundos é um dos processos mais complexos calculados por nosso cérebro. Nisto consiste a área da visão computacional, a tentativa de simular o comportamento desses processos em uma máquina.

Atualmente Visão Computacional é amplamente utilizada para resolver inúmeros problemas de análise de processamento de imagens, sendo elas bi ou tridimensionais, como por exemplo:

- Medicina com análise de resultado obtidos por raio X.
- Processamento para reconhecimento biométrico ou facial.
- Visão computacional voltada a indústria com inspeção de produtos.
- Reconhecimento Óptico de Caracteres para interpretação de textos.
- Robótica e aplicações em próteses e protótipos¹¹².

2.1. Imagens digitais

Na computação tudo pode ser abstraído a partir de uma sequência de números binários, ou seja 0 e 1, a partir disso com o avanço das tecnologias e o aumento gradativo dos dados e consecutivamente informações, foi indagado como poderiam ser representados alguns tipos de dados complexos, como as imagens. Imagens são representações visuais de objetos através de alguma técnica ou processo.

No ambiente computacional às imagens são representadas digitalmente por uma matriz bidimensional de pontos $f(x, y)$ de bits¹¹³ ou binários (0, 1), processadas e transformadas em representações conhecidas como pixels, a junção de todos os pontos forma o que conhecemos

¹¹¹ SVC – Sistemas computacionais que simulam o comportamento da percepção humana.

¹¹² Protótipos - É um produto de trabalho em fase de testes e/ou planejamento de um projeto

¹¹³ Bits - Simplificação para dígito binário, "binary digit" em inglês, é a menor unidade de informação que pode ser armazenada ou transmitida

como imagem. Na computação existem dois tipos dessas representações, as imagens vetoriais e matriciais.

Imagens vetoriais são uma descrição dos dados (imagens ou abstrações) na forma de um espaço contínuo, conhecido como descrição vetorial, são formas que descrevem o início e fim de cada segmento de reta, ou os pontos de controle de uma curva, ou ainda elementos que definem um sólido, como por exemplo o lado de um cubo e o raio de uma esfera. Por se utilizar de vetores e se transformarem utilizando funções matemáticas são mais leves e ocupam menos espaço sem perda de qualidade.

Diferentemente das imagens vetoriais, uma descrição matricial ou raster (bitmap) também conhecido como mapa de bits, as imagens matriciais são imagens que contêm a descrição em uma escala de cor de cada ponto ou pixel. Sabe-se que o pixel é a mais pequena medição de uma imagem os pixels ou pels como também são conhecidos, correspondem a qualquer valor em uma escala de cores RGB (vermelho, verde, azul) podendo ser alternado sua ordem. Em uma imagem por exemplo com escala de 8 bits por exemplo, onde valor do pixel está entre 0 e 255, sendo 0 (preto) e 255 (branco) e o entremeio a mistura das cores, é representado uma imagem em tons de cinza.

Visto que as imagens são pontos ou pixels onde cada um representa uma cor, sabendo disso como o que foi descrito por Scaño (2002), “Cores de um ponto de vista da física nada mais é do que luz. A luz percorre o espaço, podendo se comporta de duas formas distintas, como uma onda e como uma partícula, isso caracteriza a natureza dual da luz”. No caso das cores, deve-se se estudar o comportamento na forma de onda, neste caso ela se transforma em um tipo de energia, sendo uma radiação eletromagnética para cada comprimento de onda. Esta função toma o nome de *Distribuição Espectral de Potência*. A faixa dimensional do espectro visível pelo olho humano é delimitada a partir baixa frequência percebida como a cor vermelha ou faixa de radiação infravermelha até o lado de mais alta frequência perceptível como a cor violeta conhecida ou sugestivamente como faixa de radiação ultravioleta. Para cada comprimento de onda de luz visível é associado a percepção de uma cor.

Sabendo sobre a forma que a luz atua e sobre sua distribuição espectral, pode-se então entender que a mesma pode ser moldada por funções matemáticas unidimensionais, dependendo do seu comprimento de onda, ou seja, cores são as sensações humanas de diferentes porções finitas do espectro de luz. Sua principal definição seria uma característica perceptual da espécie humana, onde cada espécie de possui uma percepção de comprimento de onda diferente.

Imagens digitais, também possuem cores digitais, onde cada nível de cor é representado por um sistema de três cores o mais utilizado em cores digitais é o padrão RGB,

onde cada cor é definida pela quantidade de azul (Blue), verde (Green), vermelho (Red) que a compõem, coexistindo os modelos como por exemplo, HSV¹¹⁴, YUV¹¹⁵, XYZ¹¹⁶, etc.

Neste contexto utilizado tem-se cada cor sendo representada por uma tripla de inteiros que variam de acordo com, $0 \leq R \leq 255$, $0 \leq G \leq 255$ e $0 \leq B \leq 255$. Por exemplo a cor cinza (ciano), digitalmente seria representada por (128, 128, 128) no sistema RGB.

Sabendo como são representadas as imagens digitais, tal como suas características e como atua no contexto computacional, uma das suas utilizações são na etapa de processamento digital, na qual serão aplicados correções e tratamentos

2.2. Processamento digital de imagens.

No que diz respeito a sua especificação “Não existe um acordo geral entre os autores em relação ao ponto em que o processamento de imagens termina e outras áreas relacionadas, como a análise de imagens e a visão computacional, começam”. (GONZALEZ; WOODS, 2010, p.1).

O passo de processamento é uma das principais etapas no que se diz respeito a fundamentação teórica sobre as abordagens de sua utilização na área de PDI. Tendo em vista que área teve início em

[...] em meados da década de 60. O aumento da capacidade de memória e da velocidade dos computadores contribuiu para dar impulso à nova tecnologia. Esta é uma área interdisciplinar, utilizando conceitos da informática, física e eletrônica, entre outras, e está adquirindo uma importância cada vez maior pois é útil em diversas outras áreas do conhecimento. (LIBERMAN, 1997).

Ainda segundo o que foi dito por Silva (2014, p.18) “O processamento de imagens é realizado em etapas bem definidas que compartilham informações entre si para produzir o resultado esperado, de forma que o resultado de cada etapa interfere diretamente nas etapas subsequentes”, elucidando ainda mais importância da etapa no processo de PDI.

Contudo como foi dito por González e Woods (2010) a definição do que é PDI tende a variar de acordo o autor. Isso demonstra que Processamento Digital de Imagens como sendo uma área na qual tanto a entrada quanto a saída obrigatoriamente passam a ser imagens, tornam o cálculo da intensidade média de uma imagem uma operação não considerada como um processamento. Para isso, existem paradigmas de pré-processamento para esses problemas de conceitualização no que se diz respeito a PDI.

¹¹⁴ HSV - Abreviatura para o sistema de cores formadas pelos componentes Hue (matiz), Saturation (saturação) e Value (valor)

¹¹⁵ YUV - É um espaço de cores normalmente usados como parte de um canal de imagem colorida.

¹¹⁶ XYZ - ou CIE 1931, é um dos espaços de cores baseado em medidas de percepção de cor humana.

Essas operações computacionais são conhecidas como processo de nível baixo, médio e alto da etapa de pré-processamento.

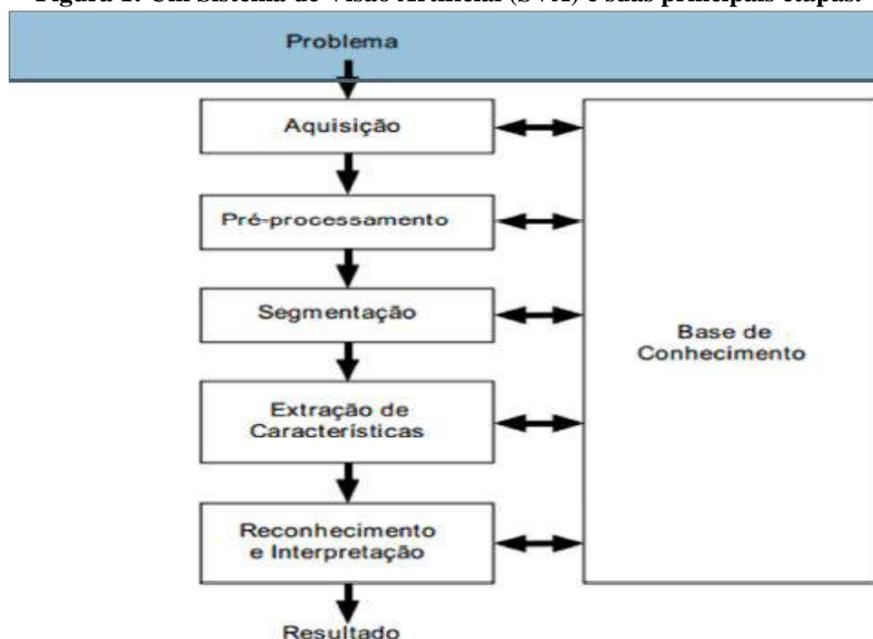
- Nível baixo: Para esse processo envolve operações no pré-processamento, de redução de ruídos, realce de contraste, aguçamentos de imagens, onde o processo de entrada e saída são sempre imagens
- Nível médio: Nesta parte como separar a imagem em partes ou objetos, classificar e descrevê-los, onde a entrada é uma imagem e a saída um objeto extraído dessa imagem.
- Nível alto: Por fim a última parte do processamento é onde temos a interpretação do objeto, fazendo com que assim tenha sentido o que foi abstraído da imagem.

Neste contexto os dados obtidos são exibidos na saída do sistema e representam características extraídas da imagem de sua entrada. Esse processo utiliza técnicas diferenciadas como para tomadas de decisões, redes neurais, algoritmos genéticos, quando isso não ocorre mesmo não obtendo um processo efetivo, ainda sim pode ser considerado PDI¹⁷.

Para alguns pesquisadores Mokhtarian e Mackworth (1986), Lee et al. (1995), Paula Júnior et al. (2006), César Júnior e Costa (1996) definem essa fase, de processamento como uma área específica do PDI, conhecida como Análise de Imagens. Costa e César Júnior (2009) afirma que esse processo está em estágio intermediário do processamento digital de imagens e na visão computacional.

No modelo de processamento de imagens, existem etapas fundamentais do PDI, das quais compartilham informações e resultados entre si, produzindo ações que interferem diretamente nas etapas posteriores. Como pode visto na Fig. 1, mostrando desde a aquisição onde ocorre a captura e digitalização das informações visuais, ou seja, através de um dispositivo de captura, até o resultado que se pretende obter, evidenciando as etapas essenciais para um SVC pretendido.

Figura 1: Um Sistema de Visão Artificial (SVA) e suas principais etapas.



Fonte: (MARQUES FILHO, & VIEIRA NETO, 1999).

Da etapa de aquisição com obtenção das imagens que serão trabalhadas e o pré-processamento, que segundo Filho e Neto, (1999), “[...] é a área de processamento de imagens que viabiliza um grande número de aplicações em duas categorias distintas: O aprimoramento de informações visuais para interpretação humana, e a análise automática por computador, de informações extraídas de uma cena”.

No modelo da Fig. 1, visto que com relação as técnicas de transformação das imagens e que todas elas se utilizam de uma escala de cor padrão como o RGB, um dos primeiros passos logo após a obtenção das imagens é o pré-processamento das mesmas, que consistem em vários processos de manipulação e operações de filtros, suavização, realce, redução de ruídos, e manipulação de histograma, que subsequentemente foram utilizados, nessa etapa de pré-processamento.

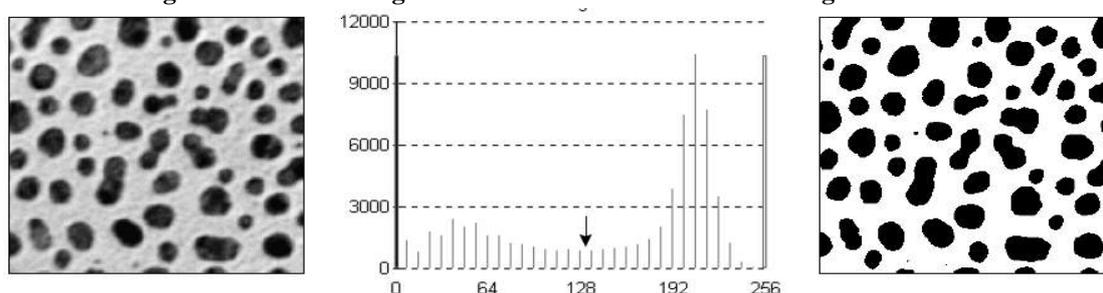
Sobre a suavização em imagens digitais, que foi utilizada, visa remover o conteúdo ou sinais de alta frequência que ocorrem indesejavelmente no processo de captura e ou obtenção da imagem, esses sinais são conhecidos como ruídos, como conceituado melhor por Daniel Lelis (2015, p.48), “[...] ruídos são como variações aleatórias de cores ou informações de brilho que não estão presentes no objeto com imagens, o que pode ocorrer indesejavelmente devido a um sensor ou circuito de uma câmera digital ou scanner.”

Outra operação que deve ser observada é de manipulação do Histograma, utilizada posterior ao processo de suavização. Conceituado como distribuição de frequências ou diagrama das frequências, é a representação gráfica, em colunas (retângulos), de um conjunto de dados previamente tabulado e dividido em classes uniformes, afim de abstrair informações importantes sobre o pixel e sua vizinhança.

Continuando na etapa de pré-processamento, o realce de uma imagem consiste em melhorar a qualidade das imagens de acordo com critérios subjetivos do olho humano, ou seja, é a transferência radiométrica em cada pixel, com o objetivo de aumentar a discriminação visual entre os objetos presentes na imagem. Realiza-se a operação ponto a ponto, independentemente da vizinhança.

Por fim um dos passos essenciais para a extração de características é a Limiarização ou também conhecida como Thresholding de um único limiar de separação ou vulgarmente como Binarização. O Thresholding é “A seleção do limiar de separação (separação entre as classes “claro” e “escuro” no caso de a propriedade ser o brilho) faz-se geralmente no vale do histograma, sendo este bimodal” (PADILHA, 2003).

Figura 2: Thresholding de um único limiar. Entrada - Histograma - Saída.



Fonte: Processamento e Análise de Imagem - A. J. Padilha (2003).

A Limiarização ou Thresholding, é uma das abordagens para a segmentação de imagens das mais importantes, essa é uma técnica de análise por região particularmente útil para cenas que contêm objetos sobre um fundo contrastante. (CUNHA, T. N. 1988)

Na Fig. 2, é possível ver o exemplo de um Thresholding (Limiarização) de um limiar de separação, a propriedade em destaque é o brilho mostrado na escala a partir do 0, baseado no histograma pode se fazer a separação do que é pixel claro $0 \leq 255$, dos pixels escuros $255 \leq 0$, transformando no que se conhece como imagem binarizada visto que sua característica é a bipartição do preto e branco.

Na etapa de segmentação é realizado a divisão da imagem, em partes, visando uma região ou descrição sua, como foi dito por Padilha (2003), “Ao analisarmos uma imagem o resultado pretendido não é geralmente o que se obtém ou seja outra imagem, mais sim uma descrição sua”. Essa descrição refere-se, em regra, a partes da imagem e esse processo de decomposição da imagem é conhecido como segmentação.

Ainda no processo de segmentação pode ser utilizado para a classificação de pixels, e essa classificação muitas das vezes é baseada no histograma de uma propriedade como por exemplo o nível de cinza, ou seja, número de pixels numa imagem for muito elevado pode-se considerar o histograma uma boa aproximação à densidade de probabilidade da propriedade que ele irá representar.

Concluindo que para a extração de características das imagens através do pré-processamento e posteriormente para sua interpretação, é necessário que o modelo de abordagem vista na Fig. 1, conceitualizado até esta etapa seja seguido. Para a interpretação deste tipo de dados que serão obtidos é necessária uma interface especialista com uma base de conhecimento, descrita na próxima seção.

2.3. Bibliotecas OpenCV e Tesseract OCR

O OpenCV é uma biblioteca multiplataforma que seguiu o modelo de licença BSD¹¹⁸ da Intel. A biblioteca possui módulos de Processamento de Imagens e Vídeo I/O¹¹⁹, Estrutura de dados, Álgebra Linear, GUI (Interface Gráfica do Usuário) básica com sistema de janelas independentes, controle de mouse e teclado, além de mais de 350 algoritmos de Visão computacional como: filtros de imagem, calibração de câmera, reconhecimento de objetos, análise estrutural e outros

Foi iniciado pela Intel em 1999 por Gary Bradsky e o primeiro lançamento foi lançado em 2000. Atualmente, o OpenCV suporta muitos algoritmos relacionados à visão de computador e à aprendizagem de máquinas e está expandindo dia a dia.

Segundo Mordvintsev e K (2013, p. 7)

O seu processamento de imagens é em tempo real. Atualmente suporta uma grande variedade de linguagens de programação como C++, Python, Java etc. e está disponível em diferentes plataformas, incluindo Windows, Linux, OS X, Android, iOS, etc. Além disso, interfaces baseadas em CUDA¹²⁰ e OpenCL também estão em desenvolvimento ativo para alta - operações de velocidade de GPU¹²¹.

Uma vez que a segmentação tenha sido efetiva, separando no contexto o local da placa realçando e definindo suas dimensões finais é partido para o processo de interpretação, Marques Filho e Vieira Neto (1999), relatam que “A transcrição de imagens para um formato interpretável de texto, requer imagens que tenham qualidade suficiente para que seja possível a extração de caracteres com uma fidelidade de acerto aceitável”. Qualquer alteração de ruído ou rotação da imagem pode e irá prejudicar no processamento ocasionando erros em todo o processo de reconhecimento.

Tendo em vista a utilização do OpenCV para fazer o processamento dos dados, é conhecido para etapa posterior conhecer sobre a técnica de OCR ou acrônimo para Optical Character Recognition, na qual a é uma técnica utilizada para identificação de caracteres em

¹¹⁸ BSD - Berkeley Software Distribution, Sistema Operacional - licença de código aberto inicialmente utilizada no sistema operacional BSD

¹¹⁹ I/O – Input e Output, referência a entrada e saída de dados respectivamente.

¹²⁰ CUDA – (Compute Unified Device Architecture) é uma API, destinada a computação paralela e heterogênea.

¹²¹ GPU - (Graphics Processing Unit, ou Unidade de Processamento Gráfico), microprocessador especializado em processar gráficos em computadores pessoais,

imagem utilizando manipulações complexas como binarização, segmentação, erosão, dilatação entre outros.

Por fim vem a extração de características, classificação e pós-processamento, seguindo desta forma a imagem passa por um processo de localizações das regiões que contém o texto, dentro de cada região é então segmentada e extraídos os símbolos.

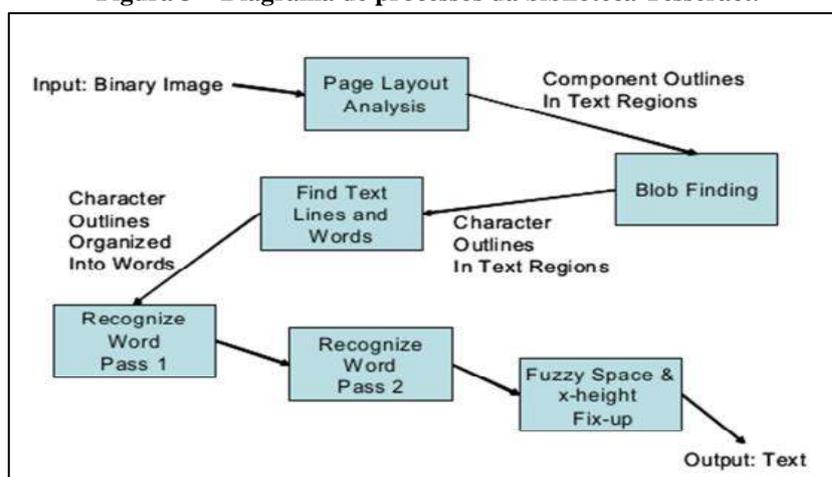
Atualmente para esse processo de interpretação e reconhecimento de caracteres foi simplificado com a existência algumas *engines*¹²² onde realizam todo esse processo, tornando a extração dos caracteres uma tarefa relativamente simples. Uma das mais conhecida é a Tesseract.

Tesseract é uma biblioteca responsável pelo reconhecimento ótico dos caracteres de entrada, originalmente desenvolvido em linguagem de programação C pela *Hewlett Packard* (HP) entre 1985 e 1995. Atualmente, o projeto é continuado pelo Google que fornece também uma interface Java para utilização nativa das funções (TESSERACT-OCR, 2014)

O funcionamento do *Tesseract*, utiliza-se de uma entrada de dados (imagem) na qual é binarizada, caso já não esteja pré-processada. Separando os objetos em blocos de texto, linhas e figuras onde esses objetos são analisados delimitando linhas em torno dos objetos referentes ao texto.

No diagrama de reconhecimento de palavras. TESSERACT (2014), ressalta que no processo de leitura e interpretação ocorre de as palavras serem processadas duas vezes, textos bem-sucedidos são aqueles que estão num dicionário e não são perigosamente ambíguas, eles são passados para um classificador adaptativo de treinamento. Logo que o classificador adaptativo tem amostras suficientes, ele fornece resultados da classificação, mesmo no primeiro processamento.

Figura 3 – Diagrama de processos da biblioteca Tesseract.



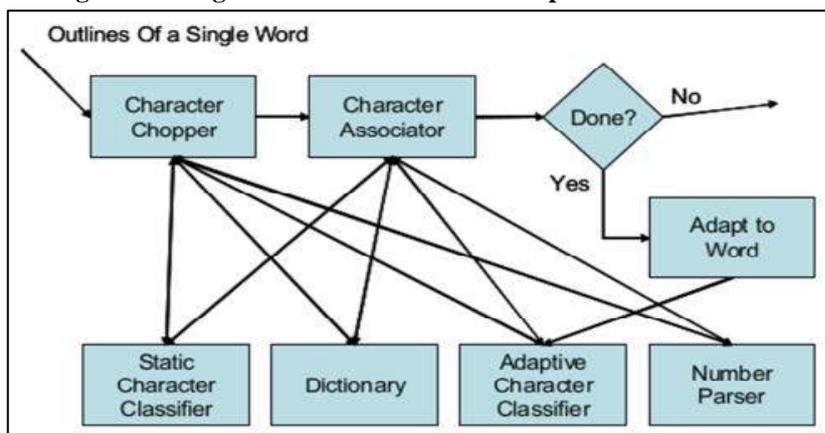
Fonte: Tesseract-OCR, 2014

¹²² Engines - é um programa de computador e/ou conjunto de bibliotecas, que abstrai do desenvolvimento de aplicações, com gráficos em tempo real,

Na Fig. 3, é apresentado o funcionamento da biblioteca Tesseract, a mesma utiliza-se de uma entrada de dados que obrigatoriamente deve ser uma imagem. Caso a imagem não tenha sido trabalhada a LIB¹²³ faz um processamento básico, binarizando e separando objetos como o fundo da imagem, blocos de texto, linhas e figuras. Feito isso os objetos são analisados, delimitando linhas em torno dos objetos referentes ao texto.

Em palavras que são classificadas como perigosamente ambíguas serão processadas por uma segunda vez (TESSERACT-OCR, 2014). Contornando assim os problemas onde tem uma interpretação confusa de caracteres, como por exemplo no caso do alfabético “O” não seja confundido com o algarismo 0. Veja na Fig. 4.

Figura 4 - Diagrama de reconhecimento de palavra no Tesseract.



Fonte: Tesseract-OCR, 2014

No caso de uma imagem precisar ser processada por mais de uma vez, é feito o processo representado pelo diagrama na Fig. 4. Onde no primeiro passo de processamento tem as palavras bem-sucedidas, sendo aquelas que estão num dicionário e não são perigosamente ambíguas, elas são passadas para um classificador adaptativo de treinamento.

Assim que o classificador adaptativo tem amostras suficientes, ele pode fornecer resultados da classificação, mesmo no primeiro processamento.

3. DESENVOLVIMENTO

Todas as funções de processamento das imagens descritas e utilizadas no desenvolvimento do projeto foram obtidas através da biblioteca OpenCV, disponível para diversas linguagens de programação, como foi disposto na fundamentação do artigo.

Para a programação foi utilizado Python. Python é uma linguagem de programação multiplataforma desenvolvido sob uma licença de código aberto aprovada pela OSI¹²⁴, tornando-o livremente utilizável e distribuível, mesmo para uso comercial. Sua licença é administrada pela *Python Software Foundation*.

¹²³ LIB – Acrônimo para *Library* ou *Biblioteca*

¹²⁴ OSI - A (Open Source Initiative) é uma organização dedicada a promover o software de código aberto

A linguagem permite que programador expresse suas ideias em menos linhas de código sem reduzir sua legibilidade, sendo totalmente compatível com o OpenCV.

3.1. Aquisição das Imagens

O primeiro passo para o desenvolvimento do artigo, foi a captura ou aquisição das imagens que posteriormente seriam processadas, lembrando que foram utilizadas imagens de placas não oficiais meramente para estudos. Porém que se utilizam dos padrões reais, tanto como cor, tamanho e fonte.

As imagens utilizadas foram obtidas de duas formas, a princípio imagens pré-carregadas no computador com diferentes condições de ruídos, iluminação, tamanhos e cores obtidas da Internet e a posteriormente utilizando-se de dispositivos de capturas como câmera e webcams. Para isso são necessários um sensor e um digitalizador. O sensor converterá a informação ótica em sinal elétrico e o digitalizador transformará a imagem analógica em imagem digital (KHOSHAFIAN & BAKER, 1996).

No caso desse projeto, foi utilizado um dispositivo com resolução de captura 720x480, produzindo assim uma saída de imagem com resolução *High Definition* (HD).

3.2. Pré-processamento das Imagens para segmentação.

Logo após a obtenção da imagem, tanto pré-carregada ou capturada por um sensor, é preciso segmentar a parte que será feita a interpretação de caracteres. Neste caso é preciso extrair características de toda a imagem, mas apenas uma pequena região dela, na qual se encontra a placa. Para tal será preciso recortar a região onde será feito a interpretação.

Devido a vários fatores, as imagens que se obtém na grande maioria das vezes vem com muitas imperfeições como ruídos, brilho e iluminação inadequados, isso faz com que a localização da região que se quer obter, seja bastante afetada.

Contudo, como dito anteriormente, foram utilizados alguns filtros a fim de aprimorar a qualidade da imagem e assim ser possível as etapas subsequentes. Para a imagem da Fig. 4, foram utilizados três filtros, Gray Scale (Escala de cinza), Thresholding (Limiarização) e Gaussian Blur (desfoque) nesta ordem, na maioria dos casos para segmentação, resolve os problemas de imperfeições, Veja o código na Fig. 5.

Figura 5: Utilização sequencial dos filtros para segmentação da imagem

```
71 #escala de cinza
72 img_result = cv2.cvtColor(img_original, cv2.COLOR_BGR2GRAY)
73
74 #binarização
75 ret, img_result = cv2.threshold(img_result, 90, 255, cv2.THRESH_BINARY)
76
77 #desfoque
78 img_result = cv2.GaussianBlur(img_result, (5, 5), 0)
```

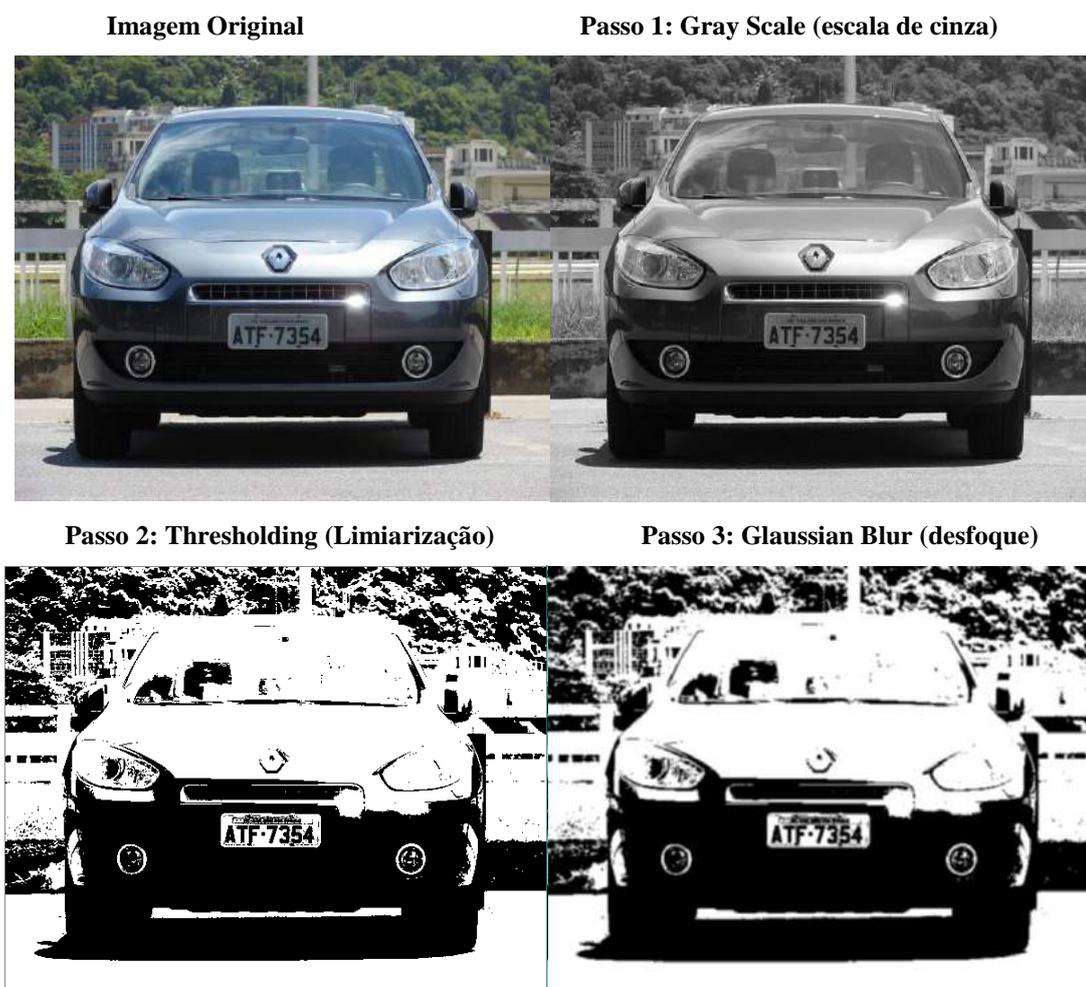
Fonte: Autor (2017)

Para a escala de cinza foram utilizados a função *cvtColor* da biblioteca OpenCV, passando como parâmetro a constante ¹²⁵ *cv2.COLOR_BGR2GRAY*, sendo assim possível converter a imagem em escala de cinza, como pode ser visto não passo 1 da Fig. 6 o resultado do. Continuando com as funções da biblioteca é possível realizar os passos subsequentes.

Para a Limiarização ou thresholding no caso do segundo passo. Para isso a função utilizada da biblioteca OpenCV foi método *threshold*, (linha 75) Fig. 5, essa função recebe alguns parâmetros, os quais são: O primeiro argumento é a imagem de origem, que deve ser uma imagem em escala de cinza, neste caso o resultado da operação anterior. O segundo argumento é o valor do limiar que é usado para classificar os valores de pixel. O terceiro argumento é o *maxVal* que representa o valor a ser dado se o valor do pixel for maior que (às vezes menores do que) o valor do limite.

Para esse resultado do passo 2 da Fig. 6, foram utilizados os seguintes parâmetros de (*imagem, 90, 255, cv2.THRESH_BINARY*).

Figura 6: Utilização sequencial dos filtros para segmentação da imagem



Fonte: Autor (2017)

¹²⁵ Constante – Na programação, são variáveis que mantem valores fixos, que não se alteram.

Com a imagem binarizada (Limiarização) passo 2 da Fig. 6, já é possível utiliza-se do algoritmo para segmentação da placa no contexto geral da imagem, porém alguns ruídos podem interferir na localização através de formas pelo sistema. Para contornar esse problema foi preciso utilizar-se de mais um filtro, que na grande maioria dos casos resolve essas situações.

A Filtragem Gaussiana ou Gaussian Blur, é um filtro de suavização de imagem ou mais conhecido como desfoque, consegue convolvendo uma imagem com um kernel de filtro de passagem baixa. É útil para remover os ruídos e conteúdo de alta frequência. Quando este filtro é aplicado o resultado serão bordas borradas na imagem, como é visto no passo 3 da Fig. 6.

Neste processo foi utilizado a função do OpenCV conhecida como *GaussianBlur*, passando como parâmetros esses valores de $(img, (5, 5), 0)$, veja na (linha 78) Fig. 5. O parâmetro **img**¹²⁶ é a variável referente a imagem que será suavizada, nesse caso o resultado binarizada visto anteriormente. Deve ser especificado a largura e a altura do kernel ou matriz, para esse caso foram utilizados um kernel 5x5.

Por último é preciso especificar o desvio padrão nas direções X e Y, respectivamente. Se apenas X for especificado, o Y é tomado como igual a X. Se ambos forem dados como zeros, eles são calculados a partir do tamanho do kernel, no caso deste projeto utilizamos o valor 0.

Concluído assim a etapa de processamento, seguindo agora para a segmentação e extração de características da imagem.

3.3. Segmentação da Imagem

Feito o pré-processamento da imagem é passado para a etapa de segmentação da parte na qual será trabalhada, segundo FACON, J., (1998 p. 198).

O processo de segmentação pode ser entendido como o particionamento de uma imagem em regiões que apresentem propriedades semelhantes, como textura ou cor. O princípio da segmentação foi apresentado por psicólogos alemães, quando foi mostrado que o ser humano, no processo de visão, realiza naturalmente o agrupamento de regiões por critério baseados na proximidade, similaridade e continuidade.

Existem diferentes técnicas de se encontrar padrões em imagens digitais, a mais conhecida quando o assunto é Computação Gráfica e Processamento Digital de Imagens, é a utilização de classificadores.

¹²⁶ Img – Referência a uma variável (espaço de memória) que representa uma Imagem.

Um dos classificadores mais conhecidos e utilizados no campo dos SVC¹²⁷, são os **haar-cascades** ou classificadores de cascata. Esse tipo de classificador utiliza aprendizagem de máquina em busca de padrões.

Contudo, para a utilização desse método é necessário grande poder computacional e uma vasta coleção de imagens pré-carregadas de diferentes formas, cores e tamanhos para o treinamento do arquivo final utilizado para o reconhecimento, que no caso trata-se de um arquivo XML¹²⁸ com todos os dados obtidos. Sabendo disso, foi desenvolvido um algoritmo que reconhecesse o padrão de placas de veículos através do seu formato retangular, assim sendo viável a detecção de placas através de retângulos, se utilizando de padrões e dimensões como largura e altura.

Com isso estabelecido e partindo do passo que o pré-processamento conseguiu melhoras nos padrões da imagem, utilizando-se da função *findContours* é possível encontrar esses padrões em uma imagem.

O *findContours* é uma função utilizada para encontrar contornos e bordas, podem ser explicados com uma curva que une todos os pontos contínuos ao longo do limite com a mesma cor e intensidade. É uma técnica bastante utilizada para se encontrar padrões e objetos em uma imagem digital (MORDVINTSEV; K. 2013, p. 87).

A Função recebe alguns argumentos como parâmetros, o primeiro é a imagem de origem, o segundo é o modo de recuperação de contorno, o terceiro é o método de aproximação de contorno. O método retorna uma imagem, contornos e suas hierarquias. Esses contornos na verdade são uma lista de todos os contornos obtidos da imagem. Cada um desses contornos individualmente é representado por uma matriz de coordenadas (x, y) de pontos de fronteira do objeto. Veja o trecho do código.

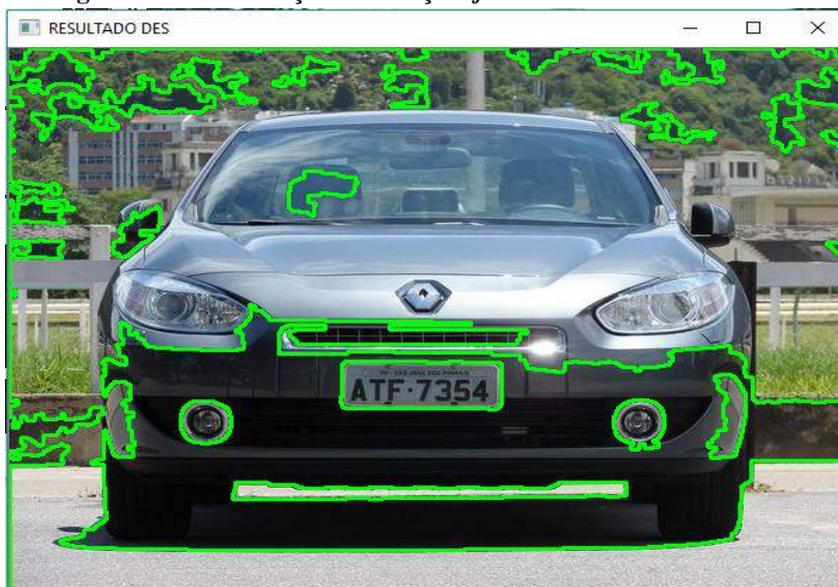
```
imagem, contornos, hierarquia = cv2.findContours(img_result, cv2.RETR_TREE,
cv2.CHAIN_APPROX_NONE)
```

Aplicando esse resultado com a função *drawContours* é possível desenhar esses contornos obtidos na imagem. Veja o resultado na Fig. 6.

¹²⁷ SVC – Sistema de Visão Computacional

¹²⁸ XML – (Extensible Markup Language) desenvolvida pela W3C para utilizar-se de linguagens de notação

Figura 7: Demonstração das funções *findContours* e *drawContours*



Fonte; Autor (2017)

Pode ser visto na Fig. 7, que os contornos ficaram espalhados por toda a imagem, no entanto a característica buscada é o retângulo. Para a resolução desse problema, é necessário especificar para a função *drawContours* apenas os contornos que desejo pintar, nesse caso somente os que formam um retângulo. Por fim utilizando de outras duas funções da biblioteca, as funções *arcLength* e a *approxPolyDP*.

A função *arcLength*, também conhecida como comprimento de arco, verificará se os contornos encontrados formam um perímetro, ou seja, se o mesmo é fechado. “Ele se aproxima de uma forma de contorno a outra forma com menos número de vértices, dependendo da precisão que forem especificados”. (MORDVINTSEV; K. 2013, p.89).

No segundo caso a função *approxPolyDP* conhecida como aproximação de contorno, fará como que no caso de perímetros de contornos forem problemáticos ou seja com menos número de vértices, haja uma aproximação para seu formato mais semelhante. Por exemplo, no caso do perímetro for um quadrado, e devido a problemas na imagem se obteve uma forma ruim do quadrado, essa função pode-se configurada com os parâmetros para se conseguir o formato geométrico mais semelhante ao que se tem originalmente.

A função de segmentação por retângulos proposta pelo algoritmo resulta em um percentual de acerto satisfatório para a implementação de um protótipo para essa pesquisa.

Utilizando das funções citadas é possível se obter uma segmentação básica do local da placa. Para isso foi desenvolvido uma implementação de um código em Python para a demonstração dos resultados.

Figura 8: Função escrita em Python, para segmentação de placas através de contornos.

```

12 def desenhaContornos(contornos, imagem):
13
14     for c in contornos:
15         # perimetro do contorno, verifica se o contorno é fechado
16         perimetro = cv2.arcLength(c, True)
17         if perimetro > 120:
18             #aproxima os contornos da forma correspondente
19             approx = cv2.approxPolyDP(c, 0.03 * perimetro, True)
20             #verifica se é um quadrado ou retangulo de acordo com a qtd de vertices
21             if len(approx) == 4:
22                 (x, y, alt, lar) = cv2.boundingRect(c)
23                 cv2.rectangle(imagem, (x, y), (x + alt, y + lar), (255, 0, 0), 2)
24                 #cv2.drawContours(imagem, [c], -1, (0, 255, 0), 1)
25                 roi = imagem[(y+15):y + lar, x:x + alt]
26                 #amplia a imagem 4x
27                 cv2.imwrite("C:/Tesseract-OCR/saidas/roi-img.jpg", roi)
28
29     return imagem

```

Fonte: Autor (2017)

O código descrito na Fig. 8, é simplesmente a nível de demonstração das funções descritas anteriormente, afim de evidenciar no contexto da imagem a localização da placa, através de retângulos. A função recebe uma matriz de contornos, a partir disso será desenhada os contornos na imagem original.

Para essa operação é utilizado um laço “for” como uma estrutura de repetição (linha 14) Fig. 8, afim de que a cada interação verifique através das funções *arcLength* (linha 16) e *approxPolyDP* (linha 19) Fig. 8, o perímetro, e seja constatado que o mesmo se trata de um retângulo validando a característica buscada.

Deve-se observar a condição *perímetro > 120*, (linha 17) Fig. 8, onde acontece um teste logico no algoritmo. Este teste trata-se de um filtro de contornos que serão desenhados na imagem. Este valor de 120 é um parâmetro testado para um retângulo satisfatório, representando todos retângulos encontrados na imagem com dimensões de objetos vistos a uma distância entre 3 e 5 metros do observador, que neste caso é a câmera. Eliminando todos os perímetros fora da condição, é possível fazer uma verificação dos retângulos que possivelmente poderão ser a placa.

Fazendo isso, o retorno da função evidenciará os contornos mais fieis possível, resultando em uma saída limpa com possível o alvo desejado, fazendo assim a segmentação da placa. Veja o resultado na Fig. 9.

Figura 9: Resultado da aplicação do algoritmo de segmentação por retângulos.



Fonte: Autor (2017)

Concluído a localização da placa, é seguido para a operação de recorte do perímetro encontrado, para esse passo e utilizado a função ROI passando as coordenadas (x, y) encontradas nos contornos. Veja o trecho do código.

```
roi = imagem[y:y+alt, x:x+lar]
```

3.4. Reconhecimento Ótico de Caracteres.

Obtida a imagem e passados pelos tratamentos de detecção e segmentação, o que obterá nesta etapa será um segmento da imagem original, ou seja, a placa na qual será interpretada pelo modulo de reconhecimento ótico de caracteres.

No trabalho de um Identificador de Placa Veicular de 2014, diz que

Todas as tarefas das etapas descritas acima pressupõem a existência de um conhecimento sobre o problema a ser resolvido, armazenado em uma base de conhecimento, cujo tamanho e complexidade podem variar devido a qualidade e luminosidade da imagem (KHOSHAFIAN & BAKER, 1996 apud CABRAL e PEREIRA MACHADO. 2014, p. 27)

Esse tipo de problema, normalmente é proposto a elaboração de uma base de conhecimento utilizando Redes Neurais¹²⁹ bem treinadas para um nível de acertos satisfatórios. Essas redes neurais são modelos de processamento capazes de organizar em classes um determinado conjunto de padrões de entrada (DE CAMPOS, 2001, p. 76). Ao se utilizar uma entrada em uma rede neural, a mesma fornece a saída um resultado que indica a

¹²⁹ Redes Neurais - São técnicas computacionais que apresentam um modelo inspirados em estruturas neurais de organismos inteligentes e que adquirem conhecimento através da experiência

classe a que pertence este valor. Essa classificação é feita de forma correta, para isso a rede neural precisa ser previamente treinada em um processo iterativo.

O processo relatado, consiste em sucessivas submissões à rede de entradas, afim de que a mesma se adapte à função desempenhada.

Contudo esse modelo demanda tempo e um poder computacional relativamente significativos, que para este trabalho não é o caso. Sabendo disso, feito uma pesquisa sobre quais técnicas poderiam suprir essa necessidade, foi encontrado uma biblioteca especialista para reconhecimento ótico de caracteres (OCR), o Tesseract.

O texto extraído da imagem é analisado e quebrado em palavras de acordo com o espaçamento entre os caracteres. No passo seguinte as palavras são analisadas pelo classificador do idioma uma de cada vez, e caso seja reconhecida, é classificada como um dado de treinamento. Caso o classificador tenha utilizado esta palavra para o reconhecimento, um segundo passo é realizado a partir do início do texto (TESSERACT-OCR, 2014).

3.5. Testes de Reconhecimento de Caracteres

Para essa etapa, utilizando-se do algoritmo de segmentação da placa através de retângulos, obteve-se uma imagem processada ao ponto de ser submetida a interpretação dos caracteres. Pegando o resultado obtido na fase de processamento e passando-o pela interface de reconhecimento da biblioteca Tesseract, é possível se ter um resultado do texto que se deseja ler.

Utilizando-se de uma classe escrita em Python e pegando o resultado da segmentação, é aplicando novamente os filtros de *cvColor* e *threshold* do OpenCV, e por fim submetendo o resultado na interface de OCR Tesseract. Utilizando-se uma função *pytesseract.image_to_string* recebe uma imagem previamente Limiarizada e um parâmetro *lang* que significa qual idioma, para esse caso foi utilizado *eng* (sigla para o inglês), visto que se saiu melhor do que o padrão *pt-br*¹³⁰. Ainda foi utilizado um segundo filtro além Limiarização, o filtro de *GaussianBlur* onde fazendo uma suavização na imagem, eliminando assim alguns ruídos antes da interpretação.

O resultado obtido no console da IDE¹³¹ foi (**_AT:F-7354**), como pode ser visto na Fig. 10.

¹³⁰ Pt-br – Acrônimo que significa português brasil

¹³¹ IDE - Ambiente de Desenvolvimento Integrado para desenvolvimento de software.

Figura 10: Resultado do reconhecimento no console da IDE PyCharm



Fonte: Autor (2017)

Percebe-se que os reconhecimentos dos caracteres, foram de 100%. Mesmo com alguns ruídos na imagem e sem muito tratamento, obteve-se um resultado satisfatório, do dado abstraído da imagem original. A partir disso a informação pode ser utilizada em um sistema de logística básico, na qual é possível a identificação de 80 a 90% dos veículos através das imagens digitais das placas veiculares.

Concluído a etapa de implementação é passado para a etapa de testes de satisfação. Foi submetido diversas imagens de placas a interface de reconhecimento. Foram utilizadas amostras de diferentes luminosidades e tonalidades de placas existentes no Brasil.

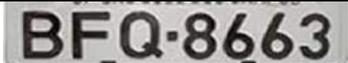
Os Resultados foram dispostos em uma tabela, na qual ficou possível evidenciar diferentes níveis de satisfação, através dos resultados obtidos. Como mostrado na Tabela 1

3.6. Resultados obtidos.

O que pode ser visto na Tabela 1, é que o reconhecimento dos caracteres através da interface OCR do Tesseract, nem sempre é de 100% de acerto. É comum que a interface não se saia bem em alguns casos de má formação dos caracteres e ou modelo da fonte, por exemplo nos índices 2 e 3 da Tabela 1, foram submetidas placas de numerações iguais, porém com fontes diferentes, o resultado foi a interpretação equivocada pela interface nos caracteres “A” e “I”. No primeiro caso a letra “A” foi confundida pela letra “H”, já no segundo caso o problema acontece nos caracteres “C” e no dígito “1”, confundidos por “D e I” respectivamente.

Pode-se concluir que, a resolução de todas as variáveis se torna algo impossível para a interface. Contudo, tendo em vista que, podendo ser feito um processamento mais avançado, uma melhor parametrização da interface, somado a utilização de logicas básica na logística do reconhecimento, como percentuais mínimos de acertos, se o veículo se encontra posicionado corretamente, entre outros, com isso é possível obter resultados consistente e bastante satisfatórios no reconhecimento do veículo.

Tabela 1: Tabela de resultados e mediana, obtidos da interface Tesseract.

Índices	Origem	Alvo	Resultado	Acertos %
1		ATF-7354	_AT:F-7354	100 %
2		ABC-1234	HBC-1234	90 %
3		ABC-1234	ABD I234	80 %
4		BFG-8663	BF_O-86.63	90 %
5		FOR-1904	FUR- 1904	80 %
6		HMG-0248	HMG-0248	100 %
7		ICE-2973	E_E-2973	80 %
8		JDR-0312	JHIR-D3I2	40 %
9		JJK- 1960	JJK-I960	90 %
10		JSQ-7436	JED-74_3B	30 %
11		LPT-4625	LPT-4625	100 %
12		NNS-4646	NNS-4B_4B	80 %
13		MHM-0058	AIIM-0058	70 %
14		PEC-2013	PEC-2D 3	80 %
15		OJJ-3384	!_J-3384	70 %
16		CSC-2013	CSC-2013	90 %
17		VCR-0000	VCR-D000	90 %
18		AXN-8888	AXN-3888	90 %
19		ASY-3826	ASY-3825	90 %
20		OOZ-8802	UUZ-BBJJZ	10 %
Média geral (%)				77.5%

Fonte: Autor (2017)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho foi apresentado uma abordagem pratica da utilização de técnicas de processamento de imagens, afim de que seja possível o reconhecimento de veículos através da interpretação de suas placas. Fazendo um estudo sobre as ferramentas, e elaborando a implantação de um modulo que fizesse o tratamento da imagem ao ponto que fosse possível a leitura dos caracteres alfanuméricos. Pode-se se destacar a importância da utilização de ferramentas especialistas como OpenCV e TesseractOCR.

No quesito processamento das imagens, foi indiscutível a eficiência de se utilizar uma biblioteca especialista, na qual nos abstraiu eventuais tarefas que explicitamente requeriam bastante conhecimento na área de PDI e programação aplicada. E o que foi visto foi a elaboração de um código limpo, simples e de melhor compreensão, apenas se utilizando das diversas funções contidas na biblioteca. Contudo como parte da pesquisa visa a localização da placa no contexto geral da imagem, foi concluído que o código sim é satisfatório e eficiente ao que foi proposto tenho em vista quase 80% nos percentuais de acertos mesmo a nível de pesquisa acadêmica. Porém é necessário salientar que em ambiente de produção reais, com muitas outras variáveis, é possível que o mesmo não se saia tão bem, podendo ser preciso uma adaptação a necessidade recorrente.

Sabendo que a parte de reconhecimento e interpretação não seria nada simples ou no mínimo trivial, houve uma dificuldade em encontrar uma técnica ou abordagem para a leitura da placa obtida pelo processamento. Com base em pesquisas de tecnologias especialistas na área a utilização da interface de reconhecimento Tesseract, saiu-se muito bem, visto que mesmo com pouca parametrização e processamento das imagens, obtive um resultado satisfatório com média de quase 80% dos acertos. Com isso, mostrando que se bem utilizada a interface, é possível obter resultados altamente precisos e consistentes.

Concluindo, como parte de trabalhos futuros, é possível a aprimoração do algoritmo de detecção, para que se saia melhor em diferentes ambientes e amostras. Para a interpretação constatou-se que a biblioteca Tesseract é um caminho a ser seguido, não sendo necessário à sua substituição. Contudo uma utilização mais elaborada da mesma, tendo em vista que sua utilização é um resultado conjunto da saída no passo de processamento das imagens.

REFERÊNCIAS

AMNERAAL, Leen; ZHANG, Kang. **Computação Gráfica para Programadores Java**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2008. 217 p

BAGGIO, Daniel Lélis. **OpenCV computer vision with java: Create multiplatform computer vision desktop and web applications using the combination of OpenCV and Java**. 1. ed. Birmingham B3 2PB, UK. Packt Publishing, 2015. 174 p. v. 1.

BALLARD, Danna H.; BROWN, Christopher M.. **Computer Vision**. New Jersey: Englewood Cliffs, 1982. 539 p.

BALLOU, R. H.; **Logística Empresarial**: transporte, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993

BRADSKY, G. R.; PISAREVSKY, V.; BOUGUET, J. **Learning OpenCV: Computer Vision with the OpenCV Library**. Springer, 2006.

CABRAL, Fabio Augusto; PEREIRA MACHADO, Victor Hugo. **IDENTIFICADOR DE PLACA VEICULAR**: alternativa para segurança em escolas. 2014. 52 f. Monografia (Pós-Graduação Em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal Do Paraná, Curitiba, 2014. 1. Disponível em: <<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

DE CAMPOS, Tatiane Jesus. **Reconhecimento de caracteres alfanuméricos de placas em imagens de veículos**. 2001. 120 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência da Computação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, [2002]. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2329>>. Acesso em: 04 mar. 2017

DE PAULA JÚNIOR, Iális Cavalcante. **MC 5: Técnicas de Processamento Digital de Imagens com Java**. 2009. 81 f. Artigo (Mestrado em Engenharia de Teleinformática) - Universidade Federal do Ceará, Sobral, 2009. 1.

FACON, J. **Processamento e Análise de Imagens**. In: EBAI, 1993. Anais... Córdoba: [s.n.], 1993. 198p.

GONZALEZ, R. C. & WOODS, R. E. (1992). **Processamento Digital de Imagens**. Addison-Wesley publishing company edition.

LIBERMAN, F. **Classificação de Imagens Digitais por Textura usando Redes Neurais**. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Instituto de Informática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MARQUES FILHO & VIEIRA NETO, Hugo. **Processamento Digital de Imagens**. Rio de Janeiro: Brasport, 1999. 331 p.

MORDVINTSEV, Alexander; K, Abid. **OpenCV-Python Tutorials Documentation**: Release 1. 2013: Google Summer Of Code, 2013. 273 p.

PADILHA, A.J.: **Simulation of Data Distribution Strategies for LU Factorization on Heterogeneous Machines**. In: Proceedings of 17 International Parallel and Distributed Processing Symposium (IPDPS 2003), IEEE Computer Society Press. Los Alamitos (2003).

PAZ, E. P.; CUNHA, T. N. **Iniciação ao Processamento Digital de Imagens**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988

PROCESSAMENTO de Imagem Digital: Conceito de Pixel. Disponível em: <http://www.w3ii.com/pt/dip/concept_of_pixel.html>. Acesso em: 11 abr. 2017.

SILVA, Bruno Ramon de Almeida e. **Sistema De Contagem Automática De Objetos Utilizando Processamento Digital De Imagens Em Dispositivos Móveis**. 2014. 65 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Ciência da Computação, Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2014

SILVA DE SOUZA, Guilherme Stefano; PASSELLA, Paulo Henrique. **Reconhecimento Automático De Placas De Veículos Utilizando Processamento Digital De Imagens E Inteligência Artificial**. 2011. 173 p. Bacharel (Bacharelado em Ciência da Computação) – Centro Universitário UNISEB, Ribeirão Preto, 2011.

TESSERACT. **An OCR Engine that was developed at HP Labs between 1985 and 1995 and now at Google**. 2014. Disponível em: <<https://code.google.com/p/tesseract-ocr>> Acessos entre: 02/03/2017 e 29/05/2017. WOODS, Richard E.; GONZALEZ, Rafael C. **Digital Image Processing**. 3. ed. Florida: Pearson, 2007. 976 p

USO DE API RESTFUL PARA GESTÃO DE EVENTOS

Hitalo Cunha de Sousa¹³²

Bruno Ramon de Almeida e Silva¹³³

Júnior Marcos Bandeira¹³⁴

Resumo: O seguinte trabalho tem como objetivo demonstrar a aplicação das restrições da arquitetura *REST* em um servidor utilizando o caso de uso do módulo de um sistema de gestão de eventos distribuído. Nesse módulo serão demonstrados a aplicação das principais restrições da arquitetura *REST*, mostrando como cada restrição busca criar uma estrutura de organização do servidor para otimização e organização de serviços distribuídos. Ao final da aplicação das restrições serão justificado o uso do termo *API RESTful* para se referir ao presente sistema.

Palavras Chaves: *Web Services, API RESTfull, REST.*

Abstract: The following work aims to demonstrate the application of REST architecture constraints on a server using the module use case of a distributed event management system. This module will demonstrate the application of the main constraints of the REST architecture, showing how each constraint seeks to create a server organization structure for optimization and organization of distributed services. At the end of the application of the restructurings will justify the use of the term *API RESTful* to refer to the present system.

Keywords: *Web Services, Api RESTfull, REST.*

1. INTRODUÇÃO

O grande crescimento no consumo de serviços compartilhados pela web contribuiu para o sucesso das redes de computadores, em reflexo desse crescimento as arquiteturas que organizam as redes também cresceram, foram melhoradas e até novas foram criadas. Com o crescimento na popularidade dos aplicativos mobiles, surgiram novas demandas e requisição de tipos de dados a servidores. Com o objetivo de servir dados de forma mais elaborada para os vários clientes em um sistema distribuído o cientista Roy Fielding elaborou o modelo de arquitetura REST (FIELDING, 2000).

O presente trabalho busca demonstrar as principais características da arquitetura *REST* no caso de uso de um sistema de gestão de eventos distribuídos, com o objetivo mostrar como as restrições da arquitetura *REST* foram aplicadas no modulo de eventos do sistema de gestão de eventos distribuídos. O presente trabalho contém os seguintes objetivos específicos:

¹³² Acadêmico do curso Sistemas de Informação / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: hitalocunhadesousa@gmail.com

¹³³ Orientador – Professor do curso de Sistemas de informação / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: brunoramonalmeida@gmail.com

¹³⁴ Orientador – Professor do curso de Sistemas de informação / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: coord.sistemas@unibalsas.edu.br

- Demonstrar os conceitos relacionados a arquitetura *REST*.
- Demonstrar a aplicação de cada uma das restrições *REST*.
- Mostrar exemplos das restrições aplicadas ao sistema.

Foi implementado uma *API* utilizando os conceitos da arquitetura *REST*, para um sistema de para gestão de eventos com a utilização do framework de desenvolvimento *Web Laravel*, bem como a utilização do banco de dados relacional *MySQL* para armazenamento dos dados do sistema. É demonstrado onde foram aplicadas no sistema as restrições dessa arquitetura, os recursos para serem consumidos, a especificação tipos de dados em hipermídias, a construção de rotas para consumo dos clientes e exemplos de interações entre o cliente e o servidor sem guardar estado nas solicitações.

2. ESTUDO DA ARTE SOBRE ARQUITETURA REST E SUAS TECNOLOGIAS

No seguinte capítulo será apresentada uma visão geral sobre o ambiente no qual a arquitetura *REST* é aplicada desde os conceitos mais genéricos como redes de computadores, sistemas distribuídos, *Web Services*, até a arquitetura *REST*.

2.1. Redes de computadores

Desde o surgimento dos primeiros computadores uma das necessidades primordiais foi a troca de informações entre máquinas servidoras em locais distintos. Esse desafio foi superado graças à criação das primeiras redes de computadores.

Segundo Torres et al. (2009), “as redes de computadores surgiram da necessidade de troca de informações, já que é possível ter acesso a um dado que está fisicamente localizado distante de você”. O surgimento das redes de computadores está intimamente ligado à necessidade de compartilhamento de informações em larga escala e geograficamente distantes. A necessidade da busca pela informação passou a fazer parte do cotidiano do ser humano.

Após o surgimento da grande rede de computadores a *World Wide Web*, e com o aumento na necessidade de consumo de documentos e arquivos pela internet e a popularização dos servidores os serviços tradicionais da web foram ganhando destaque. Com todo o fluxo de acesso a documentos e recursos, foram criados meios para prover acesso rápido e para o compartilhamento de recursos entre servidores a serem consumidos pelos clientes de forma rápida e transparente, esses meios passaram a ser classificados e estudados como sistemas distribuídos.

2.2. Sistemas distribuídos

Com o crescimento das redes os computadores passaram a ser cada vez mais responsáveis pelos processamentos e armazenamento dos dados. Desde então surgiu a necessidade do compartilhamento inteligente de recursos e armazenamento, sem que tal

compartilhamento, manutenção e atualização desses serviços fossem perceptíveis ao usuário e sendo realizados de forma transparente, iniciando-se assim o estudo dos sistemas distribuídos.

De acordo com Tanenbaum (2007) “Um Sistema Distribuído é um conjunto de computadores independentes que se apresenta a seus usuários como um sistema único e coerente”. A ideia de se trabalhar de forma distribuída na computação, surgiu em conjunto com a criação dos microprocessadores e a invenção das redes de computadores com as famosas Redes Locais, que “permitem que centenas de máquinas localizadas dentro de um edifício sejam conectadas de modo tal que pequenas quantidades de informação possam ser transferidas entre máquinas em alguns microssegundos” (Tanenbaum, 2007).

No geral um sistema distribuído funciona como componentes autônomos que precisam se comunicar e colaborar entre si. Esta comunicação deve funcionar de modo que o cliente, que pode ser um usuário ou outra máquina, acredite estar trabalhando em um único sistema.

Outra característica de um sistema distribuído é que a comunicação possa ocorrer independente do sistema utilizado pelos clientes ou as demais máquinas que se comunicam entre si. No geral para que um sistema distribuído possa ser construído devem-se seguir quatro pilares essenciais que são: oferecer fácil acesso aos recursos; ocultar o fato de que os recursos estão distribuídos em uma rede; devem ser abertos e poderem ser distribuídos. Partindo dessas premissas podem-se destacar algumas habilidades que um sistema distribuído deve ter: Acesso a recursos, transparência da distribuição, abertura e escalabilidade.

2.3. Web Services

Um *Web Services* é um sistema de software criado para dispor serviços gerais remotamente pela grande rede sem a interações direta com os usuários” (TANENBAUM, 2007). Uma das particularidades é que obedecem padrões que permitem ser descobertos e acessados por outras aplicações desde que também implementem os padrões definidos. Um importante elemento da arquitetura dos *web services* são os serviços. Um serviço obedece a um padrão de descoberta e descrição universal, o que chamamos de *UDDI*¹³⁵. O *UDDI* tem a função de prescrever o layout de um banco de dados para armazenar a descrição dos serviços. Os serviços também são descritos por outro padrão chamado de linguagem de definição de serviços *Web* (*Web Services Definition Language – WSDL*). As *WSDL* tem a função de armazenar as definições exatas das interfaces fornecidas por um serviço.

Por fim o elemento central de um *web service* é o protocolo simples de acesso a objeto (*Simple Object Access Protocol – SOAP*), que tem a função de especificar o modo como ocorrem as comunicações no web service (TANENBAUM e STEEN, 2007).

Partindo desse princípio, um *web service* trabalha com padrões bem definidos que servem dados aos seus clientes cumprindo o que um sistema distribuído propõe. Porém no tocante a facilidade de implementação e nível de complexidade os *web services* implementados no modelo clássico são na maioria das vezes serviços complexos. E essa

¹³⁵ UDDI: é um serviço de diretório onde empresas podem registrar e buscar por *web services*.

complexidade aumenta ainda mais quando a comunicação deve passar por cada uma dessas etapas e ainda se comunicar com outros *web services* de provedores diferentes (TANENBAUM e STEEN, 2007, p. 334).

Nesse contexto é que foi proposta uma solução por Fielding (2000), em sua tese de doutorado, propondo uma solução que obedece a padrões comuns e mais simples baseados no funcionamento do protocolo de rede *HTTP*¹³⁶.

2.4. O Protocolo *HTTP*

O Protocolo de Transferência de *Hipertexto HTTP*, é um protocolo de comunicação utilizado na Web para transferências de arquivos de hipertexto. Está localizado na camada de aplicação do modelo (*INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 1994*). Fundado por Tim Berners-Lee, Henrik Frystyk Nielsen e Roy Fielding, o protocolo facilitou a comunicação entre sistemas de informação em rede em razão da sua flexibilidade.

Essa facilidade e flexibilidade se dão por conta do formato das requisições que possibilitam atender necessidades diferentes. O protocolo *HTTP* trabalha com requisições e respostas, estas requisições são realizadas através de verbos que definem a natureza da solicitação, os verbos *HTTP* estão dispostos na Tabela 1.

Tabela 1 - Tipos de verbos *HTTP*

Verbo	Função
GET	Buscar dados.
POST	Adicionar dados.
PUT	Alterar dados.
PATH	Alterar parcialmente os dados.
DELETE	Excluir os dados.
HEAD	Recuperar informações do cabeçalho.

Fonte: Adaptado de Saudate (2013^a, p. 15)

As requisições *HTTP* carregam informações sobre si, essas informações são chamadas de meta dados que estão localizados nos cabeçalhos *HTTP*. Apesar dos cabeçalhos não serem obrigatórios em uma requisição, eles são padronizados caso sejam enviados. Os cabeçalhos mais estão dispostos na Tabela 2.

¹³⁶ *HTTP*: (Protocolo de Transferência de Hipertexto) é um protocolo de comunicação utilizado para sistemas de informação de hipermídia, distribuídos e colaborativos.

Tabela 2 - Tabela de Cabeçalhos HTTP

NOME	DEFINIÇÃO
<i>Host</i>	Mostra qual endereço de <i>DNS</i> utilizado para se localizar o servidor
<i>User-Agent</i>	Mostra qual o meio utilizado para se chegar o servidor. Os <i>User-Agent</i> : geralmente são <i>Browsers</i> de internet
<i>Accept</i>	Especifica o tipo de conteúdo aceito
<i>Accept-Language</i>	Resolve o idioma a ser utilizado na resposta
<i>Accept-Encoding</i>	Resolve o método de codificação da resposta
<i>Connection</i>	Define se a conexão é persistente ou não

Fonte: Adaptado de Saudate (2013^a, p. 23)

Os *Media Types* são outro ponto importante nas requisições *HTTP*, pois definem o tipo de informação trafegada. Dessa forma os *Media Types* servem como padronizadores que descrevem o tipo de uma informação (BORENSTEIN; FREED, 1996). Os *Medias Types* mais comuns são mostrados na Tabela 3.

Tabela 3- Tipos de Media Types

NOME	FUNÇÃO
Application	Tráfego de dados entre aplicações
Audio	Utilizado para formatos de áudio
Image	Utilizado para formatos de imagem
Text	Utilizados em formatos de texto legíveis a humanos
Video	Utilizado para formatos de vídeo
Vnd	Utilizado para tráfego de informações para softwares específicos

Fonte: Adaptado de Saudate (2013^a, p. 24)

Os *Media Types* são passados nos cabeçalhos chamados *Accept*, no caso de uma requisição, e o *Content-Type*, no caso de uma resposta e são utilizados em larga escala em *web services*. As formas mais comuns de representar dados em uma arquitetura *REST* são utilizando dos formatos *XML*¹³⁷ e *JSON*¹³⁸. Ambos são linguagens de marcação de texto, tendo suas finalidades nas aplicações.

De acordo com a (RFC 7159, 2017) o formato de Intercâmbio de Dados da Notação de Objeto *Javascript* ou *JSON*, é um formato baseado em texto, que se derivada da notação da

¹³⁷ XML: (Linguagem de Marcação Extensível) é linguagem de marcação extensível utilizada na web

¹³⁸ JSON: (JavaScript Object Notation) é um formato de padrão aberto que utiliza texto legível a humanos para transmitir objetos de dados consistindo de pares atributo-valor

linguagem de programação *ECMAScript*. *JSON* é um formato mais leve se comparado ao *XML*.

O formato *XML* por sua vez é uma linguagem de marcação extensível também utilizada para trafegar dados entre servidores em requisições *HTTP*, não se limitando a esta função (RFC 4825, 2007). Contudo o formato *XML* pode ser utilizado para representar dados em *Media Types* contanto que sua estrutura esteja legível a humanos (RFC 3023, 2017).

Toda requisição realizada a um servidor retorna uma resposta ao solicitante, essa resposta, para a melhor identificação, são classificadas em grupos de status que são denominados *Status Codes*. Cada grupo *Status Codes* representam uma categoria de resposta, sendo assim, uma categoria de resposta pode conter várias respostas relacionadas. Os grupos de respostas do protocolo *HTTP* podem ser observados na Tabela 04.

Tabela 04 - Tabela de Status Codes

FAMÍLIA DE RESPOSTAS	DEFINIÇÃO
1xx	Informacionais
2xx	Códigos de sucesso.
3xx	Códigos de redirecionamento.
4xx	Erros causados pelo cliente.
5xx	Erros originados no servidor.

Fonte: Adaptado de Saudate (2013^a, p. 23 a 28)

A Tabela 04 mostra que os grupos de respostas são aninhados como famílias de respostas comuns que são devolvidas ao cliente pelo servidor, afim de que este saiba lidar com a resposta recebida de acordo com sua necessidade. Um exemplo comum de resposta recebida por um servidor é o *status code* 200, que indica que uma operação teve sucesso, ou a 404, que indica que o recurso solicitado pelo usuário não existe, assim o classificando na família de respostas de erros causados pelo cliente, que no caso solicitou um recurso inexistente.

2.5. A Arquitetura REST (*Representational State Transfer*)

REST é uma arquitetura para se trabalhar com sistemas distribuídos e foi criada com base no protocolo *HTTP*. Criada por Roy Fielding, a arquitetura *REST* é uma arquitetura para sistemas de hipermídia distribuídos, sendo escalado como alternativa mais simples a outros sistemas comuns como o protocolo *SOAP* (*Simple Object Access Protocol*).

A REST foi criado com base em outros estilos arquitetônicos, que foram observados por Fielding (2000) e compilados em restrições conhecidas como *constraints*. As *constraints* são um conjunto de regras de estilos arquitetônicos para serem seguidos e aplicados para homologar uma arquitetura *REST*.

A primeira *constraint* da arquitetura *REST* é a *constraint Client-Server*, essa *constraint* define a separação de preocupações entre a interface do usuário e o servidor de dados. De acordo com Fielding (2000), ao se separar a interface do usuário do armazenamento dos dados melhoramos a portabilidade da interface do usuário em várias plataformas, tornando o sistema escalável, além de simplificar os componentes do servidor e permitir que os componentes evoluam de forma independente. A Figura 1 mostra a conexão de vários dispositivos distintos a uma *API REST* que provê os dados aos dispositivos por meio de requisições *HTTP*.

Figura 4 - Exemplo arquitetura Client-Servidor em REST.



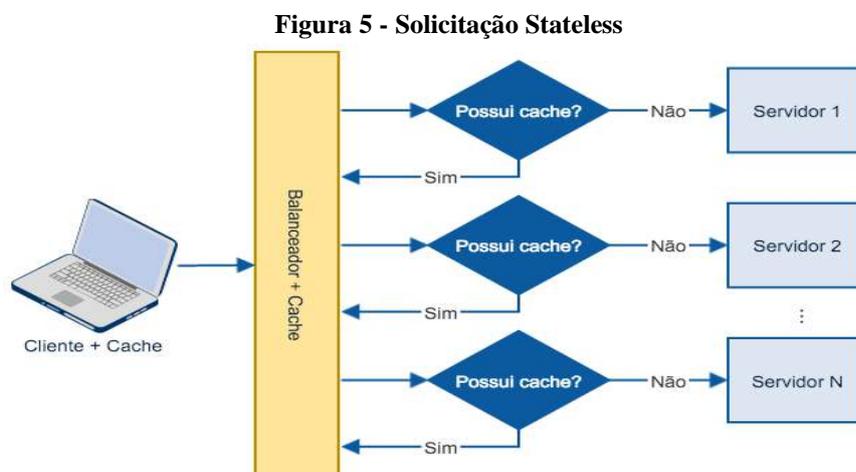
Fonte: Bencode (2017).

A Figura 1 mostra dispositivos distintos e com interfaces diferentes que interagem recuperando e solicitando dados a uma *API RESTful*. Dessa forma os clientes podem evoluir suas funcionalidades de forma independente do servidor de armazenamento e de processamento dos dados, recebendo apenas representações dos dados via *JSON* ou *XML*, e liberando do servidor a responsabilidade de oferecer uma interface visual de acesso, isso faz com que o servidor gaste recursos e se comprometa apenas com o processamento dos dados recebidos.

A segunda *constraint* da arquitetura *REST* denominada *Stateless*, define que as requisições realizadas por clientes aos servidores não devem guardar estado, ou seja, as requisições realizadas ao servidor não tem qualquer ligação com as requisições anteriores. Sendo assim cada requisição do cliente ao servidor deve conter todas as informações necessárias para o atendimento do pedido, não sendo permitido ao solicitante tirar proveito de qualquer do contexto armazenado no servidor. Portanto todo o estado da sessão é de inteira responsabilidade do cliente. A principal vantagem apontada por *Fielding* (2000) no uso de requisições *stateless* é o aumento na visibilidade, confiabilidade e escalabilidade.

Na Figura 2, é ilustrado a requisição de um cliente para um servidor, onde o mesmo utiliza a estratégia da utilização de um *token* de acesso, visto que as solicitações são *stateless*. Então o servidor responde a solicitação de um cliente enviando um *token* de autenticação para acessar os dados do servidor. Uma vez obtido um *token* de autenticação o cliente tem a

possibilidade de realizar uma busca com o *token* de autenticação que fica armazenado nos cookies do cliente.

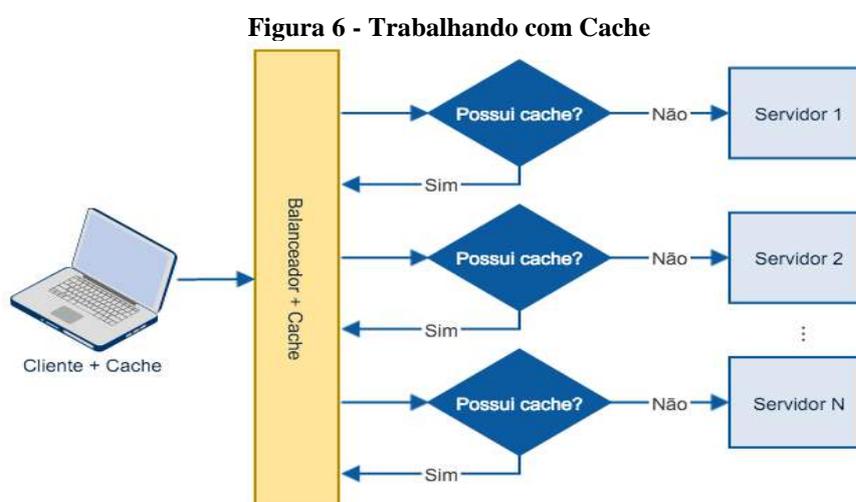


Fonte: Dias (2016, p. 14)

O grande problema ao se trabalhar com requisições *stateless* é que as requisições podem diminuir o desempenho da rede, por conta do aumento dos dados repetitivos e de sobrecarga por interação, uma vez que esses dados não podem permanecer no servidor em um contexto compartilhado (FIELDING, 2000).

Para melhorar as resposta às requisições, a arquitetura *REST* deve possibilitar políticas para que as respostas às requisições possam ser cacheadas sendo essa denominada a terceira *constraint* da arquitetura *REST*.

O cache fará o papel de balanceador de carga, a fim de tornar as aplicações mais fluidas, e evitar o processamento desnecessário em cada requisição realizada ao servidor, visto que as requisições sem estado como já vistas anteriormente podem causar repetição de dados (FIELDING, 2000). Na Figura 3, pode-se observar o papel do cache como balanceador de carga.



Fonte: Dias (2016, p. 15)

Nesse caso quando o cliente realiza uma requisição ao servidor e necessita novamente realizar uma outra requisição idêntica à anterior, o cliente acessa na verdade o cache. Assim o cliente tem a impressão de ser respondido mais rapidamente, quando na verdade está apenas acessando o cache que está sendo utilizado como balanceador de carga, como visto na Figura 3. A principal vantagem do uso do cache é que existe a possibilidade de eliminar parcialmente ou totalmente novas requisições que custariam ao servidor uma sobrecarga de processamento em várias requisições. Porém a desvantagem é a diminuição da confiabilidade, caso os dados obsoletos dentro do cache diferem muito dos dados que seriam recebidos caso o cliente tivesse enviado a solicitação direto ao servidor.

A *Uniform Interface* é a quarta *constraint* da arquitetura *REST*, e é a principal característica que difere a arquitetura *REST* dos demais estilos de arquiteturas baseados em rede, por defender a uniformidade entre seus componentes. Isso acontece por que é aplicado o princípio da *generalidade*¹³⁹ da engenharia de software no componente. Como resultado a arquitetura geral do sistema é simplificada melhorando a visibilidade entre os componentes, além de possibilitar a evolução independente dos componentes. A desvantagem porém é que a eficiência acaba prejudicada, uma vez que a informação é transferida de forma padronizada e pode não ser específica para as necessidades da aplicação.

Para se conseguir uma interface uniforme, é necessário orientar o comportamento dos componentes. *REST* é definido por quatro definições de interface sendo elas:

- A identificação de recursos
- Manipulação de recursos através de representações
- Mensagem auto descritivas
- E, hipermídia como motor do estado da aplicação

O ponto de partida da arquitetura *REST* são os recursos, sendo eles a principal abstração da informação na arquitetura *REST*. A nomeação de um recurso sempre é formado por um substantivo e nunca por um verbo. Os verbos dão a ideia de ação, porém, as ações que os recursos vão realizar são definidas pelos verbos *HTTP* como definidos na tabela 1. Dessa forma a os recursos terão todas as suas ações manipuladas pelo tipo de verbo *HTTP* passado na requisição que o cliente realiza. Os recursos são acessados e identificados por uma *URI* (*Uniform Resource Identifier*, Identificador de Recursos Uniforme) que é uma forma única para se identificar um recurso seja ele físico ou abstrato (*RFC 3986*, 2005). A Figura 4, mostra duas tabelas, uma com a implementação seguindo os padrões *REST* e outra seguindo uma implementação tradicional.

¹³⁹ Generalidade - É um princípio que visa durante a resolução de um problema, descobrir se ele é uma instância de um problema mais geral, no qual a solução pode ser reutilizada em outros casos.

Figura 7 - Diferença entre URI's

Tradicional		REST	
URI	HTTP Method	URI	HTTP Method
/getEvent	GET	/event?tatus=ACTIVE&...	GET
/getAllEvents	GET	/event	PUT
/getEventsByStatus	GET	/event	POST
/getEventsByStatus	GET	/event	DELETE
/deleteEvent	POST	/event/1234	GET
/deleteEventById	POST	/event/1234	PUT
/updateEventStatus	POST	/event/1234	DELETE
/updateEventName	POST		
/createEvent	POST		
/createEvents	POST		

Fonte: O Autor

A partir da Figura 4, nota-se que nas implementações tradicionais a função dos verbos *HTTP* não são respeitadas, e isto influencia diretamente na nomenclatura das *URI's* que levam os clientes aos recursos, além de misturar o nome dos recursos com as funções. Em uma implementação seguindo os padrões *REST*, a nomenclatura se torna mais dinâmica e padronizada tendo sua função bem definida por delegar as ações aos verbos *HTTP*, simplificando a nomenclatura das *URI's*. O exemplo pode ser observado na *URI* de recuperação de todos os eventos, esta *URI* é composta pelo método *GET*, que tem a função de recuperar dados assim como disposto na Tabela 1, e é seguida pela *URI* */event*, sendo assim a API entende que o cliente solicita todos os eventos da aplicação, e caso seja necessário recuperar um evento individual a *URI* de acesso é */event/1234*, adicionando somente um identificador e utilizando o mesmo verbo que tem a função de recuperação de dados.

A quinta *constraint* da arquitetura *REST* é o *Layered System*, que define que uma arquitetura deve ser composta de camadas hierárquicas ao restringir o comportamento dos componentes.

Para que um sistema seja escalável é necessário adicionar elementos intermediários que trabalhem de forma transparente ao cliente. Partindo desse princípio a arquitetura *REST* deve prover a capacidade de se trabalhar com camadas de forma transparente ao cliente, ou seja, o cliente não deve perceber as camadas do sistema. Um exemplo a se observar é o sistema de *DNS*, se toda vez que um usuário tivesse a necessidade de acessar o domínio do Google fosse obrigado a decorar o *IP* do *Google*, talvez o conceito de web como é visto hoje não existiria. Nesse contexto o *DNS* faz o papel de uma camada intermediária entre o cliente e o recurso que o cliente queira acessar. Outro bom exemplo de camada são os balanceadores, que permitem adicionar mais servidores a aplicação fazendo isso com total transparência ao cliente (DIAS, 2016).

A vantagem do uso de camadas em uma arquitetura é a extensibilidade dos códigos, o baixo acoplamento. Um código é considerado extensível quando se é possível realizar alterações e melhorias, seja manutenção, ou adicionar uma nova funcionalidade sem quebrar o código. O código sob demanda tem o mesmo objetivo, procurando adaptar o cliente de acordo com as novas funcionalidades e novos requisitos do sistema (FIELDING, 2000).

A desvantagem ao se utilizar um sistema em camadas é que eles aumentam a sobrecarga e a latência quando os dados são processados, e isso se torna perceptível ao usuário, porém, essa sobrecarga pode ser compensada pelo armazenamento do cache compartilhado entre os intermediários.

Quando um servidor contém uma API que aplica todas as *constraints* da arquitetura REST é dito que esse servidor é uma API RESTful, pois o seguinte termo nada mais é que um termo utilizado para explicar que a API aplica todas as *constraints* da arquitetura REST, visto que podem ocorrer casos nos quais as *constraints* são todas aplicadas, ou quando são isso é feito de forma errônea ou parcial (DIAS, 2016).

2.6. O Framework Laravel

Laravel é um framework MVC¹⁴⁰ criado por Taylor Otwell para desenvolvimento de aplicações web. *Laravel* é escrito na linguagem de programação PHP, e implementa as boas práticas de programação, como padrões de projeto, além de seguir parte das especificações das PSR's¹⁴¹.

Uma das características do *Laravel* que se adequam bem a arquitetura REST é o fato de que o *Laravel* trabalha com pacotes através do gerenciador de dependências do PHP, tratando as funcionalidades do framework como módulos separados por pacotes, ou mesmo pequenos componentes de um sistema principal, essa característica se assemelha e muito com uma das restrições do REST código sob demanda, como já tratada acima (LARAVEL, 2012).

Outro componente vindo por padrão no *Laravel* são as rotas que possibilitam trabalhar com recursos, ou quaisquer métodos HTTP, tornando o *Laravel* um forte candidato trabalhar com REST (TURINI, 2015).

2.7. JSON Web Tokens

JSON Web Tokens é um padrão da web que visa representar reivindicações entre duas partes de uma comunicação de forma segura, permitindo a seus utilizadores decodificar e gerar novos *tokens* no padrão JWT. As reivindicações são representadas como um objeto JSON, que é utilizada como uma estrutura de carga útil, permitindo uma espécie de assinatura digital de mensagens protegidas com um código de autenticação (RFC 7519, 2015).

¹⁴⁰ MVC – (Model-View-Controller) Estrutura de organização de código que separa modelo, visão e controle das operações.

¹⁴¹ PSR – (PHP Standards Recommendation) Conjunto de boas práticas recomendadas para desenvolvedores PHP.

JWT são comumente utilizadas na troca de mensagens entre dispositivos móveis e servidores web, buscando proteger a integridade dos dados, visto que uma das características mais importantes do *JWT* é de identificar se os dados foram alterados no meio da requisição ou se o remetente é de fato autêntico.

3. ESTUDO DE CASO UTILIZANDO API RESTFUL

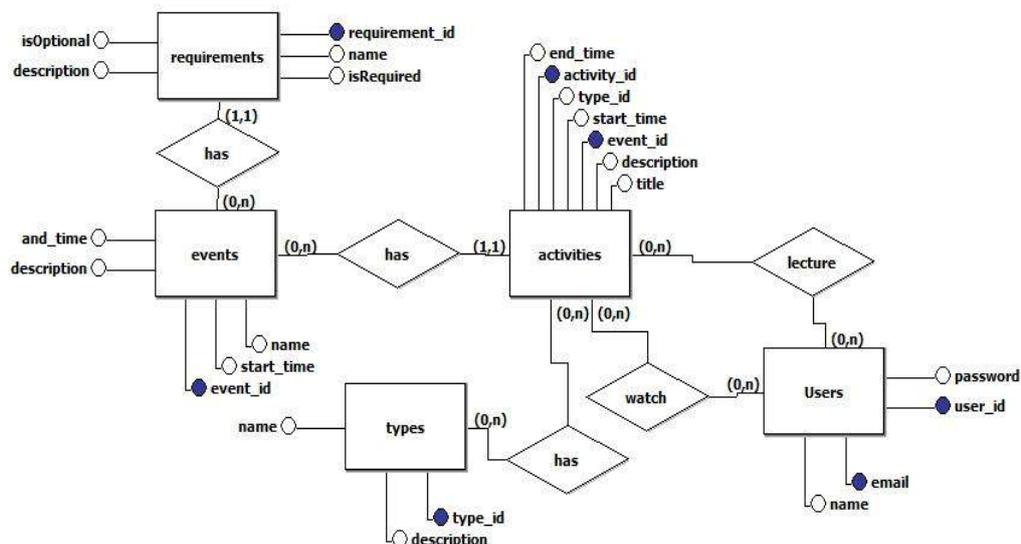
Para o melhor entendimento das técnicas e conceitos que estão reunidos na arquitetura REST, foi proposta a criação de uma *API RESTful* para gestão de eventos. As técnicas e conceitos demonstrados no presente trabalho podem ser utilizados em qualquer linguagem de programação ou framework, porém, o presente trabalho demonstra toda a codificação utilizando o *framework PHP Laravel*, também serão utilizadas outras ferramentas, que serão demonstradas no decorrer do desenvolvimento.

O caso de uso utilizado na construção da *API RESTful* do presente artigo, demonstra a aplicação dos conceitos da arquitetura REST na construção de um sistema de gestão de eventos distribuídos. O sistema foi criado para servir como base de informações e gerência de dados para aplicações mobile, com o objetivo de centralizar informações sobre eventos como: a disponibilidade dos eventos, cidade onde o evento vai ocorrer, cadastro, cronograma de atividades, notificação de informações e inscrição de membros.

3.1. Construção do Banco

A primeira ação a ser tomada ao iniciar um novo projeto é a criação do banco de dados. A partir do banco de dados poderão ser gerados e armazenados os recursos para serem devolvidos aos clientes da *API*. Na Figura 5, é mostrado o Modelo Conceitual do banco de dados criado para o sistema de gestão de eventos.

Figura 8 - Modelo Conceitual



Fonte: Autor

O SGBD utilizado para a criação do banco de dados foi o *MySQL*. Em linhas gerais o *MySQL* é um banco de dados otimizado e livre para *Web*, tem a capacidade de armazenar e devolver de forma rápida consultas utilizando a linguagem *SQL*. O *MySQL* atende as necessidades de armazenamento da *API*. Porém, com o crescimento da *API*, necessidades de mudanças na base de dados podem surgir. Essas mudanças muitas vezes podem ser difíceis e até gerar erros que podem ocasionar na indisponibilidade da *API*. Algumas operações comuns que surgem nos projetos que podem ocasionar esses problemas são: A necessidade da migração para outro banco de dados, alteração das colunas das tabelas do banco ou até mesmo a forma como os dados são consultados. Todas essas atividades geram a necessidade de alteração no código das consultas, e conseqüentemente afetam o conjunto dos componentes relacionados.

Contudo para resolver esses problemas e começar a aplicar as *constraints* definidas pela arquitetura *REST*, é necessária a aplicação das restrições a começar por *Layered System*. Como citados em capítulos anteriores a *Layered System* define que sejam criadas camadas intermediárias com funções bem definidas para restringir o comportamento dos componentes, assim, o componente não poderá ver a camada imediata a qual está interagindo. No caso da ocorrência de um erro o componente estará isolado, não afetando os demais componentes, podendo ser manutenível e permitindo a escalabilidade e o balanceamento de carga, na medida que o componente pode evoluir de forma independente.

Porém é necessário encontrar ou desenvolver uma solução com essas características, e é nesse contexto onde utilizamos os *ORM's* (Mapeamento objeto-relacional). Os *ORM's* criam uma camada de comunicação com o banco de dados, criando objetos que são transformados em entidades no banco de dados. Para a criação do banco de dados foi utilizado o *ORM* do *Laravel* o *Eloquent ORM*. Na Figura 06, pode-se observar outro recurso do *Laravel* chamado *Migration* que são responsáveis por auxiliar na criação das tabelas do banco de dados, no exemplo da figura está mostrando a criação da tabela de eventos com suas respectivas colunas.

Figura 9 - Migração da tabela de eventos

```

14     public function up()
15     {
16         Schema::create('events', function (Blueprint $table) {
17             $table->increments('id');
18             $table->string('name', 80);
19             $table->string('description')->nullable();
20             $table->datetime('start')->nullable();
21             $table->datetime('end')->nullable();
22             $table->timestamps();
23         });
24     }

```

Fonte: Autor

O código da Figura 6 mostra a implementação do método *up* da classe de eventos herdada de *Migrations*. Dentro da classe é instanciado de forma estática a classe *Schema* que é responsável pela criação das tabelas do banco de dados através do método *create*. O método *create* recebe 2 parâmetros, um é o nome da tabela do banco de dados a ser gerada, e o outro, recebe a injeção de uma outra classe chamada *Blueprint*, responsável por seta as colunas da tabela referida do primeiro parâmetro.

Geradas as migrações de todas as tabelas mostradas na Figura 04, agora a API já tem a possibilidade de gerar as tabelas dos bancos de dados independente de qual banco foi selecionado, uma vez que todas as entidades geradas são classes do PHP, o banco de dados foi gerado baseado nas migrações. Nessa aplicação foi utilizado o banco de dados *MySQL*.

Uma vez que as migrações foram geradas, o modelo pode ser manipulado pelo *Laravel* para controlar as tabelas no banco de dados e manipular as entidades do banco sem comprometer diretamente o as outras camadas do sistema criando a primeira *Layered System* da aplicação.

3.2. Estruturações dos Recursos

As *API's RESTful* são formadas por recursos, que são a principal abstração da informação de uma API. Os recursos são os dados retornados a quem realiza um pedido a uma API. Porém de acordo com a *constraint* de *Uniforme Interface*, esses pedidos devem seguir um padrão, que por sua vez também devolvem uma resposta também padronizada. A começar pelos recursos, os seguintes capítulos demonstrarão a padronização dos pedidos de realizados por clientes a aplicação, bem como, as respostas devolvidas e sua padronização.

A partir dos recursos as *API RESTful* pode ser representadas por meio de um formato padrão como *JSON* ou *XML*. Os recursos por sua vez podem ser localizados por meio de uma *URI* que compõe uma *URL* de acesso, pela qual um cliente pode acessar ou solicitar modificações nos recursos. Para a criação das *URI's* da aplicação de gestão de eventos foi utilizado o recurso de rotas do *Laravel* conforme disposto na Figura 7.

Figura 10 - Rotas de URI

```

14 Route::prefix('v1')->group(function () {
15     Route::get('event', 'EventController@index')
16     Route::get('event/{id}', 'EventController@show')
17     Route::post('event', 'EventController@store')
18     Route::put('event/{id}', 'EventController@update')
19     Route::delete('event/{id}', 'EventController@delete')
20 });

```

Fonte: Autor

A Figura 7, mostra o mapeamento do recurso de Eventos da aplicação, das linhas 6 a 10 estão especificados a URI, o verbo HTTP, e o controlador correspondente que dará a resposta a requisição. Assim como disposto na Figura 7, as URI's do sistema de gestão de eventos foram criadas seguindo a especificação da constraint Uniform Interface, separando no nome das URI's das ações a serem tomadas pelas requisições e delegando essa responsabilidade aos métodos HTTP. A Tabela 5, mostra o mapeamento das rotas do recursos de eventos de acordo com a função e a classe com os métodos correspondentes que responde pela ação.

Tabela 5 - Mapeamento dos recursos por rotas

Método HTTP	URI	Método do Controlador	Ação
GET	api/v1/event	Index	Lista todos os eventos.
GET	api/v1/event/{id}	Show	Seleciona um evento.
POST	api/v1/event	Store	Cria um novo evento.
PUT	api/v1/event/{id}	Update	Atualiza dados do evento.
DELETE	api/v1/event/{id}	Cestroy	Exclui um evento.

Fonte: Autor

Na Tabela 5, mostra que cada URI leva a um método específico da classe controladora EventController que é responsável por devolver as respostas aos clientes.

A cosntraint Uniform Interface define ainda o uso correto dos status codes, que são as respostas dadas ao servidor quando determinada ação acontece, como a criação de um novo recurso. A Figura 8, mostra a implementação do método store da classe EventController.

Figura 11 - Implementação do Método Store

```

55     public function store(Request $request)
56     {
57         try {
58             $event['data'] = Event::create($request->all());
59             return response()->json($event, 201);
60         } catch(Exeption $errors) {
61             $response['error'] = $errors;
62             return response()->json($response, 400);
63         }
64     }

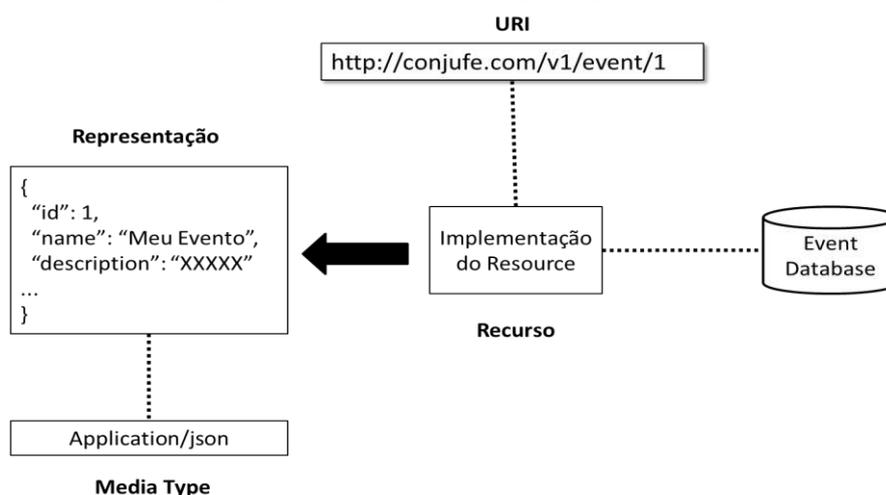
```

Fonte: Autor

A Figura 8 mostra a implementação do método store, após a criação do recurso de evento, o código retornado para o servidor é o código correspondente a criação de um recurso, que no caso é o 201. O código 201 indica que um novo recurso foi criado retornando ao servidor a mensagem 201 Created, ou no caso de falha o código 400 Bad Request, que indica que a requisição não foi bem feita.

As respostas devolvidas aos clientes de uma API RESTful são chamadas de representações. As representações são a forma como um recurso pode ser representado, sendo os tipos mais comuns XML e JSON. A constraint Uniform Interface define que os clientes solicitem o tipo de representação que eles desejam obter do recurso através dos cabeçalhos de requisições do protocolo HTTP. A Figura 9, mostra o fluxo da informação desde a solicitação de um recurso através de uma URL, até a devolução da representação do recurso solicitado.

Figura 12 - Fluxo da informação representada



Fonte: Autor

Os Media Types são o tipo de dado que o recurso vai ser representado. A partir da Figura 9, é observado que o recurso é representacional, ou seja, o que o cliente obtém no resultado de uma requisição é uma representação do recurso que nesse caso é JSON e interage com ela através de uma URL de localização do recurso e utilizando métodos HTTP para indicar as ações a serem tomadas. A Figura 10 mostra o exemplo de uma requisição ao método store conforme disposto na Figura 9, utilizando a ferramenta de linha de comando cURL passando o cabeçalho de requisição Content-Type como valor application/json.

Figura 13 - Recuperação dos dados criados

```

hitalo@hitalo:~$ curl -i \
> -X POST http://localhost:8000/api/v1/event \
> -H "Content-Type: application/json" \
> -d '{"name": "Conjufe Norte", "description": "Descrição do Evento"}'
HTTP/1.1 201 Created
Host: localhost:8000
Connection: close
X-Powered-By: PHP/7.0.22-0ubuntu0.16.04.1
Cache-Control: no-cache, private
Date: Mon, 06 Nov 2017 11:35:36 GMT
Content-Type: application/json
X-RateLimit-Limit: 60
X-RateLimit-Remaining: 59

{"data":{"name":"Conjufe Norte","description":"Descri\u00e7\u00e3o do
Evento","updated_at":"2017-11-06 11:35:36","created_at":"2017-11-06 11
:35:36","id":18}}

```

Fonte: Autor

Dessa forma uma requisição é realizada solicitando que o formato de representação dos dados seja JSON, modificando o Media Type pelo parâmetro -H, e enviando no corpo da requisição os dados para serem cadastrados conforme previsto no parâmetro -d e passando o método HTTP como POST e em seguida a URI de acesso ao recurso conforme observado no parâmetro -X. O resultado da requisição é o HTTP/1.1 201 Created, que indica que o recurso foi criado com sucesso. Também é retornado a representação em JSON do novo recurso criado e os demais cabeçalhos padrões da requisição.

A última técnica utilizada na constraint Uniform Interface é a HATEOS (Hypermedia As The Engine Of Application State), que nada mais é do que a Hypermedia como o motor do estado da aplicação. A implementação do HATEOS em um servidor possibilita a navegabilidade do cliente entre os recursos, tendo como benefício o desacoplamento do cliente e do servidor possibilitando que o servidor evolua de forma independente. A Figura 11, demonstra a implementação do HATEOAS na resposta pela busca do recurso activity.

Figura 14 - Adicionando Links HATEOAS

```

1  {
2  "data": {
3    "id": 1,
4    "title": null,
5    "description": "Palestra da Tarde",
6    "start_time": "2017-11-06 17:33:27",
7    "end_time": "2017-11-06 17:33:27",
8    "created_at": null,
9    "updated_at": null
10  },
11  "links": {
12    "self": "http://localhost:8000/api/v1/activity/1",
13    "event": "http://localhost:8000/api/v1/event/1",
14    "type": "http://localhost:8000/api/v1/type/1"
15  }
16  }

```

Fonte: Autor

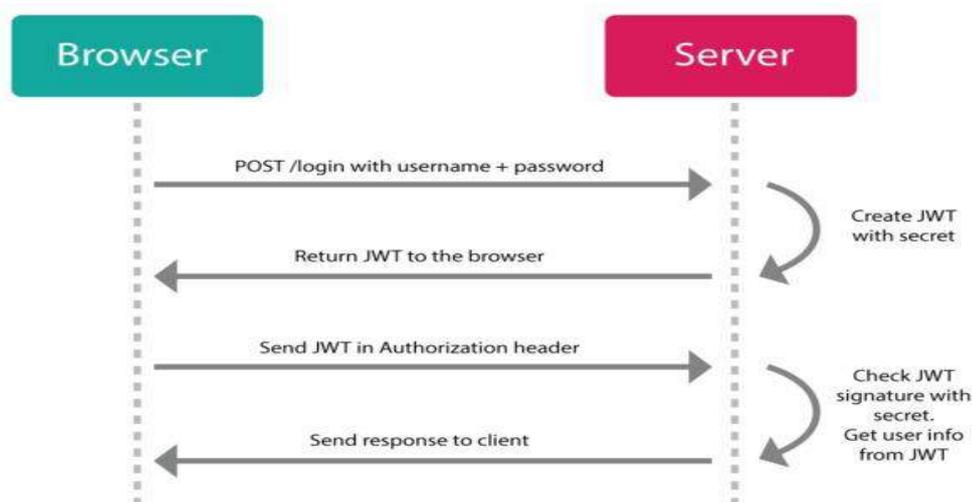
A Figura 11 mostra a resposta com a adição de um vetor de links, que possibilitam a navegação entre os recursos através da URL. Dessa forma caso a URL do evento mude de

versão, os recursos relacionados a ele não sofrerão muito impacto. Também existem benefícios quanto a performance da busca e carregamento, uma vez que os dados não são completamente carregados e partes deles são referenciados.

3.3. Autenticação de clientes e Cache

Nos modelos tradicionais de desenvolvimento de aplicações é comum o uso de mecanismos de autenticação para proteger dados de usuários. Porém a arquitetura REST exige pela constraint Stateless que os dados sejam trafegados sem guardar estado. Essa abordagem acaba anulando o uso de mecanismos de autenticação como sessões que são vastamente utilizados na WEB. Nesse contexto a seguir serão vistas estratégias para aplicação de autenticação sem estado API's RESTful, bem como, a resolução de problemas causados pela consequência do uso desse modelo de iteração. Uma opção de autenticação de clientes sem guardar estado é com o uso de JWT (JSON Web Tokens). O JWT gera um token de acesso para um cliente e esse token se torna o passaporte de acesso aos recursos da aplicação, sendo esse passaporte o único meio de acesso aos dados do cliente. A Figura 12 mostra o esquema de autenticação de um cliente em uma aplicação.

Figura 15 - Fluxo de autenticação JWT



Fonte: JWT.io (2017)

Ainda na Figura 12, o cliente que nesse caso é um Browser, envia através do método POST o nome de usuário e a senha, o servidor por sua vez devolve ao cliente um token de acesso, o cliente usa esse token no cabeçalho da requisição HTTP, e solicita acesso a um recurso, caso o token seja válido o usuário recebe o recurso. A vantagem dessa abordagem é que toda a responsabilidade sobre os dados de acesso é passada para cliente, livrando a aplicação de guardar estado e cumprindo com a constraint Stateless. A Figura 13, mostra a autenticação por meio de JWT do sistema de gestão de eventos.

Figura 16 - Método de autenticação da aplicação

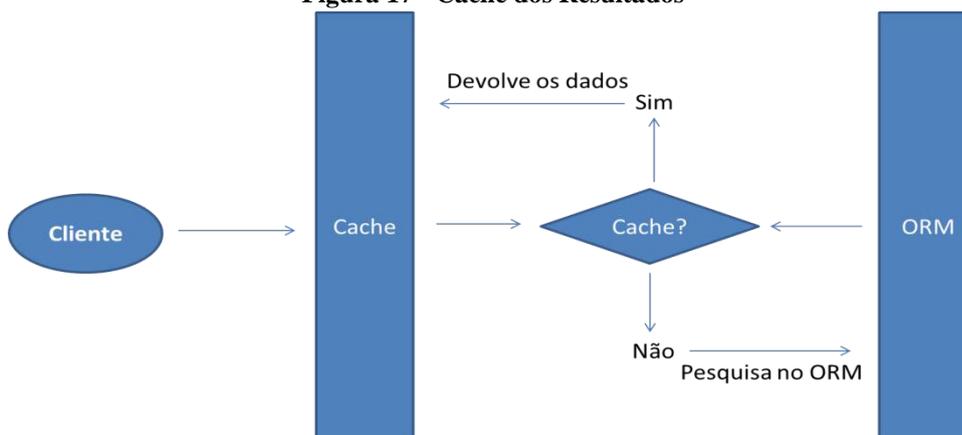
```

12 public function authenticate(Request $request) {
13     $credentials = $request->only('email', 'password');
14     try {
15         if (!$token = JWTAuth::attempt($credentials)) {
16             return response()->json(['error' => 'invalid_credentials'], 401);
17         }
18     } catch (JWTException $e) {
19         return response()->json(['error' => 'could_not_create_token'], 500);
20     }
21     return response()->json(compact('token'), 201);
22 }
23 }

```

Fonte: Autor

A Figura 13, demonstra como foi configurado o mecanismo de autenticação de clientes na API RESTful, na linha 15 realiza a checagem das credências do cliente, caso sejam corretas o usuário recebe um token, conforme previsto na linha 21, caso contrário na linha 16 recebe uma resposta de credenciais inválidas com status code 401. O grande problema em se trabalhar com requisições Stateless é a carga que é gerada nos processados além da perda de performance, visto que todas as vezes que houver a necessidade de um cliente solicitar dados no sistema, servidor tratar aquela requisição como nova. Tendo em vista esse problema a última constraint abordada no presente artigo é a constraint de Cache. Essa constraint, define que as respostas do servidor devem ser armazenadas em cache, para que o cache trabalhe como um balanceador de cargas. No Laravel o cache é trabalhado de forma nativa bastando porém os detalhes sobre o funcionamento do cache na aplicação podem ser observado conforme a Figura 14.

Figura 17 - Cache dos Resultados

Fonte: Autor

3.4. Credenciando RESTfull

O presente módulo de sistema do sistema de gestão de eventos construído aplicou e implementou todas as constraints da arquitetura REST dessa forma a API construída utilizando essas constraints é chamada de API RESTful, uma vez que foram aplicadas todas

as restrições que a arquitetura exige para ser considerada RESTful, que foram, a constraint Client-Server, para separação da interface visual do sistema com o servidor, Stateless, para realizar requisições sem guardar o estado, Cache para balancear a carga das requisições sem estado da restrição anterior, Layered System, uma vez que o sistema foi separado em camadas bem definidas com suas funções, Uniform Interface, para aplicação do HATEOAS e controle de representações e de hipermídias distribuídos e a constraint opcional da arquitetura REST Code On Demand, uma vez que a aplicação pode evoluir de forma gradativa criando várias funcionalidades de acordo com a necessidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho foi apresentado uma abordagem prática sobre as principais características da arquitetura de sistemas REST. Através do estudo e do uso de referências bibliográficas apresentadas ao longo do artigo. Nos capítulos de revisão bibliográficas foram abordadas toda a os conceitos por traz da arquitetura REST, como a importância do protocolo HTTP para a arquitetura, bem como, a correta implementação e uso dos cabeçalhos e retornos com códigos de status e o uso correto dos verbos HTTP, na realização de requisições a um servidor. Foram expostas técnicas e características de organização de hipermídias, e essas características foram aplicadas em cima da demonstração do módulo principal de um sistema de gestão de eventos, que foi o módulo de eventos, onde foi apresentado, através do uso de imagens que demonstravam esquemas de organização e pedaços de códigos, os benefícios e dificuldades do uso da arquitetura. No presente trabalho foram aplicadas as constraints da arquitetura REST, com a aplicação de todas as constraints obrigatórias que são Client-Server, Stateless, Cache, Layered System e Uniform Interface, pode-se concluir que aplicação é uma aplicação RESTful pois segue todos as constraint, da arquitetura REST. Contudo conclui-se que o uso da arquitetura REST na construção de Web Services para resolução de problemas na Web moderna, é uma ótima opção, visto as vantagens de escalabilidade, separação de componentes, sistema de hipermídias distribuídos. O seguinte trabalho será utilizado como base para construção do sistema de controle do evento chamado CONJUBE realizado pela Igreja Batista Filadélfia, o sistema irá servir dados a aplicativos mobile para consumo.

REFERÊNCIAS

BECODE - O que é API? REST e RESTful? **Conheça as definições e diferenças!** Disponível em: <<https://becode.com.br/o-que-e-api-rest-e-restful/>>. Acesso em: 20.11.2017.

BENTO, Evaldo J. **Desenvolvimento web com PHP e MySQL**. São Paulo. Casa do Código. 2013.

BORENSTEIN, Nathaniel; FREED, Ned. **Multipurpose Internetmail extensions (mime) part two: Media types**. 1996. Disponível em: <https://tools.ietf.org/html/rfc2046>.

DIAS, Emílio. **Desmistificando REST com Java**. 1ª Edição, 2016. Disponível em: <<http://cafe.algaworks.com/livreto-desmistificando-rest-com-java/>>. Acesso em: 15.05.2017.

FIELDING, Roy Thomas. **Architectural styles and the design of networkbased software architectures.** 2000. Disponível em: <https://www.ics.uci.edu/~fielding/pubs/dissertation/fielding_dissertation.pdf>. Acesso em: 25.05.2017.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Open systems interconnection – basic reference model: The basic model.** 1994. JWT.io - Introduction to JSON Web Tokens. Disponível em <<https://jwt.io/introduction/>> Acesso em: 20.11.2017.

LARAVEL. **Laravel API.** Disponível em: <<https://laravel.com/api/5.4/>>. Acesso em: 15.05.2017.

RFC 3023- **XML Media Types.** Disponível em: <https://www.ietf.org/rfc/rfc3023.txt>>. Acesso em: 09.10.2017.

RFC 3986 - **Uniform Resource Identifier (URI): Generic Syntax.** Disponível em: <<https://www.ietf.org/rfc/rfc3986.txt>>. Acesso em: 29.05.2017.

RFC 4825 - **The Extensible Markup Language (XML) Configuration Access Protocol (XCAP).** Disponível em: <<https://tools.ietf.org/html/rfc4825>>. Acesso em: 09.10.2017.

RFC 7159 - **The JavaScript Object Notation (JSON) Data Interchange Format.** Disponível em: <<https://tools.ietf.org/html/rfc7159>>. Acesso em: 09.10.2017.

RFC 7230 - **Hypertext Transfer Protocol (HTTP/1.1): Message Syntax and Routing.** Disponível em: <<https://tools.ietf.org/html/rfc7230#section-1.2>>. Acesso em: 29.05.2017.

RFC 7519 - **JSON Web Token (JWT).** Disponível em: <https://tools.ietf.org/html/rfc7519#section-1>>. Acesso em: 19.06.2017.

SAUDATE, Alexandre. **Rest construa API's inteligentes de forma simples.** 1a ed. São Paulo: Casa do Código, 2013a.

SAUDATE, Alexandre. **Soa aplicado: integrando com web services e além.** Casado Código, 2013b.

TANENBAUM, Andrew S.; STEEN, Maarten V. **Sistemas Distribuídos Princípios e Paradigmas.** 2º edição. São Paulo - SP, Paerson Pretice Hall, 2007.

TORRES, Gabriel. **Redes de Computadores: versão revisada e atualizada.** 1a edição. Rio de Janeiro – RJ, NovaTerra, 2009, 832 p.

TURINI, Rodrigo. **PHP e Laravel Crie aplicações web como um verdadeiro artesão.** São Paulo, Casa do Código. 2015.

INTERDISCIPLINARIDADE: O OLHAR DOS DOCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA IES PRIVADA DA CIDADE DE BALSAS.

Acacio Dias Lopes¹⁴²

Cleidiane Cruz de Sousa Alves¹⁴³

Juliana Constâncio Nascimento¹⁴⁴

Líbera Raquel Bazzan Pillatt¹⁴⁵

Resumo: A interdisciplinaridade torna-se relevante no processo de ensino para a formação do ser humano, em um mundo cada vez mais complexo e dinâmico evidentemente pelas constantes transformações que ocorrem. Portanto, a atuação do professor no processo de formação humana, torna-se cada vez mais indispensável. O objetivo geral desse trabalho é analisar a percepção dos docentes do Curso de Ciências Contábeis de uma IES Privada da Cidade de Balsas acerca do conceito de interdisciplinaridade. Para alcançar o objetivo geral da pesquisa foi aplicada uma metodologia descritiva com abordagem qualitativa, em relação aos procedimentos a pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso. A população do presente trabalho corresponde aos docentes do curso de Ciências Contábeis, sendo que a amostra corresponde a seis docentes do curso. A coleta dos dados foi através da aplicação de questionário junto aos docentes do curso. Foi identificada a dificuldade dos docentes em conceituar o termo interdisciplinaridade, porém foi constatado a percepção dos docentes em relação a influência da aplicação de atividades interdisciplinares no processo de ensino-aprendizagem e que não há dificuldades na aplicação dessas atividades, sendo necessária atitude, vontade e comprometimento dos docentes na aplicação dessas atividades.

Palavras-Chave: Interdisciplinaridade. Docentes. Contabilidade.

Abstract: Interdisciplinarity becomes relevant in the teaching process for the formation of the human being, in a world increasingly complex and dynamic evidently by the constant transformations that occur. Therefore, the performance of the teacher in the process of human formation becomes more and more indispensable. The general objective of this work is to analyze the perception of the teachers of the Course of Accounting Sciences of a Private IES of the City of Balsas about the concept of interdisciplinarity. To achieve the general objective of the research, a descriptive methodology with a qualitative approach was applied, in relation to the procedures the research is characterized as a case study. The population of the present work corresponds to the professors of the course of Accounting Sciences, and the sample corresponds to six teachers of the course. The data collection was done through the application of a questionnaire to the teachers of the course. The teacher's difficulty in

¹⁴² Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade de Balsas – UNIBALSAS – a.diaslopes@outlook.com

¹⁴³ Professora na Faculdade de Balsas – UNIBALSAS Pós Graduada em Gestão Financeira e Tributária – UNIBALSAS - Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Balsas – UNIBALSAS - cleidiane@unibalsas.edu.br

¹⁴⁴ Mestrado em Ciências Contábeis - Universidade Regional de Blumenau – FURB - MBA em Gestão Tributária - Instituto Nacional de Pós-Graduação - INPG - Bacharel em Ciências Contábeis - Instituto de Ensino Superior de Joinville – IESVILLE - prof.juconstancio@gmail.com

¹⁴⁵ Mestrado em Educação nas Ciências – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI - Especialista em Gestão Financeira e Controladoria pela Faculdade de Balsas -UNIBALSAS – Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Balsas – UNIBALSAS - pillatt.libera@gmail.com

conceptualizing the term interdisciplinarity was identified, but the teachers' perception regarding the influence of the application of interdisciplinary activities in the teaching-learning process was identified and that there are no difficulties in the application of these activities commitment of the teachers in the application of these activities.

Keywords: Interdisciplinarity. Teachers. Accounting.

1. INTRODUÇÃO

O mundo cada vez mais complexo evidentemente pelas constantes transformações que ocorrem, exige que o profissional esteja preparado para solucionar questões avançadas e pertinentes. Portanto, torna-se indispensável a atuação do docente em consonância com os discentes e toda a sociedade na solução dessas questões. Desse modo exige-se que os desafios da educação sejam repensados em relação ao processo de formação docente mediante a essas transformações (UMBELINO; ZABINI,2014).

A interdisciplinaridade surge como um fator determinante no processo de formação humana, Fiorentin e Domingues (2012) destacam que a interdisciplinaridade possibilita a formação integral do profissional no sentido de desenvolver habilidades para solucionar problemas cada vez mais complexos. O contexto que envolve esse assunto abrange diversos sentidos, porém, nos denota cada vez mais buscarmos melhorias para as práticas educacionais.

Diante disso surge o questionamento: Qual a percepção dos docentes do Curso de Ciências Contábeis acerca do conceito de interdisciplinaridade?

Em consonância com o problema apresentado acima o objetivo geral desse trabalho é analisar a percepção dos docentes do Curso de Ciências Contábeis de uma *IES* Privada da Cidade de Balsas acerca do conceito de interdisciplinaridade.

Mediante a realização dessa pesquisa buscou-se alcançar os seguintes objetivos específicos: a) Conhecer o perfil dos docentes; b) Identificar a percepção dos docentes acerca do conceito de interdisciplinaridade; c) Verificar a percepção dos docentes acerca da interdisciplinaridade na contabilidade; d) Analisar as dificuldades na aplicação de atividades interdisciplinares no Curso de Ciências Contábeis.

A justificativa para a construção desse trabalho encontra-se em discutir, quanto a relevância da interdisciplinaridade no processo de ensino através do olhar da docência e o quanto sua prática facilita na relação entre professores e alunos quando o primeiro buscar meios de interligar ações na construção do conhecimento e na aplicação deste, tornando-se relevante no processo de desenvolvimento de habilidades e competências a serem aplicadas na vida pessoal e profissional (BASTOS, 2016), e também no sentido de buscar melhorias para o curso de Ciências Contábeis em seus diversos aspectos.

Embora o tema deste trabalho fuja dos aspectos da prática contábil, é de grande relevância que sejam evidenciados meios para que os métodos de ensino dessas práticas sejam vivenciados de forma que o profissional consiga enxergar de forma ampla os conteúdos

apresentados durante a graduação, desse modo o docente torna-se o principal ator no processo de aplicação interdisciplinar.

A metodologia utilizada foi baseada em uma pesquisa qualitativa, sendo possível captar as falas dos docentes sobre o conceito de interdisciplinaridade. A pesquisa é descritiva apresentando as teorias sobre interdisciplinaridade de acordo com o estudo de autores como: Fazenda (1979), Luck (2010) entre outros. Os procedimentos foram realizados através de um estudo de caso, que concentra-se no estudo de um caso específico (SEVERINO, 2002).

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiramente por essa seção introdutória, em seguida faz-se uma exposição teórica ressaltando a interdisciplinaridade e os estudos anteriores sobre essa temática; em seguida, informa-se a metodologia; e por fim, a apresentação e análise dos resultados, seguida pelas considerações finais.

2. REFERENCIAL TEORICO

Esta seção tem por objetivo apresentar o referencial teórico da pesquisa e fundamentar as contribuições da interdisciplinaridade no processo de ensino e aprendizagem. Assim buscaram-se os principais conceitos que sustentam o foco deste trabalho.

2.1. Premissas sobre interdisciplinaridade

O processo de desenvolvimento humano, sejam eles pessoais ou profissionais tornam-se complexos quando o conhecimento é tratado de forma individualizada e fragmentado em disciplinas, a interdisciplinaridade busca minimizar esse impacto disciplinar.

O conceito de interdisciplinaridade é complexo, e pode levar consigo diversos sentidos, Fazenda (1979) afirma que a interdisciplinaridade não possui de fato um sentido exclusivo e seu papel nem sempre é compreendido, porém seus princípios serão sempre os mesmos.

Conforme assevera Lück (2010, p. 43):

A interdisciplinaridade, no campo da Ciência, corresponde a necessidade de superar a visão fragmentadora de produção do conhecimento, como também de articular e produzir coerência entre múltiplos fragmentos que estão postos no acervo de conhecimentos da humanidade. Trata-se de um esforço no sentido de promover a elaboração de sínteses que desenvolvam a contínua recomposição da unidade entre as múltiplas representações da realidade.

O termo interdisciplinaridade compõe diversos pontos de vista, em seu mais amplo sentido denota como um objeto integrador do conhecimento. Para Japiassu (1976) é um compartilhamento integrado entre especialistas em diversas disciplinas em um mesmo projeto.

Nas palavras de Lück (2010) é o processo que envolve e exige esforço de educadores, em trabalhos conjuntos, buscando interagir com várias disciplinas.

A interdisciplinaridade exerce uma relação, uma interação entre disciplinas, que pode ser compreendida como um simples compartilhamento de ideias ou um conjunto recíproco dessas ideias (FAZENDA, 1979), exercendo uma relação conjunta entre seus elementos. Fazenda (2002, p. 29) afirma que a interdisciplinaridade “é a arte do tecido que nunca deixa ocorrer o divórcio entre seus elementos, entretanto, de um tecido bem trançado e flexível”.

Existem vários conceitos sobre o termo interdisciplinaridade, porém as diversas literaturas que tratam sobre o tema, nunca distinguem-se sobre a outra, conceituando de um modo amplo que a interdisciplinaridade é uma forma integradora entre várias disciplinas. Desse modo a interdisciplinaridade tem de ser vista como uma nova realidade, ou seja, um novo modo de pensar e de agir, de promover uma troca, um ato recíproco entre diversas áreas do conhecimento (LÜCK, 2010). Para Frigotto (1995) a interdisciplinaridade torna-se indispensável enquanto o homem produzir-se como ser social.

A interdisciplinaridade será mediadora do processo de ensino-aprendizagem a partir do momento que seja empregada como atitude (FAZENDA, 1979), como uma antecipação da organização curricular (JAPIASSU, 1976), como uma nova maneira de pensar (MORIN, 2007), e também, como uma forma de orientação na formação dos docentes.

Para Santomé (1998) a interdisciplinaridade contribui também com o desenvolvimento dos discentes, pois ela exerce uma estrutura poderosa no processo de resolução dos problemas atuais. Contribuindo com várias vantagens para esses discentes, no sentido de conhecer outras perspectivas; de avaliar a compreensão de especialistas nos mais diversos assuntos; habilidade para desenvolver o pensamento crítico e criativo; ampliação de uma nova visão do mundo; abrangendo novos horizontes e sensibilidade para a compreensão de assuntos cada vez mais complexos (FAZENDA, 2005).

Segundo Lück (2010) a interdisciplinaridade não contribui com a desvalorização das disciplinas e nem mesmo busca suprimir os conhecimentos produzidos por elas. Conforme Morin (1985, p.33 *apud* LÜCK, 2010, p. 50): “O problema não está em que cada uma perca a sua competência. Está em que desenvolva o suficiente para articular com as outras competências[...] que, ligadas em cadeia, formariam o anel completo e dinâmico, o anel do conhecimento do conhecimento”. Entretanto o conhecimento é um fenômeno infinito, que dificilmente será compreendido em sua totalidade, pelo fato, de surgirem sempre novas questões e novas ideias (LÜCK, 2010).

Partindo desse pressuposto de novas questões e novas ideias, Fazenda (1979) afirma que a interdisciplinaridade fornece um desenvolvimento no ensino a partir de novos saberes, buscando a aproximação da realidade sociocultural das pessoas, através da invenção, da pesquisa e da produção científica. Nesse sentido é necessário uma reforma no modo de pensar. Dessa forma, Morin (2007, p.21) destaca que:

[...] a reforma necessária do pensamento é aquela que gera um pensamento do contexto e do complexo. O pensamento contextual busca sempre a relação de inseparabilidade e as inter-retroações entre qualquer fenômeno e seu contexto, e deste com o contexto planetário. O complexo requer um pensamento que capte relações, inter-relações, implicações mútuas, fenômenos multidimensionais, realidades que são simultaneamente solidárias e conflitivas[...], que respeite a diversidade, ao mesmo tempo em que a unidade, um pensamento organizador que conceba a relação recíproca entre todas as partes.

A interdisciplinaridade busca de fato solucionar complexidades em patamares cada vez mais abrangentes, globalizados, ou seja, promove uma revisão profunda do pensamento. Revisão esta que cabe aos docentes, aos discentes, as instituições de ensino e a sociedade como um todo, promovendo assim uma interação entre eles.

2.2. O docente e a Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade torna-se fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Mas ainda é vista como um desafio para os docentes, pelo fato da complexidade da definição do seu conceito. Entretanto a interdisciplinaridade desenvolve-se como um problema e como uma necessidade (FRIGOTTO, 1995). Como problema desenvolve-se como ainda sendo um desafio a ser descoberto. Frigotto (1995) afirma que a interdisciplinaridade desenvolve-se como problema pelo fato das limitações do sujeito, a partir do momento de lapidação do conhecimento da realidade, bem como pela complexidade dessa realidade. Por outro lado desenvolve-se como necessidade na produção e socialização do conhecimento (FRIGOTTO, 1995).

A interdisciplinaridade surge como um modo de trabalhar o conhecimento. Para trabalhar o conhecimento é necessário um planejamento do educador, para assim existir uma direção interdisciplinar na tarefa de ensinar e de aprender.

Segundo Nogaró (2015, p.40):

A tarefa de ensinar e aprender também necessita de direção, de rumo. É para isso que definimos objetivos, planejamos, organizamos de forma didática, metodológica, o nosso trabalho. Urge pensar no planejamento como prática educativa, sempre estabelecendo um relacionamento entre a intencionalidade do professor e seu fazer na sala de aula.

Muitas vezes o docente torna-se inflexível pelo fato de no seu planejamento não integrar conteúdos, por entenderem que não competem a sua disciplina. Desse modo para (FRIGOTTO, 1995, p.54) “Propostas interdisciplinares na prática pedagógica que não romperem com essa tradição estão fadadas a reforçar o senso comum” O trabalho

¹⁴⁶ Grifo Nosso

interdisciplinar só será construído se o docente conhecer de fato a sua disciplina para assim exercer a integração com outras disciplinas, sendo necessário que o professor tenha compromisso com os alunos, seguindo uma metodologia interdisciplinar.

a metodologia interdisciplinar parte de uma liberdade científica, alicerça-se no diálogo e na colaboração, funda-se no desejo de inovar, de criar, de ir além e suscita-se na arte de pesquisar, não objetivando apenas a valorização técnico-produtiva ou material, mas sobretudo, possibilitando um acesso humano, no qual desenvolve capacidade criativa de transformar a concreta realidade mundana e histórica numa aquisição maior de educação em seu sentido lato, humanizante e libertador do próprio sentido de ser no mundo. (FAZENDA, 1994, p. 69 *apud* BOVO, 2005 p. 02).

Para Fazenda (2005) não se pode aceitar que o ensino seja fragmentado, individualizado, onde ocorra uma departamentalização das disciplinas, onde os professores não estejam engajados em um projeto coletivo, buscando a formação dos discentes como um todo, para assim tornarem-se atores de sua própria cidadania e enfrentando problemas complexos e globalizados da realidade (LÜCK, 2010).

Neste sentido pondera-se que os docentes só serão capazes de exercer uma visão interdisciplinar se integrar o discente nesse mesmo contexto, propiciando assim um trabalho conjunto entre as partes.

Como bem afirma Freire (1996, p.25 *apud*, NOGARO, 2015.p. 44) “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.”. Entretanto os docentes como construtores de elos não podem ultrapassar o alcance desses elos que construíram, pois faz parte do processo de emancipação, onde os discentes terão de se tornar sujeitos autônomos, construtores da própria história (SILVA, 2016).

Neste processo de interação interdisciplinar é necessário uma reeducação dos docentes, sendo que com as diversas mudanças na área da educação, a arte de ensinar deixa de ser apenas uma transmissão (NOGARO, 2015). E passa a ser uma forma integradora de saberes, com o discente sendo cada vez mais ativo, necessitando de empenho, de responsabilidade e de comprometimento (FAZENDA, 2002), porém, para isso o professor deve assumir, o seu papel como mediador, na formação dos discentes na sala de aula, promovendo a participação e o diálogo (SCHMITT; LEITE; LUFT, 2015).

O Docente deve ter atitude para exercer a interdisciplinaridade, pois não basta apenas integrar disciplinas, tem de ser objetivo, vivenciado. “A interdisciplinaridade, então, depende de uma mudança de atitude diante do problema do conhecimento, da substituição de uma concepção fragmentária pela concepção unitária do ser humano.” (FAZENDA, 1979, p.162).

O trabalho interdisciplinar exercido com atitude, possibilita uma maior compreensão da teoria e da prática, porém pode ser entendido como uma transformação pedagógica, uma nova orientação na formação dos educadores e em novos métodos de ensinar e aprender (FAZENDA, 1979). Sendo necessário uma direção um caminho a ser percorrido.

Portanto é fundamental que para o processo de desenvolvimento interdisciplinar, é necessário um planejamento, diálogos, comprometimento dos docentes em um sentido comum (LÜCK, 2010).

2.3. A atividade interdisciplinar e a universidade

A universidade tem de ser vista como local de produção do conhecimento, e também como local de aplicação e interação desses conhecimentos, principalmente na formação de profissionais. Onde em um mundo cada vez mais globalizado exige-se que esses profissionais sejam capacitados para exercerem suas profissões. Para Silva (2016) a universidade não apenas transmite conhecimento, como também é capaz de assegurar a legitimidade dos saberes no âmbito profissional, social e histórico.

Dessa forma a universidade deve ser vista como uma campo de mudanças, ou até mesmo como “o centro de atividade organizada e planejada, capaz de transmitir a cultura em mudança” como ensina Teixeira (apud RAMALHO, 2016, p.47).

A interdisciplinaridade como integradora do conhecimento, tem que fazer parte do âmbito universitário, porém nas nossas universidades praticamente não são exercidas, tanto no ensino quanto na pesquisa (FAZENDA, 1979). A autora acrescenta que “o que existe, e assim mesmo numa escala bastante reduzida e frequentemente de modo inteiramente escamotado, são certos encontros pluridisciplinares¹⁴⁷

A universidade precisa ser o centro que forma profissionais qualificados, nesse sentido Fazenda (2002) nos ensina que a universidade deve zelar pelo os profissionais que formam, desenvolvendo primordialmente as competências, as habilidades e valores na função e formação de novos saberes profissionais.

Estes novos saberes proporcionam uma nova visão de mundo, que de fato gera uma escala integradora, entre os docentes, os discentes, a universidade e a sociedade.

Mas para isso é necessário que a universidade interaja com a vida, tornando-se inovadora e não apenas mantenedora de mera tradição (FAZENDA, 1979). Sendo que é viável a autonomia da universidade. “Essa autonomia é necessária para o alcance de seus próprios fins” (RAMALHO, 2016, p.49). Isso daria o suporte para a integração de atividades interdisciplinares.

¹⁴⁷ “Justaposição de diversas disciplinas, situadas geralmente no mesmo nível hierárquico e agrupadas de modo que façam aparecer as relações existentes entre elas; destina-se a um tipo de sistema de um só nível e de objetivos múltiplos, onde existe cooperação, mas não coordenação”. Termo proposto por Jantsch (apud FAZENDA, 1979, p.68).

A interdisciplinaridade promove o compartilhamento e interação de saberes, desse modo a universidade deve ser vista como campo de produção e inovação de conhecimento de acordo com a realidade do social, conforme Ramalho (2016, p.50) “É na universidade que se compartilha saberes na revitalização da informação disponibilizada passível de ressignificação conforme seu tempo e lugar.” Sendo assim é necessário a reestruturação do âmbito universitário para que assim as práticas interdisciplinares sejam exercidas com qualidade.

2.4. Contabilidade: Aspectos Interdisciplinares

A contabilidade como ciência social, permanece em constante mudança de acordo com a evolução do homem. A interdisciplinaridade como integradora do conhecimento, proporciona ao ensino da contabilidade a interação com várias áreas do conhecimento, ou como afirmam Padoan e Clemente (2006, p. 7) “a contabilidade se insere em um universo amplo de outras ciências. Ela utiliza os conceitos de outras áreas do conhecimento para o alcance de seu objetivo”.

No contexto do curso de Ciências Contábeis, o aluno quase que não percebe a contabilidade como ciência, favorecendo assim uma desestruturação da forma interdisciplinar que a própria ciência apresenta. “A razão é que os conteúdos/disciplinas são lecionados de forma desarticulada” (PELEIAS et al., 2011, p.12). Tendo em vista que é necessário promover a interdisciplinaridade no ensino da graduação, potencializando assim a troca de ideias no processo de construção do conhecimento entre docentes e discentes (MIRANDA; LEAL; MEDEIROS, 2010). A interdisciplinaridade no ensino é a base construtora do conhecimento globalizado, que não se restringe, mas que se renova, rompendo cada vez mais as barreiras disciplinares (PADOAN; CLEMENTE, 2006).

O profissional da contabilidade, em um mundo cada vez mais complexo deve estar sempre atualizado, deve cada mais explorar a ciência contábil, não somente ter conhecimentos técnicos.

Como se sabe, a Contabilidade é sustentada por três teorias: mensuração, informação e decisão. Não basta, portanto, que o contador tenha bons conhecimentos técnicos específicos de Contabilidade, pois, para que consiga desempenhar, com competência, seu papel carecerá do conhecimento de outras áreas, [...]para realizar bem o que pede cada uma das Teorias. Como decidir sem os conhecimentos da Administração e da Economia? Como mensurar sem os conhecimentos da Matemática e da Estatística? Como informar e mensurar sem os conhecimentos da Informática? (PADOAN E CLEMENTE, p. 8, 2006).

Desse modo os contadores devem estar familiarizados com diversas áreas do conhecimento, nesse sentido a interdisciplinaridade proporciona a interação entre essas áreas, sem perder a essência de cada disciplina ou área do conhecimento, ou seja, amplia as capacidades de ensino-aprendizagem, incorporando os resultados de várias disciplinas, com cooperação e coordenação (MIRANDA; LEAL; MEDEIROS, 2010).

A interdisciplinaridade proporciona ao contador a formação integral do conhecimento, para que quando sair da universidade o mesmo esteja preparado para solucionar os desafios do mercado de trabalho cada vez mais complexo e competitivo, ampliando sua visão de mundo de forma crítica (FIORENTIN; DOMINGUES, 2012).

Portanto no aspecto ensino e aprendizagem em contabilidade a interdisciplinaridade torna-se relevante pelo fato de proporcionar uma visão integradora do conhecimento.

3. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A Pesquisa buscou responder a seguinte questão: Qual a percepção dos docentes do Curso de Ciências Contábeis acerca do conceito de interdisciplinaridade? Para responder a essa problemática foi necessário entender primeiramente os processos metodológicos, que melhor se adaptariam a esse tipo de pesquisa. De acordo com Demo (1985, apud SILVA, 2010, p. 13) “Metodologia é a preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos”. Segundo Silva (2010) metodologia é o processo de estudo do método para compreender determinado conhecimento. Já método por sua vez entende-se como caminho para se chegar a um resultado (GIL, 1999). Buscou-se responder a essa problemática aplicando o estudo de caso que concentra-se no estudo de um caso específico (SEVERINO, 2002) sendo um estudo aprofundado de um ou poucos objetos (GIL, 1999).

Quanto aos objetivos a pesquisa caracteriza-se como descritiva. Segundo Gil (1999) o principal objetivo desse tipo de pesquisa está em descrever determinada característica seja de um fenômeno ou população ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Vários estudos podem ser caracterizados sob essa forma de pesquisa sendo que uma de suas propriedades mais significantes está na utilização de coleta de dados padronizados.

A abordagem do trabalho pesquisado caracteriza-se como qualitativa, segundo Silva (2010) essa abordagem preocupa-se em não empregar informações estatísticas e sim o significado dos fenômenos e os aspectos sociais, considerando suas crenças e seus valores.

Quanto aos instrumentos de coleta aplicou-se um questionário que conduz o informante a elaborar livremente as repostas com suas palavras (SEVERINO, 2002).

Para a análise das repostas aplicou-se a análise de conteúdo. Segundo Ander-Egg (1978, apud SILVA, 2010, p.67), é “a técnica mais difundida para investigar o conteúdo das comunicações de massas, mediante a classificação, em categorias, dos elementos de comunicação”.

Os sujeitos pesquisados foram professores formados na área da contabilidade sendo desconsiderados os demais professores que ministram outras disciplinas da grade como: Economia; Direito; Estatística dentre outras. Desse modo a justificativa da escolha dos pesquisados é justamente compreender a visão desses docentes acerca do tema do presente trabalho.

O questionário está constituído por oito questões, sendo que as três primeiras buscam traçar o perfil dos pesquisados, as demais estão voltados exclusivamente para a captação da percepção dos docentes acerca do tema.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção tem como objetivo demonstrar, organizar e descrever os dados coletados por meio do questionário. Bem como analisa-los relacionando-os com a teoria exposta no referencial teórico procurando responder a questão da pesquisa e atender os objetivos apresentados. Está dividido em três seções; a primeira buscou-se traçar o perfil dos pesquisados; em seguida; procurou-se saber acerca da percepção dos docentes em relação ao tema de pesquisa e por fim identificar a percepção dos docentes acerca do conceito de interdisciplinaridade; verificar a percepção dos docentes acerca da interdisciplinaridade na contabilidade e analisar as dificuldades na aplicação de atividades interdisciplinares no Curso de Ciências Contábeis.

4.1. Perfil dos docentes pesquisados

O questionário foi enviado à dez professores do Curso de Ciências Contábeis, entretanto apenas seis participaram da pesquisa. Dos respondentes três são do gênero masculino e três são do gênero feminino, três possuem mestrado e três são especialistas. Foram perguntados há quanto tempo trabalham como professores. A tabela a seguir demonstra esses dados.

Tabela 1 – Tempo de Trabalho como Docente

Tempo	Quantidade
Primeiro ano	0
1 a 2 anos	2
3 a 5 anos	3
6 a 9 anos	1
Há mais de 10 anos	0
Número total de docentes	6

Fonte: Dados da Pesquisa

A tabela demonstra que no total de seis docentes que participaram da pesquisa; dois exercem a profissão docente entre um a dois anos; três responderam que estão na carreira docentes entre três e cinco anos e apenas um dos pesquisados está entre seis e nove anos na carreira docente.

4.2. A percepção dos docentes acerca do conceito de interdisciplinaridade

Buscou-se identificar qual a percepção dos docentes em relação ao termo interdisciplinaridade. Entretanto a interdisciplinaridade não possui de fato um conceito

exclusivo. Desse modo perguntou-se “*Na sua opinião, em que consiste o termo interdisciplinaridade?*”

O quadro abaixo demonstra uma análise comparativa entre as respostas dos pesquisados com a teoria revisada, são apenas trechos que confirmam a amplitude da dificuldade em definir o termo, nesse sentido analisou-se que existe uma certa incerteza em definir o que a interdisciplinaridade demanda em seus vários aspectos.

Quadro 1: Comparativo entre a revisão de literatura x Respostas dos pesquisados

Autores citados no referencial teórico	Respostas dos Pesquisados
<p>Interdisciplinaridade tem de ser vista como uma nova realidade ou seja, um novo modo de pensar e de agir, de promover uma troca, um ato recíproco entre diversas áreas do conhecimento (LÜCK, 2010)</p> <p>É um compartilhamento integrado entre especialistas em diversas disciplinas em um mesmo projeto (JAPIASSU 1976).</p> <p>A interdisciplinaridade não possui de fato um sentido exclusivo e seu papel nem sempre é compreendido, porém seus princípios serão sempre os mesmos. (FAZENDA 1979).</p>	<p>“Consiste na conciliação de várias disciplinas de diferentes áreas.”</p> <p>“Seria a unificação entre 2 ou mais disciplinas em prol de um objetivo.”</p> <p>“Consiste na realização de atividades interligando diversas disciplinas e conteúdos.”</p> <p>“Consiste em conciliar as disciplinas em seus aspectos comum.”</p> <p>“Oportunidade que o professor e a IES tem de realizar um estudo ou atividade que dê ao discente a oportunidade de aprender e ou fixar conteúdos que envolvam várias áreas e disciplinas.”</p>

Fonte: Elaboração pelo autor adaptado de: (PELEIAS *et al.*, 2011).

As respostas demonstram que há uma certa dificuldade em definir o termo, em algumas delas apenas definem interdisciplinaridade como a junção de duas ou mais disciplinas. Outras respostas reportam a atuação do docente juntamente com a IES na integração de conteúdos. Desse modo confirma-se acerca do que foi exposto no referencial teórico onde demonstra que a interdisciplinaridade compõe diversos sentidos e há indefinições na conceituação do termo. Corroborando com os estudos de Fazenda (1979); Japiassu (1976) e Luck (2010).

4.3. Aplicação interdisciplinar na contabilidade

Com o intuito de identificar se há integração da contabilidade com outras áreas, perguntou-se: *Na sua opinião, quais áreas do conhecimento que mais se relacionam com a Contabilidade? Há integração da contabilidade com essas áreas?* As respostas a seguir demonstram a percepção dos docentes em relação a integração da contabilidade com outras áreas pelo fato do profissional ter a necessidade de conhecimentos diversificados:

“A contabilidade se relaciona com diversas áreas, pois o profissional precisa ter conhecimentos interdisciplinares. Dentre as áreas que considero com maior relação com a contabilidade destaco o direito, pois são regidos por leis, a economia, a parte dos cálculos e a sociologia e psicologia, pois cada vez mais o profissional precisa gerir pessoas.”

[...]

“Entendo que a contabilidade possui relação com várias áreas do conhecimento (direito, administração...) pelo fato de que a contabilidade atua em diversas áreas e tem uma forte ligação com os sujeitos. Esta ligação justifica-se em virtude de seu objeto de estudo o "patrimônio".

[...]

“Conhecimento sobre o patrimônio. Sim, muitas das disciplinas da grade tratam diretamente da administração e controle do patrimônio.”

As respostas demonstram que existe integração da contabilidade com outras áreas do conhecimento principalmente Direito; Administração; Economia e Psicologia, portanto revela-se o fato da contabilidade buscar contribuições de outras áreas para alcançar seus próprios objetivos. Esses relatos confirmam os estudos de Padoan e Clemente (2006) onde os autores afirmam que “a contabilidade se insere em um universo amplo de outras ciências. Ela utiliza os conceitos de outras áreas do conhecimento para o alcance de seu objetivo” (PADOAN; CLEMENTE, 2006, p. 07).

Em relação a atividade interdisciplinar no âmbito da sala de aula perguntou-se: *Como docente, você realiza ou já realizou alguma atividade interdisciplinar em sala de aula? As disciplinas nas quais ministra facilita a integração com outras disciplinas?*

As respostas revelam que entre os pesquisados a maioria não exerceu nem um tipo de atividade interdisciplinar, porém afirmam que as disciplinas nas quais ministram são passíveis de integração, isso torna-se relevante no processo de ensino e aprendizagem, pois, a partir do momento que o docente percebe que existe possibilidades de integração entre as disciplinas facilitam a compreensão e o desenvolvimento do senso crítico entre os discentes.

“Já realizei diversas atividades interdisciplinares com turmas de semestres diferentes, buscando desenvolver no acadêmico o espírito crítico.”

[..]

“Não. A minha disciplina sendo laboratório I e II até teria possibilidade e seria interessante aos acadêmicos a integração com contabilidade tributária e contabilidade previdenciária.”

[...]

“Ainda não trabalhei, mas estou elaborando alguns projetos para trabalhar em conjunto com outros professores. Nem todas as disciplinas são fáceis de trabalhar a interdisciplinaridade, mas é possível.”

[...]

“Sim, já realizei atividades Interdisciplinares. O curso de Ciências contábeis (assim como os demais) possui em cada semestre uma disciplina denominada “mãe” (principal), que consegue fazer ligações com todas as disciplinas do semestre. Por isso as disciplinas que eu ministro são passíveis de atividades interdisciplinares.”

[...]

“Não realizei, nunca tentei fazer atividade interdisciplinar, não posso responder quanto a facilidade.”

[...]

“Ainda não realizei. Mas a disciplina facilita com qualquer uma que envolva contabilidade.”

A visão dos docentes revelam o que são expostos nos estudos de Fazenda (1979) onde afirma que para exercer trabalhos interdisciplinares deve-se agir em conjunto com outros sujeitos integrando disciplinas correlatas.

É necessário compreender a relevância da interdisciplinaridade quanto aos seus benefícios no contexto da sala de aula tanto para os docentes como para os discentes, desse modo perguntou-se: *Há benefícios na aplicação de atividades interdisciplinares? Quais desses benefícios você apontaria como relevantes para a formação profissional?*

As respostas revelam que existem benefícios na aplicação de atividades interdisciplinares principalmente na integração entre a teoria e a prática, na visão dos docentes a aplicação de atividades com essa finalidade interdisciplinar provocaria no acadêmico um olhar integral do que é vivenciado no mercado de trabalho.

“Sim, os benefícios são de apresentar ao estudante um cenário mais próximo do mercado de trabalho. Preparando o aluno para as exigências do mercado.”

[...]

“Com certeza. Na minha disciplina, é onde o acadêmico estaria conciliando a teoria aplicada em sala de aula com a prática.”

[...]

” A interdisciplinaridade agrega conhecimento ao estudante em relação ao conteúdo estudado, além de desenvolver no caso de seminários a fala em público e a relação com pessoas, pois com trabalhos em grupos precisa ter planejamento.”

[...]

“Sim. A vantagem mais relevante seria a relação entre teoria/prática, tenho exemplo a disciplina de tributária o acadêmico aprenda na teoria, existindo a interdisciplinaridade com a disciplina de Laboratório II o acadêmico observaria na prática como funciona a tributação.”

[..]

“Sempre há benefícios em atividades como estas, principalmente por "fugir" um pouco da aplicação de atividades teóricas. Atividades interdisciplinares são práticas assim o discente consegue ser mais autônomo, consegue associar a teoria com a prática sendo capaz de tomar decisões por meio de uma análise conjunta de várias situações onde se aplicam várias teorias vistas em sala de aula.”

[...]

“Sim, com certeza. Destaco o trabalho em equipe e a possibilidade de poder ter um olhar tridimensional.”

Os relatos expostos acima revelam também que o trabalho em conjunto (equipe) provocaria uma visão ampla no sentido interdisciplinar entre o ensinar e o aprender, entre o que é exposto na teoria e o que é aplicado na prática, desse modo a interdisciplinaridade influencia diretamente no processo de ensino e aprendizagem no sentido de aproximação entre docente e discente.

4.4. Dificuldade na aplicação de atividades interdisciplinares

Para alcançar os objetivos em relação a aplicação de atividades interdisciplinares e a sua influência no processo de ensino e aprendizagem é relevante que sejam expostas as limitações que comprometem a elaboração e execução dessas atividades. O tópico a seguir trata desse contexto.

Nesse sentido procurou-se saber: *Há limitações na aplicação de atividades interdisciplinares no Curso de Ciências Contábeis? Quais empecilhos você identifica para se levar adiante um projeto interdisciplinar?*

As respostas revelam que não existe de fato limitações na aplicação de atividades interdisciplinares e nem mesmo empecilhos, o que existe nesse contexto é de certo modo a necessidade de engajamento e atitude entre docentes, discentes e IES. Podemos ter uma visão clara disso quando na revisão da literatura Fazenda (1979) afirma que o trabalho interdisciplinar exercido com atitude, possibilita uma maior compreensão da teoria e da

prática, porém pode ser entendido como uma transformação pedagógica, uma nova orientação na formação dos educadores e em novos métodos de ensinar e aprender.

“Acredito que precise apenas de criatividade e maior esforço para desenvolver estas atividades. Não sei identificar empecilhos.”

[...]

“Não há limitações nem empecilhos. Acredito que deve haver apenas um planejamento para encaixar no calendário de aulas visto que, o professor já tem seu planejamento de aulas do semestre.”

[...]

“Não vejo limitações para aplicar as atividades interdisciplinares. O que vejo que algumas grades curriculares ou Faculdades não facilitam essas atividades e em alguns casos os próprios professores não tem o hábito de realizar essas atividades.”

[...]

“Não vejo limitações, propriamente ditas. Entendo que atividades interdisciplinares terão sucesso se ambas as partes docente e discente estiverem comprometidas com o projeto. Este tipo de atividade requer muita atenção do docente e um "grande" envolvimento por parte dos discentes (os quais muitas vezes não querem atividades como estas por precisarem pensar uma situação mais ampla e aplicar muitos conhecimentos teóricos).”

Corroborando com o exposto no início do tópico e os relatos dos respondentes (LÜCK, 2010) salienta que é necessário o comprometimento dos docentes em um sentido comum. Portanto na visão dos docentes em sua maioria não há dificuldades ou limitações na aplicação de atividades interdisciplinares, sendo que a atitude, a vontade o comprometimento tornam-se as principais características na aplicação de atividades interdisciplinares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a percepção dos docentes do Curso de Ciências Contábeis de uma IES Privada da Cidade de Balsas acerca do conceito de interdisciplinaridade. Para atingir o objetivo geral da pesquisa a metodologia utilizada foi baseada em uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, sendo o procedimento utilizado um estudo de caso. A população da pesquisa foi composto por dez docentes do curso de Ciências Contábeis, sendo que seis se propuseram a responder o questionário compondo o total da amostra, selecionados intencionalmente por ministrarem disciplinas da contabilidade.

Os objetivos específicos eram: a) Conhecer o perfil dos docentes; b) Identificar a percepção dos docentes acerca do conceito de interdisciplinaridade; c) Verificar a percepção

dos docentes acerca da interdisciplinaridade na contabilidade; d) Analisar as dificuldades na aplicação de atividades interdisciplinares no Curso de Ciências Contábeis.

A pesquisa demonstrou que a interdisciplinaridade em relação ao processo de ensino requer um processo conjunto entre docentes e discentes em um sentido comum. Os resultados em relação as dificuldades encontradas pelos docentes na aplicação de atividades interdisciplinares constatou-se que na visão dos docentes não há limitações, afirmam que basta apenas atitude, vontade e comprometimento na aplicação dessas atividades.

Quanto a percepção dos docentes em relação ao conceito de interdisciplinaridade verificou-se que relacionam o conceito como sendo apenas uma junção entre disciplinas, revelando o fato do que foi constatado na literatura em relação a complexidade em definir o termo.

Para a realização de pesquisas futuras, recomenda-se que seja estendida aos discentes, com adaptações na formulação do questionário ou com outros procedimentos metodológicos, uma vez que é de grande relevância que seja evidenciada a visão desses em relação ao tema pesquisado.

REFERÊNCIAS

BASTOS, A. M. R. **A percepção da interdisciplinaridade por professores de perícia contábil em curso de Ciências Contábeis na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fecap, São Paulo, 2016.

BOVO, M. C. **Interdisciplinaridade e transversalidade como dimensões da ação**

Pedagógica. Urutágua, Maringá, n. 07, ago-nov., 2005.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**, São Paulo, Loyola, 1979.

_____. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. (Org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 2005.

FIorentin, M.; DOMINGUES, M. J. C. S. Interdisciplinaridade no curso de ciências contábeis: Um estudo de caso na Universidade de Passo Fundo –RS. **ConTexto - Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Contabilidade**. Porto Alegre, v. 12, n. 21, p. 7-16, 1º semestre 2012.

FRIGOTTO, G. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais**. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (Org.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 1995.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.
- JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976
- LUCK, H. **Pedagogia interdisciplinar: Fundamentos Teórico - metodológicos**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MORIN, E. **Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios**. Maria da Conceição Almeida, Edgard de Assis Carvalho (Org.) - 4. Ed São Paulo: Cortez, 2007.
- MIRANDA, G. J.; LEAL, E. A.; MEDEIROS, C. R. O. Interdisciplinaridade no curso de Ciências Contábeis: os desafios e as possibilidades de aprender e ensinar a partir de uma experiência. **REPEC: Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. v. 4, n. 3, art. 1, p. 1-22 ISSN 1981-8610 set\dez.2010.
- NOGARO, A. **O sentido do ensinar e do aprender na sociedade complexa**. In: LUFT, Hedi Maria; SEGER, Claudia Maria. FRANTZ, Walter (Orgs.). A educação e a formação docente. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.
- PADOAN; F; CLEMENTE, A. A interdisciplinaridade no ensino da contabilidade – um estudo empírico da percepção dos docentes. In: **Congresso Usp de Controladoria e Contabilidade**, 6, 2006, São Paulo.
- PELEIAS; I. R. *et al.* Interdisciplinaridade no ensino superior: Análise da percepção de professores de controladoria em cursos de ciências contábeis na cidade São Paulo. **Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP**, v. 16, n. 3, p. 499-532, ISSN 1414-4077 nov. 2011.
- RAMALHO, H.S. **A universidade e sua atividade: Um percurso nas ideias de Anísio Teixeira**. In: SCHÖNARDIE, Paulo Alfredo; PILLATT, Libera Raquel Bazzan; SILVA, Sidinei Pithan da (Orgs.). Sociedade Brasileira e Educação: Olhares interpretativos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.
- SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SCHMITT, D. L; LEITE, P; LUFT, H. M. **Gestão da sala de aula: O fazer docente e as aprendizagens pedagógicas**. In: LUFT, Hedi Maria; SEGER, Claudia Maria. FRANTZ, Walter (Orgs.). A educação e a formação docente. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, S. P. Universidade, Conhecimento e Sociedade: O papel reflexivo dos educadores. **Reunião Científica Regional da ANPED: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais: XI ANPED SUL**. UFPR-Curitiba/PR.2016.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3. Ed – São Paulo: Atlas, 2010.

UMBELINO, M. ZABINI, F. O. A Importância da Interdisciplinaridade na Formação do Docente. **Seminário Internacional de Educação Superior - 2014. Formação e Conhecimento. Anais Eletrônicos**. Universidade de Sorocaba- Uniso - Programa Pós-graduação em Educação.

O PRINCÍPIO DA COCULPABILIDADE E A (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO INDIVÍDUO ENQUANTO SUJEITO DE DIREITOS

Samira Suelen Dutra Cardoso Vieira¹⁴⁸

André Filipe Loureiro e Silva¹⁴⁹

Eduardo Matzembacher Frizzo¹⁵⁰

Gabrielle Paloma Santos Bezerra Couto¹⁵¹

Resumo: A presente pesquisa versa sobre como a reconfiguração da noção de exclusão social tem se apresentado como fenômeno norteador e influenciador na autopercepção dos indivíduos vulneráveis à criminalização, os impelindo, a processos de degradação identitária. Ademais, o cerne do trabalho está pautado em abordar a relevância da aplicação da igualdade material, por meio do princípio da coculpabilidade, que vem se manifestando como elemento discriminador e mais equânime do sistema penal, frente à ausência de garantias jurídicas mínimas do Estado, responsável pela gênese social. Propõe como medidas de ajuste estrutural a análise sociocultural na aferição do quantum da pena a ser aplicada, como meio de implementar uma política criminal equilibrada, a fim de propiciar mudanças paradigmáticas significativas. Para tanto, este artigo embasou-se no método indutivo e na interpretação de textos e de pesquisas bibliográficas.

Palavras-chave: Princípio da coculpabilidade. Identidade. Desigualdade. Exclusão. Aplicação.

Abstract: This research deals with how the reconfiguration of social exclusion notion has been presented as a guiding and influencing phenomenon to the self - perception of individuals that are vulnerable to criminalization, impelling them, to processes of identity degradation. In addition, the core of the work is focused on addressing the relevance of the application of material equality, through the principle of culpability, which has been a discriminating and more equitable element of the penal system, considering the absence of minimum guarantees of the State, responsible for the social genesis. It proposes as measures of structural adjustment the sociocultural analysis to measure the quantum of the penalty to be applied, as a means

¹⁴⁸ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Balsas-UNIBALSAS. samirasuelen@hotmail.com

¹⁴⁹ Orientador-Professor do Curso de Direito da Faculdade de Balsas-UNIBALSAS. Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, Brasil. Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus. Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas. Mestre em Direito Privado, linha de pesquisa Direito do Trabalho, modernidade e democracia, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professor do Instituto Elpídio Donizetti na Pós-graduação em Direito do Trabalho, advogado militante na área trabalhista desde 2011. anfilosi@gmail.com.

¹⁵⁰ Orientador-Professor do Curso de Direito da Faculdade de Balsas-UNIBALSAS. Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Instituto Cenesista de Ensino Superior de Santo Ângelo (CNEC/IESA - 2002/2006). Mestre em Desenvolvimento, tendo por Linha de Pesquisa Direito, Cidadania e Desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ - 2009/2011), sendo bolsista CAPES. Pós-graduado no Curso de Pós-graduação - Especialização Lato Sensu em Docência para o Ensino Superior pelo Instituto Cenesista de Ensino Superior de Santo Ângelo (CNEC/IESA - 2006/2008). Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da Unibalsas. Colunista semanal do Jornal das Missões de Santo Ângelo (RS). Tem por foco de pesquisa as seguintes áreas: Estado-Nação, globalização, direitos humanos e cidadania. eduardo7frizzo@hotmail.com

¹⁵¹ Orientadora-Professora do Curso de Direito da Faculdade de Balsas-UNIBALSAS. Graduada em Design pela Universidade Federal do Maranhão, UFMA (2000). Especialista em Ergonomia pela Universidade Federal do Maranhão, UFMA (2009). Graduada em Direito na Universidade Ceuma, UNICEUMA (2014). Aprovada no exame da OAB (2013). Especialização em andamento em Direito Tributário pela faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus (2015). gabriellepaloma.couto@gmail.com

of implementing a balanced criminal policy, in order to provide significant paradigmatic changes. Therefore, this article was based on the inductive method and on the interpretation of texts and bibliographical researches.

Keywords: Principle of coculpability. Identity. Inequality. Exclusion. Application.

INTRODUÇÃO

O Sistema Penal Brasileiro vem sendo fonte de diversos debates e estudos científicos, talvez por se tratar de um ramo do Direito voltado às diversidades sociais, e por agir como limitador de condutas, especialmente no que pertine ao direito constitucionalmente garantido: a liberdade do cidadão.

Contudo, tais esforços não estão sendo suficientes para tratar do Direito Penal como deveria, ou seja, sob o aspecto filosófico e social. Por sua vez, no que atine essa discussão, o princípio da coculpabilidade deveria fazer essa conexão entre a Sociologia e o Direito; entretanto, diante da falta de aprofundamento e tratamento equitativo dentro do sistema processual penal, as garantias a ele inerentes estão sendo obstruídas e, logicamente, resta prejudicada a proteção do socialmente rejeitado em detrimento da sociedade e do Estado.

Nesse sentido, a pesquisa em voga propõe uma análise acerca da degradação da identidade dos sujeitos vulneráveis à criminalização através da perspectiva de um conjunto de juízos que a sociedade elabora a fim de institucionalizar a violência através do Sistema Penal. Tal pressuposto vem relatar o Processo de Transmutação (intitulado assim pela Criminologia Crítica) que seria aquele responsável em excluir o indivíduo do meio social, estigmatizando-o, e conseqüentemente construindo uma identidade que o coloca à margem do Sistema, compondo um sujeito com ausência de vínculos, um criminoso em potencial.

Ademais, ressaltará a importância do princípio da coculpabilidade como instrumento de justiça social e (re)construção identitária ao reconhecer a falha do Estado e da sociedade pela não implementação dos direitos mínimos previstos constitucionalmente, e como elemento para a efetivação da isonomia material, o qual poderá propiciar mudanças de paradigmas com o fito de estabelecer de forma eficaz um Estado Social.

Dessa maneira, uma das possibilidades de aplicação desse princípio no ordenamento jurídico brasileiro, minimizando esse tratamento incongruente, será a aplicação do art. 66 do Código Penal que dispõe da atenuante motivada por uma circunstância pertinente, seja ela anterior ou posterior à prática delitativa, ainda que não prevista em lei. Pode-se também abordar o art. 59 do referido Código, ou ainda o art. 187, § 1º do Código de Processo Penal.

Para tanto, faz-se necessário que o magistrado adote uma postura de reconhecimento de sua atividade como elemento fundamental para o efetivo exercício da função jurisdicional.

Neste contexto, é indispensável que seja oportunizado um espaço de diálogo com o intuito de especificar a aplicabilidade do respectivo princípio ao crime, sobretudo para não vitimizar todos os agentes sem analisar as especificidades concernentes a cada caso/fato

concreto (realidade social), além de impulsionar a sua inserção no ordenamento jurídico com o fito de diminuir a seletividade e transformar a orientação político-criminal brasileira por meio de modificações dos critérios de aplicação propostos pelo Sistema Penal atualmente.

1. DO PRINCÍPIO DA COCULPABILIDADE

De forma pura e simples, o princípio da coculpabilidade se traduz numa divisão de culpa entre o autor do fato criminoso e o Estado na ocasião da ocorrência do crime, com intuito de mitigar o cumprimento da pena.

Tal rateio se embasaria na omissão estatal em promover igualdade de direitos e oportunidades aos cidadãos, deixando o sujeito vulnerável ao cometimento de práticas delituosas. Logo, o princípio da coculpabilidade nasceu com o propósito de disseminar a justiça social, pelo reconhecimento dos diversos fatores que levam o cidadão à prática delitiva, especialmente diante da sua vulnerabilidade social e da negligência dos seus direitos.

Grégore Moreira Moura, em sede doutrinária traz que a teoria ora examinada é:

Um princípio constitucional implícito que reconhece a co-responsabilidade do Estado no cometimento de determinados delitos, praticados por cidadãos que possuem menor âmbito de autodeterminação diante das circunstâncias do caso concreto, principalmente no que se refere às condições sociais e econômicas do agente, o que enseja menor reprovação social, gerando consequências práticas não só na aplicação e execução da pena, mas também no processo penal (2014, p.59).

O supracitado autor, insigne representante do Garantismo Penal¹⁵², é um dos defensores implacáveis da aplicação desse princípio ao Direito Penal Brasileiro, trazendo como posicionamento sempre a ideia de que o Estado não pode utilizar o Direito Penal como único meio para regular a vida em sociedade ao utilizá-lo como mecanismo exclusivo de controle dos males sociais.

Ademais, depreende-se que o aludido ramo do direito não deveria atender a ambição de servir como instrumento universal dos problemas sociais, ficando restrito para os casos mais graves que não possui uma solução satisfatória em outros ramos do Direito (*ultima ratio*).

¹⁵² O Garantismo Penal surge como um mecanismo para proporcionar segurança aos cidadãos, ao minimizar o poder punitivo do Estado. Para Ferrajoli, “Garantismo” designa um modelo normativo de direito: precisamente, no que diz respeito ao direito penal, o modelo de “estrita legalidade” SG, próprio do Estado de direito, que sob o plano epistemológico se caracteriza como um sistema cognitivo ou de poder mínimo, sob o plano político se caracteriza como uma técnica de tutela idônea a minimizar a violência e maximizar a liberdade e, sob o plano jurídico, como um sistema de vínculos impostos à função punitiva do Estado em garantia dos direitos dos cidadãos. É consequentemente, “garantista” todo sistema penal que se conforma normativamente com tal modelo e que o satisfaz efetivamente (2010, p. 785-786).

A razão conducente a tal entendimento está pautada no princípio colorário do Estado Democrático, haja vista que limita a intervenção do Estado no que atine a liberdade do cidadão, demonstrando que, o poder de punir não pode ser considerado em seu sentido absoluto, mas tão somente nos casos onde a necessidade impera, tendo em vista que o Sistema Penal acomete uma das mais significativas garantias do cidadão (MOURA, 2014).

Estabelecida esta conexão, por tudo quanto fora exposto, se faz, nesse momento, necessário trazer à tona a conceituação do Princípio em destaque.

Desse modo, é que o Doutrinador Guilherme de Souza Nucci, em que pese tecer inúmeras críticas e não coadunar com a aplicação do princípio, apresenta o seguinte excerto relacionado a presente temática:

Trata-se de uma reprovação conjunta que deve ser exercida sobre o Estado, tanto quanto se faz com o autor de uma infração penal, quando se verifica não ter sido proporcionada a todos igualdade de oportunidades na vida, significando, pois, que alguns tendem ao crime por falta de opção (2010, p. 234).

Nesse sentir, constata-se que não é a privação absoluta que induz o sujeito à prática delitativa, mas tão somente a privação relativa baseada no contexto da desigualdade econômica, fruto natural da lógica do capitalismo. O fato é que, a rigor, esse pressuposto vem rechaçar a regra de que o indivíduo delinque porque quer.

No caso vertente, a extrema necessidade de uma imediata aplicação desse princípio possui respaldo, quando se constata a composição do cárcere brasileiro formado por uma parcela significativa de negros, moradores das favelas e pessoas que não tiveram acesso à educação de qualidade, sendo que seu emprego teria como consequência imediata a minimização ou a compensação do abandono e da falha do utópico objetivo constitucional, haja vista que o Estado e a sociedade ignoraram os problemas sociais, exalando em seus discursos de ordem, tão somente maiores punições aos criminosos, o que vem demonstrar a existência de um Direito Penal Simbólico¹⁵³, que não surtiu nenhum efeito prático frente ao desequilíbrio do Sistema que seleciona, marginaliza e exclui àqueles que incomodam o modelo idealizado.

Moura afirma que:

¹⁵³ De acordo com Masson, o Direito Penal Simbólico diz respeito a uma política criminal, que vai além da aplicação do direito penal do inimigo, e sim, as próprias consequências do efeito externo que a aplicação da lei não produz. Manifesta-se, desse modo, com o direito penal do terror, pelo qual se verifica uma inflação legislativa, que cria figuras penais desnecessárias ou, então, o aumento desproporcional e injustificado das penas para os casos determinados (2012, p. 11).

A aplicação do princípio da co-culpabilidade decorre do reconhecimento da exclusão social ínsita ao Estado, responsabilizando-o indiretamente por esse fato, tendo, porém, como limite o cuidado para não transformar o criminoso em vítima e o Estado em criminoso, invertendo erroneamente as posições jurídicas de ambos (2014, pp. 60-61).

Da mesma maneira, Simone Matos Rios Pinto expõe que:

Outro fundamento do princípio da co-culpabilidade é reconhecer a desigualdade entre os homens. Essa desigualdade deve ser descontada, na conta, na hora da reprovação. Se o cidadão que comete um delito é devedor do Estado, enquanto detentor do poder de punir é também credor, ao mesmo tempo, deste mesmo Estado, enquanto responsável pela criação de condições necessárias para o bem-estar dos cidadãos, então, devemos entender que o Estado deve descontar aquilo que não realizou enquanto devedor, em face de não propiciar condições de vida digna a todos. Nesse sentido, a co-culpabilidade representa uma corresponsabilidade do Estado, no cometimento de delitos por parte desses cidadãos credores do Estado (2012, p. 8).

Tal entendimento consiste na ideia da quebra do contrato social do Estado demonstrado diante da inoperância nos cumprimentos de seus deveres.

Assim, a coculpabilidade defende corresponsabilidade estatal e da sociedade pela prática de crimes/delitos por cidadãos marginalizados que não tiveram seus direitos assegurados, tais como, acesso à educação, saúde, moradia, emprego etc., ou que foram vítimas da exclusão social.

Portanto, não há como se negar que a condição e exclusão social são fatores predominantes para o ingresso do indivíduo no mundo do crime, trazendo consigo a necessidade de se considerar a aplicação do princípio em comento ao caso concreto, de forma a se assegurar ao agente uma punição ou medida de segurança adequada aos fatores que realmente o conduziram à prática delitiva.

2. A DEGRADAÇÃO DA IDENTIDADE DAQUELE CONSIDERADO COMO VULNERÁVEL À CRIMINALIZAÇÃO

Abordar acerca da exclusão social não se restringe meramente à ideia dentro da perspectiva da ordem econômica, que uma vez adotada seria mais uma vertente que centraliza a análise da lógica do capitalismo, que enfatiza a exclusão como sinônimo de pobreza material, salientando que pobre é aquele que habita mal ou que não tem onde habitar, o que vem minimizar o escopo analítico fundamental deste fato que é, também, o da injustiça social.

Ressalte-se que a reconfiguração da tese ora exposta destacará de forma tensional o pobre como sendo aquele que também será privado de sua cidadania, isto é, que vive em estado de manipulação, ou destituído da consciência de sua opressão, ou reprimido em se organizar em defesa de seus direitos. Para Sá, “a exclusão é uma situação de privação coletiva, e inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública” (2011, p.277).

Nesse sentido, depreende-se uma mudança significativa no conceito de exclusão, que surge como sendo aquele formado pelos valores e conhecimentos de uma determinada sociedade, não se restringindo a exclusão material, mas, sobretudo, cultural.

Merton sublinha:

[...] quaisquer que sejam as proporções diferenciais do comportamento desviado nos diversos estratos sociais, e sabemos por muitas fontes que as estatísticas oficiais a respeito dos crimes mostram uniformemente proporções maiores nos estratos inferiores, e que elas não são dignas de confiança, resulta da nossa análise que as maiores pressões para o comportamento transviado são exercidas sobre as camadas inferiores. Casos que podemos apontar nos permitem descobrir os mecanismos sociológicos responsáveis por essas pressões. Diversas pesquisas têm mostrado que áreas especializadas de vícios e crimes constituem uma reação ‘normal’ contra uma situação em que a ênfase cultural sobre o sucesso pecuniário tem sido assimilada, mas onde há pouco acesso aos meios convencionais e legítimos para que uma pessoa seja bem-sucedida. [...] É a falta de entrosamento entre os alvos propostos pelo ambiente cultural e as possibilidades oferecidas pela cultura social que produz intensa pressão para o desvio de comportamento. O recurso a canais legítimos para ‘entrar no dinheiro’ é limitado por uma estrutura de classe a qual não é inteiramente acessível em todos os níveis a homens de boa capacidade. Apesar de nossa persistente ideologia de ‘oportunidades iguais para todos’, o caminho para o êxito é relativamente fechado e notavelmente difícil para os que têm pouca instrução formal e poucos recursos. A pressão dominante conduz à atenuação de utilização das vias legais, mas ineficientes, e ao crescente uso dos expedientes ilegítimos, porém mais ou menos eficientes (1970, p. 218-219).

Nesse sentido, como forma de melhor ilustrar esse entendimento, colhe-se os seguintes dados relacionados a presente temática no que atine à prática delitiva na Comarca de Balsas-MA, por meio do Sistema THEMIS PG, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, o relatório de processos distribuídos que tramitaram/tramitam no período de 01.01.2015 a 19.09.2017, a fim de demonstrar a inadimplência estatal frente ao desequilíbrio entre os objetivos culturais e os meios institucionalizados para alcançar tais objetivos (SIMULACRO DO SUCESSO¹⁵⁴), que uma vez não atingidos geram nas classes sociais mais baixas (no caso

¹⁵⁴ A grande ênfase cultural sobre a meta de êxito estimula este modo de adaptação através de meios institucionalmente proibidos, mas frequentemente eficientes, de atingir pelo menos o simulacro de sucesso – a riqueza e o poder. Esta reação ocorre quando o indivíduo assimilou a ênfase cultural sobre o alvo a alcançar sem

em tela tem a maioria em sua composição) uma força que os levam a trilhar o caminho do crime.

Destarte, analisando as informações coletadas no referido sistema, pode-se verificar que em detrimento de muitas práticas delitivas, o crime de roubo majorado teve uma representação significativa com cerca de 6324 casos registrados, seguido do furto com 3221, do furto qualificado com 2206 e roubo com 2138 (anexo 01).

Dessa forma, fica perceptível, uma forte tendência dos indivíduos de tentar se inserir ao modelo idealizado, e por outro lado, demonstrar conseqüentemente, a inoperância de garantias jurídicas mínimas do Estado cuja responsabilidade está pautada na gênese social, que frente a ausência de sua atuação, vem desencadeando uma forte pressão ao comportamento desviado.

A razão conducente a essa forma de exclusão/inclusão pode ser interpretada como um elemento do processo de transmutação e injustiça social, que ocorre quando os indivíduos são submetidos a uma estrutura diferenciada, que deixa a maioria à margem de um corpo social, o que os impossibilita de fazer parte da recente estrutura produtiva, submetendo-os a uma homogeneização cultural propiciada pelas políticas públicas ou pela ideologia nacional.

Young define esse processo como sendo aquele:

[...] processo de duas partes, implicando em primeiro lugar a transformação e a separação dos mercados de trabalho e um aumento maciço do desemprego estrutural, e em segundo a exclusão decorrente das tentativas de controlar a criminalidade resultante das circunstâncias transformadas e da natureza excludente do próprio comportamento anti-social (2002, p. 23).

De acordo com o autor, a sociedade realiza o processo de exclusão ou apartação social partindo da perspectiva econômica, que ocorre quando o mercado não possibilita oportunidades para a maioria da população não qualificada, ocasionando o desemprego em massa.

Ademais, em relação à inclusão, esta decorre das tentativas de controlar a criminalidade por meio da construção de um Direito Penal que obedeceu ao conseqüente desmonte das políticas sociais do Estado-Providência, e que visa tão somente, eliminar os excessos (política da tolerância zero)¹⁵⁵.

ao mesmo tempo absorver igualmente as normas institucionais que governam os meios e processos para o seu atingimento (MERTON, 1970, p.214).

¹⁵⁵ Para Wacquant, essa política diz respeito ao instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza que incomoda- a que se vê, a que causa incidentes e desordens no espaço público, alimentando, por conseqüente, uma difusa sensação de insegurança, ou simplesmente de incômodo tenaz e de inconveniência-, propagou-se através do globo a uma velocidade alucinante (2001, p. 30).

Nos termos deste argumento, observa-se a imposição de um Direito utilizado como mecanismo de controle social cujo intuito está em estabelecer um domínio das classes declaradas como inferiores.

Para Zaffaroni e Pierangeli:

[...] o direito é sempre a expressão do poder da classe dominante, que impõe seus valores do bem e do mal às classes dominadas. No século XIX, Marx viria sustentar que o direito é a superestrutura ideológica da classe dominante para submeter as classes exploradas (1997, p.248).

Outrossim, constata-se que o vestígio deixado pelo processo ora referido, pode ser estabelecido como estigma, ou seja, aquilo que indica veementemente o processo de qualificação e desqualificação do indivíduo dentro da perspectiva da exclusão. Isso representa sem dúvida a composição de um ser reduzido e diminuído, sem valor social.

Para Braga:

O estigma funciona como uma lente pela qual são olhados certos tipos de pessoas, ao mesmo tempo em que a própria pessoa introjeta essa visão interior. O indivíduo internaliza o estigma, criando expectativas, mecanismos de defesa e estabelecendo relações a partir dele, um esforço de ocultá-lo, consertá-lo ou até mesmo aceitá-lo (2013, p.16).

De acordo com Sawaia, a homogeneização da ideologia nacional firmada no papel do estigma e no fenômeno da exclusão:

[...] servem para explicar, especificamente no caso da sociedade brasileira, a natureza da incidência dos mecanismos que promovem o ciclo de reprodução da exclusão, representado pela aceitação, tanto do nível social, como do próprio excluído, expressa em afirmações como “isso é assim e não há nada para fazer”. Por outro lado, revela também uma fragilização do vínculo societal, tanto a atmosfera social do conformismo, com a compreensão da condição da exclusão social como fatalidade são reveladoras de processos nos quais os vínculos sociais estão, no mínimo fragilizados. Este caráter natural do fenômeno vem contribuir com o denominado ciclo de exclusão, no sentido de reforçá-lo e reproduzi-lo. O estigma definido como cicatriz, como aquilo que marca, denota claramente o processo de qualificação e desqualificação do indivíduo no ciclo da exclusão (1999, p. 23).

Nesse sentir, os efeitos imediatos do estigma recaem na identidade do indivíduo vulnerável, que uma vez incorporando aquilo que a sociedade articula através de um sistema de forças simbólicas de representações de papéis, o agora estigmatizado passa a se enxergar num âmbito de argumentos e discussões alusivos ao que ele deverá, a partir daquele momento, pensar de si mesmo, isto é, a identidade de seu eu.

Para Ana Gabriela Braga Mendes, “a identidade se forma a partir de uma variedade de eus, que representam diversos papéis perante públicos variados” (BRAGA, 2013. p.4). É como se fosse uma maneira de anular o livre arbítrio e encaminhar essas pessoas ao comportamento transviado (são influenciados pelo ambiente no qual estão inseridos).

Em síntese, a partir disso, o indivíduo não se vislumbra e não se reconhece como cidadão, desconstituindo qualquer vínculo que na perspectiva social apresenta um sentido conducente à ascensão e inclusão social.

Por conseguinte, a composição dessa identidade estigmatizada versará dentro da perspectiva da ótica social formando um indivíduo que se auto percebe como um ser a parte e munido de defeitos, o qual acarretará conseqüentemente em uma concordância/aceitação frente àquilo que realmente poderia ser. O rotulado passa ulteriormente por um processo de resignação e de vergonha (GOFFMAN, 2008).

Nesse diapasão, o indivíduo começa a assumir determinadas formas estereotipadas de comportamento, o que vem ratificar o auto etiquetamento, a qual a percepção de si acaba sendo um reflexo da imaginação daquilo que os demais veem, adotando um papel desviante, de um criminoso, que lhe foi atribuído pela sociedade (abordagem adotada pela Psicologia Social¹⁵⁶).

Por tudo que foi dito, Zaffaroni e Pierangeli assinalam que:

O criminoso é simplesmente aquele que se tem definido como tal, sendo esta definição produto de uma interação entre o que tem o poder de etiquetar (‘teoria do etiquetamento ou labelling theory’) e o que sofre o etiquetamento, o que acontece através de um processo de interação, de etiquetamento ou de criminalização (1997, p. 320).

Ademais, destaca-se que os indivíduos excluídos do corpo social são considerados sem uso, de acordo com a visão exterior composta por um sistema de ideias responsável em realizar uma crise de identidade e de criar um espaço da coibição do exercício da cidadania, por meio de uma ideologia que vem justificar as posições e o lugar que o outro deverá ocupar. Goffman enfatiza que o “seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua carreira moral [...]” (1974, p.24).

¹⁵⁶ Outros atores, ainda da psicologia social, vão considerar os excluídos como que estão incluídos socialmente pelas exclusão dos direitos humanos, para ouvir e compreender os seus brados de sofrimento (SAWAIA, 1999, p. 109).

Diante disto, infere-se que os sujeitos são apartados por uma intolerância responsável por retirá-los do meio social, estigmatizando-os, e, conseqüentemente, construindo uma identidade que os colocam à margem do sistema e da sociedade, compondo um ser segregado e excluído, do modelo idealizado, um criminoso em potencial.

3. A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COCULPABILIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Ao contrário da tese ora defendida a favor da aplicação do princípio da coculpabilidade, inerente a atenuação da pena, ou, até mesmo, a depender do caso concreto, da não aplicação da penalidade positivamente prevista naquelas ocasiões em que o indivíduo acaba de praticar infrações penais por um estado de necessidade ou vulnerabilidade social, grande parte dos doutrinadores e quase toda a jurisprudência se mostra resistente à aplicação do princípio em questão.

Dentre os doutrinadores, destacamos as críticas tecidas por Nucci ao negar a teoria da coculpabilidade, ao asseverar que:

Não nos parece correta essa visão. Ainda que se possa concluir que o Estado deixa de prestar a devida assistência à sociedade, não é por isso que nasce qualquer justificativa ou amparo para o cometimento de delitos, implicando em fator de atenuação da pena. Aliás, fosse assim, existiriam muitos outros ‘coculpáveis’ na rota do criminoso, como os pais que não cuidaram bem do filho ou o colega na escola que humilhou o companheiro de sala, tudo a fundamentar a aplicação da atenuante do art. 66 do Código Penal, vulgarizando-a. Embora os exemplos narrados possam ser considerados como fatores de impulso ao agente para a prática de uma infração penal qualquer, na realidade, em última análise, prevalece a sua própria vontade, não se podendo contemplar tais circunstâncias como suficientemente relevantes para aplicar a atenuação (2010, p. 234).

Entretanto, em que pese todo brilhantismo do aclamado doutrinador, observa-se que não convém delegar para outros segmentos sociais a responsabilidade do Estado, que ao contrário dos demais, está obrigado em “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais”, nos exatos termos do art. 3º, III da Carta Republicana (BRASIL, 1988).

Logo, do referido Dever Constitucional que decorre a corresponsabilidade estatal, esse Princípio deverá ser aplicado na medida em que o Estado despreza os seus objetivos fundamentais ao ponto de direcionar o indivíduo à marginalização, influenciando-o, até mesmo, na sua própria autodeterminação e o levando ao mundo do crime.

Segundo Juarez Cirino dos Santos:

Hoje, como valoração compensatória da responsabilidade dos indivíduos inferiorizados por condições sociais adversas, é admissível a tese da Co-Culpabilidade da sociedade organizada, responsável pela injustiça das condições sociais desfavoráveis da população marginalizada, determinantes de anormal motivação da vontade nas decisões da vida (2004, pp.265-266).

Nesse sentir, a teoria implementada pelo princípio da coculpabilidade não se trata de uma responsabilização penal estatal, mas tão somente do reconhecimento de sua inoperância em cumprir seus deveres e proteger àqueles que vivem em status de vulnerabilidade, ideia que não corrobora com uma isenção ou redução de pena às “pessoas pobres” – argumento que rechaça outras parcelas da doutrina denegatória.

Ademais, seria mais uma maneira de aplicação de um Direito Penal humanista e liberal que leve em consideração o que realmente acontece nas relações sociais entre os indivíduos.

Desta forma, insta destacar que a definição desse indivíduo vulnerável vai além da sua condição financeira, devendo ser compreendido como aquela pessoa na qual o Sistema Penal seleciona e utiliza como instrumento para justificar seu próprio exercício de poder, pois a depender do grau de vulnerabilidade, esse Sistema, que para Zaffaroni “decide a seleção e o não cometimento do injusto, porque há muitíssimos mais injustos penais iguais e piores que deixam o sistema penal indiferente” (1991, p. 268).

Diante disso, ao tentar negar a aplicação da teoria da coculpabilidade em conjunto com o ordenamento penal, estaria sendo rebatido, conjuntamente, que a sociedade a qual o indivíduo está inserido apresenta-se com vários problemas sociais, onde incontáveis famílias vivem em condições de miserabilidade e abandonas pelo Estado, posto que o próprio Poder Público as rejeitam como destinatárias de direitos e garantias.

Nessa ordem de ideias, Rogério Greco expõe que:

Contamos com uma legião de miseráveis que não possuem teto para abrigar-se, morando embaixo de viadutos ou dormindo em praças ou calçadas, que não conseguem emprego, pois o Estado que não os preparou e os qualificou para que pudessem trabalhar, que vivem a mendigar por um prato de comida, que fazem uso de bebida alcoólica para fugir à realidade que lhes é impingida, quando tais pessoas praticam crimes, devemos apurar e dividir essa responsabilidade com a sociedade (2002, p.469).

Daí surge a inegável importância de se aplicar um critério material que venha abranger o social e filosófico dentro da perspectiva do Direito Penal, haja vista o quadro de desigualdades sociais existentes no Brasil.

Nesse contexto, é que surgiria a teoria da coculpabilidade como mecanismo de proteção do cidadão socialmente excluído.

Não obstante, diante de tal possibilidade, evidencia-se que o tema encontra-se pendente de positivação, necessitando de uma reversão imediata desse quadro com intuito de assegurar direitos, garantir segurança jurídica ao seu destinatário final e alcançar, por fim, o seu objetivo, qual seja a diminuição da seletividade e da visão ideológica do Direito Penal, que hodiernamente define-se como um produto político, sociológico e filosófico de uma classe privilegiada em determinado tempo histórico.

Para que isso aconteça são necessários mais do que alguns doutrinadores e diversos estudos científicos para que seja dado, enfim, total e pleno efeito ao princípio em comento.

Contudo, é válido ressaltar que não se trata de matéria inerte em nosso ordenamento jurídico, visto que o Direito Processual Penal, em seu art. 187, § 1º, prevê que a primeira parte do interrogatório sobre a pessoa do acusado incluirá perguntas sobre oportunidades sociais e meios de vida do interrogando (BRASIL, 1941).

Diante disso, destaca-se que essa norma reflete justamente o que acoberta a teoria, ao passo que elenca com destaque as causas sociais que contribuem para o cometimento do fato criminoso. Portanto, há uma permissão para que o magistrado, ao dosar e aplicar a punição ao caso concreto, faça um juízo de valores quanto à condição social do agente em detrimento do delito praticado.

O Código Penal, por sua vez, também se mostra omissivo no que tange o reconhecimento do respectivo princípio, em que pese haver uma inquestionável necessidade de promovê-lo num princípio constitucional explícito.

Não obstante, Zaffaroni (1999) defende que a teoria da coculpabilidade tem cabimento no art. 66 do Código Penal, ao dispor que “a pena poderá ser ainda atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei”.

De fato, a referida norma trata-se de uma modalidade de atenuante de pena não prevista em lei, e, como os demais casos de diminuição de pena, tem seu aproveitamento quando na segunda etapa da dosimetria da pena.

Para Damásio de Jesus, “são circunstâncias que escapam à especificação legal e que servem de meios diretivos para o juiz aplicar a pena devem ser relevantes podendo ser anteriores ou posteriores à prática delituosa” (JESUS, 2007).

Por sua vez, o art. 59 do mesmo Diploma Legal também apresenta como possível a aplicação da teoria da coculpabilidade do agente, só que agora quando na primeira fase da dosimetria da pena (fixação da pena base), conforme transcrito:

Art. 59. O juiz, atendendo à culpabilidade aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime (BRASIL, 1940).

Uma outra hipótese, a qual reflete em mais uma possibilidade de atenuação da pena baseada na condição social do agente, e que coaduna com o citado princípio, é o inciso II do art. 14 da Lei n.º 9.605/98 –que trata dos crimes ambientais, *in verbis*: art. 14. São circunstâncias que atenuam a pena: I- baixo grau de instrução ou escolaridade do agente;

Diante disso, note-se que existem elementos suficientes que subsidiam a aplicação desse princípio, necessitando-se apenas da perspicácia e da capacidade dos julgadores em se atentar aos fatores econômico-sociais que circundam o contexto brasileiro.

Como forma de ilustrar a postura do magistrado como instrumento fundamental para o efetivo exercício da função jurisdicional (ativismo judicial¹⁵⁷), segue dois julgados que demonstram como vem sendo feita a aplicação do aludido Princípio na realidade vigente.

Ementa: Roubo – Concurso – Corrupção de menores – Co-Culpabilidade. Se a grave ameaça emerge unicamente em razão da superioridade numérica de agentes, não se sustenta a majorante do concurso, pena de *bis in idem* – Inepta é a inicial do delito de corrupção de menores (Lei 2.252/54) que não descreve o antecedente (menores não corrompidos) e o consequente (efetiva corrupção pela prática de delito), amparado em dados seguros coletados na fase inquisitorial. O princípio da co-culpabilidade faz a sociedade também responder pelas possibilidades sonegadas ao cidadão – Réu. Recurso Improvido, com louvor a juíza sentenciante. (16 fls.). (Apelação Crime nº 70002250371, Quinta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Amilton Bueno de Carvalho, julgado em 21/3/2001). Apelação-crime nº 70002250371.(RIO GRANDE DO SUL, TJ. Ap. 70002250371, Rel. Amilton Bueno de Carvalho, 2001).

Ementa: Embargos infringentes. Tentativa de estupro. Fixação da pena. Agente que vive de biscates, solteiro, com dificuldades para satisfazer a concupiscência, altamente vulnerável à prática de delitos ocasionais. Maior a vulnerabilidade social, menor a culpabilidade. teoria da co-culpabilidade (Zafaronni). Prevalência do voto vencido, na fixação da pena-base mínima. Regime carcerário inicial. Embargos acolhidos por maioria. (Embargos infringentes nº 70000792358, Quarto Grupo de Câmaras Criminais, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Tupinambá Pinto de Azevedo, julgado em 28/4/2000) (RIO GRANDE DO SUL, TJ. Ei. 70000792358, Rel. Tupinambá Pinto de Azevedo, 2000).

Por fim, e bem mais ousada, para Moura, uma outra vertente estaria pautada na possibilidade de adicionar um parágrafo no art. 29 do Código Penal que traria como

¹⁵⁷ Segundo Delgado, o ativismo judicial surge como mecanismo de concretização da função social do processo, e afasta o juiz do posicionamento de ser escravo do texto literal da lei (2008, p.13).

dispositivo que “se o agente estiver submetido a precárias condições culturais, econômicas, sociais, num estado de hipossuficiência e miserabilidade sua pena será diminuída de um terço (1/3) a dois terços (2/3), desde que estas condições tenham influenciado e sejam compatíveis com o crime cometido (2014, p. 128).”

Em face disso, deve-se observar que o intérprete deverá analisar a compatibilidade dos fatores que levam ao estado de vulnerabilidade e o crime cometido para que sua aplicação no caso concreto estabeleça a verdadeira justiça social repelindo a tão conhecida justiça de classe.

Assim, resta a nítida necessidade da positivação do princípio da coculpabilidade para sua eficácia plena, mas sobretudo, como uma maneira de promover uma mudança de paradigma no Direito Penal Brasileiro e uma minimalização do poder punitivo.

De acordo com Grégore Moreira de Moura, a coculpabilidade é consequência do Direito Penal Mínimo, pelas seguintes causas:

- a. a positivação da co-culpabilidade gera mais uma disposição na legislação penal, que atenuará ou diminuirá a pena do cidadão. Com efeito, teremos maior possibilidade na concessão de benefícios legais como o *sursis*, o livramento condicional, a suspensão condicional do processo, dentre outros;
- b. diminuição da população carcerária, propiciando um avanço no caminho para solucionar o problema da superlotação das prisões brasileiras;
- c. o reconhecimento da prescrição em tempo mais curto;
- d. o propiciamento da não-intervenção penal em casos extremos de exclusão social, ou nos casos em que essa exclusão social, econômica e cultural leva o agente ao desconhecimento da lei e, às vezes, a erro, por desconhecer a ilicitude do fato (2014, p. 150).

Outrossim, é indubitável reconhecer a responsabilidade do Estado no cometimento de determinados delitos tendo como consequência imediata a diminuição da procura incessante do poder punitivo, ao revés do que vem acontecendo atualmente com o auxílio do poder midiático e do movimento de Lei e Ordem¹⁵⁸.

¹⁵⁸ De acordo com Cervini, um dos princípios do ‘Movimento de Lei e Ordem’ separa a sociedade em dois grupos: o primeiro, composto de pessoas de bem, merecedoras de proteção legal; o segundo, de homens maus, os delinquentes, aos quais se endereça toda a rudeza e severidade da lei penal. Adotando essas regras, o Projeto Alternativo alemão de 1966 dizia que a pena criminal era “uma amarga necessidade numa comunidade de seres imperfeitos. É o que está acontecendo no Brasil. Cristalizou-se o pensamento de que o Direito Penal pode resolver todos os males que afligem os homens bons, exigindo-se a definição de novos delitos e o agravamento das penas cominadas aos já descritos, tendo como destinatários os homens maus (criminosos) (1994, pp. 5:36).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorrer sobre o fator criminógeno através da vertente da exclusão social e da desigualdade econômico-cultural foi o objetivo de investigação da respectiva pesquisa, cujos aspectos relacionados contribuem de forma significativa para compor eventuais mudanças/degradações identitárias, realizadas por meios de controle social.

Nesse sentido, o Direito Penal é apresentado como mecanismo fundamental de resolução dos males sociais, e que possui eficácia para reprimir condutas e proteger os bens essenciais da sociedade.

Dessa forma, a fim de conseguir tal intuito são criados nos indivíduos vulneráveis a criminalidade (aquele que não obteve oportunidade de se manter dentro do modelo idealizado, e, por conseguinte, possui maior propensão para iniciar uma atividade criminosa), um estigma que se constitui como uma marca, a qual é atribuída uma identidade por um grupo que o coloca a margem do corpo social, compondo um sujeito socialmente reprovável.

Essa normatividade imposta passa a ser naturalizada de tal maneira que o agora estigmatizado permite que a ele sejam atribuídas posições inferiores de status social conducente a internalização da categoria que lhe foi atribuída.

Desse modo, como formar de amenizar essa discrepância ocasionada pela injustiça social, é que abordar o princípio da coculpabilidade representa, em sua forma mais tenaz, o reconhecimento da inadimplência do Estado e da sociedade frente à obrigação de promover o bem comum, além de concretizar a efetividade de uma política capaz de abranger os excluídos e implementar a isonomia material através da aproximação do Direito Penal da realidade fática, tornando-o, assim mais legítimo.

Ademais, permite ao Sistema Judiciário realizar medidas de ajuste estrutural ao considerar na análise subjetiva uma análise social do delito como forma de privilegiar os princípios constitucionais fundamentais, (re)construindo a identidade do cidadão, e transformando a orientação da política criminal brasileira mediante modificações dos critérios de aplicação propostos pelo sistema vigente.

Para tanto, como forma de garantir a efetividade de tal entendimento, necessário se faz que o magistrado adote uma postura de ativismo social, que será definida como instrumento para concretização da função social do processo, desconstruindo paradigmas e concretizando valores e fins que minorem as desigualdades e, por conseguinte, alcançando a redução da pena aquém do mínimo legal.

Diante disso, por se tratar de um princípio implícito, a sua aplicação poderá ser pautada nos arts. 59 e 66 do Código Penal, ou ainda o art. 187, § 1º do Código de Processo Penal e respaldo no inciso II do art. 14 da Lei n.º 9.605/98, enquanto pendente de positivação, a qual demonstra tal indispensabilidade para que haja uma maior segurança jurídica do cidadão.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. **Preso pelo Estado e Vigiado pelo Crime: as leis do cárcere e a construção da identidade na prisão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

_____. **Código Penal**. Decreto Lei nº 2.848, de 7 dezembro de 1940. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm.

_____. **Código de Processo Penal**. Decreto Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm.

_____. **Lei de Crimes Ambientais**. Lei nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm.

CERVINI, Raul. **Incidenca de la “mass media” em la expansión del control penal em Latinoamérica**. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1994.

DELGADO, José Augusto. **Ativismo Judicial: o papel político do poder judiciário na sociedade contemporânea**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. 3. Ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4. Ed. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2002.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal: parte geral**. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARANHÃO. Tribunal de Justiça do Maranhão. Themis PG.

MASSON, Cleber. **Direito Penal Esquemático: Parte Geral**. 6. Ed. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012.

MERTON, Robert K. **Sociologia, teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MOURA, Grégore. **Do princípio da Co-Culpabilidade no Direito Penal**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 10. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

PINTO, Simone Matos Rios. **O princípio da co-culpabilidade**. Disponível em: <<http://www.ejef.tjmg.jus.br/home/files/publicacoes/artigos/0162008.pdf>>. Acesso em: 10.02.2017.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Apelação Crime nº 70002250371. Rel. Amilton Bueno Carvalho, Quinta Câmara Criminal. Julgado em 21 de mar. De 2001. Jusbrasil, Porto Alegre: 2001. Disponível em. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

_____. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Embargos Infringentes Nº 70000792358. Rel: Tupinambá Pinto de Azevedo Quarto Grupo de Câmaras Criminais. Julgado em 28 mai. 2000. Jusbrasil, Porto Alegre: 2000. Disponível em. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

SÁ, Alvino Augusto. **Criminologia Clínica e Execução Penal: proposta de um modo de terceira geração**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SANTOS. Juarez Cirino dos. **A moderna teoria do fato punível**. 3.ed. Curitiba: Fórum, 2004.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

WACQUANT, Loic. **As Prisões da Miséria**. Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed. 2001.

YOUNG, Jock. **A Sociedade Excludente – exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Editora Revan, 7. ed. 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELLI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro: parte geral**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

_____. **Manual de direito penal brasileiro – Parte Geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. Tradução: Vania Romano. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ANEXO 01

Dados referentes a práticas delituosas retirados do Sistema Themis PG do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A PSICOPATIA SOB A ÓTICA DO DIREITO PENAL EM FACE DA PSIQUIATRIA FORENSE

ARAÚJO, Juliana Silva de*

COUTO, Gabrielle Paloma Santos Bezerra**

FRIZZO, Eduardo Matzembacher***

SILVA, André Filipe Loureiro e****

Resumo: O presente trabalho tem como propósito o estudo da psicopatia sob a ótica do direito penal em face da psiquiatria forense, buscando apresentar de forma clara e objetiva o conceito de psicopatia e suas vertentes, e de que forma o direito penal entra em contraste com a psiquiatria forense quando busca respostas sobre o tema supracitado. A metodologia fundamentou-se na pesquisa em jurisprudências, bibliografias e legislações relacionadas ao tema supracitado. Inicia-se com o conceito de psicopatia, buscando explicar as causas, as características e se há ou não tratamento, utilizando-se da psiquiatria forense para a melhor análise da mente de um psicopata. Posteriormente, há questionamentos sobre a definição se o psicopata deve ser considerado como imputável, semi-imputável ou inimputável, o que será apresentado conforme a legislação penal vigente no país, resultando assim, a sanção penal adequada a esses indivíduos. Ademais, será apresentado no trabalho quais as respostas que o direito penal brasileiro dá a sociedade aos crimes cometidos em virtude da psicopatia devidamente averiguada pela psiquiatria forense.

Palavras-Chave: Psicopatia. Direito Penal. Transtorno de Personalidade.

Abstract: The purpose of this study is to study psychopathy from the point of view of criminal law in the face of forensic psychiatry, seeking to present clearly and objectively the concept of psychopathy and its aspects, and in what way criminal law contrasts with psychiatry When they seek answers on the aforementioned topic. The methodology was based on jurisprudence, bibliographies and legislation related to the aforementioned theme. It begins with the concept of psychopathy, seeking to explain the causes, characteristics and whether or not there is treatment, using forensic psychiatry for the best analysis of a psychopath's mind. Subsequently, there are questions about the definition of whether the psychopath should be considered as imputable, semi-attributable or unputable, which will be presented in accordance with the criminal legislation in force in the country, resulting in appropriate penal sanctions for these individuals. In addition, it will be presented in the work the answers that the Brazilian Criminal Law gives the society to the crimes committed by virtue of the psychopathy properly

* Acadêmica do Curso de Direito na Faculdade de Balsas-UNIBALSAS/MA. juliana_brilhante_@hotmail.com

**Orientadora: Possui graduação em Design pela Universidade Federal do Maranhão (2000). Possui Especialização em Ergonomia na UFMA (2009). Possui graduação em Direito na Universidade Ceuma (2014). Aprovada no exame da OAB (2013). Especialização em Direito Tributário - Damásio de Jesus (2015). Professora no Curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS/MA.

*** Orientador: Mestre em Desenvolvimento, tendo por Linha de Pesquisa Direito, Cidadania e Desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ - 2009/2011), sendo bolsista CAPES. Pós-graduado no Curso de Pós-graduação - Especialização Lato Sensu em Docência para o Ensino Superior pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo (CNEC/IESA - 2006/2008). Graduado no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo (CNEC/IESA - 2002/2006). Professor em tempo integral do Curso de Direito da Faculdade de Balsas (Unibalsas) em sede de graduação e pós-graduação, exercendo também a coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da instituição. Colunista semanal do Jornal das Missões de Santo Ângelo (RS). Tem por foco de pesquisa as seguintes áreas: Estado-Nação, globalização, direitos humanos e cidadania. . Professor no Curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS/MA.

**** Orientador: Mestre em Direito Privado, linha de pesquisa Direito do Trabalho, modernidade e democracia, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela mesma instituição. Professor do Instituto Elpídio Donizetti na Pós-graduação em Direito do Trabalho, advogado militante na área trabalhista desde 2011. Professor no Curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS/MA.

ascertained by the forensic psychiatry.

Keywords: Psychopathy. Criminal Law. Personality Disorder

INTRODUÇÃO

Atualmente na esfera criminal, crimes bárbaros e cruéis tornam-se cada vez mais comuns, logo, imagina-se que esses crimes tenham sido cometidos por psicopatas. Eis a necessidade de buscar compreender o real significado da psicopatia, em face da psiquiatria forense com estudos relacionados a mente criminoso buscando assim discussões com o direito penal, bem como as respostas dadas a sociedade diante dos crimes cometidos por esses indivíduos diagnosticados como psicopatas.

A escolha do tema, justifica-se tanto pela sua relevância para a comunidade acadêmica e social, quanto pela escassez relativa de discussões sobre o tema no judiciário brasileiro. Ademais, por haver indivíduos na sociedade com um grau elevado de periculosidade, se dá a necessidade de um estudo sobre tal realidade. Além da curiosidade em discutir e analisar as respostas que o Poder Judiciário dá a sociedade e o que vem a ocorrer com pessoas que apresentam comportamento tido como transtorno de personalidade, direcionando a análise comparativa entre aspectos psíquicos e jurídicos de indivíduos diagnosticados como psicopatas, em especial ao que o art. 26, parágrafo único, do código penal brasileiro fundamenta.

O trabalho foi dividido em três etapas, em um primeiro momento a psicopatia é o tema central, abrangendo desde o seu significado, suas origens, características e o motivo pelo qual ela não pode ser considerada uma doença mental. Tendo ênfase principal nas características e nos crimes cometidos, traçando assim o perfil de um psicopata e apresentando a figura que a psiquiatria forense se baseia, afirmando não haver cura, e que não há tratamento.

Posteriormente abordar-se-á, com aspectos jurídicos conforme a legislação vigente no país, como esses indivíduos são punidos e qual a visão jurídica entre imputabilidade, semi – imputabilidade e inimputabilidade. Qual a sanção a ser aplicada a um psicopata, quais os meios de punição eficazes e quais os principais motivos de reincidência.

No terceiro e último tópico, será explorado com análise de jurisprudências referentes ao tema supracitado, qual a resposta dada pelo direito penal à sociedade aos crimes cometidos por esses indivíduos, em virtude de um transtorno de personalidade sendo o mesmo averiguado pela psiquiatria forense.

Desta forma, o objetivo principal do presente trabalho é colocar em debate como a psiquiatria forense atua diretamente sob a ótica do direito penal brasileiro em relação aos psicopatas e as penas aplicadas a esses indivíduos, haja vista, a figura do psicopata é pouco discutida no Brasil.

1. A PSICOPTIA

Quando a mídia noticia um crime com requintes de crueldade, logo, imagina-se tratar de um psicopata, que é um doente mental, um assassino cruel, frio e calculista ou até mesmo um *serial killer*¹⁵⁹. Porém, há que se referir que os meios de comunicação, divulgam uma imagem vulgar da psicopatia, sem saber o verdadeiro significado desta. É preciso um estudo mais aprofundado do tema, para que a sociedade tenha o discernimento do risco que corre ao conviver com um possível psicopata.

Psicopatas existem sim, porém, não são todos que cometem delitos homicidas, como assassinatos em massa. Uma parte desses indivíduos comete fraude, roubo, furto, ou seja, crimes de menor potencial ofensivo. Haja vista, todos eles cometem crimes, sejam mais graves ou não, todos oferecem perigo a sociedade e precisam ser incluídos cada vez mais na realidade penal, para que seu julgamento seja de acordo com sua conduta criminosa.¹⁶⁰

Na psicopatia existem características próprias, que levam o psicopata a desafiar o direito penal, pois conforme Jorge Trindade¹⁶¹ “A questão da psicopatia não interessa tão somente à criminologia, à psicopatologia ou ao direito penal, como também à democracia, porque é muito difícil estabelecer a justa medida entre psicopatia e castigo, entre psicopatia e segurança social, entre psicopatia e tratamento.”

Com base nos conceitos que serão apresentados, cabe a análise da sanção penal a ser aplicada a esses indivíduos, com fulcro no código penal brasileiro.

1.1. Conceito

O conceito de psicopatia é um tema que vem sendo bastante visado, não somente pelas áreas de psiquiatria, psicologia, antropologia e demais áreas de estudo da mente, como também pelo Poder Judiciário. Naturalmente que essa preocupação toda tem uma justificativa: o grande índice de comportamentos que são vistos como inaceitáveis.

Durante o século XIX, a expressão “psicopata” (do grego: *psyché*, alma; *pathos*, paixão, sofrimento) era utilizada na medicina em seu sentido amplo, que indicava apenas os doentes mentais de modo geral, não havendo ainda uma ligação entre a psicopatia e a personalidade antissocial.¹⁶²

Psicopatia atualmente na visão da psiquiatria forense é um transtorno de personalidade que não possui cura¹⁶³. Por outro lado, existe a vertente que o termo psicopatia é

¹⁵⁹ *Serial Killer* - Indivíduos que cometem uma série de homicídios durante algum período de tempo, com pelo menos alguns dias de intervalo entre eles.

¹⁶⁰ SILVA, Ana Beatriz B. *Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado* – Rio de Janeiro: Objetiva, 2008 p.144.

¹⁶¹ TRINDADE, Jorge – *Justificando, mentes inquietas pensam Direito* – Disponível em <

<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/05/12/o-psicopata-e-como-o-gato/>> Acesso em 15 de maio de 2017.

¹⁶² SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado* – Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

¹⁶³ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado* – Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

frequentemente utilizado em pareceres jurídicos e documentos legais, especialmente em perícias que interessam à área do direito penal e, em alguns casos, de matéria civil.¹⁶⁴

Com face na área da psiquiatria forense, critica-se o entendimento que psicopata seja um doente mental, pois consideram que a parte cognitiva dos indivíduos psicopatas se encontra preservada, íntegra, tendo plena consciência dos atos que praticam (possuem, inclusive, inteligência acima da média da população), sendo que seu principal problema reside nos sentimentos (afetos) deficitários.¹⁶⁵

Segundo Jorge Trindade, a personalidade psicopática refere-se a uma individual característica de modelos de pensamento, sentimento e comportamento, sendo uma característica interna da pessoa, manifestada globalmente, que possui componentes cognitivos, interpessoais e comportamentais, de modo que descreve modelos comportamentais através do tempo e das situações.¹⁶⁶ Assim sendo, possuem uma personalidade particular. Ainda conforme o mesmo autor, psicopatia é um transtorno de personalidade, não podendo ser comparada a um transtorno mental, pois implica uma condição mais grave de desarmonia na formação da personalidade.¹⁶⁷

Outro autor de grande influência no estudo da psicopatia é o psicólogo canadense Robert D. Hare, que desenvolveu a escala *Psychopathy Checklist-Revised* (PCL-R), também chamada de Escala Hare em homenagem a seu criador, um método para ajudar a perícia criminal a verificar se o acusado possui ou não o transtorno de personalidade, aqui citado, utilizada também para avaliar a personalidade do preso e prevenir uma possível reincidência criminal, buscando separar os bandidos comuns dos psicopatas.

Hilda Morana, tratou de esclarecer a psicopatia e o transtorno de personalidade antissocial. Destaca ainda que os transtornos de personalidade, transtorno antissocial e psicopatia se aplicam na teoria e na prática e que essas condições revelam desajustamento social, violência e criminalidade com significativos níveis de reincidência penal.¹⁶⁸

Como base nos autores supracitados, pode-se afirmar que a psiquiatria forense não caracteriza a psicopatia como doença mental ou apenas um transtorno antissocial, visto que o indivíduo não apresenta nenhum transtorno mental da mesma ordem da esquizofrenia do retardo ou da depressão, ou seja, não manifestam nenhum tipo de sofrimento psicológico.

¹⁶⁴ TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito. 4. ed. rev. atual. e ampl. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 160

¹⁶⁵ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mentis perigosas: o psicopata mora ao lado, 2008. p. 18

¹⁶⁶ TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito. 4. ed. rev. atual. e ampl. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 161

¹⁶⁷ Idem, p. 160

¹⁶⁸ MORANA, Hilda Clotilde Penteadó. Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos de personalidade; transtorno global e parcial. 2003. Tese (Doutorado em Psiquiatria) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-14022004-211709/pt-br.php> > Acesso em: 13 maio 2017. p. 9-14.

1.2. Características

Para diagnosticar um psicopata é necessário uma avaliação mais detalhada sobre a personalidade desse indivíduo, com a criação da escala “Hare”, tornou-se mais fácil, porém, como se trata de um fenômeno que vem aumentando a cada dia, é de supra importância a consciência na hora de confirmar o diagnóstico. A característica sempre haverá, porém, existem suas exceções. Ademais, existem características que são mais fortes e incisivas.

A priori, tem-se o posicionamento de Cleckley (1941-1976), que traz a ideia de psicopatia como uma configuração da personalidade que não é nova, pois a inicial descrição era um estudo sobre a personalidade, das quais mostra as seguintes características:¹⁶⁹

- Charme superficial e boa inteligência;
- Ausência de delírios e outros sinais de pensamento irracional;
- Ausência de manifestações psiconeuróticas;
- Falta de confiabilidade;
- Insinceridade;
- Falta de remorso ou vergonha;
- Comportamento antissocial inadequadamente motivado;
- Julgamento deficitário e falha em aprender com a experiência;
- Egocentrismo patológico e incapacidade de amar;
- Pobreza geral nas relações afetivas;
- Específica falta de insight;
- Falta de responsabilidade na interpretação geral das relações interpessoais;
- Comportamento fantástico com o uso de bebida;
- Raramente suscetível ao suicídio;
- Interpessoal, trivial e pobre integração de vida sexual;
- E falha para seguir planejamento vital.

Por muito tempo, essas foram as bases da psicologia para o diagnóstico de um psicopata, em face dessas características, Robert Hare, esquematizou sua tese.

A posteriori, traz-se, as 20 características que fazem parte do teste da escala “Hare” sendo o meio mais utilizado mundialmente para diagnóstico de psicopatia,¹⁷⁰ são elas:

- Lábria/charme superficial;
- Senso grandioso de autoestima;
- Mentira patológica;
- Ausência de remorso ou culpa;
- Afeto superficial;
- Crueldade/falta de empatia;
- Comportamento sexual promíscuo;

¹⁶⁹ TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito. 4. ed. rev. atual. e ampl. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 161

¹⁷⁰ HUSS, Matthew T. Psicologia Forense: pesquisa, prática clínica e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2011 p. 96

- Falta de objetivos realistas de longo prazo;
- Impulsividade;
- Irresponsabilidade;
- Falhas em aceitar responsabilidade pelas próprias ações;
- Versatilidade Criminal;
- Necessidade de estimulação;
- Ludibriador/Manipulador;
- Estilo de vida parasita;
- Controle deficiente do comportamento;
- Problemas comportamentais precoces;
- Muitas relações conjugais de curta duração;
- Delinquência juvenil;
- Revogação de liberdade condicional.

Um ponto que cabe bastante atenção em ambas as relações de características é que o psicopata possui total controle racional. Eles não possuem perca da razão, ou possuem alguém tipo de delírio, o que poderia sim, ser apresentado como uma doença mental. Pelo contrário, são totalmente manipuladores, donos da razão, egocêntricos, tem total consciência do que estão fazendo, sabem agir para conseguirem o que querem.

Conforme Morgana¹⁷¹, a Escala Hare tem se mostrado cada vez mais eficaz na identificação da condição de psicopata, principalmente no contexto forense.

Conclui-se que a psicopatia deve ser analisada através das características apresentadas por Cleckley e reforçadas por Robert Hare, pois são indivíduos extremamente frios e calculistas. Cabe frisar que nem todo psicopata necessariamente será um assassino em série, pois diferentes são os níveis de psicopatia.

1.3. Tratamento

Do ponto de vista psiquiátrico¹⁷², não há tratamento adequado ou eficaz para esses indivíduos, pois um psicopata não demonstra arrependimento ou culpa dos atos praticados, sendo pouco provável algum tipo de recuperação.

De acordo com estudos da psicanálise¹⁷³ a psicopatia não tem cura, e métodos como terapias, medicamentos e outras técnicas podem agravar a situação, podendo ter um efeito contrário. Salvo, se o transtorno for identificado ainda na infância, podendo obter assim uma

¹⁷¹ TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito. 4. ed. rev. atual. e ampl. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 169

¹⁷² SILVA, Ana Beatriz B - Psiquiatra autora de best-seller defende prisão perpétua para psicopatas. Correio Braziliense, Distrito Federal 2012. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/06/04/interna_cidadesdf,305617/psiquiatra-autora-de-best-seller-defende-prisao-perpetua-para-psicopatas.shtml4-211709/pt-br.php> Acesso em: 14 de maio 2017.

¹⁷³ CARVALHO, Soraya H - Como tratar a psicopatia. Colégio Web – 2015. Disponível em <<https://www.colegiowebcom.br/saude/como-tratar-a-psicopatia.html>> Acesso em: 14 de maio 2017

melhora na condição, na adolescência as chances caem, e na fase adulta sem expectativa de cura. Conforme apontamentos psicológicos¹⁷⁴ acredita-se que não há um tratamento adequado para a psicopatia que se mostre eficaz. Alguns tratamentos que são eficientes em outros criminosos chegam a ser contraindicados no caso de psicopatia, pois podem piorar a condição, fornecendo ao psicopata uma força em sua técnica de manipular.

Ademais, ainda pode-se afirmar que a ciência não dispõe de um tratamento que possa resolver decisivamente o problema aqui exposto.

2. Culpabilidade

Quando se fala em culpabilidade, procura-se identificar o “culpado” por determinado fato que ocorrera. Buscando assim constituir o elemento da conduta que é a culpa. De acordo com Fernando Capez,¹⁷⁵

Culpabilidade é a possibilidade de se considerar alguém culpado pela prática de uma infração penal. Por essa razão, costuma ser definida como juízo de censurabilidade e reprovação exercido sobre alguém que praticou um fato típico e ilícito. Não se trata de elemento do crime, mas pressuposto para imposição de pena, porque, sendo um juízo de valor sobre o autor de uma infração penal, não se concebe possa, ao mesmo tempo, estar dentro do crime, como seu elemento, e fora, como juízo externo de valor do agente.

A estrutura da culpabilidade compõe-se dos seguintes elementos: (i) Imputabilidade; (ii) Potencial consciência sobre a ilicitude do fato; (iii) Exigibilidade de conduta diversa.¹⁷⁶ Dentre as quais, o objetivo principal de estudo deste tópico sendo a imputabilidade.

2.1. Imputabilidade

Psicopatas são agentes que tem noção da lei, sabem do ato ilícito que foi/será cometido, por isso, deve ser julgado como um imputável, pois conforme Jorge Trindade¹⁷⁷

Imaginar a psicopatia como uma doença mental clássica e incapacidade sob o aspecto cognitivo e volitivo, fazendo com que, sob o aspecto jurídico, o psicopata seja isento de pena, é o mesmo que privilegiar a sua conduta delitiva perpetrada ao longo da vida e validar seus atos

¹⁷⁴ TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito. 4. ed. rev. atual. e ampl. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 172

¹⁷⁵ CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal – parte geral – volume 15. Ed Saraiva: São Paulo 2011 pág. 323.

¹⁷⁶ GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal – Parte Geral – 16º ed. Niterói: Impetus, 2014

¹⁷⁷ TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito. 4. ed. rev. atual. e ampl. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 174

A imputabilidade penal se apresenta como um dos componentes da culpabilidade, tendo em vista os elementos integrantes da corrente tripartida que compõe o conceito analítico de crime.

O Código Penal Brasileiro não traz um conceito de imputabilidade, porém, em seus artigos (arts. 26, caput¹⁷⁸, 27¹⁷⁹ e 28 § 1º¹⁸⁰) limitam-se indiretamente a uma definição, ou seja, mediante descrição dos artigos citados acima, a possibilidade de atribuir a alguém um fato, ou seja, a capacidade da pessoa de se responsabilizar pelo seu ato.

Rogério Greco (2014) menciona que imputabilidade é a possibilidade de se atribuir, imputar o fato típico e ilícito ao agente, ou seja, o agente é responsável pelos seus atos, desde que estejam presentes no fato os demais elementos da culpabilidade. A imputabilidade é a regra e a inimputabilidade é a exceção”. Nesse sentido, o jurista citado descreve pelas palavras de Luís Augusto Brodt Sanzo:¹⁸¹

A imputabilidade é constituída por dois elementos: um intelectual (capacidade de entender o caráter ilícito do fato), outro volitivo (capacidade de determinar-se de acordo com esse entendimento). O primeiro é a capacidade (genérica) de compreender as proibições ou determinações jurídicas. Bettiol diz que o agente deve poder prever as repercussões que a própria ação poderá acarretar no mundo social, deve ter, pois, a percepção do significado ético-social do próprio agir. O segundo, a capacidade de dirigir a conduta de acordo com o entendimento ético-jurídico. Conforme Bettiol, é preciso que o agente tenha condições de avaliar o valor do motivo que o impele à ação e, do outro lado, o valor inibitório da ameaça penal.

Tendo plena consciência mental dos atos praticados, Jorge Trindade cita as palavras de Robert Hare que volta a afirmar que um psicopata é totalmente responsável por seus atos.¹⁸²

2.2. Inimputabilidade

Em seu Art. 26, o Código Penal Brasileiro, prevê a ligação com a inimputabilidade, pois cita, o fato do agente por doença mental ou desenvolvimento incompleto ser incapaz de entender o caráter ilícito do fato ocorrido.

¹⁷⁸ É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

¹⁷⁹ Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial

¹⁸⁰ Art. 28 - Não excluem a imputabilidade penal: I - a emoção ou a paixão

¹⁸¹ GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal – Parte Geral – 16º ed. Niterói: Impetus, 2014

¹⁸² TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito. 4. ed. rev. atual. e ampl. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 172

Sendo causa de exclusão de culpa, a inimputabilidade possui dois critérios abrangidos pelo Código Penal, são eles:¹⁸³ I - Inimputabilidade por doença mental; e II - Inimputabilidade por imaturidade natural.

No primeiro fato citado, o agente inimputável é o sujeito que ao tempo do crime, apresenta problemas mentais, não possuindo assim plena capacidade de compreender o caráter ilícito do fato que ocorrerá, sendo pela existência de uma doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado (Greco 2014).

Pode-se descrever doença mental conforme dito por Luis Regis Prado, utilizando palavras de Enrico Altavilla¹⁸⁴ que “Doença mental, é uma alteração mórbida da saúde mental, independentemente de sua origem.”

Na concepção Nelson Hungria sob a ótica de Rogério Greco¹⁸⁵ descreve-se desenvolvimento mental incompleto ou retardado da seguinte forma: “Não só os deficitários congênitos do desenvolvimento psíquico ou oligofrênicos (idiotas, imbecis, débeis mentais), como os que o são por carência de certos sentidos (surdos-mudos) e até mesmo os silvícolas inadaptados. ”

Ressalta-se ainda que se comprovada a inimputabilidade do agente, cabe a absolvição para o fato, nos termos do Art. 386, inciso VI, do Código de Processo Penal¹⁸⁶, aplicando assim, medida de segurança.

2.3. Semi-Imputabilidade

No Art. 26 em seu parágrafo único, do Código Penal Brasileiro transcreve-se a redução da pena, para aqueles que sofrem em virtude de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.¹⁸⁷

Rogério Greco salienta que um semi – imputável é aquele que¹⁸⁸ “Em virtude de não ter tido pleno conhecimento do caráter ilícito do fato, sua pena deve ser reduzida.”

Sendo indivíduos considerados como imputáveis e semi-imputáveis ambos têm consciência do fato que estão a praticar.

A priori a diferença entre eles será a pena aplicada pelo juiz.

¹⁸³ GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal – Parte Geral – 16º ed. Niterói: Impetus, 2014

¹⁸⁴ PRADO, Luiz Regis – Curso de direito penal brasileiro, 13ª edição São Paulo: RT, 2014, p. 356.

¹⁸⁵ GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal – Parte Geral – 16º ed. Niterói: Impetus, 2014

¹⁸⁶ O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça:

VI – existirem circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena (arts. 20, 21, 22, 23, 26 e § 1º do art. 28, todos do Código Penal), ou mesmo se houver fundada dúvida sobre sua existência

¹⁸⁷ Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento

¹⁸⁸ GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal – Parte Geral – 16º ed. Niterói: Impetus, 2014

Conforme Rogerio Greco¹⁸⁹, “Ao imputável será aplicada medida de segurança, como consequência necessária à sua absolvição em face da existência de uma causa de isenção de pena. Ao semi- imputável impõe-se a condenação, fazendo –se incidir, contudo, uma redução de pena que lhe for aplicada.”

Em se tratando de semi-imputabilidade, o sujeito não é completamente incapaz como no caso da inimputabilidade.¹⁹⁰

3 RESPOSTA DO DIREITO PENAL

Ana Beatriz Barbosa Silva¹⁹¹, ressalta que “ninguém se torna psicopata da noite para o dia: eles nascem assim e permanecem assim durante toda a sua existência.

Diante de todo o exposto apresentado, a pergunta que move o trabalho, se faz presente. Qual a resposta que o Direito Penal dá a sociedade por crimes cometidos por psicopatas? São eles considerados imputáveis, inimputáveis ou semi- imputáveis?

Como já dito por Ana Beatriz¹⁹², nem todos os psicopatas são criminosos, muitos estão no convívio da sociedade, sendo possível encontra-los nos mais diversos lugares e mais diversificadas profissões. Ademais, cabe ressaltar que os psicopatas que não cometem crimes, e de fato, não chegam a causar maiores danos ou consequências negativas a quem os cercam o Direito não tem uma resposta exata.

Na atual realidade do Código Penal Brasileiro, conforme o Art 5º¹⁹³ da Constituição da República Federativa do Brasil é vedada a aplicação de pena de morte, salvo em caso de guerra declarada, ou prisão perpetua. Assim sendo, o que cabe a justiça é identificar se os criminosos são imputáveis, inimputáveis ou semi-imputáveis, conforme já descrito no segundo tópico do presente trabalho.

Na Justiça Brasileira, atualmente, não existe um procedimento para diagnosticar se um criminoso é comum ou se é um psicopata, quando há solicitação de benefícios, como por exemplo a redução de pena por bom comportamento.

Conforme Ana Beatriz Barbosa Silva:¹⁹⁴

¹⁸⁹ Idem p. 399

¹⁹⁰ HUNGRIA, Nelson; FRAGOSO, Heleno Cláudio. Comentários ao Código Penal, volume I, tomo II: arts. 11 ao 27. 5 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense

¹⁹¹ SILVA, Ana Beatriz B. Mentas perigosas: o psicopata mora ao lado, 2014. p. 91

¹⁹² SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mentas perigosas: o psicopata mora ao lado, 2008. p. 96

¹⁹³ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

¹⁹⁴ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mentas perigosas: o psicopata mora ao lado, 2014. p. 152

Se tais procedimentos fossem utilizados dentro dos presídios brasileiros, certamente os psicopatas ficariam presos por muito mais tempo e as taxas de reincidência de crimes violentos diminuiriam significativamente. Nos países onde a escala Hare (PCL) foi aplicada com essa finalidade, constatou-se uma redução de dois terços das taxas de reincidência nos crimes mais graves e violentos. Atitudes como essas acabam por reduzir a violência na sociedade como um todo.

Ainda conforme a mesma autora¹⁹⁵ “Estudos revelam que a taxa de reincidência criminal (a capacidade de cometer novos crimes) dos psicopatas é cerca de duas vezes maior que dos demais criminosos. E quando se trata de crimes associados a violência, a reincidência cresce para três vezes mais”.

Um psicopata por suas características já descritas, não pode ser considerado como um criminoso comum, por sua periculosidade, ameaçando não só a sociedade como também os presos que mantem convivência com os mesmos. Por serem influenciadores podem ocasionar diversos crimes através de manipulação para que possam alcançar o que desejam.

Vale frisar o que Jorge Trindade¹⁹⁶ afirmou que:

Existe uma tendência cada vez mais crescente nas ciências relacionadas à saúde mental e forense de considerar os indivíduos psicopatas como plenamente capazes de entender, querer e determinar-se, uma vez que mantêm intacta sua percepção, incluindo as funções do pensamento e do senso percepção que, em regra, permanecem preservadas

No ano de 2010 entrou em discussão através do Sr. Marcelo Itagiba¹⁹⁷, a alteração da Lei de Execuções Penais sob o nº 7.210 de 1984, na qual buscava-se exigir exame criminológico do condenado no cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semiaberto e aberto.¹⁹⁸ No entanto, não houve seguimento.

No Brasil, as sanções aplicadas são ineficazes, visto que não há um reconhecimento na justiça penal, sobre o que sejam criminosos comuns e psicopatas. Assim sendo, o primeiro passo, deve ser o reconhecimento da psicopatia e em seguida um estudo de como solucionar as questões apresentadas, seja com uma cadeia especial somente para psicopatas, tendo em vista, que os indivíduos supracitados não podem se relacionar com a sociedade.

¹⁹⁵ Idem p. 152

¹⁹⁶ TRINDADE, Jorge. Psicopatia - A máscara da justiça..., 2009, p. 133

¹⁹⁷ Deputado Federal e ex-prefeito da cidade de Macaé. Formado em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e delegado da Polícia Federal desde 1983.

¹⁹⁸ Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=467290>> Acesso em: 10 de setembro de 2017.

4 ESTUDO DE CASO

A psicopatia é mais real do que se possa imaginar, psicopatas existem e estão cada dia mais próximos e soltos no meio da sociedade. Tendo em vista que diversos crimes de alta periculosidade cometidos por indivíduos com características psicopáticas já ocorreram no Brasil, apresenta-se um dos mais famosos.

4.1 Caso von Richtofen

No dia 31 de outubro de 2002, um fato criminoso que chocou o país. Um casal de classe média alta foi assassinado com requintes de crueldade enquanto dormia. Deu-se início ao chamado “Caso von Richtofen”¹⁹⁹.

O que mais chocaria a população brasileira não seria a forma pelo o qual o casal fora assassinado, e sim, por quem, a filha do casal, Suzane Von Richofen. Jovem, rica, bonita, de classe média alta, universitária do curso de Direito da PUC-SP, filha de Manfred Albert von Richthofen, engenheiro, 49 anos e Marísia von Richthofen, psiquiatra ,50 anos²⁰⁰, tornou-se conhecida nacionalmente por arquitetar e facilitar juntamente com o então namorado Daniel Cravinhos a morte dos pais.

A priori as investigações levavam ao caso mais comum até então, latrocínio, haja vista, a filha do casal informou o desaparecimento de R\$8.000, 00 e U\$5.000,00.²⁰¹ No entanto, as investigações levaram a outro caminho, o homicídio foi planejado por Suzane e pelo namorado Daniel, pois os pais da jovem não aprovavam o relacionamento amoroso de ambos, por Suzane ser mais culta e por ser de classe social diferente de Daniel, já ele, menos culto e de uma classe social inferior. A solução assim encontrada, foi simular um latrocínio e acabar com a vida dos pais de Suzane, de tal modo, eles ficariam livres e com a valiosa herança.²⁰²

Após controvérsias, um álibi desastroso, a compra de uma moto 1 dia após o crime e a frieza de Suzane que chegou a impressionar os investigadores²⁰³. A polícia chegou aos assassinos confessos de Manfred e Marísia, eis que seriam, Suzane, Daniel Cravinhos e Cristian Cravinhos.

Enquanto aguardava o julgamento, Suzane deu uma entrevista ao programa *Fantástico*²⁰⁴, a qual, mostrou total descontrole de personalidade, conforme analisado pela psiquiatra forense Ana Beatriz Barros:²⁰⁵ “Na primeira parte da entrevista brincou com

¹⁹⁹ LIMA, de Cezar de e BERTONI, Felipe Faoro. Disponível em < <https://canalcienciascriminais.com.br/caso-richthofen/>> Acesso em: 14 de setembro de 2017.

²⁰⁰ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mentres perigosas: o psicopata mora ao lado, 2014. p. 116

²⁰¹ MARA, Lívía. Folha Online. Disponível em <

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u62471.shtml>> Acesso em: 14 de setembro de 2017.

²⁰² LIMA, de Cezar de e BERTONI, Felipe Faoro. Disponível em <

<https://canalcienciascriminais.com.br/caso-richthofen/>> Acesso em: 14 de setembro de 2017.

²⁰³ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mentres perigosas: o psicopata mora ao lado, 2014. p. 117

²⁰⁴ Fantástico é um programa de televisão brasileiro apresentado aos domingos pela Rede Globo.

²⁰⁵ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mentres perigosas: o psicopata mora ao lado, 2014. p. 117

periquitos, ensaiou choros teatrais por onze vezes, segurou a mão de seu tutor, e discursou como uma menina inocente e quase débil”.

O julgamento do trio aconteceu no ano de 2006 e demorou aproximadamente 6 dias, durante o julgamento, Suzane voltou a dar indícios de uma personalidade fora do comum, eis que enquanto eram lidas cartas de amor trocadas por ela e pelo namorado Daniel, o mesmo teve que ser retirado da sala de sessões, diante de seu descontrole emocional, ao passo que Suzane não demonstrou reação emocionada.²⁰⁶

Após a votação na sala secreta, os jurados consideraram os três réus culpados da prática do duplo homicídio qualificado, tendo sido Daniel condenado à pena de 39 anos e 6 meses de reclusão, Suzane à pena de 39 anos de reclusão e Cristian 38 anos de reclusão.²⁰⁷

Diante do comportamento de frio de Suzane, algumas características foram tomando forma. Eis que, a frieza, a falta de sentimentalismo, dissimulação, o controle de suas narrativas, a princípio as principais características de uma psicopata.

Antônio José Eça, psiquiatra forense resume a personalidade de Suzane em poucas palavras,²⁰⁸ “matou porque é de má índole”, “ela tem alguma coisa de ruim dentro dela, uma perversidade, uma anormalidade de personalidade.”

O doutor Marco Antonio Abud²⁰⁹ afirma que Suzane é sim uma psicopata, com base em laudos de especialistas que analisaram a mesma. Citando algumas de suas principais características ressaltando a frieza emocional, mentira patológica, manipulação e inteligência.²¹⁰

No ano de 2014 a justiça revogou a decisão do regime semiaberto que havia concedido a Suzane, por solicitação da mesma, por justificativa que ela pretendia continuar o trabalho na oficina do presídio e que necessitava o salário das atividades e ainda da remissão que é a diminuição de pena com base nos dias trabalhados, logo, a cada 3 dias trabalhados é reduzido 1 dia da pena.²¹¹

Um ano após ter a revogação por vontade própria em relação ao regime semiaberto, Suzane tem o benefício do regime semiaberto aceito por decisão unanime da câmara de

²⁰⁶ LIMA, de Cezar de e BERTONI, Felipe Faoro. Disponível em <<https://canalcienciascriminais.com.br/caso-richthofen/>> Acesso em: 14 de setembro de 2017

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ Revista Isto é Gente. Disponível em <https://www.terra.com.br/istoeigente/172/reportagens/capa_suzana_04.htm> Acesso em 14 de setembro de 2017.

²⁰⁹ Médico psiquiatra especialista em medicina forense pela USP –SP

²¹⁰ GIMENEZ, Luciana (Entrevista disponibilizada em 01 de junho de 2016, a Internet). Disponível em <<http://www.redetv.uol.com.br/superpop/videos/ultimos-programas/psiquiatra-forense-traca-perfil-de-suzane-von-richthofen>> Acesso: 10 de setembro de 2017

²¹¹ SANTOS, Carlos; FERREZIM, Renato. Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2014/08/suzane-diz-que-pedido-foi-contra-sua-vontade-e-justica-barra-semiaberto.html>>. Publicado em 21 de agosto de 2014. Acesso em 19 de setembro de 2017.

direito criminal de São Paulo²¹², além de ser transferida a uma ala especial da prisão de Tremembé, Suzane pode ausentar-se durante 5 datas comemorativas no ano são elas Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dias das Crianças e nas festas de fim de ano. Mesmo no regime, todas os benefícios devem ser autorizados pela Justiça próximo à data.²¹³

Após 15 anos do fatídico crime, Suzane Louise von Richthofen, segue uma vida quase normal, cumpre sua pena em regime semiaberto, com as saídas temporárias como prevê o Art 123 da Lei de Execuções Penais.²¹⁴

Atualmente Suzane é noiva, missionária de uma igreja evangélica e possivelmente a história da família Von Richthofen será uma série na Tv aberta²¹⁵.

Suzane von Richthofen é a prova que o psicopata mora ao lado.

CONCLUSÃO

Como exposto no trabalho, os psicopatas são indivíduos totalmente racionais, que não possuem sentimentos, e nem arrependimento dos crimes cometidos. Cometem o crime apenas para sentir o prazer, a psicopatia é algo que se deve ser analisada através de características que costumam aparecer na infância e também com o auxílio de profissionais, entendendo a real definição, analisando seu perfil criminoso.

Defendeu-se que a tese que um psicopata não é um doente mental, como apresentado através de estudos vindos de psicólogos e psiquiatras forenses. Sendo assim, um psicopata possuidor de um transtorno de personalidade não pode responder por seus atos como inimputáveis, haja vista, são totalmente cientes do que estão a praticar, devendo assim, responderem judicialmente como imputáveis, a qual deve-se aplicar a pena de acordo com o crime praticado e ser vedada a progressão de regime, para que tão cedo não possam está de volta a sociedade. Ademais, por serem indivíduos totalmente manipuladores, nota-se a necessidade de serem isolados no sistema prisional, onde não possam influenciar os demais presos em cadeias comuns.

Por inexistir o sentimento de arrependimento, fica claro que não há regeneração para

²¹² LARA, Wallace. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/justica-aceita-pedido-e-suzane-richthofen-ira-regime-semiaberto.html>>. Publicado em 22 de outubro de 2015. Acesso em 19 de setembro de 2017.

²¹³ SANTOS, Carlos; FERREZIM, Renato. Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2014/08/suzane-diz-que-pedido-foi-contra-sua-vontade-e-justica-barra-semiaberto.html>>. Publicado em 21 de agosto de 2014. Acesso em 19 de setembro de 2017.

²¹⁴ Art. 123. A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos:

I - comportamento adequado;

II - cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente;

III - compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

²¹⁵ CASTRO, Daniel. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/historia-de-suzane-von-richthofen-vai-virar-serie-de-tv-19519571>>. Publicado em 16 de junho de 2016. Acesso em 19 de setembro de 2017.

esses indivíduos, o que possibilita a reincidência criminal de psicopatas no sistema carcerário brasileiro.

A psicopatia tornou-se mais comum no meio da sociedade nos últimos tempos, pela grande visibilidade dos crimes cometidos. Sendo assim um desafio para a justiça, pois o sistema penal brasileiro ainda é falho, por não saber definir o que seja a psicopatia e a melhor maneira de identificá-lo com a ausência de profissionais qualificados (psicólogos e psiquiatras forenses) dentro dos tribunais, para que assim saiba-se como julgar um psicopata e qual a sanção aplicar.

Em alguns países desenvolvidos é aplicada a avaliação do PCL, *psychopathy checklist*, ou PCL-R, também conhecida como escala *Hare*, que molda todas as características de um psicopata.

Como já exposto, psicopatas estão por toda parte, seja no trabalho, na faculdade ou dentro da sua casa. A psicopatia é um assunto sério que deve ser cada vez mais amparado pela sociedade no âmbito jurídico, tendo em vista que a notoriedade de crimes cometidos por psicopatas torna-se cada vez mais comum.

REFERÊNCIAS

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal – parte geral – volume 15. Ed Saraiva: São Paulo 2011 pág. 323.

CARVALHO, Soraya H. **Como tratar a psicopatia**. Colégio Web – 2015. Disponível em <<https://www.colegiowebcom.br/saude/como-tratar-a-psicopatia.html>> Acesso em: 14 de maio 2017.

CASOY, Ilana. **Serial Killer: Louco ou Cruel?** São Paulo: Editora WCV 2004.

CASTRO, Daniel. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/historia-de-suzane-von-richthofen-vai- virar-serie-de-tv-19519571>>. Publicado em 16 de junho de 2016. Acesso em 19 de setembro de 2017.

GIMENEZ, Luciana. (Entrevista disponibilizada em 01 de junho de 2016, a Internet). Disponível em <<http://www.redetv.uol.com.br/superpop/videos/ultimos-programas/psiquiatra-forense-traca-perfil-de-suzane-von-richthofen>> Acesso: 10 de setembro de 2017.

GRECO, Rogerio. **Curso de Direito Penal** – Parte Geral – 16º ed. Niterói: Impetus, 2014.

HUNGRIA, Nelson; FRAGOSO, Heleno Cláudio. Comentários ao Código Penal, volume I, tomo II: arts. 11 ao 27. 5 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense

HUSS, Matthew T. **Psicologia Forense: pesquisa, prática clínica e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

LARA, Wallace. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/justica-aceita-pedido-e-suzane-richthofen-ira-regime-semiaberto.html>>. Publicado em 22 de outubro de 2015. Acesso em 19 de setembro de 2017.

LIMA, de Cezar de e BERTONI, Felipe Faoro. Disponível em <<https://canalcienciascriminais.com.br/caso-richthofen/>> Acesso em: 14 de setembro de 2017.

MARA, Livia. Folha Online. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u62471.shtml>> Acesso em: 14 de setembro de 2017.

MORANA, Hilda Clotilde Penteadó. **Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos de personalidade; transtorno global e parcial.** 2003. Tese (Doutorado em Psiquiatria) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-14022004-211709/pt-br.php>> Acesso em: 13 maio 2017. p. 9-14.

PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro, 13ª edição São Paulo: RT, 2014, p. 356.

Revista Isto é Gente. Disponível em <https://www.terra.com.br/istoegente/172/reportagens/capa_suzana_04.htm> Acesso em 14 de setembro de 2017.

SANTOS, Carlos; FERREZIM, Renato. Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2014/08/suzane-diz-que-pedido-foi-contra-sua-vontade-e-justica-barras-semiaberto.html>>. Publicado em 21 de agosto de 2014. Acesso em 19 de setembro de 2017.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: O Psicopata mora ao lado.** Rio de Janeiro: Objetiva 2008.

_____. **Psiquiatra autora de best-seller defende prisão perpétua para psicopatas.** Correio Braziliense, Distrito Federal 2012. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/06/04/interna_cidadesdf,305617/psiquiatra-autora-de-best-seller-defende-prisao-perpetua-para-psicopatas.shtml4-211709/pt-br.php> Acesso em: 14 de maio 2017.

TRINDADE, Jorge. **Justificando, mentes inquietas pensam Direito** – Disponível em <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/05/12/o-psicopata-e-como-o-gato/>> Acesso em 15 de maio de 2017.

_____. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito.** 4. ed. rev. atual. e ampl. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

A INFLUÊNCIA DAS FALSAS MEMÓRIAS NA PROVA TESTEMUNHAL DO DIREITO PENAL BRASILEIRO

CARNEIRO, Jéssica Dias²¹⁶

COUTO, Gabrielle Paloma Santos Bezerra²¹⁷

FRIZZO, Eduardo Matzembacher²¹⁸

SILVA, André Filippe Loureiro e²¹⁹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo investigar como conhecimentos oriundos da Psicologia Jurídica podem contribuir para a análise testemunhal sob a ótica das falsas memórias no Direito Penal brasileiro, a fim de que se obtenha maior compreensão do papel da memória humana no judiciário, sem que suas falhas passem despercebidas, sobretudo, no que tange à prova testemunhal. Utiliza-se, para tal fim, de uma averiguação qualitativa, embasada no método indutivo, com base em referencial doutrinário e legislativo. Assim, pretende-se com essa investigação a compreensão quanto aos questionamentos que surgem frente às falsas memórias, como fator influenciador para a verdade testemunhal buscada pelo judiciário no Direito Penal brasileiro, quando requisitada a memória humana.

Palavras chave: Memória. Testemunha. Verdade. Falsas Memórias.

Abstract: The present case study aims to investigate how knowledge originating from legal psychology can contribute to the testimonial analysis under the false memories perspective in Brazilian Criminal Law in order to obtain more comprehension of the role of the human memory in the judiciary without its flaws going unnoticed, mostly, in relation to the testimonial evidence. For this purpose, a qualitative inquiry based on the inductive method was used based on a doctrinal and legislative reference. Thus, a way of understanding the questioning that emerges in face of how the false memories are aimed as an influencing factor for the witnessing truth sought by the judiciary in Brazilian criminal law, when human memory is precisely needed.

Keywords: Memory. Testimony. Truth. False Memories.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta como enfoque a Psicologia Jurídica²²⁰ e o ordenamento jurídico brasileiro, este último analisado como um todo, porém dando ênfase ao momento

²¹⁶ Acadêmica do 10º período do curso de Direito na Unibalsas (Faculdade de Balsas). jessicadias101@hotmail.com.

²¹⁷ Professora orientadora do curso de Direito na Unibalsas (Faculdade de Balsas), especialista em direito tributário pela Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. gabriellepaloma.couto@hotmail.com.

²¹⁸ Professor orientador do Curso de Direito na Unibalsas (Faculdade de Balsas), mestre em desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul. eduardo7frizzo@hotmail.com.

²¹⁹ Professor orientador do Curso de Direito na Unibalsas (Faculdade de Balsas), mestre em direito privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. andre_filippe@unibalalsas.edu.br.

²²⁰ A Psicologia Jurídica constitui-se de um campo de investigação psicológico especializado, cuja finalidade é o estudo do comportamento dos atores jurídicos no âmbito do Direito, da lei e da justiça. A Psicologia Jurídica é uma ciência auxiliar ao Direito, que por meio de conhecimentos científicos busca explicar, prever e descrever a mente e o comportamento humano, com objetivo de evidenciar a tomada de decisões dos profissionais da justiça.

jurisdicional no qual se colhem informações das mais variadas pessoas por meio da prova testemunhal. Tendo em vista que, tal delimitação proporciona o enfoque quanto à prova testemunhal, em face de sua aplicabilidade e relevância para além de seus parâmetros legais, verificando-se, deste modo, as influências que podem incidir sobre a sua veracidade.

Nesse sentido, percebe-se a realidade de dever e poder arraigada na figura de um juiz, que deve analisar as palavras ditas por determinadas pessoas e sopesar sua veracidade. Desta forma, destaca-se que em grandiosa parte da jurisdição estadual, em comarcas que não são dotadas de recursos técnicos das mais variadas áreas, o que mais se conta para resolução de casos são os testemunhos.

Todavia, não se pode descartar a possibilidade do surgimento de casos que requeiram maior análise técnica, bem como, não deixar de ressaltar que um testemunho requer o uso da memória humana, que, por sua vez, pode ser considerada de grandiosa complexidade.

Desse modo, apenas a observação de um jurista por vezes poderia não ser suficientemente clara para a determinação da veracidade testemunhal. Assim, a Psicologia Jurídica poderia ser verificada como uma possibilidade de auxílio ao Direito Penal brasileiro, mais especificadamente, quanto à requisição testemunhal.

Entretanto, salienta-se que não haveria uma interferência entre as áreas, pois cada qual exerceria sua aplicabilidade dentre as possibilidades elencadas na lei, visando apenas a uma melhor qualificação. Para tanto, cabe pensar sobre os fatos anteriormente mencionados e sobre suas possíveis dúvidas, a fim de entender que o ponto principal em quaisquer das áreas e das circunstâncias é o ser humano.

Esse, ao prestar seu testemunho, estaria sendo analisado sob a forma da lei, para se chegar aos fatos pertinentes, dependendo da sua memória, convicção e palavra. Para assim, se chegar a uma decisão judicial em um caso concreto.

Objetiva-se, desse modo, investigar a formação, armazenamento e exteriorização da memória humana, para que a prova testemunhal, requisitada pelo Direito Penal brasileiro, seja analisada quanto a sua verdade, mediante a ótica das falsas memórias e sua influência no judiciário.

Infere-se, portanto, que difundir tal perspectiva no conhecimento pode proporcionar um maior inter-relacionamento entre áreas dentro do ramo jurídico, contribuindo, assim, para resoluções mais eficazes em casos de maior complexidade, além de promover um conhecimento interdisciplinar relevante.

Deverá assim levar em consideração o mundo legal, seus valores, idiossincrasias e necessidades de informação, reduzindo a incerteza. A Psicologia é uma ciência forense em razão de sua contribuição no esclarecimento e solução de conflitos forenses. É reconhecida internacionalmente como Psicologia Jurídica e/ou Forense. Contudo, em nossa opinião, ficaria mais adequado chamá-la de Psicologia Jurídica, tendo-se em vista que esse termo abrange um campo muito maior que o termo forense, que estaria aplicado somente às atividades exercidas no foro (JESUS, Fernando de. **Psicologia aplicada à justiça**. Goiânia: ed. 4. AB, 2016, p. 56).

1. A FORMAÇÃO, ARMAZENAMENTO E EXTERIORIZAÇÃO DA MEMÓRIA HUMANA

A memória pode ser compreendida como o meio no qual se retém as ideias ou saberes assimilados ou as percepções adquiridas (GESU, 2014, p. 105). Os psicólogos utilizam como definição de memória os variados meios e estruturas relacionadas ao processo de armazenamento e recuperação de informações (DAVIDOFF, 2008, p. 205).

“Todos os sistemas da memória requerem três procedimentos: codificação, armazenamento e recuperação” (DAVIDOFF, 2008, p. 205). Imagine tudo que é visto e sentido por um ser humano como algo que toma sentido por meio de sua interpretação, embasando-se na sua compreensão.

O conteúdo destinado ao armazenamento é primeiramente codificado. *Codificação* ou *aquisição* refere-se a todo o processo de preparar as informações para armazenamento. Durante a codificação, podemos *traduzir* os conteúdos de uma forma para outra. Conforme lemos, por exemplo, vemos “sinais” pretos na página. Podemos codificar essas informações como uma “imagem”, como sons ou como ideias que tenham significado (DAVIDOFF, 2008, p. 205, grifos do autor).

Por conseguinte, tem-se a fase de armazenamento, todavia, não se deve pensar que o armazenamento das informações, feito no cérebro humano, se forma de maneira desordenada ou é guardado como em qualquer depósito. Pelo contrário, a memória humana apresenta-se de forma complexa e dinâmica (DAVIDOFF, 2008, p. 205).

Quanto à recuperação, “se desejamos usar uma informação, precisamos buscá-la ou *recuperá-la*. A recuperação pode ser muito fácil ou bastante trabalhosa” (DAVIDOFF, 2008, p. 205, grifo do autor). Uma grandiosa gama de psicólogos acredita que a memória humana é embasada em três sistemas estruturais distintos, formados pela Memória Sensorial (MS), Memória de Curto Prazo (MCP) e a Memória de Longo Prazo (MLP) (DAVIDOFF, 2008, pp. 205-206).

Desse modo, ressalta-se que a construção, obtenção e armazenamento da memória humana incidem sobre um exercício complexo, que envolve determinadas partes cerebrais bem como empreendem determinado lapso temporal para um processamento (GESU, 2014, p. 109). Conforme afirma Davidoff (2008, p. 204), “nossas lembranças operam tão veloz e automaticamente que poucas pessoas notam sua onipresença”.

Assim, pode-se compreender a Memória Sensorial como as informações que são adquiridas pelos órgãos dos sentidos dando a impressão de que as mesmas são retidas de forma momentânea, mas que de forma geral tendem a desvanecerem em questão de segundos, desde que estas não sejam remanejadas imediatamente para o sistema da Memória de Curto Prazo (DAVIDOFF, 2008, p. 206).

O “depósito” da MCP abriga uma quantidade limitada de dados temporariamente (em geral, por 15 segundos). Podemos reter informações por mais tempo no sistema de curto prazo por meio da *repetição*. Além de se prestar à função de armazenamento, a MCP “trabalha” como um executivo central. Ela insere e recupera conteúdos de um terceiro sistema mais ou menos permanente, a *memória de longo prazo* (MLP) (DAVIDOFF, 2008, p. 206, grifos do autor).

É a Memória de Longo Prazo que proporciona a recordação de grandiosa gama de informações por períodos consideráveis de tempo. Pois, acredita-se que tais informações, armazenadas por anos, semanas, dias, horas ou minutos, sejam retidas na Memória de Longo Prazo (DAVIDOFF, 2008, p. 215). “Seu nome, o gosto da pipoca e as músicas que lhe são familiares são exemplos de itens armazenados pelo sistema de longo prazo” (DAVIDOFF, 2008, p. 215).

2. A PROVA TESTEMUNHAL NO DIREITO PENAL BRASILEIRO SOB A ÓTICA DAS FALSAS MEMÓRIAS

O art. 202 do Código de Processo Penal²²¹ indica de forma literal que toda pessoa poderá ser testemunha. Tal amplitude de qualificação é costumeira dentre as mais variadas legislações do âmbito processual penal da atualidade (AQUINO, 2016, p. 107).

Contudo, essa disposição merece uma análise de forma mais aprofundada, pois, ainda que a primeira leitura forneça uma compreensão de amplitude, verifica-se que a mesma por vezes pode ser limitada. Isso é o que pode ser analisado, mediante a leitura e interpretação do art. 208²²² do referido código, haja vista que tal artigo traz em seu corpo de texto a indicação de determinadas pessoas que são limitadas de forma legal por critérios subjetivos a pessoa quanto à prestação testemunhal.

Não obstante, o art. 207 do Código de Processo Penal²²³ também retrata limitações legais quanto à capacidade de testemunhar, abarcando uma classificação quanto a critérios profissionais. “Tanto no caso do art. 207 como também no do art. 208, *in fine*, a pessoa possui capacidade em abstrato, isto é, com relação a qualquer processo, mas não lhe é facultado funcionar (ou funcionar com limitação) em certo feito” (AQUINO, 2016, p. 109, grifo do autor).

Todavia, “a legislação processual penal brasileira, no Título VII, que trata da prova, especificamente no Capítulo VI, apresenta a regulação da prova testemunhal” (GESU, 2014,

²²¹ Art. 202. Toda pessoa poderá ser testemunha (**Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**).

²²² Art. 208. Não se deferirá o compromisso a que alude o art. 203 aos doentes e deficientes mentais e aos menores de 14 (quatorze) anos, nem às pessoas a que se refere o art. 206 (**Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**).

²²³ Art. 207. São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho (**Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**).

p. 93), mas não menciona, em sua extensão, a questão sobre a senectude, fator esse que merece atenção em face judicial.

A senilidade já foi objeto de experiências que demonstram que as pessoas de idade avançada lembram-se com mais facilidade de fatos ligados à sua infância ou juventude, esquecendo-se, com frequência, de fatos mais recentes. Portanto, embora não tenha o legislador voltado sua ótica para os problemas que podem exsurgir do depoimento do ancião, o julgador, ao avaliar o seu testemunho, tal como o das crianças, deve fazê-lo com muita cautela (AQUINO, 2016, pp. 114-115).

Quanto à apresentação da testemunha em face do judiciário, devem ser compreendidas três possibilidades excludentes entre si: ou a testemunha será formalmente intimada a comparecer, ou ela será levada de forma coercitiva ou então se apresentará por vontade própria (AQUINO, 2016, p. 115). Porém, se a testemunha for intimada e não comparecer, esta poderá então ser conduzida como dispõe o art. 218 do Código de Processo Penal²²⁴.

Logo, aquela que não responder ao chamamento feito pelo poder judiciário, poderá arcar com as penalidades legais dispostas tanto no art. 458²²⁵ quanto no art. 219²²⁶, ambos dispositivos do código anteriormente informado. Nada obstante, a legislação Processual Penal brasileira trata também do testemunho dos militares e funcionários públicos como expõem os § 2º e 3º do art. 221²²⁷ e o 218, todos do Código de Processo Penal.

No que tange à fundamentação sobre o dever de uma testemunha, é encontrada de forma unânime entre os doutrinadores a compreensão de que o mesmo é traduzido por meio de um dever cívico exigível, justamente por parte do Estado (AQUINO, 2016, p. 119).

O dever de testemunhar tem caráter eminentemente público e cívico. Essa obrigação vem de longa data, desde os tempos romanos. Se, por um lado, o Estado, na busca da manutenção da tranquilidade, por intermédio da lei reprime os fatos típicos

²²⁴ Art. 218. Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por oficial de justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública (**Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**).

²²⁵ Art. 458. Se a testemunha, sem justa causa, deixar de comparecer, o juiz presidente, sem prejuízo da ação penal pela desobediência, aplicar-lhe-á a multa prevista no § 2º do art. 436 deste Código (**Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**).

²²⁶ Art. 219. O juiz poderá aplicar à testemunha faltosa a multa prevista no art. 453, sem prejuízo do processo penal por crime de desobediência, e condená-la ao pagamento das custas da diligência (**Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**).

²²⁷ Art. 221. O Presidente e o Vice-Presidente da República, os senadores e deputados federais, os ministros de Estado, os governadores de Estados e Territórios, os secretários de Estado, os prefeitos do Distrito Federal e dos Municípios, os deputados às Assembleias Legislativas Estaduais, os membros do Poder Judiciário, os ministros e juízes dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal, bem como os do Tribunal Marítimo serão inquiridos em local, dia e hora previamente ajustados entre eles e o juiz. §1º O Presidente e o Vice-Presidente da República, os presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Federal poderão optar pela prestação de depoimento por escrito, caso em que as perguntas, formuladas pelas partes e deferidas pelo juiz, lhe serão transmitidas por ofício; §2º Os militares deverão ser requisitados à autoridade superior; §3º Aos funcionários públicos aplicar-se-á o disposto no artigo 218, devendo, porém, a expedição do mandado ser imediatamente comunicada ao chefe da repartição em que servirem, com indicação do dia e da hora marcados (**Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**).

havidos como crimes, com o escopo de proporcionar aos cidadãos um perfeito convívio social, por outro – como não poderia deixar de ser -, estes, em retribuição, não podem, salvo raríssimas exceções, furtar-se a comparecer em juízo e esclarecer fatos correlatos com o processo e úteis para o deslinde do caso. Daí decorre que é de direito que o Estado obrigue o indivíduo a prestar seu testemunho e o puna, caso não compareça, faça afirmação falsa, cale-se ou negue a verdade (AQUINO, 2016, p. 120).

Em vista disso, cabe uma análise ao disposto no art. 223 do Código de Processo Penal²²⁸, dado que o mesmo permite o entendimento de que não apenas os brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil serão tidos como testemunhas em determinado caso concreto. Podendo ser requisitado também qualquer indivíduo que possua conhecimento relevante para a averiguação processual, até mesmo o surdo, mudo ou surdo-mudo, sendo estes avaliados mediante os critérios do art. 192²²⁹ do mesmo código.

Destacam-se ainda os art. 220²³⁰ e 221, também do Código de Processo Penal, devido às exceções ao dever de comparecimento mencionadas. No qual o primeiro manifesta o enquadramento da testemunha com impossibilidades físicas, e o segundo, em face da consideração por meio de cargos exercidos no governo.

“De início vale dizer que, até prova em contrário, presume-se que a testemunha relata a verdade. Essa é a principal garantia da testemunha” (AQUINO, 2016, p. 124). “Por outro lado, a memória varia de indivíduo para indivíduo” (AQUINO, 2016, p. 70). “Ainda é preciso alertar, antes de tudo, que o aparato perceptivo tem uma capacidade limitada, trabalhando seletivamente. A captação de estímulos não é integral” (GESU, 2014, p. 95).

Desse modo, o legislador “assim prevê: *o juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato*” (GESU, 2014, p. 94, grifos do autor). Entretanto, não se pode esquecer que qualquer testemunha irá realizar uma retrospectiva de fatos, na proporção de sua memória, com intuito de transmitir ao judiciário o seu conhecimento sobre um caso concreto ao qual possui ciência (GESU, 2014, p. 93).

“Os riscos são multiplicados no processo, tendo em vista que nenhuma regra processual é capaz de determinar até onde as testemunhas merecem crédito” (GESU, 2014, p. 95). Com isso, elenca-se o que está disposto no art. 203 do Código de Processo Penal²³¹, a

²²⁸ Art. 223. Quando a testemunha não conhecer a língua nacional, será nomeado intérprete para traduzir as perguntas e respostas (**Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**).

²²⁹ Art. 192. O interrogatório do mudo, do surdo ou do surdo-mudo será feito pela forma seguinte: I- ao surdo serão apresentadas por escrito as perguntas, que ele responderá oralmente; II- ao mudo as perguntas serão feitas oralmente, respondendo-as por escrito; III- ao surdo-mudo as perguntas serão formuladas por escrito e do mesmo modo dará as respostas (**Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**).

²³⁰ Art. 220. As pessoas impossibilitadas, por enfermidade ou por velhice, de comparecer para depor, serão inquiridas onde estiverem (**Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**).

²³¹ Art. 203. A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes, ou quais suas relações com qualquer delas, e

palavra de honra da testemunha, com a sua promessa em contar a verdade daquilo que a mesma souber e na extensão do que lhe for questionado.

Desta obrigação surge logo uma indagação: pode a testemunha deixar de responder a certas perguntas? – Não! À luz do nosso direito, a testemunha mentirosa ou reticente pratica o delito de falso testemunho (“Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral: pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa” – art. 342 do CP) (AQUINO, 2016, pp. 124-125).

Portanto, percebe-se que variados são os fatores de influência quanto à transmissão de um conhecimento, uma vez que a memória está exposta à degradação, motivo esse que, por vezes, enseja ao homem uma atividade mental de recuperação quanto a fatos passados que possam ressurgir de forma alterada (AQUINO, 2016, pp. 70-71). “Essas alterações, não raro, dão origem a falsos testemunhos, a depoimentos contraditórios e, até mesmo, a certas narrações imaginárias” (AQUINO, 2016, p. 71).

É desse modo que, um fenômeno significativo surge em relação à memória e que se apresenta com relevância à área judicial, denominado Síndrome das Falsas Memórias (TRINDADE, 2010, p. 203). Porquanto, até o presente momento, retratou-se a prova testemunhal mediante sua descrição legal e os aspectos aos quais a testemunha se enquadra. Tanto quanto a formação de sua memória, esta que é a matéria base da prova testemunhal.

“Em diversas oportunidades, afirmamos serem milhares de processos julgados com base unicamente na prova testemunhal. Esta, embora seja o principal meio probatório, é o mais frágil” (GESU, 2014, p. 103). Tendo em vista que, por várias vezes, o local das memórias cede seu espaço à deslembração, sendo então tomado por fatos semelhantes ao que realmente ocorreram e que se encontram exauridos em momentos passados (AQUINO, 2016, p. 71).

“Estudos interdisciplinares a envolver Direito e Psicologia indicam as inúmeras possibilidades de se forjar memórias e, com isso, produzir erros de testemunho” (AQUINO, 2016, p. 72).

A Síndrome das Falsas Memórias traz em si a conotação das memórias fabricadas ou forjadas, no todo ou em parte, na qual ocorrem relatos de fatos inverídicos, supostamente esquecidos por muito tempo e posteriormente lembrados. São erros que se devem à memória, e não a intenção de mentir. Podem ser implantados por sugestão e consideradas verdadeiras e, dessa forma, influenciar o comportamento (TRINDADE, 2010, p. 203).

relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade (**Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**).

Assim, é possível afirmar que, tanto para o Direito quanto para a Psicologia, o processo de recuperação da memória torna-se uma fonte para muitas controvérsias, justamente por conta da possibilidade de a mesma poder ser distorcida, falsificada, ser eivada de erro ou imprecisão (TRINDADE, 2010, p. 203) e, “por esse motivo, em matéria penal não se pode aceitar a condenação baseada única e exclusivamente nesse tipo de prova” (TRINDADE, 2010, pp. 203-204).

“Portanto, uma palavra usada erroneamente, ou por imprecisão ou por impropriedade, pode deturpar a verdade dos fatos e, em razão disso, trazer grandes transtornos para a formação da certeza judiciária (ou verdade possível)” (AQUINO, 2016, p. 79) e, em se tratando de prova penal e de falsas memórias, existe um enfoque maior no que tange à prova oral (GESU, 2014, p. 153).

Haja vista que, tanto a prova pericial quanto os demais meios, principalmente em comarcas estaduais, não são uma possibilidade de uso. Sendo desta forma, inquestionável que dentro do ramo penal se valha da testemunha como meio principal de prova. Por isso, vale ressaltar a necessidade de uma análise mais criteriosa, no que concerne à prova testemunhal, sua oralidade e sua memória, tendo em vista que erros judiciais podem ser cometidos diante de falsos testemunhos ou até mesmo equivocados (GESU, 2014, p. 154).

3. A VERDADE TESTEMUNHAL E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Para o presente tópico, há a necessidade de compreensão da questão testemunhal em face de sua própria verdade, aquela que a testemunha considera como uma certeza, sendo tal verdade capaz de definir a liberdade de determinada pessoa em meio a um processo judicial penal. Assim, quando se utiliza da compreensão depreendida do princípio da pena, o qual consiste em uma reiteração de tranquilidade para a sociedade, chega-se ao entendimento de que a pena só poderá atingir aquele ao qual seja certamente réu Malatesta (2005 apud Giovinazzo, 1894, p. 13).

Observa-se, pois, a relevância da prova testemunhal para o processo penal, podendo ser considerada como de maior influência na área penal do que na cível, haja vista que, em grande parte das questões de matéria cível levadas ao judiciário, a prova material encontra-se bem representada. Todavia, na área penal, ocorre que a prova testemunhal apresenta-se com maior relevância, sendo capaz de definir a continuação da liberdade humana (GOMES, p. 01).

Sendo a prova o meio objetivo pelo qual o espírito humano se apodera da verdade, sua eficácia será tanto maior, quanto mais clara, mais plena e mais seguramente ela induzir no espírito a crença de estarmos de posse da verdade. Para se conhecer, portanto, a eficácia da prova, é preciso conhecer como se refletiu a verdade no espírito humano, é preciso conhecer, assim, qual o estado ideológico, relativamente à coisa a ser verificada, que ela induziu no espírito com sua ação (MALATESTA, 2005, p. 23).

Sendo que, “a Verdade, em geral, é a conformidade da noção ideológica com a realidade; a crença na percepção desta conformidade é a certeza. Ela é, portanto, um estado subjetivo da alma, podendo não corresponder à verdade objetiva” (MALATESTA, 2005, p. 25). Contudo, havendo o surgimento de um caso concreto, e se este for levado ao judiciário, ensejará a obrigatoriedade de manifestação do juiz frente ao caso. Devendo o mesmo, de forma motivada, dar resposta a tal demanda, por meio do exercício do seu direito de livre convencimento.

No entanto, frisa-se que sua decisão deve ser dada de forma coerente. Assim, analisar a prova testemunhal em casos de maior complexibilidade por meio de critérios mais específicos, poderia ser considerada como forma eficaz de auxílio ao seu exercício, materializando o que se dispõe no art. 156, II do Código de Processo Penal²³².

Já o art. 155 do Código de Processo Penal²³³ ressalta o modo no qual se dará a formação da convicção de um juiz, mencionando em seu corpo de texto a contemplação de prova produzida em contraditório. Não obstante, o art. 156, em seu inciso II do mesmo código, ressalta que um dos atos de ofício que pode ser utilizado pelo juiz para o esclarecimento de dúvidas de aspecto relevante seria a realização de diligências. Atina-se que, “o juiz, como já foi dito, é um ser humano, e não um ser supremo dotado de divindade. E, como tal, necessita da ajuda dos outros homens para bem exercer a função jurisdicional” (AQUINO, 2016, p. 92).

Vista a declaração testemunhal como uma ação linguística que se dirige de um sujeito para outro, com o objetivo de reconstruir na mente do ouvinte um fato passado, fazendo-o presente; e sabendo-se que o que foi dito pelo declarante tem o condão de fazer mudar, confirmar ou deixar em dúvida o pensamento ou sentimento do destinatário (juiz) – de sorte que a fala poderá ser o suporte de uma decisão subjetiva de relevo -, o problema da veracidade da declaração testemunhal merece atenção especial. Com efeito, a idoneidade probatória só poderá ser preservada se a declaração testemunhal vier chancelada com o selo da veracidade e sinceridade. Essas duas palavras apresentam significados diferentes, posto que pode-se ser sincero mas não verídico, uma vez que o sujeito pode ter um fato como verdadeiro, enquanto este, entretanto, não o é (AQUINO, 2016, p. 83).

Destarte, deve-se considerar que aquilo tido como certeza, às vezes, pode não coincidir com o que se denomina como verdade, haja vista que, “por vezes, tem-se certeza do

²³² Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício: I-ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida: II-determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante (**Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**).

²³³ Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas (**Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**).

que objetivamente é falso; por vezes, duvida-se do que objetivamente é verdadeiro” (MALATESTA, 2005, p. 25).

Desta forma, deve-se ter por base que o processo penal utiliza uma análise do passado, por meio de uma reconstrução de fatos que são demonstrados ao juízo julgador, gerados pela necessidade de conhecimento para resolução de casos concretos, obtendo assim uma captura psíquica (JESUS, 2016, p. 68).

Inegavelmente, os acontecimentos são trazidos aos autos de forma parcial, em razão da dificuldade de apreensão do todo, por todo o efeito de contaminação que a memória sofre no decorrer do processo podendo ocasionar o surgimento da imaginação, indução ou falsa memória (JESUS, 2016, p. 68).

Nesse viés, faz-se possível assimilar que o processo penal resguarda em si uma probabilidade de cerceamento de liberdade do ser, destarte, munir-se apenas da prova testemunhal em casos de maior complexibilidade, pode ocasionar erros em face da colheita de testemunhos que são afetados pelas falsas memórias.

A prova testemunhal é o meio de prova mais utilizado no processo penal brasileiro e, ao mesmo tempo, o mais perigoso, manipulável e pouco confiável. Esse grave paradoxo agudiza a crise de confiança existente em torno do processo penal e do próprio ritual judiciário. Diante dos limites desta obra, pretendemos aqui apenas “introduzir” o leitor na perspectiva de um pensamento crítico e maduro, que recuse a ingenuidade do senso comum teórico de muitos juristas, ainda adeptos da razão moderna e que preferem, em nome dessa crença, alienar-se da complexidade que marca as sociedades contemporâneas (LOPES JR, 2014, p. 485, grifo do autor).

Logo, faz-se possível a percepção da relevância da testemunha para o judiciário, além de sua influência na formação do convencimento do julgador. E, justamente por isso, se ressalta a necessidade de avaliações específicas para casos de maior complexidade no ramo penal. Posto que, não se deve esquecer que a testemunha é primeiramente um ser humano e que recorrerá a sua memória como meio de prestação de auxílio ao âmbito judiciário.

À vista disso, cabe pontuar alguns fatores que inferem na contaminação da prova testemunhal e no surgimento das falsas memórias. Visto que, “o direito não pode estar alheio, mas sim atento às transformações do meio social” (GESU, 2014, p. 167). Haja vista que a prova testemunhal refletirá na decisão do julgado.

E “o tema que trata das variáveis que influenciam a precisão das recordações que uma testemunha oferece a uma situação judicial é complexo, uma vez que inúmeras variáveis podem prejudicar o acesso à memória real do fato ocorrido” (JESUS, 2016, p. 156).

A segurança com que uma testemunha presta suas informações em julgamento tende a ser considerada como uma amostra de credibilidade, tendo efeitos sobre o veredicto de culpabilidade e sobre a severidade da pena imposta. [...] Quando a testemunha não processou ou não estruturou adequadamente as informações recordadas no momento da declaração, utiliza-se de juízos intuitivos (heurísticos ou atalhos de raciocínio), com o objetivo de sistematizar, utilizando assim determinados caminhos para simplificá-la (JESUS, 2016, p. 157).

Dessa forma, considera-se o tempo como um fator influenciável à testemunha, posto que, se “é sabido que o tempo do direito não acompanha o tempo social, pois este está sempre em constante mutação” (GESU, 2014, p. 167). Nota-se que este quesito pode causar reflexos diretos à qualidade da prova coletada, sendo que, se a coleta fosse feita em prazo razoável de tempo, proporcionar-se-ia uma maior confiabilidade (GESU, 2014, p. 169).

Com efeito, o transcurso do tempo é fundamental para o esquecimento, pois além de os detalhes dos acontecimentos desvanecerem-se no tempo, a forma de retenção da memória é bastante complexa, não permitindo que se busque em uma “ gaveta ” do cérebro a recordação tal e qual ela foi apreendida. E, a cada evocação da lembrança, esta acaba sendo modificada (GESU, 2014, p. 169, grifo do autor).

Assim, “as informações já armazenadas podem alterar com o passar do tempo por adição de novas partes de informação diferente da original, em razão da necessidade de serem introduzidas informações que fornecem sentido ao conjunto” (JESUS, 2016, p. 158). Isso apenas acentua a compreensão em face dos registros armazenados na memória humana, apresentando-se por vezes como incompletos e inexatos, divergindo do pensamento comum (JESUS, 2016, p. 158).

Não obstante, tem-se o hábito e a rotina como fatores de influência consideráveis à memória. Nos quais “o hábito e a manutenção de uma rotina também são fatores de grande relevância à alteração da percepção de um determinado acontecimento” (GESU, 2014, p. 174). Tendo em vista que ambos apresentam-se ligados à testemunha e a sua memória por meio da repetição constante dos fatos.

Isso interessa para o processo na dimensão da percepção. A pessoa constantemente estimulada sobre determinado ponto diminui gradualmente a resposta, considerando já ter se habituado. Inevitavelmente tal situação pode enfraquecer a percepção da testemunha sobre o que viu e ouviu (GESU, 2014, p. 175).

Para além, deve-se considerar o momento da colheita do testemunho como um ponto relevante à compreensão da possibilidade de formação de falsas memórias. Já que o seu viés pode influenciar de forma negativa a recordação feita por parte da testemunha, tendo-se em

vista que o entrevistador pode utilizar-se de suas perguntas para tendenciar à sua própria hipótese (GESU, 2014, p. 176).

Uma vez que, “quando o entrevistador está convicto da ocorrência de determinado acontecimento, molda sua entrevista, a fim de obter respostas condizentes com suas convicções” (GESU, 2014, p. 177), podendo ser desvalorizadas, informações incoerentes à própria linha de investigação ou criando-se uma interpretação sobre as palavras ditas de forma a moldá-las ao seu convencimento (GESU, 2014, p. 177). Tais fatos podem ser percebidos pelos demais, a partir de uma atenção especial dada ao próprio entrevistado e não à pessoa a qual se colhe o testemunho.

O entrevistador apresenta, assim, papel de suma relevância, porquanto, pode influenciar o testemunho de variadas formas, menciona-se, por isso, a repetição de perguntas, dentro das quais já poderia haver uma indução de estereótipos. E por meio de tais elementos, ver-se o quanto a forma de linguagem e o método utilizado na colheita de prova oral fornecida pela testemunha podem influenciar na contaminação do testemunho (GESU, 2014, pp. 179-183).

Os procedimentos de interrogatório com perguntas fechadas geram, pelo contrário, uma informação muito detalhada, mas são abundantes os erros de comissão. A testemunha incorpora às suas recordações a informação sugerida por meio de uma pergunta e, se aquela informação for falsa, pode produzir erros. [...] Enfim, caberá ao investigador/entrevistador a utilização da técnica que produza melhores resultados no caso, uma vez que não obtemos em todos os momentos os recursos e as condições ideais. Como também recorrer a consultoria de psicólogos jurídicos que possuam a qualificação para orientar os casos mais complexos que são diferentes dos de rotina (JESUS, 2016, pp. 131-133).

A mídia também pode ser considerada como meio de influência ao testemunho, haja vista o decurso de tempo entre o acontecimento do fato e a colheita do testemunho, além de sua repercussão.

Inegável que as notícias postas nos jornais após o acontecimento do delito, devido a sua carga de sensacionalismo e emotividade, acabem por influenciar as pessoas envolvidas no cenário jurídico de um determinado processo. [...] O cenário imposto pela mídia pode confundir a testemunha sobre aquilo que efetivamente percebeu no momento o delito, com o que leu sobre o fato ou com o ouviu posteriormente (GESU, 2014, pp. 184-185).

“E, à medida que as notícias ou comentários sobre o fato delituoso aumentam, também maior será o risco de sugestionamentos e contaminações da prova” (GESU, 2014, p. 186). Assim, tem-se em vista a necessidade da coleta da prova testemunhal no menor lapso temporal possível, a fim de se obter um menor grau de contaminação do testemunho.

“Conforme já visto, a exatidão da recordação pode ser gravemente afetada pela influência de fatos sabidos posteriormente através da televisão e dos jornais, sem se falar nos comentários de familiares e vizinhos” (GESU, 2014, p. 186). Deste modo, analisar o fato ocorrido mediante a influência da mídia pode ocasionar à testemunha a geração de falsas memórias.

Destarte, “o crime não importa somente para o Estado e para os envolvidos, sendo do interesse de todos, pois se tornou uma forma de divertimento” (GESU, 2014, p. 186). Contudo, quando um caso de grande complexibilidade chega a sua fase final, por meio de uma prolação de sentença, deve-se considerar também o subjetivismo tido pelo julgador como meio de influência e de contaminação a prova testemunhal (GESU, 2014, p. 186).

Pois se sabe que “o discurso da decisão judicial é exatamente complexo, trabalhando com projeções conscientes, bem como com um discurso inconsciente que subjaz à decisão” (GESU, 2014, p. 188). “Nesses termos, o juiz nunca decide de forma neutra, não tendo como dissociar do ato de julgar suas tradições, seus costumes, suas vivências” (GESU, 2014, p. 188).

Isso vem demonstrar que a avaliação de toda prova produzida no processo, embora não seja feita de forma discricionária – observância do princípio do livre convencimento motivado ou persuasão racional - pode ser contaminada pelo próprio subjetivismo do julgador que acaba por trazer suas vivências, sua postura ideológica para dentro do processo ao analisar a prova (GESU, 2014, p. 189).

Assim sendo, a Psicologia Judiciária recomenda que, na tomada dos testemunhos, deve o julgador não se preencher de perguntas específicas logo ao início da coleta do testemunho, e, sim, de indagações genéricas, permitindo um amplo alcance sobre o conhecimento que a testemunha possa ter com relação aos fatos que lhe são necessários (GOMES, p. 05).

Todavia, quando o magistrado não dispuser de tal área de conhecimento, o mesmo poderá se sustentar sobre o auxílio pericial. “Considerando que, quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito, por ele nomeado” (Resolução CFP N° 008/2010). Destaca-se que, para a análise das falsas memórias, o tipo de perito com melhor compreensão na área seria do ramo da Psicologia Jurídica.

Ressalta-se que, o assessoramento ao judiciário está dentre uma das funções que o psicólogo jurídico pode exercer como perito. Bem como a de formar e educar juízes, promotores, advogados, entre tantas outras figuras do âmbito legal em técnicas e conteúdos psicológicos, úteis ao exercício de suas funções (JESUS, 2016, pp. 56-57).

Para além, deve-se compreender que não se busca uma interferência, mas sim uma cooperação, tal perspectiva não se distancia do disposto no art. 5º da Resolução do Conselho

Federal de Psicologia de Nº 17/2012²³⁴, logo, visa-se uma interdisciplinaridade entre a Psicologia e o Direito, estabelecendo uma maior confiabilidade a prova testemunhal, frente à possibilidade do surgimento de falsas memórias, e “considerando que o psicólogo perito é profissional chamado a assessorar a Administração Pública, no limite de suas atribuições” (Resolução CFP Nº 017/2012).

A perícia como veremos em seu lugar, é o testemunho de fatos *científicos, técnicos*, ou de suas *relações*. Ora, a matéria difícil deste testemunho, que diz respeito, muitas vezes, a minúcias complicadas e impressões analíticas, que é necessário determinar imediatamente por escrito, querendo-se, depois, reproduzir exatamente, faz com que o escrito seja o melhor ponto de partida para tais testemunhos, servindo melhor para garantir a exatidão e verdade (MALATESTA, 2005, p. 25, grifos do autor).

Apesar disso, não se deve esquecer que o Código de Processo Penal, em seus art. 279235 e 280236, dispõe sobre características de suspeição para os peritos, bem como a impossibilidade dos mesmos de atuarem em face de determinadas demandas. Resguardando ao seu trabalho maior confiabilidade. Ressalta-se para tanto que o art. 69 mencionado no inciso I237 do art. 279, trata de uma referência a antiga parte geral do Código Penal, que foi revogada pela Lei Nº 7.209, de 1984, recaindo no art. 47, I e II do atual Código Penal 238.

²³⁴ Art. 5º – O psicólogo perito poderá atuar em equipe multiprofissional desde que preserve sua especificidade e limite de intervenção, não se subordinando técnica e profissionalmente a outras áreas. Parágrafo único: A relação entre os profissionais envolvidos no contexto da perícia deve se pautar no respeito e colaboração, cada qual exercendo suas competências, respeitadas as atribuições privativas de cada categoria profissional (**Resolução CFP Nº 017/2012**).

²³⁵ Art. 279. Não poderão ser peritos: I - os que estiverem sujeitos à interdição de direito mencionada nos ns. I e IV do art. 69 do Código Penal; II - os que tiverem prestado depoimento no processo ou opinado anteriormente sobre o objeto da perícia; III - os analfabetos e os menores de 21 anos (**Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**).

²³⁶ Art. 280. É extensivo aos peritos, no que lhes for aplicável, o disposto sobre suspeição dos juízes (**Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**).

²³⁷ Art. 69. São interdições de direitos: I - a incapacidade temporária para investidura em função pública; II - a incapacidade, permanente ou temporária, para o exercício da autoridade marital ou do pátrio poder; III - a incapacidade, permanente ou temporária, para o exercício de tutela ou curatela; IV - a incapacidade temporária para profissão ou atividade cujo exercício depende de habilitação especial ou de licença ou autorização do poder público; V - a suspensão dos direitos políticos. **Incidência em interdição de direito** Parágrafo único. Incorrem: I - na interdição sob o nº I: a) de cinco a vinte anos, o condenado a reclusão por tempo não inferior a quatro anos ou o condenado por crime doloso cometido no exercício de função pública, em prejuízo da Fazenda Pública, ou de patrimônio de entidade paraestatal, qualquer que seja o tempo da pena: b) de dois a oito anos, o condenado a reclusão por tempo superior a dois anos e inferior a quatro, ou o condenado por crime cometido com abuso de poder ou violação de dever inerente a função pública, excetuado o caso previsto na letra a, parte final; II - na interdição sob o n. II: a) permanentemente, o condenado por crime de que resulte manifesta incompatibilidade com o exercício da autoridade marital ou do pátrio poder; b) de dois a oito anos, o condenado por crime cometido com abuso da autoridade marital ou do pátrio poder, se não incide na sanção anterior; c) nos demais casos, até o termo da execução da pena ou da medida de segurança detentiva, o condenado a reclusão por tempo superior a dois anos; III - na interdição sob o nº III: a) permanentemente, o condenado por crime de que resulte manifesta incompatibilidade com o exercício da tutela ou curatela; b) de cinco a vinte anos, o condenado a reclusão por tempo não inferior a quatro anos; c) de dois a oito anos, o condenado a reclusão superior a dois anos e inferior a quatro, ou por crime cometido com abuso de poder ou infração de dever inerente à tutela ou curatela,

Ante o exposto, busca-se demonstrar a relevância da prova testemunhal ao processo penal brasileiro, contudo exacerbando a possibilidade de contaminação pelas falsas memórias como um fator relevante ao mesmo. “Novo, é claro, no âmbito do processo penal, pois há muito tempo as falsas memórias são abordadas pela psicologia do testemunho” (GESU, 2014, p. 203). Deste modo, torna-se cabível a utilização de mecanismos que visem à redução dos danos causados por tais testemunhos.

Desta forma, “a exploração de alguns (dentre uma gama imensa) dos fatores de contaminação da prova penal, fez-nos pensar em formas de minimizar os danos” (GESU, 2014, p. 204). Tornando, assim, a prova testemunhal mais confiável ao sistema processual, dentre tais pensamentos, exalta-se a colheita da prova testemunhal no menor lapso temporal possível, a adoção de técnicas de que permitam informações quantitativas e qualitativas, bem como a gravação das entrevistas (GESU, 2014, p. 204).

Quanto à gravação, o Código de Processo Penal, em seu art. 405, § 1º²³⁹, implementou ao texto legal uma expressa tentativa de qualificação do meio judicial de forma tecnológica, com intuito de uma produção de prova oral mais fidedigna à realidade dos fatos que se exauriram no passado. “A qualidade técnica da prova testemunhal é imprescindível para a formação da convicção do juiz, pois é principalmente com base no depoimento das vítimas e testemunhas que profere sua sentença” (GESU, 2014, p. 206).

Tais recursos têm o intuito de evitar a filtragem feita pelo magistrado acerca daquilo que os depoentes efetivamente contaram nas comarcas e circunscrições judiciárias onde ainda não há estenotipia ou implementação de novas tecnologias. Isso porque, através da intermediação do juiz, as respostas das vítimas e das testemunhas dificilmente eram registradas de forma literal, sendo estas interpretadas e resumidas. Aquilo que era dito em audiência não ficava registrado em ata, de forma literal. A sistemática do registro eletrônico dos depoimentos oportuniza a avaliação das técnicas empregadas pelo entrevistador e eventuais distorções dos relatos (GESU, 2014, p. 205).

se não ocorre o caso da letra a; IV - na interdição sob o n. IV, de dois a dez anos, o condenado por crime cometido com abuso de profissão ou atividade, ou com infração de dever a ela inerente; V - na interdição sob o n. V, o condenado a pena privativa de liberdade, enquanto dure a execução da pena, a aplicação da medida de segurança detentiva ou a interdição sob nº I. V - na interdição a que se refere o inciso V, o condenado a pena privativa da liberdade, enquanto durarem os efeitos da condenação (**Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**).

²³⁸Art. 47 - As penas de interdição temporária de direitos são: I- proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo; II- proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público; III- suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo. IV – proibição de frequentar determinados lugares. V- proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos (**Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**).

²³⁹ Art. 405. Do ocorrido em audiência será lavrado termo em livro próprio, assinado pelo juiz e pelas partes, contendo breve resumo dos fatos relevantes nela ocorridos. § 1º Sempre que possível, o registro dos depoimentos do investigado, indiciado, ofendido e testemunhas será feito pelos meios ou recursos de gravação magnética, estenotipia, digital ou técnica similar, inclusive audiovisual, destinada a obter maior fidelidade das informações. § 2º No caso de registro por meio audiovisual, será encaminhado às partes cópia do registro original, sem necessidade de transcrição (**Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**).

Com isso, o escopo de uma análise e investigação acerca de uma probabilidade de contaminação da prova testemunhal por meio das falsas memórias, seria justamente o de prevenir que pessoas sejam julgadas, condenadas ou investigadas com base simplesmente na fragilidade de um testemunho, o qual, por variadas vezes se apoia em uma lembrança que foi afetada pelas falsas memórias, passando então a divergir da realidade (GESU, 2014, p. 203).

Pensar, então, em uma testemunha perfeita, resolveria grandioso problema do judiciário. Tendo em vista que, determinados aspectos podem fornecer ao julgador critérios de averiguação quanto à confiabilidade de um testemunho (GOMES, p. 04).

Enfim, são inúmeros os aspectos que precisam ser avaliados, mas, o basilar está em que, tomando por base os ensinamentos colhidos na psicologia judiciária e considerando um panorama geral, a boa testemunha, ou seja, aquela que poderia fornecer elementos de convicção mais verazes, seria a que possui: 1) um grau cultural médio, pois as que detêm um grau elevado tendem a complicar a situação e ficam dispersivas, face os vários enfoques que fazem da questão, enquanto aquelas que estão numa faixa cultural deficitária não dispõem do domínio suficiente dos conceitos para bem expor e exprimir o que foi visto; 2) memorização em grau máximo, dado que gravam mais pontos e detalhes a respeito dos fatos e assim poderão retransmiti-los com maior fidelidade; 3) lógica em grau médio, tendo em vista que as testemunhas que possuem muito senso lógico transferem para seus depoimentos essa qualidade, vindo a parecer mais convincentes do que realmente são, afetando, assim, a certeza da veracidade do depoimento; 4) interpretação em grau mínimo, dado que não compete à testemunha a exegese do fato, pelo que maior segurança ensejará aquela pessoa que narra, abstendo-se de juízos críticos, do que aquela que procura dar a sua visão a respeito dos fatos, pois poderá o raciocínio estar fora da realidade do ocorrido; 5) emotividade em grau mínimo, dado que, ao narrar os fatos, a emoção acentuada poderá obnubilar o verdadeiramente ocorrido; 6) linguagem em grau máximo, pois assim haverá uma comunicação maior, mais ampla, facilitando a reconstrução histórica dos fatos; 7) interesse na questão em grau mínimo ou nenhum, dado que assim estará isenta para narrar os fatos, atuando com imparcialidade (GOMES, pp. 03-04).

“Mas, a verdade é que, deparando-se ou não com uma testemunha ideal, deve sempre o juiz aferir a verossimilhança das declarações prestadas e, para bem desempenhar esse mister, a sua postura é fundamental” (GOMES, p. 04).

Daí a imprescindibilidade de deter o juiz conhecimentos a respeito da psicologia do testemunho, pois assim poderá, com maior precisão e segurança, desvendar os mistérios da alma humana, quando da coleta dessa prova, vindo, por conseguinte, a haurir subsídios revestidos de maior margem de certeza para ensejar a formação de seu convencimento e levar a um julgamento correto e justo (GOMES, p. 01).

Destarte, verifica-se as falsas memórias como uma problemática real ao qual pode ter consequências diretas ao âmbito jurídico, logo, demonstrar a existência de tal problemática, bem como, indicar alguns meios para sua redução, torna-se algo necessário, haja vista, a impossibilidade de sua solução (GESU, 2014, p. 101).

Ressalta-se ainda que, não há uma pretensão de exaurimento da temática, nem a indicação de uma solução plena, pois, não se pode considerar a existência de simples soluções para um problema tão complexo (GESU, 2014, p. 204).

O desafio para a Psicologia Jurídica brasileira ainda continua em sua busca de identidade. Espera-se que a Psicologia Jurídica Brasileira possa responder adequadamente aos anseios e necessidades do mundo jurídico, de maneira rápida e eficaz, tendo em vista a necessidade intervencional imediata na práxis jurídica, e a necessidade de compreensão do indivíduo em sua complexidade (JESUS, 2016, p. 60).

Em vista disso, faz-se possível a compreensão de que, a temática exposta se apresenta como um fator de influência considerável ao âmbito judicial e por tal motivo a mesma merece atenção especial, principalmente na área penal. No qual o julgador definirá sobre um bem que influencia toda a vida do ser, a sua liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A verdade se apresenta como essencial ao âmbito processual penal, todavia, deve-se ter em mente que no Brasil, em uma grandiosa parte de sua extensão territorial, têm-se comarcas desestruturadas na questão material ou até mesmo em face de recursos humanos que possibilitem uma investigação que venha a produzir indícios comprobatórios suficientes à resolução de determinados casos concretos.

Haja vista que a mesma atrelada à prova testemunhal deve embasar a maior parte dos veredictos dos juízes brasileiros. Desta forma, se uma comarca não tem recursos técnicos suficientes para a captação de informações que gerem o embasamento necessário ao convencimento do juiz, o mesmo poderá recorrer à prova testemunhal como meio de informação.

Assim, a testemunha vem a ocupar papel fundamental na vida de outra pessoa, tendo em vista que o seu relato poderá ou não auxiliar ao convencimento do juízo julgador. Deste modo, a testemunha não pode ser tratada como uma ferramenta de auxílio perfeita. Tendo-se em conta que tal ferramenta é um ser humano, passível ao cometimento de erros.

E quando a testemunha é utilizada no âmbito judicial penal, esta deve ser analisada de forma mais cautelosa ainda, considerando-se que sua memória será requisitada, e que da mesma não poderá se esperar a perfeição. Em vista disso, elencam-se as falsas memórias como um fator de influência à verdade testemunhal.

Resultando em lembranças que podem estar munidas de certeza, mas pendentes de verdade. Refletindo assim em um testemunho, este que poderá cercear a liberdade de outro ser. Portanto, requisitar a prova testemunhal torna-se algo essencial ao atual estágio jurisdicional brasileiro. Entretanto, não se pode deixar de alertar sobre as falsas memórias e sua influência.

Ainda assim, por mais que não se possa equipar ou fornecer a todas as comarcas o auxílio necessário para demandas de maior complexibilidade, que requeiram o uso testemunhal, deve-se, pelo menos, alertar o judiciário sobre as falsas memórias, para que o mesmo possa se munir de conhecimentos básicos do âmbito da Psicologia Jurídica, para uma melhor análise do testemunho.

Infere-se, para tanto, que a presente realidade brasileira não possibilita o abandono da prova testemunhal, todavia, pode-se, ao menos, atrelar ao processo penal uma observação específica na questão testemunhal, dando-lhe maior confiabilidade para que aliada às novas tecnologias, possam então auxiliar a formação do veredicto do julgador.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Reinaldo Pereira de. **Psicologia jurídica ou do testemunho**. Disponível em <[AMBROSIO, Graziella. **Psicologia do testemunho**. Rev. Direito Econ. Socioambiental, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 395-407, jul./dez. 2010. Disponível em <\[www2.pucpr.br/reol/index.php/direitoeconomico?dd99=pdf&dd1=5045\]\(http://www2.pucpr.br/reol/index.php/direitoeconomico?dd99=pdf&dd1=5045\)> Acesso em: 27 de Fev. 2017.](https://www.google.com.br/search?q=psicologia+juridica+o+do+testemunh&rlz=1C1NHXL_pt-BRBR735BR735&oq=psicologia+juridica+o+do+testemunh&aqs=chrome..69i57j0.9549j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8#>> Acesso em: 28 de Fev. 2017.</p>
</div>
<div data-bbox=)

AQUINO, José Carlos G. Xavier de. **A prova testemunhal no processo penal brasileiro**. São Paulo: ed. 6. Letras jurídicas, 2016.

BRASIL. **Resolução CFP N° 008/2010**. Disponível em <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010_008.pdf> Acesso em: 26 de Fev. 2017.

_____. **Resolução CFP N° 007/2003**. Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf> Acesso em: 26 de Fev. 2017.

_____. **Resolução CFP N° 017/2012**. Disponível em <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-017-122.pdf>> Acesso em: 27 de Fev. 2017.

_____. **Decreto-Lei N° 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal**. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm> Acesso em: 27 de Mar. 2017.

_____. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 a. Código Penal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm> Acesso em: 27 de Mar. 2017.

_____. **Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 b.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm> Acesso em: 27 de Mar. 2017.

_____. **Decreto Nº 53.464, de 21 de janeiro de 1964.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D53464.htm> Acesso em: 27 de Mar. 2017.

_____. **Lei Nº 4.119, de 27 de agosto de 1962.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm> Acesso em: 27 de Mar. 2017.

_____. **Lei Nº 7.209, de 11 de julho de 1984.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7209.htm> Acesso em: 27 de Mar. 2017.

DAVIDOFF, Linda L; Peres, Lenke (tradutor). **Introdução a psicologia.** São Paulo: ed. 3. Makron books, 2008.

GESU, Cristina de. **Prova penal e falsas memórias.** Porto Alegre: ed. 2. Livraria do advogado, 2014.

GOMES, Suzana de Camargo. **O juiz e a psicologia do testemunho.** Disponível em <web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Imprensa/Visualizar/426> Acesso em: 28 de Fev. 2017.

JESUS, Fernando de. **Psicologia aplicada à justiça.** Goiânia: ed. 4. AB, 2016.

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal.** São Paulo: ed. 11. Livraria Saraiva, 2014. Disponível em <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjs7cKj4N7VAhVBFZAKHb9oCOAQFggpMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fkb.br%2Fbiblioteca%2FArquivos%2FDireito%2FDireito%2520Processual%2520Pena%2520Aury%2520Lopes%2520Jr..pdf&usg=AFQjCNEBM2fUD75fZeEl0ipFisi8TvTERQ>> Acesso em: 28 de Fev. 2017.

MALATESTA, Nicola Framarino Dei; Capitanio, Paolo (tradutor). **A lógica das provas em matéria criminal.** Campinas: ed. 6. Bookseller, 2005.

SEGER, Mariana da Fonseca; LOPES JR. **Prova Testemunhal e Processo Penal: A fragilidade do relato a partir da análise da subjetividade perceptiva e do fenômeno das falsas memórias.** Disponível em <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiQvrjT6N7VAhWJg5AKHZ1-BxoQFggmMAA&url=http%3A%2F%2Fwww3.pucrs.br%2Fpucrs%2Ffiles%2Funi%2Fpoa>>

[%2Fdireito%2Fgraduacao%2Ftcc%2Ftcc%2Ftrabalhos2012_2%2Fmariana_seger.pdf&usg=AFQjCNE9vOea-Ej8MyBzNa16CpXR_XhlIw>](#) Acesso em: 28 de Fev. 2017.

TRINDADE, Jorge. **Manual de psicologia jurídica para operadores do direito**. Porto Alegre: ed. 4. Livraria do advogado, 2010.

ANEXO A – LISTA DE ABREVIATURAS**LISTA DE ABREVIATURAS**

Art. Artigo

CFP Conselho Federal de Psicologia

CP Código Penal

Ed. Edição

MCP Memória de Curto Prazo

MLP Memória de Longo Prazo

MS Memória Sensorial

Nº Número

P. Página

Prof. Professor

ANEXO B – CASO PRÁTICO

CASO PRÁTICO



FIGURA 5.16 Identidade confundida. William Jackson, à direita, ficou preso durante cinco anos por dois estupros que haviam sido cometidos pelo Dr. Edward Jackson, Jr., à esquerda. Quando testemunhas recordaram-se apenas de características físicas gerais, semelhanças muito acentuadas entre pessoas, como no caso dos dois Jackson, podem tornar quase impossível a identificação acurada do verdadeiro criminoso. (Wide World.)

Fonte: DAVIDOFF, Linda L; Peres, Lenke (tradutor). **Introdução a psicologia**. São Paulo: ed. 3. Makron books, 2008, p. 236.

A COMPENSAÇÃO DA RESERVA LEGAL COMO UMA DAS FORMAS PARA O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL

DO NASCIMENTO, Leandro Araújo¹

COUTO, Gabrielle Paloma Santos Bezerra²

LESCANO, Lisiane Sibeli de Andrade³

Resumo: O conceito de propriedade apresentou algumas variações no decorrer da história e influenciou no surgimento do instituto da função social da propriedade. Os possuidores ou proprietários precisam cumprir com essa função social para que o meio ambiente se mantenha preservado para garantir a vida para as presentes e futuras gerações. Dessa forma, a reserva legal está incluída no cumprimento da função social pois visa, além do interesse particular, a proteção de um bem comum imposta como uma limitação ao poder de propriedade. Com o estudo, verificou-se a seguinte problemática: como é solucionado casos em que as propriedades rurais não possuem áreas com a porcentagem necessária para a reserva legal de modo que se cumpra sua função social? O Código Florestal aponta alguns meios como alternativa para aquelas propriedades rurais que não possuem área a ser destinada como Reserva Legal. O presente estudo busca verificar e analisar se a Compensação é a forma mais viável como alternativa para as propriedades rurais que não possuem área de Reserva Legal. Para isso, foi adotada a metodologia qualitativa, do tipo pesquisa teórica.

Palavras-chave: Compensação da Reserva Legal. Direito de Propriedade. Função Social da Propriedade Rural.

Abstract: The concept of property presented some changes throughout the history and influenced in the appearance of the institute of the social function of the property. The possessors or owners must fulfill this social function so that the environment is preserved to guarantee life for present and future generations. Therefore, the legal reserve is included in the fulfillment of the social function because it aims, besides the private interest, the protection of a common good imposed as an onus on the power of property. From this study, the following issue was verified: how is it solved cases in which the rural properties do not have areas with the percentage necessary for the legal reserve so that its social function is fulfilled? The Forest Code indicates some means as an alternative for those rural properties that do not have an area to be designated as Legal Reserve. The present study intends to verify and analyze whether Compensation is the most viable alternative for rural properties that do not have a Legal Reserve area. For this, the qualitative methodology, of the theoretical research type, was adopted.

Keywords: Compensation of the Legal Reserve. Property right. Social Function of Rural Property

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, inciso XXII, deixa explícito que a todos é possível o exercício do poder de propriedade, porém o inciso XXIII, do mesmo artigo, fala sobre uma condição para se efetivar este direito tido como fundamental. O dispositivo em questão menciona o atendimento da função social como requisito para se alcançar o direito real de propriedade.

A proteção da Reserva Legal (RL) é a submissão do interesse pessoal em favor do interesse coletivo que se sobrepõe. Dessa forma, o proprietário ou possuidor deve levar em conta a necessidade da preservação ambiental em atendimento a preceitos constitucionais e infraconstitucionais que defendem um ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

O tema deste trabalho tem relevante importância, pois trata-se de um instituto que visa proteger um bem coletivo capaz de influenciar na qualidade de vida. A inobservância do atendimento da Reserva Legal pode gerar impactos ambientais irreversíveis, comprometendo assim um bem social, uma vez que este instituto busca preservar as espécies que compõem a fauna e flora nativas de cada região.

O Código Florestal dispõe sobre as áreas necessárias para compor a Reserva Legal de cada propriedade rural. As porcentagens são diferentes para cada região do país podendo variar entre 20 e 80% da área total de cada propriedade. Caso a propriedade rural não disponha de área para ser utilizada como Reserva Legal, deve utilizar-se de outra alternativa descrita no Código Florestal em seu art. 66.

Deve-se observar, ainda, que o Código Florestal aponta alternativas para que os proprietários de terra rural não deixem de cumprir com a função social da propriedade quando não possuem área destinada à Reserva Legal. Dentre as alternativas, a forma mais utilizada e mais viável é a Compensação da Reserva Legal, desde que haja observação dos requisitos necessários para sua implantação, determinados no Código Florestal. Por se tratar de uma forma mais econômica, muitos proprietários utilizam-se da Compensação; do ponto de vista ambiental, esta forma é mais viável, pois possibilita a preservação de espécies nativas a curto prazo.

Este trabalho tem como objetivos específicos: analisar o conceito de Reserva Legal e a necessidade de sua implantação nas Propriedades Rurais; discutir acerca da função social da propriedade rural com base nas possíveis alternativas que os proprietários de terras rurais possuem para cumprí-la quando não há área destinada para a Reserva Legal; fomentar o uso da Compensação da Reserva Legal como forma mais viável para que a propriedade continue atendendo a função social da propriedade rural.

Por meio dos objetivos acima mencionados, busca-se analisar as formas possíveis para a compensação da RL nas propriedades rurais, bem como apontar a forma mais correta do ponto de vista ecológico. Para isso, utiliza-se da metodologia qualitativa do tipo pesquisa teórica de modo indutivo, para se ter respaldo daquilo que se busca ao fim do presente.

1. RESERVA LEGAL E A NECESSIDADE DE SUA IMPLANTAÇÃO NAS PROPRIEDADES RURAIS

Tomando por base uma certa preocupação ambiental com as matas brasileiras e ainda por meio do Decreto n. 23.793/34 (Código Florestal de 1934) foi determinado o limite de uso

dos imóveis rurais, estabelecido em 25% de cada propriedade para ser mantida a vegetação nativa, denominada como reserva obrigatória.

Lima e Lima (2008, p 257), falam sobre como surgiu o termo “Reserva Legal”:

A denominação de Reserva Legal somente veio a partir da Lei 7.803, de 18 de julho de 1989. O referido conceito apresentava natureza ontológica bem diversa da definição atual, explicando a reserva legal simplesmente como sendo a área de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso.

As áreas de Reserva Legal, de acordo com Código Florestal vigente são conceituadas como áreas pertencentes às propriedades ou posses localizadas no perímetro rural, tendo como função assegurar um desenvolvimento sustentável dos recursos disponíveis no meio ambiente, como também contribuir para conservação e restauração dos processos biológicos e da biodiversidade, bem como refúgio e a proteção da fauna e flora.

Sobre de Reserva Legal, Irrigaray (2007, p.57) comenta e explana de forma bem clara:

A Reserva Florestal Legal, ou simplesmente Reserva Legal, compreende uma fração do imóvel rural protegida através de uma limitação administrativa imposta visando assegurar a manutenção de um percentual que impede a supressão integral da cobertura vegetal. Esse percentual é definido em função do bioma e da região onde se situa o imóvel rural. Trata-se de uma exigência ditada, sobretudo pela necessidade de proteção da biodiversidade.

O Código Florestal também trata de critérios analisados para implantação da área a ser definida como RL:

Art. 14. A localização da área de Reserva Legal no imóvel rural deverá levar em consideração os seguintes estudos e critérios:

I - o plano de bacia hidrográfica;

II - o Zoneamento Ecológico-Econômico

III - a formação de corredores ecológicos com outra Reserva Legal, com Área de Preservação Permanente, com Unidade de Conservação ou com outra área legalmente protegida;

IV - as áreas de maior importância para a conservação da biodiversidade; e

V - as áreas de maior fragilidade ambiental.

§ 1º O órgão estadual integrante do Sisnama ou instituição por ele habilitada deverá aprovar a localização da Reserva Legal após a inclusão do imóvel no CAR, conforme o art. 29 desta Lei.

A determinação da área de Reserva Legal deve ser aprovada primeiramente por órgão oficial competente para tanto, podendo ser estadual ou, em alguns casos, municipal, desde que auxilie na determinação da área a ser preservada como vegetação natural bem como na fiscalização de que se mantenha os critérios estabelecidos pelo dispositivo acima.

Barroso e Alencar (2014) explicam sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) que foi instituído pelo Código Florestal fazendo parte do Sistema Nacional de Informação sobre Meio

Ambiente (SINIMA) e regulamentado pelo Dec 7.830/12 que criou o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) possibilitando a integração do CAR de todos os estados permitindo, assim, o acompanhamento de regularidade ambiental por parte dos proprietários e possuidores de imóveis rurais.

Os autores explicam que por meio do CAR, os órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) têm acesso às informações confiáveis sobre os imóveis cadastrados e, por ser obrigatório, formam uma base de dados que auxiliam no controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, e combate ao desmatamento, conforme estabelecido no art 29 do Código Florestal.

A inscrição no CAR é feita em órgão ambiental estadual ou municipal competente para tal feito, devendo ser verificada dentro outros fatores, a indicação de localização geográfica de área de Reserva Legal, quando presente.

A Reserva Legal possui amparo em diversos dispositivos e, como já demonstrado, na Constituição Federal vigente. Além disso, é apresentada como um direito fundamental pois, trata-se de um bem que deve ser preservado para a coletividade. A Carta Máxima teve preocupação em atender às necessidades sociais em relação ao meio ambiente, pois verificou-se a necessidade de se manter fauna e flora nativa para que seja proporcionado o máximo de equilíbrio natural.

A Constituição Federal aborda as diferentes vegetações presentes no território Nacional além de tratar da devida preservação ambiental:

Art. 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

O dispositivo acima mencionado discorre sobre o uso de forma consciente objetivando a preservação do meio ambiente, de modo que é dever público e da coletividade a defesa deste patrimônio nacional.

Lima e Lima (2008) apontam que a propriedade rural deve beneficiar ao homem somente naquilo que lhe for necessário, de forma equilibrada no que diz respeito a produção. Dessa forma, por meio da função social, o usuário é obrigado a dar uma destinação ambientalmente adequada ao se apropriar de bens ambientais, com o intuito de promover o bem-estar coletivo.

O autor fala ainda que as restrições impostas aos usuários visam defender bens maiores tutelados de uso da coletividade, combatendo qualquer tipo de ameaça ou lesão à qualidade de vida.

Tomando por base este princípio, Milaré (2001, p. 121) sustenta que:

A possibilidade de imposição ao proprietário rural do dever de recomposição da vegetação em áreas de preservação permanente e reserva legal, mesmo não tendo sido ele o responsável pelo desmatamento, certo que tal obrigação possui caráter real – *propter rem* –, isto é, uma obrigação que se prende ao titular do direito real, seja ele quem for, bastando para tanto sua simples condição de proprietário ou possuidor.

O autor explana sobre o caráter real da propriedade, conhecido como caráter *propter rem* o qual sujeita o novo adquirente de propriedade rural sobre os ônus impostos sobre a propriedade adquirida. Sendo assim, o adquirente deve promover a instalação da RL, caso não esteja estabelecida regularmente, ou adotar alguma alternativa no caso de sua ausência.

O Código Florestal, levando em consideração a utilização dos recursos naturais e a necessidade específica de cada região do Brasil, definiu percentuais diferentes para estabelecimento da Reserva Legal. Conforme disposto no art 12, são quatro tipos de Reserva Legal: na Amazônia Legal classificada como Floresta e Cerrado; nas áreas de campos gerais; e nas outras áreas do País. O artigo estabelece os percentuais obrigatórios para as propriedades rurais situadas nas áreas geograficamente localizadas da seguinte forma:

Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei:

I - Localizado na Amazônia Legal:

- a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas;
- b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado;
- c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais;

II - Localizado nas demais regiões do País: 20% (vinte por cento).

Cabe esclarecer que a Reserva Legal não se confunde com Áreas de Preservação Permanente (APP), pois possuem especificações peculiares, tendo como principal função a proteção dos solos e águas. Verifica-se no art 3º, II e III do Código Florestal os conceitos de RL e APP diferenciando principalmente pelo fato de que a RL deve possuir vegetação nativa, além de ser delimitada no art 12 do mesmo Código, enquanto a APP pode estar ou não com área coberta por vegetação nativa.

A Sustentabilidade e a Função Social são institutos que possuem forte ligação no que diz respeito ao estabelecimento e regularização da Reserva Legal da propriedade Rural, pois são estes que dão parâmetros para que seja efetivada a utilização dos recursos naturais e a preservação ambiental de forma mais benéfica à coletividade.

2. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL E ALTERNATIVAS PARA O SEU CUMPRIMENTO

Desde a época da pré-história as propriedades eram tidas como coletivas, onde não possuíam proprietários determinados, e toda a área utilizada pelas tribos pertenciam a todos.

Logo após, durante a idade média, as terras pertenciam ao senhor feudal, passando assim a ter a característica de propriedade privada.

Sobre isso, Carlos Alberto Ferri (2015), fala sobre como o conceito de propriedade sofreu variações no decorrer da história, uma vez que foi visto primeiramente como coletivo, onde não tinha um único proprietário. Posteriormente, ganhou características individuais e após a queda do Império Romano a ideia de coletividade voltou, pois houve uma atenção maior na proteção de direitos difusos e coletivos.

Para Paolo Grossi (2006, p 13 - 14), esse período da Idade Média, foi monopolizador:

A alta idade média é uma grande civilização possessória, em que o adjetivo possessório deve ser entendido não no seu sentido romanístico, mas na sua acepção finziana de conotação de um mundo de fatos nem formal nem oficial, porém munido de efetividade e de incisividade. Sem presenças estatais estorvantes, sem hipotecas culturais, a oficina alto medieval reduz a propriedade a mero signo cadastral e constrói um sistema de situações reais fundado não no *dominium* e tampouco nos *dominia* mas em múltiplas posições de efetividade econômica sobre o bem.

A propriedade tida como privada não se submetia a nenhum ônus nesse período pois, não era levado em consideração as necessidades comuns, o monopólio da terra tinha como um dos objetivos, o poder. Dessa forma não havia preocupação com os interesses da parte dominada, composta pelos camponeses.

Carlos Alberto Ferri (2015), fala que após a Revolução Francesa a propriedade ganhou destaque pois, o direito de propriedade se desvinculou do feudalismo e os pobres e camponeses receberam uma parte das terras onde trabalhavam e se tornaram proprietários. Logo após, essas propriedades privadas receberam uma proteção e amparo jurídico por parte do Estado e passou a ser tutelado por leis. No entanto, não haviam ônus para o total exercício da propriedade.

O autor fala ainda sobre a sobreposição do interesse coletivo, se comparado com o privado (2015, p. 8):

O que se busca é atender o interesse social, e a propriedade rural pode colaborar com esse interesse ao ser produtiva, atendendo diretamente aos fundamentos da República. Assim, a propriedade privada, direito individual fundamental, é um direito de terceira geração, pois supera o direito individual quando busca a satisfação dos interesses sociais.

Micheli Mayumi Iwasaki (2007) comenta sobre o surgimento das Constituições do México, em 1917, e de Weimar, em 1919, que foram as pioneiras no emprego do instituto da função social da propriedade. A mexicana foi mais audaciosa no que diz respeito aos avanços das políticas sociais, principalmente da propriedade da terra. A constituição de Weimar impôs restrição ao direito absoluto de propriedade denominando assim “função social da propriedade”.

A autora continua e explica que o Código Civil de 1916 traduzia literalmente o espírito eminente liberal do Código Napoleônico, com algumas características de cunho altamente individualista trazidos do Código Civil Francês, expressa no artigo 344 onde apontava a propriedade como “o direito de gozar e dispor das coisas da maneira mais absoluta, desde que delas não se faça uso proibido pelas leis e regulamentos”. Logo, outros países da América Latina também passaram a regulamentar a função social da propriedade, algumas com outras nomenclaturas, mas com o mesmo intuito de se proteger um bem estar coletivo em detrimento do interesse particular.

O interesse coletivo é protegido por meio da função social da propriedade que por sua vez foi adotada pela primeira vez por meio da Constituição de 1946 que trazia em seu artigo 147: “O uso da propriedade será condicionado ao bem estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art.141, §16, promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos”.

Enquanto a Constituição de 1967, promoveu o instituto à categoria de princípio da ordem econômica e social com a seguinte redação: “A ordem econômica e social tem por fim realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social, com base nos seguintes princípios: (...)III–função social da propriedade”.

Micheli Mayumi Iwasaki (2007) fala sobre o Estatuto da Terra que em 1964, passou a regular o conteúdo do termo “função social da propriedade”, que depois recebeu devida atenção na Constituição Federal de 1988, com status de direito fundamental.

A Constituição Federal de 1988, consolidou alguns princípios que oportunizou e estabeleceu limites no exercício do direito de propriedade, garantindo o instituto da função social, disposto no artigo 5º onde se trata de direitos básicos, inerentes à condição humana:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social.

Vê-se, portanto, a imposição do atendimento da função social em detrimento do direito de possuir uma propriedade, uma forma de limitação ao poder de uso do imóvel. Todos têm o direito de possuir propriedades, conforme acima disposto, porém com a condição estabelecida na Constituição Federal, de atender a função social.

Leandro Paulsen (1998, p.133 e 134) faz uma abordagem e relaciona o direito de propriedade com a sua função social:

A análise dos textos das diversas Constituições brasileiras também é esclarecedora quanto a essa evolução do direito de propriedade. Enquanto a Constituição do Império, de 1824, e a primeira Constituição Republicana, de 1891, a garantiam ‘em

toda a sua plenitude', as posteriores foram incluindo alguns condicionamentos, sendo que a Constituição de 1988 consagrou, com detalhes, a necessidade de cumprimento da sua função social, autorizando a desapropriação do imóvel que não esteja sendo explorado adequadamente.

O instituto da função social da propriedade atribuído ao proprietário ou possuidor não tem como objetivo de prejudicar ou diminuir a posse destes e sim de assegurar, como direito fundamental, o bem comum. O objetivo da Constituição Federal não é de retirar direito do proprietário, e sim de assegurar um ambiente preservado em benefício da coletividade.

Leandro Paulsen (2006) aborda em seu estudo que a propriedade privada foi fortalecida à medida que lhe reconhece um papel em defesa da sociedade, justificando sua proteção como um direito fundamental. Assim chamou a atenção para a importância do seu uso adequado de modo que atendesse os anseios do proprietário, mas, contudo, sendo útil para a sociedade.

O artigo 186 da Constituição Federal fala como se alcança o cumprimento da função social da propriedade rural:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Para que seja atingida a determinação constitucional, é necessário que os incisos do art. 186 sejam observados pois, trata-se de questões que devem ser obedecidas pelos proprietários ou possuidores de imóveis rurais, submetendo-se a responder pelo não atendimento das imposições legais. Os incisos são autoexplicativos e claros quanto as obrigações ali impostas.

O cumprimento da função social da propriedade rural conglomerada todos os incisos do art. 186, mas há de se falar que o inciso II é o que melhor representa o tema central deste trabalho, pois trata-se de utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, além da preservação do meio ambiente. O estabelecimento da RL é uma interpretação deste dispositivo pois o objetivo principal é preservar a fauna e flora nativa de cada região.

3 A COMPENSAÇÃO DA RESERVA LEGAL

Há imóveis rurais que não atendem, em suas propriedades, o mínimo exigido pelo art. 12 do Código Florestal, necessitando utilizar-se de alternativas para manter o cumprimento da função social em sua propriedade e manter-se livre de sanções cabíveis para o não

atendimento de tal norma. Para estes casos, a mesma lei dispõe sobre alternativas possíveis para compensar esta ausência:

Art. 66. O proprietário ou possuidor de imóvel rural que detinha, em 22 de julho de 2008, área de Reserva Legal em extensão inferior ao estabelecido no art. 12, poderá regularizar sua situação, independentemente da adesão ao PRA (Programa de Regularização Ambiental), adotando as seguintes alternativas, isolada ou conjuntamente:

I - recompor a Reserva Legal;

II - permitir a regeneração natural da vegetação na área de Reserva Legal;

III - compensar a Reserva Legal.

Cabe esclarecer que a data mencionada no dispositivo acima se trata do ponto de corte, quando foi publicado o Decreto 6.514/08, que regulamenta as infrações contra o Meio Ambiente.

Tanto a recomposição quanto a permissão da regeneração natural dependem de estudo técnico, dedicação de estudos a respeito da área além do gasto financeiro dispendido. Dessa forma, as torna inviáveis quando comparadas com a compensação da RL.

Irrigaray (2007) aponta que as alternativas de recuperar ou regenerar pouco recebem adesão pois as propriedades que não possuem RL estão inseridas no processo produtivo. Os produtores rurais preferem não promover sua recuperação, preferindo optar pela aquisição de outra área, tanto para ser inserida no CAR como para doação ao poder público, conforme será abordado a seguir.

O autor justifica seu posicionamento dizendo que nenhum produtor que utiliza sua área de RL na pecuária ou no cultivo agrícola, mostra interesse em investir na recomposição por meio do plantio de espécies nativas. Não é adotada essa alternativa pois a lei permite que seja compensada a RL adquirindo-a em outra área que possui importância ecológica semelhante e equivalente à sua.

Irrigaray continua expondo que é necessário que haja incentivo para a recuperação e regeneração de maneira que se sobreponha a compensação, pois com as normas atuais vigentes, a compensação é mais bem vista na relação custo/benefício. Outra maneira de fazer com que essas duas formas fossem mais utilizadas que a compensação seria uma obrigação imposta por lei, caso contrário, não se vê benefício em não aplicar a compensação.

Segundo Ferreira et al. (2007), Sparovek (2012) A compensação se torna mais interessante economicamente pois, os custos para se recompor a RL ou para promover a recuperação por meio de plantio de espécies nativas são maiores que os custos da compensação, em regra.

Alguns autores, em diversas regiões do País, com base em estudos, apontam a compensação como melhor alternativa para regularizar o imóvel que possui área inferior ao estabelecido no art. 12 do Código Florestal de 2012. Irrigary (2007) fala que esta é a alternativa preferida pelos proprietários rurais em detrimento das outras alternativas estabelecidas no art. 66 do mesmo Código. Segundo o autor, nenhum proprietário que se utilizou da área destinada a RL, mostra-se disposto a recuperá-la por meio de plantio de plantas nativas.

O autor fala que a pecuária tem se expandido de forma contínua, assim como tem crescido o cultivo de agroenergia. Dessa forma, amplia-se a pressão sobre as áreas de RL já utilizadas na produção, de modo que se diminui a possibilidade de se recuperar ou promover a regeneração da vegetação nativa.

Ainda, sobre o mesmo art. 66, a lei aponta como pode se dar a compensação da RL:

[...]

§ 5º A compensação de que trata o inciso III do caput deverá ser precedida pela inscrição da propriedade no CAR e poderá ser feita mediante:

I - aquisição de Cota de Reserva Ambiental - CRA;

II - arrendamento de área sob regime de servidão ambiental ou Reserva Legal;

III - doação ao poder público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária;

IV - cadastramento de outra área equivalente e excedente à Reserva Legal, em imóvel de mesma titularidade ou adquirida em imóvel de terceiro, com vegetação nativa estabelecida, em regeneração ou recomposição, desde que localizada no mesmo bioma.

A aquisição de Cota de Reserva Ambiental (CRA) deve ser feita observando o art. 44 do Código Florestal, pois é o dispositivo que disciplina sobre tal instituto:

Art. 44. É instituída a Cota de Reserva Ambiental - CRA, título nominativo representativo de área com vegetação nativa, existente ou em processo de recuperação:

I - sob regime de servidão ambiental, instituída na forma do art. 90-A da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981;

II - correspondente à área de Reserva Legal instituída voluntariamente sobre a vegetação que exceder os percentuais exigidos no art. 12 desta Lei;

III - protegida na forma de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, nos termos do art. 21 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000;

IV - existente em propriedade rural localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público que ainda não tenha sido desapropriada.

As CRA's podem ser adquiridas de quem possua vegetação nativa existente ou em processo de recuperação de forma excedente, para aqueles que não possuem RL estabelecida em sua propriedade. São instituídas por meio de título nominativo, o qual é negociável. Dessa forma, somente será possível a negociação do título nominativo por meio da CRA caso o proprietário possua área remanescente em sua propriedade, podendo assim dispor apenas dessa parte que excede o necessário para sua propriedade.

Órgão federal do SISNAMA é competente por controlar as CRA's na forma de ato do Chefe do Poder Executivo. O proprietário interessado na emissão de CRA deverá enviar ao órgão competente a proposta observando o disposto no art. 45 do Código Florestal.

O art. 48 do Código Florestal dispõe sobre as formas possíveis para a efetivação da compensação por meio da aquisição de CRA:

Art. 48. A CRA pode ser transferida, onerosa ou gratuitamente, a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito público ou privado, mediante termo assinado pelo titular da CRA e pelo adquirente.

§ 1º A transferência da CRA só produz efeito uma vez registrado o termo previsto no caput no sistema único de controle.

§ 2º A CRA só pode ser utilizada para compensar Reserva Legal de imóvel rural situado no mesmo bioma da área à qual o título está vinculado.

§ 3º A CRA só pode ser utilizada para fins de compensação de Reserva Legal se respeitados os requisitos estabelecidos no § 6º do art. 66.

§ 4º A utilização de CRA para compensação da Reserva Legal será averbada na matrícula do imóvel no qual se situa a área vinculada ao título e na do imóvel beneficiário da compensação.

O dispositivo acima regula a forma de aquisição da CRA, devendo ser assinado termo de transferência pelo titular e pelo adquirente efetuada de forma onerosa ou gratuita. O termo depois de assinado deve ser registrado no sistema único de controle que mantém os dados disponíveis para órgãos membros do SISNAMA, e posteriormente feita a averbação na matrícula do imóvel.

Outra forma de compensar a RL é pelo arrendamento de área sob regime de servidão ambiental ou Reserva Legal. O arrendamento de área sob regime de servidão ambiental se trata de instrumento firmado pelo proprietário renunciando o uso em caráter permanente ou temporário. É limitado o uso de toda ou de parte de sua propriedade, com a finalidade de preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, de acordo com o art. 9º-A da Lei 6.938/81, devidamente incluído pelo Código Florestal vigente. A área a ser arrendada deve ser divergente da RL bem como de APP estabelecida na propriedade do arrendador.

Nesse sentido Ana Maria Nusdeo (2007) fala que a compensação de reserva legal por meio de arrendamento de áreas sob o regime da servidão ambiental ou mesmo de reserva legal terá um caráter temporário. Dessa forma, as averbações feitas estarão sujeitas ao cancelamento, pela possibilidade de ser temporária. Portanto, este caráter temporário deve ser informado a autoridade responsável pela aprovação da localização e dimensão da área destinada para a compensação.

A autora fala ainda sobre a fiscalização para que, findo o prazo contratado, seja indicada nova área a ser compensada (2007, p 75):

Mais importante ainda, porém, é a ciência de que essa flexibilidade instituída pela possibilidade de contratações temporárias de áreas para compensação exigirá uma estrutura pesada de controle para evitar-se que propriedades que regularizaram sua reserva legal e respectiva averbação através do arrendamento ou do mecanismo de cotas rescindam o contrato de arrendamento ou vendam as cotas sem tomar providências para a substituição da área e os novos trâmites legais e registrários daí decorrentes.

É necessário que haja uma fiscalização atuante para que seja verificada a rescisão contratual, pois esta põe fim a compensação devidamente cadastrada. Devendo, portanto, ser apontada nova forma de compensação da RL.

A Reserva Legal pode ser compensada pelo ato de doação ao poder público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária. As Unidades de Conservação são aquelas que possuem interesse público em relação à sua conservação ou preservação. Ou seja, áreas que merecem uma atenção maior pelas peculiaridades ali existentes. Há ainda a condição de que a área localizada no interior dessas Unidades de Conservação seja pendente de regularização fundiária.

Neste caso, é possível adquirir essas áreas e doá-las ao poder público, em regime de servidão ambiental. Esta opção tem vantagens pois, a responsabilidade de proteger a RL é inteira do poder público que será o proprietário da área. Outra vantagem existente nessa forma de compensação é que a área necessária para compensar é exatamente a área necessária para ser adquirida, não havendo necessidade de possuir o percentual legal exigido para cada propriedade. Não há necessidade de adquirir área a ser doada mais a RL dessa área, ocasionando uma economia deste modo.

Por fim, é possível realizar a compensação fazendo o cadastro de outra área equivalente e excedente à Reserva Legal. A área cadastrada pode ser de mesma titularidade ou ainda adquirida em imóvel de terceiro, conforme indica o inciso IV do parágrafo 5º do art. 66 do Código Florestal.

Para compensar a RL com base no inciso IV do parágrafo 5º do art. 66 do Código Florestal, é feito cadastramento com indicação de compensação em outro imóvel de mesma titularidade ou de terceiro que possua vegetação nativa excedente. Dessa forma, um mesmo

imóvel poderá servir de RL para mais de uma propriedade, bastando que seja localizado no mesmo bioma, possuindo o mesmo tipo de cobertura vegetal.

Neste caso, no momento do CAR o possuidor ou proprietário pode simplesmente fazer a indicação da compensação da RL em área distinta da propriedade em outro imóvel de mesma titularidade ou indicando área em propriedade de terceiro. Deve haver vegetação nativa estabelecida, em regeneração ou recomposição, desde que localizada no mesmo bioma. A área indicada no cadastro, deve obedecer aos critérios impostos pelo parágrafo 6º do art. 66 do Código Florestal.

A compensação deve seguir todos os parâmetros estabelecidos no parágrafo 6º do art. 66 do Código Florestal, quais sejam:

- § 6º As áreas a serem utilizadas para compensação na forma do § 5º deverão:
- I - ser equivalentes em extensão à área da Reserva Legal a ser compensada;
 - II - estar localizadas no mesmo bioma da área de Reserva Legal a ser compensada;
 - III - se fora do Estado, estar localizadas em áreas identificadas como prioritárias pela União ou pelos Estados.

A compensação da RL pode gerar uma renda para aqueles que conservam a vegetação nativa em sua propriedade. Dessa forma há um incentivo, mesmo que de forma indireta, para a preservação do meio ambiente, visando possíveis vendas ou arrendamento para que proprietários interessados atendam os mínimos exigidos por lei.

Vê-se, portanto, o fomento à preservação de espécies nativas presentes na fauna e flora específica de cada região, beneficiando aqueles possuidores ou proprietários de pequenas terras. Os que mantêm suas áreas preservadas recebem, neste caso, benefícios principalmente de ordem econômica em detrimento daqueles que se usufruem por meio da compra ou do arrendamento.

A compensação da Reserva Legal engloba benefícios econômicos e principalmente ambientais. Há um ganho econômico por quem dispõe de vegetação nativa em sua propriedade, assim como é vantajoso para o adquire área para compensar a Reserva Legal. Pelo viés ambiental, a compensação se sobressai sobre as outras formas pelo fato de ser imediata a preservação necessária. Dessa forma o objetivo principal da compensação é a busca do equilíbrio entre produção e preservação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consoante ao estudado foi possível vislumbrar a modificação do conceito de propriedade, adequando-se às necessidades sociais tidas como coletivas. Para tanto foi instituídos meios para que os direitos coletivos fossem resguardados, instituídos por Leis, além da Constituição Federal vigente.

Os proprietários de terras rurais são obrigados por lei a cumprirem com a função social da propriedade rural, estabelecido principalmente pela Carta Magna. A função social da propriedade rural busca preservar os recursos naturais disponíveis para as presentes e futuras gerações e por isso impõe limites ao direito de propriedade.

A Reserva Legal é um atendimento à função social da propriedade rural, de modo que a ausência desta significa estar em desacordo com o estabelecido em lei, cabendo as sanções nas esferas administrativa, cível e penal. A Reserva Legal busca a preservação ambiental bem como no uso adequado dos recursos naturais disponíveis.

O Código Florestal aponta alternativas para aqueles proprietários de terras rurais que não possuem área destinada à Reserva Legal que é obrigatória, devendo seguir os parâmetros dispostos no Código Florestal. Autores se inclinam para demonstrar que a Compensação é a forma mais viável, uma vez que apresenta um baixo custo em relação às demais alternativas. E ainda ressaltam que esta forma é a mais correta ecologicamente, pois objetiva-se proteger fauna e flora já existente, ou seja, é uma medida a curto prazo, diferente do que acontece na Recomposição e Regeneração da Reserva Legal.

Assim, quando o proprietário de imóvel rural não dispor de área a ser destinada à Reserva Legal, deve-se fazer a compensação da Reserva Legal, conforme disposto no art. 66, em seu parágrafo 5º, do Código Florestal. Conforme estudado, essa é a alternativa que mais adequada tanto pelo contexto econômico quanto, e principalmente, pelo contexto ambiental. Um dos principais objetivos do Código Florestal é a preservação ambiental, portanto, há de se dar atenção àqueles institutos que o auxiliam na concretização de um ambiente ecologicamente equilibrado

REFERÊNCIAS

BARROSO, Lucas Abreu; ALENCAR, Guilherme Viana de. **"O Cadastro Ambiental Rural (CAR) como instrumento de regularização ambiental em assentamentos de reforma agrária."** *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade* 1.1 (2014): 5-13.

BRASIL. **Código Florestal.** Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1988.

BRITO, Brenda; BARRETO, Paulo. **Aplicação da lei de crimes ambientais pela justiça federal no setor florestal do Pará.** In: Caderno de Teses do II Congresso Nacional da Magistratura e do Ministério Público para o Meio Ambiente, Araxá, MG. 2004.

FERRI, Carlos Alberto. **A função social da propriedade rural: alcance difuso e coletivo.** 1. ed. Engenheiro Coelho: Unaspress, 2015. 64 p., 22 cm. ISBN 978-85-8463-023-3.

GROSSI, Paolo. **História da propriedade e outros ensaios.** Tradução de Luiz Ernani Fritoli e Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

- IRIGARAY, C. T. J. H. **Compensação de reserva legal: limites a sua implementação.** Revista Amazônia Legal de estudos sócio-jurídico-ambientais, n.1, p. 55-68, 2007.
- IWASAKI, Micheli Mayumi. **Função Social da Propriedade Rural e a Proteção Jurídica do Meio Ambiente.** Revista Eletrônica do CEJUR, Curitiba-PR, a. 2, v. 1, n. 2, ago./dez. 2007.
- LIMA, Samuel do Carmo; LIMA, Elaine Cristina. **Preservação ambiental e a reserva legal das propriedades rurais no estado de Minas Gerais: aspectos jurídicos.** Caminhos de Geografia Uberlândia, v. 9, n. 26, 2008.
- MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente.** 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. **A compensação de reserva legal através de contrato de arrendamento e os incentivos à proteção florestal,** 2007.
- PAULSEN, Leandro. **A normatividade jurídico-positiva da função social da propriedade.** Revista AJUFERGS, 2006.
- PAULSEN, Leandro. **O direito de propriedade e os limites à desapropriação.** In: O Direito Agrário em Debate, org por SILVEIRA, Domingos Sávio Dresch da; XAVIER, Flávio Sant'Anna. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.
- RIOS, Thiago Meneses. **Direito de propriedade, função social e limitações constitucionais.** Jus Navigandi, Teresina, ano, v. 19, 2014.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 34. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011
- SPAROVEK, G. **Caminhos e escolhas na revisão do Código Florestal: quando a compensação compensa?** Visão Agrícola, 2012.

PROCESSO DE LOGÍSTICA REVERSA DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA.

CIRQUEIRA BRITO, Ana Angélica¹

COUTO, Gabrielle Paloma Santos Bezerra²

LESCANO, Lisiane Sibeli de Andrade³

Resumo: O desenvolvimento agrícola no Brasil possibilita a produção em massa, e, conseqüentemente o consumo desordenado, acarretando nos principais problemas ambientais. O uso dos agrotóxicos no campo é um dos principais fatores para a otimização das plantações que, como consequência, produzem resíduos e para minimizar os impactos causados, foi desenvolvido um sistema de logística reversa das embalagens vazias, definido na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e gerenciada pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV). Este estudo busca analisar o papel da central de recebimento de embalagens de agrotóxicos, no processo de Logística Reversa das embalagens dos mesmos, por meio de estudo de caso no município de Balsas/MA. A metodologia adotada foi a qualitativa, referente a pesquisa bibliográfica e descritiva quanto ao estudo de caso. Os resultados obtidos permitem concluir que a Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas de Balsas (ARIAB) contribui para efetivação da logística reversa das embalagens de agrotóxico no município de Balsas/MA.

Palavras-chave: logística reversa, Embalagens de Agrotóxico, Resíduos Sólidos, Direito Ambiental.

Abstract: Agricultural development in Brazil enables mass production and consequently the inordinate consumption, resulting in environmental problems. The use of pesticides in the field is a on of major factor for the optimization of crops. As a result, there is a high production of waste. In order to minimize these impacts, there was developed a reverse logistics system for empty packing, defined in the Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) and managed by the Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV). This study aims to analyze the role of the collection center for agrochemicals packaging in the Reverse Logistics process of packaging of the same, by means of a case study in the municipality of Balsas / MA. A methodology adopted was qualitative, referring to the bibliographic and descriptive research regarding the case study. The results obtained allow us to conclude that Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas de Balsas (ARIAB) contributes to the effectiveness of the reverse logistics of agrochemical packages in the municipality of Balsas/MA.

Keywords: Reverse Logistic, Packaging of Agrotóxico, Waste Solid, Environmental Law.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento agrícola no Brasil possibilita a produção em massa, e, conseqüentemente, o uso desordenado de agrotóxicos, acarretando num dos principais problemas ambientais atuais. Não obstante, os graves problemas existentes no meio ambiente ocasionados pelo descarte inadequado, os quais serão enfrentados em momento posterior, o uso dos agrotóxicos no campo é um dos principais fatores para a otimização da agricultura, no entanto, como resultado desse elevado consumo, tem-se à disposição uma grande quantidade de resíduos sólidos.

Nesse sentido, em face desse problema que tem se revelado, no intuito de minimizar os impactos ambientais por ele causados é que foi implementado um sistema de Logística

Reversa das embalagens vazias (LR), definido na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a qual é gerenciada pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV).

Em efeito, a Logística Reversa das embalagens de agrotóxicos é compreendida como um processo de gerenciamento de fluxo reverso que se observa desde o consumo pelos produtores, até sua destinação final. Portanto, nesse sentido, a LR pode ser vista como uma versão contrária à Logística Tradicional.

A presente pesquisa científica possui como foco levantar a discussão sobre a problemática acerca do papel da central de recebimento dos vasilhames de agrotóxicos, no processo de Logística Reversa dessas embalagens, pelo estudo de caso no município de Balsas/MA.

O município de Balsas/MA possui destaque no cenário econômico brasileiro, em razão da atividade agrícola, impulsionada pela alta produtividade no cultivo mecanizado de grãos e pela utilização de insumos agrícolas com tecnologias avançadas, o qual destaca o uso intenso de agrotóxicos.

O tema tem relevante importância, pois, dentro do contexto da sustentabilidade ambiental, bem como para Logística Reversa, proporciona uma reflexão sobre o manejo adequado das embalagens vazias de agrotóxicos, a fim de minimizar os impactos ambientais causados pelo descarte impróprio destas embalagens e proteger um bem coletivo capaz de influenciar na qualidade de vida.

Assim, este trabalho possui como objetivos específicos: Apresentar uma visão histórica do conceito de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos; analisar a legislação brasileira sobre o descarte dessas embalagens; apontar a Responsabilidade Compartilhada na Logística Reversa das embalagens de agrotóxicos; realizar levantamentos de dados estatísticos sobre o fluxo de devolução dos recipientes de agrotóxicos e o cumprimento das obrigações legais quanto à responsabilidade compartilhada pela Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas de Balsas (ARIAB).

A metodologia adotada nesta pesquisa trata-se de estudo exploratório, uma vez que se caracteriza como pioneira, ocasião que, até o presente momento não, pelo menos em tese, ter sido verificado pesquisa antecedente sobre o tema neste Município. Além disso, possui natureza qualitativa e quanto ao objeto descritivo, a primeira corresponde a pesquisa bibliográfica e a segunda ao estudo de caso.

A pesquisa será desenvolvida em duas fases: na primeira, realizar-se-á um levantamento bibliográfico sobre a Logística Reversa das embalagens de agrotóxicos, na qual serão apresentados seus principais conceitos, legislação pertinente ao processo de Logística Reversa das embalagens vazias de agrotóxicos e identificação dos processos existentes no fluxo da Logística Reversa das embalagens vazias de agrotóxicos, caracterizando os agentes envolvidos e as suas responsabilidades perante a cadeia. Na segunda etapa, realizar-se-ão levantamentos sobre o fluxo de devolução dos recipientes de agrotóxicos e o cumprimento das obrigações legais quanto à responsabilidade compartilhada pela ARIAB.

1. VISÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE LOGÍSTICA REVERSA

A incorporação da conscientização da importância da Logística Reversa vem crescendo ao longo dos anos no mercado competitivo, por conta disso, o seu conceito está em constante e permanente evolução (SOUZA; FONSECA, 2011), diante das perspectivas de futuras possibilidades de negócios interligados com crescente interesse empresarial e científico nas última década. Diante desta definição instável de Logística Reversa, a seguir serão minuciados apenas os principais conceitos identificados nas bibliografias pesquisadas.

Embora a utilização do termo Logística Reversa seja bastante novo, essa área encontra-se em expansão desde o ano de 1975, tendo como marco inicial os países desenvolvidos, tais como a Inglaterra e Estados Unidos da América (EUA).

Impende destacar, a princípio, que o conceito inicialmente de Logística Reversa remonta o início da era de 70, quando a *University of Colorado*, empregou o termo *reverse distribution* (ZIKMUND, 1971). Na oportunidade, fizeram referência à semelhança do conceito empregado na Logística Direta, voltados, porém, para o processo de forma inversa, com o objetivo de integrar bens ou materiais já utilizados ao ciclo produtivo ou de negócios, agregando-lhes valor de diversas naturezas: econômico, ecológico, legal e logístico (GINTER; STARLING, 1978).

No final dos anos 70, Ginter e Starling (1978) empregaram o termo canais de distribuição reverso, no lugar de logística reversa, com foco nos assuntos pertinentes a reciclagem e seus proveitos econômicos e ecológicos, em conjunto canais de distribuição reversos, como condições fundamentais na viabilidade recuperação de materiais. Lambert e Stock (1981 apud FELIZARDO; HATAKEYAMA, 2005, p. 2), em 1981, descreveu o termo *reverse distributivo* como: “o produto seguindo na contramão de uma rua de sentido único pela qual a grande maioria dos embarques de produtos flui em uma direção”. Compreende-se portando, que a Logística realiza o caminho inverso ao da logística direta.

No ano de 1982, Barnes (apud PELTON et al., 1993) utilizou o termo Logístico Reverso para enfatizar sobre a importância dos benefícios oriundos da reciclagem de produtos nos negócios e na sociedade. Posteriormente, no ano de 1998 Stock (1998, pág. 20) define Logística Reversa como: “Uma perspectiva de logística de negócios, o termo refere-se ao papel da logística no retorno de produtos, redução na fonte, reciclagem, substituição de materiais, reuso de materiais, disposição de resíduos, reforma, reparação e remanufatura (...)”.

Carter e Ellram (1998) no mesmo no ano de 1998 definiram Logística Reversa como um processo no qual as empresas envolvidas no gerenciamento dos produtos pós-uso podem tornar-se ecologicamente suficientes. Chaves (2005) destaca que na década de 90, a crescente conceituação atribuída a Logística Reversa, foram motivadas pelo aumento precauções e imposições legais do estado diante dos graves impactos ambientais causados pelo descarte inapropriados de produtos, além da busca das empresas em redução de gastos nos processos produtivos.

Em 2004 a Logística Reversa foi definida pela o Council of Supply Chain Management Professionals (CSCMP), como sendo o “Processo de planejamento, implementação e controle eficiente e eficaz do fluxo de matérias primas, produtos em processamento, produtos acabados e informações relacionadas do ponto de consumo até o ponto de origem, com o propósito de recapturar o fluxo ou criar valor ou descartá-lo adequadamente”.

Nesse cenário, Fleury et. Al. (2007) destaca que a utilização do conceito de Logística Reversa no Brasil é nova. O processo de difusão do referido termo teve início, de forma singela, no ano de 1990, influenciada pela abertura do mercado econômico brasileiro, mas só se intensificou a partir de 1994, com a instabilidade econômica mediante a implantação do Plano Real.

Nunes (2007) afirma que, o desenvolvimento do interesse pelos assuntos voltados a logística reversa se mostra progressivo, decorrente de vários fatores, dentre eles destacam-se o aumento nos custos de produção, aprimoramento de técnicas, desenvolvimentos de equipamentos eletrônicos com a capacidade de processamento de uma grande quantidade de dados empregados nos processos logísticos, responsabilidades legais dos envolvidos no processo diante o ciclo de vida dos produtos, e regulamentações referente à preservação ambiental.

As inúmeras definições para Logística Reversa se tornaram tão visíveis, que até o presente momento, o seu conceito está em evolução, sob pretexto das expectativas de futuros negócios integrados com o crescente interesse empresarial, científico e da sociedade (LEITE, 2003). Por intermédio dos diversos conceitos existentes, a presente pesquisa baseou-se na definição de Leite (2003, p. 16):

A logística reversa é uma área da logística empresarial que planeja, opera e controla o fluxo e as informações logísticas correspondentes ao retorno dos bens de pós-venda e pós-consumo ao ciclo produtivo, por meio de canais de distribuição reversos, agregando-lhes valor de diversas naturezas: econômico, ecológico, legal, logístico, de imagem corporativa, entre outros.

Em outras palavras, a Logística Reversa se trata do processo em que os produtos pós-uso retornam ao seu ponto de origem podendo voltar para o ciclo produtivo ou será dada uma destinação adequada a eles, com o menor risco ambiental possível (SHARMA et al., 2007). Portanto, podemos concluir que o processo de logística se divide em duas categorias, a direta, caracterizada pela pós-venda dos produtos; e a logística reversa, com o retorno dos produtos descartados pelos clientes.

2. O DESCARTE DAS EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

O Brasil, segundo a Food and Agriculture Organization (FAO), é o terceiro maior produtor agrícola do mundo, superado apenas pelos Estados Unidos e pela União Européia, mas em consonância com os números elevados de produção, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, conforme as informações da Revista Radis (2012). Dessa forma, o principal desafio dos países produtores é atender ao aumento da demanda mundial por alimentos em consonância com a redução dos impactos ambientais causados por essa atividade (COMETTI, 2009).

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o estímulo do aumento do mercado de agrotóxicos, fez o mercado brasileiro de defensivos agrícolas crescer 14,4%, ou US\$ 1,2 bilhão, e alcançar o patamar de US\$ 9,71 bilhões, no ano de 2012. A totalidade comercializada foi de 823,22 mil toneladas de produtos químicos empregados no controle de pragas e ervas daninhas nas plantações, com um aumento de 12,6%, sendo que, a cada ano, as empresas devem se adequar ainda mais ao mercado competitivo de defensivos, podendo atender toda a cadeia produtiva de produção brasileira, investindo cada vez mais em produtos de alta qualidade.

Os defensivos agrícolas, pesticidas ou praguicidas, químicos, agroquímicos, dentre outros termos, são utilizados para designar agrotóxicos, não havendo consenso doutrinário sobre a determinação de uma única nomenclatura. O Art. 2º da Lei 7.802/1989 define agrotóxico como:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - agrotóxicos e afins:

- a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;
- b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento.

As embalagens de agrotóxico conforme a NBR 10.004, são definidas como sendo um resíduo perigoso, por conter substância com potencial lesivo a saúde humana ou organismos vivos. O recipiente de agrotóxico representa risco, pois quando utilizado, as embalagens vazias podem seguir inúmeras rotas no ambiente (LAABS et al, 2002). A problemática que envolve as embalagens de agrotóxicos está no descarte inapropriado, pois quando descartada no meio ambiente ou em lixão, pode causar a contaminação do solo, águas superficiais e subterrâneas (CEMPRE, 2000).

Nas propriedades rurais brasileiras, por falta de conhecimento e orientação técnica, os agricultores, sem nenhuma instrução profissional sobre o manejo adequado das embalagens de agrotóxicos, enterram os recipientes utilizados em locais inapropriados. Outras são depositadas nas matas ciliares ou incineradas à céu aberto, emitindo gases tóxicos na atmosfera. As embalagens também são descartadas nas lavouras, expostas diretamente sobre o solo, com risco de contaminação do mesmo, além de pessoas e animais. (SOARES; FREITAS; COUTINHO, 2004).

Na direção da preservação do meio ambiente, em agosto de 1981, o Brasil promulgou a Lei 6.938 conhecida como “Lei do Agrotóxico”, que entrou em vigor em 1981, regulamentada à Política Nacional do Meio Ambiente, contudo, a Lei só aborda de forma superficial os danos causados, dando enfoque nas pesquisas, na experimentação, na fabricação, no registro, comercialização, aplicação, controle, fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, entre outras previsões.

O Decreto nº 98.816, igualmente acrescenta informações sobre os agrotóxicos, especificamente sobre a disposição de material explicativo, denominado como rótulo ou bula. O Decreto aborda sobre a destinação final adequadas das embalagens de agrotóxicos:

Art. 41 – deverão constar necessariamente do folheto ou bula, além de todos os dados constantes do rótulo, os que se seguem:

I - Instruções de uso do produto, mencionando, no mínimo:

[...]

i) informações sobre os equipamentos de proteção individual a serem utilizados, conforme normas regulamentadoras vigentes; e j: informações sobre o destino final de embalagens e das sobras de agrotóxicos e afins.

Em 1989, por conta da falta de dispositivos que abordassem as questões sobre a responsabilidade e competências legais dos agentes na disposição correta das embalagens de agrotóxicos, foi promulgada a Lei 7.802/89, onde a mesma passou por algumas modificações em 2000 e 2002, por meio da Lei Federal no 9.974/00 e do decreto no 4.074/02 que estão em vigor até os dias atuais. As mencionadas legislações possuem caráter inovador, pelo fato de distribuir as competências e responsabilidades compartilhadas entre consumidores, comerciantes, fabricantes e Poder Público no ciclo de vida da embalagem.

Em relação aos consumidores, o § 2º parágrafo da Lei 9.974/00, do art.6, no inciso I, dispõe que deve ser feita a devolução das embalagens de agrotóxicos e seus componentes que foram obtidos, conforme a indicação e instrução prevista na bula e na receita agrônômica, de imediato ou lapso temporal de um ano, contados da compra, com exceção de autorização de órgão registrante, o local de devolução é definido como postos ou centros de recolhimento, sendo autorizado e fiscalizado pelos órgãos competentes.

Quanto à responsabilidade dos fabricantes e comerciantes, o parágrafo 5º, inciso I, do Art.6, da Lei em comento, determina que seja de sua competência a destinação final adequada das embalagens vazias dos agrotóxicos e seus componentes, após a devolução pelos usuários, com vistas à sua reutilização, reciclagem ou inutilização, obedecidas as normas e instruções dos órgãos registradas.

Nesse sentido, a promulgação da Lei 9.974/00, complementada pelo decreto-Lei 4.074, de 08 de janeiro de 2002, resultou na criação do InpEV, entidade sem fins lucrativos, criada pelas indústrias fabricante de defensivos agrícolas no Brasil, com a finalidade de efetivar e gerenciar o processo logístico reverso das embalagens vazias de agrotóxicos no Brasil, além de prestar orientação técnica às indústrias, canais reversos e agricultores na execução dos encargos definidas pela legislação.

Nesse sentido, COMETTI (2011, p.18) informa que:

Os fabricantes de agrotóxicos do Brasil criaram o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias. O Inpev é uma organização específica para tratar da questão das embalagens vazias, de forma autônoma, com uma estrutura especializada, focada exclusivamente no tema do processamento de embalagens que, depois de devidamente recolhidas, serão destinadas à reciclagem ou à incineração.

Apesar do conjunto de normas, apontadas anteriormente sobre o estabelecimento de obrigações e regulamentações para as embalagens vazias de agrotóxicos, foi com o advento da Lei federal nº 12.305/2010 que foi instituído o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, englobando todas as ações relativas ao gerenciamento de diferentes tipos de resíduos sólidos e, em especial, a destinação final das embalagens de agrotóxicos.

Apesar da ampla utilização da Logística Reversa no Brasil, especialmente, por conta das determinações legais ou de cunho econômico, como na hipótese das embalagens vazias de agrotóxicos, foi a primeira vez que foi utilizado o termo Logística Reversa num dispositivo legal brasileiro (COMETTI, 2009).

A incorporação da LR no Plano Nacional de Resíduos Sólidos possui como objetivos: associar os processos de gestão empresarial com a gestão ambiental, com a finalidade alcançar um desenvolvimento sustentável empresarial; agregar valor aos produtos reciclados e estimular o consumo deste produto; oportunizar que os setenta e seis tipos de atividades produtivas consigam alcançar o marco de eficiência e sustentabilidade, entre outros (LEITE, 2009).

3. RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA NA LOGÍSTICA REVERSA DAS EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS

A Lei nº 9.974/2000 impõe que todos os agentes que estejam envolvidos na atividade agrícola no Brasil a responsabilidade no processo da logística reversa. As funções são divididas entre os usuários, os canais de distribuições, os fabricantes e o poder público.

O fluxo de sistema da logística reversa das embalagens vazias de agrotóxico inicia-se com o produtor ou prestador de serviços de aplicação de agrotóxicos, definido como usuário, o qual possui a responsabilidade legal e obrigatória de realizar a devolução da embalagem no lapso temporal de um ano após efetuar a compra ou seis meses contados a partir do vencimento do produto e efetuar o procedimento de tríplice lavagem ou lavagem sob pressão nas embalagens (LEITE, 2009).

Na realização da compra dos produtos agrotóxicos, o usuário do produto deve ser informado sobre todos os procedimentos da lavagem da tríplice lavagem ou sob pressão, que é realizada no momento da aplicação do produto, além do condicionamento, armazenamento, transporte e a unidade de recebimento das embalagens vazias, uma vez que a inobservância pode resultar em graves problemas ambientais (MACÊDO, 2002).

Os canais de distribuições ou revendedores de agrotóxicos, possuem a responsabilidade de, ao vender o produto, indicar o local de devolução na nota fiscal, podendo receber provisoriamente as embalagens vazias, mediante emissão de comprovante de entrega ao agricultor, para posteriormente realizar a devolução aos fabricantes, além da disposição e gerenciamento das unidades de recebimento e implantação de procedimento de compra dos resíduos (COMETTI, 2009).

A construção das centrais de recebimento ou postos são de inteira responsabilidade dos revendedores de agrotóxicos, devendo-se observar a Resolução nº 465/2014 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e realização de licenciamento ambiental para o seu funcionamento, procedendo-se a classificação como centrais ou postos conforme o porte e o tipo de serviço efetuado.

Os postos são geridos por uma associação de distribuidores ou cooperativa, a qual fica responsável por realizar o recebimento das embalagens vazias laváveis ou não, após a fiscalização, classificação e emissão de comprovante de entrega das embalagens pelos usuários, para posteriormente encaminhar as embalagens às centrais de recebimento (INPEV, 2005).

As centrais diferem dos postos de recebimentos, uma vez que além de serem geridas por uma associação de distribuidores ou cooperativa, contam com o gerenciamento do InpEV. Essas centrais realizam o recebimento das embalagens vazias laváveis ou não, após a fiscalização, classificação e emissão de comprovante de devolução das embalagens pelo agricultores e divisão por tipo. Por exemplo, embalagens coextrudadas, polietileno de alta densidade, embalagem metálica e de papelão. Por fim, é realizada a compressão dos recipientes e emissão de ordem para que o InpEV realize o transporte para o destino final, seja reciclagem ou incineração (INPEV, 2005).

Além disso, os canais de distribuições ou revendedores possuem importante papel na conscientização e orientação dos agricultores quanto as suas responsabilidades em relação ao cumprimento das normas e práticas ecologicamente corretas no manejo do agrotóxico, uma vez que a sua utilização na produção de alimentos é crescente (LEITE, 2009).

No elo da responsabilidade compartilhada, as indústrias fabricantes das embalagens são representadas pelo InpEV, que fica encarregado de realizar o transporte das embalagens dos postos e centrais de recolhimento até o seu destino final, promovendo o recolhimento e a correta destinação final das embalagens.

As embalagens vazias possuem dois destinos, a incineração completa quando estão contaminadas com resíduos de agrotóxico, por inobservância das lavagens apropriadas, cuja matéria resultante são cinzas e gases tóxicos ambientalmente aceitáveis (MACÊDO, 2002), o segundo destino é a reciclagem dos componentes das embalagens.

O processo de reciclagem das embalagens vazias de agrotóxicos é realizado por empresas especializadas no processo de destinação ecologicamente correta, as quais mantêm parcerias com o InpEV. As empresas recicladoras ficam responsáveis, ao receber e reciclar as embalagens vazias, de cumprir os padrões preestabelecidos de segurança e qualidade, além disso, devem ser observadas as disposições legais e as normas ambientais.

São produzidos 17 diferentes tipos de produtos no processo de reciclagem das embalagens, tendo maior relevância econômica os de uso industrial, os quais passam por um rigoroso processo de avaliação, uma vez que os produtos fabricados a partir da reciclagem podem oferecer grande perigo para o meio ambiente e os seres vivos (INPEV, 2013).

Por fim, compete ao poder público o encargo de fiscalizar o cumprimento das responsabilidades compartilhadas no sistema de disposição final das embalagens, o licenciamento das unidades de recebimento e vendas de agrotóxico, em conformidade com as organizações competentes de cada estado e ainda educar, conscientizar os agricultores quanto a sua responsabilidade dentro da logística reversa (COMETTI, 2009).

Portanto, por força da Lei é sistematizada a disposição final das embalagens de agrotóxicos e determinada a responsabilidade para o agricultor, a indústria fabricante, os canais de distribuições e o poder público. A inobservância das determinações legais quanto a responsabilidade de cada agente acarretará como consequência e imposição de penalidades penais e administrativas previstas na Lei 9.605/98.

O princípio da responsabilidade compartilhada, disposto na Lei 12.305/2010, que institui a PNRS está baseada, sobretudo, em razão da relevante necessidade de atribuições individualizadas e encadeadas aos componentes responsáveis na cadeia de gerações de resíduos sólidos, organização e manipulação destes (MOREIRA, 2011).

A responsabilização compartilhada também possui como base o princípio do poluidor-pagador, respaldado constitucionalmente no artigo 225, §3 da Constituição federal do Brasil, impondo ao poluidor a responsabilidade de recuperar os danos e atuar para minimizar os efeitos causados pela sua atuação. Nesse sentido, Benjamin (2008, p. 228), define o princípio do poluidor-pagador como sendo:

O princípio do poluidor-pagador é aquele que impõe ao poluidor o dever de arcar com as despesas de prevenção, reparação e repressão da poluição. Ou seja, estabelece que o causador da poluição e da degradação dos recursos naturais deve

ser o responsável principal pelas consequências de sua ação (ou omissão). Em síntese, numa acepção larga, é o princípio que visa imputar ao poluidor os custos sociais da poluição por ele causada, prevenindo, ressarcindo e reprimindo os danos ocorridos, não apenas a bens e pessoas, mas também à própria natureza.

Com base nesse princípio, qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que direta ou indiretamente cause qualquer tipo de degradação ambiental é obrigada a reparar ou indenizar o dano causado, isso também significa que quem lucra com determinada atividade também deve responder pelo risco e ônus dela resultante, de modo que se evite uma socialização das perdas e privatização dos lucros (MOREIRA, 2011).

Segundo a Autora, o princípio do poluidor-pagador tem como objetivo coordenar à compreensão sobre a responsabilização ambiental pós-consumo sob a ótica de que o ordenamento jurídico brasileiro detém o dever proteger o meio ambiente, com o propósito de garantir a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

4. Dados da central de recebimento das embalagens de agrotóxicos no Município de Balsas/MA

Com o advento da Lei 9.974/00, impõe-se aos agentes usuários dos agrotóxicos a responsabilidade quanto à devolução das embalagens vazias aos comerciantes, que passaram a ter a obrigação de encaminhá-las aos fabricantes ou importadores (BOLDRIN et al., 2007). Em consequência disso, emergiu a necessidade de estabelecer órgãos com a incumbência de representar as indústrias fabricantes de defensivos agrícolas.

Para suprir a carência, em 2001 foi criado o inpEV, responsável em realizar a gestão pós-consumo das embalagens, sendo composto por cerca de cem fabricantes de agrotóxicos associados e 10 entidades representantes do setor. O inpEV gerencia mais de quatrocentos centrais de recebimentos, implantadas em vinte cinco estados e no Distrito Federal, além de possuir parceria com nove empresas recicladoras e três incineradoras. (INPEV, 2016).

Conforme entrevista realizada com o senhor Jorge Wilson Pereira, responsável pela Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas de Balsas/MA, o Estado do Maranhão possui 04 unidades de recebimento, localizadas nos municípios de Alto Parnaíba, Anapurus, Balsas e em Imperatriz. Como forma de facilitar a devolução das embalagens pelos agricultores, é realizado o recebimento itinerante de embalagens nos municípios em que não possui postos e centrais de recebimento (PEREIRA, 2017).

O cultivo de variedades no sul do estado do Maranhão, especificamente o de soja no município de Balsas, estimulado pela modernização tecnológica e o emprego intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos possibilitou a alta produtividade (SANTOS, 2009). A utilização do agrotóxico contribui diretamente para o aumento da produtividade, entretanto, o uso incorreto e indiscriminado acarreta em danos ambientais e aos seres vivos.

Nesse sentido, Veiga (2007, p. 149) dispõe que:

O uso de agrotóxicos é um dos recursos mais utilizados pelos produtores rurais para tentar compensar a perda de produtividade provocada pela degradação do solo e controlar o aparecimento de doenças. Porém, muitas vezes, essa utilização de agrotóxicos é feita de forma inadequada, sem o conhecimento das reais necessidades do solo e das plantas.

Tendo em vistas o enfoque ambiental e as imposições legais sobre responsabilidade compartilhada na logística reversa das embalagens de agrotóxicos, os canais de distribuições do município de Balsas/MA criaram em 20 maio de 2002 a Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas de Balsas (ARIAB), com a capacidade de processar 400 toneladas de embalagens ao ano (PEREIRA, 2017).

A unidade central de Balsas/MA é gerida pela Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas, sob a responsabilidade do senhor Jorge Wilson Pereira e conveniada ao inPEV desde 01 Agosto de 2004, com o objetivo de implantar normas técnicas, procedimentos, informatização e operação produtos fitossanitários e afins, com a finalidade de viabilizar a retirada das embalagens vazias de agrotóxico do meio rural e ambiental.

Para que as central desempenhe as ações de recebimento em Balsas/MA, foi necessário cumprir as orientações e critérios presente na Resolução nº 465/2014 do CONAMA, os quais destaca-se, que deve estar localizada em zona rural, com distanciamento de rios, lagos, poços ou qualquer corpos hídricos e residências, conjuntos habitacionais, postos de saúdes, creches, escolas, armazém de alimentos, com a finalidade de evitar ou diminuir os riscos de contaminação.

Outra exigência observada na implantação da central, é a referente área mínima construída, que determinada que as centrais devem possuir mais de 160 m² de área edificada, compreendida, ou seja aquela ocupada pelo galpão para desembarque e embarque dos caminhões e a área segregada para armazenamento das embalagens, além disso foi respeitado 10 m² no ambiente exterior dos galpões, para circulação de caminhão. (CONAMA, 2003).

Pereira (2017), destaca que na central de recebimento de Balsas é realizado, com prévio agendamento eletrônico no site do INPEV, por funcionário habilitado, o recebimento das embalagens dos usuários e dos estabelecimentos comerciais licenciados pela associação, após verificação das condições de entrega de cada embalagem, é realizada a emissão do comprovante de entrega, para fim de fiscalização.

No galpão da central é realizada a separação e classificação das embalagens por suas características, podendo ser classificada como COEX, PEAD MONO, metálica e celulósica. São armazenadas de acordo com o tipo de material, para posteriormente serem prensadas e devidamente organizadas. Após os procedimentos necessários ao acondicionamento das embalagens, é agendado o transporte com INPEV, via a ordem de coleta. O INPEV fica inteiramente responsável pela destinação final das embalagens, as quais são direcionadas para incineração ou para reciclagem (PEREIRA, 2017).

Segundo a Autora, após o início do funcionamento da central de recebimento em Balsas, a cada ano há um significativo crescimento quanto ao descarte adequado dos agrotóxicos na região, uma vez que as embalagens que eram queimadas, enterradas ou descartadas no meio ambiente, agora recebe uma destinação correta. Neste contexto Rangel, Rosa e Sarcinelli (2011) destacam que as embalagens são fontes perigosas de poluição, podendo causar a contaminação do solo, rios, lençóis freáticos e a saúde humana.

A central de recebimento Balsas/MA, assim como as demais centrais espalhadas pelo Brasil, possui um controle severo da quantidade embalagens recebidas e processadas. Em 2013, por exemplo, foram recolhidas 165 toneladas, em 2014 o total foi de 176 toneladas de embalagens, já em 2015 foram recolhidas 173 toneladas de embalagens, em 2016 foram recolhidas 128 toneladas de embalagens (PEREIRA, 2017).

Segundo Pereira (2017), no ano de 2016 ocorreu uma queda de 26% de devoluções em relação ao ano anterior, essa negativa foi ocasionada, principalmente, pela redução no consumo de agrotóxicos em decorrência da diminuição de produtividade na região, por conta da altas temperaturas e seca prolongada.

Dentre os outros fatores que provocam a redução da devolução das embalagens de agrotóxico, destaca-se a redução das áreas de plantio irrigadas, em razão dos altos custos com energia e fornecimento de água, uso de sementes modificadas geneticamente resistentes a pragas e a entrada de agrotóxico ilegal contrabandeado (VEIGA, 2007).

Mesmo com crescente número de devolução, a central se depara com outro problema recorrente, a entrega de grande número de embalagens contaminadas, por negligência na tríplice lavagem ou sob pressão, devendo ser incineradas, comprometendo o ciclo de reciclagem e gerando um alto custo econômico para o processo, uma vez que é não uma alternativa autossustentável (LEITE, 2008).

No mesmo sentido Godecke & Toledo (2015, p. 220) ressalta que:

Ainda é forte a resistência para a realização do correto procedimento de lavagem, perfuração e armazenamento dos frascos. Muitos agricultores não fazem a tríplice lavagem no momento da aplicação do veneno, impossibilitando assim que a embalagem retorne e seja reciclada. Assim sendo, embalagens que poderiam ser recicladas, diminuindo custos e danos ao ambiente, por evitar a extração de recursos naturais e energéticos necessários à fabricação de novos recipientes, são desperdiçados.

Em média, 17% de todas as embalagens devolvidas a cada ano, apresentam contaminação por não terem sido devidamente lavadas, não podendo ser enviadas para reciclagem. Os agricultores são responsáveis pela devolução das embalagens e lavagem nas centrais de recebimento, porém muitos deixam de realizar por falta de consciência e de informação sobre os processos empregados na limpeza das embalagens e os riscos da não devolução (PEREIRA, 2017).

Com o propósito de educar e conscientizar os produtores a ARIAB realiza no município e região projetos educacionais, orientações técnicas, dias de campo, dentre outros eventos direcionados aos produtores quanto à importância da devolução das embalagens, o processo da tríplex lavagem ou sob pressão e os riscos da utilização do agrotóxico.

Souza e Favaro (2006) destaca que a principal finalidade dessas ações é evitar futuros impactos ambientais, garantir a segurança dos profissionais que realizam o manuseio na central de recebimento e dos próprios agentes, além da economia na aplicação do agrotóxico no campo, uma vez que utiliza as sobras dos produtos nas aplicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou compreender o papel da ARIAB, no processo de logística reversa das embalagens de agrotóxicos no município de Balsas, além disso, também permitiu uma pesquisa de campo para obter dados mais consistentes sobre o fluxo de devolução das embalagens de agrotóxicos e o cumprimento das obrigações legais quanto a responsabilidade compartilhada pela associação.

Constatou-se que a ARIAB atende as exigências legais imposta na Lei nº 9.974 e a Lei 12.305/2010, quanto às responsabilidades sobre a disposição de um local de recebimento, processamento e emissão de comprovante de devolução para agricultores. Quanto ao licenciamento ambiental de estabelecimento destinado ao recebimento de embalagens de agrotóxicos, elencados na resolução nº 465/2014 do CONAMA, foram todas observados na instalação da central de recebimento, gerenciada pela ARIAB.

Quanto ao fluxo de devolução de embalagens no município de Balsas, pode ser observado que o número de devoluções foi crescente no período de 2013 a 2015, porém, no ano de 2016 ocorreu redução nas devoluções em razão da estiagem prolongada, que ocasionou a diminuição de aplicação de agrotóxico e conseqüentemente a diminuição do volume de embalagem.

Na central de Balsas, no período analisado foram processadas um total de 643 toneladas de embalagens vazias, porém, apesar do grande volume de devolução, constatou-se que a cada ano, em média 17% das embalagens devolvidas estavam contaminadas por negligência na lavagem dos recipientes.

Verificou-se que o principal obstáculo enfrentado pela cooperativa no processo de logística reversa no município está no não cumprimento das imposições legais por parte dos usuários, quanto à lavagem das embalagens, uma vez que a sua inobservância impossibilita o processo de reciclagem das mesmas.

Com finalidade de reduzir a devolução de embalagens contaminadas, também em cumprimento à responsabilidade de educar e conscientizar as associações, a ARIAB realiza projeto educacional, orientações técnicas, dias de campo, dentre outros eventos direcionados aos produtores quanto a importância da devolução das embalagens, sobre o processo da tríplex lavagem ou sob pressão e os riscos da utilização do agrotóxico.

Através deste estudo, pode-se concluir que a ARIAB contribui para efetivação da logística reversa das embalagens de agrotóxico no município de Balsas/MA, viabiliza a destinação correta das embalagens utilizadas na produção agrícola, promovendo um desenvolvimento sustentável a partir do momento em que cumpre o estabelecido nas legislações vigentes.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10.004**: resíduos sólidos. Rio de Janeiro, 2004.

BESSA, Paulo Antunes de. **Direito Ambiental**. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BENJAMIN, Antonio Herman V. O princípio do poluidor-pagador e a reparação do dano ambiental. **Dano Ambiental**: prevenção, reparação e repressão. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993. p. 226-236.

BOLDRIN, Vitor Paulo et al. **A Gestão Ambiental e a Logística Reversa no Processo de Retorno de Embalagens de Agrotóxicos Vazias**. RAI - Revista de Administração e Inovação, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 29-48, 2007.

BRAGA JUNIOR, Walter; ROMANIELLO, Marcelo Márcio. **Direito ambiental**: Percepção dos Agentes Envolvidos na Destinação Final das Embalagens de Agrotóxicos, de Acordo Com a Lei No 9.974/00, na Região Cafeeira do Município de Lavras, no Sul de Minas Gerais. Revista Gestão & Regionalidade, São Caetano do Sul, v. 24, n. 69, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 4.074**, de 04/01/2002. Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 08 jan. 2002. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4074.htm> Acesso em 12 mar. 2017

_____. **Decreto nº 7.404**, de 23/12/2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 02/08/2010. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 dez. 2010. Disponível em < www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/.../decreto/d7404.htm>. Acesso em 05 mar. 2017

_____. **Lei Federal nº 12.305**, de 02/08/2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 03 ago. 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/112305.htm>. Acesso em 05 mar, 2017.

_____. **Lei Federal nº 7.802/1989**, de 11/07/1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino

final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 jul. 2002. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/17802.htm>. Acesso em 03 mar, 2017.

CARTER, Craig R.; ELLRAM, Lisa M. **Reverse logistics: a review of the literature and framework for future investigation.** Journal of business logistics, v. 19, n. 1, p. 85, 1998.

CASTRO, Joana D Arc Bardella; CASTRO, M. V. D. **Polo Agrícola de Balsas: Contribuição na riqueza e perspectivas sócio-econômicas.** Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Goiás, 2006.

CEMPRE – COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM. Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado. 3ª Edição. São Paulo: CEMPRE, 2010.

COMETTI, José Luís Said. **Logística reversa das embalagens de agrotóxicos no Brasil: um caminho sustentável?** 2009. 152 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, 2009.

COUNCIL OF SUPPLY CHAIN MANAGEMNET PROFESSIONALS. **Supply chain management and logistics management definitions.** Disponível em:< <https://cscmp.org/> >. Acesso em: 03 mar, 2017.

DE SOUZA, Sueli Ferreira; DA FONSECA, Sérgio Ulisses Lage. **Logística reversa: oportunidades para redução de custos em decorrência da evolução do fator ecológico.** Revista Terceiro Setor & Gestão-UNG, v. 3, n. 1, p. 29-39, 2009.

FARIA, Ana Cristina de; PEREIRA, Raquel da Silva. **O Processo de Logística Reversa de Embalagens de Agrotóxicos: um estudo de caso sobre o INPEV.** Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 14, n. 1, p. 127-141, 2012.

FELIZARDO, Jean Mari; HATAKEYAMA, Kazuo. **A logística reversa nas operações industriais no setor de material plástico: Um estudo de caso na cidade de Curitiba.** XXIX Encontro da ANPAD (ENANPAD), p. 1-17, 2005.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**, 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001. Brasília: CSEM, 2000.

FLEURY, P. F. et al. **Logística empresarial: a perspectiva brasileira.** São Paulo: Atlas, 2007. 369 p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Bioenergy Growth Must be Carefully Managed**, 2007. Disponível em: <<http://www.fao.org/Newsroom/en/news/2007/1000702/index.html>>. Acesso em: 03 mar, 2017.

GINTER, Peter M., STARLING, Jack M. **Reverse distribution chanel for recycling**. V.20, n.3. California Review, 1978. GROVER, Raj et al. Environmental fate of trifluralin. In: **Reviews of environmental contamination and toxicology**. Springer New York, 1997. p. 1-64.

GODECKE, Marcos Vinicius; TOLEDO, Evertron Rodrigo Motta dos Santos. **Logística Reversa de Embalagens de Agrotóxicos: Estudo do Caso de Pelotas/RS**. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade, v. 9, n. 4, p. 220-242, 2015.

GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Ambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

INPEV - Instituto Nacional de Processamento de Embalagens de Agrotóxico. **Reciclagem e Incineração**, 2003. Disponível em: < <http://www.inpev.org.br/logistica-reversa/destinacao-das-embalagens/reciclagem-incineracao>>. Acesso em: 28 março, 2017.

INPEV - Instituto Nacional de Processamento de Embalagens de Agrotóxico. **Unidades de Recebimento**, 2005. Disponível em: <<http://www.inpev.org.br/logistica-reversa/destinacao-das-embalagens/unidades-de-recebimento>>. Acesso em: 28 março, 2017.

KLINK, C.A.; MACHADO, R.B. **Conservation of the Brazilian Cerrado**. Conservation Biology, v. 19, n. 3, p. 707–713, 2005

LAABS, Volker et al. **Pesticides in surface water, sediment, and rainfall of the northeastern Pantanal basin, Brazil**. Journal of Environmental Quality, v. 31, n. 5, p. 1636-1648, 2002.

LAMBERT, Douglas M. **Administração Estratégica da Logística**. São Paulo: Vantine Consultoria, 1998.

LAMBERT, Douglas M.; STOCK, James R. **Strategic logistics management**. Irwin, Boston, 1993.

LEITE, Paulo Roberto. **Logística reversa, meio ambiente e competitividade**. 2ª ed. São Paulo: Pearson, 2009.

_____. **Da logística empresarial à logística reversa**. Revista Banas Qualidade, n. 169, p. 38-43, 2006.

_____. **Logística Reversa, meio ambiente e Competitividade**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: Estratégia, Operação e Avaliação**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

NUNES, Raquel. **O Meio Ambiente e a Sustentabilidade**. 2008. Disponível em: <http://www.ecologiaurbana.com.br/conscientizacao/meio-ambiente-sustentabilidade/>. Acesso em 03 mar, 2017.

MACÊDO, J.A.B. Introdução à química ambiental – química e meio ambiente e sociedade. Juiz de Fora: J.Macedo, 2002.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20^a ed. São Paulo, Malheiros, 2008.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente – A Gestão Ambiental em foco**. 8^a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 2013.

MIRANDA, Roberto de Sousa. **Ecologia política e processos de territorialização**. Sociedade e Estado, v. 28, n. 1, p. 142-161, 2013.

MOREIRA, Danielle de Andrade. **Princípio do poluidor-pagador: origens, evolução e alcance**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011.

PAVAN, Bruno. Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo. **Brasil de Fato**, v. 19, 2014.

PELTON, Lou et al. **The relationship among referents, opportunity reward and punishments in consumer attitudes toward recycling: a structural equations approach**. v. 13. Journal of Macromarketing, 1993.

PEREIRA, Jorge Wilson. **Entrevista concedida a Ana Angélica Cirqueira Brito**. Balsas, 01set. 2017.

RAZZOLINI FILHO, Edelvino. **O reverso da logística e as questões ambientais no Brasil**. Editora Ibplex, 2009.

SANTOS, E. P. R.. **A importância da logística reversa das embalagens de agrotóxicos no município de Balsas**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade de Balsas.

SCHALCH, Valdir. **Gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**. 2002. Tese de (Doutorado) Centro Universitário Anhanguera.

SHARMA, Manu; AMMONS, Jane C.; HARTMAN, Joseph C. Asset management with reverse product flows and environmental considerations. **Computers & operations research**, v. 34, n. 2, p. 464-486, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**, 6^a ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SOARES, Wagner Lopes; FREITAS, Elpídio Antônio Venturine de; COUTINHO, José Aldo Gonçalves. **Trabalho rural e saúde: intoxicações por agrotóxicos no município de Teresópolis-RJ**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 43, n. 4, p. 685-701, 2005.

THOMÉ, Romeu. **Manual de direito ambiental: conforme o novo Código florestal e a Lei complementar 140/2011**. 2^a ed. Salvador: Juspodium, 2012.

VEIGA, Marcelo Motta. **Agrotóxicos: eficiência econômica e injustiça socioambiental**. Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, v.12, n.1, p.145-152, 2007.

WANKE, Peter et al. Logística, gerenciamento da cadeia de suprimentos e organização do fluxo de produtos. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: planejamento do fluxo de produtos e dos recursos**. São Paulo: Atlas, 2003.

ZIKMUND, William G.; STANTON, William J. **A channels of distribution problem**. The Journal of Marketing, p. 34-39, 1971.

VIRTUALIZAÇÃO DE SISTEMAS OPERACIONAIS: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS AMBIENTES FÍSICO E VIRTUAL

Gleisciel de Sousa Silva - UNIBALSAS²⁴⁰

Jakson Ferreira de Sousa - UNIBALSAS²⁴¹

Edilmarcio Reis Costa Silva - UNIBALSAS²⁴²

Resumo: A virtualização é uma técnica que deixou de ser tendência nas corporações e passou a ser uma realidade no mundo da tecnologia, a mesma é utilizada para a execução de várias aplicações em um único hardware, auxiliando na organização e gerência do TI, reduzindo custos, amenizando o consumo de energia e contribuindo para um ambiente adaptável. O presente trabalho de pesquisa apresenta uma análise comparativa entre os ambientes físico e virtual, por meio de um estudo qualitativo, realizado em duas empresas de alto porte do ramo agrícola: New Agro e Agro Serra, ambas situadas na cidade de Balsas – MA. A pesquisa foi direcionada à virtualização de sistemas operacionais, tecnologias utilizadas nas empresas em que as mesmas usam o hyper-v da Microsoft como ferramenta. A pesquisa realizada demonstra a eficiência desta nova tecnologia que vem crescendo nas organizações, por ser uma técnica que traz inúmeros benefícios, garantindo uma alta disponibilidade da rede às empresas, assegurando uma economia significativa em modo geral desde os maquinários hardwares até a gerência de rede, apaziguando custos financeiros, economia em espaços físicos e em racks.

Palavras-chave: Sistemas operacionais, virtualização, economia.

Abstract: Virtualization is a technique that has ceased to be a trend in corporations and has become a reality in the world of technology, it is used to execute several applications on a single hardware, helping in the organization and management of IT, reducing costs, energy consumption and contributing to an adaptive environment. The present work presents a comparative analysis between the physical and virtual environments, through a qualitative study, carried out in two large companies of the agricultural sector: New Agro and Agro Serra, both located in the city of Balsas - MA. The research focused on virtualization of operating systems, technologies used in companies where they use hyper-v from Microsoft as a tool. This research demonstrates the efficiency of this new technology that is growing in organizations, as it is a technique that brings numerous benefits, ensuring a high availability of the network to companies, ensuring a significant savings in general from hardware machinery to network management, calming financial costs, saving space and racks.

Keywords: Operating systems, virtualization, economy.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, as empresas precisam cada vez mais montar serviços competitivos com uma boa infraestrutura de redes sem interrupções. De acordo com o crescimento da empresa nascem as necessidades de ampliar seus servidores, para que possam atender todas as demandas e se manterem competitivas com novas estratégias e disponibilidades de serviços,

²⁴⁰ Autor – Bacharel em Sistemas de Informação / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: gleisciel.silva@gmail.com

²⁴¹ Autor – Especialista / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: jakson@unibalsas.edu.br

²⁴² Autor – Especialista / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: edilmarcio@newagroma.com.br

preparados para quaisquer falhas inesperadas. Para a ampliação da infraestrutura de rede é necessário a extensão de todo o espaço físico dos servidores, como: local adequado para aloca-los, boa refrigeração - para garantir um ótimo desempenho dos equipamentos, racks e nobreaks que assegura a consistência de atividade dos servidores.

O objetivo deste trabalho de pesquisa é mostrar um comparativo entre os ambientes físicos e virtuais, através de um estudo qualitativo em duas empresas na cidade de Balsas – MA: New Agro e Agro Serra. Houve uma comparação entre ambientes usados por essas duas instituições. Para a realização deste projeto, realizou-se uma análise nas infraestruturas físicas e virtuais, com o objetivo de conhecer os principais problemas, as soluções e ferramentas que estão sendo empregadas para este fim.

A virtualização de sistemas operacionais permite que um hardware possa executar vários sistemas operacionais iguais ou distintos de forma simultânea e isolados entre si. Para isto utilizam-se técnicas avançadas de abstração e emulação, sempre mantendo esforços para prover o máximo de segurança, desempenho e confiabilidade dos meios envolvidos. A mesma pode aumentar a agilidade, flexibilidade e o dimensionamento da TI e ao mesmo tempo permite uma economia significativa da TI com uma governança mais eficiente, através de um melhor suporte com uma gestão superior, (VMWARE INC, 2017).

Este artigo irá demonstrar um comparativo de dois ambientes de gerenciamento de servidores: físico e virtual. Apresentará as vantagens e desvantagens de virtualizar sistemas operacionais, mostrando as economias e agilidades, na virtualização de sistemas operacionais, em uma única máquina física e os benefícios que a TI adquire ao utilizar essa tecnologia.

2. SISTEMAS OPERACIONAIS

Um SO (sistema operacional) é um conjunto de programas, ou seja, é um conjunto de rotinas executadas pelo processador. Tem como objetivo funcionar como uma interface entre o usuário e o computador, tornando sua utilização mais simples, rápida e segura. Sua principal função é controlar o funcionamento de um computador, gerenciando a utilização e o compartilhamento dos seus diversos recursos, como: processadores, memórias e dispositivos de I/O (entrada e saída).

Os computadores têm um dispositivo de software denominado sistema operacional, cujo trabalho é fornecer aos programas do usuário um modelo de computador melhor, mais simples e mais limpo e lidar com o gerenciamento de todos os recursos mencionados. (TANENBAUM 2009, p. 2)

O propósito de um sistema operacional é usar o hardware de forma eficiente. É responsável por facilitar o uso do computador, modificara o exercício do sistema de

computação conveniente, gerenciar dispositivos de entrada e saída, compartilhar recursos e fornecer um ambiente no qual o usuário possa executar programas. (SILBERSCHATZ, 2001)

O Sistema operacional organiza e administra os recursos do computador que possibilita os usuários interagirem com qualquer outro elemento que execute ações ou tarefas, possibilitando dar ordens aos computadores através de uma interface gráfica, seja computador pessoal ou supercomputadores. A seguir serão abordados os tipos de sistemas operacionais, detalhando como são efetuadas as suas tarefas de execução acima do hardware e suas características de funcionamento.

2.1. TIPOS DE SISTEMAS OPERACIONAIS

Os sistemas operacionais estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano de acordo com a necessidade de estarmos frente a um computador. O usuário procura facilidades de interação com os computadores e de acordo com a demanda surgem novas atualizações dos mesmos, seja sistema operacional para computadores comuns ou para os supercomputadores das empresas. Vale ressaltar que há sistemas que permitem usuários simultâneos, que são chamados de sistemas multitarefa.

O sistema operacional é visto como uma camada de abstração entre o computador e o usuário, fornecendo facilidade e segurança ao manusear aplicativos. Atualmente existem três tipos de sistemas operacionais que estão relacionados diretamente através da evolução do hardware, os Monoprogramáveis/Monotarefas permite a realização de uma tarefa por vez, Multiprogramáveis/Multitarefas permite que vários programas residam de forma simultânea na memória e concorram pelo uso dos recursos disponíveis e os Múltiplos processadores caracteriza-se por possuir dois ou mais processadores interligados e trabalhando em conjunto, são arquiteturas que possuem duas ou mais CPUs²⁴³ interligadas, vários programas executando ao mesmo tempo, mesmo programa subdividido em partes para serem executadas simultaneamente em mais de um processador. (MACHADO, 2007).

Esses tipos de sistemas operacionais estão evoluindo juntamente com os hardwares, estes estão em um patamar muito alto, a cada ano surgindo novos hardwares mais robustos, com uma capacidade de processamento alta e que necessitam de sistemas operacionais para atender o desempenho dos supercomputadores. Existem técnicas que utilizam estes hardwares para melhor utilizar o poder computacional e também uma forma mais abrangente de gerenciá-los.

²⁴³CPUs (Central Processing Unit) unidade central de processamento.

3. VIRTUALIZAÇÃO

Virtualização é uma técnica da qual permite-se que determinada aplicação de um sistema operacional (ou mesmo um sistema operacional inteiro) rode dentro de outro sistema, sendo uma solução simples para ter todos os softwares e recursos necessários em uma máquina só, tornando-a mais fácil de administrar. Cujo objetivo é esconder as características físicas e a forma como os sistemas operacionais e aplicações interagem.

A virtualização consiste em estender ou substituir um recurso, ou uma interface existente por outro, de modo, a imitar um comportamento. Isso é feito por intermédio de uma camada de softwares responsável por transformar ações de um sistema A em ações equivalentes em um sistema B (isomorfismo). (OLIVEIRA, 2010, p. 303)

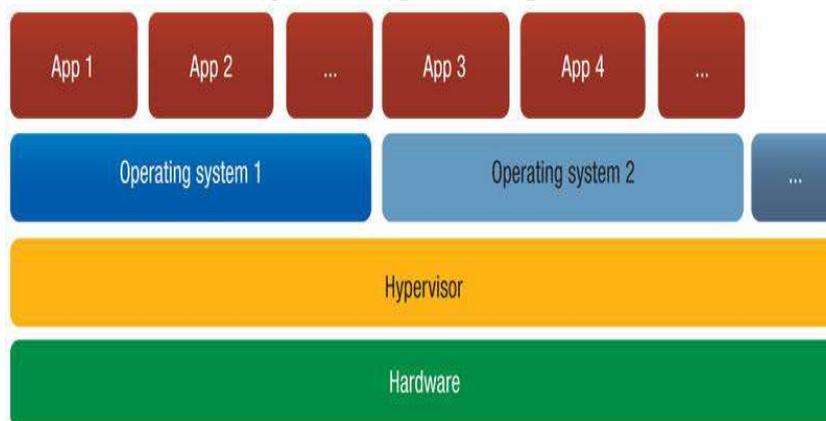
Por conta da constante evolução da tecnologia, há um aumento na capacidade dos computadores, isso ocorre nos processamentos, na capacidade de armazenamento, memória e taxas de transmissões maiores nas redes. Devido a esse aumento, essa capacidade em sua maior parte fica ociosa, causando a não utilização de todos os recursos computacionais. A virtualização nos proporciona uma melhor utilização desses recursos bem como economia na aquisição de novos equipamentos. (SILBERSCHATZ, 2001).

Em relação da arquitetura a virtualização pode ser classificada em hypervisores de dois tipos: nativo e hospedado. No tópico seguinte será explanado esses tipos de arquitetura de virtualização como os hypervisores funcionam.

3.1. TIPOS DE VIRTUALIZAÇÃO

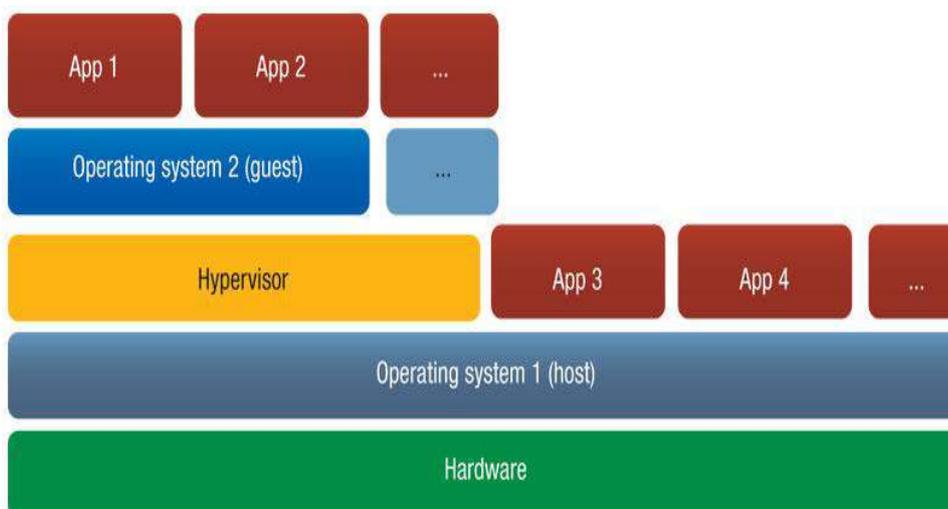
Neste tópico veremos as formas de virtualizar os sistemas operacionais, conhecendo os seus tipos denominados hypervisores, demonstrar como eles funcionam, as empresas detentoras das ferramentas e como estão instalados no hardware, levando em consideração os que os principais autores falam sobre virtualização.

Existem duas formas básicas para implementar máquinas virtuais: sistema ou hypervisor. O monitor de máquinas virtuais é quem cria e gerenciar os ambientes, interpretando e emulando o conjunto de instruções entre as máquinas virtuais e a máquina real (hardware). O hypervisor habilita a execução dos sistemas operacionais em um computador e tem como função criar máquinas virtuais e administrar os acessos dos sistemas operacionais convidados como recursos de hospedeiros. Entre os modelos que existem, são eles divididos em duas arquiteturas: hypervisor I nativo e Hypervisor II hospedado. (TANENBAUM, 2009).

Figura 01: hypervisor Tipo I Nativo

Fonte: DEVMEDIA, 2017.

Hypervisor tipo I é um termo dado para execução de softwares entre o hardware e o sistema operacional, sem nenhuma outra camada de software sobre o hardware. O hypervisor simula todo o hardware da máquina física, dando total controle sobre o processador e o resto do hardware. De acordo com a figura 01, o hypervisor emula todo o hardware para as VMs²⁴⁴, dando total controle sobre hardware e faz com que o sistema operacional execute como se estivesse em um hardware físico. Como exemplo, há alguns produtos que utilizam esse tipo de hypervisor: Hiper-v, VMWARE ESXI, XEN e o KVM (Kernel-based Virtual Machine) as mesmas usam Kernel Linux modificados para trabalhar como hypervisores. Tanenbaum (2007) relata que esse tipo de hypervisor é o próprio sistema operacional, pois é o único sistema funcionando no modo núcleo e é conhecido como VMM (Virtual Machine Monitor).

Figura 02: Hypervisor tipo II hospedado

Fonte: DEVMEDIA, 2017.

O hypervisor tipo II ou hospedado é uma camada de virtualização composta por um sistema operacional hospedeiro, caracterizado por executar sobre um nativo, deixando de ter

²⁴⁴ VMs (Virtual Machine) Máquina Virtuais.

total controle sobre o hardware, este tipo de hypervisor é utilizado como se fosse um processo dele, assim o mesmo torna-se menos eficiente. (OLIVEIRA, 2010).

Este hypervisor é diferente do hypervisor I nativo (observe a figura 02). Ele é instalado acima de um sistema operacional, com isso o sistema a ser virtualizado pode sofrer alterações ao longo do tempo, pois os recursos são limitados ao sistema operacional, esse tipo de virtualização entrega a máquina virtual um hardware igual ao real. Os sistemas operacionais que utilizam esse tipo de hypervisor não requerem que o sistema operacional nativo seja substituído. Alguns exemplos de produtos que utilizam esse tipo de hypervisor: VMware Player/Fusion/Workstation, Parallels Desktop/Workstation, VirtualBox entre outros.

4. FERRAMENTAS DE VIRTUALIZAÇÃO

Atualmente, existem disponíveis várias soluções de virtualização, basta ver o crescimento da virtualização e o volume de investimento que as empresas fazem em supermáquinas. Adequando tecnologias para utilizá-las, o que leva a buscar soluções comerciais para essa revolução a fim de trazer o aproveitamento da capacidade de computação e performance. (OLIVEIRA, 2010).

4.1. XEN

O Xen é um monitor de máquina virtual para arquitetura x86, em software livre, licenciado nos termos da GNU General Public License (GPL), ele faz uso do modelo de paravirtualização, que permite a interação do sistema hospedeiro com a camada virtual, ou seja, era necessário modificar os sistemas hóspedes para torná-lo consciente da existência do hypervisor, essa técnica melhora a sua performance. O novo Xen está na versão 7.1 trazendo novos recursos: migração de armazenamento off-line, gerenciamento do driver de VM, com capacidade de acessar mais de 128 GB de RAM para uma VM. (CITRIX INC, 2017).

A partir da versão III, o Xen não precisou mais modificar o sistema operacional oferecendo uma virtualização total.

4.2. VIRTUALBOX

O VirtualBox é um monitor de máquina virtual que adota a abordagem de virtualização total, é a única solução profissional disponível gratuitamente como software de código aberto. Atualmente, é executado em computadores com sistemas operacionais Windows, Linux, Macintosh e Solaris suportando um grande número de sistema operacional convidados. Outra característica interessante dessa ferramenta é a montagem de imagens ISO²⁴⁵ que permite usar uma imagem de uma distribuição Linux sem queimar um CD/DVD. (ORACLE, 2017).

²⁴⁵ ISO (International Organization for Standardization) Organização Internacional de Normalização.

O VirtualBox emula um disco virtual com arquivo em formato específico, o Virtual Disk Imagem e contém a capacidade de ler e escrever imagens de discos virtuais VMWare possibilitando a inicialização a partir de uma imagem definida e criada por ferramentas da VMWare.

4.3. MICROSOFT HIPER-V

O hyper-v é um monitor de máquinas virtuais que cria e gerência um ambiente de computação virtual, o mesmo usa a tecnologia de virtualização do Windows Server. Ele fornece um ambiente de virtualização em que se pode executar vários sistemas operacionais ao mesmo tempo em um computador físico e gerenciar os seus recursos (MICROSOFT, 2017).

O hyper-v oferece recursos para gerenciar sistemas operacionais diferentes com as mesmas ferramentas de gerenciamento padrão do setor. Oferece algumas características como suporte SMP²⁴⁶, suporte de memória, acesso aos discos, componentes de integração do Linux, entre outras.

Para tentar entrar no mercado de virtualização dominado pela Citrix e a VMWare, a Microsoft incluiu este produto de virtualização com a função de concorrer de igual, dessa forma, ofereceu uma maior flexibilidade e plataformas dinâmicas, facilitando a criação de um datacenter ágil que permite gerir recursos físicos e virtuais.

4.4. VMWARE

A VMware é uma das infraestruturas de virtualização mais populares, é um software para virtualização de ambientes desktop e datacenter. Dividida em três categorias: gerenciamento e automação, infraestrutura virtual e plataformas de virtualização. O VMware é executado como se fosse um programa no espaço de aplicação, dentro de um sistema operacional hospedeiro, é responsável por abstrair os dispositivos que serão disponibilizados para o sistema operacional visitante. O VMware instala um driver especial que o permite contornar problemas de ter que suportar um amplo conjunto de dispositivos para arquitetura x86. (VMWARE INC, 2017).

Entre os produtos oferecidos pela VMware encontram-se softwares que são plataformas de virtualização onde são executadas em um sistema operacional hospedeiro, como o VMware Workstation, Server, Fusion e Player e outra plataforma, VMware ESX e ESXI que é um sistema operacional hospedeiro, apesar de diminuir a portabilidade ele apresenta um melhor desempenho que os demais.

²⁴⁶ SMP (Symmetric Multi-Processing) multiprocessamento simétrico.

4.4.1. VMWARE ESX e ESXI

O VMware ESX e o ESXI são bases de criação de uma infraestrutura de TI confiável e dinâmica, estes hypervisores abstraem os recursos do processador, memória, armazenamento e rede em várias máquinas virtuais, eles podem executar sistemas operacionais e aplicativos não modificados. (VMWARE INC, 2017).

O ESXI é uma arquitetura ultrafina que não depende de um sistema operacional de uso geral e ainda oferece a mesma funcionalidade e desempenho do ESX. O ESXI é o hypervisor mais recente da VMware, foi desenvolvido objetivando a simplicidade, ele cria um novo patamar para a segurança e confiabilidade, sua base de código menor representa uma “superfície de ataque” reduzida, com menos código para corrigir, pode ser integrado diretamente aos servidores como Dell, IBM, HP e Fujitsu-Siemens. (VMWARE INC, 2017).

O ESX conta com um console de serviço do Linux para desempenhar funções de gerenciamento, como: execução de scripts e a instalação de agentes de terceiros para monitoramento de hardware, backup ou gerenciamento de sistemas, já no ESXI teve o seu console removido, reduzindo significativamente a ocupação de espaço, pois a tendência no ESXI é migrar o recurso de gerenciamento da interface local de linha de comando para ferramentas de gerenciamento remoto e se aderir aos padrões de gerenciamento do sistema (VMWARE INC, 2017).

A necessidade de virtualização está se tornando cada vez maior, pois a cada momento os hardwares estão mais robustos e precisam de softwares que atendam seus recursos computacionais, que possibilita a virtualização ser uma grande tendência para as principais organizações e uma alternativa para a TI verde, ou seja, uma tendência mundial voltada para o impacto dos recursos tecnológicos no meio ambiente.

5. AMBIENTES DA PESQUISA

Para fins de comparação, a pesquisa foi realizada em duas empresas que utilizam virtualização a frente de seus servidores. A empresa 01 - New Agro e empresa 02 - Agro Serra, duas empresas que aproveitam e exploram bastante os recursos de virtualização, ambas utilizam o Hiper-v da Microsoft como ferramenta de virtualização em seus servidores.

Os ambientes estudados apresentaram muitas semelhanças, e em geral, fornecem soluções para as necessidades que o gerenciamento de redes exige. Ainda assim, a virtualização apresentou uma maior economia e uma eficiência significativa no gerenciamento dos servidores.

O tipo de abordagem da pesquisa foi qualitativa, onde foram realizadas, que foram gravadas em áudio entrevistas com os gestores de TI de ambas as empresas. Houve também a aplicação de um questionário semiestruturado, com o objetivo de analisar os cenários de cada empresa.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, (MYNAIO, 2008, p. 22).

As pesquisas foram realizadas no mês de setembro de 2017, sendo que na empresa 01 ocorreu no dia 14 de setembro às 15:00 horas na sede da empresa com o gerente de TI. Na empresa 02 ocorreu no dia 02 de setembro às 09:00 horas na sede da empresa também com o gerente de TI. Na empresa 01 foram elaboradas algumas perguntas para maior clareza e abstração de dados de acordo com o apêndice A. Porém, na empresa 02 fomos debatendo o assunto assim como na empresa 01, mas não houve questionários elaborados, junto à pesquisa, os gerentes de TI assinaram um termo de consentimento exibido no apêndice B.

No tópico seguinte serão apresentadas as informações de cada uma das duas empresas visitadas que contribuirão com as informações desta pesquisa, levando em consideração dados da rede e um pouco de história das mesmas.

5.1. EMPRESA 01

A empresa 01 está instalada na cidade de Balsas – MA, atua no comércio da região a mais de 20 anos, iniciou como uma pequena empresa familiar e hoje está situada às margens da BR 230 na Av. Governador Luiz Rocha, 07, Pq. Governador Luiz Rocha, e vem se modernizando para melhor atender seus clientes, inovando e destacando-se. Já é uma revenda sólida e renomeada no mercado de insumos agrícolas, fertilizantes, sementes em geral. Atua no ramo do agronegócio, comercializando produtos e prestando serviços de assistência técnica com eficiência, garantindo ao produtor compromisso com a sua lavoura na busca dos melhores resultados. As informações da empresa foram levantadas através de uma das funcionárias, Hemly Steglich.

Figura 03: Fachada New Agro.



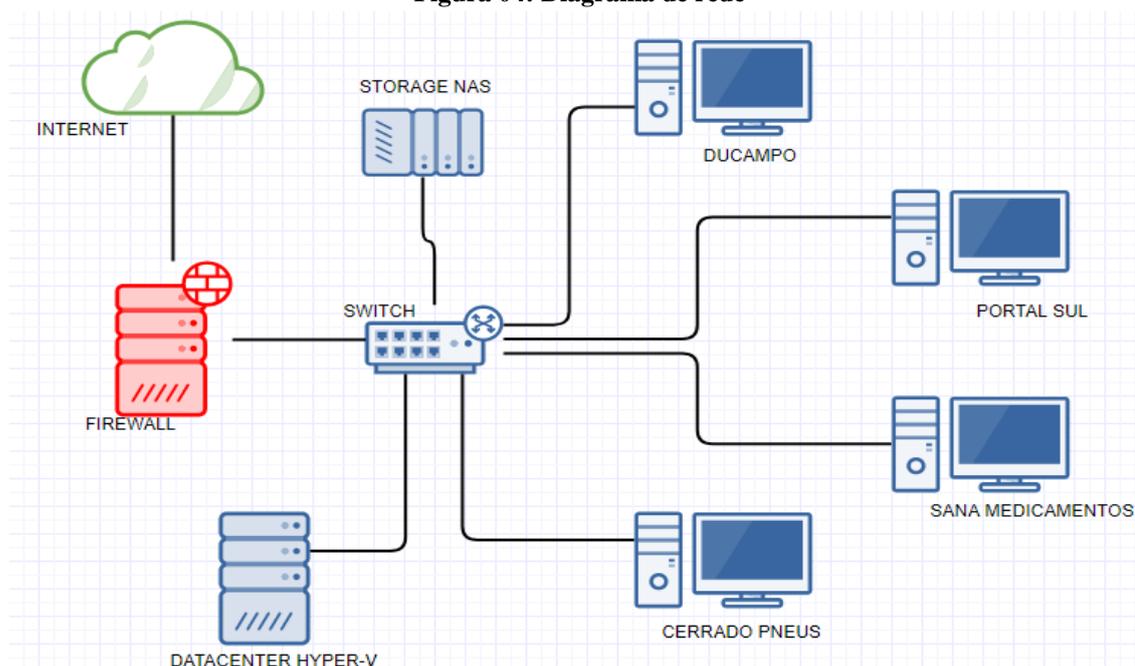
Fonte: Próprio autor, 2017.

De acordo com o seu crescimento a empresa tornou-se um grupo composto por outras empresas que foram abertas ou adquiridas. Abrangem diferentes áreas, tais como DUCAMPO, Portal Sul - cargas e transporte, Sana Medicamentos – distribuição de Medicamentos, Cerrado Pneus – vendas de pneus e mecânica.

5.1.1. AMBIENTE UTILIZADO NA EMPRESA 01

A empresa hoje possui apenas uma máquina física para todo o grupo New Agro que é o seu datacenter, sendo que nesta máquina física estão configurados 7 servidores virtuais funcionando corretamente e atendendo todas a necessidade do grupo.

Figura 04: Diagrama de rede

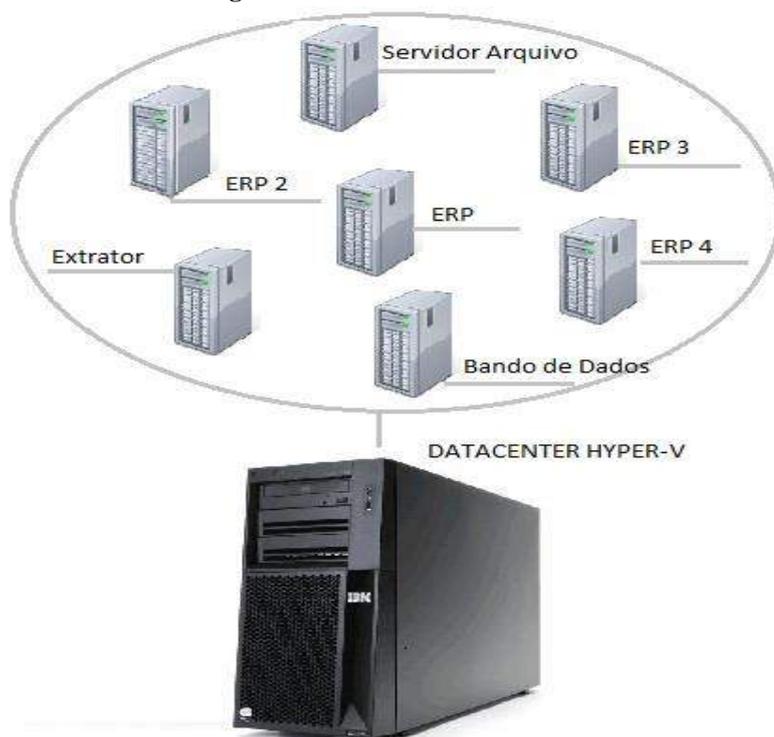


Fonte: Próprio autor, 2017.

O grupo era composto por um total de 7 servidores físicos distribuídos em cada empresa do grupo, dessa forma com a centralização do datacenter tiveram a necessidade de migrar para a virtualização em razão de redução de hardware e a questão de ambiente físico para alocar todos os servidores, pois o espaço disponibilizado pela empresa era inadequado, havendo necessidade de um maior espaço para alocação dos hardwares e já assegurando economizar com manutenção dos mesmos.

A figura 04 apresenta o diagrama de rede do grupo na cidade de Balsas - MA, toda a rede entre as empresas do grupo que residem em Balsas são feitas via fibra, através de um provedor local que exerce a comunicação de dados ao datacenter. O grupo paga pelo transporte de tráfego de dados interligando todas as empresas via fibra eliminando latência na comunicação ao ERP²⁴⁷. A rede também disponibiliza uma nuvem privada de propriedade do grupo utilizada para armazenamento de backup do sistema, o firewall é um só, com placas de rede virtualizadas em que são feitas as rotas e a divisão de rede, ou seja, a segmentação da rede para que cada empresa não se comunique uma com as outras. Somente a máquina do gerente de TI é capaz de se comunicar com todas as empresas.

²⁴⁷ ERP (Enterprise Resource Planning) Sistema de Gestão Empresarial.

Figura 05: Datacenter.

Fonte: Próprio autor, 2017.

A figura 05 apresenta o datacenter do grupo, ou seja, os servidores virtualizados utilizando a ferramenta da Microsoft hyper-v, demonstra a virtualização de 7 máquinas virtuais em um único hardware como mostra a figura. A máquina física disponibiliza 32 GB de memória RAM²⁴⁸ pareada 16 GB e 16 GB, dual processada com processadores Xeon. Cada servidor virtualizado tem o endereço correspondente da sua empresa integrante do grupo.

O sistema de backup da máquina inteira é feito internamente na máquina através do espelhamento de HDs com o módulo de RAID²⁴⁹ 1 ou localmente em uma unidade dedicada exclusivamente de armazenamento storage NAS de 32 terabyte usado para compartilhar os dados das máquinas virtuais assim como é utilizado como armazenamento, este servidor fica em uma única sala alocado na empresa, no qual o espaço disponibilizado é adequado com refrigeração suficiente para alocar esta estrutura, contendo somente os servidores citados e com 2 nobreaks de alimentação de energia funcionando com redundância.

5.2. EMPRESA 02

A empresa 02 foi fundada no ano de 1986 e hoje é uma das empresas com maior expressão na região do cerrado, com influência em todo o norte e nordeste do Brasil. Atualmente, possui em seu quadro de funcionários mais de 1.500 profissionais.

²⁴⁸ RAM (Random Access Memory) Memória de acesso aleatório.

²⁴⁹ RAID (Redundant Array of Independent Drives) Conjunto Redundante de Discos Independentes.

Atua na produção de alimentos, biocombustíveis e energia renovável, gerando empregos e contribuindo para o bem-estar do homem no meio em que vive, produzem de forma integrada alimentos, energia e biocombustíveis respeitando o meio ambiente e o homem, gerando divisas para o Estado e para o País e remunerando acionistas e colaboradores, (AGRO SERRA INC, 2017).

Figura 06: Fachada Agro Serra.



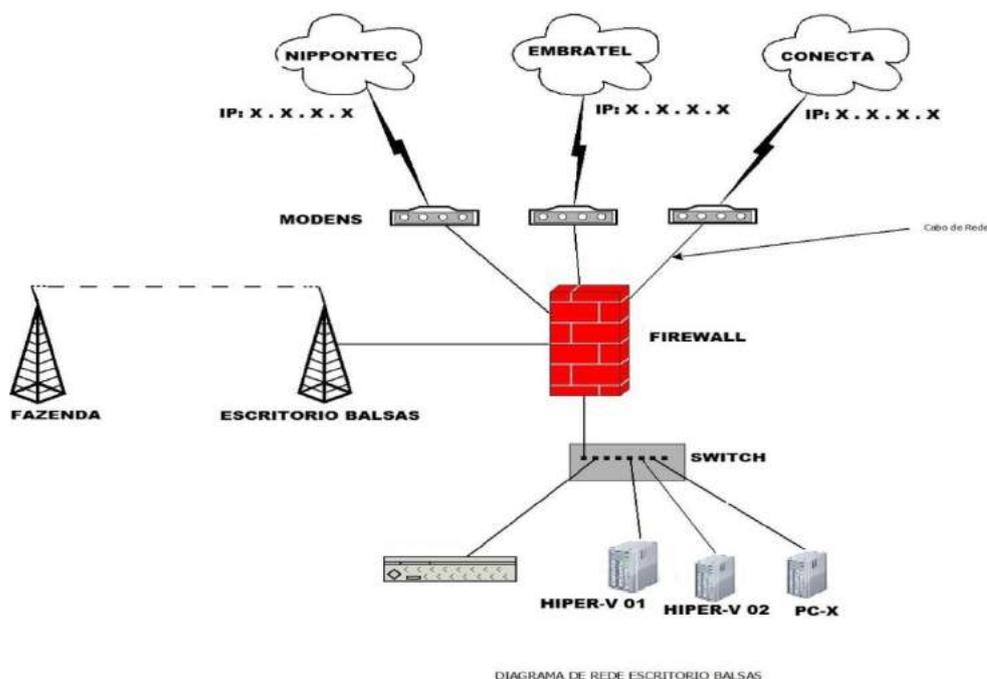
Fonte: G1.GLOBO, 2016.

A sede da empresa fica localizada na cidade de São Raimundo das Mangabeiras/MA, fazenda São José, estrada FN 001, km 38, zona rural, já a parte administrativa da empresa fica localizada na Av. José Sarney, s/n, setor industrial na cidade de Balsas/MA.

5.2.1. AMBIENTE UTILIZADO NA EMPRESA

De acordo com o gerente de TI da empresa, hoje possui 12 servidores virtuais rodando em 2 servidores físicos, ambos intercalados por um cluster ligado nos servidores hyper- v 01 e hyper-v 02 trabalhando em conjunto de modo em que muitos aspectos sejam considerados como um único servidor. Por ser uma empresa de grande porte no ramo agrícola a demanda exige poder computacional elevado, foi informado também que no escritório administrativo da empresa possuem 50 computadores pessoais de uso dos funcionários e na fazenda onde acontece o processo geral da empresa consta em torno de 100 computadores pessoais.

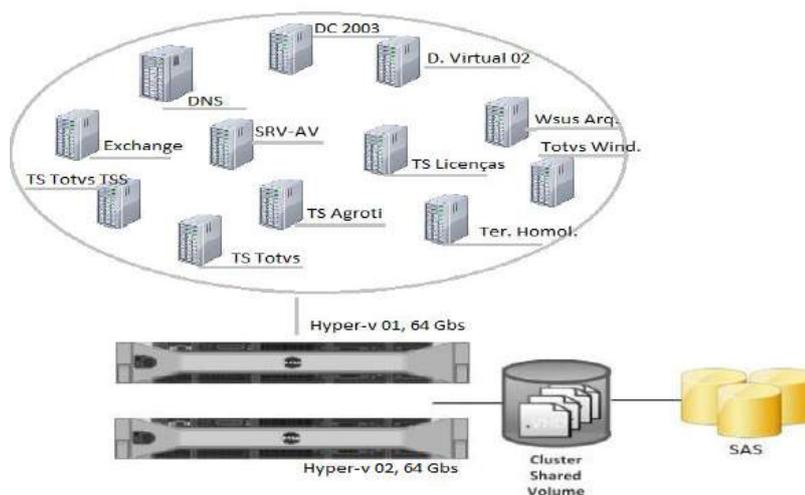
Figura 07: Topologia de rede da empresa.



Fonte: Próprio autor, 2017.

A figura 07 representa o diagrama de rede do escritório da empresa, observa-se a forma de acesso da fazenda com o escritório que é feito através de um ponto a ponto com rádios digitais em uma frequência privada da própria empresa, o acesso da fazenda é via TS²⁵⁰ que passa por um firewall e acessa o datacenter. Os servidores são alocados em duas máquinas físicas, a estratégia foi utilizar um cluster de servidores para prover alta disponibilidade de serviços e por ser totalmente aderente ao conceito de virtualização.

Figura 08: Servidores Virtualizados



Fonte: Próprio autor, 2017.

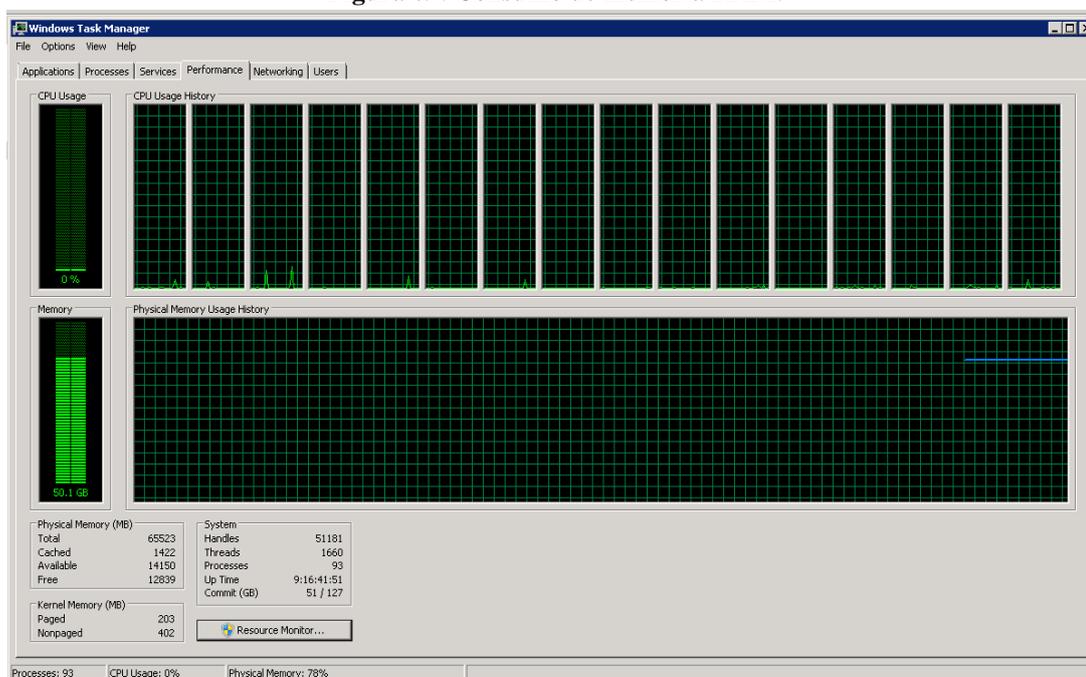
²⁵⁰ TS (Termina Service) Serviços de Terminal.

A figura 08 apresenta como funciona os servidores da empresa, a distribuição de virtualizados e os servidores físicos que estão instalados na ferramenta de virtualização, o Hyper-v da Microsoft que já vem atribuído no Windows Server 2008 R2, que está instalado nos dois servidores com configurações de 64 GB de RAM com processadores 2.4 GHz Intel Xeon QC de 2 sockets está sendo virtualizado 12 servidores funcionando simultaneamente com a virtualização nativa, ou seja, virtualização encima do hardware. A comunicação de dados utiliza a tecnologia SAS²⁵¹, proveniente de equipamentos fornecidos pela Dell. De acordo com o gerente de TI da empresa.

A virtualização é vista como um caminho sem volta, porque embora existam empresas que tenham capital para comprar 10, 20 ou mais servidores físicos se for pensar em termos de custo e a disponibilidade dos serviços, não faz sentido o tamanho do investimento, tendo essa tecnologia podendo ser implantada com um custo bem inferior e com maior disponibilidade dos serviços, além da grande economia que garante para a empresa e também uma maior segurança em termos de backups e gerência.

Independentemente de serem um total de 12 servidores virtualizados encima de apenas 1 hardware, as máquinas mantem um desempenho considerável, mantendo uma alta disponibilidade para a empresa levando em conta um custo bem inferior a uma estrutura totalmente física.

Figura 09: Consumo de memória RAM.



Fonte: Próprio autor, 2017.

²⁵¹ SAS Serial Attached SCSI

A figura 09 apresenta o consumo de memória da máquina física no qual está rodando 12 máquinas virtuais, no qual estão consumindo 50 GB, um total de 78% da memória física disponível, sobrando 22% da memória, ou seja, 14 GB. A sobra, entretanto, poderia ser usada com a necessidade de adicionar mais máquinas virtuais ou se necessário aumentar a capacidade de memória das máquinas já criadas, neste caso, é necessário a paralização da máquina em questão.

Toda essa estrutura física é alocada em apenas um rack de suporte a servidores, esses servidores são alimentados com 2 nobreaks trabalhando em redundância (em caso de uma longa queda de energia) em um ambiente físico climatizado possibilitando ao TI da empresa gerenciar sua rede de um único computador, sem a necessidade de mudanças de plataforma de gerenciamento ou mudanças de ambiente, pois a virtualização simplifica o gerenciamento do datacenter aumentando a produtividade, eficiência, agilidade e capacidade de resposta da TI.

Segundo o gerente de TI da empresa, com a virtualização a empresa jamais passou mais de 15 minutos indisponível, apenas em duas ocasiões por parada programada e não deixando o serviço da empresa totalmente fora, um dos principais objetivos da empresa é a disponibilidade dos serviços e a virtualização vem garantindo o sucesso dos investimentos no mesmo.

6. COMPARAÇÃO DOS AMBIENTES FÍSICO E VIRTUAL

Durante a análise comparativa dos ambientes foram considerados diversos aspectos referentes entre eles, hardwares, alimentação de energia, ambientes de rede utilizados, gerenciamento dos ambientes, manutenção e economia.

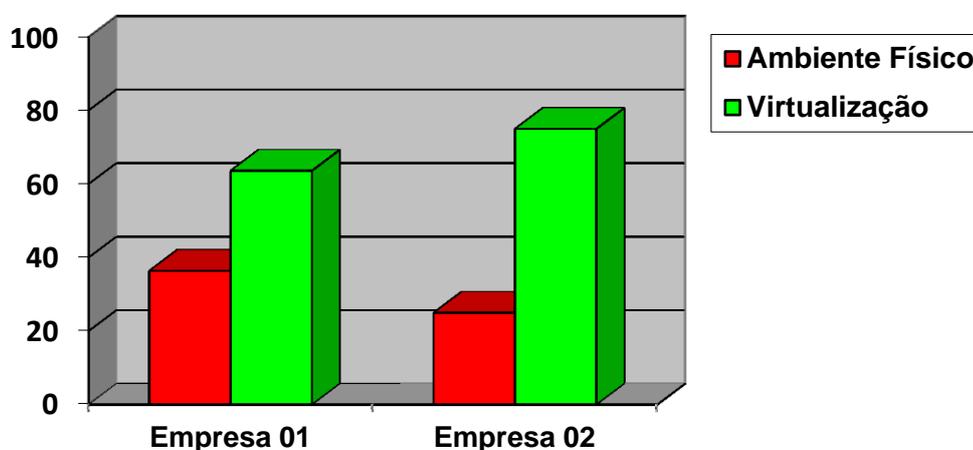
Pode-se notar uma grande diferença existente nos ambientes e suas estruturas, espaços e economia. O ambiente físico bem elevado ao invés do virtual, são inúmeras as vantagens em virtualizar os sistemas operacionais, de acordo com o gerente de TI da empresa 02, “virtualização é um caminho sem volta”. A seguir é descrito uma lista de recursos da virtualização.

- Economia em Hardware;
- Economia de energia elétrica utilizada na refrigeração e na alimentação dos servidores.
- Economia de espaço físico;
- Facilidade para a execução de backups;
- Gerenciamento centralizado;
- Redução do ambiente físico;
- Melhor gerência da rede;
- Melhor aproveitamento do hardware com o compartilhamento do hardware entre as máquinas virtuais, reduzindo a ociosidade do equipamento.
- Manutenção dos hardwares;

- Menor custo financeiro em manter hardwares;
- Minimiza ou elimina a indisponibilidade dos servidores;
- Redução de custos na aquisição de equipamentos diversos: utilizando pequenos servidores virtuais em um único servidor mais robusto.
- Suporte e manutenção simplificados.

São inúmeras as vantagens da virtualização, a cada dia vem crescendo e dominando o mundo da tecnologia. Hoje em dia a virtualização já deixou de ser uma tendência e passou a ser uma realidade nas empresas no mundo corporativo e vem trazendo inúmeros recursos e vantagens.

Gráfico 01: Ambientes utilizados nas empresas.



Fonte: Próprio autor, 2017.

O Gráfico 01 exibe os ambientes utilizados para funcionamento das empresas, onde a escala de 0 a 100 apresenta a porcentagem de servidores que cada empresa contém. Na figura 08 relata os servidores da empresa 01, no qual apresenta uma máquina física virtualizando 7 máquinas virtuais, sendo que a virtualização está ocasionando uma economia de 63,4% para a empresa, porcentagem referente aos servidores utilizados na empresa.

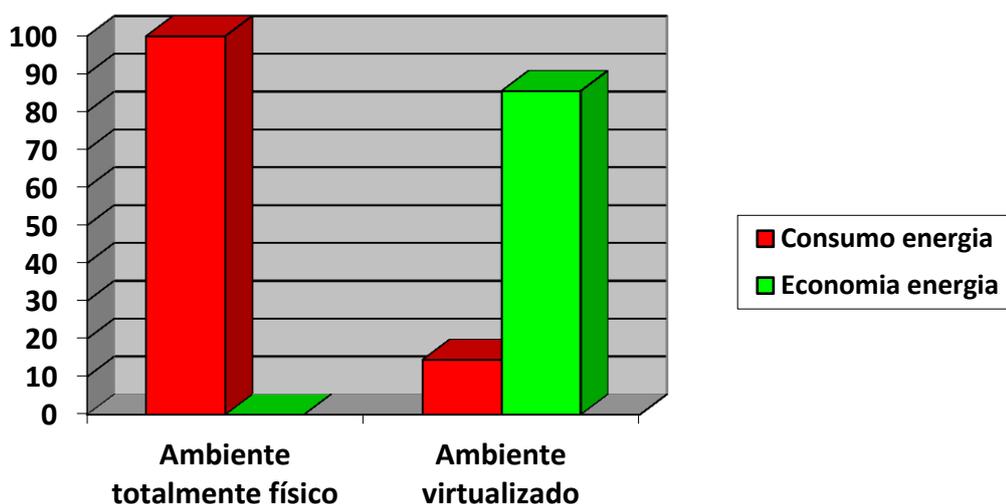
Já na empresa 02 essa economia supera a casa dos 70%, observa-se na figura 11 que são dois hardwares virtualizando 12 servidores, isso porque é feito um espelhamento de servidor com o cluster, percebe-se que a empresa funciona somente com 25% em hardwares que origina a incrível 75% de seus servidores virtualizados.

Outra comparação a ser informada é o consumo de energia que esses servidores consomem, um datacenter consome em média 612.000 watts mensais. (DOCS BRASIL TI, 2012).

Levando em consideração a empresa 02, os dois servidores físicos consomem em média cerca de 1,24 kilowatts (kWh) mensais, esses números seriam bem impressionantes comparando a realidade de hoje com a utilização da virtualização, com uma suposição eliminando a virtualização da empresa e contabilizando o consumo médio de todos os

servidores virtualizados como físicos, ou seja, o que a empresa consumia de energia se todos os seus servidores fossem físicos. Veja que a empresa possui 2 servidores físicos e 12 virtualizados sendo um total de 14 máquinas físicas consumindo energia simultaneamente, o consumo de energia da empresa alcançava em média 8,56 kilowatts (kWh) mensais, um consumo.

Gráfico 02: Consumo de energia datacenter.



Fonte: Próprio autor, 2017.

O gráfico 02 exibe o comparativo do consumo de energia dos ambientes físico e virtual, onde a escala de 0 a 100 demonstra a utilização de energia dos servidores, veja que o ambiente virtualizado tem um consumo de 85,52 % de energia cerca de 7,32 kilowatts (kWh) mensais em relação a um ambiente totalmente físico, levando esses números apresentados para o valor que a empresa paga em dinheiro somente com o consumo de servidores.

O valor cobrado para as indústrias é equivalente a R\$ 0,56091 centavos por watts, o consumo dos servidores da empresa 02 com virtualização contabiliza 1.240 watts mensal, gastando em torno de R\$ 695,52 reais por mês em energia, sem a virtualização esse valor seria de R\$ 8.560,00 reais mensais, garantindo uma economia de R\$ 7.854,48 reais mensais. (INC CEMAR, 2017).

Sem a virtualização o ambiente seria totalmente diferente, apresentaria aumento de custos com mais equipamentos físicos para se gerenciar, nisso o custo com funcionários, energia como mencionado anterior e refrigeração ficaria maior e tomariam bem mais espaço físico e iriam existir mais dispositivos físicos instalados. Com a necessidade de mais espaço físico ocasionaria a carência de racks e a falha de um software prejudicaria os demais serviços, energia elétrica utilizada em refrigeração e na alimentação dos servidores aumentaria, dificultaria o gerenciamento por se tratar de vários hardwares, e ainda afetaria a sustentabilidade do meio ambiente, por conta do impacto com este recurso que consumiria mais energia e assim haveriam mais maquinários.

É lógico que a virtualização também tem seus pontos negativos, ou seja, suas desvantagens tal como grande consumo em memória RAM dado que cada máquina virtual ocupa, uso de espaço em disco, já que é preciso de todos os arquivos para cada sistema operacional instalado em cada máquina virtual, um custo de processamento maior ao que seria sem a virtualização entre outros, no entanto as vantagens são tão grandes que ofuscam as desvantagens.

7. CONCLUSÃO

As pesquisas realizadas nas empresas apresentam uma enorme satisfação em utilizar a virtualização a frente da maioria de seus sistemas operacionais, uma vez que é quase por completo a virtualização nas empresas, tendo uma totalidade de mais de 65% o uso da virtualização nas duas empresas.

De acordo com os resultados apresentados a virtualização dos sistemas operacionais mostrou-se ser uma técnica que oferece economia a empresa. A pesquisa realizada nos ambientes das empresas mostrou as vantagens que esta técnica oferece, trazendo resultados satisfatórios, atendendo as necessidades de funcionamento das empresas e apresentando uma capacidade de se ter uma grande estrutura de rede em poucos hardwares. A virtualização não somente minimiza ou elimina a inatividade dos servidores como também uma alta disponibilidade e diversos recursos ao gestor de TI permitindo uma boa qualidade de gerenciamento do TI.

Este trabalho apontou que a virtualização é uma tecnologia eficiente às empresas, mostrando várias ferramentas de virtualização os tipos de hypervisores sendo eles nativo e hospedeiro correspondente às técnicas de virtualizar os sistemas operacionais e a qualidade de gestão que tem o TI em utilizar a técnica. O trabalho trouxe uma análise comparativa entre os ambientes físico e virtual utilizado em duas empresas, ao qual ambas utilizam o hyper-v da Microsoft como ferramenta de virtualização, foram apresentados os resultados referente a pesquisa das duas empresas, onde cada uma tem sua maneira própria de utilizar a técnica.

Os resultados da análise comparativa foram satisfatórios tendo em vista que a pesquisa foi baseada no dia a dia das empresas, de como elas trabalham e administram as suas respectivas redes tanto na empresa 01 quanto na empresa 02. De acordo com os resultados apresentados o ambiente virtualizado mostrou-se ser melhor, contendo mais eficiência em relação ao ambiente totalmente físico em termo de funcionamento e apresentando grandes vantagens administrativas ao gerente de TI e econômicas as empresas que são inexistentes no ambiente físico.

REFERÊNCIAS

AGRO SERRA, Sobre. Disponível em: <<http://www.agroserra.com.br/index.php/empresa/>>. Acesso em: 04/10/2017.

CEMAR, Watts. Disponível em: <<http://www.cemar116.com.br/residencial/informacoes/cobranca-de-tarifas/>>. Acesso em: 21/11/2017.

CITRIX, Xen. Disponível em: <<https://www.citrix.com.br/products/xenserver/>>. Acesso em: 25/05/2017.

DEVIMEDIA, Hypervisor I. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/hypervisor-seguranca-em-ambientes-virtualizados/30993/>>. Acesso em: 24/09/2017.

DEVIMEDIA, Hypervisor II. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/hypervisor-seguranca-em-ambientes-virtualizados/30993/>>. Acesso em: 24/09/2017.

DOCS TI BRASIL, Consumo de watts. Disponível em: <<http://www.docstibrasil.com.br/energia-de-um-datacenter/>>. Acesso: 21/11/2017.

G1.GLOBO, Agro Serra. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2016/02/empresa-do-sul-do-ma-e-investigada-em-desdobramento-da-lava-jato.html/>>. Acesso em: 06/10/2017.

MACHADO, Francis B.; MAIA, Luiz Paulo. **Arquitetura de Sistemas Operacionais**. 4ª ed. Rio de Janeiro : LTC, 2007.

MICROSOFT, Hyper-v. Disponível em: <[https://msdn.microsoft.com/pt-br/library/hh831531\(v=ws.11\).aspx/](https://msdn.microsoft.com/pt-br/library/hh831531(v=ws.11).aspx/)>. Acesso em: 24/09/2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

OLIVEIRA, Rômulo Silva de; CARISSIMI, Alexandre da Silva; TOSCANI, Simão Sirineo. **Sistemas Operacionais**. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ORACLE, **VirtualBox**. Disponível em: <<https://www.virtualbox.org/>>. Acesso em: 24/05/2017.

PITANGA, Marcos. **Construindo supercomputadores com Linux**. 3 ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

SILBERSCHATZ, Abraham. GAGNE, Greg. GALVIN, Peter B. **Sistemas peracionais - Conceitos e Aplicações**. CAMPUS, 2001.

TANENBAUM, A. S. **Sistemas operacionais modernos**. 3ª ed. São Paulo: Pearson, 2009.

TANENBAUM, A. S.: STEEN M. V. **Sistemas distribuídos: princípios e paradigmas**, 2ª ed. São Paulo: Pearson, 2007.

VMWARE INC, **ESXI**, Disponível em: <<https://www.vmware.com/br/products/esxi-and-esx.html>>. Acesso em: 22/05/2017.

VMWARE INC, **VMWARE**, Disponível em: <www.vmware.com/br/company.html> Acesso em: 22/05/2017.

VMWARE INC, **Virtualização**, Disponível em: <<https://www.vmware.com/br/solutions/virtualization.html/>> Acesso em: 22/09/2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONARIO DE PESQUISA

Virtualização

1. A virtualização é uma técnica que abrange um setor de alta disponibilidade do sistema e econômico da empresa além de facilitar a gerencia de rede e manutenção, essa foi a principal razão de implementar está técnica?
2. Quando teve início a virtualização aqui na empresa?
3. Antes da virtualização, como era sua estrutura de rede aqui na empresa ou no grupo da empresa?
4. Quantos servidores físicos a empresa tinha antes de utilizar a virtualização?
5. Quantos servidores virtualizados a empresa contém hoje em dia?
6. Os servidores virtualizados apresenta os mesmos desempenhos que os servidores físicos?
7. Qual a ferramenta de virtualização utilizada na empresa?
8. A ferramenta utilizada satisfaz as necessidades da empresa?
9. Qual a economia que a virtualização apresentou a empresa?
10. No processo de implementação da virtualização teve alguma deficiência em subir os servidores?
11. Está satisfeito com a tecnologia? Porque?
12. Qual a maior vantagem da virtualização no seu ponto de vista?
13. Para o gerente de TI qual bom é ter a virtualização para se gerenciar a empresa? Porque?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____ portador do RG. Nº _____, CPF: _____ aceito participar sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deve ser identificado por nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, formulários e materiais diversos, utilizados na pesquisa, ficarão sob a propriedade do pesquisador pertinente ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

Balsas – Ma, _____ de Setembro de 2017.

Nome completo do pesquisado.

COMPARATIVO ENTRE AS TÉCNICAS DE TRANSIÇÃO DO IPV4 PARA IPV6: TRADUÇÃO, TUNELAMENTO E PILHA DUPLA.

Nelton Rodrigues Souza - Unibalsas²⁵²

Edilmárcio Reis Costa Silva - Unibalsas²⁵³

Jakson Ferreira de Sousa - Unibalsas²⁵⁴

Resumo: Este trabalho apresenta uma comparação entre as três principais técnicas de transição do IPv4 para o IPv6: Pilha Dupla, Tradução e Tunelamento, demonstrando a necessidade de implementações diante do esgotamento do IPv4 e da incompatibilidade entre as versões dos protocolos, para que a mudança para o IPv6 possa ocorrer gradativamente sem provocar interrupção na comunicação das redes, demonstrando as diferenças técnicas entre as versões do protocolo IP, as melhorias técnicas propostas pelo IPv6 que não se restringem somente ao aumento de endereçamento. Para o cumprimento dos objetos propostos se fez necessário pesquisas bibliográficas de caráter analítica e descritiva, com o intuito de embasar as atividades desenvolvidas ao longo deste trabalho. A implementação de uma variante de cada técnica foi realizada em um ambiente virtualizado através de um simulador de redes, o Core. Foram realizados testes de latência, de *Jitter*, *throughput*, *bandwidth* e percentual de perda de pacotes, através dos quais foram gerados gráficos que demonstram que as técnicas de Tunelamento e Pilha Dupla obtiveram os melhores resultados, sendo que a técnica de Tradução não obteve resultados satisfatórios para uma eventual escolha em um processo de migração.

Palavras-chave: IPv4, IPv6, Pilha Dupla, Tradução, Tunelamento.

Abstract: *This assignment shows the comparison between the three main transition techniques from IPv4 to IPv6: Dual Stack, Translation and Tunneling, showing the need of implementation facing the IPv4 depletion and incompatibility between the protocol versions, in order that the IPv6 changes can happen gradually without causing interruption on the network communication, demonstrating the technical differences between the IP protocol versions, the improvements offered by IPv6 that don't limit only to the IP addressing increase. To the proposed objects fulfillment it became necessary bibliographies researchs of analytical and descriptive feature, with the intuit to cover the developed activities during this work. The implementation of a variant from each technique was done on a virtual environment through a network simulator, the Core. There were made latency tests, Jitter's, , throughput, bandwidth and package loss percentage, and through them were generated graphics wich demonstrated that the Dual Stack and Tunneling techniques acquired the best results, being that the Translation technique did not acquire satisfactory results for an eventual choice on a migration process.*

Keywords: IPv4, IPv6, Dual Stack, Translation, Tunneling.

1. INTRODUÇÃO

A popularização do uso dos computadores e a sua utilização na internet, bem como outros dispositivos que também tem acesso a rede como celulares e *tablets*, por exemplo, impulsionaram o uso da internet e diante do esgotamento de endereçamentos IPv4 a necessidade de desenvolvimento de uma nova versão do protocolo IP (*Internet Protocol*)

²⁵² Autor – Bacharel em Sistemas de Informação / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: neltonrsouza@gmail.com

²⁵³ Autor – Especialista / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: edilmarcio@newagroma.com.br

²⁵⁴ Autor – Especialista / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: jaksonferreira@unibalsas.edu.br

Protocolo de Internet, o IPv6, objetivando primariamente disponibilizar uma quantidade bem mais ampla de endereçamentos, 128 bits ao invés dos 32 bits do seu antecessor.

O IPv6 não possui retrocompatibilidade com o IPv4, sendo necessária a criação de técnicas de transição para permitir a interoperabilidade das versões e que essa migração possa ser realizada de forma gradual, minimizando o impacto no funcionamento das redes.

Segundo IANA²⁵⁵ (2017) o iminente esgotamento da alocação de novos endereços de IPv4 disponíveis no mundo, é necessário à realização de um planejamento de migração para IPv6 devido a demanda crescente de uso de internet, como a utilização da IoT²⁵⁶.

A implementação do IPv6 proporcionará uma alocação dos blocos de endereçamentos IP de forma hierárquica, geográfica e sistematizada, onde a IR²⁵⁷ distribuem os blocos de endereços as autoridades regionais RIR²⁵⁸ e estas distribuem as autoridades locais NIR²⁵⁹ ou LIR²⁶⁰ que redistribuem aos ISP²⁶¹ e estes ao consumidor final.(BRITO, 2013).

Este trabalho se propõe a analisar as características das três principais técnicas de transição como: funcionamento e aplicabilidade, expor as principais características do protocolo IPv6, demonstrar as principais diferenças do IPv4, funcionalidades, melhorias propostas como: sanar o esgotamento de endereçamentos IP's, resgate do princípio de conexão fim-a-fim, implementação de segurança como IPsec (*IP Security Protocol*) nativamente, bem como alocação de endereçamento hierarquicamente.

Foi realizada pesquisa bibliográfica em livros sobre redes de computadores, protocolo IP, técnicas de transição do IPv4 para IPv6, consultas ao site do NIC.BR²⁶², IPV6.BR²⁶³, IANA, LACNIC²⁶⁴ e as RFC's²⁶⁵.

Foi utilizado um ambiente virtualizado para simulação de funcionamento das redes, reproduzindo três cenários, um para cada tipo de técnicas de transição, para mensurar percentual de perdas de pacotes, latência, Jitter, throughput e bandwidth.

Para entender a importância do assunto é preciso conhecer um pouco sobre a origem, o propósito para o qual as redes foram construídas e conseqüentemente os protocolos que foram criados, entender a sua evolução e aplicabilidade.

²⁵⁵ IANA - Autoridade para Atribuição de Números da Internet - é a autoridade global que supervisiona a atribuição dos endereçamentos IP na Internet

²⁵⁶ IoT - Internet das Coisas - é uma tecnologia que conecta dispositivos eletrônicos do dia-a-dia à internet

²⁵⁷ IR - Registro de Internet - Autoridade Global

²⁵⁸ RIR - Registro Regional de Internet – Autoridade Regional

²⁵⁹ NIR - Registros Nacionais de Internet – é uma Autoridade Nacional

²⁶⁰ LIR - Registros Locais de Internet – é uma Autoridade Local

²⁶¹ ISP - Provedor de Serviço Internet

²⁶² NIC.BR - Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - Autoridade Nacional do Brasil

²⁶³ IPV6.BR – Serviço do NIC.BR com informações, documentação, vídeos informativos e palestras sobre IPv6

²⁶⁴ LACNIC - Registro de Endereçamento da Internet para a América Latina e o Caribe é a Autoridade Regional

²⁶⁵ RFC - Requisição de Comentários - Documentos que contém notas técnicas e organizacionais sobre a Internet e cobrem muitos aspectos das redes de computadores, protocolos, procedimentos, programas e conceitos.

2. HISTÓRICO DA INTERNET

A internet já se tornou parte do nosso cotidiano para as mais diversificadas atividades, desde pesquisas, acesso bancário, vídeo conferência, navegação em sites, assistir TV, ouvir músicas, interagir em redes sociais, mas o propósito inicial da sua criação foi militar e acadêmico.

A criação da internet teve início com um projeto do DoD²⁶⁶ que é um Departamento de Defesa do governo americano na década de 60 para interligação de computadores das bases militares e centro de pesquisas e foi desenvolvido pela ARPA (*Advanced Research Projects Agency*), Agência de Pesquisas e Projetos Avançados, recebendo o nome de ARPANET (*Advanced Research Projects Agency Network*), Rede de Agência para Projetos de Pesquisa Avançada, e que tinha como objetivo principal manter a estrutura de comunicação em funcionamento. (TANENBAUM, 2011).

A ARPANET trabalhava com diversos protocolos de comunicação, mas seu enfoque era no NCP (*Network Control Protocol*) Protocolo de Controle de Rede, mas já em meados de 1983 quando a rede alcançou 562 hosts²⁶⁷ e por conta de restrições do NCP, foi adotado o protocolo TCP/IP (*Transmission Control Protocol/Internet Protocol*) Protocolo de Controle de Transmissão IP, que dentre outras melhorias proporcionou o crescimento ordenado da rede. (IPV6.BR, 2012).

Nesse contexto de desenvolvimento de protocolos de comunicação e equipamentos de fabricantes diferentes que seriam utilizados nesse processo, bem como sistemas operacionais distintos que precisariam estar conectados surgiu a necessidade de padronização de Modelos de Referência, como o OSI²⁶⁸, desenvolvido pela ISO²⁶⁹, e o TCP/IP.

3. PROTOCOLOS DE COMUNICAÇÃO DE REDE

O modelo TCP/IP é um modelo de referência mais simplificado, com apenas quatro camadas, que surgiu como alternativa ao modelo OSI, diferenciando-se do mesmo pela mesclagem de algumas funções que estavam em camadas distintas do OSI em uma única camada, como a 4 do TCP/IP, que acumula funções da 5, 6 e 7 do OSI. (BRITO, 2013).

A arquitetura TCP/IP é um modelo que vem sendo amplamente utilizada devida a grande utilização do protocolo TCP/IP tanto por fabricantes quanto desenvolvedores de sistema operacionais, por esse protocolo possuir uma arquitetura aberta além da grande popularização da internet e uso de redes de computadores, praticamente se tornou um

²⁶⁶ DOD Departamento de Defesa – órgão do governo americano responsável pela coordenação e supervisão de todas as agências e funções do governo ligado diretamente com a segurança nacional e com as suas forças armadas.

²⁶⁷ Host – é um termo técnico utilizado para definir um computador ou qualquer dispositivo conectado em uma rede com um endereço de IP.

²⁶⁸ OSI - é um modelo de referência desenvolvido pela ISSO em sete camadas de funções

²⁶⁹ ISO - Organização Internacional para a Normatização

protocolo universal. O TCP/IP é na verdade um conjunto de protocolos, sendo os principais os que dão nome a ele, o TCP²⁷⁰ e o IP²⁷¹. (TANEBAUM, 2011).

Dentre os vários protocolos utilizados neste modelo de referência, este trabalho de pesquisa visa analisar as principais características técnicas do protocolo IP, que atua na camada três do modelo TCP/IP, bem como identificar funcionalidades.

4. O PROTOCOLO IP

O protocolo IP (*Internet Protocol*) foi projetado para utilização em sistemas interligados em redes cuja transmissão é realizada em blocos chamados datagramas, provendo duas funções básicas: fragmentação de pacotes, que permite o envio de pacotes maiores que os limites de tráfego em um enlace de rede quebrando-o em pacotes menores para posterior reenvio; e o endereçamento que são dados armazenados no cabeçalho do protocolo que dentre outras informações estão o remetente, o destinatário, a versão do protocolo, a informação e a sequência dos pacotes para a remontagem quando o mesmo é fragmentado em cada nó da rede. (TORRES, 2016).

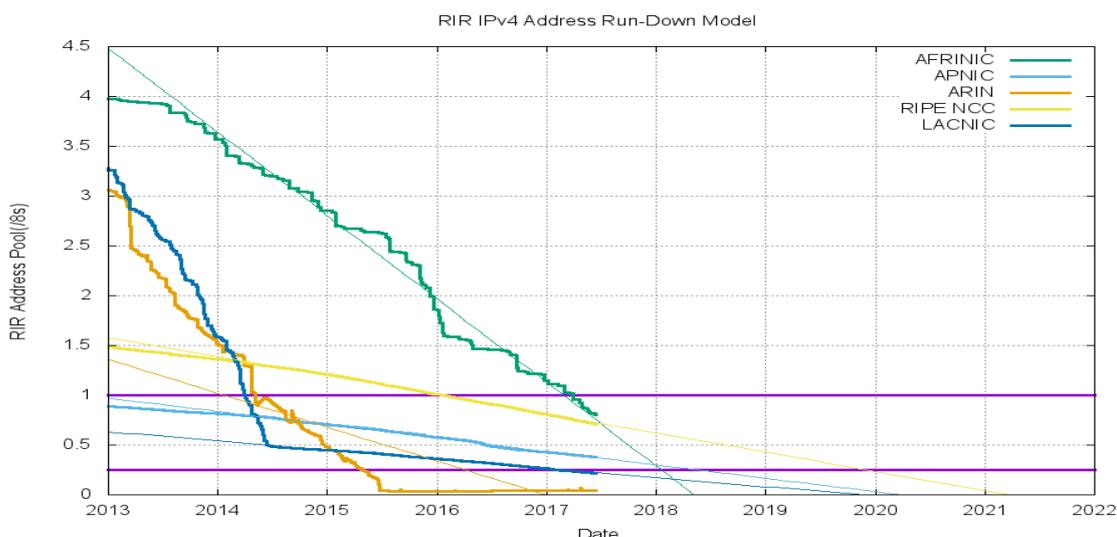
O protocolo de Internet IP é um conjunto de regras que permite a comunicação entre equipamentos interligados em rede e que foi inicialmente projetado para que cada dispositivo tivesse uma identificação única através de um endereço numérico, sendo de fácil implementação e não dependente de sistemas ou equipamentos desde quando foi projetado.

4.1. O PROTOCOLO IPv4

O IPv4 é um protocolo de 32 *bits*, dividido em quatro blocos de oito *bits* chamados de octetos sendo possível ter 4.294.967.296 de endereços IP's distintos que foram projetados inicialmente em três classes de tamanhos fixos para dar maior flexibilidade na alocação de endereços contemplando redes de diferentes tipos e tamanhos, mas em pouco tempo, tornou-se ineficiente com o crescimento das redes. (IPV6.BR, 2012).

²⁷⁰ TCP - Protocolo de controle de transmissão – é um protocolo de transporte fim-a-fim, orientado a conexão com controle de erros.

²⁷¹ IP – Protocolo de Internet - é um protocolo de comunicação usado entre as máquinas em rede para encaminhamento dos dados através de endereçamento

Figura 01: Estatística de esgotamento IPv4 – 2017.

Fonte: HUSTON, G²⁷². (2017).

De acordo com a Figura 01, o esgotamento dos endereços IPv4 não deve ser visto como algo que ainda irá acontecer, visto que o esgotamento de IPv4 e previsão ainda para 2017 o fim da reserva técnica, conforme transcrição das informações na tabela abaixo:

Tabela 01: Esgotamento e reserva técnica das RIR's.

AUTORIDADE	PREVISÃO ESGOTAMENTO	% DE RESERVA TÉCNICA
APINIC ²⁷³	04/2011	0,37 %
RIPE NCC ²⁷⁴	09/2012	0,71 %
LACNIC ²⁷⁵	06/2014	0,21%
ARIN ²⁷⁶	09/2015	0%
AFRINIC ²⁷⁷	06/2018	0,79%

Fonte: o autor (2017).

Segundo a RFC 4632 (2006) o CIDR possibilitou a alocação de endereçamentos IP's mais flexível, pois as máscaras poderiam ser ajustadas em conformidade ao tamanho de cada rede, não havendo mais a obrigatoriedade de utilização com os três tamanhos fixos estipulados por cada tipo de classe A, B, ou C com suas respectivas máscaras como era descrito na RFC 1519, que se tornou obsoleta após a adoção do CIDR, os endereços são

²⁷² Imagem disponível em: <http://www.potaroo.net/tools/ipv4/plotend.png>

²⁷³ APINIC – Centro de informação da rede Ásia-Pacífico

²⁷⁴ RIPE NCC - Centro de Coordenação de Rede. RIR para a Europa, o Oriente Médio e partes da Ásia Central

²⁷⁵ LACNIC – Registro de Endereçamento da Internet para a América Latina e o Caribe.

²⁷⁶ ARIN – Registro Americano para Números da Internet para o Canadá, muitas ilhas do Caribe, Atlântico Norte e os Estados Unidos.

²⁷⁷ AFRINIC - Centro de informação da rede africana

especificados com o sufixo /XX que poderiam ir até /32 para representar quantos bits a máscara possuiria para redes (1) e para hosts (0) numa representação binária como o /24 = 255.255.250.0, trazendo maior flexibilidade e adequação de uso.

Segundo a RFC 3022 (2001), o NAT é uma técnica paliativa que foi desenvolvida para solucionar temporariamente o problema do esgotamento dos endereços de IPv4, visto que um computador da rede teria um IP público, e os demais hosts da rede teriam os chamados IP's privados, que são utilizados somente para tráfego interno. Quando algum desses hosts necessitarem de comunicação externa a rede a qual ele pertence, como a internet, o tráfego é direcionado para o *gateway*²⁷⁸ da rede, que possui comunicação com as redes internas e externas, para que o mesmo faça uma intermediação traduzindo o tráfego.

O mascaramento utilizado no NAT quebrou o princípio fim-a-fim proposto na concepção da internet, a conexão direta entre dois *hosts*, dentre os principais problemas é possível citar a limitação do número de conexões simultâneas, restrições a aplicações que necessitam de conexão host-a-host para um bom funcionamento como P2P²⁷⁹, VPN²⁸⁰ e VoIP²⁸¹, exigindo maior poder computacional do *gateway da rede*. (BRITO, 2013).

As técnicas utilizadas para contornar o esgotamento de IPv4 tinham como principal objetivo oferecer soluções paliativas para dar uma sobrevida ao protocolo em uso, evitar que houvesse estagnação da rede e para que pudesse ser aprimorado e implementado um novo protocolo que já estava em desenvolvimento, o IPv6.

4.2. O PROTOCOLO IPv6

As soluções desenvolvidas para contornar a limitação de endereços possíveis em IPv4, embora tenham conseguido certo êxito na redução de solicitações de IP's junto a IANA, não foram suficientes para solucionar a demanda de crescimento da rede.

O IPv6 foi projetado inicialmente para suprir o esgotamento de endereços IPv4, trazendo mudanças na estrutura do cabeçalho IP, mais simplificado e de tamanho fixo, acoplamento de funcionalidades no ICMP, uso do PMTUD e IPsec nativo. (BRITO, 2013).

De acordo com a RFC 1550 (1993) as pesquisas desenvolvidas para o sucessor do IPv4, que foi chamado IPng²⁸², que dentre as suas principais características além da escalabilidade e políticas de roteamento, deveriam prover transição, segurança, mobilidade e suporte a QoS²⁸³.

O IPv6 foi inicialmente projetado para sanar definitivamente a escassez de endereços IP's na internet, possuindo 128 bits de endereços possíveis:

²⁷⁸ Gateway – também conhecido como ponte de ligação, é um equipamento que interliga duas redes distintas

²⁷⁹ P2P - ponto-a-ponto - é uma arquitetura de redes onde cada host se comporta como cliente e servidor

²⁸⁰ VPN - Rede Virtual Privada - é um tipo de interligação entre redes ou hosts por túneis através de uma rede pública como a internet.

²⁸¹ VoIP – Protocolo Voz sobre IP - permite transportar voz sobre o protocolo IP como dados.

²⁸² IPng - Protocolo de Internet próxima geração - é um protocolo de 16 bits

²⁸³ QoS - Qualidade de Serviço é utilizando para garantir largura de banda ou priorização de tráfego

340.282.366.920.938.463.463.374.607.431.768.211.456 (340 Undecilhões) de endereçamento, é equivalente a 79 octilhões de vezes a quantidade de IPv4. (IPV6.BR, 2012).

O IPv6 não utiliza *broadcast*²⁸⁴, essa função foi acoplada ao *multicast*²⁸⁵ onde a informação é enviada para um grupo de interfaces, com relação ao funcionamento do *unycast*²⁸⁶ e *anycast*²⁸⁷ o funcionamento segue similar ao seu antecessor, o IPv4.

O endereçamento IPv6 é distinto do IPv4 não só pela capacidade de endereçamento, mas também pela forma, os endereços são compostos por oito grupos de 16 *bits* chamados hexadecatetos (hexadecimais), separados por dois pontos. (LACNIC, 2015).

Os endereços IPv6 não são case-sensitives, ou seja, não levam em consideração maiúsculo ou minúsculo, suportam sistema de abreviação do endereço omitindo os zeros a esquerda a cada hexadecateto, podendo suprimir longas sequências de zeros por “ :: “. Em URL o número do IP passa a vir entre colchetes para evitar ambiguidade quando for necessário especificar a porta no acesso. (IPV.BR, 2012).

O IPv6 trouxe algumas modificações na forma de funcionamento de algumas funções do seu antecessor como por exemplo: ICMP²⁸⁸, ARP²⁸⁹, RARP²⁹⁰, IGMP²⁹¹, NDP²⁹², novas implementações como PMTUD²⁹³ (*Path MTU Discovery*) para diferença de MTU²⁹⁴ dos nós, sendo todas acopladas no ICMPv6. (BRITO, 2013).

O cabeçalho do IPv6 trouxe algumas mudanças estruturais referentes ao seu antecessor como, por exemplo o tamanho, no IPv4 poderia variar de 20 a 60 bytes, no IPv6 ele é de tamanho fixo com 40 bytes, além da redução da quantidade de campos no cabeçalho de 12 para 8, removendo campos que se tornaram obsoletos para o IPv6, optando-se por manter o cabeçalho básico para otimizar o desempenho, além de novas funcionalidades que trouxeram aprimoramentos através de cabeçalhos de extensões que proporcionaram maior flexibilidade para futuras implementações com encadeamento de cabeçalhos. (IPV.BR, 2012).

De acordo com a RFC 4443 (2006) o ICMPv6 é obrigatória para todos os nós da rede, mantendo a mesma funcionalidade de reportar erros no tráfego e processamento de pacotes além de ganhar novas funcionalidades, que eram realizadas por outros protocolos como ARP

²⁸⁴ Broadcast - tipo de comunicação em que um quadro é enviado para todos os endereços da rede mesmo havendo somente um destinatário

²⁸⁵ Multicast – tipo de comunicação em que um quadro é enviado para um grupo no qual há diversas interfaces associadas

²⁸⁶ Unicast – tipo de comunicação em que um quadro é enviado para um único endereço da rede

²⁸⁷ Anycast - tipo de comunicação em que um quadro é enviado a uma interface pertencente a um grupo

²⁸⁸ ICMP - Protocolo utilizado para fornecer relatórios de erros de comunicação

²⁸⁹ ARP - Protocolo de Resolução de Endereços - faz resolução de endereço lógico para endereço físico

²⁹⁰ RARP - Protocolo de Resolução Reversa de Endereços faz resolução de endereço físico para endereço lógico

²⁹¹ IGMP Protocolo - protocolo de controle de grupo de multicast

²⁹² NDP Protocolo de descoberta de vizinho protocolo de descoberta de vizinhança dos nós

²⁹³ PMTUD Protocolo utilizado para determinar dinamicamente o menor valor limite no trajeto

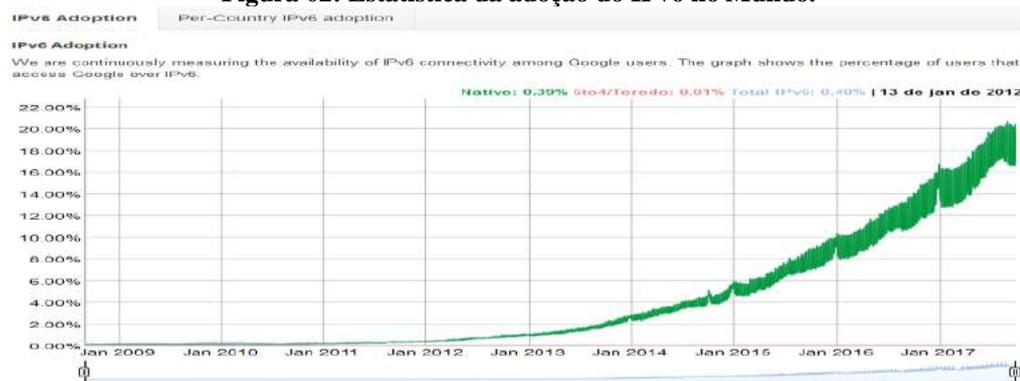
²⁹⁴ MTU - Unidade Máxima de Transmissão de um nó da rede

e RARP, sendo acoplado diretamente no ICMPv6, proporcionando melhorias em *firewall*²⁹⁵ por possibilitar bloquear descoberta de vizinhança e autoconfiguração.

Em conformidade com a RFC 1981 (1996) o PMTUD é um protocolo que foi desenvolvido com o intuito de se evitar fragmentação dos pacotes entre dois pontos, os pacotes não são montados e remontados nos roteadores²⁹⁶, no meio da conexão, em caso de divergências de MTU na rota, o roteador descarta o pacote, envia um retorno PMTUD no ICMPv6 informando que rejeitou o pacote e também o tamanho do seu MTU (*Packet Too Big*), assim o emissor faz os devidos ajustes para adequação da rota, havendo fragmentação somente na origem, por isso é imprescindível o não bloqueio de pacotes ICMP no IPv6.

O IPSec²⁹⁷ é um protocolo de segurança que possibilita a troca de informações entre hosts na internet de forma segura através de criptografia, possuindo suporte para criptografias simétricas, assimétricas e combinação entre elas, suporte aos cabeçalhos AH (*Authentication Header*), que provê criptografia do *payload* (dados) e do cabeçalho, e do ESP (*Encapsulated Security Payload*) que provê criptografia somente para o *payload* (dados), sendo possível uma combinação de técnicas com AH e ESP. (RFC 4301, 2005).

Figura 02: Estatística da adoção do IPv6 no Mundo.



Fonte: Google²⁹⁸ (2017).

De acordo com a Figura 02, houve um aumento significativo no uso de IPv6 a partir de 2014, coincidentemente com o esgotamento do IPv4 em muitas regiões, saindo de aproximadamente 3% em janeiro de 2014 para pouco mais de 20% em outubro de 2017.

Diante das diferenças técnicas e estruturais do IPv6 em relação ao IPv4, por decisão de projeto não foi contemplado uma retrocompatibilidade com a antiga versão do protocolo, sendo necessário o desenvolvimento de técnicas de transição para que essa migração ocorresse de forma progressiva, até a completa mudança para o IPv6.

²⁹⁵ Firewall - dispositivo de rede responsável por aplicar políticas de segurança de tráfego de dados e acesso a rede

²⁹⁶ Roteador – dispositivo de rede capaz de realizar e intermediar comunicação entre duas redes distintas

²⁹⁷ IPSec - Protocolo de extensão que provê segurança em nível de camada IP

²⁹⁸ Imagem disponível em: <https://www.google.com/intl/en/ipv6/statistics.html>

5. TÉCNICAS DE TRANSIÇÃO DO IPv4 PARA O IPv6

Este trabalho visa demonstrar as principais técnicas de transição que foram desenvolvidas para contornar problemas de interoperabilidade das versões dos protocolos IPv4 e IPv6, e que pudessem coexistir em um ambiente heterogêneo de forma que redes funcionando com protocolos distintos pudessem se comunicar até que a migração pudesse ocorrer de forma gradativa, sendo as principais: Pilha Dupla, Tradução e Tunelamento.

Segundo APINIC (2017), atualmente há uma predominância de redes em IPv4, por isso as principais técnicas são para prover conexões às redes IPv6, mas com o decorrer gradual da migração e quando as redes IPv6 forem majoritárias, será necessário o aprimoramento das técnicas para prover a comunicação das futuras redes legadas em IPv4.

5.1. PILHA DUPLA

A técnica de Pilha Dupla foi desenvolvida para prover conexões em IPv6 sem a necessidade de desativação imediata da pilha de protocolo IPv4, visando uma migração gradual reduzindo o impacto no processo de migração.

A técnica de Pilha Dupla apresenta certa facilidade de implementação ao tornar possível a utilização das duas pilhas de protocolos, nos hosts e roteadores de rede, permitindo que a rede funcione em ambas as versões, mas exigindo que se façam configurações das duas redes lógicas em cada dispositivo, até completar o processo de migração. (RFC 6333, 2011).

A estruturação dos servidores DNS (Domain Name System) deverá suportar registro AAAA (*quad-A*) que faz o mapeamento de nomes de registro IPv6 conforme a RFC 3596, deverá ser capaz de resolver os nomes de domínio independente da versão do protocolo que originou a consulta ou que está sendo utilizado no domínio solicitado. (RFC 4213, 2003).

A Pilha Dupla pode ser implementada mesmo em redes que utilizam NAT com um único IP público IPv4, onde os equipamentos deverão ter suporte as duas pilhas de protocolos sendo capaz de acessar qualquer dispositivo da rede independente de versão.

Paralelamente ao desenvolvimento e utilização da técnica de Pilha Dupla surgiu outra técnica, a de Tunelamento, que tinha como proposta oferecer conexões IPv6 sem a necessidade de implementação da nova pilha de protocolo em todos os *hosts* da rede.

5.2. TUNELAMENTO

Essa técnica foi desenvolvida visando além de prover conexões IPv6 para redes com IPv4, proporcionar facilidade de implementação por necessitar das duas pilhas de protocolos e configurações somente nos roteadores ou firewall de borda.

As técnicas de tunelamento consistem em realizar o encapsulamento do pacote IPv6 dentro de um pacote IPv4, quando o pacote IPv4 ao chegar ao destino deve ser descapsulado, para então receber a informação contida no pacote IPv6, a situação inversa também pode

ocorrer em casos onde as redes envolvidas na troca de informação estão com IPv4 e o meio pelo qual as informações serão transmitidas está com IPv6, sendo uma técnica de boa aceitação no processo de transição para soluções de curto prazo. (BRITO, 2013).

O 6in4 é uma variante da técnica de tunelamento que é utilizado quando o meio envolvido nos enlaces não possui suporte nativo a IPv6 e para contornar essa situação é criado um túnel estático em IPv4 e dentro desse túnel passa o tráfego IPv6, é também conhecida como protocolo 41 e comporta encapsulamento somente do IPv6. (RFC 4213, 2005).

A Técnica de Tunelamento GRE (*Generic Routing Encapsulation*), originalmente desenvolvido pela Cisco, é um tipo de tunelamento estático para tráfego de dados em IPv6 dentro de túneis em IPv4, que se difere do 6in4 por exemplo, por suportar dentro do seu *payload* (dado do pacote) outros tipos de protocolos além do IPv6 que é encapsulado dentro do pacote GRE, que é novamente encapsulado dentro do pacote IPv4 exigindo dos *firewalls* e roteadores de borda um tratamento específico para realizar a filtragem desse múltiplo encapsulamento. (RFC 2784, 2000).

A técnica de Tunelamento *Tunnel Broker* permite que um host ou rede com IPv4 possa ter conexões IPv6 através de um provedor que disponibiliza um túnel, a semelhança do funcionamento de um servidor VPN, através de um provedor de serviço que utiliza software ou scripts provêm conexões IPv6 com blocos /64 à /48. (RFC 3053, 2001).

Esse tipo de tunelamento é de fácil implementação inclusive para usuários domésticos que queiram testar o uso do IPv6, mas seu provedor de internet não oferece suporte ao protocolo, e não possuem conhecimento técnico para implementação.

A técnica de Tunelamento 6to4 foi uma das primeiras técnicas de transição desenvolvidas, cujo princípio de funcionamento baseava-se na utilização de relays públicos com pilha dupla para disponibilização dos túneis, que oferecessem conectividade IPv6 do tipo stateless²⁹⁹ mesclando a técnica 6in4 automaticamente, tornando possível a comunicação de redes IPv4 com hosts ou sites na internet com IPv6 e isso de forma dinâmica, são mantidos de forma colaborativa, apresentaram diversos problemas de segurança. (RFC 3056, 2001).

O tunelamento Teredo foi desenvolvido pela Microsoft e é uma técnica dinâmica, tendo como diferencial a possibilidade dos hosts que estão com acesso à internet através de NAT, fornecendo um túnel IPv4 com UDP no qual se provê conectividade IPv6 através de servidores públicos com pilha dupla, cuja utilização atualmente não é recomendada por questões de falhas de segurança, sendo recomendada sua desativação, já que vem instalado e ativado nativamente em sistemas como Windows Vista e 7, sendo recomendado o bloqueio no firewall de borda da porta UDP 3544 para esse tipo de túnel. (RFC 438, 2006).

De acordo com a RFC 4214 (2005), os túneis do tipo ISATAP (*Intra-Site Automatic Tunnel Addressing Protocol*) possuem aplicabilidade inversa do 6in4, realizando o

²⁹⁹ Stateless – sem estado – é um tipo de protocolo que não guarda o estado da conexão estabelecida, tratando novas conexões de forma independente.

encapsulamento do pacote IPv4 dentro de um pacote IPv6, sendo uma técnica de tunelamento dinâmica, sem necessidade de relays públicos, com aplicação somente para redes internas.

Uma terceira opção de técnica de transição foi a de Tradução, cuja proposta era prover interconexão entre redes distintas através de dispositivos de borda que pudessem realizar a conversão de uma pilha de protocolo para a outra e possibilitar a comunicação.

5.3. TRADUÇÃO

A Tradução é um tipo de técnica de transição que propôs a interconexão das redes sem a necessidade delas estarem utilizando as mesmas versões de protocolo, permitindo que uma determinada rede com IPv4 possa se comunicar com outras redes tenha IPv6, necessitando que seja feita uma tradução de um tipo para outro.

O funcionamento dessa técnica é semelhante ao que ocorre de IP público para IP privado e pode ser aplicada também a versionamento diferentes do protocolo IP, necessitando de Pilha Dupla somente nas bordas das redes. (IPV6.BR. 2012) .

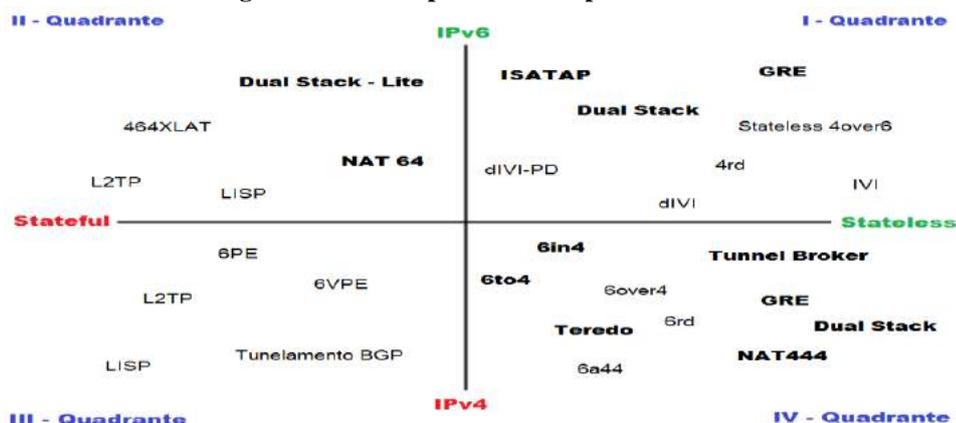
A técnica de Tradução NAT444 também conhecida por CGNAT (Carrier Grade NAT), ou simplesmente NAT, que faz dupla aplicação de NAT44 com traduções de portas IPv4 para IPv4, uma na rede do usuário, e outra no ISP, onde há três blocos de IP's envolvido, os Públicos na internet, os endereços privados na rede do usuário, e os endereços de um bloco privado especial criado na rede do provedor chamado de endereços compartilhados (*Shared Address Space*) especificado na RFC 6598, comprometendo a flexibilidade e escalabilidade da rede, sua administração é complexa, quebrando um dos princípios de funcionamento da internet que é a simplicidade do núcleo, não é uma técnica recomendada pelos órgãos gestores de internet, sendo NAT sobre NAT. (RFC 1918, 1996).

A técnica de Tradução NAT64 e DNS64 é útil em ambientes de predominância IPv6 onde há a necessidade de se realizar acesso a redes com IPv4, sendo necessária à tradução das requisições IPv6 em IPv4 que ao obter resposta realizam a tradução inversa, do IPv4 para o IPv6, é uma tradução do tipo *stateful*³⁰⁰, ou seja, as consultas IPv4 são armazenadas na tabela de roteamento de forma estática para um prefixo IPv6 pré-definido do ISP, ou para um bloco exclusivo reservado para essa finalidade. (RFC 6146, 2011).

Para a implementação do NAT64 é obrigatório à utilização de outra técnica auxiliar, o DNS64, para realizar a tradução de nomes de domínios no caso do destino ser ainda em IPv4 é realizado um encaminhamento para o DNS64, que ao detectar que o nome consultado não possua registro AAAA (*quad-A*) será acrescentado o registro de mapeamento pré-definido para tradução NAT64 mais os 32 bits de endereçamento IPV4, e então os pacotes são encaminhados para o equipamento responsável por fazer a tradução *stateful*, substituindo o IPv6 do usuário por um IPv4 público. (RFC 6147, 2011).

³⁰⁰ Statefull – tipo de conexão que armazena o estado da conexão de forma permanente

Figura 03: Matriz protocolo X tipo de conexão.



Fonte: o autor (2017)

De acordo com a Figura 03, as técnicas estão divididas pelos tipos de conexão stateless e stateful e por predominância do protocolo de rede IPv4 e IPv6, sendo que as técnicas que estão em negrito foram abordadas neste artigo, salientando que é recomendável a utilização de técnicas do tipo stateless, neste caso as que estão nos quadrantes I e IV.

As técnicas de transição como o próprio nome sugerem, não devem ser consideradas como soluções definitivas, mas como auxílio até que o processo de migração para o IPv6 seja completado. Esses mecanismos de transição são importantes para manter a interoperabilidade da rede enquanto se faz a migração de forma.

6. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Em virtude da impossibilidade de realizar testes com redes que estejam utilizando IPv6, foi proposto a simulação em um ambiente virtualizado, no qual foram utilizados: o VirtualBox para criar e gerir as VM's (*Virtual Machine*), o sistema operacional Linux Xubuntu, o Core (*Common Open Research Emulator*) como simulador de redes, o Iperf para geração de tráfego TCP e UDP, o *Wireshark* para a análise de tráfego e uma adaptação dos cenários propostos no livro Laboratório IPv6 da Equipe IPV6.BR.

O VirtualBox é um programa multiplataforma para virtualização de sistemas operacionais baseado em software, sendo possível criar e gerenciar máquinas virtuais de vários sistemas em um único host, sendo capaz de instanciar várias VM's, está disponível em: <https://www.virtualbox.org/wiki/Downloads>.

O Xubuntu é uma distribuição Linux que tem com base o Ubuntu, cuja mantenedora é a Canonical, utiliza o XFCE (*Xform Common Environment*), mantendo a solidez da base Ubuntu com a leveza e versatilidade da interface XFCE, está disponível em: <https://xubuntu.org/getxubuntu/#lts>.

O Core é um simulador de rede versátil que possibilita a interligação com outras instâncias do mesmo na rede, ou com rede física, tem suporte para criação de cenário no estilo *drag-and-drop*³⁰¹. Disponível em: <https://www.nrl.navy.mil/itd/ncs/products/core>.

O Iperf é um aplicativo multiplataforma desenvolvido em C++ utilizado para geração de tráfego TCP/UDP, teste de *throughput*³⁰², desenvolvido pela NLANR (*National Laboratory for Applied Network*) disponível em: <https://iperf.fr/iperf-download.php>.

O Wireshark, é um sniffer³⁰³ amplamente utilizado para análise de tráfego de redes, possui suporte para IPv4 e IPv6, GUI (*Graphical User Interface*) intuitiva e recurso de geração de gráficos. Disponível em: <https://www.wireshark.org/download.html>.

A utilização desse conjunto de ferramentas proporcionou recursos para viabilizar a implementação de cenários virtuais onde foi simulado o funcionamento dos três tipos de técnicas de transição, sendo possível mensurar o desempenho da rede.

A implementação utilizou três cenários distintos para simular no Core o uso de cada um dos três tipos de técnica de transição, onde foi utilizado o Iperf para gerar tráfego de rede, o Wireshark para analisar o tráfego, e também a construção de planilhas para realizar comparativo de desempenho com geração de gráficos.

Foram utilizadas as mesmas métricas para mensurar o desempenho das redes com uso de IPv4 e de um tipo de cada técnica de transição, foram realizados 20 entradas de cada tipo de teste para se obter uma média, cada entrada foi submetida por um intervalo de 60 segundos e os enlaces de redes foram definidos com velocidade de 100 Mb.

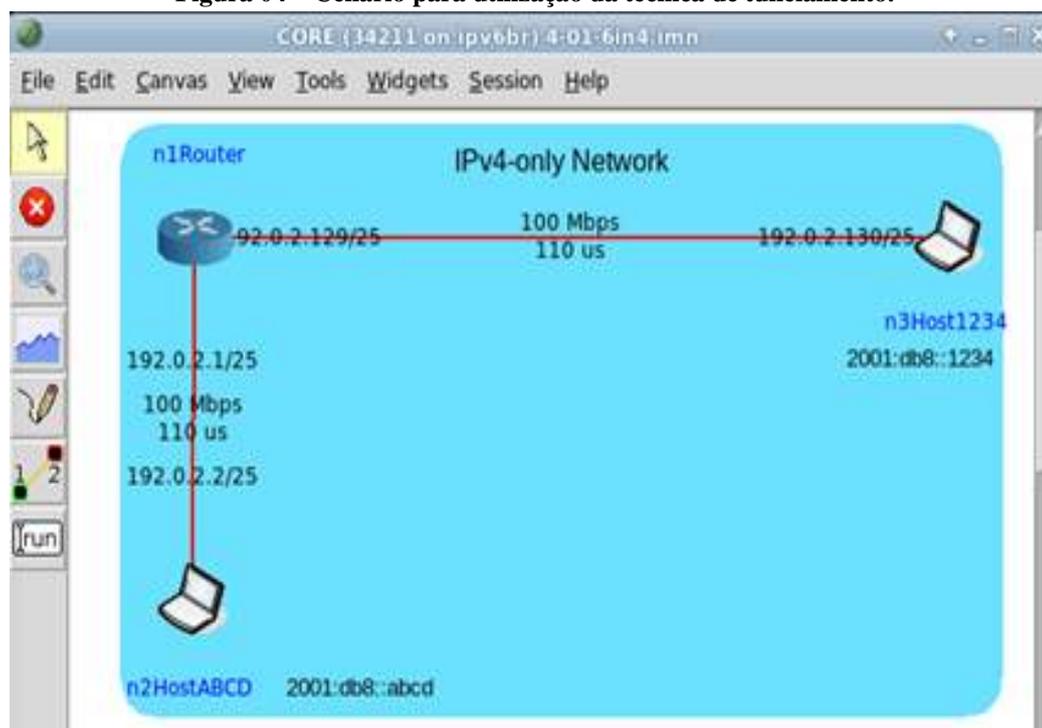
Na primeira análise foi utilizado um cenário para simular o funcionamento da técnica de transição Tunelamento, onde foram aplicadas as variações: 6in4 e GER, onde todos os nós da rede possuem a pilha IPv4 e IPv6 com exceção do roteador.

³⁰¹ Drag-and-drop - nomenclatura usual em interfaces gráficas onde os objetos podem ser arrastados para posições diferentes

³⁰² *Throughput* – taxa de transferência de dados de um ponto a outro da rede

³⁰³ Sniffer – um farejador que intercepta e analisa tráfego de rede

Figura 04 – Cenário para utilização da técnica de tunelamento.



Fonte: Adaptado de Moreiras, A. et al. (2012).

De acordo com a Figura 04, o host n2HostABCD e o host n3Host1234 possuem as duas pilhas de protocolos, sendo que o roteador n1Router possui somente IPv4, todos os enlaces possuem velocidade de 100 Mb gerado tráfego com entre esses dois hosts.

Figura 05: Análise de encapsulamento 6in4.

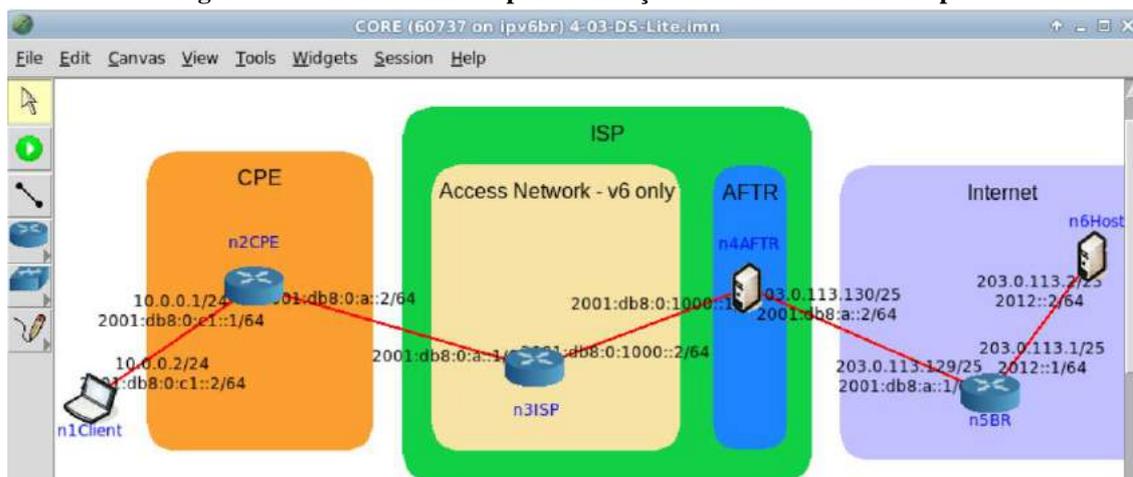
No.	Time	Source	Destination	Protocol	Length	Info
1	0.000000	2001:db8::abcd	2001:db8::1234	ICMPv6	138	Echo (ping) request id=0x002d, seq=54
2	0.000025	2001:db8::1234	2001:db8::abcd	ICMPv6	138	Echo (ping) reply id=0x002d, seq=54
3	0.999351	2001:db8::abcd	2001:db8::1234	ICMPv6	138	Echo (ping) request id=0x002d, seq=55
4	0.999393	2001:db8::1234	2001:db8::abcd	ICMPv6	138	Echo (ping) reply id=0x002d, seq=55
5	1.999366	2001:db8::abcd	2001:db8::1234	ICMPv6	138	Echo (ping) request id=0x002d, seq=56
6	1.999415	2001:db8::1234	2001:db8::abcd	ICMPv6	138	Echo (ping) reply id=0x002d, seq=56
7	7.011221	00:00:00:aa:00:03	00:00:00:aa:00:07	ARP	42	Who has 192.0.2.1234? Tell 192.0.2.130

▼ Internet Protocol Version 4, Src: 192.0.2.130 (192.0.2.130), Dst: 192.0.2.2 (192.0.2.2)	
Version:	4
Header length:	20 bytes
Differentiated Services Field:	0x00 (DSCP 0x00: Default; ECN: 0x00: Not-ECT (Not ECN-Capable Transport))
Total Length:	124
Identification:	0x691a (26906)
Flags:	0x02 (Don't Fragment)
Fragment offset:	0
Time to live:	64
Protocol:	IPv6 (41)
Header checksum:	0x4cba [correct]

Fonte: o Autor (2017).

De acordo com a Figura 05, o tráfego capturado pelo analisador de tráfego Wireshark, é possível observar no protocolo IPv4 a origem e o destino, a flag 41 que identifica a técnica 6in4, a origem e destino no protocolo IPv6 encapsulado dentro do IPv4.

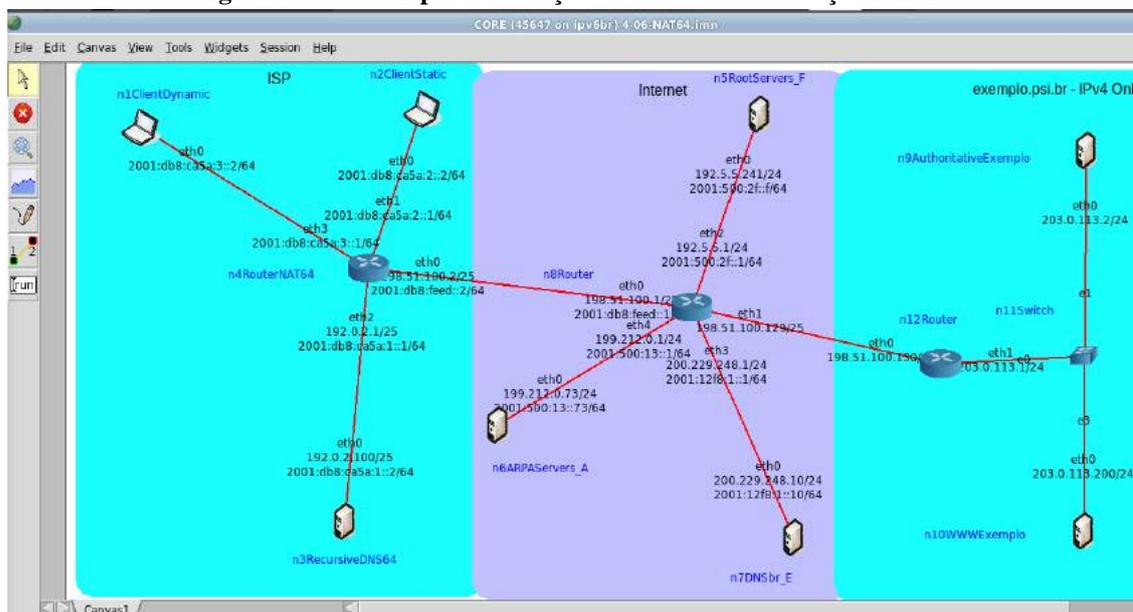
Figura 06: Cenário utilizado para utilização da técnica de Pilha Dupla.



Fonte: Adaptado de Moreiras, A. et al. (2012).

De acordo com a Figura 06, o cenário utilizado para teste com a técnica de Pilha Dupla têm a rede do ISP, a rede do cliente e a rede de destino que trabalham com as duas pilhas de protocolos. Foi gerado tráfego de rede entre os hosts n1Client e n6Host utilizando os protocolos IPv4 e IPv6 segundo as métricas pré-estabelecidas para mensurar o desempenho da técnica de transição.

Figura 07: Cenário para utilização da técnica de Tradução NAT64.



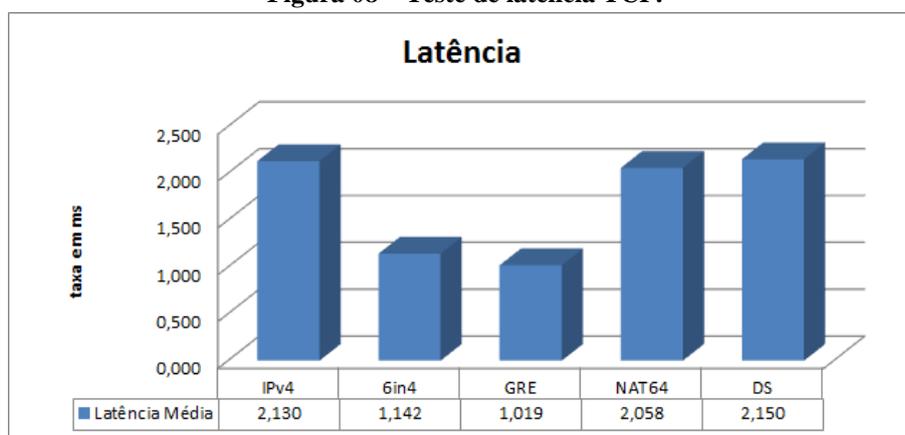
Fonte: Adaptado de Moreiras, A. et al. (2012).

De acordo com a Figura 07, o cenário utilizado para testes com a técnica de Tradução NAT64, onde temos a rede do ISP a internet, e o roteador de borda do ISP com as duas pilhas de protocolos, e um site utilizando somente IPv4. Foi gerado tráfego de rede do host n1ClientDynamic que utiliza somente IPv6 para o host n10WWWExemplo que utiliza somente IPv4, passando pela processo de tradução para depois mensurar o tráfego de rede.

7. RESULTADOS

Após implementar um tipo de cada técnica de transição do IPv4 para o IPv6, foram realizados alguns testes como: medição de latência, variação de latência, teste de Jitter para mensurar variação de atrasos na entrega de dados em rede, bandwidth³⁰⁴ e throughput³⁰⁵, variação de throughput, através da geração de tráfego de rede com o Iperf para os protocolos TCP com tráfego simples, full-duplex³⁰⁶ e com cinco acessos simultâneos, e com UDP com pacotes de tamanho de 100 kb, 500 kb, 1.000 kb, 10 Mb e 50 Mb para analisar o Jitter³⁰⁷ e com 100 Mb, para analisar o percentual de perda de pacotes nas redes utilizando as técnicas de transição.

Figura 08 – Teste de latência TCP.



Fonte: o autor (2017).

De acordo com a Figura 08, os testes de latência com o protocolo TCP com o tamanho de pacote padrão, as técnicas de tunelamento obtiveram um melhor desempenho com uma ligeira vantagem do GRE sobre o 6in4, sendo que as técnicas de Tradução e Tunelamento obtiveram desempenho semelhante ao IPv4.

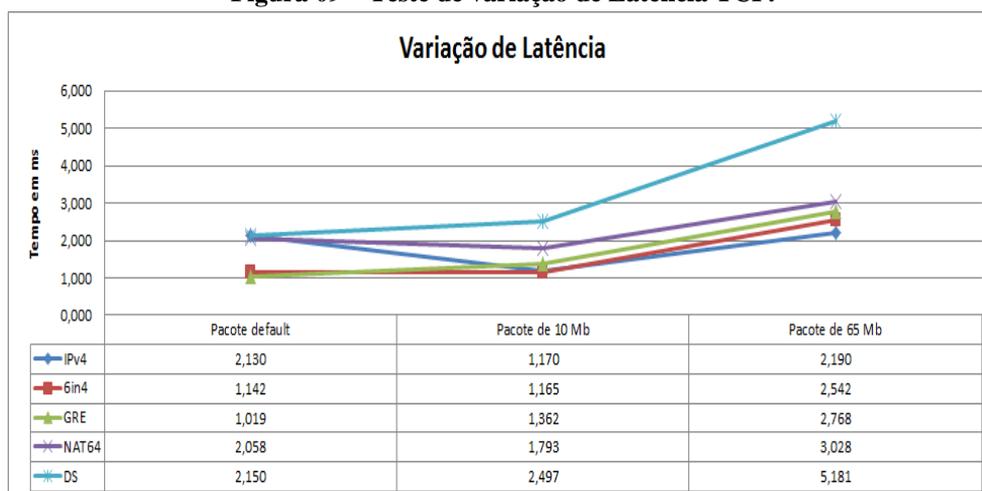
³⁰⁴ Bandwidth – é a largura de banda de um determinado meio em um intervalo de tempo medida em bits

³⁰⁵ Throughput – é a quantidade de dados transferido em uma rede de um host a outro em um intervalo de tempo

³⁰⁶ Full-duplex ou transmissão bidirecional onde os hosts envolvidos atuam como transmissor e receptor simultaneamente.

³⁰⁷ Jitter – é uma variação da estatística do atraso na entrega de pacotes em uma rede através de envios sucessivos.

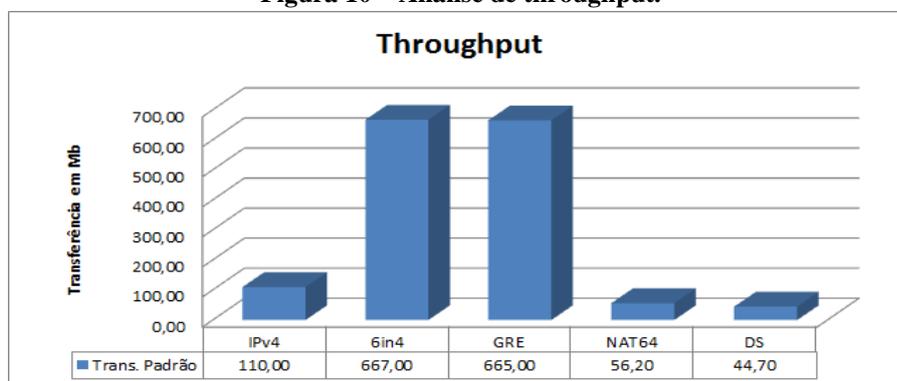
Figura 09 – Teste de variação de Latência TCP.



Fonte: o Autor (2017).

De acordo com a Figura 09, nos testes com variação de latência com três tamanhos de pacotes diferentes, as técnicas de tunelamento não só obtiveram o melhor tempo, como também apresentaram a menor variação com ligeira vantagem do 6in4 para o GRE, sendo que as técnicas de Tradução e Pilha Dupla tiveram desempenho inferior ao IPv4 nativo e apresentaram também uma maior variação, com a técnica de Pilha Dupla apresentou o pior resultado.

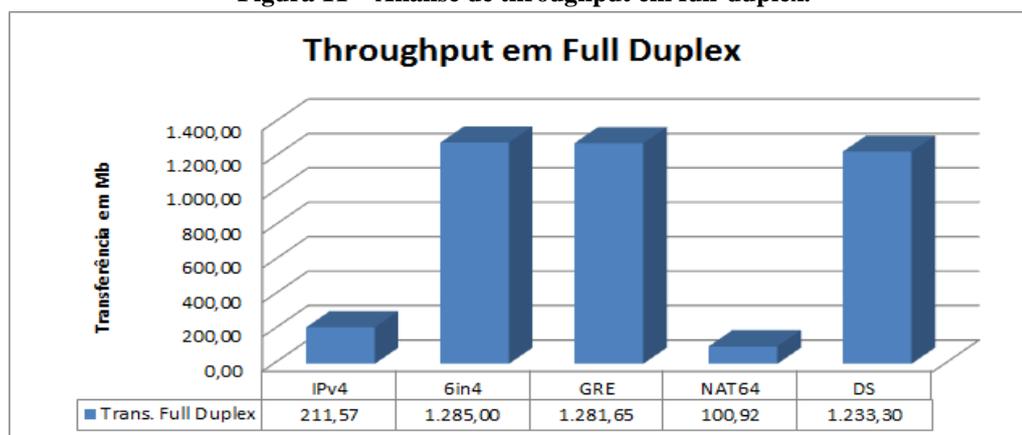
Figura 10 – Análise de throughput.



Fonte: o Autor (2017).

De acordo com a Figura 10, o throughput que é a capacidade de transferência de dados da rede, as técnicas de Tunelamento obtiveram um desempenho bem superior às demais analisadas, com uma ligeira vantagem do 6in4 sobre o GRE, sendo que a técnica de Pilha Dupla obteve o pior resultado, inferior inclusive ao IPv4 nativo.

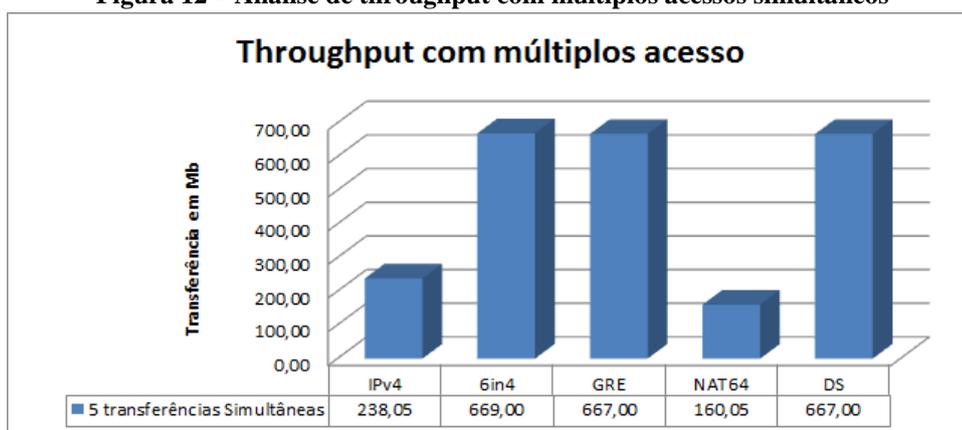
Figura 11 – Análise de throughput em full-duplex.



Fonte: o Autor (2017).

De acordo com a Figura 11, a capacidade da rede operando em modo *full-duplex*, capacidade de enviar e receber dados simultaneamente, as técnicas de Tunelamento obtiveram pequena vantagem sobre a Pilha Dupla com o 6in4 obtendo o melhor desempenho e a técnica de Tradução obteve o pior desempenho, inferior inclusive ao IPv4 nativo.

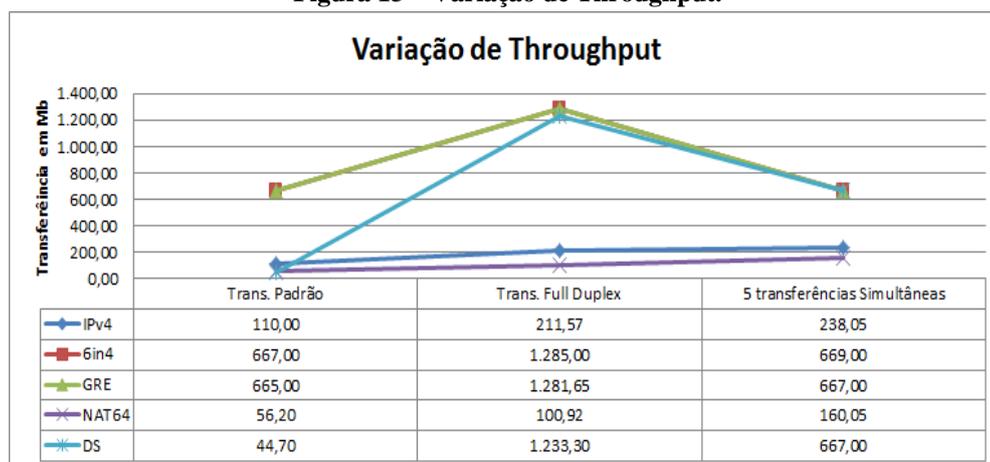
Figura 12 – Análise de throughput com múltiplos acessos simultâneos



Fonte: o Autor (2017).

De acordo com a Figura 12, a capacidade da rede operando com cinco acessos simultâneos com um host da rede que simulou um servidor, a técnica de Tunelamento 6in4 obteve o melhor desempenho com uma pequena diferença para o GRE e a Pilha Dupla, a técnicas de Tradução obteve o pior desempenho, inferior ao alcançado com IPv4 nativo.

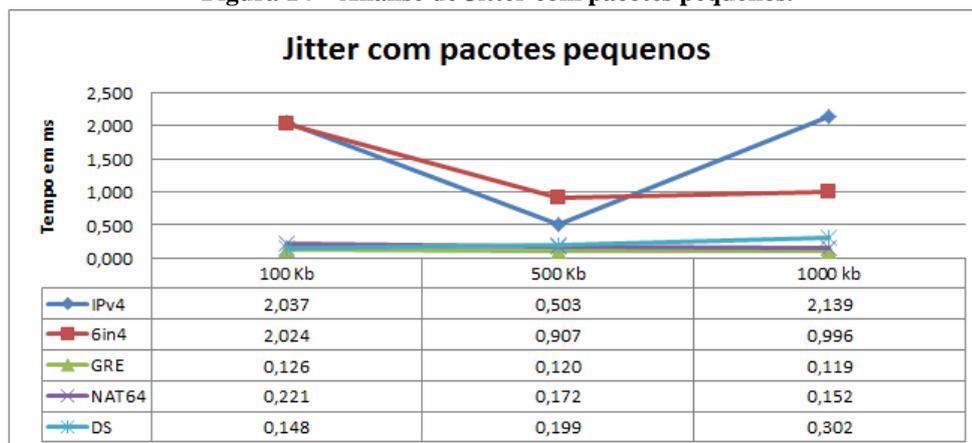
Figura 13 – Variação de Throughput.



Fonte: o Autor (2017).

De acordo com a Figura 13, a variação de throughput entre os modos de operação simples, full-duplex e com cinco acessos simultâneos, o IPv4 obteve a menor variação, mas sempre com as piores taxas, dentre as técnicas de transição as de Tunelamento obtiveram o melhor desempenho neste quesito, seguido pela Pilha Dupla.

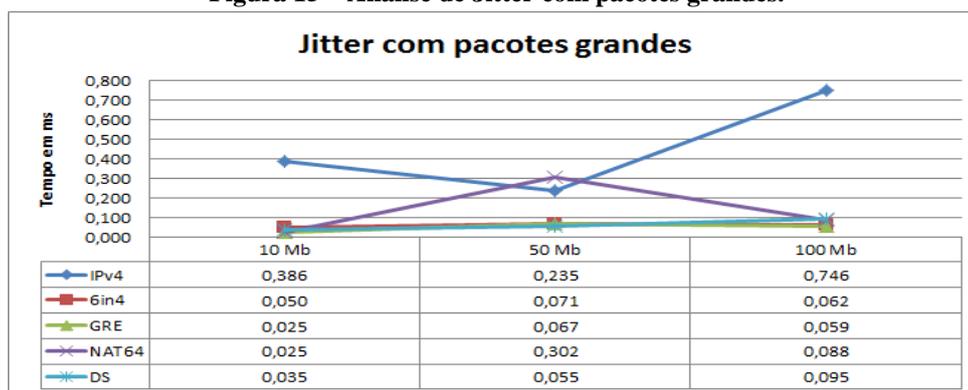
Figura 14 – Análise de Jitter com pacotes pequenos.



Fonte: o Autor (2017).

De acordo com a Figura 14, nos teste com UDP com pacotes de 100 Kb, 500 Kb e 1.000 Kb a taxa do Jitter, a técnica de Tunelamento GRE obteve o melhor desempenho com uma pequena vantagem sobre a Pilha Dupla, seguido pela técnica de Tradução, sendo que o 6in4 obteve o pior desempenho comparado com outras técnicas sendo melhor somente IPv4 além de apresentar a maior variação com pacotes de tamanhos diferentes.

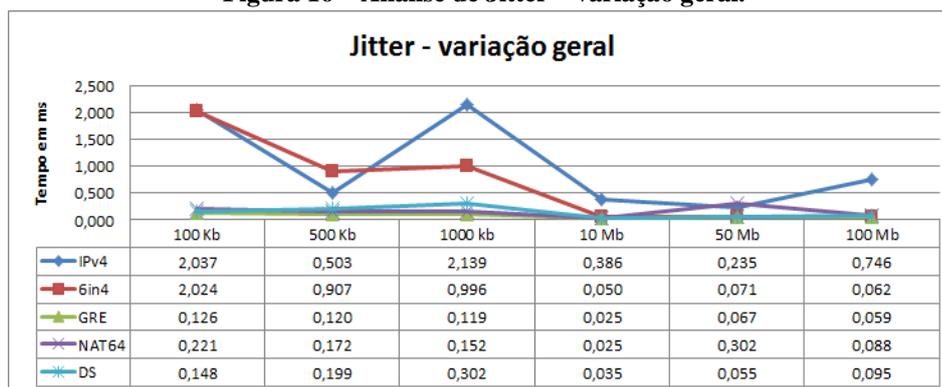
Figura 15 – Análise de Jitter com pacotes grandes.



Fonte: o Autor (2017).

De acordo com a Figura 15, nos teste com UDP com pacotes de 10 Mb, 50 Mb e 100 Mb a taxa do Jitter apresentou o melhor desempenho com a técnica de Tunelamento GRE com pequena vantagem para Pilha Dupla e 6in4, onde o IPv4 apresentou o pior desempenho e também a maior taxa de variação, sendo que das técnicas de transição a de Tradução teve o pior desempenho na variação do Jitter.

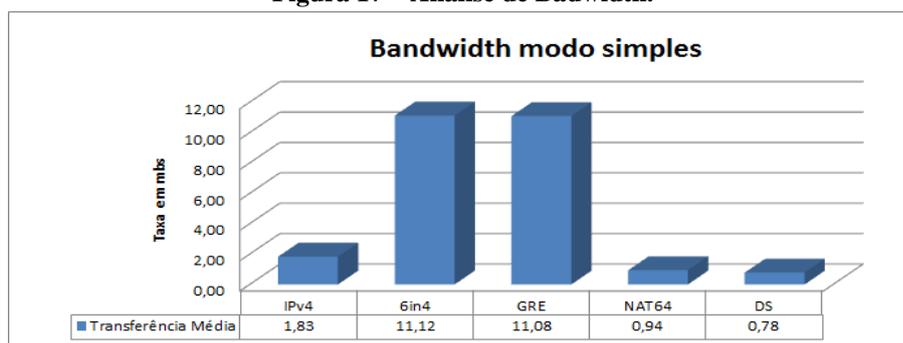
Figura 16 – Análise de Jitter – variação geral.



Fonte: o Autor (2017).

De acordo com a Figura 16, a variação geral do Jitter com todos os tamanhos de pacotes realizados nos testes de simulação, a técnica de Tunelamento GRE obteve o melhor desempenho, com uma diferença mínima para Pilha Dupla e Tradução, sendo que a técnica 6in4 obteve o pior desempenho das técnicas de transição.

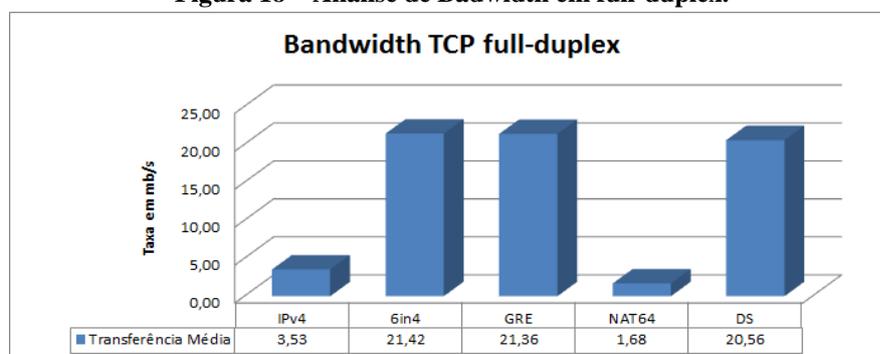
Figura 17 – Análise de Badwidth.



Fonte: o Autor (2017).

De acordo com a Figura 17, a largura de banda utilizada em modo TCP com as técnicas de Tunelamento foram muito superiores as demais, com as técnicas de Pilha Dupla e tradução sendo inferiores ao IPv4.

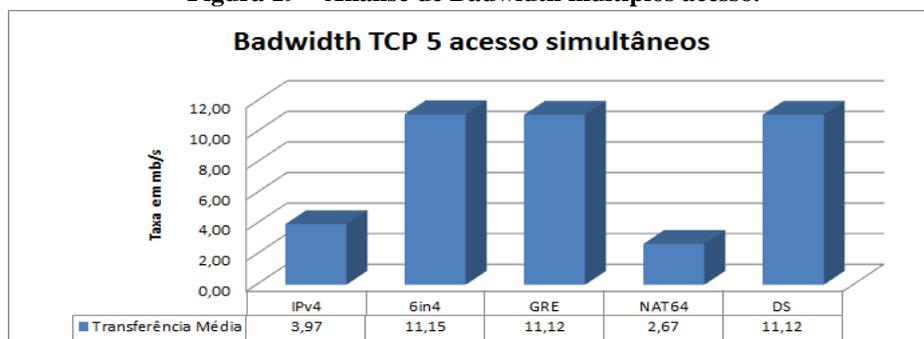
Figura 18 – Análise de Badwidth em full-duplex.



Fonte: o Autor (2017)

De acordo com a Figura 18, a largura de banda em TCP em modo full-duplex as técnicas de Tunelamento obtiveram os melhores resultados, com uma ligeira vantagem para a Pilha dupla, sendo que a técnica de Tradução obteve desempenho inferior ao obtido com IPv4.

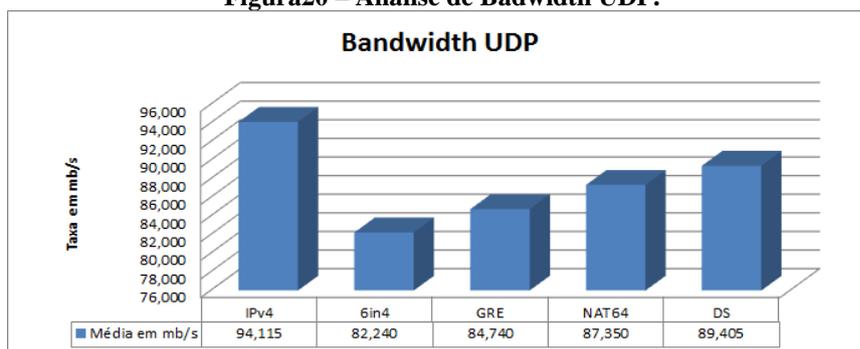
Figura 19 – Análise de Badwidth múltiplos acesso.



Fonte: o Autor (2017).

De acordo com a Figura 19, a largura de banda em TCP com múltiplos acessos simultâneos as Técnicas de Tunelamento obtiveram o melhor desempenho com ligeira vantagem para a Pilha Dupla, a técnica de Tradução obteve o pior resultado, inferior ao IPv4.

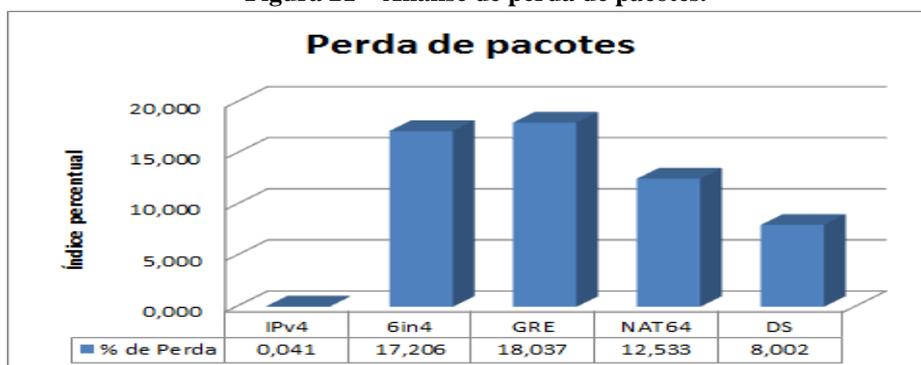
Figura20 – Análise de Badwidth UDP.



Fonte: o Autor (2017).

De acordo com a Figura 20, a largura de banda em modo UDP todas as técnicas de transição foram inferiores ao IPv4, sendo que a Pilha Dupla foi a que obteve o melhor desempenho, seguida pela Tradução e o pior resultado ficou com Tunelamento.

Figura 21 – Análise de perda de pacotes.



Fonte: o Autor (2017).

De acordo com a Figura 21, nos testes UDP utilizando a capacidade máxima da rede de 100 Mb, o IPv4 teve uma perda de pacotes insignificante, com relação as técnicas de transição a Pilha Dupla obteve o melhor desempenho, seguida pela técnica de Tradução, a técnicas de Tunelamento obteve o pior resultado, sendo que o GRE foi inferior ao 6in4.

Os resultados obtidos através dos testes realizados, as técnicas de Tunelamento e Pilha Duplas obtiveram resultados satisfatórios, a técnica de Tradução obteve resultados inferiores de desempenho na maioria dos quesitos comparados com as outras técnicas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de migração para IPv6 vai muito além da realidade do esgotamento de endereços IPv4, pois há muitas novas tecnologias, como as relacionadas à IoT, VoIP, IPTV, streaming de áudio e vídeo por exemplo, em que é difícil imaginar sua implementação e o bom funcionamento sem utilização de IPv6.

Baseado nas características descritas sobre as técnicas analisadas e nos resultados obtidos, o objetivo de realizar uma comparação de funcionamento mensurando o uso das

técnicas em ambiente virtualizado foi obtido êxito, e cuja pesquisa pode contribuir para um projeto de migração de redes IPv4 para IPv6.

A escolha de uma técnica de transição deve levar em consideração as características de cada técnica, a sua aplicabilidade, a estrutura da rede, os tipos de serviços utilizados, a escalabilidade da rede, o tempo estimado no processo de migração e os resultados obtidos com os testes realizados em ambiente simulado.

Em uma escala de prioridades para definição de uma técnica de transição a primeira opção deve ser a Pilha Dupla por ser uma solução viável em curto e médio prazo, por priorizar a utilização imediata do IPv6 em todos os hosts da rede, possuir facilidade de implementação por não requerer a realização de grandes mudanças na rede, pois o protocolo em uso continua em funcionamento podendo implantar o IPv6 para realizar a transição de forma gradativa, ser de rápida implementação, além de obter resultados satisfatórios nos testes em ambiente simulado. É importante salientar que o fato de existirem duas redes lógicas em uma mesma rede física, por causa das duas pilhas de protocolos, demanda maior organização e manutenção podendo comprometer a escalabilidade em um processo de migração em longo prazo.

A segunda opção deve ser da técnica de Tunelamento, por ser uma solução viável em curto, médio e longo prazo, pela simplicidade de implementação, não havendo a necessidade de utilização de IPv6 em todos os *hosts* da rede, requerendo implementação de Pilha Dupla somente nas bordas das redes, como firewall e roteadores, possui baixa complexidade de implementação e manutenção, não comprometendo a escalabilidade da rede em virtudes das regras se concentrarem somente bordas, além de obter bons resultados nos testes simulados, devendo atentar para o cuidado de adequação de hardware ao crescimento da rede para não comprometê-la, por demandar maior capacidade computacional em um eventual crescimento das redes.

E por último a técnica de Tradução deve ser preterida em detrimento das demais por não priorizar a migração da rede para Ipv6, possuir maior complexidade de implementação e manutenção, podendo ter a escalabilidade comprometida além de não obter resultados satisfatórios comparada com outras técnicas de transição nos testes simulados.

REFERÊNCIAS

APINIC. **IPv6 Capable Rate by country (%)**. 2017. Disponível em: < <https://stats.labs.apnic.net/ipv6> >. Acesso em 30.05.2017.

BRITO, Samuel Henrique Bucker. **IPv6 - O Novo Protocolo da Internet**. São Paulo-SP: Novatec Editora, 2013.

IANA. **IPv4 Address Space Registry**. 2017. Disponível em: < <https://www.iana.org/assignments/ipv4-address-space/ipv4-address-space.xhtml> >. Acesso em: 01.06.2017.

IANA. **Number Resources**. 2017. Disponível em: < <https://www.iana.org/numbers> >. Acesso em: 01.06.2017.

IPv6.br. Funcionalidades Básicas. 2012. Disponível em: < <http://www.IPv6.br/post/funcionalidades-basicas> >. Acesso em: 16.03.2017.

IPv6.br. Introdução. 2012. Disponível em: < <http://IPv6.br/post/introducao> >. Acesso em: 06.03.2017.

IPv6.br. Transição. 2012. Disponível em: < <http://www.IPv6.br/post/transicao> >. Acesso em: 16.03.2017.

HUSTON, G. **IPv4 Address Report**. 2017. Disponível em: < <http://www.potaroo.net/tools/ipv4/> >. Acesso em 01.06.2017.

LACNIC. **Política de Designação e Alocação de endereços IPv6**. Disponível em : < <http://www2.lacnic.net/documentos/politicas/chapter-4-pt.pdf> >. Acesso em: 01.06.2017.

MOREIRAS, A. et al. **Laboratório de IPv6 – Aprenda na prática usando um emulador de redes**. São Paulo: Novatec Editora, 2015.

RFC 1550. **Next Generation (IPng) White Paper Solicitation**. 1993. Disponível em: < <https://tools.ietf.org/html/rfc1550> >. Acesso em: 15.05.2017.

RFC 1918. **Address Allocation for Private Internets**. 1996. Disponível em: < <https://tools.ietf.org/html/rfc1918>>. Acesso em: 09.03.2017.

RFC 1981. **Path MTU Discovery for IP version 6**. 1996. Disponível em: < <https://tools.ietf.org/html/rfc1981> >. Acesso em: 15.05.2017.

RFC 2784. **Generic Routing Encapsulation (GRE)**. 2000. Disponível em: < <https://tools.ietf.org/html/rfc2784> >. Acesso em: 15.04.2017.

RFC 3022. **Traditional IP Network Address Translator (Traditional NAT)**. 2001. Disponível em: < <https://www.ietf.org/rfc/rfc3022.txt> >. Acesso em: 11:03.2017.

RFC 3053. **IPv6 Tunnel Broker**. 2001. Disponível em: < <https://tools.ietf.org/html/rfc3053> >. Acesso em: 05.05.2017.

RFC 3056. **Connection of IPv6 Domains via IPv4 Clouds**. 2001. Disponível em: < <https://tools.ietf.org/html/rfc3056> >. Acesso em 29.04.2017.

RFC 3596. **DNS Extensions to Support IP Version 6**. 2003. Disponível em: < <https://tools.ietf.org/html/rfc3596> >. Acesso em: 15.05.2017.

RFC 4213. **Basic Transition Mechanisms for IPv6 Hosts and Routers**. 2005. Disponível em: < <https://tools.ietf.org/html/rfc4213> >. Acesso em: 20.05.2017.

RFC 4214. **Intra-Site Automatic Tunnel Addressing Protocol (ISATAP)**. 2005. Disponível em < <https://tools.ietf.org/html/rfc4214> >. Acesso em 30.09.2017.

RFC 4301. **Security Architecture for the Internet Protocol**. 2005. Disponível em : < <https://tools.ietf.org/html/rfc4301> >. Acesso em: 25.05.2017.

RCF 4443. **Internet Control Message Protocol (ICMPv6) for the Internet Protocol Version 6 (IPv6) Specification**. 2006. Disponível em: < <https://tools.ietf.org/html/rfc4443> >. Acesso em: 15.05.2017.

RFC 4632. **Classless Inter-domain Routing (CIDR): The Internet Address Assignment and Aggregation Plan**. 2006. Disponível em: < <https://www.ietf.org/rfc/rfc4632.txt> >. Acesso em: 18.05.2017.

RFC 6146. **Stateful NAT64: Network Address and Protocol Translation from IPv6 Clients to IPv4 Servers**. 2011. Disponível em: < <https://tools.ietf.org/html/rfc6146> >. Acesso em: 12.04.2017.

RFC 6147. **DNS64: DNS Extensions for Network Address Translation from IPv6 Clients to IPv4 Servers**. 2011. Disponível em: < <https://tools.ietf.org/html/rfc6147> >. Acesso em: 12.04.2017.

RFC 6333. **Dual Stack Lite (DS-Lite) - Dual-Stack Lite Broadband Deployments Following IPv4 Exhaustion**. 2011. Disponível em: < <https://tools.ietf.org/html/rfc6333>> Acesso em: 15.05.2017.

TANENBAUM, Andrew S. WETHERALL, David. **Redes de Computadores**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Pearson, 2003.

TORRES, Gabriel. **Redes de Computadores – Versão Revisada e Atualizada**. 2ª Edição Limitada. Rio de Janeiro, 2016.

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL EM FACE AO NÃO PAGAMENTO DE ALIMENTOS A MULHER: A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA

OLIVEIRA, Verônica Carvalho*
BRAGA, Eleeldo Osdisnei de Oliveira**
RAMALHO, Halleyde Souza***

Resumo: A pesquisa versa a respeito da violência doméstica e familiar, onde se constata por meio de um breve histórico a violência contra a mulher no Brasil, nesse aspecto esclarece-se o conceito desta violência. Destaca-se também uma grande figura feminina que marcou a luta das mulheres contra a violência no Brasil, Maria da Penha Maia Fernandes deu início a muitas das conquistas femininas. O estudo inicia-se com as definições de violência e demonstra os tipos de violência sofrido pelas mulheres e elencados na Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Nesse sentido suscita a espécie do gênero violência doméstica e familiar praticada contra a mulher, a violência patrimonial, trazendo o conceito e o dispositivo legal. Com isso objetiva-se disseminar o tema, de forma que as vítimas possam tomar conhecimento de um crime muito cometido contra as mulheres, porém pouco conhecido devido à falta de informação. Busca-se demonstrar a (in) eficácia da Lei 11.340/2006 que prevê o crime de violência patrimonial, bem como as dificuldades que a Lei enfrenta na tentativa de punir os agressores. Por fim, esclarece-se as vítimas sobre as medidas protetivas que visam proteger seu patrimônio. O presente estudo foi desenvolvido com base em levantamentos bibliográficos, sendo a pesquisa qualitativa.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Lei Maria da Penha. Violência Patrimonial.

Abstract: The research deals with domestic and family violence, where violence against women in Brazil is verified through a brief history. In this aspect, the concept of domestic and family violence is clarified. Also worthy of note is a great female figure who marked the struggle of women against violence in Brazil, and was a kick-start for many of the women's achievements. The study begins with the definitions of violence and demonstrates the types of violence suffered by women and listed in Law 11.340 / 2006, known as the Maria da Penha Law. In this sense it raises the kind of domestic violence and family violence practiced against women, the patrimonial violence, bringing the concept and the legal device. The objective is to disseminate the subject so that victims can learn about a crime committed against women, but little known due to lack of information. It seeks to demonstrate the (in) effectiveness of Law 11.340 / 2006 which provides for the crime of patrimonial violence, as well as the difficulties that the Law faces in the attempt to punish the aggressors. Finally, the victims are clarified on the protective measures that aim to protect their patrimony. The present study was developed based on bibliographical, descriptive and exploratory surveys.

Keywords: Violence against women. Maria da Penha Law. Patrimonial Violence.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz definições da violência contra a mulher, especificamente sobre a violência patrimonial, destacando pontos históricos e a busca da mulher pelo enfrentamento contra a violência.

*Acadêmica do Curso de Direito na Faculdade de Balsas-UNIBALSAS/MA. veronica_co2008@hotmail.com

** Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo, RS. Professor em tempo integral dos cursos de Direito da Faculdade de Balsas - Unibalsas. E-mail: eleeldo.s.b@hotmail.com

*** Mestre *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, Campus Ijuí/RS. Professora em tempo integral dos cursos de Direito e Agronegócio da Faculdade de Balsas - Unibalsas.. E-mail: halleydesouza@hotmail.com

É possível observar que a violência patrimonial está presente na vida de muitas mulheres, porém é pouco conhecida por elas, por isso muitas das vítimas se calam diante das agressões por falta de conhecimento.

A presente pesquisa foi elaborada com o propósito de difundir o tema abordado, de forma que possa orientar as mulheres sobre um tipo de violência muito comum, a violência patrimonial, transmitindo conhecimento sobre os direitos da mulher, como buscá-los e apresentando as medidas que garantem a proteção dos seus bens, sejam pessoais ou econômicos.

O estudo está dividido em três tópicos: o primeiro trazendo as definições dos tipos violência sofridos pela mulher, que são a violência física, violência psicológica, violência sexual, violência moral e dentre elas a violência patrimonial, objetivando assim facilitar a identificação dos abusos sofridos. Destacando também um breve histórico da violência praticada contra a mulher no Brasil, de como foi criada a Lei Maria da Penha no Brasil, da luta constante de uma mulher vítima de violência doméstica, mas que não desistiu de ver o seu agressor punido.

O segundo tópico define a violência patrimonial na Lei Maria da Penha, apresenta as medidas protetivas que visam proteger o patrimônio da mulher, explicando cada uma das medidas e confirmando assim a extrema importância da Lei 11.340/2006 (LMP), que de fato surgiu para garantir que os direitos da mulher não sejam violados. Destaca ainda o atendimento da autoridade policial às vítimas de violência patrimonial.

O terceiro tópico faz um comparativo dos crimes patrimoniais cometidos contra a mulher previstos no 7º, IV, da LMP, com os crimes contra o patrimônio elencados no Código Penal, destacando as condutas mais comuns na prática da violência patrimonial, dentre elas a falta de prestação de alimentos, que é uma das condutas praticadas pelo agressor. Além disso, mostra as dificuldades encontradas pela LMP na efetivação da lei e na punição dos agressores.

Em relação à metodologia de pesquisa, foi desenvolvida a partir de levantamentos bibliográficos, sendo uma pesquisa descritiva e exploratória, com base em livros, artigos e informações relevantes ao conflito que é vivido pelas mulheres.

O estudo tem uma pesquisa classificada como qualitativa, pois tem como objetivo principal conceituar a violência patrimonial, mostrar as formas de coibi-la e as formas de proteção à mulher.

Com isso, objetiva-se colaborar e informar a mulher, para que possa haver um enfrentamento a violência contra a mulher, explanando a necessidade de abolir esse tipo de violência, e induzindo as vítimas a denunciar e procurar os órgãos responsáveis a fim de punir os agressores, e dessa forma produzir uma melhor conscientização sobre o problema.

1. HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA A MULHER NO BRASIL

Frequentemente nos deparamos com questionamentos sobre a razão de existir uma lei de proteção às mulheres. A sociedade se diz muito evoluída, porém se assim fosse, não se permitiria que em pleno século XXI as mulheres fossem subjugadas pelo simples fato de ser mulher, ou que não fossem tratadas com dignidade e igualdade principalmente no contexto das relações domésticas (ZACARIAS, et al. 2013).

Assim, as mulheres há muito tempo são tratadas com a violação de seus direitos e vontades, diante dessa violação, as mulheres tiveram que lutar muito para que suas vozes fossem ouvidas e para que os seus direitos fossem assegurados.

No Brasil, a luta iniciou-se com Nísia Floresta³⁰⁸, que publicou a primeira obra sobre o direito da mulher que se tem notícia no Brasil; o livro foi publicado em 1832 em Recife (PE) em uma época em que as mulheres brasileiras viviam enclausuradas e onde prevalecia a vontade masculina (ZACARIAS, et al. 2013).

O livro foi intitulado “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens” e teve como inspiração Mary Wollstonecraft³⁰⁹ uma das primeiras pensadoras a reconhecer e lutar pelos direitos da mulher. No livro Nísia Floresta além de apontar os preconceitos existentes no Brasil, também questiona a superioridade masculina (ZACARIAS, et al. 2013).

Dessa forma, quando se menciona a história das lutas feministas brasileiras não há como não lembrar de Maria da Penha que deu nome a uma Lei importante, que é o marco recente e mais importante das lutas feministas brasileiras (PORTAL BRASIL, 2012).

A farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes sofreu muitas agressões do marido, o professor universitário Marcos Heredia Viveiros com quem teve três filhas, inclusive foi mantida em cárcere privado. (PORTAL BRASIL, 2012).

Ressalta-se que, em 29 de maio de 1983, Maria da Penha levou um tiro do marido enquanto dormia, deixando-a paraplégica. Na segunda tentativa de homicídio, duas semanas após retornar do hospital, enquanto ainda se recuperava o marido tentou eletrocutá-la no banho. Maria da Penha lutou durante 20 anos para ver seu agressor condenado, pois os procedimentos legais vigentes a época no Brasil, contribuíram para a morosidade da justiça e para que o criminoso demorasse a ser preso (ZACARIAS, et al. 2013).

Contudo, somente em 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprovou a Lei 11.340 que ficou conhecida como Lei Maria da Penha (LMP), depois de uma longa trajetória de Maria da Penha que, buscou justiça com o auxílio do CEJIL-Brasil (Centro para a Justiça e o Direito Internacional) e do CLADEM-Brasil (Comitê Latino-Americano do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher). Ambos os órgãos e Maria da Penha oficializaram uma

³⁰⁸ Publicou o primeiro livro sobre direito da mulher que se tem notícia no Brasil, com o título “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens” (ZACARIAS, et al. 2013, p. 25).

³⁰⁹ Uma das primeiras pensadoras, a reconhecer e lutar pelos direitos da mulher, foi a inglesa Mary Wollstonecraft (1759-97), cuja obra *A Vindication of the Rights of Women* (1792) teceu dura crítica à pretensa inferioridade feminina defendida por Rousseau (1712-78) (ZACARIAS, et al. 2013, p. 15).

denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra o ex-marido dela Marcos Heredia Viveiros (PORTAL BRASIL, 2012).

A OEA responsabilizou o estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres e recomendou a criação de uma lei para prevenir e punir a violência doméstica (ZACARIAS, et al. 2013).

A Lei 11.340 (LMP) surgiu como forma de coibir a violência doméstica contra as mulheres e tomar medidas que visam proteger a integridade física e psicológica dessas mulheres e não só ofereceu mais segurança a classe feminina, como alertou muitas mulheres sobre as violências sofridas em casa, pois passou a tipificar e definir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecer as formas da violência doméstica contra a mulher, a conscientizar sobre a importância da denúncia contra os agressores.

Neste sentido, Parodi & Gama (2009) entende que a motivação para a elaboração do projeto de lei, foram as constantes ocorrências de violência nos lares brasileiros e assim responde ao questionamento de muitas pessoas sobre o porquê da criação de uma lei específica de proteção à mulher.

1.1. Definições de violência doméstica

Para melhor entender a violência doméstica, é necessário analisar o conceito amplo da palavra violência. A palavra violência possui “origem latina e se refere ao constrangimento e uso da superioridade física sobre outro” (Minayo, 2006, apud Bezerra & Gomes, 2012 (p.396). Seguindo o entendimento, “a violência se refere a conflitos de autoridade, a lutas de poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens” (Minayo, 2006, apud Bezerra & Gomes, 2012 (p.396).

Dessa forma, a violência é definida como “um ato de brutalidade, constrangimento, abuso, proibição, desrespeito, discriminação, imposição, invasão, ofensa, agressão física, psíquica, moral ou patrimonial contra alguém, caracterizando relações que se baseiam na ofensa e na intimidação pelo medo e pelo terror” (CAVALCANTI, 2007, p.29).

Para definir a violência doméstica que é praticada contra a mulher no ambiente doméstico ou familiar, a Lei 11.340 (LMP) dispõe em seu artigo 5º a violência doméstica e familiar contra a mulher, e estabelece as formas típicas da violência doméstica no art. 7º da referida Lei:

Art. 5º Para os efeitos dessa Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

[...]

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Definindo a violência, busca-se esclarecer as vítimas o que é de fato a violência doméstica e as formas como ela se manifesta no âmbito doméstico, familiar e nas relações de afetividade. Assim, as mulheres podem identificar o tipo de violência da qual está sendo vítima e o mais importante, saber que ela é amparada por uma lei específica que visa protegê-la e punir o agressor.

2. VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

A violência patrimonial é um dos tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher, que está previsto na Lei 11.340/2006 (LMP) e como o próprio nome sugere, trata do patrimônio da mulher.

Porto apud Thiago Presser (2014) conceitua como crime de violência patrimonial a retenção, a subtração e a destruição de instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos.

Regis (2015) esclarece que a violência patrimonial mais conhecida nos conflitos conjugais “é aquela praticada mediante a destruição de bens materiais e objetos pessoais ou ainda a retenção indevida destes”. Assim, note-se o entendimento jurisprudencial abaixo:

(TJDFT-0213879) PROCESSO CIVIL. VIOLENCIA CONTRA A MULHER. MEDIDAS PROTETIVAS DE SEGURANÇA. BUSCA E APREENSÃO DE BENS. RETENÇÃO INDEVIDA. RISCO À INTEGRIDADE FÍSICA DA MULHER. POSSIBILIDADE. I. Dentre as formas de violência contra a mulher, destaca-se a violência patrimonial, como tal entendida qualquer conduta que configure retenção de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades, conforme se infere do art. 7º da Lei nº 11.340/2006. II. Para a proteção patrimonial dos bens de propriedade particular da mulher, a citada Lei confere ao magistrado o poder de determinar a restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida, sem prejuízo, todavia, de outras medidas (Lei nº 11.340/2006, art. 24, caput, I). III. Na hipótese, a agravante relata que, ao tentar apanhar os seus objetos pessoais, não sofreu agressão porque conseguiu fugir de seu ex-companheiro. Depois, sem incursionar na discussão acerca da conduta da referida pessoa de não permitir a entrada da recorrente em sua residência, o certo é que a retenção dos pertences é indevida. IV. Nesse contexto, a busca e apreensão dos bens pessoais encontra respaldo legal, máxime porque previne eventual risco à integridade física da agravante (Lei nº 11.340/2006, art. 1º, e art. 19, § 3º). V. Deu-se provimento ao recurso. (Processo nº 2013.00.2.017310-0 (706017), 6ª Turma Cível do TJDFT, Rel. José Divino de Oliveira. unânime, DJe 27.08.2013).

Nas palavras de Regis (2015), a violência patrimonial está nucleada em três condutas: subtrair, destruir e reter. Como a Lei Maria da Penha não alterou a tipologia e disposições materiais relativas aos crimes patrimoniais, apenas ampliando o rol das condutas que caracterizam a violência doméstica e familiar e enquadrando cada uma dessas condutas no respectivo tipo penal.

2.1. Subtração de bens, valores e direitos ou recursos econômicos

A conduta de subtrair condiz a um tipo penal muito conhecido, o furto, que está previsto no art. 155 do Código Penal³¹⁰ e também ao tipo denominado roubo previsto no art. 157 do Código Penal³¹¹, nesse caso quando essa subtração se dá com o emprego de violência.

Incorre nessa conduta típica, tanto o homem que subtrai às escondidas valores da mulher para compra de bebidas ou drogas, como aquele que subtrai da mulher a parte que lhe cabia dos bens comuns, alienando o automóvel ou os móveis da casa ou até mesmo o animal de estimação (REGIS, 2015).

Dessa forma segue nesta linha de entendimento a seguinte jurisprudência:

CONDUTA - AUSÊNCIA DE DOLO - INOCORRÊNCIA - REDIMENSIONAMENTO DA PENA - NECESSIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. - Constatada a maior reprovabilidade de que é dotado o furto praticado durante o repouso noturno, contra a ex-companheira, a favor de

³¹⁰ Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

³¹¹ Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

quem já existiam medidas protetivas de urgência deferidas contra o recorrente e, ainda, mediante o rompimento de obstáculo, resta inviabilizado o reconhecimento do princípio da insignificância. - Tampouco se revela cabível a absolvição do recorrente ao argumento de ausência de dolo, *havendo o autor confessado em juízo a retirada não autorizada dos bens da vítima, sendo irrelevante o objetivo de lucro, não se fazendo comprovada nos autos, ainda, a sua intenção de apenas chatear a ofendida, mormente em se considerando que os bens não foram devolvidos espontaneamente.* - Inadequadamente sopesadas as circunstâncias judiciais a permearem a prática delitativa, impõe-se o redimensionamento da pena imposta. (TJ-MG - APR: 10134130002212001 MG , Relator: Matheus Chaves Jardim, Data de Julgamento: 12/02/2015, Câmaras Criminais / 2ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 02/03/2015).

Assim, é muito comum a subtração dos bens da mulher com o intuito de atingi-la, causar dor, desconforto, não importando o valor dos bens subtraídos (REGIS, 2015).

2.1.1. Destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho e documentos pessoais

O tipo penal aqui presente é o crime de dano, previsto no art. 163 do CP³¹² que incorre na conduta de destruir ou danificar os bens da mulher. Esse tipo de violência pode se originar de formas mais sutis e por isso as vezes não são analisadas sob o aspecto criminal, as próprias vítimas muitas vezes não consideram crime, pois não conhecem de fato a violência patrimonial. (REGIS, 2015).

Nesse viés, note-se a jurisprudência abaixo, que demonstra tanto a violência psicológica como a violência patrimonial contra a mulher:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE AMEAÇA PRATICADO CONTRA IRMÃ DO RÉU. INCIDÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA. ART. 5.º, INCISO II, DA LEI N.º 11.340/06. COMPETÊNCIA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE BRASÍLIA/DF. RECURSO PROVIDO.1. A Lei n.º 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, tem o intuito de proteger a mulher da violência doméstica e familiar que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, sendo que o crime deve ser cometido no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto.2. Na espécie, *apurou-se que o Réu foi à casa da vítima para ameaçá-la, ocasião em que provocou danos em seu carro ao atirar pedras.* Após, foi constatado o envio rotineiro de mensagens pelo telefone celular com o claro intuito de intimidá-la e forçá-la a abrir mão "do controle financeiro da pensão recebida pela mãe" de ambos.3. Nesse contexto, inarredável concluir pela incidência da Lei n.º 11.343/06, tendo em vista o sofrimento psicológico em tese sofrido por mulher em âmbito familiar, nos termos expressos do art. 5.º, inciso II, da mencionada legislação.4. "Para a configuração de violência doméstica, basta que estejam presentes as hipóteses previstas no artigo 5º da Lei 11.343/2006 (Lei Maria da Penha), dentre as quais não se encontra a necessidade de

³¹² Art. 163 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa

coabitação entre autor e vítima." (HC 115.857/MG, 6.^a Turma, Rel.Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), DJe de 02/02/2009.)

5. Recurso provido para determinar que Juiz de Direito da 3.^a Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Brasília/DF prossiga no julgamento da causa.

(REsp 1239850/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 16/02/2012, DJe 05/03/2012).

Nessa situação se enquadram as práticas de destruição ou danificação de objetos pessoais e de trabalhos como: aparelhos celulares, automóveis, objetos domésticos, roupas, sapatos, notebooks, destruição de documentos pessoais, animais de estimação etc.

2.1.2. Retenção de bens, valores e direitos ou recursos econômicos

A violência patrimonial caracterizada pela conduta típica de reter bens ou valores tem a mesma natureza jurídica do seu tipo penal correspondente, que é a apropriação indébita, prevista no art. 168 do CP (REGIS, 2015).

A conduta de reter bens, valores e direitos ou recursos econômicos se materializa de várias formas, tendo como exemplo, o cônjuge meeiro que toma para si o quinhão dos bens móveis que deveria repassar à mulher, usufruindo sozinho dos frutos dos bens comuns, está se apropriando de bem móvel alheio. Podendo citar também o cônjuge que deixa de repassar por exemplo, os dividendos das ações de uma sociedade que pertencem aos dois ou ainda o devedor de alimentos que retém o pagamento da verba devida ao ex-cônjuge” (REGIS, 2015).

A violência patrimonial geralmente está atrelada a outros tipos de violência, quase sempre a violência física e psicológica, sendo sua conduta utilizada como meio para agredir as vítimas, mantendo-as sobre a dependência do agressor e com o intuito de coagir a mulher a retomar ou a manter a relação conjugal (PRESSER, 2014).

É importante ressaltar que a violência doméstica e familiar contra a mulher, caracteriza forma específica de violação dos direitos humanos. Nesse sentido, essa violação é representada também pelo dano patrimonial, porém para que se caracterize como violência patrimonial, é necessário que tenha sido cometido no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou ainda no âmbito de qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida sido praticada no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou no âmbito de qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (REGIS, 2015).

2.2. As medidas protetivas inerentes ao patrimônio da mulher

É inadmissível que ainda existam tantos casos de violência contra a mulher, e que estas ainda estejam tão sujeitas a tirania dos homens, que além de agredi-las fisicamente e emocionalmente, muitas vezes tratam de tirar tudo que a mulher tem por direito, desde sua dignidade até os bens que lhe provem o sustento, os bens que são comuns do casal e que também a mulher ajudou a constituir.

A violência patrimonial descrita na lei 11.340/2006 (LMP) tem a mesma natureza dos crimes cometidos contra o patrimônio tipificados no Código Penal, portanto merece ser tratada como tal. Os crimes cometidos são os mesmos, apenas com o agravante de serem cometidos com o emprego de violência patrimonial contra a mulher e em razão do gênero (REGIS, 2015).

Além das consequências penais, a Lei Maria da Penha prevê também as medidas protetivas ao patrimônio da mulher, tanto na meação dos bens em comuns do casal, como dos bens particulares da mulher, tais medidas poderão ser adotadas em caráter liminar pelo juiz. As medidas protetivas estão previstas no art. 24 da Lei 11.340/2006 (LMP) conforme descritas abaixo:

2.2.1. Restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à vítima;

Após provada a subtração dos bens da vítima, o juiz deverá determinar ao agressor a restituição dos bens subtraídos, sejam eles bens particulares, como celular, documentos pessoais, acervos pessoais ou ainda bens comuns do casal, onde o agressor tenha posse exclusiva da parte que cabe a vítima (REGIS, 2015).

2.2.2. Proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

É uma das medidas mais importantes prevista na Lei 11.340/2006, o objetivo dessa medida é assegurar o interesse da família e evitar que o agressor cause a ruína dos bens materiais propositalmente para prejudicar a vítima. Portanto essa medida tem o poder de retirar do agressor a capacidade de praticar determinados negócios jurídicos que tenham como objeto o patrimônio comum do casal ou os bens particulares da mulher.

Seguindo o art. 24, parágrafo único da Lei 11.340/2006, após o juiz deferir a proibição temporária de celebração de contratos de compra, venda e locação do patrimônio comum, deverá oficiar ao cartório competente para a devida averbação (REGIS, 2015).

2.2.3. Suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

Essa medida visa assegurar os direitos da mulher, que muitas vezes no ápice do amor, passam procurações para os companheiros dando certos poderes para que possam agir em seu nome. Assim a Lei permite ao juiz, suspender a eficácia do ato, impedindo assim que o agressor celebre ou faça negócios jurídicos que não sejam de interesses da mulher (REGIS, 2015).

Sendo aconselhável as mulheres, que não sejam concedidas procurações aos seus companheiros, para que não passem por problemas de violência patrimonial futuramente.

2.2.4. Prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a vítima.

Essa medida garante a reparação das perdas e danos materiais sofridos pela a vítima, caso o agressor não os repare voluntariamente, dessa forma o juiz poderá determinar a prestação de caução provisória mediante depósito judicial, a ser feito pelo agressor (REGIS, 2015).

O primeiro passo a ser tomado sempre que a mulher for vítima de violência patrimonial, seja pela prática de furto, destruição, apropriação ou retenção dos seus bens/valores pelo companheiro ou ex-companheiro, é procurar a autoridade policial para comunicar o fato, após a queixa ou a representação, será instaurada ação penal competente e aplicadas as medidas protetivas de urgência em face do agressor (REGIS, 2015).

No atendimento a vítima de violência doméstica e familiar, a qual se inclui a violência patrimonial, a autoridade policial deverá providenciar a imediata proteção a vítima. O art. 11 da LMP trata das condutas de proteção e de orientação da autoridade policial, sendo elas:

- I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;
- II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;
- III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;
- IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;
- V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos na Lei 11.340/06 e os serviços disponíveis (BRASIL, 2006).

Assim o art. 12 da LMP ³¹³estabelece as providências que a autoridade policial deve tomar, assim que é feito o registro de ocorrência do crime (ZACARIAS, et al. 2013).

No momento do registro policial poderá a vítima requerer, dentre outras, as medidas protetivas de urgência previstas nos artigos 23 e 24 da Lei 11.340/2006³¹⁴. Salieta-se que o atendimento a vítima realizado pela autoridade policial deverá ser especializado, como forma

³¹³ Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal: I - ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada; II - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias; III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência; IV - determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários; V - ouvir o agressor e as testemunhas; VI - ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele; VII - remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.

³¹⁴ Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:
I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;
II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor; III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos; IV - determinar a separação de corpos.

de garantir a dignidade da pessoa humana. A autoridade policial, então, adotará as providências necessárias e remeterá o pedido das medidas protetivas de urgência ao Poder Judiciário (HEERDET, 2017).

A mulher não pode permitir que o medo seja dono da situação, o medo não pode tornar a violência algo duradouro. A Lei 11.340/2006 foi criada com o intuito de garantir segurança a mulher, para tanto é necessário não se calar diante das agressões sofridas, das ameaças proferidas, é preciso denunciar e fazer com que a Lei cada dia mais ganhe força no enfrentamento a Violência dispensada as mulheres. Quem ama não bate, não ameaça e não destrói.

3. A FALTA DE PRESCRIÇÃO DE ALIMENTOS CARACTERIZADORA DE VIOLÊNCIA PATRIMONIAL.

A retenção ou apropriação de bens ou recursos econômicos está prevista na Lei 11.340/2006 (LMP) e corresponde a apropriação indébita, neste caso cometida com violência doméstica na modalidade patrimonial (REGIS, 2015).

Uma das condutas, muito comuns que configuram a violência patrimonial e que é praticada mediante a retenção de recursos econômicos, é a falta de pagamentos da verba alimentar. Portanto, o devedor de alimentos que se furta do pagamento da pensão alimentícia conferido em benefício da mulher, principalmente quando se trata de valor destinado a satisfazer suas necessidades básicas, pratica o crime de violência patrimonial (REGIS, 2015, p.1061).

A conduta está prevista no art.168 do Código Penal³¹⁵, e é praticada mediante o ato de apropriar-se, sendo o objeto material a coisa móvel. O devedor de alimentos que possui condições financeiras de prestar as verbas alimentares destinadas a mulher credora de alimentos e deixa, dolosamente, de cumprir com sua obrigação está praticando o crime de apropriação indébita ou de retenção, podendo ter como agravante o fato das verbas serem destinadas a subsistência da mulher (REGIS, 2015).

Nesse sentido, o Enunciado aprovado no X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA, em outubro de 2015:

“Enunciado 20. O alimentante que, dispondo de recursos econômicos, adota subterfúgios para não pagar ou para retardar o pagamento de verba alimentar incorre na conduta descrita no art. 7º, inc. IV da Lei nº 11.340/2006 (violência patrimonial)” (REGIS 2015, p. 1061).

³¹⁵ Art. 168 - Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção. Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Além de estar previsto no art. 168 do Código Penal, a violência patrimonial praticada pelo devedor de alimentos que se omite de tal pagamento, também está materializada no artigo 244 do Código Penal e tipifica o delito de abandono material, conforme o artigo descrito abaixo:

Art. 244 - Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003) Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País. (Redação dada pela Lei nº 5.478, de 1968) Parágrafo único - Nas mesmas penas incide quem, sendo solvente, frustra ou ilide, de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprego ou função, o pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada. (Incluído pela Lei nº 5.478, de 1968).

Seguindo o entendimento de Maria Berenice,

para que o crime de violência patrimonial seja praticado, não é necessário que o encargo alimentar esteja fixado judicialmente. Mesmo durante a vida em comum, sonogando o varão os meios de assegurar a subsistência da esposa ou da companheira, que não tem meios de prover a própria subsistência, além de violência doméstica o varão também pratica o crime de abandono material (DIAS, 2015, p. 77).

Importante ressaltar que não só a falta do pagamento das verbas alimentares é caracterizada como violência patrimonial e tipificadas no art. 168 do Código Penal, o retardo de tal pagamento por parte do devedor à credora que necessita dos alimentos, sem demonstrar justa causa para o inadimplemento do mesmo, também é aplicado aos mesmos dispositivos legais, pois o atraso do pagamento implica no prejuízo da sobrevivência da credora, que no caso é a mulher. Nesse sentido, é a orientação da jurisprudência como se observa abaixo:

PENAL. ABANDONO MATERIAL. DEIXAR DE PAGAR PENSÃO ALIMENTÍCIA JUDICIALMENTE FIXADA. DOLO CONFIGURADO. JUSTA CAUSA NÃO DEMONSTRADA. Aquele que deixa de prover a assistência ao filho menor, frustrando o pagamento de pensão alimentícia, sem demonstrar justa causa para o inadimplemento, responde pelo crime do art. 244 do Código Penal. (TJMG; APCR

1.0084.14.000322-3/001; Rel. Des. Júlio Cezar Gutierrez; Julg. 22/07/2015; DJEMG 28/07/2015) *RJLB*, Ano 2 (2016), nº 2 | 1063

Nesse caso, o alimentante que frustrar o pagamento de pensão alimentícia, sem demonstrar justa causa para o inadimplemento, decorrendo da livre vontade de inadimplir, responderá também pelo crime do art. 244 do CP, podendo ainda ter a prisão decretada (REGIS, 2015).

3.1. A violência patrimonial e a (in) eficácia da lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)

A Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) permitiu uma tipificação mais eficiente dos crimes já previstos na legislação, a violência patrimonial por exemplo, encontra definição no Código Penal Brasileiro entre os delitos considerados contra o patrimônio, tais como furto, dano, apropriação indébita, entre outros, tendo a mesma natureza. Porém, na LMP esses delitos são praticados contra a mulher e em razão do gênero.

Apesar de todos os avanços da LMP e desta ter contribuído para que a violência doméstica e familiar seja punida, a violência patrimonial ainda é pouco divulgada e encontra dificuldades na punição dos agressores, pois a falta de informação contribui para o silêncio das vítimas, que na maioria das vezes não buscam as medidas cabíveis.

Outra grande dificuldade que pode ser notada, se trata dos crimes de ordem patrimonial contra a mulher não serem tipificados de acordo com a Lei 11.340/2006, entrando apenas como contexto de outros tipos de violência, e assim não é devidamente analisado pelos operadores de direito sob o aspecto criminal.

Nos casos de violência patrimonial, o ato praticado pelo agressor de subtrair os objetos da mulher é equiparado ao crime de furto tipificado no art. 155 do Código Penal, porém com o agravante de ser cometido com o emprego de violência patrimonial contra a mulher e em razão do gênero.

O mesmo é aplicado nos casos de apropriação indébita que está tipificado no art. 168 do Código Penal e de delito ao dano tipificado no art.163 do mesmo código, se tornando violência patrimonial o ato de se apropriar de bens comuns do casal, como por exemplo, os dividendos de alugueis de imóveis pertencentes ao casal, onde o companheiro tome para si todo o rendimento proveniente deste imóvel, sonogando a parte que cabe a mulher por direito. No caso da destruição de bens da mulher, como celular por exemplo, ou ainda a destruição de documentos pessoais o crime de delito de dano passa a configurar como violência patrimonial e ser tipificado no 7º, IV, da Lei nº 11.340/2006.

Porém, ainda é constante as dificuldades na tipificação desse crime, pois as condutas acabam sendo tipificadas apenas com base no Código Penal, fazendo com que a LMP se torne uma Lei sem força prática sozinha.

É relevante mencionar, que uma das grandes dificuldades para a instauração dos processos criminais visando a proteção patrimonial da mulher, decorrem das imunidades

absolutas e relativas que estão presentes nos artigos 181 e 182 do Código Penal. Regis (2015) entende que, nesse sentido tais imunidades isentam o agressor da pena e tornaria ineficiente a Lei 11.340/2006, conforme se observa abaixo:

Art. 181 - É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo: I - do cônjuge, na constância da sociedade conjugal;

Art. 182 - Somente se procede mediante representação, se o crime previsto neste título é cometido em prejuízo: I - do cônjuge desquitado ou judicialmente separado;

Seguindo o pensamento de Scarance (2015) apud Regis (2015, p. 1063) é possível analisar que as imunidades absolutas e relativas previstas nos referidos artigos do Código Penal, prejudicam a efetividade da LMP nos processos por violência patrimonial:

o processo por violência patrimonial tem sua efetividade prejudicada graças às imunidades absoluta e relativa previstas nos arts. 181 e 182 do Código Penal. Em nada adiantou a Lei Maria da Penha disciplinar a violência patrimonial se persistem no ordenamento normas de isenção de pena ou condicionantes da ação à representação. Tais imunidades deveriam ter sido revogadas, ou, ao menos, deveria ser mantida apenas a imunidade relativa” (Op. cit., p. 110-111).

Destarte, há quem entenda que, com a nova definição de violência doméstica e familiar estabelecida no art. 7º, IV da LMP, a referida Lei afastou tacitamente a aplicabilidade das imunidades absolutas e relativas dispostas nos arts. 181 e 182 do Código Penal, nesse sentido Virginia Feix afirma que “ é exatamente pelos pressupostos teóricos e conceituais da violência de gênero, que não se pode aceitar que a Lei Maria da Penha tenha recepcionado as imunidades previstas nos arts.181 e 182 do CP” (2011, p. 209).

Maria Berenice compartilha do mesmo pensamento e lembra que a cláusula de exceção do art. 183 do Código Penal, prevê a garantia de que o crime não ficará sujeito a representação, neste entendimento a autora assevera que:

a violência patrimonial definida pela lei Maria da Penha como violência doméstica, quando a vítima for mulher e manter com o autor da infração vínculo de natureza familiar, não serão aplicadas as imunidades absolutas ou relativas dos artigos 181 e 182 do Código Penal, que antes tornavam ineficazes a Lei Maria da Penha, pois isentavam o agressor da pena. Por garantia, ainda temos a cláusula de exceção do art. 183 CP quando o crime contra o patrimônio é cometido com emprego de violência doméstica contra a mulher. E sendo o crime praticado contra a mulher em contexto familiar, o crime não ficará sujeito a representação. Não há mais como admitir o injustificável afastamento da pena ao infrator que pratica um crime contra

a esposa ou companheira, ou, ainda, uma parente do sexo feminino (DIAS, 2015, p. 76).

Percebe-se que a violência patrimonial acaba sendo considerada apenas uma forma acessória de violência, não tendo força prática sozinha. É necessário que o crime de violência patrimonial seja punido de acordo com a Lei a qual está previsto, dando assim, força a lei, para que os agressores sejam devidamente punidos e para que a mulher tenha seus direitos garantidos, pois a violência patrimonial também constitui umas das formas de violação dos direitos humanos, conforme prescreve o art. 6º da LMP que “a violência doméstica e familiar constitui uma das formas de violação dos direitos humanos” (ZACARIAS, et al. 2013, p.53).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordou-se neste trabalho um tema relevante para a sociedade em geral, trata-se do estudo da violência patrimonial, que tem previsão legal na Lei 11.340/2006 (LMP), sendo um tipo de violência muito pouco conhecido, a qual tem feito muitas vítimas, que devido à falta de conhecimento não denunciam seus agressores.

Pode-se observar que são muitas as condutas que configuram a violência patrimonial, e que todas encontram definição no Código Penal, porém não são tipificadas de acordo com a Lei específica criada para proteger a mulher e seu patrimônio, pois a Lei encontra dificuldades que vão desde o atendimento da autoridade policial, que muitas vezes não registram o fato como violência patrimonial, como também nos dispositivos legais que tornam ineficaz a LMP e isentam o agressor da pena, como é o caso das imunidades, previstas nos art. 181 e 182 do Código Penal.

Esclarece-se que a falta de prestação de alimentos por parte do devedor é uma das condutas praticadas na violência patrimonial, equiparando-se ao crime de apropriação indébita, neste caso cometida com violência doméstica na modalidade patrimonial. Sendo esta conduta uma clara violação dos direitos humanos, pois é praticada mediante a retenção dos recursos econômicos da mulher, destinados a satisfazer suas necessidades vitais, lesando a dignidade e os direitos básicos da mulher.

Para que a violência patrimonial seja tratada da forma devida, é necessário intensificar as campanhas contra violência doméstica e familiar dando ênfase a violência patrimonial, para que ela deixe de ser um crime despercebido. É importante também, a formação e aperfeiçoamento daqueles que atendam as vítimas, para que saibam identificar de fato o tipo de violência que a vítima sofreu e dessa forma prestar mais informações vítima.

O silêncio da vítima também contribui para que o crime também permaneça silencioso, denunciar o agressor é o primeiro passo, dessa forma é possível punir o agressor e efetivar os direitos da mulher, direitos esses que dizem respeito tanto a sua proteção física, como a proteção do patrimônio da mulher.

Por fim, uma das alternativas que sem dúvidas, facilitaria a instauração de processos

criminais, a punição dos agressores e ainda romperia o medo das vítimas, seria a revogação das imunidades previstas nos artigos 181 e 182 do Código Penal, pois tais dispositivos prejudicam a total eficácia da Lei, pois deixam brechas para que os agressores se isentem da pena pelo crime cometido.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Marcelo Lessa. **Violência doméstica e familiar contra a mulher. Lei" Maria da Penha"**. Alguns comentários. Jus Navigandi, Teresina, ano, v. 10, 2006.

BEZERRA, Kamylla da Silva; GOMES, Bárbara Leônia Farias Batista. **A Violência doméstica contra a mulher e suas formas no município de Campina Grande-PB** (Dez/2012) p. 396. Disponível em: www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/67 Acesso em: 30/09/2017

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. **Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 10 de out. 2017.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência Doméstica – análise da Lei “Maria da Penha”, nº 11.340/06**, Salvador: Editora Podivm, 2007, op. cit., p. 29

Diário do Nordeste (09/03/2012); Organização das Nações Unidas – Brasil (ONU/Brasil); Instituto Maria da Penha; TV Globo de Televisão- TV Xuxa; Revista TPM; Revista Isto é. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/quem-e-maria-da-penha-maia-fernandes/>>

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da lei 11.340/2006 de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher.** São Paulo: 4ª ed. Revista dos Tribunais, 2015.

DIDIER JR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael. **Aspectos processuais civis da Lei Maria da Penha: violência doméstica e familiar contra a mulher.** Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões, periódico, v. 2, 2008.

FEIX, Virginia. **Das formas de violência contra a mulher – art. 7º.** In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 209.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha: o processo no caminho da efetividade: abordagem jurídica e multidisciplinar.** São Paulo: Atlas, 2015.

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais.**

Psicologia & Sociedade, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2012.

HEERDT, Samara Wilhelm. **Das Medidas Protetivas de Urgência á Ofendida-** Artigos 23 e 24. Disponível em: www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/.../2_artigos-23-e-24.pdf Acesso em: 10/10/2017.

LIMA, Daniel Costa; BÜCHELE, Fátima. **Homens, gênero e violência contra a mulher.** Saúde e Sociedade, v. 17, n. 2, p. 69-81, 2008.

MENEGHEL, N.S.; MUELLER, B.; COLLAZIOLA, E.M.; DE QUADROS, M.M. **Repercussões da lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero.** Ciência & saúde coletiva. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 18, n. 3 (mar. 2013), p. 691-700. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n3/15.pdf>. Acesso em: 22/03/2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”.** Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>

Acesso em: 19 de maio 2017.

ORUÉ, Julian Tourinho, integrante do escritório Victor Marins Advogados Associados, pós graduando em Direito Empresarial pela ISAE/FGV. Disponível em: <https://victormarinsadvs.jusbrasil.com.br/artigos/189326556/a-lei-maria-da-penha-e-a-violencia-patrimonial-contra-a-mulher> >. Acesso em: 19 de maio de 2017.

PARODI, A. C.; GAMA, R. R. **Lei Maria da Penha: Comentários à Lei nº 11.340/2006.** 1ª Ed. Campinas: Russel editores, 2009.

PORTAL BRASIL, Governo. **MARIA DA PENHA** (05/04/2012). Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/maria-da-penha-1>>. Acesso em: 30/09/2017

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: análise crítica e sistêmica** / Pedro Rui da Fontoura Porto. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007

PRESSER, Thiago. **A violência doméstica.** Direito Net. 2014.

Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8560/A-violencia-domestica>>. Acesso em: 21/09/2017.

Artigo de revista. Autor. Régis, *Mário Luiz Delgado*. Título. *A violência patrimonial contra a mulher nos litígios de família*. Data. 2015 ... Publicação: Texto - Português. 2015. Revista nacional de direito de família e sucessões. Disponível em:

<www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2015>. Acesso em: 08/10/2017

RODRIGUES, Luciano Lima; COELHO, Renata Pinto; LIMA, Raphael Rocha. **A Contribuição da lei 11.340/06 (lei Maria da Penha) para o combate da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2009.

VELLOSO, Renato Ribeiro. **Violência contra mulher**. Disponível em: <<http://www.portaldafamilia.org.br/artigos/artigo323.shtml>>. Acesso em: 30/09/2017.

ZACARIAS, André Eduardo de Carvalho; MORAES, Patrícia Rangel de; OLIVEIRA, Ettiene A. Duarte Ferro; FERNANDES, Débora Fernanda C. Z. Alarcon. **Maria da Penha. Comentários a Lei Nº 11.340-06**. 1ª ed. São Paulo. Anhanguera, 2013.

A ESTABILIDADE DA TUTELA ANTECIPADA FACE O DISPOSTO NO ARTIGO 304 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

DE SOUSA, Zequiema Leite³¹⁶

BRAGA, Eleeldo Odisnei de Oliveira³¹⁷

RAMALHO, Halleyde Souza³¹⁸

Resumo: O presente artigo visa analisar às inovações trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015 (NCPC) no tocante às tutelas de urgência de natureza antecipada (satisfativa) e cautelar, especialmente no que se refere à estabilização da tutela antecipada antecedente, contida no artigo 304 do referido código. A fim de alcançar esta finalidade será feita uma breve exposição das espécies de tutela de urgência, suas principais características, com estudo mais tematizado da tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente, bem como a atuação dos operadores do direito diante dessa inovação, especialmente no que se refere a manifestação do réu e da possibilidade de se propor ação autônoma visando sua revisão, reforma ou invalidação. Busca-se a posição dos tribunais diante das divergências doutrinárias trazidas pelo novo dispositivo. Deste modo, a fim de alcançar tal pretensão, utilizou-se a metodologia compreensiva, a partir da análise de textos e doutrinas, bem como legislações pertinentes a abordagem do tema em voga.

Palavras-chave: Tutela de Urgência. Oposição do réu. Estabilização.

Abstract: This article aims to analyze the innovations which are in the Civil Procedure Code of 2015 in relation to preventive and interlocutory urgent injunctions, especially in injunctions relief's stabilization cases which are contained in the article 304 of the said code. In order to achieve this objective, it will be done a short exhibit about urgent relief types, their own characteristics, with a study focused on the injunctive urgent relief required in previous nature, as well as the acting of the people who work with law in the face of this innovation, especially about the defendant's manifestation and the possibility to propose autonomous action aiming to review it, reform in and annulate it. We seek the court of appeals' position in the face of doutrinary divergencies which are in the new device.

Keywords: Urgent relief. Defendant's opposition. Stabilization.

INTRODUÇÃO

O Código de Processo Civil de 2015 (NCPC) se fez instrumento de grandes modificações quanto ao que toca a processualística brasileira. Neste contexto, observa-se a inclusão das tutelas de urgência, em particular das tutelas antecipadas antecedente e a possibilidade de sua estabilização.

A fim de conhecê-las, no sentido em que se presta esta escrita, busca-se estabelecer a diferença entre as tutelas antecipadas e as cautelares, sendo estas configuradas quando estiver, de forma explícita, o perigo do dano, bem como quando da sua demora na concessão da tutela definitiva puder causar dano irreversível.

³¹⁶ Acadêmica do Curso de Direito na Faculdade de Balsas/MA. E-mail <zequiema@hotmail.com>.

³¹⁷ Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo, RS. Professor em tempo integral dos cursos de Direito da Faculdade de Balsas - Unibalsas.

³¹⁸ Mestre *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, Campus Ijuí/RS. Professora em tempo integral dos cursos de Direito e Agronegócio da Faculdade de Balsas - Unibalsas.

Desta forma o presente artigo, tem como objetivo compreender as tutelas de urgência. E para alcançá-lo, o primeiro tópico trata dos aspectos gerais da tutela de urgência, compreendendo suas divisões e classificações. No segundo tópico será tratado de forma pormenorizada às espécies de tutela de urgência com suas especificidades.

E por fim o terceiro tópico abordará o instituto da estabilização da tutela de urgência antecipatória, o entendimento dos doutrinários e as consequências de sua concessão, bem como o posicionamento dos Tribunais sobre a matéria. Deste modo, a fim de alcançar tal pretensão, utilizou-se a metodologia compreensiva, a partir da análise de textos e doutrinas, bem como legislações pertinentes a abordagem do tema em voga.

1. ASPECTOS GERAIS DA TUTELA DE URGÊNCIA

A palavra tutela a partir de uma compreensão jurídica “significa defender, proteger, vigiar, onde Estado tem o papel de garantir a efetividade de tais normas, assegurando aos ameaçados ou lesionados a devida proteção”.³¹⁹ Direito este que a própria Constituição Federal estabelece no seu artigo 5º, inciso XXXV, garantindo a todos o direito de acesso ao judiciário, quando ameaçado ou lesionado.³²⁰

Para garantir este direito de forma mais eficiente, o NCPC trouxe no seu Título II a tutela de urgência e de evidência, entretanto esta não faz parte deste trabalho, dessa forma não será discutida no presente artigo. Diante disto, a tutela de urgência pode ser classificada como antecipatória ou cautelar, que se ligam pela urgência, ou seja, objetivando afastar um perigo de dano, por meio conservativo na cautelar e satisfativo na antecipatória. Sendo assim, a tutela de urgência antecipatória e cautelar se dão em caráter antecedente ou incidental, contudo este assunto será tratado de forma discorrida no tópico 2. Percebe-se desta forma, que as tutelas de urgência objetivam impedir ou minimizar as consequências que poderão resultar da demora de um processo.³²¹

Justamente para atender a essa finalidade, a tutela de urgência pressupõe a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, conforme está disposto no artigo 300 do NCPC³²². Desta forma, há situações fáticas que necessitam da jurisdição de imediato, sob pena de risco de dano ou de difícil reparação, como por exemplo,

³¹⁹ ZAVASCKI, Teori Albino. *Antecipação da Tutela*. 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 05.

³²⁰ BRASIL, Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 19.ed São Paulo: Saraiva 2015.

³²¹ THEODORO JUNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil – teoria geral do processo civil, processo de conhecimento e procedimento comum*. Rio de Janeiro: Forense, 2015. Volume I. p. 608.

³²² Art. 300 (Lei 13.105/2015). A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

nos casos de pacientes em estados terminais, que caso não seja concedida de imediato a tutela, se tornará irreparável o dano.³²³

Marioni, argumenta que “se a tutela tardar, o ilícito pode ocorrer, continuar ocorrendo, ocorrer novamente, ou pode o dano ser irreparável, de difícil reparação ou não encontrar adequado ressarcimento”.³²⁴ Sendo assim, faz-se necessário uma apreciação mais célere, de modo a evitar que o dano ocorra, estando em consonância com o princípio constitucional da celeridade processual.

A partir desse entendimento, para que ocorra sua efetividade, as tutelas provisórias de urgência podem ser requeridas em caráter antecedente ou incidental, sendo observado o momento em que é proposta, conforme está expresso no artigo 294, parágrafo único, do NCPC.³²⁵

Deste modo, quando o pedido for requerido em caráter antecedente, este será protocolado antes da existência da tutela principal, fundamentadas em petição inicial, não havendo aqui definição específica do pedido principal, sendo este aditado somente após a concessão ou a denegação da tutela de urgência, tendo em vista não dispor de tempo hábil para complementar nos autos os elementos necessários do pedido da tutela definitiva.³²⁶

Segundo Didier e outros, caráter antecedente

é aquela que deflagra o processo em que se pretende, no futuro, pedir a tutela definitiva. É requerimento anterior à formulação do pedido de tutela definitiva e tem por objetivo adiantar seus efeitos (satisfação ou acautelar). Primeiro se pede a tutela provisória; só depois, pede-se a tutela definitiva.³²⁷

Entretanto, conforme defende o professor Didier, a tutela de urgência em caráter antecedente é requerida com o intuito de adiantar os efeitos do que se pretende buscar na

³²³ THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – teoria geral do processo civil, processo de conhecimento e procedimento comum. Rio de Janeiro: Forense, 2015. Volume I. p. 646/647.

³²⁴ MARIONI, Luiz Guilherme. Novo Curso de Processo Civil: tutela dos direitos mediante o procedimento comum, volume II. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.p. 546.

³²⁵ Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

³²⁶ DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Samo; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 10ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2015, v. 2. p. 586.

³²⁷ DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Samo; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 10ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2015, v. 2. p. 587.

tutela final, para que esteja seu direito garantido ao término do processo, sendo assim, pede-se primeiro a tutela provisória e somente depois a tutela definitiva.³²⁸

Em contraponto, considera-se incidental, quando é requerido ao longo do processo em que é demandado a tutela definitiva, com fito de satisfazer ou acautelar o pedido principal antes de seu término, independe do pagamento de custas, não se submetendo a preclusão temporal, podendo ser requerida durante o processo de conhecimento ou de execução, bastando apenas apresentar petição fundamentada pleiteando a referida tutela ou até mesmo fazê-la como tópico na inicial, sendo dispensado o pagamento das custas.³²⁹

Destaca-se que a tutela de urgência é concedida por meio da cognição sumária, quando o juiz ainda não possui todos os elementos de formação da controvérsia jurídica, objetivando evitar a lentidão do procedimento comum dada a urgência do direito pretendido, buscando de forma mais célere sua efetividade.³³⁰

Diante disto, é importante fazer a distinção entre cognição sumária e cognição exauriente. A primeira se assenta em decisão superficial do objeto litigioso, onde o juiz decidirá a partir de um juízo de probabilidade, devido uma situação de perigo, caso não seja concedida logo. A segunda faz-se um estudo completo, garantindo contraditório e a ampla defesa, afim de que ocorra uma decisão mais acertada em relação ao mérito, fazendo coisa julgada.³³¹

Nesse sentido, preleciona Humberto Theodoro Junior que

a sumariedade processual visa a simplificação do procedimento apenas para atender a uma emergência do caso concreto, sem a pretensão de dar uma solução definitiva ao litígio. A diferença entre estas duas sumariedades reside na coisa julgada. Enquanto na sumariedade substancial tem-se a formação da coisa julgada, uma vez que a solução do litígio se dar de maneira satisfativa e exauriente; na sumariedade processual a solução é precária, destinada a durar apenas enquanto se guarda a futura solução definitiva da lide.³³²

³²⁸ DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Samo; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 10ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2015, v. 2. p. 587.

³²⁹ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 8ª ed. Salvador.: Jus Podivm, 2016. v.único. p. 810/811.

³³⁰ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 8ª ed. Salvador.: Jus Podivm, 2016. v.único. p. 806.

³³¹ DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Samo; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 10ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2015, v. 2. p.586/587.

³³² THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – teoria geral do processo civil, processo de conhecimento e procedimento comum. Rio de Janeiro: Forense, 2015. Volume I. p. 615.

Como visto, portanto, o instituto da sumariedade processual para o autor, busca atender uma excepcionalidade, que com esta se pretende discutir os efeitos da pretensão e não uma solução definitiva para o caso concreto, aborda ainda que quando se tratar de coisa julgada, onde se discuti todo o mérito do processo fala-se em sumariedade substancial, porém quando referisse a solução imediata para garantir que ao final do processo o bem jurídico tutelado esteja protegido fala-se em sumariedade processual, sendo esta a base para o referido artigo.³³³

Segundo Didier, a tutela provisória é indicada por três modalidades:

- a) A sumariedade da cognição, vez que a decisão se assenta em análise superficial do objeto litigioso e, por isso, autoriza que o julgador decida a partir de um juízo de probabilidade;
- b) A precariedade. A princípio a tutela provisória conservará sua eficácia ao longo do processo, ressalvada a possibilidade de decisão judicial em sentido contrário (art. 296, caput, CPC);
- c) E, por ser assim, fundada em cognição sumária e precária, a tutela provisória é inapta a tornar-se indiscutível pela coisa julgada.³³⁴

Com base na doutrina do professor Didier, a tutela antecipada se dá em caráter de sumariedade e precariedade, quando for contemporânea a propositura da ação principal, antecipando os efeitos da decisão ao longo do processo, não se falando aqui em coisa julgada, mas em juízo de probabilidade.³³⁵

Com relação ao termo provisório, tem-se que, para Daniel Amorim, o termo “provisório” refere-se à duração da tutela provisória, num dado tempo determinado, sendo que dependerá da obtenção da tutela definitiva, já que esta é substituída por decisão que a concede ou não.³³⁶

Por isso, concedida a tutela, esta conservará sua eficácia durante a pendência do processo, mesmo suspenso, salvo se houver decisão expressa em sentido contrário. Podendo ser revogada ou modificada devido a sua precariedade, caso surja novos elementos. Por fim, no tópico seguinte será abordado minuciosamente as tutelas de urgências, como foco especial à antecipatória, tema do presente artigo.

³³³ THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – teoria geral do processo civil, processo de conhecimento e procedimento comum. Rio de Janeiro: Forense, 2015. Volume I. p. 615.

³³⁴ DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Samo; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 10ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2015, v. 2. p. 568.

³³⁵ Idem, ibidem.

³³⁶ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 8ª ed. Salvador.: Jus Podivm, 2016. v.único. p. 806.

2. ESPÉCIES DE TUTELA DE URGÊNCIA: CAUTELAR OU ANTECIPATÓRIA

Como já exposto acima, o NCPC trouxe no seu Título II, às tutelas de urgência de natureza cautelar ou antecipatória, onde ambas podem ser requeridas em caráter antecedente ou incidental.

2.1 Da tutela provisória de urgência cautelar

A tutela cautelar deixou ser um procedimento autônomo, sendo unificado nas tutelas provisórias de urgência, juntamente com as tutelas antecipatórias, com o intuito de evitar duplicação de atos processuais.

Cumpra-se observar que

A tutela cautelar é, ainda, temporária, por ter sua eficácia limitada no tempo. A tutela cautelar dura o tempo necessário para a preservação a que se propõe. Cumprida sua função acautelatória, perde a eficácia. Além disso, tende a extinguir-se com a obtenção da tutela satisfativa definitiva, isto é, com a resolução da demanda principal em que se discute e/ou se efetiva o direito acautelado.³³⁷

Nesse diapasão, a tutela cautelar possui como característica a temporariedade, onde permanecerá assegurada até que seja cumprida a finalidade a que se propõe, uma vez que a função acautelatória perde sua eficácia com a resolução da ação principal, a qual se discutia o direito assegurado.³³⁸

Essa espécie de tutela é destinada a assegurar o futuro resultado útil do processo, em situações de perigo que ponha em risco sua efetividade, durando o tempo necessário para a sua preservação. Desta forma, não visa à imediata satisfação de um direito, e, sim assegura que o seu objeto principal seja resguardado de possíveis danos que os torne irreparável quando julgado a tutela definitiva.³³⁹

Tal medida encontra previsão legal no art. 301 do novo CPC, que prediz algumas de suas formas, tais como: arresto, sequestro, arrolamento de bens e registro de protesto contra

³³⁷ DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Samo; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 10ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2015, v. 2. p. 562.

³³⁸ DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Samo; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 10ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2015, v. 2. p. 562.

³³⁹ DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil. V.2. 11ª edição. Salvador: Editora JusPodivm, 2016, p. 577.

alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguarção do direito, sendo um rol exemplificativo.³⁴⁰

Por consequente, a medida cautelar poderá ser requerida em caráter antecedente ou incidental. Destarte, quando for o interesse do autor em postular antes do processo principal, será plenamente possível, conforme está descrito no artigo. 305 do NCPC. Nesse caso, na petição inicial deverá indicar a causa principal, seu fundamento e a exposição sumária do que objetiva assegurar, além de estarem presentes os requisitos para sua concessão, abordados no início do presente artigo.³⁴¹

Uma vez concedida a tutela cautelar antecipatória, caberá ao autor no prazo de 30 (dias) deduzir o pedido principal (art. 308 do NCPC) nos mesmos autos da medida concessiva, sendo esta uma das inovações trazidas pelo novo código, pois no CPC de 1973, era deduzido em outro processo em apartado.³⁴²

Em suma, a tutela de urgência cautelar por ser um procedimento autônomo e imediato, visa assegurar que o direito pretendido esteja protegido, quando da concessão da tutela definitiva, resguardando-se desta forma, o futuro resultado útil do processo. Podendo ser requerida em caráter antecipatório ou incidental. Caso seja antecipatória, o autor terá 30 dias para deduzir o pedido principal.

2.2 Da tutela provisória de urgência antecipatória (satisfativa)

A grande inovação foi à unificação da tutela antecipada e cautelar, pois no CPC/73 disciplinava procedimentos cautelares específicos³⁴³. Com a chegada do Novo Código deixou-se de tratar as tutelas como procedimentos cautelares, passando a tratar como tutela de urgência antecipatória e cautelar, possuindo os mesmos os requisitos para sua concessão: demonstração da probabilidade do direito e de perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.³⁴⁴

Segundo Muniz, “a tutela de urgência antecipada é uma proteção integral, direta e imediata do direito material tutelado, onde sua decisão não resolve definitivamente o mérito”.³⁴⁵ Sendo sua principal finalidade “tornar a prestação jurisdicional oportuna,

³⁴⁰ **Art. 301.** A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguarção do direito.

³⁴¹ Art. 305. A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

³⁴² Art. 809 (CPC/73). Os autos do procedimento cautelar serão apensados aos do processo principal.

³⁴³ Art. 798 (CPC/73). Além dos procedimentos cautelares específicos, que este Código regula no Capítulo II deste Livro, poderá o juiz determinar as medidas provisórias que julgar adequadas, quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.

³⁴⁴ **Art. 300.** A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

³⁴⁵ MUNIZ FILHO, José Humberto Pereira; GUIMARÃES, Daniel Miaja Simões. “Tutela de urgência antecipada: um ensaio topográfico sobre sua satisfação”. In: DIDIER JR., Fredie; PEREIRA, Mateus.

adequada e efetiva, abrandando os males do tempo, sem sofrer o risco de ver seu direito perecer, pois a demora acarretaria prejuízos grave ou até mesmo de difícil reparação ao direito tutelado”.³⁴⁶

Nesse sentido, podem ser requeridas em caráter antecedente ou incidental. Desta forma, é incidental quando já existe um processo de conhecimento ou execução tramitando, sendo proposta por petição intermediária devidamente fundamentada, de maneira a pleitear seu direito de acordo com o caso concreto. Em outra senda, entende-se antecedente, quando proposta antes da tutela definitiva, com o fito de evitar o perigo de dano que a demora pode lhe causar, possuindo regramento próprio”.³⁴⁷

Observa-se que com a elaboração do Novo Código de Processo Civil, pretendeu-se criar mecanismos que possibilitassem a parte autora requerer a tutela antecipada em caráter antecedente, antes mesmo de existir um processo principal em curso, nada mais é do que a tutela satisfativa, que efetiva um direito, disciplinada pelos artigos 303 e 304 do NCPC.³⁴⁸

Como visto, a tutela antecipada poderá ser requerida com caráter de urgência, antes mesmo de existir um processo principal, em cognição sumária, a partir de um exame menos profundo, o qual só será substituído por uma tutela definitiva que a confirme, revogue ou a modifique. Doravante, se a parte não dispuser de tempo hábil para formular pedidos de tutela definitiva e o caso demonstrar urgência, esta medida será cabível, a fim de que o direito não pereça.³⁴⁹

Nos termos do artigo 303, *caput*, do NCPC, caso a urgência seja contemporânea à propositura da ação, uma vez verificada a plausibilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, o pedido inicial poderá limitar-se ao pedido da tutela antecedente, e, apenas indicar o pedido da tutela final, o magistrado no caso concreto poderá conceder a tutela antecipada.³⁵⁰

Sendo assim, proposta a ação de tutela antecipada de urgência, o magistrado possui dois caminhos, quais sejam: entendendo que não possui os requisitos necessários para sua concessão, o juiz denegará o pedido de tutela, intimando logo em seguida o autor para que emende a inicial no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento e a consequente

³⁴⁶ WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil. V.1. 11ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 380.

³⁴⁷ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 8ª ed. Salvador.: Jus Podivm, 2016. v.único. p.806.

³⁴⁸ DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Samo; OLIVEIRA, Rafael Aleandria de. Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 10ª ed. Salvador: Jus Podiv. p. 567

³⁴⁹ Idem, ibidem.

³⁵⁰ Art. 303, *caput*. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

extinção do processo sem resolução do mérito (art. 303, § 6º, do NCPC).³⁵¹ Essa emenda faz-se necessário, para que o autor complemente sua causal de pedir, bem como seu pedido de tutela definitiva e traga aos autos documentos indispensáveis para o andamento da ação.

No entanto, o magistrado poderá seguir outro caminho. Assim, verificando a plausibilidade do pedido e presentes os requisitos, concederá a tutela antecipada, intimando o autor no prazo legal ou ainda por ele indicado para aditar a inicial, na qual poderá juntar novos documentos e confirmar o pedido da tutela final (art. 303, §1º, I, do NCPC).³⁵² Em seguida, o réu deverá ser citado dessa decisão para cumpri-la e intimado para audiência de conciliação ou mediação na forma do art. 334 do NCPC, conforme, preceitua o art. 303, §1º, II, do NCPC).³⁵³ Caso não haja a autocomposição, o prazo para interpor o recurso começará da data audiência.³⁵⁴

Nas palavras de Didier, ocorre que

Quando o réu responde à demanda do autor e/ou recorre da decisão que concede a tutela antecipada, o procedimento comum se desenvolverá normalmente, rumo às suas etapas de saneamento, instrução e decisão. Quando o réu fica inerte, o procedimento pode tomar outros rumos, com a possibilidade de estabilização da decisão de tutela antecipada antecedente e extinção do feito.³⁵⁵

Nesse caso, “seu prosseguimento dependerá da manifestação do réu, pois se este não a fizer, não seguirá o procedimento, tornando-se a decisão estável, extinto o processo, sendo favorável o resultado ao demandante”³⁵⁶. Sendo assim, se o réu não se manifestar no prazo legal, o processo será extinto e a decisão que concedeu a tutela se estabilizará.³⁵⁷

Porém, tal entendimento não é unânime, pois para Câmara, “se houver o aditamento, entende-se que o autor estaria exprimindo sua vontade no prosseguimento do feito, em busca da cognição exauriente, optando por alcançar a coisa julgada, porém como o réu não interpôs

³⁵¹ Art. 303, § 6º. Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.

³⁵² Art. 303, § 1º, I. Concedida a tutela antecipada a que se refere o caput deste artigo: I – o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.

³⁵³ Art. 303, §1, II. Não realizado o aditamento a que se refere o inciso I do § 1º deste artigo, o processo será extinto sem resolução do mérito.

³⁵⁴ Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias.

³⁵⁵ DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Samo; OLIVEIRA, Rafael Aleandria de. Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 10ª ed. Salvador: Jus Podivm, p. 603.

³⁵⁶ MARIONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. Novo Curso de Processo Civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. v 2.p. 216.

³⁵⁷ Art. 304. A tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso. § 1º No caso previsto no caput, o processo será extinto.

o recurso deverá o magistrado intimar o autor para dizer se tem interesse no prosseguimento da ação. Caso este se manifeste pela desistência, haverá, nesta situação, a estabilização da tutela antecipada antecedente e o processo será extinto sem resolução do mérito”.³⁵⁸ Conforme se analisará no tópico que segue.

Em suma, entende-se que a tutela antecipada se dar em caráter antecedente ou incidental, aonde no incidental poderá ocorrer no curso do processo e a antecedente antes da propositura da tutela definitiva, com o intuito de evitar que o dano ocorra, a qual só será substituída se houver decisão que a confirme, revogue ou a modifique. Caso o Juiz entenda que não possui todos os requisitos necessário, intimará o autor para emendar a inicial e se porventura entender pela concessão, o autor será intimado para editar a inicial, bem como o réu será citado para cumpri-la e intimado para audiência de conciliação, e se não houver composição amigável, este deverá interpor recurso. Caso não recorra, a decisão torna-se estável e o processo será extinto.

3. ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA E AS DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS

Após a apresentação das tutelas de urgência e suas características, passa aqui a investigar com maior rigor a estabilização da tutela antecipada antecedente, sendo proposta pela extrema urgência, tendo em vista o autor não prescindir de tempo suficiente para preparar uma petição inicial completa.³⁵⁹ Como já abordado, as tutelas provisórias de urgência poderão ser requeridas em caráter antecedente ou incidental.

Porém, somente a tutela em caráter antecedente poderá estabilizar a tutela de urgência antecipatória, pois torna-se inviável estabilizar a tutela requerida em caráter incidental ou até mesmo na cautelar. No caso da cautelar, não faria sentido estabilizar eternamente, quando se visa apenas assegurar que no final da demanda estará resguardado o objeto da lide, pois é meramente conservativa. E em relação ao caráter incidental, mesmo que não haja a interposição do recurso, o processo não será extinto, tendo em vista o réu ter sido citado e insurgido contra a pretensão do autor.³⁶⁰

Dentre os assuntos trazidos pelo novo código, a estabilização da tutela antecipada antecedente é o foco principal de discussões doutrinarias quanto aos seus efeitos. É irrefutável que tal instituto seja alvo de muitas críticas por parte dos operadores do direito, muitas dúvidas surgiram sobre esse novo instituto. Logo, será tratado às questões teóricas da estabilização com respaldo na Lei, bem como as divergências doutrinarias, a afim de aclarar as controvérsias.

Para Didier, há ocorrência da estabilização da tutela antecipada com a existência de pressupostos tais como

³⁵⁸ CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro. São Paulo: Atlas, 2015. p. 165.

³⁵⁹ CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro. São Paulo: Atlas, 2015. p. 158.

³⁶⁰ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 8ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2016. V. único, p.864/866.

I- O *requerimento do autor*, no bojo da petição inicial, no sentido de valer-se do benefício da tutela antecipada antecedente (art. 303, §5º, CPC), que faz presumir o interesse na sua estabilização; II- a *ausência de requerimento*, também no bojo da petição inicial, no sentido de *dar prosseguimento ao processo* após eventual decisão concessiva de tutela antecipada; III- a prolação de *decisão concessiva da tutela satisfativa antecedente*; IV - e a *ausência de impugnação do réu*.³⁶¹

Segundo o autor, é necessário está expresso na petição inicial o requerimento da tutela antecipada, bem como não mencionar no sentido de dar prosseguimento no feito, além do que, para ocorrer a estabilização deve-se haver decisão concedendo a tutela e também desde que não haja impugnação por parte do réu. Desta forma, será estabilizado a tutela antecipada antecedente.³⁶²

Como se observa, a estabilização é algo positivo para o autor da demanda, uma vez que há conservação de seus efeitos, mostrando-se útil e satisfativa. No entanto, esta só poderá ser requerida, quando a urgência for extrema, ao ponto de não haver tempo hábil para elaboração da petição inicial completa, especialmente em virtude do perigo de dano que a demora lhe causaria, permitindo-se sua complementação a posterior concessão ou não da tutela.³⁶³

A estabilização só ocorre na tutela de urgência antecipada de caráter antecedente e se não houver a impugnação do réu, seja por recurso ou outro meio de impugnação. Assim, será extinto o processo, mantendo os efeitos da estabilização enquanto não for ajuizada ação para revisá-la, reformá-la ou invalidá-la³⁶⁴. A ideia central é que a estabilização produza e mantenha seus efeitos, independentemente da continuação do processo de cognição exauriente.³⁶⁵

Entretanto, a própria norma prevê possibilidade diversa, gerando intensas manifestações doutrinárias quanto ao seu efeito, veja a norma

Art. 304. A tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.

§ 1º No caso previsto no caput, o processo será extinto.

§ 2º Qualquer das partes poderá demandar a outra com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada nos termos do caput.

³⁶¹ DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Samo; OLIVEIRA, Rafael Aleandria de. Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 10ª ed. Salvador: Jus Podivm, pag. 623.

³⁶² Idem, ibidem.

³⁶³ DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Samo; OLIVEIRA, Rafael Aleandria de. Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 10ª ed. Salvador: Jus Podivm, pag. 602.

³⁶⁴ TALAMINI, Eduardo. Arbitragem e a Tutela Provisória no Código de Processo Civil de 2015. Revista de Arbitragem. Vol. 46. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, julho-setembro/2015, p. 304.

³⁶⁵ RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva. Tutela Provisória: Tutela de Urgência e Tutela de Evidência do CPC/1973 ao CPC/2015. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 218.

§ 3º A tutela antecipada conservará seus efeitos enquanto não revista, reformada ou invalidada por decisão de mérito proferida na ação de que trata o § 2º.

§ 4º Qualquer das partes poderá requerer o desarquivamento dos autos em que foi concedida a medida, para instruir a petição inicial da ação a que se refere o § 2º, prevento o juízo em que a tutela antecipada foi concedida.

§ 5º O direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada, previsto no § 2º deste artigo, extingue-se após 2 (dois) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo, nos termos do § 1º.

§ 6º A decisão que concede a tutela não fará coisa julgada, mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes, nos termos do § 2º deste artigo.

Observa-se que o dispositivo ora mencionado, deixa claro que, o autor deve de forma expressa manifestar seu interesse em valer-se do procedimento da tutela provisória antecipada antecedente, onde sua estabilização só ocorrerá se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso, qual seja, Agravo de Instrumento.³⁶⁶ Ocorre que, doutrinadores como Didier, entende que, para haver a estabilização é necessário que o réu não tenha se valido de nenhum meio de impugnação da decisão, não somente através do Agravo de Instrumento, tendo assim respeitado os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.³⁶⁷

Na mesma linha de raciocínio, Neves afirma não haver lógica ser o recurso o único meio de impugnar a decisão, tendo em vista que

Poderia o dispositivo prever qualquer espécie de resistência, inclusive a meramente incidental oferecida perante o juízo que concedeu a tutela antecipada. Não tem sentido a legislação obrigar o réu a recorrer quando na realidade ele pretende somente se insurgir no próprio grau jurisdicional onde foi proferida a decisão. É a própria lógica do sistema que aponta nessa direção, porque a própria razão de ser da estabilização é o réu deixar de se insurgir contra a tutela provisória concedida. Por outro lado, se o objetivo do sistema é a diminuição do número de recursos, a interpretação literal do art. 304, caput, do Novo CPC, conspira claramente contra esse intento. Resta -se o legislador por ter preferido a utilização de espécie (recurso) em vez do gênero (impugnação).³⁶⁸

Nesse sentido, o autor deixa claro seu posicionamento contrário ao descrito na lei, pois segundo ele, qualquer manifestação do réu, restaria evidenciado seu posicionamento referente a decisão proferida, tendo em vista que o intuito maior da criação dessa norma, diminuir o número de recursos e enxugar a máquina judiciária, evitando abarrotamento nos tribunais.³⁶⁹

³⁶⁶ RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva. Tutela Provisória: Tutela de Urgência e Tutela de Evidência. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 20016, p. 220.

³⁶⁷ DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Samo; OLIVEIRA, Rafael Aleandria de. Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 10ª ed. Salvador: Jus Podivm, pag.622.

³⁶⁸ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 8ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2016. V. único, p. 867-868.

³⁶⁹ Idem, ibidem.

Em sentido contrário, Câmara aduz que, o artigo 304 é claro ao usar o verbo *interpor*, não sendo abrangido qualquer tipo de inconformismo a fim de evitar a estabilização, e sim obedecer a letra da Lei, sendo que a única forma para evitar a estabilização da tutela é o Agravo de Instrumento.³⁷⁰

Ademais, de acordo com todo o exposto, recorda-se que o § 1º no referido artigo, determina que deferida a estabilização o processo será extinto. No entanto no § 2º estabelece que qualquer das partes, tanto autor quanto réu, poderão demandar ação autônoma com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela estabilizada. Frisa-se, que também o autor pode propor a ação para rediscutir o pedido, com intuito de obter a coisa julgada, por meio da cognição exauriente.³⁷¹

Entretanto, a estabilização só perderá seus efeitos se proposta essa nova ação (§ 3º), sendo que qualquer das partes poderá pedir o desarquivamento dos autos o qual foi concedida a tutela no prazo decadencial de 2 (dois) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo e determinou a estabilização (art. 304, § 4º e 5º, do NCPC).³⁷²

Desta forma, não ajuizada a ação, haverá a estabilização da decisão que concedeu a tutela, com a conseqüente extinção do processo. Esta continuará a produzir seus efeitos no que se refere o direito material, porém sem a formação da coisa julgada, conforme preleciona o § 6º do art. 304 do NCPC.³⁷³

Assim, sendo mesmo ultrapassados os dois anos para ajuizar a ação autônoma, sem manifestação do réu, não se deve afirmar que a decisão que concedeu a tutela estaria acobertada pela coisa julgada, pois não se equipara a cognição sumária com a exauriente. Observa-se que este entendimento se apresenta como majoritário. No entanto, não se deve confundir estabilização da tutela satisfativa antecedente com a coisa julgada, pois a estabilização não se trata de coisa julgada material, e sim um procedimento assemelhado, atingindo os efeitos da decisão e não o seu conteúdo.³⁷⁴

³⁷⁰ CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro. São Paulo: Atlas, 2015 p.164.

³⁷¹ Art. 304- § 1º No caso previsto no caput, o processo será extinto. § 2º Qualquer das partes poderá demandar a outra com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada nos termos do caput.

³⁷² Art.304 - § 3º A tutela antecipada conservará seus efeitos enquanto não revista, reformada ou invalidada por decisão de mérito proferida na ação de que trata o § 2º. § 4º Qualquer das partes poderá requerer o desarquivamento dos autos em que foi concedida a medida, para instruir a petição inicial da ação a que se refere o § 2º, prevento o juízo em que a tutela antecipada foi concedida. § 5º O direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada, previsto no § 2º deste artigo, extingue-se após 2 (dois) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo, nos termos do § 1º.

³⁷³ Art. 304 - § 6º A decisão que concede a tutela não fará coisa julgada, mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes, nos termos do § 2º deste artigo.

³⁷⁴ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. 8. ed. Salvador: Jus Podivm, 2016. v. único. p. 874.

Cumpra-se observar, sobre a temática ainda em virtude do lapso temporal da vigência, os tribunais ainda não se manifestaram sobre as possíveis formas de compreensão do tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista, tudo quanto foi abordado, na presente pesquisa, vê-se que com a vigência do NCPC, houve a junção em um único título, das tutelas cautelares com as tutelas antecipadas, com o intuito de tornar o prosseguimento processual mais célere, menos complexo e mais eficiente.

Respeitando dessa forma, os princípios constitucionais da ampla defesa e do contrário, onde foi dada a parte ré o direito de se manifestar quanto a decisão proferida, bem como obedeceu ao intuito maior do NCPC, qual seja: a celeridade processual. Sendo esta, de extrema valia para o bem tutelado, tornando o processo mais célere e garantindo a efetividade pretendida.

Nessa senda, buscou-se analisar a tutela provisória de urgência trazida pelo NCPC, bem como suas especificidades acerca do procedimento, com o intuito de minimizar as consequências caso resultasse da demora de um processo. Possuindo como requisitos a probabilidade do direito e o perigo de dano ao resultado útil do processo, sendo demonstrado que caso não seja concedida em caráter de urgência, o direito pretendido perecerá e do dano poderá ser irreversível.

Nesse sentido, as tutelas de urgência podem ser requeridas em caráter antecedente ou incidental, sendo aquela proposta antes da ação principal e esta durante o andamento processual. Sucessivamente abordou-se de forma pormenorizada às espécies de tutela de urgência, tais como: cautelar e antecipada, onde aquela visa assegurar um direito que se busca ao final da tutela definitiva, permanecendo o tempo necessário para proteger esse bem tutelado. Já a antecipada, busca satisfação de um direito, abrandando os males da demora que o processo poderia ocasionar, tornando o processo mais célere e adequado a prestação jurisdicional.

Nesse diapasão, o NCPC inovou ao trabalhar a possibilidade de antecipação da tutela, por ser de certo modo um atalho para o término mais rápido do processo, que se a parte não se manifestou no período que ela teria da decisão interlocutória, quer dizer, que automaticamente não apresentou nenhuma defesa e cumpriu a tutela, então não precisaria o processo continuar tendo em vista que o réu já se manteve inerte.

Conforme, demonstrado no trabalho, há entendimentos conflitantes sobre como se dá a estabilização das tutelas, o NCPC tentou inovar, porém a termos que ele pode ter sido um pouco omissivo, caindo para a doutrina e a jurisprudência chegar a um consenso, porém, ainda não há uma tese firmada nos tribunais superiores. Como visto, há um embate doutrinário, sendo que um entendimento mais coeso e que coaduna com os requisitos do processo, seria que qualquer manifestação impediria a estabilização da tutela. Tendo em vista que evitaria erro e falhas processuais.

Desta forma, o entendimento que mais coaduna com os princípios do processo, tais como: a ampla defesa e o contraditório, bem como a celeridade processual que a tutela visou conferir ao novo procedimento, seria que qualquer manifestação de desconforto, insurgiria contra a tutela, ou seja, seria apta a impedir à estabilização. Assim sendo, apesar do NCPC ter inovado, foi um pouco omissa a legislação, gerando embates doutrinários, considerando que tem menos de dois anos de vigência efetiva, por ter entrado em vigor em 2016.

Conclui-se que, após todo o abordado, nota-se que não há posicionamento jurisprudencial definitivo acerca dessa temática, havendo apenas posicionamentos doutrinários, sendo que estes entendimentos, implica em divergências teóricas, sem nenhuma tese firmada.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 19.ed São Paulo: Saraiva 2015.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2015.

DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Samo; OLIVEIRA, Rafael Aleandria de. **Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela**. 10ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2015, v. 2.

JÚNIOR, Fredie Didier; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil**. V.2. 11ª edição. Salvador: Editora Jus Podivm, 2016

MARIONI, Luiz Guilherme. **Novo Curso de Processo Civil: tutela dos direitos mediante o procedimento comum**, volume II/ Luiz Guilherme Marioni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MORAIS, Maria Lúcia Baptista. **As Tutelas de Urgência e as de Evidência: Especificidades e Efeitos**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/311827161/11-As-Tutelas-de-Urgencia-MariaLucia-Baptista-Morais>> Acesso em: 30 junho 2017.

MUNIZ FILHO, José Humberto Pereira; GUIMARÃES, Daniel Miaja Simões. “**Tutela de urgência antecipada: um ensaio topográfico sobre sua satisfação**”. In: DIDIER JR., Fredie; PEREIRA, Mateus;

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 8ª ed. Salvador.: Jus Podivm, 2016. v. único.

RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva. **Tutela Provisória: Tutela de Urgência e Tutela de Evidência do CPC/1973 ao CPC/2015**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015

TALAMINI, Eduardo. **Arbitragem e a Tutela Provisória no Código de Processo Civil de 2015**. Revista de Arbitragem. Vol. 46. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, julho-setembro/2015.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil – teoria geral do processo civil, processo de conhecimento e procedimento comum**. Rio de Janeiro: Forense, 2015. Volume I.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**. V.1. 11ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

A (IM) POSSIBILIDADE DA LEGALIZAÇÃO DA PRÁTICA DO ABORTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO VOTO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO FRENTE AO HC 124.306/RJ.

ALVES, Angra Karolline Nunes³⁷⁵

DANELLI JR, César Augusto³⁷⁶

RAMALHO, Halleyde Souza³⁷⁷

Resumo: O presente artigo tem por objetivo, promover uma breve análise sobre alguns dos aspectos do voto do Ministro Luís Roberto Barroso frente ao *Habeas Corpus* 124.306/RJ, em especial sob a perspectiva da possibilidade da realização do abortamento no primeiro trimestre de gestação, demonstrando para tanto, como a descriminalização do abortamento acaba por ferir princípios fundamentais, sobretudo no que diz respeito à inviolabilidade do direito à vida. Deste modo, o artigo partirá de uma percepção quanto ao momento inicial da vida humana, trazendo algumas das teorias adotadas para a justificação desse marco inicial, promovendo ainda uma pequena distinção quanto aos tipos de abortamentos. Em um segundo momento, serão abordados os fundamentos jurídicos atribuídos pelo Ministro para fundamentar a possibilidade do abortamento quando realizado nos três primeiros meses de gestação. Por fim será analisado o direito à vida, sobretudo sob o viés de sua inviolabilidade, demonstrando-a como um direito inalienável garantido pela Constituição Federal de 1988, atribuindo o caráter de inconstitucionalidade a legalização da prática do aborto consoante o primeiro trimestre de gestação. Ademais, busca-se promover reflexões quanto à efetividade da referida descriminalização, observando as implicações que a legalização do aborto, na hipótese em questão, termina por despontar.

Palavras-chave: Abortamento. Nascituro. Vida. Habeas Corpus 124.306/RJ. Direitos Fundamentais.

Abstract: The present article promote a brief analysis of some aspects Minister Luis Roberto Barroso's vote regarding the Habeas Corpus 124.306 / RJ, especially concerning the perspective of the possibility of abortion in the first trimester of pregnancy, thus demonstrating how the decriminalization of abortion violates fundamental principles, especially with regard to the inviolability of the right to life. For this purpose, the article will approach from a perception about the initial moment of the human life, using some of the theories adopted for the justification of this initial point, and promoting a small distinction on the types of abortion. In a second moment, the legal foundations will be approached assigned by the Minister to justify the possibility of abortion when realized in the first three months of pregnancy. Finally, the right to life will be analyzed, especially under the perspective of its inviolability, demonstrating it as an inalienable right guaranteed by the Federal Constitution of 1988, attributing, thus, unconstitutionality to the legalization of the practice of abortion in the first trimester of pregnancy. In addition, it aims to promote reflections about the effectiveness of the referred decriminalization, observing the implications that the legalization of the abortion may cause in the hypothesis presented.

Keywords: Abortion. Unborn. Life. Habeas Corpus 124.306 / RJ. Fundamental Rights.

³⁷⁵ Acadêmica do Curso de Direito da Unibalsas-Faculdade de Balsas. Email: angravitoria_15@hotmail.com

³⁷⁶ Mestrando *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, Campus Ijuí/RS. Professor em tempo integral dos cursos de Direito, Pedagogia e Sistema da Informação da Faculdade de Balsas/MA - Unibalsas.

³⁷⁷ Mestre *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, Campus Ijuí/RS. Professora em tempo integral dos cursos de Direito e Agronegócio da Faculdade de Balsas - Unibalsas. sor doutor orientador da Faculdade de Balsas – Unibalsas.

INTRODUÇÃO

A temática do aborto constitui objeto de grande controvérsia no âmbito jurídico e diuturnamente se discute sua viabilidade e possibilidade frente à legislação brasileira. Ocorre que, o legislador constituinte conferiu ao direito à vida status de cláusula pétreia ao norteá-lo em seu artigo 5º e não poderia ser diferente, haja vista, a relevância jurídica que tal direito fundamental possui. Por conseguinte, o direito à vida assegurado pela Constituição Federal, visa a garantia de sua inviolabilidade, sendo um direito pessoalíssimo, irrenunciável e inalienável.

Recentemente, foi suscitada discussão sobre a descriminalização da prática do aborto no tocante ao primeiro trimestre de gestação no voto do Ministro Luís Roberto Barroso frente ao *Habeas Corpus* 124.306/RJ. O qual alegou que se faz necessária interpretação em consonância com a Constituição Federal aos artigos do Código Penal que tipificam o abortamento como crime, com o intuito de eliminar a existência de ilícito penal quando a interrupção voluntária da gestação for realizada no primeiro trimestre.

Diante disso, a vida daquele que ainda está para nascer, passa por diversas discussões quanto a sua real posição diante da proteção que o Estado atribuiu à vida. A problemática gira em torno do momento inicial da vida humana, se de fato é relevante a vida daquele que ainda necessita do útero materno para sobreviver e se, deste modo, a mulher deveria levar a termo uma gestação que não estivesse disposta a enfrentar.

Desta feita, nesse artigo, por meio da metodologia compreensiva, busca-se discutir alguns dos argumentos apontados pelo Ministro Barroso como afrontadores aos direitos fundamentais da mulher, bem como, pretende-se destacar a relevância do bem jurídico vida do *nascituro*, sob o prisma constitucional de sua inviolabilidade. Por derradeiro, fomenta reflexão quanto à efetividade de tal descriminalização, posto que, esta, não se demonstra como o meio mais eficaz para proteção e resguardo dos direitos da mulher.

1. OS ASPECTOS GERAIS SOBRE O ABORTO A PARTIR DA IDENTIFICAÇÃO DO MARCO INICIAL DA VIDA HUMANA

A vida se constitui como elemento primordial ao ser humano, porquanto, é a partir dela que tudo se interliga com o propósito de dar real sentido àquilo que existe. Para Diniz “[...] a dinâmica do mundo nela se contém e sem ela nada terá sentido”³⁷⁸, assim, a vida é o ponto central, a partir do qual todos os direitos inerentes ao homem lhe são atribuídos.

1.1. A vida humana e o seu momento inicial

Os segredos que giram em torno do marco inicial da vida humana sempre foram motivos de especulação e grande controvérsia. No âmbito jurídico não poderia ser diferente,

³⁷⁸ DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito; São Paulo: Saraiva, 2010, p. 25.

uma vez que, sua definição interfere diretamente na proteção que é assegurada à vida pela Carta Constitucional do Estado brasileiro.

O direito à vida é sem dúvida essencial ao ser humano de forma a condicionar todos os demais direitos relativos à personalidade, possuindo amparo no artigo 5º da Constituição Federal³⁷⁹ o qual o intitula como sendo inviolável³⁸⁰. Ademais, cumpre a legislação infraconstitucional promover uma abordagem pormenorizada quanto ao tema, conferindo inclusive punição àquele que atente contra sua integridade³⁸¹. O motivo de tamanha proteção é simples, visto que, a vida é o bem mais precioso que o ser humano pode obter, o que lhe confere prioridade sobre todas as demais coisas³⁸².

Nesse sentido, quando se fala em inviolabilidade do direito à vida é imprescindível a compreensão sobre o marco inicial da mesma, o que ocorre em função do referido momento ser requisito para a percepção de a partir de quando, a vida, a qual se refere à Constituição Federal, passa a ser alvo de proteção do Estado.

Assim, é importante que se faça referência ao estudo da embriologia humana, que aborda os aspectos moleculares de seu desenvolvimento, de forma a detalhar as fases que o ser humano tem que passar desde a fecundação até alcançar o nascimento³⁸³. Diante disso, apenas a título informativo e para a devida compreensão do presente artigo, se fará distinção entre as fases da vida intrauterina, e posteriormente uma apresentação das principais teorias que tratam da temática sobre o início da vida humana. Vale ressaltar, que são várias as que versam sobre o assunto, porém serão arguidas considerações apenas sobre aquelas ponderadas como essenciais.

1.1.1. As fases da vida intrauterina

A estrutura humana é indescritivelmente única, e quando se fala na gênese de seu desenvolvimento se torna ainda mais surpreendente, sendo a biologia incumbida de cuidar de forma minuciosa sobre sua formação e evolução. À vista disso, fica a cargo da embriologia humana o detalhamento das fases da vida intrauterina³⁸⁴.

Dessa forma, no que se refere a essas fases, é de se apontar a primeira como aquela denominada zigótica, a qual tem origem no exato momento da concepção e perdura por cerca

³⁷⁹ Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida... (ANGHER, Anne Joyce. Vade Mecum Acadêmico de Direito da Rideel. - 22. ed. - São Paulo: Rideel, 2016).

³⁸⁰ DINIZ, op. cit, p. 21.

³⁸¹ Dentre os exemplos cita-se o artigo 121 do Código Penal, que estabelece sanção ao agente que provocar a morte de outrem.

³⁸² DINIZ, op.cit, p. 25.

³⁸³ DIAS, Anna Paula Rodrigues. O direito à vida, enquanto direito fundamental em relação ao aborto voluntário até o terceiro mês de gestação. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XX, n. 156, jan 2016. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18352>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

³⁸⁴ DIAS, Anna Paula Rodrigues. O direito à vida, enquanto direito fundamental em relação ao aborto voluntário até o terceiro mês de gestação. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XX, n. 156, jan 2016. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18352>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

de seis a quatorze dias. Após esse decurso de tempo o zigoto se fixa no útero, em um processo denominado de nidação, dando início à fase embrionária, que dura por volta de oito semanas. Concluído o referido período, dá-se lugar a última fase da vida intrauterina, a fetal, que se finda com o nascimento³⁸⁵.

Cumpra observar que, no decorrer da respectiva abordagem, será conferida a nomenclatura *nascituro*³⁸⁶ para o ser humano em todo o andamento da vida intrauterina, desde a fase zigótica, passando pela embrionária e fetal, até alcançar o instante final que precede o parto.

1.1.2. Das principais teorias quanto ao momento inicial da vida humana

Inicialmente é de se falar sobre a teoria da concepção, a qual preceitua que a vida tem sua origem com a fusão entre os gametas feminino e masculino, ocorrendo assim a fecundação, dando origem ao zigoto, que possui código genético distinto do pai e da mãe. Deste modo, para esta teoria, qualquer intervenção que seja feita ao *nascituro* a partir desse período é considerada como aborto, isso porque, conforme a mesma, com a fusão do óvulo e do espermatozóide uma nova célula se forma, e esta possui material genético próprio. Por conseguinte, o que passa disso são apenas fases que o indivíduo terá que atravessar para alcançar o nascimento. Nessa perspectiva, Jérôme Lejeune é contundente em afirmar:

Não quero repetir o óbvio mas, na verdade, a vida começa na fecundação. Quando os 23 cromossomos masculinos se encontram com os 23 cromossomos da mulher, todos os dados genéticos que definem o novo ser humano já estão presentes. A fecundação é o marco do início da vida. Daí para frente qualquer método artificial para destruí-la é um assassinato³⁸⁷.

Assim, para essa teoria, é inequívoca a existência de vida a partir da concepção, sendo as intervenções realizadas a contar de então, consideradas ofensas à vida.

Por sua vez, a teoria da nidação aponta como marco inicial da vida humana, aquele em que ocorre a fixação do zigoto na parede do útero, pois, se fundamenta no fato de que só nesse momento os hormônios femininos são liberados com a consequente possibilidade de identificação da gravidez, além de não ser admissível se falar em vida viável até então³⁸⁸.

³⁸⁵ DIAS, *ibidem*.

³⁸⁶ Nomenclatura conferida ao “Ente gerado ou concebido, mas ainda por nascer. Embora ainda não tenha personalidade, a lei resguarda seus direitos, o que lhe assegura uma certa capacidade civil”. (NETTO, José Oliveira. Dicionário jurídico universitário. 5º ed., São Paulo: CL EDIJUR, 2012. p. 394).

³⁸⁷ Respeitar a vida, *interpreta*, 7:1, apud DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito; São Paulo: Saraiva, 2010, p. 26.

³⁸⁸ SOUZA, Priscila Boim de. Teorias do início da vida e lei de biossegurança. *Etic* vol. 4, no 4 (2008): IV Encontro de Iniciação Científica e III Encontro de Extensão Universitária. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/1863/1773>>. Acesso em 11 de maio de 2017.

Esse entendimento gera grande polêmica, já que ao se falar em um lapso temporal entre fecundação e nidação se estaria diante de um momento em que não existiria vida, sendo admissível a interrupção da gestação nessa ocasião³⁸⁹.

De outra banda, é importante citar a teoria das primeiras atividades cerebrais, para a qual o início da vida deve ser conceituado levando em consideração os fatores determinantes da morte, isso em razão de que, se o óbito é identificado quando há interrupção das atividades cerebrais, a vida só poderia existir quando verificado o início dessas atividades³⁹⁰.

No entanto, um ponto controverso para essa teoria, é o fato de que não existe consenso sobre em qual momento é constatado o início das atividades cerebrais. Para uns, o seu início se dá por volta da 8ª semana de gestação, em decorrência da formação de estruturas básicas ao cérebro³⁹¹. Para outros o momento inicial é a 12ª semana³⁹² com a “formação do sistema nervoso central e a presença de rudimentos de consciência”³⁹³. E há ainda, os que defendem que somente entre a 15ª a 20ª semana de gravidez é possível a constatação de tais atividades, dado ao fato de ser esse o momento em que o sistema cerebral está completo³⁹⁴.

1.2. Aborto: as possibilidades de perda da vida

O termo aborto provém do latim *ab ortus* e é utilizado para designar a privação do nascimento, deste modo, tem-se como a interrupção da gestação com ou sem a expulsão do *nascituro*, ocorrendo assim, a morte do mesmo³⁹⁵.

Acentua-se que a terminologia abortamento tecnicamente é a mais coerente para conceituar a eliminação do *nascituro* fora de seu curso natural³⁹⁶, com a consequente destruição do conceito³⁹⁷, uma vez que, o aborto faz referência ao produto do abortamento, ou seja, o nascituro já sem vida. Desse modo, o abortamento faz menção ao processo, enquanto o

³⁸⁹ D'URSO, Luiz Flávio Borges. Direito criminal na atualidade. São Paulo: Atlas, 1999, p. 29.

³⁹⁰ SOUZA, op. cit.

³⁹¹ Visto que, “alguns cientistas dizem haver sinais cerebrais na 8ª semana, o feto, já teria as feições faciais mais ou menos definidas, e um circuito básico de 3 neurônios”. (SOUZA, Priscila Boim de. Teorias do início da vida e lei de biossegurança. *Etic* vol. 4, no 4 (2008): IV Encontro de Iniciação Científica e III Encontro de Extensão Universitária. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/1863/1773>>. Acesso em: 11 de maio de 2017).

³⁹² Posicionamento adotado pelo Ministro Luís Roberto Barroso no julgamento do Habeas Corpus 124.306/RJ.

³⁹³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas corpus n. 124.306-RJ. Relator: Min. Marco Aurélio Mello. – Voto-Vista: Min. Luís Roberto Barroso. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC124306LRB.pdf>>. Acesso em: 23 de agosto de 2017, p. 08.

³⁹⁴ Segundo esta teoria é “[...] quando a mulher consegue sentir os primeiros movimentos do feto, é nessa fase que o tálamo, a central de distribuição de sinais sensoriais dentro do cérebro, está pronto”. (SOUZA, Priscila Boim de. Teorias do início da vida e lei de biossegurança. *Etic* vol. 4, no 4 (2008): IV Encontro de Iniciação Científica e III Encontro de Extensão Universitária. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/1863/1773>>. Acesso em 11 de maio de 2017).

³⁹⁵ NETTO, José Oliveira. Dicionário jurídico universitário. 5ª ed., São Paulo: CL EDIJUR, 2012, p. 568.

³⁹⁶ D'URSO, Luiz Flávio Borges. Direito criminal na atualidade. São Paulo: Atlas, 1999, p. 27.

³⁹⁷ Diz respeito ao embrião e tudo aquilo que o envolve, tal com, placenta, membranas e cordão umbilical. (Dicionário informal. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/concepto/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2017).

aborto diz respeito ao fruto do abortamento. Ocorre que, a legislação brasileira adota o termo aborto como sinônimo de abortamento, já que assim o conceitua quando se refere a tal prática³⁹⁸.

Do ponto de vista médico, importa mencionar que, as fases de vida do nascituro são fatores determinantes para conceituação quanto à interrupção da gestação, pois, em termos gerais, entende-se como abortamento a antecipação do parto até 28ª semana de gravidez, de sorte que, após esse período não há que se falar em abortamento, mas em parto-prematuro³⁹⁹. Evidente, que tal conceituação guarda relação com a interrupção da gravidez quando sujeita a motivos alheios à vontade da gestante. No entanto, ao que parece juridicamente o aborto é assim definido a qualquer tempo da vida intrauterina, bastando que a grávida, ou um terceiro, com a intenção de interromper a gestação, promova a destruição do concepto.

Ainda no que concerne ao aborto, é salutar que se faça distinção entre os seus tipos, sendo o que se fará a seguir, com o intuito melhorar a percepção quanto ao tema.

1.2.1. Aborto espontâneo e acidental

O aborto espontâneo se refere à interrupção da gravidez por motivos alheios à vontade da gestante, isto é, ocorre de forma natural, seja devido ao surgimento de alguma doença que atrapalhe o curso natural da gravidez ou ainda por debilidades provenientes da saúde da mãe⁴⁰⁰, ou seja, patologias que se apresentam no decorrer da gestação impedindo o seu curso normal, de forma a promover a expulsão do *nascituro*, o que ocorre sem qualquer intervenção médica.

Ressalta-se que a insurgência médica se dará somente após o abortamento a fim de dá seguimento ao tratamento necessário a saúde da gestante, para evitar maiores complicações à saúde da mesma, tais como infecções, vez que existe a possibilidade de ocorrer abortamento incompleto⁴⁰¹⁴⁰².

De modo igual ao que ocorre no aborto espontâneo, os motivos que levam ao abortamento acidental são alheios à vontade da gestante, entretanto, são oriundos

³⁹⁸ SILVEIRA, Carlos Eduardo. Prática do aborto na sociedade contemporânea: perspectivas jurídicas, morais, econômicas e religiosas. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13484-13485-1-PB.pdf>> Acesso em: 05 de maio de 2017.

³⁹⁹ Para STOCKE L O, citado por Wolff Artur Neto, “o abortamento é a interrupção da gestação antes da 28ª semana e parto prematuro, a interrupção entre a 28ª e a 39ª semana”. (NETTO, Arthur Wolff. Estudo sintético do abortamento. Revista de Medicina, v. 25, n. 90, p. 57-64, 1941. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/50520>> Acesso em: 05 de setembro de 2017).

⁴⁰⁰ DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito; São Paulo: Saraiva, 2010, p. 31.

⁴⁰¹ O que acontece em função de que “muitas vezes permanecem dentro do corpo da mulher restos da placenta”. (DA SILVA, Edilson Freire. Vida humana e o crime de abortamento. Disponível em: <<http://dominiopublico.mec.gov.br/download/teste/arqs/cp136775.pdf>>. Acesso em: 11 de maio de 2017).

⁴⁰² DA SILVA, Edilson Freire. Vida humana e o crime de abortamento. Disponível em: <<http://dominiopublico.mec.gov.br/download/teste/arqs/cp136775.pdf>>. Acesso em: 11 de maio de 2017.

essencialmente de circunstâncias traumáticas que a mãe venha presenciar ou sofrer, tais como, susto, queda, emoção violenta, entre outros⁴⁰³.

1.2.2. Aborto provocado

O aborto provocado possui diversas facetas, podendo ser legal, quando a própria legislação consente que seja realizado, ou ilegal, que, segundo Diniz, “consiste na dolosa interrupção, vedada por lei, da vida intrauterina normal, em qualquer de suas fases evolutivas”⁴⁰⁴. Em relação a este último ainda existem variáveis, o que é verificado a partir da análise dos artigos 124 a 126 do Código Penal⁴⁰⁵, os quais conferem punição à realização do aborto quando praticado por um terceiro na gestante, havendo ou não o consentimento da mesma, ou quando a própria gestante o realiza.

É importante ressaltar a existência de excepcionalidades, que foram instituídas pela legislação infraconstitucional, autorizando a realização da prática do aborto em alguns casos específicos, como aqueles que decorrem de risco à vida da mãe, da gravidez advinda de estupro, ou ainda, quando da anencefalia. O intuito aqui não é exaurir o assunto, mas promover distinção daquele que será tratado em momento posterior.

Diante disso, há que se falar na modalidade do aborto necessário, assim entendido como aquele que é realizado com o intuito de resguardar a saúde da mãe⁴⁰⁶, em função da mesma correr riscos quanto a sua própria vida. Tal modalidade de aborto está amparada pelo artigo 128, inciso I, do Código Penal, que prevê não ser punível o aborto praticado por médico, se não há outro meio de salvar a vida da gestante⁴⁰⁷.

Ainda relacionado ao aborto permitido por lei, menciona-se o sentimental, assim conceituado pela doutrina por se tratar daquele em que a gestação é proveniente de estupro⁴⁰⁸. Sendo este disciplinado pelo artigo 128, inciso II, do Código Penal, contudo o mesmo deve ser consentido pela gestante, e caso ela seja incapaz, pelo seu representante legal. Acentua-se que o procedimento deve ser realizado por médico e caberá a este a verificação e certificação de que de fato ocorreu o crime de estupro, a partir do qual procederá com o abortamento⁴⁰⁹.

⁴⁰³ DINIZ, op. cit., p. 31.

⁴⁰⁴ DINIZ, *ibidem*, p.39.

⁴⁰⁵ Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque [...].

Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante [...].

Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante [...].

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência Forma qualificada. (ANGHER, Anne Joyce. *Vade Mecum Acadêmico de Direito da Rideel*. 22. ed. São Paulo: Rideel, 2016).

⁴⁰⁶ DINIZ, Maria Helena. *O estado atual do biodireito*; São Paulo: Saraiva, 2010, p. 32.

⁴⁰⁷ DINIZ, *ibidem*.

⁴⁰⁸ DINIZ, *ibidem*.

⁴⁰⁹ DINIZ, *ibidem*.

Por derradeiro cita-se o aborto proveniente da anencefalia⁴¹⁰, o qual, por muito tempo, foi alvo de discussão quanto a sua possibilidade, visto que o Código Penal nada fala quanto à viabilidade de sua realização. Entretanto com o julgamento da ADPF 54/DF⁴¹¹, foi conferida a possibilidade da efetivação do abortamento de nascituros anencéfalos.

Assim, ressalvadas as hipóteses de não punição supracitadas, todos os meios utilizados a fim de provocar a morte do produto da concepção são considerados abortos, sendo puníveis penalmente. Em vista disso, posicionamentos favoráveis e contrários, relativos à legalização do aborto se dividem, o que ocorre em função da complexidade da problemática, já que estão em jogo interesses jurídicos completamente opostos.

2. A POSSIBILIDADE DA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO CONSOANTE O VOTO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO FRENTE AO HABEAS CORPUS 124.306/RJ.

Recentemente, a partir de um *Habeas Corpus* impetrado perante o Supremo Tribunal Federal, foi suscitada discussão sobre a descriminalização da prática do aborto no tocante ao primeiro trimestre de gestação, o que se deu com base no voto do Ministro Luís Roberto Barroso frente ao *Habeas Corpus* 124.306/RJ. De sorte que, alegou ser necessário conceder interpretação, conforme a Constituição Federal aos artigos do Código Penal que tipificam como crime o abortamento, a fim de excluir de seu âmbito de incidência a interrupção voluntária da gestação efetivada no primeiro trimestre, em razão da referida criminalização, violar diversos direitos fundamentais da mulher⁴¹².

O fato em questão teve sua gênese, com a prisão em flagrante de acusados pela prática do crime de aborto em gestante⁴¹³, bem como formação de quadrilha⁴¹⁴, haja vista a manutenção de clínica de aborto⁴¹⁵. No transcurso da ação penal, foi decretado a prisão preventiva dos acusados, de maneira que com o decorrer do processo, a medida foi levada à apreciação perante o Supremo Tribunal Federal, com a alegação da inexistência dos requisitos da prisão preventiva.

Desta feita, mediante a análise do Supremo o pedido foi julgado procedente pelo Ministro Marco Aurélio, relator do caso, que deferiu a ordem para afastar a prisão preventiva

⁴¹⁰ Segundo o Dr. Heverton Neves Pettersen, citado na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54, a anencefalia é caracterizada pela ausência dos hemisférios cerebrais, do cerebelo, e a configuração de um tronco cerebral rudimentar. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54/DF. Relator: Min. Marco Aurélio Mello. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf54.pdf>>. Acesso: 15 de maio de 2017).

⁴¹¹ Sigla para Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, nº 54/Distrito Federal.

⁴¹² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas corpus n. 124.306-RJ. Relator: Min. Marco Aurélio Mello. – Voto-Vista: Min. Luís Roberto Barroso. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC124306LRB.pdf>>. Acesso em: 23 de agosto de 2017.

⁴¹³ Conforme o disciplinado no artigo 126 do Código Penal.

⁴¹⁴ Disciplinado no artigo 288 do Código Penal.

⁴¹⁵ BRASIL, op. cit.

dos acusados. Por conseguinte, o Ministro Luís Roberto Barroso pediu vista quanto ao seu voto, a fim de uma melhor análise quanto ao tema⁴¹⁶.

2.1. Dos fundamentos jurídicos quanto ao voto do Ministro Luís Roberto Barroso

Ao examinar o caso, o Ministro Barroso de igual maneira entendeu pela descaracterização da prisão, por não estarem presentes os requisitos previstos no Código de Processo Penal para tanto. Contudo, trouxe à baila discussão quanto à própria constitucionalidade da incidência do tipo penal imputado à prática do aborto quando realizado no primeiro trimestre de gestação.

Sob essa percepção, o Ministro fez uma análise quanto à observância dos direitos fundamentais da mulher diante do que preceitua o crime de abortamento. De modo que, segundo o mesmo, os direitos fundamentais da mulher são nitidamente violados, existindo uma incidência inevitável sobre a própria dignidade da pessoa humana. Ademais, assevera que por a mulher se encontrar diante de uma decisão tão complexa, não cabe ao Estado intervir a fim de tornar sua vida ainda pior imputando-a fato criminoso, pois segundo ele “ninguém em sã consciência suportará que se faça um aborto por prazer ou diletantismo”⁴¹⁷.

Ainda nessa perspectiva, ao confrontar as teorias referentes ao momento inicial da vida humana, o Ministro aponta como tese central de seu posicionamento aquela que estabelece como marco inicial as primeiras atividades cerebrais. Pois, para ele apesar de não existir solução jurídica para a controvérsia entre teoria da concepção e a das primeiras atividades cerebrais, é de se afirmar que não existe possibilidade do nascituro sobreviver fora do útero materno nesse momento de sua formação, de forma que “[...] ele dependerá integralmente do corpo da mãe”⁴¹⁸. O que passa a embasar suas considerações quanto à violação dos direitos fundamentais da mulher⁴¹⁹.

2.2. Da violação concernente aos direitos fundamentais da mulher

O primeiro aspecto de violação apontado por Barroso, diz respeito à autonomia da mulher, visto que, segundo ele, esse corresponde ao núcleo central de sua liberdade individual, com proteção garantida pelo princípio da dignidade da pessoa humana. De forma que é a autonomia a responsável pela exteriorização da autodeterminação de cada pessoa, o que lhe permite fazer suas escolhas existências básicas, e quando se trata da mulher o principal ponto de expressão de sua autonomia é a possibilidade de controlar o próprio corpo.

⁴¹⁶ BRASIL, *ibidem*, p.4.

⁴¹⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas corpus n. 124.306-RJ. Relator: Min. Marco Aurélio Mello. – Voto-Vista: Min. Luís Roberto Barroso. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC124306LRB.pdf>>. Acesso em: 23 de agosto de 2017. p.8.

⁴¹⁸ BRASIL, *ibidem*.

⁴¹⁹ BRASIL, *ibidem*.

Assim, para ele, não cumpre ao Estado e à sociedade intervir em tal direito, especialmente no que se refere às primeiras semanas gestacionais⁴²⁰.

Ademais, segundo o Ministro, ao impor que a prática do aborto não seja realizada, a integridade física e psíquica da mulher termina prejudicada, de forma que tais interferências acabam gerando lesões ao corpo e mente da mesma, pois, é ela quem sofre os efeitos oriundos da gestação. Assim, “[...] ter um filho por determinação do direito penal constitui grave violação à integridade física e psíquica da mulher”⁴²¹.

Destarte, foi abordado ainda considerações a respeito da violação que e a punição ao aborto proporciona frente aos direitos sexuais e reprodutivos da mulher “[...] que incluem o direito de toda mulher decidir sobre se e quando deseja ter filhos, sem discriminação, coerção e violência [...]”⁴²². De acordo com o qual, os embates ainda existentes quanto ao aborto terminam em partes, sendo fruto das discriminações e preconceitos sofridos pela mulher ao logo da história⁴²³.

Ainda nesse sentido, assevera que a disposição do tipo penal referente ao aborto, termina violando a igualdade de gênero, uma vez que “a histórica posição de subordinação das mulheres em relação aos homens institucionalizou a desigualdade socioeconômica entre os gêneros e promoveu visões excludentes, discriminatórias e estereotipadas da identidade feminina e seu papel social”⁴²⁴. Diante do que, a igualdade de gênero só poderá ser alcançada ao ser conferida à mulher a possibilidade de optar por um abortamento, haja vista ser ela quem vivencia o desenvolvimento da gestação, não sofrendo o homem qualquer impacto físico quanto ao fato⁴²⁵.

Assim, por ter a mulher à incumbência de levar adiante a gravidez, “sua vontade e seus direitos devem ser protegidos com maior intensidade”⁴²⁶. Ademais, segundo o Ministro a abordagem dada pelo Código penal ao assunto resulta em afetação a autodeterminação da mulher ao lhe retirar a oportunidade de decidir, sem interferências, a respeito da gestação⁴²⁷.

Em seu posicionamento, ainda impulsionou reflexões sobre o impacto desproporcional causados nas mulheres que possuem menores condições financeiras. Pois, de acordo com o Ministro, as mulheres que não possuem recursos para ter acesso a médicos particulares

⁴²⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas corpus n. 124.306-RJ. Relator: Min. Marco Aurélio Mello. – Voto-Vista: Min. Luís Roberto Barroso. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC124306LRB.pdf>>. Acesso em: 23 de agosto de 2017. p.9.

⁴²¹ BRASIL, ibidem, p.10.

⁴²² BRASIL, ibidem.

⁴²³ BRASIL, ibidem.

⁴²⁴ BRASIL, ibidem, p.12.

⁴²⁵ BRASIL, ibidem.

⁴²⁶ BRASIL, ibidem, p.10.

⁴²⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas corpus n. 124.306-RJ. Relator: Min. Marco Aurélio Mello. – Voto-Vista: Min. Luís Roberto Barroso. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC124306LRB.pdf>>. Acesso em: 23 de agosto de 2017. p.9.

acabam tendo que se submeter a procedimentos em clínicas clandestinas, caso queiram realizar um aborto. Sendo assim, a criminalização do abortamento terminaria interferindo na quantidade de abortos seguros, o que a torna motivo de “[...] grave problema de saúde pública”⁴²⁸.

Por conseguinte, o Ministro concluiu o que os artigos do Código penal que tipificam o abortamento como um crime, conferem violação ao princípio da proporcionalidade. Apontando inclusive que a tipificação data de 1940 e, contudo, não foram feitas quaisquer atualização quanto ao tema, o que demonstra defasagem quanto a esse tipo penal. Para tanto, fez referência o julgamento da ADPF 54/DF, vez que se fez necessária nova interpretação quanto à temática⁴²⁹.

Nesse sentido, diz ser fundamental a observância do princípio da proporcionalidade a fim de que seja examinada a real efetividade de tal restrição à autonomia da mulher. Apontando para tanto que a quantidade de abortos realizados em países onde a prática é descriminalizada é similar às taxas obtidas em países onde a prática é ilegal. De modo que, “[...] a criminalização não produz impacto relevante sobre o número de abortos”⁴³⁰, assim, para ele, a tipificação penal apenas interfere na efetivação de um aborto seguro, motivo pelo qual não se mostra adequada tal medida⁴³¹.

Nesse seguimento, diz ser apropriado o investimento em meios alternativos para total criminalização do aborto, a fim de que os direitos de *nascituro* e gestante sejam simultaneamente protegidos. Daí a possibilidade do aborto efetivado no primeiro trimestre de gestação, haja vista ser “[...] uma política alternativa à criminalização, implementada com sucesso em diversos países do mundo [...]”⁴³².

Por derradeiro, expõe ser necessário “[...] verificar se as restrições aos direitos fundamentais das mulheres decorrentes da criminalização são ou não compensadas pela proteção à vida do feto”⁴³³. Dentre os motivos está aquele que se refere ao fato de que o “[...] peso em concreto do direito à vida do nascituro varia de acordo com o seu estágio de desenvolvimento”⁴³⁴. Assim resta desproporcional, segundo ele, a tipificação penal do aborto no que se refere ao primeiro trimestre da gravidez.

Ademais, o Ministro fez referência em seu voto à descriminalização já realizada por outros países e enfatiza que “[...] praticamente nenhum país desenvolvido do mundo trata a

⁴²⁸ BRASIL, *ibidem*, p.13.

⁴²⁹ BRASIL, *ibidem*, p.12.

⁴³⁰ BRASIL, *ibidem*, p.13.

⁴³¹ BRASIL, *ibidem*.

⁴³² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas corpus n. 124.306-RJ. Relator: Min. Marco Aurélio Mello. – Voto-Vista: Min. Luís Roberto Barroso. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC124306LRB.pdf>>. Acesso em: 23 de agosto de 2017. p.15.

⁴³³ BRASIL, *ibidem*.

⁴³⁴ BRASIL, *ibidem*, p.16

interrupção da gestação durante a fase inicial da gestação como crime [...]”.⁴³⁵ Por consequência, segundo Barroso, é preciso conferir interpretação em conformidade à Constituição Federal ao crime tipificado como aborto, de forma que seja afastada a punição quando a prática se der até o terceiro mês de gestação.

3. O DIREITO À VIDA SOB O VIÉS DE SUA INVIOLABILIDADE

É importante mencionar, que a Constituição Federal em seu artigo 5º consagra a vida como um direito inviolável⁴³⁶. Nesse sentido, o direito à vida ganha notoriedade no âmbito nacional, sendo protegido inclusive como cláusula pétrea, o que assegura sua inviolabilidade, e não poderia ser diferente, vez que tal garantia é primordial ao ser humano e ordena todos os demais direitos relativos à personalidade⁴³⁷. Como preceitua MORAES “O direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito à existência e exercício de todos os demais direitos”⁴³⁸.

Nesse contexto inserem-se os direitos relativos ao *nascituro*, aqui em voga aqueles questionados no voto do Ministro Luís Roberto Barroso. Cumpre ressaltar, que o presente artigo possibilitará discussão somente sobre alguns aspectos do voto, a fim de promover reflexão quanto à efetiva viabilidade da legalização do aborto no tocante ao primeiro trimestre de gestação.

Isto posto, o Pacto de São José da Costa Rica reconhecido pelo Brasil desde 1992 preceitua que, “toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente”⁴³⁹. Assim, em um primeiro momento, é importante que se acentue a relevância do direito à vida e, nesse sentido, DINIZ o aponta como um primado de forma que:

A vida tem prioridade sobre todas as coisas, uma vez que a dinâmica do mundo nela se contém e sem ela nada terá sentido. Consequentemente, o direito à vida prevalecerá sobre qualquer outro, seja ele o de liberdade religiosa, de integridade física e mental etc. Havendo conflito entre dois direitos, incidirá o princípio do primado do mais relevante. Assim, por exemplo, se se precisar mutilar alguém para

⁴³⁵ BRASIL, *ibidem*.

⁴³⁶ Segundo o artigo 5º da Constituição federal. (ANGHER, Anne Joyce. *Vade Mecum Acadêmico de Direito da Rideel*. - 22. ed. - São Paulo: Rideel, 2016).

⁴³⁷ DINIZ, Maria Helena. *O estado atual do biodireito*; São Paulo: Saraiva, 2010. p.21.

⁴³⁸ MORAIS, Alexandre. *Direito Constitucional*. 13ª Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003, p.63. apud DORIGATTI, Paula Gabriella Ribeiro. *O direito à vida*. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIX, n. 151, ago 2016. Disponível em:

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17585&revista_caderno=9>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

⁴³⁹ É o que dispõe o artigo 4º. 1 do Pacto de São José da Costa Rica. (ANGHER, Anne Joyce. *Vade Mecum Acadêmico de Direito da Rideel*. - 22. ed. - São Paulo: Rideel, 2016).

salvar sua vida, ofendendo sua integridade física, mesmo que não haja consenso, não haverá ilícito nem responsabilidade penal médica⁴⁴⁰.

Desta feita, a vida se apresenta como um direito inerente ao próprio ser humano, não podendo ele sequer dispor sobre sua continuidade⁴⁴¹. De igual modo, não se mostra admissível a possibilidade da prática do aborto, mesmo em seu estágio inicial, principalmente quando motivado pelo simples critério de vontade, visto que ao *nascituro* deve ser garantido o direito à vida, diante disso, Diniz acentua:

A ontogenia Humana, isto é, o aparecimento de um novo ser humano, ocorre com a fusão dos gametas feminino e masculino, dando origem ao zigoto, com um código genético distinto do óvulo e do espermatozóide. A fetologia e as modernas técnicas de medicina comprovam que a vida inicia-se no ato da concepção, ou seja, da fecundação do óvulo pelo espermatozóide, dentro ou fora do útero. A partir daí tudo é transformação morfológica-temporal, que passará pelo nascimento e alcançará a morte, sem que haja qualquer alteração do código genético, que é singular, tornando a vida humana irrepetível e, com isso, cada ser humano único⁴⁴².

À vista disso, é imprescindível a verificação quanto à condição do *nascituro* durante o período gestacional, em especial nas suas primeiras semanas, pois, se este pequeno ser é dotado de vida, a garantia de sua inviolabilidade deve ser respeitada⁴⁴³.

O ordenamento jurídico brasileiro especialmente o Código Civil em seu artigo 2º, ao abordar o início da personalidade civil,⁴⁴⁴ estabelece que os direitos a ela relativos sejam conferidos ao ser humano a partir do nascimento com vida, porém o mesmo dispositivo estipula que os direitos do *nascituro* devem ser resguardados desde a concepção, nesta perspectiva CERVI preceitua:

⁴⁴⁰ DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito; São Paulo: Saraiva, 2010. p.25.

⁴⁴¹ DINIZ, *ibidem*, p.26.

⁴⁴² DINIZ, *ibidem*.

⁴⁴³ DINIZ, *ibidem*, p.29.

⁴⁴⁴ Dentre as teorias existentes, quanto à posição do legislador sobre tal disposição, podemos apontar a natalista, para a qual “[...] o início da personalidade se dá somente no nascimento com vida.” Existem ainda os que defendem a teoria da personalidade formal ou condicional, para ela [...] o nascituro já pode ser considerado pessoa condicional, mas que, invariavelmente, terá dois caminhos: se nasce com vida confirma sua condição e passa a exercer os direitos e deveres que estavam em suspenso. Mas, se ao nascer o sopro da vida não lhe assiste, abandona a condição de pessoa em potencial e torna a ser coisa.” E ainda a de se falar na teoria concepcionista, de modo que para esta “[...] a personalidade começa antes do nascimento, sendo que a concepção já deve assegurar os interesses do nascituro.” (MOURA, Alessandro. As teorias do nascituro e o contexto jurídico nacional. Caderno Virtual, v. 2, n. 24, 2011. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/538/380>>. Acesso em 09 de outubro de 2017).

[...] o nascituro tem apenas expectativas de direitos, e a aquisição de personalidade só é promovida com o nascimento com vida. Enquanto o nascituro aguarda o momento do nascimento, não tem personalidade jurídica, mas seus interesses são assegurados e a sua vida é protegida juridicamente⁴⁴⁵.

Por conseguinte, é nítida a proteção que o Estado atribuiu à vida, visto que essa garantia é o que impulsiona a dos demais direitos. A vida do *nascituro* está resguardada pela Constituição Federal, bem como pela legislação infraconstitucional, devendo ser protegida contra a arbitrariedade de ser eliminada por quem quer que seja. Perante o exposto, a legalização do aborto, pelo simples critério de vontade possui caráter de inconstitucionalidade.

Ainda neste contexto, o embate descrito pelo Ministro, sobre o impacto que a criminalização proporciona às mulheres cuja condição financeira não as possibilite realizar um aborto seguro, termina por despontar em outros, especialmente aqueles relativos ao Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS), isso em função do mencionado sistema, por vezes, falhar no que se refere à efetivação de atendimento a população⁴⁴⁶.

Nesse contexto, o Ministro propõe a realização do aborto até o terceiro mês de gestação por ser, a teoria das primeiras atividades cerebrais, aquela adequada à interpretação ao que preceitua a Constituição Federal sobre o direito à vida, uma vez que somente após tal lapso temporal é possível a verificação de “rudimentos de consciência”⁴⁴⁷. Acontece que a gestação, apesar de poder ser identificada a partir da nidação, muitas vezes só é percebida após alguns meses, em geral por volta do segundo mês, assim a realização do aborto dentro do período de três meses não produziria efetivos resultados, haja vista a demora do atendimento da gestante pelo sistema público de saúde nacional⁴⁴⁸.

Ademais no âmbito do direito comparado, como expos o Ministro, os países que admitem à descriminalização do aborto, oferecerem prévio atendimento à mulher, promovendo acompanhamento para que de forma consciente decida sobre se deseja ou não levar a termo o abortamento. O Brasil parece não possuir condições para aderir a tal posicionamento, e CERVI se posiciona no sentido de que:

⁴⁴⁵ SANTOS, André Leonardo Copetti; DEL'OLMO, Florisbal de Souza. Diálogo e entendimento: direito e multiculturalismo & cidadania e novas formas de solução de conflitos. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

⁴⁴⁶ DE FRANÇA, Genival Veloso. Aborto-breves reflexões sobre o direito de viver. Revista Bioética, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/440/323>. Acesso em: 18 de setembro de 2017.

⁴⁴⁷ Citação realizada pelo ministro Barroso nos motivos quanto a seu voto. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas corpus n. 124.306-RJ. Relator: Min. Marco Aurélio Mello. – Voto-Vista: Min. Luís Roberto Barroso. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC124306LRB.pdf>>. Acesso em: 23 de agosto de 2017. p.8).

⁴⁴⁸ DE FRANÇA, Genival Veloso. Aborto-breves reflexões sobre o direito de viver. Revista Bioética, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/440/323>. Acesso em: 18 de setembro de 2017.

Ao que tudo indica, data vênua, antes da permissividade do abortamento cabe à sociedade brasileira reivindicar as garantias constitucionais. Na análise da situação nacional, denota-se cenário de muitas e importantes garantias que carecem de cumprimento, pois, embora existam políticas públicas em saúde, educação e também com relação ao planejamento familiar, o estado não tem conseguido promover a emancipação dos indivíduos com ações de envergadura capazes de reverter os problemas sociais. Ao que parece, a sociedade não está preparada para usufruir da permissividade do abortamento na medida em que ainda não é possível identificar políticas sérias para a efetividade dos direitos fundamentais⁴⁴⁹.

O exposto demonstra a ineficiência do procedimento abortivo mesmo diante da legalização do aborto. Por conseguinte, é de se verificar que a legalização do aborto somente beneficiará aquelas que possuem condições financeiras para realização do procedimento, apenas isentando-as de pena, bem como permitirá que as clínicas destinadas a esse procedimento “rendam” sem, contudo, atribuí-lhe qualquer punição. Sobre isso, PACHECO citado por FRANÇA assevera que:

A execução do aborto por médicos competentes em ambiente higiênico e com cobertura de antibióticos continuará a ser feita, como até hoje, pelas mulheres de posse com ou sem legislação do aborto, e por executores exímios, mas ninguém suponha que os médicos competentes que têm rica clientela que lhes pagam muito bem vão perder seu tempo e dinheiro fazendo abortos gratuitamente nos hospitais [...] ou em casas de saúde conveniadas. A mulher pobre, a grande maioria, será atendida por estudantes, residentes, enfermeiras, todos se iniciando na prática da "nova" especialidade criada por lei que permitirá matar criaturas indefesas e sem culpa condenadas oficialmente. A legalização do aborto só beneficiará as mulheres ricas e tranquilizará os médicos aborteiros⁴⁵⁰.

Mediante o exposto, no que se refere ao aborto, D'URSO afirma que a alegação de que haveria uma diminuição dos casos de utilização de clínicas clandestinas, caem por terra quando observados a postura adotada a partir da legalização do aborto em outros países, isso porque [...] esse argumento foi desmentido pelos países que legalizaram o aborto, pois, lastreados nessa razão, surpreenderam-se, ao depois da legalização, quando constataram que as clínicas clandestinas não desapareceram [...]"⁴⁵¹.

⁴⁴⁹ SANTOS, André Leonardo Copetti; DEL'OLMO, Florisbal de Souza. Diálogo e entendimento: direito e multiculturalismo & cidadania e novas formas de solução de conflitos. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

⁴⁵⁰ DE FRANÇA, Genival Veloso. Aborto-breves reflexões sobre o direito de viver. Revista Bioética, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/440/323>. Acesso em: 18 de setembro de 2017.

⁴⁵¹ D'URSO, Luiz Flávio Borges. Direito criminal na atualidade. São Paulo: Atlas, 1999, p.28.

Deste modo, ainda segundo D'URSO, uma vez realizada a legalização do abortamento, seja qual for o pretexto, “[...] poderá realizar-se um, em total desprezo à vida consistente naquele feto”⁴⁵².

Isto posto, há que se falar na implementação de políticas públicas⁴⁵³ que de fato promovam a eficiência no atendimento daquelas que optem por adiar uma gestação. Em curto prazo a legalização do aborto é vista como “válvula de escape” a problemas como aqueles citados pelo Ministro Barroso, de fato é um meio mais rápido e menos custoso ao Estado. Entretanto é necessário que meios alternativos sejam elaborados a fim de amenizar o impacto tanto para mãe quanto ao *nascituro*, desta feita CERVI é perspicaz ao afirmar que:

[...] a sociedade não está preparada para usufruir da permissividade do abortamento na medida em que ainda não é possível identificar políticas sérias para efetividade dos direitos fundamentais. De forma mais clara se a mulher pudesse usufruir dos bens da sociedade com acesso à educação e ao trabalho, construindo com isso metas e objetivos a serem alcançados, haveria um menor índice de abortamentos e também de nascimentos. Investir na mulher é o caminho!⁴⁵⁴

Não se deve negar que, à mulher deve ser atribuído a dignidade, bem com o respeito que lhe é devido, pois, como muito bem explanado por Barroso, os direitos das mulheres passaram por diversos obstáculos até alcançar hoje garantias antes inimagináveis, inclusive no que diz respeito à equiparação de tratamento em relação ao homem, o que só ocorreu amplamente com o advento da Constituição de 1988, a qual trouxe parâmetros de tratamento de igual valor a ambos os sexos⁴⁵⁵.

Assim, o que se pretende não é impor à mulher, que somente a ela seja conferida a obrigatoriedade de proteção e resguardo à vida do *nascituro*, mas de igual modo ao progenitor, com intuito de que ambos tenham participação e responsabilidade sobre a vida daquele que ainda está para nascer, garantindo assim a responsabilidade paterna.

E nesse cenário o Estado não pode se omitir quanto à efetivação de políticas públicas que de fato atendam tanto a mulher que desejam adiar uma gestação, quanto aquela que não têm recursos para levar adiante uma gestação sem prejuízo seu e da criança. Desta feita “[...] o tema aborto é precedido por outros temas tão importantes como a paternidade responsável e

⁴⁵² D'URSO, *ibidem*.

⁴⁵³ A título de exemplo, pode-se citar a educação sexual, a promoção de palestras, principalmente nas localidades com maiores dificuldades no acesso a informação, a fim de que os métodos contraceptivos sejam de fato conhecidos pela população e aliado a isso o fornecimento dos referidos métodos, dentre outros.

⁴⁵⁴ SANTOS, André Leonardo Copetti; DEL'OLMO, Florisbal de Souza. *Diálogo e entendimento: direito e multiculturalismo & cidadania e novas formas de solução de conflitos*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

⁴⁵⁵ BARRETO, Ana Cristina Teixeira. Carta de 1988 é um marco contra discriminação. *Revista Consultor Jurídico*, 5 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-nov-05/constituicao-1988-marco-discriminacao-familia-contemporanea>>. Acesso em: 18 de setembro de 2017.

a responsabilidade do estado em levar informação à população, objetivando a proteção da gravidez”⁴⁵⁶.

Desta maneira, o aborto está longe de ser o único meio plausível à efetivação de garantia aos direitos fundamentais da mulher, talvez seja aquele que mais rápido atenda as necessidades maternas, mas sem dúvidas não o mais eficiente⁴⁵⁷. Assim, CERVI arremata:

Essa é afetivamente a realidade do Brasil. O país possui uma Constituição que é produto das melhores intenções do constituinte, porém não consegue ser concretizada em face dos fatores de poder. Por derradeiro, o reconhecimento do abortamento como direito fundamental não é viável em uma sociedade que ainda busca efetividade de direitos como a saúde, a educação e o trabalho, direitos estes capazes de emancipar os cidadãos e que dão suporte à vida⁴⁵⁸.

Diante do exposto, “se o embrião ou feto, desde a concepção é uma pessoa humana, tem direito à vida”⁴⁵⁹ não cabe ao Estado, sequer ao judiciário, “[...] dar aos pais, por meio de lei, direito sobre vida ou morte de seu filho”⁴⁶⁰.

3.1. Da legalização do aborto por meio do judiciário

O caso em tela promove ainda reflexão no que concerne a descriminalização do aborto realizada pelo poder judiciário. O fato é, que o aborto, por si só, divide opinião, haja vista tudo o que envolve sua prática. É a decisão sobre vida e morte de um ser, que por não ser compreendido passa pelo “achismo” da determinação quanto a sua real condição enquanto *nascituro*⁴⁶¹.

É um equívoco permitir o abortamento sem que antes tal problemática, passe pelo crivo daquele que possui legitimidade para assim o fazer. Cumpre observar, que no Brasil o legislador constituinte estabeleceu divisão entre os poderes, quais sejam legislativo, executivo e judiciário, de forma que inexistente hierarquia quanto aos mesmos, a fim de que um não interfira no outro⁴⁶². Não é o que se vislumbra ao permitir que o poder judiciário determine sobre a legalização de algo que cumpre especialmente ao legislativo determinar.

Nesse contexto, o direito comparado invocado pelo Ministro passa pelo crivo da interpretação histórica de cada país, quanto ao tema, inclusive a atuação ou interferência de

⁴⁵⁶ D’URSO, Luiz Flávio Borges. Direito criminal na atualidade. São Paulo: Atlas, 1999. p.30.

⁴⁵⁷ D’URSO, *ibidem*.

⁴⁵⁸ SANTOS, André Leonardo Copetti; DEL’OLMO, Florisbal de Souza. Diálogo e entendimento: direito e multiculturalismo & cidadania e novas formas de solução de conflitos. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

⁴⁵⁹ DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito; São Paulo: Saraiva, 2010. p.28.

⁴⁶⁰ DINIZ, *ibidem*.

⁴⁶¹ DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito; São Paulo: Saraiva, 2010. p.25.

⁴⁶² COUCEIRO, Julio Cezar da Silveira. Princípio da Separação de Poderes em corrente tripartite. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 94, nov 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=10678&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

um poder em outro. No Brasil tal prática de acordo com legislação interna é algo que não deve se admitido, pois, a separação dos poderes é um contrapeso que possui o viés de limitação do poder⁴⁶³. Daí a discussão quanto a algo tão complexo e importante ser permitido sem que passe pela apreciação daqueles que possuem legitimidade de representação popular.

Diante disso, a vida, como bem jurídico indisponível que é, se mantém resguardada como direito fundamental garantido desde a concepção. Nessa perspectiva, ao nascituro deve ser conferida tal proteção de forma a coibir a prática do aborto, respeitando assim, o que dispõe a Constituição Federal. Isso porque, no Brasil o referido direito é vislumbrado como cláusula pétrea, não podendo deste modo ser objeto de modificação a fim de que seja restringido⁴⁶⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto no presente trabalho, observa-se que a Constituição Federal de 1988, atribui à vida uma posição de destaque no que se refere aos direitos fundamentais, de modo que, o direito do *nascituro* à vida deve ser preservado, garantindo-lhe a proteção que lhe é conferida pela legislação brasileira.

De igual modo, relevantes são os direitos fundamentais da mulher no seio social, principalmente a sua autodeterminação. Tais direitos, a elas inerentes, devem ser protegidos, bem como garantidos a sua efetividade. Entretanto, o quesito autodeterminação, relativo ao corpo da mulher, para manutenção ou não de uma gestação, mesmo que na sua fase inicial, não se constitui como o meio plausível para garantia de tais direitos fundamentais. O nascituro é um ser independente do corpo da mulher e caso não seja realizada qualquer intervenção, o nascimento é tido como certo.

No mais, é perceptível que o abortamento está longe de ser a melhor solução para esse problema, de maneira que, cumpre ao Estado a promoção de meios alternativos eficazes, que não aqueles que passem pela permissividade da prática do aborto, para garantir a proteção dos direitos inerentes ao *nascituro* e à mulher.

Ante todo o exposto no presente artigo, duas premissas podem ser arguidas: a primeira é a de que vida humana começa na concepção e, como tal, desde esse exato momento é garantida sua proteção pela Constituição Federal. De forma que, o nascituro não se constitui mesmo na fase inicial, como prolongamento do corpo da mãe, portanto não cabe a ela ou a quem quer que seja o direito, pelo simples critério de manifestação da vontade, de dispor sobre sua viabilidade, pois tal restrição permeia pelo caráter de inconstitucionalidade; a segunda que, o aborto não se demonstra como o meio alternativo que melhor evidencia eficiência a garantia dos direitos fundamentais das mulheres. Nessa perspectiva, entende-se que ao *nascituro*, deve ser conferida a proteção que lhe é devida, respeitando assim, o que preceitua a Constituição Federal.

⁴⁶³ COUCEIRO, *ibidem*.

⁴⁶⁴ COUCEIRO, *ibidem*.

REFERÊNCIAS

ANGHER, Anne Joyce. **Vade Mecum Acadêmico de Direito da Rideel**. 22. ed. São Paulo: Rideel, 2016.

BARRETO, Ana Cristina Teixeira. Carta de 1988 é um marco contra discriminação. **Revista Consultor Jurídico**, 5 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-nov-05/constituicao-1988-marco-discriminacao-familia-contemporanea>>. Acesso em: 18 de setembro de 2017.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. 1ª Turma afasta prisão preventiva de acusados da prática de aborto. **Notícias STF**, novembro de 2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=330769>>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54/DF. Relator: Min. Marco Aurélio Mello. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf54.pdf>>. Acesso: 15 de maio 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas corpus n. 124.306-RJ. Relator: Min. Marco Aurélio Mello. – Voto-Vista: Min. Luís Roberto Barroso. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC124306LRB.pdf>>. Acesso em: 23 de agosto de 2017.

COUCEIRO, Julio Cezar da Silveira. Princípio da Separação de Poderes em corrente tripartite. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 94, nov 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=10678&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

D'URSO, Luiz Flávio Borges. **Direito criminal na atualidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

DA SILVA, Edilson Freire. **Vida humana e o crime de abortamento**. Disponível em: <<http://dominiopublico.mec.gov.br/download/teste/arqs/cp136775.pdf>>. Acesso em: 11 de maio de 2017.

DE FRANÇA, Genival Veloso. Aborto-breves reflexões sobre o direito de viver. **Revista Bioética**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/440/323>. Acesso em: 18 de setembro de 2017.

DIAS, Anna Paula Rodrigues. O direito à vida, enquanto direito fundamental em relação ao aborto voluntário até o terceiro mês de gestação. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XX, n. 156, jan 2016. Disponível em : <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18352>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DORIGATTI, Paula Gabriella Ribeiro. O direito à vida. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIX, n. 151, ago 2016. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17585&revista_caderno=9>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MOURA, Alessandro. As teorias do nascituro e o contexto jurídico nacional. **Caderno Virtual**, v. 2, n. 24, 2011. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/538/380>>. Acesso em 09 de outubro de 2017.

NETTO, Arthur Wolff. Estudo sintético do abortamento. **Revista de Medicina**, v. 25, n. 90, 1941. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/50520>>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

NETTO, José Oliveira. **Dicionário jurídico universitário**. 5º ed., São Paulo: CL EDIJUR, 2012.

SANTOS, André Leonardo Copetti; DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Diálogo e entendimento: direito e multiculturalismo & cidadania e novas formas de solução de conflitos**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional Positivo**. 26. ed. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2006.

SILVEIRA, Carlos Eduardo. **Prática do aborto na sociedade contemporânea: perspectivas jurídicas, morais, econômicas e religiosas**. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13484-13485-1-PB.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2017.

SOUZA, Priscila Boim de. Teorias do início da vida e lei de biossegurança. *Etic* vol. 4, no 4 (2008): **IV Encontro de Iniciação Científica e III Encontro de Extensão Universitária**. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/1863/1773>>. Acesso em 11 de maio de 2017

PORTE DE ARMAS DE FOGO: LEGALIZAÇÃO VERSUS DESARMAMENTO

SARMENTO, Corbeniano Mendes⁴⁶⁵

JÚNIOR, Cesar Augusto Danelli⁴⁶⁶

RAMALHO, Halleyde Souza⁴⁶⁷

Resumo: O porte de armas de fogo é um assunto muito abordado na sociedade brasileira, devido ao alto índice de criminalidade que afeta a contemporaneidade, vez que a proibição do uso da arma de fogo não tem impedido os criminosos de utilizarem esse artefato, ao mesmo tempo em que a população sente-se fragilizada devido a Segurança Pública não resguardar o seu direito de viver em segurança. E mediante essa discrepância, o presente artigo foi construído com a finalidade de analisar e esclarecer os posicionamentos críticos favoráveis e contrários à atual discussão que envolve a Revogação do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03), pelo Projeto de Lei 3.722/2012, que altera a legislação sobre armas e munições no Brasil, flexibilizando as normas em vigor para que os cidadãos possam ter acesso legal e facilitado o porte de armas de fogo e munições, utilizando-se para tanto, de estudos, censos e posicionamentos jurídicos e doutrinários a respeito da melhor alternativa para garantir a segurança de uma sociedade ordeira, qual seja, manter seus cidadãos desarmados ou facilitar os meios para aquisição de armas de fogo. Dentre os meios possíveis de investigação, adotou-se abordagem descritiva e estudo bibliográfico, e os mesmos foram essenciais no alcance dos objetivos traçados.

Palavras-chave: Porte de Armas de Fogo. Legalização. Desarmamento.

Abstract: The possession of firearms is a subject much discussed in the Brazilian society, due to the high crime rate that affects contemporaneity, since the prohibition of the use of the firearm has not prevented the criminals to use this artifact, and the population feels is weakened because Public Security does not safeguard their right to live in safety. And through this discrepancy, this article was constructed with the purpose of analyzing and clarifying the critical positions favorable and contrary to the current discussion that involves the Revocation of the Disarmament Statute (Law 10.826 / 03), by Bill 3.722 / 2012, which modifies the legislation on arms and ammunition in Brazil, making the rules in force more flexible so that citizens can have legal and facilitated access to the possession of firearms and ammunition, using, for this purpose, studies, censuses and legal and doctrinal positions regarding of the best alternative to ensure the safety of an orderly society, that is, to keep its citizens unarmed or to facilitate the means to acquire firearms. Among the possible means of investigation, a descriptive approach and a bibliographic study were adopted, and they were essential in the achievement of the objectives outlined.

Keywords: Firearms. Legalization. Disarmament.

INTRODUÇÃO

O alto índice de violência e criminalidade em todo mundo tem ocasionado transtornos adversos à humanidade. O Poder Público consciente de que o uso da arma de fogo possui uma parcela significativa na ocorrência da violência, colocou em discussões e debates a Revogação

⁴⁶⁵ Acadêmico do Curso de Direito na Faculdade de Balsas – UNIBALSAS/MA. E-mail: corbenianosarmento@outlook.com

⁴⁶⁶ Mestrando *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, Campus Ijuí/RS. Professor em tempo integral dos cursos de Direito, Pedagogia e Sistema da Informação da Faculdade de Balsas/MA - Unibalsas.

⁴⁶⁷ Mestre *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, Campus Ijuí/RS. Professora em tempo integral dos cursos de Direito e Agronegócio da Faculdade de Balsas - Unibalsas.sor doutor orientador da Faculdade de Balsas – Unibalsas.

do Estatuto do Desarmamento, com base na Lei 10.826/03, com o fito de diminuir o índice de criminalidade.

A promulgação do Estatuto do Desarmamento restringiu o acesso de pessoa física sobre o uso da arma de fogo. O controle normativo proíbe a comercialização tanto da arma como também de munições em caráter desordenado. As empresas que comercializam esses artefatos também precisam cumprir o que determina a legislação vigente.

É sabido que somente a proibição do uso da arma de fogo não foi suficiente para diminuir o alto índice de mortes com o seu uso, conseqüentemente surgiram questionamentos e impasses negando a existência do desarmamento, impulsionando o surgimento do projeto de Lei 3.722/12 de autoria do Deputado Rogério Peninha Mendonça, na qual a proposta busca facilitar a todos os cidadãos brasileiros o acesso à arma de fogo, ou seja, o direito de possuir e portar armas de fogo para legítima defesa, em proteção do próprio patrimônio.

A criação do Projeto de Lei 3.722/12 é respaldada na percepção de que o Estatuto do Desarmamento tirou do cidadão o direito de defender-se de forma proporcional à gravidade da ameaça ou agressão sofrida, deixando-os desguarnecido em situação de complexa vulnerabilidade, no momento em que sofrem agressão injusta. Ou seja, acredita-se que a liberação do uso da arma de fogo permitiria ao cidadão a chance de defesa diante de tais episódios, pois dados estatísticos comprovam que os países onde o porte de armas de fogo é legalizado apresentam menor índice de criminalidade.

Com a finalidade de melhor compreender os posicionamentos doutrinários e jurídicos referente ao porte de arma de fogo, o presente trabalho foi construindo para analisar qual a melhor alternativa para que uma sociedade ordeira garanta sua segurança, estando de posse de uma arma de fogo ou não.

A escolha pelo tema surgiu no transcorrer da graduação do curso de Direito, na qual atualmente existem inúmeras discussões sobre qual o melhor posicionamento, manter a restrição ou liberar o porte de arma de fogo no Brasil. Portanto, a relevância social do trabalho está direcionada a toda sociedade, por abordar um assunto que desperta o interesse de conhecer os prós e os contras a respeito do porte da arma de fogo e munições.

O trabalho foi organizado em tópicos, na qual inicialmente faz-se uma abordagem do surgimento da arma no contexto social, dando ênfase a criação do Estatuto do Desarmamento adotado no Brasil, além de realizar comparações com a criminalidade dos países onde o porte de armas de fogo é restrito e onde o mesmo é legalizado.

Dentre os meios possíveis de investigação, adotou-se uma abordagem descritiva e bibliográfica, na qual foram utilizadas inúmeras obras publicadas que ressaltam o tema escolhido. Acredita-se que o método adotado foi suficiente para constatar que o desarmamento ainda é considerado um método que previne a ocorrência de crimes que

poderiam ter sido evitados e podem ser evitados se uma arma de fogo não estivesse ou estiver ao poder de um indivíduo despreparado para o seu uso.

1. TRAJETÓRIA DO SURGIMENTO DAS ARMAS DE FOGO

Desde o início da civilização os indivíduos buscam utilizar objetos que possam proteger-se de animais ou até mesmo de homens. De acordo com Silva (2009) antes da fabricação de armas de fogo os indivíduos usavam pedras amoladas e lanças de madeiras para se defender, no entanto, com a descoberta do metal surgiram a fabricação de espadas, lanças e machados, na qual atualmente são denominadas como armas brancas.

Referente a arma de fogo, foram os chineses os principais responsáveis por sua descoberta, nos séculos XV e XVI d.C, por descobrirem e começarem a fabricar a pólvora. Os comandantes de guerras rapidamente se interessaram pelo fenômeno e passaram utilizar artilharias e canhões. Para melhor compreender a fase de evolução das armas de fogo convém descrever o que afirma Silva (2009, p.21):

Três séculos depois surgiram as primeiras artilharias de canhões e os primeiros mosquetes. Mas a evolução das armas de fogo não parou por aí. Em 1884, surgiu nos Estados Unidos da América a primeira arma automática do mundo, gerando um grande interesse nos círculos militares, pois era capaz de disparar centenas de tiros por minuto. Nascia a primeira metralhadora. As armas ganharam tamanhos, modelos e especificações variadas.

Compreende-se que após o surgimento da pólvora novas armas foram fabricadas com maior precisão e tamanho, sobre o uso de projétil entre outras especificações. Esse subsídio passou a ser considerado pelos militares como um instrumento essencial para segurança e proteção. Todavia, surgiram admiradores da arma de fogo, e a incluíram como modalidade esportiva nas olimpíadas, defesa pessoal ou até mesmo para caça, uma vez que as mesmas permitem ao usuário atingir o alvo sem ter uma aproximação física com o objeto, onde o distanciamento faz com o que a arma de fogo tenha artifícios superiores comparando-se com a arma branca (espada, faca punhal e etc..).

É sabido que a arma de fogo ao longo dos anos tem apresentado novas evoluções, os fabricantes buscam cada vez mais, novas tecnologias para elaborar e fabricar armas com disparo de projéteis rápidos e com maior devastação do alvo. No entanto, as maiores preocupações centralizam-se ao uso indevido desse instrumento, pois muitos indivíduos, devido ao seu despreparo em portar tal objeto, cometeriam diversos delitos e crimes, tais como assaltos, roubos, vinganças, entre outras situações que evidenciam que o uso da arma de fogo é uma preocupação para autoridades que buscam promover segurança e proteção a população e para os demais cidadãos, ao momento de estarem mais vulneráveis. (CORONEL FILHO, 2015).

É ilusório acreditar que a arma de fogo traz somente efeitos positivos. Contudo, de forma inequívoca, através dos noticiários, percebe-se que o uso da arma de fogo, acarreta mais malefícios do que benefícios. Embora muitos membros da sociedade buscam com o seu uso promover sua segurança por consequência da grande violência que tanto afeta a sociedade contemporânea.

1.1. Estatuto do Desarmamento

Entre as ações de intervenção que existem no Brasil com o propósito de minimizar a criminalidade convém destacar a campanha do desarmamento. O mesmo foi introduzido oficialmente no Brasil no ano de 1997, ao ser promulgada a primeira lei que restringia de forma efetiva o porte de armas pelos cidadãos por meio da Lei nº 9.437/97, através da qual foi criado também o Sistema Nacional de Armas - SINARM, destinado ao rigoroso controle de circulação de armas de fogo (BRASIL, 2013).

Ademais, existe ainda o SIGMA – Sistema de Gerenciamento Militar de Armas de Fogo, criado através do Regulamento R-105, o qual ingressou em nosso ordenamento jurídico através do Decreto 3.665 de 20 de novembro de 2000, instituído no Ministério da Defesa, no âmbito do Comando do Exército, com circunscrição em todo o território nacional e tem por finalidade manter cadastro geral permanente das armas de fogo, importadas, produzidas e vendidas no país, sendo que as autorizações de compra são realizadas pelo Comando do Exército, assim, o interessado primeiramente deve se habilitar como Colecionador, Atirador ou Caçador, em um processo simplificado que é regrado pela Portaria nº 05 de 02 de março de 2005, o qual se inicia com a apresentação de Requerimento ao chefe do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados (R-105).

Após preencher todos os requisitos definidos em lei, o interessado então solicita autorização ao Exército para a compra da arma de fogo,

Segundo Daniel *et al.*, (2015) no final de 2003, a legislação tornou-se ainda mais rigorosa, com a promulgação do "Estatuto do Desarmamento", que teve como grande objetivo reduzir o número de homicídios no país, obviamente, sem sucesso, visto que os assassinatos não foram reduzidos, mas pelo contrário, só tem aumentado desde sua promulgação.

Segundo Soares e Scorzafave (2008) nesse período estabeleceu-se a obrigatoriedade do registro da arma, definindo o porte ilegal como crime. O objetivo geral da campanha era diminuir o uso da arma de fogo de modo desordenado, uma vez que um indivíduo com fácil acesso a uma arma de fogo poderia adotar comportamentos muitas vezes irreversíveis em situações fúteis, tais como: cometer um homicídio ocasionado por uma simples discussão no trânsito. Seguindo esse pressuposto, em 22 de dezembro de 2003 foi vigorada a Lei 10.826 conhecida com Estatuto do Desarmamento. A partir de então, passou-se a ser divulgado nacionalmente a proibição do uso de arma de fogo de pessoa não autorizada, bem como, sua comercialização.

Os meios de comunicação passaram a ser os principais mecanismos de divulgação, pois a campanha transmitida via redes de televisão, denominada “Entregue sua Arma”, a qual incentivava a entrega da arma de modo voluntário e esclarecia que o portador, seria indenizado com valores que variavam de R\$100,00 a R\$300,00, cuja diferenciação de valores era determinada pelo tipo da arma.

De acordo com o Ministério da Justiça, de 2004 a 2016, foram entregues voluntariamente 671.887 armas por meio da mencionada Campanha.

O valor pago na campanha nacional variou de R\$ 100,00 a R\$ 300,00 conforme o tipo e o calibre da arma. Até o final da campanha, em 23 de outubro de 2005, foram recolhidas 446.855 armas em todo o país [...] Considerando uma média de R\$ 200,00 por arma arrecadada, estima-se que a campanha nacional custou aos cofres públicos aproximadamente R\$ 90.000.000,00 (SOARES; SCORZAFAVE, 2008, p.3).

O controle de armas no Brasil foi efetivado sobre a discussão política, na qual os parlamentares, vinculados às informações repassadas pelo Ministério da Saúde constataram que o uso de arma de fogo coopera com aumento de casos de homicídios no Brasil, pois somente no ano de 2010 a taxa de homicídios chegou a 20,4 por 100 mil habitantes, ou seja, 70% das mortes foram perpetradas sobre o uso de arma de fogo, sendo que as principais vítimas são jovens entre 15 a 29 anos de idade.

Dados mais alarmantes definem o reflexo sobre o uso desordenado da arma de fogo, pois segundo Soares e Scorzafave, (2008, p.12) “morrem no Brasil, anualmente, cerca de 27 mil pessoas, vítimas de armas de fogo, ou 75 pessoas por dia. Isso significa que, de 1980 a 2010, mais de quinhentas mil pessoas foram mortas por arma de fogo, das quais mais de trezentos mil jovens”

Portanto, a criação do Estatuto do Desarmamento buscou diminuir o índice de violência impulsionada pelo uso da arma de fogo, na qual a Lei nº 10. 826/2003 determinou que o Sistema Nacional de Armas – SINARM, o SIGMA – Sistema de Gerenciamento Militar de Armas de Fogo, juntamente como o Ministério da Justiça realizem cadastros de todas as armas no território nacional, além de disponibilizar autorização de porte de arma de fogo somente para uso restrito aos agentes policiais: federal, militar, civil, bombeiros militares, guardas municipais, membros do exército, do Ministério Público e Fiscais da Receita Federal do Brasil, Empresas de Segurança Privada e de Transporte de Valores, militares das forças armadas, atiradores, magistrados, e, colecionadores com registros no exército (restrições de calibres) (BRASIL, 2013).

Para adquirir uma arma de fogo existe um processo de adequação, da qual o interessado deverá cumprir as exigências, do mesmo modo que as empresas que comercializam esse tipo de produto, devem seguir, conforme afirma o art.4º da Lei nº 10.826.

Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido, o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

I – comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos;

II – apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

III – comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta lei.

§ 1º O Sinarm expedirá autorização de compra de arma de fogo após atendidos os requisitos anteriormente estabelecidos, em nome do requerente e para a arma indicada, sendo intransferível esta autorização.

§ 2º A aquisição de munição somente poderá ser feita no calibre correspondente à arma registrada e na quantidade estabelecida no regulamento desta lei.

§ 3º A empresa que comercializar arma de fogo em território nacional é obrigada a comunicar a venda à autoridade competente, como também a manter banco de dados com todas as características da arma e cópia dos documentos previstos neste artigo.

§ 4º [...]

§ 5º A comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas somente será efetivada mediante autorização do Sinarm.

[...] (BRASIL, 2013, p.10).

Além das obrigações descritas acima, existem outras ações consideradas indispensáveis na aquisição do porte e registro da arma de fogo, pois o interessado deve ter idade mínima de 25 (vinte e cinco) anos, apresentar toda documentação original e uma cópia autenticada, vinculada a certidão de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral.

Ao interessado além da apresentação dos documentos pessoais, é indispensável a capacidade técnica de manuseio de arma de fogo, atestado do estado psicológico entre outras exigências. E somente após o cumprimento das mesmas e, juntamente com as manifestações favoráveis, o SINARM tem um prazo de 30 dias para disponibilizar autorização no nome do solicitante, sendo esta, intransferível a terceiros, conforme dispõe o art. 12 da Lei nº 10.826:

[...]

§ 4º Após a apresentação dos documentos referidos nos incisos III a VII do caput, havendo manifestação favorável do órgão competente mencionada no § 1º, será expedida, pelo Sinarm, no prazo máximo de trinta dias, em nome do interessado, a autorização para a aquisição da arma de fogo indicada.

§ 5º É intransferível a autorização para a aquisição da arma de fogo, de que trata o § 4º deste artigo.

§ 6º Está dispensado da comprovação dos requisitos a que se referem os incisos VI e VII do caput o interessado em adquirir arma de fogo de uso permitido que comprove estar autorizado a portar arma da mesma espécie daquela a ser adquirida, desde que o porte de arma de fogo esteja válido e o interessado tenha se submetido a avaliações em período não superior a um ano, contado do pedido de aquisição (BRASIL, 2013, p.30).

O impedimento da transferência da autorização para o porte e a posse de arma é um meio preventivo de que a arma de fogo venha a ser utilizada por indivíduo que não se adequa às normas descritas em Lei. Por esse motivo o art. 23 da mesma Lei, afirma que o documento que atesta a autorização para a Posse de Arma de Fogo é obrigatório em todo território nacional, sendo este identificado com as características da arma, número do cadastro da arma no Sinarm, identificação do proprietário, endereço residencial, número dos documentos pessoais (Registro Geral – RG, Cadastro da Pessoa Física – CPF) entre outras informações pertinentes. Além disso, deverá o “proprietário manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa” (BRASIL, 2013, p.11).

Caso o proprietário da arma venha a apresentar qualquer tipo de ação que entre em contradição com as normas estabelecidas pelo Estatuto, ou seja, pela Lei nº 10.826, terá sua autorização cassada, sendo obrigatório entregar a arma de fogo as autoridades competentes. Contudo, o porte e a posse de arma de fogo ao longo dos anos tem ocasionado inúmeras discussões no meio jurídico, por existirem circunstâncias que indicam negatividade nessa decisão, uma vez que os indivíduos que deixam os cidadãos vulneráveis, em situação de perigo, fazem uso continuamente de armas de fogo.

Conforme Beltrame (2015) é fundamental analisar os subsídios positivos e negativos sobre o porte e a posse de armas de fogo, pois sua legalização e facilitação atua como um agente de combate ao crime e aos assassinatos, diferentemente do que é aplicado em alguns países, os quais serão expostos no desenvolver do próximo capítulo.

1.2. Criminalidade nos países onde o porte de armas de fogo é restrito

A violência faz parte da esfera social independentemente das nacionalidades, e os países com problemas de violência tendem a adotar sistemas de controle de armas por

acreditar que essa seja a melhor solução a se buscar para manter o equilíbrio das relações sociais, sendo que existem países mais violentos que outros, como exemplo disso está a Venezuela.

De acordo com Rama (2014) a Venezuela, um dos países mais violentos do mundo, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas – ONU em seu estudo elaborado sobre Drogas e Crimes, e, baseado em dados oficiais disponíveis até 2012 registrou uma taxa de homicídios de 53,7 % por 100 mil habitantes. O número de homicídios em 2012 foi de 16.072 (dezesesseis mil e setenta e dois) casos.

Segundo um estudo publicado pela Universidade de Harvard, os nove países europeus que apresentam a menor taxa de posse de armas, apresentam taxas de homicídios que são três vezes maiores do que as dos outros nove países europeus que apresentam a maior taxa de posse de armas. Correlacionado os percentuais, os países com porte de arma legalizado têm apresentado maiores vantagens (DANIEL *et al.*, 2015).

Ainda de acordo com o referido estudo, apesar da extrema lei desarmamentista em vigor no Reino Unido, sua taxa de crimes violentos é aproximadamente 4 vezes superior à dos Estados Unidos. Em 2009, houveram 2.034 (dois mil e trinta e quatro) crimes violentos para cada 100.000 (cem mil) habitantes do Reino Unido. Naquele mesmo ano, houveram apenas 466 (quatrocentos e sessenta) crimes violentos para cada 100.000 (cem mil) habitantes nos Estados Unidos, onde o uso de armas de fogo é legal. O Reino Unido ainda apresenta a quarta maior taxa de arrombamentos e invasões de residências de toda a União Europeia, além de possuir também, a segunda maior taxa de criminalidade.

Na Austrália, os homicídios cometidos por armas de fogo aumentaram em 19% (dezenove por cento) e os assaltos a mão armada em 69% (sessenta e nove por cento) após o governo instituir o desarmamento da população (ROSENFELD, 2015).

A cidade de Chicago havia aprovado uma das mais rígidas leis de controle de armas dos Estados Unidos, no entanto, a taxa de homicídios foi 17% (dezessete por cento) maior em 2012 em relação a 2011, e Chicago passou a ser considerada a “mais mortífera dentre as cidades globais“. No ano de 2012, a quantidade de homicídios em Chicago foi aproximadamente igual à quantidade ocorrida em todo o Japão (VILLENEUVE, 2015).

No Brasil não foi diferente, é grande o número de homicídios ocasionados por uso de arma de fogo, embora tenha adotado o Estatuto do Desarmamento, sendo um dos mais rígidos do mundo, que por consequência, o comércio legal de armas de fogo caiu 90% (noventa por cento). Mas as mortes por armas de fogo aumentaram 346% (trezentos quarenta e seis por cento) ao longo dos últimos 30 anos. Com quase 60 mil homicídios por ano, ou seja, o Brasil já é o país em que mais se mata.

Segundo Tavares (2016) no ano de 2012 o Brasil estava liderando o ranking de homicídios com arma de fogo, pois houveram o registro de 36.792 (trinta e seis mil setecentos e noventa e dois) assassinatos, incluindo: crianças, adolescentes, jovens e idosos, de ambos os

sexos, apesar dos jovens serem as principais vítimas, especificadamente entre 15 a 29 anos. E tratando-se de cor da pele, o negro ou pardo tem 147% (cento e quarenta e sete por cento) mais chance de ser vítima de um homicídio comparando-se com as demais categorias: brancos, amarelos ou indígenas.

O ano de 2014 apresentou crescimento exorbitante de homicídios, foram 56.627 (cinquenta e seis mil seiscentos e vinte e sete) pessoas que morreram vítimas de arma de fogo, esses dados resultaram em 29,1 mortes por 100 habitantes. Esse resultado agravante está visivelmente notável no estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP em 2015, pois houve um aumento significativo de mortalidade sobre o uso de arma de fogo entre o ano de 2004 e 2014 conforme ilustra o gráfico 1:

Gráfico 1: evolução por número de homicídio no Brasil



Fonte: Tavares (2016, p.5).

É importante ressaltar que o crescimento na taxa de homicídios no Brasil não envolve todos os estados, houve uma queda de 52,4% (cinquenta e dois virgula quatro por cento) em São Paulo, no entanto seis estados apresentaram desordenamento na taxa de aumento, como por exemplo, Rio Grande do Norte, ultrapassado a 308% (trezentos e oito por cento) (VILLENEUVE, 2015).

Referente ao perfil das vítimas, o negro continua sendo o alvo decrescente. Nos últimos anos cresceu para 18,2% (dezoito virgula dois por cento), e os brancos e indígenas caiu 14,6% (quatorze virgula seis por cento) e, apesar do sexo feminino ter menor percentual comparado ao sexo masculino, cresce o número de mulheres mortas por arma de fogo, sendo seus conjugues os principais responsáveis.

O Brasil lidera por 10 anos o Ranking de mais mortes por arma de fogo e não são as armas legais que matam, mas sim as ilegais, facilmente adquiridas nas mãos dos traficantes, onde por esse motivo, existem discussões para legalizar o uso de arma de fogo entre pessoa física. Em consequência, o Senado Federal recentemente abriu uma consulta pública para ter

conhecimento da opinião da sociedade no que diz respeito a revogação do Estatuto do Desarmamento, sendo uma proposta defendida pelo senador Wilder Moraes (PP-GO). O parlamentar defende a ideia que a população não deve ficar vulnerável a criminalidade, ou seja, precisa ter livre arbítrio em escolher se usa ou não uma arma de fogo, por acreditar que somente assim a população não ficará refém do crime (O GLOBO, 2017).

1.3. Criminalidade nos países onde o porte de armas de fogo é legalizado

O desarmamento é um assunto que continuamente é abordado no setor jurídico, pois existem questionamentos dos prós e contra sobre aplicabilidade da limitação do uso da arma de fogo. No entanto, Rosenfield (2015) corrobora que é fundamental a própria sociedade escolher se usa ou não uma arma, pois no momento em que o Estado aplica proibições, a liberdade individual é afetada, sem falar que, a grande maioria das pequenas e grandes cidades existe uma decadência na segurança pública, deixando a população a mercê da vulnerabilidade do crime, pois os criminosos não respeitam a lei, fazem uso da arma de fogo sem nenhum pudor, aterrorizam a população com maior crueldade por ter conhecimentos de que os mesmos estão desarmados. Só no Brasil “existem cerca de 15 milhões de armas nas mãos dos brasileiros. Dessas, mais de oito milhões não estão registradas. São ilegais. E quase quatro milhões estão nas mãos de bandidos” (VITAL, 2015, p.4).

Devido a muitos criminosos terem acesso às armas de fogo, acredita-se que o desarmamento serve somente para fortalece-los, deixando a população mais insegura.

O controle de armas serve apenas para deixar uma população pacífica ainda mais vulnerável. O desarmamento não apenas deixa uma população menos livre, como também a deixa menos segura. E não existe liberdade individual se o indivíduo está proibido de se proteger contra eventuais ataques físicos. Liberdade e autodefesa são conceitos totalmente indivisíveis. Sem o segundo não há o primeiro.

Respeitar o direito de cada indivíduo poder ter armas de fogo ainda é a melhor política de segurança, como os fatos listados abaixo mostrarão. Já restringir, ou até mesmo proibir, o direito de um indivíduo ter uma arma de fogo o deixa sem nenhuma defesa efetiva contra criminosos violentos ou contra um governo tirânico (IMB, 2015, p.2).

Compreende-se que o desarmamento não é considerado na percepção do autor como uma medida adequada, pois facilita a ação do criminoso contra o bem-estar da população, desse modo, acredita-se que quando mais os indivíduos estiverem equipados com arma de fogo, terão maiores possibilidades de proteger a si, suas famílias e seus patrimônios.

De acordo Rosenfield (2015) vários estudos comprovam que quanto mais armas de fogo no país, menor o índice de criminalidade. Um estudo publicado pela Universidade de Harvard assegura que num período de 20 anos os Estados Unidos da América – EUA disparou com vendas de arma de fogo, e conforme cresceu a comercialização, houve uma queda significativa nos casos de homicídios, e, outros crimes apresentaram redução de 69% (assaltos, estupro, arrombamentos e etc.). E o que mais desperta atenção é o fato de que o

EUA é o país que mais facilitou a posse de armas, e a taxa de crimes diminuiu, vez que dados comprovam que em 1992 foram 757,7 crimes violentos por 100.000 pessoas, “já em 2011, despencou para 386,3 por 100.000 pessoas. Durante esse mesmo período, a taxa de homicídios caiu de 9,3 por 100.000 para 4,7 por 100.000” (IMB, 2015, p.2), por esse motivo, houve um crescimento na comercialização desse artefato.

Dados contrários apresentaram o Reino Unido e Austrália após os governantes instruírem o desarmamento, caracterizados como crimes violentos, conforme afirma IMB (2015, p.2):

O Reino Unido apresenta aproximadamente 125% mais vítimas de estupro por 100.000 pessoas a cada ano do que os EUA. Anualmente, o Reino Unido tem 133% mais vítimas de assaltos e de outras agressões físicas por 100.000 habitantes do que os EUA. O Reino Unido apresenta a quarta maior taxa de arrombamentos e invasões de residências de toda a União Europeia. O Reino Unido apresenta a segunda maior taxa de criminalidade de toda a União Europeia. Na Austrália, os homicídios cometidos por armas de fogo aumentaram 19% e os assaltos a mão armada aumentaram 69% após o governo instituir o desarmamento da população.

Os países que adotaram o desarmamento com relação aos dados estatísticos têm apresentado desvantagens, comparando-se com o EUA. Seguindo essa percepção a cidade de Chicago em 2014 abandonou o controle de armas, permitindo a população ter porte de arma legal, onde desde a sua implantação em 2012, conseqüentemente passou-se a considerar o desarmamento como elemento causador de catástrofe, havendo o crescimento de 17% de homicídios.

Na cidade de Kennesaw no Estado da Geórgia nos EUA, após ser votado com unanimidade por um importante conselho municipal, esse decidiu que cada chefe de família é obrigado a ter em sua residência uma arma de fogo, bem como sua munição correspondente, resultando essa determinação em declínio de 50% (cinquenta por cento) da taxa de criminalidade, e referente a arrombamentos e invasões domiciliares a redução foi de 89% (oitenta e nove por cento) (IMB, 2015).

Para Vital (2015) embora alguns países tenham encontrado na liberação da arma de fogo como preceitos favorecer o controle da criminalidade, é ilusório acreditar que essa decisão pode resultar em benefícios em todos os países, pois existem preceitos que devem ser levados em consideração na aplicação da legalidade do uso da arma de fogo, tais como: costumes, educação, tradições e valores morais e éticos. Ademais, o governo deve investir na segurança pública com profissionais qualificados, fazendo uso de armas que venham a atender a necessidade da população.

Por certo, definir se é vantajoso ou não o porte legal de arma é um assunto complexo, pois a facilidade no uso da arma de fogo pode cooperar com ocorrência de crimes que poderiam ter sido evitados, na medida em que discussões consideradas de baixa complexidade

poderão resultar em consequências muitas vezes irreversíveis, como por exemplo, morte de outrem, até mesmo por acidentes.

1.4. Impasse entre o Desarmamento e o Armamento Legal

É impossível descrever sobre a criminalidade dos países onde o porte de arma de fogo é legalizado e não fazer menção ao terrível atentado que aconteceu no dia 02 de outubro do corrente ano em Las Vegas – EUA. Todos os canais de comunicação do mundo trouxeram informações sobre o atentado que vitimou fatalmente 59 pessoas e feriu 500, onde estas encontravam-se em um festival de música Country. O atirador no intuito de atingir um grande número de pessoas utilizou uma metralhadora automática, posicionando-se para tal, no alto de um edifício que se situava próximo ao evento. (BATISTA, 2017).

Segundo Barbosa (2017) a tragédia de Las Vegas é considerada o maior ataque da história dos Estados Unidos. E o que desperta atenção no perfil do atirador, é o fato do mesmo ter 42 armas de fogo. O que significa dizer que, a facilidade da compra de arma no EUA facilitou para que fosse realizado o referido atentado, e ainda defende que, se no Brasil fosse flexibilizado o porte de armas de fogo, aconteceriam episódios bem mais graves e com mais vítimas envolvidas.

Com efeito, em Las Vegas uma pistola custa mais barato que um iPhone 8 Plus. E as lojas de comercialização são de fácil acesso, não existem restrições atribuídas ao comprador, conseqüentemente, mesmo após a tragédia, as lojas que comercializam armas manteve o movimento normal, a cultura do armamento legal do país não se modificou. Sucessivamente, de forma contínua surgem grupos políticos e até mesmo membros da sociedade que “pregam o desarmamento como forma de impedir tais massacres se assanham rapidamente ao sentirem o cheiro de sangue inocente” (BARBOSA, 2017, p.4).

Essa ideologia de que as armas precisam ser delimitadas, é fundamentada na percepção de que o país que não restringe o uso de arma de fogo, facilita para que pessoas com problemas mentais cometam situações devastadoras, como exemplo disso, está o Japão, China, Inglaterra entre outros países.

Japão, 2001. Um homem com problemas mentais invade uma escola, mata oito crianças e fere outras 13 usando uma faca. O massacre que assustou o Japão não foi o primeiro e não seria o último. A posse e o porte de armas para civis são proibidos no Japão desde o século XV.

Em 2010, em Naping (China), um desequilibrado mental invadiu uma escola primária e, também usando uma faca, matou oito crianças e feriu gravemente outras cinco. Entre 2010 e 2011, outras 116 crianças e adultos seriam vítimas de ataques semelhantes na China Comunista, fazendo com que o governo proibisse a divulgação de outros ataques para evitar os chamados “copiadores”. Na China, as armas de fogo são terminantemente proibidas para os cidadãos.

Inglaterra, 2010. Um homem, durante um surto psicótico, mata aleatoriamente 12 pessoas e fere outras 11. Foi acompanhado por quilômetros por uma viatura de polícia, cujos policiais estavam também desarmados e não puderam fazer nada. Em 1997, a Inglaterra praticamente proibiu as armas particulares para seus cidadãos (BARBOSA, 2017, p.3).

Observa-se que o surto psicótico induz o indivíduo a cometer atos criminosos, assim, quando o acesso a uma arma de fogo está facilitado, aumenta a proporção da gravidade desse episódio. E não somente os países do exterior vivenciaram situações envolvendo pessoas doentes mentais. No ano de 2011 no Rio de Janeiro uma pessoa com transtorno mental adentrou uma escola e assassinou 12 adolescentes, embora, nesse período já havia sido aprovado o Estatuto do Desarmamento. Ou seja, mesmo com a restrição o episódio veio a ocorrer. Por esse motivo Barbosa (2017, p.1) fez o seguinte questionamento: “qual lei impediria o assassino? Nenhuma!”. A citação permite compreender que a autora está desacreditada das intervenções utilizadas até o momento no que concerne ao assunto, pois tanto a leis de desarmamento ou legalidade, não tem perpetuado diminuição no crime. Por esse motivo, essa questão de desarmamento ou legalidade é uma questão que causa inúmeras discussões em todo mundo, principalmente no Brasil.

Para Mariz (2017) com o crescente número nas taxas de criminalidade no Brasil, vinculado à comunicação virtual (rede social, WhatsApp e etc.,) a sociedade tem apresentado suas opiniões sobre existência e aprovações de projetos legislativos, conseqüentemente o tema armamento legal tem sido impulsionado por indivíduos que não são defensores do Estatuto do Desarmamento, uma vez que dados estatísticos comprovam que após aprovação do mesmo, não houve diminuição de crime gerado por esse artefato como já mencionado anteriormente.

É importante ressaltar que essa questão impulsionou a criação de projetos legislativos, e dentre os mesmos, o que possui maior probabilidade de aprovação foi apresentado pelo deputado Peninha, o PL 3722/2012. Trata-se da revogação do Estatuto do Desarmamento (ALVIM, 2017).

A proposta de revogação do Estatuto do Desarmamento que tramita na Câmara Federal, visa facilitar o acesso dos brasileiros à uma arma de fogo, mas não significa que a criminalidade terá diminuição, assim, profere Conti (2017, p.2): “está equivocada essa ideia que armar mais a população será uma política de segurança pública eficaz, com benefícios maiores que os custos. Há mais evidências apontando que os crimes aumentarão e não o contrário. Há mais evidências que aumentará a proporção [...]”.

Os prós e contras sobre o uso de arma por pessoa física têm causado dúvidas na população, principalmente, pela falta de controle do fluxo de drogas e armas que adentram no Brasil, pois grande parte das fronteiras brasileiras não possuem fiscalização, ou se possuem, não são eficazes, facilitando assim a entrada de armas de fogo, favorecendo a ação criminosa. De acordo Mariz (2017) a região da Amazônia é um território que tem grande dificuldade de fiscalização, devido à existência de rios, sem falar que, o quadro de profissionais é insuficiente para atender a dimensão territorial. Por esse motivo, o interesse em ampliar o

número de profissionais é continuamente discutido pelos órgãos responsáveis pela segurança pública: Polícia Federal, Forças Armadas e Ministério da Justiça.

Convém salientar que estudiosos, tanto do setor jurídico como também de outras áreas: educação, economia e etc., têm mostrado interesse em averiguar os impasses que envolvem o desarmamento ou armamento legal. E em meio às visões críticas elaboradas direcionadas a essa questão, o ganhador do Nobel de Economia em 1995, denominado de Roberto Lucas descreveu um texto, assegurando que a mudança da legislação não deve ser construída somente com base em resultados ultrapassados, é necessário existir uma averiguação do nível exato das atribuições do uso de armas de fogo, correlacionando uma subdivisão concreta dos efeitos das mesmas, dando ênfase ao número de mortes causadas por esse subsídio. Pois enquanto não houver essa real percepção, os dados apresentados trarão conclusões equivocadas, ou seja, “leva a concluir que armas de fogo matam mais pessoas inocentes do que criminosos e sugere que a proibição do comércio de armas traria benefícios, pois assim, salvaria mais vidas de inocentes” (LIMA, 2017, p.2).

Contudo, compreende-se que a decisão entre o desarmamento ou legalidade precisa ser embasada no interesse da coletividade, onde medidas de intervenção precisam ser tomadas para retirar as armas das mãos dos criminosos, impedindo assim que os cidadãos sejam refém daqueles, porém, essa questão ainda é um desafio que precisa ser superado com ou sem desarmamento.

METODOLOGIA

Realizar uma pesquisa científica é uma ação que exige do investigador traçar objetivos e estratégias para que os desígnios sejam alcançados com êxito. E consciente da importância de elaborar métodos investigativos, adotou-se a pesquisa descritiva, na qual foi utilizada como elemento essencial durante a pesquisa, por possibilidade uma análise fundamentada em caráter avaliativo, conforme cita Gil (2010, p. 27- 28):

As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. [...] Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc.

Ademais, a pesquisa descritiva torna-se indispensável por identificar, conhecer e descobrir o objeto da pesquisa, dando ênfase a ampliação de conhecimento. Sobretudo, além da descritiva a exploratória também fez parte do contexto por buscar investigar e ainda abordar de forma direta e específica sobre o tema da referida pesquisa, proporcionando a sociedade informações relevantes por envolver diversos elementos que favorece a conclusão dos dados coletados, assim argumenta Gerhardt e Silveira (2009, p.35):

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

É notório perceber que a exploratória é construída por meio de outros recursos que fornece informações ao investigador, por ter envolvimento com pessoa física e a teoria. Assim sendo, pode-se assegurar que pesquisa bibliográfica foi indispensável durante a pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Por meio da pesquisa bibliográfica foi possível o pesquisador ter contato com obras publicadas, por diversos autores que abordam temas semelhantes tais como: livros, artigos, teses e outros para melhor explicar o assunto, pois através dos registros publicados o investigador tem a oportunidade de encontrar respostas de lacunas existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da formação social, a prática da criminalidade faz parte do comportamento da humanidade. Com o aumento populacional, ocorrências dessa natureza acontecem continuamente e diversos canais de comunicação divulgam em seus noticiários episódios de violência: homicídio, latrocínios, sequestros, arrombamento entre outros.

A criminalidade adentrou em toda esfera social e possui sobre suas multifaces, subsídios negativos que afetam a sociedade de maneira brusca. E o que torna essa situação mais complexa é a existência de arma de fogo nas mãos de indivíduos que não deveriam ter acesso, tais como, os criminosos.

Dentre as medidas jurídicas adotadas no Brasil como proposta de controle da criminalidade está o Estatuto do Desarmamento baseado na Lei nº 10.826/03, o mesmo foi implantado visando impedir o uso desse artefato por pessoas inadequadas, uma vez que o fácil acesso a esse instrumento coopera com a ocorrência de ações criminosas.

No entanto, as armas de fogo desapareceram somente das mãos dos cidadãos, os criminosos têm utilizado-as sem nenhum pudor, causando medo e insegurança na sociedade, fundamentando-se na impunidade, o que leva a crer que uma das causas para o aumento da criminalidade é a proibição do uso da arma de fogo, por deixar à população vulnerável às ações criminosas.

Seria fundamental que o Poder Executivo e Judiciário repensassem sobre a segurança pública e elaborassem ações que de fato promovessem a segurança de todos. Mas o que se entende é que a segurança pública ainda se encontra fragilizada, necessitando organizar ações para diminuir a criminalidade. E dentre as propostas discutidas atualmente está o Projeto de Lei nº 3.722/12, por determina mudanças significativas com relação a proibição da posse e do porte de armas no Brasil.

O PL nº 3.722/12 estabelece que os cidadãos brasileiros tenham direito a aquisição do porte de arma, uma vez que os países que possuem porte legal de arma o índice de criminalidade é inferior comparando-se com a nação brasileira. No entanto, existem impasses que precisam ser analisados, pois decisões adotadas em territórios diferentes, podem não resultar nos mesmos efeitos, o que nos faz acreditar na prevalência do Estatuto do Desarmamento no Brasil, por possuir subsídios positivos. Por certo, existe fragilidade nos órgãos da Segurança Pública e para solucioná-la, seria primordial o envolvimento de todos, para juntos elaborar ações que possam diminuir a criminalidade a pequenos e longos prazos, não sendo necessário flexibilizar o porte e a posse de de armas de fogo no Brasil.

Por todo o exposto, conclui-se que flexibilizar o porte e a posse de Armas de fogo não é o melhor caminho a se seguir, visando diminuir os altos índices de criminalidade, na busca de assegurar a todos os cidadãos, o direito à segurança, Mas sim, que o Governo execute ações de repressão, prevenção, intensificando a fiscalização nas fronteiras, e, principalmente aplique penas cada vez mais severas para que os criminosos tenham certeza e medo de sua condenação, de seu castigo.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Mariana. **Com forte apoio popular, projetos contra o desarmamento aceleram para incluir plebiscito na eleição de 2018.** Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41493672?ocid=socialflow_facebook>. Acesso em: 7.out.2017.

BARBOSA, Bene. **Massacre de Los Angeles: sobre armas, leis e loucos.** 2017. Disponível em: <<http://www.cadaminuto.com.br/noticia/310753/2017/10/02/massacre-de-las-vegas-sobre-armas-leis-e-loucos#.WdKAyTBWItg.facebook>>. Acesso em: 10.out.2017.

BATISTA, Henrique Gomes. **Em Las Vegas, um fuzil é mais barato que um celular.** 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/em-las-vegas-um-fuzil-mais-barato-que-um-celular-21909517#ixzz4v8MwHj2D>>. Acesso em: 05.out. 2017.

BRASIL. Estatuto do desarmamento (2003). **Estatuto do desarmamento: Lei nº 10.826, de 2003, e legislação correlata** [recurso eletrônico]. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

_____. Ministério da Justiça. **Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.826.htm>. Acesso em: 05.set. 2017.

BELTRAME, José Mariano. **Devemos liberar as armas?** Não. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/04/devemos-liberar-armas-nao.html>>. Acesso em: 17.set. 2017.

CONTI, Thomas V. **Reuni dados de 50 estudos sobre crimes e armas. O resultado é surpreendente**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/justica/reuni-dados-de-50-estudos-sobre-crimes-e-armas-o-resultado-e-surpreendente-89sbwo5s2heczw0f2iaiewfrr>>. Acesso em: 8.out.2017.

CORONEL FILHO, José Vicente da Silva. **Vamos piorar a segurança?** 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/04/vamos-piorar-seguranca.html>>. Acesso em: 11.set. 2017.

DANIEL, Alex Hander Pereira . LOPES, Daniel Bruno Silva. BONFIM, Cleberson Dortis. SIBIEN, Emanuely Nascimento Costa. SIMÕES, Evandro Braga. POLESI, João Vitor. CABIDELLI, Natanael Carlos. GOMES, Rhannan Rhittalo Pereira. **A real necessidade do acesso facilitado à arma de fogo ao cidadão brasileiro**. 2015. Disponível em: <http://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/Acesso_Arma_Fogo.pdf>. Acesso em: 08.set.2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Método, Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IMB, International Mission Board. **Direito da posse de arma reduz criminalidade, afirma Harvard**. 2015. Disponível em: <https://www.epochsimes.com.br/direito-posse-de-arma-reduz-criminalidade-afirma-harvard/#.WcGuqLKGPIU>. Acesso em: 04.set. 2017.

LIMA, Luiz Renato Regis de Oliveira. **Professor da UFPB explica o controle de armas à luz da teoria econômica**. 2017. Disponível em: <<http://www.wscom.com.br/mobile/noticias/economia/professor+da+ufpb+explica+o+controle+de+armas+a+luz+da+teoria+economica+-223401>>. Acesso em: 10.out.2017.

MARIZ, Renata. **Apenas 4% das fronteiras do Brasil são monitoradas**. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apenas-4-das-fronteiras-do-brasil-sao-monitoradas-20839665?versao=amp>>. Acesso em: 9.out.2017.

O GLOBO. **Senado abre consulta pública sobre revogar estatuto do desarmamento: População pode opinar sobre proposta do senador Wilder Morais (PP-GO)**. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/senado-abre-consulta-publica-sobre-revogar-estatuto-do-desarmamento-#ixzz4tAmFPoSY>>. Acesso em: 05.set.2017.

RAMA, Anahi. **América Latina é a região com mais homicídios no mundo, diz ONU.** 2014. Disponível em: < <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRSPEA3905S20140410>>. Acesso em: 14.set.2017.

ROSENFELD, Denis. **Devemos liberar as armas? Sim.** 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/04/devemos-liberar-armas-sim.html>>. Acesso em: 18.set.2017.

SILVA, Aline Maria Borges da. **Armas de fogo no brasil e estatuto do desarmamento.** 2009. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/31452-35542-1-PB.pdf>>. Acesso em: 11.set.2017.

SOARES, Milena Karla; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme. **Vale a pena pagar para desarmar? Uma avaliação do impacto da campanha de entrega voluntária de armas sobre as mortes com armas de fogo.** Estud. Econ. vol.45 no.3 São Paulo July/Sept. 2008.

TAVARES, Flávia. **Brasil bate recorde no número de homicídios, segundo Ipea.** Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/brasil-bate-recorde-no-numero-de-homicidios-segundo-ipea.html>>. Acesso em: 18.set.2017.

VILLENEUVE, Leônidas. **Porte de armas nos EUA cresce 178% em sete anos; criminalidade despenca.** 2015. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/ArticlePrint.aspx?id=2176>>. Acesso em: 17.set.2017.

VITAL, Antônio. **Porte de arma: revogação do Estatuto do Desarmamento pode ser votada em agosto.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/4-BLOCO-1.html>>. Acesso em: 12.set.2017.

FEMINISMO E MUNDO COMUM: EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES

WEGENER, Julia Barzotto⁴⁶⁸

JÚNIOR, César Augusto Danelli⁴⁶⁹

RAMALHO, Halleyde Souza⁴⁷⁰

Quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Quando muitas entram, muda a política.
Michelle Bachelet

Resumo: O presente trabalho tem como ponto de partida, uma reconstrução histórica acerca do movimento feminista, na tentativa da manutenção de um *mundo comum*, a partir da análise trazida do mesmo, pela autora Hannah Arendt. Preocupando-se dessa forma, com a diminuição da violência, garantindo uma sociedade justa e igualitária, livre das amarras do machismo e do patriarcado que estão de alguma forma, encravadas e enraizadas na história da humanidade. A partir dessa análise, tem-se como objetivo geral, apresentar o movimento feminista e sua possível contribuição para a manutenção de um *mundo comum*, visto que ambos visam o respeito do indivíduo como cidadão dentro da esfera da humanidade, ultrapassando os limites geográficos e temporais do movimento, a partir da asseguaração de seus direitos com a dignidade que lhes foi garantida pela Constituição Federal. A metodologia utilizada para a presente construção do texto foi a do tipo hipotético-dedutivo, o qual se observou como meios técnicos da investigação, os métodos históricos, observacional e estatístico, o qual possibilita a descrição quantitativa da sociedade, reunindo doutrinas, acontecimentos históricos e legislações.

Palavras-chaves: Feminismo. Mundo Comum. Direitos Humanos.

Resume: Le travail présent a comme point de partie, une reconstruction historique à propos du mouvement féministe, sur la tentative de la manutention d'un monde commun, à partir de l'analyse amené du mémé par l'auteur Hannah Arendt. S'inquiétant ainsi, avec la diminution de la violence, en assurant une société juste et égalitaire, libre des liens machistes et du patriarcat qui sont incarnés et enracinés dans l'histoire de l'humanité. À partir de cette analyse, il a pour objectif général, présenter le mouvement féministe et son possible contribution pour la manutention d'un monde commun, vu que les deux visent le respect de l'individu comme citoyen dans la sphère de l'humanité, dépassant les limites géographes et temporelle du mouvement, à partir de l'assurance de vos droits avec dignité qui ont été garantis par la constitution fédéral. La méthodologie utilisé pour la présente construction du texte c'était du type hypothétique-déductif, lequel on observe comme moyens techniques d'investigation, les méthodes historiques, observation et statistique, lequel possibilité la description quantitative de la société, rassemblant doctrines, événements historiques et législations.

Mots-Cles: Feminisme. Monde Commun. Droits de L'homme.

⁴⁶⁸ Acadêmica do Curso de Direito/Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Email: julia_wegener@hotmail.com

⁴⁶⁹ Mestrando *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, Campus Ijuí/RS. Professor em tempo integral dos cursos de Direito, Pedagogia e Sistema da Informação da Faculdade de Balsas/MA - Unibalsas.

⁴⁷⁰ Mestre *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, Campus Ijuí/RS. Professora em tempo integral dos cursos de Direito e Agronegócio da Faculdade de Balsas - Unibalsas.

INTRODUÇÃO

Muito embora as mulheres estejam em maioria no que é pertinente ao quesito quantitativo (visto que segundo dados realizados pelo IBGE em 2013, as mulheres representam 51,4% da população brasileira⁴⁷¹), elas fazem parte de uma minoria no quesito hegemonia cultural⁴⁷², sendo abrangida por uma sociedade mundialmente machista⁴⁷³ e patriarcal⁴⁷⁴, na qual teve seu início aproximado desde o extermínio da Civilização Creta⁴⁷⁵, ocorrida por volta do século XIV a.C., e com prosseguimento até os dias atuais.

Ocorre que essa realidade começou a mudar a partir da Revolução Francesa⁴⁷⁶ no século XVIII, onde no meio do clamor da democracia baseando-se no lema *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*⁴⁷⁷, surge o primeiro documento solicitando a igualdade jurídica entre os homens e as mulheres, fazendo uma crítica a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, visto que essa declaração protegia apenas os direitos do homem⁴⁷⁸. Deste modo, temos aqui o marco histórico que é dado ao início do movimento feminista.

Destarte, a Revolução Francesa não foi apenas um pontapé para o movimento feminista no mundo, como também se fez presente dentro da perspectiva do *mundo comum*, tematizada por Hannah Arendt, na obra *A Condição Humana*⁴⁷⁹, retratando, sobretudo, a

⁴⁷¹ Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>.

⁴⁷² Para Antônio Gramsci, a hegemonia cultural é a predominância de uma cultura sobre a outra. Não no quesito de superioridade, mas sim no quão difundida essa cultura é em relação às demais.

⁴⁷³ De acordo com a socióloga Nina Madsen, a revelação de que a maioria dos brasileiros concordam que o comportamento da mulher motiva o estupro, comprova que a cultura machista está impregnada na sociedade em que nos encontramos. Disponível em <<http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2014-03/pesquisa-do-ipea-comprova-que-cultura-machista-esta-impregnada-na-sociedade>>.

⁴⁷⁴ O patriarcado é o sistema no qual o machismo se baseia – é sob ele que se conformaram historicamente os privilégios da classe masculina em relação à classe de mulheres. BEIRA, Gabriella. Glossário de Termos Feministas. Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/glossario-de-terminos-feminismo/>>.

⁴⁷⁵ A Civilização Creta iniciou-se por volta de 6000 a.C., na ilha de Creta, desenvolvendo-se nos 4 mil anos seguintes de maneira lenta e gradativa, na arquitetura, metalurgia, tecelagem, tecnologia entre outros. Sendo ela ainda pouco conhecida pelos arqueólogos e historiadores que ainda divergem muito sobre a mesma, visto que há indícios de pacificidade e de cultura a uma Deusa, sendo mais evidente que havia sido governada por rainhas, sendo a sucessão passada adiante entre as mulheres. Há vestígios que induzem os historiadores que a Civilização Creta fora a última civilização que não era tomada por um sistema patriarcal. EISLER, Riane. *O Cálice e a Espada*. Rio de Janeiro/RJ. Imago Editora, pgs. 37 a 45.

⁴⁷⁶ A queda da Bastilha marca o início da Revolução Francesa, na qual a sociedade, insatisfeita com os gastos excessivos e abusos dos monarcas, foram às ruas objetivando a tomada da monarquia comandada na época pelo rei Luis XVI. BARSA, Livro 6, pgs. 420 a 422.

⁴⁷⁷ No francês: *Liberté, Egalité et Fraternité*.

⁴⁷⁸ Esse documento foi elaborado por Olympe de Gouges, escritora e militante francesa. Entretanto, tal documento fora rejeitado e arquivado, vindo à tona novamente apenas em 1986, quando foi publicada por Benoîte Groult.

⁴⁷⁹ Segundo Ingrid Cyfer, *A Condição Humana* de Hannah Arendt é uma obra filosófica que interpreta a modernidade como a era que colocou em perigo a condição mais básica da vida humana: a pluralidade. Em sua formulação, a pluralidade consiste numa síntese entre igualdade e diferença: todo ser humano é único, mas sua singularidade somente se constitui em uma teia de relações entre seres humanos iguais. No diagnóstico de Arendt, a modernidade coloca em perigo justamente a vida humana. Essa é a era da sociedade dos consumidores, em que as ferramentas, os objetos de arte e até mesmo os seres humanos são descartáveis. CYFER, Ingrid. *A Condição Humana* em Hannah Arendt. Disponível em: <<http://casadosaber.com.br/sp/cursos/aulaaberta/a-condic-o-humana-em-hannah-arendt.html>>.

importância de ver o indivíduo como cidadão de maneira igualitária, dentro de um conjunto da existência humana, uma vez que a falta da ideia de que somos todos iguais e devemos ser respeitados como cidadãos, tendo nossos direitos assegurados e acatados, gera conflitos que ocasionam em violências, acarretando a construção de um mundo cada vez mais desigual. O que traz então à tona os movimentos feministas que buscam a ideia igualitária de gêneros, não apenas em um delimitado espaço territorial, mas abrangendo às demais mulheres do mundo, para que assim, elas possam usufruir de uma vida com dignidade, sendo respeitadas como indivíduos dotados de direitos e não apenas de deveres.

No âmbito da legislação, a Constituição Federal de 1988 traz no seu art. 5º, *caput*, que *todos são iguais perante a lei*, sem distinção. Desta forma, a Carta Maior remete a possibilidade de proteção ao indivíduo – independentemente de gênero – como pessoa. Contudo, não o protege como uma minoria massacrada pelos demais à medida de suas desigualdades. Por isso, existem leis que aparentemente beneficiam esta minoria para que elas tenham uma possibilidade – ainda que mínima – de se equipar, ou chegar o mais próximo que puder desta maioria. Um exemplo claro disso, é a conquista da Lei nº 11.340/06, conhecida também como Lei Maria da Penha, que trata sobre crimes de violência doméstica, sendo que segundo dados colhidos em março de 2015, pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada), desde a data de sua criação, resultou-se a diminuição de 10% dos casos de feminicídio⁴⁸⁰.

Por derradeiro, o presente trabalho pretende expor um desenrolar histórico da luta feminista, assegurando a ideia de *mundo comum*, a partir da efetivação dos direitos e garantias fundamentais das mulheres que já foram conquistadas até o presente momento por tal movimento ao longo dos anos perdurando até hoje, sendo ainda de extrema importância, tendo em vista que muito embora muito se tenha melhorado, ainda vivemos em um mundo muito distante da igualdade de gênero.

Assim, os objetivos específicos da presente pesquisa são: **a)** analisar a evolução histórica do feminismo no mundo e no Brasil e, ao mesmo tempo, demonstrar suas diferentes vertentes, **b)** tematizar o conceito de *mundo comum*, correlacionando-o com o feminismo, demonstrando a ligação de um com o outro e, por fim, **c)** verificar de que forma o feminismo atua na sociedade para a efetivação dos direitos e garantias fundamentais das mulheres e, neste sentido, como essa atuação influencia na continuidade de um *mundo comum*.

No mais, a metodologia utilizada para a presente construção do texto foi a do tipo hipotético-dedutiva, na qual se observou como meios técnicos da investigação, os métodos históricos e estatísticos, possibilitando a descrição quantitativa da sociedade, reunindo doutrinas, acontecimentos históricos e legislações.

⁴⁸⁰ Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/direitos-humanos/1223-ipea-lei-maria-da-penha-reduziu-violencia-domestica-contra-mulheres>>.

1. O DESENVOLVER HISTÓRICO DO MOVIMENTO FEMINISTA: A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO COMUM

De acordo com Riane Eisler (2008), desde o século XIV a.C., as mulheres ficaram submetidas a um regime autoritário machista, no qual tinham que servir e obedecer aos homens, sendo por muitas vezes tomadas como posse e obrigadas a contraírem matrimônio contra sua vontade. Neste sentido, seu papel era unicamente de servir o lar, dar herdeiros aos seus cônjuges e corresponder com os anseios dos mesmos, ainda que não fossem esses os seus desejos. Somente por volta do século XVIII, as mulheres começaram a ganhar voz, como por exemplo, na Revolução Francesa, no que diz respeito à busca da equidade de gêneros.

Entretanto, muito embora a maioria dos historiadores considere a Revolução Francesa como marco inicial do movimento feminista no mundo, a união das mulheres em busca de seus direitos se deu somente com o sufrágio, no século seguinte, onde as mulheres aclamavam por direitos políticos, acreditando que todos os demais direitos viriam em seguida.

O movimento sufragista teve seu início na França, fortificando-se na Inglaterra com a chegada da Revolução Industrial⁴⁸¹, na qual cedeu lugares nas fábricas para as mulheres, ampliando o mercado de trabalho das mesmas. Neste sentido, conforme apontado pela autora Iáris Ramalho Cortês (2016, p. 281), as mulheres recebiam um salário muito inferior ao que era oferecido aos homens, além de passar por constantes assédios sexuais no âmbito de trabalho, bem como constrangimentos e discriminações.

Apesar disso, essas mobilizações influenciaram a implantação dos movimentos feministas nos demais países, relacionando-se, neste ponto, com o conceito de mundo comum, uma vez que, o público que é “tudo que pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade” (ARENDR, 2007, p. 59).

De forma que, a visibilidade daquilo o que é público se propaga facilmente e por este motivo, acaba acarretando a difusão de informações, mantendo presente o mundo comum, como exemplo o fato de que muito embora o sufrágio tenha tido seu marco inicial na França e Inglaterra, foi a Nova Zelândia, o primeiro país a conceder esse pedido, no ano de 1893⁴⁸², que fora incentivado através da veiculação de informações trazidas com as reivindicações do movimento sufragista ocorridas nos outros países.

Já no Brasil, tais anseios não foram concretizados de maneira imediata, começando no ano de 1891, quando foi levada em pauta na Assembleia Constituinte, emendas que visassem explicitar o sufrágio feminino, mas fora rejeitado, sendo considerado inconstitucional pela maioria. Entretanto, para outros, estava inserida aqui a ideia de cidadãos brasileiros, sendo

⁴⁸¹ Disponível em: <<https://juntos.org.br/2016/01/especial-juntas-as-sufragistas-e-a-primeira-onda-do-feminismo/>>.

⁴⁸² Disponível em: <<https://seuhistory.com/hoje-na-historia/nova-zelandia-e-o-primeiro-pais-do-mundo-liberar-o-voto-feminino>>.

que esta ideia foi utilizada posteriormente por Myrthes de Campos⁴⁸³ e pela professora Leolinda Daltro⁴⁸⁴. Inconformada, esta optou pela luta política, fundando o Partido Republicano Feminino⁴⁸⁵ no ano de 1910, almejando debater novamente sobre o direito ao voto feminino na Assembleia Constituinte. Organizando inclusive uma passeata com 84 mulheres presentes no Rio de Janeiro/RJ. Mesmo assim, o presente pedido não chegou nem a ser rediscutido na Câmara. Apesar da infrutífera tentativa, as militantes feministas persistiram na luta.

Neste sentido, segundo a autora Rachel Soihet (2012, p. 219) “havia na sociedade brasileira forte oposição às reivindicações das mulheres”, ainda que “considerava as mulheres, por sua suposta fragilidade e menor inteligência, inadequadas para as atividades públicas.” Sendo neste ambiente hostil e machista que a feminista Bertha Lutz⁴⁸⁶, começa a ser referência no movimento feminista da época, organizando associações, escrevendo artigos e fazendo pronunciamentos públicos. Aliás, muito além do sufrágio, engajou-se na luta para melhores condições de trabalho, bem como uma redução na sua jornada⁴⁸⁷ e ainda o acesso à educação, visto que o ensino superior estava ao alcance de pouquíssimas mulheres.

Com isso, o movimento foi tomando força, fundando então a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino⁴⁸⁸, de onde surgiu a formação de congressos feministas internacionais, onde na sua segunda edição, fora encaminhado uma pauta para o chefe de governo provisório da época, Getúlio Vargas, na qual se reafirmava o pedido de sufrágio, bem como a suspensão da incapacidade civil da mulher casada.

Diante das pressões sofridas pelo movimento feminista, foi aprovado um novo Código Eleitoral a partir do Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, sendo estabelecido tanto o voto secreto quanto o feminino. Assim sendo, o Brasil tornou-se o segundo país da América Latina a aderir ao sufrágio, ficando atrás apenas do Equador. Já na França, onde se deu o marco inicial, esses direitos só foram concedidos em 1943. Ademais, este movimento

⁴⁸³ Primeira mulher aceita na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no ano de 1906. SOIHET, Rachel. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo/SP. Editora Contexto, p. 219.

⁴⁸⁴ Ambas tiveram seu alistamento eleitoral indeferido. SOIHET, Rachel. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo/SP. Editora Contexto, p. 219.

⁴⁸⁵ Fundado em dezembro de 1910, no Rio de Janeiro, presidido por Leolinda de Figueiredo Daltro, e que tinha como objetivo a representação e integração das mulheres na sociedade política. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEMININO.pdf>>.

⁴⁸⁶ Classificada em primeiro lugar no concurso do Museu Nacional, sendo a segunda mulher a entrar para o serviço público no Brasil. SOIHET, Rachel. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo/SP. Editora Contexto, p. 219.

⁴⁸⁷ Influência da Revolução Russa que ocorria desde 1917. Sendo que esta Revolução era orientada pela doutrina comunista, porém ressaltando-se que esta doutrina não defendia tais movimentos, uma vez que caracteriza-se pela instauração de uma sociedade sem classes, quando assim, as demais questões sociais se resolveriam, o que de certo modo, acabou por influenciar estes movimentos. SOIHET, Rachel. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo/SP. Editora Contexto, ps. 220 e 235.

⁴⁸⁸ Fundado por um grupo de mulheres de classe alta, tendo como principal articuladora Bertha Luz, no Rio de Janeiro, no ano de 1922, tendo por objetivo, defender os direitos das mulheres brasileiras, extinguindo-se no ano de 1937. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FEDERA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20PELO%20PROGRESSO%20FEMININO.pdf>>.

perdurou por quase um século e ficou conhecido como a Primeira Onda do Movimento Feminista. Nesse movimento sufragista, notou-se que independentemente de delimitações geográficas, as mulheres se uniram na busca de um bem comum para todas, procurando melhorias no mundo no qual estão inseridas. Entretanto, apesar destas conquistas aos direitos políticos, ela só foi dada as mulheres brancas de classe média, sendo que as negras seguiram sendo exploradas e seus direitos políticos vedados (SOIHET, Rachel. 2016, p. 226).

Nesta seara, a união das mulheres em busca de uma igualdade de gênero, remete à ideia de *mundo comum*, utilizada por Hannah Arendt (2007, p. 147), sendo importante trazer, neste momento, a conceituação do mesmo retratado em seu livro *A condição humana*, na qual apresenta o pensamento de que *o lar seria feito pelo homem na terra e fabricado com o material que a natureza dispõe ao ser humano*. Consequentemente, mundo, não é sinônimo de Planeta Terra, mas sim, de um produto resultado do artificialismo humano. De modo que o ser humano vive naquilo em que ele mesmo cria, sendo então de suma importância, movimentos democráticos que visem alterar esse meio, numa tentativa de alcançar a igualdade entre os indivíduos nele presente.

Nesse mesmo sentido, enquanto a Primeira Onda trouxe o direito ao voto, o movimento feminista ressurgiu com força ao final da Segunda Guerra Mundial, trazendo uma nova temática a ser levada em pauta, discutindo então, o direito ao prazer, ao aborto e a contracepção. Momento este onde há o surgimento de obras marcantes como *O Segundo Sexo* de Simone Beauvoir⁴⁸⁹ (também conhecido como *a Bíblia do Feminismo*). Essa época fora conhecida como *Women's Liberation*⁴⁹⁰.

Com isso, temos o surgimento da Segunda Onda do Movimento Feminista, tendo ele atingido seu pico máximo no ano de 1968⁴⁹¹, onde começou o desenvolvimento de movimentos sociais nos Estados Unidos e na França, onde enquanto naquela delatava-se a opressão, nesta, buscava-se a valorização das especificidades femininas. Mostrando então, que muito embora os pedidos fossem divergentes, reforçavam a necessidade de uma voz mais ativa para as mulheres na sociedade, demonstrando a insatisfação das mesmas com a falta de garantias e direitos.

No Brasil, as reivindicações divergiram com uma especificidade devido à conjuntura política no país, que passava por um momento de ditadura militar, obstruindo a liberdade de expressão e colocando as lutas políticas e sociais como viés de esquerda, de modo que era necessário, inicialmente, tratar do trabalho feminino, suas disfunções e adversidades, para

⁴⁸⁹ O livro “O Segundo Sexo” de Simone Beauvoir, fora publicado no ano de 1949, na França. Até hoje é um ícone nos movimentos feministas, visto que neste livro, há uma retratação da mulher inserida na sociedade, de uma forma bastante direta. A autora ainda afirma em seu livro que ser mulher é uma condição, já que para a mesma, “não se nasce mulher, mas torna-se”.

⁴⁹⁰ *Women's Liberation* foi um movimento feminista ocorrido entre os anos 60 e 70, no qual buscava não apenas a exigência de direitos iguais, porém, também visava destacar os males acarretados pela cultura masculina sobre a feminina, trazendo inclusive temas do feminismo moderno, como o aborto e a igualdade salarial. Disponível em <<https://tavaana.org/en/content/1960s-70s-american-feminist-movement-breaking-down-barriers-women>>. Acesso em 27 de março de 2017.

⁴⁹¹ Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/1968-a-rebeliao-estudantil-nos-estados-unidos/>>.

posteriormente, dedicar-se de forma mais pungente a assuntos pertinentes a essa Segunda Onda, que retratava a liberdade a sexualidade e o corpo, bem como à violência contra a mulher

Nessa mesma época, inicia também a discussão de gênero pela primeira vez, trazida ainda pelo livro de Simone de Beauvoir (1980, p. 9), na qual afirma a ideia de que o gênero é construído: “não se nasce mulher, torna-se”. Abarcando então, as mulheres transexuais no movimento, visto que o gênero construído pelas mesmas é o feminino⁴⁹². Ainda, nessa época, houve a discussão não apenas da inserção das outras mulheres que não haviam sido protegidas pelo feminismo até então, mas também a questão do divórcio e do aborto, marcando fortemente a década de 70.

Todavia, em razão das crises econômicas, fortalecimento do narcotráfico e do terrorismo, o movimento feminista sofreu um declínio entre o final da Segunda Onda (fim da década de 70) e o início da década de 80, pois o foco principal acabou se tornando uma transformação nas contribuições sociais de modo geral, deixando o enfoque feminista voltado para os direitos das mulheres de lado, temporariamente. Deste modo, o final da Segunda Onda deixou clara a necessidade de inclusão das demais mulheres, que não haviam sido consideradas inicialmente, inclusive as transexuais⁴⁹³.

Com essa ideia encetada na Segunda Onda, houve um incentivo para o início, bem como o fortalecimento, da Terceira Onda Feminista, iniciada na década de 90, que traz as diferentes formas de ser mulher, trazendo a tona outras vertentes feministas, desta vez abarcando as opressões sofridas pelas negras, lésbicas e transexuais.

Então, nessa Onda, mostrou-se a necessidade de voltar o olhar para a mulher não de um modo geral, mas considerando também, as suas especificidades, tendo em vista que muito embora o feminismo negro, por exemplo, já tinha começado a ser discutida nos Estados Unidos na década de 70 pela ativista Beverly Fisher⁴⁹⁴, no Brasil, essa vertente só começou a ganhar força na década de 80, em uma tentativa de garantir que as mulheres negras fossem vistas como sujeitos políticos⁴⁹⁵.

Nesse sentido, a Terceira Onda vem demonstrando que muito embora as mulheres fizessem parte de um grupo oprimido pelo patriarcado, existe dentro deste grupo oprimido, outras especificidades que são oprimidas dentro do mesmo, sendo que elas devem ser levadas em pauta com todas as suas particularidades, trazendo um feminismo libertador das amarras

⁴⁹² Na vertente do feminismo radical, as transexuais não possuem legitimidade para fazer parte do movimento.

⁴⁹³ Para um maior aprofundamento neste assunto, verificar o artigo científico de Francisco de Assis Vieira Filho: BIODIREITO: O UNIVERSO DAS PESSOAS TRANSEXUAIS E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS - Alteração do prenome e gênero da pessoa transexual que objetiva compatibilizar o registro civil ao seu sexo psicológico (verdadeiro-eu), com ou sem realização da cirurgia de redesignação sexual no Brasil.

⁴⁹⁴ Beverly Fisher denunciou em seu artigo intitulado “Race and Class: Beyond Personal Politics”, a invisibilidade das mulheres negras e latinas no movimento feminista. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/ser-oprimido-nao-e-desculpa-para-legitimar-opressao/>>.

⁴⁹⁵ Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>> Acesso 17/05/2017.

patriarcais para todas as mulheres, e não mais apenas para um grupo específico, no qual era de brancas, de classe média-alta, cis⁴⁹⁶ e heterossexuais. Deste modo, a continuidade da Terceira Onda, é a que perdura até os dias atuais, trazendo então, diferentes vertentes dentro do feminismo, mas ainda buscando uma igualdade, e chegando cada vez mais perto da ideia de *mundo comum*, uma vez que este preza por manter um passado vivo na construção de um futuro sem os mesmos erros, fadando-se desta forma ao fracasso. Essas vertentes retratadas no tópico a seguir, bem como a realidade da sociedade, demonstrando então, a necessidade do movimento feminista no meio em que estamos inseridos.

2. A NECESSIDADE DO FEMINISMO NA ATUALIDADE E SUAS DIFERENTES VERTENTES NA SOCIEDADE

Na visão de Kamylla Lemos (2016), o problema do movimento feminista, que ganhou força no Brasil na época da Segunda Onda, com o movimento sufragista, foi a divergência entre os grupos feministas da época, visto que enquanto a mulher cis branca, de classe alta, lutava pela redemocratização em busca de direitos igualitários, a mulher negra resistia a opressão racial, além da opressão de gênero, procurando alcançar a conquista de direitos básicos que já eram concedidos às mulheres brancas.

Nesse contexto, há uma necessidade da distinção entre o feminismo radical do feminismo negro, uma vez que, o feminismo radical vem da palavra raiz e não do contexto extremista como muitos pensam. Desenvolvendo-se entre as décadas de 60 e 70⁴⁹⁷, as quais acreditam que a libertação feminina deve provir da abolição do patriarcado, enxergando-o como o problema raiz da opressão sofrida. Para ele, o homem não tem voz no movimento, pois já é opressor por natureza. Além disso, existe principalmente a preocupação da hierarquização entre o homem e a mulher, que é causado pela opressão dos gêneros, sendo este intrínseco do ser, não observando então aquele que se identifique como tal, mas sim algo de nascença, que é gerado por toda uma sociedade. Dessa forma, ele não se preocupa com a particularidade das mulheres dentro do próprio movimento, o que acabou realçando a necessidade do surgimento de outras vertentes que sanassem essas lacunas deixadas pelo feminismo radical.

Por isso, o feminismo negro ganhou destaque entre as décadas de 60 e 80 nos EUA⁴⁹⁸, intensificando-se no Brasil principalmente a partir da década de 80, na busca da efetivação de

⁴⁹⁶ Conforme Gabriella Beira, “a pessoa dita cis é aquela que se identifica com o gênero a ela designado ao nascer, ou seja, uma pessoa de vagina, que, dita mulher ao nascer, se identifica com o gênero feminino. Por outro lado a pessoa trans não se identifica com o gênero a ela designado ao nascer, mas sim com outro gênero. A pessoa trans pode ser binária, que é quem se identifica com o gênero oposto ao seu sexo biológico, ou não-binária, que é a pessoa que não se identifica com o gênero imposto ao seu nascimento, mas tampouco se identifica com o gênero oposto.” BEIRA, Gabriella. Glossário de Termos Feministas. Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/glossario-de-termos-feminismo/>>.

⁴⁹⁷ Disponível em: <<https://medium.com/@kamyllamos/o-movimento-feminista-e-suas-vertentes-3492875e162a>>.

⁴⁹⁸ Disponível em: <<http://www.1news.com.br/noticia/12184/opinioao/feminismo-e-suas-principais-vertentes-18042017>>.

direitos humanos que não eram assegurados para as mesmas, devido uma herança oriunda da escravidão, considerando que a mulher negra não estava subordinada apenas ao homem, mas também estava à mulher branca, de modo que a principal mazela sofrida pela mulher negra é a falta de representação nos movimentos sociais, divergindo-se então de outras vertentes feministas, pois aqui, a mulher negra não debate apenas o gênero, mas também a raça, na tentativa de inclusão das mesmas dentro da sociedade das próprias mulheres.

Por outro lado, o feminismo liberal é o oposto do feminismo radical, pois enquanto o *radfem* busca abolir, o *libfem* procura reformas políticas e legais para assegurar a igualdade de gêneros, sendo que sua maior característica é a defesa da liberdade individual e da limitação dos poderes do Estado sobre as pessoas. Seu surgimento ocorreu no século XVIII, desenvolvendo-se mais fortemente no século XIX⁴⁹⁹, na qual almejava a conquista da cidadania plena. É uma vertente com características mais marcantes aquelas pertencentes à Primeira Onda, sendo ela voltada para um público abastado.

E por fim, o feminismo interseccional, explicado por Kamylla Lemos (2016), a qual traz a ideia de que “o feminismo interseccional é uma corrente que procura a intersecção entre os tipos de opressão: de gênero, de raça e de classe social”. Ou seja, é uma vertente que engloba todas as demais em uma única, pois busca o aprendizado um com o outro, dentro da particularidade de cada um, de tal modo que dentre todas as vertentes feministas, é a que mais aceita a inclusão do gênero masculino em prol da equidade. Muito embora existam várias outras vertentes feministas (tais como o feminismo lésbico e transexual), essas acima citadas são as principais difundidas no mundo.

Sendo importante destacar e diferenciar alguns conceitos confundidos por muitos, sendo eles: **a)** machismo; **b)** feminismo; **c)** femismo; **d)** humanismo. Enquanto o machismo é a sobreposição do homem à mulher, o femismo é seu oposto: a sobreposição da mulher ao homem. Contudo, pelo fato de feminismo e machismo obterem o mesmo sufixo *ismo*, a confusão é que o feminismo que seria o oposto ao machismo, o que não é verdade. Feminismo trata-se da igualdade dos gêneros, ou seja, não há valorização de um gênero sobre o outro, mas sim, que ambos devem possuir direitos e deveres distribuídos uniformemente e igualmente dentro de suas desigualdades, vez que a norma máxima do Princípio da Igualdade preza que “direitos iguais aos iguais e desiguais na medida em que se desiguam”, numa tentativa de balancear as diferenças para alcançar a igualdade ao máximo que possa ser possível. Já o humanismo, foi um movimento que se iniciou na Itália no século XV, com base no antropocentrismo, isto é, no homem como centro do universo.

A existência de tantas vertentes apenas demonstra que a sociedade está muito além da ideia de *mundo comum*, sendo este conceito trazido e explicado por Hannah Arendt, em sua obra *A Condição Humana* (2003, p. 65), a seguir exposto:

O mundo comum é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos. Transcende a duração de nossa vida tanto no passado quanto no

⁴⁹⁹ Disponível em: <<http://www.revistalilith.com.br/2016/09/27/feminismos-e-suas-vertentes/>>.

futuro: preexistia à nossa chegada e sobreviverá à nossa breve permanência. É isto o que temos em comum não só com aqueles que vivem conosco, mas também com aqueles que aqui estiveram antes e aqueles que virão depois de nós. Mas esse mundo comum só pode sobreviver ao advento e à partida das gerações na medida em que tem uma presença pública. É o caráter público da esfera pública que é capaz de absorver e dar brilho através dos séculos a tudo o que os homens venham a preservar da ruína natural do tempo. (...) Fluindo na direção da morte, a vida do homem arrastaria consigo, inevitavelmente, todas as coisas humanas para a ruína e a destruição, se não fosse a faculdade humana de interrompê-las e iniciar algo novo, faculdade inerente à ação como perene advertência de que os homens, embora devam morrer, não nascem para morrer, mas para começar.

Nessa conformidade, os dados atualizados de violência contra as mulheres, a inserção no mercado, bem como a participação política das mesmas na sociedade, só comprovam a necessidade de uma existência de participação ativa da sociedade para alterar o contexto de desigualdade vivenciado pelas mulheres, uma vez que o próprio pensamento do *mundo comum* retrata que cabe a faculdade humana interromper e dar início a algo novo quando assim for preciso, impedindo então a destruição natural das coisas quando não são devidamente remanejadas, sendo elas cruciais para um bem estar do todo, alcançando o *mundo comum*.

Para uma compreensão mais aprofundada a respeito disso, basta verificarmos os dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, no qual demonstra que muito embora as mulheres façam parte da maioria do eleitorado brasileiro nacional (52,21%)⁵⁰⁰, são minorias no poder público, haja vista que de 81 vagas no senado, apenas 13 são preenchidas por mulheres, e das 513 vagas na câmara, somente 51 são destinadas as mesmas. Nesse sentido, segundo pesquisa realizada pelo Mapa Mulheres na Política no ano de 2015, o Brasil se encontra em 117º lugar no quesito representação feminina no parlamento. Dos vinte e três presidentes diretamente eleitos, apenas uma foi mulher⁵⁰¹.

Para mudar essa realidade, foi estabelecido pela Lei nº 9.504/97 que cada partido e/ou coligação deveria reservar 30% de suas vagas para as mulheres, contudo, como a redação do artigo dispunha da palavra “reserva”, os partidos e/ou coligações alegavam que muito embora as vagas fossem reservadas, não apareciam candidatas para preenchê-las. Deste modo, após muita luta do movimento feminista, a redação original foi modificada em 2009, alterando a palavra reserva, tornando o texto do artigo imperativo, devendo cada partido ou coligação preencher um mínimo de 30% e máximo de 70% das vagas para cada sexo.

Além disso, segundo dados providos do IBGE, a carga horária de trabalho doméstico semanal das mulheres é de 23,9 horas, enquanto os homens ficam com apenas 9,7 horas. Todavia, conquanto que a carga horária doméstica da mulher seja quase três vezes mais do

⁵⁰⁰ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/07/mulheres-representam-53-do-total-de-eleitores-do-brasil>>.

⁵⁰¹ Dados disponíveis em: <<http://www.politize.com.br/lugar-de-mulher-e-na-politica/>>.

que a do homem, ela ainda precisa conseguir conciliar sua jornada doméstica com seu trabalho remunerado, recebendo um salário em média de 30% a menos do que o homem, mesmo que exerça um cargo de mesma função⁵⁰².

Deste modo, tais informações apenas comprovam que estamos muito distante de uma igualdade de gêneros. Para piorar, as estatísticas de violência sofrida pela mulher ainda são alarmantes, contribuindo nessa desigualdade entre os gêneros, reforçando o pensamento de que a mulher é inferior ao homem, devendo ser submissa ao mesmo, satisfazendo todas as suas vontades, ficando sujeita então, aos diversos tipos de violência. Para comprovar tais fatos, basta averiguar o fato de que o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking global de violência contra a mulher, dentre os 83 países elencados pela ONU.⁵⁰³ Estima-se que 3 em cada 5 mulheres já foram vítimas de violência em seus relacionamentos amorosos, sendo que 48% das mulheres agredidas afirmam que a violência sofrida decorreu dentro do âmbito familiar. Segundo dados colhidos pelo Ligue 180 em 2014, 80% das mulheres agredidas tinham filhos, sendo que desses filhos, 64% presenciaram os atos de violência e 19% também foram vítimas junto com a genitora. Avalia-se uma média de uma agressão a cada 07 minutos no Brasil.⁵⁰⁴

Já no âmbito internacional, segundo fontes da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia em 2014, 55% das mulheres já foram vítimas de assédio sexual nos últimos 12 anos e 78% das mulheres acreditam que a violência de gênero é bastante corriqueira em seu país. Segundo dados fornecidos pelas Nações Unidas e Organização Mundial da Saúde, 30% das mulheres já sofreram violência física ou sexual pelo próprio companheiro, 603 milhões de mulheres vivem em países onde a violência de gênero não é considerada crime e ainda que 7 em cada 10 mulheres já sofreram algum tipo de violência durante sua vida.⁵⁰⁵

Ainda, se observarmos também a desigualdade de gêneros no cinema, constatamos que 59% dos personagens são destinados aos homens, 86,3% dos diretores são do sexo masculino e 74% dos roteiristas são deste mesmo gênero. De acordo com uma pesquisa fornecida pela Universidade de Stanford em 2014, 93% dos filmes não tiveram nenhuma mulher na equipe de direção. Além disso, conforme análise realizada pela Universidade de San Diego, nos EUA, 75% dos protagonistas eram do sexo masculino e apenas 30% dos personagens com diálogo eram do sexo feminino. Por fim, se compararmos o levantamento feito pela escola de cinema americano New York Film Academy, realizado em 2013, que demonstrou os maiores salários dos artistas, fica claro a disparidade salarial entre os gêneros, uma vez que o primeiro colocado do sexo masculino é Robert Downey Jr, com 75 milhões de

⁵⁰² Disponível em: <<http://www.politize.com.br/desigualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres/>>.

⁵⁰³ Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/03/08/internas_polbraeco,521148/no-dia-da-mulher-nao-ha-muita-festa-brasil-e-o-5-em-ranking-de-viol.shtml>.

⁵⁰⁴ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/6-dados-que-revelam-a-gravidade-da-violencia-contra-a-mulher/>>.

⁵⁰⁵ Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/infograficos/arquivos/2016/mulheres_contra_violencia.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Btn-Compartilhar&utm_campaign=Compartilhar>.

⁵⁰⁵ Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/20140304TST37502/20140306IFG37814/violencia-contra-as-mulheres-a-verdade-incomoda>>.

dólares, enquanto o primeiro lugar feminino fica com Angelina Jolie, em um valor de 33 milhões de dólares, empatando com o 9º colocado dessa lista masculina, o ator Denzel Washington.⁵⁰⁶ Tais fatos, apenas comprovam que a mulher recebe ainda muito menos que o homem, muito embora exerça um mesmo trabalho, sendo esta ocorrência ainda confirmada pelo estudo feito pelo Censo 2010 do IBGE, no qual demonstra que no ramo de arquitetura, por exemplo, enquanto um salário masculino é uma média mensal de R\$ 5.188,00, o feminino é de R\$ 3.880,00, mesmo que 60% das pessoas entre 25 e 64 anos que possuem ensino superior completo, são mulheres, elas ainda assim ganham menos, mesmo que estudem mais.

Deste modo, o feminismo se mostra de extrema importância para combater essas desigualdades, bem como as violências sofridas, uma vez que conforme as palavras de Simone de Beauvoir: “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”, sendo assim, se as mulheres continuarem a se calar e aceitar essa condição de submissão imposta pela sociedade, as opressões continuarão ocorrendo e serão sempre fortificadas até mesmo por culpa das próprias oprimidas que não apenas se calam, mas continuam propagando tais atos, inclusive, na maioria das vezes, de maneira inconsciente. Nesse sentido, convém averiguar as repercussões do movimento feminista no ordenamento jurídico brasileiro, que será feita no tópico a seguir.

3. O MOVIMENTO FEMINISTA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Segundo Iáris Ramalho Cortês (2016, p. 260), muito embora estejamos em uma época de conquistas inéditas para as brasileiras no campo político, devemos ressaltar que foi um percurso longo e árduo que nossas antecessoras passaram para chegarmos onde estamos. E entender que apesar de muitos objetivos alcançados, ainda há muitas reivindicações pendentes na pauta feminista para serem discutidas, uma vez que legislações mais próximas da igualdade, são recentes na história da humanidade.

Para comprovarmos tais fatos, basta averiguarmos que somente após 112 anos da Independência do Brasil é que foi devidamente elaborada uma Constituição que consagrasse explicitamente o Princípio da Igualdade⁵⁰⁷, e apenas três anos antes disso, a mulher havia conquistado o seu direito de voto. Contudo, este direito não era pleno, visto que vinha com restrições que foram incluídas na Constituição de 1934, posto que o alistamento e o voto só eram obrigatórios para o homem e/ou mulher que exercesse função pública remunerada, (sendo estas ressalvas sanadas no governo de Getúlio Vargas, em 1937).

Ocorre que, a Constituição de 1946, retrocedeu no que é pertinente à afirmação de que “todos são iguais perante a lei”, ao retirar o complemento “sem distinção de sexo”. Em contraponto, acaba inovando na proibição da distinção salarial e o acréscimo da possibilidade de uma prisão civil no caso dos inadimplentes com a pensão alimentícia, dando assim, uma maior segurança jurisdicional a mãe e a criança, além de estabelecer assistência à

⁵⁰⁶ Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/amp/ilustrada/2015/03/1595664-mulheres-sao-minoria-na-frente-e-atras-das-cameras.shtml>>.

⁵⁰⁷ Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo.

maternidade, à infância e à adolescência. Após isso, com a penúltima Constituição, a de 1967, pouco foi modificado nesse quesito, ainda que fruto de um governo autoritário militar.

Por outro lado, a criação do último e atual texto constitucional, a Constituição de 1988, também conhecida por Constituição Cidadã, teve ampla participação da sociedade, deste modo, as movimentações ocorridas na época foram de suma importância para a elaboração da mesma. Segundo Iáris Ramalho Cortês (2016, p. 263), o movimento feminista foi um dos mais influentes e ativos, através do *lobby do batom*⁵⁰⁸, incluindo na Carta Magna a grande maioria das reivindicações feitas até o presente momento. Dentre elas, a isonomia dos gêneros, além da vedação à tortura ou tratamento desumano e degradante, sendo punidas práticas discriminatórias, vexatórias ou racistas, inclusive definido como crime inafiançável. No entanto, no âmbito trabalhista, não foi alcançado a inclusão das trabalhadoras domésticas no rol das demais categorias de trabalhadores brasileiros, sendo essa conquista alcançada apenas no ano de 2015, com a criação da Lei Complementar 150.

Paralelamente à Constituição Federal, temos no ordenamento jurídico brasileiro atual, várias outras fontes de direito, contemplando as diversas áreas, dentre elas, a legislação civil, que vem regulamentando os usos e costumes da sociedade. E, durante 86 anos, a sociedade ficou regida pelos ditames do Código Civil de 1916, sendo que o mesmo contemplava inúmeras discriminações de gênero, tais como: **a)** tornando a mulher casada relativamente incapaz; proibindo a mulher de fixar e/ou alterar o endereço da família; **b)** permitindo a anulação de um casamento por erro, sendo que este erro poderia ser o descobrimento de que a esposa não tinha mais a sua virgindade; **c)** vedando a mulher de tomar várias decisões, como aceitação de herança e/ou cargos, usar seu imóvel como garantia, sem que houvesse o consentimento do marido para tais atos; **d)** a mulher só tinha direito ao voto e voz na família, caso o marido estivesse ausente ou morto, devendo ele ser responsável por todas as decisões familiares sozinho, bem como era impedido a mulher que ingressasse na justiça sem autorização do seu esposo, exceto quando a ação era promovida em face do mesmo.

Apesar disso, houve a concepção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual entrou em vigor no ano de 1990, estabelecendo que o pátrio⁵⁰⁹ poder fosse exercido igualmente entre o genitor e a genitora, devendo a ambos fornecer o sustento, a guarda e a educação de sua prole, auxiliando assim, na consagração do princípio da igualdade entre homens e mulheres.

Muito embora o Congresso Nacional tenha dado início à discussão do Projeto de Lei nº 634, trazendo um novo Código Civil em junho de 1975, o mesmo só foi sancionado em 10 de janeiro de 2002, entrando em vigor apenas no ano seguinte. Com a chegada deste Código Civil (que é o que vigora até os dias atuais), muitas mudanças foram efetuadas na

⁵⁰⁸ Nome dado ao grupo das 25 constituintes da bancada feminina no Parlamento Brasileiro, aumentando a participação feminina de 1,9% para 5,3% no mesmo. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunistas/a-bancada-do-batom-e-a-constituicao-cidada/>>.

⁵⁰⁹ De acordo com Iáris Ramalho Cortês, o Código Civil de 2002 substituiu a expressão *pátrio poder* pela expressão *poder familiar*, visando uma ruptura da conceituação sexista, uma vez que a palavra *pátrio* remete-se à palavra pai.

tentativa de garantir uma igualdade dos gêneros, modificando alguns termos que pudessem ser machistas, sobrepondo o homem à mulher. Todavia, alguns resquícios permaneceram inertes, uma vez que manteve a legalização do casamento com menores de 16 anos para evitar o cumprimento de pena criminal, o que acabou gerando o casamento entre menores e seus agressores/abusadores, ocasionando uma mazela ao psíquico feminino, considerando que se viam obrigadas a se submeterem a tais atos.

Por outro lado, na década de 70, com a criação da Lei dos Registros Públicos, permitiu-se que fosse dada à mulher a opção de escolher em crescer o sobrenome do esposo ao seu, sendo então retirada a obrigação da mesma, estendendo essa possibilidade inclusive ao homem que quisesse fazer o mesmo em relação ao sobrenome da esposa no seu, ou que ambos mantivessem os nomes de solteiro, caso assim o desejassem.

Ainda, ao que é pertinente às alterações provenientes com a implantação do Código Civil de 2002, uma mudança importante que auxiliou a desmistificar a ideia machista e patriarcal que o homem deve prover o sustento do lar e à mulher é incumbida as obrigações dos afazeres domésticos, prezando o bem estar da família, submetendo-se ao seu marido e suas vontades, foi o estabelecimento de igualdade nas obrigações, de modo que cabe a ambos o dever de cumprir com as despesas do lar, bem como a necessidade de educar os filhos, e realizar com os encargos de seus domicílios, independentemente do regime patrimonial ou em casos de separação do casal. Outrossim, o Código Civil trouxe inovações nos direitos sexuais e reprodutivos, retratando a inseminação artificial⁵¹⁰ como presunção à filiação, atendendo critérios semelhantes ao da adoção.

Estes direitos reprodutivos se fazem extremamente importantes no âmbito da visão global recente, defendida por feministas e ativistas LGBT's⁵¹¹ em desemaranhar os direitos reprodutivos dos sexuais, garantindo desta forma a descoberta de diversos métodos contraceptivos, tais como a pílula anticoncepcional e o DIU. Abonando assim, o controle de seus próprios corpos, realizados pela religião e/ou por políticas demográficas, que impediam o livre arbítrio das mulheres de conceber ou não seus filhos se assim os desejasse e quando bem entendesse. Porém, uma dessas pautas ainda não foi totalmente alcançada, visto que o aborto⁵¹² ainda é considerado crime em nosso ordenamento jurídico brasileiro, com a exceção

⁵¹⁰ A inseminação artificial é um método utilizado para uma tentativa de gravidez realizada fora da concepção normal, onde, segundo a especialista Larissa Matsumoto, “a paciente deve usar medicamentos para induzir a ovulação, formando, no máximo, três folículos (que contêm os óvulos). No momento da ovulação, o sêmen é coletado, preparado e transferido para o interior do útero, onde os espermatozoides terão que chegar até as tubas uterinas, encontrar os óvulos e fertilizá-los, formando assim um **embrião**.” Disponível em: <<http://revistacrescer.globo.com/Gravidez/Planejando-a-gravidez/noticia/2015/08/inseminacao-artificial-x-fertilizacao-vitro-entenda-diferenca-entre-eles.html>>.

⁵¹¹ Conforme Regina Fachinni, LGBT “é uma sigla que designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Em alguns locais no Brasil, o ‘T’, que representa a presença de travestis e transexuais no movimento, também diz respeito à transgêneros, ou seja, pessoas cuja identidade de gênero não se alinha de modo contínuo ao sexo que foi designado no nascimento (crossdressers, dragqueens, transformistas, entre outros)”. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx> .

⁵¹² Atualmente, existe um projeto de lei que almeja proibir o aborto inclusive em casos de estupro. Disponível em: <<http://www.tvt.org.br/deputados-querem-lei-para-proibir-o-aborto-ate-em-caso-de-estupro/>>.

de três casos: **a)** quando a mulher é vítima de abuso sexual; **b)** quando há risco de morte para a mãe; ou **c)** em casos de microcefalia da criança.

Neste sentido, muito embora o aborto ainda seja criminalizado no Código Penal vigente, muito foi evoluído neste mesmo código, visto que ao longo da história pode-se perceber que houve gravíssimas discriminações contra o sexo feminino, uma vez que a lei apenas protegia a mulher dos crimes sexuais sofridos, se a mesma fosse considerada honesta. No mais, em um passado não tão distante, mais precisamente, na época do Brasil Colônia, era justificado e aceito que o esposo assassinasse sua esposa nos casos de traição. Posteriormente, no Código Penal do Império, a mulher recebia uma pena de prisão de um a três anos nos casos de traição, devendo o amante receber a mesma pena. Já o homem, só seria punido em casos de traição se houvesse uma concubina teúda e manteúda, ou seja, uma mulher que fosse sustentada pelo seu amante, inclusive na habitação. Sendo esta prática de adultério descriminalizada apenas no ano de 2005.

Neste seguimento, uma das principais alterações do Código Penal, foi a introdução da Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha⁵¹³, visando coibir a prática de violência doméstica e familiar contra as mulheres. A própria lei diferencia os tipos de violências ocorridas, podendo ser subdivididas em: física, sexual, patrimonial, psicológica e/ou moral. Estabelecendo ainda, assistência e proteção às vítimas de agressão, proibindo inclusive, quaisquer prestações pecuniárias como forma de substituição de pena.

Ademais, no ano de 2015, foi sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff, a Lei nº 13.104/2015, conhecida como a Lei do Feminicídio, que consiste em tipificar a conduta de homicídio intencional de pessoa do sexo feminino por condição de seu gênero, isto é: quem mata uma mulher pelo fato de ser mulher. Esse crime foi considerado hediondo, estabelecendo mudanças no Código Penal vigente, agravando a pena de quem cometer o feminicídio, podendo ser a pena majorada em até 1/3. Tal lei se fez extremamente necessária, visto que segundo dados fornecidos pela ONU, 35% dos homicídios de mulheres no mundo inteiro são cometidos pelos seus próprios parceiros⁵¹⁴, além disso, segundo pesquisa informada pela ONU no ano de 2017, uma mulher é assassinada no Brasil a cada 02 horas, e atacada a cada 15 segundos, tornando-o um dos países mais perigosos do mundo para se nascer mulher⁵¹⁵.

⁵¹³ Esse nome deu-se em homenagem à Maria da Penha, que foi vítima de violência doméstica, tendo sido agredida durante seis anos pelo próprio marido, o qual tentou mata-la por duas vezes (inclusive deixando-a paraplégica) e recebeu uma pena de apenas dois anos de reclusão. Maria da Penha travou batalha judicial contra seu agressor desde 1983, contudo não obteve sucesso pela justiça brasileira, levando-a a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a qual o Brasil é signatário, sendo o Estado brasileiro condenado por omissão, negligência e tolerância à violência doméstica contra as mulheres, sendo imposto ao mesmo, criação de políticas públicas que protegessem a mulher, facilitando as denúncias de agressões. Surge então, a criação da Lei Maria da Penha, no ano de 2006 por unanimidade, sendo considerada posteriormente pela ONU como a terceira melhor lei contra violência doméstica no mundo, aumentando o número de denúncias em 600% de 2006 até o ano de 2013. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/violencia-contra-a-mulher-questoes-vitais/>>.

⁵¹⁴Dados fornecidos em: <<http://www.politize.com.br/violencia-contra-a-mulher-questoes-vitais/>>.

⁵¹⁵ Dados fornecidos em: <<https://nacoesunidas.org/no-brasil-uma-mulher-e-assassinada-a-cada-2-horas-video/>>.

Já no ramo do Direito do Trabalho, algumas mudanças se fizeram necessária ao longo dos anos, para assegurar às mulheres, vagas no mercado de trabalho. Nesse sentido, foi proibida desde o ano de 1995, a exigência de atestados de gravidez e esterilização, para efeitos admissionais ou permanência no trabalho, bem como quaisquer outras práticas discriminatórias. Ademais, com o decreto nº 21.417/1932, foi regulamentada a licença maternidade, bem como a licença paternidade, sendo esta última defendida pelo movimento feminista na época dos trabalhos da Constituinte, com o slogan de que o filho não seria só da mãe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como foco a tentativa de uma reconstrução histórica sobre o movimento feminista com o objetivo de tentar demonstrar o papel fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento dos direitos das mulheres, proporcionando, neste sentido, uma intensa busca por igualdade entre os gêneros. Deste modo, conforme tematizado no escrito percebeu-se que essas mudanças ocorreram lentamente, movidas, sobretudo, por lutas e sacrifícios, uma vez que, nenhuma das garantias até hoje conquistadas foram efetuadas por livre e espontânea vontade dos homens, considerando, acerca desta problemática, as palavras de Iáris Ramalho Cortês (2016, p. 276) que, enuncia: “todas as alterações foram concebidas com regozijo pelos movimentos de mulheres e feministas, que durante muitos anos reivindicaram consertos”.

Desta forma, tais consertos, foram concebidos por diversas vezes, porém muito ainda se falta para alcançar a utopia idealizada pelo movimento feminista, pois a desigualdade de gêneros ainda é uma mazela que ocorre em nossa sociedade, sendo assim, trazer à tona a ideia de *mundo comum* se faz presente nos discursos do movimento feminista, uma vez eu remeter ao passado para dar continuidade no futuro, auxilia para que inexista cometimento dos mesmos erros e as conquistas alcançadas pelo movimento aproximam-se da aspiração de igualdade de gêneros.

Nesta perspectiva, a autora feminista Yvonne Knibiehler (2016, p. 221), ressalva que “feitas as contas, percebe-se que a evolução das identidades sexuais se insere numa mutação antropológica de uma complexidade tal que não vislumbra seu fim. A transição é lenta, aleatória. Talvez por muito tempo continuaremos condenados às dúvidas e contradições”. De modo que ainda há muito que ser debatido ainda sobre a questão da sexualidade feminina, vista até hoje como um tabu, mantendo-se na ideia engessada de que a mulher ideal é a que faça parte da tríade *bela, recatada e do lar*, tal como pode se verificar, especialmente, na exaltação da atual primeira dama Marcela Temer, casada com o atual presidente Michel Temer, num episódio em que contrasta com a crítica presente no respectivo trabalho, uma vez que a mulher apresenta-se como uma espécie de sombra do seu marido, entendendo-se que, neste caso, deve ser a responsável pelas tarefas domésticas, acatando ordens e, por derradeiro, replicando um contexto arcaico em que predomina a lógica da mulher ser submissa ao homem.

Por fim, para lograr o êxito de alcançar tal utopia, é de suma importância uma maior militância das mulheres na sociedade, pois ao observar o decorrer histórico de conquistas femininas, pode-se perceber que o número de vitórias alcançadas nos direitos das mesmas, é proporcional ao número de mulheres presentes na política e na militância feminina, isso é, quanto maior o número de mulheres lutando pela igualdade de gêneros, maior é a concessão de garantias para que o mesmo seja ocorrido. No mesmo sentido, posiciona-se a autora Céli Regina Jardim Pinto (2010, pg. 18):

É muito provável que as demandas por direitos das mulheres sejam defendidas por mulheres do que por homens, independentemente da posição política, ideológica e mesmo da inserção no movimento feminista. Se metade dos 513 deputados da Câmara Federal brasileira fosse de mulheres, certamente o tema aborto teria uma presença muito maior e haveria um debate de qualidade muito diferenciada, até porque este cenário tão hipotético revelaria um campo de forças muito distinto do que existe hoje entre homens e mulheres.

Portanto, se faz necessário políticas públicas que incentivem e auxiliem na inserção das mulheres na política, pois só desta forma há uma garantia maior na efetivação e na construção de direitos igualitários entre os gêneros, não deixando de lado o *mundo comum*, uma vez que quando reunidas, e observando o mundo ao seu redor, as mulheres conquistaram o direito à profissão, ao voto, a se candidatar, a ter melhores condições de trabalho e de vida. E ainda há muito que ser melhorado para alcançarmos tal objetivo, visto que até hoje existem países que ainda apedrejam mulheres por traições, mulheres que possuem a genitália mutilada e países que descriminalizaram (inclusive recentemente) a violência doméstica contra a mulher, como é o caso da Rússia, em que o presidente Vladimir Putin promulgou uma lei que despenaliza a violência doméstica nos casos em que o agressor não seja reincidente dentro do prazo de 01 ano⁵¹⁶. Ou seja, atrocidades contra este gênero continuam ocorrendo com o passar dos anos diariamente e essa realidade só poderá ser alterada quando o oprimido se rebelar contra o opressor, inclusive retirando opressores dentro dos próprios oprimidos, devendo se manter atentas com o que passa ao seu redor, ressaltando as palavras de Simone de Beauvoir: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Camila. **6 Dados Que Revelam A Gravidade Da Violência Contra A Mulher**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/6-dados-que-revelam-a-gravidade-da-violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

⁵¹⁶ Dados fornecidos em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/putin-sanciona-lei-que-despenaliza-violencia-domestica.ghtml>>.

ALVES, Dina. **Opinião: O Sistema Prisional Não Pode Proteger As Mulheres Vítimas Da Violência.** Disponível em: <<http://ponte.cartacapital.com.br/opiniao-o-sistema-penal-nao-pode-proteger-as-mulheres-da-violencia/>>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** 10ª edição. Editora Forense Universitária. Rio de Janeiro, 2007.

ASSIS, Mariana Prandini Fraga. **Uma Apreciação Feminista Da Teoria Arendtiana.** Revista Eletrônica dos Pós Graduados em Sociologia Política da UFSC. Vol. 3, nº 1, agosto-dezembro 2006, p. 1-17.

BARSA, **Enciclopédia.** Livro 06, pgs. 420 a 422.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo – Fatos e Mitos.** 4ª edição. Librarie Gallimard. Paris/FR, 1970.

BEIRA, Gabriella. **Glossário De Termos Do Feminismo.** Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/glossario-de-termos-feminismo/>>. Acesso em 02 de abril de 2017.

BRASIL. **Constituição** (1988). Vade Mecum. 22ª Ed. Saraiva, 2016.

BRASIL, IPEA. **IPEA: Lei Maria Da Penha Reduziu Violência Doméstica Contra A Mulher.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/direitos-humanos/1223-ipea-lei-maria-da-penha-reduziu-violencia-domestica-contra-mulheres>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

BRASIL, Nações Unidas no. **No Brasil, Uma Mulher É Assassinada A Cada 02 Horas.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/no-brasil-uma-mulher-e-assassinada-a-cada-2-horas-video/>>. Acesso em: 01 de outubro de 2017.

BRASIL, Portal. **Mulheres Representam 53% Do Total De Eleitores Do Brasil.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/07/mulheres-representam-53-do-total-de-eleitores-do-brasil>>. Acesso em 06 de maio de 2017.

BRASIL, Portal. **Mulheres São Maioria Da População E Ocupam Mais Espaço No Mercado De Trabalho.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em 06 de maio de 2017.

BRASILIENSE, Correio. **No Dia Da Mulher, Não Há Muita Festa: Brasil É O 5º Em Ranking De Violência.** Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/03/08/internas_polbraeco,521148/no-dia-da-mulher-nao-ha-muita-festa-brasil-e-o-5-em-ranking-de-viol.shtml>. Acesso em: 06 de julho de 2017.

CAMPOS, Ana Cristina. **Cultura Machista Está Impregnada Na Sociedade Brasileira, Diz Sociólogo.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/pesquisa-do-ipea-comprova-que-cultura-machista-esta-impregnada-na-sociedade>>. Acesso em: 02 de abril de 2017.

CANCIAN, Renato. **Feminismo: Movimento Surgiu Na Revolução Francesa.** Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/feminismo-movimento-surgiu-na-revolucao-francesa.htm>>. Acesso em 03 de maio de 2017.

CRUZ, Maria Teresa. **No Brasil, 4 Em Cada 10 Mulheres Têm Medo De Lutar Pelos Seus Próprios Direitos.** Disponível em: <<http://ponte.cartacapital.com.br/no-brasil-4-em-cada-10-mulheres-tem-medo-de-lutar-pelos-proprios-direitos/>>. Acesso em: 17 de maio de 2016.

CUSTÓDIO, Crislei de Oliveira. **Educação E Mundo Comum Em Hannah Arendt: Reflexões E Relações Em Face Da Crise Do Mundo Moderno.** São Paulo/SP, 2011.

CYFER, Ingrid. **A Condição Humana Em Hannah Arendt.** Disponível em: <<http://casadosaber.com.br/sp/cursos/aulaaberta/a-condic-o-humana-em-hannah-arendt.html>>. Acesso em: 04 de abril de 2017.

DENSER, Márcia. **A Condição Feminina I.** Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colonistas/a-condicao-feminina-i/>>. Acesso em: 07 de setembro de 2017

DUARTE, Vitória Kataryne. **Feminismo E Suas Principais Vertentes.** Disponível em: <<http://www.1news.com.br/noticia/12184/opiniao/feminismo-e-suas-principais-vertentes-18042017>>. Acesso em: 30 de abril de 2017.

EISLER, Riane. **O Cálice E A Espada.** Rio de Janeiro/RJ. Imago Editora.

EUROPEU, Parlamento. **Violência Contra A Mulher: A Verdade Incômoda.** Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/20140304TST37502/20140306IFG37814/violencia-contra-as-mulheres-a-verdade-incomoda>>. Acesso em 10 de julho de 2017.

FACCHINI, Regina. **Histórico Da Luta LGBT No Brasil.** Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

FAHNS, Ana C. Salvatti. **Movimento Feminista.** Disponível em: <<http://www.politize.com.br/movimento-feminista-historia-no-brasil/>>. Acesso em: 01 de maio de 2017.

FILHO, Francisco de Assis Vieira. **Biodireito: O Universo Das Pessoas Transexuais E Suas Implicações Jurídicas.** Balsas/MA, 2016.

GALVÃO, Juliana de Castro. **Desigualdade Salarial Entre Homens E Mulheres**. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/desigualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres/>>. Acesso em: 07 de julho de 2017.

GERAIS, Assembleia Legislativa de Minas. **Mulheres Contra Violência**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/infograficos/arquivos/2016/mulheres_contra_violencia.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Btn-Compartilhar&utm_campaign=Compartilhar>. Acesso em 10 de julho de 2017.

GRAZZIOTIN, Vanessa. **A Bancada Do Batom E A Constituição Cidadã**. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaocolumnistas/a-bancada-do-batom-e-a-constituicao-cidada/>>. Acesso em: 18 de julho de 2017.

HAHN, Noli Bernardo; OLIVEIRA, Kathlen Luana de; REBLIN, Iuri Andréas. **Direito, Cultura E Religião: Conexões E Interfaces**. Faculdade EST. São Leopoldo/RS, 2014.

HISTORY. **Nova Zelândia É O Primeiro País Do Mundo A Libertar O Voto Feminino**. Disponível em: <<https://seuhistory.com/hoje-na-historia/nova-zelandia-e-o-primeiro-pais-do-mundo-liberar-o-voto-feminino>>. Acesso em 25 de março de 2017.

INTERNACIONAIS, Grupo de Reflexão Sobre Relações. **O 8 De Março De 2017 Na História**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/o-8-de-marco-de-2017-na-historia>>. Acesso em: 17 de maio de 2017.

JEFFREYS, Sheila. **Gênero Dói**. Traduzido por Carol Correia e Lídia Cordeiro.

LATINA, Rede. **O Perigo De Ser Mulher Na América Central**. Disponível em: <<http://redelatinamerica.cartacapital.com.br/o-perigo-de-ser-mulher-na-america-central/>>. Acesso em: 18 de maio de 2017.

LILITH, Revista. **Feminismo E Suas Vertentes**. Disponível em: <<http://www.revistalilith.com.br/2016/09/27/feminismos-e-suas-vertentes/>>. Acesso em: 06 de abril de 2017.

LEMONS, Kamylla. **O Movimento Feminista E Suas Vertentes**. Disponível em: <<https://medium.com/@kamyllalemons/o-movimento-feminista-e-suas-vertentes-3492875e162a>>. Acesso em: 13 de abril de 2017.

MAGALHÃES, Gladys. **Inseminação Artificial X Fertilização In Vitro: Entenda A Diferença Entre Eles**. Disponível em: <<http://revistacrescer.globo.com/Gravidez/Planejando-a-gravidez/noticia/2015/08/inseminacao-artificial-x-fertilizacao-vitro-entenda-diferenca-entre-eles.html>>. Acesso em: 18 de julho de 2017.

MARCELINO, Giovanna Henrique. **As Sufragistas: Reflexões Sobre O Passado E O Presente De Luta Das Mulheres**. Disponível em: <<https://juntos.org.br/2016/01/especial-juntas-as-sufragistas-e-a-primeira-onda-do-feminismo/>>. Acesso em: 15 maio de 2017.

MARTINGO, Carla; FURTADO, Catarina; MARCELINO, Catarina; PORTILHEIRO, Catarina; LOPES, Conceição Brito; BATISTA, Fernanda; CRAVINHO, João Gomes; VICENTE, Lisa Ferreira; SAMPAIO, Manuela; SILVA, Maria Carneira da; SANTINHO, Maria Cristina; OTOO-OYORTEY, Naana; LOPES, Nuno Ambrósio; GONÇALVES, Yasmina. **Por Nascer Mulher – Um Outro Lado Dos Direitos Humanos**. Lisboa/PT. Editora Alfaprint LDA, 2007.

MARTINS, Martha Priscylla Monteiro Joca; NOBREGA, Luciana Nogueira. **O Poder Judiciário como um Locus de Efetivação dos Direitos Fundamentais das Mulheres**. CONPEDI.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Partido Republicano Feminino**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEMININO.pdf>>. Acesso em 18 de abril de 2017.

MENDES, Soraia da Rosa. **Os Direitos Fundamentais Das Mulheres À Autodeterminação E À Proteção Como Limites Ao Poder Punitivo: Reflexões Sobre A Criminalização Do Aborto No Projeto De Novo Código Penal E Sobre A Proibição De Proteção Deficiente No Supremo Tribunal Federal**. RIDB, Ano 2 (2013), nº 8, págs.8.369-8.406.

MERELES, Carla. **6 Questões Vitais Sobre Violência Contra Mulher**. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/violencia-contra-a-mulher-questoes-vitais/>>. Acesso em: 16 de julho de 2017.

MILLET, Kate. **Sexual Politics**. New York/USA, Doubleday & Company, Inc., 1969.

MONTESANTI, Beatriz; PESSOA, Gabriela de Sá. **Mulheres São Minoria Na Frente E Atrás Das Câmeras**. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/amp/ilustrada/2015/03/1595664-mulheres-sao-minoria-na-frente-e-atras-das-cameras.shtml>>. Acesso em: 16 de julho de 2017.

OLIVEIRA, Tory. **Carmem Lúcia, Rosa Weber E A Desigualdade De Gênero No STF**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/carmen-lucia-rosa-weber-e-a-desigualdade-de-genero-no-stf>>. Acesso em: 17 de maio de 2017.

OLIVEIRA, Tory. **Cinco Textos Feministas Centenários Que Continuam Atuais**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-textos-feministas-centenarios-que-continuam-atuais.3>>. Acesso em: 16 de maio de 2017.

PINKSEY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História Das Mulheres No Brasil**. São Paulo/SP. Editora Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História E Poder**. Revista Sociológica e Política Vol. 18, nº 36, pág. 15-23, junho de 2010.

PURDY, Sean. **1968: A Rebelião Estudantil Nos Estados Unidos**. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/1968-a-rebeliao-estudantil-nos-estados-unidos/>>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

RIBEIRO, Djalma. **As Diversas Ondas Do Feminismo Acadêmico**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/escriptorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>>. Acesso em: 17 de maio de 2017.

RIBEIRO, Djalma. **Ser Oprimido Não É Desculpa Para Legitimar Opressão**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/ser-oprimido-nao-e-desculpa-para-legitimar-opressao/>>. Acesso em: 15 de maio de 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder Do Macho**. 11ª impressão. Editora Moderna. São Paulo/SP, 1987.

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. **As Três Ondas Do Movimento Feminista E Suas Repercussões No Direito Brasileiro**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/escriptorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

TAVAANA. **The 1960s-70s American Feminist Movement: Breaking Down Barriers For Women**. Disponível em: <<https://tavaana.org/en/content/1960s-70s-american-feminist-movement-breaking-down-barriers-women>>. Acesso em 27 de março de 2017.

TIBURI, Marcia. **Como Conversar Com Um Fascista – Reflexões Sobre O Cotidiano Autoritário Brasileiro**. 5ª edição. Rio de Janeiro/RJ. Editora Record, 2016.

TOSI, Marcela. **Lugar De Mulher É Na Política**. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/lugar-de-mulher-e-na-politica/>>. Acesso em: 15 de julho de 2017.

TVT. **Deputados Querem Lei Para Proibir O Aborto Até Em Casos De Estupro**. Disponível em: <<http://www.tvt.org.br/deputados-querem-lei-para-proibir-o-aborto-ate-em-caso-de-estupro/>>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

VARGAS, Fundação Getúlio. **Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FEDERA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20PELO%20PROGRESSO%20FEMININO.pdf>>. Acesso em: 05 de agosto de 2017.

A LIMITAÇÃO DA JURIDICIDADE DAS NORMAS DEFINIDORAS DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS EM DECORRÊNCIA DA ESCASSEZ DE RECURSOS FINANCEIROS

SILVA, Luzivan Andrade e⁵¹⁷

JUNIOR, Cesar Augusto Danelli⁵¹⁸

RAMALHO, Halleyde Souza⁵¹⁹

Resumo: A presente pesquisa versa sobre as Normas Definidoras dos Direitos e Garantias Fundamentais trazidas pela Constituição Federal, no que diz respeito à limitação de sua juridicidade ocasionada pelo problema da escassez de recursos financeiros. De início, faz-se necessária uma abordagem histórica no trato de se compreender o venham a ser considerados Direitos Fundamentais, passando por uma análise na teoria do Direito Constitucional em nível geral, para após situar a análise na Constituição Federal de 1988. Na primeira sessão, busca-se explicar com o auxílio doutrinário a diferenciação entre aplicabilidade e aplicação das normas fundamentais. Na sequência discute-se o impacto da escassez de recursos financeiros sobre a normatividade dos Direitos Fundamentais e por último foca a análise na atuação do Poder Judiciário quando demandado em ações que têm tais direitos como fundamento da causa de pedir. O trabalho tem como objetivo principal analisar o impacto da escassez de recursos econômicos no grau de normatividade das normas constitucionais fundamentais, por meio de um enfoque doutrinário e jurisprudencial utilizando-se da dedução. Finalmente, pretende-se demonstrar, por meio da pesquisa, como a limitação orçamentária estatal afeta o mundo do direito.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Escassez de Recursos. Reserva do Possível. Mínimo Existencial.

Abstract: The present research deals with the Defining Norms of Fundamental Rights and Guarantees brought by the Federal Constitution, regarding the limitation of its juridicity caused by the problem of scarcity of financial resources. Initially, a historical approach is needed in the treatment of understanding what will be considered Fundamental Rights, going through an analysis in the theory of Constitutional Law in general level, after placing the analysis in the Federal Constitution of 1988. In the first session, it is tried to explain with the doctrinal aid the differentiation between applicability and application of the fundamental norms. Following is the impact of the scarcity of financial resources on the normativity of Fundamental Rights and lastly it focuses the analysis in the Judiciary's action when demanded in actions that have such rights as the basis of the cause of request. The main objective of this study is to analyze the impact of the scarcity of economic resources on the degree of normativity of the fundamental constitutional norms, through a doctrinal and jurisprudence approach using the deduction. Finally, we intend to demonstrate, through the research, how the state budgetary limitation affects the world of law.

Keywords: Fundamental Rights. Resource Scarcity. Under Reserve of the Possibilities Clause. Minimum for Existence.

⁵¹⁷ Acadêmico de Direito da Faculdade de Balsas – Unibalsas. luzivanandrade@gmail.com

⁵¹⁸ Mestrando *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, Campus Ijuí/RS. Professor em tempo integral dos cursos de Direito, Pedagogia e Sistema da Informação da Faculdade de Balsas/MA - Unibalsas.

⁵¹⁹ Mestre *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, Campus Ijuí/RS. Professora em tempo integral dos cursos de Direito e Agronegócio da Faculdade de Balsas - Unibalsas. sor doutor orientador da Faculdade de Balsas - Unibalsas

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, ao se dedicar ao estudo do tema da aplicabilidade dos Direitos e das Garantias Fundamentais assegurados na Constituição Federal e a mitigação de sua juridicidade advinda da escassez de recursos financeiros, adentra num campo controverso e muito sensível.

É difícil se delimitar o que seja certo ou errado, jurídico ou meramente decisão política na seara que abrange coisas tão básicas necessárias à sobrevivência dos seres humanos com dignidade. Discutir se normas que asseguram direitos tão importantes e fundamentais são pura norma jurídica ou simplesmente decisão política fundamental dotada de viés ideológico voltado para o futuro, dirigindo a ação estatal, foge ao meramente legal, escapa à letra da lei.

Com o propósito de se trazer ao mundo acadêmico uma reflexão sobre questões de suma importância para a vida da sociedade, reflete-se nos capítulos abaixo o teor do mandamento constitucional da aplicabilidade imediata dos Direitos e das Garantias Fundamentais. Para tanto, discorre-se no primeiro capítulo o sentido de referido mandamento, à luz da doutrina e da jurisprudência.

Na sequência traz-se à tona uma reflexão econômica dos direitos, debatendo-se o reflexo de seus custos e o impacto desses custos sobre o grau de normatividade das normas constitucionais. Valendo-se de abordagem com viés econômico e crítico, procura-se fazer uma abordagem mais realística e menos presa aos textos legais com o fim de compreender a interdependência entre direito e economia, uma conciliação entre o mundo do dever ser e o do ser.

Na terceira e última parte deste ensaio, aborda-se a atuação do Poder Judiciário quando este é chamado a solucionar lides que se fundamentam nos princípios e direitos constitucionais fundamentais. Discute-se o papel desse poder da República na concretização dessas garantias básicas, com respeito aos demais poderes constituídos e sem fugir à sua função principal de dizer o direito ao caso concreto.

Em suma, o presente trabalho busca trazer à academia uma discussão que não é nova, porém analisando-se sob um novo viés, menos legalista. Reflexão esta menos presa à letra fria da lei e mais voltada a uma análise crítica e econômica dos Direitos Fundamentais.

1. APLICABILIDADE *VERSUS* APLICAÇÃO DAS NORMAS FUNDAMENTAIS

Na tentativa de se conceituar a essência do que seja uma Constituição, chega-se à conclusão de que toda sociedade em toda a história tem sua Constituição própria, que é a maneira como é formada e se organiza, sempre havendo, portanto, Constituição em sentido material (Temer, 2017 p. 54).

O Estado moderno como instituição política soberana organiza-se através de uma Constituição. O modelo de organização como é conhecido hoje é fruto de um movimento

histórico, político e filosófico que ficou conhecido como Constitucionalismo. Este movimento remonta à antiguidade clássica, com os hebreus e os gregos, continua na Idade Média, onde merece destaque a Magna Carta de 1215, ganhando maior força com as Constituições americana e francesa do final do século XVIII (Lenza, 2013, p. 58-60).

Neste contexto, Bonavides (2010) ensina que desde as primeiras Constituições escritas, a exemplo da Constituição dos Estados Unidos da América de 1787 e a Constituição Francesa de 1791, sempre existiu um núcleo essencial garantido em seu bojo, um conjunto de direitos e garantias básicas do ser humano. Esse conteúdo mínimo pode ser chamado de Direitos Fundamentais.

Precipualemente é mister se definir o conteúdo do que sejam normas de Direitos Fundamentais das outras normas meramente Constitucionais, porém sem o *status* de fundamentalidade. Trata-se de tarefa sobremaneira difícil, dada a natureza puramente axiológica de tal definição, não tendo o legislador constituinte originário feito uma conceituação exata de seu conteúdo por meio de uma análise, à luz da Hermenêutica, dita autêntica (Silva, 2015, p. 177).

Na concepção de Barroso (2015), as normas constitucionais dividem-se em três tipos, quais sejam: as normas de organização (englobam as normas que veiculam decisões políticas fundamentais, estabelecem processos e procedimentos e criam órgãos públicos), as normas definidoras de direitos (incluindo os direitos fundamentais) e as normas programáticas.

No que diz respeito ao conteúdo dos direitos fundamentais, a Constituição de 1988 (CF/88) estabeleceu ao título II a nomenclatura “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, iniciando-se no artigo 5º e indo até o artigo 17. No entanto, o artigo 5º, § 2º asseverou que os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Diante da ressalva do artigo 5º, § 2º da CF/88, Silva (2015), para além de classificar os direitos fundamentais em cinco grupos: Dos Direitos Individuais (art. 5º); Direitos à Nacionalidade (art. 12); Direitos Políticos (art. 12 a 17); Direitos Sociais (art. 6º e 193 e SS.); Direito Coletivos (art. 5º) e Direitos Solidários (art. 3º e 225), reconhece que na esteira do artigo 5º, § 2º tal rol não é exaustivo.

Continuando sua classificação e em obediência à premissa disposta no artigo 5º, § 2º da CF/88, qual seja, a não taxatividade do rol expresso no título II da Constituição Federal, levando-se em conta o critério da fonte, o mesmo doutrinador assim classifica tais direitos e garantias em:

- a) Os expressos (art. 5º, I a LXXVII);
- b) Os decorrentes dos princípios e regime adotados pela Constituição;
- c) Os decorrentes de tratados e convenções internacionais adotados pelo Brasil.

Ademais, a classificação mais conhecida e a mais difundida no país e mesmo como vetor orientador legislativo, administrativo e jurisprudencial é a que agrupa as normas do texto Constitucional conforme sua aplicabilidade. Proposta por Silva (2015), tais normas possuem a seguinte classificação, como segue:

- a) normais constitucionais de eficácia plena, que são aquelas que estabelecem conduta jurídica positiva ou negativa com comando certo e definido, aptas a desde a entrada em vigor da constituição, produzirem ou terem possibilidade de produzir todos os efeitos essenciais;
- b) normas constitucionais de eficácia contida, sendo aquelas em que o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos à determinada matéria, mas que podem sofrer restrição por lei posterior que restrinjam seu alcance;
- c) normas constitucionais de eficácia limitada, sendo normas que para terem aplicação dependem de uma lei posterior integradora, que venha definir seu conteúdo e fornecer condições para dar-lhes efeito.

Inicialmente as Constituições se traduziam em cartas de intenções políticas, com baixa densidade normativa, situação esta que começou a mudar no pós-segunda guerra mundial, marcada pelo pós-positivismo jurídico, num movimento chamado de neoconstitucionalismo. A partir daí, a Lei Fundamental passou a ser vista com um documento com viés dotado de força vinculante e ocupando o centro do ordenamento jurídico (Lenza, 2013, p. 65).

Neste contexto, Barroso (2015) preleciona que a Constituição Federal de 1988, influenciada pelo neoconstitucionalismo, trouxe em seu corpo a positivação dos direitos fundamentais conquistados ao longo dos últimos séculos, desde os de primeira até os direitos de quinta geração.

Sustenta Flores *apud* Holmes & Sunstein (2015), que inicialmente, entendia-se que os direitos de primeira geração eram caracterizados por um não fazer do Estado, que deveria abster-se, cabendo somente ao indivíduo sua concretude, enquanto que os direitos sociais de segunda geração necessitavam de uma prestação positiva estatal.

Conforme Flores *apud* Holmes & Sunstein (2015), hoje em dia esta dicotomia entre prestações positivas e negativas já não se mostra mais acertada. Uma vez que de fato, toda prestação estatal, seja de fornecer um serviço de saúde gratuito ou de garantir o direito à propriedade, por exemplo, só se efetiva com o dispêndio de recursos financeiros. Enquanto uns dependem da ação da máquina estatal para se concretizar de forma mais visível, outros necessitam do agir do mesmo Estado para terem sua fruição garantida.

O legislador constituinte originário previu no artigo 5º, § 1º da CF/88 a aplicação imediata das normas definidoras dos Direitos e Garantias fundamentais. Tal dispositivo é campo fértil para discussões no que diz respeito ao seu alcance e quanto ao teor de seu

mandamento, uma vez que se debate se o mesmo trata-se de norma-regra, norma-princípio ou simplesmente traduz ideia político programática (Barroso, 2015, p. 123).

Muito se discute hoje acerca do alcance do mandamento do supracitado dispositivo, que assegura a aplicação imediata das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais. Sarlet (2012), ensina que a melhor exegese da norma contida no dispositivo ora exposto é a que parte da premissa de que se trata de norma de cunho inequivocamente principiológico, considerando-a, portanto, uma espécie de mandado de otimização (ou maximização), o que segundo o autor equivale a norma princípio à luz da doutrina de Alexy. Tal mandamento estabelece aos órgãos estatais a tarefa de reconhecerem a maior eficácia possível aos direitos fundamentais.

Em entendimento diverso Grau *apud* Sarlet (2012) defende que a norma contida no art. 5º, § 1º da CF/88 estabelece a vinculação de todos os órgãos públicos e particulares aos direitos fundamentais, no sentido de que os primeiros estão obrigados a aplicá-los e os particulares a cumpri-los, independentemente de qualquer ato legislativo ou administrativo.

Na mesma linha, no entender do referido jurista, em face do dever de respeito e aplicação imediata dos direitos fundamentais em cada caso concreto, o judiciário encontra investido do poder-dever de aplicar imediatamente as normas definidoras de Direitos e Garantias Fundamentais, assegurando-lhes sua plena eficácia.

Neste ínterim, Silva (2015) traz a conceituação que se apresenta como a mais acertada, diferenciando o que venha a ser aplicação imediata do que seja aplicabilidade. No entender do doutrinador, para que uma norma possa ter aplicabilidade imediata significa dizer que a mesma é dotada de todos os meios e elementos necessários à sua pronta incidência aos fatos, situações, condutas ou comportamentos que elas regulam. Quando tais mandamentos encontram o arcabouço necessário a produzir desde já os seus efeitos estas possuem, portanto, aplicabilidade imediata, a exemplo das normas definidoras de direitos e garantias individuais.

Continuando o mesmo autor, ensina que em contrapartida existem no bojo da Constituição normas que não raro dependem de providências ulteriores que lhes completem a eficácia e possibilitem sua aplicação. Têm estas, portanto, sua aplicabilidade diferida, postergada. Possuem aplicação, mas não aplicabilidade momentânea, a exemplo de algumas normas definidoras dos direitos sociais, culturais e econômicos.

Por um exercício simples de dedução, chega-se a conclusão à luz da doutrina de Silva (2015), que o mandamento constitucional contido no art. 5º da Carta da República, qual seja o da aplicação imediata dos Direitos e das Garantias Fundamentais, só se torna concreto na medida em que existam condições que proporcionem a aplicabilidade imediata dos mesmos aos fatos e situações, onde e quando demandados.

Na medida em que se carece de condições que proporcionem o imediato efeito destas ordenações fundamentais constitucionais, estar a se falar que nestes casos específicos e nestas situações as mesmas continuam a ter aplicação. Aplicação esta como assim o manda a Lei

Maior, no entanto, não possuem aplicabilidade, ou seja, estão positivados pelo Estado numa folha de papel, porém, materialmente não produzem seus efeitos esperados (Silva, 2015, p. 174).

Um problema emerge da ausência de concretização do texto constitucional, caracterizando o que se tem por constitucionalização simbólica. Na constitucionalização simbólica existe um problema ideológico, onde se transmite um modelo cuja realização só seria possível sob condições sociais totalmente diversas (Neves, 2016, p. 95-98).

Quando se positiva, porém não se efetiva direitos, com especial destaque aos Direitos Fundamentais, cria-se um “Constitucionalismo aparente”, que serve para imunizar o sistema político contra outras alternativas. Torna-se uma representação ilusória em relação à realidade constitucional. Invoca-se o documento constitucional como estrutura normativa garantidora dos Direitos Fundamentais, porém esta invocação possui apenas função ideológica, uma vez que há uma discrepância entre a ação política e o discurso constitucionalista (Neves, 2016, p. 98-99).

A ideia aparente de se possuir direitos, porém não se ter condições de exercê-los afeta os alicerces do sistema jurídico constitucional. Verifica-se o problema do funcionamento hipertroficadamente político-ideológico da atividade e texto Constitucionais, afetação esta em que os direitos fundamentais básicos não encontram ressonância generalizada na *praxis* dos órgãos estatais nem na conduta e expectativas da população (Neves, 2016, p. 100).

O problema de se constitucionalizar através da atividade política numa carta maior anseios de uma população carente de tantos direitos, está na existência meramente simbólica no texto magno de necessidades fundamentais. Faz-se existir numa folha de papel inúmeros direitos e garantias por mais básicas que sejam, no entanto, não se atenta se a realidade do país é capaz de tornar algo vivo e fruível o que se faz nascer no mundo do dever ser.

Desta situação de existência simbólica de inúmeros Direitos e Garantias fundamentais que estão postos na Constituição, porém não se consegue desfrutar dos mesmos no mundo dos fatos, restam frustrações e descrédito para com o legislador e a atuação administrativa estatal.

Fruto de toda essa problemática de inefetividade das normas constitucionais e à luz do que ensina Silva (2015), resta ao menos que momentaneamente interpretar o art. 5º, § 1º da Constituição Federal de modo mais restritivo. Deste modo, faz-se necessário interpretar aplicação como sendo diferente de aplicabilidade. Aplicação, como posto na Magna Carta, demanda a correspondência do mundo dos fatos com o mundo do direito.

Por fim, os Direitos e as Garantias Fundamentais só deixam de ser mera letra de lei, ou mesmo para que possam ser usufruídos no seu grau máximo, no momento em que direito e realidade se encontram. O grau normativo de tais disposições está condicionado à existência de um arcabouço fático que ampare e dê sustentação ao mundo jurídico.

2. O IMPACTO DA ESCASSEZ DE RECURSOS FINANCEIROS SOBRE A NORMATIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Conforme ensina Taques (2014), existe o mundo do ser e o mundo do dever ser. O mundo do ser pode ser percebido pelos órgãos dos sentidos e rege-se pelas leis da natureza, independentemente de vontade humana para sua existência e funcionamento; já o mundo do dever ser é criação produto da cultura humana e dependente de ações ou abstenções dos indivíduos para sua concretude, é nele onde se situa a ciência do Direito.

Antes do mundo imaginário e ideal proposto pelo Direito está a realidade imutável da natureza, que querendo o homem ou não, idealizando situações e propondo ou não, continuará a ser como o é e antecede à própria existência humana, influenciando-a e norteando suas ações. Nada é mais razoável que situar a aplicação do Direito sobre o prisma da realidade que o condiciona.

No entender de Smith (2014) um dos primados impostos pela natureza é o da escassez. Os recursos são finitos e as necessidades humanas infinitas. Problema este que em decorrência de seu existir fez emergir a ciência econômica. A Economia tem como objeto principal de estudo o uso racional dos recursos escassos, com o fim de melhor satisfazer as necessidades humanas infinitas e cada vez mais crescentes.

Avaliar o impacto da escassez de recursos para a efetivação dos direitos fundamentais remete a uma necessária compreensão da Reserva do Possível e do Mínimo Existencial. Referidos institutos são respectivamente o teto e o piso de um difícil emaranhado a cerca do qual se propõem discutir estudiosos, conjecturando formas de dar suporte ao menos teórico para as decisões políticas, no que diz respeito à alocação dos limitados recursos estatais, com a finalidade de dar efetividade aos direitos básicos dos indivíduos.

Em apertada síntese, Lazari (2016) conceitua o instituto da Reserva do Possível como intrinsecamente relacionado ao custo dos direitos. Segundo o autor, tal instituto consiste numa espécie de defesa estatal de limitação fática à implementação dos direitos constitucionalmente previstos, em razão de insuficiência de orçamento para tal.

Continua o mesmo autor na tentativa de esclarecer a natureza jurídica do instituto, questionando se é o mesmo uma regra ou princípio, um valor, uma metanorma ou condição de realidade.

Parece mais acertado entender a reserva do possível na doutrina de Lazari (2016) como sendo uma condição de realidade, exógena ao direito e subordinante do mesmo. A disponibilidade de recursos naturais e humanos é algo que não pode ser descartado, pois é a própria realidade, antecede ao próprio direito. Trata-se de uma lei natural e não cultural, condicionando esta, ao invés de ser condicionada por ela.

O Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 45-DF, definiu Reserva do Possível como sendo um

binômio que compreende, de um lado, a razoabilidade da pretensão individual/social deduzida em face do Poder Público e, de outro, a existência de disponibilidade financeira do Estado para tornar efetivas as prestações positivas dele reclamadas.

Na mesma ADPF supracitada, o ministro Celso de Mello reconhece que o binômio razoabilidade da pretensão, somada à disponibilidade financeira do Estado devem configurar de modo afirmativo e em situação de cumulativa ocorrência. Necessária é a soma destes dois fatores, pois, ausente qualquer destes dois elementos, descaracterizar-se-á a possibilidade estatal de realização prática do direito reclamado.

Por outro lado como instrumento basilar mínimo da dignidade humana encontra-se a ideia do Mínimo Existencial. Este instituto surgiu na Alemanha por meio de construção do Tribunal Federal Administrativo no início da década de 1950 e foi trazido ao Brasil por Paulo Ricardo Lobo Torres em 1989 (Lazari, 2016, p. 154).

É difícil determinar exatamente o conteúdo do Mínimo Existencial, sobretudo porque ele pode variar de acordo com as circunstâncias concretas. Todavia, não se pode negar que seu conteúdo estar intimamente vinculado à noção de dignidade da pessoa humana, de sorte que sua definição pode ser condicionada aos bens necessários à manutenção de uma vida digna, a depender de cada circunstância concreta (Coelho, 2017, p. 99).

Mínimo Existencial é um conjunto de condições elementares ao homem, como forma de assegurar sua dignidade, com respeito à sua subsistência e que possui como norteador o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil (Lazari, 2016, p. 155).

No mesmo sentido, O Supremo Tribunal Federal ao julgar o Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 639.337-SP, entendeu que “no contexto do nosso ordenamento jurídico positivo, emanação direta do postulado da essencial dignidade da pessoa humana”, a noção de mínimo existencial resulta de determinados preceitos constitucionais implícitos, em especial o art. 1º, III e art. 3º, III da CFRB/88.

A Suprema Corte no recurso mencionado acima, em voto do ministro Celso de Mello entendeu que a ideia de Mínimo Existencial compreende um complexo de prerrogativas cuja concretização revela-se capaz de garantir condições adequadas de existência digna. De modo a assegurar, à pessoa, acesso efetivo ao direito geral de liberdade e, também, a prestações positivas originárias do Estado, viabilizadoras da plena fruição de direitos sociais básicos, tais como o direito à educação, à moradia, à saúde, a alimentação e à segurança.

É importante ressaltar a existência do que se pode chamar de caráter *rebus sic stantibus* do “Mínimo Existencial”, em correlação da dignidade da pessoa humana. Isso se dá uma vez que seu conteúdo varia no tempo e no espaço, em obediência aos padrões de uma determinada sociedade, servindo, deste modo, de parâmetro dinâmico para a concretização dos direitos fundamentais, sobretudo na seara judicial (Coelho, 2017, p. 100).

Cabe frisar o pensamento de Andrade *apud* Coelho (2017), para quem o princípio de uma existência condigna não se refere unicamente à mera sobrevivência fisiológica e psíquica, mas ainda ao livre desenvolvimento da personalidade e à inclusão na sociedade.

Existem, portanto, dois vetores basilares de orientação para a atuação estatal. De um lado existe um conteúdo mínimo aceito que respeite a subsistência humana, norteado pelo princípio da dignidade da pessoa humana, enquanto que no outro extremo está a Reserva do Possível, condição de realidade exógena ao direito e limitadora de efetivação do mesmo.

Ao gestor público resta o dever de dispender os melhores esforços administrativos e, em respeito ao princípio constitucional da eficiência, melhor gerir e da forma mais racional o orçamento público com o fim de satisfazer as necessidades de todos. Uma ação norteada pelo basilar da existência humana mínima digna ampliada dentro do campo das possibilidades orçamentárias (Coelho, 2017, p. 117).

Diante da cobrança cada vez mais acentuada em se dar efetividade aos direitos positivados na Constituição, é necessário que se faça uma abordagem epistemológica crítica e econômica dos direitos, com enfoque nos Direitos e Garantias Fundamentais. É indispensável que na busca pela efetividade dos direitos, tanto o Estado quanto os demais atores envolvidos neste processo, adotem postura interdisciplinar que é imprescindível à observância do todo e não apenas de uma letra fria da lei (Santos, 2015, p. 77).

Existe uma necessidade de diálogo entre o Direito e as demais ciências. Cabe frisar que o Direito não é algo solitário, antes se utiliza dos conhecimentos de outros campos do saber, como a Sociologia, História e Antropologia para se concretizar, construindo-se a partir das outras ciências na tentativa de normatizá-las (Santos, 2015, p. 77).

Nesta interdisciplinaridade que se faz necessária alocar a ciência do Direito, na tentativa de se dar efetividade aos direitos, encontra-se os primados da economia, ciência que interage diuturnamente com as ciências jurídicas. Essa interação se faz presente principalmente quando se verifica o impacto econômico de certas decisões, precisamente quando se fale em justiça e em recursos públicos para atendimento dos direitos fundamentais (Santos, 2015, p. 77).

Economistas consideram que qualquer questão envolvendo uma escolha tem uma dimensão econômica, não fugindo desta regra as decisões jurídicas. Desta forma, é adequado se fazer uma análise econômica do Direito, com o uso e a aplicação de métodos estatísticos ao estudo da formação, estrutura, processos e impacto da lei e das instituições jurídicas (Santos, 2015, p. 83).

O direito para ser aplicado depende do Estado e necessita da existência de recursos financeiros. De início a teoria dos direitos pode até não ter impacto econômico, na medida em que continue no campo das ideias, mas quando se forma uma estrutura possível para a sua aplicação, destacam-se as consequências e impactos econômicos deles (Santos, 2015, p. 83).

Para se fazer uma análise econômica do direito, deve-se partir da premissa fundante da ciência econômica de que está-se diante de um estado de escassez. Tal premissa aplicada aos Direitos Fundamentais traz como consequência a mitigação do que fora positivado no texto constitucional, diminuído o alcance e até mesmo tornando inefetivas garantias constitucionais fundamentais, trazendo à tona o que se convencionou chamar de escolhas trágicas (Santos, 2015, p. 83-84).

Partindo-se do pressuposto anteriormente abordado de que todos os direitos públicos são positivos, tanto os individuais quanto os coletivos, chega-se a conclusão de que todos os Direitos Fundamentais integram o rol das trágicas escolhas públicas (Galdino, 2005, p. 227).

A ideia de escolhas trágicas refere-se à noção de que como o Estado não tem condições de tornar efetivos todos os direitos, necessita não raramente sacrificar uns em detrimentos de outros. Não fogem desta máxima os Direitos e Garantias Fundamentais, que podem ser preteridos em razão da tutela de outro direito cuja tutela seja considerada mais importante em um dado momento (Galdino, 2005, p. 227).

É importante fazer menção ao voto do Ministro Marco Aurélio no Agravo de Instrumento 238.328/RS ao abordar a questão da prioridade dos gastos públicos. Argumenta-se no mesmo que demanda-se do Estado as atividades que lhe são precípuas nos campos da educação, da saúde e da segurança pública, já cobertos em si, em termos de receita, pelos próprios impostos pagos pelos cidadãos. É objetivo maior do poder público proporcionar vida gregária segura e com o mínimo de conforto suficiente a atender ao valor maior que é a preservação da dignidade humana (Wang, 2008, p. 547).

Afirma-se no supracitado voto que as receitas de impostos são suficientes para cobrir os gastos com saúde, por exemplo. Trata-se de afirmação no mínimo questionável, uma vez que as despesas podem aumentar, como por exemplo, com as obrigações de dar e fazer provenientes de decisões judiciais, sem que seja sempre possível aumentar a arrecadação de impostos. É uma afirmação que não resolve o problema e trata de coisas mais ou menos prioritárias, para além de poder levar a um conflito entre duas políticas importantes ou entre duas atividades importantes dentro da mesma política (Wang, 2008, p. 547).

A simples elaboração de leis não é suficiente para se alcançar a sonhada efetividade da Constituição, apesar de que ainda existem pessoas no meio jurídico que assim pensam. O caminho para se tornar efetivas as disposições da Lei Fundamental começa com a obrigatoriedade de realização de políticas públicas que garantam a efetivação dos Direitos Fundamentais, políticas estas que obedeçam ao prisma da realidade da escassez de recursos, norteadas pelo racional aproveitamento dos mesmos de forma eficiente (Santos, 2015, p. 72-73).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), a renda *per capita* no Brasil em 2016 foi de R\$ 1.226,00. Todo o financiamento público advém da receita dos tributos, prestações compulsórias estas que incidem sobre a atividade econômica, derivando para os cofres do governo.

À semelhança do que acontece com a população que necessita sobreviver com a renda de que dispõe, assim também é com o Estado. A Administração Pública do mesmo modo que as famílias, possui um orçamento com recursos limitados para manter-se e custear suas necessidades.

Por um raciocínio simples de dedução, percebe-se que da mesma forma que os recursos financeiros dispostos pelos indivíduos não são suficientes para arcar com todas as suas necessidades, este mesmo problema afeta o poder público na realização de seu mister.

Aufere-se dessa análise que o direito posto, em especial neste caso os Direitos e Garantias Fundamentais sofre influência direta da escassez de recursos financeiros. A carência de recursos limita e condiciona a possibilidade de se efetivar o que fora disposto no texto magno, ao ponto de se afirmar que a pré-existência de riquezas, expressas em rubricas cada vez maiores no orçamento, irão dizer o quão jurídicas ou político programáticas são as normas constitucionais.

3. O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Com o fim da segunda guerra mundial, as Constituições ao redor do mundo passaram a superar a ideia então vigente do positivismo jurídico, o qual fora também idealizado por Hans Kelsen e sintetizado em sua obra Teoria Pura do Direito. O então modo de tentar fazer do direito uma ciência natural, com resultados idênticos em todos os casos e vazia de axiomas sociológicos mostrou-se perigosa, servindo de escudo para a atuação de governantes que usurparam do poder, utilizando-se da máquina estatal contra o próprio povo (Barroso, 2015, p. 41).

Preleciona Barroso (2015) que dessa derrocada do positivismo, aliado ao surgimento de novas Constituições, sendo essas influenciadas por ideais cidadãos, centradas na dignidade do indivíduo, dotadas de normatividade imediata e não apenas de intenções políticas, um ator passou a ocupar posição de destaque na arena dos direitos fundamentais incrustados em Cartas Magnas ao redor do mundo: o Poder Judiciário.

O papel ativo do Poder Judiciário quando provocado em demandas onde se invocam os Direitos e Garantias Fundamentais como fundamento da causa de pedir passou a ser cada vez mais corriqueiro no dia a dia dos fóruns Brasil a fora. Tal fenômeno é consequência lógica de se ter uma Constituição abrangente, garantidora de inúmeros direitos e considerada dotada de força jurídica imediata.

De sujeito passivo, inerte, alheio às questões políticas, o Poder Judiciário se tornou ator ativo na efetivação dos Direitos e Garantias Fundamentais constitucionais. Passando a aplicar desde já a norma constitucional, já que esta não mais é tida apenas como carta de intenções políticas do constituinte, mas pura norma jurídica (Barroso, 2015, p.169).

Neste raciocínio Sarlet (2012) entende que em face do dever de respeito e aplicação imediata dos direitos fundamentais em cada caso concreto, o Poder Judiciário encontra-se investido do poder-dever de aplicar imediatamente as normas definidoras dos Direitos e Garantias Fundamentais, assegurando-lhes sua plena eficácia.

Continua o mesmo autor a defender que a falta de concretização não poderá constituir obstáculo à aplicação imediata pelos juízes e tribunais. Uma vez que na medida em que o Judiciário, obedecendo ao mandamento do artigo 5º, § 1º da CF/88, se encontra na obrigação de assegurar a plena eficácia dos direitos fundamentais, como também estar autorizado a remover eventual lacuna oriunda da falta de lei que torne inaplicável o texto magno. Isto por força do disposto no artigo 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que determina que se a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito.

É indiscutível o papel desempenhado pelo Poder Judiciário enquanto ator ativo na arena de efetivação das normas fundamentais. No entanto, é necessário se ter ponderação quando de seu agir, um dever de obediência à cláusula da separação dos poderes (art. 2º, CF/88) e velando pela não usurpação de competência dos outros poderes constituídos.

Neste entender Flores *apud* Holmes & Sunstein (2015) questionam a legitimidade dos juízes em decidir sobre matérias com influências no orçamento público. Ao deslocarem recursos orçamentários de uma rubrica para outra sem o devido conhecimento técnico em administração pública, os juízes estão a incorrer em intervenção perigosa, sendo no mínimo questionáveis se acertadas tais interferências do judiciário em matérias sobre as quais podem se cometer erros, por não se dispor por muitas vezes do conhecimento técnico necessário.

Uma vez que um juiz decide que o Estado deve custear o tratamento de determinado cidadão que necessita de medicamentos de alto custo, retirando recursos da segurança pública, por exemplo, estar a se selecionar destinatários de direitos. Como não há recursos disponíveis para arcar com todas as necessidades humanas pleiteadas, assegurar direitos a alguns na maioria das vezes significa negar direitos a outros (Lazari, 2016, p. 34).

Um dos problemas de maior repercussão na efetivação dos Direitos Fundamentais é justamente a garantia do direito à saúde. O Supremo Tribunal Federal (STF) não raramente tem enfrentado o tema, ao julgar diversas ações propostas por cidadãos que requerem do poder público a efetivação deste direito, repassando-se o ônus financeiro do custeio do tratamento aos entes estatais.

A jurisprudência do STF não é unânime, mas historicamente tende a decidir pela obrigatoriedade de o Estado fornecer medicamentos de alto custo para o tratamento de doenças. Na Petição 1246 em que se pede que o Estado arque com o transplante das células mioblásticas para o tratamento de doença rara, o Ministro Celso de Mello sustenta que entre proteger o direito à vida e o interesse financeiro secundário do Estado, impõe-se ao julgador uma só e possível opção: o respeito indeclinável à vida (Wang, 2008, p. 546).

Na decisão na Petição 1246, o Ministro Celso de Mello diz de forma acentuada que na ponderação entre o direito à saúde, ligado ao direito à vida, e questões de ordem financeira, deve-se sempre prevalecer o direito à saúde (Wang, 2008, p. 546).

A ideia exarada pelo Ministro deixa questões em aberto. Ao afirmar que na ponderação entre as duas questões deve prevalecer sempre um dos lados, ignora a própria ideia de ponderação, uma vez que para que haja ponderação deve haver abertura para diversos resultados possíveis. O resultando sendo sempre o mesmo não há motivos para se falar em ponderação, trona-se esta desnecessária (Wang, 2008, p. 546).

Outro ponto importante, porém não explicado pelo Ministro na supracitada Petição é a afirmação de que o interesse financeiro é um interesse secundário do Estado. É indiscutível que os direitos sociais para serem efetivados dependem de recursos públicos, sendo assim, a questão do possível financeiramente e o direito à saúde estão intrinsecamente ligados. Desta forma, ao desconsiderar o entrave financeiro, está a se proferir uma dicotomia falsa, pois direito à saúde e questões financeiras não são conflitantes e nem excludentes, aquele depende desta (Wang, 2008, p. 546).

No Recurso Extraordinário 198.263/RS onde também se pedia que o Estado arcasse com medicamentos de alto custo para o tratamento de Fenilcetonúria, o Ministro Sidney Sanches ao prover o recurso proferiu voto afirmando que em matéria tão relevante como a saúde, descabem disputas menores sobre legislação, muito menos sobre verbas, questão de prioridade. Na fundamentação do referido voto não se deixou claro o motivo pelo qual a questão das verbas públicas tem menor importância se, afinal, é pela existência delas que se viabilizam as políticas públicas (Wang, 2008, p. 546).

Impende esmerar que o interesse maior do Estado é direcionar os recursos disponíveis para políticas básicas de saúde em benefício da coletividade, em detrimento da alocação de uma grande quantidade de dinheiro para custear o tratamento de um único cidadão. Por vezes os medicamentos requeridos por pacientes não servem ao reestabelecimento da saúde, e sim ao prolongamento da vida em estágio precário (STF/RE 566.471/RN, p. 7).

Ainda na jurisprudência do STF, cabe mencionar a decisão do Ministro Sepúlveda Pertence no Agravo de Instrumento 537.237, onde se pedia medicamentos para o tratamento de paciente com Hepatite C. Nesse agravo o Ministro justificou que a falta de dotação orçamentária não serve como justificativa para inviabilizar o direito. Tal justificativa é pobre de melhor argumentação, podendo colocar o administrador público em uma situação de escolha entre obedecer à Constituição ou obedecer à corte de maior hierarquia do país, uma vez que para se obedecer tal imposição provinda do Judiciário foram afastadas as regras constitucionais orçamentárias do art. 167 da Constituição Federal (Wang, 2008, p. 547).

A concessão de medicamentos de alto custo, em casos extremos implica desrespeitar os princípios da legalidade orçamentária e da separação dos poderes, além de ofender o art. 198, § 1º a 3º, da Carta da República. Decisões judiciais que obrigam o Poder Público à concessão de fármacos de alto valor, não contidos em relação própria divulgada pelo

Ministério da Saúde, faz com que o ônus financeiro recaia sobre um único ente da federação, provocando desequilíbrio em suas finanças (STF/RE 566.471/RN, p. 4).

Em obediência ao disposto no art. 196 da CF/88, é de incumbência do Estado definir políticas públicas com vistas a garantir o acesso igualitário e universal à saúde, já que este é um direito de todos e dever do Estado. Direcionar vultosas quantias do orçamento destinado à saúde, a um único paciente, prioriza indivíduos específicos e nega acesso a outros (STF/RE 566.471/RN, p. 5).

A Carta da República consagra no art. 5º, inciso XXXV o princípio da inafastabilidade da jurisdição. Em respeito a este princípio todo cidadão que sentir ter direitos lesados pode socorrer-se ao Poder Judiciário peticionando que cesse a lesão ou ameaça a seu direito.

À medida que se elevou a Constituição ao patamar de pura norma jurídica e não mais como carta de intenções políticas, todo indivíduo possui o direito de petição ao órgão jurisdicional quando haja lesão à garantia sua expressa no texto magno que fora negado ou que não fora efetivado.

Como consequência de se considerar a Lei Maior como norma jurídica e de se assegurar a todos o direito de peticionar ao Poder Judiciário quando haja lesão ou ameaça a direito seu, não resta escolha aos juízes quando demandados, devem dar solução ao litígio que se instaurou.

Quando o fundamento da causa de pedir é um direito ou uma garantia fundamental, não raras vezes ocorrerão conflitos entre estas garantias ou entre os princípios que os norteiam. São casos de difícil solução, porém ao julgador não pode este deixar de dizer o direito ao caso concreto, usando-se da ponderação quando ocorrer confronto entre os princípios (Barroso, 2015, p.327).

Em suma deve o Poder Judiciário dar solução à demanda, sempre com respeito às outras normas constitucionais, atentando-se à realidade, não desprezando nem desrespeitando as leis orçamentárias, com observância à separação dos poderes. Exige-se do julgador não tão somente conhecimento da lei, requer uma compreensão maior do mundo externo ao direito, emanando decisões que satisfaçam às demandas valendo-se de conhecimento interdisciplinar que vá além de textos e códigos.

CONCLUSÕES

No primeiro capítulo deste artigo debruçou-se na tentativa de entender o alcance da norma constitucional contida no art. 5º, §1º da CF/88, qual seja o da aplicabilidade imediata das normas definidoras dos Direitos e Garantias Fundamentais. Após análise doutrinária e legal pôde-se deduzir que a melhor conclusão que se chega é a de que o referido texto é dotado de juridicidade, no entanto, esta juridicidade acaba por ser mitigada quando se verifica no mundo dos fatos seus efeitos.

Para que um texto legal possa ter correspondência no mundo dos fatos, Direito e Realidade necessitam estar em harmonia. A produção normativa por si só não é capaz de transformar realidades. Há a necessidade de tanto o legislador, quanto o produtor de normas jurídicas valerem-se do conhecimento advindo de outras ciências, para que o que fora produzido, quando se positiva numa Constituição decisões políticas, possa ter seus efeitos pretendidos e não somente efeitos simbólicos.

Quando se refletiu o porquê de o Direito posto não necessariamente produzir seus efeitos esperados, necessário se fez uma análise econômica, uma tentativa de verificar o impacto gerado pela escassez dos recursos sobre os Direitos Fundamentais. Desta reflexão um aprendizado se extrai: todo direito para ser efetivado possui um custo financeiro para o Estado, que acaba condicionado ao seu orçamento, podendo ou não passar de letra da lei para realidade a depender da existência ou não de recursos para isso.

Da conhecida reflexão de Galdino (2005) de que “Direitos não nascem em árvores”, ver o direito com olhos puramente técnicos jurídicos não se mostra o meio mais eficiente e acertado para a produção normativa consiga transformar realidades e ser um elemento vivo, um agente de mudanças que a sociedade tanto anseia. Tanto o legislador, quanto o juiz, ao aplicar o direito devem valer-se de um conhecimento multifacetário e não somente legal.

Por fim, como consequência de se enxergar a Constituição e em especial os Direitos Fundamentais como pura norma jurídica, o Poder Judiciário tem sido demandado constantemente a dar soluções jurídicas difíceis. Difíceis o são porque o direito positivado não é capaz de sozinho tornar aplicável a legislação constitucional.

O entendimento de que a Constituição possa ser aplicada desde logo não se mostra verdadeira em boa parte dos casos. Isso decorre do fato de a Administração Pública não poder prover tudo que contido na Lei Maior, simplesmente por não dispor de meios para isso, por estar limitada a preexistência de recursos financeiros, já que todo direito para ser garantido possui um ônus a ser arcado pelo Estado.

Em suma, pode se dizer que a preexistência de recursos financeiros condiciona as Normas Definidoras dos Direitos e das Garantias Fundamentais, limitando seu alcance e seu teor de o quão jurídicas ou políticas são. Dessa forma, pode-se dizer que tais mandamentos constitucionais são em si mais proposições políticas almejadas pelo legislador que de fato direitos e garantias, podendo a vir de forma superveniente a se concretizar como um verdadeiro conjunto de direitos e garantias fundamentais a depender da existência de recursos financeiros no orçamento do Estado.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 86, de 17-03-2015**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental n. 45-DF**. Ministro Celso de Mello. Brasília: DJ, 4 maio 2004. P. 12.

_____. **Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo n. 639.337-SP**. Ministro Celso de Mello. Brasília: DJe, 15 set 2011.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 25ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

CANOTILHO, J.J.Gomes. et al. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

COELHO, Rodrigo Batista. **Direitos Fundamentais Sociais e Políticas Públicas**. 1ª ed. Leme/SP: Habermann Editora, 2017.

FLORES, Rodrigo Gomes. Resenha da obra: “O custo dos direitos - por que a liberdade depende dos impostos”. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4641, 16 mar. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/38623>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

GALDINO, Flávio. **Introdução à Teoria dos Custos dos Direitos – direitos não nascem em árvores**. Rio de Janeiro. Renovar, 2005.

LAZARI, Rafael de. **Reserva do Possível e Mínimo Existencial - A Pretensão da Eficácia da Norma Constitucional em Face da Realidade**. 2ª ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá Editora, 2016.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 17ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

NEVES, Marcelo. **A Constitucionalização Simbólica**. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

SANTOS, Taís Dórea de Carvalho. **O Estudo das Escolhas Trágicas à Luz do Princípio da Eficiência e os Precedentes Judiciais**. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17781/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20COMPLETA.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 11ª ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 38ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

_____. **Aplicabilidade das Normas Constitucionais**. 8ª ed. 2ª tir. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. 1ª ed. São Paulo: Hunter Books Editora, 2014.

TAQUES, Pedro. **Curso Carreiras Jurídicas – Direito Constitucional módulo I**. Recife: CERS – Complexo de Ensino Renato Saraiva, 2014.

TEMER, Michel. **Elementos de Direito Constitucional**. 24ª ed. 4ª tir. São Paulo: Malheiros Editores, 2017.

VETTORAZZO, Lucas. **20 Estados tiveram renda per capita abaixo da média de R\$ 1.226 em 2016**. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 fev. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/1861675-20-estados-tiveram-renda-per-capita-abaixo-da-media-em-2016-diz-ibge.shtml>. Acesso em: 10 set. 2017.

ENTRE A SANIDADE E A LOUCURA: A INEFICIÊNCIA DAS SANÇÕES PENAIS BRASILEIRAS EM FACE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO CASO DA PERSONALIDADE PSICOPÁTICA

ALENCAR, Hallana Ramos⁵²⁰

DANELLI JR, César Augusto⁵²¹

RAMALHO, Halleyde Souza⁵²²

Resumo: O presente artigo visa propor o estudo da personalidade psicopática, bem como a aplicação das sanções penais brasileiras aos indivíduos detentores desse tipo de transtorno. Para tanto, o artigo partirá de uma breve construção histórica sobre o conceito de psicopatia, conceituando-a, para assim apresentar as atuais concepções sobre o tema, explorando ainda, aspectos dessa personalidade, tais como a origem do transtorno e seus graus de manifestação e a possibilidade de constituí-lo como imputável. Além disso, analisar-se-á a eficiência da inserção desses indivíduos em unidades prisionais comuns, assim como a aplicação da medida de segurança, ambos sob o aspecto da tríplice finalidade da pena, qual seja prevenir, punir e re(educar). Por fim, será problematizada uma questão fundamental e delicada: o respeito à dignidade humana, mesmo de indivíduos condenados pela prática de crimes cruéis.

Palavras-Chaves: Psicopatia; Responsabilidade Penal; Comportamento Antissocial; Medida de Segurança; Dignidade da Pessoa Humana.

Abstract: The present article will expose the psychopathic personality studies, as well as the application of the criminal sanctions to individuals with this kind of disorder. For this purpose, the article will start from a brief historical construction on the concept of psychopathy, conceptualizing it in order to present the current conceptions about the theme, exploring also aspects of this personality, such as the origin of the disorder and its degrees of manifestation and the possibility of establishing it as imputable. In addition, the efficiency of the insertion of this individuals in common prisons will be analyzed, as well as the application of the security measures, both in terms of the triple purpose of punishment, namely to prevent, punish and re-educate. Finally, a fundamental and delicate issue will be discussed: respect for human dignity, even of individuals condemned for the practice of cruel crimes.

Keywords: Psychopathy; Criminal Responsibility; Antisocial Behavior; Security Measure; Dignity of Human Person.

INTRODUÇÃO

A psicopatia é um tema recorrente na indústria do entretenimento. Essa popularidade se deve as características que esses indivíduos apresentam, as quais possuem o poder de despertar o imaginário do público, em razão da eloquência, inteligência e principalmente pela

⁵²⁰ Acadêmica do Curso de Direito da Unibalsas-Faculdade de Balsas. E-mail: hallana-07@hotmail.com.

⁵²¹ Mestrando *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, Campus Ijuí/RS. Professor em tempo integral dos cursos de Direito, Pedagogia e Sistema da Informação da Faculdade de Balsas/MA - Unibalsas.

⁵²² Mestre *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, Campus Ijuí/RS. Professora em tempo integral dos cursos de Direito e Agronegócio da Faculdade de Balsas - Unibalsas. sor doutor orientador da Faculdade de Balsas - Unibalsas

face obscura desses sujeitos, face esta que abriga um ser em busca de prazer pessoal. De certo, a busca pela autossatisfação, por si só, não configura um problema, exceto quando o caminho para promovê-la requer a efetivação de atos de extrema violência, que no agressor, despertam uma forma de prazer inconcebível aos olhos da normalidade. Infelizmente, essa figura que suscita fascínio e medo, não se trata de um mero personagem.

Apesar do sugerido pela nomenclatura (*psyche* = mente, *pathos*= patologia) a psicopatia não se trata de uma doença mental, e sim consiste em um transtorno da personalidade, o que significa dizer que esses indivíduos possuem plena consciência dos seus atos e da ilicitude dos mesmos, portanto todos os horrores por eles provocados, não são frutos de uma mente em desvario.

Assim, ao se transportar tal temática para o mundo jurídico, surge um questionamento: qual a melhor forma de a um só tempo apenar e resguardar a dignidade do criminoso psicopata?

Usando como base este questionamento, o presente artigo, através do método indutivo, partirá de uma análise da personalidade psicopática e da aplicação da medida de segurança, bem como da inserção desses indivíduos em prisões comuns, a fim de averiguar a eficiência das sanções atualmente impostas, além de investigar os caminhos de intervenção estatal que se mostram mais adequados e que, principalmente, tenham como norteador o princípio da dignidade da pessoa humana.

1. PSICOPATIA: BREVE HISTÓRIA DO CONCEITO

O conceito de psicopatia, verificado na atualidade, é produto das observações psiquiátricas realizadas desde o século XIX, onde o termo psicopatia era utilizado a fim de denominar os transtornos de personalidade de forma geral. Esse século marcou também, o estreitamento das relações entre a justiça penal e a psiquiatria, isso porque, os estudiosos da saúde mental possuíam a árdua tarefa de identificar sujeitos propensos à prática de crimes.⁵²³

Essa correlação entre crime e loucura se justifica na medida em que se buscava compreender as razões que levavam um indivíduo a cometer crimes de grande reprovação moral, tais como o parricídio⁵²⁴ e assassinatos cruéis. Esses comportamentos eram vistos como sendo frutos de uma mente perturbada. Tinha-se, portanto, a ideia de que a loucura levaria a conduta criminosa, pois uma vez insanos, não possuíam domínio sobre seus atos.⁵²⁵

Com o avanço das observações acerca do comportamento anormal, começou-se a distinguir o que era a loucura de fato e o que hoje é conhecido como psicopatia. A partir dos

⁵²³ RAUTER, Cristina. Criminologia e subjetividade no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 113.

⁵²⁴ Diz-se do homicídio que alguém pratica contra o próprio pai ou a própria mãe, este último pode ser denominado, de forma estrita, por matricídio, ou seja, o homicídio que alguém pratica contra a própria mãe.

⁵²⁵ CARRARA, Sérgio. Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. São Paulo : EdUSP, 1998, p. 72.

estudos de Pinel⁵²⁶ houve a construção da ideia de uma *mania sem delírio*⁵²⁷. A mania era assim definida, como uma das formas da alienação mental⁵²⁸, sendo caracterizada primordialmente pelo delírio generalizado, o qual afetava a capacidade intelectual e volitiva do indivíduo.

No curso de seus estudos clínicos, Pinel se deparou com indivíduos que apesar de demonstrarem sinais externos de mania, sejam estes episódios de súbita agressividade ou violência, não possuíam lesões no campo cognitivo, ou seja, tinham plena capacidade de discernimento. Estes pacientes foram classificados como sendo portadores de mania sem delírio, sujeitos que, possuíam habilidade de distinguir as condutas moralmente reprováveis, mas que ainda assim, ausentes de remorsos, eram capazes de cometer condutas perversas.⁵²⁹

A partir do aprofundamento das ideias de Pinel, seu discípulo Esquirol, classificou a mania sem delírio como monomania raciocinante ou afetiva. Segundo ele, a monomania operava de forma circunscrita, isso porque se tratava de um delírio parcial, vez que se manifestava apenas no objeto de seu delírio. Dessa forma, a monomania afetiva se despontava tão somente no campo dos afetos, ou seja, o monomaníaco afetivo agia com inteligência, lucidez e aparente coerência, entretanto, possuía distorções em seu senso moral, resultando assim, em indivíduos insensíveis e perversos.⁵³⁰

A monomania afetiva correspondia ao conceito de “insanidade moral”, formulada pelo alienista inglês Prichard, que compactuava com a possibilidade de existirem insanidades que não comprometiam o intelecto, mas que prejudicavam a consciência moral do indivíduo, sendo estes resistentes à assimilação e à prática das regras morais impostas pela sociedade. Desse modo, os insanos morais eram considerados como sendo ausentes de sentimentos, mas que detinham as demais funções mentais incólumes.⁵³¹

Foi com Kraepelin (apud EVANGELISTA, Isabel), médico alemão, que se preconizou a denominação *personalidades psicopáticas*, que seria uma categoria de indivíduos com

⁵²⁶ Frances Philippe Pinel (1745-1826), médico francês, responsável pela chamada “libertação dos loucos”, vez que ao se tornar detentor de poder de mando do Hospício Salpêtrière, implantou o *tratamento moral*, que consistia em uma abordagem humanizada de tratamento aos alienados, com a abstenção de práticas cruéis e vexatórias, como isolamento em locais impróprios, vômitos induzidos e perda de consciência, substituindo-as por terapias ocupacionais.

(SÃO PAULO. Secretaria da Saúde. Quem foi Philippe Pinel. Disponível em <<http://portal.saude.sp.gov.br/caism-philippe-pinel/institucional/quem-foi-philippe-pinel>>. Acesso em: 03 de maio de 2017).

⁵²⁷ Classificação atribuída aos indivíduos que apesar de demonstrarem sinais externos de mania, não possuíam uma característica distintiva da mesma, qual seja o delírio.

⁵²⁸ Segundo Pinel, constituíam ainda, formas da alienação mental: a demência (insuficiência da mente), a melancolia (caracterizado por delírio parcial, ideias de poder e/ou abatimento) e o idiotismo (insuficiência intelectual). Sendo a alienação mental uma lesão da capacidade intelectual e volitiva do indivíduo que se manifesta por meios comportamentais e orgânicos. (PESSOTTI, Isaias. Os nomes da loucura. São Paulo: Ed. 34. 1999, p.58).

⁵²⁹ PESSOTTI, Isaias. Os nomes da loucura. São Paulo: Ed. 34. 1999, pág. 58-59.

⁵³⁰ CARRARA, Sérgio. Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. São Paulo: EdUSP, 1998, p. 72-74.

⁵³¹ CARRARA, Sérgio. Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. São Paulo: EdUSP, 1998, p. 75-76.

insuficiência nas áreas da personalidade responsáveis pela gestão da emoção e da vontade. Trazendo ainda a noção de influência genética ao declarar a existência de uma predisposição de ordem genética no desenvolvimento dessa personalidade. Caracterizando, também, essas personalidades como ausentes de moralidade e resistentes à práticas de condutas socialmente aceitas.⁵³²

Para Schneider (apud RAUTER, Cristina), psiquiatra alemão, as personalidades psicopáticas constituíam um subgrupo das Personalidades Anormais. Tais personalidades eram subdivididas por meio de dois critérios, quais sejam, “sofrerem ou fazerem sofrer à sociedade”. Dessa forma, os psicopatas se enquadravam no segundo critério, vez que suas transgressões ocasionavam lesões à sociedade e, por conseguinte a faziam sofrer.⁵³³

Em 1941 foi publicada a obra denominada *A Máscara da Sanidade*, escrita pelo psicólogo Hervey Cleyckey. Esse primeiro estudo sobre psicopatas apontava o que pareciam ser as características comuns encontradas nessas personalidades, das quais podem ser citadas: os problemas de conduta manifestados na infância, o egocentrismo patológico, a ausência de delírios, a falta de empatia, dentre outros.⁵³⁴

Os predicados elucidados por Cleyckey serviram como um pilar para que o psicólogo Robert Hare elaborasse uma escala de identificação da psicopatia. A Escala Hare ou PCL-R (*psychopathy checklist revised*) consiste em um conjunto de critérios auxiliares do diagnóstico de psicopatia, que avalia variados traços da personalidade do sujeito, bem como seu estilo de vida. O PCL-R é um instrumento utilizado em vários países, contudo no Brasil⁵³⁵ não é usualmente aplicado.

1.1. Psicopatia e transtorno da personalidade

A personalidade se traduz em um conjunto de traços e características de origem cognitiva, afetiva e comportamental. Entende-se por traço da personalidade, os aspectos comportamentais estáveis como tendência ao isolamento ou a sociabilidade. Sendo a personalidade derivada de fatores orgânicos e da interação do indivíduo com o ambiente, essas interações sociais formam os hábitos do sujeito responsáveis pelo seu processo de ajustamento ao meio social.⁵³⁶

Vale observar, que a personalidade possui um atributo de dinamicidade, ou seja, apesar de possuir traços rígidos, é passível de alterações, a depender de mudanças de ordem neurobiológicas ou circunstanciais.

⁵³² EVANGELISTA, Susana Isabel Franco. Psicopatia, Personalidade e Expressividade Emocional. RECII - Repositório Científico Lusófona, Lisboa: Dez. 2015. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/6815>>. Acesso em: 03 de maio de 2017.

⁵³³ RAUTER, Cristina. Criminologia e subjetividade no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003, pág.115.

⁵³⁴ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mentis Perigosas: o psicopata mora ao lado. 2. ed. São Paulo: Globo, 2014, p. 88.

⁵³⁵ A psiquiatra Hilda Morana traduziu a escala PLC-R para o português, a fim de torná-la apta a aplicação.

⁵³⁶ BRAGHIROLI, Elaine Maria; BISI, Guy Paulo; RIZZON, Luiz Antônio; NICOLETTO, Ugo. Psicologia Geral. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 175-176.

A etimologia da palavra *personalidade* exprime a complexidade e amplitude de seu conceito. Originada do termo em latim *persona*, nomenclatura atribuída às máscaras utilizadas pelos atores romanos na antiguidade, e *personare* que significa “ressoar através de”, relaciona-se a um componente externo, ao modo como a pessoa se apresenta ao mundo e a impressão que neste ocasiona.⁵³⁷ Desse modo, tem-se que a personalidade é

O conjunto integrado de traços psíquicos, consistindo no total das características individuais, em sua relação com o meio, incluindo todos os fatores físicos, biológicos, psíquicos e socioculturais de sua formação, conjugando tendências inatas e experiências adquiridas no curso da existência.⁵³⁸

O Transtorno da Personalidade, por sua vez, é caracterizado como uma inadaptação às expectativas emanadas pela sociedade, ou seja, os traços da personalidade acabam por se desenvolverem fora dos padrões que o meio espera, gerando assim uma colisão entre o comportamento do indivíduo e as normas sociais impostas, o que resulta em sofrimento para o sujeito ou para aqueles a sua volta.⁵³⁹

Conforme a classificação realizada pela Associação Americana de Psiquiatria, em seu Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais - DSM-V, a psicopatia equivale a um Transtorno de Personalidade Antissocial. Tal transtorno se configura em um padrão de comportamento transgressor dos direitos individuais, além da inadequação as regras sociais, propensão à manipulação e ausência de remorso. Manifestando-se geralmente na adolescência.⁵⁴⁰

Todavia, a Organização Mundial da Saúde, através do CID⁵⁴¹, classifica a psicopatia como sendo um Transtorno de Personalidade Dissocial. Identificado pelo desprezo às normas socialmente estabelecidas e pela carência de empatia. Essas personalidades tendem a possuir comportamento conflitante com a sociedade e inclinação a culpabilizar terceiros por suas falhas.

Em contrapartida, existem aqueles que defendem a psicopatia como sendo um *constructo*⁵⁴² clínico. Segundo essa linha de pensamento, as classificações anteriormente mencionadas não devem ser confundidas com a psicopatia, pois aquelas tendem a levar em consideração apenas fatores relacionados à conduta antissocial deixando de analisar os

⁵³⁷ DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais [Recurso Eletrônico]. – 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 257.

⁵³⁸ BASTOS apud DALGALARRONDO, Paulo. Ibidem, p. 257.

⁵³⁹ BASTOS apud DALGALARRONDO, Paulo. Ibidem, p. 268.

⁵⁴⁰ SADOCK, Benjamim J. Compêndio de psiquiatria: ciência comportamento e psiquiatria clínica [recurso eletrônico]. 11.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017, p. 742.

⁵⁴¹ Classificação Internacional de Doenças organizada pela OMS.

⁵⁴² São definições concebidas ou adotadas intencionalmente a fim de constituir a base para formulação de uma teoria, permitindo que o mesmo seja melhor observado e mensurado.

FREITAS, Edmundo Leal. Alguns Aspectos da Linguagem Científica. Sitientibus, Feira de Santana, n.12, 1994. Disponível em: < <http://www2.uefs.br/sitientibus/edicoes/12.htm>>. Acesso em: 08 de maio de 2017.

variados aspectos interpessoais, logo, não abarcaria os diversos comportamentos dessa personalidade.⁵⁴³

Como se percebe, existem divergências quanto à nomenclatura a ser utilizada para designar tal transtorno. Em razão disso, neste artigo será utilizado o termo psicopatia a fim de facilitar o entendimento sobre esse transtorno da personalidade.

Posto isto, a psicopatia pode ser caracterizada primordialmente pela ausência de consciência emotiva, ou seja, o indivíduo que é psicopata possui carências no campo afetivo como, por exemplo, aqueles ligados a empatia e ao remorso. Nesse sentido, é importante esclarecer que a psicopatia não é uma doença mental, isto porque os psicopatas possuem pleno discernimento de seus atos sabendo classificá-los como adequados ou não.⁵⁴⁴

O contrário ocorre com a psicose⁵⁴⁵, uma doença mental na qual incide uma “quebra da realidade”. Os psicóticos não diferenciam o plano real do imaginário, na verdade os dois se entrelaçam de tal forma que acabam por criar uma realidade paralela. Cenário apto ao desenvolvimento de ideias de perseguição e conspiração, fomentadas pelas alucinações e delírios característicos da doença.

Assim sendo, os psicopatas podem ser definidos como indivíduos portadores de um transtorno que se manifesta no campo da personalidade, produzindo sujeitos ausentes de “freios” morais e carentes de remorso. Características fundamentais em sua propensão a reiterar comportamentos antissociais.

1.2. Os psicopatas nascem ou são criados?

Existem três grandes correntes que buscam explicar a origem da psicopatia, a saber: a genética, a ambiental e a mista. Segundo a teoria genética, o indivíduo já nasce com uma predisposição ao desenvolvimento da psicopatia. Essa predisposição seria impulsionada por alterações neurobiológicas, dentre elas a que aponta uma insuficiência no lóbulo frontal desses indivíduos.

O lóbulo frontal (localizado na parte frontal do cérebro) é responsável pelo planejamento de ações futuras, bem como o gerenciamento das emoções, uma vez que se encontra ligado ao sistema límbico⁵⁴⁶. Dessa forma, a pouca atividade do lóbulo frontal explicaria a incapacidade emocional dos psicopatas.

⁵⁴³ HAUCK FILHO, Nelson; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; DIAS, Ana Cristina Garcia. Psicopatia: o construto e sua avaliação. *Aval. psicol.*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 337-346, dez. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712009000300006>. Acesso em 08 de maio 2017.

⁵⁴⁴ RÁMILA, Janire. *Predadores Humanos: o obscuro universo dos assassinos em série*. São Paulo: Madras, 2012, p. 28.

⁵⁴⁵ O termo psicose é frequentemente associado à obra cinematográfica homônima do cineasta Alfred Hitchcock, em virtude de sua grande repercussão, tornando-se uma espécie de personificação da doença. O filme psicose é baseado no romance de Robert Bloch, por sua vez inspirado no assassino psicótico Ed Gein. A história tem início quando a secretária Marion Crane subtrai uma quantia da imobiliária onde trabalhava e foge. Entretanto, sob uma forte tempestade erra o caminho e se desvia para um velho motel administrado por Norman Bates, onde acaba morta no chuveiro, golpeada por uma faca, cena que constitui uma das mais memoráveis do cinema. (Fonte: SCHECHTER, Harold. *Serial Killers, anatomia do mal*. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013, p. 454).

⁵⁴⁶ Conjunto de estruturas internas encefálicas relacionadas ao controle e à elaboração de alguns comportamentos

Outra alteração seria a de ordem hormonal manifestada pelo aumento da testosterona, redução nos níveis de serotonina e carência de cortisol. A testosterona faz parte do grupo de hormônios ligados ao senso de recompensa, mais precisamente a sexual. Altos níveis desse hormônio parecem estar ligados a condutas violentas e impulsividade. Por ser um hormônio majoritariamente masculino, justificaria a prevalência da psicopatia em homens.⁵⁴⁷

Por sua vez, a serotonina é um neurotransmissor que regula a agressividade, a excitação e a atividade sexual. A insuficiência em sua produção prejudicaria o controle desses comportamentos. Já o cortisol é um hormônio liberado em circunstâncias estressantes, sendo responsável pelo provimento de energia e a mobilização corporal. Diante de uma situação de medo o cortisol é produzido gerando sensibilidade a uma possível punição, fato que promove o afastamento do indivíduo da situação geradora do estresse.⁵⁴⁸

No psicopata, a deficiência na produção desses hormônios está correlacionada a pouca atividade do córtex cerebral e do sistema límbico encarregados de emitir sinais de liberação dos hormônios. Tal fato poderia explicar algumas condutas desses indivíduos, tais como a agressividade, impulsividade e insensibilidade.⁵⁴⁹

Contudo, é importante esclarecer que a relação entre o comportamento e os hormônios ainda é incerta. Fato é que os hormônios influenciam alguns comportamentos, porém vários destes podem ser influenciados pela liberação de hormônios. Dificilmente um hormônio será a única causa de um comportamento, na verdade ele influencia a probabilidade de alguém agir de determinada forma. Portanto, a associação entre hormônios e comportamento não significa necessariamente que um cause o outro.

Por outro lado, a teoria ambiental nos diz que a psicopatia resulta da interação do indivíduo com o ambiente, deste modo acontecimentos vivenciados no meio social seriam fatores de risco para o desenvolvimento da psicopatia. As práticas parentais negativas foram observadas na infância de muitos psicopatas, sejam essas a ausência de disciplina ou a imposição da mesma de forma cruel. Essa conduta parental errática formaria indivíduos propensos ao desenvolvimento de condutas antissociais e a ruptura afetiva.⁵⁵⁰

motivados e da emoção. (Fonte: CARVALHO, Tiago Santos; SUECKER, Betina H. Krause. A possível influência genética no perfil crimínogeno de psicopatas (recurso eletrônico). Novo Hamburgo: Feevale, 2011, p. 23).

⁵⁴⁷ BARROS, Alcina Juliana Soares; ROSA, Regis Goulart; TABORDA, José Geraldo Vernet (IN MEMORIAM). O Papel dos Hormônios na Psicopatia. Revista Debates em Psiquiatria, Ano 5, nº1, Jan/Fev 2015, p. 25-26. Disponível em: <http://www.abp.org.br/portal/rdp_ano_5_n1_janfev-2015/>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

⁵⁴⁸ BARROS, Alcina Juliana Soares; ROSA, Regis Goulart; TABORDA, José Geraldo Vernet (IN MEMORIAM). O Papel dos Hormônios na Psicopatia. Revista Debates em Psiquiatria, Ano 5, nº1, Jan/Fev 2015, p. 25-26. Disponível em: <http://www.abp.org.br/portal/rdp_ano_5_n1_janfev-2015/>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

⁵⁴⁹ BARROS, Alcina Juliana Soares; ROSA, Regis Goulart; TABORDA, José Geraldo Vernet (IN MEMORIAM). O Papel dos Hormônios na Psicopatia. Revista Debates em Psiquiatria, Ano 5, nº1, Jan/Fev 2015, p. 25-26. Disponível em: <http://www.abp.org.br/portal/rdp_ano_5_n1_janfev-2015/>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

⁵⁵⁰ BINS, Helena Dias Castro; TABORDA, José Geraldo Vernet. Psicopatia: influências ambientais, interações

Outros fatores sociais ligados à construção da personalidade psicopática seriam a violência física, sexual ou emotiva, praticada principalmente nos primeiros anos de vida. Quando o abuso é praticado pelas figuras responsáveis pela proteção da criança, os efeitos na ruptura emocional são devastadores. Observa-se que os indivíduos que sofreram essa experiência tendem a realizar as mesmas práticas abusivas como única forma de obtenção de prazer.⁵⁵¹

Além desses, podem ser citados como fatores de risco os conflitos e disfunções na família, ausência ou morte dos responsáveis, pais alcoólatras ou psicopatas, lesões cerebrais e uso de drogas durante a gestação. No entanto, apesar dos fatores sociais exercerem grandes influências na psicopatia, estes não podem ser considerados como única causa do desenvolvimento da mesma. Esse fato pode ser exemplificado ao observarmos a existência de pessoas que passaram pelas mesmas experiências traumáticas, mas que não constituíram a personalidade psicopática.⁵⁵²

De certo, a corrente mais aceita sobre a origem da psicopatia seria a teoria mista que alia os fatores genéticos aos ambientais. Para essa linha de pensamento o indivíduo nasce com uma predisposição genética à psicopatia, mas o desenvolvimento da mesma depende de fatores ambientais. Isso esclareceria o porquê de duas pessoas criadas sob as mesmas condições, venham a ser uma mais propensa às condutas antissociais que a outra. Bem como explicaria o caso de um sujeito que mesmo possuindo disfunções neurobiológicas presentes na psicopatia, não venha a desenvolver condutas altamente contrárias às normas sociais.⁵⁵³ Em razão disso, esta é a corrente adotada no presente artigo.

1.3. Graus de psicopatia

É importante esclarecer que nem todo psicopata será um homicida. Nesse sentido, pode-se afirmar que a psicopatia possui graduações sendo estas a leve, a moderada e a grave. Os graus leve e moderado correspondem aos indivíduos que tendem a praticar crimes de natureza patrimonial, possuindo como principais armas o charme, a manipulação e a eloquência. Assim, usam a empatia, a solidariedade e a bondade de suas vítimas contra elas próprias.⁵⁵⁴

biossociais e questões éticas. Revista Debates em Psiquiatria, Ano 6, nº 1, Jan/Fev 2016, págs. 10-11. Disponível em: <<http://www.abp.org.br/portal/revista-debates-em-psiQUIATRIA-ANO-6-%E2%80%A2-n1-%E2%80%A2-janfev-2016/>>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

⁵⁵¹ SCHECHTER, Harold. Serial Killers, anatomia do mal. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013, p. 255.

⁵⁵² BINS, Helena Dias Castro; TABORDA, José Geraldo Vernet. Psicopatia: influências ambientais, interações biossociais e questões éticas. Revista Debates em Psiquiatria, Ano 6, nº 1, Jan/Fev 2016, p.11. Disponível em: <<http://www.abp.org.br/portal/revista-debates-em-psiQUIATRIA-ANO-6-%E2%80%A2-n1-%E2%80%A2-janfev-2016/>>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

⁵⁵³ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mentis Perigosas: o psicopata mora ao lado. 2. ed. São Paulo: Globo, 2014, p. 183.

⁵⁵⁴ PEREIRA, Rita de Cássia Costa. Psicopatia na encruzilhada: uma reflexão sobre os psicopatas à luz do direito penal brasileiro. Disponível em: <<http://repositorio.asc.es.edu.br/handle/123456789/259>>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

Dentre os atos criminosos praticados por esses psicopatas podem ser citados a fraude, o estelionato, pequenos roubos dentre outros. Contudo alguns se concentram em destruir a vida das vítimas dentro do seu seio familiar, criando conflitos entre os membros da mesma. Vale ressaltar que psicopatas de grau leve podem até mesmo se absterem de condutas criminosas, entretanto as características comuns a essa personalidade irão subsistir.⁵⁵⁵

Em contrapartida os psicopatas de grau grave possuem tendências homicidas. Esses indivíduos são movidos pelo desejo de matar e suas motivações não se baseiam em meramente conseguir dinheiro de suas vítimas, vingança ou sentimentos de ódio, mas em obter prazer com o ato. Em sua maioria são assassinos sofisticados, planejam o ato e o executam com crueldade.⁵⁵⁶

Todavia, em se tratando de psicopatia e o seu nível de gravidade eles, invariavelmente, deixarão rastros de destruição e quando não cometem o “erro” da repetição dificilmente são identificados. Desse modo, temos:

Em casos extremos, os psicopatas matam a sangue-frio, com requintes de crueldade, sem medo, nem arrependimento. Porém o que a sociedade desconhece é que os psicopatas, em sua grande maioria, não são assassinos e vivem como se fossem pessoas comuns. [...] Podemos encontrá-los disfarçados de religiosos, bons políticos, bons amantes, bons amigos. Visam apenas o benefício próprio, almejam o poder e o status, engordam ilicitamente suas contas bancárias, são mentirosos contumazes, parasitas, chefes tiranos, pedófilos, líderes natos da maldade.⁵⁵⁷

Além disso, os psicopatas possuem características que englobam duas grandes áreas, uma relacionada aos aspectos emocionais e interpessoais⁵⁵⁸ e a outra ao estilo de vida e comportamento antissocial⁵⁵⁹. Essas características serviram de base para a criação da Escala Hare também conhecida como PCL-R, instrumento utilizado no diagnóstico de psicopatia.⁵⁶⁰

⁵⁵⁵ PEREIRA, Rita de Cássia Costa. Psicopatia na encruzilhada: uma reflexão sobre os psicopatas à luz do direito penal brasileiro. Disponível em: < <http://repositorio.asc.es.edu.br/handle/123456789/259>>. Acesso em: 26 de julho de 2017

⁵⁵⁶ PEREIRA, Rita de Cássia Costa. Psicopatia na encruzilhada: uma reflexão sobre os psicopatas à luz do direito penal brasileiro. Disponível em: < <http://repositorio.asc.es.edu.br/handle/123456789/259>>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

⁵⁵⁷ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2014.

⁵⁵⁸ Quanto aos aspectos relacionados à área emocional temos como características a eloquência e superficialidade, o egocentrismo, a falta de remorsos, ausência de empatia, a manipulação e as emoções superficiais.

⁵⁵⁹ Com relação ao estilo de vida e comportamento transgressor as características são a impulsividade, o autocontrole deficiente, a necessidade de excitação contínua, a falta de responsabilidade, os problemas precoces de conduta e o comportamento transgressor no adulto.

⁵⁶⁰ SILVA, op. cit., p. 84-93.

2. O CRIMINOSO PSICOPATA E A (INEFICIÊNCIA DAS SANÇÕES PENAIS BRASILEIRAS

Quando se transporta a temática do criminoso psicopata para o mundo jurídico, surge uma pergunta inevitável: como punir indivíduos que se encontram na zona fronteira entre a sanidade e a loucura?⁵⁶¹ No Brasil, quando o criminoso é considerado imputável, ou seja, dotado de plena capacidade de discernimento, é sancionado com pena privativa de liberdade. Em contrapartida, quando inimputável é submetido à medida de segurança ou internação, pois uma vez detentor de uma perturbação ou doença mental necessita de um tratamento psiquiátrico.⁵⁶² Mas, sob qual prisma deve ser analisado o psicopata?

2.1. Imputável, inimputável ou semi-imputável?

A imputabilidade é um dos elementos que constituem a culpabilidade⁵⁶³, este por sua vez em conjunto com a tipicidade e a ilicitude caracterizam o crime. A imputabilidade diz respeito à possibilidade de se atribuir a um agente uma conduta típica e ilícita, para tal se faz necessário analisar dois componentes da imputabilidade, quais sejam a capacidade intelectual e a volitiva do agente. Uma vez presentes tais elementos é possível atribuir ao indivíduo a responsabilidade pelo ato cometido.⁵⁶⁴

Aplicando-se a imputabilidade ao psicopata é possível verificar a satisfação dos critérios intelectuais⁵⁶⁵ e volitivos⁵⁶⁶, isso porque ele consegue compreender o caráter ilícito do ato e determinar-se de acordo com essa percepção. Como referido anteriormente, a capacidade intelectual do psicopata não é comprometida, em verdade as pesquisas apontam que esses indivíduos possuem um QI (coeficiente de inteligência) que varia de médio a alto.⁵⁶⁷

Além disso, são plenamente capazes de discernir a respeito da ilicitude do ato, assim como exemplifica Silva, tal conhecimento se exterioriza pela forma como os crimes são praticados, exercendo o autocontrole, de tal modo que esses indivíduos irão buscar formas de praticar o ato sem deixar vestígios ou testemunhas que possam ligá-los ao crime.⁵⁶⁸

Ademais, a partir da análise dos casos concretos se verifica que esses indivíduos tendem a planejar seus crimes e agem com o intuito de executá-los, logo o psicopata comete a conduta de forma dolosa. Desse modo, pode-se afirmar que o psicopata apesar de deter o

⁵⁶¹ Nas palavras de Cristina Rauter: “Anormal, porém não doente; merecedor de um rótulo, mas dado como irrecuperável. A personalidade psicopática é assim, definida de maneira contraditória.” (Extraído da obra: Criminologia e subjetividade no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003).

⁵⁶² MIRABETE, Julio Fabrini. Execução Penal: Comentários a Lei 7. 210 de 11-7=1984. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

⁵⁶³ Os demais elementos que constituem a culpabilidade são: a potencial consciência da ilicitude do fato e a exigibilidade de conduta diversa, entretanto o presente artigo abordará apenas a imputabilidade.

⁵⁶⁴ GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. 16. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014, p. 392-393.

⁵⁶⁵ Diz respeito à capacidade de compreender a ilicitude de um ato.

⁵⁶⁶ É a capacidade de determinar as ações mediante o conhecimento acerca da ilicitude de um ato.

⁵⁶⁷ GRECO, Rogério, op.cit. p.392.

⁵⁶⁸ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mentis Perigosas: o psicopata mora ao lado. 2.ed. São Paulo: Globo, 2014.

conhecimento da ilegalidade do ato e sua consequente resposta sancionatória, opta por cometê-lo. Considera-se, portanto, o psicopata como sendo imputável.⁵⁶⁹

Em relação à inimputabilidade, ou seja, à impossibilidade de se imputar ao agente um fato típico e ilícito, o Código Penal Brasileiro prevê como casos sujeitos a inimputabilidade a do indivíduo que possui doença mental ou desenvolvimento mental incompleto, bem como a os indivíduos que não possuem maioria penal⁵⁷⁰.

Conforme já explicado, a psicopatia não se trata de uma doença mental, tampouco um problema que resulta do desenvolvimento mental incompleto. Tal fato é explicado na medida em que se verifica que os psicopatas não possuem alucinações⁵⁷¹ ou delírios⁵⁷², logo os elementos da realidade não se associam com eventos fictícios que poderiam prejudicar a percepção sobre o que é fato ou ilusão. Assim sendo, não se pode enquadrar a psicopatia como um dos casos sujeitos a inimputabilidade.⁵⁷³

Por sua vez, a semi-imputabilidade engloba os indivíduos que na época da ação delituosa apresentam a capacidade volitiva ou intelectual parcialmente prejudicada, em outras palavras, exibem uma redução na capacidade de entender o ato ou de exercer o autocontrole, em virtude de perturbações da saúde mental ou desenvolvimento mental incompleto.⁵⁷⁴

Nesses casos, não há a exclusão da culpabilidade, mas a possibilidade de redução da pena de um a dois terços ou a substituição da mesma por internação, bem como o tratamento ambulatorial. A diferença entre os inimputáveis e os semi-imputáveis reside no grau de capacidade de compreender a conduta delitiva, enquanto os primeiros são plenamente incapazes, os semi-imputáveis são parcialmente capazes de entender a ilicitude de suas condutas.⁵⁷⁵

Em razão da psicopatia não comprometer a aptidão para discernir as condutas moralmente aceitas e por não constituir uma patologia mental, a semi-imputabilidade não se amolda a esse transtorno de personalidade.⁵⁷⁶ Desse modo,

⁵⁶⁹ SAVAZZONI, Simone de Alcântara. Psicopatia: uma proposta de regime especial para cumprimento de pena. Disponível: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Simone-de-Alcantara-Savazzoni.pdf>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

⁵⁷⁰ No Brasil a maioria penal equivale à idade igual ou superior 18(dezoito) anos.

⁵⁷¹ Em psiquiatria, diz-se da percepção alterada da realidade, na qual se vislumbra coisas que não existem ou não ocorreram.

⁵⁷² Em psiquiatria, diz-se de uma patologia mental de ordem orgânica que provoca desorientação, caracterizado por ideias que contradizem os fatos, sendo reversível.

⁵⁷³ SAVAZZONI, Simone de Alcântara. Psicopatia: uma proposta de regime especial para cumprimento de pena. Disponível: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Simone-de-Alcantara-Savazzoni.pdf>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

⁵⁷⁴ GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. 16. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014, p.392-393.

⁵⁷⁵ Ibidem.

⁵⁷⁶ SAVAZZONI, op. cit.

[...] Imaginar a psicopatia como uma doença mental clássica e incapacitante sob o aspecto cognitivo e volitivo, fazendo com que, sob o aspecto jurídico, o psicopata seja isento de pena, é o mesmo que privilegiar a sua conduta delitiva perpetrada ao longo da vida e validar seus atos.⁵⁷⁷

Portanto, considerar o comportamento externo do psicopata como um parâmetro para definição de sua imputabilidade é lançar-se ao erro.

2.2. Análise crítica a inserção do criminoso psicopata em presídios comuns e a aplicação da medida de segurança

O Código Penal Brasileiro estabelece em seu artigo 59 as finalidades da pena criminal, que consistem em reprovar a conduta criminosa do agente, bem como prevenir a continuidade da mesma. Em relação ao juízo de reprovação, esse pode ser observado através da aplicação das penas privativas de liberdade, restritivas de direitos ou aplicação de multa. Já o caráter preventivo e (res)socializador da pena se constitui em medidas que visem (re)inserir o agente criminoso no meio social.⁵⁷⁸

O Brasil possui quatro tipos de unidades prisionais previstas na Lei de Execuções Penais (LEP), quais sejam as penitenciárias destinadas aos indivíduos condenados à pena de reclusão em regime fechado, as colônias agrícolas industriais ou similares para aqueles sentenciados ao regime semiaberto, a casa do albergado destinada ao cumprimento em regime aberto e a cadeia pública destinada aos presos provisórios. Além dessas unidades, a LEP prevê ainda as instalações destinadas ao cumprimento de medidas de segurança, os chamados Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.⁵⁷⁹

Entretanto, a pena privativa de liberdade quando aplicada ao psicopata, independente de qual seja a unidade prisional a qual será encaminhado, apresenta alguns entraves potencializadas pela estrutura carcerária inapropriada. Verifica-se que os psicopatas não aprendem com a experiência sancionatória, assim o caráter meramente punitivo da pena não surte os efeitos desejados, o que é evidenciado pela alta taxa de reincidência desses criminosos.⁵⁸⁰

Ademais, os psicopatas quando inseridos no sistema carcerário comum tendem a apresentar bom comportamento, a fim de serem beneficiados com institutos como a progressão de regime, livramento condicional e indulto. Além disso, a figura do psicopata

⁵⁷⁷ TRINDADE, Jorge Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p.174

⁵⁷⁸ SAVAZZONI, Simone de Alcântara. Psicopatia: uma proposta de regime especial para cumprimento de pena. Disponível: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Simone-de-Alcantara-Savazzoni.pdf>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

⁵⁷⁹ BRASIL. Lei de execução Penal. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

⁵⁸⁰ BRASIL. Lei de execução Penal. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

gera no sistema carcerário brasileiro problemas diversos, primeiro porque muitos não possuem o diagnóstico definitivo para tal transtorno, o que facilita o seu processo de manipulação, fato que é agravado pela falta de profissionais competentes na área que possam acompanhar esses indivíduos dentro da instituição prisional.⁵⁸¹

Outro problema típico, diz respeito à capacidade persuasiva dos psicopatas. Visando benefício próprio, estes não apenas manipulam os demais detentos, como incitam brigas e rebeliões, gerando desarmonia no ambiente em que se encontram inseridos. Essa habilidade se mostra tão eficiente que mesmo profissionais da área incidem no erro de confiar nos fantásticos contos e encenações desses indivíduos.⁵⁸²

Por outro lado a aplicação da medida de segurança, nesses casos, é dotada de forte incoerência. Senão vejamos, a medida de segurança⁵⁸³ possui caráter preventivo, sendo utilizada como meio de contenção e tratamento de indivíduos transgressores da lei que possuam patologias de ordem mental, isto porque, a doença mental possui o condão de reduzir a capacidade intelectual e volitiva, sendo em razão disso, inviável a responsabilização penal desses indivíduos, visto não se fazer presente um dos critérios da culpabilidade, qual seja a imputabilidade.

Mediante isso, uma elementar dessa aplicação sancionatória é a periculosidade do agente, fundada em uma desordem mental e conforme já abordado, a psicopatia não configura uma doença mental, desse modo, direcioná-los a um tratamento próprio de doentes mentais se mostra ineficiente, pois os tratamentos a estes aplicados, consistentes em psicoterapias e uso de medicamentos, não alteram a condição desses indivíduos. A psicoterapia, em alguns casos, pode até mesmo servir como “fonte de pesquisa” para o sujeito psicopata, que ao entender o funcionamento básico das emoções e seus reflexos, acaba por aperfeiçoar sua capacidade de manipulação.

Não obstante isto, por tudo quanto já foi exposto acerca de tal personalidade, torna-se evidente o quanto esses sujeitos são nocivos aos que o circundam, portanto, deixar pacientes que de fato possuem perturbações mentais a mercê de psicopatas, pode-se revelar um grande erro. Ademais, se a ideia é manter o indivíduo recluso do convívio social para fins de tratamento até que o mesmo apresente progressos, o psicopata, em contrapartida, não deixará a instituição, principalmente quando a ele for aplicado os métodos comuns aos doentes mentais, pois não havendo doença, inócuo se faz empregar tal tratamento.

Desse modo, a mera segregação desses indivíduos sem a estrutura adequada, acaba por gerar tanto no sistema prisional comum quanto nos hospitais de custódia, consequências

⁵⁸¹ SAVAZZONI, Simone de Alcântara. Psicopatia: uma proposta de regime especial para cumprimento de pena. Disponível: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Simone-de-Alcantara-Savazzoni.pdf>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

⁵⁸² Ibidem.

⁵⁸³ No Brasil, as medidas de segurança se subdividem em detentivas (internação em hospital de custódia ou outro estabelecimento adequado), uma vez que privam o indivíduo da convivência social e não detentivas (tratamento ambulatorial), porquanto restringe a atuação do indivíduo no meio social, mas sem privá-lo da mesma.

nocivas, tanto para os internos quanto para os funcionários, além de criar uma falsa ideia de punição eficiente ou adequação sancionatória.⁵⁸⁴

3. CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS SANÇÕES PENAIS ATUALMENTE IMPOSTAS: PUNIÇÃO E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Os psicopatas são geralmente declarados como irrecuperáveis, uma vez que suas condutas são como expressões externas de sua personalidade desviada. Em razão disso, alguns estudiosos⁵⁸⁵, sejam estes do ramo da saúde mental ou da área jurídica defendem a aplicação de penas altamente rigorosas aos criminosos que detenham esse transtorno, ultimando como solução a pena de prisão perpétua ou a pena de morte para os psicopatas assassinos e medidas de controle a tempo integral, tais como tornozeleiras eletrônicas e chips de rastreamento para aqueles que não possuem tendências homicidas.⁵⁸⁶

A Constituição Federal Brasileira (CF/88) veda a aplicação de penas cruéis, tais como a aplicação da prisão perpétua e da pena de morte, esta última em tempos de paz. Nesse sentido, verifica-se a existência de um impedimento legal a essas formas de reprimenda estatal, isto porque elas configuram um verdadeiro atentado à dignidade da pessoa humana. Mas, não seria ilógico erguer tal discurso em prol de indivíduos com personalidades tão nefastas?

Ocorre que o princípio da dignidade da pessoa humana, não se trata de um princípio que possui sua aplicação direcionada por conceitos subjetivos, embalados pela ótica do bem ou mal, mas sim de forma objetiva, sendo o respeito à dignidade, um direito inerente ao próprio indivíduo. Dessa forma, a CF/88 ao declarar que “todos são iguais perante a lei” não criou distinções baseadas em condutas vistas como aceitas pela sociedade, mas prezou pela ideia de que todos tivessem igualdade de tratamento e direitos, ainda que o indivíduo protegido seja um criminoso.⁵⁸⁷

Ao se exigir que aplicação desse princípio esteja intimamente ligada ao que a sociedade ou um determinado grupo considere correto, abre-se um espaço para relativizações que em direito não devem ser permitidas, afinal quem pode determinar qual indivíduo deve se sobrepor ao outro? Desse modo, o princípio da dignidade da pessoa humana deve levar em consideração apenas o indivíduo enquanto ser vivo, abstraindo-se das qualidades morais do mesmo.

⁵⁸⁴ SAVAZZONI, Simone de Alcântara. Psicopatia: uma proposta de regime especial para cumprimento de pena. Disponível: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Simone-de-Alcantara-Savazzoni.pdf>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

⁵⁸⁵ Como exemplo, podem ser citadas a psiquiatra Ana Beatriz Barbosa e a criminologista Janire Rámila.

⁵⁸⁶ SAVAZZONI, op. cit.

⁵⁸⁷ JORGE, Fernanda Carolina. A figura do psicopata no sistema penitenciário brasileiro. ETIC - Encontro de Iniciação Científica - ISSN 21-76-8498, Vol. 11, No 11 (2015). Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/4987>>. Acesso em: 05 de agosto de 2017.

Outro ponto a ser analisado, são as medidas (res)socializadoras impostas a esses indivíduos, por tudo quanto já foi exposto é nítido que os psicopatas não operam da mesma forma que as demais pessoas, logo o mesmo tratamento dispensado a eles, aos indivíduos que de fato possuem doenças mentais e aos criminosos comuns, não terão os mesmos efeitos. Nesse sentido, necessário se faz um estudo acerca das respostas dos indivíduos portadores desse transtorno em relação às psicoterapias, a fim de identificar quais tratamentos psicoterapêuticos possuem mais resultados, ainda que estes tenham efeito puramente amenizador.⁵⁸⁸

Entretanto, as pesquisas voltadas para a área das psicoterapias, nesses casos, encontram-se prejudicadas, isto porque os profissionais do ramo se sentem desestimulados a tratar esses sujeitos, em virtude da resistência que estes apresentam no tocante ao acesso da área emocional.⁵⁸⁹ Conforme elucida a psicóloga Candotta, esses sujeitos,

Não querem atendimento. Recusam atendimento porque sabem que poderão ser descobertos ou alguma coisa pode vir à tona. Apresentar algum tipo de deslize e a gente perceber e eles serem diagnosticados e prejudicados. Ficarem mais tempo aqui. Sabendo que as psicólogas vão fazer um relatório posteriormente, eles já se previnem, se blindam, para não mostrar realmente a que ele veio, o que ele é.⁵⁹⁰

Ainda no campo das psicoterapias, há indícios de que apesar da pouca efetividade, a aplicação dos mesmos pode interferir na questão da reincidência criminosa, de modo que os indivíduos submetidos à terapia cognitivo-comportamental tendem a reincidir menos. Já em relação ao tratamento com fármacos, existe um déficit na indústria que não dispõe de medicamentos específicos para tal transtorno.⁵⁹¹

Em se tratando de doenças mentais, os remédios buscam amenizar os sintomas e não propriamente curar a patologia, da mesma forma ocorre com a psicopatia, até porque o ponto central desse transtorno é a falta de empatia, para a qual não existe um suporte farmacológico. Assim, as substâncias usadas buscam, por exemplo, diminuir a libido e conter a agressividade. É importante esclarecer que o uso de alguns medicamentos resulta no efeito inverso é o caso de alguns sedativos que podem estimular o comportamento agressivo.⁵⁹²

⁵⁸⁸ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2014, p. 186-187.

⁵⁸⁹ SAVAZZONI, Simone de Alcântara. *Psicopatia: uma proposta de regime especial para cumprimento de pena*. Disponível: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Simone-de-Alcantara-Savazzoni.pdf>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

⁵⁹⁰ CANDOTTA, Luciana Corradine Nabas apud SAVAZZONI, *ibidem*.

⁵⁹¹ TRINDADE, Jorge Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p.172-173.

⁵⁹² *Ibidem*.

No caminho inverso à crença da impossibilidade de ressocialização de criminosos psicopatas, a psicóloga norueguesa Aina Sundt Gullhaugen afirma ser possível (re)integrar psicopatas ao meio social, desde que sejam submetidos a uma terapia que tenha como enfoque as experiências negativas vivenciadas por estes sujeitos ao longo da vida e principalmente na infância.⁵⁹³

Para Guilhaugen, os psicopatas não possuem déficits emocionais, mas em razão de experiências negativas, tiveram uma ruptura emocional que interfere nas expressões da emoção, uma vez que ocorridas na infância possuem a capacidade de obstruir o desenvolvimento emocional. Segundo ela, a busca por uma correta relação entre formas de exteriorização das emoções e ingerências nos traços da personalidade iriam clarear o entendimento sobre a psicopatia.⁵⁹⁴

Levando-se em consideração as pesquisas acerca das personalidades psicopáticas, depreende-se que a inserção desses indivíduos em prisões especiais, dotadas de equipes multidisciplinares especializadas no assunto, constituiria uma alternativa sancionatória. Dessa forma, haveria menor risco de manipulação da equipe profissional, bem como a possibilidade da construção de um modelo sólido de ressocialização, visto que os resultados seriam melhor delineados em razão da segregação desses indivíduos dos demais, abrindo caminhos a efetivação da tríplice finalidade da pena, qual seja, prevenir, punir e re(educar).⁵⁹⁵

À vista disso, no que diz respeito à resposta punitiva estatal, a prevenção e a (re)educação/(res)socialização devem consistir em medidas que visem a modificação ou a contenção do comportamento criminoso, além do redirecionamento das habilidades desses indivíduos, reconfigurando os aspectos negativos dessas personalidades, tais como a capacidade de persuasão. Por isso, a necessidade de ambientes controlados e rígidos é de suma importância, porquanto “qualquer falha no sistema de acompanhamento pode trazer resultados imprevisíveis”^{596 597}.

Uma crítica voltada à segregação desses indivíduos em unidades prisionais especiais seria a ideia de que ao promover a criação dessas prisões, haveria o surgimento de estigmas. No entanto, esse é um problema de conjuntura sociocultural que se faz presente em relação à

⁵⁹³ Associação Brasileira de Psiquiatria-ABP. Terapia Para Psicopatas. Disponível em: <<http://www.abp.org.br/portal/terapia-para-psicopatas/>>. Publicado em: 1º de agosto de 2012. Acesso em: 12 de setembro de 2017.

⁵⁹⁴ Associação Brasileira de Psiquiatria-ABP. Terapia Para Psicopatas. Disponível em: <<http://www.abp.org.br/portal/terapia-para-psicopatas/>>. Publicado em: 1º de agosto de 2012. Acesso em: 12 de setembro de 2017.

⁵⁹⁵ SAVAZZONI, Simone de Alcântara. Psicopatia: uma proposta de regime especial para cumprimento de pena. Disponível: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Simone-de-Alcantara-Savazzoni.pdf>. Acesso em: 26 de julho de 2017..

⁵⁹⁶ TRINDADE, Jorge Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 173.

⁵⁹⁷ Ibidem.

população carcerária e psiquiátrica de forma geral. De qualquer modo, em se tratando de psicopatia a prevenção⁵⁹⁸ é a melhor arma.

Portanto, é de suma importância propor a investigação sobre a personalidade psicopática, para através desta, possivelmente clarear os rumos da aplicação sancionatória brasileira, estudando a eficiência das sanções atualmente aplicadas, pois “inadequado à prisão ou ao hospital psiquiátrico, o psicopata pode ser o ponto deixado pela maquinaria disciplinar, [...] que no interior de sua engrenagem, coloca-a perigosamente em questão”⁵⁹⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o estudo perpetrado no decorrer deste artigo, verifica-se que atualmente as sanções penais aplicadas aos criminosos detentores de personalidade psicopática, consistem na inserção desses indivíduos em prisões comuns ou na internação destes em casas de custódia. Todavia, tais destinos se mostram ineficientes na busca pela prevenção, punição e principalmente em relação ao caráter (res)socializador da pena.

Nesse sentido, por serem altamente manipuladores, quando em presídios comuns, os psicopatas podem facilmente progredir de regime, mascarados sob um falso bom comportamento, acarretando assim, em erros severos, posto esses criminosos apresentarem uma maior taxa de reincidência. Por outro lado, a aplicação da medida de segurança se mostra prejudicada, primeiro porque aqui não se fala de sujeitos que padecem de doenças mentais, mas de alguém que possui consciência de seus atos e os planeja.⁶⁰⁰

Logo, o que se deve buscar é a discussão, bem como a elaboração de modelos punitivos adequados a esses indivíduos, impondo como limite base, o respeito à dignidade humana, o que seria possível, por exemplo, através da criação de unidades prisionais especiais dotadas de equipes especializadas no assunto.

Foi possível ainda, verificar divergências quanto à nomenclatura ideal para tal transtorno, bem como as principais teorias quanto a origem da psicopatia, os quais giram em torno de aspectos biopsicossociais. Além disso, foi evidenciado que os psicopatas não são necessariamente homicidas, uma vez que a psicopatia possui graduações. Assim como houve a diferenciação entre esse transtorno e as doenças mentais, o que serve de pressuposto para a configuração da imputabilidade desses sujeitos.

⁵⁹⁸Em seu livro *Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado*, a autora Ana Beatriz Barbosa elucida algumas formas de prevenção que podem ser adotadas pela população, a fim de que não venham a sofrer ou no mínimo possam amenizar a nocividade das condutas dos indivíduos psicopatas, das quais se pode destacar: conhecimento sobre o tema; cuidado com a superficialidade, vez que as aparências enganam; seguir a intuição; cuidado com pessoas “perfeitas” e demasiadamente bajuladoras; atenção aos ambientes em que se está inserido (bares, boates, clubes etc.), cuidado com o jogo cênicos de pena e culpa, dentre outros.

⁵⁹⁹RAUER, Cristina. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 125.

⁶⁰⁰SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2014.

REFERÊNCIAS

BARROS, Alcina Juliana Soares; ROSA, Regis Goulart; TABORDA, José Geraldo Vernet (IN MEMORIAM). **O Papel dos Hormônios na Psicopatia**. Revista Debates em Psiquiatria, Ano 5, nº1, Jan/Fev 2015. Disponível em: <http://www.abp.org.br/portal/rdp_ano_5_n1_janfev-2015/>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

BINS, Helena Dias Castro; TABORDA, José Geraldo Vernet. **Psicopatia: influências ambientais, interações biossociais e questões éticas**. Revista Debates em Psiquiatria, Ano 6, nº 1, Jan/Fev 2016, p.11. Disponível em: <<http://www.abp.org.br/portal/revista-debates-em-psiQUIIATRIA-ano-6-%E2%80%A2-n1-%E2%80%A2-janfev-2016/>>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

BRAGHIROLI, Elaine Maria; BISI, Guy Paulo; RIZZON, Luiz Antônio; NICOLETTO, Ugo. **Psicologia Geral**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CARRARA, Sérgio. **Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século**. São Paulo: EdUSP, 1998.

CARVALHO, Tiago Santos; SUECKER, Betina H. Krause. **A possível influência genética no perfil criminológico de psicopatas (recurso eletrônico)**. Novo Hamburgo: Feevale, 2011.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais [Recurso Eletrônico]**. – 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

EVANGELISTA, Susana Isabel Franco. **Psicopatia, Personalidade e Expressividade Emocional**. RECI - Repositório Científico Lusófona, Lisboa: Dez. 2015. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/6815>>. Acesso em: 03 de maio de 2017.

FREITAS, Edmundo Leal. **Alguns Aspectos da Linguagem Científica**. Sitientibus, Feira de Santana, n.12, 1994. Disponível em: < <http://www2.uefs.br/sitientibus/edicoes/12.htm>>. Acesso em: 08 de maio de 2017.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.

HAUCK FILHO, Nelson; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; DIAS, Ana Cristina Garcia. **Psicopatia: o construto e sua avaliação**. Aval. psicol., Porto Alegre, v. 8, n. 3, dez. 2009. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712009000300006>. Acesso em

MIRABETE, Julio Fabrini. **Execução Penal: Comentários a Lei 7. 210 de 11-7-1984**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, Rita de Cássia Costa. **Psicopatia na encruzilhada: uma reflexão sobre os psicopatas à luz do direito penal brasileiro**. Disponível em:<<http://repositorio.asc.es.br/handle/123456789/259>>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

PESSOTTI, Isaias. **Os nomes da loucura**. São Paulo: Ed. 34. 1999

RÁMILA, Janire. **Predadores Humanos: o obscuro universo dos assassinos em série**. São Paulo: Madras, 2012.

RAUER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

SADOCK, Benjamim J. **Compêndio de psiquiatria: ciência comportamento e psiquiatria clínica [recurso eletrônico]**. 11.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

SÃO PAULO. Secretaria da Saúde. **Quem foi Philippe Pinel**. Disponível em< <http://portal.saude.sp.gov.br/caism-philippe-pinel/institucional/quem-foi-philippe-pinel>>. Acesso em: 03 de maio de 2017.

SAVAZZONI, Simone de Alcântara. **Psicopatia: uma proposta de regime especial para cumprimento de pena**. Disponível:<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Simone-de-Alcantara-Savazzoni.pdf>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

SCHECHTER, Harold. **Serial Killers, anatomia do mal**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado**.2.ed.São Paulo: Globo, 2014.

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

APLICABILIDADE DO DIREITO AMBIENTAL: POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL SOB A ÉGIDE DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO E DOS TRATADOS INTERNACIONAIS.

BARROS, Kennet Anderson Ribeiro⁶⁰¹

COUTO, Gabrielle Paloma Santos Bezerra⁶⁰²

LESCANO, Lisiane Sibeli de Andrade⁶⁰³

Resumo: O presente trabalho trata da aplicabilidade do Direito Ambiental Brasileiro, com o objetivo de analisar como os entes federativos podem estabelecer políticas ambientais capazes de harmonizar o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica para fundamentação do estudo sobre a evolução do direito ambiental brasileiro e sua relação com os termos de cooperação internacional, o enfoque dado pela Constituição Federal de 1988 e as leis complementares que regulamentam a matéria e norteiam as políticas ambientais brasileiras. Destacam-se a responsabilização e punição de agentes degradadores, incentivos fiscais e pagamentos por serviços ambientais e, educação ambiental como forma de promover o desenvolvimento sustentável. Observa-se que o arcabouço jurídico ambiental é pouco conhecido e aplicado.

Palavras-Chave: Direito Ambiental. Tratados internacionais. Sustentabilidade. Educação Ambiental.

ABSTRACT: This paper deals with the applicability of Brazilian Environmental Law, with the objective of analyzing how federal entities can establish environmental policies capable of harmonizing economic development and sustainability. In order to do so, a bibliographic research was carried out to substantiate the study on the evolution of Brazilian environmental law and its relation with the terms of international cooperation, the approach given by the Federal Constitution of 1988 and the complementary laws that regulate the matter and guide the environmental policies Brazilians. Emphasis is placed on the accountability and punishment of degrading agents, tax incentives and payments for environmental services, and environmental education as a way to promote sustainable development. It is observed that the environmental legal framework is little known and applied.

Keywords: Environmental Law. International treaties. Sustainability. Environmental education.

INTRODUÇÃO

Até recentemente acreditava-se que o meio ambiente era uma fonte inesgotável e que as ações do homem eram insignificantes no processo de degradação. Então, homens gananciosos, ávidos pela satisfação de seus desejos de conforto e consumo recorrem à exuberante natureza como a fonte principal para as ações em busca de riquezas.

Os impactos provocados pelo homem no cenário mundial tornam evidente a necessidade de reverter os efeitos das ações humanas; não é mais possível postergar as soluções para um futuro indeterminado. É preciso aplicar a legislação em vigor para que as

⁶⁰¹ Bacharelando em Direito pela Faculdade de Balsas - UNIBALSAS. andersonribeiro_ma@hotmail.com.br

⁶⁰² Professora do curso de Direito da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS.

⁶⁰³ Professora do curso de Direito da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS.

peças trabalhem e produzam sem esgotar os recursos naturais, para que as gerações futuras possam continuar produzindo e utilizando o que existe hoje. É necessário que os diversos entes governamentais conheçam a legislação ambiental brasileira e apliquem-na para preservar o que ainda resta, reparem erros e recuperem o que for possível, sem, contudo barrar o desenvolvimento.

O presente trabalho tem o propósito de responder ao questionamento: Como os entes federativos podem estabelecer políticas ambientais capazes de harmonizar desenvolvimento econômico e sustentabilidade?

Para tanto, realiza-se pesquisa bibliográfica em livros, leis e sítios da internet para conceituação de termos relacionados ao tema e fundamentação legal, analisa a evolução do direito ambiental brasileiro e sua relação com os termos de cooperação internacional; relaciona a exploração de recursos naturais ao desenvolvimento econômico; avalia políticas ambientais capazes de harmonizar desenvolvimento econômico e sustentabilidade, destacando a responsabilização e punição de agentes degradadores, incentivos fiscais e pagamentos por serviços ambientais e, educação ambiental como forma de promover o desenvolvimento sustentável. Observa-se que o arcabouço jurídico ambiental brasileiro é amplo, porém pouco conhecido e aplicado.

A escolha do presente tema se justifica pela necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre meio ambiente, sob a égide do direito ambiental brasileiro e dos tratados internacionais, para incentivar a implementação de políticas de desenvolvimento econômico sustentável em escala local.

1. EVOLUÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

Com o passar dos tempos, a degradação ambiental causou poluição em geral, aumento da temperatura do planeta, excesso de chuvas em algumas regiões e secas prolongadas em outras, diminuição do volume e até desaparecimento de água dos rios e lagos, levando à busca de água no subsolo por meio de perfurações de poços cada vez mais profundos, entre outros fenômenos causadores de transtornos e de preocupações, que despertaram a compreensão de que os efeitos das ações humanas sobre a natureza se voltam sobre o homem; levando então à consciência ecológica, a partir da qual se passou a realizar estudos, formular teorias, traçar objetivos, discutir ações a serem implementadas e a criar leis para regulamentar tais ações.

A preocupação com a proteção ambiental no Brasil, do ponto de vista ecológico, é embrionária, considerando mais de 500 anos de história e conseqüentemente de exploração. Até o início do século XX, a legislação era esparsa, caracterizada pelo interesse econômico e por meio de dispositivos que protegiam determinados recursos ambientais, porém só era punido quem prejudicasse os interesses da Coroa Portuguesa e dos latifundiários.

No Brasil, desde o período colonial, já existiam legislações que visavam proteger os recursos naturais, florestais e pesqueiros. A exploração da madeira, por exemplo, era um monopólio da Coroa. A preocupação era de preservar em função de interesses econômicos. Após a proclamação da independência, os objetivos continuaram os mesmos. Somente na década de 30, do século XX, foram realizadas modificações profundas, com o estabelecimento do Código Florestal e do Código das Águas (OLIVEIRA, 2012 apud NASCIMENTO 2012, pág.15).

Nas décadas seguintes intensifica-se a degradação dos recursos naturais renováveis e não renováveis. Porém, algumas mudanças começam a acontecer: a Conferência de Estocolmo inspirou o Brasil a criar a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) em 1973 e a Lei 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, criando o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA⁶⁰⁴.

Com o propósito de preservar ecossistemas, foi aprovada também a lei que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas,

Art. 2º - As Estações Ecológicas serão criadas pela União, Estados e Municípios, em terras de seus domínios, definidos, no ato de criação, seus limites geográficos e o órgão responsável pela sua administração.

Art. 4º - As Estações Ecológicas serão implantadas e estruturadas de modo a permitir estudos comparativos com as áreas da mesma região ocupadas e modificadas pelo homem, a fim de obter informações úteis ao planejamento regional e ao uso racional de recursos naturais. (BRASIL, 1981, Lei 6.902. art. 2º e 4º)

⁶⁰⁴ Estrutura do SISNAMA:

Órgão Superior: O Conselho de Governo

Órgão Consultivo e Deliberativo: O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA

Órgão Central: O Ministério do Meio Ambiente - MMA

Órgão Executor: O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;

Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.

(<http://www.mma.gov.br/port/conama/estr1.cfm>)

O relatório Brundtland, elaborado pela Conferência de Nairóbi, no Quênia, em 1982, influenciou fortemente a redação do art. 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que sintetizou a preocupação com a preservação ambiental, afirmando “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Esta mesma Carta Magna garante o direito de propriedade pelo inciso XXII do art. 5º, porém autoriza o ente público a intervir determinando que o meio ambiente seja conservado ou recuperado, com base em seu art. 186, segundo o qual a propriedade rural deve cumprir sua função social atendendo critérios de exigência, para utilizar de forma racional e adequada os recursos naturais.

Ao longo da década de 80, entraram em vigor legislações específicas que tinham como objetivo fazer o controle de indústrias já existentes e acompanhar a instalação de novas indústrias, estabelecendo exigências para controlar as emissões de poluentes. Nesse contexto, surgem as empresas especializadas na elaboração de estudos de impacto ambiental, que segundo o art. 1º da Resolução nº 001/1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), “trata-se de qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do ambiente natural, resultante da atividade humana”.

Em 1989, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), autarquia federal ligada ao Ministério do Meio Ambiente, que conforme o inciso I do art. 2º da Lei 7.735/1989, tem a finalidade de exercer o poder de polícia ambiental fazendo parte do SISNAMA.

No sentido de conservar ou recuperar o ambiente, foi criada a Lei nº 9.605/1998, que determina as sanções penais e administrativas aplicáveis nos casos de condutas e atividades que causem lesões ao meio ambiente. Conforme o art. 70 desta lei (BRASIL, 1998) “considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente” e, no § 1º deste mesmo art. informa que os funcionários dos órgãos componentes do SISNAMA são autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processos administrativos.

O art. 72 desta lei determina as sanções aplicáveis às infrações administrativas, observando os dispostos no art. 6º para imposição e gradação da penalidade, à autoridade competente. Convém ressaltar que as secretarias municipais de meio ambiente são órgãos do SISNAMA e, portanto podem elaborar normas e padrões supletivos e complementares para as áreas de sua jurisdição, observando os padrões federais e estaduais.

Outro importante documento para regulamentar o art. 225 da CF/88 e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, é a Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), pelo qual a diversidade biológica é protegida e a população humana orientada e disciplinada sobre o processo de utilização.

Entre as Unidades de uso sustentável, elencadas no art. 14 da Lei 9.985/2000, há as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), cujo proprietário por iniciativa própria transforma sua propriedade em uma unidade de conservação, sendo permitidas apenas atividades não lesivas, como pesquisa científica e visitação com objetivos educacionais, recreativos e turísticos. Sendo que tais atividades devem seguir um plano de manejo autorizado pelos órgãos responsáveis.

Quando há interesse do proprietário e, mediante análise pelo órgão competente, as condições para criação de uma RPPN forem atendidas, algumas vantagens são concedidas ao proprietário, conforme o Decreto 5.746/2006, que regulamenta o art. 21 da Lei 9.985/2000:

Art. 8. A área criada como RPPN será excluída da área tributável do imóvel para fins de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.

Art. 13. A RPPN poderá ser criada dentro dos limites de Área de Proteção Ambiental-APA, sem necessidade de redefinição dos limites da APA.

Art. 27. Os projetos referentes à implantação e gestão de RPPN terão análise prioritária para concessão de recursos oriundos do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA e de outros programas oficiais.

Art. 28. Os programas de crédito rural regulados pela administração federal priorizarão os projetos que beneficiem propriedade que contiver RPPN no seu perímetro, de tamanho superior a cinquenta por cento da área de reserva legal exigida por lei para a região onde se localiza, com plano de manejo da RPPN aprovado. (BRASIL, 2006, Decreto 5.746. art. 8º, 13º, 27º e 28º).

Visando ordenar também, o uso e a ocupação do solo urbano, bem como a gestão democrática da cidade, foi aprovado no Brasil o Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257/2001, que garante o direito a cidades sustentáveis, incluindo para tanto, infra-estrutura urbana e saneamento ambiental.

E mais recentemente, a Lei conhecida como Novo Código Florestal Brasileiro, que com o propósito de preservar, estabelece:

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa. (BRASIL, 2012, Lei 12.651. art. 3º, incisos II e III)

A Reserva Legal pode ser explorada de forma sustentável, obedecendo aos limites legais de acordo com o bioma onde está localizada,⁶⁰⁵ sendo, portanto, um instrumento que viabiliza o direito ao ambiente equilibrado e o direito ao desenvolvimento econômico.

2. TRATADOS INTERNACIONAIS EM MATÉRIA DE DIREITO AMBIENTAL

A supremacia do interesse pelo crescimento econômico em detrimento da preservação ambiental é percebida ao longo dos séculos. Porém na década de 60 se iniciou nos Estados Unidos e se espalhou pelo mundo, um aumento significativo da consciência e preocupação com o meio ambiente, em consequência da publicação do livro *A Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, que causou uma revolução ecológica, ao descrever no capítulo *Uma Fábula para o Amanhã*, uma cidade no coração da América.

Nas fazendas, as galinhas chocavam, mas nenhum pintinho nascia. [...] As macieiras atingiam a fase da florada, mas nenhuma abelha zumbia por entre suas flores, de modo que não ocorria a polinização, e, portanto, não podia haver fruto. [...] Os pescadores já não visitavam mais os rios, porquanto todos os peixes haviam morrido. [...] Nenhuma obra de feitiçaria, nenhuma ação do inimigo, havia silenciado o renascer de uma nova vida naquele mundo golpeado pela morte. Fôra o povo, ele próprio, que fizera aquilo. (RACHEL CARSON, 1962, p. 12-13).

Carson explicou e denunciou o perigo dos pesticidas nos Estados Unidos, levando à compreensão das interconexões entre meio ambiente, economia e bem-estar social. O mundo começou a perceber que a degradação ambiental não respeita os limites territoriais estabelecidos pelo homem; assim como suas consequências desastrosas não atingem somente os culpados.

Inicia-se então, a realização de convenções internacionais e celebração de tratados, onde são definidos os objetivos, e estabelecidas as metas a serem atingidas pelas Nações no sentido de promover um ambiente ecologicamente equilibrado. Em 1968, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) organizou em sua sede em Paris, a primeira reunião intergovernamental (Conferência da Biosfera) para tentar conciliar a

⁶⁰⁵ I - localizado na Amazônia Legal:

- a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas;
- b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado;
- c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais;

II - localizado nas demais regiões do País: 20% (vinte por cento).

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm

conservação e o uso dos recursos naturais, onde foi criado o programa O Homem e a Biosfera, lançado em 1971. Ainda hoje, o MaB – Man and the Biosphere é responsável pela proteção das áreas denominadas Reservas da Biosfera, as quais devem cumprir algumas funções:

Contribuir para conservação da biodiversidade, incluindo os ecossistemas, espécies e variedades, bem como as paisagens onde se inserem. Fomentar o desenvolvimento econômico que seja sustentável do ponto de vista sócio-cultural e ecológico. Criar condições logísticas para a efetivação de projetos demonstrativos, para a produção e difusão do conhecimento e para a educação ambiental, bem como para as pesquisas científicas e o monitoramento nos campos da conservação e do desenvolvimento sustentável. (O Programa MaB/UNESCO)⁶⁰⁶.

Segundo NASCIMENTO, 2012, logo no início da década de 70, o Clube de Roma (grupo de cientistas, políticos e industriais que se reuniam para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados à política, economia internacional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável) elaborou e publicou o relatório Limites ao Crescimento, que despertou a atenção da sociedade quanto à exploração do planeta, mostrando a necessidade da imposição de limites e, colaborou para que em 1972 fosse realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo na Suécia. Evento que consolidou o direito ambiental internacional, mudando do foco econômico para o ecológico, onde a preservação e melhoria da qualidade ambiental se constituem em direito fundamental humano, tanto para as presentes quanto para as futuras gerações.

No ano de 1982, na cidade de Nairóbi, no Quênia, ocorreu um encontro onde foram avaliados os 10 anos do Tratado de Estocolmo. No encontro foi elaborado o relatório Brundtland sob o título Nosso Futuro Comum, publicado em 1987, que segundo (GADOTTI 2008, p. 43) socializou a “visão de que não existe apenas um limite mínimo para o bem-estar da sociedade; há também um limite máximo para a utilização dos recursos naturais”. Nesse documento foi apresentado pela primeira vez o termo desenvolvimento sustentável, (GADOTTI 2008, p. 56) “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” e trouxe ainda, dados sobre o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio, além de uma lista de ações a serem implementadas pelas Nações no sentido de equilibrar a relação ser humano-ambiente.

Para preparar avaliações/relatórios sobre todos os aspectos das mudanças climáticas e seus impactos sociais e econômicos, bem como as possíveis estratégias de enfrentamento, foi criado em 1988, pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)⁶⁰⁷. Contando com a contribuição de milhares de cientistas de

⁶⁰⁶ <http://www.icmbio.gov.br/parnaguimaraes/images/stories/downloads>.

⁶⁰⁷ <http://www.ipcc.ch/organization/organization.shtml>

todo o mundo, tornou-se o principal órgão internacional para avaliação de mudanças climáticas, fato reconhecido ao receber o Prêmio Nobel da Paz no ano de 2007.

Com grande participação de chefes de estado, de organizações não governamentais e representantes de todas as classes da sociedade civil, em 1992 foi realizada no Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Cúpula da Terra ou Rio-92, produzindo dois importantes documentos: a Agenda 21 e a Carta da Terra.

O termo Agenda 21 foi utilizado para apresentar as intenções e o desejo de mudança para o novo modelo de desenvolvimento a ser adotado no século XXI, constituindo-se num instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

A Carta da Terra traz importantes ressalvas sobre o meio ambiente, foi retificada pela UNESCO e aprovada pela ONU em 2002:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (A Carta da Terra, 2002)⁶⁰⁸.

Ainda na Rio-92 foi discutida a necessidade de ações para reduzir a emissão de gases causadores do Efeito Estufa. Posteriormente, com a realização de outras conferências, o tema ganhou importância, de forma que em 1997 foi assinado o Protocolo de Quioto, no Japão, que segundo NASCIMENTO 2012, p.24, instituiu três mecanismos de flexibilização para atingir a meta de redução desses gases:

Emissions Trade (comércio de emissões) – utilizado entre países industrializados, onde um país que tenha reduzido suas emissões acima de sua meta, pode transferir o excedente de suas reduções para outro país que não tenha alcançado tal condição.

⁶⁰⁸ <http://www.mma.gov.br/informma/item/8071-carta-da-terra>

Joint Implementation (implementação conjunta) – possibilita aos países industrializados a redução de suas emissões sem que tomem medidas no próprio país, através de projetos de redução de gases do efeito estufa em outro país industrializado, contabilizando a seu favor, as emissões reduzidas.

Clean Development Mechanism–CDM ou (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo MDL) – através deste, os países responsáveis pelas maiores emissões de CO2 podem, enquanto não conseguem diminuir suas próprias emissões, investir capitais na produção de sistemas consumidores de carbono da atmosfera, em países que tenham potencial para isso.

Ainda segundo NASCIMENTO 2012, p. 27, o projeto pioneiro, aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU), através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), “foi o aterro sanitário de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, que utiliza tecnologias de engenharia sanitária, sendo que os créditos de carbono gerados foram negociados diretamente com a Holanda”.

Outro importante exemplo desse mecanismo é o que ocorre entre Brasil e Noruega, país que segundo GUIMARÃES 2011, p. 140 “a contar da década de 1970, transformou-se em produtor e exportador de petróleo e com um dos mais elevados níveis de emissão de gás carbônico”, fato que ocasionou a busca de parcerias, culminando com a contribuição da Noruega ao Fundo Amazônia disciplinada pelo “Contrato de Doação celebrado, em 25 de março de 2009, entre o BNDES e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega” (GUIMARÃES, 2011 p. 153).

Todos esses eventos ocorridos nos últimos tempos mostraram que a questão ambiental ultrapassou os limites de ações individuais de pequenos grupos de ambientalistas, para se constituir em uma inquietação de toda a humanidade, de modo a levar cada ser humano a se preocupar com o uso indiscriminado de recursos naturais e com o desperdício de energia

3. POLÍTICAS CAPAZES DE HARMONIZAR DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE

O tema desenvolvimento sustentável tem seu fundamento na economia e na ecologia, visto que toda atividade econômica requer a utilização de recursos naturais e produz dejetos a serem lançados na natureza, porém diz respeito não somente ao impacto dessas atividades sobre o meio ambiente, refere-se principalmente às consequências na qualidade de vida e no bem estar, portanto engloba a dimensão social.

Conforme os Princípios Gerais da Atividade Econômica, tratados no art. 170 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”. O que significa a liberdade para o exercício de qualquer atividade econômica, porém com a observância dos princípios previstos em lei.

Visando a observância de tais princípios, segundo OLIVEIRA 2012, apud NASCIMENTO 2012, p. 16, a Política Nacional do Meio Ambiente “prevê a descentralização das ações, atribuídas aos Estados e Municípios a função de executores de medidas e providências para a proteção ambiental”. Assim, estes entes federativos devem utilizar-se da legislação para recuperar danos já causados e preservar o que ainda resta.

Muitos municípios, embora tenham essa atribuição, não dispõem de profissionais capacitados. Uma alternativa é a adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, criada em 1999, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que se constitui numa estratégia de construção de uma cultura institucional para a inserção de critérios socioambientais na administração pública, destinada aos órgãos públicos das três instâncias (federal, estadual e municipal) e aos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário).

Não existe norma impondo essa agenda, ela é voluntária, porém a adesão é cada vez maior por parte de instituições que buscam parceria para obtenção de conhecimento, elaboração de projetos sustentáveis, ou ainda para exposição e premiação por práticas desenvolvidas.

3.1. Responsabilização e punição de agentes degradadores

O primeiro princípio que deve ser atendido no sentido de recuperar ou preservar a qualidade ambiental necessária à vida, conforme o art. 2º da Lei 6.938/81 (BRASIL, 1981) é “ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo”; e em se tratando de um patrimônio público, esteja ele numa propriedade privada ou pública, sua proteção cabe ao Estado e a toda a coletividade, sendo do Estado a função de criar instrumentos para fazer cumprir a legislação.

Com base no § 3º do art. 225 da CF/88 (BRASIL, 1988) “As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”. E, considerando que as secretarias municipais de meio ambiente são órgãos do SISNAMA, têm poderes para elaborar normas aplicáveis ao seu município, desde que observe a legislação federal e estadual.

A Lei 6.938/81 torna legítimo o Ministério Público da União e dos Estados para propor ação de responsabilidade civil e criminal, o que tomou efetividade com a criação da Lei 7.347/1985 – Lei de Ação Civil Pública. E de forma aperfeiçoada, a Constituição Federal de 1988 ratificou essa incumbência do Ministério Público, dotando-o de instrumentos para atuação nas esferas criminal e cível, pelo inciso III do art. 129 promover o inquérito civil e a ação civil pública no sentido de proteger interesses difusos e coletivos. E ainda, o inciso LXXIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, afirma:

Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Outro importante dispositivo para controle de atividades causadoras de impactos é o licenciamento ambiental, regulamentado pela Resolução 237/1997 do CONAMA, composto por licença prévia, licença de instalação e licença de operação, que são antecedidas de estudos de impacto ambiental e relatório de impacto ao meio ambiente; conforme o art. 10 da Lei 6.938/1981.

A Lei Complementar 140/2011, em seu capítulo III, que trata das Ações de Cooperação entre os entes federativos, elenca no art. 7º as ações administrativas da União, no art. 8º as ações administrativas dos Estados e no art. 9º as ações administrativas dos Municípios. Todavia, no caso de um Município que não apresenta em seu quadro, servidores ou órgão competente para emitir o licenciamento, o Estado, em ação supletiva, deve realizar o processo; ou ainda quando o Município dispõe de órgão, mas encontra dificuldade em efetuar tal processo, pode solicitar ação subsidiária do Estado. É o que determinam os incisos II e III do art. 2º da LC 140/2011.

O ente federativo que licencia uma obra ou atividade tem a responsabilidade de fiscalizá-la. Todavia, se o fiscal do órgão federal – IBAMA, constatar uma infração, pela competência comum, deve autuar e comunicar o órgão local competente, de forma que se as recomendações ou exigências ditadas por ocasião do licenciamento não estão sendo atendidas, o infrator não fique impune.

3.2. Incentivo fiscal e pagamento por serviços ambientais

Dentre os princípios a serem observados no exercício da atividade econômica, o inciso VI do art. 170 da CF/88, enfatiza a defesa do meio ambiente, propondo tratamento diferenciado de acordo com o impacto ambiental dos produtos e serviços em seus processos de elaboração e prestação, respectivamente. Com base neste princípio, pessoas físicas ou jurídicas poderão ou não ter benefícios, no tocante a incentivos e isenções fiscais.

A Lei Complementar nº 87/1996, que regulamenta o art. 155 da CF/88, em seu art. 1º (BRASIL, 1996) determina “Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS”. Considerando que a arrecadação desse imposto é bastante significativa para Estados e Municípios, e que estes buscam estratégias para promover o desenvolvimento sustentável, uma alternativa plausível é

a aplicação/distribuição dos 25% a que fazem jus os municípios, tendo como critério o ICMS Ecológico⁶⁰⁹.

O primeiro Estado brasileiro a adotar o ICMS Ecológico foi o Paraná, reelaborando sua Constituição em 05 de dezembro de 1989, na qual o art. 132, parágrafo único:

O Estado assegurará, na forma da lei, aos Municípios que tenham parte de seu território integrando unidades de conservação ambiental, ou que sejam diretamente influenciados por elas, ou àqueles com mananciais de abastecimento público, tratamento especial quanto ao crédito da receita referida no art. 158, parágrafo único, II, da Constituição Federal. (PARANÁ, 1989).

Além disso, através da Lei Estadual nº 9.491 de 21 de dezembro de 1990, o Estado do Paraná estabeleceu os critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS “áreas protegidas 2,5%, mananciais de abastecimento 2,5%, produção agropecuária 8%, habitantes na zona rural 6%, área territorial do município 2%, distribuição igualitária 2% e número de propriedades rurais 2%”. Iniciativa que serviu de modelo para outros Estados brasileiros.

Outro exemplo de política para preservação do meio ambiente foi apresentado pela edição do Jornal Nacional, da TV Globo, do dia 18 de julho de 2017⁶¹⁰. Na matéria, foi destacado pelo repórter José Raimundo, o trabalho realizado por produtores rurais que estão conservando e ou replantando árvores da Mata Atlântica enquanto praticam agricultura. Para tanto os produtores recebem as mudas gratuitamente do viveiro de uma Organização Não Governamental - ONG e uma remuneração da prefeitura de acordo com o serviço ambiental prestado, cujo foco é a recuperação de nascentes de rios, visto que na região há mais de mil e seiscentas nascentes, das quais pelo menos quatrocentas já foram destruídas pelo desmatamento.

A boa notícia é que essa iniciativa já recuperou várias dessas nascentes em cinco municípios sulbairanos, sendo o município de Ibirapitanga o primeiro no Estado da Bahia a adotar legalmente o pagamento por serviços ambientais, assegurado (IBIRAPITANGA, 2014) pela “Lei Nº 864/2014 - Institui a Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, cria o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e o Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e dá outras providências”.

O Estado do Maranhão, ainda não adotou o ICMS Ecológico. Encontra-se em fase de aprovação o Projeto de Lei do Programa Maranhão Verde. Segundo o Secretário de Estado de

⁶⁰⁹ Critério ou conjunto de critérios ambientais utilizados para a determinação do quanto cada município vai receber na repartição dos recursos financeiros arrecadados com o ICMS.

http://www.icmsecologico.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=81

⁶¹⁰ Produtores rurais do Sul da Bahia recuperam nascentes de rios. Produção Jornal Nacional – Rede Globo de Televisão. (3,12 min) <http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/07/18.html>

Meio Ambiente, Marcelo Coelho, as ações do referido programa são destinadas às famílias em situação de pobreza e que realizem atividades sustentáveis; para tanto elas serão cadastradas em programa específico, receberão capacitação, mudas de espécies nativas para reconstrução de áreas destruídas, acompanhamento no desempenho das atividades e benefícios financeiros.

3.3. Educação ambiental na escola

Conforme o inciso I do art. 3º da lei 6.938/1981, meio ambiente é entendido como um conjunto de interações necessárias à manutenção da vida em todas as suas formas. Entre milhões de espécies da Terra, a espécie humana tem sido o foco de toda atenção da ciência ecológica, dada a sua capacidade de transformar as condições ambientais, em nome da busca pelo crescimento econômico e qualidade de vida, sendo a espécie com maior flexibilidade de adaptação e sobrevivência frente às mudanças que ocorrem no ambiente devido às suas ações.

O descontrole nas formas de produção de riquezas e a conseqüente destruição da natureza causaram danos incompatíveis com o bem-estar proporcionado, o que demanda providências urgentes, fazendo da questão ecológica uma questão de toda a sociedade. O dilema humano atual é continuar explorando, porém de forma menos agressiva, que não leve ao esgotamento, é o que se chama uso sustentável.

Para Moacir Gadotti 2001, p.89, “O desenvolvimento sustentável tem um componente educativo formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação”.

O art. 2º da Lei 9.795 (BRASIL, 1.999) afirma que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Não se trata de atribuir aos professores e estudantes a responsabilidade de consertar o mundo, mas há que se perceber a comunidade escolar como um dos agentes propagadores dessa conscientização. A escola tem o poder de formar lideranças para o exercício da democracia participativa, capazes de reproduzir e disseminar o conhecimento em outros espaços, com força suficiente para gerar novos hábitos de vida saudável.

Por orientações do Ministério da Educação, inspiradas na Agenda 21, definida na Conferência Rio-92, as escolas devem implementar ações para promover educação ambiental:

- mobilizar a comunidade escolar para elaboração/reformulação do Projeto Político Pedagógico – PPP para inclusão da educação ambiental;
- identificar as dificuldades encontradas por professores ao trabalhar a temática da educação ambiental a fim de realizar capacitação de professores;

- realizar visitas planejadas a florestas, cachoeiras, nascentes de rios, zoológicos, lixões e fazendas de agricultura e pecuária;
- realizar conferências sobre conservação do meio ambiente, a exemplo da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) promovida pelo Ministério da Educação;
- desenvolver projetos interdisciplinares, com palestras, produção textual, exposição de fotos antigas de locais que sofreram impactos por ações humanas;
- formar Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola, para a prática contínua de ações em prol de um espaço sustentável (arborizar o pátio da escola; cultivar horta, fazer a coleta seletiva do lixo; evitar desperdício de alimentos, de água e de energia).

Os maus exemplos praticados por líderes de nações e noticiados recentemente ratificam a necessidade de disseminar a consciência ecológica entre todas as classes sociais para formação de lideranças. Um desses exemplos é a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA); segundo Martins, 2017 “através do decreto 9.142, de 22 de agosto de 2017, o presidente Michel Temer extingue a reserva que havia sido criada em 1984 pelo governo de João Figueiredo”. Assim, fica disponível para exploração mineral uma área de 46.000 km² nos estados do Pará e Amapá, considerada de grande potencial para novas descobertas.

Outro mau exemplo foi noticiado por Calixto, 2017: “o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a retirada dos EUA do Acordo de Paris, tratado assinado na capital francesa para reduzir emissões de gases de efeito estufa e limitar o aquecimento global”, alegando que o acordo prejudica os interesses nacionais americanos.

O momento atual é oportuno para a educação atuar na inversão dos valores nocivos que têm levado à destruição dos recursos naturais. O Relatório de Brundtland afirma, segundo GADOTTI 2008, p.16: “a menos que sejamos capazes de traduzir nossas palavras em uma linguagem que atinja as mentes e corações das pessoas, velhas ou novas, não poderemos executar as extensas mudanças sociais necessárias para corrigir o curso do desenvolvimento”.

Precisa-se de uma educação que não apenas diga o que deve ser feito, mas que espelhe em suas práticas cotidianas as premissas da sustentabilidade, que relacione esta temática com outras áreas de conhecimento, e que, sobretudo proporcione uma formação ética e política necessária à construção do projeto de conscientização para defesa do meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil e na maioria dos países, com elevada exploração de recursos naturais, é o grande responsável pela degradação ambiental. No entanto, a maioria das nações já estruturou seus órgãos ambientais e

estabeleceu legislações para controle de poluição, de forma que em muitos países o ato de poluir passou a ser crime, e o desenvolvimento sustentável passou a ser uma consequência do desenvolvimento social e econômico, convergindo para a preservação ambiental.

No Brasil, a legislação ambiental criada nas últimas décadas, elaborada principalmente com base em acordos internacionais assumidos por instituições governamentais e pela sociedade, demonstra a preocupação com o presente e o futuro da vida na Terra, trazendo para a rotina do cidadão comum, o entendimento de que cuidar/preservar é uma condição para a sobrevivência.

Portanto é necessário que todos tenham consciência e disposição para tentar reduzir impactos, frear ou até reverter os danos causados; que os governantes executem a legislação para responsabilização e punição dos culpados por danos ambientais, criação de políticas de incentivo à preservação e, através da educação a construção de conhecimentos e habilidades que resultem numa mudança nos valores sociais, atitudes e comportamentos individuais e coletivos em relação ao ambiente.

Cada ente federativo pode atuar através dos seus poderes (legislativo, executivo e judiciário) exercendo suas funções em defesa do meio ambiente, respeitando a competência estabelecida pela legislação. Considerando a escala planetária dos problemas ambientais, parece contraditório pensar em ações regionais e locais, mas é exatamente na escala local que cada cidadão pode fazer algo para melhor aproveitamento de materiais e redução de desperdícios, como economia de energia, destino do lixo, educação para cuidados com fauna, flora e corpos d'água.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. **Direito do meio ambiente e participação popular**. Brasília: IBAMA, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 10 de julho de 2017.

_____. **DECRETO 5.746/2006. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm Acesso em 14 de julho de 2017.

_____. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42, de 19 de dezembro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc42.htm> Acesso em 16 de julho de 2017.

_____. **LEI COMPLEMENTAR Nº 87, de 13 de setembro de 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm> Acesso em 02 de setembro de 2017.

_____. **LEI COMPLEMENTAR Nº 140, de 8 de dezembro de 2011.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm> Acesso em 17 de agosto de 2017.

_____. **Lei no 6.902/1981, que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6902.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

_____. **LEI Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso em 10 de julho de 2017.

_____. **LEI Nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7735.htm> Acesso em 18 de agosto de 2017.

_____. **LEI Nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

_____. **LEI No 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm> Acesso em 20 de agosto de 2017.

_____. **LEI nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acesso em 18 de agosto de 2017.

_____. **LEI No 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em 10 de julho de 2017.

_____. **LEI Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Que dispõe sobre a vegetação nativa.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm> Acesso em 20 de agosto de 2017.

_____. **Resolução CONAMA n. 1, de 23 de janeiro de 1986.** Disponível em <www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23> Acesso em 12 de maio de 2017.

_____. **Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.** Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>> Acesso em 10 de setembro de 2017.

CALIXTO, Bruno. **Mesmo sem EUA, Acordo de Paris não será um fracasso como foi Kyoto.** Disponível em <<http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/06>> Acesso em 13 de setembro de 2017.

CARSON, Rachel Louise. **Primavera Silenciosa.** Tradução de Raul de Polillo. 2ª ed. São Paulo. Edições Melhoramentos, 1962.

CARTA DA TERRA – Organização das Nações Unidas, 2002. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/informma/item/8071-carta-da-terra>>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

COELHO, Saulo de Oliveira Pinto; ARAÚJO, André Fabiano Guimarães de. **A Sustentabilidade como Princípio Constitucional Sistêmico e sua Relevância na Efetivação Interdisciplinar da Ordem Constitucional Econômica e Social: para além do Ambientalismo e do Desenvolvimentismo.** Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia. v.39, p.261-291, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra: Ecopedagogia e educação sustentável.** Buenos Aires, 2001. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010031842/4gadotti.pdf>> Acesso em 23 de agosto de 2017.

_____. **Ecopedagogia, Pedagogia da terra, Pedagogia da Sustentabilidade, Educação Ambiental e Educação para a Cidadania Planetária.** Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/3397/FPF_PTPF_01_0420.pdf> Acesso em: 15 de setembro de 2017.

_____. **Educar para a sustentabilidade.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GOVERNO apresenta Projeto de Lei que apoia a conservação e recuperação ambiental. Disponível em <<http://www.sema.ma.gov.br>>. Acesso em: 13 de setembro de 2017.

GUIMARÃES. Paulo Roberto Ribeiro. **Brasil-Noruega: construção de parcerias em áreas de importância estratégica.** Brasília 2011. Fundação Alexandre de Gusmão. Disponível em <<http://funag.gov.br/loja/download/867pdf>> Acesso em 30 de agosto de 2017.

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/estr1.cfm>> Acesso em 22 de agosto de 2017.

IBIRAPITANGA, Prefeitura Municipal. **Lei Nº 864/2014 - Institui a Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, cria o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e o Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais.** Disponível em: <<http://www.ibirapitanga.ba.gov.br/diarioOficial/download/307/663/>> Acesso em: 21 de julho de 2017.

MARTINS, Helena. **Governo extingue Reserva Nacional do Cobre e Associados**. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-08/governo-extingue-reserva-nacional-do-cobre-e-associados>>. Acesso em 26 de agosto de 2017.

NASCIMENTO, Luís Felipe. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade** – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012.

O PROGRAMA MaB e as Reservas da Biosfera. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/mab/unesco_01_oprograma.asp>. Acesso em: 18 de julho de 2017.

PARANÁ. **Constituição do Estado (1989)**. – Curitiba: Imprensa Oficial, 2006. Disponível em <<http://www.icmsecologico.org.br/site/images/legislacao/leg016.pdf>>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

_____. **Lei Estadual nº 9.491 de 21 de dezembro de 1990**. Disponível em <<http://www.icmsecologico.org.br/site/images/legislacao/leg020.pdf>>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

PRODUTORES rurais do sul da Bahia recuperam nascente de rios. Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/07/18.html>>. Acesso em 19 de julho de 2017.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS CUSTOS PARA TRANSIÇÃO DA CONTABILIDADE TERCEIRIZADA PARA A CONTABILIDADE INTERNA EM UM GRUPO DE EMPRESAS DO RAMO DO COMÉRCIO

Willian de Sousa Jesus⁶¹¹

Cleidiane Cruz de Sousa⁶¹²

Danieli Hoffmann Knopik⁶¹³

Resumo: A contabilidade de custos é parte integrante do processo gerencial de muitas organizações, conhecer os valores despendidos em um produto e/ou setor é essencial para o planejamento nas tomadas de decisões. Este estudo apresenta como objetivo geral a necessidade de comparar e analisar os custos em um grupo de empresas do ramo do comércio para transição da contabilidade terceirizada para a contabilidade interna. Para isso, utilizou-se o método de estudo de caso com análise documental, fazendo observação in loco com uma análise quantitativa dos dados. Foi feito uma análise dos gastos com a contabilidade terceirizada e elaborado um levantamento dos custos previstos com a implantação da contabilidade interna, em seguida comparou-se as duas modalidades dos serviços contábeis entre seus custos e identificando as vantagens e desvantagens para a implantação da contabilidade interna. Partindo da análise elaborada foi possível perceber que entre a contabilidade interna e terceirizada há uma grande diferença em relação aos custos empregados, entretanto a mudança para a contabilidade interna indica excelentes possibilidades, com a gestão das informações, de gerar informações estratégicas para a melhoria na tomada de decisão.

Palavras-chave: Contabilidade interna, análise de custos, custo-benefício

Abstract: Cost accounting is an integral part of the management process of many organizations, knowing the amounts spent on a product and / or industry is essential for planning in decision making. This study presents as general objective the need to compare and analyze the costs in a group of companies from the commerce branch to transition from outsourced accounting to internal accounting. For this, the case study method was used with documentary analysis, making on-site observation with a quantitative analysis of the data. An analysis of the costs of outsourced accounting was made and a cost estimate was prepared with the implementation of internal accounting, then the two accounting services were compared between their costs and identifying the advantages and disadvantages for the implementation of internal accounting. Based on the analysis elaborated, it was possible to perceive that between internal and outsourced accounting there is a great difference in relation to the costs employed, however the change to the internal accounting indicates excellent possibilities, with the information management, to generate strategic information for the improvement in the taking decision-making.

Key words: Internal accounting, cost analysis, cost-benefit analysis

1. INTRODUÇÃO

Atualmente as empresas estão inseridas em um contexto competitivo, em que as evoluções tecnológicas e a globalização acirram ainda mais a concorrência entre elas, isso devido essas empresas estarem buscando usar ferramentas que possam auxiliar em tomadas de

⁶¹¹Graduando do curso de ciências contábeis na UNIBALSAS- Faculdade de Balsas

⁶¹²Pós graduada em gestão financeira e tributária e graduada em ciências contábeis pela UNIBALSAS-Faculdade de Balsas.

⁶¹³Pós graduada em gestão financeira pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG/PR e graduada em ciências contábeis pela UEPG/PR.

decisões cada vez mais acertadas. Para isso os gestores precisam de informações oportunas e confiáveis para os auxiliarem com mais segurança no processo gerencial. E de acordo com Crepaldi (2010), a contabilidade de custos além de controlar os custos é importante para o processo gerencial das empresas ao se tornar cada vez mais essencial no planejamento e nas tomadas de decisões, visto as grandes complexidades do mundo empresarial.

Desta forma, este estudo tem como problema de pesquisa saber: quais os custos para a passagem de uma contabilidade terceirizada para uma contabilidade interna em grupo de dezesseis pequenas empresas localizadas no Maranhão, Piauí e Tocantins, e quais os benefícios que este investimento traz para o grupo?

Assim, o objetivo geral dessa pesquisa é identificar os custos e benefícios para implantar um departamento de contabilidade para atender exclusivamente a um grupo de dezesseis empresas. Para isso pretende-se, a) identificar os custos com a contabilidade terceirizada, b) calcular os gastos previstos para implantação da contabilidade interna c) e evidenciar o retorno do investimento com a implantação do departamento de contabilidade.

Este trabalho apresenta como justificativa a necessidade do conhecimento dos custos de uma empresa e a gestão de informação eficiente para melhoria na tomada de decisão, pois sempre que se pensa em análise de custos, o principal objetivo, mesmo que implícito é o seu controle e conseqüentemente sua redução. Neste sentido, Dutra (2009), cita que controle significa ter conhecimento da realidade da empresa, tomar nota sobre todas as movimentações, comparar com o que deveria ser, tomar conhecimento rápido das divergências que podem estar acontecendo na empresa e tomar uma atitude imediata para tentar corrigir as falhas existentes.

O trabalho foi desenvolvido por meio do método descritivo e explicativo, com abordagem quantitativa e coletas de dados e informações obtidas em um estudo de caso. O estudo foi elaborado em uma empresa do comércio de móveis e eletrodomésticos, localizada em Balsas Maranhão. Os dados apresentados são de fato reais, mas por serem dados estratégicos na tomada de decisões, optou-se por não divulgar o nome da empresa, respeitando assim a ética pelo segredo profissional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Contabilidade de custos

Segundo Schier (2006), a contabilidade de custos originou da contabilidade financeira e da contabilidade gerencial pela necessidade de avaliar os estoques das indústrias, tendo início na revolução industrial, na medida em que as organizações passaram a adquirir matérias primas e transforma-las em produtos, surgindo assim a necessidade de controlar e identificar os custos no processo de fabricação de forma mais eficiente. Como bem nos assegura Bruni (2010), que a contabilidade de custos está ligada ao processo de coletar e registrar as informações financeiras e contábeis das operações de uma empresa a fim de identificar os

custos de produtos fabricados ou serviços, unitários ou totais, objetivando alcançar mais eficiência e lucros no negócio.

Podem-se destacar três objetivos principais da contabilidade de custo: 1) determinação do lucro da empresa; 2) auxílio ao controle; 3) ajuda às tomadas de decisões. Para cobrir esses três objetivos a contabilidade de custo é constituída pelo chamado sistema de custo, que é formado por três grandes subsistemas: 1) sistema de custo; 2) sistema de acumulação de custo; 3) métodos de custeio, e sua função é identificar, acumular, e processar os dados gerando informações de custos, (FERREIRA, 2007, p. 25).

Observando esta citação acima acerca dos objetivos da contabilidade de custos, percebe-se o porquê da contabilidade de custos ser aplicada além das indústrias, como também em outros ramos de atividades, como o de serviços e de comércio em que é importante aferir os custos, pois evidentemente a sua aplicação pode ser utilizada para apurar em tudo aquilo que incide sobre os produtos ou serviços que são oferecidos aos consumidores.

2.2. Classificação dos Custos

Os custos podem ser classificados de acordo com a sua finalidade conforme à forma de apropriação ao produto como diretos e indiretos, e quanto ao volume de produção em variáveis e fixos (SOUZA, 2011).

Segundo Crepaldi (2010) os custos diretos são aqueles que podem ser apropriados aos produtos sem a necessidade do rateio, uma vez que é reconhecida a medida de consumo, é o bastante para apropriar a quantidade produzida.

De acordo com Bruni (2010), os Custos diretos são os custos visíveis de forma direta, pois são incluídas nos cálculos dos custos dos produtos de forma objetiva com valores mensuráveis explicitamente. Para Ferreira (2007), o Custo direto permite a apropriação imediata ao produto ou serviço, podendo ser diretamente alocado para uma acumulação de custos além de ser reconhecido a sua parcela em cada produto diferente.

Os custos indiretos têm como características a impossibilidade de ser apropriado diretamente a um produto no momento ocorrido, de maneira que não pode ser segregado a uma acumulação de custos em uma atividade ou órgão, visto que é desconhecido a quantidade e o custo unitário para o respectivo objeto ou função (DUTRA, 2009).

Souza (2011) comenta que a segregação dos custos indiretos depende de um processo de fragmentação para assim chegar a integrar o custo de um produto que é sucedido após o reconhecimento e da análise do custo que é desempenhado pelo processo do rateio.

Para Oliveira (2009) os custos fixos são os que não variam de acordo com o volume de produção. E Crepaldi (2010) acrescenta que o custo fixo na sua totalidade permanece

constante independentemente da produção, no entanto, o valor de cada unidade produzida poderá oscilar na medida em que há o aumento da produção, pois diminui o custo para cada unidade produzida.

Pelas observações dos autores abordados, entende-se que não existe um custo eternamente fixo, sendo que em um intervalo de produção o custo poderá manter-se inalterado, mas se a empresa ampliar a sua produção certamente os custos fixos aumentarão, isto é, os valores dos custos fixos poderão sofrer variações de uma etapa de produção para a outra, devido apresentarem níveis de fabricação diferentes o que demanda um consumo maior ou menor de uma produção para a outra.

Custos variáveis são aqueles que variam em função direta com o volume da produção. Dessa maneira o seu consumo altera de acordo com a quantidade de atividade produzida, como sucede com a matéria prima e a mão de obra que trabalha diretamente no processo produtivo de vários itens em um mesmo produto, que tem seu valor constante por unidade, mas variará em sua totalidade de acordo com o volume da produção (OLIVEIRA, 2009).

2.3. Custos com pessoal

Os custos despendidos com pessoal são os mais importantes em todo o processo de transformação para a obtenção de um bem ou serviços, sendo que a remuneração às pessoas envolvidas nesse processo, seja na administração, comercialização ou serviços são classificados contabilmente como custos ou despesas com pessoal (DUTRA, 2009)

Dutra (2009, p.138-139) acrescenta que “o custo de pessoal está subdividido em dois grandes grupos: a mão de obra direta e a mão de obra indireta”. Oliveira (2009) cita que esta classificação depende da identificação da relação com os produtos ou serviços desenvolvidos nas atividades da empresa, para assim atribuir corretamente os salários e encargos sociais de mão de obra aos custos dos produtos ou serviços produzidos.

2.3.1. Mão de Obra Direta

A legislação brasileira ampara os trabalhadores a receber uma remuneração não inferior a um salário mínimo definido em lei, em que esse valor e os encargos sociais, férias, 13º salário e descanso remunerados do pessoal que são envolvidos diretamente na produção, representam o custo da mão de obra direta que são alocados como custo direto da produção (SCHIER, 2006).

Segundo Bruni (2010), a legislação brasileira assegura aos trabalhadores um mínimo de 220 horas, o que leva a mão de obra a ser geralmente um custo fixo, no entanto para se chegar ao custo da mão de obra é necessário acrescentar ao cálculo, os benefícios (férias, adicional de férias, 13º salário, repouso semanais remunerados) os encargos e as contribuições obrigatórias (previdência social, fundo de garantia, seguro, Sesi ou Sesc, Incra, Sebrae) que acrescidos resultam em um aumento significativo do valor do salário básico para o valor original.

2.3.2. Mão de Obra Indireta

A mão de obra indireta é reconhecida por não ter a possibilidade de ser identificada a sua relação com os diversos serviços ou produtos dentro da empresa, visto que o trabalhador se dedica simultaneamente a várias atividades, de maneira que esses gastos precisam ser rateados para a apropriação aos custos dos produtos ou serviços produzidos. (OLIVEIRA, 2009).

E Schier (2006, p.56), exemplifica relatando que “são despesas que não incidem diretamente fabricação dos produtos, denotando a capacidade de rateio das despesas proporcionalmente, mediante critérios predeterminados para o processo produtivo”.

Compreende-se com esses conceitos abordados, que a mão de obra pode ser direta ou indireta e percebe-se que para classificar uma mão de obra em direta o trabalhador precisa está atuando diretamente na produção, enquanto a mão de obra indireta são as remunerações a trabalhadores que atuam na supervisão, limpeza, vigilância, entre outras funções de pessoal não empregados diretamente na produção. Assim, a análise do custo de pessoal é essencial para apurar o custo real de um produto ou serviço, devido as incidências sobre as remunerações que evidencia uma remuneração significativamente superior ao salário básico, que conseqüentemente impacta no custo final da atividade da empresa.

2.4. Métodos de Apropriação dos Custos

Dutra (2009) cita que conforme a literatura contábil a Contabilidade de Custos surgiu com a Revolução Industrial com o objetivo de registrar os custos de modo a facilitar a avaliação dos inventários pelos administradores e em consequência, determina com mais precisão os custos do período.

Dutra (2009, p. 241) cita ainda que “o estudo de custos de produção pode ser feito sob dois enfoques: o econômico e o contábil”. A determinação e o controle dos custos são essenciais para as organizações, uma vez que sob o enfoque econômico utiliza-se a contabilidade de custos para a tomada de decisões e, sob o enfoque contábil, utiliza-se para a apuração dos resultados da empresa. Os métodos de custeios mais utilizados são:

- Por absorção
- Direto/variável
- Baseado em atividade ABC
- Padrão

Segundo Crepaldi (2010), os métodos de custeio se tratam dos métodos de reconhecimento e apropriação dos custos a um produto ou serviço por meio de um sistema para identificar os custos, volume e lucro para aprimorar instrumento de desenvolvimento organizacional e para geração de informações para fins gerenciais.

2.4.1. Custeio por Absorção

Custeio por absorção é o método adotado pela legislação fiscal e comercial brasileira, onde é baseado nos princípios fundamentais da contabilidade, mesmo não sendo um princípio contábil em si, mas seus meios sucedem desses princípios, de maneira que é apropriado para ser aplicado nas demonstrações financeiras, e é aceito pela legislação brasileira (CREPALDI, 2010).

Para Dutra (2009), a apuração do resultado por meio do custeio por absorção envolve todos os custos de produção (fixo e variáveis, diretos e indiretos) na formação do valor dos estoques, sendo que excluem-se os gastos não relacionados com a produção por serem consideradas como despesas do período, para depois apurar os impostos e os dividendos.

2.4.2. Custeio Variável

O custeio variável é um custeamento que reconhece os gastos que oscilam proporcionalmente ao volume da produção, ou seja considera os gastos variáveis incorridos em um período, enquanto despreza os custos estáveis, isto é, os custos fixos incorridos do período para formação de valor dos estoques, por existirem independentemente da produção (CREPALDI, 2010).

Dutra (2009), afirma que o custeio direto ou variável é baseado na margem de contribuição em que é determinada pela diferença entre a receita/preço do produto e a soma dos custos variáveis que são necessários para realização das vendas, ou seja, a fim demonstrar a capacidade de cada produto para absorver os custos e despesas fixas e proporcionar lucro.

2.4.3. Custeio Baseado em Atividades (ABC)

Segundo Oliveira (2009), o custeio baseado em atividades ou ABC (*activity based costing*) tem como procedimentos os instrumentos de análise dos custos que se relacionam com as atividades, que conseqüentemente consome os recursos de uma empresa.

Martins (2010, p. 85), informa que o Custeio Baseado em Atividades “é uma metodologia de custeio que procura reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos”.

Este sistema tem como fundamento básico a busca do princípio da causa/ação, ou seja, procura identificar de forma clara, por meio de rastreamento, o agente causador do custo, para lhe imputar o valor.

Souza (2011), descreve que o processo em que se baseia o ABC consiste em avaliar todo o curso dos custos em uma empresa, em que inicialmente é feito a classificação dos custos em direto ou indireto para apropriar os diretos ao custo do produto, enquanto os custos indiretos passam primeiramente pelo rateio e pelos processos que os fracionam de acordo com o consumo de cada atividade da empresa para depois serem atribuídos com base nessa intensidade, ao custo do produto.

Souza (2011, p. 240-241) resume os estágios do custeio ABC da seguinte forma:

- ✓ rateio dos CIFs da estrutura aos processos;
- ✓ rateio dos CIFs dos processos às atividades que o compõe;
- ✓ atribuição, segundo taxa de incidência, dos custos das atividades aos produtos;
- ✓ adição dos custos diretos aos custos das atividades e cálculo do custo total e unitário de cada produto.

E Ferreira (2007), defende que o custeio baseado em atividades é a base mais lógica, compreensível e aceitável para o custeio, mesmo com a sua complexidade de seu sistema, o custeio ABC produz informações que podem ser utilizadas para o controle no processo produtivo, para dar mais precisão no custeio, evidenciar os causadores de custos, reduzir os custos das atividades, informar causas e efeitos dos custos, dentre outros fatores importantes para tomada de decisões estratégicas.

2.5. Tomadas de decisões em Investimentos

Para Brigham e Ehrhardt (2012), as empresas devem investir em suas atividades operacionais, afim de melhorar seus produtos, suas tecnologias e demais fatores que contribui para maximização de lucro e para o desenvolvimento e expansão do negócio.

E Gitman (2010), cita que para desenvolver um investimento é necessário utilizar de diversos instrumentos e técnicas apropriados para a tomada de decisão, pois a princípio os investimentos geram custos que afetam financeiramente as empresas. “Para esse fim, os administradores financeiros são os responsáveis pelo encontro das melhores e mais baratas fontes de fundos e pelo investimento desses fundos na melhor e mais eficiente combinação de ativos disponíveis” (GROPPELLI; EHSAN, 2010, p. 10).

Para a tomada de decisões de investimentos, são necessários uma expansão da análise econômico-financeira dos projetos de investimento para incrementar o estudo da viabilidade do projeto de negócio. Pois a análise econômico-financeira não é insolada, e depende de umas séries de resposta exigíveis que influenciam os resultados dos investimentos (CASAROTTO, 2008).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Utilizou-se como estudo, um grupo de empresas, pertencentes ao mesmo grupo empresarial, que se situam nos estados do Maranhão, Tocantins e Piauí.

E para desenvolvimento da pesquisa foi necessário empregar como instrumentos de pesquisas, o estudo de caso, a pesquisa explicativa e a pesquisa quantitativa.

A Técnica de Pesquisa utilizada foi o Estudo de caso. E para Gil (1999) o Estudo de Caso é uma técnica de pesquisa delimitada a um ou a poucos objetos que utiliza métodos que

venham explorar, descrever e explicar situações que permitem o entretenimento do fenômeno analisado.

Quanto aos objetivos, fez-se uma pesquisa Explicativa. E conforme Andrade (2005) a Pesquisa Explicativa tem a finalidade de analisar e interpretar os fenômenos para levantar informações da realidade do objeto estudado, com o objetivo de evidenciar as causas e os fatores determinantes.

Quanto a forma de abordagem, a pesquisa foi quantitativa. A abordagem Quantitativa é aquela que utiliza método estatístico, que é empregado para fundamentar de forma numericamente as causas e efeitos dos fenômenos (OLIVEIRA, 2004).

Os dados para a análise foram obtidos através do projeto de investimento, onde apresenta todas as informações relacionada a implantação do departamento de contabilidade interna para atender ao grupo. A análise também decorreu da observação de relatórios contábeis do exercício de 2016 de todas as empresas, para verificação dos procedimentos contábeis realizado nos escritórios de contabilidade terceirizado a fim de realizar um comparativo com o resultado da pesquisa com o objetivo de identificar o retorno do investimento.

Nos instrumentos de pesquisa direcionados para coleta de dados, realizou-se uma análise documental por meio da observação in loco para que viesse explorar o objeto analisado e obter as informações dos custos com a contabilidade terceirizada e para direcionar as estimativas do investimento inicial e das projeções dos custos diretos do escritório.

Para isso foi feito um orçamento com o auxílio da internet e de ligações aos fornecedores descritos no projeto, assim como a quantidade da mão de obra que foi calculada conforme previsto no investimento. Os resultados dos dados coletados foram postos para análise a fim de propiciar os termos quantitativos da pesquisa para posteriormente serem apresentados em tabelas e quadros para facilitar a visualização e compreensão das informações.

O estudo foi elaborado em uma empresa do comércio de móveis e eletrodomésticos, localizada em Balsas Maranhão. Os dados apresentados são de fato reais, mas por serem dados estratégicos na tomada de decisões, optou-se por não divulgar o nome da empresa, respeitando assim a ética pelo segredo profissional.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Caracterização da empresa

Ao iniciar o desenvolvimento desse estudo, apresenta-se o grupo de empresas analisado, que se trata de dezesseis empresas do ramo do comércio, que estão situadas nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, e pagam honorários contábeis de acordo com a

demanda de cada empresa. Atualmente os serviços contábeis realizados para o grupo de pequenas empresas são prestados por onze escritórios de contabilidade diferentes.

Conforme a Lei 123/06, cinco empresas do grupo classificam-se como Microempresa - ME, por auferirem receita bruta em até R\$ 360.000,00 por ano, e as outras onze empresas se enquadram como empresas de Pequeno Porte - EPP, por terem receita bruta anual de R\$ 360.000,01 até R\$ 3.600.000,00. O quadro de funcionários do grupo é composto por oitenta e sete colaboradores.

A organização administrativa do grupo encontra-se concentrada na principal empresa, que está localizada na cidade de Balsas MA, onde são tomadas as decisões financeiras, assim como as decisões de investimentos. Deste modo, foi desenvolvido um projeto em que se pretende implantar um departamento de contabilidade interna que atenda exclusivamente as empresas do grupo e que esteja provido com três setores, o contábil, fiscal e o pessoal, ambos com um funcionário, exceto no fiscal com dois funcionários e mais o contador gerente, totalizando cinco colaboradores.

Dentro do grupo, um dos custos mais comum está relacionado com a terceirização dos serviços contábeis, já que é uma prática consagrada, principalmente para as pequenas empresas, que optam por terceirizar escrituração contábil, fiscal e departamento de pessoal.

4.2. Levantamentos dos gastos com os serviços contábeis terceirizados

Para levantar os custos atuais com os honorários contábeis terceirizados, foi necessário coletar através do projeto de investimento os valores pagos aos escritórios de contabilidade que prestam serviços para as empresas do grupo. A Tabela 01 demonstra todos os gastos atuais com os serviços contábeis mensalmente e anualmente pagos pelo grupo de pequenas empresas.

Tabela 01 – Custos com honorários contábeis

Grupo de Pequenas Empresas	Custo Mensal	Custo Anual
Gastos com honorários	R\$ 10.829,50	R\$ 129.954,00

Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se verificar que o grupo tem um custo mensal de R\$ 10.829,50 por mês, gastando por ano a importância de R\$ 129.954,00 para atender todas as necessidades de funcionamento relativo aos serviços contábeis tomados pelo grupo. Percebeu-se com a análise documental, que os serviços prestados para as empresas são de maioria simplificada, pois os valores cobrados são moderados levando em consideração a quantidade de empresas, ou seja, tem um custo médio por empresa de apenas R\$ 676,84 por mês, o que justifica terem uma contabilidade voltada apenas para a legalidade e não para a relevância da informação contábil.

4.3. Levantamentos dos custos com a implantação do departamento

O departamento da contabilidade interna foi proposto para funcionar em um prédio de propriedade do grupo, imóvel este que se encontra sem atividade comercial, assim como também não está projetado aquisição de veículo para deslocamento de equipe de funcionários e transportes de documentos, que também será cedido pelo grupo. O que faculta as despesas com alugueis e veículos que não estão contidas nas estimativas dos custos para as análises dos custos do investimento, mas aplica a inclusão nas despesas mensais o valor da depreciação do imóvel em uso. O valor da depreciação do imóvel é de R\$ 696,67 mensais.

Para iniciar as atividades do empreendimento foi necessário um investimento inicial, pois há a necessidade de aquisição de móveis e utensílios, e máquinas e equipamentos que são necessários para realização dos serviços. Na tabela 02 é descrito os custos com itens de imobilizados e suas respectivas depreciações mensais e as despesas de instalações do departamento de contabilidade.

Tabela 02 – Projeção do investimento Inicial

Grupo de Pequenas Empresas	Valor	Depreciação mensal
Maquinas e equipamentos	11.334,62	82,52
Móveis e Utensílios	2.257,22	*
Despesas Pré-Operacionais	2.800,00	*
Total	16.391,84	82,52

Fonte: Dados da Pesquisa

Estima-se que para os custos iniciais os investimentos em máquinas e equipamentos representem 69,15%, já os gastos com as despesas pré-operacionais e com móveis e utensílios equivalem a 17,08% e 13,77% respectivamente. E considerando uma depreciação de 82,52 observando a Instrução Normativa RFB Nº 1700, de 14 de março de 2017, e na Lei 12.973/2014 que altera o valor mínimo do imobilizado, visto que será imobilizado no levantamento a aquisição de computadores ao valor de 4.950,90 com uma taxa de depreciação anual de 20%.

Com essa estimativa torna-se evidente o que será exigido de recursos para custear a abertura do escritório, capital este que os gestores aplicaram de recursos próprios. Percebe-se que o investimento demandará um Custo inicial de R\$ 16.391,84 para que o departamento fique apto para iniciar os serviços contábeis para o grupo.

4.3.1. Custos com mão de obra

As despesas com pessoal serão provenientes dos valores pagos aos funcionários que formarão a equipe, bem como os encargos sociais e as provisões sobre a folha de pagamento.

Na Tabela 03 estão descritos todos os custos que agregam as despesas com o pessoal, desprovido de encargos que serão descontados dos funcionários e demais taxas recolhidas a órgãos competentes, por não impactarem em custos para o grupo.

Tabela 03 – Projeção de despesas com pessoal

Grupo de Pequenas Empresas	%	R\$
Encargos Trabalhistas	*	*
Salário Bruto da Folha	-	9.500,00
(+) Provisão 13º Salário	8,33%	791,35
(+) Provisão de Férias	11,11%	1.055,45
Subtotal	*	11.346,80
Encargos Sociais	*	
FGTS	8%	907,74
TOTAL	*	12.254,54

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se que não há valores de INSS, isso se dá pelo fato da empresa ser optante pelo simples e o valor do INSS nesses casos é calculado na guia do imposto fiscal. Sendo assim, é possível observar que a projeção inicial com a folha de pagamento é estimada em R\$ 9.500,00, no entanto o grupo irá arcar com um custo mensal de R\$ 12.254,54 com as inclusões dos encargos e das provisões, ampliando o custo com os funcionários em 29% em relação ao previsto com salários brutos. Nota-se a influência dos cálculos dos custos dos funcionários, que quando não é levado em consideração os encargos e provisões, faz com que a empresa despreze influências que impactam nos custos diretos da empresa, afetando o controle financeiro do negócio.

4.3.2. Estimativas dos custos diretos mensais do departamento contábil

Conhecendo as despesas com a habilitação do departamento para a contabilidade demonstrado na Tabela 02, e dos custos com a folha de pagamento descritos na Tabela 03, faz-se necessário estimar as despesas fixas de funcionamento do departamento contábil. As despesas fixas mensais foram estimadas conforme a tabela 04.

Tabela 04 – Estimativas dos custos diretos mensais

Descrição	R\$
Software	473,56
Internet	99,90
Energia	500,00
Telefone	59,90
Material de limpeza	100,00
Material de escritório	500,00
Salários	12.254,54
Depreciação maq. e equipamentos	82,52
Depreciação edificação	696,67
Total	14.767,09

Fonte: Dados da Pesquisa

Após a identificação dos custos diretos com a implantação do departamento, pode se afirmar que o investimento elevará os gastos relacionados com serviços contábeis em 36,36%. Passando de R\$ 10.829,50 pagos por mês para a contabilidade terceirizada, para R\$ 14.767,09 para ter a contabilidade interna. No que se refere ao custo mais representativo é percebido pelos custos com salários, que equivalem a 82,99%, enquanto o custo com telefone representa apenas 0,41% dos custos diretos do departamento.

4.3.3. Critério para rateio dos custos

Conhecendo o custo total dos serviços do departamento da contabilidade interna do grupo a ser tomado pelas dezesseis empresas, faz se necessário dividir os custos entre todas às partes, pois entende-se que todos os custos são diretos para o departamento, mas é indireto para cada empresa do grupo tomadoras. Desta forma, os custos indiretos serão rateados pelo critério ABC (*activity based costing*), um método que permitirá identificar qual a proporção de custos que cada empresa consome nas operações do escritório de contabilidade, para que determine o valor a serem onerados às empresas.

Para isso, foi alocada após registros e controles a proporção dos custos consumidos para cada departamento do escritório e posteriormente deu-se início a identificação das atividades imputadas pelas empresas do grupo.

No quadro 01, determinam-se os indicadores de causas e efeitos para o consumo dos recursos nas atividades dos departamentos, para que de acordo com a sua proporção requisitada seja alocado no custo de cada empresa. Este quadro apresenta um esquema com os direcionadores de custos nas atividades em cada departamento.

Quadro 01 – Esquema ABC de rateio dos custos para cada empresa

DEPARTAMENTO	ATIVIDADE	DIRECIONADOR
FISCAL	Escrituração de NF's de entrada e saída	Números de lançamentos
	Transmissão de Arquivos	Tempo gasto para execução
	Apuração de impostos	Tempo gasto para execução
	Declarações	Tempo gasto para execução
	Obrigações acessórias	Tempo gasto para execução
CONTÁBIL	Lançamentos contábeis	Números de lançamentos
	Conciliação	Números de lançamentos
	Elaboração das demonstrações	Tempo gasto para execução
	Encerramento contábil	Tempo gasto para execução
	Obrigações acessórias	Tempo gasto para execução
PESSOAL	Admissão e rescisão	Tempo gasto para execução
	Folha de Pagamento	Tempo gasto para execução
	Declarações	Tempo gasto para execução
	Emissão de guias	Tempo gasto para execução
	Obrigações acessórias	Tempo gasto para execução

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se que o custeio ABC viabilizará a apropriação dos custos do departamento de contabilidade para cada objeto de custo, ou seja, para cada empresa do grupo de modo

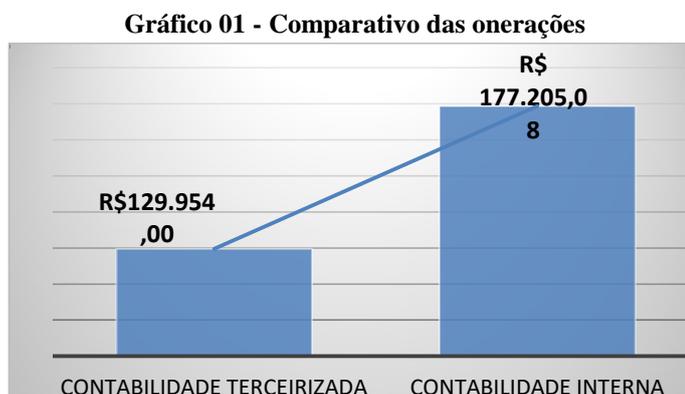
mais assertivo, já que Dutra (2009) cita que nenhum sistema de custos é capaz de fazer um controle cem por cento dos custos incorridos em uma instituição, mas um sistema de custos é de total importância para que se possa ter controle. Martins (2010, p. 305) acrescenta ainda que “podemos até dizer que dispor de um bom sistema de custos é condição não suficiente, mas necessária.”.

Assim, o custo total do escritório é rateado para cada departamento, e em seguida os custos de cada departamento são rateados para as atividades, para assim, alocar os custos gerados de acordo com a execução das atividades por cada empresa, que é determinada pela taxa de incidência mensal medida pelo tempo gasto ou números de lançamentos ocorridos.

4.4. Retorno do Investimento

Conforme já abordado, o investimento estudado trata-se de um projeto de transição da contabilidade terceirizada para a contabilidade interna. Evidenciou-se que o investimento não proporcionará retornos financeiros, antes, irá aumentar os gastos para o grupo. No entanto, os benefícios são direcionados para melhorar a gestão da informação para administração financeira e gerencial do grupo.

Atualmente o grupo de empresas tem uma oneração de R\$ 129.954,00 por ano que são pagos aos onze escritórios de contabilidade diferentes. A implantação da contabilidade interna custará para os empresários um valor estimado de R\$ 177.205,08 anualmente. Percebe-se que o investimento do grupo, se implantado, causa o aumento dos custos, observando que o custo do departamento é composto pela mão de obra em que representa 82,99%, e das despesas operacionais relativas à prestação dos serviços que equivalem a 17,01%.



Fonte: Dados da Pesquisa

No gráfico 01, a comparação das onerosidades permite visualizar a consequência financeira procedente do investimento. Nota-se que o investimento apresenta um custo mais elevado, onde se os empresários têm por objetivo a redução de custos, o investimento não se apresenta plausível de ser implantado, por representar um aumento nos custos de R\$ 47.251,08 no ano, ou seja, um aumento nos custos de 36,36%, o que representa mais de quatro meses de salários pagos aos escritórios de contabilidade terceirizados.

4.4.1. Pontos positivos identificados no Investimento

Com a análise nos procedimentos documentados dos serviços contábeis tomados pelo grupo, percebe-se características que possibilitam o investimento de proporcionar retorno aos gestores, ou seja, o projeto não oferece retornos financeiros diretos, mas apresenta expectativas em melhorar a gestão da informação para as tomadas de decisões.

Quadro 02. Comparação entre a contabilidade terceirizada e contabilidade interna

Contabilidade Terceirizada	Contabilidade Interna
Menor custo	Maior custo
Atende as necessidades fiscais	Atender as necessidades fiscais e gerencias
Contabilidade simplificada	Contabilidade integrada com demais setores tornando mais eficiente a gestão da informação.
Relatórios poucos utilizados	Informações confiáveis e oportunas para tomada de decisão
A oportunidade da informação é afetada pela logística em que se encontram os escritórios	Informações íntegras e tempestivas para os gestores

Fonte: Dados da Pesquisa

O primeiro fator observado trata-se das características dos serviços contábeis tomados pelo grupo, que são de maioria simplificada, fazendo com que o grupo tenha custos apenas para atender as necessidades legais e se manter regular perante o fisco. Mas ao implantar a contabilidade própria, com sistemas integrados, é possível ter um departamento capaz de gerar informações relevantes para o auxílio nas tomadas de decisões, além de melhorar a relação dos controles financeiros, econômicos e patrimoniais que podem ser interligados.

Com a contabilidade terceirizada, na maioria das vezes os relatórios contábeis apresentados não representam a realidade das empresas, pois não registram todas as variações patrimoniais ocorridas. Então os relatórios produzidos não têm a representação fiel dos fatos, fazendo com que perca sua relevância. Neste caso, a finalidade do investimento torna-se gerar informações íntegras e ágeis, proporcionando maior acessibilidade e fidedignidade dos fatos, gerando informações relevantes para a tomada de decisão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na implantação de um investimento é essencial para o equilíbrio financeiro da empresa e a avaliação da atividade para analisar os custos e o consumo dos recursos, principalmente para terem informações que possibilite uma melhor gestão dos custos e que se tenha o retorno desejado com o menor custo possível. Nesse contexto, a presente pesquisa procurou identificar os custos e os benefícios para implantar um escritório de contabilidade que atenda exclusivamente a um grupo de dezesseis pequenas empresas do ramo do comércio situadas nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins.

As informações da pesquisa para atingir os objetivos foram disponibilizadas pela aplicação dos procedimentos metodológicos dados a aplicação do método do estudo de estudo de caso como técnica de pesquisa.

O primeiro objetivo específico foi levantar os gastos das empresas com a contabilidade terceirizada, sendo que o grupo desembolsa R\$ 10.829,50 por mês para manter a escrituração contábil das dezesseis empresas. O segundo objetivo específico consistiu em levantar os custos com a implantação da contabilidade interna do grupo, em que apontou um custo mensal de R\$ 14.767,09, com um investimento inicial de R\$ R\$ 16.391,84 para que o departamento fique apto para iniciar os serviços contábeis para o grupo, revelando um aumento nos gastos mensais com a contabilidade. E em resposta ao terceiro objetivo específico, a pesquisa revela que o retorno de um ponto de vista financeiro não é interessante, pois eleva os custos com escrituração contábil em 36,36%, no entanto, o investimento apresenta expectativas de melhorias no que tange as tomadas de decisões.

Portanto, os resultados revelam que a implantação da contabilidade interna para o grupo de dezesseis empresas resulta no aumento dos custos. Cabendo ressaltar que, devido as características dos serviços contábeis tomados pelos escritórios terceirizados, onde os relatórios não auxiliam nos processos decisórios das empresas, percebe-se que o retorno com a contabilidade interna é direcionado ao desempenho empresarial, onde mesmo elevando os custos para o grupo, ao alcançar as expectativas dos gestores com a eficiência na gestão da informação, o investimento apresenta viabilidades para geração de futuros retornos financeiros, já que a gestão das informações aperfeiçoadas, contribuirá para decisões mais assertivas de investimentos futuros.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**, 7 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BRIGHAN, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C. **Administração Financeira: Teoria e Prática**. 13 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BRASIL, Ministério da Fazenda, Receita Federal, **Instrução Normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017**, Brasília, DF. Disponível em: normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta. Acesso em 05 de outubro de 2017.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, **Lei Nº 12.973/2014**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei. Acesso em 13 de setembro 2017.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, **Lei Nº 123 de 14 dezembro de 2006**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em 13 de setembro de 2017.

BRUNI, Adriano Leal. **Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel**, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Cursos básico de contabilidade de custos**, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DUTRA, René Gomes. **Custos: uma abordagem prática**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA, José Antonio Stark, **Contabilidade de custos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GITMAN, Lawrence J., **Princípios da administração financeira**, 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GROPPELLI, A.A.; EHSAN, Nikbakht. **Administração Financeira**, 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica: Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses**, São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

OLIVEIRA, Luís Martins de. **Contabilidade de custos para não contadores**, 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa, **Gestão de custos**. Curitiba: Ibplex, 2006.

SOUZA, Ademir Clemente Alceu. **Gestão de custos: aplicações operacionais e estratégicas: exercícios resolvidos e propostos com utilização do Excel**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PROFISSÃO CONTÁBIL: AS PERSPECTIVAS E HABILIDADES DOS FORMANDOS DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA COMPARADA À REALIDADE DO MERCADO DE TRABALHO PARA OS PROFISSIONAIS NOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA

Ana Paula de Oliveira Silva⁶¹⁴

Cleidiane Cruz de Sousa Alves⁶¹⁵

Juliana Constâncio Nascimento⁶¹⁶

Líbera Raquel Bazzan Pillatt⁶¹⁷

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi analisar as perspectivas e habilidades dos formandos em Ciências Contábeis em relação à profissão, verificando a realidade do atual mercado de trabalho para os profissionais nos escritórios contábeis no município de Balsas - MA. A metodologia utilizada caracterizou-se quanto aos procedimentos como levantamento, com abordagem do problema quantitativa, realizada através da aplicação de questionários fechados aos escritórios contábeis registrados no CRC-MA do município de Balsas - MA e aos formandos matriculados no 8º período da faculdade pesquisada. A pesquisa se justifica pela necessidade de identificar as exigências do mercado de trabalho para contadores no município de Balsas - MA, para que tanto as instituições de ensino superior quanto os formandos se preparem conforme tais exigências e conheçam a realidade da profissão contábil no município. As discordâncias entre as perspectivas dos formandos comparadas a realidade do mercado para os profissionais contábeis no município, fica evidenciada em questões salariais, conhecimentos específicos nas áreas de contabilidade e o tempo de experiência profissional exigido para inserção ao mercado de trabalho.

Palavras-chave: Profissão Contábil. Mercado de Trabalho. Habilidades.

Abstract: This research goal was analyzing the accounting science learners' perspectives and skills in regarding to the profession, checking the reality of the nowadays job market to the account professionals in the city of Balsas - MA. The used methodology characterized on the procedures as mapping, with quantity approach of the problem, held through the application of closed quiz to the account offices registered in Balsas CRC-MA and to the learners enrolled in the 8th semester of the researched university. The research justified itself by the need of identifying the job market demanding to the accountants in the city of Balsas - MA, so that both the college education institutes and the learners prepare themselves according to this demanding and they know the account profession reality in the city. The disagreements between the learners compared to the market reality to the accountant professionals in the city, it is evident the salary issues, specific knowledge to the accountant area and the professional time of experience required to the insertion in the job market.

Keywords: Accountant Profession. Job Market. Skills.

⁶¹⁴Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade de Balsas - UNIBALSAS - ana.oliveira9382@gmail.com

⁶¹⁵Pós Graduada em Gestão Financeira e Tributária - UNIBALSAS - Docente do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS - cleidiane@unibalsas.edu.br

⁶¹⁶Mestre em Contábeis - FURB - Docente do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS - prof.juconstancio@gmail.com

⁶¹⁷Mestre em Educação nas Ciências - UNIUI - Docente do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS - pillatt.libera@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Com as constantes alterações existentes no mundo contábil, sejam elas, nas legislações ou nas obrigações contábeis e fiscais, exige-se dos contadores atualização diária e busca constante de novos conhecimentos, tornando-se um profissional competente a exercer seu papel de gestor auxiliando no processo decisório das empresas (SANTOS; SOUZA, 2009).

O contador deixou de ser considerado apenas como “guarda livros”, em que cuidava somente da apuração de impostos das empresas, para ser reconhecido como consultor contábil atendendo assim, as novas necessidades empresariais (MARTINS et al., 2012).

Por ser uma profissão promissora e com vários campos de atuação, aumentou-se a demanda pelo curso de Ciências Contábeis nas universidades brasileiras, onde segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2009), o curso ocupa a 4ª posição entre os dez maiores cursos em número de estudantes no Brasil.

Desta forma, com o aumento da procura pelo curso de Ciências Contábeis aumentou-se também a concorrência profissional, onde segundo dados do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de 2010 a 2016 o número de Contadores registrados na classe passaram de 292.390 para 348.393 respectivamente, ou seja, um aumento de 16% de profissionais nesses últimos anos. Portanto, os profissionais recém-formados que buscam destaque na profissão devem conhecer a realidade do mercado de trabalho, de modo a oferecer qualidade e inovação nos serviços prestados aos seus usuários conforme as exigências requisitadas, gerindo sua carreira de forma eficiente.

Nesse contexto, remete-se a seguinte problematização da pesquisa: Quais as perspectivas e habilidades dos formandos em Ciências Contábeis de uma Faculdade de Balsas/MA e a realidade do mercado de trabalho para o profissional nos escritórios Contábeis do município de Balsas - MA?

Associado ao problema tem-se ainda o objetivo geral de analisar as perspectivas e habilidades dos formandos em Ciências Contábeis em relação à profissão, verificando a realidade do atual mercado de trabalho para os profissionais nos escritórios Contábeis no município de Balsas - MA. Os objetivos específicos reúnem-se em: a) Verificar as perspectivas e habilidades dos formandos em relação à profissão contábil; b) Investigar a realidade do mercado de trabalho para contadores nos escritórios Contábeis do município de Balsas; c) Comparar as perspectivas e habilidades dos formandos com a realidade do mercado de trabalho para os profissionais nos escritórios Contábeis do município de Balsas - MA.

O procedimento utilizado na coleta de dados para a realização da pesquisa foi de levantamento, caracterizando-se como quantitativa quanto ao problema de pesquisa. Para a obtenção dos dados, foram aplicados questionários fechados aos 25 escritórios Contábeis de Balsas - MA registrados junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão (CRC-MA), e aos 80 acadêmicos do curso de Ciências Contábeis matriculados no 8ª período da Faculdade pesquisada.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de identificar as exigências do mercado de trabalho para contadores no município de Balsas - MA, para que tanto as instituições de ensino superior quanto os formandos se preparem conforme tais exigências e conheçam a realidade da profissão contábil no município.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção foi evidenciada uma breve introdução sobre contabilidade, desde seu princípio à atualidade, trazendo em questão como está o mercado de trabalho atualmente para a profissão, descrevendo sobre a educação contábil no Brasil e quais são os requisitos mínimos para obter a graduação em contabilidade, concluindo com a identificação de qual o perfil desejado pelo mercado de trabalho para os profissionais contábeis.

2.1. A contabilidade e o mercado de trabalho

A contabilidade existe desde o início da civilização com o intuito de avaliar e controlar a riqueza do homem, gerando informações relevantes e úteis para seus usuários durante o processo de decisão em relação ao patrimônio seja próprio ou de terceiros (HOSS et al., 2012).

Antigamente os profissionais contábeis no Brasil eram conhecidos como “guarda-livros”, realizando todo seu trabalho de forma manual. Conforme foram se passando os anos e a evolução tecnológica, o trabalho do contador passou a ser informatizado e veloz, realizado através de sistemas de gestão (SILVA, 2008).

A contabilidade é uma grande gestora que auxilia a administração nas tomadas de decisões dentro da empresa, através de coletas de dados registrados em relatórios ou comunicados, sendo considerada como a linguagem dos negócios, medindo através desses relatórios o desempenho da empresa, direcionando-as a tomada de decisão de forma correta, pois a contabilidade tem como função fornecer informações úteis aos seus usuários (MARION, 2012).

Com as diversas mudanças desde seu surgimento, tanto de inovações em tecnologia quanto nas obrigações fiscais e tributárias, houve-se a necessidade de atualização estrutural na profissão contábil, com isto, o mercado passou a exigir desses profissionais a busca de novos conhecimentos, aprimoramento e educação continuada.

Segundo Rosário; Cielo; Ferreira (2014), o mercado de trabalho é vasto oferecendo diversas áreas de atuação ao profissional contábil no seu ramo de conhecimento, exigindo dos profissionais, agilidade, independência e capacidade de registrar informações úteis para as tomadas de decisões.

Marion e Santos (2001), afirmam que a contabilidade é umas das áreas profissionais mais procuradas nos vestibulares, além de se ter um emprego praticamente garantido ao final

do curso, também é considerada uma das melhores remunerações existente no mercado de trabalho.

A grande atração pelo curso se deve pela relação entre custo e benefício que a profissão oferece, o custo se deve pelo baixo investimento das instituições de ensino superior na oferta do curso, tornando assim a mensalidade menos onerosa aos estudantes. Já o benefício, se dá pelo o leque de oportunidade dos estudantes obterem uma renda após a formação, pois o mercado de trabalho para a profissão é bastante promissor e oferece um vasto campo de atuação.

Atualmente o país está passando por diversas transformações econômicas, fazendo com que tanto as instituições de ensino, quanto as entidades e profissionais se atualizem conforme as novas exigências de mercado sejam elas gerenciais ou legais, por isso, a necessidade da atualização do profissional e a necessidade do estudante aprender desde a faculdade suas responsabilidades, competência e habilidades que deverá ter como contador (SANTOS et al., 2014).

Desta forma, o profissional contábil está entrando em uma fase que além de mais atualizada, também é mais exigente, pois está deixando de ser uma contabilidade que servia apenas para apresentar a situação passada da entidade, para viver um novo momento, demonstrando dados passados e a previsão do futuro das organizações.

2.2. Educação e formação contábil

As instituições de ensino superior são as responsáveis por definir os novos currículos dos profissionais, de modo a atender as exigências do mercado de trabalho e suprir as necessidades nele existentes.

De acordo com a Resolução CNE/CES 146, de 03 de abril de 2002, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação dentre eles, Ciências Contábeis:

O curso de graduação em Ciências Contábeis deve contemplar um perfil profissional que revele a responsabilidade social de seus egressos e sua atuação técnica e instrumental, articulada com outros ramos do saber e, portanto, com outros profissionais, evidenciando o domínio de habilidades e competências inter e multidisciplinares.

Entretanto, o profissional contábil deve ter desde a sua graduação responsabilidades, competências e habilidades que deverão ser seguidas durante toda sua vida profissional.

A Resolução CNE/CES 10, de 16 de Dezembro de 2004 do Ministério da Educação que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, cita em seu § 4 quais são as competências e habilidades que o curso de Ciências Contábeis deve possibilitar para a formação profissional. Sendo considerada competência o

conhecimento técnico e habilidade sua capacidade de interpretação, análise e transmissão dos dados técnico recolhidos. Tais competências e habilidades estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Competências e Habilidades do Profissional Contábil

I	Utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem próprias das Ciências Contábeis e Atuariais;
II	Demonstrar uma visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
III	Elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
IV	Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
V	Desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
VI	Exercer suas funções com expressivo domínio das funções contábeis e atuariais que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento da sua responsabilidade quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas da sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
VII	Desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial;
VIII	Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Fonte: Adaptada da Lei CNE/CES 10, de 16 de Dezembro de 2004.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2009), o curso de Ciências Contábeis está entre os dez maiores cursos de graduação em número de estudantes no Brasil, ocupando a 4ª posição no *ranking*. Segundo o Instituto são 355.425 matriculados, porém, deste total apenas 55.302 chegam ao término do curso de modo a concluir a graduação (INEP, 2016).

Para os profissionais contábeis exercerem a profissão no Brasil, é necessária a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e a obtenção do registro junto ao órgão fiscalizador da classe, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Este registro é obtido através da aprovação no Exame de Suficiência, que é realizado duas vezes ao ano através de prova objetiva de conhecimentos específicos.

O exame de suficiência foi instituído pela Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, onde a primeira edição aconteceu no ano de 2011. O objetivo do exame é de entregar ao mercado de trabalho profissionais recém-formados, porém, com habilidades mínimas para o desempenho

de sua função, tendo como objetivo também, nivelar o mercado e medir o conhecimento adquirido pelo estudante durante a graduação.

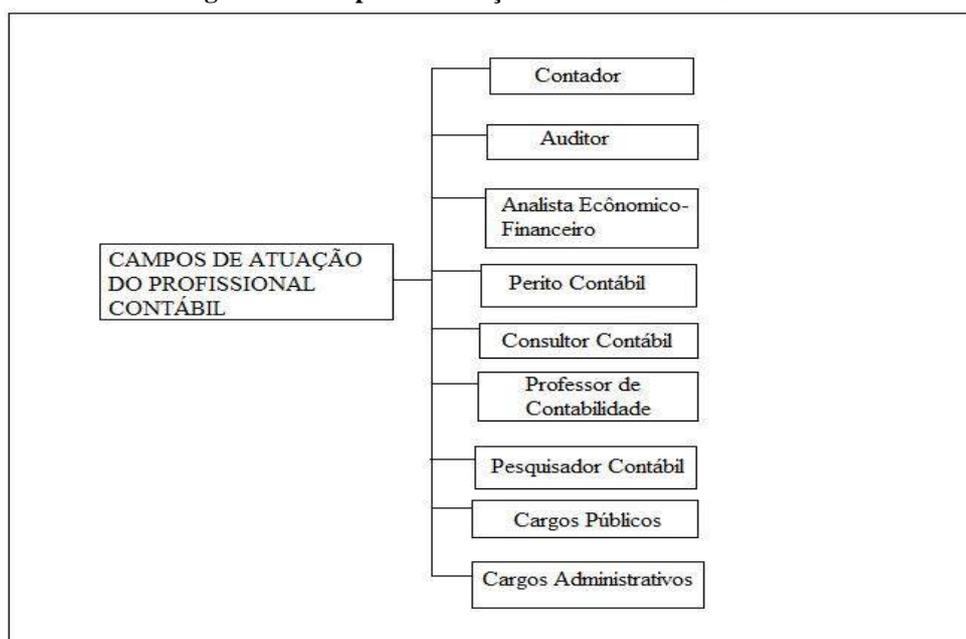
Portanto, somente o bacharelado em Ciências Contábeis não torna o profissional apto para exercício da profissão, é necessário possuir uma habilitação na ordem da classe e buscar qualificação continuada para manter-se atualizado conforme novas exigências da profissão que surgirem no dia a dia (ARAÚJO; ASSAF, 2004).

2.3. Campos de atuação do profissional contábil

A contabilidade é uma das áreas com maior oportunidade profissional no mercado de trabalho. Portanto, o estudante que opta pela graduação de Bacharel em Ciências Contábeis tem disponíveis diversas alternativas de como exercer a profissão.

Na Figura 1, é possível identificar algumas das inúmeras oportunidades oferecidas para o profissional com formação de Bacharel em Ciências Contábeis.

Figura 1 - Campos de Atuação do Profissional Contábil



Fonte: Adaptada de Iudícibus, Marion e Faria (2009).

Discorrendo algumas dessas funções atribuídas ao profissional contábil, como Contador o profissional contábil poderá atuar nas áreas de Contabilidade Financeira, Contabilidade de Custos e Contabilidade Gerencial, sendo necessária a obtenção do registro junto ao CRC- MA para o exercício da profissão. Para atuar como Auditor o Bacharel em Ciências Contábeis necessita obter além do registro na classe, a aprovação no Exame de Qualificação Técnica no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), atuando como Auditor Independente, realizando seu trabalho de forma liberal e, Auditor Interno onde é contratado por uma empresa tendo como função principal o controle interno (IUDICÍBUS; MARION; FARIA; 2009).

Como Perito o profissional contábil emite laudos periciais com o objetivo de solucionar ações judiciais relacionadas à contabilidade, verificando quem demonstrou com exatidão e veracidade seus registros contábeis (SORGTEZ et al., 2014).

Nas empresas em geral, o contador poderá assumir cargos de consultor empresarial, analista e gerente financeiro auxiliando as organizações nos processos de tomadas de decisões (ARAÚJO; ASSAF, 2004).

Além de áreas empresariais, a profissão permite ao Bacharel em Ciências Contábeis atuação em áreas públicas através da aprovação em concursos e como professor de contabilidade em instituições de ensino superior.

Portanto, entre as diversas oportunidades atribuídas a profissão contábil, podemos dizer que a função básica do Contador é produzir e gerenciar informações úteis aos seus usuários para a tomada de decisões independente de atuar em área privada ou pública (IUDICÍBUS; MARION; FARIA 2009).

2.4. Perfil do atual profissional contábil exigido pelo mercado de trabalho

O perfil do profissional pode ser definido como um conjunto de habilidades, competências e a sua forma de atuação em um determinado contexto social. Segundo Krugger et al. (2016), o perfil do profissional exigido pelo mercado de trabalho tem como requisitos básicos conhecimentos específicos na área de contabilidade, principalmente em contabilidade geral e tributária, tornando a formação na área contábil e a experiência profissional quesitos decisivos para a seleção dos profissionais em contabilidade.

O contador tem grandes desafios futuramente, pois deixou de ser buscado apenas para registrar ou analisar dados. Atualmente as exigências para esses profissionais é que tenham capacidade de interagir com outras culturas, conhecimento específico na área, e dominem novas técnicas que surgirem de modo a se tornar um gestor de informações para seus usuários (MACHADO; CASA NOVA, 2008).

Segundo dados da pesquisa realizada por Santos et al. (2014), sobre a percepção dos alunos de Ciências Contábeis de uma instituição federal de ensino superior, dentre as exigências do mercado de trabalho encontradas para os profissionais, as principais foram: possuir conhecimentos avançados em informática e domínio em outros idiomas; possuir uma linguagem moderna e inovadora; estar presente para auxiliar as empresas na tomada de decisões; ser prático, objetivo e atento às mudanças no cenário contábil; manter-se atualizado e dar assistência aos clientes além dos serviços prestados.

Entretanto, o profissional contábil atual deve ter um perfil que atenda a necessidade das organizações e a legislação acerca da profissão e das empresas, tendo capacidade de entendimento e boa comunicação de forma a exercer sua profissão conforme as responsabilidades requeridas no meio profissional.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico são demonstrados os métodos e procedimentos utilizados para a realização da pesquisa, definindo-os quanto aos objetivos, procedimentos e quanto à abordagem do problema.

Conforme Gil (2010, p. 8), método científico pode ser definido como um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.

A pesquisa teve finalidade descritiva que segundo Brasileiro (2013, p.45) trata-se de uma pesquisa cujo fim é expor e caracterizar uma determinada população, ou seja, observar e analisar as perspectivas e habilidades dos formandos em Ciências Contábeis da instituição de ensino superior pesquisada após a conclusão da graduação, relacionando-as com a realidade do mercado do mercado de trabalho destes profissionais nos escritórios Contábeis do município de Balsas- MA.

O procedimento utilizado para obtenção das informações necessárias para a coleta dos dados foi à técnica de levantamento, que segundo Silva (2010) consiste em uma coleta de dados referente a uma determinada população a qual se deseja saber o comportamento.

Portanto, a pesquisa caracteriza-se quanto à abordagem do problema quantitativa, realizada através de questionários fechados aplicados tanto aos acadêmicos do 8^a período do curso de Ciências Contábeis que totalizam 80 matriculados, quanto aos responsáveis dos escritórios Contábeis do município de Balsas-MA legalmente registrados no Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão (CRC-MA), onde totalizam 25 organizações registradas, conforme demonstra a tabela 01.

Tabela 6 – Escritórios Contábeis Registrados no CRC-MA no Município de Balsas

DELEGACIA	CATEGORIA			ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS
	CONTADOR	TÉCNICO	TOTAL	
BALSAS	213	79	292	EMPRESÁRIO INDIVIDUAL, EIRELI, MEI E SOCIEDADES 25

Fonte: Adaptada do Portal da Transparência CRC-MA

A elaboração do questionário foi baseada na pesquisa realizada por Biasibetti e Feil (2015), cujo tema trata sobre a análise do perfil do profissional contábil requerido pelas empresas do Vale do Taquari no Rio Grande do Sul.

Na realização da pesquisa primeiramente aplicou-se os questionários aos escritórios Contábeis do município com perguntas fechadas, onde se obteve 20 respostas. Em seguida, foram pesquisadas as perspectivas dos formandos em relação ao mercado de trabalho e as habilidades que consideram possuir, através de questionários fechados, totalizando 60 respondentes. Após a coleta total dos pesquisados, foram tabulados os resultados com o auxílio de planilha eletrônica, e as informações obtidas foram cruzadas entre si para

identificar as discordâncias existentes entre as perspectivas e habilidades dos formandos em Ciências Contábeis e o atual cenário do mercado de trabalho para Contadores no município de Balsas - MA.

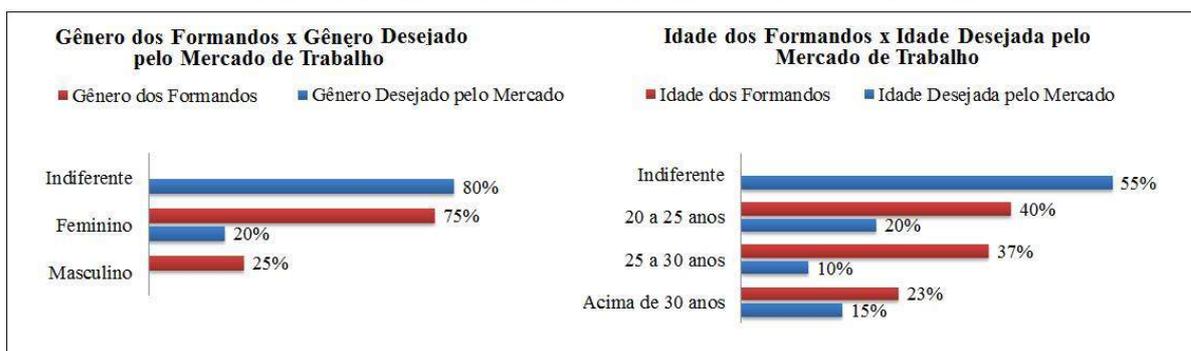
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentadas as informações coletadas junto aos formandos do curso de Ciências Contábeis da instituição de ensino pesquisada, analisando as perspectivas e habilidades pessoal e profissional destes. Evidenciando também os resultados coletados juntamente aos escritórios contábeis do município de Balsas – MA, registrados junto ao CRC-MA, de forma a identificar a realidade do profissional contábil e as exigências do mercado de trabalho para estes profissionais.

4.1. Perfil dos formandos x Perfil exigido pelo mercado de trabalho

No Gráfico 1 pode-se observar os resultados obtidos através da pesquisa, identificando o perfil dos formandos da instituição pesquisada e o perfil do profissional desejado pelo mercado do trabalho do município.

Gráfico 1- Perfil dos Formandos x Perfil do Mercado de Trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme demonstrado no Gráfico 1, observa-se que 40% dos formandos possuem idade entre 20 a 24 anos e maioria 75%, são do gênero feminino.

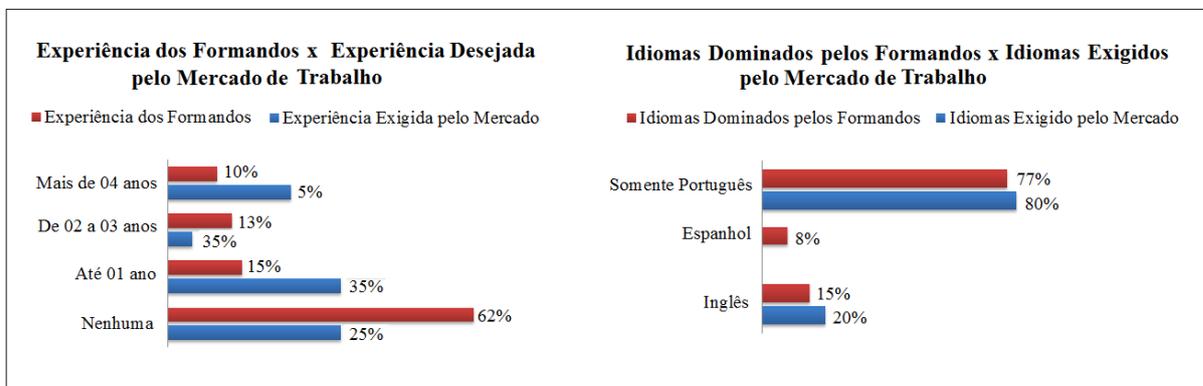
Em relação ao perfil profissional exigido aos contadores pelo mercado de trabalho, foi possível observar que, 80% dos escritórios contábeis pesquisados não manifestam algum tipo de preferência em relação à idade e gênero, onde, apenas 10% desejam profissionais com faixa etária entre 25 e 30 anos de idade e 20% por profissionais do gênero feminino.

4.2. Experiência profissional e idiomas dominados pelos formandos x Experiência profissional e idiomas desejados pelo mercado de trabalho

No Gráfico 2, foi possível identificar o tempo de experiência profissional que os formandos declaram possuir, comparado ao tempo de experiência que o mercado de trabalho exige dos candidatos. Demonstrando também quais idiomas os formandos possuem domínio

além do português e quais idiomas realmente é necessários possuir domínio conforme as exigências do mercado de trabalho.

Gráfico 2 – Experiência e Idiomas dominados pelos Formandos x Experiência e Idiomas Desejados pelo Mercado de Trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo demonstra o Gráfico 2, percebe-se que apenas 23% dos formandos possuem fluência em outras línguas além do português, sendo 13% em inglês e 8% em espanhol. Um fator interessante a ressaltar, é que 62% desses formandos, que ainda estão em processo de inserção no mercado de trabalho não possuem nenhum tipo de experiência profissional na área da contabilidade, enquanto apenas 10% trabalham ou já trabalharam na área mais de 4 anos.

Nos resultados obtidos com a pesquisa nos escritórios contábeis, observa-se que 70% dos escritórios contábeis exigem dos candidatos experiência mínima de 1 a 3 anos nas áreas contábeis, 25% não consideram como requisito importante durante a seleção de um profissional e apenas 5% possuem preferência por profissionais com experiência de no mínimo 4 anos na área.

Na análise conjunta entre características dos formandos e as exigências do mercado de trabalho, é possível observar que o mercado exige dos profissionais contábeis uma considerável experiência para exercício das funções que lhe serão atribuídas. Esse requisito torna-se uma das principais dificuldades para o ingresso do profissional recém-formado no mercado de trabalho, pois muitos concluem o curso e se deparam com a inexperiência e consequentemente com a dificuldade de receber sua primeira oportunidade de trabalho. Desta forma, seria uma oportunidade para as IES investirem em programas de inclusão e estágios para os alunos através de parcerias com empresas e agências de recrutamento e seleção local, de modo a oferecer experiência prática e a possível inserção destes no mercado de trabalho.

4.3. Perspectivas dos formandos x Realidade do mercado de trabalho

Conforme resultado obtido através da pesquisa tanto com os formandos quanto com os escritórios contábeis foi possível identificar quais perspectivas estes possuem em relação à profissão e qual a realidade dos profissionais contábeis no mercado de trabalho do município de Balsas. O resultado será apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Perspectivas dos Formandos x Realidade do Mercado de Trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com o Gráfico 3, a maioria dos formandos consideram o mercado de trabalho do município competitivo e a classe de contadores desunidos, destes apenas 3% afirmaram não considerar o mercado competitivo. Na variável de pretensão salarial, 70% desejam obter um salário acima de 3 mil reais mensais e 12% estarão satisfeitos com uma remuneração de 1 a 2 mil reais ao mês.

Com os resultados obtidos através da pesquisa nos escritórios contábeis, o mercado de trabalho para contadores no município é considerado competitivo e a classe desunida com 80% da frequência de respostas, com a média salarial oferecida aos profissionais entre 1 a 2 mil reais sem maiores benefícios, podendo em alguns casos (15%) chegar até 3 mil reais mensais dependendo do cargo e tempo de experiência profissional.

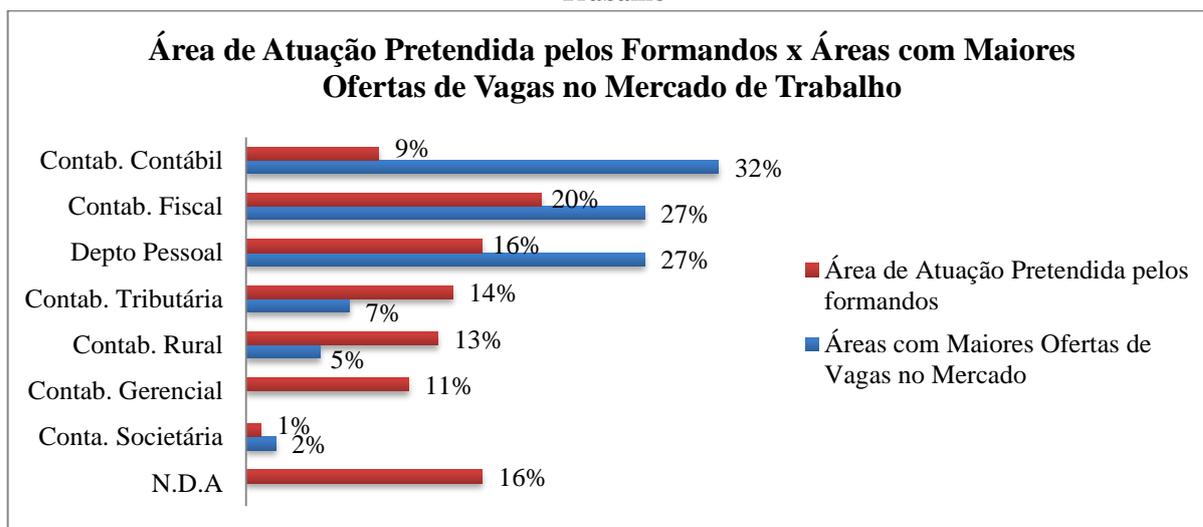
As maiores discordâncias entre o que os formandos esperam e o que o mercado oferece fica em relação à pretensão salarial, porém tal situação pode ser reajustada conforme a capacidade individual de cada indivíduo. É preciso também que os escritórios contábeis repensem a respeito da valorização profissional da classe em relação à remuneração, principalmente a aqueles profissionais que buscam atualização e educação continuada.

Outro fator relevante obtido através da pesquisa, é a frequência de respostas tanto dos formandos quanto do mercado de trabalho em relação à desunião da classe Contábil no município de Balsas- MA, seria interessante o Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão (CRC- MA), fiscalizar de forma mais rígida as ações éticas dos profissionais contábeis punindo aqueles que estão em desacordo com o Código de Ética Profissional do Contador (CEPC), de forma a solucionar essa fragmentação no ponto de vista dos profissionais.

4.4. Área de atuação pretendida pelos formandos x Áreas ofertadas pelo mercado de trabalho

Conforme pesquisa realizada com os formandos e com os escritórios contábeis, foi possível identificar quais áreas os formandos pretendem atuar após a conclusão da graduação e quais áreas mais ofertam vagas no município, os resultados podem ser observados no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Área de Atuação Pretendida pelos Formandos x Áreas com Maiores Vagas no Mercado de Trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor

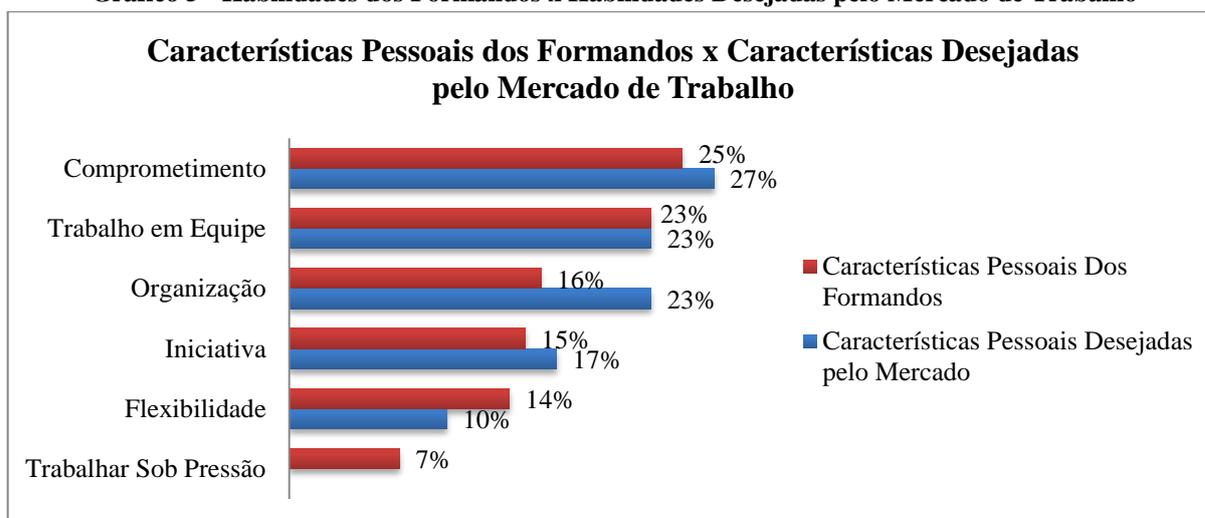
No Gráfico 4, é possível observar que a maioria dos formandos pretende trabalhar na área de contabilidade fiscal, departamento de pessoal ou contabilidade tributária somando 50% da preferência dos entrevistados, sendo relevante ressaltar que destes, 13% desejam trabalhar com contabilidade rural, possivelmente por a região ser polo de agronegócio e outros 16% não possuem interesse de trabalhar em nenhuma das áreas relacionadas na pesquisa.

As áreas de trabalho com mais ofertas de vagas nos escritórios contábeis, são contabilidade contábil com 32%, contabilidade fiscal e departamento de pessoal, ambas com 27%, e contabilidade societária com apenas 2% da frequência das respostas.

Analisando em conjunto as áreas pretendidas versus as áreas que ofertam mais vagas de trabalho no município, percebe-se que o mercado atende as pretensões dos formandos, ofertando maiores oportunidades de trabalho nas áreas que estes desejam futuramente atuar.

4.5. Habilidades pessoais dos formandos x Habilidades desejadas pelo mercado de trabalho

No Gráfico 5, são demonstrados quais habilidades os formandos declaram possuir no ambiente de trabalho e quais habilidades são necessárias possuir conforme as exigências do mercado de trabalho.

Gráfico 5 - Habilidades dos Formandos x Habilidades Desejadas pelo Mercado de Trabalho

Fonte: Elaborado pelo autor

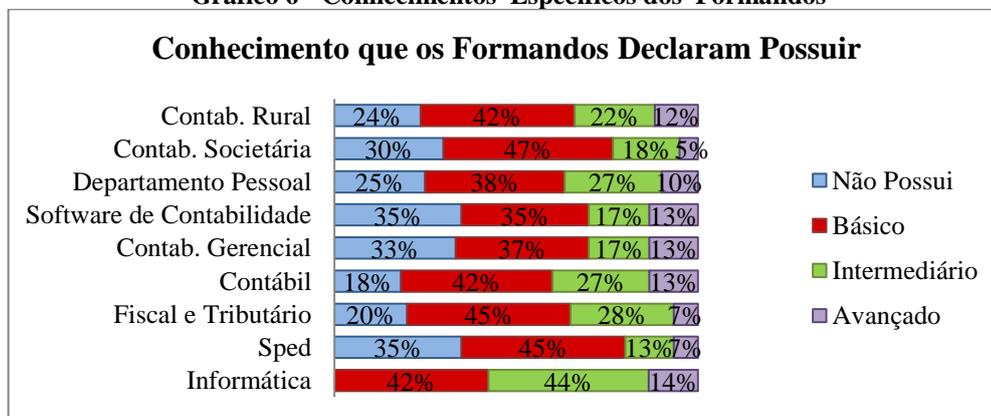
De acordo com o Gráfico 5, que 25% dos formandos declaram ser comprometidos no ambiente trabalho, destes, 23% possuem a habilidade de trabalho em equipe, são organizados em 16% das respostas e apenas 7% conseguem trabalhar sob pressão.

Percebe-se que os escritórios contábeis do município possuem preferência por candidatos que possuem comprometimento (27%), trabalho em equipe (23%) e organização (23%) no ambiente de trabalho.

Analisando em conjunto as habilidades que os formandos declaram possuir e o as habilidades que o mercado deseja, observa-se, que os formandos atendem as exigências do mercado de trabalho, por serem comprometidos, organizados e saberem trabalhar em equipe.

4.6. Conhecimentos específicos formandos x Conhecimentos específicos exigidos pelos contratantes

Na pesquisa realizada com os formandos buscou-se identificar quais áreas possuem conhecimentos na contabilidade, conforme demonstrado no Gráfico 6.

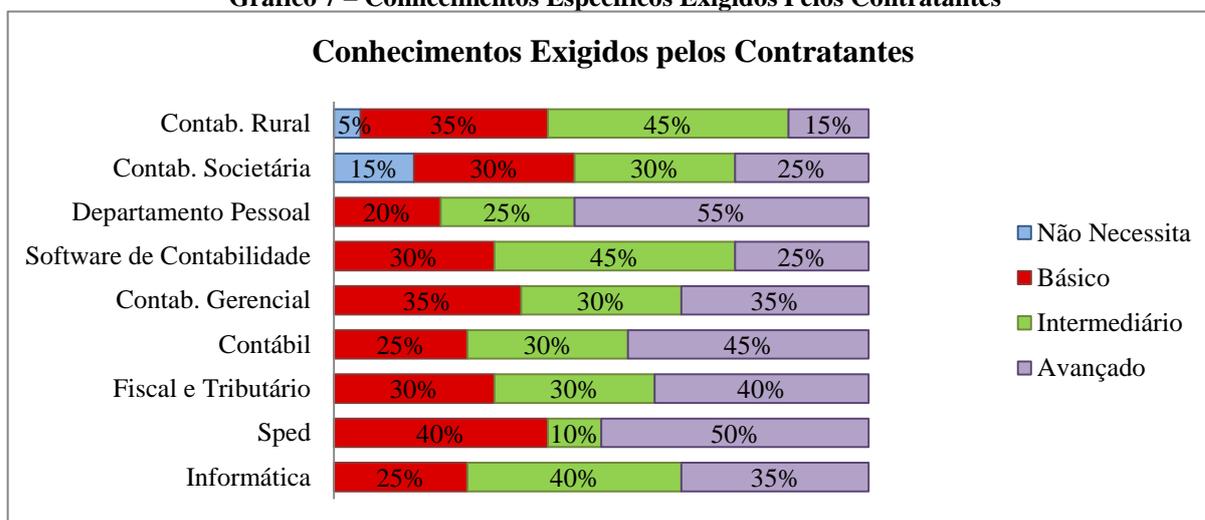
Gráfico 6 - Conhecimentos Específicos dos Formandos

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme demonstra o Gráfico 6, 35% dos formandos declaram que não possuem nenhum conhecimento em Software de Contabilidade e em emissão de Sped. Grande maioria possuem conhecimentos básicos em todas as áreas citadas na pesquisa, destacando Contabilidade Societária com 47%. Em relação às áreas que dizem possuir conhecimento avançado podemos destacar Informática com 14%, talvez devido a grande maioria esteja entre 20 a 24 anos e possuírem constante contato com aparelhos tecnológicos. Em Software de Contabilidade, Contabilidade Gerencial e no setor Contábil propriamente dito, ambas com frequência de 13% das respostas, também declararam possuir conhecimento avançado.

Na pesquisa com os escritórios contábeis pode-se identificar quais áreas são realmente importante possuir conhecimento para ser destaque no momento de uma seleção, os resultados poderão ser vistos no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Conhecimentos Específicos Exigidos Pelos Contratantes



Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme demonstra o Gráfico 7, os escritórios contábeis exigem que os candidatos possuam conhecimentos básicos em todas as áreas relacionadas na pesquisa, exceto nas áreas de Contabilidade Rural e Contabilidade Societária. Grande maioria exige que seus futuros colaboradores possuam conhecimento avançado em Departamento De Pessoal (55%), Sped (50%) e no setor Contábil (45%), talvez por serem as áreas que mais ofertam oportunidades de trabalho no município.

A principal preocupação em relação aos conhecimentos exigidos do mercado de trabalho e que os formandos possuem, é o pouco conhecimento destes em funções básicas do cotidiano da profissão, onde a maioria declara não possuir conhecimento básico nas áreas citadas na pesquisa, contrário às exigências do mercado. Diante desta situação, seria interessante as IES oferecerem mais prática aos alunos durante a graduação, com disciplinas de Laboratório com maior carga horária, para que os graduandos saiam da faculdade ao menos com conhecimento mínimo em Softwares e em registros contábeis que são consideradas funções básicas da rotina de um contador.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar as perspectivas e habilidades dos formandos em Ciências Contábeis em relação à profissão, verificando a realidade do atual mercado de trabalho para os profissionais nos escritórios Contábeis no município de Balsas - MA.

A pesquisa classificou-se quanto aos objetivos como descritiva, no que se refere à abordagem do problema quantitativa e quanto aos procedimentos utilizados foi levantamento. A população pesquisada foram os escritórios de contabilidade registrados no CRC-MA no município de Balsas, que totalizam 25 organizações e, os 80 formandos do 8º período do curso de Ciências Contábeis da faculdade pesquisada. Destes, 20 escritórios contábeis e 60 alunos constituíram a amostra respondendo aos questionários fechados elaborados para o desenvolvimento da pesquisa.

Com relação ao objetivo específico da pesquisa de verificar as perspectivas e habilidades dos formandos em relação à profissão contábil, foi possível identificar que os formandos possuem entre 20 a 30 anos de idade, são maioria do gênero feminino e não possuem experiência profissional na área de contabilidade. A pesquisa ainda mostrou que grande parte dos formandos pretende trabalhar em escritórios contábeis na área de Contabilidade Fiscal e Departamento De Pessoal, almejando remuneração acima de 3 mil reais mensais. Parte dos entrevistados não possuem conhecimentos específicos nas áreas citadas na pesquisa, nem em Sped, possuindo conhecimento intermediário nas áreas de Fiscal e Tributária, Contábil e Departamento De Pessoal. Declararam serem comprometidos e saberem trabalhar em equipe.

Quanto ao objetivo específico de investigar a realidade do mercado de trabalho para os contadores nos escritórios contábeis do município de Balsas - MA, foi possível observar que não há preferência por idade e gênero, exigindo-se dos candidatos experiência mínima de 1 a 3 anos na área. As maiores ofertas de vagas são nas áreas de Contabilidade Contábil, Contabilidade Fiscal e Departamento De Pessoal, com uma média de remuneração de 1 mil a 2 mil reais mensais. A pesquisa ainda mostrou que os escritórios contábeis buscam profissionais comprometidos, que saibam trabalhar em equipe e sejam organizados no ambiente de trabalho. Exigem dos candidatos conhecimentos intermediários em Contabilidade Rural e Software de Contabilidade, destacando que a grande maioria deseja que os candidatos possuam conhecimento avançados em Sped, Departamento De Pessoal e no setor Contábil.

As principais discordâncias encontradas entre as perspectivas dos formandos e realidade do mercado de trabalho no município de Balsas - MA está principalmente em relação à experiência profissional, onde 35% dos escritórios contábeis exigem dos candidatos no mínimo 1 ano de experiência para a contratação, enquanto na realidade grande maioria totalizando 62% dos formandos não possui experiência profissional em nenhuma área citada na pesquisa.

Como sugestão às instituições de ensino superior, fica a possibilidade de oferecerem programas de inclusões aos seus acadêmicos através de parcerias com agências de recrutamento local, oportunizando a esses novos profissionais contábeis experiência na área de graduação e conseqüentemente ajustando a diferença entre a oferta e demanda de profissionais contábeis no município de Balsas – MA.

Com os resultados obtidos a partir da pesquisa, sugere-se como estudos futuros, uma pesquisa com o objetivo de identificar a realidade dos egressos do curso de Ciências Contábeis e quais as dificuldades encontradas para a sua inserção no mercado de trabalho, podendo este estudo ser ampliado a outras faculdades da região.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriana Maria P. de; ASSAF, Alexandre. **Introdução à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES 10/2004**, de 16 de Dezembro de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 13 de maio 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES 146/2002**, de 03 de abril de 2002. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>>. Acesso em: 20 de maio 2017.

BRASILEIRO, Ada Magaly M. **Manual de Produção de Textos Acadêmicos e Científicos**. São Paulo; Atlas, 2013.

BIASIBETTI, Ana Paula; FEIL, Alexandre André. Análise do Perfil do Profissional Contábil Requerido pelas Empresas do Vale do Taquari – RS. **Destaques Acadêmicos**, 2017, v.9, n1, p 89-110.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Lei nº 12.249, de 11 DE Junho de 2010**. Brasília: CFC, 2010. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/uparq/lei12249.pdf>>. Acesso em: 22 de maio 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Profissionais e Organizações Ativos nos Conselhos de Regionais de Contabilidade**. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2017/08/estatistico_2004a2016.pdf>. Acesso em: 02 de novembro 2017.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO. **Dados Estatísticos**. Maranhão: CRC, 2017. Disponível em: <<http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx>>. Acesso em: 16 de setembro 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2010.

HOSS, Osni; CASAGRANDE, Luiz Fernande; VESCO, Delci Grapegia D., METZNER, Claudio Marcos. **Introdução à Contabilidade: Ensino e Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico Censo da Educação Superior 2009**. INEP, 2009. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/resumos-tecnicos1>>. Acesso em: 21 de maio 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. INEP, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 06 de novembro 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da Contabilidade**: Para o nível de graduação. São Paulo: Atlas, 2009.

KRUGGER, Silvana Dalmutt; et al. Perfil do Profissional Contábil Demandado pelo Mercado de Trabalho na Região Sul do Brasil. Fortaleza: **ANAIS DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS E TÉCNICOS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE**, 2016. p. 2-3.

MACHADO, Vinicius Sucupira de A.; CASA NOVA, Silvia Pereira de C. Análise Comparativa Entre os Conhecimentos Desenvolvidos no Curso de Graduação em Contabilidade e o Perfil do Contador Exigido pelo Mercado de Trabalho: Uma Pesquisa de Campo sobre Educação Contábil. São Paulo: **REVISTA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE**, 2008, v.2, n 1., p. 1-23.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos; SANTOS, Márcia Carvalho dos. O Perfil do Futuro Profissional e sua Responsabilidade Social. Paraná: **REVISTA DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ**, 2001, ano 26, n. 129.

MARTINS, Pablo Luiz; et al. O Profissional Contábil na Era da Informação. Rio de Janeiro: **IX SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA**, 2012.

ROSÁRIO, Bruna Bodner do; CIELO, Rosangela Del; FERREIRA, Marcelo Marchine. Construção da Profissionalização de Alunos de Ciências Contábeis. Paraná: **IX ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA CAMPO MOURÃO**, 2014.

SANTOS, Djalmir Gomes dos; et al. Formação Acadêmica em Ciências Contábeis e sua Relação com o Mercado de Trabalho: A Percepção dos Alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição Federal de Ensino Superior. Paraíba: **XI CONGRESSO USP**, 2014, p. 12-14.

SILVA, Rosane Maria P. da. Percepção de Formandos em Ciências Contábeis sobre sua Preparação para Ingresso no Mercado de Trabalho: Um estudo no Âmbito dos Cursos do

Distrito Federal. Brasília: **PROGRAMA MULTIINSTITUCIONAL E INTER-REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**, 2008, p. 28-32.

SILVA, Antônio Carlos R. da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade: Orientações de Estudos, Projetos, Artigos, Relatórios, Monografias, Dissertações, Teses**. São Paulo: Atlas, 2010.

SORGETZ, Eronita Terezinha S.; et al. Áreas da Contabilidade mais Desejadas: Um estudo de Caso dos Acadêmicos de Ciências Contábeis Formandos 2014 da FSG. Rio Grande do Sul: **REVISTA CONTABILIDADE, CIÊNCIA DA GESTÃO E FINANÇAS**, 2014, v.2, n.1, p.4-25.

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E O DIREITO DO SEGURADO ESPECIAL AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

SILVA, Erisvan de Sousa⁶¹⁸

BRAGA, Eleeldo Osdisnei de Oliveira⁶¹⁹

NETO, Antônio Graça⁶²⁰

SILVA, André Filippe Loureiro⁶²¹

Resumo: Este artigo versa sobre a Reforma da Previdência Social e o Segurado Especial, tendo por fonte para a sua construção e desenvolvimento a consulta por meio de livros, sites, artigos científicos e leis. A metodologia aplicada na pesquisa ora realizada é do tipo qualitativa bibliográfica. O presente estudo, busca esclarecer a PEC 287/2016, conhecida como Reforma da Previdência, bem como as possíveis consequências com a sua aprovação em especial atenção a situação dos Segurados Especiais que pretendem se aposentar. Inicialmente, partindo da análise da Previdência Social e da Seguridade Social, suas histórias/origens com observância, dos direitos previdenciários já garantidos à essa categoria de trabalhadores pela Constituição Federal de 1988, trazendo -se o lume a importância da Previdência Social para a proteção da sociedade brasileira.

Palavras chaves: Reforma. Previdência Social. PEC 287/2016. Direitos Previdenciários. Segurado Especial.

Abstract: This article deals with a Reform of Social Security and the Special Insured, having as a source for its construction and development, a consultation through books, websites, scientific articles and laws. A methodology applied in research or carried out by qualitative bibliographic type. The present study seeks to clarify PEC 287/2016, known as Pension Reform, as well as possible consequences with its approval in particular attention to the situation of the Special Insured Persons intending to retire. Initially, an integral part of the analysis of Social Security and Social Security, their histories / origins with observance of the previous rights already guaranteed for the category of workers of the Federal Constitution of 1988, bringing it optimized for Social Security to protect Brazilian society.

Keywords: Reform. Social Security. PEC 287/2016. Social Security Rights. Special Insured.

INTRODUÇÃO

⁶¹⁸ Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Balsas-UNIBALSAS/MA. E-mail: erisvan_89hotmail.com.

⁶¹⁹ Coautor: Advogado; Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo, RS; Especialista em Direito e Processo do Trabalho com formação para o Magistério Superior pela Anhanguera - UNIDERP; Pós-graduando em Direito e Processo Penal pela Universidade Cândido Mendes do Estado do Rio de Janeiro (UCAM); Graduado em Direito pela Universidade Regional Integrada e do Alto Uruguai e das Missões - campus Santo Ângelo (URI). Professor na Faculdade de Balsas - UNIBALSAS (MA). Integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Tutela dos Direitos e sua Efetividade. Integrante do Projeto de Pesquisa - Direito Internacional do Trabalho e o Resgate da dignidade e da cidadania. Conselheiro da OAB subseção de Santo Ângelo. E-mail: eleeldo.s.b@hotmail.com

⁶²⁰ Coautor: Professor Do Curso De Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Possui doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2003), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997) e graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Católica Dom Bosco (1989). E-mail: karandazal@hotmail.com

⁶²¹ Coautor: Professor do Curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Mestre em Direito Privado, linha de pesquisa Direito do Trabalho, modernidade e democracia, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela mesma instituição. Professor do Instituto Elpidio Donizetti na Pós-graduação em Direito do Trabalho, advogado militante na área trabalhista desde 2011. E-mail: andre_felippe@unibalsas.edu.br

A pesquisa visa analisar a Seguridade Social, buscando esclarecer a Proposta de Emenda à Constituição de nº 287/2016, com ênfase na situação dos segurados especiais, analisar quais as mudanças trazidas por esta proposta e se ela é de fato constitucional.

Inicialmente, no primeiro tópico é feito uma análise da Previdência Social, bem como, a importância da Seguridade Social e da Previdência Social no país enfatizando o seu valor e finalidade para a sociedade brasileira.

No segundo tópico é feito um relato histórico sobre o Segurado Especial, além disso, os requisitos exigidos para comprovar essa condição em seguida analisar as principais espécies de benefícios devidos à essa categoria de segurados.

E por fim é feito uma introdução sobre a Reforma da Previdência, fazendo-se uma subdivisão em tópicos para uma melhor análise das propostas de mudanças, analisando sobre as vantagens e desvantagens caso a PEC/287/2016 seja aprovada.

A pesquisa ora realizada é do tipo qualitativa bibliográfica, pois procurou abordar os direitos dos segurados especiais com relação a referente PEC 287/16 e as possíveis lesões aos direitos e garantias fundamentais caso seja aprovada.

É oportuno consignar que o presente artigo tem por finalidade esclarecer as mudanças que serão trazidas pela PEC Nº 287/2016, tentando ao máximo trazer informações que possam esclarecer os leitores, em especial os acadêmicos do curso de Direito, das possíveis mudanças e suas consequências para a sociedade brasileira.

1. PREVIDÊNCIA SOCIAL

A história da Previdência Social está enraizada na luta por uma sociedade mais igualitária, no intuito de fornecer aos mais necessitados condições mais dignas, retirando pessoas da marginalização social por meio de benefícios concedidos aos segurados e dependentes (BRASIL, 1988).

A evolução da previdência social divide-se em clássica, moderna e intermediária. A primeira preocupação era com a qualidade de vida do trabalhador e suas condições laborais, na segunda crescia a preocupação com a seguridade social de forma que abrangesse a toda uma camada social. E a fase intermediária “foram as mudanças que ocorreram com o processo natural da evolução histórica, realizados através de tratados e convenções” (ROUSSEAU, 2005).

No Brasil, o marco da Previdência Social deu-se com o Decreto Legislativo nº. 4.682 de 24/01/1923 que determinou a criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão. Deste modo, em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para supervisionar a previdência social. Logo, em 1934 surgia a relação ente público, trabalhador e empregador, assim em 1946 a expressão previdência social abrangia os riscos sociais, a doença, a velhice, a invalidez e a morte veja-se: “Somente em 1988 com a Constituição Federal houve uma

maior abrangência dos direitos e garantias sociais e previdenciários” (GOES, 2016; KERTZMAM, 2015).

Vale ressaltar, portanto, que a Previdência Social é de caráter contributivo e filiação obrigatória, portanto ao segurado não assiste a faculdade de contribuir ou não. O que torna o trabalhador segurado da previdência social são as contribuições, passando então a ter direito aos benefícios custeado pela Previdência (BRASIL, 1988).

Em vista disso, para a Previdência Social são considerados segurados: o empregado, o empregado doméstico, o trabalhador avulso, o contribuinte individual, o segurado especial e o segurado facultativo (BRASIL, 1991).

Desta forma, a Previdência Social é considerada um seguro pago pelos segurados para que em um possível evento danoso como acidente, invalidez provisória ou permanente, morte e também idade avançada, o trabalhador não fique desamparado podendo nesses casos requerer junto ao INSS um benefício que será de acordo com a sua necessidade, com o objetivo de manter uma vida digna e suprir as suas necessidades antes amparados pela renda da atividade exercida, conforme impõem a Carta Magna de 1988, veja:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei.

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal (BRASIL, 1988).

O artigo 18 da Lei 8213/91 classifica as prestações da Previdência Social em benefícios e serviços. Portanto, para uma melhor abrangência do assunto abordado, cabe aqui mencionar alguns dos benefícios devidos aos segurados especiais, quais sejam: o auxílio doença, aposentadoria por invalidez, o salário maternidade, a pensão por morte e aposentadoria por idade (BRASIL, 1991).

Deste modo, a previdência veio para atender a população de forma que não fique desamparada e submetida a situações de riscos de marginalização, fome e pobreza extrema, proporcionando aos seus segurados um pouco de dignidade para poder prosseguir, seja na ocasião de uma despedida involuntária, seja no momento da velhice, de um acidente que lhe

1.1. Importância da Seguridade Social e da Previdência Social

A Seguridade Social é uma garantia constitucional, um direito social que tem por objetivo fornecer ao ser humano uma vida digna, assegurando-lhe: saúde, assistência social, previdência Social (BRASIL,1988).

Diante disso entende-se que a Seguridade Social é um mecanismo de proteção à sociedade desamparada. Já a previdência Social visa proteger seus segurados e dependentes veja-se: “A Previdência Social é um seguro social que garante aos segurados e dependentes o direito de receber vantagem em pecúnia para suprir as suas necessidades, quando o segurado não puder mais trabalhar, em virtude de doença ou idade avançada” (KERTZMAM, 2015).

A Seguridade social surgiu no Brasil de forma moderada com a Constituição de 1824 e a partir de então, veio evoluindo e buscando cada vez mais a proteção da população (KERTZMAM, 2015).

Segundo Tavares, “A seguridade social é um conjunto de medidas destinadas a atender às necessidades básicas do ser humano, tais como saúde, previdência social e assistência social”. Pois, segundo o mesmo autor “não pode haver dignidade em situação de miséria e ignorância” (Leite, *apud* Tavares, 2014).

É mister esclarecer que a Seguridade Social e a Previdência Social são regidas por vários princípios que tem por objetivo a proteção de todas as categorias de segurados. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 194, parágrafo Único, seguida pela Lei 8.2013 de 24/07/91 artigo 2ª respectivamente, determinam que:

Art. 194 da CF. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL, 1988).

Art. 2º da Lei 8.213/91. A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos:

- I - universalidade de participação nos planos previdenciários;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios;
- IV - cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente;
- V - irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo;
- VI - valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo;
- VII - previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional (BRASIL, 1991).

Os princípios do Regime Geral de Previdência Social constituem a fonte dos fundamentos do sistema de conhecimento, pois atribuem regras que deverão ser observadas com o fito de alcançar os objetivos da previdência social (BRASIL, 1991).

É incontestável a importância da Seguridade Social no cenário brasileiro. Primeiramente, quando se fala em saúde e assistência social e previdência social é notório pensar em proteção, pois são requisitos para uma vida digna do ser humano (KERTZMAM, 2015).

Desta maneira, pode-se falar que a Previdência Social segue o mesmo sentido da assistência social no sentido de proteção à população, já que ambas fornecem benefícios. Esta fornece aos necessitados independentemente de contribuição, ou seja, inexistente aqui a necessidade de comprovação de qualidade de segurado. Já, aquela é mais ampla e tem por objetivo a proteção dos seus segurados e dependentes por meio da concessão de benefícios, como Auxílio Doença, Auxílio Reclusão, Aposentadorias, e Pensão por Morte que serão concedido de acordo com a necessidade de cada segurado (KERTZMAM, 2015).

2. SEGURADO ESPECIAL

Os segurados podem ser classificados como segurados obrigatórios ou segurados facultativos. Assim sendo, os segurados obrigatórios são subdivididos na pessoa do empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial (TAVARES, 2014).

Dentre essas categorias, cabe mencionar os Segurados Especiais que são aqueles trabalhadores que exercem atividade rural em regime individual ou de economia familiar extraíndo o sustento próprio e de sua família da atividade exercida. Assim, o artigo 12 inciso VII da Lei 8.212/91, versa sobre o segurado especial dizendo que:

Art. 12. O segurado especial é a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomeramento urbano ou rural próximo que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros na condição de: a) produtor, seja ele proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: 1. agropecuária em área contínua ou não de até quatro módulos fiscais; ou 2. de seringueiro ou extrativista vegetal na coleta e extração de modo sustentável, de recursos naturais renováveis, e faça dessas atividades o principal meio de vida; b) pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e c) cônjuge ou companheiro, bem como o filho maior de 16 anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as letras “a” e “b”, que, comprovadamente, tenham participação ativa nas atividades rurais do grupo familiar (BRASIL, 1991).

O Segurado Especial antes chamado de trabalhador rural não era protegido pela previdência social, o decreto 4.682/23 (conhecido como a Lei Eloy Chaves) deu início a previdência social, não havia qualquer proteção sobre trabalhador rural. Só havia previsão referente aos trabalhadores urbanos (GOES, 2016).

O Decreto Lei 4.214/63 (conhecido como Estatuto do Trabalhador Rural) trouxe expressamente pela primeira vez essa proteção, por meio do FUNRURAL (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural), criado com o objetivo de amparar o trabalhador rural, e na falta deste, os seus dependentes (GOES, 2016).

A partir dessa Lei começou a proteção ao trabalhador rural, sendo recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 194, parágrafo Único, incisos I e II, inclusive sendo princípios da seguridade social. Veja-se:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais (BRASIL, 1988).

Deste modo, entende-se que com a redação trazida pelo artigo acima mencionado, equiparou o tratamento entre os trabalhadores urbanos e rurais, ressalvadas as discriminações positiva que foi o caso da redução em cinco anos da idade mínima exigida para os trabalhadores rurais em relação aos trabalhadores urbanos para fins de requerimento de aposentadoria por idade (BRASIL, 1988).

Diante disso, o Segurado Especial é uma espécie de trabalhador rural que surgiu com a Constituição Federal de 1988, antes somente se falava em trabalhador rural (RANGEL, 2011 apud QUEIROGA, 2017).

Com a redação do artigo 195 § 8º passou a ser reconhecido. Veja-se:

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei (BRASIL, 1988).

A previdência social afirma: O Segurado Especial contribui quando comercializa produtos. Veja-se:

A forma de contribuição para o INSS no caso de Segurado Especial corresponde ao percentual de 2,3% incidente sobre o valor bruto da comercialização da sua produção rural.

Esse percentual é composto da seguinte maneira:

2,0% para a Seguridade Social;

0,1% para financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (SAT); e

0,2% para o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural).

(FORMA DE PAGAR E CÓDIGO DE PAGAMENTO, 2017).

Atualmente o segurado especial se aposenta com idade mínima de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres, desde que tenha provado no mínimo 15 anos de exercício de atividade rural, sendo considerado como contribuição a cobrança uma alíquota sobre a renda bruta obtida com a comercialização dos produtos (BRASIL, 1991).

O segurado especial não necessariamente deve residir no meio rural para manter essa qualidade, pois o que deve ser observado é a atividade exercida e não simplesmente a sua

residência. O segurado especial exerce suas atividades rurais em uma propriedade não superior a 4 módulos fiscais, essa contagem de sobre módulos fiscais varia de acordo com a região. Cabe ressaltar que na região de Balsas-Ma um módulo fiscal equivale a 75 (setenta e cinco) hectares. As atividades desenvolvidas pelo segurado especial pode ser realizada em regime individual ou de economia familiar desde que seja dessa atividade retirado o sustento do segurado e de sua família. Outro requisito para a comprovação da qualidade de segurado especial é a ausência de empregados permanente, ou seja, é permitido a esta categoria de segurados a mão de obra de empregado de forma temporária (GOES, 2016).

2.1. Benefícios Concedidos aos Segurados Especiais

O segurado especial, desde que obedecida as exigências poderá gozar de várias espécies de benefícios oferecidos pela previdência social, conforme ordena o artigo 201 da Constituição Federal de 1988:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes (BRASIL, 1988).

Seguindo o dispositivo constitucional, a Lei 8.213/91 em seu artigo 39 garante aos segurados especiais a concessão de benefícios como o objetivo de suprir suas necessidades.

Art. 39. Para os segurados especiais, referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, fica garantida a concessão:

I - de aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio-doença, de auxílio-reclusão ou de pensão, no valor de 1 (um) salário mínimo, e de auxílio-acidente, conforme disposto no art. 86, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período, imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido.

Parágrafo único. Para a segurada especial fica garantida a concessão do salário-maternidade no valor de 1 (um) salário mínimo, desde que comprove o exercício de

atividade rural, ainda que de forma descontínua, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do início do benefício (BRASIL, 1991).

Cabe ressaltar, que o segurado especial não se aposenta por tempo de contribuição, salvo nos casos em que optar para contribuir facultativamente. Nesse caso poderá desde que obedecido o tempo mínimo de contribuição, requerer aposentadoria por idade (LAZZARI, 2010).

2.1.1. Aposentadoria por Idade

A Aposentadoria por Idade é um dos principais benefícios garantido aos segurados especiais, poderá ser requerido pelo segurado que completar 60 anos se homem e 55 se mulher. Conforme impõe a Magna Carta de 1988 em seu artigo 201 parágrafo 7^a inciso II e a Lei 8.213 de 24/07/1991 em seu artigo 48 caput e parágrafo 1^a do mesmo dispositivo:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a [...] § 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: [...]. II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal (BRASIL, 1988).

Art. 48. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher. Parágrafo 1º. Os limites fixados no *caput* são reduzidos para sessenta e cinquenta e cinco anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres [...] (BRASIL, 1991).

Além disso, a idade mínima a ser provada também deverá ser comprovado por parte do segurado 15 anos de exercício de atividade rural, anterior ao requerimento do benefício, esta comprovação é feito por documentos do segurado e dos membros da família. Conforme leciona o artigo 143 da Lei 8.213 de 24/07/1991:

Art. 143. O trabalhador rural ora enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, na forma da alínea "a" do inciso I, ou do inciso IV ou VII do art. 11 desta Lei, pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir da data de vigência desta Lei, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no

período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício (BRASIL 1991).

Os documentos mais utilizados para a comprovação de atividade rural são: contratos de arrendamento ou parceria, certidão de casamento, certidão de nascimento dos filhos, certidão de quitação eleitoral, ficha hospitalar, ficha escolar dos filhos (desde que conste a profissão do segurado como lavrador, trabalhador rural, agricultor, e etc.), também é considerado como prova a carteira do sindicato rural, escritura do imóvel se for proprietário, caso não seja, deverá incluir declaração de proprietário juntamente com a escritura do imóvel onde o segurado exerce suas atividades, dentre outras (GOES,2016).

2.1.2. Auxílio Doença e Aposentadoria por Invalidez

O Auxílio Doença é um benefício concedido ao segurado que ficar incapacitado de exercer suas atividades de forma temporária, conforme determina o artigo 59 da Lei 8.213 de 24/07/1991 Art. 59. “O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos” (BRASIL, 1991).

Esse benefício tem o objetivo de suprir a renda da atividade antes exercida pelo segurado e garantir uma vida digna quando não poder exercer suas atividades habituais, esse benefício será cessado quando a doença que lhe deu causa deixar de existir. O benefício poderá ser cumulado com outros benefícios como por exemplo a pensão por morte e auxílio reclusão, no entanto, não será possível a cumulação com a aposentadoria por idade, salário maternidade dentre outros (MARTINS, 2006, *apud*, QUEIROGA 2017).

Se a doença for por longo lapso temporal ou permanente o benefício de auxílio doença será cessado, sendo concedida ao segurado a aposentadoria por invalidez, conforme prever os artigos 42 e 43 da Lei 8.213 de 24/07/1991, veja -se:

Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

Art. 43. A aposentadoria por invalidez será devida a partir do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença (BRASIL, 1991).

Os benefícios de Auxílio Doença e Aposentadoria por Invalidez serão acrescidos de 25% quando o segurado necessitar de ajuda de terceiro para realizar suas necessidades habituais, como narra o artigo 45 da Lei 8.213 de 24/07/1991. Art. 45 “O valor da

aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento)” (BRASIL 1991).

Além dos documentos utilizados para comprovar a qualidade de segurado (mesmo da aposentadoria por idade), deverá ser provada a incapacidade para o exercício da atividade, por meio de laudos médicos, atestados e exames (GOES, 2016).

2.1.3. Auxílio-Acidente

O auxílio Acidente é um benefício concedido ao segurado especial que em razão de acidente tem sua capacidade laborativa reduzida, conforme narra o artigo 86 da Lei 8.213/91:

Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

§ 1º O auxílio-acidente mensal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do salário-de-benefício e será devido, observado o disposto no § 5º, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado (BRASIL, 1991).

Desta forma, a concessão do auxílio acidente não impede o segurado de exercer outras atividades, tendo em vista que esse benefício tem caráter indenizatório e é concedido quando o segurado tem sua capacidade apenas reduzida, se for caso de incapacidade total, o benefício devido seria outro e não auxílio acidente. O auxílio acidente independe de tempo mínimo de carência, sendo necessário apenas a comprovação da qualidade de segurado e a redução da capacidade laborativa causado por acidente (SALVAN 2009, *apud*, QUEIROGA 2017).

2.1.4. Salário Maternidade

O Salário Maternidade é um benefício mais requerido pelo segurado especial a partir do oitavo mês de gestação, o objetivo desse benefício é garantir uma renda quando a segurada não poder exercer suas atividades em razão do parto, o valor do benefício é equivalente a 120 dias como determina o artigo 71 da Lei 8.213 de 24/07/1991:

Art. 71. O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade (BRASIL, 1991).

Esse benefício também é concedido para a mãe adotiva, desde que a mãe biológica não tenha recebido é importante mencionar apesar de ser casos raros o pai também tem o direito a requerer o benefício na ausência da mãe. O salário maternidade, assim como, a aposentadoria e o auxílio doença, exige a comprovação de atividade rural, por meio de documentos, (mesma documentação de comprovação de atividade rural, utilizada na aposentadoria), o tempo mínimo de carência desse benefício é de 10 (dez) meses anterior ao parto, ou seja, o segurado especial adquire esse condição aos 16 anos de idade, acrescentando a carência (dez meses) a idade mínima para requerer o benefício é 16 anos e 10 meses. Se o parto for antecipado, será reduzido a carência no quanto de dias que antecipou o parto (QUEIROGA, 2017).

2.1.5. Auxílio Reclusão

O Auxílio Reclusão é um benefício concedido aos dependentes do segurado de baixa renda que estiver preso. Como narra o artigo 80 da Lei 8.213/91: “O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço” (BRASIL, 1991).

Conforme narra o dispositivo, o segurado deve está recolhido a prisão, o benefício será concedido até quando ocorrer a liberdade ou fuga do segurado. O benefício só será concedido desde que a pena seja cumprida em regime fechado ou semiaberto e o segurado não receba nenhuma remuneração (ZANELA; BAEZ, 2010, *apud*, QUEIROGA, 2017).

Se o segurado recluso falecer o auxílio reclusão será convertido em pensão por morte.

2.1.6. Pensão por Morte

A pensão por morte é um benefício concedido aos dependentes do segurado falecido, conforme o artigo 74 da Lei 8.213 de 24/07/1991. Art. 74. “A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não” (BRASIL, 1991).

Deste modo, são considerados dependentes do segurado falecido: cônjuge, companheira, filhos menores de 21 anos ou inválido, desde que a incapacidade tenha iniciado quando o segurado ainda era vivo, os irmãos menores e pais desde que comprovem que dependia economicamente do segurado falecido. A renda da pensão por morte é o mesmo valor que o segurado recebia ou teria o direito de receber quando fosse aposentar. Assim, esse benefício poderá ser cumulado com outros benefícios, como, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio doença, salário maternidade, etc (SALVAN, 2009, *apud*, QUEIROGA, 2017).

3. ENTENDENDO A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O Projeto de Emenda Constitucional (PEC) de nº 287/2016, também conhecida como a Reforma da Previdência de iniciativa do Presidente da República, Michel Temer, que se

encontra em trâmite no Congresso Nacional, é considerado um dos assuntos mais debatidos no Brasil, haja vista os impactos que reforma poderá trazer para a sociedade (SANTOS, 2017).

O Presidente da República, Michel Temer, alega que a previdência está em *déficit* e que esse motivo tornaria a reforma uma necessidade vital para que seus fins continuem sendo alcançados (SANTOS, 2017).

A PEC 287/2016 é vista pelo Governo como algo em caráter de urgência, caso verificadas razões constantes nos motivos do projeto enviado ao Congresso Nacional. É importante frisar que a proposta foi um ato unilateral do atual Presidente, pois não houve nenhuma consulta a população, justamente esta que será a mais afetada se tal medida for aprovada na forma da lei. No passado, direitos e garantias foram adquiridos através manifestos, visando melhores condições de trabalho e sobrevivência. Lamentavelmente, hoje a Reforma da Previdência vem com uma proposta de “*enxugar*” direitos, alegando que a máquina pública está quebrada financeiramente e o país possui boa parte de sua população formada por idosos, devido a expectativa de vida ter aumentado (SANTOS, 2017).

Contudo, a Reforma da Previdência tem como principal objetivo e finalidade aumentar a idade mínima e o tempo de contribuição exigido para fins de aposentadoria por idade, como também proibir a acumulação de pensão por morte com aposentadoria por idade (SANTOS, 2017).

Inicialmente, no primeiro texto da proposta da PEC/287 era a seguinte: o segurado para gozar do benefício deverá cumprir dois requisitos, a idade de 65 anos e comprovar 25 anos contribuição/atividade independentemente do sexo, neste caso unificando os requisitos exigidos para todas as categorias de segurados (SANTOS, 2017).

No entanto, após a leitura do texto da PEC em comento, feita por meio de uma Comissão Especial da casa revisora, fez-se uma análise da proposta de reforma e foi possível observar vícios de inconstitucionalidade. E sob o ponto de vista da população, trata-se de uma violação ao Estado Democrático de Direito, que vem ganhando inclusive repercussão internacional (SANTOS, 2017).

Seria o momento ideal para os parlamentares criarem projetos de lei voltados para esse público, assegurando-lhes mais saúde, segurança e aposentadoria digna. Entretanto, não é o que ocorre, o que se vê a cada momento em noticiários é uma briga política provocada por atos de corrupção entre os próprios membros do congresso. E quem pagará o preço, ou culpa, do país estar em crise, será a população, principalmente as classes mais fragilizadas. Desse modo, é de suma importância analisar quais os pontos favoráveis e desfavoráveis, que a PEC 287/1017 oferece à sociedade, principalmente a essa classe fragilizada denominados segurados especiais (SANTOS, 2017).

3.1. Vantagens *versus* Desvantagens da Reforma da Previdência

A Proposta de Emenda à Constituição nº 287-A, de 2016 do Poder Executivo, altera os artigos 37, 40, 42, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição Federal/88, (os artigos 195, 201 e 203 tem relação direta com o segurado especial) para dispor sobre a seguridade social, estabelecendo regras de transição e dá outras providências (SANTOS, 2017).

Não resta demonstrada a necessidade da Reforma da Previdência. O governo não apresentou meios probatórios que atestem o rombo alegado nos cofres da Previdência Social e nem comprovou a urgência de tal medidas como consta no projeto, não há qualquer vantagens para a população. O que está provada é uma verdadeira usurpação dos direitos e garantias dos cidadãos (SANTOS, 2017).

A Câmara dos Deputados, divulgou por meio de noticiários de telejornal e internet, que no dia 09 de maio do corrente a PEC 287/216 logrou êxito em sua primeira votação, sendo 23 votos a favor e somente 14 votos contra a proposta de reforma. Contudo, para se obter a aprovação em definitivo é preciso que haja a votação em dois turnos pelo plenário, como reza a Constituição Federal de 1988 (SANTOS, 2017).

Conforme previsto no art. 60 da CF/88, em seu §2^a, que assim ordena: “A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros” (BRASIL, 1988).

Com efeito, cumpre observar se o processo de Emenda Constitucional, ainda que em fase de tramitação reveste-se da constitucionalidade necessária a sua aprovação na ordem jurídica, pois, em que pese o rigor com que se tramita um Projeto de Emenda Constitucional no Congresso Nacional, em muito tem se visto o Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade de leis nos casos em que a eles são levadas a questionamento mediante a via adequada (SANTOS, 2017).

Claro está, portanto, que os direitos sociais estão sendo diminuídos mediante o projeto de emenda constitucional ou diante da justificativa do governo quanto aos atuais problemas enfrentados pela previdência social (SANTOS, 2017).

A referida proposta, vislumbra aumentar a idade mínima para a concessão do benefício de aposentadoria por idade para 65 anos de idades acompanhada da exigência de 25 anos de contribuição para que o segurado possa gozar do benefício, inicialmente igualando nesse cenário, tanto homens e mulheres e proibir o acúmulo de aposentadoria e pensão por morte, desvinculando esta última do salário mínimo. Contudo, após diversas manifestações, e repercussão polêmica do assunto, o texto-base original foi modificado, após ser analisado por uma Comissão Especial designada (SANTOS, 2017).

3.2. Mudanças após o Parecer da Comissão Especial da PEC 287/2016 em Relação ao Segurado Especial

No texto original da PEC 287/2016, é possível encontrar alterações de garantias adquiridas, tais como: benefícios da pensão por morte que será desvinculado do salário mínimo, cujo valor será o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente, sendo acrescido em 10% (dez por cento) por cada dependente do segurado, não podendo ultrapassar o limite 100% (cem por cento) do salário mínimo (SANTOS, 2017).

O texto base da proposta de reforma desvinculava as pensões do salário mínimo e proibia o acúmulo de benefício. Já o novo texto permite a vinculação com o salário mínimo, permitindo somente o acúmulo de até dois salários mínimos. Também no novo texto é garantido o direito adquirido de acumulação de pensão e aposentadoria para quem já era beneficiado (SANTOS, 2017).

Para os trabalhadores rurais, a proposta de aposentadoria foi elaborada da seguinte forma: teria de contribuir com a previdência em 25 anos, e possuir idade mínima de 65 anos. No texto substitutivo, da nova proposta é que homens e mulheres trabalhadores rurais contribuam com 15 anos e possuam idade mínima de 60 anos e 57 anos, respectivamente, conforme narra Santo, veja-se:

Mantém direito dos trabalhadores rurais ao benefício de 1 Salário Mínimo com idade menor (57 anos para as mulheres, 60 para os homens), mas desde que comprove 15 anos de contribuição. Na regra de transição, a idade será de 55 ou 60 anos, mas será elevada, no caso da mulher, um ano a cada dois anos, a partir de 2020, até atingir 57 anos. (SANTOS, 2017, p. 3).

Mantém carência de 25 anos, porém com uma regra de transição prevendo que essa carência começa com 15 anos (180 contribuições), até chegar a 25 anos (300 contribuições). Como já vimos, essa exigência terá um efeito desastroso, em especial no caso dos mais pobres, que têm enorme dificuldade de computar 15 anos, hoje, para a aposentadoria por idade. (SANTOS, 2017, p.5).

Também seria cobrado do trabalhador rural uma contribuição sem que ao menos fosse determinado o valor da alíquota, para poder receber seu benefício. Com as alterações trazida pela comissão especial, o valor da alíquota tem que ser determinada (SANTOS, 2017).

Após o parecer da comissão, “Mantém sistema de contribuição individual sobre o Salário Mínimo para o trabalhador rural da economia familiar, ou seja, se não comprovar contribuição individual, o trabalhador rural não conseguirá se aposentar. Ainda que essa contribuição possa ser de 5% sobre o salário mínimo” (SANTOS, 2017, p.5).

O segurado especial irá se aposentar comprovando 15 anos de contribuição acrescido a cada ano até atingir 25 anos contribuição exigidas. Atualmente o segurado especial precisa

apenas provar a qualidade de segurado e o tempo mínimo de exercício de atividade rural, a PEC exige uma contribuição de 5% do salário mínimo. Ocorre que o segurado especial tem dificuldade de contribuir 15 anos, com o aumento da exigência, o segurado especial dificilmente irá conseguir contribuir os 25 anos exigidos, isso quer dizer que praticamente está sendo retirado o seu direito à aposentadoria (SANTOS, 2017).

Na proposta em comento, também é pauta polêmica o fim da intermediação sindical, bastando para o trabalhador rural apenas uma auto declaração para fins de aposentadoria (SANTOS, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da elaboração teórica cumpre-se dizer que a PEC 287/16 vai de encontro com os direitos e garantias fundamentais garantidos constitucionalmente. Após a análise da comissão especial houve flexibilização do governo em alguns pontos da proposta o que causará menos danos aos segurados, no entanto ainda persiste a violação aos direitos e garantias. Essa flexibilização tem como um dos principais pilares, as manifestações da população, que já percebem as consequências que virão com a aprovação da referida proposta, criando grupos de pressão para defender, em âmbito nacional, os direitos já garantidos constitucionalmente, obrigando o governo dessa maneira a flexibilizar-se.

O governo alega que é necessário a reforma, pois houve o aumento na expectativa de vida dos brasileiros, por esse motivo será aumentada as dificuldades para que os segurados possam receber um benefício, vergonhosamente a reforma tem o condão de penalizar a sociedade brasileira por causa do aumento da expectativa de vida, o que deveria ser comemorado, está sendo motivo de motivo de insatisfação. Diante disso fica uma ressalva, porque houve uma melhora na vida da população é necessário uma reforma para reduzir os direitos do cidadão pelo simples fato de viver muito.

A reforma tem por objetivo aumentar a idade da mulher para fins aposentadoria de 55 para 57 ano, desvincular a pensão por morte do salário mínimo e a cobrança do valor de 5% sob o valor do salário mínimo. Caso aprovada irá aumentar a crise e a miséria dessa classe pobre, pois maioria dos segurados especiais, não tem condições nem para comprar um quilo de carne ou roupa nova sem comprometer a subsistência da família. Dessa maneira sendo impossível adquirir recursos para pagar a referida quantia.

No que tange o aumento da idade da mulher para fins de aposentadoria e o aumento das contribuições, inclusive a cobrança de 5% sob o valor do salário mínimo para ambos os sexos. A maioria dos segurados especiais atualmente quando alcançam a idade exigida para aposentar, quase não têm mais condições de exercer suas atividades, comprometendo a renda e como consequência dificultando a subsistência da família. Fica comprovado uma verdadeira usurpação dos direitos dos segurados especiais.

Caso a proposta de Emenda à Constituição venha ser aprovada será um verdadeiro

retrocesso, pois estará ocorrendo uma destruição no sistema da seguridade social e, como consequência, o desamparo de milhões de pessoas.

REFERÊNCIAS

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de Incidência Tributária**, São Paulo. Malheiros, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 11 de set. de 2017.

BRASIL. **Lei Nº 8.212, De 24 De Julho De 1991**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm>. Acesso em: 26 de ago. de 2017.

BRASIL. **Lei Nº 8.213, De 24 De Julho De 1991**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 26 de ago. de 2017.

BRASIL. **Lei Nº 11.718, De 20 De Junho De 2008**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111718.htm>. Acesso em 11 de set. de 2017.

FORMA DE PAGAR E CÓDIGOS DE PAGAMENTO – Segurado Especial - Previdência Social. Disponível em: < <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/gps/forma-pagar-codigo-pagamento-segurado-especial/>>. Acesso em: 26 de ago. de 2017.

GOES, Hugo. **Manual de Direito Previdenciário** – 11ª edição. Rio de Janeiro: Ferreira, 2016.

KERTZMAN, Ivan. **Curso Prático de Direito Previdenciário** - 12ª ed. Salvador/BA JusPODIVM, 2015.

LAZZARI, João Batista; CASTRO, Carlos Alberto Pereira. **Manual do Direito Previdenciário** - 12 ed. Conceito, 2010.

LEITE, Celso Barroso. **Curso de Direito Previdenciário**. Wagner Balera, São Paulo: LRT 2009.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da Seguridade Social** – 29 ed. – São Paulo: atlas, 2010.

QUEIROGA, Fábio Lima Dantas. **Previdência e o Segurado Especial** Disponível em: <<http://www.fespfaculdades.com.br/painel/uploads/arquivos/ARTIGO%20FABIO%20LIMA%20IMPRESS%C3O.pdf>>. Acesso em: 02 de set. de 2017.

REFORMA DA PREVIDENCIA – Previdência Social. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br>>. Acesso em: 04 de maio de 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo, Abril Cultural, 1973. Coleção os Pensadores.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de Previdência Social**. Ed. Forense. Rio de Janeiro. 1988.

SANTORO, José Jayme de Sousa. **Manual do Direito Previdenciário** – 2 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora S.A, 2001.

SANTOS, Luiz Alberto. **A Reforma da Previdência do Governo Temer e o Desmonte da Previdência Pública no Brasil**. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/94-a-reforma-da-previdencia-do-governo-temer-e-o-desmonte-da-previdencia-publica-no-brasil/3702-a-reforma-da-previdencia-do-governo-temer-e-o-desmonte-da-previdencia-publica-no-brasil>>. Acesso em: 11 de set.de 2017.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2014.

NR 31 COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA REDUÇÃO DE PASSIVOS TRABALHISTA RURAIS.

MOURA, Maécila Brito S⁶²²

BRAGA, Eleeldo Osdisnei de Oliveira⁶²³

GRAÇA, Neto Antônio⁶²⁴

SILVA, André Filippe Loureiro⁶²⁵

Resumo: O presente artigo busca instruir o empregador a seguir as normas de segurança do trabalho sendo este o meio para manter as condições dignas de saúde e segurança do trabalhador na execução de suas atividades laborais rurais, por meio de legislação e normas regulamentadoras, dentre elas a Norma Regulamentadora (NR) 31 que versa sobre a segurança do trabalho rural. O empregador assume o risco da atividade econômica e é obrigado a cumprir as determinações legais. Deste modo realizou-se uma contextualização histórica, para que se possa entender os motivos e o período em que advieram as legislações positivadas, para então se poder conceituar cada parte que complementa esse conjunto de ações como empregado, empregador, passivo e multa trabalhista. Ao analisar a NR 31, o presente artigo abordará as principais obrigações desta norma e como pode ser implantada como uma ferramenta de gestão a fim de diminuir e até anular os passivos. Tendo intuito de que o empregador, ao ler este artigo, perceba a importância da NR 31 como uma ferramenta de gestão para empresa. A análise deste trabalho se fez por meio de investigação qualitativa, valendo-se do método dedutivo, por meio de estudo de doutrinas e da norma regulamentadora.

Palavras-chave: Segurança do Trabalho. NR 31 . Passivo Trabalhista.

Abstract: This article seeks to instruct the employer on how to follow the work safety regulations, as the means to maintain a workable condition of health and safety of the employees while executing their rural labor activities, through legislation and regulatory standards, amongst them the Regulatory Standard (NR) 31 which is about safety on rural labor. The employer takes on the risks of economic activity and is required to follow the legal determinations. This way we performed a historical contextualization to understand the grounds and period in which came the assured legislations, to then be able to conceptualize each part that complements this set of

⁶²² Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Balsas UNIBALSAS/MA/maecila.brito@hotmail.com

⁶²³ Coautor: Advogado; Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo, RS; Especialista em Direito e Processo do Trabalho com formação para o Magistério Superior pela Anhanguera - UNIDERP; Pós-graduando em Direito e Processo Penal pela Universidade Cândido Mendes do Estado do Rio de Janeiro (UCAM); Graduado em Direito pela Universidade Regional Integrada e do Alto Uruguai e das Missões - campus Santo Ângelo (URI). Professor na Faculdade de Balsas - UNIBALSAS (MA). Integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Tutela dos Direitos e sua Efetividade. Integrante do Projeto de Pesquisa - Direito Internacional do Trabalho e o Resgate da dignidade e da cidadania. Conselheiro da OAB subseção de Santo Ângelo. E-mail: eleeldo.s.b@hotmail.com

⁶²⁴ Coautor: Professor Do Curso De Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Possui doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2003), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997) e graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Católica Dom Bosco (1989). E-mail: karandazal@hotmail.com

⁶²⁵ Coautor: Professor do Curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Mestre em Direito Privado, linha de pesquisa Direito do Trabalho, modernidade e democracia, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela mesma instituição. Professor do Instituto Elpidio Donizetti na Pós-graduação em Direito do Trabalho, advogado militante na área trabalhista desde 2011. E-mail: andre_felippe@unibalsas.edu.br

actions as employee, employer, passive and labourite fines. By analyzing the NR 31 this article approaches the main obligations in this standard and how it may be implanted as a management tool, aiming to minimize and nullify the passives. We intend that the employer, while reading this article, realises the importance on NR 31 as a management tool for the company. The analysis of this work was done by qualitative study and deductive method, through the study of doctrines and the regulatory standard.

Keywords: Work Safety. NR 31 . Labor liabilities.

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca apresentar as obrigações da NR 31, com intuito de se desconstruir uma ideia da segurança do trabalho como mera norma rígida, quando na verdade, deve ser aplicada em forma de gestão, no dia a dia pelos empregadores e seus gestores. Se implementada na forma de procedimento cotidiano, a segurança do trabalho deixa de ser vista como um problema, e tornando-se uma solução. Será abordado no primeiro tópico, a contextualização do surgimento das normas legislativas referentes a segurança do trabalho até a NR 31.

Serão apresentadas ainda, as definições de empregador, empregado, segurança do trabalho, meio ambiente do trabalho, passivo trabalhista e trabalho rural, a fim de que se compreenda cada parte deste sistema de gestão e se consiga identificar qual a importância de cada um, qual a obrigatoriedade no seguimento e efetivação da norma. Posteriormente com base teórica na NR 31, serão apresentadas quais as funções dos empregadores e dos empregados, quanto à segurança do trabalho rural, delimitando em que momento deve ser cumprida cada instrução, conforme cada tópico da norma, buscando-se apresentar o impacto jurídico que pode haver, em caso do não cumprimento.

Por último, esse trabalho deseja poder ser usado como um instrumento de auxílio, para incentivar os empregadores a implantarem o sistema de gestão de segurança, instruindo a quais profissionais comportam essa gestão. Busca-se ainda, com esse estudo, informar os donos das empresas, para que entendam que a segurança do trabalho é parte indispensável do processo produtivo, não apenas por ser exigência legal, mas para garantir, que os colaboradores, que são capital mais importante do negócio, trabalhem de forma digna. Quando a segurança do trabalho é vista como ferramenta de gestão e recebe acompanhamento diário da atividade prestada pelos empregados desde a contratação, o empregador pode ter segurança jurídica nas relações de trabalho e garantir maior produtividade.

A metodologia utilizada será quantitativa e qualitativa, haja vista que serão avaliados dados de acidentes de trabalho rural e multas emitidas nos últimos anos, a partir destes dados, percebe-se a relevância jurídica deste tema e a importância do cumprimento da NR 31 que também será avaliada em seu contexto como norma regulamentadora para que o empregador não esteja nesta estatística de empresas multadas e autuadas.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A análise histórica do direito do trabalho é de suma importância, pois serve de base para que se possa entender o presente. Sua gênese e seu desenvolvimento no decorrer do tempo, determinam ações futuras. Foram as condicionantes do passado que serviram de fonte para surgimento do direito positivado, que passou e passa por muitas modificações. Pode-se dizer que a fonte da regra jurídica “é o ponto pelo qual ela sai das profundezas da vida social, para aparecer na superfície do direito.”⁶²⁶

A vida social refere-se aos acontecimentos, fatos históricos que contam o desenvolver das fontes materiais, são os movimentos de sindicatos e conferências internacionais. Tornando-se a superfície do direito, por meio das fontes formais sendo elas as leis e normas infra legais. Podendo ser conceituada como:

O complexo de fatores que ocasionaram o surgimento da norma, envolvendo fatos e valores. São analisados fatores sociais, psicológicos, econômicos, históricos, fatores reais que irão influenciar a criação da norma jurídica, valores que o direito procura realizar⁶²⁷.

A revolução industrial no século XIX acabou transformando o trabalho em emprego, com o advento da máquina a vapor e das indústrias têxteis, temos o estado liberal, em que o estado não intervinha nas relações de trabalho. A mão de obra agora era para controlar maquinários, a partir deste momento os trabalhadores passaram a trabalhar por salário. As condições das fábricas eram insalubres, e nelas trabalhavam crianças e mulheres. Neste momento nasce uma relação jurídica, pois os trabalhadores começam a reivindicar melhor condição de trabalho, por meio da junção dos trabalhadores. Começou-se a verificar a necessidade da intervenção do estado nas relações de trabalho.⁶²⁸

Em 1802 na Inglaterra, o parlamento inglês através de uma comissão de inquérito criou a Lei de Saúde Moral dos Aprendizes, que estabelecia melhores condições no ambiente de trabalho, jornada mínima de doze horas, proibia o trabalho noturno. Foi a primeira conquista em relação a saúde e segurança do trabalho.⁶²⁹

Em 1919 foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o Tratado de Versalles, que pôs fim a primeira guerra mundial. É responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho, sendo elas convenções e recomendações, uma vez que

⁶²⁶PASQUIER, 1978, p.47 *apud* MARTINS, 2005, p.251. MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho** 21, ed. São Paulo: Atlas 2005.

⁶²⁷MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho** 21, ed. São Paulo: Atlas 2005, p. 53.

⁶²⁸VIANNA, 1976 *apud* PINSKY, 2012 p.471. PINSKY, Jaime. **História da Cidadania**. 6º ed. São Paulo. Contexto 2012.

⁶²⁹NETO, Nestor Waldhelm. **História da Segurança do Trabalho**. 2017. Disponível em:

<<http://segurancadotrabalhonwn.com/historia-da-seguranca-do-trabalho>> Acesso em: 13 de setembro de 2017.

essas convenções sendo ratificadas pelos países, passam a integrar a legislação. A mesma tem uma importância ímpar para o Brasil, que é um dos membros fundadores. Parte da legislação referente à saúde e à segurança do trabalho são frutos das convenções. A OIT tem uma influência perpétua sobre a legislação de todos os países, e deve ser considerada a consciência social da humanidade.⁶³⁰

Então, quando as relações contratuais começaram a ter consequências sérias, afetando o próprio estado com número grande de acidentados, internados nos hospitais e inválidos, demonstram que o trabalhador mal assistido virou problema social. Neste momento, iniciou-se a positivação de normas que regulamentassem a relação do empregado e empregador, uma vez que o primeiro é vulnerável às imposições e vontades do segundo. Deve-se assegurar uma superioridade jurídica ao empregado em função de sua inferioridade econômica, então a lei passa a estabelecer normas mínimas sobre a condição de trabalho que devem ser respeitadas pelo empregador.⁶³¹

Na tentativa de manter esse estado liberal, veio a se desenvolver o estado bem social, em meio à década de 1930. Pela necessidade de uma intervenção do estado nas relações de trabalho pode se entender esse momento como:

A admissão da necessidade de intervenção regulação da economia pelo Estado ampliou os contornos da ordem liberal e deu margem, em um momento de ruptura, à passagem para um modelo de Estado que intervém na ordem social e econômica. A crise do modelo liberal foi engendrada dentro dele e, pior, foi uma tentativa de perpetuá-lo.⁶³²

Ter um intervencionismo do estado, para assegurar o bem-estar social e melhorar as condições do trabalhador, passa este a ser protegido judicialmente e economicamente,⁶³³ “o papel do estado num regime livre, é de assistir como simples espectador à formação dos contratos, e só intervir para assegurar os efeitos e as consequências dos contratos livremente realizados.”⁶³⁴ Instaura-se assim o estado de bem-estar social, que passa a trazer garantias individuais ao cidadão nas relações contratuais, que antes eram alheias. Tal extensão não se

⁶³⁰ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Conheça a OIT**. 1919. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit>> Acesso em: 10 de setembro de 2017.

⁶³¹FOLCH, 1936, p. 16 *apud* CORREA; HACKBARTH, 2015, p.s.p. CORREA, Lucas; HACKBARTH, Darlana. **Princípios do Direito do Trabalho**: Um estudo sobre os preceitos que norteiam a Justiça do Trabalho. Horizonte Legal. Publicado em 27/04/2015. Disponível em: <<https://indubioprodutrina.wordpress.com/2015/04/27/os-principios-do-direito-do-trabalho>> Acesso em : 10 de setembro de 2017.

⁶³²MORAES, Ricardo Quartim. **A Evolução Histórica do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito e Sua Relação com o Constitucionalismo Dirigente**. 2014, p.275. Revista de Informação Legislativa: Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br>> Acesso em 24 de setembro de 2017.

⁶³³MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho** 21, ed. São Paulo: Atlas 2005, p. 71.

⁶³⁴VIANNA, 1976, pg.48 *apud* PINSKY, 2012, p.471. PINSKY, Jaime. **História da Cidadania**. 6º ed. São Paulo. Contexto 2012.

limita unicamente a garantir o desenvolvimento econômico, porque a ela se adiciona o requisito do desenvolvimento social.

O Direito não só entra na fábrica, como se insere em todas as relações que lá ocorrem: a relação entre empregador e empregados, a relação dos empregados entre si (Direito Sindical), assim como as relações de organização e administração da empresa e as relações entre empresas.⁶³⁵

Frente ao estado de bem-estar social, para mudar essa situação fática, foram realizadas mobilizações políticas, intervenção do estado, a fim de proporcionar aos trabalhadores melhores condições de trabalho.

No Brasil a “revolução de 1930, com a subida ao poder de Getúlio Vargas, foi que a Justiça do Trabalho e a proteção aos direitos dos trabalhadores realmente despontaram. Em 26 de novembro daquele ano, por meio do Decreto nº 19.433, foi criado o Ministério do Trabalho”.⁶³⁶ A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), adveio em 1 de maio de 1943 pelo decreto Lei nº 5452. A Constituição Federal (CF) de 1988, trouxe, em seu capítulo II, título II dos direitos e garantias fundamentais do art. 7º ao 11, preceitos que regulam as relações trabalhistas e apresenta especificações e quem tem competência de criar normas regulamentadoras específicas, sendo o órgão competente Ministério Trabalho e Emprego (MTE).

A CLT contém disposições expressas no sentido de que o MTE detém competência para estabelecer normas pertinentes à prevenção de doenças e acidentes do trabalho. São elas:

Art. 155. Incumbe ao órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho:

I - estabelecer, nos limites de sua competência, normas sobre a aplicação dos preceitos deste Capítulo, especialmente os referidos no art. 200

Art. 200. Cabe ao Ministério do Trabalho estabelecer disposições complementares às normas de que trata este Capítulo, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho, especialmente sobre: I- medidas de prevenção de acidentes e os equipamentos de proteção individual em obras de construção, demolição ou reparos; [...]

⁶³⁵MORAES, Ricardo Quartim. **A Evolução Histórica do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito e Sua Relação com o Constitucionalismo Dirigente**. 2014, p.276. Revista de Informação Legislativa: Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br>> Acesso em 24 de setembro de 2017.

⁶³⁶SÃO PAULO. Tribunal Superior do Trabalho. A Criação da CLT. São Paulo: Fundação para desenvolvimento da arte e educação. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/70-anos-clt/historia>> Acesso em: 24 de set 2017.

A positivação efetiva das relações de trabalho rural no Brasil teve seu início, em 1.963, com o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214/63), a primeira lei nacional a tratar exclusivamente a respeito do tema. Tal lei foi regulamentada pelo Decreto nº 53.154/63, que instituiu a previdência social rural.⁶³⁷ O objetivo dessa Lei, no entanto, não chegou a ser atingido, visto que faltou a fiscalização necessária, tornando muitos pontos inaplicáveis.

Em 1973 a lei nº 5.889, de 08 de junho determina, em seu art. 13º, que deverão ser observadas as normas de segurança e higiene no trabalho rural, estabelecidas em Portarias do Ministério do Trabalho e Previdência Social⁶³⁸, sendo a competência para a criação do Ministério de Trabalho e Emprego.

As normas regulamentadoras são diretrizes legais, com força de lei, que padronizam a execução da atividade laboral, estabelecendo critérios mínimos de saúde e segurança do trabalho. Em 1988, este mesmo Ministério, por meio da Portaria nº 3.067 de 12 de abril, aprovou as cinco Normas Regulamentadoras Rurais (NRR), relacionadas à segurança e higiene do trabalho rural (BRASIL, Portaria nº 3.067 1988). Então a NR 31, Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura, regulamentada pela Portaria MTE nº 86, de 03 de março de 2005, veio para regular especificamente as diversas atividades rurais. Esta norma é fruto da Convenção da OIT 184 Segurança e Saúde na Agricultura, ratificada pelo Brasil que foi utilizada como elemento para a construção do texto da norma que será estudada neste artigo NR 31.

2. DEFINIÇÕES RELEVANTES

Relação de trabalho é toda atividade humana, que tem como objetivo a prestação de serviço, desta forma, essa relação é intrínseca ao desenvolvimento das relações sociais. Comportam outras figurações em seu contexto de definição, como é o caso do empregado e do empregador que formam a relação de trabalho. A relação de trabalho é o gênero do qual as espécies são os atores que configuram e estabelecem essa relação de trabalho e emprego.⁶³⁹

O empregado é toda pessoa física que presta serviço, subordinando-se a um empregador, pela remuneração. Que se pode conceituar como aquele que:

Emprega sua mão de obra para realização de um serviço por salário, estabelecendo vínculo, sendo a atividade não eventual ou habitual, consensual, sinalagmática. O

⁶³⁷SILVA, José Andrade. **Trabalhadores Rurais na Legislação Rural do Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://joseandradedasilva.jusbrasil.com.br/artigos/124317872/trabalhadores-rurais-na-legislacao-trabalhista-brasileira>>. Acesso em: 14 de setembro de 2017.

⁶³⁸BRASIL, **Normas Reguladora Trabalho Rural**. Lei 5889 de 8 de junho de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5889.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

⁶³⁹GALLI, Altafin Rafael. **Direito do trabalho I**. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

mesmo segue as normas e diretrizes estabelecidas pelo empregador, segue procedimentos, metas a fim de que se atinja o objetivo do negócio.⁶⁴⁰

A CLT de forma simples conceitua em seu art. 2º, como “empregado toda pessoa física, que presta serviço de natureza não eventual a empregador sob dependência deste, mediante salário”⁶⁴¹. Para se efetivar essa relação é necessário observar as características: pessoa física, subordinação jurídica, continuidade e remuneração.

Existe ainda uma característica, que é a prestação pessoal do serviço, desta forma o empregado realiza sua atividade e não terceiriza a outra pessoa. Ao ser contratado, ele deve cumprir com suas obrigações, para que se fixe essa relação de trabalho. É protegido por uma série de normas e legislações, por ser considerado a parte frágil da relação⁶⁴², dentre elas a competência da segurança do trabalho rural, a NR 31.

Sendo o empregado ainda classificado nas mais diversas subclasses, cabendo conceituar para o presente trabalho, o empregado rural. Conforme a lei, é definido como a pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviço com continuidade a empregador rural, mediante dependência e salário⁶⁴³. Tal empregado é regido por lei própria, a Lei n 5.889, de 08 de junho de 1973, porém a própria CF/88, em seu artigo 7, proíbe qualquer distinção entre trabalho rural e urbano.

Outro ator desta relação é o empregador, que se define na CLT, como toda pessoa física ou jurídica que assume o risco da atividade econômica, contrata a mão de obra ou toma um prestador de serviço, para exercer atividade laboral. Com base no art. 2 da CLT, considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.⁶⁴⁴

O art. 3 da Lei 5.889/73 define que o empregador rural é a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que explore atividade agro econômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por meio de prepostos e com auxílio de empregados. Inclui-se em tal conceito a exploração industrial em estabelecimento agrário, situada nesta atividade econômica, desde que não compreendida no âmbito da CLT. Também equipara-se à figura do empregador rural, a pessoa física que, habitualmente, em caráter profissional, e por conta de

⁶⁴⁰ CRAMACON, Hermes. **Exame da Ordem**. São Paul: Focus 2016, p. 643.

⁶⁴¹ BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho e Emprego** Decreto de lei nº 5 452 de 1 de maio de 1943. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

⁶⁴² GALLI, Altafin Rafael. **Direito do trabalho I**. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

⁶⁴³ BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho e Emprego** Decreto de lei nº 5 452 de 1 de maio de 1943. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

⁶⁴⁴ BATISTA, Fabricio Ribeiro. **Definição de Empregado e Empregador**. 2009. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/definicao-de-empregado-e-empregador>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

terceiros, execute serviços de natureza agrária mediante utilização de trabalho de outrem (art. 4 da Lei 5.889/73).⁶⁴⁵

Passando a exercer controle e comando, direcionando os serviços a serem prestados pelo empregado, respeitando os princípios e procedimentos estabelecidos pelas normas, o empregador deve gerir seu poder de comando de forma a garantir a saúde e segurança de seus empregados. A NR 31, vêm mediante imposição normativa, estabelecer diretrizes a serem seguidas a fim de auxiliar os empregadores no gerenciamento do seu poder, não podendo ser abusiva.

Esse poder de comando do empregador não precisa ser exercido de forma constante, tampouco torna-se necessária a vigilância técnica contínua dos trabalhos efetuados, mesmo porque, em relação aos trabalhadores intelectuais, ela é difícil de ocorrer. O importante é que haja a possibilidade de o empregador dar ordens, comandar, dirigir e fiscalizar a atividade do empregado. Em linhas gerais, o que interessa é a possibilidade que assiste ao empregador de intervir na atividade do empregado. Por isso, nem sempre a subordinação jurídica se manifesta pela submissão a horário ou pelo controle direto do cumprimento de ordens.⁶⁴⁶

Após entendimento sobre a subordinação jurídica do empregado para com empregador e a percepção que esta subordinação não deve ser abusiva, mas sim um meio do empregador intervir e gerenciar as atividades realizadas pelo empregado, verifica-se que a segurança do trabalho é uma ferramenta de gestão que direciona os empregadores a executarem o trabalho, de forma a garantir a saúde e segurança de seus empregados.

Neste sentido pode-se conceituar segurança do trabalho, como o conjunto de medidas adotadas, visando minimizar os acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, bem como proteger a integridade e a capacidade de trabalho das pessoas envolvidas.⁶⁴⁷ As normas de segurança do trabalho são aliadas na manutenção e efetivação da segurança do trabalho, pois ela emana da relação de emprego, trabalho e prestação de serviço, estabelece meios seguros, e adoção de medidas protetivas. O não cumprimento das determinações legais enseja sanções sejam administrativas, multas, embargos ou interdições.

A NR 31 é uma das principais ferramentas de gestão que deve ser utilizada para nortear a relação entre empregados e empregadores rurais, a fim de manter um ambiente de trabalho saudável e seguro. A segurança do trabalho rural pode ser avaliada como:

A segurança no ambiente de trabalho seja industrial, comercial ou agrícola tem como princípio básico a proteção da integridade física e mental do trabalhador no

⁶⁴⁵GALLI, Altafin Rafael. **Direito do trabalho I**. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

⁶⁴⁶RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho Esquemático**: Método 5º ed. São Paulo 2015, p. 72.

⁶⁴⁷PEIXOTO, Neverton Hofstadler. **Segurança do Trabalho**. 4º ed. Brasília. Ministério da Educação, 2015.

desempenho de suas funções. A redução do índice de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho é um interesse de todos: sociedade, governo, empresas e empregados.⁶⁴⁸

Essa gestão de segurança do trabalho é aplicada no meio ambiente de trabalho específico, conforme as atividades desenvolvidas por cada colaborador, nestes termos a NR 31 é subdividida em tópicos específicos. É de suma importância que se verifique o local de trabalho para que se possa realizar o dimensionamento correto da norma.

O meio ambiente sadio e seguro é um dos valores mais preciosos, a ser preservado por todas as instituições sejam elas públicas ou privadas. O conceito meio ambiente foi definido, pela primeira vez, legalmente, através da o artigo 3º, inciso I, da Lei nº 6.938/91 esta trouxe vários conceitos referentes ao meio ambiente em si, a sua definição legal e instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) o qual prescreve que “meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.⁶⁴⁹

A CF de 1988 adotou dois objetos para tutelar no que tange à questão ambiental. Quais sejam: um imediato, que é a qualidade do meio ambiente em todos os seus aspectos, e outro mediato, que é a saúde, a segurança e o bem-estar do cidadão, expresso nos conceitos de vida em todas as suas formas prescrito no art. 3º, inciso I, da Lei nº 6.938/91, e em qualidade de vida predisposto no art. 225, caput, da CF.

Deste ponto percebe-se que o meio ambiente de trabalho seguro está para além de uma mera obrigação, pois é um direito constitucional do empregado. Desta forma o mesmo tem o direito de ter as garantias do cidadão. A NR 31 em seu dispositivo abrange essas garantias por meio de procedimentos impostos aos empregador Rural. O sistema integrado de gestão, saúde e segurança do trabalho é composto por documentos, treinamentos, acompanhamento periódico da empresa para manutenção adequada, quando este não for obrigado deverá ter uma pessoa treinada para manter as instruções e norma de segurança do trabalho e cumprir as determinações das NR.

A questão é que a aplicabilidade prática deste sistema nem sempre é seguida ou interpretada corretamente. A NR 31, que se materializa pelo Serviço Especializado em Saúde e Segurança do Trabalho Rural (SESTR), é responsável por assumir o papel de executor neste processo de implementação da norma regulamentadora⁶⁵⁰. O meio ambiente do trabalho para ter parâmetros de segurança e salubridade tem de estar diretamente ligado com a execução e

⁶⁴⁸MAREK, Ralph Wagner. **A.Segurança do Trabalho na Agricultura**. [19 de outubro de 2013] Fonte Foco Rural – Assessoria de Imprensa. Entrevista concedida ao Informativo Foco Rural. Disponível em <<http://www.focorural.com/detalhes/n/n/2335/27/a-seguranca-do-trabalho-na-agricultura.html>> Acesso em 24 setembro de 2017.

⁶⁴⁹BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Decreto lei nº 6.938 91de 31 de agosto de1981. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

⁶⁵⁰BRASIL. **Normas Reguladora Trabalho Rural**. Lei 5889 de 8 de junho de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5889.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

consolidação de um SESTR, que monitore e faça-se cumprir as normas mínimas de exigência para que empregados e empregadores possam ter uma relação justa e segura.

O não cumprimento das normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho, acarreta problemas ao empregador e ao empregado. Para o segundo refere-se aos riscos de acidentes que podem comprometer a capacidade laboral, até mesmo risco de morte. Para o primeiro, como já devidamente explanado neste artigo, por assumir o risco da atividade econômica está passível de multa, interdição até mesmo embargos. Ainda existem as ações trabalhistas movidas por empregados, que se sentem lesados, e do próprio estado por meio do Instituto Nacional de Seguridade Social INSS.⁶⁵¹

O passivo trabalhista pode ser definido como “a soma das dívidas que são geradas quando um empregador, pessoa física ou jurídica, não cumpre suas obrigações trabalhistas ou não realiza o recolhimento correto dos encargos sociais.”⁶⁵² O descumprimento da NR 31 gera esses passivos que são identificados em caso de fiscalização. A competência fiscalizatória referente às relações de trabalho é do MTE. A CLT em seu art. 626 estabelece que “Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.”⁶⁵³

A mesma legislação prevê que, em caso de irregularidade, o fiscal deverá emitir o auto de infração pela existência de violação a preceito legal. A partir daí tem-se o passivo transformado em multa, interdição ou embargo. A multa pode ser conceituada como “a reação do Direito ao comportamento devido que não tenha sido realizado. Trata-se de penalidade cobrada pelo descumprimento de uma obrigação tributária, possuindo nítido caráter punitivo ou de sanção.”⁶⁵⁴

A interdição se refere à paralisação de máquinas, equipamentos e setores de serviço, mesmo os que se desenvolvem na construção civil. O embargo é a paralisação geral da obra ou atividade porque coloca a coletividade ou empregado em risco eminente.⁶⁵⁵ Os institutos são regulamentadores pela lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977, que estabelece em seu art.161 § 2º que a competência para requisitar as medidas é dos seguintes órgão: Delegacia

⁶⁵¹ DINIZ, Carlos Roberto Faleiro; MACHADO, Helder Ribeiro. **Direito de Regresso do INSS contra Causadores de Danos**. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/doutrina>> Acesso em 26 de setembro de 2017.

⁶⁵² OITO PASSOS PARA DIMINUIR O PASSIVO TRABALHISTA, 2016. Disponível em: <<http://employer.com.br/blog/8-praticas-de-gestao-de-pessoas-para-diminuir-o-passivo-trabalhista>> Acesso em 20 de setembro de 2017.

⁶⁵³ BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho e Emprego**. Decreto de lei nº 5 452 de 1 de maio de 1943. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

⁶⁵⁴ SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p.380.

⁶⁵⁵ NETO, Nestor Waldhelm. **Embargos e Interdições Diferenças Básicas**. Disponível em: <<http://segurancadotrabalhonwn.com/embargo-e-interdicao>> Acessado em 20 de setembro de 2017.

Regional do Trabalho, do agente de inspeção ou da unidade sindical, proceder com a interdição ou embargo.⁶⁵⁶

Após as devidas definições para que se possa entender os personagens e ações que fazem parte deste sistema, têm-se o empregado e empregador, que juntos formam a relação de emprego. Por conseguinte, o ambiente de execução do trabalho determina quais normas e legislações aplicáveis, que, neste artigo, é o ambiente de trabalho rural para o qual as referências de segurança do trabalho estão dispostos na NR 31, norma esta que será a norteadora para se embasar e implantar gestão, com objetivo de mitigar e anular os passivos trabalhistas. Se passará a uma avaliação desta norma, abaixo:

3. NR 31 COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA EMPREGADOR

A NR 31 regulamenta as atividades rurais no que se refere à saúde e segurança do trabalho, distribuídos em 23 tópicos que estabelecem medidas de controle para se evitar que os riscos ambientais existentes possam ser anulados. E que os empregados possam ter um local de trabalho seguro e saudável. O texto normativo informa aos empregadores e seus empregados quais as respectivas obrigações. O objetivo desta norma é:

Esta Norma Regulamentadora tem por objetivo estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho.⁶⁵⁷

Hoje conta-se com vários dispositivos legais, por meio da tecnologia digital, que informam sobre a importância de se ter um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho. Porém as empresas acabam se inserindo no foco apenas de produzir, e os colaboradores também são influenciados por essa consciência produtiva a todo custo. Em consequência não se dão conta dos danos aos quais estão expostos, bem como, que não prejudicam tão somente o indivíduo mais a coletividade também.⁶⁵⁸

A visão empresarial produtiva também está diretamente ligada como bem-estar social, pois é o homem que produz as mercadorias que são colocadas à venda no mercado, e o fato de

⁶⁵⁶BRASIL. **Decreto lei nº6514 de 22 de dezembro de 1977**. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências. Decreto lei nº6514 de 22 de dezembro de 1977. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

⁶⁵⁷BRASIL. **Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura**. Portaria MTE n.º 86, de 03 de março de 2005. Disponível em:<<http://trabalho.gov.br>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

⁶⁵⁸WELLINGTON. Camargo. **Gestão da Segurança do Trabalho**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Paraná. 2011. Disponível em: <<http://ead.ifap.edu.br/netsys/public/livros/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2017.

não observação das garantias mínimas de segurança podem impactar diretamente na qualidade e no custo do produto final. Neste sentido:

A questão da segurança e higiene no trabalho, ganha dimensão muito mais ampla do que a humanitária: A da imagem da organização e a da econômica, para associar-se também ao objetivo de se atingir a qualidade dos serviços prestados, dos produtos e o sucesso da empresa dentro do seu contexto de atuação. Por este motivo, podemos dizer que se uma empresa negligenciar e não oferecer qualidade de vida aos seus colaboradores é quase impossível alcançar níveis de excelência em seus produtos e serviços.⁶⁵⁹

O ambiente rural comporta várias etapas do processo produtivo e a aplicação da NR deve passar a ser um procedimento padrão da gestão que pode ser conceituada como: “Conjunto de tarefas que procura garantir a utilização de todos os recursos disponibilizados pela organização, com a finalidade de atingir os objetivos.”⁶⁶⁰ Para se aplicar a gestão, é preciso entender a norma, conhecer a metodologia de saúde e de segurança do trabalho.

Na NR 31, as competências estão devidamente delimitadas de cada ator da relação de trabalho, cabendo ao empregador, por meio do Serviço Especializado de Saúde e Segurança do Trabalho (SESTR), garantir condições adequadas de conforto, higiene, alimentação e medidas protetivas contra os riscos ambientais, seja eles químicos, físicos, biológicos ou de acidente.⁶⁶¹

Conforme determina NR 31 item 31.3.3 cabe ao empregador rural ou equiparado:

Adotar medidas de avaliação e gestão dos riscos com a seguinte ordem de prioridade: 1. Eliminação dos riscos; 2. Controle de riscos na fonte; 3. Redução do risco ao mínimo através da introdução de medidas técnicas ou organizacionais e de práticas seguras inclusive através de capacitação; 4. Adoção de medidas de proteção pessoal, sem ônus para o trabalhador, de forma a complementar ou caso ainda persistam temporariamente fatores de riscos.⁶⁶²

⁶⁵⁹WELLINGTON. Camargo. **Gestão da Segurança do Trabalho**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Paraná. 2011. Disponível em: <<http://ead.ifap.edu.br/netsys/public/livros/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2017. p. 15.

⁶⁶⁰WELLINGTON. Camargo. **Gestão da Segurança do Trabalho**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Paraná. 2011. Disponível em: <<http://ead.ifap.edu.br/netsys/public/livros/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2017. p. 16.

⁶⁶¹BRASIL. **Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura**. Portaria MTE n.º 86, de 03 de março de 2005. Disponível em:<<http://trabalho.gov.br>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

⁶⁶² BRASIL. **Normas Reguladora Trabalho Rural**. Lei 5889 de 8 de junho de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5889.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

O SESTR é formado por profissionais devidamente qualificados, sendo eles: engenheiro do trabalho, técnico de segurança do trabalho, médico do trabalho, enfermeiro do trabalho, técnico de enfermagem do trabalho, são eles que têm conhecimento para realizar o levantamento de riscos e não conformidade e instrução de como saná-las. Risco pode ser entendido como: “conjunto de técnicas e ferramentas com a finalidade de identificar, estimar, avaliar, monitorar e administrar os eventos que colocam em risco a saúde e segurança do trabalhador”⁶⁶³. Esses profissionais são responsáveis pelo levantamento de risco e gerenciamento da gestão da saúde e segurança do trabalho rural, a obrigatoriedade e dimensionamento da equipe de gestão do SESTR são taxativos, conforme quadro I e II referente o item 31.6.11 e 31.6.12. Sendo este o primeiro passo para se implantar a gestão.

Não existe uma metodologia única de aplicação da segurança do trabalho. Têm-se diretrizes, como os órgãos certificadores. Esta condição torna-se fato, se considerarmos as diferenças de atividades, as questões regionais, a cultura e a diversidade dos negócios. Na publicação das diretrizes sobre sistema de gestão da segurança do trabalho, elaborado pela Fundacentro e OIT, contêm diretivas que encorajam a integração do Sistema de SST com outros sistemas de gestão, porém não existe até o momento um padrão, até mesmo porque as normas regulamentadoras são específicas a cada atividade.⁶⁶⁴

A partir de um SESTR constituído, o empregador poderá dar seguimento à gestão da NR 31 que se inicia na contratação dos colaboradores e devem receber os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), conforme a atividade que irão exercer. O EPI é indispensável ao colaborador. Pode ser considerado como todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador com o intuito de protegê-lo dos riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde. O fornecimento deste equipamento é gratuito, e de competência do empregador e devendo ser anotado em uma ficha individual (ficha de EPI), onde constará a data de entrega do equipamento, Certificado de Aprovação (C.A), quantidade, nome e função do colaborador. Essa ficha é uma prova para o empregador, em ações judiciais e quando solicitada nas fiscalizações trabalhista.⁶⁶⁵

O número de colaboradores determinará a formação da Comissão Interna de Prevenção a Riscos Ambientais (CIPATR), que é dimensionada pelo número de colaboradores que o empregador possui. Acima de 20 empregados, fica obrigada a constituição, conforme dimensionamento previsto na NR 31.7. O empregador deve estar

⁶⁶³WELLINGTON. Camargo. **Gestão da Segurança do Trabalho**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Paraná. 2011. Disponível em: <<http://ead.ifap.edu.br/netsys/public/livros/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2017.

⁶⁶⁴**DIRETRIZES SOBRE SISTEMAS DE GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**. São Paulo: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, 2005.

⁶⁶⁵BRASIL. **Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura**. Portaria MTE n.º 86, de 03 de março de 2005. Item 31.20. Disponível em:<<http://trabalho.gov.br>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

atento para manter o processo eleitoral arquivado corretamente, pois é um passivo para fiscalização.⁶⁶⁶

Sendo uma estruturação interna da empresa, com acompanhamento de profissionais devidamente capacitados e com conhecimento técnico, e após apresentadas algumas das obrigações básicas da NR 31, pode-se verificar que é um processo complexo. A empresa deve estabelecer uma política de segurança do trabalho rural com participação dos trabalhadores, que é o segundo passo na implementação da gestão.

A segurança e saúde no trabalho, que inclui o cumprimento das exigências contidas na legislação nacional de SST, constituem responsabilidade e dever do empregador. Este deve mostrar forte liderança e comprometimento com as atividades de SST na organização, assim como tomar as providências necessárias para estabelecer um sistema de gestão da SST. O sistema deve incluir os principais elementos de política, organização, planejamento e implementação, avaliação e ação para melhorias⁶⁶⁷.

No planejamento deve-se verificar questões estruturais quanto a área de vivência, edificações rurais como construção de silos, secadores, via de circulação, transporte de trabalhadores, armazenamento de agrotóxico e afins, segurança em máquinas e equipamentos. Seguindo a NR 31, que determina condicionantes com base no número de empregados no estabelecimento. Os Itens 31.08 aos 31.23 da NR 31, estabelecem diretrizes obrigacionais quanto às questões estruturais, implementos e equipamentos. O não planejamento gera passivo trabalhista de multas nas fiscalizações. Todas essas ações devem ser observadas para se avaliar a capacidade da empresa, como empregadora, a fim de que esteja tudo conforme a exigência da norma. A não conformidade desse item já é um passivo trabalhista.⁶⁶⁸

Após o planejamento, tem-se a implementação, realizado pelo SESTR, com o levantamento das não conformidades, o empregador pode estabelecer metas de implementação, para sanar as não conformidades encontradas. No processo de implementação devem-se evidenciar alguns cuidados para que todas as etapas:

Assegurem o Sistema Segurança do Trabalho (SST) como uma responsabilidade intrínseca do pessoal diretivo que deve ser conhecida e aceita em todos os níveis;

⁶⁶⁶BRASIL. **Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura**. Portaria MTE n.º 86, de 03 de março de 2005. Item 31.7. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

⁶⁶⁷ **DIRETRIZES SOBRE SISTEMAS DE GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**. São Paulo: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, 2005.p. 17.

⁶⁶⁸ GALVÃO, Leonardo. **Riscos Rurais NR 31 Comentada**. BR Consultoria e Assessoria Rural. 2009. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/User/Downloads/nr31-comentada-130429191256-phpapp02.pdf>>. Acessado em: 26 de setembro de 2017.

definam e comuniquem aos membros da organização a responsabilidade, a obrigação de prestar contas e a autoridade das pessoas encarregadas de identificar, avaliar ou controlar fatores de risco (perigos) e riscos relacionados à SST; proporcionem supervisão efetiva, segundo as necessidades, para assegurar a proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores; promovam a cooperação e a comunicação entre os membros da organização, que inclui os trabalhadores e seus representantes, para implementar os elementos do sistema de gestão da SST na organização; satisfaçam aos princípios do sistema de gestão da SST contidos nas diretrizes nacionais, nos sistemas específicos ou nos programas voluntários aos quais a organização tenha subscrito, conforme o caso; estabeleçam e implementem uma política clara em matéria de SST bem como objetivos mensuráveis; estabeleçam procedimentos efetivos para identificar e eliminar ou controlar fatores de risco (ou perigos) e riscos relacionados ao trabalho e promovam a saúde no trabalho; estabeleçam programas de prevenção e promoção da saúde; assegurem a adoção de medidas efetivas que garantam a plena participação dos trabalhadores e de seus representantes no cumprimento das políticas de SST; disponibilizem os recursos adequados para assegurar que as pessoas responsáveis pela SST, incluindo o comitê de segurança e saúde, possam desempenhar satisfatoriamente suas funções; e assegurem a adoção de medidas efetivas que garantam a plena participação dos trabalhadores⁶⁶⁹.

Implementada a política de segurança do trabalho, têm-se as etapas de avaliação e ações para melhoria, aqui se inclui a capacitação do capital humano que são os empregados. São eles que irão executar as atividades desta forma devem ter conhecimento do processo produtivo, até os riscos que os equipamentos podem trazer. E de pronto, quais medidas protetivas devem adotar, dentre essas medidas, quais o empregador disponibiliza. Na NR 31, os principais treinamentos são NR 31.8 Aplicação de Agrotóxicos e Afins, NR 31.12 Maquinas e implementos Agrícolas, NR 31.22 Trabalho em Eletricidade, Trabalho em Altura, movimentação de Cargas, Trabalho em Espaço Confinado, Uso de EPI, Doenças Sexualmente Transmissíveis⁶⁷⁰. Todos os treinamentos devem obedecer à carga horária exigida pela norma, bem como ter lista de presença assinada pelos participantes que servirá como evidência em caso de fiscalização ou ação trabalhista.

As atividades laborais devem ser precedidas de Procedimento Operacional Padrão (POP), que trarão os meios e riscos de execução das atividades, e as medidas de proteção, bem como POP para investigação de acidentes e incidentes de trabalho, para que possa anular os riscos já identificados. O empregador deverá ter toda documentação comprobatória

⁶⁶⁹**DIRETRIZES SOBRE SISTEMAS DE GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO.** São Paulo: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, 2005.p. 30.

⁶⁷⁰GALVÃO, Leonardo. **Riscos Rurais NR 31 Comentada.** BR Consultoria e Assessoria Rural. 2009. Disponível em: <[http file:///C:/Users/User/Downloads/nr31-comentada-130429191256-phpapp02.pdf](http://file:///C:/Users/User/Downloads/nr31-comentada-130429191256-phpapp02.pdf)>. Acessado em: 26 de setembro de 2017.

assinada e arquivada, a mesma é uma arma de defesa nos passivos e ações trabalhistas, bem como em casos de acidentes de trabalho.⁶⁷¹

Um dos aspectos mais importantes que deve ser observado pela gestão, é o de instaurar processos que visam um monitoramento contínuo dos riscos relacionados à saúde e segurança do trabalhador. Esta medida deve ser executada desde a elaboração de novos projetos, até a ponta final deste. O não monitoramento ou descumprimento da norma gera passivos trabalhistas que vão desde multas à interdição, embargos e ações trabalhistas indenizatórias. Tendo sempre como principal meta a vida e bem-estar do empregado.

4. PASSIVO TRABALHISTA A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO SEGURANÇA PARA REDUZÍ-LOS

O passivo trabalhista surge quando a empresa deixa de seguir legislação pertinente às relações trabalhistas. Uma vez que o empregador, ao se propor a contratar empregados, absorve responsabilidades impostas por lei. O passivo trabalhista ocorre quando:

Uma empresa ou empregador pessoa física descumprem algum dever trabalhista, seja não recolhendo devidamente algum dos encargos sociais ou ferindo algum direito do empregado. Esse conjunto de obrigações não honradas poderá compor uma futura reclamatória trabalhista⁶⁷².

As inspeções trabalhistas realizadas pelo MTE, são as maiores identificadoras de passivos trabalhistas. Na ação fiscalizatória, o inspetor solicita documentos comprobatórios das exigências da NR 31. No ano de 2015 foi apontado, entre notificações, embargos, interdição, autuação, acidentes de trabalho analisados, o número de 480.172 ações fiscalizatórias por (nesta) atividade econômica, no caso agricultura.⁶⁷³

Mais como reduzir um passivo trabalhista? A pergunta que todo empregador precisa fazer é de resposta bem simples. Ora se o passivo dá-se por não cumprimento da legislação vigente, cabe ao empregador conhecer essa legislação, buscar entendimento de sua aplicabilidade, e por fim implementá-la.

⁶⁷¹WELLINGTON. Camargo. **Gestão da Segurança do Trabalho**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Paraná. 2011. Disponível em: <<http://ead.ifap.edu.br/netsys/public/livros/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2017.

⁶⁷²MERGENER, Anderson Rodrigo. **O Impacto do Passivo Trabalhista nas Indústrias Calçadistas**. 2008. Disponível em: <<http://file/Downloads/129-267-2-PB.pdf>> Acesso em 24 de setembro de 2017.

⁶⁷³MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. fonte: estatísticas Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/seg_sau/resultados-por-divisao-cnae-acoes-com-minimo-de-05-ementa-de-nr-sst.htm> Acesso em: 24 de setembro de 2017.

A multa é um ônus do passivo que, em sua maioria, prejudica diretamente a saúde financeira da empresa. A interdição ou embargo, por exemplo, podem gerar dias de prejuízo a indústrias e unidades de produção. Uma ação trabalhista pode comprometer um empregador a sérias consequências que implica até na emissão negativa de certidão trabalhista. Neste prisma, a segurança do trabalho por meio de gestão pode evitar e anular vários passivos, portanto, considera-se um investimento a implementação da NR 31.

O não cumprimento das determinações da NR 31, em ações trabalhistas em atos de fiscalização ou denúncia podem levar o empregador a ter altos custos como se pode verificar, na ação em que o empregador não tem implementada a gestão da NR 31, na ementa 16º Tribunal Regional do Trabalho:

REITERAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO. DANOS MORAIS COLETIVOS. CONDENAÇÃO. É devido danos morais coletivos, quando a parte reclamada reiteradamente descumpra normas de segurança e saúde no ambiente de trabalho, violando diversas normas trabalhistas. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PROPORCIONALIDADE. O valor do dano moral coletivo deve ser deferido levando modo que não seja ínfimo, nem capaz de produzir o enriquecimento sem causa da outra parte. O deferimento de danos morais coletivos, no valor de R\$ 100.000,00, não em conta os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de configura desproporcionalidade em relação ao dano produzido, ensejando sua manutenção. *Recurso ordinário conhecido e improvido (Processo nº 0016739-70.2014.5.16.0007 RO, relatora ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO 16º região 05/04/2017 2º turma TRT).*⁶⁷⁴

O cumprimento das determinações da norma regulamentadora, pode ser uma prova de defesa em ações trabalhistas, diminuindo o impacto dos passivos. No exemplo acima citado, porque o empregador descumpriu as normas ou não teve como provar que as cumpriu por meio de documentos, o mesmo ficou vulnerável e sofreu ações trabalhistas. Por outro lado, o empregador que mantém um sistema de gestão de forma organizada, em seu arquivo comprobatório, pode usá-lo a seu favor e ter êxito. Verifica-se o afastamento de danos morais, e caracterização de culpa exclusiva do empregado:

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE DO TRABALHO. CULPA EXCLUSIVA DO RECLAMANTE. O Regional decidiu que é indevida a indenização por danos morais e materiais. Poder Judiciário Justiça do Trabalho Tribunal Superior do Trabalho AIRR-261-92.2012.5.15.0036 Firmado por assinatura digital em 25/05/2017 pelo sistema Assine Jus da Justiça do Trabalho, nos

⁶⁷⁴BRASIL. **Tribunal Regional do Trabalho**. Processo nº0016739-70.2014.5.16.0007. Relatora ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO 16º região 05/04/2017 2º turma TRT. Disponível em: <<https://www.trt16.jus.br>> .Acesso em: 29 de setembro 2017.

termos da Lei nº 11.419/2006, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira, decorrentes de acidente do trabalho, sob o fundamento de que não houve culpa da reclamada, mas, sim, a culpa exclusiva do reclamante. Ressalta que: o maquinário da empresa contava com dispositivo de parada quando houvesse abertura da grade, em atendimento ao art. 184 da CLT. O trabalhador ainda recebeu o devido treinamento para não manusear a máquina em movimento, conforme art. 185 da CLT. O que houve foi um excesso de confiança do trabalhador, que atuava naquela função por quase 20 (vinte) anos. - Afirma, ainda, que: -Enfiar a mão entre as grades da abertura para a entrada do algodão, com o aparelho em movimento e sabendo que o local possuía uma hélice, foi uma atitude de extrema imperícia do trabalhador, não se podendo imputar à empresa a responsabilidade pelo acidente ocorrido durante a prestação dos serviços.- E, conclui: -O referido acidente resultou, portanto, da falta de cautela do trabalhador no manuseio do maquinário, caracterizando a culpa exclusiva da vítima, o que exclui a culpa da Recorrida e, conseqüentemente, a responsabilidade civil por danos morais e materiais decorrentes de ato ilícito. - Neste contexto, em que configurada a culpa exclusiva do reclamante, não há que se falar em responsabilidade objetiva ou subjetiva da reclamada, por ausência de ato ilícito e, conseqüentemente, do nexo de causalidade. Intacto, pois, o art. 927 do CC. Recurso de revista não conhecido (RR368000-67.2008.5.09.0892, Relator Ministro Milton de Moura França, j. 30/11/2011, 4ª Turma, DEJT 9/12/2011)⁶⁷⁵.

Deste modo, fica clara a importância da gestão da segurança do trabalho rural, de modo que toda a documentação, treinamentos em procedimentos realizados, sirvam de medidas protetivas para o empregador. Por isso, pode ser entendido com investimento e não como um gasto. Pois a melhor forma de prevenir ou se defender de um passivo rural, é tendo implementado todas as condicionantes obrigatórias da NR 31, bem como as outras normas pertinentes ao exercício da atividade diária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise da NR 31, como uma ferramenta de gestão, sendo verificada a aplicação por meio de avaliação de riscos, política de segurança e procedimentos, que devem seguir as especificações da norma regulamentadora rural NR 31. Ainda que o empregador necessita implantar de forma correta o sistema de gestão, o que deve ser feito por pessoas com capacitação técnica exigida pela norma.

Pode-se afirmar que o empregador consciente deve implementar a regularização desde o planejamento, de forma que segurança do trabalho seja parte do processo produtivo. Que o empregador necessita da gestão da NR 31, para, em seu ambiente rural, possa evitar passivos

⁶⁷⁵BRASIL. **Superior Tribunal do Trabalho**. Processo nº RR368000-6.2008.5.09.0892. Rel. Milton de Moura França, 4ª Turma, DEJT 9/12/2011. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/463507222/andamento-do-processo-n-0000261-9220125150036>>. Acesso em: 29 de setembro de 2017.

trabalhistas. E na nova concepção de empresa no estado de bem-estar social, a relação saudável do empregado com meio ambiente de trabalho é indispensável.

As questões referentes à NR 31 não se esgotam neste artigo, seria necessário um artigo para abordar cada item e especificidade desta norma regulamentadora rural. O que se busca é trazer de forma explicativa como se implanta um sistema de gestão, para que o empregador desperte a curiosidade de se aprofundar no conhecimento desta norma, e possa se regularizar ou ao iniciar uma atividade agrícola. Possa também ter um norte de entendimento e uma visão de gestão sobre a segurança do trabalho e não uma visão puramente técnica.

Por último pode-se concluir que o passivo trabalhista existe a partir do momento que se assume o risco da atividade econômica, ou seja sendo empregador. E quando não se cumprem as determinações legais, normas e legislações vigentes, o passivo pode transformar-se em multas, embargos, interdição ou ação trabalhista. A melhor forma de garantir o cumprimento é implementando um sistema de gestão de segurança, que atingirá todos os entes participativos do empreendimento, envolvendo líderes e seus subordinados. Tornando-se uma forma de garantir um meio ambiente seguro e saudável aos colaboradores e trazer segurança jurídica ao empregador nesta relação.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Fabricio Ribeiro. **Definição de Empregado e Empregador**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/definicao-de-empregado-e-empregador>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho e Emprego**. Decreto de lei nº 5 452 de 1 de maio de 1943. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

_____. **Normas Reguladora Trabalho Rural**. Lei 5889 de 8 de junho de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5889.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

_____. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Decreto lei nº 6.938 91de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

_____. **Decreto lei nº6514 de 22 de dezembro de 1977**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

_____. **Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura**. Portaria MTE n.º 86, de 03 de março de 2005. Disponível em:<<http://trabalho.gov.br>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

_____. **Equipamento de Proteção Individual.** Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978 NR 06 Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR6.pdf>> Acesso em 24 de setembro de 2017.

_____. **Normas Regulamentadoras Rurais – NRR.** Portaria nº 3067, de 12 de abril de 1988. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST>> Acesso em 20 de setembro de 2017.

_____. **Estatuto do Trabalhador Rural.** Lei nº 4214, de 02 de março de 1963. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei>>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

_____. **Superior Tribunal do Trabalho.** Processo nº RR368000-6.2008.5.09.0892. Rel. Milton de Moura França, 4ª Turma, **DEJT 9/12/2011.** Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/463507222/andamento-do-processo-n-0000261-9220125150036>>. Acesso em: 29 de setembro de 2017.

_____. **Tribunal Regional do Trabalho.** Processo nº 0016739-70.2014.5.16.0007. Relatora ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO 16º região 05/04/2017 2º turma TRT. Disponível em: <<https://www.trt16.jus.br>> .Acesso em: 29 de setembro 2017.

CORREA, Lucas; HACKBARTH, Darlana. **Princípios do Direito do Trabalho:** Um estudo sobre os preceitos que norteiam a Justiça do Trabalho. Horizonte Legal. Publicado em 27/04/2015. Disponível em: <<https://indubioprodotrino.wordpress.com/2015/04/27/os-principios-do-direito-do-trabalho>> Acesso em : 10 de setembro de 2017.

CRAMACON, Hermes. **Exame da Ordem.** São Paul: Focus 2016.

DIRETRIZES SOBRE SISTEMAS DE GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO. São Paulo: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, 2005.

DINIZ, Carlos Roberto Faleiro; MACHADO, Helder Ribeiro. **Direito de Regresso do INSS contra Causadores de Danos.** Disponível em: <<http://www.lex.com.br/doutrina>> Acesso em 26 de setembro de 2017.

GALLI, Altafin Rafael. **Direito do trabalho I .** Rio de Janeiro: SESES, 2016.

GALVÃO, Leonardo. **Riscos Rurais NR 31 Comentada.** BR Consultoria e Assessoria Rural. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/User/Downloads/nr31-comentada-130429191256-phpapp02.pdf>>. Acessado em: 26 de setembro de 2017.

MAREK, Ralph Wagner. **A.Segurança do Trabalho na Agricultura.** [19 de outubro de 2013] Fonte Foco Rural – Assessoria de Imprensa. Entrevista concedida ao Informativo Foco Rural. Disponível em <<http://www.focorural.com/detalhes/n/n/2335/27/a-seguranca-do-trabalho-na-agricultura.html>> Acesso em 24 setembro de 2017.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho** 21, ed. São Paulo: Atlas 2005.

MERGENER, Anderson Rodrigo. **O Impacto do Passivo Trabalhista nas Indústrias Calçadistas**. 2008. Disponível em: <<http://file/Downloads/129-267-2-PB.pdf>> Acesso em 24 de setembro de 2017.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. fonte: estatísticas Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/seg_sau/resultados-por-divisao-cnae-acoes-com-minimo-de-05-ementa-de-nr-sst.htm> Acesso em: 24 de setembro de 2017.

MORAES, Ricardo Quartim. **A Evolução Histórica do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito e Sua Relação com o Constitucionalismo Dirigente**. Revista de Informação Legislativo: Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br>> Acesso em 24 de setembro de 2017.

NETO, Nestor Waldhelm. **História da Segurança do Trabalho**. Disponível em: <<http://segurancadotrabalhonwn.com/historia-da-seguranca-do-trabalho>> Acesso em: 13 de setembro de 2017.

NETO, Nestor Waldhelm. **Embargos e Interdições Diferenças Básicas**. Disponível em: <<http://segurancadotrabalhonwn.com/embargo-e-interdicao>> Acessado em 20 de setembro de 2017.

OITO PASSOS PARA DIMINUIR O PASSIVO TRABALHISTA, 2016. Disponível em: <<http://employer.com.br/blog/8-praticas-de-gestao-de-pessoas-para-diminuir-o-passivo-trabalhista>> Acesso em 20 de setembro de 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Conheça a OIT**. Disponível em:<<http://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit>> Acesso em: 10 de setembro de 2017.

PEIXOTO, Neverton Hofstadler. **Segurança do Trabalho** .4º ed. Brasília. Ministério da Educação, 2015.

PINSKY, Jaime. **História da Cidadania**. 6º ed. São Paulo. Contexto 2012.

RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho Esquematizado: Método** 5º ed. São Paulo 2015.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SÃO PAULO. Tribunal Superior do Trabalho. **A Criação da CLT**. São Paulo: Fundação para desenvolvimento da arte e educação. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/70-anos-clt/historia>> Acesso em: 24 de setembro de 2017.

SILVA, José Andrade. **Trabalhadores Rurais na Legislação Rural do Brasil**. Disponível em: <<https://joseandradedasilva.jusbrasil.com.br/artigos/124317872/trabalhadores-rurais-na-legislacao-trabalhista-brasileira>>. Acesso em:14 de setembro de 2017.

WELLINGTON, Camargo. **Gestão da Segurança do Trabalho**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Paraná. 2011. Disponível em: <<http://ead.ifap.edu.br/netsys/public/livros/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2017.

A TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE FINALÍSTICAS NAS EMPRESAS PRIVADAS: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS CONSTITUCIONALMENTE PROTEGIDOS

BEZERRA SILVA, Antonio Luis⁶⁷⁶

BRAGA, Eleeldo Osdisnei De Olivera⁶⁷⁷

SILVA, André Filippe Loureiro⁶⁷⁸

NETO, Antonio Graça⁶⁷⁹

Resumo: O presente trabalho possui cunho acadêmico-científico, objetiva demonstrar os pontos negativos trazidos pela autorização legal da terceirização das atividades de todas e qualquer atividade nas relações de emprego de empresas privadas, após a alteração do artigo 4º-A, da Lei 6.019/73, pela Lei 13.467 de 13 de julho de 2017. Apresentando no presente artigo, os conceitos, características da terceirização, bem como sua estreita relação com os direitos fundamentais sociais, além de demonstrar deste último seu histórico e sua inclusão no texto constitucional pátrio, até sua consagração e sua Constituição Federal de 1988. A autorização legal da terceirização para as atividades finalísticas das empresas privadas, comprometendo as estruturas laborais, além de desvalorizar os direitos sociais constitucionalmente consagrados pela Constituição Federal de 1988, do ponto de vista que o viola o princípio da continuidade de emprego e compromete todos os demais direitos que se alarga com o tempo de serviço contínuo.

Palavras-chave: Terceirização. Atividade finalística. Direitos sociais, continuidade do vínculo de emprego

Abstract: The objective of this study is to demonstrate the negative points brought by the legal authorization of the outsourcing of the activities of all and any activity in the employment relations of private companies, after the amendment of article 4-A by Law 13,467 of July 13 of 2017. Presenting in this article, the concepts, characteristics of outsourcing, as well as its close relationship with social rights, besides showing the latter its history and its inclusion in the constitutional text of the country, until its consecration and its Federal Constitution of 1988. The legal authorization of the outsourcing for the final activities of private companies, compromising the labor structures, besides devaluing the social rights constitutionally consecrated by the 1988

⁶⁷⁶ Acadêmico do Curso de Direito na Faculdade de Balsas – UNIBALSAS/MA Miguel-balsas@hotmail.com

⁶⁷⁷ Coautor: Advogado; Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo, RS; Especialista em Direito e Processo do Trabalho com formação para o Magistério Superior pela Anhanguera - UNIDERP; Pós-graduando em Direito e Processo Penal pela Universidade Cândido Mendes do Estado do Rio de Janeiro (UCAM); Graduado em Direito pela Universidade Regional Integrada e do Alto Uruguai e das Missões - campus Santo Ângelo (URI). Professor na Faculdade de Balsas - UNIBALSAS (MA). Integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Tutela dos Direitos e sua Efetividade. Integrante do Projeto de Pesquisa - Direito Internacional do Trabalho e o Resgate da dignidade e da cidadania. Conselheiro da OAB subseção de Santo Ângelo. E-mail: eleeldo.s.b@hotmail.com

⁶⁷⁸ Coautor: Professor do Curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Mestre em Direito Privado, linha de pesquisa Direito do Trabalho, modernidade e democracia, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela mesma instituição. Professor do Instituto Elpidio Donizetti na Pós-graduação em Direito do Trabalho, advogado militante na área trabalhista desde 2011. E-mail: andre_felippe@unibalsas.edu.br

⁶⁷⁹ Coautor: Professor Do Curso De Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Possui doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2003), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997) e graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Católica Dom Bosco (1989). E-mail: karandazal@hotmail.com

Federal Constitution, from the point of view that violates the principle of continuity of employment and commits all other rights that expands over time. continuous service.

Keywords: Final activity. Social rights, continuity of employment relationship

INTRODUÇÃO

Tema recorrente e atual no cenário jurídico-político brasileiro ganhou destaque com a promulgação, da Lei 13.429 de 31 de março 2017, que alterou dispositivos da Lei 6.019, de 03 de fevereiro de 1974 (Lei do trabalho temporário), pois, permite a margem interpretativa, a terceirização em todas as atividades desenvolvidas pelas empresas.

Assim, prenhe de debates e posicionamentos divergentes, o novo diploma legal, Lei nº 13.467 de 13/07/2017, inova o dispositivo 4º-A, da Lei 6.9019/74, deslocando o viés interpretativo deixado pela inclusão deste mesmo artigo pela lei 13.429/17, e autoriza de modo direto e literal a terceirização da atividade finalística da empresa.

Assim, deste ponto, levanta-se uma série de questionamentos diametralmente opostos. De um lado, o otimismo representado pela possibilidade de ampliação da oferta de empregos, em ambiente marcado pela desburocratização e modernização das relações trabalhistas; do outro, a preocupação com a possibilidade de perda de direitos fundamentais sociais, por parte da classe trabalhadora, e possível precarização das relações de trabalho.

Nesse contexto, é que o presente artigo se desenvolverá.

O primeiro tema versará a respeito do instituto da terceirização e seus aspectos legais na ordem jurídica interna, bem como demonstrar um pouco do seu desenvolvimento histórico no Brasil até alcançar a era contemporânea com o advento da nova lei recentemente publicada.

No segundo tema, far-se-á a uma breve abordagem sobre os direitos fundamentais sociais dos trabalhadores, buscando, a esse respeito, traçar um panorama histórico da efetivação de tais direitos no cenário nacional.

Indo mais, no terceiro, far-se-á se uma abordagem mais associativa entre a terceirização nas atividades finalística das empresas e seus impactados nos direitos sociais da classe trabalhadora.

A metodologia será composta a partir de pesquisas bibliográfica, livros, sítios da internet, bem como a jurisprudência sobre o tema deste artigo proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Deste modo, objetivando demonstrar os impactos da terceirização em face os direitos sociais numa ponderação principiologica, se poderia justificar a coexistência jurídica na

ordem jurídica interna, sem que para tanto houvesse o violação em frente aos direitos fundamentais sociais já adquiridos a duras penas, de maneira a evidenciar numa discussão acadêmico-científico o aspecto da terceirização nas atividades finalística de empresa, conhecendo seu conceito e as suas conseqüências deste instituto jurídico recentemente ampliado, bem como apresentar a forma como a legislação nacional vem tratando o assunto. Assim sendo, o presente trabalho busca responder a seguinte problemática: A terceirização nas atividades finalística da empresa compromete os direitos sociais já adquiridos.

Em relação à metodologia de pesquisa, preliminarmente, foi desenvolvida a parte teórica a partir de levantamentos bibliográficos, sendo então a pesquisa descritiva e exploratória. Trata-se de uma metodologia empírica e bibliográfica, com base em livros, revistas e artigos eletrônicos, voltadas para os aspectos envolvidos na pesquisa.

A metodologia do estudo é bibliográfica e exploratória, tendo sido constituída de pesquisas atuais e em estudos informativos que representam as questões de direito referentes ao instituto da terceirização nas atividades finalística e seus impactos nos direitos sociais dos trabalhadores.

Por fim, este estudo tem uma pesquisa classificada como qualitativa, pois tem como objetivo principal interpretar o fenômeno da terceirização, ou seja, observar como ela se relaciona com os direitos sociais, para depois, compreender e descrever o problema. Portanto, pretende-se apresentar uma condição atual em face de contemporaneidade do instituto da terceirização na sua forma recentemente ampliada.

Portanto, o debate se revela de extreme importância, na medida em que a discussão da terceirização, antes esquematizada por limitados dispositivos e jurisprudências do TST, volta a ganhar destaque no cenário nacional, imediatamente, após a publicação da Lei 13.429 de 31 de março 2017, que alterou dispositivos da Lei 6.019, de 03 de fevereiro de 1974 (Lei do trabalho temporário), bem como pela alteração feita por meio da Lei 13.467/17. Deste modo, a discussão, delineada nesta problematização, mostra-se como uma das mais importantes destes últimos tempos dentro das estruturas laborais, pois, o que se discute é os limites da adoção desse instituto, em todas as atividades finalística das empresas.

1. A TERCEIRIZAÇÃO: CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO

Pretende-se com este tópico estudar o fenômeno da terceirização e, aprofundando a análise, para demonstrar conceitos e caracterização, assim como sua relação inerente ao Direito do Trabalho, numa visão de proteção aos direitos Sociais, sendo estes elevados pela Constituição Federal da Republica de 1988, a classe de direitos fundamentais.

Por fim, far-se-á menção caracterização e os efeitos que dela decorrem em relação aos contratos de trabalhos e entre o tomador e o prestador.

1.1. Conceito de Terceirização

A figura da terceirização trabalhista, cuja implementação decorre dos efeitos da Segunda Guerra Mundial, originou-se nos Estados Unidos da América e logo ganhou aplicação e destaque no cenário mundial, tendo seu início no Estado Brasileiro a partir da década de 1960, fruto da edição de alguns instrumentos normativos (Decreto-Lei n. 200/67, art. 10, e Lei n. 5.645/70) e foi gradativamente implantada com imigração das primeiras empresas multinacionais nos primórdios da década de 1980, conforme Queiroz⁶⁸⁰ de forma tímida e restrita.

Nessa linha, convém destacar que a terceirização é um mecanismo pelo qual uma empresa deixa de executar algumas ou todas as atividades empresarias relacionadas aos empregados, para que outra por ele contratada possa desenvolver a mão de obra interna.

Numa visão mais aclarada, o Ministro do TST Mauricio Godinho Delgado, em sua obra Curso de Direito do Trabalho, a terceirização na relação de emprego pode ser entendida como sendo:

(...) fenômeno pelo qual se dissocia a relação econômica de trabalho da relação trabalhista que lhe seria correspondente. Por tal fenômeno insere-se o trabalhador no processo produtivo do tomador de serviços sem que se estendam a este os laços trabalhistas, que se preservam fixadas com uma atividade interveniente.⁶⁸¹

Sustenta ainda DELGADO⁶⁸² que como não existe um conceito jurídico fixado em lei capaz de definir, tecnicamente, o que seja a terceirização de serviços, fez-se necessário apresentar rol exemplificativo com distintas definições doutrinárias corroboradas sobre o tema, para ao final concluir que:

Na tentativa de unificar os conceitos apreendidos, pode-se compreender a terceirização dos serviços como a relação trilateral que possibilita à empresa tomadora de serviços (“empresa cliente”) descentralizar e intermediar suas atividades acessórias (atividades-meio) para empresas terceirizantes (“empresa fornecedora”), pela utilização de mão de obra terceirizada (“empregado 13 terceirizado”), o que, do ponto de vista administrativo, é tido como instrumento facilitador para a viabilização da produção global, vinculada ao paradigma da eficiência nas empresas.⁶⁸³

⁶⁸⁰ QUEIROZ, Carlos Alberto Ramos Soares de. Manual e terceirização. 9. ed. São Paulo: STS, 1998

⁶⁸¹ DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2007. p.430.

⁶⁸² DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2007. p.430.

⁶⁸³ DELGADO, Gabriela Neves. Terceirização: paradoxo do direito do trabalho contemporâneo. São Paulo: LTr, 2003

Para Sergio Pinto Martins, a terceirização constitui na espécie um instrumento utilizado pelas organizações empresariais de contratar uma terceira empresa para desenvolver e executar suas atividades que constitui objeto periférico de sua atividade principal.⁶⁸⁴

Por fim, em sede doutrinária, ilustra mais ainda o tema, a esse respeito, os apontamentos do advogado trabalhista Rubens Ferreira de Castro, em obra que trata sobre a terceirização no Direito do Trabalho, segundo o qual:

O vocábulo 'terceirização' é utilizado para designar uma moderna técnica de administração de empresas que visa ao fomento da competitividade empresarial através da distribuição de atividades acessórias a empresas especializadas nessas atividades, a fim de que possam concentrar-se no planejamento, na organização, no controle, na coordenação e na direção da atividade principal.⁶⁸⁵

Logo, o que se pode observar após essa linha de entendimento firmado pela doutrina, é que a terceirização é um organismo administrativo que consiste em um inovado sistema de gestão, que altera a estrutura da organização de uma determinada empresa, de modo que esta possa transferir suas atividades periféricas a uma prestadora de serviço, que sob sua subordinação e coordenação contrata e demite, absolvendo por sua vez, todas as obrigações decorrentes dos contratos de trabalho. Com isso, permitir que a empresa tomadora dos serviços concentre suas forças e esforços apenas na busca concreta de sua finalidade na razão do seu objetivo social.

1.2. Caracterizações da Terceirização na relação laboral

A terceirização caracteriza-se, por ocasião de uma empresa, designada de tomadora dos serviços, contratam outra empresa para desenvolver suas atividades empresariais laborais do seu empreendimento, as quais são intituladas como empresas prestadoras de serviços.

Na visão de Luiz Alberto de Vargas e Almir Goulart da Silveira, para que haja a caracterização da terceirização, alguns requisitos são primordiais e necessários, os quais destacam os adiantes pressupostos:

- a) relação entre empresas idôneas, com capacidade econômica incontestável, de modo que deve ser imprescindível que a empresa contratada assuma os riscos do negócio e tenha condições econômicas de honrar seus compromissos com os trabalhadores;

⁶⁸⁴ MARTINS, Sérgio Pinto. *A Terceirização e o Direito do Trabalho*. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

⁶⁸⁵ CASTRO, Rubens Ferreira de. *A terceirização no direito do trabalho*. São Paulo: Malheiros Editora, 2000, p. 78.

- b) restrinja - se a serviços especializados, como os de vigilância, asseio e conservação, refeições, assistência técnica, etc., não se justificando a utilização de mão-de-obra não especializada, por já ser um indício a respeito da ilicitude da terceirização.
- c) que os serviços terceirizados sejam sempre ligados a atividade meio da empresa e não a atividade -fim.
- d) que a prestação do serviço seja dirigida pela empresa locadora, que os trabalhadores sejam subordinados aos empregados desta e não aos prepostos da empresa locatária.⁶⁸⁶

Assim, o que se verifica pelo entendimento doutrinário firmado, é que a caracterização deve observar o limites acima definido, sob pena de demonstrar, na ausência de qualquer um deles, a ilicitude do instituto, e conseqüentemente impor, a tomadora dos serviços o reconhecimento de vínculo de emprego direto com o empregado terceirizado.

Nesta senda, o entendimento consubstanciado na Súmula 331, do TST, é extremamente claro, quando da ocorrência da terceirização, firmando-se a partir dela, a contratação de determinados serviços, por empresa interposta.

Assim, impende destacar o verbete sumular:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações

⁶⁸⁶ VARGAS, Luiz Alberto de; SILVEIRA, Almir Goulart da. **Terceirização e o enunicado 331 do TST.** breves considerações. Diponível em: [HTTP://lavargas.sites.uol.com.br/terceira.html](http://lavargas.sites.uol.com.br/terceira.html)>. Acessado em 17/05/2017

contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.⁶⁸⁷

Portanto, o entendimento sedimentado do verbete sumular, acima transcrito, restringe-se as hipóteses das atividades as atividades meios, aquelas que por legislação próprio tiveram sua autorização para a contratação por empresa interposta, bem como por condições especiais fossem permitida a sua contratação, no caso deste, aqueles compreendidos por natureza de serviços temporários.

Assim, antes de adentrar sobre o a terceirização de atividades finalística, é necessário uma breve explanação sobre os direitos sociais, para imediatamente após, analisar a coexistência jurídica dos Direitos Sociais e Terceirização.

O Brasil adota como instrumento normativo supremo a Constituição Federal, sendo ela, portanto, o coração de todo o ordenamento jurídico pátrio. Igualmente, é com base neste diploma legal que as demais leis gravitam na ordem interna.

Nesse contexto, a Constituição de 1988 (CF/88) trouxe os direitos e garantias fundamentais em seu texto, importando para este artigo, destacar os direitos sociais, em especial aquele que foram conferidos a classe trabalhadora.

2. OS DIREITOS SOCIAIS DO TRABALHADOR

O Brasil adota como instrumento normativo supremo a Constituição Federal, sendo ela, portanto, o coração de todo o ordenamento jurídico pátrio. Igualmente, é com base neste diploma legal que as demais leis gravitam na ordem interna.

Nesse contexto, a Constituição de 1988 (CF/88) trouxe os direitos e garantias fundamentais em seu texto, importando para este artigo, destacar os direitos sociais, em especial aquele que foram conferidos a classe trabalhadora.

Os Direitos Sociais, considerados aqueles de segundo geração⁶⁸⁸, revela-se aqueles que buscam melhores condições de vida aos mais fracos, através da previsão do direito à igualdade.⁶⁸⁹

⁶⁸⁷ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula n. 331. Súmulas da Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/sumulas>>. Acesso em: 25 mai. 2017

⁶⁸⁸ Os nominados direitos de primeira dimensão ou geração, correspondem aos clássicos direitos civis e políticos que valorizam o homem-singular, enfatizados principalmente, nos séculos XVIII e XIX. Os direitos da segunda dimensão caracterizam-se pelos direitos sociais, culturais e econômicos, bem como os direitos coletivos que surgiram envolvidos pelo princípio da igualdade, com predomínio no século XX. Quanto aos direitos de terceira

Para o WEIS, os direitos sociais surgiram em função da desumana situação em que vivia a população pobre das cidades industrializadas da Europa Ocidental, em resposta ao tratamento oferecido pelo capitalismo industrial e diante da inércia própria do Estado liberal, em meados do século XIX⁶⁹⁰, ou seja, decorreu da necessidade de ações afirmativas do estado em face proteção aos cidadãos, buscando dá aqueles a efetiva liberdade e o respeito.

Tal importância desses direitos, segundo COMPARATO, elevou-se a norma constitucional, pela primeira vez, com a promulgação da Constituição Mexicana, de 05 de fevereiro de 1917, sendo esta a precursora “a atribuir aos direitos trabalhistas a qualidade de direitos fundamentais, juntamente com as liberdades individuais e os direitos políticos (arts. 5º e 123)”⁶⁹¹

No Brasil, os direitos sociais, só vieram atingir o caráter de norma constitucional, tão somente com a promulgação de 1934, bem como foi somente nesta que vieram a serem instituídos os direitos e garantias trabalhistas, especificamente no art, 121, do texto constitucional de 1934.⁶⁹²

Igualmente, em uma inovação constitucional, foi com a Constituição Federal de 1934, a primeira a promover o ampara e a proteção ao trabalho, estabelecendo condições de trabalho de trabalho na cidade e no campo, tal como preceituava o artigo 121 daquele texto constitucional⁶⁹³.

Cumprir esclarecer ainda, que foi com a Constituição de 1934, que a Justiça do Trabalho foi criada como mecanismo de solução de controvérsias que fosse decorrente entre empregados e seus empregadores.

Assim, os direitos sociais foram a partir da CF/1934, gradativamente implementos na ordem jurídica interna, balizando e consagrando os direitos e as garantias dos trabalhadores.

No entanto, foi com a Constituição Federal de 1988, que alargou-e admiravelmente, o rol de direitos e garantias fundamentais, a iniciar-se a partir do seu preâmbulo.

Note-se, foi com o advento da CF/1988 que elencou em capítulo próprio, os direitos sociais dos trabalhadores, iniciando a partir art. 7º, ao art. 11, do texto constitucional, que

dimensão, assentam-se sobre os direitos de fraternidade, solidariedade, tendo por destinatário o próprio gênero humano. Por fim, os direitos conhecidos como de quarta dimensão ou ‘novos direitos’, estão relacionados ao processo mundial de globalização da economia, caracterizados pelo direito à democracia, à informação e ao pluralismo.

⁶⁸⁹ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Ed. Malheiros. 2002. p. 289.

⁶⁹⁰ WEIS, Carlos. Os direitos humanos contemporâneos. São Paulo: Malheiros, 1999.

⁶⁹¹ COMPARATO. Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

⁶⁹² BRASIL. **constituição da república dos estados unidos do Brasil**. Brasília, 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 25 mai. 2017.

⁶⁹³ Idem

dentro os quais reconheceu diversos direitos de amparo e proteção ao trabalho, munidos de ordem pública, e revestidos de invioláveis e imperativos, tendo como o norte o direito a proteção ao emprego como um dos direitos fundamentais e pilar para todos os demais desta classe.

Somando-se este entendimento, é importante destacar comentário do doutrinador Oscar Ermida:

O direito ao emprego está vinculado não só ao princípio protetor, mas faz valer a correção jurídica da desigualdade econômica que existe entre empregador e trabalhador e, por isso, se constitui em condição de eficácia do próprio direito do trabalho, não se podendo olvidar sua inter-relação também com o princípio da liberdade, em face dos efeitos limitantes que uma relação de emprego impõe ao tempo e à vida daquele que trabalha para garantir sua subsistência. (1983, p. 21-28)⁶⁹⁴

Nesta senda, não há como afastar o caráter de garantia constitucional dado a proteção ao emprego pela CF/88, e nem que seus efeitos irradiam sobre os demais direitos e garantias amparados pela carta constitucional, pois, não se mostra plausível, dentro da ótica jurídica interna, a criação de leis, que embora sejam elas constitucionais ou infraconstitucionais, vise à retirada de direitos sociais adquiridos.

Assim, não restando dúvidas que o caráter dos direitos sociais dos trabalhadores, estão elevados à categoria dos direitos e garantias constitucionais, impõem-se que havendo nova matéria legislativa que versa sobre esses direitos, é dever do legislador, manter a compatibilidade com as normas constitucionais já existentes, de modo a não suprimi-los, tal como já consagrados, ante a vedação do princípio da proibição do retrocesso social.

Tendo vista o apontamento feito sobre o princípio da proibição do retrocesso social, necessário trazer os ensinamentos de CANOTILHO, que assim, leciona:

[...] quer dizer-se que os direitos sociais e econômicos (ex.: direito dos trabalhadores, direito à assistência, direito à educação), uma vez obtido um determinado grau de realização, passam a constituir, simultaneamente, uma garantia institucional e um direito subjectivo. A “proibição de retrocesso social” nada pode fazer contra as recessões e crises econômicas (reversibilidade fática), mas o princípio em análise limita a reversibilidade dos direitos adquiridos (ex.: segurança social, subsídio de desemprego, prestações de saúde), em clara violação do princípio da protecção da confiança e da segurança dos cidadãos no âmbito económico, social

⁶⁹⁴ Uriarte, Oscar Ermida- La estabilidad del trabajador em la empresa – protección real o ficticia ?- Monografias Juridicas 4. Acali EditorialMontevideu- 1983- págs 21 a 28

e cultural, e do núcleo essencial da existência mínima inerente ao respeito pela dignidade da pessoa humana⁶⁹⁵.

Deste modo, embora o princípio ainda não seja pacificado, mediante uma decisão definitiva do Supremo Tribunal, tem-se que este serve de parâmetro para inibir o legislador a promover novas legislações, que se revele, em tese, na supressão de direitos sociais inauguradas pelo texto constitucional.

Portanto, diante da contextualização dos direitos sociais e a sua natureza na ordem jurídica interna, se há, na prática, a liberação irrestrita da terceirização de atividade finalística da empresa e por vias, de consequência violação aos direitos sociais da classe trabalhadora numa análise conjunta com a Lei 13.429 de 31 de março 2017, que alterou dispositivos da Lei 6.019, de 03 de fevereiro de 1974 (Lei do trabalho temporário).

3. TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE FINALÍSTICA DA EMPRESA E SUA IMPLICAÇÃO NA VIOLAÇÃO AOS DIREITOS SOCIAIS TRABALHISTAS

Até promulgação da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, que alterou dispositivo da Lei 6.019/74, incluindo o Art. 4-A, a terceirização da atividade empresarial, limitava-se as atividades de meios ou aquelas regidas por legislação própria, ou ainda aquelas tidas como trabalhos temporários (súmula 331, do TST).

No entanto, com o advento da Lei 13.467 de 13 de julho de 2017, que alterou novamente o art. 4º-A, a Lei 6.019/74, não há margens para dúvidas que esta alteração implicou na permissão da terceirização de forma a autorizar, inclusive as atividades finalísticas de empresas.

Com a publicação da lei em referência que alterou novamente o art. 4ª-A da Lei 6.019/74, assim ficou o dispositivo:

Art. 4º-A. Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.

Evidente, portanto, que a simples leitura do dispositivo supra, extrai-se o permissivo legal para que a partir de sua vigência, as empresas adotem o regime da terceirização em toda e qualquer atividade sua.

⁶⁹⁵ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e Teoria da Constituição**. 2 ed. rev. Coimbra: Livraria Almeida, 1998.

Nesta esteira, a inovação legal, apesar de querer, na prática, desburocratizar as relações de emprego, não há como deixar entrever, graves violações aos direitos e garantias trabalhistas, em especial, a garantia do emprego socialmente protegido e as razões são muitas.

Com o efeito da vigência da lei, que confere o permissivo legal da aplicação da terceirização, alguns juristas e especialistas têm posicionado quanto ao tema. De um lado aqueles quem defende o instituto, tal como definiu a nova legislação, sustentando, para tanto, que o novo comando legal vai assegurar desburocratização da legislação trabalhista no âmbito nacional, de maneira a propiciar ganhos de produtividade e a segurança jurídica para as empresas tomadoras e prestadoras de serviços e do outros aqueles que acusam que a nova ordem legal, trará grande insegurança jurídica precariedade das relações de emprego.

Neste sentido, manifestou-se o professor Hélio Zylberstajn, da Universidade de São Paulo, um defensor da medida:

“há uma confusão muito grande, as pessoas acreditam que o terceirizado é informal, mas não é. O terceirizado tem carteira de trabalho assinada e todos os direitos trabalhistas. Que diferença é que o trabalhador terá a carteira assinada pela empresa prestadora de serviços e não mais pela companhia para a qual trabalharia diretamente [...] “Só o Brasil tinha essa distinção entre atividade-fim e atividade-meio, e isso impede a criação de cadeias produtivas”⁶⁹⁶

Na visão do Advogado Rafael Grassi, **representante da empresa Vale**, defende a lei da terceirização, ao argumento que:

Permitir atividade-meio ou atividade-fim não é uma questão de gosto, é uma questão de sobrevivência e competitividade. Obrigar uma empresa no Brasil a seguir preceitos totalmente diferentes do mundo globalizado poderá estar destruindo um posto de trabalho. A adequação da nossa lei tem que ser incentivada⁶⁹⁷

Para o **Jorge Luiz Souto Maior**, Juiz do Trabalho e Professor de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, expondo seu entendimento a respeito da terceirização, sustenta que é:

É totalmente impróprio, portanto, falar em terceirização no sentido do oferecimento de força de trabalho para a realização de atividades integradas a uma produção específica, que não passa, pois, de mera intermediação, cujo resultado final, para os trabalhadores, será sempre a redução de seus ganhos, já que o intermediador pretende extrair lucro com a venda da mercadoria força de trabalho e o capitalista, claro, não se prestará a investir mais capital na força de trabalho do que investiria na

⁶⁹⁶ EPOCA NEGÓCIOS. **Lei da terceirização: muda para pior ou para melhor a vida do trabalhador?**. Disponível em: < <http://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2017/03/entenda-o-efeito-da-lei-da-terceirizacao-para-o-trabalhador.html>>. Acesso em: 03 jun. 2017

⁶⁹⁷ DOM TOTAL. **Especialistas divergem sobre efeitos dos projetos de lei da terceirização**. Disponível em: < <http://domtotal.com/noticia/1137668/2017/03/especialistas-divergem-sobre-efeitos-dos-projetos-de-lei-da-terceirizacao/>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

contratação direta dos trabalhadores, sendo que, ainda, tal fórmula confere ao capitalista a grande vantagem de, por meio de variadas intermediações, conseguir quebrar a socialização no trabalho, que é base da ação coletiva reivindicatória dos trabalhadores, estimulando-se, além disso, uma lógica de concorrência entre estes.⁶⁹⁸

Acrescentando ainda que, “a terceirização generalizada, pois, é uma destruição completa do projeto de Direito Social, em favor do grande capital, o qual possui uma estruturação compatível com a intermediação.”⁶⁹⁹

Para encabeçar o posicionamento contrário a exposição dos fatos e fundamentos dos opositores a permissão da terceirização em sua forma irrestrita, a Procuradoria Geral da Republica, perante o Supremo Tribunal Federal, ainda em decorrência da promulgação da Lei 13.429, de Março de 2017, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade, (ADI 5735) na qual, requer, que sejam declarados inconstitucional a interpretação dos arts. 4º-A, § 2º, 5º-A, §3º da Lei 6.019/1974, segundo a qual, embora não se possa extrair dos dispositivos impugnados, sumula diferença do entendimento retratado na sumula trabalhista (331, do TST), há risco concreto de interpretação judicial da norma com permissivo de terceirização irrestrita⁷⁰⁰.

Segundo a Procuradoria Geral da Republica (PGR), na mesma ADI, defende que “a possibilidade de contratar funcionários terceirizados para funções essenciais às empresas viola o regime constitucional de emprego, a função social constitucional das contratantes e o princípio isonômico”⁷⁰¹

Note-se, que, no entanto, os fundamentos que nortearam ao ajuizamento da ADI, limitava-se à interpretação judicial, que poderia ser conferida ao Art. 4ª-A, incluído pela 13.429, de Março de 2017, sem abranger, portanto, a nova alteração dado a mesmo dispositivo com a promulgação da Lei 13.467 de 13 de julho de 2017 (nomeada de reforma trabalhista) que explicitamente liberou irrestritamente a terceirização finalística da empresa.

Desde modo, se no primeiro momento – inclusão do Art. 4º-A -, já existia grave clamor de que a medida legal, por um viés interpretativo, poderia violar diversos direitos e garantias trabalhistas, com a nova alteração a ele conferida, pode se concluir, efetivamente que foi renunciado nos fundamentos da ADI 5735, ajuizada pelo PRG no STF.

⁶⁹⁸ MAIOR. Jorge Luiz Solto, *Terceirização da atividade-fim é o fim da terceirização* Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/06/22/terceirizacao-da-atividade-fim-e-o-fim-da-terceirizacao/>

⁶⁹⁹ idem

⁷⁰⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade nº 5735/DF** – Distrito Federal. Relator: Gilmar Mendes. **Noticiais STF**. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp> >. Acesso em: 09 out. 2017

⁷⁰¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade nº 5735/DF** – Distrito Federal. Relator: Gilmar Mendes. **Noticiais STF**. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp> >. Acesso em: 09 out. 2017

De fato, a concretização da terceirização nas atividades finalística, adotando os fundamentos da ADI 5735, representa um grave risco aos direitos constitucionalmente protegidos, em atenção ao princípio da continuidade da relação de emprego, uma vez que os demais direitos trabalhistas (férias, 13º Salário, fundo de garantia por tempo de serviços, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, participação nos lucros e resultados e aposentadoria), estão intimamente ligadas, pois, que, os demais se assentam em cumprimento daquele.

Nesse sentido, posicionou a PGR:

Quanto à pretensão de continuidade temporal do vínculo de trabalho, o art. 7º, I, da Constituição garante proteção da relação de emprego “contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, mediante indenização [...]” revela objeto constitucional de desestimular a extinção do vínculo de emprego sem justo ou razoável motivo⁷⁰².

Deste modo, a preocupação da PGR, em seus largos fundamentos ventilados na Ação Direta de Inconstitucionalidade, mostra-se legítima, na medida em se verifica que índice de rotatividade de empregados, cujo regime jurídico é constituído a partir da terceirização, é, sobremaneira, se comparado com os empregados diretamente contratados pela tomadora de serviços.

Para ilustrar, há dados apresentados por pesquisa feita pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiro no Estado de São Paulo, do ano de 1985 a 2010, a qual registrou que o tempo médio que um empregado terceirizado permanece no emprego é de aproximadamente 18 meses⁷⁰³.

Por essa razão, em compatibilidade com os fundamentos pelo qual vem defendendo a Procuradoria Geral da República, na ADIN por ela ajuizada (ADI 5735), de que com a autorização desenfreada da terceirização, há graves riscos de violação aos direitos trabalhistas (férias, 13º Salário, fundo de garantia por tempo de serviços, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, participação nos lucros e resultados e aposentadoria) em decorrência da instabilidade do emprego terceirizado, de modo que a ruptura contratual com brevidade implica, necessariamente, na aquisição desses direitos na sua forma continuado, incorrendo, portanto, na instabilidade econômica do empregado terceirizado.

A esse respeito, merece destaque a compreensão de Amauri Mascaro do Nascimento, segundo o qual:

⁷⁰² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5735/DF – Distrito Federal. Relator: Gilmar Mendes. **Noticiais STF**. Disponível em: <

<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp> >. Acesso em: 09 out. 2017

⁷⁰³ POCHMANN. Márcio. Sindeepres, trajetória da terceirização. Disponível em:

<<http://www.sindeepres.org.br/~sindeepres/images/stories/pdf/pesquisa/cartilhasindeepres.pdf>>

O princípio da continuidade da relação de emprego, que recomenda a preferência legal pelos contratos por prazo indeterminado, as limitações impostas aos contratos por prazo determinado e a inserção, nas leis e nas convenções coletivas, de diversas técnicas tendentes a disciplinar a dispensa do empregado, impedindo-a sem causa jurídica ou dificultando-a bastante⁷⁰⁴

Portanto, nesta esteira, nada mais é no entendimento do respeitável doutrinador, que o princípio da continuidade da relação de emprego, vai de encontro ao que foi apresentada pela pesquisa acima, quanto ao tempo médio do empregado enquadrado no regime jurídico a terceirização.

Assim, em virtude dos lastros motivos aqui apresentados, há graves violações aos direitos sociais trabalhistas em decorrência da implantação desse instituto na sua forma, tal como disciplinado pelo o art. 4º-A, da Lei 6.019/74, ou seja, permitindo que a terceirização percorra por todas e quaisquer atividades da empresa tomadora dos serviços.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terceirização da atividade finalística é uma realidade na ordem jurídica interna, em decorrência da alteração do art. 4º-A, com Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, que alterou dispositivo da Lei 6.019/74, autorizando a terceirização da atividade finalística empresarial no do âmbito das relações de emprego.

Assim, com base na análise conjunto do dispositivo legal que conferiu um novo regime jurídico na relação de emprego, analisado em conjuntamente com os direitos sociais trabalhistas, verifica-se que a medida impõe sérios retrocessos a estes, que tão arduamente foram adquiridos pela classe trabalhadora.

Deste modo, diante dos dados levantados e pesquisas realizadas, registra-se que a terceirização das atividades finalística das empresas, comprometerá a estrutura do contrato de trabalho, de maneira que impõem aqueles empregados que serão regidos por esse instituto, que por ora, se apresenta revestido de legalidade, uma desmedida desigualdade em face aos direitos constitucionalmente consagrados, ante a violação ao princípio da continuidade da relação de trabalho, pois, este, como aponta as pesquisas compiladas, dentro outros que aqui não foram abordados, esta espécie de contrato tem maior rotatividade no posto de trabalho, o que compromete os demais direitos que dele decorrem.

Assim, a conclusão não poderia ser outra, pois, verifica-se que a proteção ao trabalho, tal como consagra a Constituição Federal de 1988, foi, com a publicação da lei que instituiu a terceirização na atividade finalística da empresa, relativizada e retirada dela, a proteção mínima que o Estado deveria manter.

⁷⁰⁴ DO NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. 17. ed. p. 311.

Destarte, evidente que é necessário que algumas medidas sejam tomadas, de igual modo como a que foi adotada pela procuradoria Geral da República, ao ajuizar a Ação direta de Inconstitucionalidade, bem como é de esperar uma resposta firme do Supremo Tribunal Federal quando do julgamento da multicitada ADIN.

Portanto, conclui-se que a terceirização de maneira irrestrita, deve ser declarada inconstitucional, e devendo voltar seu estado *quó antes*, ou seja, alcançar tão somente as atividades autorizadas pelo enunciado da Súmula 331, do TST.

REFERÊNCIAS

QUEIROZ, Carlos Alberto Ramos Soares de. **Manual e terceirização**. 9. ed. São Paulo: STS, 2, Rubens Ferreira de. **A terceirização no direito do trabalho**. São Paulo: Malheiros Editora, 2000, p. 78.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2007. p.430.

DELGADO, Gabriela Neves. **Terceirização: paradoxo do direito do trabalho contemporâneo**. São Paulo: LTr, 2003

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2007. p.430.

CASTRO, Rubens Ferreira de. **A terceirização no direito do trabalho**. São Paulo: Malheiros Editora, 2000, p. 78.

VARGAS, Luiz Alberto de; SILVEIRA, Almir Goulart da. **Terceirização e o enunciado 331 do TST**. breves considerações. Disponível em: [HTTP://lavargas.sites.uol.com.br/terceira.html](http://lavargas.sites.uol.com.br/terceira.html). Acessado em 17/05/2017

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula n. 331. **Súmulas da Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho**. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/sumulas>. Acesso em: 25 mai. 2017

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Ed. Malheiros. 2002. p. 289.

WEIS, Carlos. **Os direitos humanos contemporâneos**. São Paulo: Malheiros, 1999.

COMPARATO. Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007

Uriarte, Oscar Ermida- La estabilidad del trabajador em la empresa – protección real o ficticia ?- Monografias Juridicas 4. Acali EditorialMontevideú- 1983- págs 21 a 28.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e Teoria da Constituição**. 2 ed. rev. Coimbra: Livraria Almeida, 1998

EPOCA NEGÓCIOS. **Lei da terceirização: muda para pior ou para melhor a vida do trabalhador?**. Disponível em: < <http://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2017/03/entenda-o-efeito-da-lei-da-terceirizacao-para-o-trabalhador.html/>>. Acesso em: 03 jun. 2017

DOM TOTAL. **Especialistas divergem sobre efeitos dos projetos de lei da terceirização**. Disponível em: < <http://domtotal.com/noticia/1137668/2017/03/especialistas-divergem-sobre-efeitos-dos-projetos-de-lei-da-terceirizacao/>>. Acesso em: 03 jun. 2017

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade nº 5735/DF** – Distrito Federal. Relator: Gilmar Mendes. **Noticiais STF**. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp> >. Acesso em: 09 out. 2017

POCHMANN. Márcio. Sindeepres, **trajetória da terceirização**. Disponível em: <<http://www.sindeepres.org.br/~sindeepres/images/stories/pdf/pesquisa/cartilhasindeepres.pdf>>

DO NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 17. ed. p. 311.

O AUXÍLIO-RECLUSÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E OS ASPECTOS NEGATIVOS DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 304/2013

SILVA, Rodrigo Guimarães*

BRAGA, Eleeldo Osdisnei de Oliveira**

NETO, Antonio Graça***

SILVA, André Filipe Loureiro***

Resumo: Este artigo explana sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 304/2013, a qual questiona e critica a permanência do auxílio-reclusão aos segurados, acreditando ser mais viável a transformação do benefício aos dependentes das vítimas e não à família do preso. Desta feita, será analisado se com a extinção e/ou eventual conversão do benefício em favor das vítimas, é ou não uma medida adequada. O presente estudo, também tem o fito de fornecer conhecimento sobre a PEC 304/2013, trazendo a discussão se a proposta de Emenda à Constituição 304/2013, viola os direitos e garantias individuais dos familiares e dependentes do preso. A pesquisa realizada é do tipo bibliográfica, tendo por fonte para a sua construção e desenvolvimento a consulta por meio de livros, sites e artigos científicos.

Palavras chaves: PEC 304/2013. Auxílio-Reclusão. Preso.

Abstract: This article explains on the proposed amendment to the Constitution (PAC) 304/2013, which questions and criticizes the permanence of the aid-seclusion to the insured, believing it to be more feasible to transform the benefit to the dependents of the victims and not to the family of the prisoner. In this case, it will be analysed if with the extinction and/or eventual conversion of the benefit to the victims, it is not an appropriate measure. The present study also aims to provide knowledge of the PEC 304/2013, bringing the incursion if the proposed amendment to the 304/2013 Constitution, violates the individual rights and guarantees of the family and dependent on the prisoner. The survey conducted is of the bibliographical type, by source for its construction and development the consultation through books, websites and scientific articles.

Key words: PEC 304/2013. Aide-Reclusion. Stuck.

*Acadêmico do curso de Direito na Faculdade de Balsas-UNIBALSAS/MA. E-mail: rodrigo_gs_27@hotmail.com

** Coautor: Advogado; Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo, RS; Especialista em Direito e Processo do Trabalho com formação para o Magistério Superior pela Anhanguera - UNIDERP; Pós-graduando em Direito e Processo Penal pela Universidade Cândido Mendes do Estado do Rio de Janeiro (UCAM); Graduado em Direito pela Universidade Regional Integrada e do Alto Uruguai e das Missões - campus Santo Ângelo (URI). Professor na Faculdade de Balsas - UNIBALSAS (MA). Integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Tutela dos Direito e sua Efetividade. Integrante do Projeto de Pesquisa - Direito Internacional do Trabalho e o Resgate da dignidade e da cidadania. Conselheiro da OAB subsecção de Santo Ângelo. E-mail: eleeldo.s.b@hotmail.com

*** Coautor: Professor Do Curso De Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Possui doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2003), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997) e graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Católica Dom Bosco (1989). E-mail: karandazal@hotmail.com

*** Coautor: Professor do Curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Mestre em Direito Privado, linha de pesquisa Direito do Trabalho, modernidade e democracia, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela mesma instituição. Professor do Instituto Elpidio Donizetti na Pós-graduação em Direito do Trabalho, advogado militante na área trabalhista desde 2011. E-mail: andre_felippe@unibalsas.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda os pontos controversos e benéficos do auxílio-reclusão, como também os pontos negativos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de número 304/2013, com pesquisa limitada até o dia 15/08/2017. A referida proposta está em trâmite, sendo de autoria da Deputada Antônia Lúcia (PSC-AC) e outros, que tem por objetivo/finalidade a extinção do auxílio-reclusão aos dependentes do preso segurado, trazendo consigo um benefício para amparar as vítimas de crimes e seus dependentes.

Com a eventual aprovação da referida PEC, pode-se dizer que de certa feita, haverá uma violação aos direitos e garantias individuais dos dependentes do preso segurado, eis que os mesmos fazem jus a uma saúde digna, educação, lazer, alimentação, entre outros direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988.

O estudo do tema escolhido, procura defender o posicionamento de que o auxílio-reclusão sendo extinto não irá sanar, nem tão pouco mitigar as práticas delituosas, haja vista que não se pode afirmar que esse benefício seja um incentivo para a prática da criminalidade.

De início, será explanado a diferença entre Seguridade Social e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), posteriormente, um breve histórico do auxílio-reclusão, o conceito e requisitos para a sua concessão, a carência, o valor e prazo para requerimento, cessação, e os aspectos positivos do benefício.

Explanará também, o conceito e definição da PEC 304/2013, bem como as suas intenções e suposta inconstitucionalidade. Sendo, subdivido em tópicos, os quais discorrerão sobre a amplitude do tema escolhido, ligando a PEC 304/2013 com a dignidade da pessoa humana.

A metodologia desse trabalho se deu através de leituras bibliográficas, consultas a livros e artigos científicos. Pretende-se com esse artigo, colaborar na construção de uma sociedade mais humanitária, que se importe com os desamparados, sensibilizando os leitores a acreditar na importância da manutenção do auxílio-reclusão para a subsistência dos dependentes dos segurados.

1. DIFERENCIAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS)

Muito importante mostrar a diferença de seguridade social e instituto nacional do seguro social (INSS), e saber quem administra de fato o auxílio-reclusão (RAMOS, 2014).

A seguridade social é responsável pelo bem-estar social, ou seja, responsável pelo apoio à saúde, à previdência e assistência social da coletividade (BRASIL, 1988).

Analisa-se de forma mais precisa o conceito de seguridade social conforme artigo 194 da Constituição Federal (CF/88): “Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto

integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Com isso, a Carta Constitucional deixa de definir o que é a seguridade social, para explicitar que ela constitui um todo que compreende três subsistemas: a assistência social, a saúde e a previdência social, essa última integrada pela previdência complementar de caráter facultativo. (BRASIL, 1988).

A seguridade social é um dos responsáveis para garantir a efetividade da dignidade da pessoa humana, por meio dos direitos acima elencados e amparados pela Constituição Federal. Nesse sentido, a ideia é de que a solidariedade foi se formando aos poucos, reconhecendo-se a responsabilidade da coletividade no sentido de garantir a todos os seus membros um mínimo, de modo a assegurar melhor repartição das rendas, em razão das necessidades do indivíduo, fazendo da seguridade social uma forma de garantir o mínimo social. (LIGERO, 1971).

A mesma autora ainda ressalta que tal ideia, no entanto, não descarta aquelas prestações adquiridas pelos trabalhadores assalariados. Entretanto, segundo essa concepção, a seguridade social passa a ser um direito subjetivo do cidadão, estruturada como política pública das nações. (LIGERO, 1971).

Em se tratando de INSS, este é responsável pela organização/administração dos benefícios previdenciário, que se revestem da natureza de obrigação de relações jurídicas estabelecidas entre os sujeitos ativos (segurados ou seus dependentes), titulares do direito de exigir do Estado prestação pecuniária, capaz de suprir a falta de remuneração, ante a incapacidade para o exercício da atividade laboral. Constituindo um modelo de proteção social destinado aos segurados e seus dependentes, denominados de maneira geral como beneficiários da previdência social. (BRASIL, 1988; RAMOS, 2014).

Veja-se:

Embora seja o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS responsável pelo pagamento e administração tanto dos benefícios previdenciários, quanto do benefício assistencial de prestação continuada destinado ao idoso e ao deficiente, não se pode confundir Assistência Social com Previdência Social – como tem ocorrido com significativa frequência. (RAMOS, 2014. Sem paginação).

Os benefícios concedidos aos segurados são: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, auxílio-doença, salário-família, salário-maternidade e auxílio-acidente. Importante destacar que aos dependentes dos segurados podem ser concedidos a pensão por morte e o auxílio-reclusão. (BRASIL, 1991).

2. BREVE HISTÓRICO DO AUXÍLIO-RECLUSÃO

É de grande relevância se fazer uma análise histórica do auxílio-reclusão, esclarecendo quando foi seu início, e quanto tempo aproximadamente o referido benefício tem no ordenamento jurídico. (SAVINI; MUNIZ, 2016).

Veja-se o posicionamento de Giovanni Bruno de Araújo Savini e Mirela Karen de Carvalho Bifano Muniz:

Indo ao contrário do que muitos pensam, o auxílio-reclusão não é um benefício que surgiu há pouco tempo em nosso ordenamento jurídico. Temos evidências desse provento há aproximadamente 82 anos. Vale lembrar que embora tal benefício tenha sido recepcionado constitucionalmente apenas em nossa Constituição de 1988, há resquícios desde 1933, através do Decreto 22.872, que regulava o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, mais precisamente em seu artigo 63: (SAVINI; MUNIZ 2016. Sem paginação).

Observa-se no artigo 63 do decreto nº 22.872 de 29 de junho de 1933, no que tange à primeira aplicação do auxílio-reclusão:

Art. 63. O associado que, não tendo família, houver sido demitido do serviço da empresa, por falta grave, ou condenado por sentença definitiva, de que resulte perda do emprêgo, e preencher todas as condições exigidas neste decreto para aposentadoria, poderá requerê-la, mas esta sô lhe será concedida com metade das vantagens pecuniárias a que teria direito si não houvesse incorrido em penalidade. Paragrafounico. Caso e associado esteja cumprindo pena de prisão e tiver familiasob sua exclusiva dependenciaeconomica, a importancia da aposentadoria a que se refere êste artigo será paga ao representante legal da sua familia, enquanto perdurar a situação de encarcerado. (BRASIL, 1933).

No ano de 1934 teve sua segunda aplicação. Conforme artigo 67 do decreto 54 de 12 de setembro de 1934:

Art. 67. Caso o associado esteja preso, por motivo de processo ou em cumprimento de pena, e tenha beneficiários sob sua exclusiva dependência econômica, achando-se seus vencimentos suspensos, será concedida aos seus beneficiários, enquanto perdurar essa situação, pensão correspondente à metade da aposentadoria por invalidez a que teria direito, na ocasião da prisão. (BRASIL, 1934).

Formalmente se denominou auxílio-reclusão no ano de 1960:

Apenas em 1960 que, através da Lei Orgânica de Previdência Social (Lei 3.807/60), houve, então, o surgimento do termo “Auxílio-Reclusão”, do qual, até aquele momento era utilizado como uma “pensão” ao preso. Não obstante, passou-se a abranger todos os que exercem emprego ou atividade remunerada no território nacional, salvo algumas exceções. (SAVINI; MUNIZ 2016. Sem paginação).

Portando, a existência do auxílio-reclusão já se faz presente há algum tempo no ordenamento jurídico, embora, formalmente passa a se denominar auxílio-reclusão apenas no ano de 1960, por meio da lei 3.807/60 (SAVINI; MUNIZ, 2016), que regulamentou a prestação nos seguintes termos:

“Art. 43. Aos beneficiários do segurado, detento ou recluso, que não perceba qualquer espécie de remuneração da empresa, e que houver realizado no mínimo 12 (doze) contribuições mensais, a previdência social prestará auxílio-reclusão na forma dos arts. 37, 38, 39 e 40, desta lei.

§ 1º O processo de auxílio-reclusão será instruído com certidão do despacho da prisão preventiva ou sentença condenatória.

§ 2º O pagamento da pensão será mantido enquanto durar a reclusão ou detenção do segurado, o que será comprovado por meio de atestados trimestrais firmados por autoridade competente”. (BRASIL, 1960).

Essa prestação previdenciária esteve presente também na Consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS), promulgada pelo Decreto n. 77.077/76, em seu art. 63, mas somente com a Constituição Federal de 1988 o benefício foi erigido ao patamar de norma constitucional, ao lado das demais contingências eleitas pelo legislador constituinte como aptas a fornecer a necessária rede de proteção social, no intuito de efetivar os objetivos da seguridade social. (SAVINI; MUNIZ, 2016).

Em 23 de janeiro de 1984 foi aprovado o Decreto n. 89.312, Consolidação das Leis da Previdência Social (BRASIL, 1984), que também previu o benefício, nos seguintes termos:

“45. O auxílio-reclusão é devido, após 12 (doze) contribuições mensais e nas condições dos artigos 47 a 52, aos dependentes do segurado detento ou recluso que não recebem qualquer remuneração da empresa.

§1º o requerimento do auxílio-reclusão deve ser instruído com certidão do despacho da prisão preventiva ou da sentença condenatória.

§2º. “O pagamento é mantido durante a detenção ou reclusão do segurado, comprovada por meio de atestado trimestral de autoridade competente”. (BRASIL, 1984).

Nesse sentido, pode-se comprovar a legalidade do auxílio-reclusão, mas somente com a comprovação da prisão e com o intuito de proteger a família do detento. (SAVINI; MUNIZ, 2016).

3. CONCEITO DE AUXÍLIO-RECLUSÃO, OS REQUISITOS PARA SUA CONCESSÃO, E A POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO E CONVERSÃO DO BENEFÍCIO

O auxílio-reclusão é um benefício oferecido pela Previdência Social no decorrer de seu desenvolvimento, sendo uma grande conquista de direitos e garantias daqueles que se achavam excluídos da sociedade. (COSTA, 2014).

É de suma importância ter conhecimento de que o benefício do auxílio-reclusão é amparado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 201, IV:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes do segurado de baixa renda; (BRASIL, 1988).

Além da Constituição Federal, o auxílio-reclusão se encontra respaldo legal em lei específica, no artigo. 80 da Lei nº. 8.213 de 1991 (Lei dos Benefícios da Previdência Social):

Art. 80. O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço. (BRASIL, 1991).

Em uma análise constitucional aprofundada, é possível se verificar que o benefício faz parte dos direitos e garantias individuais, tendo o objetivo de amparar a família do preso, garantindo a subsistência aos dependentes, colaborando no lazer, investindo na educação, assegurando o direito à saúde, à moradia, enfim, que a família viva em condições dignas. (COSTA, 2014).

Vale salientar, quem são considerados os dependentes, conforme o Regimento Geral da Previdência Social, ou seja, a lei nº 8.213/91 em seu artigo 16:

Art. 16 . São beneficiários do Regime de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I - O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de vinte e uma anos ou inválido;

II - Os pais; ou

III - O irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

§ 1º Os dependentes de uma mesma classe concorrerem em igualdade de condições.

§ 2º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

§ 3º Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I, mediante declaração escrita do segurado, comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no § 3º do art. 22, o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e desde que não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação. (BRASIL, 1991).

O conceito de auxílio-reclusão não é o mesmo que a sociedade costumeiramente prega, como favorecimento aos presos, incentivo à prática de crimes, entre outras conotações pejorativas a respeito do benefício, pelo contrário, tem o objetivo de garantir um desenvolvimento social mais igualitário. (ROQUE, 2015).

Conforme Maria Rosa Franca Roque:

A intenção do auxílio-reclusão não é, evidentemente, “presentear” ou “premiar” a pessoa que cumpre pena com o amparo à sua família, enquanto encontra-se reclusa em função da prática de crime. O princípio norteador do benefício em questão, como já explicado, é o da proteção da família, que pode ser surpreendida com a reclusão de pessoa que contribui de forma significativa para renda familiar (ROQUE, 2015. Sem paginação).

Ademais, o benefício do auxílio-reclusão é uma maneira que o Estado encontrou de erradicar a pobreza e amparar os dependentes do preso segurado, que fica à mercê de sua própria sorte, quando ausente, a pessoa que era considerada chefe do lar que provia o sustento da família. (COSTA, 2014).

Entretanto, para ser beneficiado com o auxílio-reclusão, é necessário saber sobre a tipificação penal e o regime que se encontra o preso. Nesse sentido, veja-se conforme o artigo 33, parágrafo 2º, alíneas a), b) e c) do Código Penal.

Art. 33. A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência à regime fechado.

§ 2º As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência de regime mais rigoroso:

- a) O condenado a pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado;
- b) O condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto;
- c) O condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto. (Brasil, 1940).

Destaca-se a importância sobre o tipo de regime que o apenado cumprirá para saber se fará jus do direito ao auxílio-reclusão. Logo, terá direito aquele que não tendo condições de trabalhar, em virtude do cumprimento de pena no regime fechado ou semiaberto, e não necessariamente após o trânsito em julgado, não tendo como custear as despesas de seus dependentes, por não conseguir firmar um vínculo empregatício devido a sua detenção ou reclusão. (COSTA, 2014).

Desta feita, para se ter direito ao benefício do auxílio-reclusão é imprescindível que sejam cumpridos alguns requisitos pelo segurado:

- a) Tenha sido recolhido à prisão;
- b) Não receba remuneração da empresa;
- c) Não esteja em gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço; (GOES, 2016, p.330).

Outro requisito necessário para concessão do auxílio-reclusão é possuir baixa renda. De acordo com a portaria MF nº 8, de 13 de janeiro de 2017 em seu artigo 5º:

Art. 5º O auxílio-reclusão, a partir de 1º de janeiro de 2017, será devido aos dependentes do segurado cujo salário de contribuição seja igual ou inferior a R\$ 1.292,43 (um mil duzentos e noventa e dois reais e quarenta e três centavos), independentemente da quantidade de contratos e de atividades exercidas. (BRASIL, 2017).

O requisito baixa renda está previsto no inciso IV do artigo 201 da Constituição Federal, que atualmente não poderá exceder o valor acima mencionado. (BRASIL, 1988).

No que se refere à renda, essa é levada em consideração à do preso segurado. (GOES, 2016). O Supremo Tribunal Federal (STF) posiciona-se apresentando decisão no seguinte termo:

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. ART. 201, IV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, LIMITAÇÃO DO UNIVERSO DOS CONTEMPLADOS PELO AUXÍLIO-RECLUSÃO, BENEFÍCIO RESTRITO AOS SEGURADOS PRESOS DE BAIXA RENDA, RESTRIÇÃO INTRODUZIDA PELA EC Nº20/1998, SELETIVIDADE FUNDADA NA RENDA DO SEGURADO PRESO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO. I- Segundo decorre do art. 201, IV, da Constituição, a renda do segurado preso é que a deve ser utilizada como parâmetro para a concessão do benefício e não a de seus dependentes. II- Tal compreensão se extrai da redação dada ao referido dispositivo pela EC nº 20/1008, que restringiu o critério da seletividade para apurar a efetiva necessidade dos beneficiários. III- Diante disso, o art. 116 do decreto nº. 3.048/1999 não padece do vício da inconstitucionalidade. IV- Recurso extraordinário conhecido e provido.” (BRASIL, STF. RE nº 587365/SC, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski,2009).

Oportuno mencionar que o auxílio-reclusão é inconciliável com a modalidade de prisão cível, como no caso de dívida de alimentos, pois seria incompatível com o próprio direito, e nesse caso sim, promove um incentivo ao não cumprimento da obrigação de pagar as condenações impostas nas ações de alimentos, tendo em vista que o cumprimento de pena nessa modalidade de prisão não é tão rígida como nos outros casos. (TAVARES, 2014).

No caso de fuga do segurado, aplica-se a suspensão do auxílio-reclusão, sendo, portanto considerada uma espécie de punição justa a ser aplicada no fugitivo, haja vista que o Estado não tem por objetivo financiar o mundo do crime e seus malfeitores, e sim assegurar direitos aos desamparados na forma da lei e fornecer um pouco de dignidade e consequentemente a subsistência aos dependentes e familiares do preso de baixa renda. (TAVARES,2014).

No entanto, se o foragido desempenha algum tipo de atividade laboral com vínculo obrigatório ao Regime Geral da Previdência Social, esse se manterá filiado. (TAVARES, 2014).

Em se tratando de falecimento do preso segurado, poderá o benefício ser convertido em pensão por morte. (TAVARES, 2014).

Marcelo Leonardo Tavares acrescenta que:

Em caso de morte do segurado recluso que contribuir como contribuinte individual ou facultativo, o valor da pensão por morte devida a seus dependentes será obtido

mediante a realização de cálculo, com base nos novos tempos de contribuição e salários de contribuição correspondentes, neles incluídas as contribuições recolhidas enquanto recluso, facultada a opção pelo valor do auxílio-reclusão. Não havendo concessão de auxílio-reclusão, em razão de Salário de Contribuição ser superior ao fixado na legislação, será devida pensão por morte aos dependentes se o óbito do segurado tiver ocorrido dentro do período de graça (art. 15,IV, da Lei nº. 8.213/1991). (TAVARES, 2014, p. 211).

Portanto, o auxílio-reclusão é um benefício de interesse social, pago aos dependes do preso segurado, devendo comprovar os requisitos já mencionados, sendo que esses são de caráter cumulativo. (GOES, 2016).

4. DA CARÊNCIA, DO VALOR E PRAZO PARA REQUERER O AUXÍLIO-RECLUSÃO

Importante destacar que, atualmente não se exige uma quantidade mínima de contribuições para se ter o direito ao auxílio-reclusão, ou seja, esse benefício não existe período de carência. Na legislação anterior, a lei previa o período de doze contribuições. (TAVARES, 2014).

Veja o posicionamento de Laura Barreto Guedes da Costa:

Com a Lei nº 8.213/91, a carência de doze meses deixou de ser exigida para a concessão do auxílio-reclusão. Desde que tal lei entrou em vigor, é exigida apenas a condição de segurado no momento do encarceramento, independente de quantidade de contribuições já feitas anteriormente (COSTA, 2014, p.19).

Não é mais necessário se ter 12 (doze) contribuições para se conseguir o auxílio-reclusão, precisando tão somente ter a qualidade de segurado e cumprir os demais requisitos. (COSTA, 2014).

A Medida Provisória n. 1.729, de novembro de 1998, tentou restabelecer o período de carência de doze contribuições, mas o ato normativo não restou convertido em lei, perdendo sua eficácia, desde o nascedouro, remanescendo, assim, a desnecessidade do período de carência para o benefício do auxílio-reclusão. (COSTA, 2014).

Ademais, é importante mencionar quais os valores do benefício que podem ser recebidos pelo segurado:

Quanto ao valor do auxílio-reclusão, este segue as regras da pensão por morte. Ou seja, de acordo com o artigo 75 da Lei nº 8.213/91, será de cem por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse

aposentado por invalidez na data de sua prisão. Tal dispositivo segue o preleciona o artigo 33 da mesma lei, que o benefício não terá valor inferior ao do salário-mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição (COSTA, p.19, 2014).

A respeito do prazo para requerer o auxílio-reclusão, Costa afirma:

Quanto aos prazos, terá início de imediato se o pedido for feito até 30 dias da data do encarceramento. Caso não, terá início considerando a data da requisição. Vale lembrar que o pedido deve ser feito com o atestado de recolhimento à prisão emitido por autoridade competente. (COSTA, 2014, p.20).

A comprovação da prisão se faz por meio do atestado de recolhimento à prisão, sendo esse, um dos requisitos indiretos para concessão do benefício de auxílio-reclusão. (COSTA, 2014).

5. DA CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO

É de fundamental importância frisar que o benefício de auxílio-reclusão tem as hipóteses de cessação, veja-se segundo Hugo Goes:

O auxílio-reclusão cessa:

I - com a extinção da última cota individual;

II - se o segurado, ainda que privado de sua liberdade ou recluso passar a receber aposentadoria;

III - pelo óbito do segurado; (Nesse caso, o auxílio-reclusão será automaticamente convertido em pensão por morte)

IV - na data da soltura;

V - quando o segurado deixar a prisão por livramento condicional ou cumprimento da pena em regime aberto. (GOES, 2016, p. 337)

Sendo assim, se o segurado estiver em qualquer uma dessas condições será cessado o benefício. (GOES,2016).

6. ASPECTOS POSITIVOS DO AUXÍLIO-RECLUSÃO

A contingência prisão, ocorrida com o segurado, faz nascer em seus dependentes a situação de necessidade. Assim, para que a relação jurídica do benefício do auxílio-reclusão se estabeleça, faz-se necessário a ocorrência da prisão do segurado vinculado à previdência social. (COSTA, 2014).

O benefício tem por base preservar o sustento da família do preso segurado, sendo comparado à pensão por morte. Visto que, a família, dentro do sistema de proteção social, tem grande relevância e especial destaque. (MARTINS, 2010).

O objetivo do benefício é dá aos dependentes do preso segurado um amparo material, haja vista ser de baixa renda, para que não venham a ter prejuízos por falta de amparo estatal. (COSTA, 2014).

Nota-se que, o auxílio-reclusão contribui de uma forma muito importante para o desenvolvimento de muitas famílias que consegue dar prosseguimento aos objetivos através da concessão do benefício. A extinção poderá prejudicar incomensuravelmente à família do preso segurado, tendo em vista que o benefício tem como fito principal a investidura e manutenção da subsistência dos dependentes do preso. (COSTA, 2014).

Deve-se frisar o quão importante é para os dependentes, do segurado preso, receber um valor em dinheiro que possa custear com a sua alimentação/subsistência e demais despesas que lhe convier. (COSTA, 2014).

O auxílio-reclusão visto nesse sentido é um benefício de inclusão social, que retira a família do encarcerado da marginalização e condição de miséria e lhe proporciona um mínimo de dignidade na sua manutenção, contribuindo de forma positiva para a sua inserção social. Trata-se de benefício que substitui a renda do trabalhador impossibilitado de manter sua família, uma vez que se encontra recolhido à prisão. (COSTA, 2014).

7. CONHECENDO A PEC 304/2013

Para melhor entendimento do assunto abordado é imprescindível apresentar o conceito de PEC: Proposta de Emenda à Constituição, caracterizada como algo a ser acrescido à Constituição Federal, mas como forma de uma emenda. Devido a sua grande significância/relevância para a sociedade, é necessário um maior tempo para sua elaboração, discussão e votação, visto que, modificará o texto constitucional e afetará diretamente os cidadãos brasileiros. Exige-se para a sua aprovação o quórum quase máximo, sendo necessário 3/5 (três quintos), compreendendo entre dois turnos de votação em cada uma das Casas legislativas, ou seja: A Câmara dos Deputados e Senado Federal. (BRASIL, 1988).

Agora, em se tratando especificamente da Proposta de Emenda à Constituição 304/2013, essa foi apresentada dia 29/08/2013, e está “aguardando parecer do relator na

comissão de constituição cidadania e justiça e de cidadania (CCJC) ” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017. Sem paginação).

Tem como relatório conforme o site da Câmara dos Deputados, o seguinte teor:

O objeto da proposta de emenda à Constituição em apreço é alterar o inciso IV do art. 201 e acrescentar o inciso VI ao art. 203 da Constituição Federal, para extinguir o auxílio-reclusão e criar benefício para a vítima de crime, a ela fora apensada a Proposta de Emenda à Constituição nº 368 de 2013. Além disso, tal benefício não poderá ser cumulado com benefícios dos regimes de previdência. Para os autores das proposições, o crime promove sequelas à vítima, dificultando o exercício da atividade que garanta seu sustento, ficam tanto vítima quanto sua família ao total desamparo. No caso de morte da vítima, fica a família sem renda para garantir seu sustento. Ademais, o fato do criminoso saber que sua família não ficará ao total desamparo se ele for recolhido à prisão, poderia facilitar sua decisão em cometer um crime, motivo pelo qual entendem que é mais justo amparar a família da vítima do que a família do criminoso. Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se, preliminarmente, sobre a admissibilidade das 2 propostas de emenda à Constituição, a teor do que estabelecem os arts. 32, IV, “b”, e 202, caput, ambos do Regimento Interno. É o relatório. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015. Sem paginação).

Por conseguinte, passa-se a analisar o voto do Relator da proposta, o deputado André Moura:

As propostas de emenda à Constituição em exame atendem aos requisitos do § 4.º do art. 60 da Constituição Federal, não se vislumbrando em suas disposições nenhuma tendência para abolição da forma federativa do Estado, do voto direto, secreto, universal e periódico, da separação dos Poderes ou dos direitos e garantias individuais. Não se verificam, também, quaisquer incompatibilidades entre as alterações que se pretende fazer e os demais princípios e normas fundamentais que alicerçam a Carta Política vigente. O País não está na vigência de estado de sítio, de estado de defesa e nem de intervenção federal (art. 60, § 1º, da CF). As matérias tratadas nas propostas não foram objeto de nenhuma outra que tenha sido rejeitada ou tida por prejudicada na presente sessão legislativa, não se aplicando, portanto, o impedimento de que trata o § 5.º do art. 60 do texto constitucional. A exigência de subscrição por no mínimo um terço do total de membros da Casa (art. 60, inciso I, da CF) foi observada, em ambas as proposições, segundo se infere dos levantamentos realizados pela Secretaria Geral da Mesa. Isto posto, nosso voto é no sentido da admissibilidade da Propostas de Emenda à Constituição nº 304, de 2013 e da 368 de 2013. Sala da Comissão, em de de 2015. Deputado ANDRÉ MOURA Relator. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015. Sem paginação).

“A proposição está sujeita à apreciação do plenário”. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013. Sem paginação).

A PEC 304/13, tem como objetivo modificar o inciso IV do artigo 201 da Constituição Federal e trazer o inciso de número VI do artigo 203, extinguindo-se o auxílio reclusão e criando somente o benefício às vítimas e seus dependentes. Parecendo esquecer dos pobres dependentes do preso segurado, que ficarão sem o benefício, o que poderá provocar drásticas mudanças no cenário social brasileiro, aumentando os casos de pobreza e marginalização. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

Contudo, ao se fazer uma análise sobre a PEC 304/2013, torna-se muito provável a sua inconstitucionalidade, sendo aprovada, não irá tão somente refletir nos artigos acima citados, mas também irá ter consequências negativas no que tange aos direitos e garantias individuais dos dependentes do preso segurado, garantias essas amparadas pela Constituição Federal de 1988, sendo uma das cláusulas pétreas elencada no inciso IV, parágrafo 4º, artigo 60 da Constituição Federal, a qual dá amplamente proteção à vedação de emendas constitucionais, no que tange a qualquer forma de abolir direitos e garantias individuais, tendo, portanto grande reflexo de contrariedade na PEC 304/2013. (BRASIL, 1988).

A PEC 304/2013, irá afetar diretamente os direitos do preso segurado, como também de seus dependentes, posto que, é indigno viver em condições de fome e miséria, e levando em consideração que o encarcerado é uma pessoa de baixa renda, e seus familiares dependem desse, não se pode esperar uma situação social agradável dos desamparados. (ROQUE, 2015).

Importante salientar ainda que o auxílio-reclusão discorre da prestação previdenciária, de modo que a configuração do direito à prestação somente se perfaz em se tratando de segurado regularmente vinculado à previdência social, não mencionando de salvaguardar a família de todos os sujeitos que venham a ser detidos pela prática ou pela possível prática de ato delituoso. (ROQUE, 2015).

Ademais, o auxílio-reclusão, benefício ameaçado de ter sua aplicação extinta com uma eventual aprovação da PEC 204/2013 é de suma importância para manter de forma justa e humanitária os dependentes do preso segurado, sendo esse o objetivo do benefício, e não influenciar um criminoso a cometer ato tipificado como crime. (ROQUE, 2015).

Corroborar com entendimento similar, Maria Rosa Franca Roque:

A extinção do auxílio-reclusão não seria hábil como forma de efetivação de política pública em prol da redução da criminalidade. O fato da pessoa saber que sua família não ficará ao total desamparo em caso de recolhimento à prisão não interfere na decisão de cometer um crime. Ninguém escolhe trocar a vida em liberdade pelas condições desumanas do cárcere, só por saber que a família poderá ser sustentada por um benefício. (ROQUE, 2015, p. 34).

Não se pode afirmar que o simples fato de ter direito ao auxílio-reclusão gera um incentivo ao cometimento de um crime pelo segurado, haja vista o principal fito do benefício

não é amparar a pessoa do preso, mas sim seus dependentes que se encontram sem os cuidados daquele que os sustentava. (ROQUE, 2015).

8 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A PEC 304/2013

É notório que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 304/2013 irá afrontar diretamente a dignidade da pessoa humana, que veio junto com a Constituição Federal de 1988. (COSTA, 2014).

Alguns aspectos relativos ao princípio da dignidade da pessoa humana:

A constituição Federal de 1988 trouxe a Dignidade da Pessoa Humana como fundamento da República Federativa do Brasil. Com isso, o constituinte objetivava sua ampla aplicação e também visava assegurar direitos e garantias fundamentais ao indivíduo, pela sua simples condição humana. O ser humano passa a ser o fim em si mesmo, sendo-lhe assegurado não só o direito a integridade física, mas também condições básicas para uma sobrevivência digna e livre. (COSTA, 2014, p.8).

Para de fato se ter uma sobrevivência digna, justa e livre, é indispensável a aplicação do benefício de auxílio-reclusão, para que os dependentes do preso segurado deem seguimento no que pertine à educação, saúde, entre outros diversos direitos dado pelo benefício. (COSTA, 2014).

O fato do segurado está restrito de sua liberdade, não poderá resultar na mitigação de sua dignidade, embora esteja preso, continuará digno de seus direitos, e conseqüentemente cidadão indiferente no meio social, logo a prisão não implica a supressão total dos direitos individuais do cidadão. Devem ser assegurados ao encarcerado, além dos direitos fundamentais inerentes à cidadania, todos os outros não atingidos pela sentença ou por lei. (COSTA, 2014).

Conforme Costa:

O auxílio-reclusão é um benefício previdenciário previsto no inciso IV do artigo 201 da Constituição Federal. Tem por risco social a perda temporária da fonte de subsistência pelo motivo de privação de liberdade do segurado de baixa renda e, por destinatários, os dependentes do segurado preso. Objetiva suprir as necessidades matéricas, evitando que os dependentes fiquem sem condições para a manutenção de uma vida com o mínimo necessário. (COSTA, 2014, p.8).

O auxílio reclusão garante hombridade aos dependentes do preso segurado, para que não venham a ter os direitos e garantias individuais violados. Assim, se os dependentes forem

crianças, o benefício do auxílio-reclusão é fundamental para se ter um desenvolvimento infantil satisfatório, evitando, portanto futuros prejuízos em nossa sociedade. (COSTA, 2014).

Posto isto, para se ter uma vida digna é necessário ser respeitado, no mínimo, o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo esse de grande importância no ordenamento jurídico brasileiro. (COSTA, 2014).

Contudo, observa-se:

Tal princípio é realmente fundamental para o ordenamento jurídico brasileiro e dele decorrem muitos outros direitos, inclusive os sociais. O próprio olhar para o homem como um novo ser, dotado de direitos pela sua mera condição humana é importante. Isso demonstra que não há razões de ordem material e financeira para tratar indivíduos desigualmente, visto que todos somos detentores de condição humana e, por isso, merecedores de condições dignas de vida. (GOES, 2014, p.23).

O auxílio-reclusão possui uma grande correlação com o princípio da dignidade da pessoa humana, haja vista que o fito do benefício é mitigar uma boa parte da pobreza em nosso meio social, e livrar os dependentes do preso da miséria, assegurar a eles o direito de viver com o mínimo necessário, e evitar enormes prejuízos por conta da ausência daquele que garantia o sustento no lar. (COSTA, 2014).

Veja-se o posicionamento de Costa:

O auxílio-reclusão é um benefício diretamente ligado à dignidade da pessoa humana, posto que destinado aos dependentes do segurado preso, para que mantenham a condição de vida e a dignidade na ausência do provedor da família. Atentemos ao fato que ele busca proteger a família e também busca a erradicação da pobreza, além de ser um grande garantidor de que a pena não passará da pessoa do preso, pois a ausência de condições materiais de sustento é também uma punição aos dependentes que, embora em liberdade, fica, entregues à miséria.

Paralelo ao conceito de Dignidade da Pessoa Humana está o do mínimo existencial. Nada mais é do que o mínimo necessário para o indivíduo viver e manter-se em condições dignas de vida. Considerando os valores do benefício, a exigência de baixa renda do segurado e de outros requisitos para a concessão, pode-se dizer que o auxílio-reclusão é garantidor do mínimo existencial aos dependentes, posto que suprirá a ausência da renda do segurado privado de liberdade, mas também não proporcionará uma vida de luxo e riquezas, mas uma vida dentro dos padrões de outrora, quando o segurado estava em liberdade (COSTA, 2014, p.24).

Assim, não se pode imaginar que o auxílio-reclusão gera uma riqueza indevida para os dependentes do preso segurado, haja vista ser apenas para garantir de uma vida digna como à

de antes, quando o segurado estava em liberdade, pois pelo fato do sujeito está preso não se pode tirar dele os direitos inerentes ao ser humano, sendo que esse não poderá ser tratado como coisa, mas sim como pessoas dignas de direitos. (COSTA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa inicia mostrando a diferença de seguridade social e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), esclarecendo que o primeiro é referente à assistência social, à previdência, e à saúde. De outro modo, o último é responsável apenas pela administração/manutenção dos benefícios previdenciários, ou seja, o auxílio-reclusão é administrado pelo INSS.

Posteriormente, apresenta que o auxílio-reclusão é um benefício previdenciário, amparado pela Constituição Federal, e por lei específica, é destinado aos dependentes do preso em regime fechado ou semiaberto, que se encontra na qualidade de segurado pela Previdência Social, e preencha todos os requisitos exigidos.

Para tanto, o possuidor desse benefício deve ser de baixa renda e que não receba nenhuma remuneração da empresa que trabalhava anteriormente à sua prisão. Logo, não existe o auxílio-reclusão para quem nunca contribuiu ou não contribuiu regularmente ao sistema previdenciário. É um erro enorme afirmar que o indivíduo vai preso somente para recebê-lo, visto que um dos requisitos para sua concessão é que o preso não esteja recebendo qualquer vantagem.

Cabe salientar que o auxílio reclusão, será cessado imediatamente se o preso for colocado em liberdade, ter progredido para o regime aberto, passar a receber aposentadoria, ter direito ao livramento condicional e com a extinção da última cota individual.

Como apontado, o referido benefício não tem a aplicabilidade tão recente no ordenamento jurídico brasileiro, visto que, já existe há bastante tempo.

O objetivo principal do benefício em tela é suprir a renda da família do preso antes garantida com a atividade exercida por ele e tirar os dependentes do preso segurado de uma situação de miserabilidade e desprezo social, amparando-os, para que possam ter, no mínimo, uma vida digna, haja vista o chefe do lar se encontrar em situação de detenção ou reclusão, e sem poder dar a eles os direitos materiais necessários para um desenvolvimento satisfatório e justo.

Com a pesquisa realizada, nota-se que para concessão do auxílio-reclusão não se faz necessário período de carência, ou melhor, não terá que ter uma quantidade mínima de contribuições, bastando apenas comprovar a qualidade de segurado da Previdência Social, diferenciando assim de outros benefícios.

Ademais, auxílio-reclusão terá sua aplicabilidade suspensa no caso de fuga do preso segurado, pois o benefício não poderá servir como instrumento de proteção à criminalidade, mas sim, garantir um amparo aos dependentes do preso que se encontre na necessidade de

apoio, caso se recapturado o benefício não será restabelecido automaticamente, devendo neste caso os dependentes requerer novo pedido junto ao INSS. Caso o segurado venha a falecer na prisão, o benefício será convertido em pensão por morte.

Busca-se ainda transparecer os aspectos negativos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 304/13, que visa acabar com o auxílio-reclusão e conseqüentemente mostra a importância do referido benefício no ordenamento jurídico brasileiro e a necessidade da manutenção do mesmo.

Traz ainda a ideia e ao mesmo tempo defende que a PEC 304/2013 afronta os direitos e garantias individuais e o princípio da dignidade da pessoa humana, tendo em vista que simplesmente pelo fato do ser humano se encontrar preso, não deverá ter uma vida sem dignidade.

Ressaltou-se que as críticas de que esse benefício deveria ser extinto por representar oneração da sociedade em favor daquele que cometeu crime, bem como por se tratar de contingência protegida, devem ser afastadas. De outra parte, por se referir a um benefício destinado aos dependentes, a extinção do auxílio-reclusão incidirá a negativa da proteção social a esses, em razão do crime praticado pelo segurado.

Conclui-se, que o auxílio-reclusão é um benefício de fundamental importância no ordenamento jurídico brasileiro e se aprovada a PEC 304/2013 é certo que não irá sanar, nem tão pouco mitigar as práticas delituosas na sociedade, pelo contrário, aumentará ainda mais a pobreza e incentivarão, de uma forma bastante preocupante, os dependentes do preso segurado a praticar condutas ilícitas para assim garantir seu sustento.

Destarte, caso seja aprovada a referida proposta será um verdadeiro retrocesso em nossa sociedade, como também em nosso ordenamento jurídico, pois está sendo retirado do cidadão direitos já garantidos anteriormente, tendo como consequência o desamparo de milhões de pessoas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Penal. (1940). **Código Penal**. 9º ed. Revistas dos Tribunais.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. DF: Senado, 1988.

_____. **Decreto nº 22.872 de 29 de junho de 1933, Crêa o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, regula o seu funcionamento e dá outras providências**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22872-29-junho-1933-503513-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 julho de 2017.

_____. **Decreto 54 de 12 de setembro de 1934, aprova o regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.** Disponível em: <http://npa.newtonpaiva.br/letrasjuridicas/?p=1809>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

_____. **LEI Nº 3.807, DE 26 DE AGOSTO DE 1960. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3807.htm. Acesso em 22 de junho de 2017.

_____. **Decreto n. 89.312, 23 de janeiro de 1984.** Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987>. Acesso 13 de outubro de 2017.

_____. **LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em 22 de junho de 2017.

_____. Portaria MF nº 8 de 13 de janeiro de 2017. Disponível em <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=79662>. Acesso em 16 de julho de 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Renda a ser usada como parâmetro para a concessão do auxílio-reclusão. Recurso Extraordinário nº 587365-SC.** Relator: Ministro Ricardo Lewandowski, março 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório. Voto do Relator. Tramitação e Situação atual da Proposta de Emenda à Constituição 304/2013. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=589892>> Acesso em 02 de ago. 2017.

_____. **Relatório da Proposta de Emenda à Constituição 304/2013 e voto do relator.** Disponível http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1306986&filename=Parecer-CCJC-06-03-2015>. Acesso em 09 de ago. 2017.

COSTA, Laura Barreto Guedes. **O auxílio-reclusão e a Dignidade da Pessoa Humana.** Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6870/1/PDF%20-%20Laura%20Barreto%20Guedes%20da%20Costa.pdf>> p. 8-19-20-22-23-24 Acesso em 03 ago. 2017.

GOES, Hugo. **Manual de Direito Previdenciário**, 11º ed. Rio de Janeiro: Ferreira. p. 330-337. Ano 2016.

LEONARDO T Marcedo. **Direito previdenciário: regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social**, 15º ed, Niterói-RJ: Impetus. p. 2011. Ano: 2014.

LIGERO, Maria de los Santos Alonso, **Los Servicios Sociales y la Seguridad Social**, Revista Ibero Americana de Seguridad Social, n. 6, noviembre/diciembre 1971

MARTINS P. Sérgio. **Direito da Seguridade Social**, 29º ed, São Paulo: Atlas S.A. p. 388/390. Ano: 2010

RAMOS, Edmilson da Costa. **Conceito de Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/26951/seguro-social-seguridade-social-e-previdencia-social>. Acesso em 13 julho de 2017.

ROQUE, Maria Rosa Franca. **Auxílio-reclusão e PEC 304/2013: querem tirar o benefício de quem sequer o tem**. Disponível em: https://www.ibccrim.org.br/revista_liberdades_artigo/232-Artigos. p. 26/34. Acesso em 20 de mar. 2017.

SAVINI, Giovanni Bruno de Araújo e MUNIZ, Mirela Karen de Carvalho BifanoLJ05 24 **Análise Histórico Evolutivo do Auxílio-reclusão e a Polêmica PEC 304/2013**. Disponível em: <http://npa.newtonpaiva.br/letrasjuridicas/?p=1809>. Acesso em 20 de julho de 2017.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito Previdenciário**, 15ª ed. Rio de Janeiro. Impetus. p.01/10. Ano 2014.

EIXO 3 - Seminário de Iniciação Científica.

Trabalhos produzidos a partir de pesquisas institucionais ou externas, por professores e acadêmicos pesquisadores da Faculdade de Balsas e de outras IES

NARRATIVAS, DISCURSOS E IDENTIDADES: (DES)ENCONTROS NO SUL DO MARANHÃO.

Helmorane Bringel COSTA - UEMA/CESBA

Marizethe Sousa BEZERRA - UEMA/CESBA

Maria da Luz Ribeiro dos SANTOS - UEMA/CESBA

Prof. Me. Marta Helena Facco PIOVESAN - UEMA/CESBA

Palavras-chave: Narrativas. Identidades. Discursos

Resumo: A presente pesquisa visa a analisar as identidades construídas pelos sujeitos nascidos em Balsas, cidade do Sul do Maranhão, uma região marcada por diferentes ciclos migratórios em um contexto recente e, assim, eleger os participantes dessa inter-relação de circunstâncias como protagonistas das suas histórias. A pesquisa propõe investigar as narrativas como um instrumento de análise da produção discursiva com o intuito de investigar como os narradores constroem discursivamente suas identidades a partir do processo migratório que teve lugar na região. O objetivo do trabalho é analisar como as identidades são construídas linguisticamente e textualmente em um contexto de migração recente como o identificado na cidade de Balsas, no Sul do Maranhão. Este estudo é baseado na teoria narrativa de JOVCHELOVITCH; BAUER (2002); BASTOS; SANTOS (2003); BAMBERG, (2002); DE FINA; GEORGAKOPOLOU (2012), tendo como arcabouços teóricos os estudos de identidades de HALL (2006) e da Análise da Conversação de MARCUSCHI (2003). A metodologia utilizada na pesquisa é de natureza qualitativa e interpretativista, assumindo uma perspectiva em que as identidades vão sendo construídas e produzidas localmente e passam a ser entendidas como uma situação social de co-construção em que o corpus é gerado a partir de entrevistas narrativas consideradas como instrumento dinâmico, flexível e significativo. As entrevistas serão realizadas com pessoas nascidas antes dos anos 70 e depois dos anos 80 do século passado, de diferentes classes sociais e que viveram o impacto da migração em suas vidas. Após a realização de entrevista com gravação e filmagem das histórias, será feita a transcrição dos dados a partir de orientações da Análise da Conversação baseada em (MARCUSCHI, 2003) que, por meio de uma metodologia inovadora, valoriza a conversa do ser humano no momento da interação. As identidades são resultados de atos observados por meio de uma conversa e vão sendo construídas no contexto de relações culturais e sociais. Não são fixas, são formadas e transformadas continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Com isso, será possível identificar como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e as dos outros, produzindo a sua própria história.

REFERÊNCIAS

- [1] BASTOS, L. C. **Narrativa e vida cotidiana**. Scripta, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 118-127, 2004.
- [2] _____ SANTOS; Willian Soares. **A Entrevista na Pesquisa Qualitativa. perspectivas**

- em análise da narrativa e da interação.** Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.
- [3] BAUMAN, Zygmund. **Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi.** Rio de Janeiro, Zahar, 2001
- [4] DE FINA, Anna. GEORGAKOPOULOU, Alexandra. **The Handbook of Narrative Analysis.** John Wiley & Sons, Inc. Published, 2015.
- [5] DE FINA, Anna. Group identity, narrative and self representation. In: A. De Fina, D. Schiffrin and M. Bamberg (eds.). **Discourse and Identity**, 351-375. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- [6] HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- [7] JOVCHELOVITCH; BAUER. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som : um manual prático.** Tradução de Pedrinho A. Guareschi.- Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.
- [8] MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da Conversação.** São Paulo:Ática, 2003.
- [9] MATEUS, Elen Barbosa Mateus. **Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão - UFMA - ISSN 2176 - 5111 São Luís - MA, Jan/Dez de 2009 - Ano XIX - Nº 5 - Vol. I.**
- [10] ROLLEMBERG, Ana T. V. M. Entrevistas de pesquisa: oportunidades de coconstrução de significados.in: BASTOS; SANTOS. **A Entrevista na Pesquisa Qualitativa. Perspectivas em análise da narrativa e da interação.** Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

UM ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA SOBRE LINHA DE ALIMENTOS FITNESS CONGELADOS, NA CIDADE DE BALSAS/MA.

Lenilze Suiane Sousa Dia ⁷⁰⁵

Nágila S. Vieira Rodrigues Cordeiro ⁷⁰⁶

Rafael de Sousa Marinho ⁷⁰⁷

Maria de Lourdes Nunes ⁷⁰⁸

Palavras – chave: Empreendedorismo. Alimentação saudável. Viabilidade. Cultura.

Resumo: O presente trabalho tem como foco a área de empreendedorismo e trata de um estudo de viabilidade para se implantar uma linha de alimentos fitness congelados na cidade de Balsas/MA. Tendo estes alimentos atributos de sabor, variedade e qualidade destacados, além do seu foco na praticidade e satisfação do cliente. O empreendedorismo na área de alimentação saudável está em destaque no mercado mundial. A linha de alimentos fitness congelados que está em estudo, é para atuar em um nicho de mercado específico que é a alimentação saudável para atender a necessidade de pessoas que buscam ter mais saúde, deixar o corpo em forma, mas não tem tempo ou disponibilidade de preparar sua dieta balanceada tal como prescreve o nutricionista. O projeto apresenta três arcabouços como sua definição de negócio: Desenvolver Saúde, Sabor e Praticidade através dos alimentos. Por meio dessas três vertentes o projeto espera levar aos clientes o que há de melhor na indústria de congelados, nunca esquecendo a importância da conservação dos nutrientes para a saúde e bem estar de seus consumidores, facilitando assim, a manutenção da saúde, a degustação de alimentos saborosos, além é claro, da facilidade e agilidade na preparação dos alimentos. Este negócio, trás um diferencial que é a qualidade da matéria prima, a fim de garantir satisfação e confiabilidade dos nossos clientes, assim como a forma de prepara-los preservando seus nutrientes e porções com calorias adequadas para uma perfeita dieta alimentar. A metodologia aplicada no trabalho teve como base o referencial teórico com autores que abordam temas pertinentes à área em estudo, além da pesquisa de demanda de mercado, assim como o levantamento de fornecedores de matéria prima e seus custos. Com relação aos aspectos mercadológicos verificou-se que existe demanda para viabilizar o negócio, pois 88% da amostra entrevistada, além de praticar atividade física pelo menos 3 vezes por semana, ainda apresenta necessidade de controle de peso. Deve-se destacar que será necessário um planejamento de marketing bastante apurado no sentido de dar maior impulso nas vendas e no conhecimento da marca, por ser nova no mercado. Além de aprofundamento em pesquisa de concorrência indireta, investimento em capacitação para cozimentos e outros aspectos relativos a esse tipo de produtos e suas variações. Diante do exposto, verifica-se a viabilidade mercadológica do referido projeto.

REFERÊNCIAS

⁷⁰⁵ Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. nagi320@hotmail.com

⁷⁰⁶ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. leh_sousa24@hotmail.com

⁷⁰⁷ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. marinhopecas@hotmail.com

⁷⁰⁸ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. marialnunes.49@gmail.com

- [1] BARRETO, L. P. **Educação para o Empreendedorismo**. Salvador: Escola de Administração de Empresa da Universidade Católica de Salvador, 2008.
- [2] CHIAVENATTO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: Manole, 2012.
- [3] CHURCHILL, Gilbert A. **Marketing: criando valor para os clientes**. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2000.
- [4] COSTA, E. A. **Gestão estratégica, da empresa que temos para a empresa que queremos**. São Paulo: Saraiva, 2007.

IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA MOTIVACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA NA CIDADE DE BALSAS-MA.

Breno Rodrigues Leite⁷⁰⁹

Bruno Eduardo da Silva Solino⁷¹⁰

Kiara Marques Pereira⁷¹¹

Maria de Lourdes Nunes⁷¹²

Palavras-chave: 5S. Motivação. Evasão escolar. Cidadania.

Resumo: O presente projeto tem como finalidade a implantação de um programa motivacional para alunos do ensino fundamental na escola municipal Senador Alexandre Costa. Para Campos (2011, p.131) no âmbito da educação escolar, o ensino público de qualidade para todos é necessário e o desafio fundamental é manter alunos interessados por esta escola. A educação escolar desponta no cenário nacional como uma educação exclusiva. Neste sentido, destaca-se a importância da motivação no processo de ensino e aprendizagem escolar, por ser um instrumento de grande valia em diferentes aspectos pessoais, e no desempenho individual e grupal dessas crianças, e sua contribuição para diminuir a evasão escolar. O programa motivacional destina-se para alunos do 6º ao 9º ano, séries do Ensino Fundamental. Para levantamento de dados, foi realizada uma pesquisa estruturada, com 25 participantes, através de um questionário, direcionada a diretora da escola e alguns pais de alunos (comissão de pais e mestres). Para tanto, foram discutidas as estratégias motivacionais para aplicar no programa motivacional e apresentar a melhor forma de pôr em prática as atividades programadas, para maior eficiência na sua aplicabilidade e na aprendizagem e no desempenho escolar. A gestão da Qualidade é fundamental para a afirmação e subsistência de uma organização com ou sem fins lucrativos, para padronizar o controle de atividades, comunicação, informação e formalização de processos. (PALADINI, 2012, p. 81). Com base nesta afirmação foi determinado a implantação do programa 5S na biblioteca, com o objetivo de organizar o acervo e esse ambiente, por ser um dos espaços que será utilizado no programa para motivar e despertar o interesse para a leitura compartilhada, que será uma das atividades motivacionais. Segundo Carvalho (2011, p.65) “o programa 5S é um processo educacional, a expectativa que se forma é a de que a visão e os paradigmas poderão mudar, trazendo como sequência novos desafios e padrões”. O Programa foi implantado com sucesso, com base nos dados das entrevistas estruturadas foi elaborado um Programa Motivacional para a escola, usando 3 eixos: leitura – a biblioteca está organizada para receber estes alunos, esporte – as aulas de educação física serão organizadas para este fim, e a monitoria – será uma atividade determinada por professores que escolherão alunos com maior potencial e estes serão monitorados pelos seus professores. O sucesso do

⁷⁰⁹ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS (aluno) bess1954@outlook.com

⁷¹⁰ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS (aluno) brenorodriguesleite@gmail.com

⁷¹¹ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS (aluna) kiaramarques_125@hotmail.com

⁷¹² Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS (professora) marialnunes.49@gmail.com

programa depende apenas do acompanhamento e alinhamento das atividades conforme necessidade.

REFERÊNCIAS

- [1] CARVALHO, Pedro Carlos de. **O programa 5S e a qualidade total**. 5º ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.
- [2] CAMPOS, Dinad Martins de Souza. **Psicologia da aprendizagem**. 40 ed, Petrópolis, vozes, 2013 (2013, p. 14).
- [3] PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da qualidade: teoria e prática**. 2º. Ed. – 9ª. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2012.

UM ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE ECONÔMICA DA INSTALAÇÃO DE UMA OFICINA MECÂNICA PARA ATENDIMENTO AO PÚBLICO FEMININO

Carmem de Oliveira Silva⁷¹³

Dione Silva dos Reis⁷¹⁴

Joaquim Selhorst⁷¹⁵

Maria de Lourdes Nunes⁷¹⁶

Palavras-chave: Empreendedorismo. Oficina mecânica. Público feminino. Planejamento estratégico.

Resumo: O presente estudo tem por finalidade analisar a viabilidade da abertura de uma oficina mecânica especializada em atender ao público feminino na cidade de Balsas (MA). Por ser um negócio novo, o tema se situa na ótica do empreendedorismo, o que demanda abordagens fundamentais na abertura de uma nova empresa. Para se atingir os resultados propostos, foi feita pesquisa bibliográfica de diversos autores, visando o embasamento teórico e as melhores práticas que garantam o menor nível de risco ao empreendedor. De início, estabeleceu-se o planejamento estratégico, definindo as premissas básicas e fundamentais da empresa, como a missão, a visão e os valores que a norteiam. Para auxiliar no diagnóstico inicial foi determinante a análise da matriz de SWOT, que proporciona aos administradores uma visão mais clara dos ambientes internos, forças e fraquezas, e externos, oportunidades e ameaças da empresa, e do mercado onde pretende atuar. Partindo-se dessa matriz, ao avaliar as fraquezas e ameaças, derivou-se daí uma nova ferramenta, a matriz de GUT, que possibilitou elencar os pontos críticos de acordo com a Gravidade, Urgência e Tendência. Importante salientar que essa pontuação permite ao administrador conhecer quais os pontos críticos que devem ser atacados, e em que ordem de prioridade. Para tanto foi adotado o ciclo PDCA, importante ferramenta da qualidade, quando aplicada no decorrer dos processos. Não menos relevante é a ferramenta 5W2H, que oferece o balizamento necessário ao desenvolvimento dos processos de instalação de uma empresa. Enfim, num mercado em que um percentual enorme de empresas não chega a cinco anos de funcionamento, este estudo visa traçar um caminho que leve ao sucesso do empreendimento. Em uma pesquisa realizada em Campinas (SP), uma escola de formação de mecânicos, há cinco anos tinha apenas uma mulher entre seus alunos. Já em 31.07.2016 eram 36, divididas em três turmas conforme reportagem da PEGN TV (2016). Ainda segundo a mesma reportagem, o número de veículos de três a quinze anos de uso, que são os que mais utilizam serviços de reparação, vai crescer 4,6% até 2020. As vantagens competitivas do negócio foram diagnosticadas através da Matriz de SWOT, bem como foram ratificadas no questionário aplicado, onde ficou evidenciado que 56% das entrevistadas aceitaram a ideia e 27% disseram que talvez aceitassem o que somado

⁷¹³ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. (aluno) carmemoliveira95@hotmail.com

⁷¹⁴ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. (aluno) djhonysdr@gmail.com

⁷¹⁵ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. (aluno) joaquimselhorst@hotmail.com

⁷¹⁶ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS (professora) marialnunes.49@gmail.com

dá um percentual positivo muito significativo, para o funcionamento deste modelo de negócio na cidade de Balsas (MA).

REFERÊNCIAS

- [1] ANDRADE, Carlos Frederico de. **Marketing: O que é? Quem faz? Quais as tendências?** 2ª ed. Curitiba: Ibpex, 2010.
- [2] CHIAVENATO, I. SAPIRO, A. **Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações,** 4ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.
- [3] DAYCHOUM, Merhi. **40 ferramentas e técnicas de gerenciamento.** Rio de Janeiro: Brasport, 2007.
- [4] KOTLER, Philip. **Administração de Marketing; análise, planejamento, implementação e controle.** 3.ed. Trad. de Aílton Bomfim Brandão. São Paulo. Editora Atlas, 1995.
- [5] DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo Transformando Ideias em negócios.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2008.
- [6] HISRICH, Robert D. PETERS, Michael P., SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo.** 7ª ed. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora, 2009.
- [7] LAS CASAS Alexandre Luzzi. **Marketing Conceitos, Exercícios, Casos.** 8ª ed. São Paulo, Atlas S.A., 2009.
- [8] LENZI, F.C.; KIESEL, M. D.; ZUCCO, F.D. **Ação Empreendedora: como desenvolver e administrar o seu negócio com excelência.** São Paulo: Ed. Gente, 2010.

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS

Bárbara Marina Oliveira Pereira⁷¹⁷

Jakson Ferreira de Sousa⁷¹⁸

Palavras-chave: Surdez, Alfabetização, LIBRAS.

Resumo: A alfabetização de crianças com surdez é um tema bastante relevante, e percebe-se, a partir dos estudos realizados, um índice elevado de surdos que são analfabetos. Este trabalho foi realizado na Escola Municipal Professora Virginia Cury e teve como finalidade conhecer as metodologias e técnicas criadas pelos professores para que aconteça a alfabetização e letramento das crianças com surdez e identificar como é realizado o processo de alfabetização dessas crianças. Na coleta de dados foram aplicados questionários do tipo quantitativo, com o intuito de conhecer as metodologias adotadas pelos professores, na tentativa de compreender as dificuldades por eles enfrentadas no processo de alfabetização das crianças com surdez, as principais técnicas e os materiais utilizados. Para que a língua de sinais fosse efetivada, foi criada a lei 5.626 de 22 dezembro de 2005 permitindo e assegurando o ensino da LIBRAS para os cursos de licenciaturas como disciplina obrigatória, mesmo com a criação dessa lei é notório nos professores a falta de domínio. Na Escola Municipal Professora Virginia Cury o ensino especializado é feito no contra turno dos conteúdos didáticos, dessa forma, o atendimento das crianças acontece na sala Multifuncional, conhecida como (AEE) - Atendimento Educacional Especializado, a mesma dispõe de uma infraestrutura mínima, mas suficiente, para o atendimento deste público. O processo de alfabetização das crianças com surdez acontece com a utilização de materiais didáticos diversos como: alfabeto em LIBRAS, pesquisas dentro e fora da sala de aula, imagens e gestos, revistas e jornais que facilitam no letramento, de maneira que possibilitem ao professor, identificar a efetividade de cada metodologia aplicada. A partir do suporte dado por meio dos materiais pedagógicos é possível a realização da alfabetização das crianças através do método Bilingue e utilizando a língua materna do surdo, a LIBRAS, para que haja comunicação a escola deve estimular um ambiente em que os alunos e professores se comuniquem com os surdos por meio dos sinais, ou bilinguismo, promovendo um ambiente mais inclusivo. Mediante o letramento é possível promover a cidadania para essas crianças, fazendo com que elas se aproximem cada vez mais de seus colegas, interagindo com todos e com o corpo docente, além de contribuir para seu crescimento moral.

REFERÊNCIAS

- [1] SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas** / Ana Paula Santana- 3 ed.- São Paulo: plexus, 2007.
- [2] BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação de surdos: ideologias e praticas/** Paula Botelho. -3 ed.- Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

⁷¹⁷ Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. barbara_mary8@hotmail.com.

⁷¹⁸ Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. jaksonferreira@unibalsas.edu.br.

- [3] CARVALHO, Naiana Santos. **Surdez e Bilinguismo: perspectivas, possibilidades e práticas na educação para surdos**/ Naiana Santos Carvalho. Monografia , Salvador, 2010.
- [4] SCHELP, Patrícia Paula . **Letramento e alunos surdos: práticas pedagógicas em escola inclusiva**/ Patricia Paula Schelp- Unicentro, 2009.
- [5] QUADROS, Ronice Muller, **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**/ Ronice Muller de Quadros -07-1997ed ou reimpressão.- Porto Alegre: Artmed Editora ,1997.
- [6] SOUZA, Regina Maria de. **Educação de surdos: pontos e contrapontos** / Regina Maria de Souza, Núria Silvestre; Valeria Amorim Arantes, organizadora .-3. Ed.- São Paulo : Summus, 2007. – (coleção pontos e contrapontos).

DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA WEB PARA UM CLUBE DE DESCONTOS PARA CLIENTES

Jean Lucas Ferreira de Sousa

Bruno Ramon de Almeida e Silva

Jakson Ferreira de Sousa

Palavras-chave: Clube do Desconto. Hollic. Carteira de Sócio. Laravel.

Resumo: Os sistemas *web* são cada vez mais usados pelas empresas para criar negócios que atinjam um público maior, fazendo com que seu negócio alcance um nível nacional ou até mundial. Os sistemas ajudam as empresas a terem um histórico melhor de seus clientes, vendas e também reduz custos com funcionários, pois o sistema faz quase toda a interação com o cliente. O Clube do Desconto é um sistema *web* desenvolvido para a empresa Hollic que utiliza a *framework* Laravel, com seus vários recursos e padrões MVC na organização do código, usando como linguagem de programação o PHP no desenvolvimento *backend* e JavaScript para o desenvolvimento *frontend*, que tem a finalidade de realizar o controle de sócios de um clube, onde vendedores se associam trazendo mais público em suas lojas, oferecendo descontos para os compradores, que irão criar uma carteira de sócios, realizando o pedido no sistema. Assim quando o comprador realizar uma compra na loja associada ao clube do desconto, mostrará sua carteira para o vendedor, que irá entrar no sistema e pesquisar o código da carteira do comprador identificando se é válida ou não, sendo válida registrará o valor do produto com e sem desconto, para que o comprador identifique no sistema quanto economizou. Foram desenvolvidos dois diagramas UML, de casos de uso e de classes, feitos a partir de um levantamento de requisitos, também foi criada uma tabela com os requisitos funcionais e não funcionais. Foi desenvolvido um Modelo Conceitual do banco de dados, feito a partir do levantamento de requisitos para evitar redundância de dados e facilitar a visualização dos relacionamentos entre as entidades, ajudando no desenvolvimento do sistema. Como resultado final se obteve as funcionalidades atendidas plenamente, dentre elas destaca-se a criação da interface do sistema para visualização dos dados e criação das carteiras, autenticação no sistema por tipo de usuário, envio de notificações e aprovação de carteiras, através da interface do administrador e registro de vendas através da interface do vendedor.

REFERÊNCIAS

- [1] DevMedia, **Introdução ao Laravel Framework PHP** Disponível em: < <http://www.devmedia.com.br/introducao-ao-laravel-framework-php/33173> > . Acesso em 19, de Novembro de 2017.
- [2] Welling L. **Php e Mysql: Desenvolvimento Web**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Clube do Desconto Disponível em: < <http://v2.clubedodesconto.hollic.com.br/> > . Acesso em 20, de Novembro de 2017.⁷¹⁹

⁷¹⁹ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. jeanlucasjlf@gmail.com.

² Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. brunoramon@unibalsas.edu.br.

³ Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. jaksonferreira@unibalsas.edu.br.

MONITORAMENTO DE REDE UTILIZANDO A FERRAMENTA ZABBIX

Wesley Cunha Fernandes¹

Edilmarcio Reis Costa Silva²

Palavras-chave: Zabbix; Virtualização; Monitoramento .

Resumo: O presente artigo tem como objetivo demonstrar as principais funcionalidades da ferramenta de monitoramento de redes Zabbix, bem como suas configurações básicas, que irão auxiliar os setores de Tecnologia da Informação (TI) a fim de obter ganhos de eficiência. O Zabbix que é uma ferramenta, *open source*, de monitoramento de redes, servidores e serviços sendo utilizado em grandes e pequenas empresas, trata-se de um software robusto que é capaz de gerenciar a rede e dispositivos que nelas se conectam. Essa ferramenta oferece uma interface 100% *web*, com base no protocolo SNMP (*Simple Network Management Protocol*) e consegue coletar informação de todos os dispositivos conectados na rede que tenham suporte ao protocolo mencionado. As informações coletadas podem ser armazenadas em banco de dados podendo ser MySQL, PostgreSQL, SQLite e Oracle. O Zabbix é uma solução de monitoramento que é capaz de detectar defeitos de tipo variáveis de dispositivos conectados a rede, entre eles é possível verificar o uso do HD (*Hard Disk*), o uso da memória RAM (*Random Access Memory*) e outros componentes. Também é possível parametrizar para que diversos tipos de alertas das ocorrências sejam notificadas por *e-mails* ou mesmo mensagens de texto em celulares pré-cadastrados, diminuindo o tempo das ações. O Zabbix é solução indispensável para uma administração e gerência otimizada da rede e seus componentes, fazendo com que os dados coletados virem informações com grande relevância para a organização.

REFERÊNCIAS:

- [1] FONTES, Edison, CISM, CISA. **Praticando segurança da informação**. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.
- [2] LAUREANO, M. A. P. (2006). “**Máquinas Virtuais e Emuladores - Conceitos, Técnicas e Aplicações**”, Novatec Editora, first edition, São Paulo.
- [3] TORRES, Gabriel. **Redes de Computadores Curso Completo – 2001**, Axcel Books do Brasil Editora Ltda. Pearson Education BR
- [4] TANENBAUM, Andrew: “**Redes de Computadores**”. Tradução da 5a.edição, 2011.
- [5] KUROSE, James F.; Ross, Keith W.: “**Redes de Computadores e a Internet: uma abordagem top-down**”. Tradução da 5a.edição, 2011. Editora Pearson

ARTE NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO: DESPERTANDO O SENSO CRÍTICO

GUIMARÃES, Maria Sônia Silva.⁷²⁰

MARX, Rosângela Bispo²

MATOS, Mylena Sousa³

Palavras-chave: Alfabetização, Arte, Estético, Artístico.

Resumo: As artes contribuem para a formação integral da criança, por meio da magia, da fantasia, da descoberta e da aventura, a mesma desenvolve a sensibilidade e a criatividade desde os primeiros anos de vida. Segundo os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), as aulas de artes devem contemplar atividades que envolvam as quatro linguagens existentes: a música, o teatro, a dança e as artes visuais. O estudo das artes no ciclo de alfabetização pode ampliar a capacidade de pensar, de criar, de expressar e comunicar. Ao garantir vivências artísticas e estéticas interagindo com o mundo em que as crianças vivem, o professor de Arte favorece não só a alfabetização como também contribui para a humanização. Esta pesquisa tem como objetivo compreender o papel estratégico do ensino de arte, a partir das formas de leitura de mundo, para proporcionar o desenvolvimento estético e artístico no processo de alfabetização. Para esta investigação foi utilizado uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas, para que assim os participantes pudessem discorrer livremente. Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa realizado em uma escola da Rede Pública Municipal de Balsas – MA. Os professores trabalham o ensino de Arte com o propósito de desenvolver o senso crítico e despertar as habilidades da criança no processo ensino aprendizagem, pois a criança passa a ter um olhar mais perceptivo do que está a sua volta, proporcionado mais atenção, concentração e conseqüentemente desenvolve a coordenação motora e o cognitivo favorecendo a alfabetização. A pesquisa revelou ainda que os professores apesar de não terem formação específica em Arte trabalham as quatro linguagens estabelecidas no PCN's. Conclui-se que quando o professor tem a posse desse conhecimento irá trabalhar todas as linguagens de forma mais eficaz e satisfatória para com o aluno. Quando este profissional tem consciência da importância da arte e dar a devida relevância dessa disciplina no currículo, as produções individuais e coletivas das crianças, como a criação e a compreensão das atividades artísticas estéticas na perspectiva da alfabetização são eficazes, por tanto ensinar arte no ciclo de alfabetização é uma necessidade. Novas pesquisas sobre o ensino de Arte podem ser realizadas no intuito de melhorar o ensino aprendizagem tais como: o compromisso de saber Arte e saber ser professor de Arte, desenvolvimento da construção de identidade por meio da Arte, entre outras.

⁷²⁰ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. msonia.10@hotmail.com.

² Professora da Faculdade de Vale do Acaraú – UVA . rsangelabls@hotmail.com

³ Acadêmica do Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. mylenamatos20outlook.com

REFERÊNCIAS

- [1] BASTIAN, Hans Gunther. **Música na escola: a contribuição do ensino da música no aprendizado e no convívio social da criança**. 1ª ed. São Paulo. Paulinas. 2009.
- [2] BRASIL. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **A Arte no ciclo de alfabetização**. Caderno 06/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC. SEB. 2015.
- [3] BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte/ ministério da Educação**. Secretaria da Educação Fundamental. – 3, ed. Brasília: A Secretaria, 2001.
- [4] FUSARI , Maria F. de Rezende e; FERRAZ, Maria Heloisa C de T. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 2010.
- [5] MODINGER, Carlos Roberto et al. **Práticas pedagógica em Artes: espaço, tempo e corporeidade**. Edelbra. 2012.

DESPERTANDO O EMPREENDEDORISMO PESSOAL E PROFISSIONAL NA ESCOLA PÚBLICA

GUIMARÃES, Maria Sônia Silva⁷²¹

ROVANI, Iolanda Gouveia²

MARTINS, Jaqueline Maiara³

Palavras-chave: Escola,;Empreendedorismo, Capabilidade.

Resumo: A escola, tem a importante missão de formar cidadãos críticos-reflexivos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade. A mesma enquanto instituição promotora da educação deve contribuir para o desenvolvimento efetivo da melhoria e qualidade de vida dos alunos, bem como para o desenvolvimento de suas capacidades, pois desenvolver competências e habilidades empreendedoras ampliam as possibilidades dos alunos se tornarem protagonistas de suas vidas. Nesse contexto, o trabalho teve como objetivo conhecer as formas de pensar e agir de crianças e adolescentes do Ensino fundamental das séries/finais da Rede Pública Municipal de Balsas- MA frente à formação escolar por meio de atividades empreendedoras. Nas oficinas, os alunos refletiram sobre seus sonhos, e aprenderam não apenas a importância destes, como também realizaram o planejamento do futuro, o valor do dinheiro, a economia e investimento do mesmo. Foram realizadas três atividades: a primeira, tinha o propósito de fazer com que os alunos interagissem e revelassem seus sonhos, abordando sobre o planejamento que fariam para a realização destes. Na segunda, foram utilizadas figuras de objetos que o dinheiro pode comprar, uma caixa com tampa com um espelho no fundo e vários recortes de imagem de dinheiro simbolizando notas de mil reais. Os alunos aprenderam a gastar dinheiro de forma responsável e compreenderam que nem tudo o dinheiro pode comprar. Na última atividade aprenderam a investir o dinheiro em coisas que trariam lucros e benefícios, onde trabalharam em equipe gerando lucratividade para todos. “A formação de empreendedores nas escolas enseja uma oportunidade única de abordar os conteúdos éticos que envolvem a atividade econômica e profissional.” Dolabela (1999, p. 37). A pesquisa revelou que as crianças e adolescentes vão à escola principalmente para realizar o sonho de ter uma profissão e futuro melhor, elegem principalmente profissões que necessitam de formação acadêmica, no entanto não possuem o hábito de planejar suas ações. Contudo, é preciso que a escola promova atividades que possibilitem o desenvolvimento da capacidade de tomar decisão, de decidir livremente sobre a vida com competência e responsabilidade. Novas pesquisas podem possibilitar a compreensão à cerca da temática pesquisada, dentre elas: de que forma as metodologias ativas podem contribuir para o desenvolvimento de capacidades empreendedoras? A escola como espaço de emancipação social, entre outras.

⁷²¹ Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS msonia.10@hotmail.com.br.

²Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS iolanda38rovani@hotmail.com

³Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS jackelinevip.martins123@gmail.com

REFERÊNCIAS

- [1] ARROYO, Miguel Gonzalez. **Pobreza e Currículo: uma complexa articulação. Pobreza e Cidadania.** Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social Módulo IV. Ministério da Educação - MEC. 2016.
- [2] DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor.** 1 Ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.
- [3] LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola espaço e tempo de reprodução e resistências da Pobreza..** Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Módulo III. Ministério da Educação- MEC. 2016.
- [4] PINZANI, Alessandro & REGO, Walquíria Leão. **Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social.** Módulo I. Ministério da Educação – MEC. 2016.
- [5] STEPHANI, Marcos. **Educação Financeira: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno.** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. RS: PUCRS, 2005.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DA COGNIÇÃO NO ENSINO PÚBLICO DE BALSAS

GUIMARÃES, Maria Sônia Silva⁷²²

SILVA, Maria Cecília de Melo⁷²³

LIMA, Willian José Pereira³.

Palavras-chave: Paradigma, Metodologia, Desenvolvimento cognitivo.

Resumo: A Psicologia Cognitiva estuda o modo como as pessoas percebem, aprendem, recordam sobre uma informação e tem como base o paradigma de Processamento de Informação (PI) e o Paradigma Culturalista (PC). O primeiro surgiu após a revolução industrial, quando a mente humana era comparada com um processamento de um computador. Os teóricos estudavam as relações da informação com as manifestações cognitivas ocorridas no cérebro humano, defendiam que qualquer máquina que seja capaz de processar símbolos poderia também simular os processos cognitivos, ou seja, o cérebro humano apreende uma informação, faz sua conversão para uma representação cognitiva atribuindo-lhe significado, por meio da compreensão com outras informações anteriormente processadas, a conserva, a armazena na memória e por último a recupera quando necessário para atuar em alguma experiência. O segundo paradigma surgiu após a consolidação da revolução Russa, período que emerge uma nova sociedade e conseqüentemente exige a formação de um novo homem. Segundo Molon (1995) a origem dos interesses de Vygotsky pela psicologia surgiu em compreender a gênese da cultura. Ele se contrapõe a psicologia clássica ao entender que o homem é o construtor da cultura. Tem como base as relações sociais, a interação do ser humano com o mundo físico. Esta investigação tem como objetivo conhecer as metodologias adotadas por professores do Ensino Fundamental/ séries iniciais para a promoção do desenvolvimento cognitivo dos alunos da Rede Pública Municipal de Balsas. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva de abordagem qualitativa, será utilizada como instrumentos e técnicas uma entrevista semiestruturada, com gravação em áudio e transcrita para Word, com dados tratados segundo a análise de conteúdo de Bardin (2007) e a observação não participante das aulas. Pressupõe-se encontrar no campo empírico, metodologias que favoreçam a interação do sujeito com o meio, possibilitando aprendizagem significativa e metodologias que remetam ao paradigma do processamento do informação. Contudo refletir sobre tais práticas é extremamente necessário, pois nos permite avaliar a qualidade do ensino no Brasil, visto que a aprendizagem é um processo mental onde o sujeito elabora sua representação sobre algo de forma individual. Novas pesquisas poderão ser realizadas: a relação teoria e prática na Psicologia da Educação, Psicologia da Cognição e os processos de ensino e ensino-aprendizagem: desafios e pressupostos.

⁷²² Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. msonia.10@hotmail.com.br.

⁷²³ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. ceciliaemidio@email.com.br

³ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. williancullen45@gmail.com

REFERÊNCIAS

- [1] BARDIN, L. **Análise do discurso**. Tradução Luis Antero. Lisboa, Portugal: Edições 70, Ida, 2007.
- [2] KUHN, T. **As estruturas das revoluções científicas**. São Paulo. Perspectiva, 2001.
- [3] MOLON, S.I. A questão da subjetividade e da constituição do sujeito nas reflexões de Vygotsky. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.
- [4] NEUFELD, Carmem Beatriz. Et al. **Bases Epistemológicas da Psicologia Cognitiva Experimental**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília. Jan-Mar 2011, Vol. 27 n. 1, pp. 103-112.
- [5] PIAGET, J. **A linguagem e o pensamento da criança**. Porto Alegre: Martins Fontes, 1989.
- [6] VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo. Martins Fontes, 2008.

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE BALSAS

CORREIA. Layla Karyne Paiva ⁷²⁴

GUIMRÃRES. Maria Sônia Silva ⁷²⁵

NASCIMENTO. Ana Alice Pereira do ⁷²⁶

Palavras-chave: Surdez, Escola, Inclusão.

Resumo: A escola como instituição elementar na formação do cidadão precisa estar atenta para o diagnóstico das deficiências, e conseqüentemente para realizar ações voltadas para a superação dos entraves causados por elas. As instituições educacionais precisam receber todas as crianças, independentemente de apresentarem ou não qualquer tipo de complexidade física, intelectual, linguística ou social. Também é dever das escolas acolher e promover situações que despertem o interesse do aluno de se posicionar criticamente e aprender coisas novas, dando-lhes oportunidade de construir seu próprio saber. Neste contexto, a inserção da criança surda deve ocorrer em todas as etapas da educação e para que esse direito possa ser assegurado, é necessário que a escola utilize metodologias e recursos que atendam às necessidades do aluno surdo para superar os obstáculos que dificultam e/ou impedem seu desenvolvimento pleno e assim ocorra de fato a inclusão. Esta pesquisa tem como objetivo conhecer a realidade local no que diz respeito ao aluno surdo e sua inserção na sala de aula regular, com perspectiva de inclusão na sociedade. Trata-se de uma pesquisa quantitativa realizada com professores da sala regular de ensino e professores da sala de Atendimento Especializado (AEE) da Escola Municipal Educar para a Vida. Como instrumentos e técnicas de pesquisa foram utilizados questionários e observação não participante. A pesquisa mostrou que a inclusão do aluno surdo a sala regular de ensino nas escolas públicas municipais de Balsas está de fato acontecendo, apesar da maioria dos professores afirmarem que estão preparados para lidar com o aluno surdo, há uma grande dificuldade de encontrar metodologias adequadas para se trabalhar com o aluno surdo, mas a escola recebe recursos para a acessibilidade o que minimiza as dificuldades. Diante do estudo realizado, foi possível compreender que a inclusão da criança com deficiência é uma necessidade urgente nas escolas para que a educação cumpra seu papel na sociedade. Contudo, para sua efetivação é necessário o compromisso e responsabilidade de todos que compõem o sistema educacional. Novas pesquisas poderão ser desenvolvidas no intuito de melhorar a educação inclusiva: contribuições das artes visuais na educação de surdos, condições de acessibilidades das escolas para educação inclusiva, como acontece a formação continuada para professores da sala regular em perspectiva da educação inclusiva, entre outras.

⁷²⁴ Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS laylinha_47@hotmail.com

⁷²⁵ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. msonia.10@hotmail.com

⁷²⁶ Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. analice93@hotmail.com

REFERÊNCIAS

- [1] BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, jan. 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaedcespecial.pdf>. Acesso em 08 de junho de 2017.
- [2] BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: www.observatoriodopne.org.br. Acesso em 09 de junho de 2017.
- [3] DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Educação Escolar de Pessoa com Surdez: uma proposta inclusiva**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- [4] MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos** \ Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. – São Paulo: Sumus, 2006.
- [5] PADILHA, A. M. O que fazer para não excluir. In: GOÉS, M. R.; LAPLANG, A. F. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. São Paulo: Autores Associados, 2001.
- [6] SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.
- [7] SEESP/ SEED/ MEC, **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual**, Fascículo II, Brasília, 2010.

PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS NA REGIÃO SUL DO MARANHÃO

Ramon dos Santos Castro⁷²⁷

Raimundo Nonato Lopes Lima¹

Mariano José Cardoso Lopes¹

Antônio Carlos de Sousa Cabral Rocha¹

Paula Ramirez Moreira Gomes⁷²⁸

Palavras-chave: Cooperativismo; Produção; Hidroponia.

Resumo: O perfil do consumidor de hortaliças no decorrer dos anos, tem mudado muito, estão cada vez mais exigentes na questão de qualidade e nas informações nutricionais. O interesse dos consumidores no mercado tem ajudado muito no crescimento das hortaliças, a horta na região sul do Maranhão não fugiu à regra com os pedidos sempre em alta e o controle de qualidade sendo feito de forma rigorosa. Objetiva-se, através deste projeto, identificar de maneira específica e contextualizada os principais pontos que compõem a produção de hortaliças na região sul do maranhão. Houve a formação do banco de dados através da aplicação de questionário ao produtor de hortaliças na cidade de Balsas-MA, estes dados foram confrontados com a realidade apresentada no campo e nas atividades da empresa. A produção de hortaliças na região sul do maranhão está em crescimento, frente a este cenário o produtor possui limitações no processo produtivo. Pensando em aumento de sua área, é necessário estimular a produção na região e formar parcerias. Segundo Ferreira (2009) o sistema cooperativo funciona como uma solução para os pequenos e médios produtores, esse sistema é baseado na autogestão e faz com que as cooperativas adotem estratégias de gestão adequadas e eficientes. Quanto à conservação do solo, a empresa presa por sustentabilidade, uma vez que faz o racionamento da água, com horários pré-determinados para irrigação, para que não haja desperdício em meio a seca apresentada nos períodos de estiagem. Não faz uso de defensivos agrícolas ou agrotóxicos, procura pôr em sua produção compostos orgânicos como esterco e cama-de-galinha. Futuramente o produtor da região pensa em concentrar parte de sua produção na hidroponia, que dentre todos os benefícios está à diminuição dos custos de produção e o descanso do solo. O uso da hidroponia, segundo Melo et al. (2002), surgiu como uma alternativa a problemas como a baixa disponibilidade de solos aptos à agricultura; a incidência de determinadas doenças de solo, dificilmente controladas por métodos químicos, sanitários ou de resistência genética; o interesse em incrementar a eficiência do uso da água e o desejo de aumentar a produção e melhorar a qualidade dos alimentos. Percebe-se frente às problemáticas apresentadas a necessidade da criação da cooperativa para facilitar e aumentar a produção da horta, através da potencialização da mão-de-obra por meio de cursos de capacitação, ou ainda na redução de custos por estímulo da produção de hortaliças na região permitindo a compra em *pool* de insumos.

⁷²⁷ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. ramoncastro2324@gmail.com.

⁷²⁸ Professora Mestre da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. coord.agronegocio@unibalsas.edu.br.

REFERÊNCIAS

- [1] FERREIRA, J. M. Gestão do agronegócio cooperativo. **Revista do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão do UNIPAM**, Patos de Minas: UNIPAM, v. 6, p. 163 - 172, 2009.
- [2] MELO, H. N. S.; MELO FILHO, C.; PEREIRA, M. G.; OLIVEIRA, F. K. D.; ANDRADE NETO, C. O. **Uso de esgoto doméstico tratado em filtros anaeróbios como fonte de macro e micronutrientes para cultivos hidropônicos**. Vitória: PROSAB, 2002.

USO DO PFSENSE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS PARA INTERLIGAR SECRETARIAS POR VPN

Nelton Rodrigues Souza⁷²⁹

Gleisciel de Sousa Silva⁷³⁰

Alexandre H. Carvalho Barbosa⁷³¹

Jakson Ferreira de Sousa⁷³²

Palavras-chave: Firewall; VPN; IPsec; OpenVPN; Segurança

Resumo: Em virtude da crescente utilização da informática nos ambientes corporativos, como também nas instituições públicas para as mais diversas atividades organizacionais, a necessidade de interação entre hosts, usuários, tem crescido da mesma forma, com uma necessidade ainda maior para compartilhamento de recursos como: impressoras, discos, dados, informações dentro e fora da rede local, surgindo a necessidade de interconectá-las para proporcionar melhor essa interação. Este trabalho tem por objetivo demonstrar a implantação de um Firewall Pfsense na Pref. de Balsas e Sec. de Gestão tributária e Educação, com foco na utilização específica do servidor VPN (Virtual Private Network), os tipos de redes VPN, e uma breve descrição dos principais protocolos e tipos de criptografia utilizadas para permitir a comunicação segura em uma rede pública de forma a prover um conjunto de funções, melhorando os princípios básicos de: confidencialidade, integridade e autenticidade. Na primeira etapa foi realizado um levantamento das necessidades da instituição para interligar inicialmente as redes das Sec. de Gestão de Tributos e Educação a rede da Prefeitura. Na etapa seguinte foi elaborado um referencial teórico para adicionar as funcionalidades de Servidor VPN IPSEC e OpenVPN no firewall Pfsense. Na terceira etapa foi instalado e implementado o Servidor VPN IPSEC Pfsense para prover conexões do tipo rede a rede para as secretarias. Na quarta etapa devido a indisponibilidade de computadores para realizar a instalação e implementação do Pfsense com serviços de IPSEC cliente, foi utilizado o ambiente de virtualização VirtualBox onde foi demonstrado o funcionamento com autenticações e acesso de estações de trabalho virtualizadas. Por fim, foi instalado e implementado o Servidor OpenVPN com topologia host a rede para prover acesso seguro à rede da prefeitura. As redes VPNs que foram propostas para melhorar o suporte técnico interno e prover acesso seguro ao suporte dos sistemas de automação foram realizadas em ambientes virtualizados onde foi demonstrado que o objetivo proposto é viável, funcional, possui baixo custo de investimento, baixo suporte técnico. A experiência foi muito gratificante para a atuação profissional, ao aplicar os conteúdos teóricos na prática e perceber a grande gama de combinações de utilização e como o software livre tem se mostrado uma

⁷²⁹ Autor - Bacharel em Sistemas de Informação / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: neltonrsouza@gmail.com

⁷³⁰ Autor - Bacharel em Sistemas de Informação / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: gleisciel.silva@gmail.com

⁷³¹ Autor- Bacharel em Sistemas de Informação / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: alexhcb.7392@gmail.com

⁷³² Orientador – Especialista / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: jaksontecmicro@gmail.com

opção não só economicamente viável, mas principalmente do ponto de vista técnico, atendendo as mais variadas demandas.

REFERÊNCIAS

- [1] ABREU, L. H. Arquitetura MPLS para Formação de VPN. 2006. Disponível em <<http://www.si.uniminas.br>>. Acessado em: 13.09.2016.
- [2] ALBUQUERQUE, Fernando. TCP/IP Internet: Protocolos e Tecnologias. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001.
- [3] ALECRIM, Emerson. Criptografia. Disponível em: <www.infomaster.com/criptografia.php>, Julho de 2009. Acesso em: 20.09.2016.
- [4] ASSIS, João Mário de. Implementando VPN em Linux. Monografia de Pós-Graduação apresentada ao Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso ARL – Administração em Redes Linux. Lavras, Minas Gerais 2003.
- [5] GOULART, Antônio - REDES DE COMPUTADORES. Disponível em: <<http://antoniogoulart.blogspot.com.br/2011/08/vpn-virtual-private-network.html>>, agosto de 2011. Acesso em 15.09.2016.
- [6] NAKAMURA, Emilio Tissato; GEUS, Paulo Licio de. Segurança de Redes em ambientes Cooperativos. 3º Edição, Editora Futura, 2002.
- [7] NORTHCUTT, S. et. al. Desvendando Segurança em Redes. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- [8] OPENVPN. Openvpn.net. Overview, disponível em <<https://openvpn.net/index.php/open-source/overview.html>> 2002-2016. Acesso em: 01.09.2016.
- [9] RAPOPORT, Eduardo. VPN – Virtual Private Network, disponível em <<http://www.gta.ufrj.br/~rezende/cursos/eel879/trabalhos/vpn/index.html>>, Julho de 2003. Acesso em: 25.09.2016.
- [10] ROSSI, Marco Antonio G.; FRANZIN, Oswaldo. VPN - Virtual Private Network. GPr Sistemas/ASP Systems – 2000.
- [11] SCHINEIER, Bruce. Applied Cryptography. 2ª Edição. EUA: JohnWiley & Sons, 1996. 758.
- [12] SILVA, L. S. VPN – Virtual Private Network. 1ª Edição. São Paulo: Editora Novatec, 2002.
- [13] TORRES, Gabriel. Redes de Computadores: Curso Completo. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001.
- [14] WILLIANSO, M. Pfsense 2.0 - Um guia prático com exemplos ilustrados com configurações para usuários iniciantes e avançados. Disponível em: <<http://www.taggus.com.br/wp-content/uploads/2012/09/livropfsense2-0ptbr-120227112435-phpapp02.pdf>>. Acesso em 04.09.2016.

PERFIL DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE GRÃOS E SEMENTES

Jéssica Lopes Xavier⁷³³

Rafaela Santos Silva¹

Edilene Silva Barros¹

Ronny Emidio Oliveira Silva⁷³⁴

Paula Ramirez Moreira Gomes⁷³⁵

Palavras-chave: Produtividade; Preservação do solo; Agronegócio.

Resumo: A empresa abordada no estudo é uma das maiores empresas da região sul maranhense em produção de sementes e grãos, contendo cerca de 5.200 hectares busca garantir sustentabilidade para o seu negócio e desenvolvimento para a toda a região. Objetivou-se através do estudo de caso analisar as atividades da empresa para assim estabelecer um perfil inovador no segmento da produção sustentável. Houve a formação do banco de dados através da aplicação de questionário aos gerentes dos setores, estes dados foram confrontados com a realidade apresentada no campo e nas atividades da empresa. A empresa tem como cadeia de produção o milho, soja e o feijão, apresentam grande importância para a região onde são comercializadas. Possuem a própria UBS (Unidade Beneficiadora de Sementes), ponto essencial nas atividades da empresa, uma área de melhoramento e análise de sementes onde proporciona um grande beneficiamento e proteção da mesma. No processo produtivo a empresa realiza práticas sustentáveis buscando conservar e preservar o meio ambiente, com a utilização de inoculantes que evitam a poluição do meio ambiente e garantem a sustentabilidade. Contam com áreas destinadas a preservação, cerca de 30% de toda a área coberta por vegetação nativa. Segundo Zilli et al. (2008) o uso de inoculantes com bactérias eficientes na FBN (Fixação Biológica de Nitrogênio) em condições de campo tem se mostrado uma estratégia importante para o aumento da produtividade do feijão-caupi, e quatro estirpes de *Bradyrhizobium* são atualmente recomendadas para esta cultura: UFLA3-84 (SEMIA 6461), BR 3267 (SEMIA 6462), INPA3-11B (SEMIA 6463) e BR 3262 (SEMIA 6464). Recentemente foi aplicada na empresa, como atitudes sustentáveis, a tecnologia das FBN (Fixação Biológica de Nitrogênio) que acarretou em resultados semelhantes aos apresentados na pesquisa acima, bastante satisfatória para a colheita das culturas de feijão-caupi e soja. Segundo Macedo (2009), o monocultivo e as práticas culturais inadequadas têm causado perda de produtividade, ocorrência de pragas e doenças, e degradação do solo e dos recursos naturais. Cogitando-se que a empresa base do estudo consistiu em uma empresa de produção na qual ao mesmo tempo utiliza plantas de cobertura como o milheto e a braquiária, cerca de 4.200 hectares são iniciados em plantio direto, logo não acontece a realização do manejo rotação, pois apresenta certa dificuldade de tempo levando em conta a demanda da produção de sementes. Sugere-se à empresa a implementação

⁷³³ Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. jessica.agro.ngc@gmail.com.

⁷³⁴ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. ramirez.zootecnista@gmail.com.

⁷³⁵ Professora Mestre da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. coord.agronegocio@unibalsas.edu.br.

de projetos futuros como integrar a lavoura com a pecuária, uma atividade com facilidade no plantio já que contém um solo de boa qualidade, sendo analisado anualmente, para tanto devem ser analisados e bem planejados. Atualmente trabalham sempre com a agricultura de precisão onde compõem de produtos de qualidade, tudo pautado em uma tecnologia avançada.

REFERÊNCIAS

- [1] MACEDO, M.C.M. Integração lavoura e pecuária: o estado da arte e inovações tecnológicas. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v.38, p.133-146, 2009.
- [2] ZILLI, J.É.; XAVIER, G.R.; RUMJANEK, N.G. **BR 3262**: nova estirpe de *Bradyrhizobium* para a inoculação de feijão-caupi em Roraima. Boa Vista: Embrapa Roraima, 2008. 7p. (Embrapa Roraima. Comunicado técnico, 10).

PERFIL DO CONSUMIDOR DE CARNE BOVINA E PERCEPÇÃO FRENTE À QUALIDADE E RISCOS SANITÁRIOS EM BALSAS/MA

Nerliete Batista da Silva⁷³⁶

Tatiane Scilewski da Costa Zanatta⁷³⁷

Palavras-chave: Consumidor. Bovino de corte. Origem animal.

Resumo: Crises sanitárias recentes tem contribuído para modificações na percepção do consumidor de carne bovina¹, que como sendo o elo final da cadeia produtiva de carnes, atribui-se a importância do conhecimento do seu perfil, visto que ele representa o destino final dos produtos oferecidos no mercado. Com base nisso objetivou-se caracterizar o perfil do consumidor de carne bovina de Balsas/MA e averiguar sua percepção as respeito de atributos de qualidade e riscos sanitários ligados ao consumo e manipulação da carne. Para tanto foram realizadas entrevistas com 254 consumidores na cidade em diferentes estabelecimentos de venda, o modelo dos questionários aplicados foi do tipo entrevista estruturada a qual se desenvolve a partir de uma relação fixa de perguntas que são iguais a todos os entrevistados, onde foram levantadas questões sobre consumo, hábito, preferências e percepção sobre qualidade e sanidade da carne bovina. Com os resultados foi aferido que o consumidor balsense de carne bovina é majoritariamente composto por mulheres, de 20 a 29 anos, com a escolaridade nível médio e renda mensal de 1,1 a 2 salários mínimos. O tipo de carne que mais gostam de consumir é a bovina, com frequência de consumo diário e a medida que aumenta a faixa etária decai a frequência de consumo. Adquirem em média de 2 a 5 kg de carne bovina por semana em preferencialmente em supermercados. Os cortes que mais agradam o paladar do consumidor são a picanha e o filé mignon. A maioria não tem conhecimento sobre certificação da carne, em que a escolaridade é o fator que mais influencia no conhecimento. A maioria possui percepção sobre fatores de influência na qualidade da carne, no entanto não possuem conhecimento sobre riscos de consumo de tal produto sem o devido controle sanitário. Problemas de saúde mais relatados relacionados ao consumo de carne foram distúrbios intestinais e a maioria possui o hábito de lavar a carne com o intuito de higienizá-la, no entanto inconscientes de que tal prática possui efeito reverso.

REFERÊNCIAS

- [1] VIEGAS, I.; SANTOS, J.M. L.; FONTE, M. A; **Percepção dos Consumidores Relativamente à Carne de Bovino: cenários de escolha a partir de grupos de discussão.** Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v. 53, n. 1, p. 49-62, 2015.

⁷³⁶ Acadêmica da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. nerliete@hotmail.com

⁷³⁷ Professora da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. sctatiane@gmail.com

A PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA DA PEDAGOGIA DA AUTONOMIA PARA A PRÁTICA EDUCATIVA

PILLATT, Líbera Raquel Bazzan⁷³⁸

SILVA, Maria Cecília de Melo⁷³⁹

SCHÖNARDIE, Paulo Alfredo⁷⁴⁰

BRITO, Maria Francisca da Silva⁷⁴¹

Palavras-chave: Educação; Docência; Autonomia; Teoria Freiriana.

Resumo: Enquanto educadoras e educadores, somos desafiados cotidianamente a pensar sobre nossas práticas e/ou experiências educativas. Da ação e da reflexão emerge o duplo sentido de ensinar e aprender, em que tanto ensinantes quanto aprendentes ensinam e aprendem ao mesmo tempo. Nesta conjuntura, o protagonismo do professor é transferido da prática autoritária para o reconhecimento da centralidade dos aprendentes. A reflexão construtiva sobre a própria prática educativa não é, entretanto, algo que se dá de forma automática, mas sim, precisa ser construída. Esta construção pode se dar pela ponderação da prática educativa, balizada pela perspectiva epistemológica da pedagogia da autonomia, o que passa a ser o cerne da reflexão aqui introduzida. O objetivo central deste estudo está em repensar a própria prática educativa com base na perspectiva epistemológica da pedagogia da autonomia freireana. Por isso a obra ‘Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa’, de Paulo Freire, é nossa referência teórica básica. No centro da análise, está a ponderação de nossos atos de docência, com os quais contribuimos para formar professores. Queremos assim nos reeducar como educadores e servir de alento ao processo contínuo de formação de formadores. Entendemos que assim, possamos contribuir na análise e reflexão sobre a formação docente inicial e continuada e, desta maneira, aprofundar conhecimentos sobre atuação profissional, identidade e dimensões éticas de processos de ensinar e de aprender. Acreditamos, desta maneira, contribuir com os desafios mais recentes da docência. Certamente se trata de uma maneira de favorecer a ação didática pedagógica inovadora, problematizando saberes inerentes às práticas educativas, a partir de uma releitura dos teóricos da educação, e aqui especificamente, a teoria freireana da pedagogia da autonomia. Metodologicamente orientamos nossa pesquisa, por um lado na revisão bibliográfica, e por outro lado, com base nesta perspectiva teórica, objetivamos analisar nossa própria prática educativa. Ao final, é percebido que ao repensar a prática cotidiana docente a partir da perspectiva epistemológica da pedagogia da autonomia, mudamos nossa percepção e prática da educação, acreditando, também, que, com esta experiência, seja possível influir positiva e amplamente no processo de formação. Na difusão deste debate, certamente há potencial de resolução de desafios da formação inicial e continuada de professores e para a mudança de suas práticas, favorecendo inovações pedagógicas.

⁷³⁸ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. pillatt.libera@gmail.com.

⁷³⁹ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. coord.pedagogia@unibalsas.edu.br

⁷⁴⁰ Professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI.

pschonardie@gmail.com

⁷⁴¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS.

REFERÊNCIAS

- [1] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- [2] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- [3] FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- [4] MORIN, Edgar. É preciso educar os educadores. In: O Globo. Agosto 2014. Disponível em <http://www.fronteiras.com/entrevistas/entrevista-edgar-morin-e-preciso-educar-os-educadores> Acesso em 12 jul. 2015.
- [5] SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Currículo Escolar e Justiça Social. O cavalo de troia da educação.** Tradução de Alexandre Salvaterra. Revisão Técnica de Álvaro Hypolito. Porto Alegre: Penso, 2013.
- [6] SCHÖNARDIE, Paulo Alfredo. Educação do campo. Desafio à pedagogia. In: MARTINAZZO, Celso José; WESCHENFELDER, Noeli Valentina. (Org.). **O curso de pedagogia da Unijuí e suas interfaces.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.

UNICULTURAL: UMA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E CULTURA.

PILLATT, Líbera R. Bazzan.⁷⁴²

SILVA, Maria Cecília de Melo⁷⁴³

SILVA, Luciana Vieira da⁷⁴⁴

Palavras-chave: Unicultural; Cultura; Educação.

Resumo: As atividades culturais realizadas pelas IESs são importantes para manter ativa a relação entre a academia e a sociedade. As atividades que proporcionam esta relação são uma forma de valorizar as diferentes culturas através da educação popular a qual “é um referencial frequente no discurso de diferentes grupos populares, movimentos sociais, organizações não governamentais, instituições estatais e organismos internacionais” (CARRILLO, 2013, p. 17). Estes diferentes discursos costumam vincular-se em uma rede de transformação social, através da integração dos diferentes conhecimentos. Esta integração pode ser vivenciada nos corredores da Unibalsas, principalmente durante a atividade cultural denominada Unicultural. Durante a realização desta atividade é possível vivenciar a relação entre educação e cultura que vai ao encontro do que propôs Paulo Freire, “a educação deve servir para que homens e mulheres se formem como sujeitos autônomos e críticos, a partir do diálogo e da ação transformadora de sua realidade” (CARRILLO, 2013, p. 29). Considerando isto, a Unicultural pode ser caracterizada como sendo uma atividade integrante da Educação Popular, pois as relações entre os diferentes grupos sociais começam a ocorrer já no seu processo de concepção por vários meios: o diálogo, o aprendizado e a transformação da realidade da sociedade na qual está inserida a Unibalsas, bem como, sua própria transformação. A pesquisa participante foi utilizada como método de pesquisa por considerarmos conforme Pedro Demo (1984, p.29), como “aquela que privilegia a relação prática com a realidade social, buscando nisso uma via de descoberta e de manipulação da realidade”. Os temas abordados na Unicultural enriquecem os conhecimentos tanto dos acadêmicos, como das demais pessoas participantes do evento. O tema que deu início a esta atividade, é hoje, o que a define: “Unicultural – Arte e Cultura no Saguão”. Segundo Candau e Moreira (2011), a educação deve estar imersa nos processos culturais do contexto em que se situa. Neste sentido, não é possível conceber uma experiência pedagógica desvinculada totalmente das questões culturais da sociedade. Existe uma relação intrínseca entre educação e cultura. A Unibalsas busca reproduzir esta relação em vários momentos, sendo que a Unicultural pode ser considerada um dos principais no âmbito institucional. Esta relação se dá em virtude da abordagem da cultural local e regional, bem como, pelos elementos que compõem cada cultura. Além desta relação, também é possível identificar as transformações que ocorrem na sociedade e na Unibalsas a cada nova edição da Unicultural.

⁷⁴² Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. pillatt.libera@gmail.com

⁷⁴³ Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Coord.pedagogia@unibalsas.edu.br

⁷⁴⁴ Acadêmico do Curso de Pedagogia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. lucianaynosle@gmail.com

REFERÊNCIAS

- [1] CANDAU, Vera M.; MOREIRA, Antônio F. **Multiculturalismo: Diferenças e Práticas Pedagógicas**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- [2] CARRILLO, Alfonso T. A educação popular como prática política e pedagógica emancipadora. In: STRECK, Danilo R., ESTEBAN, Maria T. (Orgs.). **Educação Popular: Lugar de construção social coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- [3] HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. João Pessoa: Editora universitária. UFPB. 1996.
- [4] UNIBALSAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional**, 2010.

PROFISSÃO PROFESSOR E SEUS SABERES DOCENTES.

SILVA, Maria Cecília de Melo⁷⁴⁵

PILLATT, Libera Raquel Bazan⁷⁴⁶

SILVA, Vania Botelho da⁷⁴⁷

Palavras-chave: Saberes docentes; Formação de professores; Práticas pedagógicas; Aprendizagem.

Resumo: As pesquisas sobre a formação e a profissão docente apontam para uma compreensão da prática pedagógica do professor, que é tomado como mediador de saberes profissional. Percebe-se que este, em sua trajetória, constrói e reconstrói seus conhecimentos conforme a necessidade de sua prática. O objetivo deste trabalho é iniciar uma reflexão sobre a prática docente e de como se identificam como professores, entendendo que a qualidade do ensino passa pelos professores, por sua formação, por sua valorização profissional e por suas condições de trabalho. O processo ensino aprendizagem, atividade característica do professor, é uma prática social complexa, carregada de conflitos de valores e que exige opções éticas e políticas. Problematisando e analisando as situações da prática social o professor incorpora o conhecimento elaborado das ciências, das artes, da filosofia, da pedagogia e das ciências da educação (CUNHA, 20017). Utilizou-se como base inicial, para o referencial teórico a revisão da literatura, identificando as diferentes referências e abordagens teórico-metodológicas que os fundamentam, os enfoques e tipologias utilizadas e criadas por pesquisadores (ANDRÉ,1995). A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas, sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante *investir a pessoa* e dar um estatuto ao *saber da experiência* (NÓVOA, 1995). Estudos sobre esta temática indicam a possibilidade de identificar, no percurso da formação dos professores, a necessidade de se fortalecer uma dimensão ética no sentido de viabilizar a educação enquanto meio para a construção humana do ser humano, na busca de sua vocação ontológica (FREIRE,2013), uma dimensão técnica capaz de integrar conhecimentos, competências e habilidades que qualifiquem a atuação educacional; e uma dimensão política para possibilitar, a partir da reflexão dos fenômenos educacionais, entender e explicar a realidade, tomar decisões, assumir posições críticas diante de situações conjunturais e, finalmente, intervir no processo de transformação da sociedade e de nós mesmos, enquanto sujeitos inconclusos, históricos, políticos, críticos, criadores, numa palavra, sujeitos culturais. Assim, os saberes docentes pressupõe um processo de auto formação haja vista os professores reelaborem os saberes iniciais em confronto com as experiências práticas cotidianas fundadas em reflexão *na* e *sobre* a prática (SHON). A investigação de questões referentes a profissão e ao saber docente, com certeza poderá contribuir para o desenvolvimento desse campo de pesquisa na realidade brasileira, assim como para as orientações de políticas voltadas para a formação e profissionalização do professor.

⁷⁴⁵ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. coord.pedagogia@unibalsas.edu.br

⁷⁴⁶ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. pillatt.libera@gmail.com

⁷⁴⁷ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS.
limamotopecas2014@outlook.com

REFERÊNCIAS

- [1] ANDRÉ, Marli Elisa. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- [2] CORTELLA, Mario Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez, 2011
- [3] CUNHA, Maria Isabel da (Org.). **Reflexões e práticas em pedagogia universitária**. Campinas, SP: Papyrus, 2007.
- [4] DELORS, J. **Educação : um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1998
- [5] FREIRE. P.. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. RJ: Paz e Terra, 2013.
- [6] _____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- [7] NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de Professores**. Porto: Porto Editora, 1995.
- [8] PIMENTA, S.G. Formação de professores: Identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S.G. (Org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.
- [9] SCHÖN D. Os professores e sua formação. In: Nóvoa A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote; 1992
- [10] TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. *Petrópolis , RJ: Vozes , 2014*
- [11] ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa – Como Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

AULA INTERATIVA: O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS A FAVOR DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.

Josane dos Santos de Sousa⁷⁴⁸

Palavras-chave: Novas Tecnologias. Educação. Práticas Pedagógicas. Professor. Ensino-Aprendizagem.

Resumo: Abordar sobre tecnologia com foco na educação e no processo de ensino aprendizagem é o tema central deste trabalho. Pensar em tecnologia é lembrar que vivemos em uma era digital onde a rapidez e a agilidade na troca de informações tem sido algo constante e dinâmico. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão acerca do uso das novas tecnologias educacionais como ferramenta didática no processo de ensino e aprendizagem, e apresentar as dificuldades apontadas por parte dos professores de ensino superior no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC no trabalho docente. E também, analisar sobre o papel do educador frente às novas tecnologias e como o docente pode colaborar mais ativamente nesta perspectiva. A pesquisa será desenvolvida com 30 professores do Ensino Superior em uma universidade situada na cidade de Balsas, estado do Maranhão. A metodologia constitui-se de pesquisa bibliográfica e exploratória com aplicação de questionário. É notório que não podemos deixar de relacionar tecnologia com educação visto que os estudantes estão cada vez mais “conectados” e inteirados a cada recurso novo lançado. A tecnologia no âmbito educacional por si só não é sinônimo de qualidade, mas cabe ao professor no seu papel de mediador do conhecimento poder agregar a sua aula os benefícios e recursos que a tecnologia traz ao processo de ensino-aprendizagem e assim tornar sua aula mais atraente e interativa e vencer as dificuldades que surgirem em prol dos potenciais educativos das TIC.

REFERÊNCIAS

- [1] SANTINELLO, Jamile. **Ensino superior em ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs):** formação docente universitária em construção. Curitiba: Intersaberes, 2015.

⁷⁴⁸ Bibliotecária graduada pela Universidade Federal do Maranhão(UFMA), Especialista em Docência no Ensino Superior pela CAPEM (2012), Mestranda em Gestão da Educação (IUA), Aluna do curso de Pós – Graduação em Gestão de Pessoas & Coaching – UNIBALSAS. josane.01@hotmail.com.

DEPARTAMENTO DE PESSOAL: CONHECIMENTOS E ROTINAS TRABALHISTAS

NETO, Agenor da Cruz Nogueira⁷⁴⁹

SOUSA, Cleidiane Cruz de⁷⁵⁰

PILLATT, Líbera Raquel Bazzan⁷⁵¹

Palavras-chave: Departamento de Pessoal; Folha de Pagamento; Extinção do Contrato de Trabalho.

Resumo: O Departamento de Pessoal é o setor responsável pelas atividades burocráticas das empresas, é parte integrante da estrutura organizacional da maioria das organizações e como nas demais áreas da contabilidade, esta requer um profissional de grande conhecimento e sempre atualizado, pois a relação de empregado e empregador é a que gera inúmeros processos por questões de falta de cumprimento da legislação. Este artigo tem como objetivo analisar o gerenciamento da administração de emprego entre o empregado e empregador, não só o que tange a admissão e demissão, mas todo o âmbito de legislação trabalhista e previdenciário. Contudo a primeira atividade desenvolvida pelo Departamento de Pessoal é admitir um empregado, com isso, as empresas realizam um processo seletivo dos candidatos para uma determinada vaga de emprego, selecionando o mais capacitado para o cargo em oferta. Desse modo, este funcionário só poderá ser cadastrado na empresa após a entrega das documentações exigidas e a realização do exame admissional, conforme o Art. 168 da CLT. Assim será gerado seu contrato de trabalho e assinada sua carteira. Após a prestação de serviços dos empregados, cabe à empresa fazer a contraprestação desses serviços, ou seja, realizar o pagamento destes funcionários. Dessa forma, a empresa tem a necessidade de elaborar sua folha de pagamento, não só para um controle interno, mas também com a finalidade dos recolhimentos dos encargos como FGTS e INSS, por exemplo. Nas organizações, assim como a admissão, a demissão também é efetuada pelo Departamento de Pessoal. Sendo assim, a extinção do contrato de trabalho passa a existir quando empregado e/ou empregador manifestam o desejo pela não continuidade da relação de emprego, assinando um termo no qual se dá por encerrado o vínculo empregatício entre as partes. Como resultado, constatou-se a essencialidade do Departamento de Pessoal para as organizações, pois este ramo da contabilidade possui uma grande responsabilidade em intermediar e conciliar os impasses gerados a partir da relação empregado/empregador, onde processos trabalhistas podem ser evitados pela realização de uma atividade eficiente deste setor.

⁷⁴⁹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. nog.agenor@gmail.com

⁷⁵⁰ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. cleidiane@unibalsas.edu.br

⁷⁵¹ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. pillatt.libera@gmail.com

REFERÊNCIAS

- [1] CARVALHO, Willian Epitácio Teodoro **CLT Interpretada e Anotada**. 1º Ed – Campo Grande: Contemplar, 2016.
- [2] GONÇALVES, Gilson **Resumo Prático de Folha de Pagamento**. 5º Ed. – Curitiba: Juará, 2009.
- [3] MARTINS, Sergio Pinto **Direito do Trabalho**. 26º Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
- [4] PONTELO, Juliana F. ; CRUZ, Lucineide A. M. **Gestão de Pessoas: Manual de rotinas trabalhista**. 7º Ed. – Brasília: Senac/DF, 2014.

SISTEMA PARA GERAÇÃO E CONTROLE DE RECIBOS COMERCIAIS PARA EMPRESA CONTABILIZE CONTABILIDADE

Alexandre H. Carvalho Barbosa⁷⁵²

Nelton Rodrigues Souza⁷⁵³

Gleisciel de Sousa Silva⁷⁵⁴

Palavras-chave: Recibos; Banco de dados; Multiplataforma; Relatório fiscal

Resumo: Atualmente grande parte das empresas do setor comercial necessita de um documento fiscal, declarando o recebimento de determinada quantia de uma pessoa ou organização, em referência aos produtos fornecidos ou serviços prestados, este documento é conhecido como recibo comercial. Diferentemente da NF-e (Nota Fiscal eletrônica), requerida pelo governo, o recibo comercial não arrecada impostos. Seu propósito visa garantir que na transação houve aprovação de ambas as partes. O fato do recibo não ter valor fiscal abre a opção da utilização de modelos impressos previamente produzidos para essa necessidade. Contudo, a utilização desses modelos ignora a questão de gerenciamento e controle dos recibos em relação a um sistema automatizado para esse tipo trabalho. Neste trabalho foi proposto a elaboração de um sistema capaz de realizar o controle dos recibos comerciais referentes aos serviços prestados para empresa de contabilidade CONTABILIZE, tornando possível além da emissão de recibos, a geração de relatórios de clientes, recibos e serviços prestados pela empresa. O sistema foi baseado na ideia de multiplataforma para o seu desenvolvimento, com base nisso e nas necessidades, foram escolhidas as tecnologias de linguagem de programação Java e o banco de dados relacional MySQL. Para o desenvolvimento da ferramenta foi necessário o levantamento dos critérios de elaboração dos modelos de recibos de acordo com as normas previstas na lei do consumidor. No modelo elaborado com a ajuda do framework iReport foi disposto alguns requisitos obrigatórios como: emissão de duas vias do mesmo número de recibo gerado, descrição com o CPF/CNPJ do fornecedor ao prestador de serviço, o valor da transação descrito numericamente e por extenso, a descrição do produto ou serviço prestado e um campo de assinatura do receber na via do fornecedor. A partir deste modelo foram feitos os levantamentos de requisitos funcionais e não funcionais do sistema, como cadastros de pessoa física/jurídica, usuários de acesso ao sistema, serviços prestados e validação do CPF/CNPJ. No desenvolvimento foram realizados testes em ambientes de trabalho para a validação de processos contábeis, utilizados pelo ERP da empresa. A interface do sistema foi desenvolvida de modo a proporcionar um fácil entendimento das funcionalidades. Concluindo, obteve-se um sistema de fácil usabilidade e aprendizagem, atingindo o objetivo esperado e satisfazendo o problema proposto.

⁷⁵² Autor – Bacharel em Sistemas de Informação / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: alexhcb.7392@gmail.com.

⁷⁵³ Autor - Bacharel em Sistemas de Informação / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: neltonrsouza@gmail.com

⁷⁵⁴ Autor - Bacharel em Sistemas de Informação / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: gleisciel.silva@gmail.com

REFERÊNCIAS

- [1] SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de Software**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2003. 606 p
- [2] BEIGHLEY, Lynn. **Use a Cabeça Sql**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008. 488 p.
- [3] PRESSMAN, Roger S. **Engenharia de Software: Uma Abordagem Profissional**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 780 p.
- [4] COUGO, P. **Modelagem Conceitual**, 1a Edição, Campus, 1997.
- [5] DATE, C. **Introdução a Sistemas de Banco de Dados**, Campus, 2000.
- [6] DEITEL, Harvey M.; DEITEL Paul J.; NIETO, Tem R. **Internet & World Wide Web Como Programar**. São Paulo: Bookman, 2003.
- [7] HORSTMANN, Cay S.; CARNELL, Gary. **Corejava 2**. São Paulo: Makron Books, 2001

A OBJETIFICAÇÃO DOS SERES HUMANOS E A LIQUIDEZ DE SUAS RELAÇÕES ENQUANTO “EFEITOS COLATERAIS” DE UMA SOCIEDADE DE CONSUMIDORES: UMA LEITURA DE BAUMAN

Cesar Augusto Danelli Júnior⁷⁵⁵

Helia Amorim Leal⁷⁵⁶

Neuzelina dos Santos Sousa⁷⁵⁷

Palavras-chave: Bauman. Sociedade de consumidores. Consumo.

Resumo: Na obra *Vida para consumo*, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman demonstra como a *sociedade de produtores* desenvolveu-se e transformou-se em uma *sociedade de consumidores* e, ao mesmo tempo, as consequências dessa alteração, sendo a principal delas, a promoção das pessoas em mercadorias de consumo. Não obstante, este trabalho visa trazer uma reflexão acerca dos desdobramentos dessa transformação na vida das pessoas, a partir, sobretudo, do ponto de vista do referido autor. No mais, considerando o advento da sociedade de consumidores, as pessoas tornaram-se alienadas, sendo conduzidas pelos ditames do capitalismo, na medida em que são influenciadas, diariamente, por meio da televisão e demais meios de comunicação a “acharem” que precisam, cada vez mais, consumirem. Esta sociedade, dentre outras coisas, prima pela satisfação individual pelo que é efêmero e descartável, supervalorizando os consumidores ativos que buscam suas realizações por meio do incessante movimento *compro-uso-descarto*, em detrimento dos consumidores falhos, menosprezados e tidos como um modelo a não ser seguido pelos primeiros. Assim, para manterem seu padrão de consumo, as pessoas são influenciadas a aumentarem sua jornada de trabalho e, conseqüentemente, reduzem o tempo já escasso para a convivência com a família e amigos, liquefazendo também essas relações, que tendem a tornarem-se menos sólidas. Entretanto, a tão almejada felicidade, prometida pelo mercado de consumo, nunca chega, é sempre adiada para a próxima aquisição, e essa é a verdade não revelada pelo mundo consumista e, da mesma forma, é precisamente isso que o mantém, pois, caso entregasse a felicidade que promete, qual seria a necessidade de as pessoas continuarem procurando por ela nas prateleiras das lojas e nas vitrines? E, conforme mencionado acima, elas próprias acabam por se tornar mercadorias de consumo, uma vez que precisam estar vestidas conforme as últimas tendências de moda e fazer constantes aquisições, pois ao contrário, seriam

⁷⁵⁵ Especialista em Direito Previdenciário pela Escola Superior da Magistratura Federal – ESMAFE/RS. Graduado em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Campus Santo Ângelo/RS(2010/II). Mestrando Stricto Sensu em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul-Unijuí, Campus Ijuí/RS. Professor em tempo integral dos cursos de Direito, Pedagogia e Sistemas de Informação da Faculdade de Balsas/MA-UNIBALSAS. Integrante do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas, Contingência e Técnica da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: cesardanelli@gmail.com.

⁷⁵⁶ Acadêmica do 6º período do Curso de Direito da Faculdade de Balsas (Unibalsas). E-mail: hhelliaamorim@gmail.com.

⁷⁵⁷ Acadêmica do 6º período do Curso de Direito da Faculdade de Balsas (Unibalsas). E-mail: neuzelinasantos15@gmail.com.

rebaixadas a consumidores falhos, pessoas sem nenhum prestígio social. Sem consumir de modo incessante, não seriam interessantes aos olhos dos demais. Essa objetificação das pessoas e de suas relações com os seus pares têm dirimido os laços de afeição, amor e solidariedade, aumentando, neste sentido, a insensibilidade social, sendo essas as maiores “baixas colaterais” do consumismo.

REFERÊNCIAS

- [1] BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- [2] GHIZZO, Mário Roberto. Resenha. **Revista Percurso-NEMO**-Revista da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, v. 2, n. 2, jul-dez.2010. Disponível em: <periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/download/11832/6405>. Acesso em: 19 nov. 2017.
- [3] RODRIGUES, Carolina Bueno. **Vida para consumo sob a ótica liquefeita de Zygmunt Bauman**. *Revista UNINTER de Comunicação*-Revista do Centro Universitário Internacional, Curitiba, v. 3, n. 5, jul-dez.2015. Disponível em: <<https://www.uninter.com/revistacomunicacao/index.php/revistacomunicacao/article/view/594/338>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

A EDUCAÇÃO INFANTIL EM *EMÍLIO OU DA EDUCAÇÃO*: UMA LEITURA DE ROUSSEAU

Sarah Schulien Spindler⁷⁵⁸

Palavras-chave: Rousseau. Emílio. Educação Infantil.

Resumo: No séc. XVIII Jean-Jacques Rousseau provocou a tradição ao destacar a importância de se conhecer bem aquele que se quer educar. Neste sentido, costuma-se dizer que Rousseau promoveu uma revolução copernicana na pedagogia, uma vez que deslocou os interesses pedagógicos no aluno e não apenas no professor. Em 1762, publicou o escrito *Emílio ou Da Educação*, sendo, provavelmente, o primeiro tratado de filosofia da educação do ocidente e, da mesma maneira, servindo como referência para a construção de inúmeras teorias pedagógicas contemporâneas, sugerindo, dentre outras coisas, uma educação que procurasse conservar a bondade natural do ser humano considerando, neste caso, que Rousseau acredita que o ser humano é bom por natureza, enquanto participa, ao mesmo tempo, de uma sociedade muitas vezes corrupta. Assim, o presente estudo pretende demonstrar, de uma forma geral, a importância basilar do pensamento de Rousseau, a partir, precisamente, da educação do infante em *Emílio* e das estreitas relações que o autor propõe, a educação natural como caminho que possibilite à criança liberdade para aprender a pensar por conta própria, revertendo-se em um adulto íntegro moral e socialmente.

REFERÊNCIAS

- [1] DALBOSCO, Claudio Almir. **Educação Natural em Rousseau: das necessidades da criança e dos cuidados do adulto**. São Paulo: Cortez, 2011.
- [2] PAIVA, Wilson Alves. **Emílio: texto e contexto**. Revista Portuguesa de Pedagogia. Coimbra, Ano 45-2, 2011, 5-26.

⁷⁵⁸ Acadêmica do 2º período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Balsas (Unibalsas). Email: sarahschulien36@gmail.com.

CONTAS BANCÁRIAS GRATUITAS: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA DA RESOLUÇÃO 3.919/2010 DO BANCO CENTRAL

Helia Amorim Leal⁷⁵⁹

Wlalas Alves dos Santos⁷⁶⁰

Palavras-chave: Contas bancárias. Bancos. Tarifas.

Resumo: A Resolução nº 3.919/2010 do Banco Central garante a todos os brasileiros o acesso a conta corrente e/ou poupança de forma gratuita, quando nas mesmas forem prestados apenas serviços bancários tidos como essenciais, a exemplo do fornecimento de cartão com a função débito, realização de até quatro saques, duas transferências de recursos entre contas na própria instituição, fornecimento de até dois extratos, mensalmente, além da realização ilimitada de consultas por meio da internet e do fornecimento de até dez folhas de cheques por mês, dentre outros. Contudo, apesar de a Resolução vigorar desde 2010, percebe-se o desconhecimento da mesma pela maior parte da população. Destarte, o presente trabalho visa demonstrar esse desconhecimento e como ele afeta a vida das pessoas, a medida em que elas deixam de ter acesso a serviços bancários sem a cobrança de tarifas. Para tanto, realizou-se pesquisa quantitativa por meio da aplicação de questionário a 20 acadêmicos do 10º período do curso de Direito da Faculdade de Balsas. Da análise das respostas obteve-se os seguintes resultados: 95% dos entrevistados possuem conta bancária; destes, 65% afirmaram desconhecer quanto pagam em tarifas bancárias, demonstrando assim a falta de controle das despesas advindas deste serviço; 80% afirmaram achar injusta a cobrança de tais tarifas; 65% responderam que desconhecem a Resolução supracitada, note-se que o percentual é expressivo mesmo entre aqueles que dedicam-se a estudar as leis; destes, 70% afirmaram que caso tivessem conhecimento da Resolução citada, teriam optado pelo pacote de serviços essenciais, pois não teriam despesas com tarifas. Estes dados corroboram a hipótese inicialmente levanta, qual seja, que a Resolução 3.919/2010 do BACEN é pouco conhecida e, conseqüentemente, os usuários dos serviços bancários essenciais não veem seu direito de gratuidade efetivado. Essa afirmação pode ser feita com base nas respostas obtidas para a 6ª pergunta: 100% dos entrevistados afirmaram que esta Resolução é pouco divulgada. Destarte, conclui-se que em consequência do desconhecimento da Resolução em análise, os portadores de conta corrente e/ou poupança no Brasil que utilizam apenas serviços essenciais não têm o seu direito efetivado, quadro que poderia ser mudado caso os bancos fossem obrigados a divulgar essa resolução de forma clara e objetiva em seus estabelecimentos e páginas na internet, pois dessa forma a Resolução seria de fato efetivada.

⁷⁵⁹ Acadêmica do 6º período do Curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. E-mail: hhelliaamorim@gmail.com

⁷⁶⁰ Acadêmico do 2º período do Curso de Direito Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. E-mail: wlalassantos@gmail.com

REFERÊNCIAS

- [1] CRAVO, Gildo. **Todos tem direito a uma conta gratuita?** Disponível em: <https://gildocravo.jusbrasil.com.br/artigos/393100154/todos-tem-direito-a-uma-conta-bancaria-gratuita?ref=topic_feed> Acesso em: 22 de novembro de 2017.
- [2] BRASIL. BANCO CENTRAL. **Resolução banco Central nº 3.919** Altera e consolida as normas sobre cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&data=2010&numero=3919>> Acesso em: 23 dez. 2017.

O SER E TER NA SOCIEDADE CONSUMISTA: A LIQUIDEZ DA ESSÊNCIA

FranciscoRamonRodriguesdaSilva¹

Resumo: O consumo faz parte da história humana há milênios, passando-se por seus ciclos e fases diferentes no decorrer da história. Em cada ciclo, consumir teve significados diversos e assim aprimorou-se. O consumo está no hábito das pessoas nas coisas que podem ser ditas inerentes a sua subsistência, como alimentar-se, vestir-se, e ter conforto, tudo isso ocasiona um bem estar material ao ser humano, em sua basicidade. No entanto o que está em voga é o que o consumo tornou-se na sociedade contemporânea, não se trata mais apenas daquilo que outrora fora apenas o suficiente. O consumir frenético do ser humano transfigurou-se a uma obsessão pelo ter, possuir, adquirir, usufruir coisas que, de longe, não lhe são necessárias para a subsistência, mas há de se separar o que é subsistência na sociedade consumidora, haja vista, que para subsistir biologicamente precisa-se de pouco, mas na sociedade consumidora para subsistir exige-se da pessoa demasiadamente, obrigando-a de certa forma a aderir ou excluir-se. Quando dentro da sociedade consumidora, é corolário a pessoa o ter em demasia, independentemente se ela é apta ou não a ter. Tem que ter, não há outra opção, não uma que inclua ser parte da sociedade líquida consumista, sendo que o ter e o ser são sinônimos inseparáveis, uma pseudo-mutação existencial criada pela supérflua relação com as coisas materiais que ocupa o status de prazer e de catarse que não dura por muito tempo, haja vista que na sociedade consumista não há descanso e a rapidez com o que tudo muda faz-te mais e mais atrelado ao sistema consumista, pois o prazer está, na sociedade consumista, essencialmente relacionado ao ter. O ser somente é se ter, sua essência define-se pelo ter. A liquidez consumista está conectada com o fato de que não pode-se planejar a longo prazo, o que importa é o agora, o que o sistema pode proporcionar-te no instante, ofuturodistantenãoprecisaserpensadoagora.

REFERÊNCIAS

- [1] BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- [2] SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes consumistas: do consumismo à compulsão por compras**. 1ªed., São Paulo: Globo, 2014.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS.

Danillo Alencar da Silva⁷⁶¹

Ronald Félix Ferreira Mota⁷⁶²

Palavras-chave: Recurso, cabimento, efeitos.

Resumo: O embargo de Declaração é um recurso tipificado no Código de Processo Civil (CPC) no artigo 1.022 e no artigo 48 da lei 9.099/95 (lei especial dos juizados cíveis estaduais e criminais), com efeitos devolutivos. O novo CPC trouxe uma inovação onde se possibilita ser interpostos embargos de declaração contra qualquer decisão do magistrado. Entretanto, a lei 9.099/95 determina em seu artigo 48, que o embargo à declaração só poderá ser interposto contra sentença ou acórdão. Nestes termos, busca-se solucionar a divergência de entendimento sobre o instituto de Embargos de Declaração, uma vez que, o Código de Processo Civil é subsidiário à lei especial 9.099/95. Importante salientar que, em regra, a função dos embargos de declaração não é a de modificar o resultado da decisão. Contudo, podem os embargos de declaração assumir um efeito infringente, ou seja, decisões que alteram o conteúdo. Nesse sentido, o julgado do Superior Tribunal de Justiça. Resp. 1.522.347-ES, em 16/9/2015, o qual estabelece que a previsão dos embargos de Declaração previstos no Art.1.022 CPC contra qualquer decisão judicial que necessite esclarecer obscuridade ou eliminar contradição. Ainda, cabe embargos de Declaração para suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e corrigir erro material. Aliado a este entendimento, está fórum permanente de processualistas civis, que os embargos de declaração cabem contra qualquer decisão do magistrado, inclusive contra um despacho. Portanto, o art.48 do da lei 9.099/95 não se restringe a sentença ou acórdão, mas é amplamente aceita para qualquer tipo de decisão, até mesmo despachos.

REFERÊNCIAS

- [1] DIDIER Jr. Et al **Carta de Belo Horizonte – Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Civis**. Salvador: Editora JusPODIVM, 2015.
- [2] ORTEGA, Flavia; **Embargos de Declaração no novo CPC**. Disponível em: <<https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/473759435/embargos-de-declaracao-no-novo-cpc>> Acesso em: 18 nov. 2017.

⁷⁶¹ Acadêmico Faculdade de Balsas - UNIBALSAS danilloalencar100@gmail.com

⁷⁶² Acadêmico Faculdade de Balsas - UNIBALSAS ronald0121@hotmail.com

O PAPEL DO SOFTWARE LIVRE NA INCLUSÃO DIGITAL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

Gleisciel de Sousa Silva⁷⁶³

Nelton Rodrigues Souza⁷⁶⁴

Leonardo Costa Santos⁷⁶⁵

Jakson Ferreira de Sousa⁷⁶⁶

Palavras-chave: Inclusão digital, software livre, educação.

Resumo: O software livre tem sido uma ferramenta utilizada para conceder mais liberdade as pessoas que utilizam o ciberespaço de uma maneira ativa, surgiu como uma reação da comunidade internacional de desenvolvimento de software, agregada pela Internet, ao software proprietário especialmente após o surgimento do sistema operacional Linux. O software livre é uma alternativa viável tanto do ponto de vista técnico e econômico, como ferramenta de inclusão digital que necessita de pouco suporte, baixo requisitos de hardware, oferece boa segurança, mas que também exige apoio, infraestrutura e recursos humanos. O presente trabalho tem por finalidade tratar da importância do software livre como ferramenta educacional, permitindo a inclusão digital e difusão da possibilidade de aliar a Educação com novas tecnologias proporcionando ao leitor subsídios para que possa tirar suas conclusões sobre o papel e importância do software livre nesse contexto. A metodologia utilizada foi análise de artigos e livros sobre o tema, através de leituras, que selecionamos previamente, colhemos informações importantes para o nosso trabalho e em seguida, fizemos uma nova seleção dessas informações, ficando somente com os dados que realmente achamos ser relevantes, bem como os dados fornecidas pela Sec. de Educação de Balsas, teve como objetivo geral pesquisar e demonstrar a viabilidade do software livre para inclusão digital em especial na educação, proporcionando a abertura para o mundo digital levando a população de baixa renda cujas as condições impossibilitam de participar dessa nova realidade, tirando muitos da exclusão digital. Os maiores problemas e limitações da utilização de softwares livres na educação em nosso município estão no treinamento e capacitação do pessoal, pois a maioria dos usuários ainda não é acostumada ou familiarizada aos softwares livres, e sim aos softwares proprietários. Este fato muitas vezes impossibilita a utilização de ferramentas computacionais livres nas escolas, os docentes são os responsáveis pela disseminação do conhecimento e, portanto, não devem se mostrar presos a uma ou outra tecnologia, permitindo que os alunos conheçam e escolham as melhores alternativas para o seu aprendizado além da capacitação devida dos profissionais deve haver uma infraestrutura adequada à utilização de softwares livres, tanto nas salas de aula quanto nos laboratórios, bibliotecas e administração das escolas, o que demanda verbas e não pode ser visto no curto prazo.

⁷⁶³ Autor - Bacharel em Sistemas de Informação / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: gleisciel.silva@gmail.com

⁷⁶⁴ Autor - Bacharel em Sistemas de Informação / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: neltonrsouza@gmail.com

⁷⁶⁵ Autor- Bacharel em Sistemas de Informação / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: leocosta1992@live.com

⁷⁶⁶ Orientador – Especialista / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: jaksontecmicro@gmail.com

REFERÊNCIAS

- [1] ALBUQUERQUE, Ricardo. **Segurança no desenvolvimento de software**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- [2] CAMPOS, F. C. A., CAMPOS, G. H. B. (2001) Qualidade de Software Educacional in Rocha, A. R.C. da, Maldonado, J. C. , Weber, K.C. (Orgs.) **Qualidade de Software: Teoria e Prática**. 1. ed. São Paulo: Prentice Hall..
- [3] DONAS, Javier Bustamante. Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital. In **Cidadania e redes digitais = Citizenship and digital networks**. Sergio Amadeu da Silveira, organizador. – 1a ed. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias,2010 (11-37).
- [4] MICHELAZZO, Paulino. **Os benefícios da educação na inclusão digital**. 2006. <<http://www.michelazzo.com.br/textos/os-beneficios-da-educacao-na-inclusao-digital>>. Acesso em: 06 de jun. 2015.
- [5] PLANALTO, **Decreto nº 11.645**, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>acessado em 14/06/2015.
- [6] Projeto Classe, **Lista de Softwares Livre Educacional**, disponível em <http://seducacional.org/>. Acesso em: 15/06/2015.
- [7] ROCHA, Sinara Socorro Duarte. **Promovendo a inclusão digital na escola pública**. Revista Tecnologias na Educação, ano 2, n.1, jul.2010. Disponível em: <http://tecnologiasnaeducacao.pro.br/?page_id=12.. Acesso em: 05/06/2015.
- [8] SILVEIRA, Sérgio Amadeu; CASINO, João. (Org.). **Software Livre e Inclusão Digital**. 1 ed. São Paulo:Conrad Editora do Brasil, 2003.
- [9] TEIXEIRA, Jacqueline de Fátima. **Uma discussão sobre a classificação de software educacional**. Disponível em: <<http://www.ccuec.unicamp.br/revista/infotec/artigos/jacqueline.html>>. Acesso em: 01/06/2015.
- [10] UEL, **Análise de Softwares Educacionais**, disponível em <<http://www2.uel.br/seed/nte/analisedesoftwares.html>>, acesso em 30.mai.2015.
- [11] UFSC, **Classificação do Software**, disponível em <classe.geness.ufsc.br/index.php/Classificacao_de_software>, acessado em 30.mai.2015.

O DESAFIO DAS MARCAS SE TORNAREM SÓLIDAS NO MERCADO EM TEMPOS LÍQUIDOS.

Camila Sousa da Silva⁷⁶⁷

Maria de Lourdes Nunes⁷⁶⁸

Palavras-chave: Marketing; Consumidor; Modernidade Líquida.

Resumo: O presente trabalho se configura na intenção de relacionar o marketing, seus conceitos e teorias, com a abordagem da sociedade líquida contemporânea. Visa apresentar uma visão da sociedade sob as lentes da modernidade líquida, de Bauman (2001), como aspecto a ser considerado pelas empresas, na busca do posicionamento da marca na mente dos seus consumidores. No intuito de fazer com que se desperte a atenção para as veementes transformações que ocorrem no *branding*, o que exige das empresas, novas e diversas formas para a abordagem e o envolvimento dos consumidores. No entanto, é uma realidade que precisa ser levada em consideração, para que as empresas possam atender aos seus objetivos, o que presume atender às expectativas do público alvo cada vez mais distinto e exigente. Uma abordagem contemporânea, bastante útil a todas as áreas da realidade, é a concepção de modernidade líquida. Serve como ponto de partida para decisões, posicionamentos e determinação de estratégias para o relacionamento com as pessoas. No marketing não seria diferente, envolver pessoas e convencê-las a tornarem-se consumidores de determinadas marcas, mas sobretudo envolve muito mais aspectos que aqueles comuns, tratados pelo Mix de Marketing (KOTLER; ARMSTRONG, 2009) e outros conceitos tradicionais de sua abordagem. De acordo com Cobra (2009), as estratégias de marketing têm sucesso quando estão ligadas à promessa de melhorar a qualidade de vida dos seus consumidores. Para Sernovitz (2012), vai um além do marketing tradicional, quando afirma que as empresas precisam concentrar esforços em deixar os clientes satisfeitos, conquistando a confiança e o respeito deles, e levando-os a falar a respeito de sua marca, produto ou serviço. Neste contexto, a compreensão da Modernidade Líquida (BAUMAN, 2001), contribuirá com eficiência, pois entendendo a sociedade contemporânea poder-se-á traçar um perfil dos indivíduos que dela fazem parte e assim definir o seu público-alvo. Dentre outros tópicos, Bauman (2001) trata da instantaneidade do mundo, que altera as relações entre as pessoas. Ciente disso é perceptível que as estratégias de marketing a serem elaboradas deverão compreender um universo ainda mais criterioso e ser também flexível, para adequar-se ao novo ritmo da sociedade. Dessa forma, diversos são os conceitos a serem trabalhados e relacionados, trazendo para o contexto da sociedade líquida e poderá apresentar uma visão mais alargada dessa relação empresa/cliente, possibilitando às empresas escolhas mais assertivas e coerentes ao contexto em que estão inseridas.

⁷⁶⁷ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. camilasousaub@gmail.com.

⁷⁶⁸ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. marialnunes.49@gmail.com.

REFEÊNCIAS

- [1] BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- [2] COBRA, Marcos. **Administração de marketing no Brasil**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- [3] KOTLER, Philip e ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 12ª. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- [4] SERNOVITZ, Andy. **Marketing boca a boca: como as empresas inteligentes levam as pessoas a falarem delas**. São Paulo: 1ª. ed. Cultrix Ltda, 2012.

PLANEJAMENTO E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR.

Roseli Mendes Lopes⁷⁶⁹

Jakson Ferreira de Sousa⁷⁷⁰

Palavras-chave: Objetivos, Conteúdos, métodos.

Resumo: O planejamento escolar é uma prática docente que abrange a previsão das ações didáticas, em termos da sua sistematização e gerenciamento diante dos objetivos que são propostos e programados para o ensino e aprendizagem do aluno, contribui e possui grande relevância na organização e coordenação do trabalho da ação do docente. Este trabalho foi realizado na Escola de Educação Infantil Adelana Noleto Bastos e teve como finalidade conhecer a metodologia usada pelos professores e demais responsáveis pela educação, sobre como é feito e utilizado o planejamento. Reforçando que esse procedimento traz consigo um momento de pesquisa e reflexão para avaliação do aluno, portanto o professor poderá prever objetivos, escolher o conteúdo e quais métodos irá utilizar para explorar a participação e despertar o interesse do discente. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários estruturados, com questões objetivas e aplicado aos professores e a coordenação pedagógica, com ênfase na observação da regência. O planejamento na escola infantil Adelana Noleto Bastos é feito semanalmente. Segundo Libaneo, essa modalidade de planejamento é uma atividade que orienta a tomada de decisões da escola e dos professores em relação às situações docentes de ensino e aprendizagem, tendo em vista alcançar os melhores resultados possíveis. Portanto planejar é uma ação humana, onde leva o ser a refletir e analisar a realidade sobre as condições existentes, e com isso prever alternativas para superar dificuldades que surgem, ou alcançar o objetivo desejado. Foi percebido que 100% dos professores consideram que a escola onde atuam dá o suporte devido para o momento da elaboração do planejamento, 90% dos docentes não fazem comparação entre teoria e prática no momento em que estão planejando e 10% às vezes comparam essa didática, o que deixa este documento com uma característica de fazer por fazer.

⁷⁶⁹ Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. 00roeslimendes@gmail.com.

⁷⁷⁰ Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. jaksonferreira@unibalsas.edu.br.

REFERÊNCIAS

- [1] LIBANEO, José Carlos. **Didática**, 2º ed. São Paulo: Editora Cortez, 2013.
- [2] HAYDT, Regina Célia C. **Curso de didática geral**. São Paulo: Editora Ática, 2011.
- [3] GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**, 16º ed . São Paulo: Editora Loyola, 2007
- [4] LIBANEO, José Carlos. et al. **Educação Escolar, Políticas, Estrutura e Organização**. 10º ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.
- [5] VASCONCELOS, Celso S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. 9º ed. São Paulo: Libertad. 2000.

A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO RECURSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM NA PRÁTICA DA LEITURA DO 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I DA ESCOLA MUNICIPAL ELIAS ALFREDO CURY

Pamela Maiza Martins da Silva – UNIBALSAS. pamelamaiza17@gmail.com⁷⁷¹

Josane dos Santos de Sousa – UNIBALSAS. josane.01@hotmail.com⁷⁷²

Palavras-chave: Biblioteca Escolar. Ensino aprendizagem. Aluno. Escola. Leitura.

Resumo: A biblioteca é um espaço de conhecimento e não deve ser vista apenas como “depósito” para livros. Entende-se que a Biblioteca Escolar funciona como um ambiente com recursos educativos, no qual deve ser integrado ao processo de ensino-aprendizagem possibilitando aos seus usuários o incentivo e a importância da leitura e informação. Nesta perspectiva, o presente trabalho foi desenvolvido a partir da parceria com a Gestão Escolar (Diretora) da Escola Elias Alfredo Cury, na cidade de Balsas-MA, com o objetivo de promover a inserção dos educandos do Ensino Fundamental I das séries iniciais (1º ao 5º ano) a Biblioteca Escolar, para que seja efetiva a construção do conhecimento e posteriormente a sua melhoria no processo de ensino aprendizagem no contexto escolar. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica onde primeiramente buscou-se embasamento teórico que tratassem do contexto “biblioteca escolar”, em seguida, a pesquisa de campo e a observação simples, desde os aspectos estruturais, tais como, ambiente, a constituição do acervo e os seus recursos literários e didáticos, conhecer o pessoal auxiliar, entender como se dá o processo no que se refere ao empréstimo/devolução de livros para os usuários, mas, sobretudo, aprender as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores para incentivar e desencadear na criança/estudante o gosto e prazer pela leitura na biblioteca escolar, como também em seu interior. Com essas atribuições a biblioteca escolar desencadeia, juntamente com os profissionais que a utilizam, bem como dos seus usuários principais – os alunos-, a percepção de que o conhecimento é transformador, e isso tudo só é provável por meio da leitura do mundo, ou seja, em decorrência da leitura da palavra. Então, para que os alunos do Ensino Fundamental I das series iniciais (1º ao 5º ano) participem efetivamente das práticas de leitura, são necessárias alguns elementos, desde os livros fornecidos, à organização do acervo, as atividades pedagógicas de incentivo, como projetos ou pequenas oficinas literárias desenvolvidas por professores e/ou até mesmo a gestão escolar, e a disponibilidade de todos – docentes e discentes – em utilizar a biblioteca escolar e seus recursos como o principal meio que contemple a leitura como práxis da construção do conhecimento, a formação da autonomia e a liberdade para seus seguidores, portanto, para os alunos.

⁷⁷¹ Pamela Maiza Martins da Silva – UNIBALSAS. pamelamaiza17@gmail.com.

⁷⁷² Josane dos Santos de Sousa – UNIBALSAS. josane.01@hotmail.com.

REFERÊNCIAS

- [1] FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**. 1º ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- [2] LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 6. Ed. – São Paulo : Atlas 2005.
- [3] PIMENTEL, Graça. **Biblioteca escolar**. / Graça Pimentel, Liliane Bernardes, Marcelo Santana. – Brasília : Universidade de Brasília, 2007. disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/biblio_esc.pdf. Acesso: 22/10/2017, em 18:56.
- [4] RANGEL, E. O.; ROJO, R. H. R. **Língua Portuguesa**. Brasília: Ministério.

DANO MORAL PREVIDENCIÁRIO

Mariana Costa de Araújo⁷⁷³

Eleildo Odisnei de Oliveira Braga⁷⁷⁴

André Filipe Loureiro e Silva⁷⁷⁵

Antônio Graça Neto⁷⁷⁶

Palavras Chaves: Dano Moral. Previdência Social. Responsabilidade Civil

Resumo: A pesquisa trata a respeito do estudo da aplicabilidade do dano moral no âmbito do direito previdenciário, quando detectados vícios e irregularidades na concessão do direito de requer benefícios perante o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Inicia-se com a apresentação do que seja Seguridade Social, que é subdividida em Previdência Social e Assistência Social, em que ambas possuem a função de combater os chamados riscos sociais, com o fito de prover a manutenção daqueles que não possuem condições de manter sua própria subsistência, assim como a de seus dependentes. Ademais, objetiva-se demonstrar a origem do direito de requerer benefícios perante a Autarquia Previdenciária, que está diretamente vinculada ao poder público, desta forma, vinculada também ao próprio Estado. Sendo assim, é feita uma análise do instituto do dano moral, primeiramente no seara cível, como sendo a ofensa ou violação de um direito que atinge diretamente a dignidade de alguém, e em seguida, a caracterização do mesmo na seara previdenciária, quando provado que em decorrência de vícios no processo administrativo, o segurado ou contribuinte fica impossibilitado de ter acesso ao direito de receber benefícios, ou até mesmo quando já o possui. Nesse contexto, a responsabilidade civil do Estado em indenizar moralmente aquele que é diretamente lesado por ação ou omissão de funcionários do INSS é o foco principal deste artigo. Tal artigo baseia-se em pesquisa doutrinária e jurisprudencial, pois é de suma importância a demonstração da posição dos tribunais brasileiros, referentes ao tema.

REFERÊNCIAS

- [1] BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 13^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- [2] CAMPOS, Wânia Alice Ferreira Lima. **Dano moral no direito previdenciário: doutrina, legislação, jurisprudência e prática**. Curitiba, Editora Juruá, 2010.
- [3] MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Dano moral no direito previdenciário**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2009.
- [4] OLIVEIRA, Milton. **Dano Moral**. São Paulo: LTr75, 2011.

⁷⁷³ Acadêmica do Curso de Direito na Faculdade de Balsas-UNIBALSAS/MA. marycossta@hotmail.com

⁷⁷⁴ coautor: Professor no Curso de Direito da Faculdade de Balsas-UNIBALSAS/MA

⁷⁷⁵ coautor: Professor no Curso de Direito da Faculdade de Balsas-UNIBALSAS/MA

⁷⁷⁶ coautor: Professor no Curso de Direito da Faculdade de Balsas-UNIBALSAS/MA

CONSUMISMO COMO ELEMENTO PRIMORDIAL PARA DETERMINAÇÃO DO “VALOR SOCIAL”

Hellen Vitória Gomes de Sousa

Palavras-chave: Produtores; Consumidores; Sociedade.

Resumo: A Sociedade de Consumidores é uma derivação do capitalismo, onde fabricamos mais do que precisamos. Implica dar mais valor ao ter do que ao ser (BAUMAN, 2008). Marx, nos seus manuscritos Econômico –filosófico (1844), afirmava que o valor que cada um possui aos olhos do outro é o valor de seus respectivos bens. O consumo é a única finalidade e propósito de toda produção. A sociedade de consumidores representa um tipo de sociedade, a qual promove um modo de viver baseado apenas no consumo, assim, para fazer parte dela, é necessário consumir, e muito. Se a sociedade de consumidores tivesse sua própria Constituição, teoricamente ser um consumidor seria o direito e dever primário de todos os seus indivíduos. A sociedade considera adequado todo aquele consumidor que responde aos apelos da mídia e incentivos do mercado. Como quem atende às demandas destes são os produtos, o consumidor “adequado” acaba tornando ele mesmo uma mercadoria. Porém, se essa pessoa não responde a esses estímulos e não consome, é considerada um consumidor falho e acaba sendo excluída (BAUMAN, 2008). Dessa forma, quem passa a ter o poder de exclusão é o mercado, impondo sua soberania sobre o Estado. No século XX, muito antes da palavra consumo existir, o que existia era uma Sociedade de Produtores, nela os homens tinham a função de serem soldados ou produtores e as mulheres deveriam ser provedoras de serviços. Como todos esses eram trabalhos manuais, o corpo desses indivíduos era muito importante, tendo que ser adaptados aos campos de batalha e ao chão da fábrica. Com os anos, essa sociedade se desenvolveu até chegar ao que temos hoje: Uma Sociedade de Consumidores. Nela não há distinção de gênero ou idade, todos devem apenas consumir, como atividade universal, o consumo pode ser praticado por qualquer um, independentemente de sua condição física, assim, o mais importante não é mais o corpo e sim o espírito, o qual deve ser adaptado ao novo habitat natural dos consumidores, como shoppings, lojas, supermercados, armazéns e etc. Ser membro da Sociedade de Consumidores é uma tarefa assustadora, um esforço interminável e difícil. Sendo assim, o consumo é um investimento em tudo que serve para “o valor social” e a autoestima do indivíduo, tornando-se como uma prática infinita, acaba-se gastando tudo que se tem, tendo até que recorrer a empréstimos hipotecários, deixando o nosso futuro e das próximas gerações endividados.

REFERÊNCIAS

- [1] BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO REGIONAL ATRAVÉS DE SISTEMA *ONLINE* INTERATIVO

Bruno Roberto Silva de Moraes⁷⁷⁷

Daniela Maranhão Medeiros⁷⁷⁸

Palavras-chave: ecoturismo; comunicação; interatividade; tecnologia.

Resumo: O território brasileiro é berço de muitas riquezas naturais, possuindo fauna, flora e recursos hídricos como poucos países. As características de cada uma de suas regiões fazem do Brasil um país com grande potencial turístico. Nos últimos anos, é visível o crescimento do ecoturismo. Pessoas de vários cantos do território nacional ou mesmo estrangeiros buscam qualidade de vida, conhecimento de culturas regionais, prática de esportes ligados a natureza, banhos em piscinas naturais, rios ou cachoeiras, além de outros atrativos naturais que cada localidade oferece. O estado do Maranhão tem uma natureza vasta e muito bela, que contempla desde dunas, mata Pré-Amazônia e Cerrado. Particularmente, na região sul do estado, onde se localiza os municípios pertencentes a Chapada das Mesas, a natureza é ainda mais generosa, apresentando os turistas e moradores com paisagens encantadoras. Contudo, nota-se uma grande dificuldade na divulgação desse potencial ecoturístico do Maranhão como: acesso, distâncias, pontos de referência, características locais, praticas esportivas, dentre outros dados importantes para os interessados em vivenciar novas experiências. Nesse contexto surgiu a necessidade de uma ferramenta interativa que possibilite o acesso rápido e seguro a essas informações. Para este propósito é idealizado um sistema web para compartilhamento de localização dos principais pontos turísticos da região através de imagens de satélite, bem como descrição do local, pontos de referências, contexto histórico da rota, informações sobre serviços, modalidades de pagamento aceito nos estabelecimentos, formações geológicas, mapas, advertências sobre segurança, cultura local, entre outras informações. Por meio do uso dessa ferramenta, visamos tornar o passeio mais fácil, prazeroso e diminuindo as chances de imprevistos, fornecendo aos usuários mais segurança e confiabilidade na rota, bem como proporcionar aos usuários informações sobre cultura local, preservação ambiental e práticas esportivas.

⁷⁷⁷ Professor da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. brs.moraes@ufma.br

⁷⁷⁸ Acadêmica da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. profdanielamaranhao@gmail.com

REFERÊNCIAS

- [1] KIM, D.; PARK, J.; MORRISON, A. **A model of traveller acceptance of mobile technology**. International Journal of Tourism Research, v. 10, p. 393-407, 2008.
- [2] LAMFUS, C.; XIANG, Z.; ALZUA-SORZABAL, A.; MARTÍN, D. Conceptualizing context in an intelligent mobile environment in travel and tourism. In: CANTONI, L.; XIANG, Z. (Orgs.). **Information and Communication Technologies in Tourism 2013**. Heidelberg: Springer, p. 1-11, 2013.
- [3] BUHALIS, D., **Law, R. Progress in information technology and tourism management: 20 years on and 10 years after the Internet - The state of eTourism research**. Tourism Management, 29(4), 609-623, 2008.

PRÉ-EMBEBIÇÃO DE SEMENTES DE ABÓBORA E SEUS EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO FISIOLÓGICO

Nerliete Batista da Silva⁷⁷⁹

Alane Brito Rodrigues²

Palavras-chave: *Curcubita moschata*. Pré-embebição. Sementes crioula.

Resumo: A cultura da abóbora possui valor econômico, alimentar e importância social. Gera empregos diretos e indiretos demandando grande quantidade de mão-de-obra, desde o cultivo até a comercialização[1]. A pré-embebição tem sido utilizada para acelerar, uniformizar a germinação e aumentar a resistência às condições adversas do meio. Durante a embebição, a água amolece o tegumento e estimula a produção de enzimas que participam da digestão e assimilação de nutrientes presentes nos tecidos de reserva. Objetivou-se com este trabalho avaliar o efeito do tratamento com diferentes períodos de pré-embebição de sementes de abóbora sobre o seu desempenho fisiológico. Os tratamentos foram submetidos a pré-embebição pelos períodos de 0, 6, 12 e 24 de sementes crioulas coletadas no município de Loreto/MA. O delineamento experimental utilizado foi inteiramente casualizado, com quatro repetições. A semeadura foi realizada em bandejas de plástico utilizando como substrato areia lavada e esterilizada. Três dias após a semeadura a primeira contagem de emergência foi realizada e aos nove dias cinco plântulas por repetição foram coletadas, sendo avaliadas: índice de velocidade de emergência, emergência, comprimentos da raiz principal e parte aérea e os pesos das massas seca e fresca. O tratamento de pré-embebição nos diversos períodos de tempo apresentaram efeitos significativos no desenvolvimento fisiológico das sementes de abóbora para as variáveis avaliadas e o período de 0 hora apresentou os menores valores médios quanto o teor de água, primeira contagem de emergência e comprimento da parte aérea.

REFERÊNCIAS

- [1] RESENDE G. M.; BORGES R. M. E.; GONÇALVES N. P. Produtividade da cultura da abóbora em diferentes densidades de plantio no Vale do São Francisco. **Horticultura brasileira**, v. 31, n.3, jul - set. 2013.

⁷⁷⁹ Acadêmica da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. nerliete@hotmail.com

² Acadêmica da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. alaane.r@hotmail.com

A LEITURA COMO INSTRUMENTO PARA MELHOR DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA

Eva Laiana dos Santos Silva⁷⁸⁰

Franciara Mota de França⁷⁸¹

Karolayne da Silva Fontes⁷⁸²

Camila Sousa da Silva⁷⁸³

Palavras-chave: Leitura; Escrita; Desenvolvimento; Educação.

Resumo: O presente resumo busca evidenciar o quanto a leitura pode contribuir no desenvolvimento da escrita. Um tema relevante nos dias atuais, assim como em todo o processo civilizatório do homem. A leitura é algo indispensável na vida do ser humano, pois ela possibilita dinamizar o raciocínio, ampliar o vocabulário e ter maior facilidade para abordar assuntos diversos. Sabendo disto, entende-se que ler não equivale somente à decodificação de dados linguísticos, mas sim, um processo abundante de compreensão. Deste modo, cabe identificar como a frequência e o tipo de leitura pode intervir na expansão da escrita. Acredita-se que ela é de fundamental importância para resolver tal impasse, mas é pertinente ressaltar que para que isso ocorra é necessário que a leitura tenha certo grau de conhecimento científico. A metodologia usada corresponde a uma pesquisa quantitativa, por meio de coleta de dados, com os alunos do 2º período de Pedagogia na Faculdade de Balsas, aos quais foram aplicadas algumas perguntas sobre o referido tema. O apuramento revelou que cerca de 40% da amostra dedicam somente uma hora à leitura, portanto, é primordial que tal hábito seja aprimorado, uma vez que inseridos em um curso remetente à educação torna-se imprescindível tal evolução. A práxis do ato de ler estimula o aumento da capacidade de se deter conhecimento, ajudando tanto no vocabulário, como na escrita, proporcionando uma melhor interação com o meio. Conforme Medeiros (2012) a leitura dá ao leitor uma possibilidade de viajar por lugares infinitos. Uma pessoa que lê com frequência, tem mais facilidade para construir um texto, pois desenvolve aptidão para tal, porém, há um problema no que diz respeito ao tipo de leitura e sua análise crítica, já que se recomenda uma exploração e reflexão mais ampla sobre aquilo que está lendo. Os dados apontam ainda que 51% dos alunos afirmaram que raramente fazem uma exploração mais completa sobre os textos que leem, e 62% admitem que tanto a leitura de entretenimento quanto a literária ou científica, estimulam a capacidade de escrita. De acordo com Bazzo (2014) a leitura passou a ser vista com um exercício de consumo de tempo, mas ainda assim, deve-se apostar nela como critério para compreensão da realidade. Por meio disto, compreende-se a necessidade de melhor conscientização no que se refere ao tipo de leitura, sabendo o quanto essa prática é imprescindível no contexto escolar e na vida social, já que quem lê mais, sabe mais e escreve melhor.

⁷⁸⁰ Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Evalaiana_123456@hotmail.com.

⁷⁸¹ Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. franciaramota@hotmail.com.

⁷⁸² Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. fontesk202@gmail.com.

⁷⁸³ Professora da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS. camilasousaub@gmail.com

REFERÊNCIAS

- [1] BAZZO, Walter Antonio. **Conversando sobre educação tecnológica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.
- [2] MEDEIROS, Martha. **Livro, um alvará de soltura**. Zero Hora, Porto Alegre, 08 julho. 2012. Geral, p.30.

DIAGNÓSTICO DO COMPORTAMENTO DIANTE DO USO DE CONTROLE BIOLÓGICO POR HORTICULTORES NO MUNICÍPIO DE BALSAS-MA

Alane Brito Rodrigues¹⁷⁸⁴

Selma Regina de Freitas Coelho²⁷⁸⁵

Nerliete Batista da Silva³⁷⁸⁶

Palavras-chave: Controle Biológico. Olericultura. Manejo Sustentável.

Resumo: O cultivo intensivo das hortaliças as tornam sujeitas ao ataque de pragas e a incidência de doenças durante todo ano, entretanto, os defensivos químicos para a realização do controle fitossanitário são em número reduzido [1]. Em busca de uma alternativa sustentável para minimizar o ataque de pragas e doenças, destaca-se o uso de controle biológico. Dessa forma, objetivou-se diagnosticar o comportamento dos horticultores quanto a adoção do controle biológico. O estudo foi desenvolvido em nível de pesquisa descritiva [2]. O público-alvo constou-se de horticultores que comercializam sua produção nos supermercados A e B do município de Balsas-MA. Dez produtores que fazem entrega da sua produção nesses supermercados foram convidados a participar da pesquisa. Inicialmente foi considerado o interesse na participação e em seguida realizada uma amostragem por quotas, com os critérios de inclusão: ter irrigação na área de produção, possuir mão-de-obra e receber assistência técnica pública ou privada. Apenas sete horticultores aceitaram participar e possuíam os critérios de inclusão. Após a amostragem, foi realizada em julho de 2017 uma reunião de sensibilização com os participantes em uma revenda de soluções biológicas, onde foi explicado o conceito de controle biológico, os benefícios e a importância do uso na horticultura. A área de estudo foram as comunidades: Rio Coco, Rio Maravilha e Mata da Vaca. O delineamento constou-se de pesquisa bibliográfica e o levantamento tipo *Survey*. Para a coleta de dados foi realizada a aplicação de um questionário [2] estruturado não disfarçado em outubro de 2017 com questões abertas e fechadas abordando o perfil do produtor, a caracterização do seu cultivo e a perspectiva quanto a utilização do controle biológico. Sete horticultores foram entrevistados. Todos receberam assistência técnica da revenda e da universidade durante a utilização dos produtos biológicos e a consideraram satisfatória. Os participantes mais novos foram os mais resistentes a utilização da tecnologia. Maioria dos produtores não conhecia o controle biológico antes da participação no estudo e nunca haviam utilizado defensivos biológicos. Concluiu-se que a preocupação com a própria saúde, o acompanhamento técnico e a preocupação com o ambiente foram as principais motivações na adoção do controle biológico.

⁷⁸⁴ Acadêmica da Universidade Estadual do Maranhão alane.agro1@gmail.com

⁷⁸⁵ Acadêmica da Universidade Estadual do Maranhão. nerliete@hotmail.com

⁷⁸⁶ Professora da Universidade Estadual do Maranhão selmafcoelhos2@gmail.com

REFERÊNCIAS

- [1] CRUZ, Débora. As hortalças e o registro de agrotóxicos. **Horticultura Brasileira**, v. 31, n. 2, p. 0-0, 2013.
- [2] DAS CHAGAS, Francieli et al. Controle biológico em sistema orgânico de produção por agricultores da cidade de Maringá (Paraná, Brasil). **Ciência e Natura**, v. 38, n. 2, 2016.

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Járede Sousa Barros de Oliveira⁷⁸⁷

Jeanette Rego Gomes⁷⁸⁸

Teresinha de Jesus Brito Coelho⁷⁸⁹

Palavras-chave: Gestão democrática. Planejamento participativo. Comunidade escolar.

Resumo: a gestão democrática configura-se como uma conquista da democracia na educação, possibilitando o envolvimento de todos os sujeitos que fazem parte da comunidade escolar, dessa forma é necessário garantir que o planejamento participativo seja compreendido e vivenciado não somente pelos professores ou diretores, mas pelos próprios alunos, funcionários e família, contemplando também suas necessidades e interesse, onde todos possam partilhar ideias e estratégias para uma melhoria contínua na qualidade do processo de ensino aprendizagem. O trabalho tem a pretensão de apresentar conceitos relativos à gestão democrática, assim como sua base legal e construção histórica e sua contribuição para efetivação do planejamento participativo, pois ao vislumbrar o universo do sistema educacional, em que as decisões tomadas afetam diretamente a vida de todos os envolvidos, como alunos, professores, funcionários e família, torna-se imprescindível um planejamento que contemple as realidades específicas, descentralizando a responsabilidade na condução e resolução das situações problemas, pois o cotidiano escolar é influenciado por fatores internos e externos que interferem no funcionamento do mesmo, tornando-o muito desafiador no decorrer dos dias, desde as ações previstas até as menos prováveis, dessa forma é necessário que a escola esteja disponível em envolver os sujeitos que dela fazem parte, contemplando assim, os avanços das políticas educacionais que preconizam uma gestão democrática. Os procedimentos metodológicos configuram-se em uma pesquisa bibliográfica, baseando-se na dialogicidade dos autores que abordam a temática. Conclui-se que uma instituição de ensino, pautada em uma gestão democrática, pode contribuir significativamente na vivência do planejamento participativo, onde todos possam compartilhar ideias e estratégias para uma melhora contínua na qualidade do ensino e aprendizagem. A orientação de Gandin ilustrou o resultado dessa investigação, ao afirmar que é necessária clareza teórica e uma opção firme pela metodologia participativa, assim como motivação pelo compromisso de cidadania com as transformações possíveis na prática educacional.

⁷⁸⁷ Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. jaredesousa@ymail.com.

⁷⁸⁸ Mestranda Gestão Educacional do IUA – Instituto Universitário Atlântico – jeanetterego@outlook.com

⁷⁸⁹ Mestranda Gestão Educacional do IUA – Instituto Universitário Atlântico – teresinhabrito@terra.com.br

REFERÊNCIAS

- [1] ALVES, Maria Soledade. **Metodologia Científica**. Lisboa. Escolar Editora, 2012.
- [2] CARNEIRO. Moacir Alves (2015) **LDB fácil**. 23^a. ed. Petrópolis. Editora Vozes, 2015.
- [3] GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. 12^a ed. Petrópolis. Editora Vozes, 2004.
- [4] _____ **Planejamento na sala de aula**. 13^a ed. Petrópolis. Editora Vozes, 2012.
- [5] GRACINDO, Regina Vinhaes. V. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Universidade de Brasília. Brasília, 2007.
- [6] LÜCK, Heloisa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis. Editora Vozes, 2007.

ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE O PROFESSOR E O ALUNO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE

Járede Sousa Barros de Oliveira⁷⁹⁰

Palavras-chave: Professor. Aluno. Desejo. Transferência.

Resumo: Pensar o conhecimento como algo que se dá com o outro, o papel do professor torna-se fundamental para direcionar o desejo do saber, bem como para despertá-lo e direcioná-lo em benefício do aprendente. Esse desejo refere-se à energia pulsional, que pode ser orientado, por isso a importância da atuação do outro. A relação professor-aluno pode ser pensada a partir do conceito de transferência, operação essencial no processo de aprendizagem. Considerando o aspecto da relação entre o professor e o aluno que está em jogo na aprendizagem, pois se o aluno transfere o desejo para o professor, tem toda uma história, uma relação estabelecida nesse campo, em que interrogar sobre esse laço, essa linha que desenha a relação faz com que o profissional consiga demarcar a linha da construção desse saber na escola. Favorecer reflexões a respeito da relação entre professor-aluno a partir de alguns conceitos da Psicanálise, entre eles o de energia pulsional e transferência, que elucidam o conhecimento como algo que se dá com o outro é o objetivo desse trabalho. Neste sentido, algumas contribuições da Psicanálise possibilitam vislumbrar uma significativa influência na prática cotidiana dos educadores. Por isso, conhecê-las pode favorecer a compreensão de alguns impasses no ato de aprender e assim facilitar a mediação do ensinante com o aprendente. Na metodologia, optou-se por um estudo bibliográfico buscando-se o aprofundamento necessário para compreensão de tal tema, discutindo e apontando os estudos dos principais autores da área, como Maria Cristina Kupfer (1989), Árbila Luiza Armino Assis (2007) e Consuelo de Almeida Vasques Fernandes (2015). É necessário que os educadores percebam que, mesmo diante de inúmeros fatores que tentam furar o direcionamento do desejo de saber dos alunos, o conhecimento das questões afetivas, presentes e determinantes nos processos de desenvolvimento e aprendizagem, devem permear a prática educativa. Nessa perspectiva, consideramos ser pertinente o saber psicanalítico por ser este o que busca as causas primeiras: origem dos desejos, das emoções, dos sentimentos, das atitudes, dos valores, das ações, da curiosidade e do desejo de aprender. Estes conceitos presentes na Psicanálise contribuirão positivamente no cotidiano da sala de aula, para uma educação psicanaliticamente esclarecida e influência significativa na prática de educadores bem informados.

⁷⁹⁰ Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. jaredesousa@gmail.com

REFERÊNCIAS

- [1] ASSIS, Árbila Luiza Armindo. **Influências da Psicanálise na Educação: uma prática psicopedagógica**. Curitiba – PR. Ibplex, 2007.
- [2] FERNANDES, C. A. V. **Psicanálise à Psicopedagogia**. Curitiba – PR: Universidade Positivo, 20015.
- [3] FREUD, S. **Algumas reflexões sobre a psicologia escolar**. In:___Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v.13. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- [4] KUPFER, M. C. M. **Freud e a Educação: o mestre do impossível**. São Paulo: Scipione, 1989.

REFLEXÕES SOBRE UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MAIS ENVOLVIDA COM AS QUESTÕES HUMANAS

Camila Sousa da Silva⁷⁹¹

Palavras-chave: Educação Profissional; Formação; Técnico; Humano.

Resumo: São diversos os aspectos a serem pensados quando se trata da educação profissional, da inter-relação entre escola e trabalho e as influências dessa relação no meio social. Pensar na educação já compreende a questão social e com a modalidade profissional não seria diferente. Este resumo visa refletir sobre alguns problemas sociais decorrentes da organização da sociedade brasileira por meio dos dados históricos e os impactos de tal para a educação profissional. Enfatizando as transformações estruturais na sociedade, observando que essa educação esteve, geralmente, voltada a atender as demandas do capital (MANFREDI, 2002). E dessa forma a sequência da história se dá sempre priorizando a técnica, pensando nos fins sem dar importância aos meios. O objetivo final costuma ser o lucro, o capital e pouco há de emancipação e de humano em tais objetivos. De acordo com Saviani (2013), é possível notar neste cenário a estratificação social onde uma pequena classe dominante, detentora do poder político econômico e cultural, impõe suas vontades aos demais, sujeitos passivos, que não dispunham de condições para se mobilizar contra a exploração. É notável a necessidade de mobilizar os sujeitos da educação profissional e técnica a pensar as questões sociais, humanas e assim, refletir a repercussão da criação e aplicação das suas técnicas sobre a humanidade. Busca-se pensar uma educação profissional para emancipação, que não seja apenas voluntária de um sistema de educação instrumental que contribui para a manutenção da alienação que inibe a capacidade crítico-reflexiva da classe trabalhadora, mas que almeje uma nova equação civilizatória humana. É incontestável a contribuição, a importância do desenvolvimento tecnológico, da ciência e das especialidades. Seria errôneo não reconhecer as vantagens que este crescimento proporciona, no entanto, é gritante a necessidade de levar os alunos, os sujeitos da educação profissional a pensar na consequência da utilização de suas técnicas, nas implicações que o resultado do seu trabalho traz para a sociedade, para humanidade. A pretensão é fazer uma reflexão sobre o desenvolvimento das técnicas, mas com visão de totalidade, não apenas uma visão linear, onde os fins justificam todas as ações (BAZZO, 2015). Que os sujeitos da educação profissional sejam sempre instigados a pensar suas responsabilidades de técnicos, educadores e cidadãos na busca de uma aproximação mais contundente entre cultura científico-tecnológica e a cultura humanística.

REFERÊNCIAS

- [1] BAZZO, Walter Antônio. **De técnico e de humano: questões contemporâneas**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2015.
- [2] MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- [3] SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

⁷⁹¹ Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. camilasousaub@gmail.com.

CARACTERIZAÇÃO ELETRÔNICA E FOTOLUMINESCENTE DE COMPOSTOS DE COORDENAÇÃO E APLICAÇÃO EM DISPOSITIVOS SOLARES

Ramon Felipe Costa Gomes⁷⁹²

Wanderson Souza de Lima⁷⁹³

Regina Maria Mendes Oliveira⁷⁹⁴

Palavras-chave: Composto de coordenação, Fotosensibilizador, Célula solar.

Resumo: A produção de combustíveis a partir da luz solar via processos fotoquímicos é um tema multidisciplinar, desafiante e diretamente relacionado à busca da sociedade por fontes limpas de energia [1,2]. Sabendo da necessidade do desenvolvimento de dispositivos solares ainda mais eficientes e economicamente viáveis, nosso Grupo de Pesquisa busca contribuir na obtenção e na elucidação estrutural e fotocatalítica de novos compostos fotossensibilizadores com possível potencial de uso em célula solar. Assim, o objetivo deste trabalho foi estudar as propriedades elétricas e luminescentes dos compostos de coordenação Mg-Q e Mg-A, ambos do tipo metal-produto natural, bem com a aplicação em dispositivos solares. O dispositivo foi preparado na forma de um sanduiche de dois eletrodos com o composto Mg-Q ou Mg-A e óxido de titânio, depositados sobre o substrato de vidro condutor. Medidas de corrente e tensão em função do tempo de exposição à luz solar foram realizadas. Como resultado verificou-se que ambos os complexos exibem propriedades elétricas e fotoluminescentes, mas as tensões apresentadas pelas placas à base de Mg-Q e Mg-A foram inferiores aos obtidos por células solares tradicionais à base de silício. Portanto, este trabalho fornece um direcionamento para o desenvolvimento de novos compostos de coordenação de baixo custo, com possível potencial aplicação como fotossensibilizadores em dispositivos solares.

REFERÊNCIAS

- [1] ARMAROLI N; BALZANI V. **The future of energy supply: Challenges and opportunities.** Angew Chem Int Ed Engl. 46(1-2): 52-66, 2007.
- [2] LEWIS, N. S.; NOCERA, D. G. **Powering the planet: Chemical challenges in solar energy utilization.** Proceedings of the National Academy of Sciences, 43, 103, 15729-15735, 2006.

⁷⁹² Acadêmico da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. ramonfelipe14@hotmail.com.

⁷⁹³ Acadêmico da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

³ Professora da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. regina.oliveira@ufma.br.

PRÉ-TRATAMENTO, CARACTERIZAÇÃO E HIDRÓLISE DO BAGAÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR VISANDO A PRODUÇÃO DE ETANOL DE SEGUNDA GERAÇÃO

Roger Müller Saraiva de Sousa⁷⁹⁵

Maria Teresa Arrais Soares Nunes⁷⁹⁶

Regina Maria Mendes de Oliveira⁷⁹⁷

Palavras-chave: Pré-tratamento, Caracterização físico-química, Etanol de segunda geração, Energia renovável.

Resumo: Desde os primórdios, devido à crescente demanda por energia acentuada pela Revolução Industrial, temos buscado por fontes de energias renováveis que sanem essa necessidade, sustentavelmente. O etanol celulósico, proveniente da biomassa é uma possibilidade viável, pois utiliza resíduos agroindustriais na sua produção, potencializando o portfólio energético mundial e gerando renda [1]. A lignocelulose é o constituinte majoritário destes materiais, cujo pré-tratamento é necessário para aumentar a produção de açúcares fermentáveis a partir da hidrólise [2]. Entretanto, um dos desafios é melhorar o processo de pré-tratamento da biomassa e da etapa de hidrólise. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi avaliar a eficiência do pré-tratamento químico do parênquima do bagaço da cana-de-açúcar. Os ensaios foram realizados em duas etapas: inicialmente utilizando hidróxido de sódio 2% (m/v), com proporção de bagaço de cana e solução de NaOH (1:10 m/v); posteriormente fazendo o pré-tratamento combinado usando ácido sulfúrico 1,5% (v/v) à 121 °C e diferentes tempos de aquecimento (30, 60 e 90 min), em autoclave. A avaliação do teor e da solubilização da celulose, lignina e hemicelulose foi realizada por caracterização química do bagaço *in natura* e pré-tratado. Como resultado, o bagaço *in natura* apresentou 14,02, 33,69 e 46,88% de lignina Klason, celulose e hemicelulose, respectivamente. Em relação ao bagaço *in natura*, o pré-tratamento com NaOH 2% reduziu o teor de lignina em 84,59% e o de celulose em 91,36% e aumentou a hemicelulose em 91,68%. Já a combinação com H₂SO₄ diluído resultou na redução moderada de lignina e hemicelulose em função do tratamento prévio com NaOH, enquanto que o teor de celulose foi aumentado, mais evidentemente no maior tempo (90 min) do pré-tratamento combinado. No pré-tratamento combinado, quando comparado ao alcalino, a redução do teor de lignina foi pouco significativa, apresentando rendimento mássico de 42%, sendo mais seletivo para a lignina e preservando a hemicelulose. Esse relativo grau de pureza é interessante, pois a posterior hidrólise da hemicelulose para disponibilização de açúcares fermentescíveis é susceptível à inibidores, podendo comprometer o rendimento da produção de etanol. Portanto, o pré-tratamento alcalino do parênquima do bagaço da cana apresenta-se como uma possibilidade de agregação de valor para as biorrefinarias, permitindo a flexibilização no uso da biomassa.

⁷⁹⁵ Acadêmico da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. roger-miiller@hotmail.com.

⁷⁹⁶ Acadêmica da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. maria.tasn@gmail.com.

⁷⁹⁷ Professora da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. regina.oliveira@ufma.br.

REFERÊNCIAS

- [4] Rocha, M.S.R.S.; Almeida, R.M.R.G.; Cruz, A.J.G. **ENGEVISTA**, V. 19, n.1 , 217-235, 2017.
- [5] Amit K.; Archana G.; Dharm D. **Advances in Bioscience and Biotechnology**, 7, 149-168, 2016.

PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA GESTÃO ESCOLAR: ESTUDO DE CASO EM BALSAS – MARANHÃO

Patrícia R. Valadares¹⁷⁹⁸

Luis B. Rocha²⁷⁹⁹

Iolanda G. Rovani³⁸⁰⁰

Jociel F. Costa³⁸⁰¹

Resumo: A comunidade escolar deve ser composta por diferentes esferas, havendo a necessidade da participação efetiva no cenário escolar, família e sociedade. Só dessa maneira será possível alcançar as mudanças necessárias para grande parte dos problemas sociais (LIBÂNEO, 2004). Na busca de conhecer a participação familiar em uma escola privada de Educação Infantil de Balsas – Maranhão realizou-se uma pesquisa de natureza quantitativa, com o uso de questionário com perguntas fechadas, destinadas ao corpo docente. O trabalho de campo foi realizado durante o primeiro semestre de 2016. Os resultados verificaram, que 100% dos pais aderem e/ou frequentam as reuniões marcadas pela escola. Essa adesão é importante, pois revela o acompanhamento dos pais nas discussões escolares, todavia esperase bem mais dos mesmos, tornando suas visitas mais frequentes. Quanto a forma de atividades propostas para maior envolvimento da família, as atividades sociais (festas de datas comemorativas) corresponderam a 80%, esse percentual foi bem superior aos das atividades educativas. Esses dados revelam um distanciamento no processo educativo de seus filhos, algo que não deveria ocorrer haja vista a importância das duas formas de participação. Diante da realidade vivenciada por essa escola a mesma utiliza como estratégia planejamento geral, trabalhos educativos, avaliação contínua e técnicas de avaliação, e para 80% dos docentes entrevistados em todas essas opções deve ocorrer a participação familiar efetiva. Quando questionados da importância dos pais no processo de aprendizagem dos seus filhos houve uma unanimidade entre os docentes ao escolherem a opção “muito importante”. O conhecimento do diagnóstico e das estratégias utilizadas para permitir a participação familiar é muito importante. Bem como investigar os saberes e a formação do corpo docente, para o desenvolvimento profissional do professor gestor e a melhoria na qualidade dos processos de organização e gestão da escola (COLARES, 2009). A escola não pode ser vista como um ponto isolado desconectado de outros fatores importantes como a família pelo contrário deve-se haver a tríade escola, família e sociedade a fim de alcançarmos uma educação efetiva e com qualidade.

Palavras-chave: Família, Organização, Ambiente Escolar.

⁷⁹⁸ Acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS, Km 05 da BR 230, Fazenda Malidere IV, 65800-000 Balsas – MA.

⁷⁹⁹ Bacharel em Agronomia.

⁸⁰⁰ Docentes do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS, Km 05 da BR 230, Fazenda Malidere IV, 65800-000 Balsas – MA.

⁸⁰¹ Docentes do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS, Km 05 da BR 230, Fazenda Malidere IV, 65800-000 Balsas – MA.

REFERÊNCIAS

- [1] LIBÂNEO, José C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. São Paulo: Alternativa, 2004.
- [2] COLARES, Maria L. **Gestão Escolar: Enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas**. 2009 Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 19/11/2017.

EDUCAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DO MUNDO HUMANO COMUM

Camila Sousa da Silva⁸⁰²

Palavras-chave: Educação; Formação Humana; Professor.

Resumo: A pergunta “*Afinal, por que educar?*”, representa de fato a base para todo o conhecimento que se busca construir e também o fundamento para todo professor no exercício da sua profissão. O primeiro grande esclarecimento para esta questão, que é algo que já parece posto, mas que nem sempre se pensa a respeito, é que a espécie humana é a única que a partir do momento da inserção no processo de civilização, e por meio dele, forma o que chama-se de mundo comum. Estabelece-se assim a premissa de que a educação existe para que esse mundo comum seja possível e que nele se possa ter o mínimo de razoabilidade necessária para sua perpetuação, para que não sejam anulados os princípios, os valores, os costumes, enfim a civilização já construída, a cada nova geração. Fica já a ressalva então de que, todo processo de educação já deve considerar que, cada novo homem a ser educado entra em um mundo que já existe e que vai permanecer mesmo depois que este não estiver mais aqui. Isto reclama à educação pela conservação à tradição, que é aquilo que deve permanecer de tudo o que passou. Dessa forma, assumir a função pedagógica implica aceitar para si a responsabilidade pelo futuro desse nosso mundo comum (HERMANN, 2014) um mundo que se renova e se reproduz a cada nova geração. O educar já pressupõe acreditar que este mundo comum é possível e que nele, é possível deixar o melhor e passar o melhor para as novas gerações. É pertinente que o professor tenha consciência de que como seres inacabados, o ensino de cada conteúdo não se dá *de vez*, por meio de um método rígido e único, de forma imutável, mas que assim como nossa humanidade está se fazendo e refazendo continuamente (FREIRE, 2014). Esta dinâmica é que possibilita o aprender. Este resumo se configura, então, com o objetivo de destacar a importância da educação, da ação pedagógica, no processo de continuidade do mundo. Pensar o educar, como processo de civilização, que consiste em combater a barbárie, característica natural a todas as espécies. A espécie humana é assim designada à medida que se afasta dessa condição natural, tornando-se apta a viver em sociedade, momento em que é inserida no mundo cultural (SAVATER, 2012). Neste processo, a ação pedagógica, o paradigma que a sustenta e a amplitude do diálogo que se estabelece em sala de aula é que serão grandes determinantes no resultado de formação que se vai ter. Se serão formadas pessoas que produzem os conhecimentos, ou se, apenas, onde o conhecimento ficará armazenado.

REFERÊNCIAS

- [1] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- [2] HERMANN, Nadja. **Ética e educação: outra sensibilidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- [3] SAVATER, Fernando. **O valor de educar**. 2. ed. – São Paulo: Planeta, 2012.

⁸⁰² Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. camilasousaub@gmail.com.

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO CURSO DE LETRAS: AS PERSPECTIVAS DOS DOCENTES DE LÍNGUA PORTUGUESA⁸⁰³

Ana Cleides Maciel Macedo⁸⁰⁴

Ana Patrícia Sá Martins⁸⁰⁵

Palavras-chave: Formação Inicial de Professores. Língua Portuguesa. Tecnologias Digitais.

Resumo: As tecnologias digitais vêm modificando o processo de apreensão e representação da leitura e da escrita na contemporaneidade. Nesse sentido, a Universidade enquanto lócus de formação inicial de professores também precisa estar inserida nesse contexto de mudanças e inovações. Assim, o presente trabalho teve como objetivo analisar como o currículo do curso de Letras de uma universidade do sul do Maranhão e as atividades dos docentes de Língua Portuguesa utilizam as Tecnologias Digitais, fomentando os processos de autoria e autonomia na formação dos futuros professores. A problemática que norteia este estudo é: Como (e se) a formação inicial do curso de Letras compreende a importância do diálogo dos ambientes digitais com o ambiente pedagógico, diante das ressignificações que a leitura e a escrita adquiriram nas práticas sociais da sociedade atual? A partir do aporte teórico-metodológico da abordagem qualitativa e interpretativa de cunho etnográfico, foi realizada pesquisa bibliográfica analítica de revisão e questionários *on line* e entrevistas semiestruturadas com os docentes do Curso de Letras. Seguindo os pressupostos teóricos de Rojo & Barbosa (2015), Soares (2002), Street (1984), entre outros, como as Diretrizes Curriculares Nacionais das Licenciaturas e do Curso de Letras e Projeto Político Pedagógico e as Ementas das disciplinas do curso de Letras. Após as análises de tais documentos, constatou-se que a temática é sinalizada e reiterada constantemente como necessária nas atividades docentes e discentes, entretanto a escassez de incentivos governamentais para pesquisas e materiais que auxiliem na formação dos docentes universitários também corrobora para o hiato entre o almejado nas orientações curriculares para as licenciaturas e as práticas docentes na maioria das universidades brasileiras. Essa constatação foi ao encontro dos resultados da análise das entrevistas com os docentes, pois estes reconhecem a importância e necessidade do diálogo do ambiente digital com as práticas docentes. Apesar de contemplada nas orientações curriculares, a temática das tecnologias digitais ainda é uma lacuna na formação do futuro do professor, devido à falta de formação direcionada para tal. Contudo, os docentes demonstram disponibilidade para aprender e ressignificar a didática e a formação inicial dos futuros professores diante de uma sociedade em que as práticas sociais exigem novos letramentos, novos papéis à leitura e a escrita.

⁸⁰³ O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/UEMA- 2016-2017).

⁸⁰⁴ Acadêmica da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA/CESBA. Anacleidemaciell@hotmail.com

⁸⁰⁵ Professora da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA/CESBA. Anapm23@hotmail.com

REFERÊNCIAS

- [1] **Diretrizes Curriculares Nacionais** para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>
- [2] ROJO, Roxane; BARBOSA, Jaqueline P. **Hipermodernidade, Multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola, 2015.
- [3] SOARES, Magda Becker. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, 2002.
- [4] STREET, B. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- [5] Universidade Estadual do Maranhão - CESBA/UEMA. **Projeto Político Pedagógico**, Balsas, 2016.

UTILIZAÇÃO DO FIREBASE COMO REALTIME DATABASE NA CONSTRUÇÃO DE CHATS INTERATIVOS

Hitalo Cunha de Sousa⁸⁰⁶

Palavras chaves: *Firebase, Realtime Database, Mobile, REST.*

Resumo: Os *Realtime Database* são bancos de dados *NoSQL* armazenados em nuvem e sincronizados em tempo real. Um *Realtime Database* deve ter a capacidade de armazenar e sincronizar dados de forma escalável e com alto desempenho, dessa forma os bancos de dados *Realtime* geralmente são *NoSQL*. Os bancos de dados *NoSQL* são bancos de dados que não utilizam *schema* nem relacionamento entre tabelas, os dados são armazenados em formato de documentos, coleções, gráficos ou atributos chave e valor, e por esse motivo existe um grande ganho na performance e velocidade na busca de dados. Geralmente os *realtime database* são utilizados em aplicações que necessitam de respostas rápidas e sincronia dos dados entre aplicações distintas, e visto que os dados permanecem armazenados em nuvem, se vê necessária uma maneira de organização e representação dos dados, uma vez que os dados precisam ser transferidos pela rede através de um protocolo comum que geralmente é o *HTTP*, e também em um formato comum que geralmente é *JSON* ou *XML*, dessa forma, é comum o uso de arquiteturas de sistemas distribuídos como o *REST* na organização da distribuição de dados em serviços de nuvem principalmente em *realtime database* para se representar os dados armazenados. O *Firebase* é um serviço de infraestrutura em nuvem fornecido pela empresa Google para disponibilizar serviços de banco de dados realtime, armazenamento em nuvem, autenticação e outros. O presente trabalho se propõe em apresentar os benefícios do uso do banco de dados *realtime* do *Firebase* aplicados na construção do chat presente no aplicativo da Rádio FM Rio Neves da cidade de São Raimundo das Mangabeiras – MA. Serão abordadas as vantagens do uso de um banco de dados *realtime*, a sincronização dos dados em tempo real e a organização da infraestrutura dados utilizando a arquitetura *REST*, bem como, os formatos padrões de representação e armazenamento de dados como *JSON*, *XML*. Toda a pesquisa foi baseada em artigos e documentação oficial dos mantenedores e criadores das tecnologias citadas. A pesquisa beneficiou a comunidade de São Raimundo das Mangabeiras – MA, com um aplicativo de rádio chat, onde os usuários podem interagir enquanto acompanham a transmissão da rádio local FM RIO NEVES.

REFERÊNCIAS

- [1] AWS - **O que é NoSQL?** – Amazon Web Services (AWS). Disponível em: <<https://aws.amazon.com/pt/nosql/>>. Acesso em: 23.11.2017.
- [2] BECODE - **O que é API? REST e RESTful? Conheça as definições e diferenças!**. Disponível em: <<https://becode.com.br/o-que-e-api-rest-e-restful/>>. Acesso em: 20.11.2017.

⁸⁰⁶ Autor – Bacharel em Sistemas de Informação / Unibalsas – Faculdade de Balsas / E-mail: hitalocunhadesousa@gmail.com

- [3] DIAS, Emílio. **Desmistificando REST com Java. 1a Edição**, 2016. Disponível em: <<http://cafe.algaworks.com/livreto-desmistificando-rest-com-java/>>. Acesso em: 15.05.2017.
- [4] FIELDING, Roy Thomas. **Architectural styles and the design of networkbased software architectures.** 2000. Disponível em: <https://www.ics.uci.edu/~fielding/pubs/dissertation/fielding_dissertation.pdf>. Acesso em: 25.05.2017.
- [5] FIREBASE - **Firestore Realtime Database** | Firebase. Disponível em: <<https://firebase.google.com/docs/database/?hl=pt-br>>. Acesso em: 23.11.2017.
- [6] RFC 3023- **XML Media Types**. Disponível em: <https://www.ietf.org/rfc/rfc3023.txt>>. Acesso em: 09.10.2017.
- [7] RFC 4825 - **The Extensible Markup Language (XML) Configuration Access Protocol (XCAP)**. Disponível em: <<https://tools.ietf.org/html/rfc4825>>. Acesso em: 09.10.2017.
- [8] RFC 7159 - **The JavaScript Object Notation (JSON) Data Interchange Format**. Disponível em: <<https://tools.ietf.org/html/rfc7159>>. Acesso em: 09.10.2017.
- [9] RFC 7230 - **Hypertext Transfer Protocol (HTTP/1.1): Message Syntax and Routing**. Disponível em: <<https://tools.ietf.org/html/rfc7230#section-1.2>>. Acesso em: 29.05.2017.
- [10] TANENBAUM, Andrew S.; STEEN, Maarten V. **Sistemas Distribuídos Princípios e Paradigmas**. 2º edição. São Paulo - SP, Paerson Pretice Hall, 2007.

O DESAFIO DA LEITURA CIENTÍFICA EM UMA TURMA DE 2º PERÍODO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIBALSAS

Camila Sousa da Silva⁸⁰⁷

Elen Cristina Gatinho Rocha⁸⁰⁸

Fátima Daniela Bequiman Coelho Ribeiro⁸⁰⁹

Vandérleia Dos Santos Silva⁸¹⁰

Palavras-chave: Leitura Científica; Formação Docente; Pedagogia.

Resumo: A leitura é uma ação onde se desenvolve o pensamento intelectual, onde ocorre o raciocínio aguçado e a crítica individual (MEDEIROS, 2012). A pesquisa deste trabalho aponta para uma problemática que discorre sobre a carência da leitura científica no âmbito acadêmico. O levantamento pesquisado ocorreu com questionários na turma de Pedagogia com acadêmicos do 2º período da Faculdade de Balsas. Baseado nos percentuais do gráfico obteve-se com precisão o grau de dificuldade da leitura científica entre os educandos, aproximadamente 49% lê diariamente entretenimento, 11% artigos científicos, 10% filosofia e 30% fazem outros tipos de leitura. A pretensão dessa temática é de instigar o estudante a valorizar a leitura como um todo e não especificar determinado tipo de leitura. O aluno precisa despertar-se para os novos hábitos interpretativos de forma consistente mesmo que não traga uma reflexão imediata. Sabe-se que a leitura científica é uma temática pouco explorada, segundo o levantamento de dados pesquisado. Acredita-se que por propor uma leitura mais relaxada ou até mesmo prazerosa. Mas, o que é leitura científica? Antes de aprofundar na problematização da pergunta, outro questionamento foi lançado na turma: qual o desafio e a conquista que a leitura científica traz para você? Uma das possibilidades para responder a primeira indagação recorreu a Lakatos e Marconi (201, p.3) cita que “a profundidade de sua leitura varia conforme seus objetivos, seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor etc”. O bom leitor não se contenta em extrair informações do texto, fazendo apenas uma decodificação. Percebe-se que a leitura científica é um estágio longínquo, onde o educando acaba desistindo ou até mesmo não navegando pelo simples motivo de pensar que está em mares turbulentos ou com o velho discurso sobre o seu baixo grau de compreensão e interpretação de um texto científico. O fato que o conhecimento científico é uma experimentação sistemática e preestabelece um cronograma de estudo com mais diligência. Outro dado obtivo com a amostra é a dificuldade de concentração, interpretação, carência de leitura. Em contrapartida, os mesmos reconhecem a importância da leitura científica como o passaporte intelectual para a sua formação docente. A adaptação da leitura científica é o leitor explorar e desenvolver sua habilidade intelectual dentro do meio acadêmico, social e apoderar o máximo esse percurso da pesquisa para avaliar todas as hipóteses plausíveis.

⁸⁰⁷ Professora da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS. camilasousaub@gmail.com

⁸⁰⁸ Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. elencrocha@hotmail.com

⁸⁰⁹ Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. fatimadanielabeckman2@gmail.com

⁸¹⁰ Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. cleyalu@gmail.com

REFERÊNCIAS

- [1] LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª. ed. 2017.
- [2] MEDEIROS, Martha. **Livro, um alvará de soltura**. Zero Hora, Porto Alegre, 08 julho. 2012. Geral, p.30.

OS ELEMENTOS ESSENCIAIS DO MARKETING DE RELACIONAMENTO APLICADO NO MIX MATEUS- BALSAS MA.

Claudiane da Silva Guimarães⁸¹¹

Maria Carla dos Santos Nogueira⁸¹²

Resumo: O marketing de relacionamento é uma ferramenta essencial para o crescimento das organizações. Kotler (2008, p.30), define marketing de relacionamento como a prática da construção de relações satisfatórias em longo prazo com partes-chaves- consumidores, fornecedores e distribuidores. Com o objetivo de observar os elementos essenciais do marketing de relacionamento aplicado no MIX MATEUS em BALSAS MA foi realizada uma pesquisa onde aplicou-se um questionário contendo 11 questões a 60 clientes do MIX MATEUS, foram gerados os seguintes dados: 65% dos entrevistados eram do sexo feminino e 35% do sexo masculino. O estudo aponta que 35% tinham entre 16 a 24 anos, 26,6% entre 25 e 34 anos, 38,4% entre 35 e 64 anos. A respeito da renda 60% dos entrevistados, afirmaram possuir renda entre 1 e 2 salários mínimos. Sobre a assiduidade, 30% costumam ir ao MIX mensalmente, 70% quinzenalmente ou 02 vezes por semana. Em relação ao marketing de relacionamento: 38% dos entrevistados afirmaram que o MIX está sempre promovendo o marketing de relacionamento, 68% disseram que raramente ou não promovem. Sobre as ferramentas utilizadas para trazer satisfação ao cliente 43% disseram que era a promoção, 33% o preço, e os demais qualidade no produto, entrega e atendimento. Quanto à forma utilizada pela empresa para trazer satisfação ao cliente, 47% afirmam que a empresa traz valor pela satisfação obtida pela compra, 53% confiabilidade. Sobre o atendimento, 59% disseram que era bom, 28% disseram que precisa melhorar, e 13% disseram ser excelente. Sobre outros tipos de marketing que a empresa utiliza 59% responderam que a empresa pratica o marketing social. A respeito da qualidade dos produtos 80% afirmaram serem produtos de boa qualidade, 10% disseram serem excelentes, e 7% que os produtos eram regulares. Em relação à visualização dos tipos de marketing promovidos, 73% afirmaram visualizar através de divulgações na TV. Observou-se que a ferramenta marketing de relacionamento é muito eficiente e as organizações devem investir nessa proposta para a conquista, fidelização dos clientes e no alcance de suas metas.

⁸¹¹Graduando 6º período de Administração na Faculdade de Balsas
UNIBALSAS.cantoraclaudinhasilva@hotmail.com

⁸¹² Administradora, Pós – Graduada em Administração e Finanças, Professora na Faculdade de Balsas –
UNIBALSAS. mcarla_adm10@hotmail.com

FOTOS DO EVENTO









